

Organização do Conhecimento Responsável:

Promovendo Sociedades Democráticas e Inclusivas

Organizadores: Thiago Henrique Bragato Barros e Natalia Bolfarini Tognoli.



ISKO-BRASIL



THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS

NATALIA BOLFARINI TOGNOLI

Organizadores

**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO RESPONSÁVEL: PROMOVENDO
SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E INCLUSIVAS**



BELÉM, PA

2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)
Deise Maria Antônio Sabbag
Natalia Bolfarini Tognoli
Gilberto Gomes Cândido

Presidente da Comissão Científica

Natalia Bolfarini Tognoli (UFF)

Comissão Científica/Conselho Editorial

Ana Cristina de Albuquerque (UEL)
André Vieira de Freitas Araújo (UFRJ)
Benildes Coura Moreira do Santos Maculan (UFMG)
Brigida Cervantes (UEL)
Carlos Cândido de Almeida (UNESP)
Carlos Henrique Marcondes (UFF)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)
Cristina Dotta Ortega (UFMG)
Daniel Martínéz-Ávila (UNESP)
Dulce Amélia de Brito Neves (UFPB)
Evelyn Goyannes Dill Orrico (UNIRIO)
Fabiano Ferreira de Castro (UFSCAR)
Fábio Assis Pinho (UPFE)
Franciele Redigolo (UFPA)
Giulia Crippa (USP)
Gustavo Saldanha (IBICT)
Helen Casarin (UNESP)
Johanna Wilhelmina Smit (USP)
José Augusto Chaves Guimarães (UNESP)

Julietti de Andrade (UFF)
Leilah Santiago Bufrem (UFPR)
Luciana de Souza Gracioso (UFSCAR)
Luciane Paula Vital (UFSC)
Marcílio de Brito (UNB)
Marcos Luiz Cavalcante de Miranda (UNIRIO)
Maria Luiza Almeida Campos (UFF)
Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP)
Marilda Lopes Ginez de Lara (USP)
Marisa Bräscher Basílio Medeiros (UFSC)
Murilo Artur Araújo da Silveira (UFPE)
Nanci Elizabeth Oddone (UNIRIO)
Rita do Carmo Laipelt (UFRGS)
Rogério Sá Ramalho (UFSCAR)
Renato de Mattos (UFF)
Renato Sousa (UNB)
Rodrigo de Sales (UFSC)
Rodrigo Rabello da Silva (UNB)
Suellen de Oliveira Milani (UFF)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Vânia Mara Alves Lima (USP)
Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (UNIRIO)
Zaira Regina Zafalon (UFSCAR)

Coordenação Editorial: Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa, Nilzete Ferreira Gomes, Gilberto Gomes Candido.

Capa: Maíra Fernandes Alencar.

Revisão textual: Daniel Libonati Gomes e Silvana Bandeira Oliveira.

Normalização: os autores

Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas

/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Natalia Bolfarini Tognoli. – Belém:Ed.da UFPA, 2019.

549. : il. - (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5)

Livo eletrônico.

978-85-61214-35-7

Conteúdo: **Eixo 1:** A dimensão epistemológica da organização do conhecimento - **Eixo 2:** A dimensão aplicada da organização do conhecimento - **Eixo 3:** A dimensão política e social da organização do conhecimento.

1. Organização do conhecimento 2. Representação do Conhecimento 3. Ciência da Informação I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Tognoli, Natalia Bolfarini, *org.* III. Série.

PREFÁCIO

A ISKO-Brasil tem, desde seu primeiro congresso, procurado discutir, evidenciar e trabalhar com quatro premissas de discussão científica, as dimensões epistemológica, aplicada, política e social procurando consolidar a organização do conhecimento na realidade Brasileira, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do V Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento na Universidade Federal do Pará, sob o tema “Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas” ocorrido em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro congresso de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Ciência da Informação, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visa lembrar que em Novembro de 2015, buscando alcançar o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental de forma equilibrada e integrada, a Organização para as Nações Unidas – ONU – desenvolveu a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável com 17 objetivos e 169 metas para estimular a ação para os próximos 15 anos em áreas importantes para a humanidade e para o planeta. Buscou-se ao longo do congresso discutir os sistemas de organização do conhecimento como responsáveis por promover instituições eficazes, sustentáveis e democraticamente inclusivas. Temáticas caras para a Amazônia, para a região norte do Brasil.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões acerca da OC em ambientes aplicados, representado pela quantidade de trabalhos recebidos e aceitos neste eixo temático. Representa também a trajetória deste campo de conhecimento no cenário internacional, não deixando de lado as questões epistemológicas, sociais e políticas.

Ainda, os trabalhos aqui publicados representam também um avanço para as discussões interdisciplinares entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento, em uma relação para nunca acabar, com temáticas cada vez mais presentes nos capítulos nacionais, especialmente o brasileiro, e também nos congressos da ISKO Internacional, auxiliando no desenvolvimento de melhores práticas, teorias e metodologias.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

Thiago Henrique Bragato Barros
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Pará
Setembro/2019

SUMÁRIO

Dimensão Epistemológica da Organização do Conhecimento

Subjetividade, conceito e representação da informação.....	11-18
Comunicação Dialógica e Ciência da Informação: Modelo para a Organização e Representação do Conhecimento.....	19-27
Construção filosófica das Artes na Classificação de William Torrey Harris: a teoria refletida na CDD.....	28-38
A fotografia na organização do conhecimento arquivístico: reflexões sobre processo institucional de evidenciação documental como parâmetro de organização.....	39-46
Classificação de documentos de arquivo: o “assunto” como elemento norte-ador dos instrumentos do início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas.....	47-57
Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia: diálogos possíveis.....	58-66
Proposta Metodológica para Avaliar o Enriquecimento Semântico de Objetos Publicados em Linked Data.....	67-76
Observações Pragmáticas na Indexação Social.....	77-84
Implicações da Pós-verdade na indexação de recursos informacionais.....	84-95
A Organização do Conhecimento como domínio de estudo da Ciência da Informação: uma reflexão a partir dos aspectos epistemológicos.....	95-104
A Arquivologia na Organização do Conhecimento: uma análise de domínio nos periódicos Knowledge Organization e Scire.....	105-113
Plataformas Musicais: uma abordagem semiótica da Organização da Informação Musical.....	114-124

Dimensão Aplicada da Organização do Conhecimento

Construindo equivalências: a aplicabilidade da classificação funcional por tipo documental no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – Fiocruz.....	126-136
Colaboração científica no periódico Knowledge Organization: elementos para caracterização de um domínio.....	137-144
Indexação: uma análise da produção científica no capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization (ISKO – Brasil).....	145-155
A presença da produção científica brasileira na revista Knowledge Organization no século XXI.....	156-165

A influência dos estudos semânticos no processo da indexação.....	166-175
Schema.org para recuperação da informação em redes sociais.....	176-182
Organização e representação do conhecimento no Poder Judiciário brasileiro: uma avaliação taxonômica das movimentações processuais dos Tribunais Regionais Federais.....	183-198
Plano de Classificação do arquivo institucional da Academia Brasileira de Letras: análise e proposta de melhoria.....	199-208
Metodologia para a representação de fotografias de escultura sacra como patrimônio histórico cultural.....	209-218
Análise de Domínio no contexto da mineração no Brasil.....	219-225
Plano de classificação do Serviço de Diagnóstico por Imagem do Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense: a identificação arquivística como processo intelectual de análise.....	226-236
Parâmetros para avaliação de vocabulários SKOS.....	237-245
Recuperação da Informação em Repositórios de Fanfictions: investigação preliminar.....	246-254
TemaTres: Uma análise acerca de suas funcionalidades.....	255-262
Aplicação do Modelo de Leitura para a Indexação de Fotografias criado baseado no Método Complexo e nas Funções Primárias da imagem.....	263-270
A abordagem contextual na organização dos arquivos pessoais: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC).....	271-277
Em direção a uma conceição geral das garantias: primeiras anotações.....	278-286
A Semântica na Organização do Conhecimento Arquivístico: O caso dos Tesauros Funcionais.....	287-297
Fotografias nos arquivos pessoais: o contexto de produção para organização dos acervos nas instituições.....	298-308
Proposta de um modelo de Ontologia para a Biblioteca Virtual em Saúde em Doenças Infecciosas e Parasitárias: OntoDIP.....	309-320
A inserção da Folksonomia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.....	321-330
Avaliação de modelos de descrição de processos judiciais.....	331-341
Mapeamento da produção Norte e Nordeste sobre Indexação de Imagens: um estudo a partir dos repositórios institucionais.....	342-349
A Classificação de Informações Estatísticas: conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais.....	350-360
Plataformas, Plataformização e Ecossistemas de Software nas bases de dados acadêmicas: aspectos conceituais.....	361-371

O discurso em ontologias: uma abordagem a partir da Semiótica Discursiva.....	372-381
Padronização terminológica para o acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde: criação de uma política de indexação e estruturação de um vocabulário controlado.....	382-389
Análise de imagens em histórias em quadrinhos: uma proposta.....	390-397
A Representação da Informação e do Conhecimento nos Repositórios em Saúde do Portal do DATASUS: Sistemas de Ordenação para o Funcionamento da RAS.....	398-404
Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos.....	405-411
Os Cânones e os Princípios da Catalogação, e os Princípios do RDA: aproximações e rupturas.....	412-418
A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação biblio-gráfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos.....	419-431
Análise do controle de vocabulário em repositórios institucionais brasileiros.....	432-440
Uma comunidade, uma prática e um glossário: a análise do domínio Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé.....	441-450
Atuação bibliotecária em repositórios de dados de pesquisa: da perspectiva da <i>entrega</i> à perspectiva do <i>acesso</i>	451-458

Dimensão Política e Social da Organização do Conhecimento

Valores éticos em Organização do Conhecimento: uma análise a partir dos estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP-Marília.....	460-467
A Organização do Conhecimento e o Estatuto da Pessoa com Deficiência: desafios e perspectivas sobre o tratamento da informação para pessoas surdas.....	468-476
Mapeamento da produção científica da Organização do Conhecimento em sua dimensão política e social no Brasil.....	477-484
Estudos feministas no Brasil: Uma análise da produção acadêmica sobre o feminismo na base de dados scopus no período de 2007-2017.....	485-493
Proposta de diretrizes multiculturais para construção de uma política de indexação com foco na cultura africana e afro-brasileira.....	494-503
Memória e Resistência: por uma classificação dos Lugares de Memória Política na América Latina.....	504-513
Organização do Conhecimento em Perspectiva Social: Tesouros e o Compromisso com a Diversidade Cultural.....	514-523
Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da Organização do Conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais.....	524-530

O Islamismo na CDD e CDU: Religião e cultura periféricas nos Esquemas de Classificação Bibliográfica.....	531-549
---	---------

Dimensão Epistemológica da Organização do Conhecimento

The Epistemological Dimension of the Knowledge Organization

Subjetividade, conceito e representação da informação

Subjectivity, concept and information representation

Alexandre Robson Martines (1), Lais Pereira de Oliveira (2), Deise Maria Antonio Sabbag (3)

(1) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Av. Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante – Marília/SP – CEP 17.525-900, profalex_martines@hotmail.com, (2) laispereira2@yahoo.com.br, (3) deisemarian@gmail.com

Resumo

Aborda a subjetividade, o conceito e a representação da informação como elementos inerentes ao acesso ao conhecimento. Objetiva tecer aproximações entre tais tópicos, tendo por fundamento a noção foucaultiana de subjetividade e os aspectos biblioteconômicos de organização da informação pautados no trabalho sobre o conceito e a representação da informação, a fim de debater noções técnicas, sociais e filosóficas acerca desta última. Metodologicamente, constitui pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa, desenvolvida mediante revisão bibliográfica, na qual se recuperaram definições sobre o conceito, a representação da informação e a atuação da Ciência da Informação, assim como o modo pelo qual esses procedimentos podem ser analisados sob os vieses das teorias de Foucault. Os resultados demonstram que o processo de representação perpassa pelo conceito e pressupõe uma linguagem documentária que dialogue com o domínio aplicado. Conclui-se que a representação é sistematizada à base de linguagens, as quais evocam um discurso, sendo este um ato político.

Palavras-chave: Organização da informação; Sujeito; Teoria foucaultiana; Representação da informação.

Abstract

Its approaches the subjectivity, the concept and the information representation as inherent elements to the access to the knowledge. It aims to make approximations between such elements, based on the Foucaultian notion of subjectivity and the librarianship aspects of information organization guided on the work on the concept and information representation, in order to discuss technical, social and philosophical notions about the latter. It constitutes exploratory-descriptive research of qualitative approach, developed through a bibliographic review, in which definitions have been recovered about the concept, the information representation and the actuation of Library and Information Science, as well as the way in which these procedures can be analyzed under the biases of the Foucault theories. The results demonstrate that the representation process runs through the concept and presupposes a documentary language that deals with the applied domain. It is concluded that the representation is systematized based on languages, which evoke a discourse, this being a political act.

Keywords: Information organization; Subject; Foucault's theory; Information representation.

1 Introdução

No âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, processos técnicos de organização da informação são desenvolvidos com vistas à recuperação, que nas bibliotecas é um dos aspectos mais importantes, decorrentes do tratamento informacional (ARAÚJO; PAULA, 2016). Aliás:

em um sistema de informação, a qualidade obtida na recuperação da informação depende substancialmente dos procedimentos e instrumentos utilizados na organização da informação (LIMA; ALVARES, 2012, p. 35).

A subjetividade, nesse ponto, apresenta-se essencialmente pelo fato de serem indivíduos a tratar a informação mediante constituição de representações. Afinal, bibliotecários trabalham por meio de instrumentos, normas e códigos cuidadosamente desenvolvidos com vistas a apoiar o tratamento descritivo e temático, mas ainda assim trazendo

consigo suas concepções e modelos de mundo. Há que se ressaltar também as múltiplas significações advindas do próprio ato de leitura (PINTO, 2018).

Pode-se compreender a subjetividade como “a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82). E de modo mais específico, “como o julgamento que cada indivíduo tem ao interpretar o subjetivo de cada coisa a partir de sua determinada maneira” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 29). Dessa forma, a subjetividade do bibliotecário estará sempre presente na ocasião de representação da informação, já que a interpretação na busca dos descritores é subjetiva (RUAS, 2017).

Na perspectiva temática de organização da informação, para concretização dos processos técnicos de classificação e indexação, é fundamental o trabalho sobre o elemento conceito, que constitui a essência significadora que reúne e compila enunciados

verdadeiros sobre um objeto (DAHLBERG, 1978). Pela própria complexidade inerente ao conceito, a tendência à subjetividade biblioteconômica aumenta, uma vez que o profissional se vê às voltas com o assunto de um item e também com um olhar interpretativo para representá-lo e determiná-lo a partir da compreensão de sua instância caracterizadora, que é o conceito. Nomear é, afinal, uma atividade de linguagem (BUCKLAND, 2017).

Nesse sentido, representar tematicamente a informação contida em um documento, a partir de sua dimensão conceitual, torna-se algo desafiador e a subjetividade, mais uma vez, sobressai. Até porque “não existe uma única possibilidade de representação, pois os contextos mudam de acordo com propósitos estabelecidos para cada momento” (NOVO, 2013, p. 116).

Diante de tais aspectos, é importante desenvolver estudos que tragam a intersecção entre subjetividade, conceito e representação da informação. A presente investigação se insere nessa perspectiva, na medida em que busca tecer aproximações entre tais elementos, tendo por fundamento a noção foucaultiana de subjetividade e os aspectos biblioteconômicos de organização da informação pautados no trabalho sobre o elemento conceito e a representação da informação, a fim de debater noções técnicas, sociais e filosóficas acerca desta última.

Metodologicamente tem-se uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa. Emprega-se revisão bibliográfica junto a obras biblioteconômicas e filosóficas – sobretudo livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos – para alcançar as finalidades propostas. Parte-se do pressuposto central da inter-relação entre a subjetividade, o elemento conceito e a representação da informação.

A pesquisa pode contribuir, em termos teóricos, com a ampliação do corpo de conhecimentos em representação da informação, produzido no âmbito da Ciência da Informação, especialmente por se permitir tratá-lo na intersecção com a teoria presente em Michel Foucault. Em uma via prática pode evidenciar para o próprio contexto biblioteconômico a necessária vinculação com teóricos de outros campos do saber, como forma de possibilitar a compreensão dos fenômenos e ações na dinâmica em que se estabelecem na área.

2 O conceito e a representação da informação

Estabelecer o conceito de algo envolve um ato de nomeação, mas também de atribuição de características, pois, “para designar um conceito não basta nomeá-lo através de palavras, é preciso dar um significado a ele, explicando-o de acordo com a realidade de um contexto” (NOVO, 2013, p. 119).

Nesse sentido, o conceito acaba simplificando a percepção que temos do ambiente e permitindo a identificação dos objetos nele presentes (DIAS; NAVES, 2013).

Nas ações de organização da informação e do conhecimento, o conceito é um elemento central, posto que refletirá a caracterização do termo atribuído a um dado elemento, com vistas a representá-lo. Logo, o trabalho profissional de representar a informação, mediante o conceito, depende da linguagem. Na verdade, “no ofício diário, os bibliotecários lidam com linguagens, com palavras” (SÁ, 2013, p. 45). Linguagem e conhecimento são, então, conforme Arboit (2012), indissociáveis.

Nessa mesma direção, Dias e Naves (2013, p. 55) reiteram que “para definir em termos adequados o assunto de um texto é necessário que, primeiro, extraiam-se os conceitos que nele estão contidos”. Assim sendo, o trabalho biblioteconômico de representação temática da informação é sustentado pelo olhar sobre o elemento conceito.

É a partir dele que se forma uma concepção capaz de ser transmutado em um termo de indexação, caracterizador do assunto. Então, é dessa maneira que a representação temática se concretiza, pautando-se pelo conceito para chegar, por fim, ao termo representativo do conteúdo tratado no documento. Ressalta-se que, na Ciência da Informação o assunto tem valor notável no processo de representação da informação (MEDEIROS; VITAL; BRÄSCHER, 2016).

Essa modelagem conceitual, portanto, corporifica o assunto, em processo de tratamento informacional eminentemente intelectual. Desse modo:

valendo-se de que o processo de tratamento da informação é puramente intelectual, que o profissional deve se ater à completude do processo de representar o documento, sem se esquecer da função dessa representação para os usuários [...] (SOUSA, 2013, p. 139).

Considerando que “a principal função das bibliotecas é a organização dos conhecimentos existentes em suas coleções” (ALENCAR, 2019, p. 78) tem-se que a organização da informação “em contexto de bibliotecas se dá notadamente nas atividades de Catalogação, Classificação e Indexação” (SALES, 2011, p. 56). A primeira corresponde ao tratamento descritivo e as duas últimas ao tratamento temático.

Em suma, a representação da informação:

trabalha com as questões de acesso à informação que se delimitam nas características documentais de conteúdo e forma, tais como: autoria; título; assunto e dados de imprensa da publicação (NOVO, 2013).

Há que se considerar, portanto, que o ato de representar não é simples. “A representação é um processo mental pelo qual o indivíduo busca o significado” (NOVO,

2013, p. 116). Ao representar, substitui-se “uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada” (NOVELLINO, 1996, p. 38). Durante a representação estreita-se ainda, a relação sujeito X objeto, como forma de alcançar a interpretação do mundo que será representado (NOVO, 2013) intermediado pela linguagem.

2.1 Representação da informação: interface entre o conhecimento e a subjetividade

A informação é elemento fundamental para a Ciência da Informação, tendo em vista que sua organização e representação são ações seculares para a compreensão e acesso ao conhecimento produzido pelo ser humano. Assim, há que se entender os procedimentos de classificação, categorização, indexação e recuperação de informações tanto em bibliotecas quanto no contexto organizacional junto a gestores do conhecimento, pelo entendimento do próprio fluxo informacional pertinente à informação organizacional.

Diante desse contexto, dois pontos são relevantes para a representação adequada da informação. O primeiro é a linguagem documentária, consigo os aspectos que tangem à indexação, como a atuação do indexador, a leitura técnica a fim de recuperar os conceitos do documento e, por conseguinte, fazer a tradução em termos específicos para a representação da informação veiculada de modo a concretizar a representação do conhecimento presente no documento.

Nisso, compreendendo que a indexação é um processo cognitivo (PINTO, 2018) há que se pensar na ação profissional nesse âmbito. Fujita e Rubi (2006, p. 1) definem a atuação do indexador:

O indexador é um leitor que interage com o texto para cumprir o objetivo da indexação. Nessa interação, o indexador lê o texto. Partindo dessa constatação, o estudo da leitura oferece uma outra perspectiva para a compreensão do processo de indexação e das dificuldades de um indexador frente a um documento.

O outro ponto é o fluxo de informação, consigo a canalização da informação organizacional a ser selecionada, portanto recuperada. Diante disso, a presença do sujeito informacional, responsável pela seleção e articulação das informações, representadas e organizadas pelo profissional, é determinante para agilidade e qualidade das estratégias competitivas da organização.

Esse conjunto de informações organizadas, portanto selecionadas para representar o fluxo informacional determinante para o desenvolvimento e estruturação das estratégias adotadas para atuação da organização em um núcleo mercadológico, evoca um conhecimento específico compreendido por uma determinada comunidade discursiva.

Ademais, a atuação de um profissional para definir a relevância da informação, ou selecionar o léxico adequado para representá-la, isto é, um vocabulário controlado como um tesouro, que seja voltado a um determinado domínio. Teixeira e Valentim (2017, p. 86) apontam os fatores que corroboram para um ambiente organizacional:

Para compreender o processo de busca de informação é necessário compreender as dimensões cognitivas, emocionais e situacionais do ambiente organizacional. A concepção de organização nos remete a noção de elemento vivo, dinâmico e em constante desenvolvimento, bem como se compreende o sujeito organizacional como um agente criativo e transformador, além da estrutura física que alicerça as ações desse sujeito.

Há um terceiro procedimento importante para a representação da informação, é a tecnologia. Porém, esta elimina o papel da subjetividade na organização e representação, pois descarta a presença do sujeito informacional e até mesmo do indexador no trato com a informação. Há que se atentar que a subjetividade está ligada “não só a opinião de cada pessoa, mas os seus sentimentos, percepções ao determinar o significado” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 30). Sendo que a ausência da subjetividade no processo evita aquilo que Foucault define como subjetivação.

Se por um lado, a presença de um sujeito mediando a informação e os sistemas de representação já evoca o processo de subjetivação, por outro, a ausência desse sujeito, isto é, a atuação exercida pela máquina, torna a objetivação proeminente e salutar. Processos de objetivação, aliás, representam uma das formas para aplicação dos pressupostos da Ciência Moderna na Ciência da Informação (SILVA; FREIRE, 2013). Assim:

Para Foucault, a subjetivação é um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os "modos de subjetivação" ou "processos de subjetivação" do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, 2005, p. 82).

Portanto, entende-se que as representações automatizadas sofrem, através da sistematização, um processo de objetivação, isto é, as práticas são determinadas por cruzamentos de informações e processamento padronizado, diminuindo categoricamente os riscos de erros. Porém, talvez ainda não garantam precisão quando se refere à totalidade da informação representada e recuperada.

A presença de um sujeito prevê aspectos de subjetivação no processo representativo. A

subjetividade é um elemento que pode comprometer a regularidade e precisão no tratamento informacional ou na recuperação de informação organizacional.

Por mais que este sujeito seja um profissional experiente, bem treinado e altamente competente, fatores intrínsecos à humanidade, sua formação cultural e aspectos de ideologia e percepção da realidade são imponderáveis, estando ele suscetível a equívocos.

A subjetividade “é formada através das crenças e valores do indivíduo, com suas experiências e histórias de vida” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 31). Logo, é inerente às ações dos sujeitos, já que estes são moldados por discursos, enunciados, historicidade, ideologia, linguagem, aspectos sociais, capital cultural, influências cognitivas, envolvimento inconscientes.

Diante disso, entende-se que, se por um lado a Ciência da Informação tem dificuldade para definir procedimentos, metodologias e ferramentas de representação e organização da informação e do conhecimento; por outro, delimita-se diante da subjetividade, que interfere desde a compreensão do intangível, do alinhamento do conhecimento aos conceitos, ou seja, a tradução do tácito em palavras, situação que prevê a relação binômica termo-conceito, a qual evoca a análise de domínio, já que ganham forma e significado inseridos em um contexto, ou seja, diante de uma comunidade discursiva.

A linguagem é outro fator que pressupõe subjetividade, já que é reflexo de uma atuação cultural. Muitas vezes a linguagem funciona como registro de um grupo social; assim, a representação da informação em vocabulários controlados e especializados deve passar pelo processo de objetivação e atender às exigências estabelecidas por instrumentos como os tesouros. A este respeito Ruas (2017, p. 23) afirma que:

vocabulários controlados são extremamente importantes para o processo de indexação, pois sem eles a subjetividade do profissional indexador pode se sobrepor a uma interpretação que deveria de ser um pouco mais técnica.

No entanto, quando ganha outras proporções, como a classificação e categorização do conhecimento, a linguagem interfere na atuação dos sujeitos, por mais que a Linguagem Documentária preveja a univocidade. Foucault defende a ideia de genealogia, em que o conhecimento não deva ficar preso à estruturação positivista, mas sim “uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (REVEL, 2005, p. 84).

A subjetividade representa o julgamento individual sobre algo e, no caso das ações de organização da informação manifesta-se de modo significativo, especialmente na dimensão do tratamento temático.

2.2 Subjetividade e conhecimento: os procedimentos de objetivação na representação, organização e recuperação da informação

Conhecimento é poder. E dentro dessa concepção:

Poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Os fluxos informacionais são estratégias de governamentalidade, como aponta Foucault, visto que os processos de recuperação da informação são estratégias peculiares, de contato restrito e que apenas são possíveis àqueles que possuem condições de acesso: conhecimento sobre a existência das informações, infraestrutura física e virtual, acessibilidade financeira para custear a acessibilidade às informações. O conjunto de informações propulsiona as estratégias de atuação, por conseguinte os meios de desenvolvimento e difusão do conhecimento.

Teixeira e Valentim (2017, p. 83) apontam que:

nos ambientes organizacionais a velocidade e a precisão assumem fundamental importância no que tange a recuperação da informação pelo seu valor estratégico para a tomada de decisão.

E assim o é em todo e qualquer contexto informacional, guardadas as devidas particularidades. Tal dinamismo é reflexo da tecnologia, aparato fundamental para o gerenciamento de informações, assim como recuperação e disseminação, porém, são decisões governamentais, que interferem na economia, educação e infraestrutura, que possibilitam o acesso à informação por parte dos usuários.

Dessa forma, percebe-se que não há isonomia no acesso à informação. O conhecimento produzido pela humanidade é um produto, como tal também é um elemento de regulação governamental, portanto pode ser entendido como biopolítico.

Esses fatores contribuem para ilustrar os processos, de subjetivação e objetivação diante do conhecimento, pois aquilo que é oferecido à sociedade é que vai determinar suas ações.

Vygotsky, por exemplo, define a potencialidade de desenvolvimento do conhecimento pessoal, a chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (FINO NOGUEIRA, 2001), conforme a interação do indivíduo com o conhecimento, ou com a informação. Contudo, há que se ter em vista que à medida que a subjetivação não lhe impede, a objetivação está a garantir que ela aconteça.

Diante disso, é importante buscar certa objetivação na representação do conhecimento, que também vai incidir no processo de recuperação – ainda que essa

incidência não seja inequivocamente comprovada. Uma das vias para isso é a utilização de linguagens documentárias padronizadas no processo representativo.

Ainda assim, corre-se o risco de a linguagem documentária ser restrita e nem todos os indivíduos terem acesso a essa linguagem. Dessa maneira, é possível haver algum tipo de dificuldade agindo nas condições de acesso, limitando a compreensão do fluxo informacional, seja por uma questão de representatividade, seja por não pertencer a uma determinada comunidade discursiva.

Nessa medida, a informação veiculada é representativa para um certo domínio, para um sujeito cognoscível, porém há questionamentos quanto à sua clareza frente ao indivíduo que não pertença a uma determinada área científica, ou seja, a linguagem científica modela seus descritores para que sua comunidade possa recuperar as informações sem dificuldades, portanto um cenário de subjetivação por não se caracterizar como informação completa, passível de ser compreendida em qualquer contexto ou cenário, ou ainda que seja compreendida, este procedimento ocorre à base de convencionalidades.

Deve-se lembrar, pois, que sua exterioridade condiciona a forma de pensar, agir e sentir desse indivíduo, através da biopolítica. Dessa forma, a consciência pode garantir uma objetividade autêntica (VIDOR, 2013).

Sendo assim, pode-se entender que o conhecimento gerenciado pelo Estado, produto de relações liberais pelas empresas que determinam o fluxo de informação e os procedimentos de recuperação, é objetivado ainda por procedimentos pedagógicos positivistas e cartesianos para que o acesso seja limitado. Ou seja, a historicidade dos integrantes da sociedade frente ao acesso à informação e à compreensão do conhecimento é em um modelo arqueológico, e não interligado e debatido como prevê a genealogia. O mesmo tem ocorrido nos instrumentos informacionais de representação e organização.

Foucault (1979, p. 283) ainda define: “governar é governar as coisas”. Destarte, também é governar informação e conhecimento. A objetivação resultante de uma intervenção da governamentalidade promove uma subjetivação na atuação dos indivíduos.

O processo de exterioridade garante a padronização das emoções e das sensações, quando não dos sentimentos. Desse modo, percebe-se a interferência liberal na idealização das necessidades das pessoas, como ainda a padronização das atividades.

Nessa perspectiva, é interessante se pensar como o indivíduo é responsável pela recuperação das informações e, assim, gerenciar o fluxo de informação. O ambiente organizacional é moldado pelas intenções,

todavia é importante entender que há um sujeito mediando a seleção e a recuperação de informação. Dessa forma, Teixeira e Valentim (2017, p. 86) definem o sujeito organizacional:

O sujeito organizacional é o principal agente do processo de acesso, busca e recuperação da informação, pois é dele que parte a motivação e o estímulo para iniciar o referido processo.

Outrossim, torna-se perspicaz a discussão sobre as motivações que constituem esse sujeito organizacional, pois a sua subjetividade deve ser conduzida pela objetivação emocional, cognitiva, já que é a objetivação que determina e rege as situações, assim como esse sujeito. Ademais, todo conhecimento é político. A sua representação também é política, tendo em vista, principalmente, que essa ação se efetiva através de linguagens próprias: as linguagens documentárias.

Uma linguagem documentária prevê um domínio e uma comunidade discursiva: situações também políticas. O conhecimento é organizado através de sistemas de organização pré-estabelecidos: taxonomias, sistemas de classificação, tesouros, etc. São representados por uma linguagem específica e controlada. Essa linguagem modela conceitos através de termos específicos, que ganham força no enunciado e proferem discurso, porque pertencem a um domínio, sendo este definido por uma comunidade.

Diante disso, entende-se que, sendo o conhecimento um ato político, é passível de governamentalidade. Sendo assim, por ter procedimentos específicos é biopolítico. De modo que:

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Essas circunstâncias são responsáveis por processo de subjetivação, além da contribuição dinâmica da linguagem. Através dela que o conhecimento sofre o processo de representação, por conseguinte a objetivação ou busca dela. “A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seja sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem” (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Assim, entende-se que o conhecimento objetivado e ressignificado, se é fracionado, arqueológico, as marcas discursivas de quem profere somem, poder disciplinar é efetuado, por isso a genealogia é importante, pois resgata, além das participações históricas, as relações discursivas, permitindo o confronto dos enunciados.

Como ressalta Foucault (1979, p. 21):

todo poder é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como

instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial.

Assim, percebe-se a intervenção da governamentalidade, que por sua vez constitui fator cultural responsável pela sistematização da representação e da recuperação do conhecimento. “A organização do conhecimento é um poder, porque todo saber tem sua gênese em relação de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 21).

2.3 Subjetividade, cultura e linguagem: o signo linguístico e sua função na constituição do discurso

A cultura é a base para a sistematização de qualquer procedimento, costume, ritual. Por conseguinte, esses fatores são motivadores de registros linguísticos, assim como de comportamentos, percepções e práticas de trabalho; também modo de pensar, agir e de se relacionar. A cultura, assim como os aspectos da linguagem de um grupo social, é delimitada pelas contribuições históricas.

Bourdieu (2004) aponta as constituições estruturais de uma sociedade e como esta se comporta na edificação do capital cultural. É importante compreender que para o sociólogo há a necessidade de classificar o que é pertinente ao estruturalismo e ao construtivismo, pois seu entendimento permite a percepção dos elementos sociais que são externos à vontade e consciência dos indivíduos, assim como a contribuição individual na formação da malha de conhecimento do coletivo. Em resumo:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004, p. 149).

Diante disso, percebe-se que os elementos sociais que são apresentados para os indivíduos sob a tendência estruturalista contribuem para a objetivação desse grupo, pois a constituição da história oferecida ocorre através de representações estáticas, à base de documentos, que determinam valores, costumes, procedimentos sem a reflexão ou intervenção. O discurso constituído é fundamentado por uma vontade de verdade, quando não acompanhado de palavras proibidas.

Assim, entende-se que a história estruturalista com o viés arqueológico contribui para a formatação do

indivíduo, pois a representação do conhecimento pode ser entendida sob um processo histórico que é:

o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda parte formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 2015, p. 8).

Portanto, o conjunto documental que define os procedimentos, os rituais, o fluxo de informação, a representação e a organização do conhecimento, isto é, a Cultura Informacional de um grupo social é responsável pelo processo de objetivação, visto que a subjetividade de cada integrante é modelada pela necessidade coletiva e pela representação informacional presente nos documentos. Assim:

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2015, p. 8).

A linguagem é outro fator importante na organização da sociedade, tanto como imprescindível na organização e representação informacional. Por mais que a linguagem social estabeleça parâmetros normativos de registro, a interação entre os indivíduos é precípua para a revitalização do léxico e a evolução da língua. Em Saussure *et al.* (2006) tem-se essa dicotomia da linguagem como *langue* (língua social) e *parole* (ato de fala).

No entanto, para a linguagem documentária ser efetiva e garantir com eficiência a representação da informação e sua organização, assim como a classificação dos conhecimentos em documentos, é necessário que haja a objetivação da língua para garantir os procedimentos, dessa forma, como aponta o linguista, sobressaindo a *langue*, já que se caracteriza por ser um sistema.

A subjetividade da língua compromete a exatidão na indexação ou no resgate de informação, como ainda a classificação, categorização do conhecimento. Portanto, em linhas linguísticas, o tesouro é um processo de objetivação.

A linguagem natural (DAHLBERG, 1978) contribui para a evolução da representação, porém, os conceitos devem ser representados através de termos específicos, com um nível ainda que mínimo, de controle. Esse é o papel cabal da linguagem documentária.

Foucault argumenta sobre a constituição de corpus a fim de definir os documentos que, através de tratamento exaustivo, caracterizam a massa documental, a qual é responsável por ser amostragem do conhecimento e, assim, determinam os procedimentos pertinentes para análise desse material e garantir sua representação.

A linguagem desempenha papel importante, pois as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos por elas traçados, ou, ainda a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamento que as unem (FOUCAULT, 2015), proporcionam as categorizações e definições dos conceitos através de termos, permitindo que a linguagem documentária, dialogando, de modo interdisciplinar com a Terminologia, garanta maior objetividade na representação da informação contida nos documentos.

3 Conclusão

A pesquisa buscou tecer aproximações entre a subjetividade, o conceito e a representação da informação, tendo por fundamento a noção foucaultiana de subjetividade e os aspectos biblioteconômicos de organização da informação pautados no trabalho sobre o conceito e a representação da informação, a fim de debater noções técnicas, sociais e filosóficas acerca desta última.

Constatou-se influência da subjetividade – em níveis de interpretação biblioteconômica – à representação informacional, o que impacta diretamente na seleção e busca da informação.

Pode-se perceber que o elemento conceito, a partir do qual se desenvolve o trabalho de representação – considerando a dualidade termo versus conceito – viabiliza a caracterização e, portanto, interfere diretamente na representação de assunto.

Referências

ALENCAR, A. L. F. Classificação de Black para biblioteca especializada em Odontologia: estudo de caso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-89.

ARAÚJO, E. P. O.; PAULA, C. P. A. A subjetividade e os desafios do tratamento informacional: influência no processo de catalogação e implicações na recuperação da informação em ambientes digitais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016. **Anais [...]**. Manaus: UFAM, 2016.

ARBOIT, A. E. Sobre o processo de construção social da “linguagem natural” e suas implicações para o domínio de organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUCKLAND, M. **Information and society**. Cambridge: MIT Press, 2017.

CONCEIÇÃO, L. **Uma análise da subjetividade na indexação de obras de literatura infanto-juvenil em**

A modelagem conceitual acaba por estabelecer-se em toda a sua dinamicidade, considerando ainda as influências da linguagem para todo esse trabalho sobre a mesma, ponto em que se observa a necessidade de instituir traços de objetividade, tendo como fonte as linguagens documentárias.

Nesse sentido, também é possível pensar nas intersecções com o poder e a cultura, na medida em que somos produto da última. Ao mesmo tempo, toda e qualquer ação representacional incorrerá em uma determinação pessoal-profissional – aqui por conta da subjetividade – sobre o que é válido evidenciar para o usuário da informação, ou seja, uma ação de poder.

De todo modo, o trabalho biblioteconômico sobrepe-se a instâncias significadoras, posto que muitas vezes é a linguagem documentária que irá regular o uso de um dado termo, perdendo-se o vínculo necessário com o conceito trazido no item.

Estudos futuros podem se dedicar a ampliar as discussões sobre a intersecção entre subjetividade, conceito e representação da informação, detendo-se mais atentamente a um dos processos técnicos de tratamento temático, como a indexação de assunto.

Além do que, podem estabelecer novos vínculos entre as literaturas biblioteconômica e filosófica no intento de descobrir parâmetros para as ações de organização e representação informacional em vias de fortalecer a busca e a recuperação.

bibliotecas escolares. 2018. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

NOGUEIRA, C. F. Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): Três implicações pedagógicas. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 14, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414212>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero**, João Pessoa, PB, v. 7, n. 3, 2006.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-48.

MEDEIROS, G. M.; VITAL, L. P.; BRÄSCHER, M. Tratamento temático da informação em documentos arquivísticos: estudo dos anais da ISKO e do GT2 do ENANCIB. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, PB, v. 9, n. 1, jan./ago. 2016.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NOVO, H. F. Representação do conhecimento ou representação conceitual? uma investigação epistemológica no âmbito da Ciência da Informação e da Filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 114-129, dez. 2013.

PINTO, L. Significados e contextos: leitura e interpretação na Ciência da Informação. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 16, n. 3, p. 338-354, set./dez. 2018.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUAS, Y. S. **A objetividade versus a subjetividade do bibliotecário no processo de indexação**. 2017. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

SÁ, A. T. Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 27, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2013.

SALES, R. Representação de domínios em Biblioteconomia e Arquivística. *In*: SILVA, F. C. C.; SALES, R. (org.). **Cenários da Organização do Conhecimento**: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 45-70.

SAUSSURE, F. *et al.* **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Os indícios da ciência moderna aplicados à Ciência da Informação: algumas considerações. **Informação e Informação**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 98-113, set./dez. 2013.

TEIXEIRA, T. M. C.; VALENTIM, M. L. P. Processo de busca e recuperação de informação em ambientes organizacionais: uma reflexão teórica sobre a subjetividade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 82-97, 2017.

VIDOR, A. A objetividade da subjetividade. **Revista Saber Humano**, Restinga Sêca, v. 3, n. 4, p. 68-75, 2013.

Comunicação Dialógica e Ciência da Informação: Modelo para a Organização e Representação do Conhecimento

Dialogical Communication and Information Science: model for the Organization and Representation of Knowledge

Heliomar Cavati Sobrinho (1), Luciana Maria Fernandes Silva (2) Bernadete de Souza Porto (3)

Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza – Ceará.

(1) heliomarcavati@yahoo.com.br. (2) lucianamariafsilva@yahoo.com.br (3) bernadete.porto@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar um modelo de “Comunicação Dialógica” para a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, ressaltando a importância da Linguagem Documentária como instrumento simbólico na construção do “conhecimento autêntico” em todos os processos do seu ciclo social de construção, comunicação e uso. Neste sentido, é utilizada como metodologia a análise da revisão de literatura de algumas obras de teóricos e pesquisadores de áreas interrelacionadas, como Freire (1975), Hessen (2003), Morin (1998, 1999), Vygotsky (2002), dentre outros, que vêm contribuindo com a discussão da temática em foco. Esse trabalho conclui que, por meio de uma Linguagem Documentária, no âmbito da Ciência da Informação, a “Teoria da Comunicação Dialógica”, que foi preconizada por Paulo Freire, pode ser considerada como uma das abordagens epistemológicas e inovação tecnológica capaz de apresentar soluções para as necessidades e especificidades científicas do processo de organização e representação da informação e do conhecimento, pois a aplicação e uso dessa teoria permitem a construção de um “conhecimento autêntico”.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Linguagem Documentária. Comunicação Dialógica. Conhecimento Autêntico.

Abstract

The objective of this article is to present a model of "Dialogic Communication" for the Organization and Representation of Information and Knowledge, in the scope of Information Science, emphasizing the importance of Documentary Language as a symbolic tool in the construction of "authentic knowledge" in all processes of its social cycle of construction, communication and use. In this sense, it is used as methodology the analysis of the literature review of some works of theoreticians and researchers of interrelated areas, such as Freire (1975), Hessen (2003), Morin (1998, 1999), Vygotsky (2002) which have contributed to the discussion of the theme in focus. This paper concludes that, through a Documentary Language, in the scope of Information Science, the "Theory of Dialogical Communication", which was advocated by Paulo Freire, can be considered as one of the epistemological approaches and technological innovation capable of presenting solutions for needs and specificities of the process of organization and representation of information and knowledge, since the application and use of this theory allows the construction of an "authentic knowledge".

Keywords: Information Science. Organization and Representation of Information and Knowledge. Documentary Language. Dialogical Communication. Authentic Knowledge.

1 Introdução

Considerando as características pós-modernas da Ciência da Informação, segundo Kuhn (1993), torna-se necessário, então, considerá-la não sob a ótica da ciência clássica, que prevê/defende a ordem, separabilidade e lógica, mas sim sob a perspectiva do pensamento pós-moderno. Este se fundamenta na teoria da complexidade e na teoria do caos, originando, por

exemplo, o denominado efeito borboleta, no qual a ordem, a separabilidade e a lógica são complementadas por suas três vertentes: discutir sem dividir, a imprevisibilidade e a oposição da racionalização fechada à racionalização aberta, preconizadas por Morin (1998).

Baseando-se nessas vertentes, percebe-se relevante a liberdade de estudar a Ciência da Informação com seus enfoques multi e interdisciplinares - na perspectiva

paradigmática de Kuhn (1993), contextualizada por Cavati Sobrinho, Moraes e Fujita (2012) - sem, no entanto, desconsiderar a sua totalidade e a sua função social de organizar e representar o fluxo da informação e do conhecimento.

É importante esclarecer que se considera, neste trabalho, a Ciência da Informação sob a perspectiva Kuhniana, sem entrar na discussão saudável e aprofundada sob o contexto em que foi criada, que requer outra abordagem a partir de um outro ponto de vista.

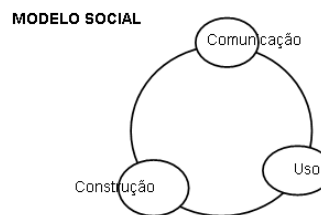
Portanto, sob a perspectiva Kuhniana, as reflexões levantadas nesta pesquisa buscam a necessária tomada de consciência sobre o tema em foco no intuito de possibilitar a discussão de novos conhecimentos. Uma tentativa de se chegar, aprioristicamente, a um “lugar comum” sobre o conhecimento do processo de construção do próprio “conhecimento”, a partir das premissas da “comunicação dialógica” (FREIRE, 1975) [1], considerando a Linguagem Documentária como um instrumento de comunicação entre a informação e o usuário, portanto, como fomentadora da construção do “conhecimento autêntico” (FREIRE, 1975).

2 Conhecimento e Comunicação

Segundo Hessen (2003) [2] a essência do conhecimento está correlacionada entre o sujeito (psicologia) e o objeto (realidade), sendo este objeto interdependente da consciência do sujeito que percebe. Logo, o conhecimento é psicológico (subjetivo) e lógico (objetivo) e interdependente do que ele é em-si, de acordo com a percepção deste sujeito acerca de um determinado fenômeno.

Contribuindo com esse enfoque apriorístico, encontra-se a Comunicação Social, a Linguística e a Teoria do Conhecimento, disciplinas cujo objeto de estudo apresenta-se sob vários aspectos, presentes em todos os processos do modelo social (Figura 1) do ciclo da informação: construção, comunicação e uso, “que se sucedem e se alimentam reciprocamente” (LE COADIC, 1996, p. 10-11). Isto se evidencia principalmente na comunicação que, se não for compreensível para quem comunica e é comunicado, não só no domínio dos símbolos e significados da linguagem, mas na compreensão cultural um do outro, por meio de uma intermediação do repertório de cada um, acaba não favorecendo o que Freire (1975), denomina de “conhecimento autêntico”.

Figura 1 - O Ciclo da Informação.



Fonte: Le Coadic, 1996, p. 11.

Conhecimento que, segundo Tálamo (2004, p. 2-3), constrói-se da seguinte forma:

O conhecimento, ou mais exatamente sua produção, requer três elementos para se concretizar: o sujeito, a linguagem e o objeto a ser conhecido. Embora banal esta afirmação, sua implicação para a compreensão do modo pelo qual o processamento intelectual da informação se desenvolve é fundamental. De fato, não se pode conceber um processo de conhecimento na ausência do sujeito. Quem conhece, por sua vez, conhece sempre algo. E para isso é fundamental a ação da linguagem, isto é do sistema simbólico. É, portanto, na relação entre esses três componentes que interações entre processos, estratégias e representações se estabelecem dando origem à base cognitiva das capacidades humanas que respondem pela construção do conhecimento.

Neste sentido, para a construção do conhecimento, intermediando os sujeitos, a linguagem e o objeto, faz-se imprescindível a comunicação.

A comunicação é inseparável da linguagem, das relações interpessoais, das estratégias coletivas, da transmissão das informações, da aquisição de conhecimento, da confirmação/verificação dos dados. Assim, a relação com o outro conduz ao desenvolvimento do conhecimento tornando-se uma dialética ação/conhecimento/comunicação (MORIN, 1999, p. 64).

Soares discute a Comunicação Social como um ecossistema comunicacional deslumbrante e ao mesmo tempo temido no mundo contemporâneo, fazendo uma “leitura em profundidade da condição de ser-em-comunicação, própria de cada ser humano, enquanto fonte, agente ou receptor dos processos de comunicação” (SOARES, 1996, p. 7).

Para Le Coadic (1996) comunicação é um processo intermediário que permite a troca de informações entre as pessoas.

Processo este pertinente no ciclo da informação, pois,

A conversão da *informação* em *conhecimento*, sendo este um ato individual, requer a **análise e a compreensão da informação**, as quais requerem, por sua vez, o

conhecimento prévio dos códigos de representação dos dados e dos conceitos transmitidos num processo de **comunicação** ou gravados num suporte material (ROBREDO, 2003, p. 12, grifo nosso).

Robredo (2003, p. 22) considera, ainda, a importância da comunicação para a Ciência da Informação, da seguinte forma:

A comunicação e a transmissão oral, com o suporte ou não de técnicas próprias da mídia de massa, podem desempenhar um papel significativo na transferência do conhecimento, e a este título devem interessar aos estudiosos da ciência da informação, já que por si só abrem para ela um espaço no domínio maior das ciências sociais aplicadas.

Segundo Wersig (1993) citado por Robredo (2003, p. 64),

As leis bibliométricas e a tecnologia da informação desempenham um importante papel na ciência da informação, e reforçam a relação interdisciplinar desta com outras disciplinas como a comunicação, a psicologia e a linguística, devendo desenvolver modelos, redefinir conceitos inter-relacionados e cruzar esses modelos e conceitos na busca de soluções para os problemas decorrentes das mudanças do papel do conhecimento na sociedade.

Embora Kobashi e Tálamo (2001) vejam com ressalva os empréstimos conceituais de disciplinas como a Comunicação, pela Ciência da Informação, pois geram indeterminação terminológica e, conseqüentemente, problema na caracterização do seu campo conceitual, procura-se, neste artigo, tomar os cuidados necessários para que isto não aconteça.

Mas qual modelo de comunicação é o mais adequado à organização e representação da informação e do conhecimento, considerando a Linguagem Documentária sob a perspectiva de ser um instrumento de comunicação entre a informação e o usuário?

3 Comunicação Dialógica e Conhecimento Autêntico

Lima (2001) contribui com a resposta a essa pergunta ao disponibilizar um quadro comparativo dos Modelos Teóricos para Estudo das Comunicações, cujos modelos são os de Manipulação, Persuasão, Função, Informação, Linguagem, Mercadoria, Cultura e o Diálogo, este, o que nos interessa no momento.

Segundo Lima (2001, p. 51),

o modelo da comunicação como Diálogo, elaborado por Paulo Freire ainda no final da década de 1960, retoma um lugar importante nas teorias das comunicações com as potencialidades abertas pelas novas tecnologias

interativas, produto da revolução digital. Se até recentemente esse modelo parecia inadequado para qualquer tipo de aplicação no contexto da chamada “comunicação de massa”, unidirecional e centralizada, hoje a nova mídia reabre as possibilidades de um processo dialógico mediado pela tecnologia. **Dessa forma, o modelo normativo construído por Freire ganha atualidade e passa a servir de ideal para a realização plena da comunicação humana, em todos os níveis** (grifo nosso).

Freire (1975) ao analisar o problema da comunicação entre o técnico e o camponês, no processo de desenvolvimento da nova sociedade agrária, fornece uma importante contribuição não só para a Comunicação Social como, também, para a Ciência da Informação, pois para o desenvolvimento da organização e representação da informação e do conhecimento é imprescindível que ocorra o diálogo, baseado em uma linguagem em comum – a Linguagem Documentária -, entre aqueles que se comunicam, e visões de mundo que se interpenetram e que mediatizam, problematizando a construção do conhecimento através da apreensão da informação.

Para Freire (1975),

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1975, p. 52).

Conhecimento que para Freire (1975) se constrói a partir de uma presença ativa e curiosa dos sujeitos que se comunicam frente ao mundo e a realidade da qual fazem parte, exigindo uma reflexão consciente e crítica sobre os aspectos do ato de se reconhecerem conhecendo, assim como seus condicionamentos. Ou seja, o processo de comunicação humana não pode estar isento dos condicionamentos socioculturais, pois “o homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação”. (FREIRE, 1975, p. 76).

Para que isso ocorra,

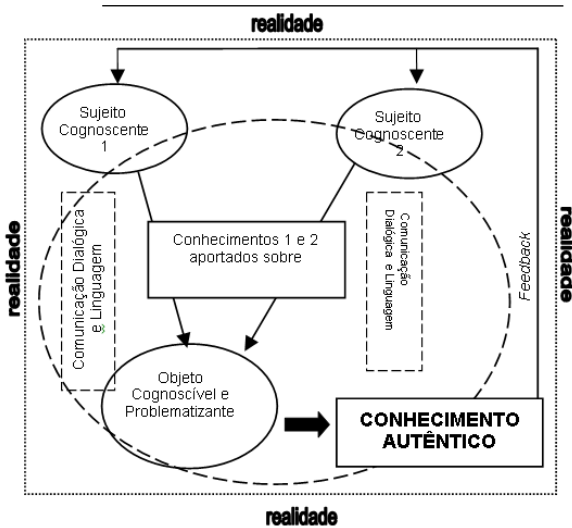
[...] é necessário que na situação educativa [ato de comunicar], educador e educando [comunicador e comunicante] assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer (FREIRE, 1975, p. 28).

Por conseguinte, no processo de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento a Linguagem Documentária funciona como instrumento

comunicativo que possibilita a mediação entre o comunicador (o sistema de informação) e o comunicante (usuário) que buscam atender à necessidade de conhecer.

Na Figura 2, a seguir, é possível visualizar este processo de construção do conhecimento: em um dado contexto da realidade, dois sujeitos cognoscentes aportam seus conhecimentos sobre um objeto cognoscível problematizante, gerando um “conhecimento autêntico”, que os retroalimenta, sendo todo este processo permeado pela linguagem, com seus signos e significados, por meio da comunicação dialógica.

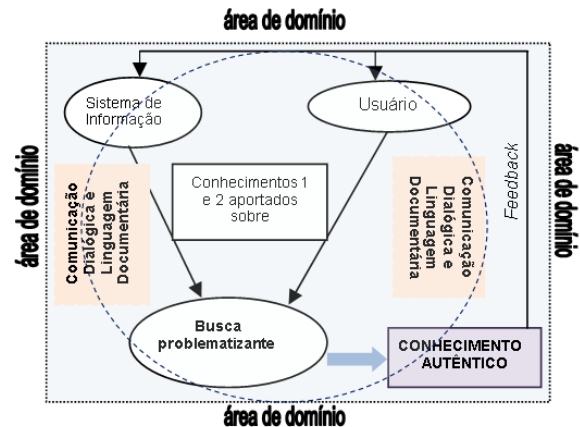
Figura 2 - Conhecimento autêntico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, a Linguagem Documentária, se construída por intermédio da comunicação dialógica, permite que o sistema de informação se comunique com o seu usuário, que aportaram os seus conhecimentos (o repositório do sistema representado pelos descritores da Linguagem Documentária e o conhecimento do usuário), na busca. O resultado gerado será tão pertinente quanto mais a comunicação seja dialógica, formando, um “conhecimento autêntico”, quer seja positivo (o usuário encontrou o que queria: uma resposta para a sua dúvida, “informando” ao gestor que a Linguagem do sistema está funcionando), quer seja negativo (o usuário não encontra a resposta exata que queria: seja pelo excesso de informação recuperada ou pela sua inexatidão, “informando” ao gestor que a Linguagem, a comunicação, entre o sistema e o usuário precisam ser revistos), acontecendo assim uma retroalimentação do sistema, conforme a Figura 3, abaixo.

Figura 3 - Conhecimento autêntico e Linguagem Documentária.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ou seja, é preciso que haja uma problematização do que se pretende comunicar, pois ninguém comunica nada sem uma intenção específica e sem saber o que responder. Isso exige que os sujeitos que se comunicam intermedeiem seus conhecimentos a partir de um objeto cognoscível problematizante que permitirá uma reconstrução de seus saberes, constituindo-se em um novo e autêntico conhecimento.

Aqui, abrimos um parêntese para citar a teoria sócio-cultural formulada por Vygotsky (2002), sobre a formação social da mente e o desenvolvimento da inteligência, baseada no materialismo histórico e dialético, que se voltou para o estudo do processo de transformação das funções ‘naturais em funções psicológicas superiores. O autor procurou ir além dos mecanismos biológicos que determinam principalmente as funções primárias, buscando o papel da cultura e das interações sociais no desenvolvimento da inteligência humana. Assim, sem incorrer na negação dos aspectos biológicos da atividade mental, centrou-se na análise dos processos psicológicos exclusivos da espécie humana, estreitamente relacionados com o seu modelo social de organização e que estariam sendo mediados por sistemas simbólicos socialmente construídos.

Deste modo, o enfoque da teoria sociocultural de Vygotsky se efetiva a partir do seu estudo sobre o processo de internalização de sistemas simbólicos, historicamente determinados e culturalmente organizados. Dentre eles, a linguagem tem uma função primordial na formação e organização do pensamento, pois se constitui num sistema simbólico fundamental na mediação entre sujeito e objeto de conhecimento. A linguagem propicia o processo de internalização cultural na medida em que há uma interiorização

progressiva das direções verbais fornecidas pelos membros mais experientes existentes no seu meio. Este processo de internalização ocorre a partir da interação do indivíduo com o grupo social em que está inserido, permitindo a ele construir representações mentais substitutivas dos objetos do mundo exterior, garantindo-lhe novas possibilidades de ações cognitivas.

Neste sentido, o processo de construção do conhecimento, segundo a perspectiva teórica Vygotskiana, se dá do social para o individual. Ele postula, assim, que inicialmente, os processos psicológicos se dão no plano interpessoal, sendo gradativamente internalizados e tornando-se intrapessoais, com o deslocamento da fonte de regulação para o próprio sujeito.

Este processo de internalização não se trata de uma mera transmissão de uma ação externa para um plano interno, mas envolve uma série de transformações recíprocas entre o indivíduo e o meio social no qual se encontra inserido. Ainda que se realize, a princípio, exteriormente para depois se concretizar interiormente, a inserção do indivíduo em uma dada cultura, bem como a apropriação da cultura pelo indivíduo, é um processo subjetivo, marcado intensamente também pelas experiências de cada um. Deste modo, a maneira como cada indivíduo se apropria do sistema simbólico constituído em sua cultura é diferente, pois depende das experiências vivenciadas e problematizadas na interação consigo próprio, com o outro e com o mundo.

A problematização, portanto, é um passo fundamental em qualquer processo de comunicação no interior de uma cultura.

A problematização, portanto, é um passo fundamental em qualquer processo de comunicação. No caso dos Boletins de Conjuntura Econômica, por exemplo, essa problematização ocorre entre o processo em que se busca descrever a realidade econômica do país e às necessidades informacionais dos seus usuários - que muitas vezes é o próprio “problematizador” e comunicador, ou seja, é uma representação para si mesmo, visando à construção de uma memória documental que subsidie decisões, normalmente em nível de formulação de políticas públicas futuras, exigindo uma linguagem de comunicação inteligível, assim como formas de representação simbólica desta realidade, através da instrumentalização da Linguagem Documentária.

Para Freire (1975, p. 82),

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais,

referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados.

Dessa forma, Freire conceitua problematização como “[...] a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (FREIRE, 1975, p. 82-83).

Neste caminho, conforme Dahlberg (2006) citada por Fujita (2008, p. 6) o conhecimento a ser alcançado é a “[...] certeza subjetiva ou objetivamente conclusiva da existência de um fato ou do estado de um caso”, a qual não é transferível e podendo ser adquirida apenas pela reflexão.

Junto a esta reflexão, Freire (1975) chama atenção para o fato de que essa problematização ocorre a partir do momento em que os sujeitos estão conscientes de seus lugares ocupados no mundo e em relação a ele, condição *sine qua nom* para o início da comunicação dialógica e da consequente geração do “conhecimento autêntico”,

Daí que a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo. [...] Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a **comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos**. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação (FREIRE, 1975, p. 65-66, grifo nosso).

O autor ainda afirma que

[...] a comunicação é essencialmente linguística [...] a comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua “ad-miração” sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação. Nesta comunicação [Dialógica], que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto* ou *realidade* (FREIRE, 1975, p. 70).

E, complementa,

A compreensão significativa dos signos, por sua vez, exige que os sujeitos da comunicação sejam capazes de reconstituir em si mesmos [através de seus repertórios], de certo modo, o processo dinâmico em que se constitui a convicção expressa por ambos através dos signos linguísticos (FREIRE, 1975, p. 71).

Segundo Valentim (2011, p. 2) o conhecimento recebe uma influência direta da linguagem, isto é,

para criar conhecimento é necessário reconhecer o significado (signo) e a representação (símbolo) das coisas.

A criação de conhecimento precisa necessariamente utilizar a linguagem, pois de outro modo ela se perderá na mente humana. Por isso, na gestão de conhecimento utiliza-se do jargão tácito/explicito, ou seja, sem o explícito não é possível acessar o conhecimento do outro, mas muitas vezes não é possível conhecer o próprio conhecimento.

Freire (1975, p. 21), citando a dimensão estrutural das línguas de Saussure, aponta que

as línguas não podem ser entendidas senão como sistema, e é como e porque são um sistema que se desenvolve nelas uma solidariedade indiscutível entre seus termos, em cada unidade linguística.

É, portanto, do sistema linguístico reciprocamente reconhecido pelos sujeitos que se constitui a relação “dialógica-comunicativa” entre os sujeitos.

Relação “dialógica-comunicativa” em que

a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. Isto é tão verdadeiro que, entre compreensão, inteligibilidade e comunicação não há separação, como se constituíssem momentos distintos do mesmo processo ou do mesmo ato. Pelo contrário, inteligibilidade e comunicação se dão simultaneamente (FREIRE, 1975, p. 67-68).

Tal relação de dialogicidade é percebida por Tálamo (1997, p. 10) na “socialização” e “na promoção de fluxos de várias ordens visando interlocução [diálogo, portanto] adequada”, referindo-se a linguagem documental, provavelmente aplicada a um usuário específico de um determinado sistema de informação e conhecimento - como pode ser considerado todo o trabalho de produção, comunicação, organização, representação, disseminação, recuperação e uso dos Boletins de Conjuntura Econômica.

Tálamo (2004, p. 4) contribui, ainda, argumentando o seguinte:

Considerado como ação linguística, a elaboração do conhecimento propõe-se como ação intencional de produção de sentido [...] que a produção de linguagem e a produção do conhecimento são processos associados reciprocamente. De modo preciso, considerando-se que a informação é troca com o mundo e o conhecimento sua apropriação, organização e articulação, tem-se que a produção da linguagem e a produção do conhecimento são processos solidários que mantêm relação de pressuposição recíproca.

Essa produção de sentido ocorre mediante a “admiração” da própria realidade pelos sujeitos envolvidos no processo comunicativo, porquanto,

“Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e a reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras do fato percebido (FREIRE, 1975, p. 31).

A organização e representação da informação e do conhecimento, portanto, passa necessariamente, pelo domínio linguístico semelhante entre os comunicantes, pois sem uma representação simbólica compreensível a ambos não ocorre o diálogo, a informação e o conhecimento.

Segundo Fujita (2004, p. 3), por exemplo, “embora aparentemente vista como processo individual, a leitura é um ato social por que compreende um processo de comunicação entre o autor e o leitor, intermediado pelo texto”.

Neste sentido, McGarry (1999, p. 17) enfatiza que “a linguagem é o veículo fundamental da comunicação humana”, logo o é também para o fluxo de informação e, conseqüentemente, para uma eficiente criação, organização e representação da informação e do conhecimento.

Freire (1975, p. 90) aborda, ainda, a questão da descodificação da linguagem que

é, assim, um momento dialético, em que as consciências, co-intencionadas à codificação desafiadora, re-fazem seu poder reflexivo, na “ad-miração” da “ad-miração” e vai se tornando uma forma de “re-ad-miração”. Através desta, os educandos [usuários] vão-se reconhecendo como seres transformadores do mundo.

E assim, o ser humano se torna participante do processo do conhecimento, se colocando à disposição do que é cognoscível e, por entre reflexões e discussões, vai percebendo a realidade a sua volta a partir do que é seu, de sua subjetividade. Desta forma, deixa de ser apenas um receptor de informações doadas e/ou passadas por outrem, das quais se tornaria um repetidor, e sim um agente deste processo de construção de “conhecimentos autênticos” (FREIRE, 1975).

Realidade esta sujeita a interpretações humanas, que a descreve de acordo com o seu conhecimento apriorístico, ou seja, a sua razão e experiência é que conceituam, categorizam e (re)significam a própria realidade, de acordo, portanto, com o seu ponto de vista, que muitas das vezes é uma ilusão ou *maya*, conforme descreve Capra (2006, p. 73), abaixo:

Maya, então, não significa que o mundo é uma ilusão, como erradamente se afirma com frequência. A ilusão reside meramente em nosso ponto de vista, se pensarmos que as formas e estruturas, coisas e fatos existentes em torno de nós são realidades da natureza, em vez de

percebermos que são apenas conceitos oriundos de nossas mentes voltadas para a medição e a categorização. *Maya* é a ilusão de tomar tais conceitos pela realidade, de confundir o mapa com o território.

Assim, acredita-se que ao conceituar, representar, categorizar e significar um determinado fato econômico, como o Produto Interno Bruto – PIB –, conforme já mencionado como exemplo, descreve-se uma realidade ilusória, pois se apreende o símbolo, o seu significado e o seu conceito por toda a riqueza produzida pelo país, ou seja, “o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país”. (SANDRONI, 2004, p. 459).

Talvez uma das formas de aproximar mais o conceito da realidade seja agregar novos indicadores ao PIB para consubstanciar os conceitos, as representações, as categorizações e as significações o mais próximo possível da realidade econômica existente de fato, possibilitando, inclusive a criação de novos indicadores e novas formas de representar o conhecimento tácito, explicitamente.

4 Considerações finais e algumas reflexões

A Comunicação Dialógica, uma das nove teorias de comunicação existentes no mundo, estabelece que a partir dos diálogos reflexivos entre dois ou mais sujeitos, que aportam seus conhecimentos sobre um mesmo objeto cognoscível, gera um terceiro conhecimento, denominado por Freire (1975) de “conhecimento autêntico”.

Portanto, a Comunicação Dialógica através de uma Linguagem Documentária inteligível permite que uma informação e um conhecimento sejam gerados, registrados, organizados, representados e disponibilizados para uso, possibilitando a amplitude e máxima utilização dos métodos empregados pela Ciência da Informação na sua função social aplicada de construção, comunicação e uso da informação e do conhecimento.

Nesse sentido, um documento, por exemplo, é um conhecimento estruturado em forma de dados e informações, que será transformado em “conhecimento autêntico” quando for reconhecido e, *a posteriori*, colocado em prática, após mudar, efetivamente, o tesouro interno de quem o utilizou.

Todo sujeito compõe-se de: uma competência para adquirir conhecimento; de uma atividade cognitiva, ou seja, uma reflexão da reflexão; e um saber resultante dessa reflexão, se relacionando, por conseguinte, ao “conhecimento autêntico”, de Freire (MORIN, 1999, p 101).

É importante ressaltar que as estratégias cognitivas humanas trabalham no sentido de simplificar e de complexificar o conhecimento, em meio a contextos múltiplos de riscos e incertezas. O simplificar significa que o cérebro humano faz seleções eliminando o desinteressante e o instável, ficando com o que é relevante, e assim produz conhecimento a ser organizado. A complexificação, antagonicamente, considera o maior número possível de dados concretos, reconhecendo o variável, o ambíguo, o incerto. Esta estratégia cognitiva – simplificar e complexificar - é fundamental para a criação do conhecimento humano, permitindo uma retroalimentação em combinações, alternâncias e escolhas simplificando e complexificando a vida, para enfim, conhecer (MORIN, 1999).

Hessen (2003) questiona-se se o conhecimento é lógico e/ou psicológico, e se a consciência cognoscente apoia-se na experiência ou no pensamento, indo, portanto ao encontro das teorias de Vygotsky (formação social da mente) e de Freire (comunicação dialógica e conhecimento autêntico), atribuindo a essência do conhecimento verdadeiro ao conceito de verdade.

Como forma de responder a estas questões descreve os pontos de vista epistemológicos do conhecimento, que são: o racionalismo (baseia-se no pensamento e na razão); o empirismo (contrapõe-se ao racionalismo, pois se baseia na experiência somente); o intelectualismo (tenta mediar o racionalismo e o empirismo, considerando a experiência, sendo o pensamento um elemento descritor desta); e o apriorismo (que considera, na construção do conhecimento, elementos *a priori*, independentes da experiência, ou seja, o pensamento descreve a experiência, sem desconsiderá-la) (HESSEN, 2003, p. 46-68).

Assim, uma das perspectivas de construção do conhecimento para Hessen se dá a partir do ponto de vista apriorístico, considerando que é preciso um conhecimento existente para se construir e compreender um novo conhecimento. Seja internamente, consigo mesmo, pelas reflexões e tomadas de consciência ou externamente, no diálogo com o outro e com o mundo pelos quais duas percepções ao aportarem seus conhecimentos sobre um objeto cognoscível geram um terceiro conhecimento, que Freire (1975) denomina de “conhecimento autêntico”.

Por isso, no âmbito da Ciência da Informação, o modelo de comunicação dialógica, estabelecido por Paulo Freire (1975), parece ser o mais indicado, pois proporciona a produção, comunicação, organização e

representação da informação e do conhecimento mais eficaz, por meio de uma Linguagem Documentária prevista em uma política de indexação, assim como a sua consequente recuperação e uso, gerando novos conhecimentos.

“Conhecimento autêntico” que significa muito para a sociedade, pois,

Democratizar a comunicação [dialógica-informativa] é seguramente apoderar-se de seus recursos técnicos e colocá-los a serviço das causas das grandes maiorias. É, sobretudo, garantir o exercício de uma efetiva *ação comunicativa* [dialógica-informativa] abrangente e universal – ação permitida somente aos que forem capazes de “mergulhar de cabeça” na cultura da diversidade, aceitando o outro, o diferente, o desigual. Uma proeza acessível apenas aos espíritos jovens e despreconceituosos” (SOARES, 1996, p. 8).

Dessa forma, sendo o risco [de perda] o grau de incerteza sobre um objeto, quanto mais certeza - que advém da informação e do conhecimento - menor a possibilidade de perda.

Contudo, o excesso de informação ou a sua utilização equivocada possibilita, também, de forma antagônica, aumentar a incerteza, portanto, promove a possibilidade de perda.

Como por exemplo, o que ocorreu na última crise econômica mundial, que nos faz questionar porque a Europa e os EUA, com toda informação e tecnologia de ponta não conseguiram evitar os prejuízos com a crise mundial de 2008? Há o controle efetivo da informação econômica na “sociedade da informação”? É possível este controle utilizando-se dos pressupostos científicos da Ciência da Informação e com o uso de uma comunicação dialógica entre a realidade e os agentes sociais envolvidos?

Uma política de indexação da informação econômica, que é política e, que preveja uma Linguagem Documentária, mediante a organização e sintetização dos dados estatísticos, agregados na forma de indicadores econômicos, poderá contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira, pois diminuiria o grau de incerteza e, conseqüentemente, a possibilidade de perda, considerando que dinheiro não gasto é dinheiro ganho?

As respostas às estas problematizações, alicerçadas na ciência poderão contribuir para a construção de novos conhecimentos - autênticos, portanto - para rentabilização do fluxo informacional econômico brasileiro, por exemplo, ou em qualquer área de domínio em que a Teoria da Comunicação Dialógica, assim como o arcabouço teórico da Ciência da Informação e mais especificamente, as Linguagens

Documentárias, como instrumentos de comunicação, sejam aplicados em um sistema de informação.

Notas

[1] Vale ressaltar, por uma questão ética, que os principais textos que embasaram este trabalho - (LIMA, 2001) e (FREIRE, 1975) - foram apresentados pelo Prof^o Dr^o Bruno Fuser, na disciplina de “Estudos Avançados em Ciência da Informação”, no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas.

[2] Texto apresentado pela Prof^a Dr^a Marta Lígia Pomim Valentim, na disciplina de “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional”, no Doutorado de Ciência da Informação da UNESP-Marília.

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. **O Tao da física**: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. São Paulo: Cultrix, 2006. 274 p.
- CAVATI SOBRINHO, Heliomar; MORAES, João Batista Ernesto; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Linguagem, o texto e o documento no contexto da Ciência da Informação. **Scire**, Zaragoza, v. 18, n. 2, jul. 2012.
- DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SILVA, Maria dos Remédios da. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.
- _____. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, PB, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2008.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 177 p.
- KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, abr. 2004.
- KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 110 p.
- LIMA, Venício A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

McGARRY, Kevin. **O Contexto dinâmico da informação: uma análise Introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORIN, Edgar. Complexidade e liberdade. **Thot**: Associação Palas Athenas, São Paulo, n. 67, p. 12-19, 1998.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999. 288 p.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus. 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996. 80 p.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997.

_____. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, abr. 2004.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **A construção de conhecimento em organizações (1)**. Londrina: Infohome, 2003. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=75. Acesso em: 07 jan. 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, United Kingdom, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

Construção filosófica das Artes na Classificação de William Torrey Harris: a teoria refletida na CDD

The Philosophical Construction of the Art's Class in the William Torrey Harris Classification: the theory reflected in DDC

Verônica de Sá Ferreira (1), Rodrigo de Salles (2)

(1) Universidade Federal Fluminense, UFF - saferreira.v@gmail.com

(2) Rodrigo de Sales, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - Av. Hercílio Luz, 881, ap. 602. Centro CEP 88020-001 – Florianópolis, Sc, rodrigo.sales@ufsc.br

Resumo

Analisa as influências filosóficas que embasaram a estrutura da classificação bibliográfica de Harris, reconhecida pela literatura da área como a fonte mais imediata utilizada por Dewey para a criação de seu sistema. Ampliando a reflexão sobre as bases teóricas adotadas por Harris, questiona-se o lugar ocupado por Bacon neste sistema. O incentivo para esta discussão parte do artigo publicado em 1959 por Graziano, que indica o pensamento hegeliano como o verdadeiro suporte filosófico do esquema de Harris e, conseqüentemente, da classificação bibliográfica de Dewey. Utilizando a classe Artes, Graziano expõe evidências que buscam aproximar o pensamento de Hegel e afastar Bacon. Este artigo examina o pensamento sobre Arte que formou as classificações de Bacon, Hegel e Harris. Os resultados apresentados apontam a presença hegeliana não assumida explicitamente por Harris e Dewey em seus Sistemas e ainda pouco estudada no campo da representação da informação no Brasil. Conclui-se, em oposição a Graziano, não ser possível afastar totalmente o pensamento baconiano da estrutura do sistema classificatório de Harris, todavia, a presença de Hegel se confirma como a fonte alimentadora do conteúdo da classe Artes. A clareza da revelação de Graziano amplia as discussões teóricas deixadas em aberto por Harris e Dewey.

Palabras clave: Teoria da classificação. Organização do conhecimento. Classificação das Artes. William Torrey Harris. Francis Bacon. G. W. F. Hegel.

Abstract

The article analyzes the philosophical influences that grounded the Harris's bibliographic classification structure, recognized in the area literature as the most immediate source used by Dewey to create his system. Expanding the reflection about the theoretical bases adopted by Harris, it is proposed to question the place occupied by Bacon in this scheme. The encouragement for this discussion starts from the article published in 1959 by Graziano, which points to hegelian's thought as the true philosophical support of Harris's scheme and, consequently, for Dewey Decimal Classification. Drawing on the subject class Arts, Graziano raises evidences that try to approximate the hegelian thought and to remove the Bacon's one. In this article, it is proposed to examine the understanding of Art that formed the classifications of Bacon, Hegel, and Harris. The results presented clearly indicate Hegel's presence not explicitly assumed by Harris and Dewey in their systems and still little discussed in the representation information field in Brazil. It is concluded, unlike Graziano, that it is not possible to completely remove Baconian's thought from the structure of Harris's bibliographic classification, however, the presence of Hegel really confirms itself as the feeder source of the Arts class content. The clarity of the revelation pointed out by Graziano, through the Arts, amplifies the theoretical discussions left open by both Harris and Dewey.

Keywords: Classification theory. Knowledge organization. Arts classification. William Torrey Harris. Francis Bacon. G. W. F. Hegel.

1 Introdução

O presente estudo reabre uma discussão no âmbito das já consagradas perspectivas que servem de aporte para os estudos das classificações de bibliotecas no ocidente. A literatura da área parece afinada com o discurso de que a classificação das ciências proposta por Francis Bacon no século XVII foi a base forte das principais classificações bibliográficas desenvolvidas

no século XIX, especificamente nos Estados Unidos, com destaque para as classificações de Harris e Dewey. (LEIDECKER, 1946; SAYERS, 1955; EATON, 1959; MILLS, 1960; LA MONTAGNE, 1961; BARBOSA, 1969; FOSKETT, 1973; VICKERY, 1980; PIEDADE, 1983; WIEGAND, 1998). Entretanto, e em que pese estudos desta natureza ocorridos nos Estados Unidos, se por um lado é possível flagrar a hegemonia do crédito dado à classificação de Bacon para as pesquisas

relativas às classificações bibliográficas, por outro lado observam-se poucas afirmações que questionem o protagonismo da influência de Bacon nas classificações de bibliotecas, e atribuem a Hegel o fundamento mais marcante nas classificações de Harris e, conseqüentemente, Dewey (GRAZIANO, 1959; OLSON, 2011).

A historiografia sobre a origem da Classificação Decimal de Dewey (CDD) evidencia que a classificação de Harris foi a que influenciou Dewey mais diretamente, ainda que este não explicita esta informação em seus escritos (LEIDECKER, 1946; WIEGAND, 1998; OLSON, 2011). Harris, por sua vez, carrega em seu sistema o pensamento de Hegel, também sem declarar tal fundamento. Baseado nisto, este estudo toma como ponto de partida e como inspiração para uma análise mais crítica, a afirmação do pesquisador e bibliotecário norte-americano Eugene E. Graziano (1959), que defende este pensamento, afastando Bacon e inserindo Hegel como fundamentação filosófica da CDD, via classificação de livros de Harris (1870) – sobretudo no que se refere às subdivisões das Artes.

Entendendo que a influência de Hegel quase nunca é abordada no ensino e na pesquisa de classificações bibliográficas no Brasil, procura-se aqui examinar mais de perto a pertinência da concepção de Graziano (1959) e avançar um pouco mais na discussão que se refere à classificação dos assuntos atinentes às Artes, tendo como enfoque a classificação de Harris, fonte principal da classificação de Dewey.

Considerando que o texto de Graziano (1959) é praticamente desconhecido na comunidade científica brasileira, adota-se nesta pesquisa uma estratégia semelhante a que foi empregada pelo autor, ou seja, uma análise comparativa entre as divisões de Bacon, Hegel e Harris para a classe de Artes, no intuito de verificar sua plausibilidade e avançar a discussão em prol dos aportes teóricos que sustentam o debate a respeito das classificações bibliográficas. Toma-se tal postura por entender que a contribuição para o universo da organização e representação do conhecimento pode se dar também pela rediscussão de abordagens já consolidadas pela área, o que, na melhor das hipóteses, pode propiciar uma ampliação no que se refere à compreensão teórica das classificações bibliográficas.

Ainda em caráter introdutório, vale destacar que o subtítulo deste trabalho – “a teoria refletida em Dewey” – foi instigado por afirmações recorrentes na literatura feitas por renomados teóricos da área, tais como Henry Evelyn Bliss e Ingetraut Dahberg, de que não há base teórica alguma na CDD, fato que o presente trabalho discorda. Sabe-se, de fato, que a teorização da classificação bibliográfica teve início com Bliss, que a fez alcançar, pode-se dizer, um status de disciplina. Entretanto, a afirmação de que a CDD é puramente

pragmática e não afeita às teorias é uma afirmação que negligencia a história da construção da referida classificação. O presente trabalho procura mostrar, através da classificação de Harris, a teoria que há na construção das relações dos assuntos na CDD por meio da classe Artes, sem, com isso, fazer apologia a esta classificação.

2. Pressupostos de uma comparação

Em artigo de 1959, Eugene E. Graziano afirma que a classificação de livros proposta por William Torrey Harris (1835-1909) – e conseqüentemente a Classificação Decimal de Dewey –, não tiveram influência filosófica de Francis Bacon (1561-1626), sendo inspiradas, essencialmente, no pensamento de Hegel (1770-1831). Aponta-se a classificação de Dewey (1851-1931) como conseqüência de Harris, pois estudos acerca das influências sofridas por Dewey na elaboração de seu Sistema evidenciam que ordem e lógica de suas classes principais de assunto derivam do sistema de Harris. (LEIDECKER, 1946; WIEGAND, 1998; OLSON, 2011).

Graziano (1959) analisa e compara as divisões das classes Belas Artes (Figura 1), exatamente como ordenadas nas respectivas classificações de Harris, Hegel e Bacon – como afirma.

Figura 1- Comparação de Graziano

<i>Harris</i>	<i>Hegel Fine Arts</i>	<i>Bacon Poesy</i>
64. (B) Art		
65. XII. Fine Arts		
a. Architecture	1. Architecture	A. Narrative or Heroic (Epic)
b. Sculpture	2. Sculpture	B. Dramatic
c. Drawing and Painting	3. Painting	C. Allegorical. Fables, mythologies, etc. ²²
d. Engraving and lithography		
e. Pictures		
f. Music	4. Music	
66. XII. Poetry	5. Poetry. ²¹	
69. XIV. Prose Fiction. ²⁰		

Fonte: Graziano (1959, p. 51).

A partir desta avaliação, Graziano (1959, p. 51, tradução nossa) estrutura o seguinte questionamento:

Quando observamos que Bacon fez ‘Música’ e ‘Arquitetura’ subclasses de Matemática; e subordina a maior parte das Belas Artes abaixo de ‘Filosofia’, podemos questionar onde Harris encontrou sua classe. Em Arte, a progressão hegeliana vai da arte mais próxima da matéria, Arquitetura; à Poesia e Prosa, que são as artes ‘mais puras’, pois estão distantes da matéria e dos sentidos, dependendo quase inteiramente da imaginação.

O posicionamento de Graziano, curiosamente, colide de modo significativo com a tradição literária referente à história das classificações de bibliotecas, que defende o pensamento de Bacon como a influência filosófica que deu suporte à organização de livros nestes espaços. De igual maneira, a consideração do autor desafia as próprias afirmações de Harris e Dewey sobre a presença baconiana em seus sistemas.

A citação de Graziano impulsiona este estudo que buscará compreender o ponto de vista do autor aproximando as três classes apresentadas na Figura 1. A fundamentação teórica para tal serão as ideias expostas nos livros “O progresso do conhecimento” de Francis Bacon (1605 – edição consultada de 2007) e “Curso de Estética: o Sistema das Artes”, de G. W. F. Hegel (1835 – edição consultada de 1997), bem como o artigo “Book Classification”, de William Torrey Harris (1870).

2.1 A arte no sistema de Bacon

Dar-se-á início pelo ponto de divergência apontado por Graziano (1959), a classe Poesia elaborada por Bacon e apresentada da seguinte forma:

Tabela 1 - Classe Poesia de Bacon.

Poesia
A. Narrativa ou Heroica (Épica)
B. Dramática
C. Alegórica. Fábulas, Mitologias, etc.

Fonte: Graziano (1959, com adaptações).

Entende-se que Graziano (1959), ao elaborar sua análise comparativa sobre a classe Belas Artes (Figura 1), toma como ponto de partida a posição intermediária que estas classes ocupam nos sistemas de Bacon e Harris. Isto explica porque o autor utilizou como referência para a comparação a Poesia de Bacon, e não a Arte ou os assuntos atinentes à esta que se desmembravam predominantemente na Filosofia (Figura 2).

Figura 2 - Classificação de Bacon resumida.

History	
A. Natural History	c. Appendix Mathematics
a. Generations	1. Pure Mathematics
b. Praeter	2. Mixed Mathematics
c. Arts	(a) Perspectives
B. Civil History	(b) Music
a. Civil History Proper	(c) Astronomy
b. Ecclesiastical History	(d) Cosmography
c. Literary History	(e) Architecture
C. Appendix to History	(f) Mechanics
	C. Philosophy of Man
Poetry	a. Human Philosophy
A. Narrative (Epic)	1. Body
B. Dramatic	(a) Medicinal Arts
C. Allegorical. Fables, Mythologies, etc.	(d) Voluptuary (Liberal) Arts
	(1) Painting
	(2) Music
Philosophy	2. Soul and Body related
A. Theology or Divine Philosophy	3. Soul
B. Natural Philosophy	(a) Rational Soul
a. Speculative	(1) Faculties:
1. Physics	a) Logic
2. Metaphysics	b) Ethics ⁸ .
b. Practical	

Fonte: Graziano (1959, p. 47, grifo nosso).

Em sua obra “O progresso do conhecimento” (1605), Bacon explica as divisões das classes que compõe seu Sistema. Apresenta o que é o conhecimento e como deve ser produzido e utilizado, enquanto parte do “progresso da humanidade”, e traz a classificação dos saberes de maneira detalhada, mapeando as partes do conhecimento, apontando suas condições de desenvolvimento e definindo-as como perfeitas, imperfeitas ou inacabadas (SHIRAYAMA, 2016).

A classificação de Bacon pretendia ser mais do que uma simples ordenação das ciências, e sim um método, um guia determinante de como o conhecimento deve ser construído. No mapeamento do “aprendizado humano” – como o nomeia –, Bacon estabelece que “as partes do conhecimento humano fazem referência às três partes do entendimento humano, que é a sede do saber: a História à sua Memória, a Poesia à sua Imaginação e a Filosofia à sua Razão” (BACON, 2007, p. 112). Destas três divisões principais se desdobram as classes que compõe a classificação dos saberes, apresentada de forma resumida na Figura 2.

O século XVII, data da obra de Bacon, caracteriza-se pelo pensamento que reformulou os métodos científicos e o experimentalismo, assegurando à ciência sua plena autonomia a respeito da Teologia e da Filosofia. Bacon “defendia o método racional indutivo, alicerçado em bases experimentais, com a ressalva de que fundamentava sua classificação em aspectos de uma consciência subjetiva humana” (SIQUEIRA, 2010, p. 44). A finalidade do conhecimento científico era, portanto, servir o homem e dar-lhe poder sobre a natureza.

O pensamento renascentista de Bacon adaptou à sua época, as perspectivas de Aristóteles e das disciplinas medievais: *Trivium* (gramática, lógica, retórica) e *Quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), que compunham as sete artes liberais (disciplinas profanas), preparatórias para os Estudos Superiores: Teologia (ciência divina) e Filosofia (ciência auxiliar da Teologia) (BURKE, 2003). Bacon acrescentou a esta visão “[...] uma ordenação que, filosoficamente, era mais sólida, derivada a partir de um método dialético [...]” (OLSON, 2011, p. 7).

Apesar de Graziano (1959) desenvolver sua análise considerando a classe Poesia de Bacon como equivalente a Arte na classificação de Harris – tendo em comum a posição intermediária que ocupam em ambos os sistemas – observa-se que a palavra “Arte” aparece duas vezes na classificação de Bacon, como destacado na Figura 2. Cabe aqui analisar tais situações.

A primeira manifestação da palavra (Figura 2) está subordinada à História e relaciona Arte à História da Natureza. Bacon divide a História da Natureza em três: natureza em seu curso normal (história das Criaturas); em seus erros ou variações (história das Maravilhas); alterada ou trabalhada (história das Artes). O filósofo vê a primeira como real e bem feita, mas considera as demais deficientes, pois recebem um tratamento fraco e improdutivo (BACON, 2007).

Quando discorre sobre o último tipo de História da Natureza – a que interessa a esta análise – Bacon acrescenta o termo “Mecânica”, passando a ser “História da Natureza Trabalhada ou Mecânica”. O filósofo critica o tratamento insuficiente dado a este saber e afirma existir “compilações de agricultura, bem como de artes manuais, mas geralmente com desprezo dos experimentos familiares e vulgares” (BACON, 2007, p. 115). Isto porque era visto com descrédito refletir sobre assuntos mecânicos a não ser que fossem incomuns ou raros. Bacon considera arrogante e fútil este comportamento desdenhoso às questões mecânicas, uma vez que são os exemplos mais simples que proporcionam informações mais seguras e não os mais elevados.

Bacon via o uso da História Mecânica como primordial à filosofia natural, pois beneficiava e enriquecia a vida humana, sugerindo soluções “mediante a conexão e transferência das observações de uma arte à prática de outra [...]” (BACON, 2007, p. 117). Tal conduta proporcionaria “uma iluminação mais verdadeira e real sobre as causas e axiomas que até agora se alcançou” (BACON, 2007, p. 117), o que ressalta a crença do filósofo no método empírico-indutivo.

Nota-se que a descrição que o filósofo oferece desta História, refere-se às Artes Mecânicas, posto que são estas as artes pertinentes ao trabalho humano. Segundo Bacon (2002, p. 49), as artes mecânicas “[...] são fundadas na natureza e se enriquecem das luzes da experiência, [...] e essas (desde que cultivadas), como que animadas por um espírito, continuamente se acrescentam e se desenvolvem, de início grosseiras, depois cômodas e aperfeiçoadas, e em contínuo progresso”.

Antes, vistas como menores e desprestigiadas, as Artes Mecânicas foram resignificadas nos séculos XVI e XVII, sendo valorizadas por sua utilidade para o progresso do conhecimento, com destaque sobre seu valor educativo. “Os procedimentos cotidianos dos artesãos, dos engenheiros, dos técnicos, dos navegantes, dos inventores são elevados à dignidade de fato cultural [...]” (ROSSI, 2006, p. 84).

A segunda manifestação da palavra Arte, está subordinada à parte Filosofia. Inserida dentro de Filosofia Humana, as Artes Voluptuárias (Artes

Liberais), estão localizadas hierarquicamente abaixo de Corpo na classificação, conforme Figura 2.

Bacon acreditava que a contemplação do homem, na Filosofia, poderia ser dirigida a Deus, à Natureza, ou ao próprio Homem, gerando assim a filosofia Divina, Natural e Humana. Isto porque, “todas as coisas estão marcadas e estampadas com este caráter tríplice: o poder de Deus, a diferença da natureza e a utilidade do homem” (BACON, 2007, p. 136).

As Artes Liberais fazem parte, na classificação de Bacon, da Filosofia humana, portanto, se voltam ao próprio homem e são úteis a ele. Nesta Filosofia, o indivíduo pode ser visto de forma particular e civil. Para Bacon (2007, p. 163) “a Humanidade Particular se compõe das mesmas partes que o homem, isto é, de conhecimentos relativos ao Corpo e [...] ao Espírito”, considerando o corpo tabernáculo do Espírito.

O conhecimento concernente ao corpo humano se divide em quatro classes de acordo com seus bens: Saúde, Beleza, Força e Prazer. Assim, os saberes são, respectivamente, “[...] a Medicina ou arte da Cura; a arte do Adorno, que se chama Cosmética; a arte da Atividade, que se chama Atlética; e a arte Voluptuária, que Tácito chama acertadamente *eruditus luxus* [voluptuosidade refinada]” (BACON, 2007, p. 167).

Bacon insere as Artes Liberais (Artes Voluptuárias) especificamente na quarta classe – Prazer – e afirma que sua principal deficiência é a de leis que a reprimam. Talvez sua crítica se deva ao fato de, atribuindo nova importância às Artes Mecânicas, as Artes Liberais, antes eruditas, tornam-se ilusões.

Finalmente, a Poesia – divisão que Graziano (1959) considera como equivalente à Arte em Harris –, de acordo com Bacon, é “[...] uma parte do saber quase sempre restringida quanto à medida das palavras, mas em todos os demais aspectos sumamente livre” (BACON, 2007, p. 131). Possui o poder de “[...] unir a seu prazer o que a natureza separou, e separar o que a natureza uniu, e desse modo fazer matrimônios ilegais e divórcios das coisas: [...] Os pintores e os poetas sempre tiveram permissão para tomar as liberdades que quisessem” (BACON, 2007, p. 131).

Bacon considera que a Poesia possui dois sentidos: um relacionado às palavras e outro ao conteúdo. O primeiro é, objetivamente, uma característica do estilo e se inclui nas artes retóricas. Sua função é determinar comportamentos, estando rigorosamente ligado à ética (ROSSI, 2006). O segundo constitui “[...] uma das partes principais do saber, e não é outra coisa que história simulada, que pode ser composta tanto em prosa como em verso” (BACON, 2007, p. 131). O filósofo dá ênfase ao segundo sentido e entende que a Poesia, nesta função de história simulada, possui o papel de deleitar, a mente humana quando a natureza das coisas não oferece esta condição.

Bacon (2007, p. 132-133) divide a classe Poesia em três tipos, conforme seu caráter próprio: Narrativa, Representativa e Alusiva. A primeira se ocupa em contar a história com as licenças da imaginação, “[...] comumente escolhendo como temas as guerras e os amores, raramente os assuntos de Estado, e ocasionalmente o prazeroso e o cômico”. A segunda apresenta a história de forma mais realista, ou seja, “[...] visível, e é uma imagem das ações como se estas estivessem presentes, do mesmo modo que a história o é das ações como são na realidade, isto é, passadas”. Já a terceira tem como objetivo “[...] expressar algum propósito ou ideia particular”. Bacon (2007) não assinala na Poesia nenhuma deficiência.

Constata-se que, para o filósofo, a Poesia está absolutamente relacionada ao uso da palavra, fazendo parte dela a arte retórica e a história simulada (em prosa e verso).

Apesar de afirmar que os pintores e os poetas possuem permissão para realizar o que desejassem, Bacon não une Arte e Poesia na posição intermediária de sua classificação dos saberes – como acontece na classificação de Harris. O filósofo apresenta o conhecimento como o final de um processo que passa pela Memória (História), Imaginação (Poesia) e Razão (Filosofia). O lugar central, habitado pela Poesia, tem a função de compreender o repositório de experiências obtido pela História, sendo então processado pela Filosofia, gerando assim o conhecimento.

As Artes Mecânicas e Liberais são contempladas no sistema de Bacon subordinadas à História e à Filosofia, respectivamente. Todavia, suas divisões em nada se assemelham às de Belas-Artes determinadas tanto por Hegel quanto por Harris. O mesmo acontece com Poesia, o que confirma, neste ponto, a afirmativa de Graziano (1959) sobre a quase inexistência do pensamento baconiano na classificação de Harris.

2.2 O Sistema das Artes de Hegel

Hegel, diferente de Bacon, não estabeleceu formalmente uma classificação das ciências ou dos conhecimentos conforme consagrados à sua época. Para tecer comparação entre as classificações, Graziano (1959) resgatou os cinco gêneros artísticos que Hegel determinou em seu Sistema das Artes (1835), conforme apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Divisão das Artes de Hegel.

Belas Artes
1. Arquitetura
2. Escultura
3. Pintura
4. Música
5. Poesia

Fonte: Graziano (1959, com adaptações)

O objetivo de Hegel não era ordenar as ciências de seu tempo decretando-as a “[...] um esquema axiomático de princípios organizadores, pré-concebido e exterior, que as trataria enquanto realidades ‘imóveis’, como se de ‘espécies’ diferentes se tratasse [...]”. Pretendia sim “[...] captar as ciências na sua unidade orgânica, na sua plasticidade dialética, no movimento interno que as anima enquanto partes necessárias de um todo – a filosofia” (POMBO, 2002).

No século XIX – período em que viveu Hegel, Harris e Dewey – a tradição científica europeia parecia aproximar as ciências naturais do desenvolvimento das ciências sociais, evidenciando-se, por exemplo, os trabalhos de Darwin e Comte. Buscava-se compreensão das novas conexões interdisciplinares devido aos grandes descobrimentos das ciências. Surgem, nesta época, as ciências de transição, como a Bioquímica (ANJOS, 2008; SIQUEIRA, 2010). Neste contexto, a classificação passa a ser o problema central da filosofia das ciências, tentando conciliar o utilitarismo com o positivismo, e Hegel ocupa-se do desenvolvimento de uma ordem lógica para os saberes.

Conforme Anjos (2008, p. 65), a classificação de Hegel “aparece como uma consequência de seu sistema filosófico, ou seja, a classificação emanada de seu pensamento não deriva de uma ideia de desenvolvimento da natureza, senão do espírito como criador da natureza”. Seu sistema é especulativo, tritônico e com base na lógica dialética (síntese dos opostos). O saber científico era visto como um conhecimento conceitual e as conexões internas às ciências como ideais.

Nos gêneros estabelecidos por Hegel em seu Sistema, Poesia e Arte caminham juntas, todavia, ao incluí-los na comparação, Graziano (1959) não o faz pela posição intermediária que ocupam em uma classificação, e sim por acreditar que seu conteúdo é o que alimenta a classe Belas Artes de Harris.

O livro “Curso de Estética: o sistema das Artes” apresenta tal Sistema explicando cada gênero artístico e o posicionamento que ocupa na divisão. Esta obra não é um livro de Hegel, mas uma compilação de seus manuscritos e anotações de seus alunos dos quatro cursos que ministrou em Berlim, de 1820 a 1828, sobre a Estética. O responsável pela reunião destes textos, em 1835, foi Hotho, aluno de Hegel (KELLER, 2011).

O Sistema de Hegel ocupa-se em compreender a Estética, o belo na arte. O termo Estética origina-se do grego *aisthesis* e foi usado pela primeira vez em 1750 por Baumgarten. As questões estéticas fundam-se no fracasso histórico das artes poéticas. Segundo Santoro (2007), na história do Ocidente a obra que “[...] mais influenciou a estética tanto no sentido de filosofia da arte, quanto no sentido de produção refletida da obra de arte” foi a Poética de Aristóteles. Valendo-se dessa autoridade, as artes poéticas pretendiam “[...] formular um conceito racional do belo e sobre ele fundar o enunciado dos princípios que regulam necessariamente a elaboração das obras” (BRAS, 1990, p. 16). Todavia, no Renascimento italiano, “[...] pela primeira vez, a pintura e a escultura passaram a ser igualmente consideradas belas artes e a ter um status social de arte livre equivalente ao das artes poéticas”. Ampliou-se assim “[...] o que Aristóteles dizia sobre as artes literárias, para aplicar-se à reflexão também das demais artes, inclusive as artes plásticas, que não estavam no escopo original do filósofo” (SANTORO, 2007). A instauração do campo da Estética nos séculos XVIII e XIX afirmou socialmente os cânones, “[...] baseados numa determinada tradição dos modos de enunciação de um discurso racional sobre o belo” (NORONHA, 2005, p. 137).

Hegel (1997, p. 13) aponta que

a verdadeira classificação deve basear-se [...] na natureza das obras de arte, a qual esgota no conjunto dos gêneros a totalidade dos aspectos e dos momentos inerentes ao conceito de arte.

Sendo assim, cada gênero ocupa uma posição lógica dentro do Sistema.

O primeiro lugar, ocupado pela Arquitetura, a pertence por sua própria natureza. Segundo Hegel (1997, p. 16), a arte tem início por ela, pois em seu princípio, ainda não havia estabelecido, “[...] nem os materiais apropriados nem as formas correspondentes” para representar seu conteúdo espiritual. Isto “[...] a obrigou a limitar-se à simples procura da verdadeira adequação e a contentar-se com o conteúdo e com um modo de representação puramente exteriores”.

O segundo lugar corresponde à Escultura. Para Hegel (1997, p. 17), esta forma artística possui seu princípio e conteúdo “[...] representados pela individualidade espiritual, tal como ideal clássico, de maneira que a interioridade e a espiritualidade encontrem sua expressão no aspecto corporal imanente ao espírito [...]”. Assim como a arquitetura, a escultura faz uso de materiais pesados em sua totalidade espacial, mas nela, a forma determinada pelo conteúdo representa a vida real, ou seja, é a figura humana “[...] que deve ser a representação exterior adequada da independência divina na sua alma grandiosa e na grandeza tranquila, sem se deixar tocar pelas vicissitudes e limitações da ação, por conflitos e sofrimentos”.

O terceiro e quarto lugar do Sistema, são ocupados pelas artes que Hegel determina como as últimas “[...] que têm por incumbência exteriorizar a interioridade subjetiva” (HEGEL, 1997, p. 17), são elas: Pintura e Música.

A pintura é o primeiro passo do sensível para se aproximar do espírito. Diferente das outras artes, não manipula materiais pesados, suprimindo a realidade da manifestação sensível à aparência, fazendo uso das cores. A figura exterior torna-se a expressão total do interior, mostrando o absoluto não apenas voltado a si, mas também a “[...] subjetividade espiritual, capaz de ver, de sentir, de agir, de contrair relações com o que é diferente dela, e, por conseguinte, exposta à dor, ao sofrimento, acessível, a todas as paixões e a todas as satisfações” (HEGEL, 1997, p. 17-18).

A música, diferente da pintura, não possui forma. “O seu elemento próprio é a interioridade como tal [...] que se manifesta não na realidade exterior, mas por uma exteriorização instantânea que se desvanece logo que é surpreendida” (HEGEL, 1997, p. 18).

A subjetividade espiritual, na sua unidade imediata, é o que estabelece seu conteúdo. Utiliza como materiais

[...] os sons e as suas figurações, os seus acordes e separações, as suas combinações, oposições, contradições e meditações, segundo as suas diferenças quantitativas e as suas durações submetidas a medidas especiais, elaboradas com método. (HEGEL, 1997, p. 20).

A arte permite que a alma humana absorva música como sentimento puro, desprendida de um suporte.

Finalmente, o gênero que ocupa o último lugar no Sistema das Artes é a Poesia. Descrita por Hegel (1997, p. 18) como a arte da palavra, é compreendida por ele como a “[...] verdadeira arte absoluta do espírito manifestando-se como espírito”. Por sua forma de representação, o filósofo considera a Poesia como a arte total ou a arte em si, pois a palavra é a única com a capacidade de “[...] se apropriar, de exprimir, transformando-o [espírito] em objeto de representação, tudo quanto a consciência concebe e reveste de uma forma que ela encontra em si própria”.

A Poesia vence sob o ponto de vista espiritual, sendo a arte mais rica e ilimitada, mas perde sob o sensível, pois é desprovida “[...] de toda a existência sensível na qual o espírito possa encontrar a forma sensível que lhe convém” (HEGEL, 1997, p. 19), como fazem as demais artes do Sistema. A Poesia “[...] procura somente tornar acessíveis à intuição e à representação espirituais as significações revestidas de uma forma de proveniência puramente interior”.

Ou seja, por utilizar a palavra, a Poesia está menos presa ao sensível tornando-se mais espiritual, sendo “entendida não apenas como a arte mais elevada, mas também como ‘última’ expressão artística, já que no desenrolar dialético da esfera do espírito absoluto a próxima estação já se

encontra para além do âmbito artístico [...] (DUARTE, 2016, p. 5).

Estas cinco artes formam

[...] o sistema definido e articulado da arte real e efetiva. Existem certamente, além destas, outras artes, tais como a dança, a arte dos jardins etc., mas artes incompletas (HEGEL, 1997, p. 20).

Vale ressaltar que, apesar de Graziano (1959) não incluir em seu quadro comparativo a Prosa após a Poesia na classificação de Hegel, no livro “Curso de Estética: o Sistema das Artes”, a Prosa está contida no capítulo terceiro, que trata “A Poesia”.

É notório que as Artes se dividem de forma absolutamente diferentes nas classificações de Bacon e Hegel. E, ainda que a Poesia assuma um papel relevante para ambos, isto ocorre de forma distinta. Bacon a utiliza como classe intermediária na progressão do conhecimento, sendo responsável por compreender as experiências da História transmitindo-as para a Filosofia. Em sua classificação, as Artes mecânicas e liberais ficam dispersas e distantes desta função mediadora. Já Hegel, sem pretender classificar o conhecimento, vê a Poesia como a arte mais elevada por sua proximidade com o Espírito, inserindo-a como o último gênero de seu Sistema, que se trata de “um processo dialético a partir do qual os principais [...] [gêneros da arte], começando pela arquitetura e terminando com a poesia, se interrelacionam, levando em conta características de sua espaço-temporalidade” (DUARTE, 2016, p. 5).

2.3 A classe arte de Harris

Em seu quadro comparativo, Graziano (1959) expõe a classe Arte de Harris (Tabela 3) conforme retirada de seu artigo “Book Classification”, de 1870, no qual o autor apresenta seu sistema de classificação, elaborado especificamente para organização de livros em bibliotecas:

Tabela 3 - Classe Arte de Harris.

64. (B) Arte
65. XII. Belas Artes
a. Arquitetura
b. Escultura
c. Desenho e Pintura
d. Gravura e Litografia , Fotografia
e. Imagens (coleções)
f. Música
66. XII. Poesia
69. XVI Prosa Ficcional

Fonte: (GRAZIANO, 1959; HARRIS, 1870, com adaptações).

William Torrey Harris atuou, entre os anos de 1868 a 1880, como superintendente de St. Louis Public Schools e responsável pela rede de bibliotecas das escolas públicas daquela cidade (WIEGAND, 1998). Harris (1870) afirma que todo esquema de classificação tem como base um sistema filosófico e declara fazer uso das ideias formativas de Bacon no que propõe. Isto é, em seu esquema, o autor não aplica integralmente o mapeamento dos saberes idealizado por Bacon, pois o considera inapto a atender questões específicas da classificação de livros, dado que não foi criado para tal.

Ao diferenciar a classificação das ciências e a classificação de livros, Harris defende que as demandas não são as mesmas para ambas, pois a ciência tem em seu domínio toda existência e, em certo grau, pode ser classificada por seu assunto-objeto, já os livros podem abordar, de uma só vez uma ou mais fases do assunto. Todavia, apesar de um esquema de classificação das ciências não atender as necessidades impostas na organização de livros em uma biblioteca, pode sim oferecer base filosófica para um sistema com essa finalidade.

Desta maneira, Harris (1870, p. 115, tradução nossa) utiliza na construção de sua classificação “a distinção fundamental de Bacon [...] das diferentes faculdades da alma [...] Memória, Imaginação e Razão, a partir da qual se realizam os três grandes departamentos de aprendizagem humana, a saber: História, Poesia e Filosofia”. O autor assegura que, apesar de Bacon não ter a intenção de classificar livros, “[...] seu olhar profundo capturou a ideia formativa que distingue as diferentes espécies de livros”.

Harris (1870, p. 117-118, tradução nossa) chama a atenção para mais um fator que impossibilita o uso de forma plena do esquema proposto por Bacon, sua obsolescência em relação ao pensamento vigente no século XIX. Como exemplo, menciona que à época de Bacon “[...] a prosa ficcional tinha se desenvolvido muito pouco, [...] conseqüentemente, Bacon escolheu o nome Poesia para todo o domínio”. Já no século XIX, “[...] o domínio [...] da Fantasia ou Imaginação Produtiva é chamado Arte ou Estética. A derivação da palavra Poesia, Poieo [...] contendo significado criativo admiravelmente adaptado para nomear as obras da Imaginação Produtiva”.

Apesar da inaptidão do sistema de Bacon para classificação de livros, Harris defende seu princípio de divisão como verdadeiro e alega que para aplica-lo em uma biblioteca “[...] é necessário não perder de vista seu espírito, nos detalhes que Bacon dá. Verifica-se que em divisões e seções menores, o conteúdo exerce uma influência predominante sobre a classificação, enquanto nas divisões principais a forma é o princípio orientador” (HARRIS, 1870, p. 119, tradução nossa).

As mudanças de pensamentos filosóficos levaram Harris (1870, p. 119, tradução nossa) a adaptar as divisões de Bacon ao seu tempo, iniciando pela inversão da ordem por ele proposta. Ao que Bacon ordena História-Poesia-Filosofia, Harris estabelece Ciência-Arte-História. A Ciência ocupa o lugar da Filosofia e vem em primeiro lugar fornecendo “[...] o método e os princípios para o que se segue”.

I. CIÊNCIA dá o departamento de livros em que o sistema consciente prevalece; II. ARTE (Estética) dá o departamento onde a “unidade orgânica” ou sistema inconsciente prevalece; III. HISTÓRIA dá o departamento onde o sistema é determinado pelas relações acidentais, como tempo e lugar. (HARRIS, 1870, p. 119, tradução nossa).

Enfim, tratando-se da divisão principal Arte, Harris (1870, p. 123, tradução nossa) estabelece o seguinte desdobramento em seu sistema de classificação:

- I. Belas Artes
- II. Poesia
- III. Prosa ficcional
- IV. Miscelânea literária, composta por obras retóricas (orações) e ensaios literários que têm uma forma de arte mais ou menos impura, ou estão tão relacionados com obras de arte em seu assunto-objeto que não se separam da classe.

E, especificamente na classe Belas Artes, observa-se a subdivisão descrita na Tabela 3.

Identifica-se, através do recorte temático da Arte, a expansão da classificação de Harris em relação ao sistema de Bacon – que ele diz se basear. O autor não apenas reúne os gêneros artísticos sob a classe Belas Artes, como insere a Poesia e a Prosa dentro da divisão principal Arte, o que não ocorre no esquema de Bacon. Desta forma, ainda que a filosofia hegeliana não seja mencionada por Harris em nenhum momento de suas considerações, sua proximidade com o filósofo torna-se visível pelo conteúdo que compõe sua classe Artes, com divisões claramente extraídas do Sistema elaborado por Hegel (Tabela 4), conforme sugerido por Graziano (1959).

Tabela 4 - Comparação dos Sistemas de Hegel e Harris.

Sistema das Artes de Hegel	Classificação bibliográfica de Harris
Belas Artes	65. XII. Belas Artes
1. Arquitetura	a. Arquitetura
2. Escultura	b. Escultura
3. Pintura	c. Desenho e Pintura
4. Música	d. Gravura e Litografia, Fotografia
5. Poesia	e. Imagens (coleções)
	f. Música
	66. XII. Poesia
	69. XVI Prosa Ficcional

Fonte: Graziano (1959)

3 Abrindo um pouco mais a discussão

Para sustentar sua proposição e negar a influência de Bacon sob a classificação de Harris, Graziano utiliza a classe Belas Artes de maneira, pode-se dizer, esclarecedora. A presença de Hegel torna-se incontestável em Harris quando são expostas as divisões das classes de ambos os filósofos.

A fim de fortalecer sua justificativa, Graziano (1959) agrega outros fatores. O autor afirma que Harris era hegeliano por admissão e profissão, tendo estudado esta filosofia de 1858 a 1879, tornando-a base de todas as suas atividades. Isto teria levado Harris a agir sob influência de Hegel, mesmo quando, em seu artigo, admite como verdadeiro o princípio da divisão de Bacon, baseado tanto na forma quanto no conteúdo.

Graziano (1959) indica também que as três divisões principais de Harris (Ciência – Arte – História), correspondem e se referem essencialmente, aos mesmos três níveis de conhecimento lógico e ontológico de Hegel (*Begriff – Wesen – Sein*) e não às divisões de Bacon (História – Poesia – Filosofia) invertidas, como declara Harris. Sobre este ponto de vista, Olson (2011) possui um posicionamento diferente, pois afirma que a ordem estabelecida por Hegel é *Sein – Wesen – Begriff*, opondo-se à evidência de Graziano. Acrescenta que Harris inverteu não só a ordem de Bacon, como também a de Hegel. Não existe consenso a respeito da inversão ou não das categorias de Hegel por Harris, sendo este um tema que cabe ser desenvolvido em outro estudo e que não compromete o presente.

Apesar do esforço de Graziano, o pensamento baconiano existente em Harris não pode ser absolutamente descartado, ainda que a presença de Hegel seja inegável. Ou seja, é possível que tanto Bacon quanto Hegel tenham proporcionado bases teóricas para elaboração da classificação de Harris.

Ao propor a análise da classe Artes nos três esquemas classificatórios – de Bacon, Hegel e Harris – Graziano (1959) estabelece uma comparação entre três perspectivas distintas. Bacon cria seu esquema filosófico para classificar as ciências, no século XVII; Hegel propõe uma classificação que capte a unidade orgânica e plasticidade dialética das Artes, no século XIX; e Harris elabora um sistema para organização de livros, no mesmo século que o anterior. Tais esquemas podem possuir, portanto, uma estruturação diferente, de acordo com suas funções e épocas em que foram elaborados.

Harris declara fazer uso das ideias formativas de Bacon no esquema que propõe – demarcando as divisões principais que distinguem as diferentes espécies de livros –, mas não esclarece a influência que o direciona quanto ao conteúdo, responsável por alimentar as divisões e seções menores. Graziano (1959)

proporciona esta resposta ao abordar em seu artigo a classificação das Artes, que se apresenta como retrato do Sistema das Artes de Hegel. Olson (2001) corrobora este pensamento e menciona que para elaborar seu sistema, Harris interpretou a dialética epistemológica de Bacon e o modelo ontológico da lógica de Hegel.

A Poesia, é a classe intermediária em Bacon, ocupa no esquema de Harris a mesma posição, todavia aparece acompanhada das Belas Artes, seguindo a mesma ordenação estabelecida por Hegel. Assim como Harris aponta que, no tempo de Bacon, século XVII, a prosa havia se desenvolvido muito pouco e por isso não é mencionada, também as outras Artes não poderiam ocupar o mesmo lugar que dominam na classificação de Harris, século XIX, ficando divididas no sistema de Bacon.

A classe mediana, que para Bacon está ligada à imaginação e para Harris ao sistema inconsciente, conforme afirmam, no esquema de Harris não se limita apenas às palavras, isto é, à Poesia. Percebe-se que as Artes no sistema de Hegel, e consequentemente no de Harris, progridem da menor proximidade que possuem com o espírito para a maior, implicando em uma menor participação do sensível.

O reflexo do pensamento baconiano em Harris está na formação da ideia de conhecimento com base nas faculdades mentais do homem. O objetivo de Bacon era estruturar um método do conhecimento, e suas divisões principais agem como formas de conhecimento. Para o filósofo, a forma é o caminho para alcançar o conhecimento. Por sua vez, o pensamento idealista de Hegel “focado no ‘como’ e no ‘processo’, talvez tenha encontrado na interpretação de Harris o diálogo para a concepção Baconiana de ‘forma’ e ‘forma de conhecimento’” (SALES; PIRES, 2017, p. 3, tradução nossa).

Possivelmente, um dos motivos de Harris não mencionar Hegel como parte de sua influência filosófica se deva ao fato de que a lógica baconiana já havia alcançado amplo reconhecimento acadêmico na época de Harris, tendo sido aplicada, em iniciativas relevantes como o arranjo de classificação da Enciclopédia de Arte e Ciência de D’Alembert e Diderot, na segunda metade do século XVIII, e na classificação de Thomas Jefferson, em 1815 (SALES; PIRES, 2017).

4 Considerações

A afirmação, realizada por Graziano (1959), de que o arranjo das Artes na classificação de Harris não seria baseada na classificação do conhecimento proposta por Bacon, mas sim pela divisão das Artes realizada por Hegel, reabre discussões teóricas que contribuem diretamente para questões de ordem histórica no universo biblioteconômico, visto que o sistema de Harris é uma das portas de entrada para os estudos de

classificações bibliográficas no século XIX. A literatura especializada vem ao longo de décadas creditando a Bacon a base teórica que estrutura conceitualmente as classificações de bibliotecas mais influentes na história da biblioteconomia ocidental, tais como a classificação de Harris e as subsequentes classificações decimais de Dewey e Universal. Essa perspectiva tem exercido definitiva influência nos estudos classificatórios levados a cabo nos cursos de biblioteconomia do Brasil, uma vez que é flagrante o fato de que a contribuição de Hegel para a lógica classificatória passa longe das disciplinas vinculadas às classificações bibliográficas.

A presente pesquisa, que teve como ponto de partida a afirmação de Graziano (1959), que desloca o referencial teórico das classificações de Bacon para Hegel, procurou trazer à tona o questionamento revelado pelo pesquisador norteamericano e avançar um pouco mais a discussão, de modo a contribuir para a pesquisa na área das classificações no Brasil, visto que nos Estados Unidos, notadamente com Graziano e Olson (2011), a influência de Hegel já mostra sua presença.

Assim como Graziano (1959), o foco de atenção aqui esteve voltado para a subdivisão da classe Artes nas classificações examinadas. Pôde-se constatar que, embora tenha declarado sua base baconiana ao elaborar seu Sistema, Harris não enunciou explicitamente que suas divisões foram fundamentalmente orientadas pela lógica hegeliana. Tal orientação fica clara no fato de que Harris parece ter dado muito mais ênfase ao movimento que vai das artes mais concretas para as mais abstratas, iniciando pela Arquitetura e finalizando com a Poesia, como preferia Hegel, do que privilegiando a função mediadora das artes espalhadas em diversos pontos da classificação de Bacon. Isto é, Harris tomou como ponto de partida as ideias formativas de Bacon para a macroestruturação de sua classificação, organizando-a com base nas faculdades de Memória-Imaginação-Razão, e sua ordenação interna, ou melhor, o desdobramento de seu arranjo conceitual, se deu essencialmente com base na divisão de Hegel.

Ao desenvolver sua classificação de livros, Harris conseguiu unir duas perspectivas bastante distintas que sequer tinham a proposta de classificar livros. A perspectiva indutiva de Bacon, que tinha como pretensão dar ordem aos saberes produzidos pela humanidade, deu vez a uma dialética empirista que deixava às artes um papel mediador que ligaria a memória e a razão. Bacon fez isso em um período em que a História parecia estar muito mais consolidada como forma de saber do que a própria Ciência. Hegel, por sua vez, trouxe uma perspectiva racionalista fomentadora de uma dialética idealista encabeçada pela

razão (pela Ciência e pela Filosofia) no intuito de compreender o processo do saber, do conhecimento.

Bacon está presente na classificação de Harris na definição das três grandes classes – História-Poesia-Filosofia –, ao passo que Hegel está fundamentalmente na ordenação dessas classes – Ciência-Arte-História – e nas subdivisões das artes, da mais concreta (mais sensível) a mais abstrata (mais essencial). Assim, não é descabido afirmar que a classe Arte em Harris se aproxima sensivelmente da categoria Essência de Hegel. Desse modo, não cabe aqui concordar integralmente com Graziano e afirmar que a classificação de Harris “vira as costas” para a lógica de Bacon e se aproxima exclusivamente à lógica de Hegel. Prefere-se aqui entender que Harris conseguiu a proeza de unir filosofias distintas para o universo biblioteconômico das classificações. No entanto, dada a visível convergência entre a classificação de Harris e a divisão proposta por Hegel, entende-se que a alegação de Graziano presta um favor pertinente e relevante aos estudos das classificações bibliográficas, transferindo a esses a responsabilidade de inserir Hegel no ensino e pesquisa da área.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, L. *Sistemas de classificação do conhecimento na Filosofia e na Biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta*. 2008. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BACON, F. *O progresso do conhecimento*. São Paulo: UNESP, 2007. Título original: *The Proficiency and Advancement of Learning Divine and Humane* (1605).
- _____. *O progresso do conhecimento*. São Paulo: UNESP, 2007. Título original: *The Proficiency and Advancement of Learning Divine and Humane* (1605).
- BARBOSA, A. P. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. (Obras Didáticas, 1).
- BRAS, G. *Hegel e a arte: uma apresentação à Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. (Textos de Erudição e Prazer).
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DUARTE, R. Do sistema das artes à ambiência pós-histórica: itinerários da estética contemporânea. *Viso - Cadernos de estética aplicada*: revista eletrônica de estética, v. 10, n. 19, jul./dez. 2016. Disponível em: http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_19_RodrigoDuarte.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.
- EATON, T. *The development of classification in America*. 1959. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1474/Eaton830.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2017.
- FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono; Brasília: Universidade de Brasília, 1973.
- GRAZIANO, E. E. Hegel's philosophy as basis for the Dewey Classification Schedule. *Libri*, [on line], v. 9, p. 45-52, 1959.
- HARRIS, W. M. T. Book classification. *The Journal of Speculative Philosophy*, St. Louis, v. 4, p. 114-128, 1870.
- HEGEL, G. W. F. *Curso de estética: o sistema das artes*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Título original: *Vorlesungen über die Ästhetik* (1835).
- KELLER, P. W. *Estrutura da obra de arte na filosofia de Hegel: análise da estrutura da arte nos cursos de Berlim com relação aos conceitos de organismo, ação e conceito*. 2011. 129 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-17082012-104854/pt-br.php>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- LA MONTAGNE, L. E. *American library classification: with special reference to the Library of Congress*. Handen: The Shoe String Press, 1961.
- LEIDECKER, K. F. *Yankee teacher: the life of William Torrey Harris*. New York: The Philosophical Library, 1946.
- MILLS, J. *A morden outline of library classification*. London: Chapman and Hall, 1960.
- NORONHA, M. P. A favor da história da arte, um enunciado em suas implicações filosóficas: da estética à filosofia da arte enquanto problemas e fundamentos para uma disciplina histórica. *Saeculum: Revista de história*, João Pessoa, v. 13, jul./dez. 2005.
- OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42331>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. *Library Resources & Technical Services*, Chicago, v. 45, n. 3, p. 115-122, jul. 2001. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/olson_2001.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.

PIEADADE, M. A. Requião. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

POMBO, O. *O enciclopédismo romântico: Novalis e Hegel*. Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap3p7/romantico.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ROSSI, P. *Francis Bacon: da magia à ciência*. Londrina: Eduel; Curitiba: UFPR, 2006.

SALES, R.; PIRES, T. B. The classification of Harris: influences of Bacon and Hegel in the universe of library classification. VI North American Symposium on Knowledge Organization (NASKO, 2017). *Proceedings* [...] Champaign, IL. University of Illinois, 2017. Disponível em: http://www.iskocus.org/NASKO2017papers/NASKO2017_paper_5.pdf. Acesso em: 16 ago. 2017.

SANTORO, F. Sobre a estética de Aristóteles. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://revistaviso.com.br/visArtigo.asp?sArti=12>. Acesso em: 31 maio 2018.

SAYERS, W. C. B. *An introduction to library classification*. 9. ed. Londres: Grafton, 1955.

SHIRAYAMA, C. M. *Francis Bacon e O Progresso do Conhecimento no Início do Século XVII*. 2016. 89 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-10102016-182510/en.php>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SIQUEIRA, J. C. O conceito classificação: uma abordagem histórica e epistemológica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 37-49, jan./jul. 2010.

VICKERY, B. C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. Tradução de M.C.G. Pirolla.

WIEGAND, W. A. The “Amherst Method”: the origins of the Dewey Decimal Classification Scheme.

Libraries & Culture, Texas, v. 32, n. 2, p. 175-194, 1998.

A fotografia na organização do conhecimento arquivístico: reflexões sobre processo institucional de evidenciação documental como parâmetro de organização

- *Photography in Archival Knowledge Organization: Reflections on the Institutional Process of Documentary Evidence as a Parameter of Organization*

Bruno Henrique Machado (1), Rafael Semidão (2), Telma Campanha de Carvalho Madio (3), Daniel Martínez-Ávila (4)

Universidade Estadual Paulista (UNESP), machadobrunohenrique@gmail.com (1), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), rafaelsemidao@gmail.com (2), Universidade Estadual Paulista (UNESP), telma.madio@unesp.br (3) martinez.avila@unesp.br (4)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre a fotografia na organização do conhecimento arquivístico, apresentando as peculiaridades de tratamento que envolvem este tipo de documento em suporte convencional e digital e uma reflexão sobre sua organização a partir de seu processo de evidenciação na produção institucional. O trabalho tem a característica de uma abordagem metodológica qualitativa de cunho teórico e reflexivo. Como principal proposição é apresentada uma abordagem que toma o princípio da proveniência como elemento de análise para se identificar o processo de trabalho que é evidenciado no documento arquivístico fotográfico como aspecto comunicativo e, sobretudo, como aspecto de práxis. Com base na identificação desse processo é sugerida uma concepção de organização do conhecimento registrado na fotografia que favoreça o diálogo entre o contexto de produção e o contexto de uso desse documento.

Palavras-chave: Arquivologia; Análise de Domínio; Fotografia; Documento de arquivo.

Abstract

This paper aims to present some reflections on the role of photography in the archival knowledge organization, presenting the specificities of the analysis of this type of document in both conventional and digital media and a reflection on its organization based on the process of evidence in the production of the institution. The paper follows a qualitative approach to its methodology and has a theoretical and reflexive nature. It proposes an approach that considers the principle of provenance as an element of analysis to identify the process that is evidenced in the photographic archival document as a communicative aspect and mainly as an aspect of praxis. Based on the identification of this process, we suggest a conception of the organization of the knowledge recorded in the photograph that favors the dialogue between the context of production and the context of use of this document.

Keywords: Archival Science; Domain Analysis; Photography; Archival document.

1 Introdução

Após a invenção da técnica fotográfica no século XIX, foi-se concedendo à fotografia uma grande variedade de aplicações para documentar e representar descobertas científicas, realizar registros do desenvolvimento da arquitetura das cidades e indústrias, além de outras formas de uso que têm marcado a história da fotografia como meio de registro documental de feitos sociais em geral, e institucionais em específico. Charles Baudelaire, a propósito da variedade de usos da fotografia, já reivindicava, no “Salão de 1859”, o “verdadeiro dever” da fotografia como serva das artes e das ciências (BAUDELAIRE, 1972). A fotografia tem possibilitado a manutenção da presença do passado captado pela imagem fixa que se presta a preencher as lacunas da memória humana, pois, inexoravelmente, tal memória biológica é incapaz de “gravar” todos os acontecimentos da vida, sendo preciso, por isso, esquecer para lembrar; e a fotografia,

dessa maneira, auxilia na “colagem” dos fragmentos da história humana (SONTAG, 2004). Ampliando o espectro daquilo que se entende por memória, Tagg (2007, p. 81) apresenta as configurações que a fotografia adquire para além da função de registro da memória individual, destacando seu caráter de documentação socio-institucional. Segundo o autor, a fotografia foi inserida em instituições emergentes de tipo médico, legal e governamental, que atribuíram às fotografias o valor de evidência, com decorrente atributo de fonte de prova. Precisamente por isso, Tagg (2007) é taxativo ao afirmar que as fotografias são produzidas sob a perspectiva do discurso institucional. Esse discurso engendrado como materialização de uma ação, integrante do quadro de funções que constitui a atuação social/profissional da instituição, tem a capacidade de provar atividades institucionais; capacidade essa que, com efeito, aproxima a fotografia do conceito de documento de arquivo. Dessa forma, para que se possa compreender o processo de inserção

da fotografia na esfera dos arquivos – enquanto documento arquivístico derivado de uma atividade/ação institucional e com caráter probatório – propõe-se uma abordagem de organização do conhecimento registrado no documento fotográfico a partir do reconhecimento dos processos administrativos institucionais que configura sua produção e a decorrente evidenciação. Para tanto, buscamos tratar a presença da fotografia no ambiente institucional como um instrumento que viabiliza a prova e cumprimento de suas funções e atividades e que, como tal, compõe o orbe de elementos documentais da chamada organização do conhecimento arquivístico (GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015) ou organização do conhecimento em arquivos (TROIÑO, 2018; HJØRLAND, 2016), e optamos por adotar uma visão não meramente técnica e processual do tratamento dado à fotografia, mas preferimos nos valer da noção de um processo institucional evidenciado como expressão da decorrência social desse documento que, como qualquer outro tipo de documento arquivístico, requer o estabelecimento de uma organização (tratamento) que medeie ou caracterize o “diálogo” (GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015, p. 562) entre a sua produção e seu uso.

Em nossa proposta, iniciamos apresentando o contexto da fotografia na organização do conhecimento arquivístico, conforme a ótica que estamos adotando – a fotografia produzida para fins institucionais. Nessa ótica, buscamos articular também a noção de domínio como elemento a ser analisado para se organizar o conhecimento transportado pela fotografia. Após isso, apresentamos nossas reflexões acerca de modos de organização a partir do já mencionado processo institucional de produção. O artigo tem sua importância justificada para a organização do conhecimento arquivístico no sentido de trazer à discussão um olhar diverso acerca da organização do conhecimento envolvido nesses documentos, cuja presença, nas instituições públicas e privadas brasileiras, se faz presente desde há muito tempo. O texto não tem a pretensão de encerrar as discussões que se intensificaram a partir da década de 1970, no campo da Arquivologia, sobre como organizar as fotografias, mas pretende contribuir para novas reflexões a respeito do tema. Reflexões essas mais voltadas à compreensão de que a fotografia, e sua organização, é parte de um processo social de mediação dentro da instituição produtora.

2 O contexto da fotografia na organização do conhecimento arquivístico.

Para Hjørland (2003, 2016), a Organização do Conhecimento (OC) é concebida de forma dual a partir de dois sentidos epistêmicos: um relacionado às atividades de tratamento técnico documental é

denominado sentido restrito; o outro, denominado sentido amplo, é concernente à organização do conhecimento alçada ao patamar de estruturas sociais. Dessa forma, Hjørland (2008, p. 86, tradução nossa) argumenta que a OC no sentido amplo é caracterizada como a “divisão social do trabalho, a organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura das disciplinas e as profissões, a organização social dos meios de comunicação, a produção e disseminação do conhecimento.” Já no sentido restrito, a OC se faz presente em atividades, de certa forma, técnico-práticas, como a descrição de documentos, indexação e classificação; ações e procedimentos realizados em bibliotecas, arquivos e outras instituições, ou seja, sua preocupação está relacionada à construção e reconstrução de instrumentos e sistemas de organização do conhecimento documentado (HJØRLAND, 2008).

Partindo do sentido restrito proposto por Hjørland, entendemos que, na mesma concernência de Gnoli (2012, p.269) e Hjørland (2008, p. 86), a OC, em sua função de organizar, está referida à organização de documentos de arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições congêneres. Especificamente a respeito de arquivos, Hjørland (2016, p. 480) reconhece a independência epistemológica e institucional da Arquivologia como um campo científico e, ao mesmo tempo, reconhece esse campo como parte da OC. Valendo-se da expressão *Knowledge Organization in Archives*. Hjørland (2016, p. 480) também destaca que o domínio da *Knowledge Organization in Archives* conta com um princípio de organização específico chamado princípio da proveniência. Utilizando uma citação coletada na Wikipédia, Hjørland (2016) descreve o princípio da proveniência como aquele que propõe que os documentos produzidos por uma mesma fonte devem ser mantidos juntos e sem confusão com documentos produzidos por outras fontes. Já Guimarães e Tognoli (2015) abordam o referido princípio da proveniência desde suas várias perspectivas, dentre as quais a histórica e a terminológica, e dessa forma, ressaltam a importância desse princípio como domínio que implica na forma específica (não temática) de se organizar o conhecimento arquivístico. Por outro lado, acreditamos que na perspectiva pós-Kuhniana de Hjørland, a visão do domínio estabelecida na proveniência poderia talvez ser equiparada à prática científica no laboratório, estudada por Latour e Woolgar (1979), considerando a produção de fatos no laboratório semelhante a produção arquivística na instituição.

Tomando como contexto de perspectivação da fotografia na organização do conhecimento arquivístico a sua articulação com as noções de OC em sentido restrito, mais a compreensão de OC como realizada em instituições como arquivos, bibliotecas e museus; e

mais a informação de que o princípio de proveniência constitui um domínio para a organização contextual do conhecimento arquivístico, queremos estabelecer uma abordagem metodológica para viabilizar nossa reflexão acerca da fotografia.

Dessa maneira, procuramos adotar a abordagem metodológica de Análise de Domínio (AD) que pode ser considerada como um processo para identificar os objetos existentes em um determinado domínio ou área do conhecimento para, com isso, obter a compreensão desse contexto, de tal forma que seja possível representar e organizar o conhecimento ali produzido (HJØRLAND, 2002, 2004). Hjørland e Albrechtsen (1995) definem a AD como:

[...] uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como “comunidades de discurso”, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 23, tradução nossa).

O complexo metodológico denominado análise de domínio é, neste contexto, compreendido como uma maneira de realizar pesquisa acerca das comunidades científicas e de seus discursos. Chega-se, com a abordagem da AD, a “uma área de especialidade, ou um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa organização” (MAI, 2005, p. 605), que, para Smiraglia (2011), equivale à determinação do domínio, o que, por sua vez, corresponde à maneira pelas quais novos conhecimentos são descobertos. Esses domínios, em específico, quando abordados em organização do conhecimento, são fundamentais para aprimorar as práticas informacionais e prover melhorias nos serviços de informação, além de integrar diversos campos de pesquisa, apresentando abordagens sociais, funcionalistas e realistas. Como meios de se aplicar a AD, Hjørland (2002, 2017) apresenta abordagens que, segundo o autor, não são exaustivas e nem excludentes, mas sim complementares, de acordo com critérios estabelecidos pelo domínio a ser analisado. As abordagens em questão são (segundo a versão atualizada de 2017): a Produção de guias de literatura; Construção de classificações e tesouros especializados; Indexação e recuperação da informação especializada; Estudos empíricos de usuários; Estudos bibliométricos; Estudos históricos; Estudos de documentos e gêneros; Estudos epistemológicos e críticos; Estudos terminológicos, Linguagens para propósitos determinados, semântica de bases de dados e estudo dos discursos; Estrutura e instituições da comunicação

científica; Cognição científica, Conhecimento especialista e inteligência artificial; Semântica em banco de dados; Análise de discurso e, por fim, princípio da proveniência.

Iremos nos apropriar, especificamente, das abordagens dos estudos de documentos e gêneros e do princípio da proveniência. Ao estudar os documentos e gêneros documentais que são criados em determinado domínio, acaba-se por representar a multidiversidade da produção de documentos, pois os mesmos são gerados de acordo com ações comunicativas ou de acordo com as finalidades de sua produção. O gênero, como já mencionado, refere-se à fotografia como registro. O estudo de dos gêneros documentais é aqui estabelecido no interior do domínio do princípio da proveniência.

2.1 O princípio da proveniência como base do processo institucional de evidenciação da organização do conhecimento arquivístico

Para Guimarães e Tognoli (2015) a denominação *archival knowledge organization* é compreendida como todo o processamento teórico e técnico aplicado aos documentos arquivísticos, desde a sua criação até sua destinação final.

A adoção do princípio da proveniência, como base de referência, constitui uma abordagem que procura refletir a contextualização administrativa, histórica e social dos documentos produzidos por qualquer instituição, e que se manifesta por meio de seriação orgânica. Diante disso, tem surgido novos questionamentos no campo da Arquivologia, incluindo a reflexão sobre seu próprio conhecimento produzido (perspectiva meta), pois conforme Jardim (2017, p. 229), “existe a Arquivologia e seus diversos territórios, interpretações, intérpretes, métodos e práticas, ou talvez Arquivologias, no plural, dada a enorme influência histórica do Estado na construção do pensamento arquivístico”.

Ao se considerar a organização do conhecimento arquivístico, é possível perceber que o princípio da proveniência é o domínio específico para a ligação entre os campos independentes, pois conforme postula Hjørland (2016)

A organização do conhecimento em arquivos, no entanto, também deve ser considerada parte do KO, [...]. Os arquivos podem conter registros oficiais, registros comerciais, imagens, cartas, diploma etc. O princípio específico de organização mais importante para esse domínio é o princípio da proveniência (HJØRLAND, 2016, p. 480, tradução nossa).

O princípio da proveniência é a base norteadora para as reflexões e práticas da Arquivologia. Tal princípio é também um conhecimento teórico e prático, difundido e aceito pelas diferentes correntes de pensamento arquivístico, desde o século XIX e que, segundo argumento de Bellotto (2014, p. 333), consiste na

“conexão entre/nascimento dos documentos e o decantado *respect des fonds* dos franceses, ou seja, o princípio da proveniência, é inerente ao arquivo”. Para Duchein (1986), o *respect des fonds*, “[...] consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documento de qualquer natureza) proveniente de uma administração [...]” (DUCHEIN, 1986, p.14). Schellenberg (2006), Rousseau e Couture (1998), Cruz Mundet (2001), aprofundam o conceito do princípio de proveniência ao trabalharem com a compreensão de uma proveniência externa e uma interna, ou seja, uma proveniência externa, ligado diretamente ao fundo de arquivo e o da proveniência interna, atrelada à classificação e a ordenação dos documentos arquivísticos integrantes de um fundo. O primeiro aspecto, sobre a proveniência externa, refere-se à instituição de maneira ampla, vinculada a missão, visão da instituição refletida no *corpus* institucional. O segundo aspecto está voltado para a organização dos documentos arquivísticos, ou seja, o interior do fundo, refletindo a estrutura das unidades administrativas e técnicas que são responsáveis pela produção dos documentos. Nesse sentido, a definição de fundo documental é o “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automaticamente e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou por uma família no exercício das suas atividades ou das suas funções” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91). Segundo Cook (1992), temos que observar o fundo documental como uma construção intelectual, não mais como uma estrutura física, pois,

O fundo não é tanto uma entidade física nos arquivos, mas sim o resumo conceitual das descrições de entidades físicas no nível de série ou inferior, e as descrições do administrativo, caráter histórico e funcional do (s) criador (es) dos registros - bem como descrições dos processos de criação de registros (metadados). O fundo é, portanto, o todo conceitual que reflete um processo orgânico no qual um documento é produzido ou acumula a uma série de documentos que exibem uma unidade natural baseada em função, atividade, forma ou uso compartilhados. É o cerne desse processo ou relacionamento que liga o criador aos documentos que a essência da proveniência que pode ser encontrada e deve ser protegida. (COOK, 1992, p. 33, tradução nossa).

Dessa maneira, o objetivo do princípio da proveniência passa a ser entendido não apenas como método pragmático de organizar documentos, mas no seu escopo são inseridas as várias relações existentes entre os documentos, criadores e funções (DOUGLAS, 2016). O fundo, dessa maneira, é compreendido como conjuntos documentais unidos (seja no sentido externo e interno), de uma mesma proveniência, e que procura refletir a gênese documental - sua origem, além de possibilitar a apresentação e a compreensão das hierarquias, as competências, funções/atividades de uma determinada instituição. Nessas articulações em torno do fundo e do princípio da proveniência

podemos, ademais, reconhecer o lastro intitulado vínculo arquivístico, o *archival bond* conforme destacam Duranti (1997) e Tognoli e Guimaraes (2018). Diante disto, cabe observar que desde que o princípio da proveniência foi concebido, ele segue sendo o principal qualificador da diferença entre os arquivos enquanto configuração da organização do conhecimento arquivístico, e os demais sistemas de organização do conhecimento.

2.2 A organização da fotografia a partir do processo institucional de evidenciação.

Antes de adentrarmos na discussão sobre a fotografia nos arquivos, faz-se necessário apresentar a compreensão em torno do documento de arquivo e de algumas de suas especificidades. Para Delmas (2010, p. 129), nesse sentido, o documento arquivístico “é aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte que foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais”. Sobre a definição veiculada, o autor procurou explicar que a origem de um documento arquivístico não é determinada pela sua forma, suporte ou tipo de escrita, mas sim por ser um registro de determinada ação institucional. Sob essa premissa procura reafirmar que o documento de arquivo, em sua definição, deve ser complementado pelo caráter de “informação orgânica”. Dessa maneira, segundo ele, “as informações orgânicas, têm uma natureza própria, que não depende do suporte nem da escrita ou da antiguidade” (DELMAS, 2010, p.132). Assim, no instante que a informação foi produzida ou recebida por um organismo em suas rotinas/atividades administrativas, constitui-se em uma informação de arquivo/ informação arquivística – que é integrante do fundo de arquivo (DELMAS, 2010). Bellotto (2014) apresenta outra abordagem acerca da informação arquivística, postulando que “o ponto básico da informação arquivística (a informação contida nos documentos de arquivo) referentemente às informações de outra natureza: a de que ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades” (BELLOTTO, 2014, p. 298). Na compreensão da autora, a informação arquivística possui relação direta com as competências e atividades das organizações, portanto se configura com a gestão administrativa e com os compromissos que são requeridos pelo sistema jurídico. Essas considerações expõem a transcendência que envolve a produção do documento de arquivo, dando a entender que há um lastro de informações jurídicas e administrativas que prepara a produção no tempo presente e que a projeta para o futuro. (BELLOTTO, 2014). Notamos que as abordagens não se excluem, mas se complementam. Silva (2012), nessa linha, argumenta que a abordagem informacional teve seu início nos arquivos e na

Arquivologia a partir da década 1980, sob a influência dinâmica das práticas e pela importância da informação na contemporaneidade. Todavia, essa abordagem informacional para a Arquivologia não exclui a necessidade da existência de uma materialidade para a informação, ou seja, uma condição de evidência que é “consignada ao registro com credibilidade e validade, para representar uma intencionalidade ou uma manifestação de vontade” (SILVA, 2012, p. 61). Por isso, as pesquisas relacionadas à noção da informação arquivística se debruçam sobre a entidade documental que é constituída de dois predicados: materialidade/suporte e informação/conteúdo, ambos caracterizadores do documento arquivístico. Dessa maneira, conforme apresenta Cruz Mundet (2001), as especificidades dos documentos de arquivos são: o caráter seriado, nos quais os documentos são produzidos um a um e com o passar do tempo constituem séries documentais que são documentos derivados da mesma atividade; a gênese documental, que surge como um produto reflexo das atividades de seu produtor; a exclusividade, que consiste no fato de que a informação contida num documento raramente pode ser encontrada em outro com a mesma extensão e intensidade e, por fim; o inter-relacionamento de um documento de arquivo com outro, que é dado pelo seu pertencimento a um conjunto e pelas relações estabelecidas entre si. Nesse sentido, Cortés Alonso (1980, p.18. tradução nossa) postula que esses documentos são divididos em classes, sendo elas os “documentos textuais, sonoros ou de imagem, porque em qualquer uma dessas formas a documentação pode ser produzida”. A autora apresenta as características do suporte, onde são registradas as informações; e do formato, a maneira de execução do registro, que é o ponto crucial que fez com que a fotografia fosse apartada dos conjuntos documentais “tradicionais” nas instituições, pois, pela fragilidade e especificidade de seu suporte, foi incitada a preocupação com a conservação desses documentos ditos não tradicionais, ou de códigos díspares da linguagem escrita. Destarte, no Brasil, as teóricas Paes e Marques (1977) e Paes (1986) definiram nos estudos nacionais, num primeiro momento, que as fotografias e arquivos fotográficos deveriam ser considerados “arquivos especiais”, pois os arquivos especiais são compreendidos como aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes e que, por esta razão, mereceriam tratamento especial, não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, classificação ou processamento, acondicionamento, controle e conservação. Entretanto, hoje acreditamos que a compreensão de “arquivos especiais” deve ser revisada. Há inclusive pesquisadores da área de Organização do Conhecimento, Ciência da Informação e Arquivologia (SCHWARTZ, 1995; LOPEZ, 2000; BUSHEY, 2005; LACERDA, 2008; MADIO, 2012, entre outros), discutindo a fotografia como documento

arquivístico que, como tal, deveria estar inserida, como qualquer outro documento, no conjunto das funções arquivísticas, entre as quais a classificação, o processo de avaliação documental para descarte ou a guarda permanente, a descrição, entre outras.

A inserção das fotografias nos arquivos se verifica, de acordo com Boadas e Raset (2008), de quatro maneiras: na primeira as fotografias são produzidas pela própria instituição que, por diversas vezes, acompanham um processo administrativo; na segunda são produzidas pelos fotógrafos que são contratados para uma reportagem pela própria instituição e estão relacionadas às atividades culturais ou promocionais das mesmas; na terceira pela aquisição ou compra de material fotográfico que tenha relação com o uso institucional; e na quarta por doações de acervos fotográficos, considerados de valor histórico para a instituição. Mesmo com todas essas formas de aquisição, Lopez (2011) argumenta que a organização arquivística para os documentos com imagens apresentam diferentes dificuldades, principalmente em relação aos princípios norteadores da Arquivologia, tais como, princípio da proveniência que, como afirmamos, consiste no princípio que caracteriza a organização do conhecimento arquivístico e constitui um domínio para a instrumentalização de sua organização. As fotografias nos arquivos, ao receberem uma organização individualizada, reduzem a compreensão do significado global pelos quais os documentos foram produzidos. Portanto, o contexto de produção dos documentos é essencial para propiciar aos pesquisadores a compreensão dos motivos que levaram à criação do documento, sendo que é impossível que tais motivos sejam percebidos somente através do conteúdo da imagem fotográfica. Além disso, a abrangência do contexto de produção permite evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos (LOPEZ; CARVALHO, 2014).

No tocante às dificuldades apresentadas para a manutenção do princípio da proveniência, são apresentadas possíveis práticas que eventualmente podem solucionar essas lacunas metodológicas. Schwartz (1995), a esse respeito, afirma que a diplomática contemporânea oferece subsídios para arquivistas efetuarem um trabalho reflexivo e um quadro metodológico com objetivo de contextualizar as fotografias com os demais documentos do arquivo, visto que, tradicionalmente esses documentos são descontextualizados. No argumento da autora, as fotografias seriam inseridas no conceito de documento de arquivo na medida em que possuem uma escritura (realizada pela ótica ao registrar a imagem e ampliada pela química), sobre um suporte, que a vincula a uma evidência (apresentada na visão documental e não pela veracidade do conteúdo visual) que de forma alguma materializa-se em imagem isolada, mas sim nas séries

fotográficas, reafirmando o caráter serial dos arquivos. Assim, o caráter de autoridade, autenticidade e fidedignidade, para a autora, estão relacionados ao contexto funcional, ou seja, ao momento de criação e seu processo de evidenciamento, importante para a compreensão e constituição de séries documentais que resultam da organização. Desde modo, a diplomática contemporânea pode ser um método útil para a compreensão das fotografias em um contexto funcional administrativo (SCHWARTZ, 1995). Cabe ressaltar que a autora apresenta esta proposta conceitual para fotografias produzidas no modelo de produção físico-química. Contudo, as práticas fotográficas continuaram a evoluir, e com o advento da tecnologia, sobretudo a partir da década de 1990, a produção de fotografias digitais trouxe uma nova realidade para os profissionais que produzem e organizam as fotografias, enquanto documento de arquivo. Se antes eram produzidos e acumulados negativos e ampliações - processos físico-químicos - agora as fotografias são produtos de *softwares* e *hardwares*. Por esse motivo, é importante identificar aspectos e questionamentos relacionados à desmaterialização, compreendida como ausência de uma estrutura física da imagem, seja quanto aos aspectos morfológicos, relacionado à química, composição, quanto aos fatores de conservação e preservação à longo prazo, entre outros (IGLÉSIAS; FRANCH, 2008).

Dessa maneira, os documentos arquivísticos nato digitais, sob a olhar da diplomática, são tidos como similares aos produzidos em papel, possuem “forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e o desenvolvimento de cinco pessoas, autor, redator, destinatário, originador e produtor” (RONDINELLI, 2013, p 235). Porém, para garantir a manutenção da autenticidade dos documentos natos digitais, tem sido um grande desafio, tendo em vista a facilidade de produção e transmissão desses documentos. O projeto *Interpares*^[1] tem realizado estudos acerca dos documentos de arquivos digitais, procurando desenvolver procedimentos e métodos para a solução do problema, apresentando soluções como o controle de criação dos documentos em ambiente digital e a custódia dos documentos de arquivos nato digitais, incluindo a fotografia.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, estabeleceu, pela Resolução nº 20/2004, a elaboração e implementação de sistema de gestão eletrônica de documentos arquivísticos que engloba requisitos funcionais, metadados que estabelecem as garantias de integridade e acessibilidade de longo prazo aos documentos arquivísticos, além de outras medidas relacionadas ao documento arquivístico digital.

Porém, o cenário brasileiro se encontra em fase inicial para a realização dessas resoluções. No aspecto geral da produção de documentos nato digitais, no qual se inclui a fotografia digital, se pensarmos na aplicação

das práticas que abrangem: a produção dos documentos digitais, classificação, avaliação e transferência para a guarda permanente e a preservação em longo prazo, uma vez que a complexidade da produção da fotografia, que em “ambiente analógico” já apresentava desafios, no ambiente digital apresenta novas e mais complexas perspectivas. Sua inserção nos sistemas informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos (SIGAD) – (CONARQ Resolução e nº 32; Resolução nº37) - e Nos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) deve ocorrer sistematicamente, no entanto, é necessário compreender a fotografia digital como documento arquivístico e contextualizá-la com os demais documentos produzidos e evidenciados institucionalmente. A trajetória histórica das fotografias nos ambientes arquivísticos proporcionou uma classificação apartada dos demais documentos, devido a sua constituição documental. Nesse sentido, Iglésias e Franch (2004) menciona os aspectos que os profissionais e as instituições devem levar em consideração ao abordar a fotografia digital no ambiente arquivístico, ressaltando:

[...] a necessidade do conhecimento e compreensão dos aspectos formais e tecnológicos, além dos atributos de ordem social das fotografias digitais; [...]. A metodologia arquivística e os princípios que devem apresentar uma visão geral que vai além da natureza física e lógica dos documentos produzidos e por fim, [...]. O problema da preservação a longo prazo, a principal premissa é a obrigação de trabalhar com padrões e formatos não proprietários. (IGLÉSIAS; FRANCH, 2004, sp., tradução nossa).

Tendo sido apresentadas essas notas a respeito da fotografia, convencional e digital, na organização do conhecimento arquivístico, passamos a destacar nossa reflexão acerca de um modo possível de se conceber a organização do conhecimento registrado (evidenciado) nas fotografias.

Propomos que as fotografias, em primeiro lugar, e em consonância com os autores mencionados, devem ser consideradas documentos arquivísticos de pleno direito, sem a necessidade de apelarmos para as noções de arquivos especiais. Decorrente disso, entendemos que a fotografia requer uma organização (classificação e descrição) que espelhe o seu processo de produção documental a partir da estrutura e funcionamento da instituição, cuja atividade é evidenciada (viabilizada e provada) pelo tipo fotográfico. Não há espaço aqui para tratarmos do tipo fotográfico, pois isso foge ao escopo do trabalho. Todavia, ressaltamos que tal tipo fotográfico se daria como uma evidenciamento de uma atividade administrativa em si, e não somente como complemento de outro tipo documental concretizado em gênero textual, por exemplo. Ao afirmarmos que a fotografia requer uma organização que reflita seu processo de produção, estamos evocando o princípio de proveniência como domínio, isto é, como um elemento

Machado, Bruno Henrique; Semidão, Rafael; Madio, Telma Campanha de Carvalho; Martínez-Ávila, Daniel. A fotografia na organização do conhecimento arquivístico: reflexões sobre processo institucional de evidenciamento documental como parâmetro de organização. *Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas*, 2019.

configurador de uma comunidade discursiva, que aqui é considerada equivalente a cada contexto institucional em específico, com seu quadro específico de funções e atividades.

Nessa perspectiva, cada instituição deveria, segundo nossa proposta, ser analisada como um domínio específico, ressaltando, e aqui está, talvez, o diferencial de nossa reflexão, que para nós o fator discursivo do domínio arquivístico poderia ser acrescido da *práxis*, ou seja, que deriva de um processo de trabalho dividido em funções e atividades administrativas, consubstanciado no processo de produção dos documentos arquivísticos. Entendemos que pelo fato da informação registrada no documento arquivístico referir-se à ação desempenhada pela instituição, seria mais adequado ressaltar o fator de ação prática, e não só o aspecto comunicativo.

Dessa forma, entendemos o domínio arquivístico como comunidade institucional de *práxis* que teria sua produção documental evidenciada nos documentos de diversos gêneros e suportes, incluindo, por conseguinte, a fotografia. Chegando a este ponto, ressaltamos que a fotografia deve ser indistintamente tratada como resultado do processo de produção documental institucional, e sua organização deve se pautar igualmente nesse processo, ou seja, dentro do domínio do princípio da proveniência. A imagem que a fotografia veicula, nesse sentido, deve ser considerada um índice do referido processo e não elemento único de organização. Assim, para que o diálogo entre a produção e o uso, tal como mencionado anteriormente, seja efetivo e condizente com o que é próprio do documento arquivístico, propomos que a organização do conhecimento arquivístico e, em especial, do conhecimento arquivístico evidenciado pelos conjuntos documentais que tenham fotografias, sejam regidos pela análise de cada domínio configurado a partir do princípio da proveniência, de acordo com o processo institucional de evidenciação do conhecimento.

3 Conclusão

No estudo de OC desde a perspectiva da AD, identificando o domínio a ser analisado com o princípio da proveniência, se apresenta uma perspectiva que considera a ótica formada a partir da abordagem de estudo de documentos e gêneros de Hjørland (2002, 2017) e do princípio da proveniência, tal como abordado por Tognoli e Guimarães (2018). O princípio da proveniência é norteador para análise do domínio na organização do conhecimento arquivístico. Decorrente disso, em nossa proposta, compreendemos que cada instituição deveria ser analisada como um domínio específico, no qual o fator discursivo, já sedimentado no domínio arquivístico, deverá ser acrescido da *práxis*, pois a *práxis* no domínio arquivístico é um processo de trabalho executado pelo

cumprimento de funções e atividades jurídicas e administrativas que evidenciam-se na geração de documentos. Entendemos que pelo fato da informação registrada no documento arquivístico referir-se à ação desempenhada pela instituição, seria mais adequado ressaltar o fator de ação prática, e não somente o aspecto comunicativo, pois a partir do princípio da proveniência iniciam-se reflexões e práticas empíricas arquivísticas, tendo como premissa a identificação do contexto de produção dos documentos produzidos, interpretando a acumulação orgânica dos mesmos, e estabelecendo a sua organização externa e interna como base para as funções arquivísticas, dentre elas a classificação e descrição/representação. Dessa maneira, temos este princípio como primordial, pois o mesmo diferencia e evidencia o domínio da organização do conhecimento arquivístico perante as demais formas de organização do conhecimento. Já quanto às concepções que permeiam o problema de se considerar a fotografia como documento arquivístico, já é dado presente no quadro teórico da Arquivologia, sendo que a literatura do campo tem apresentado possíveis “soluções”, como a aproximação metodológica da diplomática contemporânea, sobretudo quando se parte de questões relacionadas à resistência em se considerar a fotografia como registro que evidencia o ato da execução de uma atividade institucional.

Destarte, a contextualização da fotografia no domínio da organização do conhecimento arquivístico pode contribuir com aportes para melhor se pensar a aceção da fotografia no âmbito da teoria arquivística. Ressaltamos que a diplomática contemporânea, a interpretação e aplicação de seu método nas fotografias tornam-se fundamental, tendo em vista da complexidade da produção desse documento arquivístico, tanto em meio analógico como em meio digital. Desse modo, o estudo de documentos e gêneros sob o viés da Arquivologia é promissor, pois com aos avanços das tecnologias de informação há a necessidade da manutenção da autenticidade dos documentos arquivísticos natos digitais, e isso cria novas inquietações e incertezas para a Arquivologia e para os arquivistas. Sabe-se que os sistemas integrados de gestão documentos arquivísticos-SIGAD e os Repositórios Arquivístico Digitais Confiáveis – RDC-Arq são as melhores recomendações propostas para o tema até esse momento.

Notas

[1] *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*. <http://www.interpares.org/>

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, C. **Selected writings on arts and artists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

- BELLOTTO, H. L. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- BOADAS, I; RASET, J. Patrimonio Fotográfico: Estrategias para su gestión. **Revista de los museos de Andalucía**, Espanha, n. 9, p. 28-31, fev. 2008.
- BUSHEY, J. E. **Born Digital Images as Reliable and Authentic Records**. Tese (Master of Archival Studies) - University Of British, Columbia, 2005.
- COOK, T. The Concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, Canadá, n. 35, p. 24-37, 1992.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). Resolução nº 20, 16 de Julho de 2004. **Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos- SINAR. Rio de Janeiro, 2004**. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- _____. Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010. **Dispõe sobre a inserção dos Metadados na Parte II do Modelo de Requisitos e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/274-resolucao-n-32,-de-17-de-maio-de-2010.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- _____. Resolução nº37, de 19 de dezembro de 2012. **Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/279-resolucao-n-37,-de-19-de-dezembro-de-2012.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- CORTÉS ALONSO, V. **Documentación y Documentos**. Ministério de Cultura, Dirección General de Bellas Artes Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de Archivos, 1980.
- CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de arquivística**. 4. ed. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.
- DELMAS, B. **Arquivos para quê?** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DOUGLAS, J. Ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, T. MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 47-74.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10 -14, n. 1, abr. 1986.
- DURANTI, L. The Archival Bond. **Archives and Museum Informatics**, [on line], n.11, p. 213-218, 1997.
- GNOLI, C. Metadata About What? Distinguishing Between Ontic, Epistemic, and Documental Dimensions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [on line], v. 39, n. 04, p. 268 – 275, 2012.
- GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Provenance as a Domain Analysis Approach in Archival Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [on line], v. 42, n. 8, p. 562 –569, 2015.
- HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [on line], v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995.
- _____. Domain analysis in information science: Eleven approaches - Traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [on line], v. 58, n. 4, p. 422-462, jan. 2002.
- _____. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization**, [on line], v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.
- _____. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, [on line], v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.
- _____. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [on line], v. 30, n. 3, feb./mar. 2004. Disponível em: <http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html> Acesso em: 13 mar. 2017.
- _____. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, [on line], v. 44, n. 4, p. 436-469, 2017.
- IGLÉSIAS, I; FRANCH, D. La gestión de la imagen digital. **Hipertext.net**, n. 2, 2004. Disponível em: https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen_digital.html Acesso em: 23 fev. 2016.
- _____. **La fotografía digital em los archivos: que es y como se trata**. Gijón: Trea, 2008.
- JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: métodos, especificidades e Diálogos. In: SANTOS, E. C. (org.) **Pesquisa em Arquivologia fronteiras e perspectivas epistemológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 221-238.

Classificação de documentos de arquivo: o “assunto” como elemento norteador dos instrumentos do início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas

Records classification: the subject as guiding element of tools from the early XX century and its influence on contemporary approaches

Paulo José Viana de Alencar (1), Clarissa Schmidt (2)

(1) (2) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ - Brasil - CEP: 24210-510

(1) E-mail: alencarpauloj@outlook.com (2) E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo

Pesquisa exploratória que, através de revisão de literatura, apresenta uma reflexão acerca da metodologia para classificação de documentos de arquivo baseada em assuntos presente em instrumentos do começo do século XX de órgãos públicos dos Estados Unidos e México, bem como expõe as bases históricas de parte do desenvolvimento e influências dessa metodologia no Brasil. Considera a importância de estudos sobre a história da Arquivologia e situa esta relevância dentro de uma abordagem internacional e comparativa para fins identitários e práticos da profissão arquivística. Expõe conceitos iniciais para a classificação em arquivos, contrapondo autores relevantes no tema e o debate atual na literatura da área. Apresenta os instrumentos de classificação, seus objetivos, a discussão metodológica que os circunda e correlaciona à algumas questões suscitadas no debate atual sobre a temática, onde os resultados demonstraram a histórica percepção da necessidade de reformulação metodológica para a construção de instrumentos de classificação com vistas à identificação do contexto de produção dos documentos de arquivo.

Palavras-chave: Arquivologia. Classificação de documentos de arquivo. Metodologias para classificação de documentos de arquivo. Instrumentos de classificação em arquivos.

Abstract

An exploratory research that uses a literature review that provides a reflection about the subject-based records classification that it was used in tools of the early XX century in the public offices of United States and Mexico, and it exposes the historical basis of part of the development of this methodology in Brazil. It considers the importance of historical studies in Archival Science and it situates this relevance inside an international and comparative approach, which helps in the construction of the identity of the archival profession and in addition to this can help practical problems. Exposes initial concepts for archives classification, its objectives, the methodological discussion and relates this to some questions in the presently discussion about the matter, and the results demonstrate the historical perception of the need of a methodological reformulation for the development of classification tools that identify the context of production of the records.

Keywords: Archival Science. Records. Records classification. Methodologies of records classification

1 Introdução

A Arquivologia, enquanto ciência tem apresentado uma dinâmica percepção sobre sua relação (e de seu objeto) com a sociedade e com outros campos do conhecimento, entretanto, observou Craig (1992, p.113, tradução nossa), temos dedicado um “breve olhar para dentro, para nossa própria história e nossas próprias raízes”, isto é, não se têm pesquisado sobre a história das relações entre seu fazer e saber na mesma proporção.

Terry Cook também identificou a incipiência nesta seara de pesquisa e a situa: “na ponte entre teoria e prática, isto é, através do abismo entre os princípios guias, ideias e sua verdadeira implementação em instituições arquivísticas” (COOK, 1997, p. 19, tradução nossa).

Ainda de acordo com Craig (1992, p.118), o que motiva pesquisas acerca da história da Arquivologia em um cenário de inúmeros desafios sobre a “prática”, ou ainda sobre o “fazer”, são três matrizes, dentre as quais destacamos duas.

A primeira se justifica a partir da visualização de uma noção de contexto sobre os profissionais e seu objeto, assim, o exercício das funções arquivísticas se dá de forma mais fundamentada.

A segunda propõe, dado seu nascimento enquanto fazer e a persistência mais ou menos dicotômica entre profissionais “práticos” e “teóricos”, ainda de acordo com a autora, que uma história da Arquivologia aproximaria esses profissionais e seria basilar para uma identidade profissional única (CRAIG, 1992, p.118 tradução nossa).

No prisma prático, se a universidade é um dos lugares privilegiados de construção do pensamento arquivístico em termos científicos, limitar nossa capacidade de abstração sobre nossos objetos e práticas em um mesmo universo discursivo iria opor-se a tal estatuto (DEVRIESE, 2007, p.2). Nesse sentido, uma análise contextualizada dos mesmos através do tempo pode produzir uma percepção sistemática, não somente sobre problemas rotineiros do trabalho arquivístico, mas, sobretudo acerca dos entendimentos e delimitações conceituais na nossa área.

Já acerca da questão da identidade profissional, para além do reforço de uma imagem perante a sociedade, segundo a espanhola Antonia Heredia Herrera (2012) há, nesse contexto, o debate sobre a transformação de conceitos na Arquivologia ante a necessidade de compreender a produção, uso e gestão de documentos – GD, influenciados pelo instrumental da tecnologia da informação.

Ainda de acordo com a autora, é tempo de repensarmos sistematicamente a ciência dos arquivos, principalmente no que se refere ao uso e definições de nossos termos. Heredia Herrera (2012, p.1-4) identifica também uma larga expansão de termos em nossa teoria e prática que outrora já foram fundamentados, onde tal efeito pode ser harmonizado através de uma revisitação aos mesmos.

Uma forma de atuação face a tais problemáticas contemporâneas da Arquivologia é o estudo de caso comparativo através de bases históricas, que para Richard J. Cox (1988, p.141) investiga causas e padrões de sucessos e falhas na gestão de instituições e serviços arquivísticos.

Nesse sentido, uma abordagem que privilegia esta análise é a perspectiva internacional. Em uma discussão ao redor de qual seria a melhor formação profissional arquivística, isto é, em escolas de treinamento ou através do ensino universitário, Joseph Cuvellier (1912, p.301-302), no Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários realizado em Bruxelas em 1910, já sugeria a importância de uma abordagem internacional à problemática para indicar que a melhor maneira de construir a educação arquivística para cada país é a observação da formação profissional em outros países.

Posteriormente, no epicentro do surgimento da “Arquivística Integrada”, influenciada principalmente pelos canadenses Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Louise Gagnon-Arguin, o brasileiro Luís Carlos Lopes (1998, p. 45) identificou a inserção da Arquivologia na “Era da Informação” e se baseou em Marcel Lajeunesse para uma visão mais abrangente do internacionalismo como vital para o exercício dos “profissionais documentários”.

Nessa direção, Lopes (1998, p. 49) salienta que a Arquivologia produziu construções teóricas aplicáveis a todos os países, como o princípio de respeito aos fundos, entretanto, também coexistem aspectos conceituais com percepções adversas ao longo de diferentes realidades arquivísticas.

Nesta mesma linha de pensamento, pontuou o ex-presidente da *Society of American Archivists* (SAA), Thomas Hickerson (2001, p.9), que restringir nossas técnicas de tratamento dos documentos de arquivo entre fronteiras geográficas, e, mais do que isso, nossa preocupação e conhecimento relacionado aos conjuntos orgânicos nesse limites é prejudicial para uma visão mais ampla do nosso objeto de estudo, pois, o “mandato arquivístico” é internacional e todos os documentos de arquivo identificados como tal corroboram para a apreciação da complexidade no relacionamento entre documentos de arquivo, sociedades e organizações, tornando-se um antídoto para um possível viés nacionalista.

O arquivista holandês Ketelaar (1997, p.144-145) também analisa a situação e ressalta a importância desse ponto de vista destacando as diferenças culturais e terminológicas em uma abordagem internacional na pesquisa arquivística. Desse modo, para o autor é necessário que:

Antes que possamos decidir pela “uniformidade”, antes de podermos codificar teorias e princípios globais e antes de podermos proporcionar a construção e implementação universal de modelos aplicáveis nós temos que estudar as diferenças (KETELAAR, 1997, p.146-147 tradução nossa).

Ainda como pontua o arquivista holandês, o cenário para a Arquivologia é desafiador, e descrever cada “domínio local” do seu conhecimento antes de estipular modelos universais é um aspecto que deve constituir a pesquisa na área. O autor vislumbra como ferramenta para tal, uma análise comparativa através de “culturas, sociedades e também do passado” (KETELAAR, 1997, p.147 tradução nossa).

Tratando-se de classificação em arquivos, a proposta de Ketelaar sugere inúmeras possibilidades de pesquisa, como por exemplo, a compreensão da classificação de documentos de arquivo em diferentes países, quando esta não se baseava em princípios e metodologias constituintes da teorização arquivística, identificando os resultados esperados e alcançados por esses princípios e metodologias não arquivísticos.

Assim, este trabalho apresenta uma pesquisa exploratória, a partir de uma revisão de literatura, cujo objetivo principal é explicar o uso da metodologia de classificação por assuntos elaborada para os instrumentos de classificação de documentos nos seguintes órgãos públicos: o Department of State dos Estados Unidos, cujo recorte é relacionado aos assuntos internos do Brasil entre 1910 e 1929, e do

Departamento de Petróleo da Secretaria de Industria, Comercio e Trabajo no México, que data de 1922.

O recorte se justifica na medida em que é nos Estados Unidos que ocorre a criação, primeiramente para localizar livros nas estantes de bibliotecas e a posterior apropriação nos arquivos próximos aos seus respectivos produtores, da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal proposta por Melvil Dewey. Logo em seguida, órgãos públicos do México também se utilizariam dessa adaptação. Assim, analisá-lo permite visualizar sua aplicação em um contexto de produção e uso de documentos diferentes dos EUA.

Para a consecução deste objetivo, foram nossos objetivos secundários: a) analisar conceitos iniciais de classificação para a Arquivologia; b) levantar o debate sobre este tema no presente; c) identificar a trajetória histórica da apropriação da metodologia de classificação por assuntos em documentos de arquivo e d) apontar as bases históricas do desenvolvimento dessa metodologia no Brasil.

2 Conceitos iniciais sobre a classificação na Arquivologia

De maneira a melhor contextualizarmos a discussão a ser promovida posteriormente, apresentaremos conceitos iniciais sobre a classificação na Arquivologia, além de princípios teórico-metodológicos que direcionam a classificação de arquivos e, com maior ênfase, a classificação de documentos de arquivo.

De maneira global, a ideia de classificação na Arquivologia é marcada pela formulação de seu principal fundamento teórico, o princípio da proveniência. Sua origem é incerta, porém de forma geral remonta a Europa entre os séculos XVIII e XIX (HEREDIA HERRERA, 1997, p.33). Todavia, sua qualidade essencial é conceber a ordem (em uma percepção abrangente do termo) do arquivo na medida em que são produzidos naturalmente a partir de uma instituição ou pessoa ao largo de um processo, determinando a sua condição orgânica (HEREDIA HERRERA, 1997, p.34).

Já Schellenberg (2006) identifica sua origem e aplicação na Alemanha no século XIX, onde as divisões do Arquivo do Estado foram formuladas através das unidades administrativas produtoras e houve um distanciamento do arranjo por assuntos, como fora praticado em outros momentos (SCHELLENBERG, 2006, p.46).

A classificação de Arquivos pode ser visualizada através de classes, categorias e tipos e é profundamente marcada pela configuração do ordenamento jurídico

dos países e das instituições produtoras de documentos de arquivo. As classes fundamentais se referem ao ramo do direito da instituição produtora do arquivo, isto é, podem ser públicos ou privados. Já a categoria é determinada pelo âmbito de atuação, pela jurisdição acerca do órgão produtor, podendo ser locais/municipais, provinciais, regionais, gerais ou nacionais. Finalmente, seu tipo é designado pela idade dos documentos no arquivo, isto é, são de gestão, intermediários ou históricos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.101).

No período de formulação do princípio da proveniência (século XIX), o objeto de trabalho dos arquivistas, os documentos, encontravam-se limitados às massas documentais acumuladas nos arquivos públicos. Entretanto, a institucionalização da gestão de documentos na Administração Pública e sua aproximação junto à Arquivologia (a partir de 1945) demandaram uma distinção entre as operações realizadas em instituições arquivísticas e nos órgãos produtores. Desse modo, o arranjo ficou limitado aos documentos permanentes recolhidos às instituições arquivísticas e a classificação de documentos de arquivo aos documentos correntes, no órgão produtor.

A classificação de documentos de arquivo, a partir da tradição norte-americana influenciada fortemente por Schellenberg (2006, p.83-96), visualiza sua constituição através dos seguintes elementos: a) ação dos documentos; b) a estrutura que o produz e c) o assunto dos documentos.

Tais elementos compõem a base para as metodologias de classificação por assuntos, estrutural e funcional. São condicionantes para tais metodologias, respectivamente: não serem os objetos classificados documentos de arquivo de fato; estabilidade na estrutura administrativa e análise de funções do órgão produtor, sendo esta última metodologia a mais recomendada atualmente.

Para Heredia Herrera (1997, p.137-139), a classificação de documentos de arquivo começa em identificar se o objeto da classificação é simples (uma peça documental) ou composto (um processo). Isto se manifesta através de expedientes (processos sobre uma ação); registros (reunião de documentos sem relação para um determinado controle) e dossiês (reunião de documentos a partir de um tema). Sua maneira de transmissão ou suporte pode ser textual, gráficos, em imagem, audiovisuais ou legíveis por máquina.

Sob o ponto de vista da Diplomática, o documento público emana de autoridade pública imbuída legalmente para o exercício da atividade geradora de documentos, estes que em sua constituição possuem características internas e externas. São características internas a língua utilizada; o autor, destinatário, o formulário, cláusulas, o conteúdo ou mensagem; já as características externas dizem respeito a materialidade

do documento, o suporte, tipo de escrita, sinais especiais (selos, letras iniciais) entre outros elementos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.134-135).

O uso do aporte metodológico da Diplomática aproxima o arquivista da noção de tipo documental, esta que é útil para a identificação das séries que compõem os fundos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.136). Por tipo documental podemos definir como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2006, p.52), e, conseqüentemente, a delimitação do conceito de espécie é “configuração que adquire um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (BELLOTTO, 2006, p.52).”

Definidos espécie e tipo documental, ressaltamos que o produto do processo intelectual e *a posteriori* da produção dos documentos é o plano de classificação, isto é, “o instrumento no qual a mesma é processada” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.60).

2.1 Questões para a classificação de documentos de arquivo no presente

Atualmente, a discussão em torno da classificação ocupa um lugar privilegiado nas pesquisas e práticas arquivísticas, de acordo com autores como: Orr (2005); Foscarini (2009); Henttonen e Kettunen (2011); Mokhtar e Yusof (2015a, 2015b, 2016); Mokhtar *et al.* (2016); Caravaca (2017) e Guercio (2017).

A partir do diálogo com os autores supracitados, pretendemos apresentar um panorama geral do debate sobre a classificação de documentos de arquivo na Arquivologia, considerando os riscos do resumo de tais questões e, ainda que não seja uma análise total da literatura disponível, mas sim, um recorte sobre as principais questões sobre o assunto do ponto de vista destes autores.

Nosso objetivo aqui é principalmente identificar se a discussão histórica e metodológico-comparativa sobre esta função arquivística se demonstra útil, o que podemos projetar hoje a partir dessa ótica, e como benefício secundário propor a discussão sobre uma literatura pouco citada e discutida no Brasil.

O arquivista inglês Stuart Orr (2005, p.37-75) identifica a preferência na literatura científica, em entrevista aos profissionais atuantes na GD, pela classificação baseada em funções e na criação de modelos para tal, ainda que o método não construa “caixas” para os documentos (ORR, 2005, p.112). Afirmar também que ocorre uma dificuldade na elaboração de planos de classificação através da metodologia funcional (ORR, 2005, p.11). Por fim,

concorda com a proposta de Shepherd e Yeo; de uma “classificação virtual” baseada em metadados como uma alternativa (ORR, 2005, p.120-121).

Posteriormente, a arquivista italiana Fiorella Foscarini (2009) realizaria uma das pesquisas de maior impacto sobre a temática. A autora faz uma extensa revisão de literatura onde, destacando a sobreposição da contextualização propiciada através do vínculo arquivístico na classificação, explícita no plano de classificação, em contraposição a sua função de recuperação da informação (FOSCARINI, 2009, p.3). A conclusão de Foscarini (2009, p.281-282) é que as culturas organizacionais devem ser também de objeto de estudos para a criação de planos de classificação eficientes e inteligíveis.

Exatamente sob tal prisma, os finlandeses Henttonen e Kettunen (2011) direcionam suas pesquisas examinando como diferentes grupos hierárquicos em um órgão público da Finlândia lidam com o plano de classificação inserido em um *software* de gestão de documentos de arquivos digitais. De uma forma geral, a maior parte dos funcionários manejam poucas classes e tem pouca dificuldade com tal, o que demonstra a necessidade de uma divisão do trabalho rígida. Entretanto, o fato do *Electronic Records Management System* –ERMS não capturar as comunicações internas por e-mail, por exemplo, sugere que uma quantidade significativa de documentos de arquivo não são classificados, armazenados e avaliados corretamente (HENTTONEN; KETTUNEN, 2011, p.99-100).

Entre 2015 e 2016, pesquisadoras malaias da University Kebangsaan realizaram diversos estudos para compreender os conceitos e efeitos da classificação, bem como modelos e requisitos para a mesma, em um horizonte que privilegia a gestão de documentos na acepção segregacionista norte-americana do trabalho arquivístico; a realidade de produção de documentos de arquivo em meios digitais e as iniciativas de governo eletrônico (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, 2015b, 2016); (MOKHTAR *et al.*, 2016).

Os três principais resultados obtidos nesses estudos consideram: a) uma proximidade nos conceitos de classificação entre Biblioteconomia, Ciência da Informação, Tecnologia da Informação e Arquivologia, os dois primeiros agindo principalmente sobre a recuperação da informação e os dois últimos agindo para a contextualização e garantia de autenticidade dos documentos de arquivo nos sistemas digitais. Nesse sentido, as autoras identificam a falta de um modelo holístico (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, p.181).

Posteriormente: b) a transformação histórica da metodologia de classificação funcional do modelo função-atividade para função-atividade-ação, algo que reforça sua posição como método mais adequado para a classificação de documentos de arquivo; além de uma

percepção dos profissionais da área em relação a proximidade entre os conceitos de classificação entre a Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação (MOKHTAR; YUSOF, 2015b, p.407).

Plasmada na realidade digital: c) os modelos de classificação demonstram pouca clareza instrumental e um caráter demasiado conceitual que talvez justifique sua pouca ou inadequada aplicação ante sistemas de informação genéricos não modelados a partir dos requisitos arquivísticos para a GD (MOKHTAR; YUSOF, 2016, p.1273), sendo apresentada uma sugestão de modelo conceitual de classificação funcional para documentos eletrônicos (MOKHTAR; *et. al*, 2016).

A arquivista italiana Maria Mata Caravaca (2017), por sua vez, se dispõe a estudar elementos e relacionamentos contidos nos planos de classificação. Nessa direção, no contexto italiano é importante diferenciar o plano de classificação (*piano di classificazione*) que indica a função e a atividade geradora de documentos, do plano de arquivamento (*piano di fascicolazione*), que propõe o arquivamento (CARAVACA, 2017, p.19).

Já sobre os elementos dos planos de classificação, segundo a autora devem abordar: “competência, função, atividade/processo e ação” (CARAVACA, 2017, p.30 tradução nossa). É perceptível que o relacionamento entre competência e função não está pacificado na literatura sobre o tema; mesmo que a classificação funcional seja a mais recomendável ela ainda é de difícil compreensão por grande parte dos produtores de documentos, que acabam se utilizando de cabeçalhos de assunto, e, por fim, mesmo com o avanço das ferramentas de TI relacionadas à gestão de conteúdo utilizada pelas organizações, a classificação de documentos de arquivo continua necessária para prover contexto aos documentos, mesmo aqueles nato digitais (CARAVACA, 2017, p.30).

Ante um questionamento similar, a também arquivista italiana Maria Guercio (2017) estuda o papel da classificação de documentos de arquivo nos sistemas documentários digitais [1]. Identifica uma preferência, no debate entre os profissionais da área, sobre temáticas como: computação nas nuvens e *webarchiving*, e reforça que é errônea a perspectiva de que nesse cenário o aprofundamento teórico e aplicado não é necessário, e, nesse sentido, associa tal movimento a tardia consumação das normatizações internacionais sobre a GD e a gestão eletrônica de documentos (GUERCIO, 2017, p.5).

Todavia, comenta a autora, a larga tradição arquivística e de registro de seu país propiciou resultados positivos na integração da classificação nos sistemas documentários digitais, tanto no escopo legal, quanto aplicado (GUERCIO, 2017, p.12). Assim, defende

Guercio (2017, p.15), apesar dos “nós” teórico-metodológicos, de gestão que a Arquivologia apresenta, hoje não se pode perder de vista que são necessários esforços de pesquisa e organizacionais para a harmonização na constituição de sistemas que produzam e processem documentos de arquivo de maneira adequada.

Como a nossa breve análise sobre a atual literatura sobre classificação pode demonstrar, o papel desta função arquivística de maneira geral e os principais pontos de encontro dos autores foram: a) a classificação tem sido largamente projetada considerando o contexto digital de produção e armazenamento de documentos de arquivo digitais, o que reforça a dimensão aplicada da Arquivologia enquanto integrante do grupo de ciências sociais aplicadas e b) a metodologia funcional é amplamente aceita como mais adequada.

Sobre seu papel, permanece sendo destacado: o de contextualizar a produção documental, fazer explícito o vínculo arquivístico e a organicidade através do plano de classificação, além da recuperação da informação.

Todavia, a relevância de um ponto de vista sobre o outro é uma divergência significativa. Alguns enfatizam a predominância da contextualização em detrimento da recuperação da informação, como: Foscarini (2009); Henttonen e Kettunen (2011); Caravaca (2017) e Guercio (2017). Não enfatiza uma relevância de um sobre o outro diretamente: Orr (2005). Tendem a projetar a recuperação da informação em função da contextualização: Mokhtar e Yusof (2015a, 2015b, 2016); Mokhtar e outros (2016).

O desejo por um modelo holístico que integre as perspectivas é apontado por Mokhtar *et al.* (2016), e a cultura organizacional é levada em conta em todas as pesquisas, sendo que as nuances desta para a classificação são especialmente visíveis se considerarmos o contexto italiano (CARAVACA, 2017); (GUERCIO, 2017), finlandês (HENTTONEN; KETTUNEN, 2011) e malaio (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, 2015b, 2016).

Dessa forma, entendemos que a resposta ao questionamento apresentado no final da seção introdutória é positivo, isto é, a análise de temáticas arquivísticas em uma abordagem internacional continua útil para validar a aplicabilidade de conceitos e metodologias. Além disso, demonstra a heterogeneidade de pontos de vista em nossa área.

Já a dimensão histórica é especialmente útil nesse momento se constatarmos que: a) ocorre, como vimos, uma tendência globalizante em busca de modelos universais e b) uma visão que sugere uma sobreposição do papel para recuperação da informação na classificação de documentos de arquivo.

Modelos universais, como nos indicaram Lopes (1997-1998) e Ketelaar (1997), pressupõem o conhecimento das diferenças. Assim, para a classificação de documentos de arquivo, a perspectiva internacional e histórico-comparativa é um recurso ilustrativo e referencial das características das práticas arquivísticas quando estas não estão circunscritas junto a um construto teórico, metodológico e conceitual próprio, nos servindo de base para aferições contemporâneas.

Dito isto, nos cabe agora contextualizar, de maneira geral, o uso da classificação decimal por assuntos em documentos de arquivo, para então entendermos o cenário em que se encontravam as instituições e a classificação de documentos de arquivo na época de produção dos instrumentos de classificação elaborados a partir do assunto do documento e não pelo seu contexto de produção, ou seja, pelas ações que os geram.

3 Difusão da classificação decimal por assuntos para documentos de arquivo

No momento do estabelecimento do governo dos Estados Unidos ao longo do século XVIII, adotou-se um sistema de registro nos órgãos integrantes da Administração Pública que não incluía a classificação dos documentos, entretanto, estabelecia de forma rudimentar o arquivamento da correspondência: a) recebida, b) expedida (que eram copiadas em um livro e posteriormente através de papel carbono) e c) uma categoria de miscelânea. A ordenação interna dessas grandes classes seguia a ordem alfabética. Tal sistema foi utilizado até o fim do século XIX (CHATFIELD, 1950, p.261).

A esta época, no âmbito das bibliotecas, Nathaniel B. Shurtleff publica em 1856 “*A Decimal System for the Arrangement and Administration of Libraries*”. Porém, apesar de usar a notação decimal antes de Melvil Dewey, estabelecia a numeração das estantes como parâmetro de organização. Tal ideia de localização fixa, contudo, não resolveu o problema de localização dos livros nas bibliotecas (DEUTRICH, 1965, p.199-200).

Melvil Dewey, mais tarde, trabalhando em tempo parcial na biblioteca do Amherst College visualizou este problema e propôs, em 1873, uma classificação do conhecimento humano em dez classes principais (DEUTRICH, 1965, p.200) que se subdividiriam sucessivamente em casas decimais. A proposta foi aceita e publicada em 1876 (DEUTRICH, 1965, p.201).

Ainda na seara da Biblioteconomia, um dos aspectos que favoreceu a difusão da metodologia foi a sua adoção pelo Instituto Bibliográfico Internacional. Já no campo dos arquivos, para a Administração Pública foi a criação do móvel de arquivo horizontal em 1892 que

estimulou a criação de sistemas de arquivamento (DEUTRICH, 1965, p.201). Todavia, a disseminação de adaptações do método de Dewey para a classificação de documentos de arquivo na Administração Pública americana foi largamente influenciada pela realidade privada.

Em 1898, o presidente da empresa férrea Baltimore and Ohio Railroad solicitou ao bibliotecário W.H. Williams o desenvolvimento de uma classificação para documentos desta organização (CHATFIELD, 1950, p.263), que foi publicada em 1902, baseada no método de Dewey. No ano seguinte, a empresa do ramo de energia elétrica, The General Electric Company, influenciada por adaptação semelhante do Departamento de Engenharia Mecânica da University of Illinois, publicou o “*Relative Index: An Extension of the Dewey System for the Electrical Industry*”, que relacionava assuntos sobre a produção de energia elétrica com a notação decimal. Posteriormente, em 1908, a empresa provedora de linhas telefônicas, Telephone and Telegraph Company solicitou ao bibliotecário William C. Bamburgh a produção de um esquema de classificação de documentos, o que originou a publicação “*Decimal Classification for Filing Telephone Correspondence*”, que largamente influenciou outras empresas do ramo a adotarem a metodologia (DEUTRICH, 1965, p.203).

Dado o relativo sucesso inicial de tal método nestas empresas, a *Commission on Economy and Efficiency* criada pelo presidente estadunidense William Howard Taft [2] realiza um estudo sobre em 1911, e recomenda a apropriação da classificação decimal por assuntos para a organização dos documentos nos escritórios por toda a Administração Pública daquele país (DEUTRICH, 1965, p.204), gerando diferentes reações entre os órgãos, já que muitos deles utilizavam métodos diversos (DEUTRICH, 1965, p.205-208).

Os objetivos desejados para a classificação dos documentos à época eram a construção de uma metodologia que permitisse o rompimento do requisito da localização física fixa e ao mesmo tempo fosse automaticamente recuperado e intuitivo (CHATFIELD, 1950), (DEUTRICH, 1965).

Por outro lado, na tradição dos arquivos públicos norte americanos à época, foram fatos de destaque: a) através de Arnald van Laer, arquivista holandês erradicado nos Estados Unidos, aplicou-se o respeito aos fundos no arranjo dos documentos custodiados pelo Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Estado de Nova York a partir de 1899; b) Arnald van Laer e Waldo Leland integraram uma comissão para investigação sobre as melhores formas de preservação dos documentos públicos na *American Historical Association* - AHA (BARRITT, 1993, p.47).

Contudo, como a criação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos só ocorreria em 1934 e até então

inexistia um órgão que centralizasse as discussões sobretemáticas arquivísticas, assim, ainda não era sistematicamente posto em pauta que os documentos criados nos órgãos públicos (*records*) comporiam os arquivos (*archives*). Ocorria ainda, a disputa no campo intelectual com a tradição dos curadores de manuscritos fortemente influenciada pela Biblioteconomia, que fez com que os avanços teóricos não se direcionassem sobre a classificação de documentos de arquivo no momento de sua produção (EVANS, 1966).

4 Instrumentos de classificação baseados em assuntos

Analisaremos os instrumentos para a classificação de documentos de arquivo propostas por Luis Vargas Guzmán, arquivista-chefe da Seção de Arquivo Geral do Departamento de Petróleo da Secretaria de Industria, Comercio e Trabajo do México em seu *Manual de Carteonomía* (1922), que fez parte de um movimento de adoção da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal que se iniciou junto a apropriação norte americana e durou até a década de 1960 (DÍAZ AROCHE, 1972, p.33). Destacamos algumas obras que também recomendam essa metodologia: 1) “*Archivos: clasificación decimal de los asuntos*” publicada pela *Secretaría de Gobernación* em 1919; 2) “*Manual de Organización de Archivos: como hay que proceder para formarlos en cada departamento administrativo; como, cuando se organicen, puede utilizarse la clasificación decimal*” por Ezequiel A. Chavez em 1920 (GROSSMAN, 1958, p.164); 3) “*Clasificación decimal oficinesca de los asuntos de la Secretaría*” por Francisco A. Flores em 1923 (DÍAZ AROCHE, 1972, p.33).

A escolha da obra de Vargas Guzmán se justifica na medida em que almeja o desenvolvimento não só de um instrumento de classificação para seu próprio órgão, como também para outros da administração pública do seu país, o que, conseqüentemente, nos permite obter conclusões mais abrangentes sobre a aplicação da metodologia neste país.

Observaremos criticamente também o instrumento desenvolvido pelo Department of State dos Estados Unidos no seu aspecto geral (DEPARTMENT OF STATE, 1912) e o recorte relacionado aos assuntos internos do Brasil no período que começa em 1910 e termina em 1929 por meio de uma publicação do National Archives and Records Service (1972) no período da gestão de James Rhoads, preparada por Ralph E. Russ, que reproduz alguns documentos daquele órgão junto com o plano de classificação.

A metodologia de classificação por assuntos e com notação decimal vigorou neste órgão até 1963 e incluía

classificação cruzada com o objetivo de recuperar fisicamente os documentos (NATIONAL..., 1972, p.2).

O instrumento deste órgão público estadunidense, por sua vez, se justifica pois foi um dos primeiros a compor uma adaptação da classificação decimal por assuntos a partir do critério geográfico (CHATFIELD, 1950, p.263). Seu plano de classificação era destinado para a correspondência e foi elaborado por seu Bureau of Indexes and Archives em 1910 e foi modificado algumas vezes durante seu período de vigência sem, entretanto, executar nenhuma transformação significativa do ponto de vista metodológico (DEPARTMENT..., 1912).

Vargas Guzmán (1922, p.18-26), em sua introdução, pontua aspectos gerais para contextualizar sua obra, dentre eles destacamos: a) a definição de *carteonomia* no sentido etimológico e conceitual como “[...] é a arte de arranjar, administrar e conservar os arquivos” (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.18); b) que uma boa organização do arquivo está associada à classificação dos documentos (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.20); c) a estrutura organizacional não é um parâmetro estável para classificação (1922, p.21); d) que mesmo inadequada a classificação é permanente (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.21); e) a melhor forma de testar a capacidade de um sistema de arquivamento é solicitando que pessoas sem conhecimento do órgão ou sua rotina localizem documentos por ele (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.23), e, por fim, conclui dizendo “O cérebro de toda atividade é o arquivo e por isso deve-se organizá-lo da melhor maneira possível” (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.26 tradução nossa).

Posteriormente o autor apresenta o funcionamento do plano de classificação criado, ressaltando a adaptação do método decimal por assuntos de Dewey. Nesse sentido, são as classes gerais:

0 – Assuntos gerais; 1- Assuntos administrativos; 2- Explorações; 3- Perfuração de poços; 4- Transporte de petróleo; 5-Armazenamento de petróleo; 6-Refinação de petróleo; 7-Obras complementares; 8-Estatística; 9- Publicações e assuntos de biblioteca (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.28, tradução nossa).

Depois dessas dez classes iniciais, cada uma se desdobra em mais dez e assim sucessivamente. Utilizemos como exemplo a classe geral “0 – Assuntos gerais”:

Tabela 1 - Assuntos gerais

<i>Código</i>	<i>Assunto</i>
00	Generalidades
01	Direito, legislação e jurisprudência
02	Solicitações
03	Consultas, queixas e reclamações
04	Traduções, estudos técnicos e informes
05	Desenhos, planos, cartas, fotografias
06	Qualificação de franquias
07	Congressos de petroleiros
08	Dados geológicos, químicos, geográficos e históricos
09	Cadastro

Fonte: Vargas Guzmán (1922,

p. 2, tradução nossa)

Outro exemplo da especificação a partir das classes

Tabela 2 - Faturas e listas de correspondência

<i>Código</i>	<i>Assunto</i>
000	Generalidades
001	Faturas e listas de correspondência
0001.1	Recebidas
0001.2	Despachados
0001.3	Fatura para o correio
0001.4	Cadernos de entrega

Fonte: Vargas Guzmán (1922, p. 32 tradução nossa). acima é o que segue:

Já o instrumento de classificação elaborado pelo Department of State tem como classes principais:

0- Geral; 1- Administração, Governo dos Estados Unidos; 2- Extradição; 3- Proteção dos interesses; 4- Reivindicações; 5- Congressos e Conferências internacionais. Tratados internacionais; 6- Comércio, relações comerciais; 7- Relações políticas dos Estados; 8- Assuntos internos dos Estados (*DEPARTMENT...*, 1912, p.III tradução nossa.)

Normalmente as classes mais específicas são apresentadas com o código correspondente a especificidade com asterisco (*) para indicar uma divisão geográfica ou cruz (+) para indicar um assunto ainda mais específico que, todavia, permanece pertence à classe abrangente que o abriga. O plano ainda faz remissivas para outros códigos que indicam assuntos “semelhantes” (*DEPARTMENT...*, 1912, p.30)

A expansão da última classe sobre os assuntos internos relativos ao Brasil indica também o ano e mês de vigência das classes.

Tabela 3 - Assuntos militares e o Exército

<i>Código</i>	<i>Assuntos</i>
832.20/0-49	Defesa do Rio de Janeiro e Bahia por redes antissubmarino e artilharia costeira, 1917; instrução do Exército por oficiais militares estrangeiros; 1910-1912 e 1919; Preparação militar e fortalecimento do Exército, 1922; Redução das forças militares, 1921; Tropas do estado da Bahia, 1925; Polícia militar do Rio Grande do Norte e Ceará; Missões militares, 1928.

Fonte: National... (1972, p.7, tradução nossa.)

A projeção da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal no Brasil é perceptível pelas traduções e produções sobre, como demonstra a bibliografia sobre a Administração Pública na América Latina organizada por Grossman (1958), que compreendeu as diversas dimensões do serviço público a partir das principais publicações dos países do recorte geográfico.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1938-1986) por Getúlio Vargas buscava eficiência administrativa dos procedimentos nas repartições públicas e dedicou alguns esforços para a classificação dos documentos. Fortemente influenciada pela difusão do método norte-americano, Maria Lourdes da Costa, chefe da Seção de Comunicação cujas atividades eram “receber, registrar, distribuir, numerar, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades do DASP” (SANTOS, 2018, p.131), visualizou “necessidade urgente da elaboração definitiva de um Código de Classificação Decimal para o arquivamento dos documentos do DASP” (SANTOS, 2018, p.132).

Através de um dos seus veículos de informação oficial, a *Revista do Serviço Público*, o DASP continuamente veiculou artigos sobre a temática, potencializando a difusão da classificação decimal por assuntos nos órgãos públicos brasileiros. Marcílio Vaz Torres, por exemplo, publicou uma série de artigos intitulados “Apontamentos de Arquivística” desde 1953. Posteriormente Torres (1959, p.138) defenderia o uso de “métodos dos *files*” que definiu como “alfabético-numérico que não segue a regra geral, pois não depende do planejamento de um alfabeto fechado”, cuja definição distingue os documentos produzidos nos escritórios daqueles considerados históricos (TORRES, 1959, p.138).

A expansão da metodologia nos órgãos produtores de documentos de arquivo públicos foi constatada também por Schellenberg em sua visita ao Brasil em 1960 (2015, p.298).

Todavia, tal metodologia tem seu marco mais significativo no Brasil no momento de sua institucionalização pelo Conselho Nacional de Arquivos na elaboração de seu instrumento de classificação relativo às atividades-meio da Administração Pública, em vigor desde 1996 e sem mudanças metodológicas desde então.

5 Conclusão

Como comentaram os críticos de Vargas Guzmán (1922, p.7-17) no prólogo da obra que sintetiza seu instrumento de classificação, este faz uma apropriação de um sistema de notações não idealizado para arquivos e a constituição das classes por assunto, ainda que exista uma tentativa de diferenciar “assuntos” dos “acontecimentos em relação aos assuntos”, ocorre inconsistência do ponto de vista teórico-conceitual.

O instrumento do arquivista mexicano criou grupos de “generalidades” que tendem a ser usados quando se desconhece uma classe mais adequada para o documento a ser classificado, mais do que isso, considerando todos os níveis classificáveis, com cada grande classe com sua própria classe de “generalidades” existe a possibilidade de serem acumulados, no mínimo, dez tipos diferentes de miscelâneas que impedem os documentos nela classificados de relacionarem-se entre si e até mesmo de serem recuperados para fins informacionais.

Na mesma direção vai o instrumento do Department of State, que já nas classes mais abrangentes apresentou redundâncias, e, nas classes mais específicas concebemos a ideia de que os assuntos foram aglutinados em classes na medida em que surgiam, tornando ainda mais complexa sua notação e a idealização de um pressuposto conceitual para a manutenção.

A incongruência, na verdade, origina-se, sobretudo de um possível desconhecimento à época, da dimensão teórica do documento de arquivo e o arquivo em si, como prova e testemunho da ação jurídico-administrativa. Assim, esta compreensão equivocada (ou inexistente), torna plausível a apropriação de um modelo globalizante.

O produto da combinação de um sistema notacional limitado e equivocadamente fundamentado não demorou a ser percebido, como comenta o teórico de Administração Pública, Earl Latham (1943, p.106 tradução nossa) sobre a necessidade de buscar-se documentos sobre as mudanças administrativas ocorridas na I Guerra Mundial, que, entretanto “[...] eram incompletos, não cobriam os problemas correntes, relatavam fatos históricos inadequadamente ou foram impropriamente classificados”.

Posteriormente, começa a ser inserida no debate arquivístico a relevância da perspectiva funcional para a classificação enquanto corolário de aplicação do princípio da proveniência. No âmbito da tradição dos arquivos públicos, Edward Campbell (1941, p.431-432) comenta que o arranjo dos documentos de arquivo, de acordo com suas respectivas unidades produtoras, embora teoricamente adequado, demandaria um trabalho de pesquisa que talvez dificultasse o acesso ao conjunto orgânico. Nesse sentido, “para cada função haverá um ou mais tipos de documentos e todos tipos de documentos irão ter sido usados na execução de uma ou mais funções” (CAMPBELL, 1941, p. 439, tradução nossa). Já Helen L. Chatfield (1940), arquivista do Treasury Department, parte de uma abordagem semelhante e identifica a estrutura organizacional como instrumento de performance das funções específicas do produtor de documentos (CHATFIELD, 1940, p.99). O redirecionamento teórico fundamentado na função depois de alguns anos faria muitos órgãos públicos nos EUA produzirem novos instrumentos de classificação (DEUTRICH, 1965, p.218-219).

Transpassando as questões que a literatura sobre classificação na contemporaneidade debate, a constituição de uma perspectiva histórica, internacional e comparativa é, de maneira geral, um recurso elucidativo do desenvolvimento teórico da Arquivologia, porém, mais do que isso, sob uma ótica mais específica demonstrou a pertinência da sobreposição do papel demarcador de contextos, da manutenção do vínculo arquivístico, da organicidade e da proveniência que o plano de classificação sintetiza.

Priorizar a recuperação do conteúdo dos documentos de arquivo, como vimos, é colocar seu valor informativo acima da natureza do documento de arquivo, que demanda a percepção do seu contexto de produção. Ainda que os benefícios de um modelo holístico que integre ambos sejam evidentes, o estudo das diferenças conceituais entre esses papéis atribuídos à classificação, inclusive através da história, para conhecer o produto das metodologias de abordagem ao nosso objeto científico, pode refletir na sistematização de nossos entendimentos e na dilatação da capacidade de aplicação destes.

Se aproximarmos essa reflexão em abordagens contemporâneas da classificação de documentos de arquivo, por exemplo, no caso brasileiro, percebemos que institucionalizar uma metodologia inadequada significa: 1) de uma maneira geral ignorar a construção histórico-epistemológica do saber arquivístico, e; 2) especificamente compromete de maneira estrutural, isto é, desde a produção até a avaliação, a transparência ativa dos atos e o acesso às informações contidas nos documentos públicos.

Notas

[1] Tradução nossa. A palavra na língua original é *sistemi documentari digitali*.

[2] Muito embora seja necessária uma análise mais aprofundada sobre as aproximações e distanciamentos, a formulação de comissões feitas com o intuito de repensar a forma de criação e arquivamento de documentos na Administração Pública não era exclusividade dos EUA na época, como nos lembra Casanova (1928, p.135-136) sobre um processo semelhante ocorrido na Itália.

REFERÊNCIAS

- BARRITT, Marjorie Rabe. Coming to America: dutch archivists and american archival practice. **Archival Issues**, New York, v. 18, n. 1, p. 43-54, 1993.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: São Paulo, 1996.
- CAMPBELL, Edward G. Functional classification of archival material. **The Library Quarterly**, EUA, v. 11, n. 4, p. 431-441, oct., 1941.
- CARAVACA, Maria Mata. Elements and relationships within a records classification scheme. **JLIS.it**, Itália, v. 8, n. 2, p. 18-33, may. 2017.
- CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Bottega, 1928.
- CHATFIELD, Helen L. The development of record systems. **The American Archivist**, EUA, v.13, n.3, p.259-267, July, 1950.
- _____. The problem of records from the standpoint of management. **The American Archivist**, EUA, v. 3, n. 2, p. 93-101, apr. 1940.
- COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, [on line], v. 43, p.17-63, Spring, 1997.
- COX, Richard J. On the Value of Archival History in the United States. **Libraries & Culture**, [on line], v. 23, n. 2, p.135-151, Spring, 1988.
- CRAIG, Barbara L. Outward visions, inward glance: archives history and professional identity. **Archival Issues**, [on line], v. 17, n. 2, p. 113-124, 1992.
- DEUTRICH, Mabel. Decimal filing: Its General background and an account of its rise and fall in the U.S. War Department. **The American Archivist**, EUA, v. 28, n. 2, p. 199-218, apr. 1965.
- DEPARTMENT OF STATE. **Classification of correspondence: 1910**. Washington. Government Printing Office, 1912.
- DEVRIESE, Didier. Pour une archivistique scientifique: relire Muller, Feith et Fruin. **COMMA**, [on line], v. 1/2, p. 1-11, 2007.
- DÍAZ AROCHE, Carlos. Bibliografía sobre Archivonomía. **Bibliotecas y archivos**, E. N. B. A., n. 3, p. 13-46, 1972.
- EVANS, Frank B. Modern Methods of Arrangement of Archives in the United States. **The American Archivist**, EUA, v. 29, n. 2, p. 241-263, apr. 1966.
- FOSCARINI, Fiorella. **Functional-based classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks**. 2009. 349 f. Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.
- GROSSMAN, Jorge (org.). **Bibliography on public administration in Latin America**. Washington D.C.: Department of Cultural Affair, 1958.
- GUERCIO, Maria. La classificazione nell'organizzazione dei sistemi documentari digitali: criticità e nuove prospettive. **JLIS. it**, Itália, v. 8, n. 2, p. 4-17, may. 2017.
- HENTTONEN, Pekka; KETTUNEN, Kimmo. Functional classification of records and organisational structure. **Records Management Journal**, [on line], v. 21, n. 2, p. 86-103, 2011.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivistica general. Teoria y practica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.
- _____. La Archivistica a debate. **Boletín de la ANABAD**, Espanha, v. 57, n. 1, p.1-15, ene./mar. 2012.
- HICKERSON, Thomas. Ten challenges for the archival profession. **The American Archivist**, EUA, v. 64, Spring/Summer, p. 6-16, 2001.
- KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival Science. **Archivaria**, [on line], v. 44, p.142-148, 1997.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. *Archives*, [on line], v. 29, n. 2, p. 45-64, 1998.

MOKHTAR, Umi Asma; YUSOF, Zawiyah M. Classification: The understudied concept. *International Journal Information Management*, [on line], v. 35, p. 176-182, 2015a.

_____. The requirement for developing functional records classification. *Journal Information Management*, [on line], v. 35, p. 403-407, 2015b.

_____. Records management practice: The issues and models for classification. *Journal Information Management*, [on line], v.36, p. 1265–1273, 2016.

MOKHTAR, Umi Asma *et. al.* Development of function-based classification model for electronic records. *Journal Information Management*, [on line], v. 36, p., 2016.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE. *Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil 1910-1929*. Washington: NARS, 1972.

ORR, S.A. *Functional-based classification of records: is it functional?* 2005. 170 f. Thesis (Master)

– Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018.

SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: teoria e prática*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

_____. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul.-dez., p. 287-300, 2015.

TORRES, Marcílio Vaz. Apontamentos de Arquivística. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 84, n. 2, p. 138-144, ago, 1959.

VARGAS GUZMÁN, Luis. *Manual de cartecconomía. Sistema para archivar basado en el mecanismo del sistema decimal bibliográfico de Melvil Dewey*. Contiene, como modelo principal, la Tabla metódica de clasificación decimal usada en el Departamento de Petróleo y las de otras oficinas, para poder hacer una comparación razonada de estas tablas que servirán de guía en la formación de nuevos cuadros clasificadores, adaptables a cualquier archivo. Cidade do México: Talleres Gráficos de la Nación, 1922.

Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia: diálogos possíveis

Knowledge Organization Systems and Archival Science: possible dialogues

Camila Schwinden Lehmkuhl (1), Leolíbia Luana Linden (2), Camila Monteiro de Barros (3), Eva Cristina Leite da Silva (4), Luciane Paula Vital (5).

(1) (2) (3) (4) (5) - PGCIN/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. (1) e.mail: camila_lehmkuhl@hotmail.com. (2) e.mail: leolibialuana@gmail.com. (3) e.mail: camila.c.m.b@ufsc.br. (4) e.mail: eva.cristina@ufsc.br. (5) e.mail: luciane.vital@ufsc.br.

Resumo

A produção de informação nas últimas décadas trouxe diversos benefícios à sociedade. Por outro lado, essa alta produção aliada a problemas de organização, podem causar ineficiência para o processo de recuperação. Diferentes disciplinas como Organização do Conhecimento e Arquivologia têm discutido a respeito dessa problemática, cada uma com sua especificidade, mas a mesma preocupação, promover o acesso à informação. O objetivo geral desta pesquisa é relacionar as funções arquivísticas de descrição e classificação com os Sistemas de Organização do Conhecimento. Os específicos são: identificar pesquisas que relacionem as funções arquivísticas e os SOCs; caracterizar as funções arquivísticas de classificação e descrição e os SOCs; e relacionar possíveis pontos de convergência entre ambas. Por meio da revisão de literatura, busca estudos na Arquivologia e na Organização do Conhecimento que retratam a aplicação de Sistemas de Organização do Conhecimento combinados às funções arquivísticas e vice-versa. Como resultado, constatou-se a ausência de estudos relevantes para essa análise, todavia, são propostas diferentes perspectivas de intersecção entre os instrumentos desenvolvidos por cada uma das áreas. Como considerações finais, salientam-se possíveis diálogos entre os Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia, mas ainda pouco explorados por ambas.

Palavras-chave: Arquivologia; Organização do Conhecimento; Sistemas de Organização do Conhecimento.

Abstract

The production of information in recent decades has brought diverse benefits to society. On the other hand, such high production coupled with organizational problems can cause inefficiency in the retrieval process. Different disciplines such as the Organization of Knowledge and Archival Science have discussed this problem, each one with its specific look, but with the same concern, to promote access to information. The general objective of this essay is to relate the archival description and classification functions to the Knowledge Organization Systems. The specifics are: Identify research that relates archival functions and SOCs; Characterize the classification and description archival functions and the SOCs; and Relate possible points of convergence between the two. Through the literature review, it seeks studies in the Archives and Knowledge Organization that portray the application of Knowledge Organization Systems combined with the archival functions and vice versa. As results, we contacted the absence of relevant studies for this analysis, however, different perspectives are proposed for intersection between the instruments developed by each one of the areas. As final considerations, it was possible to highlight possible dialogues between the Knowledge Organization Systems and Archival Science, but still little explored by both.

Keywords: Archival Science; Knowledge Organization; Knowledge Organization Systems.

1 Introdução

O desenvolvimento da ciência tem levado disciplinas a se especializarem e criarem metodologias próprias buscando sua afirmação no campo científico. Esse aprofundamento tem demonstrado diálogos possíveis entre disciplinas distintas, fenômeno denominado interdisciplinaridade.

Dentre as diferentes áreas que se apresentam interdisciplinares, serão analisadas aqui a Organização do Conhecimento e a Arquivologia. Organização do Conhecimento (OC) trata de questões relacionadas à representação, organização e acesso ao conhecimento. Enquanto Arquivologia é pautada em teorias e metodologias que abrangem desde a criação do documento arquivístico ao acesso a eles. A

Arquivologia possui funções como a classificação e a descrição, que direcionam a criação de instrumentos arquivísticos, como os planos de classificação, guias, inventários, entre outros. Acredita-se que, por exemplo, a partir das duas funções mencionadas, a Arquivologia e os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) possam dialogar de maneira mais efetiva e suscitar aprofundamentos a respeito de teorias, métodos e aplicações. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é relacionar as funções arquivísticas de descrição e classificação com os Sistemas de Organização do Conhecimento. Os específicos são: identificar pesquisas que relacionem as funções arquivísticas e os SOCs; caracterizar as funções arquivísticas de classificação e descrição e os SOCs; relacionar possíveis pontos de convergência entre ambos.

Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica em bases de dados comuns às áreas.

A justificativa para tal pesquisa está relacionada com as inquietações das autoras, observadas no desenvolvimento de suas pesquisas, quanto às semelhanças percebidas entre os SOCs e as funções arquivísticas.

2 Sistemas de Organização do Conhecimento

Em uma sociedade que cada vez mais valoriza o conhecimento, seja no ramo econômico, acadêmico ou social, organizá-lo de forma a torná-lo acessível, é fundamental. Sales e Guimarães (2010, p. 21) afirmam que a Organização do Conhecimento “consiste em um espaço investigativo que envolve o contexto dos saberes e fazeres profissionais inerentes à Ciência da Informação”, na busca por teorias e metodologias que qualifiquem o processo de organização.

Para as autoras Bräscher e Café (2010) a Organização do Conhecimento (OC) tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem um sistema conceitual.

Criadora da teoria do conceito, Ingetraut Dahlberg divide a OC em duas aplicações: “a) a construção de sistemas conceituais; e b) a correlação ou mapeamento de unidades desse sistema conceitual com objetos da realidade” (DAHLBERG, 2006, p. 12). Nessa perspectiva, a primeira fase estaria relacionada à análise do conceito, o que Dahlberg (1978, p. 102) considera, “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”. A estruturação desses conceitos por meio de relações semânticas forma um sistema de organização do conhecimento ou representações do conhecimento. Na segunda fase, esses sistemas conceituais são aplicados na realidade dos documentos/informação em um sistema de informação.

Para Campos et al. (2013, p.1) organizar um dado domínio de conhecimento:

[...] implica em classificar, separar por semelhanças e diferenças, estabelecer relações de identidade, de similaridade e de associações e expressar tais relações através de classes de conceitos.

Ou seja, a OC é um processo de representação do conhecimento, que deve levar em conta semelhanças e especificidades expressas nas características do objeto ou domínio que está sendo organizado. Não se constitui em um processo linear e neutro, apresenta uma série de

implicações éticas que são discutidas na literatura da área, mas não constituem o foco desta pesquisa. Ainda segundo Bräscher e Café (2010), essas representações geram produtos denominados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs).

A Representação do Conhecimento para Aguiar e Kobashi (2013) também se materializa nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), que são desenvolvidos para auxiliar os procedimentos de gestão e recuperação do conhecimento registrado. Eles cumprem importante papel de padronização da terminologia adotada para organização e recuperação de informações, ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e relações de áreas específicas do conhecimento, de forma compartilhada e consensual (BRÄSCHER; CARLAN, 2010). Os SOC's são utilizados para representar uma informação e terão impacto direto na recuperação dessa.

Para Hodge (2000, p. 1, tradução nossa)

[...] sistemas de organização do conhecimento são mecanismos para organizar informações, eles estão no coração de todas as bibliotecas, museus e arquivos.

O autor agrupa SOCs em três categorias gerais:

1- Listas de termos, geralmente acompanhados de suas definições; ex: dicionários, listas de autoridades.

2- Classificações e categorias, que enfatizam a criação de conjuntos de assuntos; ex: cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, taxonomias e esquemas de categorização. Esses tipos de SOCs fornecem maneiras para separar entidades em “grupos” ou níveis de tópicos amplos.

3- Listas de relacionamento, que enfatizam as conexões entre termos e conceitos; ex: tesouros (relacionamentos comumente expressos em um tesouro incluem hierarquia, equivalência (sinonímia) e associação ou relacionamento), redes semânticas, ontologias.

Essas três categorias servirão de base para análise deste estudo, apresentada adiante.

Seguindo uma perspectiva histórica, Vickery (2008) expõe que os SOCs podem ser reunidos em quatro grupos:

1) Era da pré-coordenação: os SOCs eram estruturas estáticas e atendiam às necessidades dos sistemas manuais de organização e recuperação da informação, como índices e catálogos. Incluem-se aqui as listas de cabeçalhos de assunto e as classificações.

2) Era da pós-coordenação: os SOCs tornam-se mais dinâmicos e possibilitam que cada um de seus elementos (termos) sejam manipulados de forma independente para representar os assuntos de cada documento. Exemplos de SOCs dessa era são vocabulários controlados (listas de termos autorizados

para uso na indexação e recuperação da informação) e tesouros.

3) Era da Internet: os SOC's que se destacam são as classificações hierárquicas que orientam o usuário na escolha do termo que melhor expressa sua questão de busca; os elos estabelecidos por meio de URL entre itens da Web e os índices das ferramentas de busca, compostos de palavras extraídas dos conteúdos dos objetos informacionais.

4) Era da Web Semântica: os SOC's dessa era diferenciam-se dos demais por serem projetados para uso por agentes inteligentes. O principal exemplo são as ontologias.

Essa perspectiva histórica dos SOC's acompanha o desenvolvimento tecnológico, mas não significa que por estarmos vivenciando a 'era da web semântica', a 'era da pré-coordenação' não exista mais. O processo de criação dos SOC's torna-se mais complexo na medida em que as tecnologias apresentam novos desafios para a área, as etapas de desenvolvimento não são excludentes, mas sim complementares.

Os SOC's são esquemas que organizam, gerenciam e recuperam a informação e a base dos modernos sistemas são termos e indicações de relacionamentos entre eles (BRASCHER; CARLAN, 2010), como na internet atualmente, em que a informação é relacionada através de *hiperlinks*, mineração de dados, dentre outras técnicas. Para Aguiar e Kobashi (2013, p. 8), "os SOC's passam a se tornar um meio de interface comunicativa entre produtores e utilizadores da informação". Não somente como instrumento, mas também como processo de mediação, eles cumprem papel primordial na utilização da informação.

A Organização do Conhecimento é por si só interdisciplinar, pois aplica-se em diferentes contextos, temas e áreas que tenham como objetivo organizar o conhecimento produzido. Uma das disciplinas relacionadas é a Arquivologia, conforme afirmam Tognoli et al. (2017, p. 64), "Nos últimos anos, a Arquivologia vem dialogando mais proficuamente com a Organização do Conhecimento (OC), beneficiando-se de sua interdisciplinaridade, notadamente a partir do que se convencionou denominar de 'conhecimento arquivístico' ". Tendo em vista essa relação, o próximo capítulo abordará a Arquivologia e suas funções.

3 Arquivologia: Características e Funções

A Arquivologia é uma disciplina que busca analisar os processos organizacionais a partir dos fluxos de informação, tendo como objeto de análise, principalmente, os documentos orgânicos. Seu objetivo é propor maneiras adequadas para o tratamento, abrangendo regras de produção, organização, trâmite,

utilização, preservação, avaliação e destinação (permanente ou eliminação) de informação orgânica produzida no exercício das funções e atividades de determinada instituição ou pessoa, sendo ela pública ou privada.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o termo Arquivologia é conceituado como:

[...] disciplina que estuda as funções dos arquivos, princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (BRASIL, 2005, p. 37).

O estabelecimento de preceitos teórico-metodológico-prático resultou no desenvolvimento de princípios norteadores, como, por exemplo, da Proveniência e Organicidade. No entendimento de Duchéin (1983) o aspecto da Proveniência se dedica a estabelecer que o documento de arquivo faz parte de um todo, que pode ser entendido como um fundo, e que esta procedência precisa ser preservada; enquanto a Organicidade compreende que o documento de arquivo é concebido por meio de uma atividade ou função que origina uma série de documentos, sendo que a cumulatividade desses documentos precisa estar de acordo com a sua produção, refletindo suas relações orgânicas.

Surgem ao longo da história da Arquivologia, distintas abordagens. Dentre elas, a Arquivologia Integrada, preocupada em integrar as fases/idades corrente, intermediária e permanente que formam o ciclo de vida da informação orgânica no processo de gestão documental. Carol Couture e Jean-Yves Rosseau afirmam que:

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Rousseau e Couture (1998) além de serem os principais preconizadores da corrente integrada do pensamento arquivístico, difundem as funções arquivísticas, que seriam as atividades norteadoras nos arquivos.

As funções estão interligadas e podem ser desenvolvidas de maneira dinâmica, gradual e simultânea, respeitadas as necessidades do contexto de produção e usos da documentação e a própria fundamentação da Arquivologia.



Figura 1. Ilustração das funções arquivísticas. Adaptado de Rousseau e Couture (1998).

Como o foco da presente pesquisa se dá exclusivamente nas funções arquivísticas de classificação e descrição, a seguir serão descritas.

A função arquivística de *classificação* é compreendida como uma ação intelectual de construção de esquemas para agrupar os documentos a partir de princípios classificatórios estabelecidos (SOUSA, 2012). Sua função é contextualizar a produção de documentos, por meio das funções e atividades relacionadas na estrutura de classificação. Essa disposição intelectual reflete a estrutura organizacional, favorecendo o acesso aos documentos/informações da instituição.

Dessa forma, a classificação é o processo de organização dos documentos de arquivo que objetiva, de forma geral, organizar os documentos em classes (grupos), a partir das funções e atividades, explicitando as relações entre os documentos (GONÇALVES, 1998). O produto do processo intelectual da classificação arquivística é um instrumento metodológico denominado plano ou esquema de classificação (FREITAS, 2017).

Já a função de *descrição arquivística* é a “[...] ponte que liga o documento com os usuários” (HERRERA, 1991, p. 300), ou seja, é por meio da descrição que se torna possível conhecer o conteúdo de um acervo.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67), descrição arquivística é o “[...] conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. Portanto, esta pode ser considerada a criação de representações da informação arquivística, que tem como objetivo principal identificar e explicar o contexto e conteúdo dos documentos.

Como resultado do processo de descrição, tem-se a sistematização de instrumentos de pesquisa, que tem o objetivo de servir como mecanismos de busca e de acesso aos documentos/informação de arquivo.

Embora todas as funções arquivísticas sejam igualmente importantes para as atividades em arquivo, reconhece-se que as funções de classificação e descrição arquivística são atividades nucleares da atividade e exercício arquivístico (LOPES, 1996; SOUZA, 2007). E acredita-se que estão entre as que mais fortemente desenvolvem processos de OC e podem se beneficiar com os possíveis diálogos.

4 Metodologia

A pesquisa configura-se como qualitativa com abordagem exploratória. Para atingir seus objetivos faz uso da técnica de pesquisa bibliográfica. A revisão foi feita em bases de dados de referência da produção científica em Arquivologia e Organização do Conhecimento no Brasil, são elas: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); base BENANCIB, que contempla os anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) desde 1994, com foco no GT2 denominado “Organização e Representação do Conhecimento”; capítulos da ISKO-Brasil, principal sociedade científica responsável pela área de Organização do Conhecimento no Brasil; e nos anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia dos anos 2008, 2012 e 2016, os únicos em que foi possível o acesso via *web*. A partir do que foi recuperado foi realizada a leitura dos títulos e palavras-chave, e posteriormente do resumo de todas as produções.

Os termos de busca, estratégias e a base de dados utilizada para a pesquisa estão apresentadas no quadro 1, que segue.

Quadro 1. Levantamento de dados da pesquisa

Base	Termos	Estratégias de Busca
BRAPCI	sistema de organização do conhecimento Arquivologia	sem aspas no buscador, no plural e no singular
BDTD	sistema de organização do conhecimento Arquivologia	sem aspas no buscador, no plural e no singular
BENANCIB	sistema de organização do conhecimento Arquivologia; Arquivologia <i>and</i> Sistema de Organização do Conhecimento	sem aspas no buscador, no plural e no singular; Busca avançada com filtro em GT2 no título, palavras-chave e resumo.

ISKO - Brasil	“arquiv” (para recuperar Arquivologia, arquivo e arquivística).	Busca nos sumários dos anais
Anais CNA	sistema de organização do conhecimento; sistemas de organização do conhecimento	Busca nos sumários dos anais

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Conforme observado no Quadro 1, as palavras-chave utilizadas para a busca nas bases foram: “sistema de organização do conhecimento Arquivologia” (sem aspas no buscador, no plural e no singular). Na base BENANCIB, porém, a busca utilizada com as referidas palavras-chave totalizou 3431 trabalhos, o que inviabilizou a pesquisa. Dessa forma, a busca foi refeita na forma “busca avançada” utilizando os filtros: número do GT (2, nesse caso), mais Arquivologia *and* Sistema de Organização do Conhecimento nos resumos, por ser mais abrangente que o título e palavras-chave. O resultado, aplicando estes filtros foi zero.

Nos anais da ISKO (2012, 2013, 2015, 2017) e do CNA (2008, 2012, 2016), como não há uma base de dados única para recuperação das produções, foram realizadas as buscas a partir do sumário dos trabalhos aprovados nos referidos eventos, pelos termos “sistema de organização do conhecimento” ou “sistemas de organização do conhecimento”. Nos resultados apresentados, foi analisado se algum trabalho apresentava relação com as funções arquivísticas. Nos anais da ISKO, supondo-se que a temática do evento é a Organização do Conhecimento, foi realizada também a pesquisa por “arquiv” (para recuperar Arquivologia, arquivo e arquivística).

4.1 Apresentação e Análise dos resultados

A apresentação e análise serão realizadas seguindo os objetivos propostos.

4.1.1 Objetivo A

O Objetivo A é identificar pesquisas que relacionam as funções arquivísticas e os SOC's. O resultado, a partir da coleta de dados explicitada na metodologia, foi de 65 publicações. Dentre as produções recuperadas foram selecionadas aquelas que são relevantes aos objetivos deste estudo, com base na leitura do resumo do trabalho, para identificar o alinhamento temático ao estudo proposto. A quantidade de produções recuperadas e relevantes estão apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2. *Quantidade de artigos recuperados em cada base e anais*

Base de Dados	Quantidade de Produções Recuperadas	Produções com alinhamento temático ao objetivo proposto
BRAPCI	11 artigos	1
ISKO	7 artigos	Nenhum abordou a relação com a Arquivologia
	15 artigos (palavra-chave: arquiv)	Não há abordagens relacionando diretamente SOCs com a Arquivologia
GT 2 ENANCIB	Nada foi recuperado	----
BDTD	32 teses e dissertações	1
CNA (2008, 2012, 2016)	Nada foi recuperado	----

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Após realização da leitura do que foi recuperado, foi possível identificar que nenhuma das produções recuperadas fazia a relação especificamente entre os Sistemas de Organização do Conhecimento e as funções arquivísticas. Mas, foram recuperadas duas publicações que se aproximam da temática: uma dissertação e um artigo. A dissertação intitulada: “A organização do conhecimento sensível sob a ótica da Arquivologia: um estudo de caso na Embrapa Soja”, de autoria de Lidiane Marques Freitas, defendida em 2017 na Universidade Estadual de Londrina. Um dos capítulos trata da “Classificação Arquivística como Sistema de Organização do Conhecimento”, apresentando um aprofundamento teórico sobre a temática de Classificação Arquivística. Nas considerações finais a temática é retomada com a seguinte afirmação:

Sendo assim, a classificação arquivística, como um sistema de organização do conhecimento, objetiva assegurar a proteção e salvaguarda dos documentos, que servem as estratégias dos negócios organizacionais, pois o processo de construção das classificações arquivísticas resulta em uma representação do universo contextual de uma instituição. (FREITAS, 2017, p. 129).

Nesse sentido, a autora afirma que a classificação é um sistema de organização do conhecimento porque a construção da classificação arquivística é uma representação do universo contextual da organização, porém percebe-se que existem algumas relações pontuais que ainda podem ser firmadas entre os Sistemas de Organização do Conhecimento e o universo arquivístico, como por exemplo, a definição de elementos que serão utilizados na descrição do documento arquivístico e o estabelecimento de critérios que definem a atribuição de valor aos documentos na avaliação.

O artigo intitulado “Sistema de Organização do Conhecimento com Foco em Ontologias e

Taxonomias” publicado na revista *Informação e Sociedade*, em 2013, por Vignoli, Souto e Cervantes, teve como objetivo apresentar dois sistemas de organização, a Ontologia e a Taxonomia, como sistemas fundamentais para a Organização e a Representação do Conhecimento, além de demonstrar conjecturas teóricas desses sistemas para a Arquivologia e para a Biblioteconomia. Nesse artigo os autores chegam à conclusão de que ontologias e taxonomias auxiliam na padronização terminológica e contribuem para os processos de organização e recuperação da informação, tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia. No entanto, o foco não se dá nas funções da Arquivologia relacionadas aos SOC's especificamente, como propomos aqui.

Por um lado, o levantamento bibliográfico demonstra a escassa produção bibliográfica produzida sobre as relações entre as funções arquivísticas e os SOC's. Por outro lado, esse mesmo levantamento aponta uma possibilidade de desenvolvimento teórico de ambas as áreas por meio de cotejo dessas teorias, proposta que é desenvolvida a seguir.

4.1.2 Objetivos B e C

Os objetivos B e C eram caracterizar as funções arquivísticas de classificação e descrição e os SOC's, relacionando os pontos de convergência.

De acordo com a divisão de OC proposta por Dahlberg (2006) em: a) construção de sistemas conceituais; e b) correlação ou mapeamento de unidades desse sistema conceitual com objetos da realidade; é possível identificar que essa mesma definição pode ser verificada na Arquivologia quando Couture aborda que,

A classificação é, por natureza, um processo de identificação intelectual e sistemático de agrupamento de objetos - documentos - semelhantes, com base em características comuns. Esta função consiste em um conjunto de convenções e de métodos a fim de categorizar documentos por grupos ou categorias [...]. (COUTURE, 2005, p.18).

Dessa maneira, pode-se identificar, a partir de suas características, que a classificação arquivística é uma forma de organização do conhecimento por se tratar de uma sistematização de conceitos no plano intelectual, que tem como resultado um Sistema de Organização do Conhecimento, ou seja, a representação das funções e atividades exercidas por determinada instituição, que posteriormente se relaciona com os objetos da realidade, nesse caso específico, os documentos. A classificação, como ação intelectual busca construir esquemas para agrupar os documentos a partir de princípios estabelecidos.

Já a função arquivística de descrição busca representar os documentos a partir de características intrínsecas e extrínsecas e possui como resultado os instrumentos de

pesquisa. O produto da descrição pode ser compreendido como um SOC de um determinado domínio.

Porém, no contexto dessa pesquisa, para sistematizar a análise das relações entre as funções e os SOC's parte-se da visão apresentada de Hodge (2000), que identificou três categorias de SOC's. A partir de cada categoria foi selecionado um exemplo para demonstrar de que forma esses sistemas estão presentes nas funções arquivísticas, ou como podem ser complementares.

a) Listas de Termos

Na primeira categoria foram selecionadas para fins de exemplo as listas de autoridades. As listas de autoridades ou controles de autoridade promovem consistência na forma de representar pontos de acesso e de estabelecer relações entre nomes, obras e temas (TAYLOR, 2006). Podem ser percebidas na Arquivologia a partir da norma arquivística *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR (CPF)), por exemplo. A ISAAR (CPF) dá diretrizes para a sistematização de registros de autoridade arquivística que fornecem descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos. Além de ter essa relação entre a função da lista de autoridades e a ISAAR (CPF), a própria norma utiliza o registro de autoridade para descrição da entidade de acordo com convenções locais e/ou internacionais (5.4 - área de controle - 5.4.1 Identificador do registro de autoridade; BRASIL, 2004).

Já as listas de termos são materializadas como produtos da função descrição, que geram os índices, a partir do processo de representação dos conjuntos documentais.

b) Classificações e Categorias

Nessa categoria, foram selecionados como exemplo as taxonomias e os cabeçalhos de assuntos. Segundo Martinez et al. (2004, p. 106) “a taxonomia, em um sentido amplo, é a criação da estrutura (ordem) e dos rótulos (nomes) que ajudam a localizar a informação relevante”. Nesse sentido, taxonomia significa ordenação, a classificação da informação para acesso. Da mesma forma, a classificação arquivística busca construir esquemas que reflitam a organização dos documentos de uma instituição ou pessoa a partir de um plano de classificação.

Segundo Sousa e Araújo Jr. (2013), quando analisam o uso de taxonomias e tesouros na Arquivologia, abordam que a linguagem documentária que mais se aproxima de uma classificação factível e representativa dos documentos aponta na direção das taxonomias, justamente pelo seu caráter hierárquico mais simples e flexível que os tradicionais tesouros.

As taxonomias podem ser representadas na Arquivologia por meio da estruturação de termos com intuito de classificar documentos, funções e atividades. Dessa forma, a taxonomia estará relacionada como objeto auxiliar para a elaboração de instrumentos de gestão e de pesquisa.

Os cabeçalhos nos remetem a ideia de identificar e diferenciar uma entrada catalográfica. Transpondo essa mesma concepção à realidade arquivística, poderíamos equiparar ao processo de seleção dos campos a serem descritos na composição de instrumentos de pesquisa, produto final da atividade de descrição arquivística. No processo de descrição, são selecionados dentre os campos de descrição sugeridos pelas normas de descrição arquivística, os elementos do acervo que serão descritos. E, no caso da norma brasileira de descrição, são selecionados os pontos de acesso ao documento ou conjuntos documentais.

c) Listas de Relacionamento

Na terceira categoria proposta por Hodge (2000), foram selecionados como exemplos os tesouros e ontologias. A Arquivologia utiliza os tesouros quando precisa criar seus instrumentos de pesquisa baseados em termos que são utilizados por domínios específicos. Segundo Lopez (2002, p. 32),

Na confecção de índices, deve-se tomar muito cuidado com a escolha dos termos a serem utilizados. Em tais tarefas a utilização de vocabulários controlados e tesouros é imperativa.

Quanto à ontologia, para Moreiro González (2011, p. 76), é uma “conceituação formal de um domínio ou de uma parcela de realidade, com a qual podem operar diferentes aplicações de *software*”. Segundo Luz:

Ao examinar as ontologias e seu papel na estruturação dos domínios de conhecimento e seu uso na tecnologia digital, foi verificado que as ontologias arquivísticas podem ser consideradas ontologias de tarefas, e se comparou à estrutura de especificação de ontologias com a estrutura de classificação funcional da arquivística. As características das ontologias que podem resultar do uso de padrões arquivísticos e o resultado disso como uma KOS. (LUZ, 2016, p. 122-123).

Ou seja, Luz (2016) conclui que a classificação funcional, um dos tipos de classificação arquivística que considera as classes de acordo com as funções e atividades do órgão produtor, pode ser transposta como um princípio estruturador de uma ontologia. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma ontologia de tarefas (tipo específico desse SOC, entre outros existentes como ontologias de domínio, ontologias de especificação, etc) teria como base a estrutura funcional já preconizada na arquivologia como base classificatória. Para além de um SOC, as ontologias, como apresenta Moreiro González (2011), podem auxiliar a Arquivologia na construção de seus sistemas

informatizados para gestão e consequente acesso aos documentos de arquivo. Conforme aborda Vignoli et al. (2013) quanto ao uso de ontologias como um avanço em relação ao emprego de motores de busca, por meio da utilização de agentes de *softwares* inteligentes que recuperam as informações consultadas de forma “precisa”.

Para deixar mais objetiva as relações evidenciadas, o Quadro 3 apresenta o que está sendo considerado nessa análise das funções selecionadas e dos SOCs.

Quadro 3. *Relações identificadas entre os Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia*

Sistema de Organização	Função Arquivística	Relações Identificadas
Listas de Termos	Descrição	Listas de Autoridades x ISAAR (CPF)
Classificações e Categorias	Classificação	Taxonomias x Plano de Classificação
Classificações e Categorias	Descrição	Cabeçalhos de Assuntos x Campos de Descrição
Listas de Relacionamentos	Classificação Descrição	Tesouros x Instrumentos de Pesquisa
Listas de Relacionamentos	Classificação Descrição	Ontologias x Construção de Sistemas Arquivísticos Informatizados

Fonte: Elaboração das Autoras, 2019.

Essas relações fornecem elementos para que as ponderações aqui propostas sejam aprofundadas. Sendo assim, este estudo traz à luz algumas reflexões iniciais que podem endossar ainda mais a intersecção entre Sistemas de Organização do Conhecimento e funções arquivísticas, na análise percebem-se estratégias e metodologias de organização do conhecimento postas a serviço da qualificação das atividades arquivísticas. Assim como, a explicitação do contexto, fundamental em arquivos, pode contribuir na qualificação do desenvolvimento de SOC's.

5 Considerações Finais

Levando em conta o que foi apresentado no decorrer do texto e os objetivos propostos, foi possível identificar que há diversas semelhanças entre as funções arquivísticas e os Sistemas de Organização do Conhecimento no que tange à classificação e descrição e na própria divisão de OC proposta por Dahlberg (2006).

A OC e a Arquivologia possuem bases metodológicas semelhantes no que se refere à construção de

vocabulários e representações de domínios de conhecimento, que resultam em distintos instrumentos, tendo em vista as especificidades de cada contexto. Os arquivos trabalham com domínios específicos do conhecimento, apresentam metodologias que também contribuem com a OC no sentido de abordar as diversidades sociais e políticas inerentes ao fazer humano.

A análise partiu das funções de classificação e descrição, mas, estudos mais aprofundados podem relacionar os SOCs com as outras funções arquivísticas, por exemplo: criação, a partir de padronizações terminológicas na produção dos documentos; avaliação, que tem como produto a tabela de temporalidade e destinação de documentos, entendida aqui também como um SOC; a difusão, a partir de ontologias que podem ser criadas em sites arquivísticos para dar acesso à informação, dentre outras.

Portanto, sugere-se ainda, que sejam desenvolvidos estudos que possam comparar o desenvolvimento histórico das funções de classificação e descrição arquivística com a proposição temporal do desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento proposto por Vickery (2008), por exemplo.

Ressalta-se que algumas produções recuperadas, principalmente na ISKO, têm demonstrado uma crescente incidência de estudos acerca da Arquivologia nas discussões de Organização do Conhecimento, como apresentado no levantamento de dados. Por outro lado, nos anais pesquisados do CNA, nada foi recuperado sobre a Organização do Conhecimento, o que poderia gerar outra pesquisa, procurando identificar os motivos para tal fenômeno.

É importante salientar que não se desejou considerar as duas disciplinas como idênticas ou até mesmo utilizando os mesmos instrumentos metodológicos com nomes diferentes, a especificidade do objeto de estudo de cada uma necessita ser sempre respeitada. Mas, o que se observa é que o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento pode contribuir, neste caso, para o avanço de ambas, prosperando novos caminhos de interdisciplinaridade.

Por fim, esse artigo não pretendeu esgotar a temática, mas suscitar a discussão e demonstrar os diálogos possíveis entre as áreas.

Referências

- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M.L.G. de; SMIT, J.W. (Org.) *Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 87-103.
- BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Orgs.). *Passeios no Bosque da Informação*. Brasília DF: IBICT, 2010, p. 147-176. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf> Acesso em: 23 abr. 2019.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 95 p.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E.; OLIVEIRA, L. L. E. As categorias de rangethan na organização dos conteúdos de um portal científico. *DataGramZero*, v. 14, n. 3, p. A01, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/79334411-Datagramazero-revista-de-informacao-v-14-n-3-jun-13-artigo-01.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v.7, n.2, p.101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, v. 33, n. 4, p. 11-19, 2006.
- FREITAS, Lidiane Marques. A organização do conhecimento sensível sob a ótica da Arquivologia: um estudo de caso na Embrapa Soja. 2017. 150 f. **Dissertação (mestrado)** - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000215310>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do estado, 1998. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colectao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.
- HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files**. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000. Disponível em: <http://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/9/pub91.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- LOPES, Luis Carlos. A informação e os arquivos: teorias e práticas. Niterói- RJ. EDUFSCar, 1996. 142 p.

LUZ, Charley dos Santos. Ontologia digital arquivística: interoperabilidade e preservação da informação arquivística em sistemas informatizados de arquivos e na web. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-03022017-154503/pt-br.php>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFA, 2011. 310 p.

MARTINEZ, A (et al.). Las categorías o facetas fundamentales: una metodología para el diseño de taxonomías corporativas de sitios Web argentinos. **Ci.Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 106-111, maio/ago. 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400/1578>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TAYLOR, A.G. **Introduction to Cataloging and Classification**. 10th Ed. Westport: Libraries Unlimited, 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; VITORIANO, M. C. C. P. ; LEME, T. F. . A Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: Fábio Assis Pinho; José Augusto Chaves Guimarães. (Org.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. 1ed. Recife: UFPE, 2017, v. 4, p. 64-70.

VICKERY, B. On 'knowledge organisation'. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20080404103206/www.lucis.me.uk/knowlorg.htm>> Acesso em: 23 abr. 2019.

Proposta Metodológica para Avaliar o Enriquecimento Semântico de Objetos Publicados em *Linked Data*

Methodological Proposal to Evaluate the Semantic Enrichment of Published Objects in Linked Data

Claudiane Emanuele Nazário (1), Célia da Consolação Dias (2)

(1) (2) Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Ciência da Informação, cnazario@gamarratecnologia.com.br; celiadias@gmail.com

Resumo

Linked Data é um conjunto de princípios proposto por Tim Berners Lee, cuja finalidade é a de facilitar a publicação e conexão de dados de diferentes fontes na Web Semântica. Atualmente vários modelos de dados são desenvolvidos com o objetivo de realizar o enriquecimento semântico desses dados para sua publicação em Linked Data, garantindo assim a interoperabilidade e a integração de informações de diferentes provedores. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de metodologia para avaliar o enriquecimento semântico de objetos publicados na web através do Linked Data, utilizando uma Matriz de Técnicas e Recursos para o Enriquecimento Semântico de Objetos - Matriz TRESO desenvolvida durante a pesquisa de mestrado em Ciência da Informação. A Matriz desenvolvida foi aplicada nos modelos de dados BIBFRAME e EDM para verificar como esses modelos realizavam o enriquecimento semântico de objetos durante a publicação em Linked Data. Foi realizada uma análise comparativa através da qual foi possível identificar o modelo mais aderente aos critérios da Matriz TRESO, bem como propor recomendações para o enriquecimento semântico.

Palavras-chaves: Linked Data; Enriquecimento Semântico; Anotação Semântica.

Abstract

Linked Data is a set of principles proposed by Tim Berners Lee, whose purpose is to facilitate the publication and connection of data from different sources in the Semantic Web. Currently, several data models are developed with the purpose of semantic enrichment of this data for publication in Linked Data, thus ensuring the interoperability and integration of information from different providers. The present article aims to present a methodology proposal to evaluate the semantic enrichment of objects published on the web through Linked Data, using a Matrix of Techniques and Resources for the Semantic Enrichment of Objects - Matrix TRESO developed during the master's research in Science of Information. The developed matrix was applied in the BIBFRAME and EDM data models to verify how these models performed the semantic enrichment of objects during the publication in Linked Data. A comparative analysis was carried out through which it was possible to identify the model most closely adhering to the criteria of the TRESO Matrix, as well as to propose recommendations for semantic enrichment.

Keywords: Linked Data; Semantic Enrichment; Data Models; Semantic Annotation.

1. Introdução

A Web Semântica surgiu com o objetivo de facilitar o compartilhamento de informações pelos usuários, atribuindo significado ao conteúdo existente. Alinhada às necessidades e às tecnologias demandadas pela *Web Semântica*, surgiu o conjunto de princípios propostos por Tim Bernes Lee denominado "*Linked Data*", cuja finalidade é a publicação e a conexão de dados estruturados de diferentes fontes na web, garantindo a interoperabilidade entre sistemas. (BERNERS-LEE, 2006).

A proposta do *Linked Data* consiste na conexão de dados através de links semânticos significativos também para o computador, automatizando tarefas antes possíveis somente a humanos. (BIZER et al., 2009)

Atualmente são publicados vários modelos, cuja proposta é a realização do enriquecimento semântico dos dados para sua publicação em *Linked Data*, de

modo a permitir a integração de dados de diferentes provedores.

Este artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujo objetivo geral foi desenvolver uma metodologia capaz de avaliar o enriquecimento semântico de objetos publicados na web através do *Linked Data*. Para tanto, foi desenvolvida uma Matriz de Técnicas e Recursos para o Enriquecimento Semântico de Objetos (Matriz TRESO) que foi aplicada em dois modelos de dados a saber: EDM (*Europeana Data Model*) e BIBFRAME (*Bibliographic Framework Initiative*) para testar a metodologia proposta.

O EDM foi desenvolvido pela Europeia para garantir a interoperabilidade entre dados de diferentes fornecedores provenientes de diversas comunidades, que utilizam formatos de metadados distintos para descrever recursos de patrimônio cultural. (CHARLES e ISAAC, 2012, CHARLES, ISAAC e FREIRE, 2014)

E o BIBFRAME, desenvolvido pela *Libray of Congress* tem por objetivo implementar um novo ambiente para as bibliotecas na web, que favoreça a interconexão de informações e o intercâmbio de dados. (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

Como objetivos específicos da pesquisa citada foram propostos:

- Estudar os aspectos que favorecem o enriquecimento semântico de dados;
- Identificar como os modelos de dados fazem a publicação de dados em *Linked Data*;
- Realizar um estudo comparativo entre dois modelos de dados, utilizando uma Matriz de Técnicas e Recursos para o Enriquecimento Semântico de Objetos.

A seção a seguir apresenta parte do referencial teórico utilizado na pesquisa.

2. Referencial Teórico

O enriquecimento semântico é um processo utilizado para inserir conceitos a partes de um texto, de modo a criar uma estrutura para busca automática de seu significado. (THAKKER et al., 2012)

Lira (2014) afirma que o enriquecimento semântico é um processo de atribuição de maior significado aos dados e metadados, tornando os mesmos mais qualificados, através do uso da semântica atribuída por vocabulários pré-existentes, sinônimos e informações de proveniência, de modo a facilitar a compreensão, a integração e o processamento dos dados por homens e máquinas.

Uma das técnicas mais utilizadas no processo de enriquecimento semântico é a anotação. Segundo Lira (2014) a anotação semântica consiste na adição de informações de forma manual ou automatizada para atribuir significado aos recursos, isto é, anexar dados em partes de outros dados.

Bloehdorn, et al. (2005) apresentam os requisitos da anotação semântica, enfatizando a necessidade de utilização de ontologias de domínio no processo de anotação em objetos multimídia, de modo a melhorar a qualidade da anotação e permitir a criação de inferências.

Para Isotani e Bittencourt (2015) as relações semânticas criadas pelas ontologias podem ser utilizadas pelo *Linked Data* com vistas a ampliar as conexões entre os recursos na web. A partir do enriquecimento semântico às necessidades dos usuários são traduzidas por agentes de software, que avaliam a requisição original e, utilizando inferências lógicas, formadas a partir das ontologias e das conexões criadas pelo *Linked Data*, podem descobrir outros recursos na web de maneira semântica e não sintática. (ISOTANI; BITTENCOURT, 2015).

A seção a seguir apresenta a Matriz Técnicas e Recursos para o Enriquecimento Semântico de Objetos – Matriz TRESO para sua publicação em *Linked Data* desenvolvida para avaliar os modelos de dados EDM e BIBFRAME.

3. Construção da Matriz TRESO

Para atingir os objetivos do estudo identificou-se a necessidade de verificar quais os recursos e as técnicas são requeridos para a implementação do enriquecimento semântico. A Matriz TRESO disponível no Apêndice A foi criada para avaliar quais os recursos e técnicas estão presentes nos modelos de dados para o enriquecimento semântico. Esta matriz foi desenvolvida a partir de elementos identificados na literatura, considerando os estudos de LIRA (2014), SILVA (2016), SILVA (2014), PITA e PAIXÃO (2010), UREN et al. (2006) e SORRENTINO et al. (2013).

Na construção da Matriz TRESO foram considerados os seguintes critérios de avaliação:

1. Anotação semântica realizada. Neste critério é avaliado se o modelo de dados utiliza o recurso de anotação semântica e, em caso positivo identificar o tipo de anotação realizada. Neste caso, pode ser: anotação por *tags*; atributos/propriedades; anotação por meio de relações; anotação semântica utilizando elementos do vocabulário controlado e anotação semântica utilizando ontologias.
2. Reuso de metadados: Este critério avalia se o modelo de dados reutiliza dados e metadados na publicação de dados em *Linked Data*, otimizando o trabalho de publicação e se esta reutilização ocorre em alguma classe específica ou em todas as classes do modelo.
3. Links entre os dados e metadados do modelo com outros recursos da web: Este critério avalia se o modelo de dados faz combinações semânticas de seus dados e metadados com algum *dataset* específico ou com quaisquer *datasets* da web de dados, como o Geonames e a Dbpedia.
4. Modelagem de dados num formato semântico estruturado: Este critério avalia se a estruturação do modelo é realizada de forma padronizada, ampliando as possibilidades de conexão com outros *datasets* do *Linked Open Data* (LOD).
5. Utilização de ferramentas para o enriquecimento semântico: Este critério avalia se o modelo utiliza alguma ferramenta tecnológica para facilitar o processo de enriquecimento semântico.
6. Utilização de interface gráfica: Este critério avalia se o modelo utiliza alguma interface gráfica

para facilitar o processo de enriquecimento semântico e publicação de dados.

7. Relações entre os metadados do modelo e outros vocabulários: Este critério avalia se o modelo utiliza relações de sinonímia (equivalência), associação e hierarquia entre o metadado e o termo correspondente em outros vocabulários utilizados para facilitar o entendimento do usuário e reduzir a ambiguidade.

Os critérios foram organizados na Matriz TRESO e inicialmente foram estabelecidos os parâmetros para pontuação, considerando uma escala de 0 (zero) a 4 (quatro), em que cada modelo de dados seria pontuado de acordo com a forma de atendimento de cada critério, conforme descrito na Apêndice A–. Matriz TRESO

A seção a seguir apresenta o estudo comparativo entre os modelos.

4. Estudo comparativo entre os modelos de dados EDM e BIBFRAME

Esse estudo consistiu em identificar se os modelos EDM e BIBFRAME atendiam aos recursos e técnicas para o enriquecimento semântico presentes na Matriz TRESO proposta.

Cada modelo foi avaliado de acordo com os critérios definidos na Matriz TRESO e pontuado de acordo com o grau de atendimento a cada quesito.

Após a pontuação dos modelos em cada critério o resultado foi somado para verificar a aderência dos mesmos à proposta de enriquecimento semântico.

O resultado obtido em cada modelo foi levantado para identificar os pontos comuns e os divergentes em cada um destes modelos, conforme os resultados apresentados na seção 4.1 a seguir.

4.1 Resultados da Comparação dos Modelos de Dados

A Tabela 1 a seguir apresenta a pontuação obtida pelos modelos EDM e BIBFRAME em cada um dos critérios propostos na Matriz TRESO

Tabela 1 – Pontuação dos modelos

CRITÉRIO	EDM	BIBFRAME
Anotação semântica	3	2
Reuso de metadados	4	0
Links entre o modelo com outros recursos da web.	4	2
Modelagem de dados	4	3

CRITÉRIO	EDM	BIBFRAME
em formato semântico estruturado.		
Utilização de ferramentas para o enriquecimento semântico.	3	2
Utilização de interface gráfica.	0	0
Relacionamento entre os metadados do modelo e termos de outros vocabulários.	4	2
TOTAL	22	9

Fonte: elaboração própria

Os resultados dessa comparação e as justificativas para a pontuação obtida pelos modelos em cada um dos critérios são apresentados a seguir.

4.1.1 Critério 1 - Anotação semântica

O primeiro critério da Matriz TRESO em que os modelos EDM e o BIBFRAME foram avaliados se refere ao modo com que cada modelo adiciona informações semânticas para atribuir significado aos recursos.

Após a análise observou-se que, ambos os modelos utilizam o recurso de anotação para enriquecimento semântico de objetos. O EDM permite a utilização de links e vocabulários, atribuindo maior qualidade da anotação, se comparado ao BIBFRAME que, realiza a anotação por meio de *tags* e de propriedades que permitem o uso de texto livre e linguagem natural.

Como o EDM não adota o recurso de anotação utilizando ontologias, considerado na pesquisa superior em relação aos demais tipos de anotação não obteve pontuação total.

4.1.2 Critério 2 - Reuso de metadados

Este critério visa avaliar a reutilização de metadados de outras fontes para facilitar a publicação de dados em *Linked Data* para otimizar o trabalho do publicador.

Conforme apresentado na versão 2.0 do BIBFRAME, Library of Congress (2016), as propriedades *identifier*, *language*, *source* e *title*, possuem a mesma nomenclatura e função, presentes no padrão Dublin Core, formato de metadado básico endereçado a descrever recursos na Web. Deste modo, se trata de uma duplicação e não da reutilização da propriedade em seu vocabulário de origem.

A propriedade *CopyrightRegistration* possui a mesma finalidade da propriedade *Rights management* do Dublin Core, ou seja, o mesmo dado é referenciado de modo distinto em diferentes vocabulários, o que dificulta a reutilização e, sobretudo a integração dos dados no *Linked Data*. (LIBRARY OF CONGRESS, 2011).

No EDM em todas as classes do modelo é realizado o reaproveitamento de metadados de outros vocabulários. Das 116 propriedades, 85 são reutilizadas de outros padrões, totalizando 73% das propriedades do modelo. (EUROPEANA, 2011).

4.1.3 Critério 3 - Links entre dados e metadados do modelo com outros recursos da web

Este critério avalia a existência de *links* entre as combinações semânticas dos dados e metadados dos modelos BIBFRAME e EDM com outros recursos da web. Neste critério, a quantidade de conexões com outros *datasets* está diretamente relacionada à facilidade para publicar os dados em *Linked Data* e realizar a interoperabilidade de dados.

O BIBFRAME apresenta *links* apenas para os vocabulários do RDF (*Resource Description Framework*), modelo para representação de recursos na Web expresso a partir da tripla sujeito-predicado-objeto, Bizer et al., (2009) e do Dublin Core. Já o EDM realiza a conexão com vários outros vocabulários disponíveis na Web de Dados.

O quadro 1 apresenta um comparativo entre conexões do BIBFRAME e EDM segundo o LOV – *Linked Open Vocabularie*, portal da Web que apresenta os vocabulários publicados no LOD.

Quadro 1 – Conexões do EDM e BIBFRAME

CRITÉRIO	BIBFRAME	EDM
Utilização do Vocabulário no LOD	0 <i>datasets</i>	10 <i>datasets</i>
Links de saída	2 links	13 links
Links de entrada	1 link	1 link
Classes utilizadas	0 propriedades	11 classes
Propriedades utilizadas	0 propriedades	35 propriedades

Fonte: elaboração própria

Em relação a este quesito, foi possível observar que o EDM atende totalmente ao critério estabelecido em virtude dos seguintes pontos:

- a) O modelo realiza conexões com vários *datasets* do *Linked Open Data* (LOD). De

acordo com Arakaki (2016), o objetivo do EDM é o de justamente de utilizar o LOD para padronizar a descrição dos recursos do patrimônio cultural de instituições, como bibliotecas, arquivos, museus e galerias.

- b) O EDM prevê a integração entre as combinações semânticas dos dados e metadados, utilizando ontologias para conectar com quaisquer *datasets* publicados no LOD.

Já o BIBFRAME não atingiu nota máxima neste quesito por se conectar com apenas dois *datasets* do LOD.

4.1.4 Critério 4 - Modelagem de dados em formato semântico estruturado

No que se refere ao critério Modelagem de dados num formato semântico estruturado, tanto o EDM, quanto o BIBFRAME são modelados por meio do RDF/XML, ou seja, representam o RDF por meio da linguagem *Extensible Markup Language* (XML). (EUROPEANA, 2011, LIBRARY OF CONGRESS, 2011).

No BIBFRAME as relações existentes entre os objetos e suas propriedades são descritos por meio de grafos RDF o que favorece uma maior liberdade e simplificação das representações. No entanto, neste modelo não são definidas a natureza e a tipologia das relações, ou seja, não é explicitado se as relações são do tipo todo-parte e gênero-espécie.

O EDM também utiliza a linguagem OWL (*Web Ontology Language*) linguagem para publicação de ontologias recomendada pela W3C para representar o significado dos termos e seus relacionamentos em vocabulários. (HECKMANN et. al., 2005).

O EDM também utiliza os conceitos da ontologia Cidoc Conceptual Reference Model (CIDOC CRM) no processo de modelagem. Segundo Carrasco, Thaller e Vidotti (2015, p. 211), o CIDOC CRM “é uma ontologia do domínio do patrimônio cultural, criada como uma ferramenta para integração da informação”. A utilização de ontologias resulta em uma maior qualidade dos dados e dos relacionamentos entre os mesmos. O uso da ontologia CIDOC CRM e suas generalizações pelo EDM têm por objetivo tanto modelar os dados, quanto realizar consultas em grandes volumes de dados.

4.1.5 Critério 5 - Utilização de ferramentas para o enriquecimento semântico

Ambos os modelos utilizam ferramentas para o enriquecimento semântico de objetos. O BIBFRAME fornece uma ferramenta em Excel para a conversão de dados em formato MARC (*Machine-Readable Cataloging*). Segundo Alves e Souza (2007) o MARC é um conjunto de padrões para identificar, armazenar e

comunicar informações bibliográficas em formato legível por computador, permitindo que diferentes sistemas possam reconhecer, processar e estabelecer pontos de acesso dos elementos que compõem a descrição bibliográfica.

Segundo a Europeia (2014), a instituição desenvolveu uma pequena ferramenta tecnológica de enriquecimento para fazer a vinculação de dados, de modo totalmente automático. São realizadas referências entre os objetos do EDM com as URI (*Uniform Resource Identifier*), identificadores únicos de recursos na internet de outros vocabulários externos, bem como são recuperados dados multilíngues e semânticos relacionados a um determinado conceito do vocabulário.

Apesar de o EDM possuir ferramentas para apoiar no processo de enriquecimento semântico de forma automática, o fato das ferramentas serem proprietárias dificulta sua utilização pelos usuários, em virtude disto não foi atribuída a pontuação total, uma vez que as anotações ou vinculação de dados são realizadas por meio de ferramentas proprietárias e não por meio de software livre.

Para o BIBFRAME foi atribuída nota 2 – baixo atendimento, porque a ferramenta em formato Excel disponibilizada pelo modelo realiza somente a conversão do formato do MARC para o BIBFRAME, de forma semiautomática por publicadores e usuários.

4.1.6 Critério 6 - Utilização de interface gráfica

Este critério considera a utilização de interface gráfica para processo de enriquecimento semântico e publicação de dados.

Segundo Uren et al. (2005) a utilização de ferramentas automatizadas para o enriquecimento semântico é fundamental para reduzir os gaps na aquisição de conhecimento, principalmente considerando as grandes coleções de documentos existentes na web.

Neste critério, foi atribuída a nota zero – critério inexistente a ambos os modelos, tendo em vista que não foi possível identificar em nenhum dos mesmos a utilização de interface gráfica para o enriquecimento semântico.

4.1.7 Critério 7 – Relacionamento entre os metadados do modelo e termos de outros vocabulários.

Este critério se refere à utilização de relações de sinonímia (equivalência), associação e hierarquia entre o metadado e o termo correspondente em outros vocabulários utilizados.

No BIBFRAME as relações semânticas não são hierárquicas, associativas e de equivalência como algumas que ocorrem em uma ontologia, e sim representadas por meio de grafos RDF. Segundo a Library of Congress. (2012), o uso de grafos RDF permite

uma maior liberdade e simplificação das representações. No entanto, este requisito não atende ao critério proposto pela Matriz TRESO.

Já no EDM apesar das conexões entre os vocabulários serem realizados por meio do RDF, é possível identificar os tipos de relacionamentos existentes entre os objetos, através de propriedades relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Tipologia dos Relacionamentos do EDM

Tipo de Relacionamento	Descrição	Propriedade correspondente
Hierarquia	Propriedades representadas por relações (todo-parte; gênero - espécie ou espécie - tipo)	dcterms:hasPart, dcterms:isPartOf, edm:hasType, edm:type
Associação	Propriedades relacionadas a outras (similar a; ver também)	edm:isSimilarTo
Sinonímia ou equivalência	Propriedades idênticas as outras	owl:sameAs

Fonte: Elaboração própria

Neste item foi atribuída a pontuação total ao EDM, porque as propriedades utilizadas apresentam relações equivalência, associação e hierarquia entre o metadado do modelo e o termo correspondente em outros vocabulários que poderão ser conectados a partir do LOD.

Para o BIBFRAME foi atribuída **nota zero – critério inexistente** já que o mesmo é modelado em RDF e não explicita o tipo de relacionamento.

4.2.1 Pontuação Geral dos Modelos.

Em relação ao resultado da avaliação, observou-se na Tabela 1- Pontuação dos modelos que o EDM, obteve 22 (vinte e dois) pontos, sendo classificado como atendimento total aos requisitos. Já o BIBFRAME obteve 9 (nove) pontos, sendo classificado como atendimento parcial, Quadro 1.

O resultado encontrado aponta que enquanto o BIBFRAME se encontra em desenvolvimento no que se refere à aplicação de técnicas e recursos para o enriquecimento semântico de objetos para sua publicação em *Linked Data*, o EDM se encontra em um nível mais avançado. Esse resultado pôde ser

comprovado na prática, na medida em que, enquanto o BIBFRAME não é utilizado por nenhum *dataset* do LOD, o EDM é utilizado em 10 (dez) desses *datasets*.

Deste modo, vale ressaltar alguns elementos fundamentais para amparar a enriquecimento semântico de objetos:

- a) A utilização de vocabulários controlados e ontologias para facilitar a compreensão da anotação pelo usuário.
- b) A reutilização de metadados de outros modelos em seu contexto original.
- c) A conexão com outros recursos da web.
- d) A modelagem de dados em um formato semântico estruturado, permitindo sua compreensão por homens e máquinas e, sua consequente reutilização.
- e) A explicitação dos relacionamentos entre os metadados do modelo e termos de outros modelos.
- f) E a utilização de ferramentas para facilitar o trabalho do publicador e permitir a manipulação de grandes volumes de dados.

Apesar de o modelo EDM possuir a maior parte dos elementos propostos pela Matriz TRESO para o enriquecimento semântico de objetos para sua publicação em *Linked Data*, entende-se que o mesmo ainda pode incorporar melhorias em seu modelo, tais como: uso de interface gráfica para agilizar o trabalho de publicação de grandes volumes de dados e utilizar ontologias no processo de enriquecimento semântico. Com relação ao BIBFRAME, entende-se que uma revisão das propriedades atualmente utilizadas no modelo, privilegiando sempre que possível à reutilização de metadados de outros modelos, bem como a utilização de ontologias e vocabulários para modelagem de seus dados pode contribuir para alinhar este modelo ao conceito de enriquecimento semântico. Outro item que poderia trazer benefícios ao BIBFRAME é a utilização de ferramentas tecnológicas para facilitar o processo de enriquecimento semântico.

5. Considerações Finais

O presente artigo buscou apresentar a pesquisa de mestrado cujo objetivo foi ampliar a discussão sobre o enriquecimento semântico de objetos para sua publicação em *linked data*.

Iniciou-se o estudo buscando suporte na literatura para compreender a cerca dos conceitos de modelagem de dados, do enriquecimento semântico, e dos princípios para publicação de dados em *Linked Data*.

Para realizar a pesquisa foi necessário desenvolver uma metodologia de análise que permitisse avaliar os

modelos de dados, uma vez que não foi identificado um instrumento de coleta de dados que possibilitasse verificar se de fato os modelos de dados continham todos os elementos para favorecer o enriquecimento semântico. Deste modo, durante a pesquisa foi desenvolvida a Matriz TRESO, inserida como apêndice neste artigo.

Acredita-se que os resultados obtidos foram satisfatórios e tornam viáveis à continuidade da pesquisa iniciada, na medida em que novos modelos de dados podem ser desenvolvidos ou aprimorados a partir da metodologia proposta.

Ressalta-se que as discussões acerca do comportamento dos modelos de dados, em cada um dos critérios elencados na Matriz TRESO, indicaram a possibilidade de, em trabalhos futuros, utilizar este instrumento para avaliar técnicas e recursos de enriquecimento semântico adotados por outros modelos, bem como orientar a construção de novos modelos que tenham o objetivo de publicar dados com qualidade no ambiente da web, utilizando o *Linked Data*.

Deste modo, espera-se que a Matriz TRESO seja utilizada não só para avaliar outros modelos de dados, mas também para auxiliar na construção de novos modelos voltados para a publicação de dados em *Linked Data* enriquecidos semanticamente.

Ainda em relação às pesquisas futuras, pretende-se avançar no estudo dos modelos de dados e de recomendações para facilitar a publicação de dados em *Linked Data*. Pretende-se também aplicar a Matriz TRESO em modelos de outros domínios do conhecimento e possivelmente na construção de um *dataset* de patrimônio cultural desenvolvido a partir das recomendações da Matriz TRESO.

Referências

ALVES, M; SOUZA, M. I. F. **Estudo de correspondência de elementos metadados:** Dublin Core e Marc 21. Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em periódico indexado (ALICE), 2007. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1328/1/APEstudocorrespondenciaAlveseSouza2007pdf.pdf>

ARAKAKI, F. A. et al. **Linked Data:** ligação de dados bibliográficos. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/147979>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BERNERS-LEE, T. **Linked Data-design issues.** 2006. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BIZER, C.; HEATH, T.; BERNERS-LEE, T. Linked Data-the story so far. **Semantic services, interoperability and web applications: emerging concepts**, United States of America, p. 205-227, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=tP8HLEtgbKcC&oi=fnd&pg=PA205&dq=Linked+Data:+Design+issues&ots=-hJuToD1BB&sig=dT6uRAuVjm_XBZ_iCWa-9EWLmP4#v=onepage&q=Linked%20Data%3A%20Design%20issues&f=false>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BLOEHDORN, S. et al. **Semantic annotation of images and videos for multimedia analysis**. In: EUROPEAN SEMANTIC WEB CONFERENCE, 2nd, 2005, Heraklion. Proceedings... Heraklion: [s.n.], 2005.

CARRASCO, L. B.; TALLHER, M.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Ontologia Cidoc CRM no contexto dos ambientes digitais de patrimônios culturais**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 208-222, maio 2015. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/789>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

CHARLES, V.; ISAAC, A.. **Europeana and (many) linked open vocabularies**. In: LOV Symposium: Linking and Opening Vocabularies, Universidad Carlos III de Madrid, Spain, 2012. Slides.

CHARLES, V; ISAAC, A; FREIRE, N. **Linking Libraries in The European Library e Europeana**. In: IFLA 2014 SATELLITE MEETING LINKED DATA IN LIBRARIES, 2014, [S.l.]. **Anais...** [S.l.], IFLA, 2014.

EUROPEANA. **EDM definition: Definition of the Europeana Data Model v5.2.6**. 2014. Disponível em: <http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Share_your_data/Technical_requirements/EDM_Documentation//EDM%20Definition%20v5.2.6_01032015.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

EUROPEANA. **Europeana Data Model Primer**. 2011. Disponível em: <<https://pro.europeana.eu/resources/standardization-tools/edm-documentation#primer>>. Acesso em: 02 jun. 2017

HECKMANN, D.; SCHWARTZ, T.; BRANDHERM, B.; SCHMITZ, M.; VON WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, M. **Gumo: The General User Model Ontology**. In: USER MODELING. 10. 2005, Berlin. Proceedings... Heidelberg: Springer-Verlag, 2005. p. 428-432.

ISOTANI, S.; BITTENCOURT, I. I. **Dados Abertos Conectados: Em busca da web do Conhecimento**. Novatec Editora, 2015.

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic Framework as a Web of Data: Linked Data Model and Supporting Services**. Washington, DC, 2012. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibframe/pdf/marclid-report-11-21-2012.pdf>>

LIBRARY OF CONGRESS. **BIBFRAME vocabulary: terminology and conventions**. EUA: LC, 2011. Disponível Em: <<http://www.loc.gov/bibframe/docs/vocab-conventions.html>>.

LIBRARY OF CONGRESS. **Overview of the BIBFRAME 2.0 model**. Washington, DC, 2016. Disponível em <<https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>>.

LIRA, M. A. B. de. **Uma Abordagem Para Enriquecimento Semântico de Metadados Para Publicação de Dados Abertos**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11570/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20M%C3%A1rcio%20Angelo%20Bezerra%20de%20Lira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PITA, M.; PAIXAO, G. **Arquitetura de Busca Semântica para Governo Eletrônico**. In: WCGE, 2., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WCGE, 2010.

SILVA, D. L. da. **Ontologias para representação de documentos multimídia: análise e modelagem**. 2014. 442 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9NCGYM>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SILVA, W. D. da. **Anotação Semântica Automática do Currículo Lattes Utilizando Linked Open Data**. Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/sig/article/view/2924/1754>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SORRENTINO, S. et al. **Semantic Annotation and Publication of Linked Open Data**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE – ICCSA, 13., 2013, Ho Chi Minh City. **Anais...** Ho Chi Minh City, Vietnam: [S.n.], 2013.

THAKKER, D.; DESPOTAKIS, D.; DIMITROVA, V.; LAU, L.; BRNA, P. **Taming Digital Traces for Informal Learning: A Semantic-driven Approach**. In: EUROPEAN CONFERENCE ON TECHNOLOGY ENHANCED

LEARNING, 7., 2012, Berlin. Proceedings... Heidelberg: Springer-Verlag, 2012.

UREN, V., CIMIANO, P., IRIA, J., HANDSCHUH, S., VARGAS-VERA, M., MOTTA, E., CIRAVEGNA, F., **Semantic Annotation for Knowledge Management: Requirements and a survey of the state of the art.** Journal of Web Semantics: Science, Services and Agents on the World Wide Web 4, 14-28, 2006. Disponível em: <[https://nemo.inf.ufes.br/wp-content/papercite-data/pdf/documentacao semantica no apoio a integracao d e dados e rastreabilidade 2010.pdf](https://nemo.inf.ufes.br/wp-content/papercite-data/pdf/documentacao_semantica_no_apoio_a_integracao_d_e_dados_e_rastreabilidade_2010.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

Apêndice A - Matriz TRESO

(Continua)

Matriz de Técnicas e Recursos para o Enriquecimento Semântico de Objetos		Modelo de dados: () EDM () BIBFRAME Data: ____/____/____			
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	INEXISTENTE	EM DESENVOLVIMENTO	BAIXO	ATENDE	ATENDIMENTO TOTAL
Pontuação	0	1	2	3	4
1. Utilização de recursos de anotação semântica para o enriquecimento de objetos publicados em <i>Linked Data</i>	O modelo de dados não permite o uso de anotações semânticas de qualquer natureza.	O modelo de dados permite a inclusão de anotações por meio de <i>tags</i> e textos livres sem nenhum controle terminológico e passível de múltiplas interpretações.	O modelo de dados permite a inclusão de anotações por meio de <i>propriedades</i> , não permitindo muitos relacionamentos entre os recursos.	O modelo de dados realiza a anotação semântica utilizando vocabulários controlados, permitindo a conexão com dados de diferentes fontes que utilizem o mesmo vocabulário.	O modelo de dados realiza a anotação semântica utilizando ontologias, de modo a identificar os objetos e suas relações favorecendo a conexão de dados de diferentes fontes, permitindo seu enriquecimento para publicação em <i>Linked Data</i> .
2. Reuso de metadados para facilitar as atividades de publicação de dados em <i>Linked Data</i> , otimizando o trabalho do publicador.	O modelo de dados não permite a reutilização de metadados de outras fontes ou vocabulários.	O modelo de dados permite a reutilização de metadados em uma classe específica ou agrega dados e metadados de uma única fonte.	O modelo de dados permite a reutilização de metadados em até duas classes específica ou realiza a agregação de dados e metadados de mais uma fonte.	O modelo de dados permite a reutilização de diferentes metadados em todas as classes e realiza a agregação de dados e metadados de diferentes fontes e vocabulários.	O modelo de dados permite a reutilização de diferentes metadados em todas as classes e propriedades do modelo, bem como realiza a agregação de dados e metadados de diferentes fontes e vocabulários e ontologias.
3. Links entre as combinações semânticas dos dados e metadados com outros recursos da web.	Inexistência de links entre os dados e metadados com outros recursos da web.	Existência de links entre as combinações semânticas dos dados e metadados com um dataset específico.	Existência de links entre as combinações semânticas dos dados e metadados com até 2 datasets específico.	O modelo prevê a integração entre as combinações semânticas dos dados e metadados com quaisquer datasets da web de dados, como o Geonames e a Dbpedia.	O modelo prevê a integração entre as combinações semânticas dos dados e metadados, utilizando ontologias para conectar com quaisquer datasets da web de dados publicados no projeto LOD2.
4. Modelagem de dados num formato semântico estruturado, permitindo sua manipulação por aplicações que consomem esses modelos de dados, ampliando as possibilidades de conexão com outros Datasets do LOD.	O modelo de dados não prevê a utilização de formato semântico estruturado, impossibilitando sua manipulação por agentes de software.	Em apenas uma classe do modelo são utilizados formatos semânticos e estruturados como o RDF/XML.	Em apenas até duas classe do modelo são utilizados formatos semânticos e estruturados como o RDF/XML.	Os dados são modelados num formato semântico estruturado, como o RDF/XML, beneficiando sua manipulação por aplicações que consomem esses modelos de dados	Os dados são modelados num formato semântico estruturado, como o RDFS e OWL beneficiando sua manipulação por aplicações que consomem esses modelos de dados

5. Utilização de ferramentas para o enriquecimento semântico.	O modelo realiza o enriquecimento semântico de forma manual.	O enriquecimento semântico é realizado de forma semiautomática apenas pelos criadores do modelo	O enriquecimento semântico é realizado de forma semiautomática por publicadores e usuários.	Todo o processo de enriquecimento semântico é feito de forma automática, utilizando ferramentas de outros proprietários para realizar anotações ou vinculação de dados.	Todo o processo de enriquecimento semântico é feito de forma automática, utilizando ferramentas livres para realizar anotações ou vinculação de dados.
6. Utilização de interface gráfica para apoiar a execução do processo de enriquecimento semântico e publicação de dados.	Inexistência de interface gráfica para facilitar o enriquecimento semântico pelo publicador.	A interface gráfica é utilizada para uma única função, sendo o processo de enriquecimento semântico semiautomático.	A interface gráfica é utilizada para algumas funções, sendo o processo de enriquecimento semântico semiautomático.	Os publicadores de dados utilizam a interface gráfica para apoiar a execução do processo de enriquecimento semântico.	Os publicadores de dados e usuários da informação utilizam a interface gráfica para apoiar a execução do processo de enriquecimento semântico.
7. Relações de sinonímia (equivalência), associação e hierarquia entre o metadado e o termo correspondente em outros vocabulários utilizados.	O sistema não apresenta relações de sinonímia (equivalência), associação e hierarquia entre o metadado e o termo correspondente em outros vocabulários utilizados.	O modelo estabelece relações de sinonímia (equivalência), hierarquia, associação com alguns termos, mas em uma única classe.	O modelo estabelece relações de sinonímia (equivalência) com todos os termos do modelo.	Utilização de relações de sinonímia (equivalência) entre o metadado e o termo correspondente com outros vocabulários utilizados, reduzindo a ambiguidade.	Utilização de relações de sinonímia (equivalência), associação e hierarquia entre o metadado e o termo correspondente em outros vocabulários utilizados.

Fonte: Elaboração própria

Observações Pragmáticas na Indexação Social

Pragmatic Observations on Social Indexing

Joyce Mirella dos Anjos Viana (1), Paula Regina Dal'Evedove (2), Luciana de Souza Gracioso (3)

(1) (2) (3) Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos.

(1) E-mail: johravardd@gmail.com. (2) E-mail: p.dallevedove@gmail.com. (3) E-mail:

lgracioso@yahoo.com.br.

Resumo

A internet possibilitou o surgimento de práticas colaborativas de produção, organização e compartilhamento da informação, decorrendo a elaboração de estratégias que aperfeiçoaram o uso de novas práticas informacionais, tais como, a Indexação Social, por exemplo. Prática possibilitada pelos novos agenciamentos da informação em plataformas interativas, caracterizada pela atribuição de palavras-chaves, pelos próprios usuários, aos conteúdos da Web. Ações de indexação afirmam-se, então, como recursos relevantes para promoção dos fluxos informacionais, potencializando-lhes recuperação e circulação. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou discorrer sobre as dimensões pragmáticas do processo de Indexação social, tendo por base a pragmática de Wittgenstein (1994), e a Teoria dos Atos de Fala, de Austin (1990). A metodologia consistiu na apresentação sumarizada dos principais conceitos da pragmática wittgensteiniana, destacando-se o conceito de Jogos de Linguagem, e na apresentação descritiva dos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários da Teoria dos Atos de Fala, de Austin. São utilizados exemplos de manifestação destes conceitos nas práticas de Indexação Social em ambientes do Flickr e do LibraryThing. Destarte, observa-se que a pragmática oferece um importante suporte teórico ao processo, e estudos, da Indexação Social, ao permitir compreender os aspectos sociais, culturais e cognitivos do usuário no ato de indexar recursos na Web.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem; Pragmatismo; Indexação social; Folksonomia; Ciência da Informação.

Abstract

The Internet enabled the emergence of collaborative practices in the production, organization and dissemination of information, resulting in the development of strategies that improved the use of new information tools, such as Social Indexing. This practice is made possible by new information mechanisms in interactive platforms, characterized by users of keywords, users by users, by Web content. Indexing measures are therefore relevant to information retrieval, enhancement and retrieval. In this context, the present research aimed to discuss the pragmatic dimensions of the process of social indexing, based on a pragmatics of Wittgenstein (1994), and a Theory of Speech Acts, Austin (1990). The methodology consisted of the presentation of the main concepts of the wittgensteinian practice, highlighting the concept of language games and the presentation of speech, illocutionary and perlocutionary practices of the Theory of Speech Acts, Austin. Examples of conceptual expressions are used in social indexing practices in the Flickr and LibraryThing environments. Thus, it is observed that a pragmatic provides an important support for the process, and Social Indexing studies, for the licensing of social, cultural and cognitive resources of the user there is no data to index resources on the Web.

Keywords: Philosophy of Language; Pragmatism; Social indexing; Folksonomy; Information Science.

1 Introdução

A comunicação é essencial para o desenvolvimento do homem enquanto ser social. O ato comunicativo, presente desde as civilizações mais antigas - quando nas paredes das cavernas a representação das rotinas vividas era registrada por meio de símbolos - até os dias atuais. Com o desenvolvimento e a expansão das tecnologias de informação e comunicação, tanto as barreiras geográficas, econômicas e sociais quanto barreiras culturais e linguísticas foram rompidas, cedendo espaço para as interações.

A comunicação tem sido à base de todas as formas de organização social. Configura-se como a materialização das necessidades de uma sociedade por

meio da linguagem, espaço em que cada sujeito assume tanto o papel individual quanto social no processo de comunicar suas ideias, sentimentos, ações, etc.

A questão central assumida neste trabalho, em relação à linguagem, não está nas propriedades de expressões, apreensíveis pelas características sintáticas e semânticas, mas no uso concreto e cotidiano da linguagem pelo sujeito, colocando em relação, de um lado os interlocutores, e de outro, os elementos convencionais dos quais os primeiros se servem na interlocução (FRANCHI, 2002).

No início do século XX as abordagens lógico-positivistas sobre a linguagem começaram a ser refutadas por alguns pensadores em razão da ausência, no processo de investigação da linguagem, da figura do

sujeito, e do seu processo de comunicação. Parret (1997) relata que havia uma condição que elevava ou reduzia o “sujeito social e comunitário a um comunicador, e em seguida a um informador, como se a intersubjetividade (ou co-subjetividade) fosse equivalente à comunicabilidade e toda comunicação, a uma transferência da informação”. (PARRET, 1987, p.16).

A saber, no contexto desse trabalho, concebe-se a pragmática como possibilidade de compreender o estudo daquilo que as pessoas querem significar ao produzir enunciados (LINS, 2008).

Considera-se, assim, o efeito prático que os atos de fala podem gerar, com ênfase para os processos de inferência, pelos quais o sujeito compreende o que está implícito no processo de comunicação (LINS, 2008).

A informação é representada, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, em estruturas formais da linguagem. Com o crescente número de interações na *Web*, os sujeitos passam a representar informações, conteúdos e objetos de forma colaborativa, mediante a atribuição livre e pessoal de etiquetas ou *tags*, de modo que não somente o acesso e a recuperação dos dados sejam facilitados, mas que os termos empregados sejam, também, inclusivos e representativos.

Neste trabalho se propõe apresentar, em atenção a essa prática contemporânea de representação da informação em ambiente social, alguns conceitos e intersecções da pragmática, considerados inter-relacionados com a indexação social, do ponto de vista da influência sociocultural, cognitiva e de contextos diversos, e que influenciam na seleção e atribuição de *tags* para a representação de informações no ambiente digital.

Neste contexto, também se tem como objetivo discorrer sobre dimensões pragmáticas da Indexação Social, a partir do filtro da pragmática de Wittgenstein (1994) e da Teoria dos Atos de Fala, de Austin (1990), caracterizando-se enquanto pesquisa de abordagem qualitativa, com estudo exploratório pautado na pesquisa bibliográfica, análise de textos e na análise de exemplos de manifestações destes conceitos nas práticas de Indexação Social em ambientes Flickr e LibraryThing.

Para auxiliar nas discussões sobre pragmática e Jogos de Linguagem, assim como da Teoria dos Atos de Fala, selecionamos, respectivamente, os aportes teóricos dos filósofos Wittgenstein e Austin, justificando-se tais escolhas em razão: do primeiro ter discutido a perspectiva dos Jogos de Linguagem como fenômeno no qual o significado de uma palavra é expresso pelo uso em um determinado contexto, possibilitando trazer as palavras do plano metafísico para o plano do uso comum; e, do segundo, por este ter introduzido a concepção performativa da linguagem em todas as suas

esferas de uso, considerando os atos de fala como sua unidade básica. (MARCONDES, 2000).

O presente trabalho é um desdobramento de uma pesquisa em andamento no mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos.^[1]

2 Pragmática enquanto processo de significação

É possível observar, na Filosofia Pragmática de Wittgenstein, a influência do pensamento do sociólogo francês Émile Durkheim, para quem a sociedade atua sobre o indivíduo, modelando suas formas de agir, influenciando suas concepções e modos de ver, condicionando e padronizando o seu comportamento. Ou seja, em sua tese, Durkheim apresenta a força social como condicionante do sujeito.

A influência desse fenômeno é observada na pragmática quando o sujeito, a partir da linguagem, atribui um significado a sua mensagem, condicionado pelas suas relações com a sociedade, considerando seus contextos de sujeito, dos ouvintes, e do meio em que ambos se fazem presentificados.

Os estudos da pragmática encontrados na Filosofia da Linguagem contemporânea se originam, basicamente, da divisão do estudo dos signos em geral – Semiótica - em sintaxe, semântica e pragmática (MARCONDES, 2005).

Dessa maneira, na concepção de Morris e Carnap (1937): a sintaxe examina as relações das classes e categorias dos signos entre si, abstraindo o significado dos signos pelo exame das regras formais; a semântica estuda a relação dos signos com os objetos a que se referem (conteúdo significativo dos signos), observando vários significados, mas desconsiderando o contexto; e, a pragmática estuda a relação destes signos com os sujeitos, e como estes os interpretam e os empregam, ou seja, a linguagem em seu uso concreto, com sua multiplicidade de contextos e diversidade de usos.

Segundo Yule (1996) e Lins (2008), enquanto a sintaxe e a semântica se preocupam com a estrutura da linguagem, a pragmática considera mais enfaticamente os seres humanos em sua análise sobre o mundo, considerando a relação entre a forma da linguagem e a condição do sujeito.

Marcondes (2005) relata que a distinção e a definição destas áreas influenciaram fortemente os estudos sobre a linguagem no pensamento contemporâneo, tanto na Filosofia como na Linguística, incluindo, ainda, a teoria da comunicação. O autor destaca que o estudo da linguagem - do ponto de vista pragmático (considerando a multiplicidade de possibilidades de uso) - não poderia ser objeto de uma análise teórica no

campo filosófico ou científico, pois, esta exigiria uma análise de níveis de abstração: da pragmática para a semântica, e da semântica para a sintaxe, sucessivamente.

Desta forma “nada de cientificamente relevante poderia ser concluído com base na análise de casos particulares” (MARCONDES, 2005. p. 14). De modo complementar, Marcondes (2000) e Lins (2008) mencionam a sintaxe e a semântica como “basilares teóricos”, e a pragmática, como “basilar prático” da linguagem.

Durante o desenvolvimento da pragmática surgiram duas linhas de pensamento: uma Contextualista, e a outra, Performática.

Na Contextualista, a noção central de análise é o contexto pelo qual se examina as características de uso de um acervo cultural, social, cognitivo, econômico, dentre outros, por um sujeito, o que o influenciará na significação das expressões linguísticas. Ou seja, considera-se a semântica acrescida do contexto para a determinação do significado. Porém, esta visão é restrita apenas a determinados tipos de expressões linguísticas (MARCONDES, 2005).

Desta forma, a linha Performática será abordada na próxima seção, observando-se que esta linha tem como noção central a linguagem como forma de ação, sendo, assim, o significado determinado a partir da consideração do ato. Nos termos desse trabalho, compreende-se que esta linha permite uma concepção da linguagem em um sentido mais amplo, por entender a linguagem como modo pelo qual agimos.

2.1 Jogos de Linguagem de Wittgenstein

Na obra *Investigações Filosóficas*, datada de 1953, Wittgenstein aponta que o significado de uma palavra vai ser determinado pelo seu uso. Para o filósofo “não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos que ver seu emprego e aprender com isso” (WITTGENSTEIN, 1979, af. 349), defendendo, ainda, que o significado não deve ser entendido como algo fixo, determinado e isolado do contexto (como uma propriedade inerente àquela estrutura linguística), mas que fosse considerada a função que esta estrutura exerce em um determinado contexto, de acordo com o objetivo e a interação entre emissor e receptor.

Variando o contexto e o propósito de uso da palavra, o significado desta também muda porque a função muda. Segundo Gracioso e Saldanha (2011, p.112) “o que Wittgenstein irá nos propor é que entendamos a significação no âmbito da interação.”.

Wittgenstein exemplifica esta função com a seguinte passagem:

Imagine ferramentas dentro de uma caixa: ali tem um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um pote de cola, cola, pregos e parafusos. – Tão diferentes como são as funções desses objetos, são também diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali.). (WITTGENSTEIN, 1994, p. 14).

Dependendo dos objetivos específicos do sujeito, a função da linguagem será específica para cada situação. Assim, uma palavra pode participar de vários contextos e ter uma variedade de significados. Esta constante mudança de contextos e de significados, que variam em consonância com os objetivos do sujeito, é o que Wittgenstein (1994) denomina de jogos de linguagem. “Chamarei também de jogos de linguagem o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (WITTGENSTEIN, 1979, af. 07)

Todos os processos de uso da palavra, todos os processos de denominação - a linguagem e atividades a elas entrelaçadas -, são, para o autor, caracterizados como jogos de linguagem. “A expressão ‘jogo de linguagem’ deve enfatizar aqui que o falar de uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 22).

De modo complementar, o autor declara a multiplicidade de jogos de linguagem, exemplificando alguns pelo ato de dar ordem, descrever ou produzir um objeto, informar um acontecimento, propor uma hipótese, apresentar resultados, fazer pedidos, perguntas e respostas, e outros. Um aspecto que Wittgenstein (1994) destaca é que não podemos buscar algo comum entre estes usos como algo que o possa definir, mas que, seja passível identificar traços que permitam aproximar, mesmo que muito, ou pouco, estes usos.

Comparados aos jogos, como o de xadrez, por exemplo, os jogos de linguagem de Wittgenstein (1994) possuem regras que definem o que é ou não válido, segundo os quais os objetivos podem ser alcançados.

As regras, por sua vez, regeriam as ações nas formas de vida ao mesmo tempo em que seriam estabelecidas nessas por meio dos diferentes jogos de linguagem que a compõem. (GRACIOSO; SALDANHA, 2011, p.78).

Estas regras são de uso, regras pragmáticas constitutivas dos jogos, que possibilitam aos sujeitos participantes jogarem. Com efeito, analisar o significado das palavras é situá-las no contexto dos jogos no qual se está jogando, ou seja, identificar como os participantes usam as palavras e como constroem regras válidas para o jogo.

2.2 Pragmática Performativa

Austin (1990) entende a linguagem como forma de ação, ou seja, como modo de se realizar ações por meio

de palavras. Na concepção do autor, as palavras podem expressar aquilo que acreditamos, ou admitamos, sem perceber ou intencionalmente. A linguagem como ato. Pelo uso da palavra é que se vai determinar seu significado. Com efeito, nomeiam-se de performativas as declarações, ou palavras - mesmo quando estas nada descrevem ou relatam (independente de serem verdadeiras ou falsas) -, quando, no todo ou em parte, realizam uma ação.

A seguir, apresenta-se um exemplo proposto pelo autor para explicar esta ação: “‘Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa’ – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamentos” (AUSTIN, 1990, p. 24). Para o autor, proferir esta sentença em seu contexto não é descrever o ato que estaria praticando, mas declarar o que se está praticando.

Desta forma, compreende-se que a seriedade ou o valor das declarações ou das palavras está na sua exteriorização, definindo-se como um sinal externo e visível, com fins informativos, considerando as noções de crença e intenção consolidadas no ato.

Assim, a concepção básica deste princípio consiste na manutenção de que os atos de fala são os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem, exigindo como condições de sucesso (e de felicidade) a ação realizada, e não as proposições lógicas (AUSTIN, 1990; MARCONDES, 2005).

Podemos identificar a profundidade das relações imbricadas ao sujeito pelas palavras por ele externadas, seja por meio da fala, da escrita e/ou dos gestos. Austin (1990) propõe que a sua concepção do uso da linguagem seja estendida para todas as formas de linguagem, considerando o ato de fala como uma unidade básica de significação, constituída de três dimensões integradas e complementares, definidas como atos de ordem: locucionária, ilocucionária e perlocucionária.

O ato de “dizer algo” em uma aceção normal e completa se refere ao ato locucionário, isto é, emissão de certos ruídos (ato fonético) de determinado vocábulo ou palavra (ato fático) em conformidade com uma estrutura gramatical, sendo também apontado como a força da entonação. Complementando a realização do ato utilizando tais vocábulos com um sentido e referência definidos (ato rético), ou seja, uma significação no sentido clássico do termo (AUSTIN, 1990; MARCONDES, 2005).

Ao realizar um ato locucionário estamos também realizando um ato ilocucionário, sendo este a força do ato, é o performativo propriamente dito. Isso é, produz-se algum enunciado e, ao mesmo tempo, o como as palavras devem ser compreendidas naquele momento. Exemplos dessas ocorrências se dão na forma de um conselho, uma ordem, um pedido, etc. O último ato é a

consequência dos atos em relação aos sentimentos, pensamentos e ações.

O perlocucionário é o ato produzido pelo fato de se dizer qualquer coisa, ou seja, o ato dá lugar aos efeitos. O autor dá exemplos que demonstram essas três dimensões dos atos de fala: “[...] da mesma maneira podemos distinguir o ato locucionário ‘ele disse que...’ do ato ilocucionário ‘ele argumentou que...’ e do ato perlocucionário ‘ele me convenceu que...’” (AUSTIN, 1990, p. 90).

O estudo e a análise dos atos de fala consistem, por Austin (1990), em tornar explícitos a força do ato realizado e a concepção dos interlocutores condicionados pela sociedade, e por sua intenção de produzirem - enquanto indivíduos (seres sinceros, cooperativos e sociais) dotados de um acervo cultural, social, político e cognitivo - um ato de fala e, portanto, a sua significação.

3 Observações Pragmáticas na Indexação Social

A indexação social (IS) representa, frente ao processo tradicional da indexação de assuntos (realizada pelo bibliotecário indexador), um novo modelo de representação da informação. Agora, são os próprios sujeitos que atribuem (no contexto da *Web*) os termos que melhor representem o conteúdo ou o objeto informacional. Tais sujeitos atuam, assim, como usuários-colaboradores.

Neste modelo de representação social e colaborativa, a linguagem natural do sujeito é utilizada para representar informações em ambientes livres e colaborativos, com possibilidade de vários usuários indexarem o mesmo conteúdo, sem considerarem a relação hierárquica, os relacionamentos associativos e/ou de equivalência entre esses termos – considerações exigidas nos sistemas de organização do conhecimento tradicionais.

Segundo Mathes (2004) este modelo é composto, simplesmente, pelo conjunto de termos com os quais um grupo de usuários marcou determinado conteúdo, não sendo, tal conjunto, predeterminado pela presença de termos de classificação ou de rótulos predefinidos.

A prática da indexação na *Web* foi denominada por Tomas Vander Wal (numa lista de discussão sobre Arquitetura da Informação em 2004) como *Folksonomy*, sendo o termo resultado de uma combinação de *folk* (povo, pessoas) e *taxonomy* (taxonomia). De modo geral, a folksonomia pode ser entendida como o resultado da marcação pessoal e livre de informações e objetos visando recuperação em ambiente social. É criada, portanto, a partir do ato de marcação pela própria pessoa que consome a informação. (VANDER WAL, 2007).

Todavia, consideramos o emprego do termo indexação social mais adequado ao propósito do estudo, pois, não se trata apenas de uma ação realizada por indivíduos, “[...] mas também por ser um ato colaborativo e democrático, onde o papel de todos os indivíduos tem o mesmo valor e peso dentro do sistema” (GUEDES; DIAS, 2010, p. 50).

Por sua vez, a compreensão da relação da abordagem performativa, de Austin, e pragmática, de Wittgenstein, na indexação social pode ser observada nos estudos do comportamento do sujeito ao indexar um recurso informacional na *Web*.

Isso por que se considera que cada sistema de informação, ou plataforma colaborativa disponível na *Web*, possui características próprias – objetivos, recursos informacionais, conteúdos, usuários, interesses, política de acesso, regras de usabilidade e outros componentes específicos e variados –, o sujeito, ao utilizar estes sistemas de informação, se submete a determinadas regras que podem estar implícitas ou não, mas que condicionam a sua ação ao representar conteúdos e objetos de informação através de *tags*.

4 Análise e discussão dos resultados

Além da influência do conjunto de regras, e dos aspectos relacionados ao contexto social, cultural, cognitivo, econômico e político do sujeito na condição de usuário-colaborador, outros elementos influenciam de igual forma o uso da linguagem. “– E como se manifestam esses [aspectos] em nós? Pelo modo como escolhemos e avaliamos as palavras” (WITTGENSTEIN, 1979, parte II, parag.251).

Pode-se depreender que o modo como classificamos as palavras pode depender da finalidade e da função que se quer dar ao seu uso, e, também, da inclinação sociocultural de uma dada comunidade. O filósofo Wittgenstein aponta que a significação da palavra usada em um jogo se estabelece durante a jogada, como observado a seguir:

O significado das expressões não depende essencialmente das intenções dos falantes, mas, na verdade, as intenções são formadas e tornadas possíveis elas próprias a partir dos hábitos, práticas e instituições de uma comunidade linguística (WITTGENSTEIN, 1979, af. 337-338).

Regras e aspectos implícitos ao sujeito podem ser observados nas *tags* de sistemas de informação que se utilizam de ferramentas sociais. A concepção performativa da linguagem não se restringe em analisar se a representação do conteúdo pelo sujeito foi correta ou não, mas em aprofundar o entendimento acerca da significação dada, e compreendida, pelo ator social na ação da construção de *tags*.

Para Gracioso (2010), as informações nativas da *Web* são construídas independentemente ao crivo científico,

e a validação destas é observada pela quantificação do respectivo acesso, e intervenção, de seus interlocutores. Ademais, estes espaços de interação, e cooperação social na *Web*, contribuíram para que se diluíssem os critérios clássicos de validação sobre o valor de verdade, e de veracidade, das informações produzidas e recuperadas na rede (GRACIOSO, 2010), característica que modifica os critérios de validação e de organização da informação no contexto e nas práticas da Organização do Conhecimento.

Austin (1990) e Wittgenstein (1994) defendem que o uso da linguagem é que vai determinar o significado. Esta concepção tem sido notada nas *tags* de usuários-colaboradores das plataformas Flickr e LibraryThing, que, ao navegarem nestes ambientes, compreendem o significado e o conteúdo do recurso informacional a partir do que o outro usuário externaliza por meio das *tags*. Como exemplo, temos alguns recursos informacionais indexados socialmente no ambiente LibraryThing, (Figura 1. *Exemplos de IS no LibraryThing*, APÊNDICE).

Na Figura 1, podemos observar os termos atribuídos pelos usuários aos recursos na sessão *Tags*, termos apresentados com maior intensidade de cores, e com grafia de maior destaque, configurando-se como *tags* mais utilizadas pelos usuários para indexação.

Com efeito, estes usuários atribuem significados aos seus recursos observando o contexto da rede social na qual estão inseridos, em que o crescente uso de uma linguagem, neste meio, vai influenciar outros usuários na escolha e uso de determinadas *tags* para a representação dos recursos informacionais.

Marcondes (2000, p. 41) observa que “a pragmática pressupõe uma concepção segundo a qual o significado é relativo a contextos determinados e deve ser considerado a partir do uso dos termos e expressões linguísticas utilizados nesses contextos”. Por conseguinte, a realização dos atos de fala leva em conta, por um lado, a escolha de determinadas formas linguísticas e, por outro, as condições pragmáticas do seu uso, atendendo às condições de sucesso, mencionadas por Austin, que faz com que o falante se sinta satisfeito, ou insatisfeito, ao realizar as ações de linguagem.

Outro ponto observado a partir da pragmática na indexação social é que as *tags* utilizadas por um determinado grupo de usuários na representação de um recurso informacional não darão uma significação definitiva e conclusiva de uma realidade, mas apenas daquele contexto, naquele período de tempo, como no exemplo da Figura 2. Exemplos de IS no Flickr (APÊNDICE).

Nesta segunda figura podemos observar *tags* atribuídas a uma fotografia pelo usuário X e identificamos algumas *tags* que foram representativas no momento de

sua publicação, devido à proximidade temporal do processo de construção do empreendimento, como exposto nas seguintes *tags* “São Carlos”, “Damha”, “2010”, “*Construction Site*”, “Construção”, “Obras”. Porém, as mesmas não representam, necessariamente, o contexto atual do local.

Nesse sentido, observa-se a importância das pesquisas dedicadas à indexação social serem desenvolvidas também em uma perspectiva pragmática, tornando-se necessário, para tanto, compreender a linguagem como prática social concreta, em que o exame da constituição de *tags* considere a interação entre sujeito e sistema de informação a partir: do contexto de uso da linguagem; dos elementos sociais, culturais e políticos pressupostos por esse uso; e, dos objetivos, efeitos e consequências desses usos (MARCONDES, 2000).

5 Conclusão

O uso da linguagem está atrelado ao contexto no qual esta será expressa. Isto implica dizer que não se pode desconsiderar o contexto sob uma perspectiva analítica, pois anulá-lo enquanto componente influente da linguagem interfere diretamente na forma como os interlocutores recebem a informação transmitida no processo de comunicação.

A pragmática na indexação social considera a fluidez e a transformação da linguagem no uso cotidiano, pois não fixa padrões sob os quais as *tags* devem estar condicionadas, levando em consideração as percepções dos usuários-colaboradores que julgam como critérios mais significativos as impressões sociais e cognitivas, influentes na construção de um conhecimento coletivo. Essa prática não descaracteriza o objeto representado, ao contrário, amplia as formas de representação da informação diante dos diversos contextos sociais.

A partir desta concepção, observa-se que o estudo da pragmática de Wittgenstein oferece um importante suporte teórico ao processo e aos estudos de indexação social, sobretudo por considerar, dentre outros fatores, os aspectos cognitivos, sociais e culturais do usuário no processo de representação de recursos informacionais em ambientes digitais colaborativos, fundamentando-se ainda, enquanto teoria para abordagem das múltiplas interpretações desencadeadas no processo de representação da informação por meio de termos significativos que, ao longo do tempo, tem se modificado em diversos suportes.

De igual forma, os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, defendidos por Austin, podem ser observados nas ações dos usuários de ambientes colaborativos quando estes elegem *tags* para os recursos informacionais, como demonstrado pela apresentação das figuras. O conjunto lógico de signos que formam a *tag* apresenta-se como ato locucionário de Austin, ou seja, o falante e sua sequência lógica de

fala. Esta *tag* é exatamente o que se fala, colocando o falante através dos atos que ele emite. Colocando este usuário (que etiquetou o recurso) como uma voz ativa dentro do sistema colaborativo.

O ato locucionário requer uma ação comunicativa explícita e presencial, podendo não ser verificado explicitamente nas ações de indexação social. Neste sentido, plataformas interativas que permitam indexação social poderiam ampliar o alcance desta participação, permitindo o registro e a explicitação dos atos de fala proferidos durante a negociação/escolha de “descritores”.

O ato ilocucionário significa o que este usuário quer dizer pela atribuição de uma *tag*, suas ações e intenções no uso da mesma, a exemplo da Figura 1 (APÊNDICE) na qual o usuário atribui as *tags* “*Folksonomy*” e “*Indexing*” para um determinado recurso, possibilitando-se interpretar que o usuário a compreende como uma indexação diferente da tradicional, uma indexação que se realize por meio da ação livre dos usuários. Os atos ilocucionários não são passíveis de verificação direta uma vez que nas plataformas analisadas, é possível identificar apenas os “descritores” indicados de modo compartilhado. Neste sentido, as plataformas interativas poderão possibilitar que os usuários, ao indicarem “descritores”, poderiam “deixar conselhos”, pedidos e orientações para os próximos indexadores sobre a atribuição de palavras-chave.

O ato perlocucionário é o efeito que este usuário com suas *tags* irá produzir na comunidade, no sistema colaborativo e na recuperação do recurso em foco. Os efeitos podem ser: que os demais usuários atribuam mais ou menos *tags*; que os demais usuários compreendam o conteúdo do recurso só por meio das *tags*; que haja maior ou menor interesse no recurso; que haja a correlação dos recursos a partir da mesma *tag*; que se auxilie na disseminação e recuperação do material, entre outros – como apresentado nas Figuras 1 e 2 (APÊNDICE). O ato perlocucionário é possível de ser percebido parcialmente, na medida em que o indexador ao tomar conhecimento dos “descritores” já atribuídos, pode se influenciar e se “convencer” de que o termo já proposto é relevante, e, assim, reforçar a atribuição de uma *tag*.

Desta forma, os atos de fala de Austin auxiliam na compreensão dos processos de Fala, de querer falar e de se fazer entender no contexto de ambientes colaborativos, concluindo-se, portanto, que as considerações da pragmática de Wittgenstein, e dos atos de fala de Austin, podem auxiliar, também, no enriquecimento da indexação social, contribuindo para uma representação da informação mais inclusiva, participativa e representativa e, sobretudo, favorecendo o aprofundamento de discussões na perspectiva da dimensão cultural da organização do conhecimento.

Notas

- [1] O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos

Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- CARNAP, R. *The logical syntax of language*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1937.
- FLICKR. Disponível em: <<https://www.flickr.com/>> Acesso em: 08 maio 2019
- FRANCHI, C. *Linguagem: atividade constitutiva*. Revista do Gel, n. especial, 37-74, 2002
- GRACIOSO, L. S. *Justificação e a ação de informação no contexto da pragmática virtual*. Liinc em Revista: Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, setembro, 2010, p. 286-300 Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>> Acesso em: 15 de mai. 2018b
- GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. *Ciência da informação e Filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática*. Araraquara, SP :Junqueira & Marin, 2011.
- GUEDES, R. M.; DIAS, E. J. W. *Indexação social: abordagem conceitual*. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/686>>. Acesso em: 20 mar. 2018
- LIBRARYTHING. Disponível em: <<https://www.librarything.com/>> Acesso em: 08 maio 2019
- LINS, M. P. P. *A pragmática e a análise de textos*. Revista (Con) Textos Linguísticos. (UFES), 2008, v. 2, n. 2. p. 177-197.
- MARCONDES, D. *Desfazendo mitos sobre a pragmática*. Alceu, Rio de Janeiro: PUC, 2000, v. 1, n. 1.
- MARCONDES, D. *Em defesa de uma concepção pragmática de linguagem*. Gragoatá: Niterói, n. 18, p. 11-29, 1. sem. 2005.
- MATHES, A. *Folksonomies: cooperative classification and communication through shared metadata*. 2004. Disponível em: <<http://adammathes.com/academic/computer-mediated-communication/folksonomies.html>> Acesso em: 27 mar. 2018.
- PARRET, H. *A estética da comunicação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção repositórios).
- VANDER WAL, T. *Folksonomy: folksonomy coinage and definition*. 2007. Disponível em: <<http://www.vanderwal.net/folksonomy.html>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Coleção pensamento humano).
- YULE, G. *Pragmatics*. Oxford University Press. 1996.

Implicações da Pós-verdade na indexação de recursos informacionais

Implications of Post-Truth in indexing informational resources

Raimunda Fernanda dos Santos (1), Jefferson Hígino da Silva (2), Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque (3), Henry Poncio Cruz de Oliveira (4)

(1) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Pedro Calmon. nº 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 21941-901, fernanda@facc.ufrj.br (2) Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58051-900, jeffersonarquivista@gmail.com (3) Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58051-900, ebaltar2007@gmail.com (4) Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58051-900, henry.poncio@gmail.com.

Resumo

Objetiva discutir sobre as implicações da Pós-Verdade nas atividades de indexação. Através de uma revisão de literatura, a pesquisa apresenta interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Ciência Cognitiva apontando conceitos e elementos constituintes. Discorre sobre as atividades de tratamento temático da informação, especificamente sobre a indexação sob as lentes da Pós-Verdade, apresentando as principais abordagens e preocupações que devem ser levadas em consideração pela Ciência da Informação face ao fenômeno de relativização da verdade.

Palavras-chave: Pós-Verdade; Tratamento temático da informação; Indexação.

Abstract

It aims to discuss the implications of Post-Truth on indexing activities. Through a literature review, the research presents existing interfaces between Information Science and Cognitive Science, pointing out concepts and constituent elements. It discusses the activities of thematic treatment of information, specifically about indexing under the lens of the Post-Truth, presenting the main approaches and concerns that must be taken into account by Information Science in relation to the phenomenon of relativization of truth.

Keywords: Post-Truth; Thematic treatment of information; Indexing.

1 Introdução

No Brasil, em 2016, o Suplemento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), constatou que dos 116 milhões de pessoas que acessaram a internet no ano supracitado, 94,2% enviaram ou receberam textos e imagens compartilhadas através de redes sociais. Esse estudo seria apenas um extrato, dentre outros que nos apresenta a avalanche informacional que vem sendo produzida e consumida.

Podemos perceber que o acesso ao conhecimento aumentou de maneira muito rápida, diminuindo o tempo na produção e no compartilhamento dos conteúdos. Adquirimos um universo infinito de dados que podem ser acessados de qualquer lugar. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), nesse contexto, permitiram mudanças no foco nas

empresas, serviços e produtos. Essa transitoriedade da informação em meio digital afeta também o modo de agir e de pensar das pessoas. O particular tornou-se mais público e vice-versa. Transbordamos emoções através do “mundo digital” que afetam nossa realidade, descontraí nossas crenças e distorce fatos reais que podem fazer sentido para quem os compactuam.

“Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”, a frase reportada por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler, na Alemanha Nazista, parece ser bem posta, pois em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o termo “Pós-Verdade” como a palavra daquele ano, apontando que atualmente os fatos não importam mais, pois as pessoas se deixam levar por suas crenças, trazendo uma espécie de negação ou cessação da verdade que até então acreditamos. A verdade parece ganhar um aspecto diferente. Uma mentira no sentido de não coincidir com os fatos reais

pode ser elemento essencial para quem acredita, defende e vive de opiniões formadas a partir dos seus preceitos e da sua cultura. A história fica ameaçada em conjunto aos lugares de memória: bibliotecas, arquivos e museus. Esses ambientes de informação podem perder seus fundamentos no sentido de fugir da conjuntura que estão inseridos, a partir de proposições que são descritas acerca dos elementos informativos.

Nesse aspecto, a Ciência da Informação contribui no que diz respeito ao gerenciamento, organização, tratamento, preservação, acesso e uso de informações confiáveis que demonstram integridade dos fatos ocorridos e que são registrados. Destarte, essa área do conhecimento contempla atividades de organização e tratamento da informação que se caracterizam como operações que viabilizam a criação de pontos de acesso descritivos e temáticos para fins de recuperação da informação.

Pensando assim, objetivamos discutir acerca das implicações da Pós-Verdade nas atividades de Tratamento Temático, com foco no processo de indexação de recursos informacionais. Metodologicamente, este estudo se configura como uma revisão de literatura.

Em linhas gerais, a relevância desta discussão para a Ciência da Informação contribui no sentido de apresentar, diante da produção científica sobre Organização da Informação, um reflexo sobre a Pós-Verdade. Tal contribuição está associada à incipiência de produções científicas quando comparamos ao crescimento do assunto com interfaces existentes entre ambas as temáticas, conforme foi perceptível nos resultados das buscas em bases de dados que agregam as produções científicas dessa área do conhecimento como o Portal CAPES [1], a BRAPCI [2] (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos da área de Ciência da Informação) e a Base PERI [3].

2 A Verdade na Pós-verdade

A busca pela verdade foi realizada por diversos meios entre os pensadores antigos. Com as Tecnologias da Informação e Comunicação, o acesso e a produção do conhecimento aumentou de maneira exorbitante. A *Web*, nesse contexto, possibilitou mais autonomia e autoaprendizado para aqueles que desejam partilhar conhecimentos, através de suas opiniões, todavia, a distinção do falso e verdadeiro parece não ser mais pontos relevantes, podendo assim estarmos vivendo na

“Era” da Pós-verdade.

A utilização do prefixo “pós”, de acordo com Quintana (2017), aponta um momento em que o conceito de verdade se tornou trivial, por isso, a Pós-Verdade faz referência à falta de importância dada a verdade, ressaltando que:

A Pós-Verdade ou mentira emocional, está relacionada com fenômenos sociais há muito tempo, mas com denominações sem excessos de manipulação, propaganda ou demagogia, e revive a discussão sobre influências e transparências dos meios de comunicação, sistemas e serviços de informações em múltiplas dimensões: epistemológicas, éticas, educacionais, metodológicas e ou tecnológicas (QUINTANA, 2017, p. 49, tradução nossa).

Procurando subsídio para o entendimento da Pós-verdade e refletindo sobre a verdade no hodierno contexto informacional, podemos apontar o seu significado de maneira mais incisiva na Filosofia, pois esta prima pela busca da essência e dos fundamentos das coisas a partir da análise e da reflexão.

Garcia (2001), aponta três concepções da origem do que seria verdade: do grego, apresenta o significado de *aletheia*: o não oculto, o que não está escondido, manifestado aos olhos do corpo e do espírito. O acesso à verdade, nesse contexto, liga-se ao sentido de descortinar e descobrir além das coisas, sendo uma verdade ontológica. Já no latim *veritas*, a verdade caracteriza como uma exatidão, aquilo que relata algo fiel ao ocorrido. E, por último, no hebraico *emunah* que transmite confiança e liga-se ao divino e a profecia.

Na mesma linha, Chauí (2001) nos apresenta, além das três concepções citadas anteriormente, uma outra vertente que é a verdade tida como pragmática, ou seja, só é verdade aquilo que é útil. O verdadeiro é o que possui coerência de implicação necessária e certa, assim não basta acreditar que tal coisa é verdadeira, antes de tudo, temos que ter certeza.

Em Tomás de Aquino, encontramos uma verdade como sustentação entre a inteligência e a coisa "*adequatio intellectus et rei*". A partir dessa afirmação, Segura (1992), ressalta que a verdade tem relação com vários modos e fins, a depender de como a projetamos. Partindo do pressuposto dessa relação, uma coisa, vai continuar sendo a mesma, nesse meio, só o intelecto pode julgar algo sobre esta e criar possibilidades. Dessa forma, a verdade fica entendida como algo real que está posto diante de nós, cuja sua essência intencionalmente apreendemos.

Hessen (2003, p.96), vai na mesma linha apontando que a verdade tem que estar em consonância com a mente. “Um juízo é verdadeiro quando construído segundo as leis e normas do pensamento”. De acordo com essa concepção, a verdade significa algo

puramente formal. Ela coincide com a correção lógica. Nesse contexto, o pensamento que cria suas leis. O mundo surge a partir da nossa mente, a qual estabelece regras e variantes, agregando valor ou destituindo. O autor ainda afirma que para haver verdade é preciso estabelecer critérios para a sua busca. Aqui, traz à tona a ideia que a busca pelo conhecimento verdadeiro está numa ligação entre o sujeito e objeto.

Esse critério, porém, fracassa tão logo tratemos não mais de objetos ideais, mas de objetos reais ou reais para a consciência. Nesse caso, devemos procurar outros critérios de verdade. Ele consiste na imediata presença de um objeto. Por esse critério, são verdadeiros os juízos baseados na imediatidade do objeto a que o juízo se refere. Além da evidência da percepção, há também uma evidência do pensamento conceitual e se podemos dividir nela um critério de verdade (HESSEN, 2003, p. 127).

No estado da busca pela do sentido de verdade, voltamos em Chauí (2003) que apresenta a ideia de ignorância, incerteza e insegurança. Para autora vivemos em um dado momento em que as coisas não são apresentadas na sua essência, mas acreditamos e não as questionamos. Quando percebemos que nossas bases e referências são falhas, saímos desse estado e ficamos confusos, incertos e inseguros, enfatiza:

Outras vezes, estamos confiante e seguros e, de repente, vemos ou ouvimos alguma coisa que nos enche de espanto e de admiração, e não sabemos o que pensar ou o que fazer com a novidade. O espanto e a admiração, assim como, antes, a dúvida e a perplexidade, nos fazem querer sair do estado de insegurança ou de encantamento, nos fazem perceber nossa ignorância e criam o desejo de superar a incerteza. Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada busca da verdade (CHAUÍ, 2003, p. 111).

Em consonância com esse pensamento, Zarzalejos (2017, p. 20) diz que na Pós-verdade

a exposição a ideias contrárias à sua própria posição, sobre qualquer assunto, consideradas de interesse geral, não existe, porque ou estas ideias não aparecem na sua bolha ou são feitas para serem desacreditadas, ou seja, a verdade assim, seria algo que está em nosso círculo.

Nesse contexto, o indivíduo até sabe que a proposição é falsa, entretanto não descarta. Assim, “a Pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional” (ZARZALEJOS, 2017, p. 11). O interesse de busca pela preposição de questões falsas não interessa, mesmo o indivíduo tendo convicção que os fatos pregados por ele não condizem com o ocorrido, ele prima em se manter vendado.

Nesse entendimento, Dunker et al. (2017) afirmam que a Pós-verdade consiste em uma verdade contextual, a qual também agrega implicações políticas, morais e institucionais. Em

seus discursos entrelaçados aos elementos da subjetividade, esses autores ainda destacam que a Pós-verdade corresponde a uma suspensão completa da referência a fatos e verificações objetivas, substituídas por opiniões, observações, interpretações (inerentes à cognição humana) tornadas verossímeis e plausíveis apenas à base de repetições, sem que as suas respectivas fontes sejam confirmadas.

As subjetividades são produzidas em massa e a verdade mistura-se com os vieses cognitivos e sociológicos de individualização dos sujeitos, unindo-se às prerrogativas de seus gostos e interesses por informações específicas. Para dar seguimento à essas considerações, a seguir são apresentados aspectos relativos à Ciência da Informação e à Ciência Cognitiva, uma vez que a verdade em tempos de Pós-verdade é inflacionada de subjetividade – aspecto inerente à cognição dos sujeitos.

3 Ciência da Informação e Ciência Cognitiva: interfaces

A Ciência da Informação surge em uma perspectiva de diminuição dos problemas e incertezas de busca da informação em um contexto pós-guerra mundial (SARACEVIC, 1996). Nesse momento, a sociedade vivenciou um grande acúmulo e crescimento de informações em todos os setores. Nesse período, as tecnologias digitais provocaram mudanças com o advento de sistemas, técnicas e suportes informacionais, demandando celeridade e eficiência no que diz respeito às tarefas de Organização da informação para fins de sua recuperação, acesso e uso.

A Ciência da Informação consiste em “um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Essa área do conhecimento também pode ser conceituada como:

“uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso” (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa).

Tais conceitos contemplam um viés epistemológico e cognitivo objetivando interligar a informação com os fluxos, com a acessibilidade e com o seu uso – o que evidencia a importância de investigar aspectos concernentes à indexação, atividade que condiciona os processos informacionais como a recuperação, o acesso e o uso da informação.

Ainda no que diz respeito ao relacionamento da Ciência da Informação em torno dos processos informacionais, Borko (1968, p. 3, tradução nossa) evidencia que essa área “se preocupa com o corpo de conhecimentos direcionados a coleta, a organização, a armazenagem, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e a utilização da informação”, o que resulta no delineamento de ações investigativas técnicas e científicas como campo científico habilitado para tal. Além dessas atividades, é possível apontar outros processos que integram o corpo de conhecimento da área mediante uma dinâmica integradora, são eles: representação, circulação, disseminação e mediação da informação.

Capurro (2003), evidencia que há um processo evolutivo, mesmo que não linear, no desenvolvimento epistemológico da Ciência da Informação. Esse processo está associado ao movimento que surge de ideias embasadas em modelos fisicistas para as concepções referenciadas nas ciências compreensivas. Sendo assim, ressalta-se que as primeiras abordagens de pesquisas e estudos no âmbito da Ciência da Informação foram voltadas, essencialmente, para o paradigma físico baseado teoria da recuperação da informação e nos estudos com abordagens estatísticas e quantitativas – cuja ênfase estava na maior eficiência e precisão dos sistemas de informação, desconsiderando o papel ativo do sujeito cognoscente em todo processo informativo e comunicativo.

A partir da necessidade de situar o usuário no centro das discussões relativas à eficiência e eficácia dos sistemas de recuperação da informação, surgiram outros modelos epistemológicos nas abordagens das pesquisas realizadas nessa área do conhecimento, os quais estavam direcionados ao aspecto qualitativo da informação e os seus elementos contextuais e semânticos. Entretanto, Capurro (2003) afirma que essa fase também denominada de paradigma cognitivo, apresentava uma visão funcionalista e o sujeito passou a ser considerado apenas na sua condição psicológica, ignorando assim as suas relações com o seu meio social.

Ainda de acordo com esse autor, no paradigma cognitivo os estudos de desenvolvimento de sistemas de informação, bem como métodos e técnicas de tratamento da informação consideram o usuário exclusivamente como sujeito cognoscente, sem levar em conta a compreensão do indivíduo a partir da sua historicidade e do meio social em que está inserido.

A partir de tais posicionamentos, os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação passaram a levar em consideração o usuário do sistema de recuperação com base na sua historicidade, no seu meio social e na satisfação das suas necessidades

informacionais – constituindo assim um corpo de pesquisas cujas abordagens encontram-se ancoradas no paradigma social, em que o usuário é compreendido na sua complexidade, na sua relação com o outro e com o meio social (CAPURRO, 2003).

Com base nos paradigmas mencionados anteriormente é possível identificar, portanto, a complexidade do domínio epistemológico da Ciência da Informação, uma vez que as abordagens supracitadas se entrelaçam e apresentam as suas implicações positivas e negativas, as suas particularidades e limites, bem como as suas significativas contribuições sob enfoques distintos em pesquisas desenvolvidas na área.

Esse desenvolvimento mostra que a constituição do campo e subcampos científicos é determinada pela “estrutura das relações objetivas” delineada entre os agentes, instituições ou indivíduos (BOURDIEU, 2004, p. 29). Esses elementos instituem os limites e a leis específicas dessa estrutura e a disposição do seu capital científico, que diz respeito ao reconhecimento atribuído pelos pares no interior de um campo científico, gerando um indicador de autonomia desse campo.

No que concerne à essa observação, Souza (2011) afirma que a Ciência da Informação se configura como uma área de conhecimento em constituição, uma vez que ela tem como base o pluralismo epistemológico e o estabelecimento de um campo interdisciplinar, decorrente, em grande medida, da complexidade do seu objeto de estudo e da formação da sua comunidade científica. Complementarmente, corroboramos com os pensamentos de Oliveira (2013), quando afirma que “o que torna a Ciência da Informação relevante na contemporaneidade é a centralidade que a informação ocupa em todos os campos do conhecimento humano”.

Observamos que a complexidade do objeto de estudo da Ciência da Informação (a informação) é proveniente da multiplicidade de perspectivas situadas na compreensão do fenômeno informacional em todos os campos do conhecimento humano, o que reflete no pluralismo epistemológico e na natureza interdisciplinar dessa área do conhecimento. Isso se dá, pois a Ciência da Informação contempla estudos que promovem interseções entre os sistemas de informação e os usuários na busca da informação (NEVES; MOURA, 2002). Para tanto, a mesma dialoga com áreas do conhecimento associadas à comunicação humana de modo geral.

Uma área de estudo que apresenta relações interdisciplinares com a Ciência da Informação é a Ciência Cognitiva, a qual tem se desenvolvido nas últimas décadas através de estudos que envolvem, dentre outros elementos, os usuários e os sistemas de recuperação da informação. Mey (1992), Neves (2004) e Lima (2003) ressaltam em suas pesquisas que a

Ciência Cognitiva envolve questões que visam compreender o que é o conhecimento, como ele pode ser representado e utilizado de diferentes formas e para diferentes finalidades.

Segundo Lima (2003) a Ciência Cognitiva foi reconhecida oficialmente como área do conhecimento por volta de 1956 no Simpósio sobre Teoria da Informação realizado no *Massachusetts Institute of Technology*, em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos. Nesse evento foram apresentados trabalhos científicos de pesquisadores das Ciências Humanas e da Comunicação. Assim, o objeto de estudo da Ciência Cognitiva é a mente humana através das suas ideias, conceitos e conhecimentos, os quais se configuram como elementos associados à cognição.

Sobre a cognição, Mussen et al. (1988, p. 210) enfatiza que:

[...] se refere às atividades mentais envolvidas na aquisição, processamento, organização e uso do conhecimento. Os processos principais envolvidos no termo cognição incluem detectar, interpretar, classificar e recordar informação; avaliar ideias; inferir princípios e deduzir regras; imaginar possibilidades; gerar estratégias, fantasiar e sonhar.

Nesse segmento, percebemos que a cognição se constitui como um fenômeno complexo associado à mente humana e aos seus processos. Para Gonçalves, Oliveira e Neves (2016, p. 23) esses processos se manifestam como “um conjunto de fenômenos psicológicos que surgem na mente devido à influência de fatores internos e externos ao indivíduo”. Ainda de acordo com os autores supracitados, os fenômenos psicológicos, por sua vez, atuam como mecanismos de aprendizagem e podem ser denominados de processos cognitivos.

Correspondentemente, Lima (2003) afirma que os processos cognitivos envolvem atividades mentais como o pensamento, a imaginação, o julgamento e entre outras tarefas executadas pelos indivíduos de maneira diferente, a depender do grau de habilidade e dos conhecimentos individuais. Diante disso, a maneira como os indivíduos buscam, interpretam, organizam, recuperam, acessam e usam a informação está associada ao contexto e à maneira em que cada um deles observa o mundo, ou seja, de acordo com as estruturas dos seus conhecimentos.

Os autores Lima (2003), Neves (2006), Andalécio e Souza (2008) apresentam em suas pesquisas os principais elementos da Ciência da Informação e da Ciência Cognitiva, evidenciando as suas interseções. Em linhas gerais, esses autores verificaram que a interseção entre os dois campos do saber encontra-se fortemente presente nos estudos cujos vieses estão

atrelados à cognição no processamento técnico da informação, na recuperação e no uso da informação.

No que se refere às atividades consideradas prioritárias no processo da informação e que apresentam interseções entre a Ciência da Informação e a Ciência Cognitiva, Lima (2003) apresenta as seguintes: a) *categorização*: processo cognitivo de organização de conceitos ou objetos da cognição (como coisas, fatos e fenômenos) mediante o reconhecimento das suas semelhanças e diferenças para fins de agrupamento de entidades, propiciando a criação de um novo conhecimento; b) *recuperação da informação*: tarefa que contempla os aspectos intelectuais da representação da informação e a sua especificação para a busca, visando satisfazer uma necessidade informacional; c) *Interação Homem-Computador*: estudos associados à aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação, tendo como base o modelo da mente humana; d) *indexação*: atividade intelectual que visa a compreensão do conteúdo de um item informacional e a sua representação por meio de termos/descriptores para fins de recuperação, acesso e uso da informação.

A partir das reflexões empreendidas nesta seção, observamos que os estudos focalizados nas tarefas mencionadas anteriormente podem apresentar contribuições impreteríveis para a Ciência e para a sociedade, sobretudo em tempos de Pós-verdade-atraves de abordagens e metodologias interdisciplinares.

Para dar segmento a essas considerações, a próxima seção objetiva discutir especificamente sobre as atividades de indexação sob as lentes da Pós-verdade.

4 As atividades de indexação sob as lentes da Pós-verdade

A Ciência da Informação, devido ao seu caráter interdisciplinar é dotada de pressupostos teóricos e metodológicos basilares para a execução de diferentes atividades voltadas para a organização, o acesso e o uso da informação. Uma das principais preocupações desse campo do saber consiste em tornar a informação acessível para aqueles que dela necessitam, independente do seu formato (áudio, texto, imagem, vídeo, etc.). Para tanto, os itens/recursos informacionais necessitam passar por um conjunto de operações de armazenamento, organização e representação que condicionem a sua recuperação, acesso e uso em sistemas de recuperação da informação.

A Organização da Informação e do Conhecimento se configura como uma área de estudo na Ciência da Informação que contempla elementos teóricos,

metodológicos e práticos concernentes ao tratamento dos itens informacionais visando a sua recuperação pela comunidade de usuários. Tais Itens devem ser tratados mediante o desempenho de operações que contemplam a sua representação descritiva (operação também denominada de tratamento descritivo) e o tratamento do seu conteúdo (genericamente denominada de tratamento temático da informação ou representação temática da informação) para fins de seu acesso e uso.

Guimarães (2009, p. 106) compreende a organização da informação como “um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual)”. Nesse sentido, tais procedimentos podem se modificar em virtude dos usuários, dos contextos em que são desenvolvidos ou de acordo com os fins a que se destinam. Através desses elementos são criados os parâmetros de organização de um sistema ou unidade de informação.

A indexação é uma atividade que se encaixa nesses parâmetros e consiste em uma operação intelectual integrante do tratamento temático da informação, realizada pelo profissional da informação, que visa descrever (de maneira concisa e condensada) os conteúdos dos itens informacionais através de termos/descriptores para fins de disponibilização das informações pertinentes às necessidades dos usuários (FUJITA, 2003). Esses termos são atribuídos pelo indexador e se constituem como, ou se propõem a ser, pontos de acesso mediante os quais os materiais informacionais podem ser identificados, recuperados, acessados e utilizados pelos(as) usuários(as). A indexação, assim “[...] encaminha o leitor por vários percursos, enriquece ou confunde os possíveis olhares que serão lançados à obra”, tendo em vista que o olhar leitor do/a profissional silencia ou expõe diferentes leituras (LUCAS, 1997, p. 49).

Nesse entendimento, podemos perceber a complementaridade da indexação e do uso da informação, tendo em vista que a indexação condiciona os resultados de uma estratégia de busca e a qualidade dessa atividade reflete na recuperação, no acesso e no uso de itens informacionais. Além disso, é possível observar a importância e a imprescindibilidade do compromisso desse profissional na execução da tarefa, tendo em vista que a indexação consiste em uma atividade intelectual considerada como o limite dos aparelhos tecnológicos -uma vez que o computador, por exemplo, ainda não realiza o trabalho humano de abstrair, distinguir, compreender e assimilar o que está presente nos recursos informacionais (SANTOS, 2016).

Batley (2005, p. 23-24) ressalta que o indexador “deve possuir um bom nível de conhecimento do assunto assim como uma clara compreensão das necessidades dos usuários”. Mais que isso, é importante atentarmos a observação de Lucas (1997) quando a mesma evidência que todas as fases do processo de indexação sofrem influências de fatores linguísticos, cognitivos, lógicos e contextuais, simultaneamente, possibilitando o encontro de posições de leitura, as quais viabilizam diferentes olhares e interpretações que serão lançadas ao item informacional, em especial os olhares do profissional indexador na qualidade de leitor e de usuário da informação.

Nesse contexto, trazendo a discussão sobre a Pós-verdade, no âmbito das atividades de indexação, notamos que a preocupação de organizar informações que não condizem com a realidade, aponta um olhar peculiar para quem a representa. Pois, em tempos de Pós-verdade, uma informação falsa, no sentido de não coincidir com os fatos reais, pode ser vista como fonte importante para um indexador que acredita e compactua com as ideias apresentadas. Desse modo, levando em conta que o tratamento temático da informação é uma atividade puramente intelectual, o indexador, no momento da realização de sua atividade, pode se deixar levar a partir de suas crenças, trazendo uma espécie de negação ou cessação da verdade que até então acredita.

Manjoo (2008) apresenta em seu estudo a exposição seletiva, teoria que certifica que a pessoa (enquanto sujeito cognoscente) tende a selecionar informações associadas às suas crenças, preceitos, atitudes e comportamentos, refugando o que apresenta características contraditórias. Acreditamos que a ideia apresentada na teoria da exposição seletiva pode ser incluída nas explicações que buscam entender as implicações da Pós-verdade no hodierno contexto informacional e, sobretudo, nas atividades de indexação.

Sob as lentes da Pós-verdade o profissional da informação pode (de maneira voluntária ou intencional ou contextual) selecionar informações que não apresentam a integridade dos fatos ocorridos com vistas a disponibilizá-las para a comunidade de usuários. Seguindo essa linha de raciocínio, compactuamos com o que é destacado por Giacoia Júnior (2017)^[4], ao analisar o atual fenômeno de relativização da verdade, reflete que “informações transformaram-se em mercadorias intercambiáveis [...] razão pela qual importa menos a pretensão de validade do que a expectativa de realização de desejo que a informação venha a satisfazer”. Diante disso, destacamos a complexidade do trabalho do profissional da informação frente à poluição da mídia e de sistemas

de informação em relação às informações e notícias falsas ou “*Fake news*”, as quais modificam diretamente as relações entre a verdade e a mentira.

Conforme exposto anteriormente, uma mentira, no sentido de não coincidir com os fatos reais, pode ser elemento essencial para quem acredita, defende e vive de opiniões formadas a partir dos seus preceitos, atitudes, comportamentos, crenças, etc. Principalmente no atual cenário em que há um crescente número de informações publicadas e compartilhadas em meio digital, o que afeta no modo de agir e de pensar das pessoas. Através desse entendimento, concordamos com Dunker et al. (2017, p. 13) quando afirma-se que “a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta”.

Ademais, face ao fenômeno de relativização da verdade, o indexador enquanto sujeito cognoscente, no momento da indexação, pode empregar termos/descriptores ou que carreguem consigo *biases*^[5], termo associado ao preconceito na representação de assunto.

De acordo com Aquino e Santana (2013), atualmente os usuários ainda se “deparam com dispositivos coercitivos na prática bibliotecária que limitam o acesso e uso da informação”, os quais suprimem a verdadeira relação do usuário com o conhecimento. Esses dispositivos, por sua vez, estão vinculados às práticas de organização e tratamento da informação e, em determinados casos, podem implicar negativamente na comunicação entre a linguagem dos usuários e a linguagem dos sistemas de recuperação da informação.

Milani (2015) evidencia o risco dos instrumentos de representação da informação (como classificações bibliográficas, tesouros, ontologias e taxonomias) serem elaborados com *biases* sob duas perspectivas: em um viés negativo, deixando contemplar características que desprivilegiam grupos e temas ou contêm inclinações, desvios ou preconceitos e; em uma perspectiva positiva, tendo em vista que os direcionamentos e vieses da representação da informação têm o intuito de garantir especificidade contribuindo para a recuperação da informação por determinados grupos de usuários(as). Existem *biases* relacionadas a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos a populações diversas” (OLSON, 2002, p. 7).

Olson (2001, p. 639), destaca que as implicações práticas dessas limitações recaem sobre os(as) usuários(as) das bibliotecas e dos sistemas de recuperação da informação, “[...] em suas buscas por

informação, podem ser auxiliados ou impedidos pelo arranjo do catálogo e pela localização física dos livros”.

Portanto, corroboramos com Santos et al. (2017) quando enfatiza-se que essas reflexões se mostram imprescindíveis às perspectivas de formação do indexador, haja vista a necessidade de buscar uma linguagem que não seja excludente e questione modelos de classificação cuja inflexibilidade impede que se represente a diversidade de maneiras menos díspares. O que serve também para as reflexões voltadas para a organização da informação sobre os diversos assuntos emergentes (gênero, sexualidade, raça, etnicidade, linguagem, religião, política, etc.).

Dunket et al. (2017, p. 25) ao falar sobre Pós-verdade, apresenta um questionamento interessante e que cabe nas discussões aqui apresentadas sobre as posições de leitura do profissional indexador:

A pós-verdade justapõe dois valores antagônicos: a criatividade expressiva de cada um e a rígida conformidade a regras de obediência e adaptação. Como colocar em prática a imaginação criadora humana, promovendo a convivibilidade e as novas formas de coletividade e solidariedade, preservando as pluralidades culturais, a liberdade de pensamento e as singularidades individuais?

Ao fazermos analogia desse questionamento com as questões até então apresentadas, reafirmamos a complexidade da atividade de indexação em tempos de Pós-verdade. Essa operação está permeada por parâmetros de análise de assunto, como: a análise da informação apresentada e o seu respectivo assunto; o estabelecimento da relação do conteúdo informativo e o contexto da unidade de informação ou sistema de recuperação em que a informação está (ou será) inserida; e as diretrizes registradas na política de indexação da instituição/sistema/base de dados. Todavia, percebemos que as práticas de indexação também justapõem a dois valores antagônicos: um associado aos parâmetros de análise de assunto e outro de caráter subjetivo relacionado à criatividade, crença, preceitos, atitudes e conhecimentos prévios do indexador.

Reconfiguramos o questionamento apresentado anteriormente adaptando-o ao contexto do tratamento temático da informação junto ao fenômeno de relativização da verdade: como conciliar os parâmetros de análise de assunto e da subjetividade do indexador nas práticas de tratamento temático da informação em tempos de Pós-verdade?

Lucas (2000, p. 21) apresenta a seguinte reflexão: “Para Mário de Andrade, os Bibliotecários têm o mérito de escolher no mistério dos livros uma verdade, ainda que com arbitrariedade e, eu diria,

Santos, Raimunda Fernanda dos; Silva, Jefferson Higino da; Albuquerque, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; Oliveira, Henry Poncio Cruz de. Implicações da Pós-verdade na indexação de recursos informacionais. *Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas*, 2019.

indeterminação”. Essa verdade está assentada em diretrizes, metodologias, produtos e instrumentos que são ferramentas de trabalho do indexador (tesauros, cabeçalhos de assunto, políticas de indexação, etc.). Portanto, para a autora esse é o discurso que sustenta a verdade do indexador.

Em analogia às reflexões expostas nesta seção, apresentamos a seguir uma fábula sobre seis sábios hindus:

Uma vez, seis sábios hindus se reuniram, curiosos para saber como era um elefante. Sofrendo de cegueira, eles decidiram ir em busca do dito paquiderme para pôr fim às suas dúvidas. Após uma longa viagem, eles encontraram um enorme e manso elefante. Cada um dos sábios se aproximou do animal, disposto a tocá-lo. O primeiro acariciou sua tromba, que logo comparou com uma serpente. O segundo tocou suas presas, o que o fez pensar em uma lança. O terceiro passou a mão no peludo rabo, dizendo que se tratava de uma vassoura. Assim, seis diferentes descrições do mesmo animal foram dadas nesta tarde. Todos pensaram conhecer o real aspecto do elefante, sem entrarem em acordo. Ao trocar de posições, perceberam que havia mais de uma verdade para realmente conhecer o animal (GOOCH, 2017, p. 14).

O objetivo desta breve fábula consiste em ilustrar que a noção sobre a verdade e a sua busca são atividades complexas. A verdade requer a análise dos fatos de maneira objetiva, a argumentação de evidências, algumas exigências de grande valor, que profissionais de qualquer área devem saber conservar (GOOCH, 2017). Em consonância, essa reflexão se enquadra nas práticas de tratamento temático da informação cujo caráter subjetivo viabiliza o encontro de posições de leitura do indexador através de diferentes olhares e interpretações lançadas às informações.

5 Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que os aspectos associados à cognição são complexos e interferem, por exemplo, na maneira como um sujeito realiza o tratamento temático de informações que contém fatos distorcidos, haja vista a sua capacidade de gerar diversas significações – fazendo sentido para que os compactuam através dos seus preceitos, atitudes, comportamentos, crenças, etc.

Nesta pesquisa discutimos acerca das implicações da Pós-verdade nas práticas de indexação de recursos informacionais, refletindo sobre os principais fatores (linguísticos, cognitivos, lógicos, morais, políticos, contextuais, institucionais, etc.) influenciadores para o advento de implicações positivas e negativas no processo de indexação no atual contexto informacional.

Face ao fenômeno de relativização da verdade, bem como do crescente número de informações publicadas

e da transitoriedade da informação em meio digital, as abordagens e questionamentos apresentados nesta pesquisa se tornam complexos e devem ser levados em consideração nos estudos interdisciplinares da Ciência da Informação para fins de criação e implementação de práticas, metodologias, processos, produtos e serviços nos cenários informacionais.

Notas

- [1] Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.
- [2] Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/>. Acesso em: 13 maio 2019.
- [3] Disponível em: <http://bases.eci.ufmg.br/peri.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.
- [4] Documento online, não paginado.
- [5] De acordo com o *Oxford English Dictionary* (2012 apud MILANI, 2015, p.4), “o termo *bias* vem do francês *biais* do século 14 com o sentido de “obliquo, obliquidade”, passando pelo provençal *biais* (comparado ao *biais* advindo do antigo catalão e *biaise* ou *biase* no moderno). [...] Em italiano, o termo *s-biescio* tem o sentido de “obliquo, torto”. Enquanto verbo, *bias* pode significar: influenciar, inclinar, tender a ou direcionar, desviar ou afetar”.

Referências

- ANDALÉCIO, A. L.; SOUZA, R. R. Ciência Cognitiva e Ciência da Informação: paralelos. *Inf. Inf.*, Londrina, v.13, n.1, p.72-80, jan./jul. 2008.
- AQUINO, T. Sobre a Verdade. In: _____. **Verdade e conhecimento**. Sel., trad. e introd. de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.
- BASE PERI. 2018. Disponível em: <http://bases.eci.ufmg.br/peri.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BATLEY, S. **Classification in theory and practice**. Oxford: Chandos, 2005.
- BORKO, H. Information Science: whats is it? *American documentation*, v.19, n.1, p.3-5, jjan. 1968.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação.

- In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- DUNKER, C. et al. **Ética e Pós-Verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: http://server01.bc.unicamp.br/revbib/artigos/art_5.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.
- GARCIA, F. A. Filosofia e Verdade. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.23, n.1, p.251-255, 2001. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2799>. Acesso em: 13 maio 2019.
- GIACOIA JÚNIOR, O. E se o erro, a fabulação, o engano revelarem-se tão essenciais quanto a verdade?. **Folha de São Paulo**, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859994-e-se-o-erro-a-fabulacao-o-engano-revelarem-se-tao-e-essenciais-quanto-a-verdade.shtml>. Acesso em: 13 maio 2019.
- GOOCH, A. No Pós das Verdades. **Revista UNO**, [S.l.], v.1, n.27, 2017. Disponível em: <https://www.revista-uno.com.br/numero-27/no-pos-das-verdades/>. Acesso em: 13 maio 2019.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de Tratamento Temático da Informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **IBERSID**, [S.l.], v.3, n.1, 2009.
- HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Disponível em: https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 13 maio 2019.
- KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v.15, edição especial, p.7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1458>. Acesso em: 13 maio 2019.
- LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n.1, p.77-87, jan./abr. 2003.
- LUCAS, C. R. Biblioteconomia: produção e administração da interpretação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.26, n.1, p.46-53, jan./abr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000100007. Acesso em: 13 maio 2019.
- LUCAS, C. R. **Leitura e interpretação em Biblioteconomia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- MANJOO, Farhad. **True Enough: Learning to live in a post-fat society**. John Wiley & Sons: New Jersey, 2008.
- MEY, M. *The cognitive paradigm: na integrated understanding of scientific development* Chicago : University of Chicago, 1992.
- MILANI, S. O. *Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. **Brazilian Journal Information**, v.9, n.1, p.1-18, 2015. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5213/3665>. Acesso em: 13 maio 2019.
- MUSSEN, P. H. et al. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harbra, 1988.
- NEVES, D. A. B. Aspectos metacognitivos na leitura do indexador. 2004. 130f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- NEVES, D. A. B. Ciência da Informação e Cognição Humana: uma abordagem do processamento da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.35, n.1, p.39-44, jan./abr. 2006.
- NEVES, D. A.; MOURA, M. A. Ciência da informação, semiótica e cognição: interseções. **Athos & Ethos**, v. 2, p. 175-198, 2002.
- OLIVEIRA, H. P. C. **Arquitetura da Informação Pervasiva: contribuições conceituais**. 2013. 202f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2013.
- OLSON, H. A. “The power to name: representation in library catalogs.” **Journal of Women in Culture and Society**, v. 26, n.1, p.639-68, 2001.
- OLSON, H. A. **The power to name: Locating the limits or subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.
- PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOS, R. F. dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)**. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17218>. Acesso em: 13 maio 2019

SANTOS, R. F. et al. A representação colaborativa da informação e a construção de linguagens documentárias sobre diversidade de gêneros: análise das contribuições do Dicionário de Gêneros – “só quem sent epode definir”. In: ENCONTRONACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017. Marília, SP. **Anais eletrônicos**[...]. Marília, SP: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENACIB/paper/viewFile/428/852>. Acesso em: 13 maio 2019.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 13 maio 2019.

SEGURA, C. **La dimensión reflexiva de la verdad:** Una interpretación de Tomás de Aquino, 1992, Eunsa, Pamplona.

SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação:** dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID8P2JNH/epistemologia_interdisciplinar_edivanio.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

ZARZALEJOS, J. A. Comunicação, Jornalismo e ‘Fact-checking’. In: LLORENTE; CUENCA. **A Era da Pós-Verdade:** realidade versus percepção. [S.l.]: UNO, 2017. p.11-13.

A Organização do Conhecimento como domínio de estudo da Ciência da Informação: uma reflexão a partir dos aspectos epistemológicos

The Knowledge Organization as domain of study of Information Science: a reflection from the epistemological aspects

Raimunda Fernanda dos Santos (1), Dulce Amélia de Brito Neves (2), Edivanio Duarte de Souza (3)

(1) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Pedro Calmon, nº 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 21941-901, fernanda@facc.ufrj.br (2) Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58051-900, damelia1@gmail.com. (3) Universidade Federal de Alagoas, Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió, Alagoas, Brasil, CEP 57072-900, edivanio.duarte@ichca.ufal.br.

Resumo

A Organização do Conhecimento se apresenta como domínio de estudo e ganha espaço no campo da Ciência da Informação não apenas como uma atividade pragmática, mas se amplia como campo que contempla estudos teóricos e aplicados com a finalidade de tornar mais acessível o uso e a apropriação do conhecimento produzido. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva destacar aspectos epistemológicos da Organização do Conhecimento como domínio de estudo da Ciência da Informação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória pautada na revisão integrativa de literatura que contempla elementos epistemológicos da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação. Enfatiza que a Organização do Conhecimento apresenta base ontológica, teologia subjacente, consenso epistemológico e semântica social, que incitam a pesquisa, o desenvolvimento e as aplicações de Sistemas de Organização do Conhecimento, bem como os estudos dos aspectos filosóficos e semânticos relacionados à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento. A Organização do Conhecimento também apresenta uma forma geopolítica de semântica social, segundo a qual os seus pesquisadores trabalham em conjunto globalmente e a diversidade geográfica não impede a coerência do domínio. Conclui enfatizando a importância da Epistemologia para a Organização do Conhecimento, haja vista que ela se configura como uma ferramenta essencial que possibilita medir ou expressar as fronteiras desse domínio que se estende desde o contexto racional ao experimental, do teórico ao aplicado e do humanístico ao científico.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Epistemologia.

Abstract

The Knowledge Organization presents itself as a domain of studies and gains space in the field of Information Science not only as a pragmatic activity, but broadens as a field that contemplates theoretical and applied studies with the purpose of making the use and appropriation of the knowledge produced. In this sense, this research aims to highlight epistemological aspects of the Knowledge Organization as a domain of study of Information Science. For this, a bibliographic and exploratory research was conducted based on the integrative review of literature that contemplates epistemological elements of the Knowledge Organization and Information Science. It emphasizes that the Knowledge Organization presents an ontological basis, underlying theology, epistemological-logical consensus and social semantics that incite the research, development and applications of Knowledge Organization Systems, as well as the studies of the philosophical and semantic aspects related to conceptual organization and the dynamics of knowledge. The Knowledge Organization also presents a geopolitical form of social semantics, according to which its researchers work together globally, and geographic diversity does not impede the coherence of the domain. It concludes by emphasizing the importance of Epistemology for the Knowledge Organization, since it is configured as an essential tool that makes it possible to measure or express the frontiers of this domain that extends from the rational to the experimental context, from theoretical to applied and from the humanistic to the scientific.

Keywords: Information Science; Knowledge Organization; Epistemology.

1 Introdução

O aumento exponencial do volume da informação e o advento das novas formas de registrá-la, sobretudo a partir da metade do século passado, culminaram na complexidade do trabalho de identificação e acesso à informação. Tornar as informações acessíveis para os usuários que delas necessitam constitui-se uma das preocupações centrais da Ciência da Informação.

Os processos de organização do conhecimento

associados às práticas e técnicas de representação contribuíram para o advento de um campo de estudo denominado Organização do Conhecimento, essencial no contexto da Ciência da Informação, na medida em que representa grande parte de suas pesquisas teóricas e instrumentais. Para que os registros do conhecimento sejam recuperados, é necessária a realização de um conjunto de procedimentos que visam facilitar o seu acesso e uso pelas gerações atual e futura. Trata-se de um domínio de estudo estratégico que aponta para perspectivas diversas, sobretudo, para os desafios

acerca dos diferentes processos informacionais, considerando a complexidade que envolve a relação entre a informação, os usuários e as condições de mediação da informação.

Os avanços nessa perspectiva de atuação requerem a reflexão acerca das possíveis articulações de discursos sobre possibilidades e condições de processos informacionais, que integram diferentes domínios de estudos. Com efeito, para González de Gómez (2001, p. 6), a epistemologia consiste no

[...] estudo das possibilidades, origem, natureza e extensão do conhecimento humano. Indaga, assim, pelas condições e possibilidades do conhecimento, enquanto o especificam como conhecimento legítimo ou verdadeiro, ou, no quadro conceitual ocidental, como conhecimento científico.

A epistemologia é um importante componente dos estudos do domínio da Organização do Conhecimento, uma vez que se configura como a ciência do próprio conhecimento, ou seja, a investigação autoconsciente do conhecimento. Sendo assim, o presente trabalho objetiva refletir sobre alguns aspectos epistemológicos da Organização do Conhecimento como domínio de estudo da Ciência da Informação. Os estudos epistemológicos da Ciência da Informação, portanto, contribuem significativamente para a análise dos rumos e das transformações históricas desse campo e da informação em suas diversas acepções conceituais e em seus processos.

Ademais, considera-se que os processos de organização do conhecimento, associados às práticas e técnicas de representação dos registros, contribuíram para o advento da Organização do Conhecimento como domínio de estudos teóricos e aplicados essenciais no contexto da Ciência da Informação.

Destarte, quanto ao seu objetivo e obtenção de informações, este estudo caracteriza-se, respectivamente, como uma pesquisa exploratória e bibliográfica pautada em revisão integrativa de literatura que contempla aspectos epistemológicos da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação.

Em linhas gerais, entende-se que esta pesquisa é relevante para esta área, uma vez que contribui com reflexões e diálogos sobre epistemologia e Organização do Conhecimento, no intuito de pensar diversas abordagens deste domínio, as quais vão do empírico ao racional. Outrossim, este estudo traz contribuições para a área, haja vista a carência de estudos no Brasil que evidenciem discussões sobre aspectos epistemológicos de Organização do Conhecimento como campo de estudo essencial na Ciência da Informação. Essa constatação pode ser observada nos resultados de buscas em bases de dados que agregam as produções científicas dessa área do conhecimento como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) [1] e a Base PERI [2]. Tratam-se de bases de dados

especializadas que indexam e divulgam a produção científica na área de Ciência da Informação, mantidas, respectivamente, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2 O Campo da Ciência da Informação: aspectos epistemológicos

Em que pesem a diversidade de fatos que constituem a história da Ciência da Informação e, principalmente, a pluralidade de estudos e abordagens apresentada na historiografia deste campo, é importante considerar os esforços realizados em torno da integração disciplinar como elemento indispensável à melhor compreensão das condições epistemológicas em torno deste domínio de estudo.

Em um esforço de síntese, tomando como referência as conferências realizadas no Instituto de Tecnologia de Geórgia, nos Estados Unidos, na segunda metade do século passado, Borko (1968, p. 3, tradução nossa) afirma que

A Ciência da Informação é uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso.

Esse conceito contempla um viés epistemológico e cognitivo, objetivando interligar a informação e os fluxos, a acessibilidade e o uso. Além disso, evidencia a necessidade de investigar o processo de Organização da Informação, tanto no sistema natural quanto no artificial.

Ainda no que concerne à dedicação da Ciência da Informação aos processos informacionais, Borko (1968, p. 3, tradução nossa) evidencia que essa área se dedica ao “[...] corpo de conhecimentos relacionado à coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação [...]”, que resulta no delineamento de ações investigativas técnicas e científicas dessa área do conhecimento como campo científico. Além das atividades supracitadas, é possível incluir outros processos que integram o corpo de conhecimento dessa área mediante uma dinâmica integrativa tais como representação, circulação, disseminação e mediação da informação.

Reconhecendo a atualidade e a força epistemológica do conceito apresentado por Borko (1968), Souza (2011, p. 149) destaca que

No processo de delimitação da informação como objeto de estudo, as propriedades e a sua estrutura têm grande importância, na medida em que a definição destas se apresenta como critério de especificação do domínio epistemológico a que o campo se dedica.

À guisa de exemplo este autor ressalta que, ao definir as propriedades da informação relativas à sua natureza

semântica, são delimitadas possibilidades associadas a tratamento, organização, disponibilização, transferência/disseminação, recuperação, acesso e uso da informação. Tais propriedades, por sua vez, também condicionam as conexões interdisciplinares por intermédio da definição de conceitos e do delineamento de teorias e metodologias utilizadas.

As atividades elencadas anteriormente contribuem para o êxito de outros processos informacionais. Também a título de exemplos, os processos de organização e representação do conhecimento são cruciais para pensar a recuperação, o acesso e o uso da informação. Partindo da necessidade de delimitação do contexto em que os diversos processos informacionais são pensados e executados, torna-se fundamental abordar, mesmo que brevemente, as condições epistemológicas que vem sendo historicamente abordadas no campo da informação. Diferentes autores, como Buckland (1991), Capurro (2003) e Le Coadic (2004), já realizaram este exercício epistemológico.

Nesse horizonte, Capurro (2003) evidencia que há um processo evolutivo, não linear, no desenvolvimento epistemológico da Ciência da Informação, o qual está associado ao movimento que parte de ideias embasadas em modelos fisicistas a concepções referenciadas nas ciências compreensivas. As primeiras concepções de pesquisas e estudos no âmbito da Ciência da Informação foram voltadas essencialmente para o paradigma físico baseado na teoria da recuperação da informação e nos estudos com abordagens estatísticas e quantitativas – cuja ênfase estava na maior eficiência e precisão dos sistemas de recuperação da informação. Para esse autor, a Teoria da Informação de Claude Shannon e Warren Weaver, e a Cibernética de Nobert Wiener, se configuram como principais referenciais teórico-metodológicos da epistemologia fisicista.

Na Ciência da Informação, o paradigma físico apresenta caráter superficial e limitado, uma vez que desconsidera o papel ativo do sujeito cognoscente, usuário da informação, não apenas no processo de recuperação da informação, mas em todo processo informativo e comunicativo. Nesse contexto, trata-se exclusivamente do sujeito receptor de um objeto físico transferido do sujeito receptor de um objeto físico transferido por um emissor (CAPURRO, 2003). Sendo assim, ainda para esse autor, o paradigma físico fundamenta-se e ganha coerência quando está associado às práticas biblioteconômicas e documentárias, haja vista que tais atividades consideram os objetos informacionais como algo tangível/palpável.

Capurro (2003) ainda destaca que o valor informativo da “informação-como-coisa” discutida por Buckland (1991) não corresponde ao objeto físico propriamente dito ou a quaisquer de suas propriedades, limitando-se ao paradigma fisicista, mas diz respeito a um predicado

conferido pelo sujeito cognoscente através de um processo interpretativo.

Em uma abordagem crítica, Shera e Cleveland (1977) observam que alguns cientistas da informação compreendem a importância da Teoria Matemática da Informação, notadamente nas discussões acerca dos sistemas de recuperação da informação. O ponto crítico se encontraria, para os autores, na aplicação fora de seu campo de validade.

Na década de 1970, ocorreu um redirecionamento das reflexões e dos estudos na Ciência da Informação no sentido de colocar o sujeito usuário da informação no centro das discussões relativas à eficiência e à eficácia dos sistemas de recuperação da informação. A partir daí, surgiram outros modelos epistemológicos nas abordagens das pesquisas realizadas na Ciência da Informação, cuja ênfase passou a ser direcionada ao aspecto qualitativo da informação e aos seus elementos contextuais e semânticos. Entretanto, de acordo com Capurro (2003), essa fase denominada de paradigma cognitivo apresentava uma visão funcionalista, tendo em vista que o sujeito passou a ser considerado apenas na sua condição psicológica, ignorando, assim, as diversas relações estabelecidas com o meio social e, particularmente, com o contexto em que está inserido.

Esse paradigma tem como fundamento a Teoria dos Estados Anômalos do Conhecimento proposta por Nicholas J. Belkin. Situando o sujeito no processo informacional, Belkin (1980) explica que a busca da informação tem origem em uma necessidade de informação que surge em decorrência do estado anômalo do conhecimento em que se encontra o sujeito, estado esse provocado pela insuficiência de conhecimento para resolução de problema objeto de discussão.

Os limites do paradigma cognitivo se apoiam precisamente no entendimento de considerar a informação como algo separado do usuário, localizado em um mundo numérico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado as condicionantes sociais e materiais do existir humano (CAPURRO, 2003).

Capurro (2003) ressalta que no paradigma cognitivo os estudos de desenvolvimento de sistemas de informação, bem como dos métodos e técnicas relativas ao tratamento da informação, consideram o usuário exclusivamente como sujeito cognoscente, sem levar em conta a compreensão do usuário a partir da sua historicidade e do meio social em que está inserido.

A eficiência dos sistemas de recuperação da informação, nesse contexto, é condicionada, entre outros elementos, pelo tratamento e organização da informação, que resulta em melhores coeficientes de recuperação, denominados de revocação e precisão.

Por outro lado, desconsidera variáveis contextuais e qualitativas como critérios de relevância, sobretudo, no universo da significação, na medida em que busca uma linguagem ideal centrada em controle de vocabulários e definição de medidas de extensão na representação, tais como aquelas usadas nas análises e nas sínteses da informação, a especificidade e a exaustividade.

A partir dessas críticas, emergem estudos que consideram o usuário do sistema de recuperação com base na sua historicidade e na satisfação de suas necessidades informacionais, constituindo um corpo de pesquisas cujas abordagens encontram-se ancoradas no paradigma social, que, como aponta Capurro (2003), considera o usuário na sua complexidade, na sua relação com o outro e com o meio social.

Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo. Uma base de dados bibliográfica ou de textos completos tem caráter eminentemente polissêmico ou, como também poderíamos denominar, polifônico. Os termos de um léxico não são algo definitivamente fixo.

Isso significa, em outras palavras, uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância (CAPURRO, 2003).

Com base nesses paradigmas, é possível identificar a complexidade presente no estabelecimento do campo epistemológico da Ciência da Informação, levando em conta que essas abordagens se entrelaçam e apresentam as suas implicações positivas e negativas, suas particularidades e limites, bem como as significativas contribuições sob enfoques específicos e distintos em pesquisas desenvolvidas na área.

É importante aqui considerar os ensinamentos de Bourdieu (2004) para quem a constituição de campos e subcampos científicos é determinada pela “estrutura das relações objetivas” delineada entre agentes, instituições e indivíduos, que instituem os limites, as regulações específicas dessa estrutura e a disposição do seu capital científico. Essa estrutura do campo tem sua dinâmica respaldada, em grande medida, pelo capital científico que diz respeito ao reconhecimento atribuído pelos pares no interior de um campo científico gerando um indicador de autonomia desse campo.

Em síntese, em uma perspectiva epistemológica, a Ciência da Informação se configura como uma área de conhecimento em processo constante de constituição e reformulação, uma vez que tem como base o pluralismo epistemológico e a intenção do estabelecimento de um campo interdisciplinar, decorrente, em grande parte, da complexidade do seu

objeto e da formação plural de sua comunidade científica (SOUZA, 2011).

Nesse ponto de discussão, é importante considerar as ponderações de Souza (2011) sobre as condições disciplinares desse campo científico. A rigor, em uma perspectiva epistemológica, deve-se procurar definir o domínio de estudo da Ciência da Informação entre a pluralidade de abordagens, teórica e metodológica, e a unidade integrativa, que caracteriza a relativa autonomia disciplinar.

Malgrado ao pluralismo que caracteriza o estatuto epistemológico da Ciência da Informação, Kobashi e Tálamo (2003) destacam que a Ciência da Informação se constitui em uma área tradicionalmente vinculada ao tratamento e à difusão de conteúdos transformados em informação organizada.

A informação, que antes era dita como estoque a ser preservado e tinha seus estudos calçados unicamente nas formas de registro segundo os parâmetros do conhecimento científico, é tomada agora no seu sentido dinâmico (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 11).

O pensamento das autoras conduz à reflexão realizada por Silva (2006) acerca da transição da visão custodial e patrimonial, que considera a guarda, conservação e restauração como função básica da atividade dos profissionais da informação, para uma visão pós-custodial e aberta das unidades de informação dominada pela busca incessante dos conteúdos informacionais.

Além disso, possibilita refletir sobre a importância das abordagens do paradigma social sob o viés da informação como fenômeno humano e social. O fato é que, mais do que nunca, os processos de organização e circulação dos registros do conhecimento assumem importância social, determinando que a sua distribuição e a sua recuperação sejam consideradas como questões sociais, políticas e econômicas. Trata-se de abordar a informação a partir de seus critérios de validade, inteligibilidade e finalidade que, em última análise, redirecionam todos os processos que a envolve.

Tomando como referência Bourdieu (2004), para quem o domínio consiste em uma propriedade específica de um campo, torna-se necessário refletir acerca da Organização do Conhecimento como domínio de estudo no campo da Ciência da Informação.

3 A Organização do Conhecimento como domínio de estudo no campo da Ciência da Informação

O processo de classificar está intimamente relacionado à intenção de expor as ideias em uma configuração lógica e organizada. Nesse sentido, as construções lógicas e de categorização refletem a estrutura do conhecimento “[...] que por séculos os estudiosos

tencionam representar desenvolvendo sistemas de organização do conhecimento [...]”, através das escolas de saber, mediante orientação do estatuto da essência filosófica (MARTINS, 2014, p. 77).

Para Pombo (1998, p. 1), ao classificar, nos orientamos quanto ao mundo em que vivemos e passamos a

[...] estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente.

Dessa forma, as classificações têm a intenção de “[...] compreender e ordenar a variedade que nos rodeia.” (POMBO, 1998, p. 2).

Em consonância de evidências, Foucault (2007) questiona a proveniência do hábito humano de distribuir elementos diferentes e similares, levando em consideração que não é um processo de ligar, uma vez que essa atividade é inerente à prática de aproximar e isolar, averiguar, ajustar e encaixar conteúdos concretos, buscando sempre uma ordenação entre eles.

De fato, não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério. (FOUCAULT, 2007, p. 15).

A construção do conhecimento está intimamente relacionada à análise e à síntese, objetivando a classificação, descrição e interpretação de uma determinada realidade resultando no processo de organização. Tais procedimentos constituem, por sua vez, um processo cognitivo humano realizado através das representações da mente/cérebro do sujeito cognoscente e viabilizam a construção do conhecimento do que é captado por meio da experiência sensorial e prática de cada indivíduo. Historicamente, “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou.” (SANTOS, 1988, p. 50).

Os esquemas de classificações filosóficas e bibliográficas refletiram (e ainda refletem) as relações entre a humanidade e o domínio do conhecimento evidenciando a “[...] preocupação do homem em organiza o conhecimento, no intuito de categorizar ideias e fornecer subsídios à perpetuação da memória social.” (GUIMARÃES; DODEBEI, 2002, p. 12).

Shera (1957) considera que as classificações bibliográficas não objetivam apenas organizar livros nas estantes das bibliotecas, pois elas também refletem na estruturação do pensamento. O conhecimento pode abranger o que podemos discernir logicamente e o que podemos observar em uma determinada realidade através da linguagem.

A linguagem se configura como um objeto de estudo

de diversas disciplinas como Comunicação, Filosofia, Sociologia, Linguística, Ciências Cognitivas, Psicologia, Ciência da Informação, entre outras áreas, e é conceituada como estrutura lógica formal e abstrata de todas as línguas (MARTINS, 2014). Esse aspecto multifacetado da linguagem desafia aqueles que se propõem a discuti-la na Ciência da Informação sob o viés da Organização do Conhecimento por meio dos estudos de representação e classificação, bem como do estudo dos aspectos filosóficos e semânticos da estrutura do conhecimento.

Na Ciência da Informação, a terminologia (ou estudo dos termos) contribui para os estudos de Organização do Conhecimento, na medida em que são adotadas teorias linguísticas, noções de lógica e de fundamentos filosóficos para a representação do conteúdo dos itens informacionais e para o desenvolvimento de linguagens documentárias/vocabulários controlados como tesouros [3], listas de cabeçalhos de assunto, ontologias [4] e taxonomias [5]. Esses instrumentos de tratamento da informação se constituem como sistemas de organização do conhecimento que auxiliam na representação e recuperação da informação, materializando domínios específicos do conhecimento.

O estabelecimento de conexões entre as disciplinas supracitadas, portanto, viabilizam o desenvolvimento de estudos que promovem uma efetiva representação e recuperação dos registros do conhecimento, uma vez que os conceitos estabelecidos formam uma rede de relações lógicas que objetiva representar o conhecimento de uma determinada especialidade ou domínio específico em um sistema.

A Organização do Conhecimento parte não somente da perspectiva cognitiva individual, pois objetiva também agrupar indivíduos e objetos a partir de categorias culturalmente adquiridas, considerando as suas semelhanças, com base nas representações sociais vivenciadas e compartilhadas através de uma organização e uma sequência lógica. Diante do exposto, a Organização do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, na direção do entendimento de Saracevic (1995), adquire as características próprias da área por constituir o seu corpo científico e compartilhar de sua natureza, bem como de suas tendências nas relações interdisciplinares.

Martins (2014) destaca a Organização do Conhecimento como subdisciplina na Ciência da Informação desenvolvida inicialmente a partir de práticas da Biblioteconomia e da Documentação, mediante a sistematização dos processos classificatórios, até se constituir em uma disciplina científica. Os registros históricos evidenciam que os estudos associados à Organização do Conhecimento caracterizam-se como atividades inicialmente realizadas na Biblioteconomia e na Documentação e, posteriormente, na Ciência da Informação. Sob esse

viés, faz-se necessário evidenciar a sua essência etimológica e epistemológica junto a essas duas áreas.

Ao discutir a constituição do campo científico e a delimitação do objeto de estudo da Ciência da Informação, Souza (2011, p. 118) pondera:

O fato é que, embora essas questões se apresentem de forma sublinhada a partir da segunda metade do século XX, a história da preocupação com o tratamento e a organização do registro do conhecimento remonta a antiguidade clássica com as bibliotecas. Mas em algum momento da história, parte dos afazeres biblioteconômicos se transformara em práticas bibliográficas, que, por sua vez, resultaram em questões documentárias e, desse conjunto, ampliaram-se para problemas e soluções informacionais.

Na trilha da definição disciplinar da Ciência da Informação, Souza (2011) esclarece que a história dos registros do conhecimento e dos processos de tratamento, organização e recuperação ampliou-se e diversificou-se. Entretanto, tais fatos não se apresentam de forma sistemática, linear e facilmente compreensível como parece em uma primeira aproximação, levando, principalmente, em consideração a complexidade e o advento de novos e diversos suportes, processos, tecnologias, campos de conhecimento e profissionais, que podem ser envolvidos em diversas combinações.

Segundo Martins (2014), com o advento das tecnologias de informação e comunicação, a Ciência da Informação constituiu a especialidade em Organização e Representação do Conhecimento, que se institucionalizou como uma área de pesquisa e se tornou o cerne dessa Ciência. A Organização do Conhecimento conquista espaço não apenas como uma atividade pragmática, mas se amplia como domínio que contempla estudos teóricos e aplicados que objetivam tornar possível o uso e a apropriação do conhecimento produzido. A autora ainda enfatiza que, em todo o percurso evolutivo, as atividades científicas ou pragmáticas relativas ao tratamento e à organização dos registros do conhecimento até firmarem-se como “Organização do Conhecimento”, designação adotada atualmente, receberam distintas definições, dentre as quais, destacam-se “Documentação” (OTLET, 1934), “Controle Bibliográfico” (EGAN; SHERA, 1949), “Organização Bibliográfica” (EGAN; SHERA, 1952), “Organização da Informação” (AMERICAN DOCUMENTATION, 1950 *apud* ZANDONADE, 2003), “Ciência da Documentação” (LOPEZ YEPES, 1978) e “Organização do Conhecimento” (DAHLBERG, 2006).

As expressões “Representação do Conhecimento”, “Organização do Conhecimento”, “Representação da Informação”, “Organização da Informação”, “Organização e Representação do Conhecimento” e “Organização e Representação da Informação” são denominações utilizadas na literatura da área de Ciência da Informação. Essa complexidade é

vislumbrada em suas essências, dada à dimensão conceitual que se pressupõe nas suas definições. Tais termos não apresentam o mesmo significado, uma vez que possibilitam conotações bastante amplas, além de apresentarem autonomia semântica entre si. Todavia, conforme Brascher (2012), as expressões elencadas anteriormente apresentam um grau de similaridade, na medida em que configuram os processos centrais e vitais de uma cadeia informacional.

Guimarães (2009, p. 1) afirma que, no âmbito das atividades que visam à organização da informação, dois universos se descortinam:

[...] o primeiro, ligado ao acesso aos documentos e o segundo, de natureza mais complexa, voltado para o acesso ao conteúdo informacional, genericamente denominado de tratamento temático da informação [...].

O último é também designado por representação temática da informação na literatura da área.

O registro do conhecimento pode ser tratado em seu todo, considerando tanto as operações que contemplam a descrição física (tratamento descritivo ou representação descritiva), como a descrição do conteúdo temático (tratamento temático ou representação temática), haja vista que na diferenciação entre a forma e o conteúdo “[...] reside a busca de *o que* (materialização) e do *sobre o que* (teor) que convivem no âmbito do documento.” (GUIMARÃES, 2009, p. 1, grifo nosso).

As operações de representação descritiva estão pautadas no objeto físico, limitando-se ao paradigma fisicista, tendo em vista que contemplam a descrição física dos recursos para fins de recuperação, acesso e uso da informação. Ao contrário, as operações de representação temática consistem na ação de descrever um recurso em relação ao seu conteúdo por meio de termos, também denominado palavras-chave ou descritores atribuídos pelo indexador (sujeito cognoscente que realiza um processo interpretativo e descritivo), que exercem a função de pontos de acesso mediante os quais o registro do conhecimento é identificado e recuperado.

Para Guimarães (2008), o tratamento temático da informação integra os processos de organização do conhecimento e possui bases epistemológicas alicerçadas sob três vertentes teóricas, que se constituíram e se consolidaram historicamente em diferentes partes do mundo, quais sejam, a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de matriz norte-americana, a indexação (*indexing*) de matriz inglesa e a análise documental (*analyse documentaire*), de matriz francesa. Tais vertentes teóricas contribuem para a construção das bases epistemológicas da área de tratamento temático da informação visando à consolidação de teorias e metodologias no domínio da Organização do Conhecimento.

Esse autor ainda destaca três principais momentos constitutivos da Organização do Conhecimento como domínio de estudos, que são representados em atividades ligadas à arte, à técnica e à busca por metodologias. No primeiro momento, a abordagem da informação orientou-se pela habilidade artística e pelo bom senso aplicado a um processo altamente intuitivo, levando em conta a ausência de temáticas estabelecidas para fins de execução das atividades de representação. No segundo momento, as operações de tratamento temático são pautadas no uso das técnicas empregadas a partir do século XIX referenciadas pela estrutura de notações decimais de Dewey, indexação alfabética de assuntos (desenvolvida por Cutter), classificação da Biblioteca do Congresso Americano (empregava o princípio da garantia literária) e os sistemas de indexação Unitermo e KWIC. Estes exigiram o emprego de regras claras, notadamente, em bibliotecas. No terceiro momento, as atividades estão associadas ao tratamento temático automatizado e à necessidade de elaboração de bases científicas, sobretudo, nos Estados Unidos e na Europa, visando à construção de métodos e teorias para o desenvolvimento dos procedimentos de organização.

A construção teórica e o desenvolvimento da Organização do Conhecimento, por conseguinte, resultaram em três elementos importantes inerentes às práticas desse domínio, a saber, os processos, os produtos e os instrumentos. Esses elementos foram sistematizados e direcionam as pesquisas e as bases disciplinares do domínio. Os processos estão diretamente relacionados às atividades de análise, condensação e representação. Os produtos, por sua vez, estão associados aos documentos que facilitam a busca e a recuperação dos registros do conhecimento em áreas especializadas do conhecimento (resumos, Catálogos Online de Acesso Público- OPAC's, índices, etc.). De outro modo, os instrumentos são as ferramentas de controle terminológico que visam à padronização da representação dos conteúdos dos documentos, tais como os cabeçalhos de assunto, as classificações bibliográficas, os tesouros, as ontologias e as taxonomias (GUIMARÃES, 2008).

O tratamento temático, mediante o uso de processos, produtos e instrumentos desenvolvidos, consiste em uma tarefa indispensável para a recuperação, o acesso e o uso dos registros do conhecimento pela geração hodierna e futura. Nesse entendimento, a Organização do Conhecimento ganha espaço como reflexão e produção teórica no âmbito da Ciência da Informação.

Pinho (2009) ressalta que, através da sociedade científica internacional responsável pela área de Organização do Conhecimento, a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), fundada em 1989, a produção teórica e o universo investigativo da área têm se configurado como domínio científico que proporciona interlocuções em nível internacional

reconhecendo-a como um dos marcos conceituais essenciais da Ciência da Informação. Ingetraut Dahlberg, sua fundadora, decidiu criar uma sociedade voltara para a área em que a Organização do Conhecimento teria uma abordagem ampliada, no intuito de investigar o conhecimento mediante uma melhor compreensão das suas características organizacionais, representativas e descritivas, bem como sua aplicação a partir do acesso e do uso desse conhecimento (PINHO, 2009).

A Organização do Conhecimento tem como objetivo estudar “[...] os objetos e as atividade da teoria do conceito, da classificação, da indexação e da representação do conhecimento.” (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução nossa).

A constituição da ISKO e o investimento científico dos pesquisadores nas teorias desse domínio de estudo no campo da Ciência da Informação contribuíram, portanto, para o advento de uma área de pesquisa e, conseqüentemente, de uma disciplina que promove a pesquisa, o desenvolvimento e as aplicações de sistemas de organização conceituais do conhecimento, bem como o estudo dos aspectos filosóficos e semânticos relacionados à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento. É perceptível a evolução desse campo, desde o seu objetivo inicial de criar um sistema de organização do conhecimento universalmente aplicável até às perspectivas contemporâneas, que agregam múltiplos objetivos, os quais contemplam ações colaborativas e representativas dos conteúdos nos ambientes digitais.

Smiraglia (2013) enfatiza que a Organização do Conhecimento é claramente um domínio coerente, uma vez que apresenta como característica a “base ontológica”, o “consenso epistemológico”, a “teleologia subjacente” e a “semântica social”, conforme pode ser observado na Figura 1.



Figura 1. Elementos da Organização do Conhecimento.

De acordo com Smiraglia (2013), a área em questão apresenta uma “base ontológica” que se estende desde a teoria do conceito ou semântica até os sistemas de Organização do Conhecimento, na medida em que a representação do conhecimento contempla, além da estrutura lógica das representações conceituais, todos os problemas inerentes às questões terminológicas nos sistemas voltados a domínios específicos do conhecimento. Em consonância de evidências, essa área apresenta uma “teleologia subjacente”, pois a sua finalidade está associada diretamente aos objetos e às atividades da teoria do conceito, da classificação, da indexação e da representação do conhecimento, conforme discutido anteriormente. Outrossim, enfatiza-se que a Organização do Conhecimento apresenta “consenso epistemológico” e de hipóteses, embora aquele consenso forme outra dimensão, dividindo o domínio do empirismo ao racionalismo. Ademais, a área denota uma “semântica social”, uma vez que possui locais formais para o desenvolvimento e a publicação das pesquisas, além de o conhecimento científico publicado nesse cenário ser claramente cumulativo.

Em arremate, a Organização do Conhecimento se constitui como um domínio que apresenta coerência ao longo do tempo. Essa coerência diz respeito às suas fundamentações teóricas e aos locais de publicação científica da área, que auxiliam na manutenção dessa harmonia. Dotado de fundamentos científicos, esse domínio de estudo tem raízes profundas em métodos e modos de pensamentos humanistas racionais.

4 Considerações finais

A epistemologia deve ser um importante componente da Organização do Conhecimento, uma vez que ela é a ciência do próprio conhecimento, ou, em outras palavras, o olhar crítico da ciência sobre ela mesma. O conhecimento, por sua vez, é um elemento imprescindível para a consolidação e o funcionamento de um campo científico.

Ao refletir sobre a Organização do Conhecimento como domínio de estudos no campo da Ciência da Informação, é possível identificar também que há um processo evolutivo, não linear, no seu desenvolvimento epistemológico. A noção de usuário presente nos paradigmas da Ciência da Informação (físico, cognitivo e social) também tem influenciado os olhares e predominâncias de teorias, instrumentos, processos e produtos adotados no contexto da Organização do Conhecimento.

As atividades de representação e organização do conhecimento que possibilitam a participação ativa dos usuários em cenários digitais colaborativos por meio da Folksonomia, por exemplo, contribuem também para a

construção de processos, produtos e instrumentos a partir das interações com a tecnologia em suas múltiplas facetas, contemplando aspectos cognitivos, sociais, semânticos, contextuais e culturais. Nesse domínio, aproxima-se das discussões do paradigma cognitivo e social, bem como favorece um novo horizonte de discussão epistemológica a partir do contexto digital. Essas abordagens entrelaçam e apresentam as suas implicações positivas e negativas, por isso a importância do conhecimento na consolidação e no funcionamento do campo científico.

A Organização do Conhecimento se configura como domínio de estudos que ganha espaço no campo da Ciência da Informação, não apenas como uma atividade pragmática, mas se amplia como área que contempla estudos teóricos e aplicados que objetivam tornar mais acessível o uso e a apropriação do conhecimento produzido, independente do seu contexto. O tratamento temático, através do uso dos processos, produtos e instrumentos desenvolvidos, consiste em uma tarefa indispensável para a recuperação, o acesso e o uso dos registros do conhecimento pela geração hodierna e futura.

Em uma aproximação aos estudos epistemológicos no campo da Ciência da Informação, considera-se, em síntese, que a Organização do Conhecimento apresenta uma “base ontológica”, uma “teleologia subjacente”, um “consenso epistemológico” e uma “semântica social”, que incitam a pesquisa, o desenvolvimento e as aplicações de sistemas de organizações conceituais do conhecimento, bem como o estudo dos aspectos filosóficos e semânticos relacionados à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento.

Além disso, é importante observar que a Organização do Conhecimento também apresenta uma forma geopolítica de semântica social, que significa que os seus pesquisadores trabalham em conjunto globalmente e a diversidade geográfica não impede a coerência do domínio. Na oportunidade, esses pesquisadores trazem consigo as características das culturas de seus países e vertentes teóricas, contribuindo significativamente para a fundamentação dos estudos e para o estabelecimento de bases epistemológicas da área como, por exemplo, a catalogação de assunto de matriz norte-americana, a indexação de matriz inglesa e a análise documental de matriz francesa.

A reflexão epistemológica é, enfim, essencial para a Organização do Conhecimento, uma vez que ela representa uma dimensão que abarca as possibilidades e condições de conhecimento e de práticas profissionais nesse domínio de estudo, bem como medir ou expressar as fronteiras desse, que se estende desde o empírico ao racional, do teórico ao aplicado e do humanístico ao científico. Todas essas relações servem para manter a condição construtiva e dinâmica dentro desse domínio que, por sua vez, mantém as

frentes de pesquisa em um estado de renovação constante, observando suas intenções (profundidade dos paradigmas) e extensões (amplitude dos paradigmas) no âmbito da Ciência da Informação.

Notas

- [1] Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.
- [2] Disponível em: <http://bases.eci.ufmg.br/peri.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.
- [3] Os tesouros, com a sua alta exatidão terminológica e as relações entre os conceitos, são linguagens documentárias que permitem a flexibilidade no processo de indexação e recuperação da informação em sistemas, consistindo em listas de termos autorizados que fazem parte de um domínio específico do conhecimento. Os tesouros são constituídos por uma base léxica organizada por meio de relações entre conceitos que estão dispostos hierárquica, através de relações do tipo “gênero e espécie” e, coordenadamente, através de “relações de equivalência”. (BOCCATO, 2012).
- [4] Ontologias são instrumentos de representação temática da informação que apresentam uma estrutura de termos e as relações entre eles na perspectiva do sujeito e da linguagem de um determinado domínio. Apresentam-se como alternativas viáveis para organizar o conhecimento em ambiente *Web* na forma de uma teia de relações, permitindo a ligação entre os conceitos. (SANTOS, 2016).
- [5] Tipo de vocabulário controlado composto de termos preferenciais que estão organizados hierarquicamente em uma ordem lógica apoiada em princípios classificatórios. (NATIONAL INFORMATION STANDARD ORGANIZATION, 2005).

Referências

- BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2010-2019. <http://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BASE PERI. 1987-2019. Disponível em: <http://bases.eci.ufmg.br/peri.htm>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as basis for Information Retrieval. **The canadian journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, 1980.
- BOCCATO, V. R. C. O Contexto sociocognitivo do indexador no processo de representação temática da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. esp., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesplp67/22723>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRASCHER, M. Visibilidade científica e interlocução internacional em organização e representação do conhecimento. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEL, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012, p. 234-237. E-book. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CE DHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-30, 1991. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b3d4/d7980d6a628b503003ef4e7763a93544508e.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n.1, 2006.
- EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Prolegomena to bibliographic control. **Journal of Cataloging and Classification**, v.5, n.2, p.17-19, 1949.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em: 12 maio 2019.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de Tratamento Temática da Informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, p.105-117, 2009.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da

- International Society for Knowledge Organization (ISKO). Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008. Disponível em:
<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940/815> . Acesso em: 12 maio 2019.
- GUIMARÃES, J. A. C.; DOBEDEI, V. L. (Org.). Introdução. *In: GUIMARÃES, J. A. C.; DOBEDEI, V. L. Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade*. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. e-Book. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.
- KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, edição especial, p.7-21, set./dez. 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15nspe/01.pdf> . Acesso em: 12 maio 2019.
- LÓPEZ YEPES, J. **Teoría de la Documentación**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.
- MARTINS, G. K. **Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil**. 185f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, SP, 2014.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION - NISO. **Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies**. Z39.19. Maryland: ANSI/NISO, 2005. 172p.
- OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur 1 livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leitura: **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n.2, p. 19-33, 1998. Disponível em:
<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf> . Acesso em: 12 maio 2019.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.
- SANTOS, Raimunda Fernanda dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação** (BRAPCI). 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17218> . Acesso em: 12 maio 2019.
- SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.1-9, 1995. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>. Acesso em: 12 maio 2019.
- SHERA, J. H. **Padrão, estrutura e conceituação na classificação**. 1957. Disponível em:
<http://www.conexaorio.com/bit/shera/> . Acesso em: 12 maio 2019.
- SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, p. 249-275, 1977.
- SILVA, A. M. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006.
- SMIRAGLIA, R. P. The Epistemological Dimension of Knowledge Organization. *In: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Orgs.). Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios de nosso século*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. E-book. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1741545-Complexidade-e-organizacao-do-conhecimento-desafios-de-nosso-seculo.html>. Acesso em: 12 maio 2019.
- SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar**. 347f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2011. Disponível em:
http://www.biblioteca digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8P2JNH/epistemologia_interdisciplinar_edivanio.pdf . Acesso em: 12 maio 2019.
- ZANDONADE, T. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2003.

A Arquivologia na Organização do Conhecimento: uma análise de domínio nos periódicos *Knowledge Organization* e *Scire*

Archival Science in Knowledge Organization: a domain analysis in Knowledge Organization e Scire Journals

Amanda Marissa Soares da Silva (1), Natália Bolfarini Tognoli (2)

(1) (2) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Lara Vilela, 126 - Bairro: Ingá, Niterói – RJ,

(1) E-mail: amandamarissa1@gmail.com (2) E-mail: nataliatognoli@id.uff.br

Resumo

Partindo de uma análise de domínio, o presente artigo busca iniciar a caracterização do estado da arte da Arquivologia no âmbito da Organização do Conhecimento (OC) a partir da identificação das temáticas arquivísticas nas perspectivas epistemológica, aplicada e cultural em dois importantes veículos de divulgação científica: os periódicos *Knowledge Organization* e *Scire: organización y representación del conocimiento*. Os resultados demonstram uma maior presença dos estudos epistemológicos e uma carência de estudos ligados aos aspectos culturais e sociais. No tocante às temáticas, observa-se a predominância de estudos que abordam as tecnologias da informação na organização e recuperação dos documentos digitais, com ênfase nos estudos sobre a classificação. Por fim, identificou-se uma expressiva presença de uma comunidade discursiva ibero-americana nas discussões que buscam aproximar ambas as áreas, evidenciando o pioneirismo espanhol, português e brasileiro na inserção dos estudos arquivísticos no âmbito da organização do conhecimento.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Arquivologia; Análise de Domínio; Knowledge Organization; Scire

Abstract

Based on a domain analysis, the present article aims to initiate a characterization of the state of the art of Archival Science studies in Knowledge Organization (KO) field from the identification of the main archival subjects in the epistemological, applied and social perspectives within two important journals: *Knowledge Organization* and *Scire: organización y representación del conocimiento*. The results show a major presence of epistemological studies and a lack of studies related to cultural and social aspects. Regarding the subjects, there is a predominance of studies addressing information technology in the organization and retrieval of digital records, with emphasis on classification studies. Finally, it was identified an expressive presence of an Ibero-American discursive community in the studies that aim to approach both areas, evidencing the Spanish, Portuguese and Brazilian pioneering in the admission of archival studies in the scope Knowledge Organization.

Keywords: Knowledge Organization; Archival Science; Domain Analysis; Knowledge Organization Journal; *Scire*.

1 Introdução

A Organização do Conhecimento (OC) caracteriza-se enquanto um espaço interdisciplinar, onde diversos campos, como a Ciência da Informação, a Linguística, a Lógica, a Computação, entre outros, contribuem para a construção de referenciais teóricos e metodológicos para organizar o conhecimento produzido e disseminado na sociedade.

Até meados da década de 1980, as relações da Organização do Conhecimento limitavam-se, no campo dos estudos da informação, à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, desconsiderando os estudos relacionados aos arquivos, seus documentos e disciplina. Isso se deve, em partes, ao próprio objeto da disciplina arquivística – cujo status científico data do século XIX – definido como o conjunto de documentos produzidos e/ou reunidos por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de uma atividade específica.

Tal definição limitou as relações da Arquivologia às disciplinas que debruçavam seu olhar para o

documento enquanto a fonte mais fiel para conhecer o passado, como é o caso da História (em uma perspectiva rankeana e positivista), da Diplomática (que visa verificar a autenticidade do documento no tocante à sua forma) e da Paleografia. É importante destacar, no entanto, que essa característica observada na disciplina arquivística deriva de seu desenvolvimento em um contexto político, social e econômico específico, sendo natural a observância de uma revisão teórica conceitual no século XXI, quando se observa uma nova forma de produzir os documentos, bem como de utilizá-los.

Esse novo contexto sugere uma mudança no chamado paradigma custodial da área, ligado essencialmente aos documentos históricos, custodiados por instituições arquivísticas públicas e organizados para fins de preservação a partir da aplicação de técnicas e aparatos normativos, para um paradigma social que considera a Arquivologia para além do processamento técnico e normativo, inserindo-a no seio da produção de

informação e na disseminação desta por meio do seu acesso.

Observa-se, portanto, uma tendência nas abordagens da Arquivologia contemporânea de dilatar o objeto da área para além do documento, indo a encontro da informação e de seus processos. Nesse sentido, destaca-se uma aproximação da área com a Organização do Conhecimento, uma vez que os arquivos passam a ser concebidos, em algumas dessas abordagens, como sistemas de informação, compartilhando o propósito de organizar um conhecimento específico produzido e registrado pela sociedade, de maneira que permita sua portabilidade no espaço e sua permanência no tempo e, como consequência, a promoção de seu acesso. Aos arquivos é dado um novo poder, que é servir um papel crítico em seus meios sociais, preservando e disseminando o conhecimento coletivo de suas culturas, a exemplo das bibliotecas (SMIRAGLIA, 2014).

Partindo da concepção de Smiraglia (2011) sobre a análise domínio enquanto um estudo dos aspectos teóricos de dado entorno, representado, muitas vezes, por meio de uma literatura ou comunidade científica, busca-se, com esse estudo, iniciar a caracterização do estado da arte da Arquivologia no âmbito da Organização do Conhecimento, a partir da identificação das temáticas arquivísticas nas perspectivas epistemológica, aplicada e cultural da OC.

Para tanto, o presente trabalho verifica como se efetiva essa aproximação analisando a presença das temáticas arquivísticas no campo da Organização do Conhecimento a partir de uma análise de domínio em dois importantes veículos de divulgação científica da área: o periódico *Knowledge Organization (KO)*, e o periódico *Scire: organización y representación del conocimiento*.

A escolha dos periódicos justifica-se por tratar-se de dois veículos de divulgação científica de notória importância para a OC; a KO por ser a primeira publicação (desde 1974, ainda sob o nome de *International Classification*) dedicada exclusivamente à área da OC, além de estar vinculada à *International Society for Knowledge Organization (ISKO)* e ser indexada nas principais bases de dados. A Scire, por sua vez, merece destaque por seu protagonismo no contexto ibero-americano uma vez que seus números estão vinculados ao Ibersid (*Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación*), evento anual da Universidade de Zaragoza que, desde 1995, tem figurado como um espaço de interlocução entre o Brasil e Espanha acerca das questões relacionadas aos sistemas de informação e documentação e, conseqüentemente, da OC.

É importante destacar que este trabalho é uma pequena amostra da produção científica que conecta OC e Arquivologia. A crescente presença de trabalhos

publicados nos anais da ISKO Internacional e nos capítulos regionais da ISKO como, por exemplo, o brasileiro e o ibérico, demonstra a intenção da comunidade científica arquivística em estreitar e fortalecer as relações com a OC.

2 Organização do Conhecimento e Arquivologia: primeiras aproximações

O conhecimento possui duas concepções: aquele passível de ser registrado (documento) e aquele que é inerente do processo individual (mente) (DALHBERG, 1993). De acordo com Guimarães (2008) esse conhecimento é concebido a partir de um processo informativo helicoidal, segundo o qual um conhecimento que é produzido, registrado, organizado, socializado e apropriado, irá gerar um novo conhecimento que também passará pelo mesmo movimento, constituindo um fluxo helicoidal de informações infinito. No que tange à Organização do Conhecimento, disciplina de formação recente (década de 1970), os processos de classificação, indexação e catalogação, irão incidir sobre a primeira concepção, ou seja, sobre aquele conhecimento que poder ser registrado, socializado e publicado.

De acordo com Hjørland (2008) a OC é um campo de pesquisa, ensino e prática [...] que aborda a descrição, representação e organização de documentos e de suas representações bem como de assuntos e conceitos ligados aos seres humanos e aos programas de computador.

Ainda segundo o autor, dois aspectos nucleares da OC são: os processos de organização – compreendidos como a catalogação, a análise de assunto, a indexação – e os sistemas de organização – sistemas de classificação, lista de cabeçalhos de assunto, ontologias e sistemas de metadados, por exemplo, (HJORLAND, 2008).

Guimarães (2017) a partir de estudos realizados por Arboit (2014) argumenta acerca das três dimensões de pesquisa que caracterizam a construção científica da área de OC: epistemológica, aplicada e cultural. Na primeira, encontram-se as bases conceituais, históricas e metodológicas da organização do conhecimento e seus diálogos interdisciplinares e sua produção científica; na segunda estudam-se os modelos, formatos, instrumentos, produtos e estruturas em organização do conhecimento; na terceira encontram-se os estudos ligados às questões sociais, políticas, éticas, educativas e contextuais da organização do conhecimento.

Na busca por uma consolidação dos estudos da OC e por uma construção da sua comunidade científica, em 1989 é fundada a *International Society for Knowledge Organization – ISKO* (1989), a partir da criação da *Society for Classification* (1974), por Ingetraut Dahlberg, que visa:

[...] promover a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de métodos para a organização do conhecimento; garantir o intercâmbio de informações e experiências entre cientistas e estudiosos da área; e propiciar a construção, aperfeiçoamento e aplicação de instrumentos para organização do conhecimento (sistemas de classificação, tesouros, terminologias, etc.) (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 14).

A criação da ISKO é um marco científico para a área, na medida em que reúne pesquisadores de todo o mundo para discutir conceitos e metodologias da organização do conhecimento, abrangendo as discussões sobre os processos e sistemas de organização.

Barité (2000) considera a OC uma disciplina de convergência, uma vez que, nutrido-se de outras áreas do conhecimento para a construção de seu arcabouço teórico-metodológico, mantém vínculos com as diversas áreas que se ocupam da produção do conhecimento científico (como Sociologia da Ciência e Filosofia da Ciência, por exemplo). Além disso, estabelece relações, também, com as áreas de Linguística, Ciência da Informação, Documentação e Inteligência Artificial.

Ainda segundo Barité (1997, p. 106), a OC estuda “as leis, os princípios e os procedimentos pelos quais se estrutura o conhecimento especializado em qualquer disciplina”. Se compreendermos o conhecimento arquivístico enquanto um conhecimento especializado sobre determinado fundo (TOGNOLI et al., 2013), então podemos concluir que no âmbito dos estudos arquivísticos as funções classificação e descrição representam os processos de organização do conhecimento, enquanto que os planos de classificação e quadros de arranjo, bem como os esquemas de metadados para garantir a autenticidade de documentos arquivísticos digitais corresponderiam aos sistemas de organização do conhecimento.

No tocante à Arquivologia, as questões que emergem após as mudanças nas formas de produzir, organizar, recuperar e acessar os documentos em meio digital, modificando as atribuições do profissional arquivista das atribuições de guardião de documentos para partícipe na gestão de documentos, na prestação de contas pelo governo e na promoção de justiça social, levaram a área um repensar necessário de sua teoria e prática, ambas atreladas às técnicas do fazer desde as publicações de seus primeiros manuais.

Embora seus princípios e conceitos ainda se mantenham válidos e devam ser respeitados – como o conceito de fundo, o princípio da proveniência e o conceito de documento de arquivo – a área desloca-se, agora, do paradigma custodial, indo em direção a uma abordagem que privilegia, além da custódia, o teor social implicado nos processos de produção,

organização e uso de documentos de arquivo – ressaltando, aqui a importância da interlocução com outras disciplinas, como a OC.

A aproximação entre as duas áreas, notadamente por meio do conceito de conhecimento arquivístico, permite que a Arquivologia se beneficie dos estudos já consolidados da área de OC, em especial aqueles relacionados aos dilemas éticos nos processos de organização e representação do conhecimento (FOX; REECE, 2012, MILANI; PINHO, 2012), à indexação (ALBRECHTEN, 1993; FUJITA, 2003) e aos formatos e padrões interoperáveis para representação de dados (ZENG, 2019), para mencionar apenas alguns.

Em 1995, Esteban Navarro defendeu uma aproximação dos estudos arquivísticos à Organização do Conhecimento, considerando essa última um campo integrador, capaz de ir além da divisão tripartida entre as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, pressupondo uma integração entre elas a partir do estudo das técnicas de armazenamento, tratamento e recuperação de documentos. Ainda, segundo o autor, não há motivos para que os pesquisadores, as sociedades científicas e os congressos sobre organização do conhecimento ignorem os arquivos em suas discussões, uma vez que os documentos de arquivo também são classificados e descritos (funções nucleares dos processos de organização e representação na Arquivologia).

Após as considerações de Esteban Navarro, as discussões sobre a integração dos processos de OC às funções arquivísticas de classificação e descrição, permaneceram adormecidas na área por vinte anos, quando Guimarães e Tognoli (2015) recuperam as discussões sobre a Arquivologia no âmbito da OC em seu artigo sobre o princípio da proveniência enquanto uma abordagem de análise de domínio, onde acrescentam os estudos da proveniência às onze abordagens propostas por Hjørland (2002).

Ao propor o princípio da proveniência enquanto uma abordagem de análise de domínio, Guimarães e Tognoli (2015) justificam a própria organização do conhecimento arquivístico enquanto um domínio.

É importante observar que a organização do conhecimento arquivístico tem seu núcleo na classificação (estrutural ou funcional) e nos procedimentos de descrição, com o objetivo de estabelecer prerrogativas de conhecimento. Essas prerrogativas são construídas de acordo com o contexto da criação dos documentos, com o objetivo de garantir seus valores probatórios e históricos. Considerando essas questões, a organização do conhecimento arquivístico torna-se um domínio composto por um conjunto de pesquisadores de diferentes partes e instituições do mundo, que integram um colégio invisível profundamente envolvido na construção de uma base epistemológica ao utilizar uma estrutura discursiva específica que funde a terminologia tradicional da

arquivologia com aquela da Ciência da Informação (GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015, p. 567).

Nesse contexto, destacam-se os recentes estudos de Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), Guimarães e Tognoli (2015), Barros e Moraes (2012), Tognoli e Barros (2015) emergindo enquanto uma comunidade discursiva comprometida na construção de conhecimento teórico-metodológico que auxilie a Arquivologia na produção, organização e uso dos documentos de arquivo, notadamente a partir dos estudos da OC.

3 Metodologia

Segundo Mai (2005, p. 605) um domínio pode ser entendido “como uma área de especialidade, um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização”. Portanto, consideramos a análise de domínio enquanto um paradigma teórico e metodológico na organização do conhecimento (SMIRAGLIA, 2015) que, aqui, utilizamos para analisar os periódicos KO e Scire.

Desta feita, o presente trabalho realiza uma análise de domínio combinando as abordagens epistemológica e histórica. A abordagem epistemológica é, segundo Hjørland (2008, p. 439), “a mais básica sem a qual qualquer outra abordagem tende a ser superficial”, uma vez que fornece o conhecimento sobre as bases do domínio e, geralmente, vem acompanhada da histórica.

Foram analisados 40 artigos publicados entre 1995 e 2018 em ambas as revistas. O recorte temporal foi feito com base na data da primeira publicação da Scire (1995), a fim de garantirmos um equilíbrio entre as publicações, uma vez que a revista KO teve seu primeiro número publicado em 1974 (ainda sob o nome *International Classification*).

Inicialmente foram realizadas buscas pelos termos arquivo e arquivologia/arquivística nos idiomas português e espanhol (*archivo/archivística*) na Scire e em inglês na KO (*archive/archival science*) nos títulos e resumos dos trabalhos. Foram recuperados 26 artigos na Scire e 14 na KO.

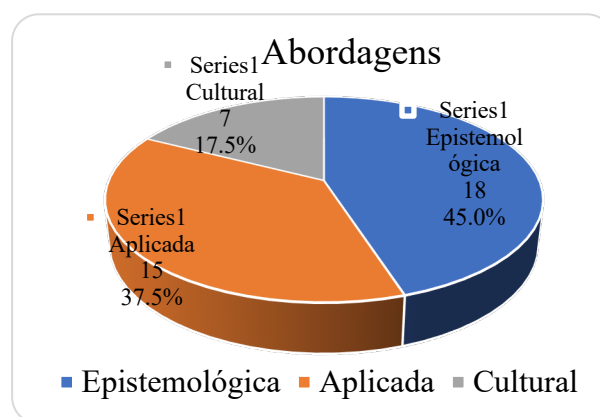
Os trabalhos foram agrupados por revista, segundo as categorias que representam três dimensões de pesquisa que caracterizam a construção científica da área de OC: epistemológica (incluindo estudos históricos, teóricos, metodológicos e interdisciplinares), aplicada (processos, produtos, ferramentas e aspectos tecnológicos) e cultural (relacionados aos aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos).

Por último, com base nos títulos, resumos e palavras-chave, identificamos os temas recorrentes tratados e possíveis correntes de pesquisa no âmbito da OC, no que tange aos arquivos e à Arquivologia.

4 Análise e Discussão dos Dados

A categorização de todos os artigos recuperados nas três categorias de abordagem propostas demonstrou uma predominância, embora discreta, da dimensão epistemológica sobre as demais, com (45%) do total de trabalhos, seguida pela aplicada (37,5%), e por uma pequena quantidade de trabalhos que abordam os aspectos culturais e sociais (17,5%), conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1. Dimensões



É importante destacar que a dimensão epistemológica apresenta uma frequência maior com relação às demais tanto na KO (43%) como na Scire (46%), o que demonstra, destarte, uma preocupação dos autores em construir e promover os estudos interdisciplinares e o desenvolvimento das bases conceituais, históricas e metodológicas da Arquivologia no âmbito dos estudos da OC.

Na dimensão epistemológica destacam-se os estudos relacionados às temáticas da classificação arquivística (FOSCARINI, 2006; MARTÍNEZ COMECHE, 2007; HENTTONEN, 2016; SALES, 2016; BARROS; MORAES, 2010; SIMÕES et al., 2016), dos documentos digitais (CRUZ MUNDET, 1997; BUSTELO, 1997; GÓMEZ, 2005; DÍAZ; PALACIOS, 2006) da descrição (MORENO et al., 2005; DÍAZ; GONZÁLEZ, 2005, 2006), da Diplomática (TOGNOLI, 2015; TROITIÑO, 2011) e dos princípios da Arquivologia (MALHEIRO; FERNANDA, 2012; GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015), com ênfase nas duas primeiras temáticas – classificação e documentos digitais -, onde se observa um maior número de publicações (com 6 e 4 artigos, respectivamente) conforme demonstram as tabelas a seguir:

Tabela 1. Artigos da dimensão epistemológica
Temática classificação

<i>Título</i>	<i>Autor</i>	<i>Periódico</i>
Clasificaciones bibliotecarias y archivísticas: diferencias y semejanzas en la organización del conocimiento	SALES, R.	Scire
A classificação arquivística: aspectos teóricos de sua constituição	BARROS; MORAES	Scire
Clasificaciones documentales y procesos informativos: una vía de recionalizaciones	MARTÍNEZ COMECHE, J.	Scire
Records Classification and Functions: An Archival Perspective	FOSCARINI, F.	KO
Dimensions of Contextual Records Management Classifications	HENTTONEN, P.	KO
Theory of Classification and Classification in Libraries and Archives: convergences and divergences	SIMÕES et al.	KO

A predominância dos estudos sobre classificação na dimensão epistemológica evidencia e efetiva o aporte da OC aos estudos arquivísticos contemporâneos – haja vista que as funções classificação e descrição (temática também presente nos trabalhos, conforme detalhado no apêndice) são consideradas nucleares no processo de organização do conhecimento arquivístico, conforme demonstrado anteriormente.

Tabela 2. *Artigos da dimensão epistemológica*
Temática documentos digitais

<i>Título</i>	<i>Autor</i>	<i>Periódico</i>
Los documentos electrónicos de archivo: pautas para la realización del Nuevo diccionario de archivística	DÍAZ; PALACIOS	Scire
Archivos y metadatos de conservación: estado del arte y propuesta metodológica	GÓMEZ, A.	Scire
Los sistemas de gestión electrónica de la documentación y la teoría del ciclo vital de los documentos en las organizaciones	BUSTELO, C.	Scire
Los archivos electrónicos en España: del gran hermano al control demográfico	CRUZ MUNDET, J.	Scire

Importante destaque se dá, também, às publicações cujas temáticas centram-se nos documentos digitais, o que corrobora a preocupação dos autores em abordar as questões contemporâneas sobre a gestão, preservação e

acesso ao conhecimento arquivístico em ambiente digital, indo ao encontro dos estudos atuais no âmbito da OC (ZENG, 2019; FINNEMANN, 2019) que, com a era digital, assistiu à emergência de normas, padrões e metadados específicos para lidar com os documentos em ambientes digitais, interativos e dinâmicos.

Na dimensão aplicada, predominam os trabalhos sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) definidos por Mazzocchi (2018) como uma ampla gama de itens, caracterizados por diferentes tipos de estrutura e função, variáveis com relação às tecnologias e utilizados em diferentes contextos e comunidades, “cujo objetivo é apoiar a organização do conhecimento e da informação para assegurar seu gerenciamento e recuperação” (MAZZOCCHI, 2018, p. 54).

No âmbito dos estudos arquivísticos, são considerados SOC os planos de classificação e quadros de arranjos, as normas de descrição arquivística, os instrumentos de pesquisa - tais como inventários e catálogos - e padrões de metadados.

Nesse contexto, as temáticas predominantes nos SOC presentes na dimensão aplicada são a descrição arquivística - como os estudos sobre a aplicação de normas e padrões de descrição (BONAL ZAZO, 2000; BRUN, 2011) e criação de instrumentos de pesquisa para a recuperação e acesso de documentos em ambiente digital (LOPES YEPES, 2008) - e a classificação - com trabalhos que propõem a elaboração de quadros de classificação (SILVA; SCHMIDT, 2018; MORALES et al., 2015; VALT, 2004; RIBEIRO, 2014), conforme demonstram as tabelas a seguir:

Tabela 3. *Artigos da dimensão aplicada*
Temática descrição arquivística

<i>Título</i>	<i>Autor</i>	<i>Periódico</i>
Catálogo Colectivo de las Colecciones de Mapas, Planos y Dibujos de los Archivos Estatales: Nuevos proyectos en el Archivo General de Simancas	GUERRA, J.	Scire
Aplicabilidad de EAD en archivos históricos de ingeniería: el fondo Carlos Fernández Casado	BRUN, R.	Scire
Filmotecas y archivos filmicos en línea: producción, difusión, interconexión y posicionamiento en Internet	LOPES YEPES, A.	Scire
El archivo municipal de San Javier : propuesta de descripción del fondo fotográfico	BAIXAULI, L. et al.	Scire
Sistema de información histórica para la colección de papeles varios del Archivo Histórico de la	VIVAS MORENO, A.	Scire

Universidad de Salamanca

Padronização: base da análise documental nos arquivos	BONAL ZAZO, J.	Scire
Designing a Thesaurus to Give Visibility to the Historical Archives in the Archivo del Reino in Valencia	GIMÉNEZ-CHORNET, V.; ESCRIG-GIMÉNEZ, M.	KO
Childhood and Adolescence Between Past and Present. Using Knowledge Organization to Bridge the Different Channels of a Cultural Institution: The Case of the Istituto degli Innocenti, Firenze	ROSATI, L. et al.	KO

Tabela 4. *Artigos da dimensão aplicada*
Temática classificação

<i>Título</i>	<i>Autor</i>	<i>Periódico</i>
El proceso de elaboración del cuadro de clasificación de los archivos de Machado de Assis y Rui Barbosa: análisis crítico y comparativo	SILVA, L.; SCHMIDT, C.	Scire
Archivo de Espacio P: Propuesta de un cuadro de clasificación para su Continuidad Digital / Espacio P Archive: Classification Table proposal for Digital Continuity	MORALES, F. et al.	Scire
A Classification Scheme for the Organization of Electronic Documents in Small, Medium and Micro Enterprises (SMMEs)	VALT, M.	KO
The Use of Classification in Archives as a Means of Organization, Representation and Retrieval of Information	RIBEIRO, F.	KO

Nota-se que, em alguns casos, o trabalho apresenta mais de uma temática, confluindo a descrição arquivística e a classificação aos documentos digitais, por exemplo, o que demonstra que os estudos sobre a gestão e preservação dos documentos digitais perpassam as demais temáticas ligadas aos sistemas de organização do conhecimento.

A dimensão cultural apresentou a menor incidência de trabalhos, com apenas 17,5% do total de 40 artigos recuperados. Dentre as temáticas mais presentes destaca-se a ética ligada à prática profissional (REGO

et al., 2014; SILVA, 2015) e à descrição arquivística (GILLILAND, 2012; ZHANG, 2012).

Tabela 5. *Artigos da dimensão cultural*

<i>Título</i>	<i>Autor</i>	<i>Periódico</i>
Aspectos éticos de la organización del conocimiento en la práctica profesional archivística: un estudio de los principios éticos de AAB, CIA y SAA	REGO, L. et al.	Scire
La Archivística en el ámbito de las organizaciones empresariales: estado de la cuestión y propuestas de actuación	PRADO MARTÍNEZ, M.	Scire
Estudios de usuarios en archivos municipales: una aproximación teórico-práctica	RUBIO HERNÁNDEZ, A.	Scire
Archival Context, Digital Content, and the Ethics of Digital Archival Representation	ZHANG, J.	KO
Contemplating Co-creator Rights in Archival Description	GILLILAND, A.	KO
Ethical Issues of Knowledge Organization in Designing a Metadata Schema for the Leo Kottke Archives	MCQUEEN, K.	KO
Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics	SILVA, A. et al.	KO

A baixa incidência de trabalhos nessa dimensão evidencia uma carência dos estudos arquivísticos que abordem as questões culturais e sociais no âmbito da Organização do Conhecimento.

A fim de ilustrar a confluência de temas abordados nos artigos, com vistas a identificar possíveis perspectivas de pesquisa nos domínios estudados, apresenta-se, a seguir, a análise de cada domínio.

4.1 Análise de domínio: Scire

A Scire é uma revista que promulga em seu bojo os estudos da organização do conhecimento e da informação. Esta é advinda do congresso anual do Ibersid que tem como foco os estudos sobre os sistemas de informação e documentação, abarcando, a partir disso, as pesquisas relacionadas às instituições como bibliotecas, arquivos, centros de documentação entre

outros. O Ibersid publica duas revistas resultantes do seu congresso, a *Ibersid: revista internacional de sistemas de información y documentación* - direcionada à gestão da informação e do conhecimento; e a *Scire: Representación y Organización del Conocimiento*, cujas publicações são direcionadas ao estado do conhecimento da ORC, englobando o tratamento, recuperação, representação, normalização da informação e do conhecimento.

A busca por artigos na Scire recuperou 26 documentos, sendo 12 artigos na dimensão epistemológica, 11 na aplicada e 3 na cultural. A tabela 6 demonstra as temáticas arquivísticas identificadas nos artigos:

Tabela 6. *Temáticas arquivísticas na Scire*

<i>Dimensão</i>	<i>Temáticas mais recorrentes</i>
Epistemológica	Documento digital (4) Classificação arquivística (3) Diplomática (2) Descrição (2)
Aplicada	Ambiente digital de gestão e preservação de documentos arquivísticos (7) Descrição (5) Quadros de classificação (2) Análise diplomática (1) Documentos audiovisuais (2)
Cultural	Ética (1) Estudos de usuário (1) Arquivos privados (1)

Mais uma vez, destaca-se a predominância nas dimensões epistemológica e aplicada de temáticas relacionadas aos documentos e aos ambientes digitais, evidenciando uma preocupação dos autores no domínio da Scire de abordar questões contemporâneas e emergentes no contexto da organização do conhecimento arquivístico em ambientes digitais. As temáticas da classificação e da descrição também se apresentam como as mais recorrentes nesse domínio, muitas vezes combinadas com as temáticas digitais.

Outro fator importante de análise diz respeito à nacionalidade dos autores. Por tratar-se de um periódico espanhol ligado a um evento já consolidado na tradição ibero-americana (Ibersid), é natural que dentre os trabalhos recuperados a maioria seja de autoria espanhola (17 trabalhos) ou de autores de língua espanhola (01 da Colômbia). O segundo país com maior número de trabalhos (08) é o Brasil, com a maioria de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista - UNESP (6 trabalhos) e com dois trabalhos da Universidade Federal Fluminense - UFF. Isso demonstra que, nos últimos anos, a revista Scire tem servido como um importante espaço de divulgação das pesquisas brasileiras que abordam as relações entre Arquivologia e a Organização do Conhecimento e que o Brasil possui uma comunidade discursiva presente na

área, notadamente a partir de pesquisas realizadas na UNESP.

4.2 Análise de domínio: Knowledge Organization

A revista KO é de suma importância para a comunidade científica da Organização do Conhecimento por apresentar os resultados de suas teorias e métodos científicos. A revista é fruto da *International Society for Knowledge Organization - ISKO*, nascida como *Society for Classification* (1974). Desde então, a KO publica anualmente de 4 a 8 números, tendo sua primeira edição em 1974, quando ainda ligada à *Society for Classification*.

A busca por artigos na *Knowledge Organization* recuperou 14 documentos, sendo 6 artigos na dimensão epistemológica, 4 na aplicada e 4 na cultural. A tabela 7 demonstra as temáticas arquivísticas identificadas nos artigos:

Tabela 7. *Temáticas arquivísticas na KO*

<i>Dimensão</i>	<i>Temáticas mais recorrentes</i>
Epistemológica	Classificação arquivística (3) Princípio da proveniência (1) Paradigma pós-custodial (1) Organização do Conhecimento (1)
Aplicada	Ambiente digital de gestão e preservação de documentos arquivísticos (3) Representação da informação (5) Quadros de classificação (2) Tesauros (2)
Cultural	Ética profissional (4) Representação em ambiente digital (2) Descrição arquivística (2) Arquivos de minorias (2)

A dimensão epistemológica corresponde a 43% dos trabalhos publicados na KO, com a temática da classificação arquivística sendo a mais recorrente nos estudos. Na dimensão aplicada, as temáticas ligadas aos documentos digitais e aos ambientes de gestão e preservação e à representação da informação são as mais recorrentes. Nessa última, merece destaque os trabalhos que abordam os tesauros como um sistema de representação nos arquivos históricos (GIMÉNEZ-CHORNET; ESCRIG-GIMÉNEZ, 2011; ROSATI et al., 2013). Na dimensão cultural, a ética é a temática mais recorrente sendo abordada junto aos códigos profissionais do arquivista (SILVA et al., 2015), à ética na representação de comunidades marginalizadas (GILLILAND, 2012; ZHANG, 2012) e aos desafios colocados pela representação da informação em ambientes digitais (ZHANG, 2012; MCQUEEN, 2015).

Vale destacar que há um número maior de temáticas do que de artigos, haja vista que os artigos abordam temas complementares.

No tocante à nacionalidade, destaca-se a forte presença de autores portugueses, espanhóis e brasileiros, confirmando a influência da comunidade ibero-americana na produção de conhecimento sobre as temáticas arquivísticas no âmbito da Organização do Conhecimento. Neste contexto, de 14 artigos recuperados, 50% foi escrito por 10 autores ibero-americanos. Em seguida estão os autores norte-americanos que representam 18% da produção.

4 Considerações

O presente trabalho buscou verificar a presença das temáticas arquivísticas no âmbito da Organização do Conhecimento a fim de analisar como se efetiva a aproximação desta com a Arquivologia. Para tanto se recorreu a uma análise de domínio em dois veículos de divulgação científica de impacto na área: a *Scire* e a *Knowledge Organization*.

A partir de uma categorização com base nas dimensões epistemológica, aplicada e cultural, identificou-se uma maior presença dos estudos epistemológicos, seguindo dos aplicados, e uma carência de estudos ligados aos aspectos culturais e sociais, o que pode evidenciar uma frente de pesquisa inexplorada para a Arquivologia no âmbito da Organização do Conhecimento.

No tocante às temáticas, observou-se uma predominância de estudos que abordam as tecnologias da informação na organização e recuperação dos documentos digitais, o que demonstra uma atualização e uma preocupação dos teóricos da área com as questões contemporâneas.

Ainda no que tange às temáticas mais recorrentes, a presença da classificação arquivística e dos planos de classificação evidencia as relações existentes entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento, o que pode configurar um ponto de partida para o reconhecimento de um aporte teórico e metodológico da OC aos estudos arquivísticos contemporâneos, em especial àqueles ligados aos sistemas de organização do conhecimento aplicados aos documentos digitais e aos ambientes de gestão e preservação.

Por fim, confirma-se a presença de uma comunidade discursiva ibero-americana nas discussões que busca aproximar ambas as áreas, evidenciando o pioneirismo espanhol, português e brasileiro na inserção dos estudos arquivísticos no âmbito da Organização do Conhecimento.

Referências

ALBRETCHTSEN, H. **Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis**. The Indexer, London, v.18, n. 4, p. 219-24, 1993.

ARBOIT, A. E. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de organização do conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. 285 f. Tese (Doutorado) – FFC-UNESP, Marília, 2014.

BARITÉ, M. **Referencia les teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica**. Relatório técnico do II encontro de di-rigentes dos cursos Superiores de Biblioteconomia dos países do MERCOSUL e I Encontro de Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação do MERCOSUL, Buenos Aires, 27 – 29 nov. 1997. Porto Alegre: ABEED.

BARITÉ, M. **Los conceptos y su representación: una perspectiva terminológica para el tratamiento temático de la información**. Scire, v. 6, n. 1, (Enero-Junio), p. 31-53, 2000.

BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. **Archival Classification and Knowledge Organization: Theoretical Possibilities for the Archival Field**. Categories, Contexts and Relations in Knowledge Organization. Würzburg: Ergon, v. 13, p. 272- 276, 2012.

DAHLBERG, I. **Knowledge organization: its scope and possibilities**. // Knowledge Organization. 20:4, 211-222, 1993.

ESTABAN NAVARRO, M. A. **La representación y la organización del conocimiento em los archivos**. In: GARCIA MARCO, F.J. (coor). Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación: actas del I Encuentro de ISKO-España, Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. 1995, págs. 65-90.

FINNEMANN, Niels Ole. **Web archive**. Knowledge Organization 49, no. 1, p. 47-70, 2019.

FOX, M. J; REECE, A. **Which Ethics? Whose Morality?: An Analysis of Ethical Standards for Information Organization**. Knowledge Organization, v. 39, n.5, 377-383, 2012.

FUJITA, M. S. L. **A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 1, n. 1, p.32-43, 2003.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO)**. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. **Organização do Conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO**. Informação & Informação, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84 – 98, maio/ago., 2017.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEL, V. (Orgs.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. [recurso eletrônico]. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 285: il., fots. e-Book ISBN: 978-85-98176-45-1 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1), 2012.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. **Provenance as a Domain Analysis Approach in Archival Knowledge Organization**. *Knowledge Organization* v. 42, n. 8, p. 562-69, 2015.

HJØRLAND, B. **Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative**. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. **What is knowledge organization (KO)?**. *KO KNOWLEDGE ORGANIZATION*, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

MAI, J.-E. **Analysis in indexing: document and domain centered approaches**. *Information processing & management*, Elmsford, v. 41. p. 599-611, 2005.

MAZZOCCHI, F. **“Knowledge organization system (KOS)”**. *Knowledge Organization* 45, no.1: 54-78, 2018.

MILANI, S. O.; PINHO, F. A. **Knowledge Representation and Orthophemism: a Reflection Aiming to a Concept**. *Knowledge Organization*, v. 39, p. 384-393, 2012.

SMIRAGLIA, R. P. **Cultural Synergy in Information Institutions**. Springer: New York, 2014.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain analysis for knowledge organization: tools for ontology extraction**. Waltham, Chandos Publishing, 2015.

SMIRAGLIA, R. P. **ISKO 11's Diverse Bookshelf: an editorial**. *Knowledge Organization*, v. 38, n.3, p. 179-186, 2011.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. **Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição**. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEL, V. (Org). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, p. 94-99, 2015.

TOGNOLI N. B.; GUIMARÃES J.A.C.; TENNIS J.T. **Diplomatics as a methodological perspective for archival knowledge organization**. In: *Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work*, NASKO, Milwaukee, vol. 1, p. 216–227, 2013.

ZENG, M. L. **Interoperability**. *Knowledge Organization*, v. 46, n. 2, p. 122-146, 2019.

Plataformas Musicais: uma abordagem semiótica da Organização da Informação Musical

Music Platforms: a semiotic approach to the Organization of Music Information

Karoly Gabriely Martini, Camila Monteiro de Barros

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, karoly.gm@outlook.com, camila.c.m.b@ufsc.br

Resumo

A informação musical apresenta a peculiaridade de que mesmo as interpretações mais subjetivas de seu significado são relevantes para sua descrição e recuperação. Este estudo analisa a maneira com que a informação musical é organizada em duas plataformas musicais (Spotify e Last.fm) e a partir dessa organização as relaciona com o nível interpretante da Semiótica, teoria criada por Charles Sanders Peirce (1839-1914). Utilizou-se a aba 'Gênero e momentos' da plataforma Spotify, e as categorias ali dispostas foram classificadas nos três níveis de interpretante: emocional, energético e lógico. Em seguida, nove músicas que estavam inseridas nas categorias do Spotify foram escolhidas e comparadas com as *tags* realizadas pelos usuários, de forma colaborativa, na plataforma Last.fm. Os resultados apontaram que o interpretante emocional foi o que apareceu com menor frequência; acredita-se que pela dificuldade de verbalizar o que é da natureza do sentir. Entende-se ainda que há a necessidade de questionar a forma com que este tipo de informação é tratada e disponibilizada, e talvez repensar alguns métodos de recuperação e indexação referentes à informação musical. Em suma, a análise e reflexão aqui propostas têm o intuito de contribuir para que a Ciência da Informação conheça mais sobre a informação musical.

Palavras-chave: Semiótica; Plataformas musicais; Organização Musical; Interpretante.

Abstract

Music information presents the peculiarity that even the most subjective interpretations of its meaning are relevant to its description and retrieval. This article aims to analyze the way that musical information is organized in two music platforms (Spotify and Last.fm) and, from this organization, to relate them to the interpretant level of Semiotics, theory created by Charles Sanders Peirce (1839-1914). For this purpose, the 'Genre and Moments' tab of the Spotify platform was used, and the categories there arranged were classified within three levels of interpretant: emotional, energetic and logical. Then, nine songs that were included in the categories of Spotify were chosen and compared with the tags inputted by the users, in a collaborative way, in the Last.fm platform. The results revealed that the emotional interpretant was the one who appeared less frequently; it is believed that by the difficulty of verbalizing what is in the nature of feeling. It is also understood that there is a need to question the way in which this type of information is treated and made available, and perhaps to rethink some methods of retrieval and indexing regarding musical information. In short, the analysis and reflection proposed here are intended to help the Information Science to learn more about musical information.

Keywords: Semiotics; Music platforms; Music Organization; Interpretant.

1 Introdução

A Semiótica, teoria fundamentada por Charles Sanders Peirce, conceitua-se como ciência dos signos; os quais implicam em tudo que é utilizado para nos comunicarmos: escrita, sinais, linguagem, imagens. O signo pode ser qualquer coisa que represente uma segunda coisa, sendo esta chamada de objeto. Ainda, o efeito que o signo produz no intérprete é chamado de interpretante, o significado do signo (SANTAELLA, 1992). Para Schopenhauer (2005), a música era considerada uma expressão do mundo, um idioma sumamente universal. Entende-se por informação musical, a música tida como documento qual seja passível de ser inserido em algum tipo de sistema de informação (CAFÉ; BARROS, 2016). Sendo assim, é possível investigar a informação musical sob um olhar semiótico, pois também é uma espécie de linguagem.

Santini (2011) denota que o constante crescimento de novas tecnologias e consequentemente o aumento na demanda de usuários destas; a organização de sites, blogs, redes sociais e plataformas de interação em mídia digital foram se modificando e contribuíram para o surgimento de classificação colaborativa dos usuários. Essas mudanças, seja em que âmbito estão inclusas, impactaram diretamente no aumento da disseminação de cultura e interação dos usuários. Sem perceber, o usuário faz o uso de *tags* ou *hashtags* em muitas redes sociais e acaba auxiliando na classificação de seu conteúdo e de outros usuários. Com relação à música, tema a qual essa pesquisa atua, essa classificação dos usuários viabiliza o processo de mediação entre os ouvintes e a imensa quantidade de arquivos musicais disponíveis online. E consequentemente, cria novas maneiras de classificações, diferente da forma já realizada pela

indústria cultural que até então era a única a realizar tal processo (SANTINI, 2011).

Nota-se que a melhora na conexão de internet banda larga corroborou deveras para o aumento de usuários de plataformas *streaming*, as quais se encaixam as abordadas no presente artigo. Para Santos (2016) são consideradas *streamings* as plataformas de transmissão de som instantânea, sem haver necessidade de efetuar downloads. Podem também ser chamados de serviços *on-demand*, onde usuário pode acessar ao conteúdo quando e onde ele estiver, sem a necessidade de um grande armazenamento de dados em um dispositivo físico.

Para analisar a forma com que a informação musical é organizada nas principais plataformas musicais que são utilizadas atualmente (as quais viabilizam uma classificação), é necessário compreender que existem níveis dentro do conceito do interpretante de Peirce que em suma são 'lógico, emocional e energético' (SANTAELLA, 2005). A música, para tanto, será tratada como signo e o foco principal está em conhecer quais níveis de significado são expressos nas classificações apresentadas, não levando em conta questões técnicas como de composição musical e afins, mas tão somente os significados. Ainda, será respondido em quais os níveis de significado são mais comumente empregados na Organização da Informação musical. E, se a externalização dos significados provindas dos usuários/ouvintes coincide com aquelas apresentadas nos sites.

Cada interpretante será resultado de tipos específicos de representação e apresenta também distintos níveis de generalidade e convenção com maior ou menor interferência do pensamento lógico deliberado. Por exemplo, o fato de reconhecer os instrumentos da música (nível lógico) está mais passível de ser amplamente compartilhado entre os ouvintes do que a sensação de que certa música é triste (nível emocional). Dessa forma, a relevância dessa pesquisa se apresenta na medida em que lidar com os níveis de significados na OI musical, exige práticas que correspondam à natureza dos interpretantes, apresentando maior ou menor necessidades de flexibilização das classificações. A informação musical apresenta a peculiaridade de que mesmo as interpretações mais subjetivas de seu significado são relevantes para sua descrição e recuperação. Portanto, a análise e reflexão aqui propostas trarão contribuições para que a Ciência da Informação conheça mais sobre a informação musical.

2 A Semiótica de Peirce

Segundo Correia (2007) a palavra semiótica vem do grego *semeiotiké* que pode ser traduzido como "a arte dos sinais" e para o Dicionário informal semiótica

(2017) é a "ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido". Logo, entende-se que esta pode estar inserida nas mais diversas naturezas, inclusive na Ciência da Informação. Santaella (2008, p.10) afirma que a semiótica de Peirce não é uma ciência especializada como a física, a química, a biologia, a sociologia, e a economia. Ou seja, não tem um estudo delimitado tampouco possui teorias de onde podem ser extraídas ferramentas empíricas para que sejam usadas a aplicação de pesquisas. É uma ciência com um caráter geral e abstrato.

Para Peirce, categorias estavam presente em todos os âmbitos que seu estudo contemplou; cada categoria tinha de se justificar através de um exame indutivo dos fenômenos do que resultara categorias de uma validade aproximativa. Tais categorias são as mais variadas e estão presentes em ene fenômenos (SANTAELLA, 1992). Surge então a base da teoria de Peirce, que é uma relação triádica na qual toda percepção dos fenômenos se dá em três categorias: primeiridade, secundidade e terceiridade e são interdependentes. Essa relação constitui a base para o pensamento semiótico. Por isso é imprescindível tratar dela e compreendê-la, ainda que de maneira sucinta, comparado à expansividade do tema.

Para explicar acerca da primeira categoria é necessário entender sobre o conceito de consciência. Peirce (apud, SANTAELLA, 2008) afirmava que na consciência não havia nada além de estados mutáveis. Ou seja, essa consciência está passível de mudanças, relativismos e contradições a todo momento, e à influência de interferências fora do nosso controle. Assim como a crença de Heráclito, filósofo pré-socrático, que pregava que tudo está em estado de constante fluxo, o que acontece em nossa consciência não é diferente (CAVALCANTE, 1996). Enfim, trata-se da primeiridade que é o primeiro contato que temos com alguma coisa, e a ação que precede toda e qualquer ação. A percepção que precede todo o pensamento. É a impressão inicial de um fenômeno expressada por uma emoção, sentimento ou sensação em que o mundo exterior é estímulo do interior. Tem direta relação com o acaso, com possibilidade e originalidade. Sobre isso, Peirce (CP 1.25) afirma que "a primeiridade é o modo de ser que consiste no seu sujeito ser positivamente tal como é, independentemente de qualquer outra coisa." Isso pode ser algo fresco, novo, iniciante, espontâneo e até mesmo uma simples possibilidade. Trata-se de uma impressão imediata, sentimento imediato. É o que acontece em nossa mente antes mesmo de referenciar-mos com vivências, memórias e coisas experimentadas. Secundidade tem como base a ação e reação da mente; é quando esta entra em choque com o que recebe e reage instintivamente a tudo e assim está

ligada à dúvida bem como à dualidade. Em outras palavras, a secundidade é a comoção do eu para com qualquer estímulo. E, a terceiridade é o processo de sintetizar o que foi apresentado, “diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência [...] o efeito em que o signo irá provocar em um possível intérprete.” (SANTAELLA, 2008, p.7).

Ainda para exemplificar, Santaella (1992) aponta as categorias da seguinte forma, fazendo de uso a cor azul: perceber a cor azul é tido como primeiridade, corporificar o azul na ideia de céu é secundidade, e, entender que aquele azul represente a possibilidade de chuva, é terceiridade.

2.1 Signo, Objeto e Interpretante

Peirce teoriza um conceito de signo que dinamizou o entendimento do processo de significar. Eis que surge uma relação entre semiótica e signo, que é considerado a essência da linguagem, e conseqüentemente, essência da semiótica. O signo, objeto e interpretante são os correlatos do processo da semiose, processo de significação que possui um caráter ilimitado no processo evolutivo de interpretação (PEIRCE, 1977).

Santaella (2008) simplificou esse pensamento apontando que signo é uma coisa que representa outra coisa, no caso, o objeto. O signo é definido assim porque tem a finalidade de representação; e o exemplo mais comum e de fácil compreensão é o de uma fotografia ou o desenho de algo. Mentalizemos a fotografia de um violão; essa fotografia é o signo que represente seu objeto: o item fotografado, violão. Alguém que olha essa fotografia irá interpretá-la, gerando então o interpretante. O objeto é a representação direta do próprio signo, é o que denota-se na mente a partir do momento de percepção desse signo. É a imagem que a mente cria e materializa de qualquer signo (SANTAELLA, 1992).

Enquanto o interpretante envolve a sintetização do que foi apresentado nas etapas anteriores, “diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência [...] o efeito em que o signo irá provocar em um possível intérprete.” (SANTAELLA, 2008, p.7). Para que haja essa representação é necessário que se tenha ideia do que se trata o signo; é de certo modo dar vida (ainda que de maneira mental) a algo que outrora foi apenas uma instância, uma imediação, e confirmar seu significado. Não tem relação exatamente com o que foi interpretado e produzido, mas com o que é possível reproduzir posteriormente.

No exemplo anterior, uma pessoa que nunca viu um violão, não irá reconhecê-lo na foto, mas igualmente exercerá o processo de semiose com base em outro(s) objetos(s).

Compreender a tríade signo-objeto-interpretante nos possibilita penetrar no movimento interno das mensagens, além de refletir e analisar os

procedimentos e recursos nelas utilizados e captar os vetores de referencialidade que estão inseridos no interpretante. Ademais, toda vez que alguém significa algo, é deixado uma marca de referencialidade e isso permite uma compreensão do contexto histórico, econômico ou técnico por qual essa pessoa transitou. Isso denota diretamente no modo que a mente interpretante reage e é uma forma de entender genuinamente neste resultado, especificamente em quais experiências externas impactaram no processo.

Faz-se mister afirmar que os três correlatos estão intimamente ligados e dependem um do outro. E ao observar essas conexões entre os elementos da tríade há evidências de que o que é gerado do interpretante no processo de transformação acaba gerando outro signo, o que acarreta numa relação ad infinitum (CORREIA, 2012). Nesta pesquisa, entendemos a informação musical como signo, com vários possíveis objetos, sendo que as classificações seriam expressões de possíveis interpretantes.

O interpretante para Santaella (2012) é tachado como uma propriedade objetiva que o signo possui em si mesmo; este é uma criatura do signo que não depende estritamente do modo como uma mente de maneira subjetiva irá compreendê-lo. O surgimento do interpretante durante a semiose é um efeito do signo e desse modo depende do “ser” do signo e não apenas de um ato de interpretação.

O ato de interpretar um signo pode ser realizado por uma pessoa e essa se daria através de contemplação, observação ou análise do signo. Isso viria diretamente de encontro com as experiências, lembranças e impactaria diretamente neste interpretar. É até dificultoso não associar o ato de interpretar a uma mente, pois o signo cria algo nesta que irá determinar-se como o significado. Esse significado pode ocorrer em três níveis: interpretante emocional, energético e lógico. Em suma, o interpretante emocional é o primeiro efeito gerado durante a semiose. Tem relação direta com a qualidade de sentimento, como a própria palavra sugere, entretanto, a uma qualidade de sentimento inalisável e intraduzível.

O interpretante energético dá-se quando alguma energia é empregada, seja essa uma reação muscular a algo exterior ou a exploração de imagens com o mundo interior, como por exemplo: atos de imaginação. Segundo Santaella (2008) o interpretante lógico é o pensamento de cunho geral produzido por meio do signo.

No conceito de interpretante de Peirce é onde aparece a tricotomia inter-relacional: emocional, energético e lógico. O nível emocional é evidenciado pela questão do sentir, mesmo que esse produza os outros níveis, o emocional sempre estará presente nessa relação. Enquanto o nível energético relaciona-se com uma ação, seja essa física ou mental, alinhando-se desse

modo com a secundidade. O lógico trata-se de atos cognitivos (pensar, entender, inferir) que se guiam por regras de natureza geral.

Alinhando o pensamento para com a Ciência da Informação, usemos de exemplo o ato de recuperação do usuário final de uma plataforma. A mesma música que para mim pode ser adequada para a realização de uma atividade física, talvez transmita um sentimento de tristeza e negatividade a outra pessoa. Aqui, o nível energético do interpretante peirceano está atrelado ao ato de realizar uma atividade física (ação), e no caso de tristeza e negatividade que a mesma música transmita tem ligação com o nível emocional.

2.2 Música na Ciência da Informação

Para Iazzetta (2001) a música possui um caráter abstrato e devido a isso é algo extremamente difícil de ser formalizado, pois sua compreensão vai além de sua estrutura e se dá em uma esfera sensível e intuitiva. De fato, a música é uma combinação de sons simultâneos e sucessivos, com ordem, equilíbrio e proporção dentro do tempo (MED, 1996). No entanto, para Pinto (2001) a música pode ser também uma manifestação de crenças, de identidades e expressa certa universalidade. Podendo também ser singular e de difícil tradução, quando apresentada fora de seu contexto ou de seu meio cultural. Notamos que a existência de músicas reproduzidas e criadas a partir de um simples borbulhar da boca na água (como algumas obras de Hermeto Pascoal) dificultam a delimitação do que exatamente podemos conceituar música, de um olhar científico.

A música no âmbito da Ciência da Informação (CI) é informação musical, pois ela tem a responsabilidade de compreender seu fluxo, os aspectos que interferem na sua recuperação, uso e socialização. Esse tipo de informação envolve, no contato com seu receptor, caminhos diferentes da informação verbal, por exemplo. A música encarada como ciência é diferente ao uso da música para fins recreativos porque evidencia características que têm amparo coletivo (o nível social) e individual (o nível fenomenológico). (CAFÉ; BARROS, 2014). A forma de música na referida pesquisa será a do documento sonoro especificamente.

Martinez (1999) definiu uma tripla divisão da semiótica quanto à investigação musical, a qual corresponde às categorias fenomenológicas de Peirce. A primeira aborda o estudo de condições gerais da música, suas qualidades, ocorrências e estruturas; chamou-a de Semiose Musical Intrínseca. A segunda é a Referência Musical que se pauta nas condições gerais da música e nas formas e meios com que se relacionam com seus objetos. O terceiro ponto que o autor registra e - mais relevante para esta pesquisa - é a Interpretação Musical que estuda a cognição dos signos musicais e as formas de causação que estes empregam em sua forma final.

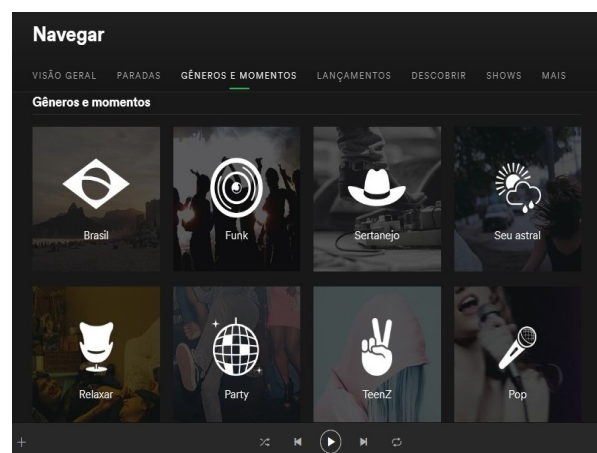
Enfim, a Ciência da Informação possui muitos métodos para interpretar diferentes constituições textuais, de forma que o usuário também possa remodelar a interpretação. A linguagem verbal é simbólica, sendo que o significado das palavras é arbitrário, constituído por força de lei e amparados na generalidade da convenção daqueles que a utilizam. Neste sentido, entendemos que a semiótica oferece mais recursos teóricos para compreensão dos elementos descritivos da música, justamente por explorar outros tipos de significados.

2.3 Spotify

Segundo Santos (2016) o Spotify atualmente é um dos carros-chefe do *streaming* de música. Com o slogan de “Música para todos”, em 2016, a plataforma afirmava possuir uma quantia total de mais de 30 milhões de músicas, que podem ser acessadas gratuitamente (com algumas restrições), ou mediante um pagamento que viabiliza uma conta *premium*, ou seja, acesso livre a todas as músicas, possibilidade de criar *playlists*, seguir outros perfis, realizar downloads e etc.

Lançado em outubro de 2008 pela *startup* sueca Spotify AB, mais de 10 milhões de usuários já teriam se envolvido com o serviço nos dois anos seguintes. Junto do mesmo também estão muitos outros como o Deezer, Tidal, Google Music etc., que não serão objetos deste artigo. Funcionando como aplicativo e com um *player* disponível especialmente para web, o Spotify tem sido parte de um nicho que tem buscado rever o mundo da música (SANTOS, 2016).

Figura 1 – Spotify para Desktop, aba ‘Gênero e Momentos’

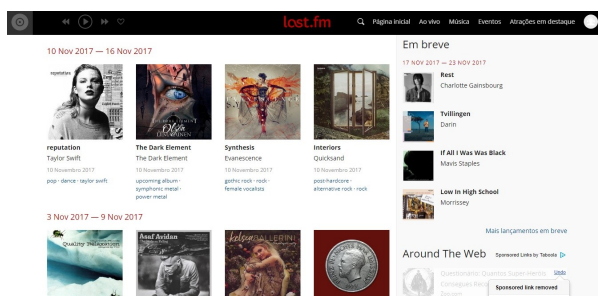


2.4 Last Fm

O lançamento oficial do Last.fm foi em 2003, entretanto, foi fundada em 2002 na Inglaterra. É uma das maiores plataformas sociais de música com mais de 65 milhões de músicas em seu catálogo e uma média de 21 milhões de usuários mensais. É disponível em 12 idiomas (AMARAL, 2009).

Para acessar o conteúdo disponível na plataforma é preciso criar uma conta/perfil, selecionar os estilos e gostos musicais de preferência. A last.fm rastreia todas as músicas escutadas pelo usuário e as disponibiliza online, para compartilhamento das listas e *tags* com outros usuários do programa. E também indica uma gama de informações como o nome do álbum, data, fotos, *releases* e outros artistas similares (todas essas informações construídas a partir dos dados e *tags* disponibilizadas pelos próprios usuários da plataforma) (AMARAL, 2008).

Figura 2 – Página inicial do site Last.fm



Fonte: Last.fm

3 Método

As categorias distribuídas pela plataforma Spotify foram relacionadas aos níveis do interpretante, conforme significado expresso. Pelo fato do Spotify contar com um acervo demasiadamente grande, escolheram-se as categorias Brasil, Seu astral e Relaxar e dentro de cada uma de colheu-se três músicas (totalizando nove), de modo aleatório para realizar a análise. Em seguida, na plataforma Last.fm levantamos as *tags* das mesmas músicas que são criadas a partir de colaboração dos usuários, e realizou-se um comparativo das *tags* com a forma que estavam atribuídas no Spotify.

Na categoria Brasil foram escolhidas as músicas: Corpo Sensual do artista Pablllo Vittar e 13 Matheus Carrilo, Aquele Abraço de Gilberto Gil e Brasil Pandeiro de Novos Baianos. Na categoria Seu Astral foram escolhidas as músicas: *Dive*, da banda Coast Modern, *Let her go* da banda Passenger, e *Wannabe* das Spice Girls. Para a categoria Relaxar, as músicas foram: Amuleto da Artista Tiê, *Catch my Disease* de Ben Lee e por último, *Glitching* da banda Solvekin. A análise de ambas plataformas foi feita a partir do perfil da autora, mas isso não impactou nos dados a serem analisados, visto que todos os públicos possuem acesso tanto à aba 'Gênero e Momentos' quanto às *tags* do Last.fm. Sabe-se que os algoritmos das plataformas sugerem estilos específicos de música, conforme o usuário interage com a mesma, mas a análise foi feita a partir do que é disponibilizado pelas ferramentas sem essa interferência, pois só é possível acessá-las a partir

de um perfil; este como já comentado, podendo ser pago ou não.

4 Análise dos Resultados

O Spotify sugere em sua tela inicial as opções de músicas: 'Em destaque', 'Gêneros', 'Lançamentos' e 'Descobrir'. Clicando na aba Gêneros é possível localizar as categorias listadas no quadro 1 (Apêndice). Traçamos a partir de cada uma destas categorias um elo com o nível interpretante da tríade-semiótica de Peirce. Compreende-se que o uso da linguagem verbal é por si só resultado de interpretante lógico; aqui a aproximação é com o possível significado que foi verbalizado (uma emoção (emocional) verbalizada, um movimento físico (energético) verbalizado).

Na aba Gênero e Momentos, notou-se que o interpretante que sobrecedeu-se foi o interpretante lógico, afinal, grande parte das categorias estão relacionadas diretamente com a maneira que a música é apresentada e divulgada pela indústria para o usuário final. Nesse caso, a significação é atribuída por questões técnicas e por isso relaciona-se com o interpretante lógico. A presença deste interpretante apareceu para as categorias Brasil, *Funk*, Sertanejo, *Pop, Rock, Hip-hop, Eletronic-dance, Teen-Z, Indie, Música Latina, Cristã, Trending, Trilhas Sonoras, Artistas, Spotify Sessions, R&B, Metal, Country, K-pop, Jazz, J-Track, Reggae, Blues, Soul, Funk Americano, Punk* e Clássica.

As categorias *Teen-Z* e Crianças e Famílias apesar de não serem um 'estilo de música' específico, são direcionadas a um público alvo, no caso, dos adolescentes, como o termo '*teen*' sugere às crianças e suas famílias, por isso, também foi atribuída ao interpretante lógico. O mesmo se dá para a categoria *Trending*, que tem relação com o que mais se tem ouvido pelo público no todo e o que o faz ser uma categoria é o volume de ouvintes, um número que determina quais músicas são mais ouvidas no presente momento e por isso também relacionamos com o interpretante lógico.

Observou-se que na categoria 'Trilhas Sonoras', as músicas são de fatos trilhas sonoras que foram tocados em clássicos filmes, em maioria, hollywoodianos. Esta associação que remete a outros filmes permeia a lembranças e a algo já firmado (os filmes) e deste modo também entendesse que o interpretante emergente é o lógico. Além deste, foi atribuído ao interpretante energético, por fazer o usuário lembrar de algo; 'mergulhar' em memórias de filmes que pode ter assistido numa etapa de sua vida que talvez traga nostalgia. Pelo mesmo motivo relacionou-se a categoria 'Décadas' com o interpretante lógico e energético.

As categorias Relaxar, *Party*, Para Treinar, Para dormir, Viagem, Jogos, Foco, Trilhas Sonoras e

Décadas (já citadas) foram atribuídas ao interpretante energético. Nota-se que correspondem em sua maioria a 'ações' para se realizar pelo ouvinte ao ouvir este tipo de música, por exemplo: relaxar, treinar, dormir, viajar, festejar, jogar, focar. Esse é o motivo que faz com que seja atribuída ao aspecto energético do interpretante peirceano.

Enquanto as categorias sugeridas pela própria plataforma, Seu Astral, Relaxar e Humor mantêm uma ligação com um sentimento, ou sensação que pretende causar no ouvinte nota-se a ocorrência do interpretante emocional.

As *tags* do quadro abaixo foram colhidas da página de cada uma das músicas citadas nos procedimentos metodológicos, na plataforma do Last.fm. Para Amaral (2007) as *tags* da plataforma de música do Last.fm agem como formadoras de identidades musicais e culturais dos usuários e ainda permitem a construção de um banco de dados informativo que desponta com os padrões tradicionais quanto à categorização de gêneros, pois antes apenas os críticos e jornalistas de músicas participavam em tal processo.

Quadro 2. Spotify x Last.fm

Categoria Spotify	Música/Artista	Tags Last.fm
Brasil	Corpo Sensual - Pablo Vittar e Matheus Carrilo	vai passar mal – papai – <i>pop</i> – brasil
	Aquele abraço - Gilberto Gil	samba – brasil – <i>growing tomato plants</i> – mpb – <i>brazil</i>
	Brasil Pandeiro - Novos Baianos	mpb – samba – brasil – <i>tropicália</i> – novos baianos
Seu Astral	<i>Dive</i> - Coast Modern	<i>indie pop</i> – <i>pop</i>
	<i>Let her go</i> – Passenger	<i>folk</i> – <i>acoustic</i> – <i>british</i> – 2012
	Amuleto - Tiê	MPB – <i>folk</i> – <i>female vocalists</i> – <i>indie</i> – <i>brasil</i> – <i>brazilian</i>
Relaxar	<i>Wannabe</i> – Spice Girls	<i>pop</i> – 90's – <i>dance</i> – <i>spice girls</i> – <i>female vocalists</i>
	<i>Catch my Disease</i> - Ben	<i>singer-songwriter</i> –

	Lee	<i>indie</i> – <i>australian</i> – <i>indie pop</i> – <i>alternative</i>
	<i>Glitching</i> - Solvekin	<i>ambient</i> – <i>instrumental</i> – <i>chill</i> – <i>relax</i> – <i>calm</i> – <i>possibly fake</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As primeiras três músicas escolhidas foram de uma categoria que aponta ligação com o gênero musical de acordo com a nacionalidade da mesma; a categoria em que o montante de músicas constava era intitulado por 'Brasil', relacionada anteriormente com o interpretante lógico. Notou-se que as classificações dos usuários do Last.fm para com as músicas escolhidas dentro da categoria Brasil foram assim classificadas por eles também. A *tag* 'brasil' esteve presente nas três músicas analisadas e foram classificadas pelo Spotify da mesma forma.

Entretanto, as possibilidades de classificação dos usuários possuem uma expansão comparada à plataforma Spotify, por esse motivo, outras *tags* foram também encontradas e são relevantes para o atual comparativo. Por exemplo, na música 'Corpo Sensual' houve a presença da *tag* 'vai passar mal' que é um trecho da música de Pablo Vittar e está relacionada com o interpretante energético pelo fato de o ouvinte ter que 'lembrar' de sua letra para parafrasear a mesma e isso exige um esforço, uma ação. E já nas músicas de Gilberto Gil (Aquele Abraço) e dos Novos Baianos (Brasil Pandeiro) notou-se a presença da *tag* 'mpb' e 'samba' que têm relação com o interpretante lógico visto que são estilos específicos de música e podem estar inseridos no contexto de música originalmente brasileira.

No âmbito musical as categorias brasil, samba e mpb mantêm certa harmonia. No entanto, houve a presença da *tag pop* na primeira música, mostrando que a categoria Brasil para o Spotify é de fato ampla, pois não é tratada como gênero musical e sim apenas como a nacionalidade das músicas ali distribuídas. Acredita-se que uma música pode ser “*pop*” e também ser “brasileira”, mas provavelmente seja difícil um ouvinte quando busca por “música brasileira”, pretender encontrar música “*pop*”. Pois a relação entre MPB e samba com o conceito de música brasileira parece ser mais aceita e mais amplamente compartilhada.

A partir da análise das *tags* do Last.fm, das músicas selecionadas da categoria 'Seu Astral', o nível interpretante que teve destaque nas músicas foi o lógico, pois a maioria das *tags* referem-se à gênero musical, por exemplo: *folk*, *pop*, *indie*, *acoustic*, MPB. E outras *tags* que fazem alusão às características dos

artistas, como *'female vocalist'* que também se relaciona com o lógico. Notou-se também *tags* com o país de origem das músicas como *'british e brazilian'* que como já comentado referem-se ao interpretante lógico. Nesta categoria, grande parte das *tags* senão todas são de certo modo características intrínsecas daquelas canções; características que são criadas e delimitadas pela indústria da música. Sendo assim, notou-se que a forma do usuário classificar se assemelha com o que a indústria classifica e vende. Porém, na categoria 'Seu Astral', não houve a presença do interpretante emocional nas *tags* do Last.fm, e no Spotify essa categoria foi relacionada com este interpretante, no caso emocional. Desse modo, apesar de haver certa coesão com a interpretação final do usuário para com o que a indústria nos disponibiliza, provavelmente não é o mesmo processo de significação que acontece para que se chegue a tal interpretação.

E na última categoria, intitulada 'Relaxar', as *tags* analisadas das músicas do Last.fm em sua maioria também mantêm relação com o interpretante lógico, visto que denotam os estilos/gêneros musicais (*pop, dance, indie, alternative*) ou pormenores dos próprios artistas, como *singer-songwriter* e novamente *female vocalists*. Entretanto, notou-se também a presença do interpretante energético nesta categoria, por conta das *tags* *relax, calm e chill* (neste caso, associa-se *chill* à expressão *chill-out* que significa relaxar). E essas atribuições de significados nas *tags* dos usuários foram de encontro para com a forma que o Spotify classificou as músicas.

Notou-se também a presença de hiperonímias e hiponímias como, por exemplo, entre as *tags* *'indie'* e *'indie pop'* o que muito provavelmente dificulta a recuperação desta informação mesmo que haja uma ligação de gênero musical entre estas. No caso, a música pode ser *indie* e em seu 'subgênero' ser *indie pop*, mas essa liberdade do usuário pode inferir na busca de outros que provavelmente não tenham o mesmo ponto de vista quanto ao gênero da mesma. Algo parecido aconteceu em uma das músicas com as *tags* *'folk', 'indie', brasil e mpb*; tratam-se de quatro gêneros musicais distintos. Entende-se que uma música *indie* pode ter influência *folk* e de *mpb* e uma sugestão que facilitaria e influenciaria o usuário a classificar de forma menos vaga, poderia ser a inclusão de nivelamento de influência que aquela música tem com relação aos demais gêneros e subgêneros além do que ela inclui-se. Por exemplo: A música 'João e Maria' do cantor e compositor Chico Buarque é classificada como MPB, mas ela também pode ter influência do gênero musical samba. Logo, quão samba pode ser essa música para o usuário final? Tais esclarecimentos talvez enriqueceriam 'semanticamente' a informação ali descrita, pois explicariam melhor a formação do significado e os elementos da semiose.

5 Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa foi de analisar a forma com que a informação musical é organizada e disponibilizada em plataformas musicais, por meio de uma comparação entre a plataforma Spotify e Last.fm. Ainda, comparamos a forma com que as músicas foram classificadas e traçamos um elo com o nível interpretante de tríade semiótica de Peirce. Pretendeu-se verificar as diferenças existentes entre os critérios de classificação utilizados pelos usuários e os princípios comerciais de classificação encontrados nas plataformas que é realizado pelas gravadoras e editores musicais. No Spotify, percebeu-se que os padrões de classificação da oferta musical organizam-se com base na produção artística e na conformação da demanda, bem como a criação de novos usos sociais referentes à produção musical.

Acredita-se que seja mais simples recuperar uma música usando termos que se relacionem com o interpretante lógico, ou seja, que apontem características já intrínsecas na informação musical do que se localizar uma música alegre ou triste, pois transmitir isso de um modo consensual é desafiador, ainda mais no caso de uma música que não contém letra. Essa subjetividade impacta diretamente na forma com o usuário classifica seu acervo pessoal nas plataformas que lhe dão essa liberdade, e conseqüentemente, na recuperação de músicas. Por essas associações serem muito pessoais, existe a dificuldade de formalizar os conceitos e definições, principalmente quando correspondem a sentimentos, afinal, é algo da natureza do sentir, interiorizado e desse modo de complexa verbalização. Desse modo, por essa dificuldade de verbalizar o que é sentido, que o interpretante emocional não tenha aparecido tanto nos resultados da análise onde os usuários tinham liberdade de classificar as músicas.

Isso só afirma o fato de que mesmo o usuário tendo liberdade de participação no processo de indexação de materiais – no caso desta pesquisa, relacionados à música em plataformas streamings – ainda há certa limitação. A presença de hiperonímias e hiponímias elucidou essas questões. Por isso, é interessante a ideia de oferecer nessas classificações colaborativas um grupo de termos que ajude o usuário a se expressar, sem interferir na flexibilidade necessária (quanto à classificação das músicas disponibilizadas em sites, pois essa temática é pauta de algumas pesquisas do campo da Ciência da Informação) É necessário visualizar a necessidade dos profissionais da informação se inserirem nesse meio de modo a contribuir para a disseminação da informação musical.

Tornar esses dados (da informação musical) acessíveis é um desafio para o profissional da informação e por isso é preciso questionar a forma com que este tipo de informação é tratado e disponibilizado, e talvez

repensar alguns métodos de recuperação e indexação referentes à informação musical.

Referências

- ALMEIDA, Carlos Cândido de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Análise Peirceana do Processo de Indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação**. 2013. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/787/5.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 out. 2017.
- ALMEIDA, C. C.; SOUSA, B. P. de.; Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.22, n. 2, p. 23-34, maio/ago. 2012.
- AMARAL, Adriana; AQUINO, Maria Clara. Práticas de folksonomia e *social tagging* no Last. fm. In: **Proceedings of Conference on Human Factors in Computing Systems**. 2008.
- AMARAL, Adriana. Categorização dos gêneros musicais na Internet-Para uma etnografia virtual das práticas comunicacionais na plataforma social Last. fm. **Novos rumos da cultura da mídia. Indústrias, produtos e audiências**. Rio de Janeiro: Mauad, v. 1, p. 227-242, 2007.
- _____. Plataformas de música online: práticas de comunicação e consumo através dos perfis. **Revista Contracampo**, n. 20, p. 147-170, 2009.
- BARROS, Camila Monteiro de. **INFORMAÇÃO MUSICAL: Análise semiótica da experiência de não especialistas em música e as implicações teóricas na Organização do Conhecimento**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado) - CIN, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174306/346000.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 out. 2017
- BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. **Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?** 2008. IX ENANCIB- São Paulo - 2008. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/doritchka/brascher-e-caf-organizacao-da-informao-ou-do-conhecimento>>. Acesso em: 03 nov 2017.
- CAFÉ, L. G. M. A.; BARROS, C. M. Informação musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/19619>>. Acesso em: 25 Jun. 2017.
- CAFÉ, L.; BARROS, C. M. Panorama da produção nacional e internacional sobre informação musical. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 2, 2016.
- Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93093>>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977
- CAVALCANTE, José Souza et al. (Comp.). **Os Pré Socráticos**. Fragmentos, Doxografia e Comentários. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- COELHO NETO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- CORREIA, Claudio Manoel de Carvalho. **Fundamentos da Semiótica Peirceana**. 2012. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/doc/38.doc>>. Acesso em: 2 nov. 2016.
- CORREIA, Cláudio Manoel de Carvalho. Fundamentos da semiótica peirceana. **FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, v. 9, p. 1-8, 2007.
- CRUZ, F. W. **Necessidades de informação musical de usuários não especializados**. Tese (Doutorado) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, v. 8, n. 1-2, 2014.
- IAZZETTA, Fernando. O que é música (hoje). **Fórum Catarinense de Musicoterapia**, v. 1, p. 5-14, 2001.
- INFORMAL, DICIONÁRIO. dicionário online. Semiótica. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>> Acesso em: 08 nov. 2017.
- MARTINEZ, José Luiz. Música, semiótica musical e a classificação de ciências de Charles Sanders Peirce. **OPUS**, [s.l.], v. 6, p. 10-19, maio 1999. ISSN 1517-7017. Disponível em: <<http://anppom.com.br/bkprevista/index.php/opus/artic le/view/66>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- MED, Bohumil. **Teoria da Música**. 4. ed. Brasília: Bohumil Med Edições Musicais, 1996.
- PEIRCE. C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- _____. **Collected Papers of Charles S. Peirce**. Cambridge, MA. Harvard Univ. Press
- PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 1, p.222-286, 2001. FapUNIFESP

(SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-77012001000100007>.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTINI, R. M. As dimensões sociais dos gêneros musicais: porque os sistemas de classificação comercial e não comercial variam. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 9, n. 1, 2011.

SANTOS, Mylena Ceribelle Gadelha; RAMOS, Rebecca Costa; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. **Aplicativos de música: o Spotify, as mudanças no mercado fonográfico e os filtros-bolha**1. São Paulo, 2016.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. Tradução de Jair Barboza.

Apêndice – Quadro 1. Categorias Spotify

Nível interpretante	emocional	energético	lógico	Nível interpretante	emocional	energético	lógico
Categoria				Categoria			
Brasil			X	Trilhas Sonoras		X	X
<i>Funk</i>			X	Jogos		X	
Sertanejo			X	Artistas			X
Seu astral	X			<i>Spotify Sessions</i>			X
Relaxar	X	X		Foco		X	
<i>Party</i>		X		Para dormir		X	
<i>Teen Z</i>			X	<i>R&B</i>			X
<i>Pop</i>			X	<i>Metal</i>			X
<i>Rock</i>			X	<i>Country</i>			X
<i>Hip-hop</i>			X	<i>K-pop</i>			X
Eletrônica/ <i>Dance</i>			X	<i>J-tracks</i>			X
<i>Indie</i>			X	Viagem		X	
Música Latina			X	Décadas		X	X
Cristã			X	Crianças e família			X
Para Treinar		X		<i>Jazz</i>			X
<i>Trending</i>			X	<i>Reggae</i>			X

<i>Blues</i>			X				
<i>Soul</i>			X				
Funk Americano			X				
<i>Punk</i>			X				
Clássica			X				
Humor	X						

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Dimensão Aplicada da Organização do Conhecimento

Applied Dimension of Knowledge Organization

Construindo equivalências: a aplicabilidade da classificação funcional por tipo documental no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – Fiocruz

Constructing equivalences: the applicability of the functional classification by document type in the Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz

Fernanda Bouth Pinto (1), Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (2)

(1) Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fundação Oswaldo Cruz, Avenida Brasil, 4365, Manginhos/Rio de Janeiro, E-mail: nandabouth@yahoo.com.br

(2) Universidade Federal Fluminense, Rua Prof^o Lara Vilela, 126, Niterói/Rio de Janeiro, E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo

Este trabalho aborda a classificação de documentos de arquivo do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, no âmbito da Gestão de Documentos da Fundação Oswaldo Cruz. Enquanto órgão do poder executivo federal, a Fiocruz deve seguir as normativas do Conselho Nacional de Arquivos e classificar seus documentos de acordo com o Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz. Propõe-se, então, a elaboração de uma tabela de equivalência que relacione o código de classificação vigente na Fundação com um plano de classificação funcional que chega ao tipo documental, baseado nas funções e atividades do INI. Por serem elaborados com metodologias diferentes – o primeiro baseia-se no assunto dos documentos e o segundo, nas funções e atividades –, torna-se necessária a elaboração da tabela de equivalência para que o plano funcional seja aplicável ao Instituto. A metodologia para a elaboração da tabela de equivalência está relacionada à comparação entre o código de classificação por assuntos e o plano de classificação funcional. Foi possível concluir que, ao partir do auxílio da equivalência, o ideal é que cada instituição elabore seu próprio plano de classificação, tanto das atividades-meio como das atividades-fim, baseando-se na metodologia funcional chegando no tipo documental.

Palavras-chave: Classificação de documentos de arquivo; Classificação funcional; Classificação por assunto; Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas; Tabela de equivalência; Tipo documental.

Abstract

This paper deals with the classification of archival documents of the Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, within the framework of Document Management of the Fundação Oswaldo Cruz. As an agency of the federal executive branch, Fiocruz must follow the regulations of the National Council of Archives and classify its documents according to Fiocruz's File Documents Classification Code. It is therefore proposed to draw up a table of equivalence that lists the current classification code in the Foundation, with a functional classification plan that arrives at the documentary type, based on the functions and activities of the INI. Because they are elaborated with different methodologies - the first one is based on the subject of the documents and the second, in the functions and activities -, it is necessary to draw up the equivalence table for the functional plan to be applicable to the Institute. The methodology for the elaboration of the equivalence table is related to the comparison between the classification code by subjects and the functional classification plan. It was possible to conclude that, based on the aid of equivalence, the ideal is for each institution to elaborate its own classification plan, both of the activities-means and the end-activities, based on the functional methodology arriving at the documentary type.

Keywords: Classification by subject; Classification of archival documents; Documentary typology; Functional classification; Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas; Table of equivalence.

1 Introdução

A classificação de documentos de arquivos pode ser considerada como a espinha dorsal da gestão de documentos, que está diretamente ligada à questão da organização e recuperação dos arquivos. Essa classificação deve ser feita a partir do momento da produção documental, levando em consideração a estrutura da instituição, suas funções, atividades e a natureza de seus documentos.

É possível afirmar que a literatura da área de arquivos registra diversos modelos de planos de classificação e parâmetros conceituais para identificar os órgãos produtores e os documentos, fato que explicita a ausência de entendimentos quanto à padronização de procedimentos metodológicos para identificar documentos de arquivos e classificá-los no contexto funcional de sua produção. Dessa maneira, podemos considerar que a classificação funcional não vem sendo

priorizada pela área. Além disso, não há concordância entre os teóricos da Arquivologia sobre quais e quantos níveis, ou hierarquias, são necessários para identificar os elementos que caracterizam a ação administrativa, algo que deve ficar materializado no plano de classificação. Tais questões justificam a necessidade de definição da adoção de procedimentos para elaborar planos de classificação funcionais e como poderiam ser adotados no âmbito de programas de gestão de documentos.

Nessa linha de pensamento e observando a classificação aplicada aos documentos do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – Fiocruz, foi possível verificar que esta não funciona adequadamente por trazer dúvidas aos produtores dos documentos no momento de aplicar o instrumento. Considerando que estes são também os classificadores dos documentos, podemos afirmar que não há um reconhecimento do documento que produzem no código de classificação utilizado. Em alguns casos, os códigos atribuídos a um documento podem gerar múltiplas classificações, constando em seu conteúdo mais de um assunto. Como o código de classificação aplicado segue, em um dos critérios, o assunto do documento, os produtores sentem dificuldade na hora de escolher um ou outro assunto, tornando a atividade arbitrária e subjetiva.

Cabe informar que a elaboração do plano de classificação funcional foi realizada no âmbito da dissertação de Mestrado Profissional de Fernanda Bouth Pinto (2017), pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, neste trabalho objetiva-se demonstrar a tabela de equivalência como uma alternativa para que a metodologia da classificação funcional seja aplicada no INI, uma vez que a instituição deve seguir as normativas do CONARQ.

2 Desenvolvimento

O Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, órgão do Poder Executivo Federal, voltada para a pesquisa clínica, ensino, serviços de referência e assistência em doenças infecciosas. O Instituto foi criado em 2010 e está localizado no campus de Manguinhos da Fiocruz, na cidade do Rio de Janeiro.

As origens do atual INI remontam ao Hospital de Manguinhos, criado em 1912. Ao longo de sua história, o Hospital de Manguinhos foi denominado *Hospital de Doenças Tropicais*, *Hospital Oswaldo Cruz*, *Hospital Evandro Chagas*, *Centro de Pesquisa Clínica Hospital Evandro Chagas* e *Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas* (IPEC) [1].

O Instituto integra a Rede de Pesquisa Clínica da Fiocruz e tem como missão contribuir para a melhoria das condições de saúde da população brasileira, através de ações integradas de pesquisa clínica, desenvolvimento tecnológico, ensino e assistência de referência na área de doenças infecciosas.

Como a Fiocruz é um órgão do poder executivo federal, deve seguir todas as normativas elaboradas pelo Conselho Nacional de Arquivos. Para compreender melhor o contexto da aplicação da função arquivística classificação no INI em particular, e na Fiocruz como um todo, pesquisamos o histórico da classificação no tocante à gestão de documentos. Através da Portaria nº 353/2009 da Presidência da Fiocruz, foi constituído o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGDA, da Fundação Oswaldo Cruz, coordenado pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC). O SIGDA tem como objetivos: estabelecer políticas e programas de gestão de documentos e arquivos, em consonância com o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ; promover a gestão dos documentos de arquivo da Fiocruz, como instrumento de apoio, preservação do patrimônio e prova de suas atividades; assegurar a implementação dos procedimentos de gestão documental nas fases corrente, intermediária e permanente.

Nesse sentido, o plano de classificação adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), no caso a Fiocruz, é o Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz [2]. Tal Código utiliza como base o modelo de código de classificação decimal, ou seja, um código numérico dividido em dez classes, cada uma das classes divididas em dez subclasses, e assim sucessivamente. As dez classes principais são representadas por um número inteiro de três algarismos, atribuído aos documentos agrupados no instrumento: Classe 000; Classe 100; Classe 200; Classe 300; Classe 400; Classe 500; Classe 600; Classe 700; Classe 800 e Classe 900. Essas classes principais se referem às grandes funções desempenhadas pelos órgãos. As duas classes comuns a todos os órgãos são as classes 000 – Administração Geral e 900 – Assuntos diversos, correspondentes às atividades-meio dos órgãos. As classes 100 a 800 são destinadas às atividades-fim dos órgãos, sendo responsabilidade de cada órgão elaborar seu próprio código de classificação referente aos documentos da área finalística, que deve estar necessariamente alinhado com as orientações técnicas do Arquivo Nacional, ou seja, com a mesma metodologia.

Nas definições e conceitos trazidos pelo próprio Código em sua introdução, seu objetivo é “classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades” (BRASIL..., 2001, p. 9). Acreditamos que a

classificação de documentos de arquivo se refere aos documentos produzidos no contexto das atividades e funções desempenhadas por um órgão, e não com base no conteúdo do documento.

A partir de nossa observação empírica, constatamos que as principais problemáticas e dificuldades percebidas com a utilização desse Código foram:

-tomar como base metodológica o modelo de código de classificação decimal, proveniente da Biblioteconomia;

-sua metodologia não considera a relevância da principal característica do documento de arquivo, qual seja a de ser produto de uma ação, não devendo ser classificado pelo assunto que aborda. Afinal, em nosso entendimento, a classificação em arquivos deve buscar conhecer o contexto de produção dos documentos;

-da forma como está colocado, permite a subjetividade no momento da Classificação;

-pressupondo que a função classificação auxilia o processo de avaliação, ao classificar o documento pela metodologia que privilegia o assunto, este não é elemento suficiente para determinar sua destinação, tampouco seus prazos de guarda, corretamente;

-as classes apresentadas no Código não atendem às necessidades da classificação de documentos de arquivo, ou seja, ao tentar classificar determinados documentos, estes ficam “perdidos” pelo Código, por não possuir classes que atendam à sua classificação. Percebe-se, portanto, uma defasagem no instrumento;

-caso a classificação seja feita no nível de subclasse ou classe, é possível dar margem à dupla classificação de um mesmo documento. Nesse caso, o Código possibilita múltiplas interpretações para um documento;

-o Código utiliza diversos elementos de classificação: espécies, funções, atividades, séries e assuntos, simultaneamente;

-os produtores não reconhecem seus documentos no instrumento, o que acaba por dificultar a classificação.

Diferentemente do que coloca o Código, o embasamento teórico-metodológico proposto em nossa pesquisa traz o entendimento de que o trabalho arquivístico se debruça no contexto da produção documental, sendo que as funções e atividades do órgão produtor são os elementos que determinam a classificação dos documentos, e não seu tema ou conteúdo. Ademais, consideramos que a classificação de documentos de arquivo é uma tarefa de organização intelectual dos documentos, e não física.

Entendemos a função classificação como uma atividade fundamental à gestão de documentos de uma instituição, pois sua ausência impede a compreensão do contexto de produção dos documentos, a representação

da organicidade, além das razões de criação dos documentos. Dentre as diversas importâncias dessa função, pode-se destacar que não realizá-la propicia acúmulos desordenados de documentos, reduzindo os arquivos a meros depósitos de papéis, bloqueando o acesso aos documentos e a recuperação de informações essenciais para tomada de decisão nas instituições como um todo.

2.1 Elaboração do Plano de Classificação Funcional por Tipo Documental

O plano de classificação funcional (Tabela 1, em Apêndice A), construído no âmbito da pesquisa de mestrado profissional no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos na UNIRIO, foi elaborado com base nas funções e atividades do INI, a partir de um recorte do organograma do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fiocruz, sendo selecionados para o estudo quatro setores, a saber: o Serviço de Informação e Estatística (SIEST), vinculado à Vice Direção de Qualidade e Informação; o Serviço de Coordenação da Qualidade (SCQ), vinculado à Vice Direção de Qualidade e Informação; o Serviço de Nutrição (SENUT), vinculado à Vice Direção de Serviços Clínicos; e a Seção de Imunodiagnóstico (SIMUNO), vinculada à Coordenação de Atividades Diagnósticas. Os dois primeiros referem-se às atividades-meio do Instituto e os dois últimos às atividades finalísticas.

2.2 Tabela de Equivalência entre os Planos de Classificação: um recorte

Os procedimentos metodológicos de elaboração da tabela de equivalência [3] envolvem a construção do plano de classificação funcional que chega ao tipo documental e a comparação entre este plano e o código de classificação vigente na Fiocruz, que tem por base os assuntos dos documentos.

O plano de classificação funcional foi elaborado a partir de um recorte do organograma do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fiocruz, sendo selecionados para o estudo quatro setores, a saber: o Serviço de Informação e Estatística (SIEST), vinculado à Vice Direção de Qualidade e Informação; o Serviço de Coordenação da Qualidade (SCQ), vinculado à Vice Direção de Qualidade e Informação; o Serviço de Nutrição (SENUT), vinculado à Vice Direção de Serviços Clínicos; e a Seção de Imunodiagnóstico (SIMUNO), vinculada à Coordenação de Atividades Diagnósticas. Os dois primeiros referem-se às atividades-meio do Instituto e, os dois últimos, às atividades finalísticas.

Optamos por seguir as recomendações do “Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de

Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Fim” e do “Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio”, coordenados por Ieda Pimenta Bernardes *et al.* (2008), para a redação das atribuições do plano de classificação, de modo a melhor definir a denominação das funções, subfunções e atividades. De acordo com esses manuais, ao invés de se utilizar o infinitivo do verbo para indicar a ação, a escolha se deu pelo uso de substantivos (BERNARDES *et al.*, 2008, p. 39).

A estrutura do plano de classificação que elaboramos segue esta ordem: primeiro, os dois setores de atividade-meio, SIEST e SCQ; e depois os dois setores de atividade-fim, SENUT e SIMUNO. A ordem de apresentação das funções, subfunções e atividades seguiu o critério da rotina de trabalho em cada setor analisado. A ordem dos tipos documentais em cada atividade apresentada no plano seguiu o critério da ordem alfabética.

Com a montagem do plano de classificação funcional a partir da produção documental dos setores estudados, partimos para a atribuição de um código numérico às funções, subfunções, atividades e tipos documentais, conforme segue:

01.01.02.04 - Planilha de consolidação de exames por procedência
 01 Função
 01.01 Subfunção
 01.01.02 Atividade
 01.01.02.04 Tipo documental

De acordo com Bernardes *et al.* (2008, p. 45), fazendo referência ao Decreto nº 48.897/2004, artigo 13, “o código de classificação é a referência numérica que associa ao seu contexto de produção”. Neste sentido, o tipo documental fica representado no plano de classificação através da atividade que o gerou, atrelada à subfunção e função de seu órgão produtor.

Durante nosso percurso de elaboração do plano de classificação, a participação e colaboração dos funcionários dos setores analisados foi de fundamental importância para alcançar os objetivos propostos, possibilitando o amplo conhecimento sobre sua área de atuação. Cabe registrar, como dificuldade dessa etapa, a conciliação entre as atividades rotineiras dos funcionários e o agendamento dos encontros para a coleta de dados.

Ademais, é importante ressaltar que o plano de classificação funcional elaborado para o INI traz como missão da Fundação Oswaldo Cruz: “Desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do

desenvolvimento científico e tecnológico”, e como competência do INI: “Contribuir para a melhoria das condições de saúde da população brasileira através de ações integradas de pesquisa clínica, desenvolvimento tecnológico, ensino e assistência de referência na área de doenças infecciosas”.

Elaborado o plano de classificação, partimos para a etapa da equivalência de cada tipo documental do plano, com o código de classificação por assuntos.

O principal objetivo da elaboração desta Tabela de equivalência foi tornar possível a classificação dos documentos de arquivo do INI pela metodologia funcional que chega ao tipo documental, visto que o Instituto deve seguir a classificação do CONARQ. Como forma de compatibilizar os tipos documentais produzidos pelo INI com os assuntos propostos no Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz, a Tabela (Tabela 2, em Apêndice A) se torna o instrumento de aplicabilidade da metodologia funcional no Instituto.

Analisando a tabela de equivalência, observamos as lacunas e problemas metodológicos presentes no instrumento de classificação baseado em assuntos quando aplicado na classificação de documentos de arquivo. Para diferentes tipos documentais, quando realizada a equivalência destes e suas respectivas atividades, com os assuntos do Código da Fiocruz, percebeu-se que em muitos casos os assuntos eram generalizados, não trazendo a ação que gera o documento, além de ser possível classificar um mesmo tipo documental em mais de uma classe do código por assuntos. Alguns exemplos dessas situações foram organizados e analisados no quadro descritivo-analítico ao final deste trabalho (Quadro 1, em Apêndice A).

Apresentadas as análises, reiteramos que o principal objetivo da elaboração desta Tabela de equivalência foi tornar possível a classificação dos documentos de arquivo do INI pela metodologia funcional que chega ao tipo documental. Como forma de compatibilizar os tipos documentais produzidos pelo INI com os assuntos propostos no Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz, a Tabela se torna o instrumento de aplicabilidade da metodologia funcional no Instituto, possibilitando ao classificador o reconhecimento, no plano de classificação, dos documentos que produz, dirimindo subjetividades.

Considerações finais

A utilização de diversos parâmetros e significados diferentes torna a classificação de documentos de arquivo pelo Código de Classificação da Fiocruz muito confusa, sendo a disparidade de critérios uma grande dificuldade na aplicação do instrumento.

Foi possível observar que a aplicabilidade do Código de Classificação fica comprometida pelo fato de sua metodologia ser baseada nos assuntos dos documentos e não por função que chega ao tipo documental.

Podemos afirmar, assim, que a classificação dos documentos de arquivo determina o lugar ocupado pelas séries documentais no contexto de produção, isto é, a organicidade, na medida em que sua materialização no plano de classificação espelha as atividades e funções desenvolvidas pelo órgão.

Portanto, a partir dos resultados desta investigação, consideramos que o ideal é que cada instituição elabore seu próprio plano de classificação, tanto das atividades-meio como das atividades-fim, a partir da metodologia funcional chegando ao tipo documental, pois dessa maneira o classificador reconhecerá, no plano de classificação, o documento que produz.

Notas

[1] Pesquisa feita no sítio: <<http://www.ini.fiocruz.br>> Acesso em: 10 abr. 2019.

[2] Código de Classificação de Documentos aprovado pela Portaria nº 69, de 08 de agosto de 2007, do Arquivo Nacional, Secretaria Executiva da Casa Civil.

[3] Esta tabela de equivalência foi elaborada a partir do modelo proposto por Silvia Lhamas de Mello (2013).

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)
- _____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.
- BERNARDES, Ieda Pimenta *et al.* **Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Fim**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008a.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; *et al.* **Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001**. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n.4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública. Diário Oficial. Brasília, 8 de fevereiro de 2002.
- BRASIL/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Código de Classificação de Documentos de Arquivo**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.
- BRASIL/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portaria nº 353**. Constituir o Sistema de gestão de documentos e arquivos – sigda. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.
- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.
- FOSCARINI, Fiorella. 2010. “La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de la teoría e y la práctica.” **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León, Salamanca, n.13, p. 41-57, 2010.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **La identificación y la valoración documentales en la Gestión Administrativa de las Instituciones Públicas**. Disponível em: [http://www.anabad.org/boletinpdf/pdf/XLIX\(1999\)_1_19.pdf](http://www.anabad.org/boletinpdf/pdf/XLIX(1999)_1_19.pdf) . Acesso em 25 fev. 2009.
- _____. **Manual de arquivística básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.
- ILERBAIG ADELL, Juan. Clasificación de documentos y clasificación em biología. In: **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León, Salamanca, n.13, p. 115-122, 2010.
- MELLO, Silvia Lhamas de. **Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação em arquivos universitários**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2013 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/SILVIA%20LHAMAS%20DE%20MELLO.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en arquivística. **Documenta & Instrumenta**. Madrid, v. 1, p. 35-46. 2004. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm> Acesso em: 31 ago. 2005.

PINTO, Fernanda Bouth. **Plano de Classificação por assunto ou funcional: análise de metodologias e equivalências para classificação de documentos de arquivo no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fundação Oswaldo Cruz**. Orientador: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/Fernanda%20Bouth%20Pinto.pdf>. Acesso em 11 abr. 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**, Portugal, v. 17/18, p. 11-46, jun./dez. 2005.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Orientador: Heloísa Liberalli Belotto 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em Mestrado Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 15 out. 2009.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. Orientador: Ana Maria Camargo. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 02 maio 2017.

Apêndice A – Tabela 1 - Plano de Classificação funcional

Função:	1	GESTÃO DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA INSTITUCIONAL
Subfunção:	01.01	Disponibilização de informações da assistência prestada por meio de estatísticas para o planejamento e a gestão
Atividade:	01.01.01	Estabelecimento e manutenção de fluxo para obtenção de informações estatísticas institucionais e nacionais de interesse da instituição
Documentos:	01.01.01.01	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a hospital dia
	01.01.01.02	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a internação
Atividade:	01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade
Documentos:	01.01.02.01	Boletim estatístico anual
	01.01.02.02	Planilha de cálculo de metas assistenciais
Subfunção:	01.02	Elaboração, manutenção, disponibilização e análise de dados de caráter clínico e epidemiológico dos pacientes por nosologia para fins de pesquisa
Atividade:	01.02.01	Elaboração de coortes de pacientes partindo dos CID's atribuídos nos atendimentos médicos e nos programas de pesquisa e diagnósticos na internação
Documentos:	01.02.01.01	Planilha de cálculo de coorte
	01.02.01.02	Planilha de cálculo de coorte HIV/AIDS
Atividade:	01.02.02	Elaboração de informações para fins de pesquisa
Documentos:	01.02.02.01	Levantamento de dados sobre esporotricose
	01.02.02.02	Levantamento de dados sobre pacientes HIV positivo com histórico de tentativa de suicídio
	01.02.02.03	Levantamento de dados sobre pacientes HIV positivo com infecção em tuberculose
Atividade:	01.02.03	Realização de análise estatística dos dados dos pacientes
Documentos:	01.02.03.01	Artigo sobre estudo de efeitos da profilaxia em pacientes HIV positivo com tuberculose
	01.02.03.02	Artigo sobre estudo de esporotricose
	01.02.03.03	Artigo sobre tentativa de suicídio em pacientes HIV positivo no INI
Função:	2	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE QUALIDADE DO INI, DANDO SUPORTE TÉCNICO EM QUESTÕES NO ÂMBITO DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
Subfunção:	02.01	Colaboração com a Direção do INI, de acordo com as decisões estratégicas propostas
Atividade:	02.01.01	Manutenção de interface com a Coordenação da Qualidade Fiocruz (CQualiFiocruz)
Documentos:	02.01.01.01	Ata de reunião SCQ com CQualiFiocruz
	02.01.01.02	Formulário de auto avaliação da Unidade (online)
Subfunção:	02.02	Gerenciamento das atividades de Qualidade nos Laboratórios
Atividade:	02.02.01	Acompanhamento dos ensaios de proficiência CAP, ACCUTEST, CONTROL-LAB
Documentos:	02.02.01.01	Livro de registro da entrega das amostras (Livro de protocolo)
	02.02.01.02	Planilha de acompanhamento de datas e temperatura da amostra (Excel)
	02.02.01.03	Planilha de monitoramento dos resultados dos ensaios de proficiência

Atividade:	02.02.02	Controle dos termômetros de freezers, geladeiras e estufas
Documentos:	02.02.02.01	Certificado de calibração
	02.02.02.02	Cópia do Certificado assinada e datada pelo laboratório
Atividade:	02.02.03	Controle dos documentos da Qualidade dos Laboratórios
Documentos:	02.02.03.01	Aviso de expiração dos documentos dos laboratórios (por e-mail)
	02.02.03.02	Planilha de controle de documentos (data, versão, responsáveis)

Apêndice A – Tabela 2 -Tabela de equivalência entre o Plano de Classificação funcional e o Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz

Código Atividade	Atividade/Tarefa	Código Tipo Documental	Tipo documental	Classificação pelo Código de classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz	
				Código	Assunto
SIEST – Serviço de Informação e Estatística					
01.01.01	Estabelecimento e manutenção de fluxo para obtenção de informações estatísticas institucionais e nacionais de interesse da instituição	01.01.01.01	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a hospital dia	532	ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS -Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias
01.01.01	Estabelecimento e manutenção de fluxo para obtenção de informações estatísticas institucionais e nacionais de interesse da instituição	01.01.01.02	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a internação	532	ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS -Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias
01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade	01.01.02.01	Boletim estatístico anual	060.2	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NOS BOLETINS ADMINISTRATIVO, DE PESSOAL E DE SERVIÇO
01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade	01.01.02.02	Planilha de cálculo de metas assistenciais	532	ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS -Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias
01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade	01.01.02.03	Planilha de cálculo de tempo médio de permanência de internação por PEPES (Projeto de Pesquisa)	532	ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS -Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias
01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade	01.01.02.04	Planilha de consolidação de exames por procedência	542	EXAMES E/OU ENSAIOS LABORATORIAIS -Incluem-se documentos referentes aos exames e/ou ensaios realizados no âmbito da vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária e

					análise clínica.
01.01.03	Estabelecimento, manutenção e divulgação de indicadores institucionais	01.01.03.01	Planilha de indicadores da Vice Direção de Serviços Clínicos	532	ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS -Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias
01.01.03	Estabelecimento, manutenção e divulgação de indicadores institucionais	01.01.03.02	Planilha de indicadores do SIEST para Boletim estatístico	060.2	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NOS BOLETINS ADMINISTRATIVO, DE PESSOAL E DE SERVIÇO
01.02.01	Elaboração de coortes de pacientes partindo dos CID's atribuídos nos atendimentos médicos e nos programas de pesquisa e diagnósticos na internação	01.02.01.01	Planilha de cálculo de coorte	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
01.02.01	Elaboração de coortes de pacientes partindo dos CID's atribuídos nos atendimentos médicos e nos programas de pesquisa e diagnósticos na internação	01.02.01.02	Planilha de cálculo de coorte HIV/AIDS	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
01.02.02	Elaboração de informações para fins de pesquisa	01.02.02.01	Levantamento de dados sobre esporotricose	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
01.02.02	Elaboração de informações para fins de pesquisa	01.02.02.02	Levantamento de dados sobre pacientes HIV positivo com histórico de tentativa de suicídio	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
01.02.03	Realização de análise estatística dos dados dos pacientes	01.02.03.01	Artigo sobre estudo de efeitos da profilaxia em pacientes HIV positivo com tuberculose	060.3	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM OUTROS PERIÓDICOS
01.02.03	Realização de análise estatística dos dados dos pacientes	01.02.03.02	Artigo sobre estudo de esporotricose	060.3	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM OUTROS PERIÓDICOS
01.02.03	Realização de análise estatística dos dados dos pacientes	01.02.03.03	Artigo sobre tentativa de suicídio em pacientes HIV positivo no INI	060.3	PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM OUTROS PERIÓDICOS
01.03.01	Gerenciamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH)	01.03.01.01	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
01.03.01	Gerenciamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH)	01.03.01.02	Espelho da autorização de internação hospitalar	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES

01.03.01	Gerenciamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH)	01.03.01.03	Laudo médico para solicitação de recursos e condições especiais	530.01	PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES
----------	---	-------------	---	--------	---

Fonte: PINTO (2017).

Apêndice A – Quadro 1 – Quadro descritivo-analítico: tipo documental X Código de Classificação

Atividade	Tipos Documentais	Classe proposta no Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz	Observações
01.01.01 Estabelecimento e manutenção de fluxo para obtenção de informações estatísticas institucionais e nacionais de interesse da instituição	01.01.01.01 Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a hospital dia 01.01.01.02 Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a internação	532 ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS - Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias	Foram classificados neste código pois era o assunto que mais se aproximava dos documentos. É importante ressaltar que esta classe em hipótese alguma trata da atividade descrita a respeito de informações estatísticas institucionais.
01.01.02 Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade	01.01.02.01 Boletim estatístico anual	060.2 PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NOS BOLETINS ADMINISTRATIVO, DE PESSOAL E DE SERVIÇO	Segundo o produtor do documento no Serviço de Informação e Estatística, este documento poderia ser classificado neste código porque traz o assunto “Boletim de serviço” e o Instituto presta conta dos serviços realizados através deste Boletim, porém está agrupado com outros tipos de boletins, como o administrativo e o de pessoal, cujos objetivos de produção e temporalidade são diferentes
01.01.03 Estabelecimento, manutenção e divulgação de indicadores institucionais	01.01.03.01 Planilha de indicadores da Vice Direção de Serviços Clínicos 01.01.03.02 Planilha de indicadores do SIEST para Boletim estatístico 01.01.03.03 Planilha de indicadores intermediários	532 ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS INFECTO-PARASITÁRIAS - Incluem-se documentos referentes à atenção de referência a portadores de doenças infecto-parasitárias	Esta atividade não possui equivalente no Código da Fiocruz, sendo seus tipos documentais sobre indicadores institucionais classificados no código 532, apenas por se tratarem de documentos que auxiliam de forma secundária a assistência a pacientes
01.03.02 Realização de faturamento para exames	01.03.02.01 Relatório de faturamento de Boletim de procedimentos ambulatoriais (BPA) 01.03.02.02 Relatório de faturamento de CD4/CD8 e carga viral	530.01 PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES 542 EXAMES E/OU ENSAIOS LABORATORIAIS -Incluem-se documentos referentes aos exames e/ou ensaios realizados no âmbito da vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária e análise clínica	Estes tipos documentais não fazem parte do prontuário do paciente, não são documentos relacionados ao tratamento das doenças, porém, na falta de outro código, a classificação destes documentos recaiu sobre o código 530.01 PRONTUÁRIOS E/OU INFORMAÇÕES SOBRE OS PACIENTES. Neste caso, a classificação não atende à atividade de realização de faturamento.
02.02.04 Manutenção	02.02.04.01 Relatório de	003 RELATÓRIOS DE	Este tipo documental foi classificado em dois códigos

preventiva dos equipamentos dos laboratórios	serviço	ATIVIDADES 543.1 CONTROLE E/OU MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS	distintos por ambos gerarem dúvidas quanto a sua classificação.
02.02.06 Realização de auditorias internas e verificação de processo	02.02.06.03 Formulário dos Procedimentos do Sistema da Qualidade (FPSQ 009) 02.02.06.04 Relatório de não conformidades em Auditoria (FPSQ 014)	013.1 POLÍTICAS DA QUALIDADE -Incluem-se normas de referência, regulamentações, diretrizes, procedimentos operacionais, manuais da qualidade, estudos e/ou decisões de caráter geral 013.31 AUDITORIAS - Incluem-se documentos referentes às auditorias internas e externas	Estes documentos poderiam ser “encaixados” em um dos dois códigos, ou seja, o instrumento gera ambiguidade para o classificador.
02.03.01 Coordenação de treinamento anual em biossegurança e nos procedimentos de gestão da Qualidade	02.03.01.01 Apresentação de treinamento em power point	022.11 CURSOS PROMOVIDOS PELA INSTITUIÇÃO -Incluem-se documentos referentes à participação da força de trabalho da Fiocruz em cursos de treinamento e/ou capacitação 360 MATERIAL EDUCATIVO Incluem-se documentos referentes à criação, elaboração, desenvolvimento, produção, reprodução, uso, empréstimo e distribuição de material educativo	O tipo documental poderia ser classificado tanto no primeiro código porque se refere a treinamento, quanto no segundo código, já que se trata de um material utilizado em aulas
04.01.01 Organização e padronização dos procedimentos operacionais das atividades de imunodiagnóstico	04.01.01.01 Procedimento operacional padrão de controle, guarda e descarte de amostras biológicas humanas 04.01.01.02 Procedimento operacional padrão de fluxo básico diário das atividades internas da Seção de Imunodiagnóstico	013.1 POLÍTICAS DA QUALIDADE -Incluem-se normas de referência, regulamentações, diretrizes, procedimentos operacionais, manuais da qualidade, estudos e/ou decisões de caráter geral 544 MATERIAIS DE REFERÊNCIA (INCLUSIVE POP’S)	Foi possível classificar estes tipos documentais em dois códigos diferentes. Pode-se verificar que em ambas as classes, o procedimento operacional é agrupado a outros tipos de documentos que apresentam objetivos diferentes para sua produção e terão prazos de guarda distintos também.

Fonte: Elaborado pela autora.

Colaboração científica no periódico *Knowledge Organization*: elementos para caracterização de um domínio

Scientific collaboration in the Knowledge Organization journal: elements for characterization of a domain

Bruno Henrique Alves (1), Rafael Cacciolari Dalessandro (2), Fernanda Bochi dos Santos (3)

(1) Universidade Federal Fluminense - Instituto de Arte e Comunicação Social, Rua Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos - Niterói - RJ, brhenriquealves@id.uff.br (2) Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Rua Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante – Marília – SP, rafael.cacciolari@unesp.br (3) Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Rua Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante – Marília – SP, nandabochi@gmail.com.

Resumo

A partir da perspectiva teórico-metodológica de Birger Hjørland, Joseph T. Tennis e Richard Smiraglia, esta pesquisa objetiva, de forma geral, analisar a produção científica relativa aos artigos publicados no periódico *Knowledge Organization* (KO) entre os anos de 1993 a 2016. De forma mais específica propõe-se identificar a Elite de Pesquisa e suas instituições de origem e mapear as relações de coautoria entre os pesquisadores que publicaram neste periódico, com o intuito de melhor caracterização do domínio ora discutido. Após a recuperação do corpus de pesquisa, obteve-se um total de 360 artigos que foram publicados pela *Knowledge Organization*, levando em consideração apenas os que continham coautoria para confecção da rede de colaboração científica, artigos estes pertencentes à Elite de Pesquisa. Os resultados mostram que a Ciência da Informação é um domínio representado pela elite científica, e que cada um dos membros dessa elite detém um capital científico singular. Os mesmos formam subdomínios que possuem os seus próprios temas de interesse e dialogam com pesquisadores diferentes, mas que pertencem a um único domínio, o da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Produção Científica; Knowledge Organization; Elite de Pesquisa; Coautoria.

Abstract

Considering the theoretical-methodological perspective of Birger Hjørland, Joseph T. Tennis and Richard Smiraglia, this research aims to analyze all the articles published in the scientific journal *Knowledge Organization* (KO) from the years 1993 to 2016. The main goal is to identify the research elite that represents these articles making it possible to discover their institutions of origin and to map the co-authoring relationships among the authors who have published in this journal, in order to enhance the characterization of the domain here discussed. As a methodological approach, 360 articles published in the *Knowledge Organization* journal were selected taking into account the study period, which made it possible to identify its research elite. In a total of 360 articles which belong to the research elite, only those containing coauthorship were selected for the construction of the scientific collaboration network. The results have shown that Information Science is a domain represented by this research elite, and each member of this elite holds a unique scientific capital. These members form subdomains which have their own subject interests and they dialogue with different researchers but all of them belong to only one domain, which is the information science domain.

Keywords: Scientific Production; Knowledge Organization; Research Elite; Coauthorship.

1 Introdução

A Organização do Conhecimento (OC), como domínio, pode ser considerado um conjunto de elementos sistematizados que contribuem para a materialização, socialização e construção do conhecimento científico, no qual, os fundamentos teóricos, ainda, estão sendo desenvolvidos em um processo contínuo de consolidação teórico-metodológica, considerando o recente processo de institucionalização da OC como domínio científico, bem como a investigação epistemológica dos conceitos (GUIMARÃES; MARTÍNEZ-ÁVILA; ALVES, 2015).

Para Hjørland (2008), a OC envolve uma compreensão da natureza e origem do conhecimento, cognição, linguagem e organização social, pois esses elementos são determinantes para o entendimento da área em um contexto completo formado por agentes e/ou instituições. Ainda, a OC está relacionada diretamente com procedimento da descrição de documentos, indexação e classificação realizados em bibliotecas, bases de dados e arquivos, procedimentos esses exercidos por profissionais bibliotecários, arquivistas, especialistas em assuntos e algoritmos de computador.

Na comunidade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI) a OC significa, especialmente, a Organização da Informação (OI) em registros

bibliográficos, incluindo índices de citação, registros de texto completo e a internet. Ainda, a OC envolve: a divisão social do trabalho (por exemplo, nas disciplinas); instituições sociais (por exemplo, nas universidades); linguagens e sistemas simbólicos; sistemas e teorias conceituais; literaturas e gêneros (HJØRLAND, 2008).

Como um domínio científico de estudo sistematizado a OC se volta aos aspectos e elementos da natureza e qualidade dos processos de OC, bem como os sistemas utilizados para a representação e organização dos documentos produzidos em diferentes contextos sociais e científicos. Nesse sentido, existem elementos históricos, teóricos e epistemológicos sobre a OC que estão ligados a diferentes perspectivas, que envolvem a linguagem e organização social (HJØRLAND, 2008).

No contexto do domínio da OC há uma grande quantidade de teorias que sustentam seus aspectos epistemológicos. A OC, pelo menos como é praticada dentro do domínio da CI, propõe procedimentos para avaliar as diferentes realidades multifacetadas dentro das esferas social e científica. Ainda, a OC contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas e recuperação de uma grande quantidade de dados e informação que representam o conhecimento socializado e registrado (SMIRAGLIA, 2002).

Esta pesquisa justifica-se pela contribuição que oferece para o melhor entendimento da configuração do domínio da OC por meio da perspectiva teórico-metodológica de Birger Hjørland (2002), Joseph T. Tennis (2003) e Richard Smiraglia (2015), considerando que os pesquisadores que publicaram no periódico *Knowledge Organization* constituem comunidades discursivas que se articulam entre si, ou seja, compartilham o mesmo objeto de investigação, buscam compreender o contexto de produção e construção do conhecimento científico no domínio em estudo por meio de estudos bibliométricos, estudos históricos e estudos epistemológicos e associados aos eixos (áreas de modulação e grau de especialização) para definição e estudo de um determinado domínio da CI, considerando que a Análise de Domínio (AD) busca revelar os aspectos implícitos em determinada comunidade constituída por pesquisadores.

Nesta pesquisa, utilizaram-se os artigos publicados no periódico *Knowledge Organization (KO)*, um periódico diretamente ligado a *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*, que afirma que seu escopo de pesquisa é analisar a construção e o impacto da OC na comunidade científica constituída por pesquisadores advindos de vários domínios científicos (ISKO, 2019).

A partir dessas questões e no sentido de contribuir para a melhor compreensão da configuração do domínio da

OC a partir da perspectiva teórico-metodológica de Birger Hjørland, Joseph T. Tennis e Richard Smiraglia, esta pesquisa objetiva, de forma geral, analisar a produção científica relativa aos artigos publicados no periódico *Knowledge Organization* no período de 1993 a 2016. De forma mais específica, propõe-se identificar a Elite de Pesquisa e mapear as relações de coautoria entre os pesquisadores que publicaram no referido periódico. Assim, formalizando o problema desta pesquisa, propõe-se responder à seguinte questão: quem são os coautores dos pesquisadores que publicam no periódico *Knowledge Organization* e qual sua Elite de Pesquisa?

2 Análise de domínio científico

Para Hjørland e Hartel (2003) os domínios são basicamente formados por três tipos de teorias e conceitos: teorias ontológicas e conceitos sobre os objetos da atividade humana, tais como: áreas, domínios, elementos, campos, entre outros; teorias epistemológicas e conceitos sobre o conhecimento relacionados aos aspectos metateóricos e paradigmas, entre outros; conceitos sociológicos direcionados a subdisciplinas, comunidades epistêmicas, entre outros.

O domínio pode ser entendido como:

[...] uma área de especialidade, um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização [...] (MAI, 2005, p. 605).

Sob a perspectiva histórica, em relação ao conceito de domínio, Lloyd (1995, p. 38) considera que:

[...] os conceitos referenciais e as teorias gerais que as ciências avançadas empregam pertencem ao que alguns filósofos da ciência denominam de domínios do conhecimento.

Segundo o autor, os

[...] domínios são corpos temáticos que se delinham do modo como as entidades, as forças e os sistemas do mundo têm sido teorizados e descobertos para serem naturalmente delineados e inter-relacionados [...] (LLOYD, 1995, p. 38).

E acrescenta:

[...] o que torna científico um discurso científico não é sua lógica, mas a combinação da racionalidade (da estrutura de raciocínio), orientação para o mundo e aplicação prática [...] (LLOYD, 1995, p.51).

O objeto de estudo da Ciência da Informação (CI), na perspectiva de Análise de Domínio (AD), é o estudo das relações entre os agentes e/ou instituições que estão inseridos em um determinado domínio científico, discursos e documentos em relação às diferentes perspectivas presentes nas comunidades de usuários (HJØRLAND, 2002).

Segundo Hjørland (2002), diversificadas são as abordagens de AD, tais como: produção de guias de literatura; elaboração de classificações especiais e tesouros; indexação e recuperação da informação; estudos empíricos de usuários; estudos bibliométricos; estudos históricos; estudos de documentos e estilos; estudos epistemológicos e críticos; estudos terminológicos, linguagens para propósitos específicos (LSP), semântica de base de dados e estudos de discursos; estruturas e instituições da comunicação científica e cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial.

O autor em questão destaca que a combinação de mais de uma abordagem, das 11 apresentadas, fortalece os argumentos, dando um caráter de maior consistência à AD. Assim, nesta pesquisa, combinam-se estudos bibliométricos; estudos históricos; e estudos epistemológicos e críticos, que foram utilizados na pesquisa em questão para analisar e compreender o domínio científico da OC, que se concretiza a partir da Elite de Pesquisa e das relações sociais entre os pesquisadores estabelecidas pelas coautorias.

Para definição e estudo de um determinado domínio científico, Tennis (2003) apresenta como proposta o uso de dois eixos. O primeiro eixo, “áreas de modulação”, define os parâmetros e a extensão de um determinado domínio científico a ser investigado, ou seja, o que é e onde se insere o domínio a ser contextualizado. O eixo dois, “graus de especialização”, qualifica e define a profundidade de um domínio, ou seja, é a intersecção,

[...] frequentemente o que é percebido como um domínio estabelecido intersecciona num outro domínio. O resultado é um novo domínio para alguns, mas para outros não (TENNIS, 2003, p.194).

Nesta pesquisa, compreendem-se os dois eixos citados por Tennis (2003), considerando-se que o primeiro eixo – áreas de modulação: extensão do domínio – pode ser caracterizado como analisar a produção científica relativa aos artigos publicados no periódico *Knowledge Organization* no período de 1993 a 2016. O eixo dois – graus de especialização: especialização e profundidade – pode ser caracterizado como identificar a Elite de Pesquisa e mapear as relações de coautoria entre os pesquisadores que publicaram no periódico em questão.

Para Smiraglia (2011), a AD é uma forma de contribuir para a construção e consolidação do conhecimento científico a partir do relacionamento entre os agentes e/ou instituições presentes em determinado contexto social e compreender como ocorre essa interação entre eles, principalmente no interior da comunidade de OC (ou informação), considerando o tempo, época e aspectos culturais. Ainda, a AD é um paradigma metodológico com o objetivo de descobrir os aspectos

que envolvem a gênese do conhecimento humano (SMIRAGLIA, 2015).

3 Colaboração científica e coautoria

A perspectiva conceitual da ideia de colaboração científica sugere um trabalho conjunto entre os diferentes atores, por exemplo: pesquisadores, países, universidades, departamentos, temáticas, linhas de pesquisa, para alcançar e cumprir uma meta comum entre eles. Nesse sentido, deve-se refletir sobre os aspectos subjetivos e objetivos que envolvem essa perspectiva e se ela, efetivamente, contribui para compreender os fenômenos sociais, políticos e econômicos inseridos em determinada sociedade.

A colaboração científica aparece na literatura relacionada à coautoria e pode ser definida como a interação que ocorre dentro de um domínio científico entre dois ou mais atores com habilidades complementares e/ou divergentes, que facilita a realização de tarefas e também o compartilhamento de experiências que foram incorporadas durante sua trajetória social e/ou científica (SONNENWALD, 2008).

Na ciência, a colaboração científica desempenha um papel fundamental que está relacionado à difusão, troca e transmissão do conhecimento e informação entre os diferentes atores. Ela influencia na produtividade científica e nas políticas que envolvem prestígio e visibilidade científica (BEAVER, 2004; CHINCHILLA-RODRÍGUEZ et al., 2012; CUGMAS; FERLIGOJ; KRONEGGER, 2016).

Katz e Martin (1997) apontam que a publicação com vários atores, chamada de coautoria, foi utilizada como uma forma de mensurar a atividade colaborativa entre os diferentes “atores”, quer sejam pesquisadores e/ou instituições, que compartilham informação/conhecimento com os demais que compõem o domínio científico.

A relação entre duas ou mais pessoas é a unidade fundamental para ocorrer colaboração científica, uma vez que ocorre de diversas formas e motivos, tais como a participação em bancas de trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisas, elaboração de uma pesquisa científica, coorientação e, de uma maneira geral, no desenvolvimento da ciência.

Para Barabási et al. (2002), a coautoria pode ser firmada a partir desses aspectos da colaboração, ou seja, dessas relações que têm como base uma ideia comum entre os pesquisadores, tendo como premissa a época em que ocorreu o primeiro contato entre eles. Em âmbito geral, a colaboração científica também acontece entre pesquisadores, instituições, setores da organização social, universidade, setor privado e países (LEYDESDORFF, 2003; LETA; GLÄNZEL; THIJIS, 2006).

Nos últimos anos, os pesquisadores tornaram-se mais interessados em desenvolver pesquisas científicas em colaboração, tanto para adquirir maior sustentabilidade quanto para melhorar as relações entre ciência, tecnologia e inovação, no sentido de influenciar positivamente na construção do conhecimento científico, promovendo a colaboração entre os diferentes setores que desenvolvem pesquisas, em particular as universidades e empresas (KATZ, 1994).

A colaboração científica e coautoria possuem características distintas: a colaboração científica é essencial para o desenvolvimento do conhecimento e da experiência de pesquisadores advindos dos diferentes domínios científicos (BOZEMAN; CORLEY, 2004; ABBASI; WIGAND; HOSSAIN, 2014). Ela é formada no âmbito dos colégios invisíveis (PRICE, 1963) e preocupa-se com a cooperação, interação e troca de ideias entre os pesquisadores, mas ainda não há um consenso em relação a sua definição, pois a colaboração se torna ainda mais complexa à medida que é pesquisada, ao passo que a coautoria está preocupada com a construção compartilhada do conhecimento científico, como, por exemplo, a elaboração e publicação de um artigo científico, livro, capítulo de livro, ou seja, algo tangível (ALVES, 2013).

4 Procedimentos metodológicos

O corpus de pesquisa foi obtido por meio da recuperação de artigos publicados no periódico *Knowledge Organization* indexados na base de dados *Scopus* entre os anos de 1993 e 2016. Deste modo, obteve-se um total de 360 artigos publicados por 462 pesquisadores.

Em seguida, utilizou-se todos os artigos para identificar a Elite de Pesquisa que foi determinada pela raiz de 462, que resultou em um total 21,5 pesquisadores. Nesse sentido, considerou-se um total 28 pesquisadores com pelo menos três artigos científicos publicados, que totalizam 28 pesquisadores que fizeram parte da Elite de Pesquisa, desconsiderando-se as coautorias, que já haviam sido desdobradas. Ainda, verificou-se o país de afiliação de cada pesquisador, representado na Tabela 1, que se refere à Elite de Pesquisa por meio das informações que constam na base de dados *Scopus*.

Objetivando a construção da rede de colaboração científica entre os pesquisadores, foram considerados apenas os artigos científicos publicados pelos pesquisadores pertencentes à Elite de Pesquisa (total de 28 pesquisadores), com o auxílio do *Software Ucinet*. No entanto, 11 dos 28 pesquisadores não apresentaram artigos em coautoria, sendo assim desconsiderados na construção da rede, eles são: Smiraglia, R. P. (Estados Unidos); Dahlberg, I. (Alemanha); Fugmann, R.

(Alemanha); Riggs, F. W. (Estados Unidos); Szostak, R. (Canadá); Tennis, J. T. (Estados Unidos); Beghtol, C. (Canadá); Green, R. (Estados Unidos); Hudon, M. (Canadá); Lopez-Huertas, M. J. (Espanha) e Mai, J.-E. (Dinamarca).

Dessa forma, a rede de colaboração científica está representada por um total de 66 pesquisadores. Para construir a matriz 66x66, foram utilizados um total de 36 artigos científicos em coautoria. Por fim, fez-se uso das perspectivas teórico-metodológicas de Birger Hjørland, Joseph T. Tennis e Richard Smiraglia, com o intuito de melhor interpretar e compreender o domínio da OC.

5 Resultados: apresentação e discussão

A partir da Elite de Pesquisa, apresenta-se a Tabela 1, constituída por aqueles pesquisadores que produziram pelo menos três trabalhos, considerando os trabalhos individuais e em coautorias. Ao se observar a Tabela 1, nota-se em primeiro lugar o pesquisador Martínez-Ávila, D. (Brasil), com um total de nove artigos científicos publicados, seguido de Hjørland, B. (Dinamarca) com oito artigos. Vale ainda ressaltar que a média de publicação em coautoria entre os pesquisadores pertencentes a Elite de Pesquisa foi de três a nove artigos.

O pesquisador cuja produção esteve em primeiro lugar da lista é o espanhol Daniel Martínez-Ávila, professor assistente doutor na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que possui experiência na área de Ciência da Informação, especialmente, no que diz respeito à ênfase em Organização da Informação. Sendo ainda membro da *International Society for Knowledge Organization (ISKO) Scientific Advisory Board* e integra o corpo editorial de alguns periódicos científicos, tais como *Information for Education*; *Journal of Information Science Theory and Practice*; *Library Progress (International)*; *Open Information Science*; *Brazilian Journal of Information Science*; *Knowledge Organization* e *Knowledge Organization Literature*.

Tabela 1. Elite de pesquisa no domínio da Organização do Conhecimento

Pesquisadores	Número de artigos publicados
Martínez-Ávila, D. (Brasil)	9
Hjørland, B. (Dinamarca)	8
Gnoli, C. (Itália)	5
Kipp, M.E.I. (EUA)	5
Ménard, E. (Canadá)	5
Smiraglia, R.P. (EUA)	5
Albrechtsen, H. (Dinamarca)	4
Dahlberg, I. (Alemanha)	4

Fugmann, R. (Alemanha)	4
Guimarães, J.A.C. (Brasil)	4
Olson, H.A. (EUA)	4
Riggs, F.W. (EUA)	4
Satija, M.P. (Índia)	4
Szostak, R. (Canadá)	4
Tennis, J.T. (EUA)	4
Beak, J. (EUA)	3
Beghtol, C. (Canadá)	3
Chaudhry, A.S. (Kuwait)	3
Green, R. (EUA)	3
Hudon, M. (Canadá)	3
Lopez-Huertas, M.J. (Espanha)	3
Mai, J.-E. (Dinamarca)	3
Neelameghan, A. (Índia)	3
Pathak, L.P. (Índia)	3
Sánchez-Alonso, S. (Espanha)	3
Wu, Y. (EUA)	3
Zeng, M.L. (EUA)	3
Zins, C. (Israel)	3

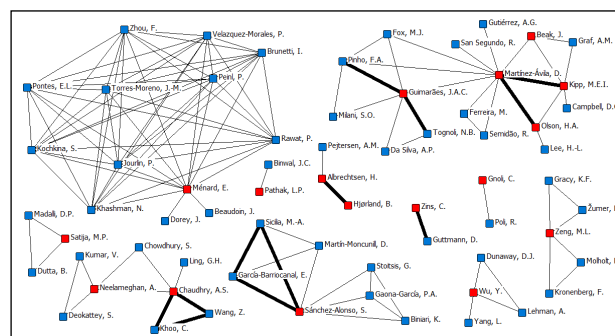
Fonte: Elaborado pelos autores.

O segundo colocado é Birger Hjørland, bibliotecário e cientista da informação dinamarquês, professor de Organização do Conhecimento na Escola Real de Biblioteconomia e Ciência da Informação - *Royal School of Library and Information Science* (RSLIS) da Dinamarca. Especializado em Organização do Conhecimento, Arquitetura da Informação, *Information literacy*, *Information Seeking* e *Information Behavior*. Ele é responsável por duas relevantes teorias no contexto da Ciência da Informação e, principalmente, Organização do Conhecimento, a Análise de Domínio, em contribuição com Hanne Albretsen, e sua Teoria do Conceito.

Com a mesma quantidade de artigos científicos publicados, quatro pesquisadores do domínio da Organização do Conhecimento vêm a seguir: Gnoli, C. (Itália); Kipp, M.E.I. (EUA); Ménard, E. (Canadá) e Smiraglia, R. P. (EUA). De acordo com a Tabela 1, há presença de autores advindos de instituições dos Estados Unidos da América (9), Canadá (4), Dinamarca (3), Índia (3), Alemanha (2), Brasil (2), Espanha (2), Israel (1), Itália (1) e Kuwait (1).

Apresenta-se, na Figura 1, em um total de 66 pesquisadores, a rede de colaboração entre aqueles que integram o domínio da OC, esclarecendo que: a espessura dos segmentos de retas é proporcional à intensidade de coautoria entre eles; os quadriláteros em azul representam os coautores da Elite de Pesquisa em questão (49); em vermelho, os pesquisadores que integram a Elite de Pesquisa no domínio em questão em um total de 17 pesquisadores que apresentaram parcerias na tipologia em questão.

Figura 1. Rede de coautoria no domínio da Organização do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise da Figura 1 mostra um grande subdomínio, formado a partir das relações entre os pesquisadores presentes na rede de colaboração científica, que inclui cinco pesquisadores presentes na Elite de Pesquisa do domínio da OC – Olson, H.A.; Kipp, M.E.I.; Beak, J.; Martínez-Ávila, D. e Guimarães, J.A.C. – e 12 coautores. Ainda, identifica-se que três pesquisadores atuam em instituições dos Estados Unidos (Olson, H.A.; Kipp, M.E.I. e Beak, J.) e dois em instituições do Brasil (Martínez-Ávila, D. e Guimarães, J.A.C.).

Isso mostra a interlocução brasileira com instituições de outros países, bem como a visibilidade científica e sua inserção no contexto estrangeiro para contribuir com a construção do conhecimento científico, especialmente no contexto do domínio científico da OC, com os seguintes temas relacionados: organização da informação em bibliotecas; sistemas de organização da informação bibliográfica; contexto cultural e intelectual; estruturas classificatórias; classificação; epistemologia; ética e informação em organização do conhecimento; classificação decimal de Dewey; profissional da informação; representação do conhecimento; classificação arquivística; descrição arquivística; valores éticos, dentre outros temas.

Um segundo grande subdomínio também apresenta um grupo interconectado, centrado na pesquisadora Ménard, E. (Canadá) e seus 12 coautores. A perspectiva temática desse subdomínio científico refere-se a: vocabulários controlados; taxonomias para indexação e recuperação de imagem; terminologia, dentre outros.

Outros subdomínios se destacam: o subdomínio centrado em Chaudhry, A.S. (Kuwait), com pesquisas, principalmente, na área de construção de uma taxonomia universal; construção da estrutura hierárquica e categorias; sistemas de informação e gestão do conhecimento; esquema geral de classificação; organização da informação, entre outras. Ainda, apresenta-se o subdomínio centrado em Sánchez-Alonso, S. (Espanha), com artigos nas seguintes temáticas: ontologias; web semântica; avaliação da usabilidade; sistemas de organização do

conhecimento; representação do conhecimento, e outros temas.

Em outro pequeno subdomínio, destacam-se os pesquisadores do domínio em estudo, tais como Zeng, M.L. (EUA), com pesquisas voltadas à teoria de Panofsky; análise semântica; sistemas para organização do conhecimento; relações hierárquicas e associativas; esquemas de classificação, tesouros e ontologias.

Wu, Y. (EUA) centra o subdomínio que trabalha com as seguintes temáticas: indexação; análise estatística; indexação colaborativa; relações semânticas; taxonomia; pesquisas interdisciplinares e multidisciplinares; ferramenta de organização do conhecimento. Ainda, o subdomínio centrado em Satija, M. P. (Índia) trabalha com as seguintes temáticas: lista de cabeçalhos de assunto; classificação; a importância da classificação em bibliotecas acadêmicas.

A pesquisadora Albrechtsen, H. (Dinamarca) centra o subdomínio que trabalha com as seguintes temáticas: teoria geral para a ciência da informação e organização do conhecimento; bases teóricas e epistemológicas para a ciência da informação e organização do conhecimento; análise de domínio; desenvolvimento de *software*; análise de domínios e construção de esquemas de classificação; semântica; entre outros assuntos.

Pathak, L.P. (Índia) centra o subdomínio que trabalha com as seguintes temáticas: conceitos; aspectos teóricos; teoria da aprendizagem e aspectos psicológicos; origem, evolução, formação e construção; aspectos semânticos; termos e terminologia; relação entre conceitos e termos; conceitos da sociologia; classificação decimal de *Dewey*; representação dos principais conceitos da sociologia etc.

Por último, o subdomínio centrado em Gnoli, C. (Itália) trabalha com as seguintes temáticas: classificação dos fenômenos; sistemas de organização do conhecimento; classificação; dimensão; disciplinas; ambiente digital, entre outros. Dessa forma pode-se destacar que o domínio científico da OC, apesar de formado por pequenos subdomínios, apresenta um significativo delineamento a partir das relações sociais entre os pesquisadores que compõem a Elite de Pesquisa. Ainda, que os pequenos subdomínios existentes significam que grupos específicos de pesquisadores desenvolvem estudos com proximidade e similaridade teórica entre eles e buscam contribuir, diretamente, para o desenvolvimento de aspectos teórico-metodológicos utilizados para investigar os fenômenos sociais implícitos no domínio em estudo.

Esse domínio descrito se constitui em uma faceta do domínio da CI, que está representado pela Elite de

Pesquisa, ou seja, aqueles pesquisadores mais produtivos e que publicaram em coautoria no periódico *Knowledge Organization* no período de 1993 a 2016, ou seja, por agentes detentores de um capital científico singular.

6 Considerações finais

Como considerações finais, destaca-se, na Tabela 1, que os pesquisadores que publicaram no periódico *Knowledge Organization* no período de 1993 a 2016, a Elite de Pesquisa, constitui-se de um grupo de autores que advêm de vários países. Há presença de autores da Alemanha, Brasil, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Índia, Israel, Itália e Kuwait.

A rede de coautoria mostra a interlocução, a intensidade da internacionalização entre os pesquisadores que publicaram em coautoria no periódico *Knowledge Organization*, mostrando o mapeamento das relações que pesquisadores estabelecem com outros países, tais como: Dinamarca, Estados Unidos, Canadá, Kuwait, Singapura, Brasil, Índia, Colômbia, Grécia, Espanha, Itália, Catar, Taiwan, Israel, Reino Unido e China.

A partir da perspectiva de Biger Hjørland, Joseph T. Tennis e Richard Smiraglia, destaca-se que os subdomínios identificados mostram a articulação de linguagem e pensamentos entre os diferentes pesquisadores doutores que compõem a rede de coautoria, no sentido de compreender as relações entre a Elite acadêmica da CI e seus coautores doutores, que influenciam na construção e consolidação dos principais pilares que sustentam e proporcionam visibilidade para o domínio em estudo, oferecendo novas perspectivas de estudos teóricos, epistemológicos e aplicados do domínio da CI.

No desenvolvimento de pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento, especialmente na questão das redes de citação e cocitação, a partir dos artigos publicados pelos pesquisadores para melhor compreender a gênese e construção do conhecimento do domínio científico da OC, de maneira que seja possível expandir este estudo para outras tipologias documentais, tais como: livros, capítulos de livros, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos publicados em anais de congressos, entre outras tipologias.

Referências

- ABBASI, A.; WIGAND, R.T.; HOSSAIN, L. Measuring social capital through network analysis and its influence on individual performance. **Library & Information Science Research**, United Kingdom, v. 36, n.1, p. 66-73, jan. 2014.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818814000048>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ALVES, B. H. **Aportes bibliométricos à produção científica nos principais periódicos da área de Ciência da Informação do Brasil, no período de 2006-2010**. Orientador: Ely Francina tannuri de Oliveira. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

BARABÁSI, A. L. *et al.* Evolution of the social network of scientific collaborations. **PhysicaA**, Amsterdam, v. 311, p.590-614, aug. 2002.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378437102007367>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BEAVER, D. Does collaborative research have greater epistemic authority? **Scientometrics**, Dordrecht, v. 60, n. 3, p. 399-408, jan. 2004.

Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1023/B:SCIE.000034382.85360.cd>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BOZEMAN, B.; CORLEY, E. Scientists' collaboration strategies: implications for scientific and technical human capital. **Research Policy**, Netherlands, v.33, n.4, p.599-616, may. 2004.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733304000162>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CHINCHILLA-RODRÍGUEZ, Z. *et al.*

Blockmodeling of co-authorship networks in library and information science in argentina: a case study. **Scientometrics**, Dordrecht, v.9, n.3, p.699-717, dec. 2012. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-012-0794-6>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CUGMAS, M.; FERLIGOJ, A.; KRONEGGER, L. The stability of co-authorship structures.

Scientometrics, Dordrecht, v.106, n.1, p.163-186, jan. 2016. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-015-1790-4>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; ALVES, B. H. Epistemic communities in knowledge organization: an analysis of research trends in the Knowledge Organization Journal.

Paper presented at the meeting of the International Society for Knowledge Organization - Chapter United Kingdom, London, UK, p.13-14, jul. 2015.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410210431136>. Acesso em: 23 abr. 2019.

HJØRLAND, B. **What is knowledge organization (KO)?** Knowledge organization. international journal devoted to concept theory, classification, indexing and knowledge representation, v. 35, n.2/3, p. 86-101, jul. 2008. Disponível em: https://eclass.aueb.gr/modules/document/file.php/INF180/bibliography/What_is_Knowledge_Organization.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n.3/4, p. 239-245, jan. 2003.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION. **About ISKO**. Disponível em: <http://www.isko.org/about.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.

KATZ, J. S. Geographical proximity and scientific collaboration. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 31, n. 1, p. 31-43, sep. 1994. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02018100>. Acesso em: 23 abr. 2019.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, Netherlands, v. 26, p. 1-18, mar. 1997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733396009171>. Acesso em: 23 abr. 2019.

LETA, J.; GLÄNZEL, W.; THIJS, B. Science in Brazil. Part 2: sectoral and institutional research profiles. **Scientometrics**, Dordrecht, v.67, n.1, p.87-105, apr. 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-006-0051-y>. Acesso em: 23 abr. 2019.

LEYDESDORFF, L. The mutual information of university-industry-government relations: an indicator of the Triple Helix dynamics. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 58, n. 2, p. 445-467, oct. 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026253130577>. Acesso em: 23 abr. 2019.

LLOYD, C. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MAI, J.-E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, Elmsford, v. 41. p. 599-611, may. 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030645730300116X>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PRICE, D. S. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963.

SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism revisited: RDA and FRBR00. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 296-301, jan. 2015.

SMIRAGLIA, R. P. Domain coherence within Knowledge Organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries." *In*: MCKENZIE, P.; JOHNSON, K.; STEVENS, S. (Ed.). **Exploring interactions of people, places and information, Proceedings of the 39th Annual CAIS/ACSI**. New Brunswick: Canada, 2011. p.2-4.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in Knowledge Organization. **Library trends**, v. 50, n. 3, p. 330-349, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8dc1/e6dd62964d1effd5c66057068bf590c9f33a.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SONNENWALD, D. H. Scientific Collaboration. **Annual Review of Information Science and Technology**, Hoboken, v. 42, n. 1, p. 643-681, oct. 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/aris.2007.1440410121>. Acesso em: 23 abr. 2019.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003. Disponível em: http://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.

Indexação: uma análise da produção científica no capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization (ISKO – Brasil)

Indexing: An analysis of scientific production in the Brazilian chapter of the International Society for Knowledge Organization (ISKO - Brazil)

Keitty Rodrigues Vieira, Cezar Karpinski

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis - SC,
keitty_rodriguesvieira@hotmail.com, cezark@hotmail.com

Resumo

Pesquisa sobre os pressupostos teóricos que fundamentam a discussão de indexação na produção científica do capítulo brasileiro da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO – Brasil). Objetiva identificar os pressupostos teóricos que permeiam os trabalhos de indexação publicados nos anais do capítulo ISKO – Brasil. De maneira específica, busca identificar quais trabalhos foram publicados no capítulo ISKO – Brasil que se referem à indexação; verificar quais autores fundamentam teoricamente os trabalhos recuperados; identificar temáticas paralelas à indexação a partir da discussão desses autores nas publicações que compõem o *corpus* de análise. Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza básica, descritiva, bibliográfica e de abordagem quantitativa sobre a produção científica do capítulo brasileiro da ISKO, a partir da temática de indexação. A coleta dos dados se deu por meio da busca do termo “indexação”, “análise de assunto”, “catalogação de assunto”, “tratamento temático da informação” e “TTI” nos títulos dos trabalhos publicados nos anais da ISKO – Brasil, o que originou um *corpus* de 16 documentos. Como resultados, conclui-se que José Augusto Chaves Guimarães, Milena Polsinelli Rubi, Jens-Erik Mai, Algirdas Julien Greimas, Eduardo Wense Dias e Vera Regina Casari Boccato são os autores utilizados para fundamentar a discussão teórica sobre indexação nos anais da ISKO – Brasil.

Palavras-chave: Tratamento Temático da Informação; Indexação; International Society for Knowledge Organization - ISKO; ISKO – Brasil.

Abstract

Research on the theoretical assumptions underlying the indexation discussion in the scientific production of the Brazilian chapter of the International Society for Knowledge Organization (ISKO - Brazil). Aims to identify the theoretical assumptions that permeate the indexing works published in the proceedings of Brazilian chapter of ISKO. Specifically, it seeks to identify which papers were published in the chapter ISKO - Brazil that refer to indexing; verify which authors base the retrieved works theoretically; to identify topics parallel to indexation from the discussion of these authors in the publications that compose the analysis corpus. Methodologically, this is a basic, descriptive, bibliographical, quantitative and qualitative study on the scientific production of the ISKO Brazilian chapter, based on the indexation theme. Data collection was done through the search for the term “*indexação*”, “*análise de assunto*”, “*catalogação de assunto*”, “*tratamento temático da informação*” and “TTI” in the titles of works published in ISKO - Brazil 's proceedings that originated a *corpus* of 14 documents. It is concluded that, José Augusto Chaves Guimarães, Milena Polsinelli Rubi, Jens-Erik Mai, Algirdas Julien Greimas, Eduardo Wense Dias and Vera Regina Casari Boccato are the authors used to substantiate the theoretical discussion about indexing in the proceedings of ISKO - Brazil.

Keywords: Thematic Treatment of Information; Indexing; International Society for Knowledge Organization - ISKO; ISKO – Brasil.

1 Introdução

O artigo publicado por Bräscher e Café (2008) no IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação diferencia organização do conhecimento e organização da informação. Para as autoras, a organização do conhecimento seria um “processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 8), enquanto que a organização da informação poderia ser vista por dois aspectos: pela descrição física dos documentos ou pela descrição de conteúdo desses objetos informacionais.

Pautando-se na noção de uma abordagem temática da informação difundida por Foskett (1973), e concordando com a definição de Oliveira (2017, p. 40) que diz que “a indexação é [...] responsável por evidenciar os atributos temáticos dos documentos pela constituição de termos representativos de seus assuntos”, entende-se que a discussão sobre as linguagens de indexação podem contribuir não só para o tratamento temático da informação como, também, para a organização do conhecimento enquanto área de pesquisa.

No cenário internacional, com relação às discussões sobre organização do conhecimento e, também, organização da informação, é reconhecida a relevância dos esforços da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) na tentativa de resolver problemas profissionais e identificar e debater tendências de estudos nesta área. Em âmbito nacional, a presença do capítulo brasileiro da ISKO permite, por sua vez, uma maior aproximação deste debate com a realidade brasileira. Os estudos publicados nos eventos da ISKO-Brasil influenciam pesquisas sobre organização do conhecimento na área de Ciência da Informação e, especialmente, a produção advinda dos programas de pós-graduação brasileiros nesta área.

A partir do que foi exposto, questiona-se: quais as perspectivas teóricas sobre indexação são adotadas nas publicações do capítulo brasileiro da ISKO? Quais são os autores mais citados no referencial teórico das publicações sobre indexação nos anais do capítulo brasileiro da ISKO?

Com isso, o objetivo desta pesquisa foi o de identificar os pressupostos teóricos e/ou discussões teóricas que permeiam os trabalhos sobre a temática da indexação publicados nos anais do capítulo ISKO – Brasil.

Especificamente, pretendeu-se: a) investigar os artigos sobre indexação publicados no capítulo ISKO – Brasil; b) identificar os autores que fundamentam a parte teórica dos trabalhos recuperados; c) identificar temáticas paralelas à indexação a partir da discussão desses autores nas publicações que compõem o corpus de análise.

Este estudo se justifica pelo fato de analisar a indexação sob a perspectiva de pesquisadores vinculados à ISKO – Brasil. Entende-se que tais pesquisadores dispõem de um espaço reservado para discussões relacionadas à organização do conhecimento e que são influenciados pelas tendências internacionais e impactam nos rumos tomados pela área em âmbito nacional.

Além disso, pesquisas deste tipo são recorrentes na publicação científica tanto da Ciência da Informação como da organização do conhecimento. Como exemplo, é possível destacar o artigo de Alves e Oliveira (2016) que trata sobre o desenvolvimento da organização do conhecimento na Ciência da Informação a partir da ISKO – BRASIL; o trabalho de Guimarães (2017) que também discute a organização do conhecimento sob a perspectiva da ISKO considerando o seu passado, presente e futuro; e o trabalho de Vieira e Karpinski (2019) que discute o conceito de memória a partir dos anais da ISKO – BRASIL.

Por fim, compreende-se que este artigo pode ser visto como uma continuação do trabalho de Guimarães (2008), em que já se discutia de maneira geral sobre a

dimensão teórica do Tratamento Temático da Informação no contexto da ISKO. Além de servir como um levantamento inicial para a tese que se encontra em andamento na Universidade Federal de Santa Catarina, acerca de Mortimer Taube, fundador do sistema Unitermo, que influenciou no desenvolvimento dos sistemas de indexação pós-coordenados.

2 Tratamento Temático da Informação

As tentativas de organização da informação e do conhecimento são antigas. Desde o Renascimento é possível perceber um esforço para a classificação das ciências, que se fortalece mais especificamente no século XIX, quando este estudo passa a compor o escopo da própria filosofia da ciência (POMBO, 1998).

De forma mais pontual, dentro da Ciência da Informação, Carvalho Silva (2016) afirma que, na Biblioteconomia, a organização do conhecimento e o armazenamento de informações já eram pensados desde os séculos XVII e XVIII com o foco na descrição de bibliografias. Anterior a isso, no século XVI a Bibliografia se debruça sobre novas formas de organização e identificação dos documentos, preocupada com o acesso à informação. Já no século XIX, o surgimento da Documentação a partir do desenvolvimento da Bibliografia contribui para a área de organização do conhecimento uma vez que esta disciplina se atenta um pouco mais ao conteúdo dos documentos, e não somente na descrição física do acervo (CARVALHO SILVA, 2016).

Sendo assim, é possível afirmar que

a produção de informação sobre informação, ou seja, a construção de representações de um documento, acompanha o expressivo surgimento de conteúdos (VIEIRA; OLIVEIRA; CUNHA, 2017, p. 30)

E, nesse sentido, surgiram duas maneiras, ou dois processos de tratamento da informação: a descrição física e a descrição temática (DIAS; NAVES, 2007).

Embora se reconheça a importância da descrição física dos documentos, a proposta deste artigo é concentrar-se no âmbito do Tratamento Temático da Informação, especificamente sobre a indexação, tendo em vista que, já em 2003, Hjørland destacava a necessidade de estudos teóricos sobre este tema.

Segundo Hjørland (2003), o progresso teórico da organização do conhecimento se dá de forma fragmentada. Por este motivo, a área necessitaria de estudos teórico a partir de conceitos fundamentais, especialmente no que tange aos estudos sobre: conceitos, significado, relações semânticas, pontos de acesso por assunto e indexação.

Para Braz e Carvalho (2017), corroborando com a definição de organização do conhecimento e organização da informação de Bräschler e Café (2008),

o tratamento temático encontra-se inserido na organização da informação. Pode-se dizer que o tratamento temático “é uma atividade de mediação entre documentos e usuários que deve garantir o acesso físico aos documentos e seu conteúdo” (BRAZ; CARVALHO, 2017, p. 2501).

O Tratamento Temático da Informação abre “as atividades de análise, descrição e representação” (BRAZ; CARVALHO, 2017, p. 2501) e, de acordo com Vieira, Oliveira e Cunha (2017), busca evidenciar o conteúdo dos documentos, preocupando-se, especificamente, com a compreensão e extração desses assuntos que resultariam, por fim, no processo de classificação e de indexação.

2.1 INDEXAÇÃO

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, a indexação é

a representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documental ou de termos extraídos do próprio documento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 193)

Considerado um dos processos da análise documental no Tratamento Temático da Informação, a indexação objetiva, de acordo com Fujita e Gil Leiva (2010), a determinação de palavras-chave, ou descritores, que permitam a recuperação do conteúdo daquela obra a fim de atender as necessidades informacionais do usuário.

Em 2007, Dias e Naves atentam para o fato de ser comum que as abordagens temáticas da informação como catalogação de assunto, indexação e classificação, sejam consideradas como uma única atividade, embora possuam algumas diferenças. Posteriormente, em 2009, Guimarães publica um artigo pela Ibersid, em que diferencia indexação, análise documental e catalogação de assunto.

Segundo esse autor, as três concepções atuam de forma complementar entre si. A análise da documentação se preocuparia mais com o desenvolvimento de certos processos, a indexação por sua vez, ajudaria a fornecer um conjunto de instrumentos que permitiria a construção de produtos, que se enquadra mais no escopo da catalogação de assunto, para alcançar o objetivo comum de uma melhor recuperação da informação (GUIMARÃES, 2009).

Contudo, representar o conteúdo de determinado documento de maneira que este possa ser recuperado por um usuário requer um cuidado com o próprio tratamento linguístico. Afinal, o regionalismo e a diferença de cultura podem priorizar ou menosprezar certos termos e, com isso, impedir uma representação que dê visibilidade para todos estes distintos grupos de usuários.

Araújo et al. (2011), ao falar sobre as linguagens já utilizadas para a indexação, destaca três tipos: a linguagem natural, a indexação por palavras e o unitermo, e a linguagem controlada, sendo esta última também conhecida como linguagem documental. De acordo com os autores, as linguagens de indexação ainda podem ser subdivididas em duas tipologias: linguagens pré-coordenadas onde os termos são combinados no momento da indexação, e as linguagens pós-coordenadas, quando há a combinação de termos no momento da busca.

Dodebei (2014) comenta a utilidade de linguagens documentárias no processo de representação. A linguagem documental pode ser entendida como um “conjunto de termos, símbolos e regras preestabelecidos para indicação/registro de assuntos constantes de documentos” (CUNHA; CAVANCANTI, 2008, p. 227), enquanto a linguagem natural seria a linguagem do cotidiano, o idioma e o modo como as pessoas se comunicam entre elas.

Por fim, percebe-se o impacto que o processo de indexação pode ter na recuperação da informação. Também é possível perceber que, dada a sua especificidade, dialogar sobre a indexação, o Tratamento Temático da Informação e a própria área de organização do conhecimento é de suma importância para o avanço desses estudos como um todo e, como já dito na introdução deste artigo, entende-se que a ISKO é um dos ambientes que propicia discussões de qualidade sobre este tema.

3 International Society for Knowledge Organization (ISKO)

A *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) é uma sociedade que desenvolve trabalhos voltados à organização do conhecimento fundada em 1989 por Ingetraut Dahlberg. Segundo Guimarães (2017), a criação da ISKO na Alemanha estaria seguindo a trilha da *Society for Classification*, que reunia profissionais de diversos seguimentos desde a década de 1970, a exemplo de filósofos, matemáticos, linguistas e cientistas da informação.

De maneira mais pontual, a ISKO preocupa-se em:

- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de organização do conhecimento que promovam as abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas para a ordenação do conhecimento
- Fornecer os meios de comunicação e de trabalho em rede sobre a organização do conhecimento para seus membros
- Funcionar como um elo de ligação entre todas as instituições e sociedades nacionais, trabalhando com problemas relacionados à organização conceitual e processamento de conhecimento. (INTERNATIONAL

SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2019, não paginado, tradução nossa)

Segundo Dahlberg (2006), o nome dessa sociedade foi escolhido a partir da utilização do termo “*Organization of Knowledge*” pelo bibliotecário americano Henry Bliss em sua obra publicada na década de 1930. Sendo assim, para Dahlberg a organização do conhecimento é vista como

a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento inerentes (características) e a aplicação de conceitos e classes de conceitos ordenados dessa forma para a atribuição de conteúdos de referentes (objetos/assuntos) de todos os tipos. (DAHLBERG, 2006, *apud* MELO; BRÄSCHER, 2014, p. 72)

Com o avanço científico, a sociedade fundada por Dahlberg começou a englobar discussões provenientes de diversos países. De acordo com os dados do site oficial da ISKO (2019), há mais de 600 membros que discutem a organização do conhecimento em áreas como a Ciência da Informação, Computação, Filosofia e Linguística, reforçando o escopo interdisciplinar ao qual a sociedade se propõe.

A fim de aprimorar as discussões de acordo com realidades um pouco mais específicas, a ISKO se subdividiu em capítulos presentes em diversos países. Exemplos de capítulos são: Brasil, Canadá + Estados Unidos da América, França, e Alemanha + Áustria + Suíça. (INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2019).

Em linhas gerais, esses capítulos surgem para que, mesmo com a existência da conferência internacional (com periodicidade de dois anos), cada capítulo tenha a possibilidade de realizar sua conferência nacional ou regional a fim de debater temáticas específicas dentro da organização do conhecimento.

3.1 ISKO – BRASIL

O capítulo brasileiro da ISKO se estabeleceu, oficialmente, em 2007 durante a realização do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) a partir do interesse de pesquisadores voltados à área de organização e representação do conhecimento.

Segundo o site da ISKO – BRASIL (2019), a criação do capítulo brasileiro teve sua origem especificamente por meio das discussões do Grupo de Trabalho 2 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Os trabalhos iniciais do capítulo brasileiro foram delineados principalmente pelo prof. Dr. José Augusto Guimarães, Dra. Rosali Fernandez de Souza e Dr. Eduardo José Wense Dias, além do apoio internacional da prof. Dra. Maria José Lopez Huertas.

O capítulo brasileiro já realizou quatro conferências nacionais e encontra-se, neste ano, em seu quinto congresso. Em 2011, na primeira edição realizada em Brasília, o evento contemplou os desafios e as perspectivas científicas da área na atualidade. Em 2013, no Rio de Janeiro, o tema tratou da complexidade e organização do conhecimento a partir dos desafios do século XXI. No ano de 2015, na cidade de Marília (SP), as discussões giraram em torno da diversidade cultural e, por fim, em 2017 no Recife, o congresso se propôs a discutir memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento. Sua quinta edição acontece em setembro de 2019, em Belém (PA).

Além dos eventos nacionais, o Brasil já foi sede de um dos congressos internacionais da ISKO, em 2016, realizado no Rio de Janeiro. A 14ª conferência internacional da ISKO teve como tema “Organização do conhecimento para um mundo sustentável: desafios e perspectivas para o compartilhamento cultural, científico e tecnológico em uma sociedade conectada” (INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2019, não paginado, tradução nossa).

A partir do que foi exposto acima, entende-se a importância da existência do capítulo ISKO no Brasil, uma vez que este consegue aproximar os pesquisadores voltados aos estudos da organização do conhecimento de modo que estes possam agir em prol de melhorias na área. Embora se reconheça o benefício das discussões promovidas pelo Grupo de Trabalho 2 da ANCIB, compreende-se que a ISKO-BRASIL possibilita um espaço interdisciplinar que volte seus esforços especificamente para a organização do conhecimento, e não somente para uma discussão no âmbito da Ciência da Informação.

4 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, descritiva, bibliográfica e de abordagem quantitativa (LIRA, 2014) acerca da produção científica sobre indexação publicada nos anais do capítulo brasileiro da ISKO.

Inicialmente, fez-se o download dos anais pertencentes ao capítulo brasileiro da ISKO referentes aos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017. Em função dos três primeiros eventos não contarem com resumo ou palavras-chave, optou-se pela seleção de artigos que possuem o termo “indexação”, “análise de assunto”, “catalogação de assunto”, “tratamento temático da informação” e “TTI” no campo “título”.

De um universo de 202 trabalhos publicados em quatro conferências ISKO – BRASIL, o número dos que atenderam aos critérios de seleção foram 16. A partir desta seleção, foram verificadas as referências dos trabalhos a fim de identificar quais autores e obras são recorrentes nestes artigos. A partir desta identificação,

fez-se a leitura transversal de todo o *corpus* com o intuito de investigar a contribuição dos autores referenciados. Com isso, foi possível identificar os pressupostos teóricos que permeiam os trabalhos de indexação publicados nos anais do capítulo brasileiro da ISKO em um levantamento inicial, uma vez que a pesquisa se restringiu somente ao levantamento do *corpus* a partir dos termos presentes nos títulos dos documentos e, por isto, não pode ser considerada exaustiva.

5 Apresentação e discussão dos resultados

Os procedimentos de buscas recuperaram um número de 206 autores, trabalhando em coautoria ou não, nas referências dos trabalhos analisados. No primeiro recorte deste estudo, optou-se por um levantamento dos cinco autores que mais apareceram como referência nos anais da ISKO no que tange aos textos voltados à temática de indexação.

No entanto, embora o critério escolhido fosse os cinco autores mais referenciados, um empate nessa quantidade de referências fez com que a análise ocorresse a partir de oito autores. A quantidade de referências pode ser verificada na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1. Quantidade de referências por autor

Autor	Quantidade de referências encontradas
Fujita, M. S. L.	19
Guimarães, J. A. C.	8
Lancaster, F. W.	6
Rubi, M. P.	6
Mai, J-E.	5
Greimas, A. J.	5
Boccatto, V. R. C.	5
Dias, E. W.	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Do ponto de vista quantitativo, o quadro geral das 206 referências mostra que os oito autores com maior incidência nas referências foram: Mariângela Spotti Lopes Fujita, José Augusto Chaves Guimarães, Frederick Wilfrid Lancaster, Milena Polsinelli Rubi, Jens-Erik Mai, Algirdas Julien Greimas, Vera Regina Casari Boccatto e Eduardo Wense Dias.

No entanto, é importante destacar que 19 das 23 referências encontradas sob autoria de Fujita, estavam presentes nos trabalhos escritos pela própria autora. O documento D06 continha seis referências, no documento D09 foram encontradas duas referências, sete no documento D13, e, no documento D015, quatro referências de textos da autoria de Fujita. A mesma constatação serve para a autora Vera Regina Casari

Boccatto que, no documento D04, aparece nas referências uma vez.

Nesse cenário, o objetivo foi o de observar se os trabalhos do *corpus* que referenciam esses documentos eram ou não de autoria dos autores referenciados no intuito de investigar a representatividade autoral no escopo do referencial teórico. Todavia, ressalta-se a importância dos trabalhos de Fujita no que tange à temática de indexação, uma vez que se percebe, inclusive, a continuidade dos estudos dessa autora por parte de seus orientandos, que também aparecem no *corpus* de análise, como Rubi e Boccatto.

Portanto, para fins de *ranking* dos autores referenciados pelos textos do *corpus*, considerou-se a quantidade de referências em textos diferentes. Os resultados desta análise podem ser observados na sequência (Tabela 2).

Tabela 2. Ranking dos autores referenciados

Autor	Qnt. de textos diferentes referenciados
Rubi, M. P.	5
Mai, J-E.	5
Greimas, A. J.	5
Boccatto, V. R. C.	4
Guimarães, J. A. C.	4
Fujita, M. S. L.	3
Dias, E. W.	3
Lancaster, F. W.	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Destes, qualitativamente optou-se por detalhar as discussões teóricas dos autores que se inserem na primeira e na segunda posição. São eles: Rubi, Mai, Greimas, Boccatto e Guimarães.

Por fim, fez-se a leitura transversal dos 16 documentos do *corpus* de modo a permitir a verificação de como esses autores referenciados foram citados nesses textos para que, por fim, fosse possível identificar os pressupostos teóricos que permeiam os trabalhos de indexação publicados nos anais do capítulo brasileiro da ISKO.

Durante o processo de análise, percebeu-se que os anais da ISKO se encontram divididos em dimensões que direcionam o foco dos trabalhos submetidos ao evento. Os três primeiros anais contam com a dimensão epistemológica da organização e representação do conhecimento, a dimensão aplicada da organização e representação do conhecimento, enquanto que, no último, além destas dimensões, foi também acrescentada a dimensão política e social da organização e representação do conhecimento.

Os 16 trabalhos recuperados pela análise deste estudo mostram que as discussões sobre a indexação estão presentes tanto no âmbito epistemológico quanto no âmbito aplicado, além do âmbito político e social. No Quadro 1 (Apêndice A), é possível verificar quais os

textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, bem como seus autores, além do código dado para identificar cada documento e a dimensão em que tais trabalhos estão inseridos.

Com isso, percebe-se que a discussão sobre indexação no capítulo ISKO-Brasil se dá, em sua maioria, na dimensão aplicada da organização e representação do conhecimento, uma vez que nove dos 16 textos recuperados se encontram nessa seção, enquanto seis discutem a indexação sob a perspectiva epistemológica e somente um se encontra na dimensão política e social da organização do conhecimento. De certa forma, este dado corrobora com a afirmação de Hjørland (2002) de que a indexação, bem como a recuperação da informação, dá-se de forma específica, o que aproxima o debate nos aspectos prático e aplicado.

O fato de não se destacarem nessa temática as abordagens teóricas ou epistemológicas não pode ser entendido como uma falha dessa produção científica. Afinal, a indexação em si é uma atividade prática que, muitas vezes, é pensada para a solução de problemas específicos dentro das realidades das unidades de informação e, sendo assim, é comum e compreensível que a discussão desta temática ocorra no âmbito aplicado da área.

Dentre os 16 textos lidos, percebeu-se que os autores José Augusto Chaves Guimarães, Milena Polsinelli Rubi, Jens-Erik Mai, Algirdas Julien Greimas e Vera Regina Casari Boccato se destacam por possuírem uma variedade de bibliografias utilizadas como referência para as discussões sobre indexação. Cinco obras diferentes de autoria de Rubi, Mai e Greimas foram referenciadas pelo *corpus*, enquanto quatro obras de autoria de Boccato e Guimarães também foram listadas pelos documentos analisados.

De maneira geral, os autores aparecem de forma contínua nos anais da ISKO, com exceção apenas de Greimas que, no *corpus*, foi citado somente no ano de 2015, sendo que todas as citações estão no documento D10.

As obras citadas de Rubi se referem à aplicação da indexação, como sugestão de modelos de leitura documentária para artigos científicos, a política de indexação e a diferença entre indexação e catalogação de assuntos. Os dados da pesquisa demonstram que essa autora é referência sobre conceitos que permeiam a prática de indexação como, por exemplo, as noções de exaustividade, política de indexação, linguagens documentárias ou de indexação.

Consequentemente, os artigos que referenciam Rubi foram publicados na dimensão aplicada dos anais da ISKO – Brasil. São eles: D06 - abordando a importância teórica e prática na indexação; D09 - voltado à atuação do bibliotecário; D13 - sobre as linguagens de indexação em políticas para bibliotecas

universitárias; e D14 - tratando a política de indexação da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Mai possui, como foco de pesquisa, a informação enquanto fenômeno na sociedade contemporânea (MAI, 2019). Na ISKO, suas obras serviram de referência para temáticas como: semiótica; folksonomia; e o processo de indexação de maneira mais abrangente. Dois textos (D06; D09) dentre os quatro documentos que se utilizam dos estudos de Mai para sua fundamentação foram publicados na dimensão aplicada nos anais da ISKO-Brasil. Ambas as pesquisas focam na atuação profissional e na prática da indexação e citam a perspectiva da semiótica debatida pelo autor analisado, para Fujita (2013) inclusive, tal perspectiva surge a partir dos anos 2000, por meio dos estudos de Mai.

Ressalta-se também a influência desse autor no trabalho D05, publicado na dimensão epistemológica, que trata sobre a autopoieses e a formação discursiva nas linguagens de indexação. Segundo Moura (2015), Mai aborda uma garantia “autopoietica” nos sistemas de classificação e, a proposta do trabalho apresentado na ISKO – Brasil em 2015 seria, justamente, relacionar essa garantia autopoietica com o processo de formação discursiva de Foucault e as implicações deste movimento no Brasil, especificamente com relação aos estudos semióticos.

Cinco pesquisas diferentes de Mai foram referenciadas pelos documentos analisados. Nos quatro textos (D05; D06; D09; D15) foram encontradas 10 citações do autor em questão e percebe-se que, embora Mai siga uma linha de pesquisa mais teórica, seus estudos servem como base para as discussões aplicadas envolvendo a semiótica.

Dando sequência à análise, a pesquisa D10 busca “transpor os conteúdos documentários em uma metalinguagem utilizando-se de imagens como representantes dessa (meta) linguagem controlada” (CARIBÉ; BRITO, 2015, p. 429). Para isso, se pauta em estudos de teoria semântica, especificamente nas pesquisas da linguística com relação à representação da informação, e é neste momento que os estudos de Greimas fundamentam a proposta deste estudo.

Algirdas Julien Greimas se debruçou sobre a semiótica, assim como Mai. Greimas realizou estudos sobre estruturas semânticas, semiótica no contexto das ciências sociais e ainda pesquisou sobre o vocabulário de moda e vestuário na década de 1830.

No entanto, os conceitos ou conteúdos trabalhados por Greimas não foram aprofundados no texto D10. O trabalho em si se fundamenta em diversas referências, mas, na grande maioria dos casos, as citações restringem-se às menções dos autores e, portanto, as

cinco obras de Greimas citadas não foram debatidas de forma mais extensa no documento.

Seguindo a mesma linha que Rubi, os trabalhos de Boccato fundamentam o debate sobre as políticas e linguagens de indexação bem como o processo de indexação em si. Boccato também prioriza a recuperação da informação de acordo com as necessidades do usuário bem como destaca a importância de se conhecer as necessidades institucionais no momento da escolha dos termos de indexação.

Todos os documentos que referenciam a autora são da dimensão aplicada da organização e representação do conhecimento. Cinco citações foram identificadas nos documentos do *corpus* (D09; D13) e um dos documentos (D04) referencia o trabalho de Boccato, mas não o cita no texto, impossibilitando, portanto, que fosse feita uma análise de como se utilizou a autora para fundamentar a discussão do documento em questão.

Os textos de Guimarães dividem-se tanto na dimensão epistemológica quanto na dimensão aplicada, todavia percebe-se que a utilização da obra de Guimarães é feita sempre na discussão teórica das pesquisas. Por comentar sobre o Tratamento Temático da Informação e delinear como correntes teóricas a catalogação de assunto, a indexação e a análise documental, a pesquisa do autor fundamenta o discurso presente nos artigos analisados que tratam, em sua maioria, sobre a questão da análise documental e a indexação vista enquanto um processo, com suas discussões teóricas que auxiliam a atividade prática.

O quadro abaixo resume as principais temáticas abordadas pelos autores aqui analisados e ainda apresenta o código dos documentos que citaram esses autores (Quadro 2).

Quadro 2. Temáticas relacionadas aos autores citados

Autor	Temáticas	Código Citante
Rubi, M. P.	Princípios de indexação Política de indexação	D06
		D09
		D13
		D14
Mai, J-E.	Garantia autopoietica Semiótica	D05
		D06
		D09
		D15
Greimas, A. J.	Semiótica	D10
Boccato, V. R. C.	Catalogação de assunto Indexação e catalogação em bibliotecas universitárias	D06
		D09
		D13
Guimarães, J. A. C.	Tratamento Temático da Informação Diferenças e conceitos entre catalogação de assunto, indexação e análise documental	D01
		D04
		D06
		D09
		D11
		D12
		D13
		D14
		D16

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

O levantamento destas temáticas evidencia, como temas paralelos à indexação, a discussão acerca das políticas desse processo, os conceitos sobre a catalogação de assunto, indexação e análise documental que, por vezes, são tidos como sinônimos, conforme mencionado na fundamentação teórica deste artigo. Além disso, percebe-se a presença de estudos voltados à semiótica associados à temática analisada, uma vez que a constituição de significados utilizados para a representação de algo condizem com o processo de levantamento de termos indexadores que possibilitam a recuperação de determinada informação.

A análise permite concluir que a quantidade de obras diferentes referenciadas nos documentos do *corpus* não necessariamente reflete a importância de determinado autor como fundamentação teórica nos estudos de indexação publicados na ISKO – Brasil, uma vez que a limitação do *corpus* (16 documentos de um montante de 202 publicações) resulta em panorama parcial do que é discutido em meio ao evento. É possível também perceber essa questão quando vimos que Greimas, referenciado por cinco trabalhos diferentes é mencionado em apenas um único artigo (D10), enquanto quatro trabalhos de Guimarães foram referenciados em nove documentos diferentes.

Além disso, verifica-se que apenas Guimarães é citado nos anais de 2011, enquanto os demais estão presentes tanto em 2013, 2015 e 2017. Mai foi citado em 2013, mas assim como Greimas, sua última aparição nos anais foi no ano de 2015, possivelmente por trabalhar com uma temática muito específica que é a semiótica.

6 Considerações Finais

No que tange à temática de organização do conhecimento, reconhece-se o esforço da ISKO em promover espaços de discussão que possibilitem o avanço teórico e prático da área, a exemplo da existência de capítulos nacionais, como o capítulo brasileiro.

A busca nos anais oriundo dos eventos da ISKO – Brasil permitiu o levantamento parcial dos trabalhos publicados que se referem à indexação, dado que este estudo utilizou o campo “título” como um filtro, o que limita uma análise exaustiva. Além disso, foi possível identificar os autores que fundamentam teoricamente os trabalhos recuperados, são eles: José Augusto Chaves Guimarães, Milena Polsinelli Rubi, Jens-Erik Mai, Algirdas Julien Greimas, Eduardo Wense Dias e Vera Regina Casari Boccato.

Foi observada também a baixa citação de filósofos e teóricos comumente utilizados como referencial teórico na fundamentação dessas discussões. Autores clássicos na área de Organização do Conhecimento, como Hjørland e Dahlberg, por exemplo, pouco aparecem quantitativamente e, por isso, ficaram fora do escopo delimitado pelos critérios descritos na seção dos procedimentos metodológicos deste estudo.

Todavia, ressalta-se que a indexação, por si só, possui um objetivo muito prático: representar a informação para, posteriormente, recuperá-la. Por isso, é compreensível que o debate teórico não se dê de modo aprofundando neste tema, uma vez que a discussão sobre a indexação caminha por um viés mais aplicado, evidenciando uma característica própria da temática.

A leitura dos documentos do *corpus* permitiu identificar como se dá a discussões dos autores selecionados nos trabalhos recuperados. Percebe-se que, embora os textos estejam inseridos tanto na dimensão epistemológica quanto na dimensão aplicada e na dimensão política e social da organização e representação do conhecimento, os autores analisados são utilizados como fundamentação teórica para embasar as discussões propostas em cada artigo.

Por fim, entende-se que a presente pesquisa conseguiu alcançar seus objetivos por meio da metodologia proposta, além de contribuir oferecendo um levantamento inicial de autores que dialogam com a temática da indexação no capítulo brasileiro da ISKO.

As temáticas relacionadas à pesquisa sobre indexação são as discussões sobre o próprio conceito, princípios e política de indexação. Também se verifica a presença de estudos voltados à semiótica que são utilizados para fundamentar o debate sobre indexação nos anais do capítulo brasileiro da ISKO.

Acredita-se que os resultados deste estudo beneficiarão as discussões da área sobre os trabalhos de indexação,

seus pressupostos teóricos e os autores que apareceram nesta pesquisa de modo a fomentar a continuidade das discussões teóricas e aplicadas na área. Este artigo conclui que a ISKO em seu capítulo brasileiro vem contribuindo significativamente para o avanço das discussões em âmbito nacional sobre a organização do conhecimento e sua aplicabilidade em sistemas que facilitem a recuperação da informação e, conseqüentemente, seu acesso. Além disso, o espaço proporcionado pela ISKO-Brasil promove o avanço nos estudos de temáticas específicas, a exemplo da indexação.

Referências

- ALVEZ, Bruno Henrique; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. O desenvolvimento do domínio da “Organização do Conhecimento” no contexto da Ciência da Informação a partir da ISKO – BRASIL. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, V. 10, n. 2, p. 103-108, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/48869>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- ARAÚJO, Helder Cunha Balbino de *et al.* Linguagens de indexação: uso das linguagens presentes na prática da indexação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011. Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6176/1/2_011_Nadia.pdf. Acesso em 01 abr. 2019.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INORMAÇÃO, 9., 2008, Londrina. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 02 abr. 2019.
- BRAZ, Márcia Ivo; CARVALHO, Evanise Souza de. Práticas em tratamento temático da informação: interfaces de ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBB)**, São Paulo, v. 13, p. 2496-2509, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/975/951>. Acesso em: 02 abr. 2019.
- CARVALHO SILVA, Jonathas. **Tópicos em biblioteconomia e ciência da informação: epistemologia, política e educação**. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016. 124p.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale; BRITO, Marcílio de. Indexação por imagens: acessibilidade via OPACs imagéticos. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. (Orgs). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 425-448. (Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3). Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Organiza%C3%83%C2%A7%C>

3%83%C2%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: a new Science? Knowledge Organization, v. 33, n. 1, 2006.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. 116 p. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 127 p.

FOSKETT, Antony Charles. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: EdUnB; Brasília, DF: EdUnB, 1973. 437 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isioro. As linguagens de indexação em bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e sistemas de informação na América Latina. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16. 2010. [Anais...]. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://eprints.rclis.org/15137/1/Indexing_languages_FUJITA_GIL_LEIVA.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (Orgs.) **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. p. 147-159. (Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2) Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%83%C2%A7ados-2-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 2008. p. 77-99. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/86848>. Acesso em: 01 abr. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid: S.l.**, v. 3, set. 2009. Disponível em: <https://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/view/3730>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, maio/ago. 2017. p. 84-98. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45619>. Acesso em: 01 abr. 2019.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, S. l., v. 58, n. 4, 2002. P. 442-462. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/7c9e/40b40f900232b6039bd3819d43db78d538a2.pdf?_ga=2.18515577.1941541815.155019746-722025088.1553173575. Acesso em: 11 abr. 2019.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, S.l., v. 30, n. 2, 2003. p. 87-111. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION – ISKO. Disponível em: <http://www.isko.org/index.php>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ISKO – BRASIL. Brasil. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/>. Acesso em: 01 abr. 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

MAI, Jens-Erik. 2019. Disponível em: <http://www.jenserikmai.info/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das posturas de Dahlberg e Hjørland. **Ciência da Informação**, Brasília., v. 41, n. 1, jan./abr. 2014. p. 67-80. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1419/1597>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MOURA, Maria Aparecida. Autopoiesis e formação discursiva na consolidação de linguagens de indexação: a elaboração do tesouro brasileiro de estudos semióticos (Semavoc). In: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (Orgs.) **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. p. 147-159. (Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2). Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%83%C2%A7ados-2-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

OLIVEIRA, Lais Pereira de. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, maio/ago. 2017. p. 39-58. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/47810>. Acesso em 02 abr. 2019.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, v. 2, 1998. p. 19-33. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação e bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, jan./jun. 2017. p. 28-49. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/6542/30030>. Acesso em: 02 abr. 2019.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; KARPINSKI, Cezar. O conceito de memória nos anais do capítulo da International Society for Knowledge Organization ISKO – Brasil sob uma perspectiva epistemológica. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, v. 12, n. 2, maio/ago. 2019. p. 294-309. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8732/21436>. Acesso em: 22 abr. 2019.

Apêndice A – Quadro 1. Documentos recuperados pelo Corpus

CÓDIGO	TÍTULO	AUTORIA	DIMENSÃO
D01	Análise documental de obras de ficção: a indexação na perspectiva do percurso gerativo de sentido	Deise Maria Antonio João Batista Ernesto de Moraes	Epistemológica
D02	Uso de ontologia para recuperação da informação disponibilizada em vídeos por meio de indexação multimodal	Cláudio Gottschalg Duque Emilio Evaristo de Souza	Aplicada
D03	Representação da informação no contexto da saúde: um estudo da linguagem de indexação adotada pelo Flickr	Francisca Rosaline Leite Mota Bruno Felipe de Melo Silva	Aplicada
D04	A produção científica na temática indexação: análise bibliométrica de teses e dissertações no período de 2002 e 2011	Paula Regina Dal'Evedove Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti Mariângela Spotti Lopes Fujita Vera Regina Casari Boccato	Epistemológica
D05	Autopoiesis e formação discursiva na consolidação de linguagens de indexação: a elaboração do tesouro brasileiro de estudos semióticos (Semavoc)	Maria Aparecida Moura	Epistemológica
D06	A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento	Mariângela Spotti Lopes Fujita	Aplicada
D07	Poole, o índice e as fraturas: indexação e publicações seriadas nos Estados Unidos do Oitocentos	Gustavo Silva Saldanha Naira Christofoletti Silveira	Epistemológica
D08	As linguagens de indexação e a análise de domínio	Vera Lucia Ribeiro Guim Mariângela Spotti Lopes Fujita	Epistemológica
D09	Atuação bibliotecária na análise de assunto de teses nas dimensões teóricas da catalogação de assunto e indexação	Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti Paula Regina Dal'Evedove Tartarotti Mariângela Spotti Lopes Fujita	Aplicada
D10	Indexação por imagens: acessibilidade via OPACs imagéticos	Rita de Cássia do Vale Caribé Marcílio de Brito	Aplicada
D11	Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens	Carla Beatriz Marques Felipe Fabio Assis Pinho	Aplicada
D12	Indexação e descrição arquivística: relações histórico-conceituais	Gilberto Gomes Cândido Thiago Henrique Bragato Barros Franciele Marques Redigolo	Aplicada
D13	Linguagem de indexação no contexto da política de indexação: estudo em bibliotecas universitárias	Maria Carolina Andrade e Cruz Mariângela Spotti Lopes Fujita Luciana Beatriz Piovezan dos Santos	Aplicada
D14	Organização da informação em repositórios digitais: uma abordagem sobre a política de indexação de Bases de Dados de Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	Raimunda Fernanda dos Santos Renato Fernandes Corrêa	Aplicada
D15	Concepções de docentes brasileiros sobre o ensino da Análise de Assunto	Roberta Cristina Dal'Evedone Tartarotti. Paula Regina Dal'Evedone. Mariângela Spotti Lopes Fujita.	Epistemológica
D16	Música, informação e política: tratamento temático da informação na produção musical de Chico Buarque no Periódico AI-5 (1968-1978)	Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra. Raimundo Nonato Macedo dos Santos	Política e Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A presença da produção científica brasileira na revista *Knowledge Organization* no século XXI

The presence of Brazilian scientific production in the Knowledge Organization journal on 21st century

Manoela Ferreira da Silva (1), Isadora Victorino Evangelista (2) e José Augusto Chaves Guimarães (3)

(1) Universidade Estadual Paulista - UNESP, R. Iara Clube, 85 - Jardim Maria Izabel, Marília - SP, manoela-fs@hotmail.com, (2) isadora.evangelista@unesp.br, (3) chaves.guimaraes@unesp.br.

Resumo

O periódico *Knowledge Organization* constitui hoje um dos principais veículos de comunicação científica no que diz respeito a questões de Organização do Conhecimento (OC). Dessa forma, considerou-se pertinente analisar como se apresenta o contexto brasileiro nessas comunicações, verificando quais são os autores e instituições mais produtivas, além de frequência de publicações e colaborações com o exterior. Por meio da análise dos números publicados no período de 2001-2018, foi possível identificar uma forte presença de artigos de autoria brasileira, com um total de 51 produções. Percebe-se ainda, um forte crescimento no número de artigos nos anos mais recentes, em especial a partir do ano 2011, responsáveis por quase 85% do total de publicações brasileiras na revista. Ademais, percebeu-se ainda uma comunidade liderada pelos professores José Augusto Chaves Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fábio de Assis Pinho e Renato Rocha de Souza, que são responsáveis por 28% de todas as publicações nesse período. Essa liderança confirma que a revista é aberta a temas como os aspectos éticos e sociais da OC, além das perspectivas tecnológicas no contexto desse domínio. Como instituições mais produtivas, destacam-se a Universidade Estadual Paulista – UNESP e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, instituições essas que possuíam ao menos um autor afiliado em metade das incidências institucionais. A respeito das coautorias internacionais, salientam-se grupos de interesses temáticos, como dimensões éticas e sociais, aspectos bibliométricos, interlocução com as ciências exatas e tecnologias, dentre outros.

Palavras-chave: Análise de Domínio; Comunidades Epistêmicas; Produção científica brasileira; *Knowledge Organization*.

Abstract

The *Knowledge Organization* journal is today one of the main vehicles of scientific communication with regard to Knowledge Organization (OC) issues. Thus, it was considered relevant to analyze how the Brazilian context is presented in these communications, verifying which authors and institutions are most productive, as well as frequency of publications and international collaborations. Through the analysis of the numbers published in the period 2001-2018, it was possible to identify a strong presence of articles of Brazilian authorship, with a total of 51 productions. There is also a strong growth in the number of articles in the most recent years, especially from 2011 onwards, responsible for almost 85% of the total number of Brazilian publications in the journal. In addition, a community led by Professors José Augusto Chaves Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fábio de Assis Pinho and Renato Rocha de Souza, who are responsible for 28% of all publications in this period, was also noticed. This leadership confirms that the journal is open to topics such as the KO ethical and social aspects, as well as the technological perspectives in the context of this domain. The most productive institutions are the Universidade Estadual Paulista - UNESP and the Federal University of Minas Gerais - UFMG, institutions that had at least one author affiliated in half of the institutional implications. Regarding international co-authoring, emphasis is placed on thematic interest groups, such as ethical and social dimensions, bibliometric aspects, interlocution with the exact sciences and technologies, among others.

Keywords: Domain Analysis; Epistemic Communities; Brazilian scientific production; *Knowledge Organization*.

1 Introdução

A Análise de Domínio (AD), cuja inserção na Ciência da Informação se deu a partir do artigo seminal de Hjørland e Albrechtsen (1995), pode ser considerada atualmente uma importante forma de visualização e compreensão da ciência, sob perspectivas relativas a não apenas um único indivíduo, mas na socialização do conhecimento entre um grupo que compartilha interesses em comum.

Como destaca Smiraglia (2012), um domínio consiste num grupo com uma ontologia compartilhando a mesma epistemologia, isso propicia a identificação das

correntes teóricas de uma determinada área e as relações estabelecidas por meio de seus autores.

Uma forma de analisar os domínios de conhecimento é por meio da indicação de comunidades epistêmicas, ou seja, aqueles pesquisadores que investigam sobre determinada temática, publicam sobre ela de maneira assídua, tornando-se referência nesses conteúdos e dessa forma, influenciando novos pesquisadores que desejam se aprofundar nesses assuntos.

Diante disso, a presente pesquisa buscou identificar qual é a comunidade epistêmica brasileira da Organização do Conhecimento, especificamente nas publicações do periódico *Knowledge Organization* no

século XXI, como subsídio à pesquisa na área, em especial no que tange aos principais pesquisadores no âmbito brasileiro que evidenciaram inserção internacional. Além disso, pretende-se popularizar o conceito de comunidades epistêmicas, ainda pouco utilizado na Ciência da Informação.

Desse modo, parte-se de uma abordagem introdutória sobre análise de domínio para, em seguida, adentrar mais especificamente nas comunidades epistêmicas, de modo a embasar teoricamente a pesquisa, seguindo-se à descrição da metodologia, e à apresentação de discussão dos resultados de modo a subsidiar as conclusões.

2 Análise de Domínio

Hjørland e Albrechtsen (1995), em seu seminal artigo *Toward a New Horizon in information Science: Domain-Analysis*, apresentam a Análise de Domínio como um caminho para a compreensão dos diversos domínios da Ciência da Informação, subsidiando a caracterização de seus processos de construção e de socialização do conhecimento.

O conceito de AD foi posteriormente estruturado por Hjørland (2002), que propôs onze abordagens, a saber: Produção de obras de referência, Construção de linguagens de indexação, Indexação e recuperação da informação, Estudo de usuários, Estudos bibliométricos, Estudos históricos, Estudos de gêneros/tipologias documentais, Estudos epistemológicos e críticos, Estudos terminológicos, Comunicação científica, Cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial. Pode-se incluir também a esse grupo o da Proveniência Arquivística proposto pelos pesquisadores Guimarães e Tognoli (2015).

Hoje se verifica, nesse âmbito, uma forte predominância de duas abordagens, muitas das vezes tratadas conjuntamente: a abordagem bibliométrica (MOYA-ANEGÓN; HERRERO-SOLANA, 2001; SMIRAGLIA, 2012) e a abordagem epistemológica (HJØRLAND, 2002; TENNIS, 2003), o que possibilita identificar as temáticas de um determinado grupo como também as relações estabelecidas por este, em diversos âmbitos: científico, psicossocial e sociolinguístico (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Buscando um enfoque mais operacional, Tennis (2003) propõe dois eixos para a efetivação da análise de domínio: as áreas de modulação (denominação e limite do domínio) e os graus de especialização (especificidade do domínio).

Especificamente no que tange à abordagem bibliométrica, objeto desta pesquisa, destaca Hjørland (2002) o seu papel instrumental para o mapeamento do estado da arte de um determinado campo de pesquisa,

seja por domínio, instituição ou país, além disso, possibilita identificar colaborações de autores e instituições (coautorias) que permitir detectar a produção científica e os grupos com interesses temáticos em comum, como também o nível de associação que pode ser regional, nacional e internacional (GRACIO; OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, a abordagem bibliométrica da análise de domínio, ao fornecer elementos para o estudo da produção e uso do conhecimento, elucida questões sobre o universo (domínio), as temáticas tratadas e o universo de atores (autores ou referentes) que aí interagem e que se agrupam naquilo que se pode denominar como comunidades epistêmicas.

3 Comunidades epistêmicas

Embora o conceito de comunidades epistêmicas tenha sido preconizado por Burkart Holzner, em sua obra *Reality Construction in Society*, de 1968, foi notadamente a partir de 1992, com um fascículo especial da revista *International Organization*, que ele foi de fato popularizado. Nesse número, Peter Haas, importante teórico do tema, busca conceituar o termo e definir limites do que ele abrange. Segundo o autor, comunidades epistêmicas podem ser definidas enquanto

[...] uma rede de profissionais com reconhecida expertise e competência em um domínio em particular, com autoridade e conhecimento relevante em políticas dentro desse domínio ou área (HAAS, 1992, p. 03, tradução nossa).

Para Haas, essa abordagem de análise permite identificar como redes de especialistas em determinado domínio agem diante dos problemas enfrentados pela área, confirmando o poder implícito no controle do conhecimento e da informação, além de demonstrar novos padrões de comportamento verificados na difusão de novas ideias.

De acordo com o autor, para compor uma comunidade epistêmica, os autores devem partilhar uma série de preceitos, dentre eles: um conjunto de normativas e princípios; crenças causais derivadas da prática; noções de validade, de forma a validar o conhecimento no domínio e uma política comum, visando o bem-estar humano (HAAS, 1992).

Ainda nesse número da *International Organization*, Adler (1992) também busca conceituar o termo, afirmando que comunidades epistêmicas podem ser utilizadas para organizar, estruturar e coordenar a colaboração internacional por meio de práticas comuns e que visam promover a mudança. Essas comunidades são desenvolvidas em encontros internacionais, em que pesquisadores de prestígio se reúnem para discutir perspectivas para problemas em comum.

Adler (1992) ainda afirma que para que essas comunidades sejam bem sucedidas, é necessário que alguns aspectos sejam levados em conta, como, por exemplo, o contingente histórico influenciado pelas tecnologias proporcionadas, distribuição de poder, políticas nacionais, estruturas administrativas, economia, dentre outros.

Para o autor, essas comunidades serão compostas basicamente por associações informais entre cientistas e profissionais, que por razões intelectuais, ideológicas ou políticas adotaram abordagens similares para resolução de um problema apesar das possíveis diferenças entre os membros. Os participantes da comunidade conhecem-se bem, encontram-se frequentemente em debates e mesas-redondas e, em alguns casos, são colegas em universidades próximas e aprenderam um com o outro sobre as questões pesquisadas.

Levando em consideração essas questões, o presente trabalho buscou analisar como domínio a produção brasileira sobre Organização do Conhecimento no âmbito específico do periódico Knowledge Organization de modo a estabelecer uma comunidade epistêmica nesse âmbito. Os passos metodológicos desenvolvidos pela pesquisa encontram-se descritos na próxima seção.

4 Metodologia

Conforme mencionado anteriormente, a presente pesquisa adota como metodologia a Análise de Domínio, difundida na Ciência da Informação por Hjørland e Albrechtsen (1995). Para tanto, utilizou-se de duas das abordagens dessa metodologia (Hjørland, 2002): prioritariamente, os estudos bibliométricos e, de forma subsidiária, as estruturas de comunicação científica (décima abordagem).

De acordo com o referido autor, os estudos bibliométricos são uma importante forma de análise de domínio, pois possibilitam a visualização das conexões na ciência por meio dos documentos. Por meio desses estudos, verifica-se o que o autor denomina como “dependência” entre pesquisadores, instituições, campos, abordagens e localizações geográficas.

Os estudos sobre as estruturas de comunicação científica, por sua vez, auxiliam na construção de manuais sobre determinadas disciplinas, além de informar e guiar pessoas de fora do domínio. Essas características ficaram claras durante o desenvolvimento da presente pesquisa ao estabelecer a comunidade epistêmica do domínio estudado.

A fonte de pesquisa foi o periódico Knowledge Organization, criado por Ingetraut Dahlberg, que também foi idealizadora da International Society for Knowledge Organization (ISKO), em 1973, tendo seu

primeiro número publicado em 1974. Vale destacar que a referida revista, publicada ininterruptamente desde sua criação, constitui o mais abalizado periódico científico na área de organização do conhecimento em âmbito mundial.

Inicialmente denominado International Classification, o referido periódico tornou-se veículo científico oficial da ISKO em 1989 e, em 1993, passou a ter a denominação atual. De acordo com o site oficial, a revista preocupa-se com temáticas voltadas para questões teóricas, aspectos práticos dos processos e ferramentas, configurações históricas, educação e treinamento e questões terminológicas, todos voltados para a área de Organização do Conhecimento (ISKO, 2019).

Para compor o corpus, foram selecionados os trabalhos que contivessem ao menos um autor brasileiro ou afiliado a alguma instituição brasileira. Como período temporal, optou-se pelos anos entre 2001-2018, ou seja, aqueles publicados no século XXI. Para tanto, verificou-se, a partir dos sumários dos números publicados nesse período, quais encaixavam-se no contexto brasileiro descrito.

Dessa forma, foi recuperado um total de 51 artigos, que foram sistematicamente analisados de maneira a identificar autores mais produtivos, instituições com maior incidência, coautorias internacionais e anos de maior publicação. Os resultados podem ser verificados na sessão seguinte.

5 Resultados

O primeiro aspecto verificado foi o estudo cronológico, ou seja, quantidade de artigos por ano. Essa informação pode ser melhor analisada no gráfico a seguir:

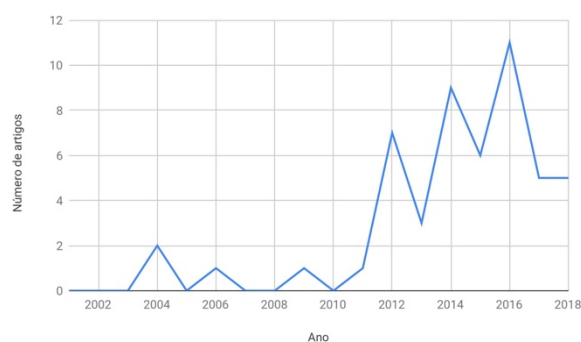


Figura 1. *Quantidade de artigos por ano*

No gráfico estão descritos apenas os anos em que houve alguma produção brasileira na revista. Sendo assim, é possível perceber que nos anos de 2001, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2010 não houve nenhum artigo que se encaixasse nos parâmetros definidos pela pesquisa e nos anos que intercalam esse período

descrito, a produção foi relativamente baixa: 1 ou 2 artigos por ano.

Dessa forma, identifica-se um considerável crescimento nos anos mais recentes – a partir de 2011, sendo que 85% do total de publicações brasileiras na revista foi nesse período. Esse fator demonstra que o periódico vem se popularizando no contexto brasileiro nos últimos anos.

É interessante observar que essa maior produção brasileira se verifica a partir da realização do I Congresso Brasileiro de Organização do Conhecimento, realizado em 2011, reflexo da criação do capítulo brasileiro da ISKO em 2007, o que permitiu um espaço agregador dos pesquisadores nessa temática e uma maior interlocução desses com a ISKO internacional.

Esse total de publicações foi dividido entre 72 autores. No entanto, um grupo deles se destaca, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 1. *Autores mais produtivos*

Autor	Número de autorias
GUIMARÃES, J. A. C.	07
MARTINEZ-ÁVILA, D.	06
PINHO, F. A.	05
SOUZA, R. R.	04
LIMA, G. Â. B.	03
ALMEIDA, C. C.	03
FUJITA, M. S. L.	03
MOURA, M. A.	03
ALVARENGA, L.	02
ALMEIDA, M. B.	02
ORTEGA, C. D.	02
MILANI, S. O.	02
CAMPOS, M. L. A.	02
GOMES, H. E.	02
MARCONDES, C. H.	02
ARBOIT, A. E.	02
TOGNOLI, N. B.	02
SALDANHA, G. S.	02
CASTANHA, R. C. G.	02

Nessa tabela constam os autores que tiveram ao menos 02 trabalhos publicados na revista no período analisado. Sendo assim, um grupo de 53 autores (74%) tiveram apenas uma incidência de publicação na revista. A comunidade epistêmica brasileira na revista caracteriza-se, portanto, por 26% dos autores que já tiveram trabalhos divulgados pela revista, um total de 19 pesquisadores.

Desse grupo, é relevante afirmar que Gercina Ângela Borém Lima, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi a primeira pesquisadora brasileira a ter um artigo publicado pela revista, em 2004. Outro destaque se deve a Daniel Martínez-Ávila, figurado em

segundo lugar na lista, pesquisador espanhol cuja produção foi contabilizada apenas a partir de 2014, ano em que se radicou na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Observa-se ainda que quatro autores, nomeadamente José Augusto Chaves Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fábio de Assis Pinho e Renato Rocha de Souza respondem por 31% das autorias brasileiras na revista e 40% das autorias desse grupo selecionado.

Destaca-se ainda a forte interlocução entre os três primeiros pesquisadores na tabela, que possuem pesquisas em comum e publicam majoritariamente sobre questões de representatividade dos grupos marginalizados nas ferramentas de OC e aspectos teóricos em ética em OC, além de análises sobre a cobertura desse tema na literatura da área.

Além de autores mais produtivos, verificou-se também as universidades que mais representaram o contexto brasileiro na revista. Deve-se ter em mente que, em alguns casos, há a ocorrência de colaborações interinstitucionais em um mesmo artigo e, portanto, a incidência de universidades é maior que o número de artigos. Os dados encontram-se descritos na próxima tabela:

Tabela 2. *Instituições mais produtivas*

Instituições	Número de autorias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	22
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	14
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	05
Universidade Federal Fluminense (UFF)	04
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	04
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	02
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	02
Fiocruz	02
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	02

Da mesma forma que na tabela anterior, nessa estão descritas aquelas instituições que estiveram presentes nas publicações ao menos duas vezes. Salienta-se que, apenas no caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a contribuição veio de um único autor – professor Fábio de Assis Pinho. Nos outros casos, as contribuições vieram de autores diversos, inclusive daqueles que publicaram uma única vez na revista.

Percebe-se que há uma forte liderança compartilhada pelas universidades Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, do total de 67 incidências institucionais,

apareceram 36 vezes, ou seja, 54% do total. Isso revela a especificidade e a tradição de pesquisa dessas duas universidades nas temáticas ligadas à organização do conhecimento.

É importante ressaltar que essas duas universidades de destaque são também as universidades que os quatro primeiros autores mais produtivos fazem ou fizeram parte, destacando mais uma vez que o periódico possui especial interesse com os aspectos sociais e tecnológicos da representação da informação e que o Brasil pode ser considerado um importante produtor de ciência nesse sentido.

Destaca-se também a presença não apenas de universidades, mas de institutos de pesquisa, como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT (com 04 artigos) e Fiocruz (com 02 artigos). Além disso, há a predominância de instituições públicas, com uma instituição particular figurando na lista (Fundação Getúlio Vargas – FGV).

É interessante notar ainda a presença de 8 universidades [1] estrangeiras responsáveis por coautorias internacionais, em especial University of Wisconsin-Milwaukee (EUA), com 04 publicações em coautoria com pesquisadores brasileiros e University of Madras (Índia), com 02 trabalhos de autoria de K. S. Raghavan em parceria com autores brasileiros.

Diante disso, faz-se necessário demonstrar as coautorias internacionais identificadas nos artigos analisados. De forma a ser melhor visualizada, a rede de coautoria foi incluída no Apêndice A.

Nessa rede, é possível verificar grupos de interesse de pesquisa fortemente ligados, com assuntos que giram em torno das dimensões sociais da organização do conhecimento, aspectos bibliométricos nesse domínio, como também de representação e recuperação do conhecimento no âmbito da tecnologia no que tange aos temas de arquitetura da informação, banco de dados e web semântica.

É perceptível também que os autores José Augusto Chaves Guimarães (UNESP), Daniel Martínez-Ávila (UNESP) e Renato Rocha Souza (UFMG) estão nos epicentros de conexões entre autores brasileiros e autores internacionais. Além disso, os autores Martínez-Ávila e Souza são os com mais publicações em parcerias com autores internacionais, sendo o primeiro autor com 4 artigos e o segundo autor com 3 artigos.

Isso ressalta o que foi dito anteriormente sobre fortes as contribuições da UNESP e da UFMG no que diz respeito às produções dos autores e de suas correlações com o exterior.

Destaca-se também, em específico, um grupo de interesse que discute as questões de organização do conhecimento sob o viés da tecnologia. Os autores

Victorino, Holanda, Ishikawa, Oliveira, que estão ligados a essa temática e que são advindos da área das exatas com formações em Ciência da Computação e Engenharia, contribuem para a Ciência da Informação de forma relevante, isso porque ela proporciona uma interdisciplinaridade com tais áreas.

6 Conclusões

O presente trabalho buscou demonstrar de que forma se apresenta o contexto brasileiro no universo do periódico *Knowledge Organization*, importante revista no âmbito da Organização do Conhecimento. A partir desse contexto, pretendeu-se estabelecer qual é a comunidade epistêmica brasileira nesse domínio, que muitas vezes é utilizado como instrumento de pesquisa para aqueles investigadores que buscam iniciar ou complementar seus estudos na área.

Embora a escolha de uma única fonte de pesquisa possa ser considerada uma fragilidade na pesquisa, ressalta-se que, conforme evidenciado anteriormente e comprovado durante a pesquisa, o periódico analisado representa de maneira profícua o domínio da Organização do Conhecimento, produzindo um *corpus* de pesquisa de número considerável e em que foi possível realizar uma análise sistemática.

A partir dos resultados, foi possível identificar uma comunidade epistêmica constituída de 19 autores (apresentados na Tabela 01) e, mais especificamente, liderada por 4 pesquisadores que produzem constantemente sobre seus temas de pesquisa, de maneira a servir como fonte e também influenciar consistentemente as pesquisas realizadas em suas temáticas.

A produção de duas universidades – UNESP e UFMG – também merece ser evidenciada, uma vez que essas duas instituições aparecem em quase metade das afiliações institucionais de toda a produção brasileira no periódico, podendo inferir-se que há um incentivo e investimento em publicações internacionais de renome, como a revista analisada.

Esse incentivo pode ser verificado a partir da popularização das publicações brasileiras no periódico nos últimos anos, em que houve um crescimento exponencial. Essa ascensão auxilia na disseminação da ciência brasileira em âmbito internacional, uma vez que os artigos são escritos no idioma inglês, o que amplia a capacidade de compreensão de pesquisadores estrangeiros. Reitera-se, aqui, a importância da criação e da atuação do capítulo brasileiro da ISKO para a internacionalização da pesquisa brasileira em organização do conhecimento, com especial destaque para os quatro congressos brasileiros de organização do conhecimento até então realizados (Brasília, 2011; Rio de Janeiro, 2013; Marília, 2015; e Recife, 2017),

ocasião em que se pôde contar com a presença de renomados pesquisadores internacionais, assim como se pôde divulgar mais especificamente a produção brasileira, como é o caso dos anais do evento de 2015, que teve uma edição totalmente em inglês (2017), seja por conta de muitos pesquisadores.

Outro fator que deve ser considerado são os grupos temáticos verificados na rede (aspectos culturais e epistemológicos, aspectos tecnológicos, aspectos aplicados e aspectos bibliométricos), com contribuições internacionais, o que também demonstra uma interlocução entre a produção brasileira de ciência e pesquisas desenvolvidas em outros países. Essa interlocução, além de também auxiliar na disseminação das universidades brasileiras enquanto centros de pesquisa, igualmente cria um ambiente de discussão multicultural e rico em experiências diversas.

À vista dessas questões, recomenda-se a realização de investigações futuras neste sentido, relativamente à internacionalização da pesquisa brasileira em organização do conhecimento, em espaços mais específicos como os anais dos congressos internacionais da ISKO, nos congressos dos capítulos nacionais e/ou regionais da ISKO ou, ainda, em veículos externos à ISKO, tais como as revistas *Journal of Documentation*, *The indexer*, *JASIST*, *Journal of Information* e *Scire*, que igualmente vêm dedicando espaço privilegiado à pesquisa em organização do conhecimento.

Notas

- [1] As universidades em que houve coautorias internacionais são, além das duas citadas: Pennsylvania State University, University of Glamorgan, Instituto Politécnico do Porto, Universidad de Zaragoza, University of Western Ontario e Brunel University London, cada uma com uma incidência.

Agradecimentos

Agradecimentos: a autora Isadora Victorino Evangelista agradece o financiamento por meio do processo nº 2017/02327-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A autora Manoela Ferreira da Silva agradece o financiamento por meio do processo nº 145989/2018-6, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). O autor José Augusto Chaves Guimarães agradece o financiamento por meio do processo nº 2017/00584-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A autora Manoela Ferreira da Silva agradece o financiamento por meio do processo nº 145989/2018-6, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Referências

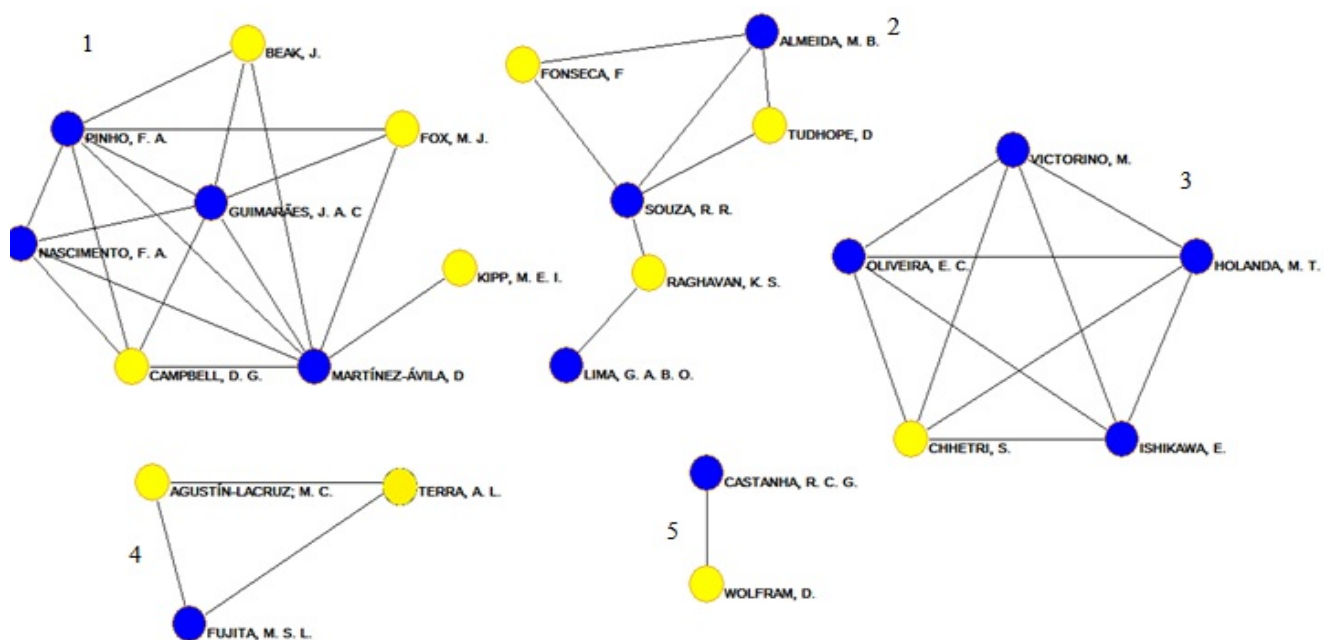
- ADLER, Emanuel. The emergence of cooperation: national epistemic communities and the international evolution of the idea of nuclear arms control. *International Organization*, v. 46, n. 1, 1992, p. 101-145.
- GRACIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Produção e comunicação da informação em CT&I - GT7 da ANCIB: análise bibliométrica no período 2003/2009. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2011, p. 248-263.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 8, 2015, p. 562-569.
- HAAS, Peter M. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 01-35, 1992.
- HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, 1995, p. 400-425.
- HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information Science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, 2002, p. 422-462.
- ISKO. *KO Journal*. Disponível em <<http://www.isko.org/ko.html>>. Acessado em 24 abr 2019.
- MOYA-ANEGÓN, Felix de; HERRERO-SOLANO, Víctor. Análisis de dominio de la revista mexicana de investigación bibliotecológica. *Información, cultura y sociedad*, v. 5, 2001, p. 10-28
- SMIRAGLIA, Richard P. Epistemology of Domain Analysis. In: LEE, H-L.; SMIRAGLIA, R.P. (ed.). *Cultural frames of knowledge*. Würzburg: Ergon, 2012. p.111-124.
- TENNIS, Joseph T. Two Axes of Domain Analysis. *Knowledge Organization*, v. 30, n. 3/4, 2003, p. 191-195.
- Bibliografia analisada**
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. The Methodological Influence of Peirce's Pragmatism on Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 03, p. 204-215, 2012.
- ALMEIDA, Carlos Cândido; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; REIS, Daniela Marjorie. Peircean semiotics and subject indexing: contributions of speculative grammar and pure logic. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 04, p. 225-241, 2013.
- ALMEIDA, Maurício; SOUZA, Renato; FONSECA, Fred. Semantics in the semantic web: a critical evaluation. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 03, p. 187-203, 2011.

- ANDRADE, Julietti; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Interoperability and mapping between Knowledge Organization Systems: Metathesaurus—Unified Medical Language System of the National Library of Medicine. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 02, p. 107-112, 2016.
- ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The ethics of knowledge organization and representation from a Bakhtinian perspective. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 05, p. 324-331, 2015.
- ARBOIT, Aline Ellis. Knowledge Organization: From Term to Concept, From Concept to Domain. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 2, p. 125-136, 2018.
- BRANDT, Mariana Baptista. Ethical Aspects in the Organization of Legislative Information. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 1, p. 3-12, 2018.
- BRASCHER, Marisa. Semantic Relations in Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 02, p. 175-180, 2014.
- CAFÉ, Lúcia Maria Arruda; SOUZA, Renato Rocha. Sentiment Analysis and Knowledge Organization: An Overview of the International Literature. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 3, p. 199-214, 2017.
- CAMPBELL, D. Grant; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; NASCIMENTO, Francisco Arrais. The Terminological Polyhedron in LGBTQ Terminology: Self-Naming as a Power to Empower in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 8, p. 586-591, 2017.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Maria Luiza Machado; DÁVILA, Alberto m. R.; GOMES, Hagar Espanha; OLIVEIRA, Laura de Lira. Information sciences methodological aspects applied to ontology reuse tools: a study based on genomic annotations in the domain of trypanosomatids. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 03, p. 50-61, 2013.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Ontology: Several Theories on the Representation of Knowledge Domains. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 3, p. 178-186, 2017.
- CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; WOLFRAM, Dietmar. The Domain of Knowledge Organization: A Bibliometric Analysis of Prolific Authors and Their Intellectual Space. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 1, p. 13-22, 2018.
- CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; Gracio, Maria Cláudia Cabrini. Bibliometrics contribution to the metatheoretical and Domain Analysis Studies. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 02, p. 171-174, 2014.
- COLLOVINI DE ABREU, Sandra; VIEIRA, Renata. RelP: Portuguese Open Relation Extraction. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 3, p. 163-177, 2017.
- DE SANTIS, Rodrigo; SOUZA, Rosali Fernandez. Classifying popular songs: possibilities and challenges. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 02, p. 181-187, 2014.
- FREITAS, Juliana Lazarotto; GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; BUFREM, Leilah Santiago. Theoretical approximations between Brazilian and Spanish authors' production in the field of Knowledge Organization in the production of journals on Information Science in Brazil. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 03, p. 216-223, 2012.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, MOREIRA, Walter; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos; ANDRADE E CRUZ, Maria Carolina; de BARROS RIBAS, Rosane Rodrigues. Construction and Evaluation of Hierarchical Structures of Indexing Languages for Online Catalogs of Libraries: An Experience of the São Paulo State University (UNESP). *Knowledge Organization*, v. 45, n. 3, p. 220-231, 2018.
- GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. The principle of semantic warrant and the study of language: conceptual reflections. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 02, p. 102-106, 2016.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MILANI, Suellen Oliveira. Theoretical Dialogs About Ethical Issues in Knowledge Organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 338-350, 2016.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Provenance as a Domain Analysis approach in Archival Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 08, p. 562-569, 2015.
- LIMA, Gercina Ângela Borém; RAGHAVAN, K. S. Information Retrieval and Cognitive Research. *Knowledge Organization*, v.31, n. 2, p. 98-105, 2004.
- LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ALVARENGA, Lídia. Metadata Standard of Theses and Dissertations according to the Entity-Relationship Model. *Knowledge Organization*, v.36, n. 1, p. 30-45, 2009.
- MARCONDES, Carlos H.; COSTA, Leonardo C. A model to represent and process scientific knowledge in biomedical articles with semantic web technologies. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 02, p. 269-275, 2016.
- MARCONDES, Carlos Henrique. Knowledge Organization and representation in digital environments: relations between ontology and knowledge organization. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 02, p. 115-122, 2013.
- MARTELETO, Regina Maria; CARVALHO, Lidiane dos Santos. The representation of ethics and knowledge organization in the WoS and LISTA databases. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 08, p. 581-590, 2015.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Knowledge Organization in the intersection with information technologies. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 07, p. 486-498, 2015.

- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; BEAK, Jihee. Methods, Theoretical Frameworks and Hope for Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 5, p. 358-366., 2016.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fábio de Assis; FOX, Melodie J. The representation of ethics and knowledge organization in the WoS and LISTA databases. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 05, p. 269-275, 2015.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; KIPP, Margaret E.I. Implications of the Adoption of BISAC for Classifying Library Collections. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 5, p. 377-392, 2014.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 2, p. 118-125, 2016.
- MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa; CENDÓN, Beatriz Valadares; ALMEIDA, Paulo Eduardo Maciel de. Bibliometric Knowledge Organization: A Domain Analytic Method Using Artificial Neural Networks. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 2, p.45-159.
- MENDES NETTO, Cristiane; de OLIVEIRA LIMA, Gêrcina Ângela Borém; PIEROZZI JÚNIOR, Ivo. An Application of Facet Analysis Theory and Concept Maps for faceted search in domain ontology: preliminary studies. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 4, p. 254-264, 2016.
- MILANI, Suelen de Oliveira; PINHO, Fábio de Assis. Knowledge representation and orthophemism: a reflection aiming to a concept. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 05, p. 384-393, 2012.
- MONTEIRO, Silvana Drumond; MOURA, Maria Aparecida. Knowledge Graph and “Semantization” in Cyberspace: a study of contemporary indexes. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 06, p. 429-439, 2014.
- MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. “Thesaurus” and “Ontology:” A Study of the Definitions Found in the Computer and Information Science Literature, by Means of an Analytical Synthetic Method. *Knowledge Organization*, v. 31, n. 4, p. 231-244, 2004.
- MOURA, Maria Aparecida. Emerging Discursive Formations, Folksonomy and Social Semantic Information Spaces (SSIS): the contributions of the Theory of Integrative Levels in the studies carried out by the Classification Research Group (CRG). *Knowledge Organization*, v. 41, n. 04, p. 304-310, 2014.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Conceptual and procedural grounding of documentary systems. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 03, p. 224-228, 2012.
- PANDO, Daniel Abraão; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Knowledge Organization in the context of postmodernity from the Theory of Classification perspective. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 02, p. 113-117, 2016.
- PINHO, Fábio de Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Male homosexuality in brazilian indexing languages: some ethical questions. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 05, p. 363-369, 2012.
- PINTO, Virgínia Bentes; RABELO, Camila Regina de Oliveira; GIRÃO, Igor Peixoto Torres. SNOMED-CT as Standard Language for organization and representation of the information in patient records. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 04, p. 304-310, 2014.
- RODRIGUES, Fernando de Assis; SANT’ANA, Ricardo César Gonçalves. Use of Taxonomy of Privacy to Identify Activities Found in Social Networks’ Terms of Use. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 4, p. 285-295, 2016.
- SALDANHA, Gustavo. The Philosophy of Language and Knowledge Organization in the 1930s: Pragmatics of Wittgenstein and Ranganathan. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 04, p. 296-303, 2014.
- SILVA, Andrieli Pachú da; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Ethical values in archival arrangement and description: an analysis of professional codes of ethics. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 05, p. 346-352, 2015.
- SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. Proposals That Preceded the Call Number: Shelf Arrangement in the Francofone Manuals of Librarianship from the Mid-Nineteenth Century to 1930. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 8, p. 605-614, 2017.
- SILVA, Guilherme Baião Salgado; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Using topic maps in establishing compatibility of semantically structured hypertext contents. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 06, p. 432-445, 2012.
- SILVEIRA, Naira Christofolletti; SALDANHA, Gustavo Silva. ‘Own name’ in Knowledge Organization Epistemology: A Philosophical Theoretical Debate. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 4, p. 265-278, 2016.
- SOUZA, Renato Rocha; RAGHAVAN, K.S. A methodology for noun phrase-based automatic indexing. *Knowledge Organization*, v. 33, n. 1, p. 45-56, 2006.
- SOUZA, Renato Rocha; TUDHOPE, Douglas; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Towards a Taxonomy of KOS: Dimensions for Classifying Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 02, p. 187-203, 2012.
- TERRA, Ana Lúcia; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; AGUSTÍN-LACRUZ; María del Carmen. School Libraries and Indexing Policies in Brazil and Portugal. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 4, p. 279-284, 2016.
- VICTORINO, Marcio; HOLANDA, Maristela Terto de; ISHIKAWA, Edison; OLIVEIRA, Edgard Costa;

CHHETRI, Sammohan. Transforming Open Data to Linked Open Data Using Ontologies for Information Organization in Big Data Environments of the Brazilian Government: the Brazilian Database Government Open Linked Data – DBgoldbr. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 6, p. 443-466, 2018.

Apêndice A – Rede de coautoria internacional



Legenda: BOLAS AMARELAS = pesquisadores internacionais; BOLAS AZUIS = pesquisadores nacionais.

Grupo 01 = Aspectos culturais e epistemológicos da OC, Grupo 02 e 03 = Aspectos tecnológicos da OC, Grupo 04 = Aspectos aplicados da OC, Grupo 05 = Aspectos bibliométricos da OC.

A influência dos estudos semânticos no processo da indexação

The influence of semantic studies in indexing process

Raquel Luise Pret (1), Rosa Inês de Novais Cordeiro (2)

(1) Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos – Niterói/RJ – Cep: 24210-590, raquel.pret.c@gmail.com. (2) rosanovais@id.uff.br

Resumo

Abordagem acerca das formas de compreensão da linguagem pelos estudos de indexação, sobretudo no tocante à produção de sentido e como estas influenciam as técnicas desse processo. *Objetivo:* procura-se mostrar a influência da Semântica Formal e da Semântica Cognitiva no campo da indexação. *Metodologia:* utiliza-se a revisão de literatura acerca da indexação e das filosofias da linguagem, sobretudo considerando o campo semântico, para a construção deste objeto de análise. *Resultados e conclusões:* Os estudos de indexação aproximam-se dos semânticos para buscar formas de melhor representar os documentos nos Sistemas de Informação. A linguagem natural não é perfeita, por isso, são necessários mecanismos para controlar e certificar que o real significado das coisas seja mantido. A lógica representacional, proposta pela Semântica Formal, procura por meio de relações formais controlar os sentidos da linguagem, removendo suas imperfeições. Tal controle seria possível se o sentido fosse estabelecido objetivamente, tendo como referência a descrição da realidade. A Semântica Cognitiva concebe a linguagem como uma faculdade mental com alguns padrões finitos que podem ser combinados de múltiplas maneiras. O aparato combinatório e interpretativo da gramática da mente consiste em um conjunto de princípios e regras, inconscientes, mas que podem ser analisados precisamente porque, de algum modo, eles são análogos a operações matemáticas. Na indexação, se a padronização da representação dos documentos for garantida na entrada dos sistemas, a recuperação poderá ser facilitada. Os registros poderão ser mais eficazmente recuperados.

Palavras-chave: Indexação; Semântica Formal; Semântica Cognitiva.

Abstract

Approach about the influence of formal semantic and cognitive semantic in indexing field. *Objective:* this analysis aims to show the way to understand the language by indexing studies, especially the production of meaning, impacts on techniques about this process. *Methodology:* it is used literature review about indexing and language philosophies, especially semantics, to understand the object of this analysis. Results and conclusions: The indexing studies are closed semantic ones to look for best ways to represent documents on Information Systems. The natural language is not perfect, because of that mechanisms are necessary to control and to certificate the real meaning of things is being guaranteed. The representational logic, showed by formal semantic, intends, by formal relationships, to control the language meanings, to remove natural language imperfections. This control is possible since the meaning is objectively established by reality descriptions. The cognitive semantic realizes language as mental faculty with some finite patters that can be combined multiply ways. The combinatory and interpretative apparatus of mind grammar consists of a set of principles and rules, unconscious, but which can be analyzed precisely because they are, somehow, analogous to mathematical operations. In the indexing process, if the standardization of document representations is guaranteed in the entries of systems, so the recall can be facilitated. The records can be more effectively retrieved.

Keywords: Indexing; Formal Semantic; Cognitive Semantic

1 Introdução

A organização do conhecimento procura delimitar um universo, unificar conceitos e discursos sobre determinado objeto. Visa ao mínimo de completude, muitas vezes relacionada a projetos futuros: novos saberes, novas informações, novas necessidades, novas estruturas, novos caminhos.

Toda organização do conhecimento carrega consigo a pretensão de reproduzir minimamente um todo, ainda que seja necessário o abandono de muitas partes. Como afirmam Brasher e Carlan (2010), é um processo de modelagem que constrói representações de um domínio.

É essa sistematização do conhecimento que possibilita o seu acesso. Assim, o campo da Organização do Conhecimento desenvolve ferramentas que possibilitem a recuperação do conhecimento registrado. Dessa forma, criaram-se esquemas de organização, gerenciamento e recuperação que englobam sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, ontologias, modelizações de domínio. Essas estruturas, segundo Vickery (2007), caracterizam os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). No entanto, cabe ressaltar que tais ordens impostas pelos SOCs são reflexos dos contextos sócio-históricos em que estão inseridos. Eles fazem parte também das relações subjetivas, das afetividades da comunidade discursiva que pertencem. Consequentemente, esses sistemas não

estão apartados da dinâmica da vida, os sujeitos misturam-se a esses complexos sistemas.

O termo sistemas de organização do conhecimento pretende abranger todos os tipos de estruturas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Sistemas de organização do conhecimento incluem estruturas [...] que organizam os materiais a um nível mais geral, [...] que fornecem acesso mais detalhado, [...] que controlam variantes [...] tais como nomes geográficos e nomes pessoais. Sistemas de organização do conhecimento também incluem vocabulários altamente estruturados [...]. Como os sistemas de organização do conhecimento são mecanismos de organização de informações, eles estão no coração de cada biblioteca, museu e arquivo. [...] O SOC pode ser uma aplicação com registros de metadados, para cada recurso, pode estar incorporado em metatags ou separado dos recursos da biblioteca digital, como parte do mecanismo de acesso. Independentemente da sua localização, em relação ao recurso [...] ou ao seu tipo, o SOC tem uma única finalidade: organizar conteúdos para apoiar a recuperação de itens relevantes, disponibilizados na base de dados de uma biblioteca digital (HODGE, 2000, p. 9).

A indexação, como processo de análise conceitual e representação da informação do documento que possibilita a sua recuperação futura, tem sido incorporada pelos SOCs a fim de sistematizar conceitos de um determinado campo do saber, sistematização que permitiria a recuperação dos documentos, atendendo as necessidades de uso de suas comunidades discursivas.

Algumas influências dos estudos linguísticos no campo da indexação consolidaram-se nas aplicações desses processos e passaram a ser naturalizadas como características próprias da indexação. Assim, por meio de uma revisão de literatura acerca da teoria da indexação e das filosofias da linguagem, esta análise procura compreender como a Semântica Formal e a Semântica Cognitiva têm influenciado a *práxis* da indexação.

Este artigo apresenta parte dos resultados de tese de doutoramento que, dentre seus objetivos, procurou demonstrar o impacto dos estudos semânticos no processo de indexação, considerando a dimensão da produção de sentido na análise e seleção de assuntos.

De acordo com Fujita (2013), a indexação consiste na análise do assunto do documento e representação dos conceitos identificados para a linguagem de indexação do sistema de recuperação da informação. No campo da indexação, a análise dos conceitos sempre se converteu em um processo complexo com área de sombras e incertezas em relação ao estabelecimento dos assuntos.

A necessidade de estabelecer o assunto, assim como apontar os principais conceitos de um documento está diretamente relacionada à questão da linguagem: qual é o sentido do documento? Políticas de indexação,

vocabulários controlados, linguagens documentárias são criados para melhor orientar respostas a essa questão. Essas elaborações estão associadas a concepções filosóficas que revelam compreensões da linguagem.

Neste trabalho propomos analisar duas correntes do campo da linguística que influenciaram as técnicas de indexação: a Semântica Formal, de inspiração fregeana, e a Semântica Cognitiva, como a Gramática Gerativa chomskiana.

A Semântica Formal procura, por meio da lógica matemática, corrigir e eliminar as imperfeições da linguagem natural, procurando a exatidão e a precisão dos conceitos. Já a Semântica Cognitiva entende que os padrões de comunicação são estabelecidos pela faculdade mental da linguagem. As combinações entre esses padrões são infinitas e estão relacionadas aos fatores externos que podem ser mapeadas, decodificadas e disponibilizadas para melhor interação entre os indivíduos.

2 Metodologia

Realizamos uma revisão de literatura acerca da teoria da indexação, sobretudo das propostas do tratamento temático da informação que se aproximaram dos estudos da linguagem. As técnicas de indexação apresentadas por autores como Farradane (1952), Feibleman e Needham (1954) e Vickery (1955) fornecem indícios da aproximação do campo com os estudos semânticos.

Dessa forma, neste percurso, sentimos a necessidade de compreender a Semântica Formal, de inspiração fregeana, e o Gerativismo chomskiano, associado à Semântica Cognitiva. Essas relações se tornaram importantes à análise pela influência das abordagens da Semântica Formal e da Semântica Cognitiva na teoria da indexação no tocante à produção de sentido.

3 Referencial teórico

O primeiro passo no desenvolvimento deste trabalho foi identificar as categorias operatórias que serviriam como elementos norteadores da pesquisa. Para delimitá-las, procuramos autores que representam escolas de pensamento a fim de trabalhar com a literatura já analisada, avaliada e validada pelos pares, procurando minimizar confusões e equívocos conceituais. Destacamos alguns autores e categorias que fazem parte desta fundamentação teórica.

A primeira categoria elencada foi a indexação, para compreendê-la, trabalhamos com os princípios aplicados por Vickery (1950, 1958, 1973), Farradane (1952), Borko e Bernier (1978) e Jonker (1964). O contraponto às visões desses autores elencados se deu a

partir da visão pragmatista, baseada em nomes como Frohmann (1990), Hjørland (2002) e Day (2005).

As filosofias da linguagem que ocupam também um lugar de destaque nesta pesquisa foram compreendidas a partir da leitura de autores como Frege (1976), Chomsky (1968) e Wittgenstein (1999, 1968).

Nossa escolha metodológica foi apresentar tal fundamentação ao longo do artigo conjuntamente com as análises de nosso objeto e dos resultados da investigação, em vez de destacá-la em uma seção exclusiva.

4 Estudos semânticos e abordagens na indexação

Procuramos compreender como os estudos de indexação estão filiados à Semântica Formal e à Semântica Cognitiva nas propostas de análise conceitual e representação dos assuntos dos documentos.

Tais estudos possuem um princípio em comum que é procurar estabelecer melhores maneiras – seja na entrada dos documentos, seja na sua saída dos sistemas – para que o computador realize a melhor conexão entre os documentos armazenados pelo sistema e a pergunta do pesquisador.

Nestes, a ênfase no controle terminológico é uma condição primordial. As propostas de indexação automática, por exemplo, compartilham do pressuposto de que é necessária a definição de técnicas que possibilitem a modificação do vocabulário com a finalidade de melhorar a eficácia da recuperação do documento. Esses termos são atributos escolhidos para representar o conteúdo informacional do documento.

Outrossim, a construção de modelizações, leis e padronizações para o controle de termos, conceitos e palavras pela indexação automática filia-se à Semântica Formal ao procurar traduzir a linguagem para uma representação lógica.

A Gramática Gerativa tem sido também amplamente utilizada como suporte teórico dos sistemas de indexação automática. Algumas técnicas, como a indexação por extração automática, a indexação por atribuição semântica, a identificação de palavras in full context e a indexação automática sintática buscam estabelecer padrões de conceitos, de relações hierárquicas entre as palavras, termos, sintagmas. As leis, as fórmulas, os princípios de combinação são baseados na semântica cognitivista, em que a linguagem representa os conceitos universais da mente humana.

4.1 A Semântica Formal na construção das linguagens de indexação

Alguns teóricos da indexação, como Vickery (1955), ao problematizarem o processo, apontaram para os problemas da linguagem natural, como as ambiguidades e os vazios conceituais de alguns termos, da mesma maneira que a Semântica Formal os identificou. Preocupado com a construção de linguagens de indexação que controlassem essas imperfeições, o autor propôs uma análise lógica que combinasse a classificação filosófica do conhecimento pelo método em árvore.

Então, as hierarquias entre classes, conceitos, assuntos seriam explícitas e as relações entre eles melhor evidenciadas. É uma perspectiva, tal como a Semântica Formal, de procurar criar uma linguagem artificial que pudesse controlar os sentidos, baseada na mesma compreensão de que os conceitos podem ser universais e atemporais, pois representam a realidade do mundo, facilmente verificável nele próprio.

De acordo com Frege (1976), os enunciados informativos, isto é, aqueles que não são tautologias, são sobre os mesmos objetos, mas apresentam ideias diferentes. Os objetos são designados pelas referências. Consequentemente, as referências são aspectos objetivos do significado. Pela influência aristotélica em sua obra, Frege preocupa-se com os referenciais atribuídos a partir da designação das coisas no mundo. A existência dos objetos referenciais independe do seu observador. As referências de expressões nominais, na Semântica Formal de inspiração fregeana, apontam para valores de verdade correspondentes. Já os sentidos são modos de apresentação das referências, meios para encontrá-las. "É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência" (FREGE, 1976, p. 69). São os estudos lógicos acerca dos aspectos objetivos do significado, isto é, das referências e de seus modos de apresentação (os sentidos) o que importa à Semântica Formal.

Em Frege (1976), as relações entre sentenças e seus elementos constitutivos poderiam ser melhor compreendidas por uma linguagem lógica. A notação válida sentenças a partir de critérios que estabelecem o que é verdadeiro ou falso, eliminando as dúvidas e os mal-entendidos da linguagem natural. O sentido é objetivo porque "a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos" (FREGE, 1976, p.65). A padronização sempre opera a partir de relações binomiais entre palavras, conceitos, termos, sentenças e expressões como: certo e errado, verdadeiro e falso, válido e inválido.

O controle semântico por meio da construção de linguagens artificiais é uma preocupação presente em diversas abordagens da indexação, como os *níveis integrativos*, de J. K. Feibleman e Joseph Needham [1], debatidos pelo *Classification Research Group* (CRG) na década de 1950 e abordados por Kyle (1964), procurando estabelecer uma ordenação que invertia a forma da teoria da classificação de *top-down* para

bottom-up. Não se tratava mais de fragmentar uma classe genérica diversas vezes até chegar às suas propriedades, mas amalgamar termos partitivos que, dependendo do modo em que seriam combinados, poderiam formar diferentes expressões, conceitos, categorias.

A perspectiva dos níveis integrativos se aproxima da Semântica Formal ao compreender que os conceitos são formados pelo acúmulo de propriedades e características, suas articulações irão compor o assunto. Portanto, os conceitos seriam entidades formadas pela integração de suas partes.

A notação dessas linguagens deveria seguir a ordem do mais simples para o mais complexo. Tal como a Semântica Formal, a teoria dos níveis integrativos procura trabalhar com representações a partir de elementos simples que se articulam para a composição de um sentido, de um assunto, de um conceito, de uma categoria. Os níveis integrativos permitiriam diversas combinações por descreverem os elementos constitutivos dos conceitos, estando, conseqüentemente, a representação mais próxima do que Wittgenstein (1968), em sua primeira fase, chamou de *substância*.

Farradane (1952), também preocupado com a questão semântica na abordagem do processo de indexação, criou os analetos (*analets*) procurando estabelecer relações lógicas entre os conceitos previamente identificados. A proposta era estabelecer a *lógica do significado* utilizando os métodos de notação inspirados na Semântica Formal. Novas representações conceituais seriam possíveis porque o sentido se forma pela combinação de propriedades formalmente descritas.

A teoria *Terminological Continuum*, de Frederick Jonker (1964) postula que a operação da indexação deve reconhecer os termos mais significantes de um documento para auxiliar a recuperação da informação. A partir de operações matemáticas, baseadas nos estudos da lógica formal, Jonker procura controlar as significações das palavras, tentando criar um vocabulário em que cada palavra tenha apenas um significado. A *terminological continuum* procura estabelecer leis para controlar essas variações na indexação, expressando a relação entre o tamanho do vocabulário e a especificidade com que um conceito pode ser descrito.

A linguagem representacional desse modelo matemático de indexação se assemelha à Semântica Formal proposta por Frege (1976), marcada pela influência do paradigma realista da linguagem. Tanto na teoria terminológica da indexação de Jonker, quanto na Semântica Formal de Frege, a linguagem é compreendida como representação da realidade. Dessa forma, o sentido seria o conteúdo expresso, no caso da indexação, expresso no documento que nos remete às

suas referências. As referências estariam no âmbito do real, nas relações das descrições dos objetos com o mundo.

Jonker (1964) propõe a criação de uma linguagem de indexação baseada na lógica, que permita o controle terminológico contínuo da linguagem natural. Esse controle dos sentidos das palavras seria possível na indexação, pois, como no mentalismo e na Semântica Formal, a *terminological continuum* parte do pressuposto que é possível criar uma terminologia universal, tendo em conta que os domínios da mente humana são os mesmos, ou seja, possuímos repertórios de significados semelhantes, o mundo é o mesmo para todos e a mente dos indivíduos funciona de maneira semelhante.

Por conseguinte, é de grande importância conter as "euforias da linguagem" (FREGE, 1976, p. 68) para que os sistemas de representação sejam meios confiáveis de comunicação. Do contrário, a racionalidade do pensamento não conseguiria ser expressa pela linguagem e, conseqüentemente, não poderia ser registrada nos documentos, pois se perderia nas especificidades de cada língua.

4.2 Semântica Cognitiva e a padronização na indexação

A Semântica Cognitiva aparece nas abordagens do tratamento temático da informação, sobretudo na construção de sistemas automatizados de recuperação da informação. São analogias diretas à teoria da mente computacional, ou seja, os SRIs poderiam funcionar como o cérebro humano – com padrões definidos e finitos, mas capazes de realizar múltiplas, infinitas combinações entre si.

A grande ênfase dessa visão se encontra na percepção de que o conhecimento é ativamente construído pela matéria cognitiva, isto é, por combinações de padrões de pensamento da mente humana que são semelhantes a todos os indivíduos, pois biologicamente possuímos um processador igual – o cérebro. As padronizações da informação são possíveis porque seguem a mesma lógica da construção dos pensamentos. Uma compreensão de linguagem muito próxima à gramática gerativista de Chomsky.

Frohmann (1990), ao analisar a influência do paradigma mentalista na teoria da recuperação da informação, aponta o quanto as operações de análise e tradução na indexação são influenciadas pela concepção da linguagem enquanto representação do conteúdo mental. Segundo o autor, a indexação compreendida como duas operações distintas: a primeira envolve tanto a representação implícita, quanto explícita de um documento por uma declaração de assunto, ou seja, a declaração em linguagem livre de conceitos resultantes do conteúdo do documento; a

segunda envolve a tradução ou representação dos conceitos em frases lexicais para um vocabulário controlado ou não, resguardadas as devidas relações semânticas e sintáticas com a linguagem documentária.

A visão cognitivista na indexação, criticada por autores como Frohmann (1990), Hjørland (2002) e Day (2005), que a chamam também de mentalismo, possui, segundo os mesmos, influências dos estudos da Psicologia e da Linguística. A apropriação em comum dos estudos cognitivos nessas três áreas é analisar seus objetos – a informação, o pensamento, a linguagem – a partir do pressuposto de que eles são construídos por meio de processamentos cognitivos que combinam a apreensão da realidade e os padrões da mente humana.

Nota-se que algumas teorias acerca da representação da informação se assemelham com essa abordagem cognitivista. Autores como Fogl (1979) percebem as palavras como correspondências de conceitos, representando o real e determinando um campo do conhecimento. A informação é compreendida como interpretação da forma material do conhecimento e possível de ser representada por uma linguagem porque o repertório cognitivo é semelhante a todos os seres humanos. Nessa abordagem mentalista que encontramos na representação da informação, seus esforços estão concentrados em descrever conteúdos informacionais, mapear leis e propriedades de objetos informativos, analisar a assimilação dos fenômenos informativos da realidade objetiva na mente humana.

Essa abordagem cognitivista sobre a informação, realizada por diversos autores, como Shera e Egan (1961), Soergel (1985), Vickery (1973), entre outros, trata os enunciados informativos como aspectos objetivos do significado, produtos do conhecimento enquanto entidade mental. A representação seria um sistema de significados essenciais, universais e fixos, compartilhados tacitamente pelos indivíduos, as representações seriam as mesmas para todos.

Dessa maneira, o conhecimento se daria a partir de regras lógicas, de padrões preestabelecidos combinados entre si a partir de cada situação apresentada pela realidade. Nessa concepção instrumentalista, as palavras possuem funções, elas designam as coisas do mundo. Logo, caberia ao profissional da informação compreender, organizar e descrever tais combinações.

Tais abordagens partem do pressuposto que há objetividade no conhecimento e se propõem a entender a relação entre informação e usuário a partir das características e possibilidades da informação. Consideradas estruturalistas por Day, tomam a linguagem como uma ferramenta capaz de criar representações precisas, modelos, “inventários sistemáticos de gramática para os elementos e suas possibilidades de combinações no registro da informação” (DAY, 2005, p. 576).

Algumas definições sobre indexação, mapeadas por Gil Leiva (2008), possuem grande proximidade com esse paradigma da linguagem, como é o caso daquela estabelecida pela Unisist (1981, p. 2): “[...] descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos contidos no dito documento para permitir uma busca eficaz das informações contidas num fundo documental.” Outra é a estabelecida por Borko e Bernier: “analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e expressar o conteúdo informacional na linguagem do sistema de indexação” (1978, p. 8). Além da definição estabelecida pela norma 5963/1985, criada pela *International Organization for Standardization* (ISO) [2]: “ação de descrever ou identificar um documento no que diz respeito ao seu conteúdo”.

Em todas essas definições há um pressuposto implícito de que os assuntos são extraídos do documento por ser o sentido uma entidade presente na informação, cabendo ao analista a tarefa de identificar tais atributos e descrevê-los/traduzi-los para uma linguagem de indexação.

Muitas técnicas de indexação partem dessa concepção cognitivista para construir suas políticas e linguagens artificiais. A exemplo de Esteban Navarro (1999), que compreende a indexação como um processo destinado a identificar e descrever ou caracterizar o conteúdo informativo de um documento mediante a seleção das matérias sobre as quais versa (indexação sintética) ou dos conceitos presentes (indexação analítica) para sua expressão em língua natural e sua reunião em índice. Seu objetivo é permitir a posterior recuperação dos documentos pertencentes a um acervo documental ou a um conjunto de referências documentais, como resposta a uma demanda acerca do tipo de informação que este contém.

Percebemos que essas maneiras de aplicação da indexação largamente difundidas tratam os sentidos como dados objetivos possíveis de serem retirados do texto de forma sistemática, naturalizando a produção de sentido feita na análise conceitual e representação do documento.

Lara (2007), entre outros autores, aponta que princípios de categorização, no campo da Ciência da Informação, historicamente estiveram associados à Semântica Cognitiva de inspiração mentalista, a exemplo de teóricos como Ranganathan (1957), Dahlberg (1978) e nos trabalhos do CRG. A autora aponta que as noções de categoria são baseadas em princípios lógicos e universais. Essa influência do cognitivismo acaba por reproduzir a concepção do homem como uma máquina processadora que se utiliza da classificação, da categorização do mundo para melhor entendê-lo, decifrá-lo e descrevê-lo.

A teoria da classificação de inspiração platônica-aristotélica, que compartilha de seu essencialismo em

sua abordagem clássica, define tal operação como “um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam” (BARBOSA, 1969, p.13). Portanto, uma atividade humana inata. Essa definição aparece em diversos autores no campo da Ciência da Informação, como Vickery (1973; 1950), Foskett (1973; 1970), Langridge (1973) e Piedade (1977).

De acordo com Piedade (1977), Ranganathan retoma os postulados aristotélicos sobre as dez categorias que compõem o ser para estabelecer a teoria facetada da classificação. Em sua obra, *Prolegomena to Library Classification* (1957), Ranganathan utiliza os mesmos conceitos de Aristóteles para definir característica – qualquer atributo ou conjunto de atributos cujo vínculo ou falta de vínculo de entidades podem ser determinados e ao menos dois deles são diferentes; classe – um grupo de elementos reunidos por suas características ou atributos; e ordem – sequência de classes derivada da organização baseada em uma única característica e classificadas de acordo com os seus arranjos.

La Barre (2010), ao analisar a teoria facetada de Ranganathan, aponta ser fundamental o estabelecimento de categorias compostas por conceitos, termos e assuntos, pois determinarão as características, atributos ou funções que servirão de base para a análise de um conjunto de facetas. Essa base da teoria facetada é originada da lógica aristotélica.

Para Aristóteles, existem dez categorias que elencam as propriedades de qualquer objeto no mundo, são o que ele chamou de *predicados*. De acordo com o filósofo grego, qualquer coisa que existe no mundo pode ser classificada por seus predicados (categorias) identificados pela lógica como naturais ao ser. Aristóteles então elenca substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação, posse, ação e paixão. Ranganathan utiliza essa apropriação aristotélica para estabelecer as facetas: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo.

Segundo Ranganathan, analisar um assunto por facetas significa que cada aspecto desse assunto pode ser visto como as manifestações de certas características ou facetas que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna-se, assim, multidimensional e ilimitado (BARBOSA, 1969, p. 166).

Encontramos a influência da filosofia aristotélica de linguagem também na definição de *conceito* estabelecida por Dahlberg. De acordo com a autora (DAHLBERG, 1978, p. 102), os conceitos “[...] identificam as características, os atributos das coisas designadas.” Segundo esta teoria, o processo de análise dos conceitos somente é possível (DAHLBERG, 1978, p. 102) “[...] coletando-se os enunciados verdadeiros que sobre determinado objeto se podem formular”.

Influenciada pelos pressupostos platônico-aristotélicos, Dahlberg indica que nos conceitos há elementos que constituem enunciados verdadeiros sobre as coisas, passíveis de serem identificados e classificados de acordo com suas características naturais. Nessa concepção, existe uma autonomia simbólica dos enunciados que compõem os textos. Os elementos, as características e os atributos vão compor os conceitos, a tessitura bem sucedida dessas combinações feitas pelos indivíduos é que vai indicar se a representação do real será bem ou mal sucedida. A eficácia dos conceitos está relacionada diretamente à fidelidade de sua descrição do real pelo homem.

Dahlberg inicia seu artigo apresentando a linguagem como instrumento do homem para comunicar o pensamento. “Desde que o homem foi capaz de pensar e de falar, empregou palavras (conjunto de símbolos) para designar os objetos de sua circunstância e para traduzir os pensamentos formulados sobre os mesmos” (1978, p. 101).

Numa perspectiva muito próxima ao gerativismo chomskiano, Dahlberg compreende que os conceitos são formulados no processo de cognição no qual o homem identifica propriedades, características das coisas, dos objetos no mundo e as processa, realizando possibilidades infinitas de combinações entre elas. Para Dahlberg (1978) existem dois tipos de características: aquelas que são constitutivas, essenciais às coisas em si e as acidentais, aquelas que podem ser adicionadas, que são possíveis de inserção. A combinação entre elas forma os conceitos. Nesse mesmo artigo, ela apresenta as relações lógicas possíveis entre as características que podem compor conceitos. A teoria do conceito de Dahlberg apresenta uma percepção da linguagem próxima à gramática gerativista chomskiana na qual a linguagem possui meios finitos para possibilidades infinitas de expressão.

Chomsky (1999) vai dedicar-se ao estudo dos sintagmas em diferentes línguas para a formulação de conceitos, frases, orações; Dahlberg (1978) vai teorizar sobre as características do conceito, suas funções e relações. Embora os *sintagmas* tenham sido criados por Saussure em 1969 para melhor compreender como a linguagem se estrutura na sociedade, Chomsky (1999) se apropriou do termo utilizando como partes constituintes da língua que podem gerar inúmeras combinações de palavras, frases, orações.

Desse modo, para Chomsky (1999), os sintagmas são termos relativos à boa formação da mensagem. Já Dahlberg (1978) irá se preocupar com a ordem das características para a formulação dos conceitos. Ambos partilham da compreensão de que a linguagem expressa um sistema de representações mentais que possuem padrões, propriedades, características, sintagmas finitos, mas que podem ser combinados de formas

incalculáveis e que desta maneira conseguem decifrar o mundo e descrevê-lo.

Jerry Fodor ao procurar explicar a gramática da mente, teoria de que é partidário como Chomsky e Dahlberg, diz que é uma forma de explicar como os objetos mentais – os pensamentos e conceitos – podem providenciar domínios para os processos mentais como o raciocínio. Destarte, os processos mentais são espécies de computações, ou seja, operações formais de decodificação do mundo para sua compreensão e retorno por meio de representações estruturadas sintaticamente (FODOR, 2007).

Nessa dinâmica a representação é um tipo de relação mundo-mente, constituída pela interação entre os pensamentos. Consequentemente, a função do sentido é explicar como essas representações são determinadas pela sintaxe, ou seja, essas infinitas combinações entre os padrões finitos da mente. “Os processos mentais são operações sintáticas definidas sobre representações mentais” (MARTINS, 2009, p. 465), ou seja, são manipulações formais de símbolos, como se o pensamento fosse algorítmico, uma máquina que processa a linguagem.

É importante ressaltar que o paradigma da mente computacional não está eliminando a subjetividade ou a sensibilidade estética da lógica do pensamento, mas centraliza tal lógica em uma estrutura computacional. Nesse paradigma, pensar é essencialmente computar. De acordo com Pinker (1997), entusiasta desse paradigma, pensar é modular, e o nosso cérebro é dotado de uma organização extremamente sofisticada não passível de explicação pela exterioridade da sociedade. As línguas são em sua essência, ou seja, sistemas de representação da vida mental. O pensamento é entendido como autônomo em relação às línguas faladas no mundo, uma vez que o próprio pensamento funciona como uma linguagem interna da mente.

O cognitivismo, de filiação platônica-aristotélica partilha da concepção de que existe uma essência apriorística nas coisas que compõem o mundo, que o homem compartilha de representações mentais por possuir um aparelho biológico semelhante e que este reproduz a ordem do mundo. Desse modo, assume que conceitos, categorias e a produção de sentido podem ser universais e atemporais, pois a linguagem é um sistema nuclearmente literal e declarativo do pensamento e, por conseguinte, é pouco afetado por fatores socioculturais.

Embora as teorias da classificação e do conceito não sejam objetos deste trabalho, elas são importantes para compreender o próprio estado da arte da indexação, uma vez que foram apropriadas para o tratamento temático dos documentos. Essas teorias estão presentes nas técnicas de indexação que estabelecem o assunto unicamente pela análise dos documentos.

O cognitivismo na indexação mostrou grande êxito, sobretudo com a introdução dos computadores nos sistemas de recuperação da informação. A indexação automática passou a ser desenvolvida a partir do estabelecimento de *padrões de entrada* e as possibilidades de combinação entre tais padrões de entrada. Os princípios que são programados para o estabelecimento dos assuntos nos documentos têm variado desde 1950, no entanto a lógica é a mesma: o design com os módulos conceituais é arquitetado e as possíveis combinações entre eles são computadas pelo sistema.

Um exemplo bem sucedido de indexação automática é o *PRECIS (Preserved Context Index System)*, que procurou estabelecer padrões operativos a partir de estruturas sintáticas e semânticas da língua para a construção de índices e de linguagens documentárias. Desenvolvido por Derek Austin, em 1971, para o processamento automático das entradas e cabeçalhos do índice de assunto da *British National Bibliography (BNB)*, esse sistema, analisado por Fujita (1989), procura estabelecer os padrões de entrada a partir da sintaxe da língua à qual a base de dados pertence. Esses padrões são combinados a partir de funções pré-estabelecidas que reproduzirão as funções sintáticas nos operadores. O computador realizará a correspondência dos termos automaticamente a partir da pergunta feita pelo usuário do sistema.

Os operadores de função atribuídos aos termos extraídos do documento, formarão uma *cadeia* organizada em seqüência lógica sob os preceitos da gramática do *PRECIS*, assegurando a uniformidade de organização para diferentes indexadores. Seus valores numéricos crescentes indicam a ordem dos termos nas entradas, além de determinar a tipografia, a pontuação e o formato das entradas (FUJITA, 1989, p. 123)

Portanto, o *PRECIS* apresenta uma forma semelhante à Gramática Gerativa de Chomsky (1968) de compreender a linguagem. O sistema, assim como a nossa mente, possui padrões em sua matriz que podem ser combinados de múltiplas maneiras. Essas estruturas combinadas, os sintagmas nesse exemplo, formam redes conceituais complexas. Fujita (1989), ao analisar o *PRECIS*, afirma que o sucesso do sistema na língua inglesa abriu precedentes para sua aplicação em outras como a francesa, alemã, a dinamarquesa e a polonesa. No Brasil, as iniciativas de uso desse sistema se deram em 1983, com aplicação em 60 artigos de periódicos brasileiro realizada pela própria autora. Em seu livro (1989), o sucesso da exequibilidade é atribuído ao conhecimento do funcionamento das estruturas sintática e semântica do sistema *PRECIS*. Desse modo, estabelecendo padrões que facilitam as combinações entre as representações e as formulações das demandas.

Notamos que, na pretensão de universalidade desses Sistemas de Organização do Conhecimento, há a compreensão de que o conteúdo do documento é

produto do conhecimento e do pensamento do seu autor, é possível representá-los em qualquer linguagem porque esta é concebida como instrumento de representação das ideias.

4.3 Críticas do Pragmatismo às Semânticas Formal e Cognitiva

Os estudos pragmáticos realizam críticas substanciais às concepções acerca da linguagem que a tratam como ferramenta de representação do pensamento tal como na Semântica Formal e na Semântica Cognitiva. De acordo com o pragmatismo, os padrões não são faculdades mentais, inatas aos indivíduos, mas convenções, acordos, regras estabelecidas pelos sujeitos em suas interações na sociedade.

Para Frohmann (1990), a derivação de um documento e as representações dos seus assuntos é, naturalmente, altamente relevante para o primeiro passo, o passo mais fundamental do processo de indexação. No entanto, a explicação do poder de internalização tácita de regras mentais depende da suposição de que elas funcionam como sistemas internos de orientação que determinam nossas ações. Segundo o autor, a Semântica Cognitiva na indexação parte do pressuposto que a derivação das frases indexadas dos textos é explicada pela invocação de regras mentais que automaticamente oferecem representações em forma de linguagem.

Wittgenstein (1999) procura mostrar que a proto-imagem da linguagem feita pelo mentalismo direciona para uma única concepção possível, que é esta: um instrumento de comunicação capaz de apresentar as ideias sobre as coisas. O logocentrismo presente neste paradigma faz acreditar que o significado está no conceito contido nas palavras. Nessa concepção instrumentalista, as palavras possuem uma função básica: elas designam as coisas do mundo. O filósofo critica a ânsia pela generalidade característica que encontramos tanto na Semântica Formal quanto na Semântica Cognitiva. O aprendizado das palavras não é a captação apriorística da essência das palavras, como Frege (1976) preconizou. O engano está em afastar a linguagem do fluxo das relações humanas, dos seus usos. Isso seria um reducionismo semântico, pois ao realizarmos tal sublimação, transformamos uma forma de utilizar a linguagem – para designar objetos – na única possível ou na mais importante.

A proposta de Wittgenstein (1999) é uma subversão da concepção da linguagem encontrada nas correntes semânticas acima abordadas: em vez de nos voltarmos para o apagamento forçado dos contextos de uso das palavras em prol de conceitos universalizantes, mas precários, pensemos na linguagem a partir das experiências e da práxis cotidianas.

Os significados vão forjando-se na dinâmica da vida. As atividades humanas são inúmeras e a linguagem atravessa todas elas, são relações mutuamente

constitutivas. Wittgenstein não nega a racionalidade da linguagem, mas também não a considera de forma demiúrgica. A qualidade demiúrgica é da linguagem.

As regras, as padronizações, a gramática não são entidades que decodificam e elucidam as formas que devemos empregar as palavras, são invenções e convenções dos homens estabelecidas nos usos da língua. Tais convenções não podem ser consideradas regularidades superlativas e abstratas, mas fazem parte dos *jogos de linguagem* [3].

5 Conclusão

A Semântica Formal, de inspiração fregeana, influenciou diversas propostas que se aproximaram da lógica na linguística para desenvolver *linguagens de indexação padronizadas*. A Semântica Formal teria como principal função corrigir e eliminar as imperfeições da linguagem natural, procurando a exatidão e a precisão dos conceitos. A linguagem natural seria defeituosa, pois os termos seriam vagos e imprecisos, não representando adequadamente a “verdade” que se constata na realidade. Uma linguagem baseada na lógica formal poderia por meio de notação alcançar representações perfeitas.

A construção de modelizações, leis, padronizações, para o controle de termos, conceitos e palavras pela indexação se filia à Semântica Formal ao procurar *traduzir* a linguagem para uma representação lógica, tentando evitar o que Frege chamava de *imperfeições* da linguagem. Problemas também identificados na indexação como a sinonímia, a polissemia e os sentidos fora do contexto eram questões que a Semântica Formal procurava eliminar a partir do controle da linguagem pela notação lógica e o cálculo de predicados.

Já a Gramática Gerativa tem sido amplamente utilizada como suporte teórico em ferramentas de indexação automática. Algumas técnicas como a extração automática, a indexação por atribuição semântica, a identificação de palavras in *full context* e a indexação automática sintática buscam estabelecer padrões de conceitos, de relações hierárquicas entre as palavras, termos, sintagmas. As leis, as fórmulas, os princípios de combinação são baseados no cognitivismo na qual a linguagem representa os conceitos universais da mente humana.

Assim, mostra-se oportuno lembrar a assertiva de García Gutiérrez (1998), de que grande parte dos estudos da indexação, preocupados com a compreensão do processo de tratamento temático da informação, têm procurado referências nos estudos linguísticos, sobretudo no campo da Semântica. Por conseguinte, a Semântica Formal e a Semântica Cognitiva tiveram grande repercussão nesses estudos de indexação.

Esta abordagem da indexação, a partir da gramática gerativista e do cognitivismo, facilitou a interface entre o indexador e o computador, possibilitando o aparecimento de diversas bases de dados com graus elevados de precisão e revocação na recuperação dos documentos.

Nessa perspectiva, os SOCs, assim como a mente humana, possuem padrões limitados, inclusive de estruturas linguísticas tal como os sintagmas, no entanto podem ser utilizados de infinitas maneiras, de acordo com as combinações feitas de forma criativa. Os algoritmos, tão utilizados na Matemática e na Ciência da Computação são exemplos dessas possibilidades. Aliás, a arquitetura de alguns sistemas de recuperação da informação passou a incorporar algoritmos cujos padrões são baseados em sintagmas. Essas estruturas complexas de indexação combinam a mineração de dados considerando o histórico de buscas do usuário, o resultado de suas escolhas, sua interação com os documentos recuperados, os interesses demonstrados com os índices armazenados nas bases de dados. Essas formas de recuperação personalizam as buscas, criando filtros a partir do comportamento de uso dos SOCs que procuram aperfeiçoar os resultados. No entanto, de acordo com Santaella (2018), essa metodologia acaba por produzir “câmaras de eco”, “salas espalhadas” onde são oferecidos conhecimentos, informações, serviços semelhantes. Novas ideias, assuntos, informações importantes podem ser negligenciados, ignorados por essas delimitações de perfis.

A sequência finita de regras, instruções bem definidas e não ambíguas, cada uma das quais devendo ser executadas mecânica ou eletronicamente em um intervalo de tempo finito e com uma quantidade de esforço finita, podem gerar infinitas combinações. Tal como a mente é capaz de realizar computações sobre os pensamentos, os computadores são capazes de realizar indexações que permitam a recuperação de documentos úteis ao usuário, eliminando o ruído e o silêncio, problemas da linguagem natural “imperfeita”.

A crítica à Semântica Formal na indexação direciona-se à restrição de abordagens e possibilidades de outros métodos, limitando o processo à representação de sentenças declarativas que compreendem uma fração muito pequena de documentos do mundo. De acordo com os estudos semânticos pragmatistas, as padronizações, os critérios e as políticas de indexação que orientam as suas formas de aplicação são derivados do consenso construído nas comunidades discursivas e não na revelação da essência das coisas no mundo. Seguimos nele aprendendo convenções, acordos, relacionamentos e formas de ser e estar em sociedade. Na indexação, a percepção dessas produções de sentido e a aproximação destas e de seus usos resultam na efetividade do processo de indexação nos sistemas de recuperação da informação.

A teoria da indexação é confrontada com o desafio não de descobrir regras produzidas segundo o inconsciente, mas de compreender as os acordos, normas, tratados dos sujeitos no uso da linguagem que produzem sentidos, conceitos, categorias e, por conseguinte, pautam os usos dos documentos.

Regras de indexação são formas de representação que podem expressar os assuntos dos documentos para fins de sua recuperação. No entanto, a indexação designa um conjunto de práticas sociais particulares. Consequentemente, a construção dos princípios de indexação ou os seus tipos de facilidades, particulares e práticas de recuperação dependem, acima de tudo, de um entendimento preliminar de que as práticas sociais constituem a produção de sentido dos documentos num histórico, social, atual e real mundo.

Notas

- [1] Cf. FEIBLEMAN, J. K. Theory of integrative levels. *British Journal for the Philosophy of Science*, p. 59-66, 1954. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/bjps/V.17.59>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- [2] Cf. ISO (2018) esta versão foi confirmada pela ISO em 2015. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/12158.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- [3] *Jogo de linguagem* é um conceito filosófico, desenvolvido por Wittgenstein e elicitado em seu livro póstumo, *Investigações Filosóficas*, publicado pela primeira vez em 1953, no qual realiza uma analogia entre as regras dos jogos como o xadrez e a linguagem. São dinâmicas e dependem do contexto em que são usados

Referências

- BARBOSA, A. Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BORKO, H.; BERNIER, C. Indexing concepts and methods. New York: Academic Press, 1978.
- BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Orgs.). **Passaios no Bosque da Informação: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 147-176 Edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2019.
- CHOMSKY, N. Linguagem e mente. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 122-131, 1978.
- DAY, R. Poststructuralism and Information Studies. *Annual Review of Information Science and Technology*, Nova Iorque, p. 575-609, 2005.

- ESTEBAN NAVARRO, M.A.E. Elementos, actividades y criterios para la identificación, comprensión y selección de conceptos en la indización analítica. In: GARCIA MARCO, F.J.G.M. Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Universidad Carlos III de Madrid, 1999. p. 69-93.
- FARRADANE, L.E.L. A scientific theory of classification and indexing: further considerations. *Journal of Documentation*, v. 8, n. 2, p. 73 - 92, 1952.
- FODOR, J. Semantics: an interview with Jerry Fodor. *Revel*, v. 5, n. 8, 2007. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_8_interview_jerry_fodor.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. *The Hague*, v. 4, n. 2, p.21-24, 1979.
- FOSKETT, D. J. Abordagem temática da informação. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.
- _____. Classification and indexing in the Social Sciences, *Aslib Proceedings*, v. 22, n. 3, p.90-10, 1970.
- FREGE, G. Sobre sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, 1976. p. 59-86.
- FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of metalism in information retrieval theory. *Journal of Documentation*, v. 46, n. 2, p. 81-101, 1990.
- FUJITA, M S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In: DOBEDEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). *Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, p. 147-159, 2013.
- _____. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *Datagramazero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/F_I_art.htm> Acesso em: 08 de janeiro de 2018.
- _____. Avaliação da eficácia de recuperação do sistema de indexação PRECIS. *Ciência da Informação*, v. 18, n. 2, p. 120-134, jul./dez. 1989.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Principios de lenguaje epistemográfico: la representación del conocimiento sobre patrimonio histórico andaluz. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998.
- GIL LEIVA, I. Manual de indización: teoría y práctica. Gijón: Ediciones Trea, 2008.
- HJORLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- INGWERSEN, P. Retrieval interection. Londres: Taylor Graham Publishing, 1992.
- JONKER, F. Indexing theory, indexing methods and search devices. Nova Iorque: The Scarecrow Press, 1964.
- KYLE, B. Information Retrieval and subject indexing: Cranfield and after, *Journal of Documentation*, v. 20, n. 2, p. 55-69, 1964.
- LA BARRE, K. Facet analysis. *ARIST*, v. 44, p. 243-284, 2010.
- LANGRIDGE, D. A classificação: abordagem para os estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1973.
- LARA, M. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: PPGCI: Ancib, 2007. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/view/2822/1950>>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2009. v. 3, p. 439-474.
- SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das letras e cores, 2018.
- PINKER, S. Como a mente funciona. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PIEPADE, M. A. Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- RANGANATHAN, S. R. Prolegomena to library classification. Bombay: Asia Publishing House, 1957.
- SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, 2004, v.16, n.2, p.133-161.
- SHERA, J. H.; EGAN, M. E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e Documentação. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 15-64.
- SOERGEL, D. Organization information: principles of data base and retrieval system. Nova Iorque: Academic Press, 1985.
- UNISIST. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, 1981.
- VICKERY, B. C. *Information Systems*. London: Butterworth, 1973.
- _____. Developments in subject indexing. *Journal of Documentation*, v. 11, n. 1, p. 1 - 11, 1955.
- _____. The structure of a connective index. *Journal of Documentation*, v. 6, n. 3, p. 140 - 151, 1950.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. J. C. Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1968.

Schema.org para recuperação da informação em redes sociais

Schema.org for information retrieval in social networks

Kazumi Tomoyose (1), Amanda Azevedo dos Santos (2), Ana Carolina Simionato Arakaki (3)

(1) Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Departamento de Ciência da Informação, Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos – SP, kazumi2075@gmail.com. (2) amandahazevedo19@gmail.com. (3) acsimionato@ufscar.br.

Resumo

O acesso e a recuperação de materiais informativos relevantes para as necessidades informacionais dos indivíduos têm se tornado um ponto crucial de discussão no cenário atual marcado pelo ambiente *Web* e pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação. Dessa forma, torna-se necessário tratar de formas de se otimizar essas atividades, sendo o foco deste trabalho o papel da representação da informação. A partir de uma pesquisa teórica e aplicada abordando a representação da informação, os metadados e os padrões de metadados buscou-se explorar a utilização do padrão *Schema.org* na descrição dos recursos informacionais na *Web*, em específico, em ferramentas de busca de redes sociais. Investigou-se, assim, o uso do *Schema.org* pelo Pinterest como forma de auxiliar na identificação de seus benefícios. Conclui-se que o *Schema.org* se apresenta com caráter flexível e adaptável, configurando-se como uma opção capaz de proporcionar eficientemente a recuperação da informação. Tem-se, também, a proporção de sustentabilidade, por evitar o retrabalho. Assim, cabe à Ciência da Informação continuar com maiores investigações sobre o *Schema.org* a fim de proporcionar uma visão mais clara sobre a utilização desse padrão para benefício dos processos de acesso e recuperação da informação por parte dos usuários.

Palavras-chave: Schema.org. Padrão de metadados. Redes sociais. Pinterest.

Abstract

Access and retrieval of informative materials relevant to the informational needs of individuals has become a crucial point of discussion in the current scenario marked by the Web environment and the development of information and communication technologies. Thus, it is necessary to deal with ways to optimize these activities, the focus of this work being the role of information representation. From a theoretical and applied research addressing the subjects of representation of information, metadata and metadata standards, we sought to explore the use of the Schema.org standard in the description of informational resources on the Web, in particular, in search tools of social networks. Thus, the use of Schema.org by Pinterest was investigated as a way to help identify its benefits. It is concluded that Schema.org presents itself with a flexible and adaptable character, configuring itself as an option capable of efficiently providing information retrieval. There is also the proportion of sustainability due to avoiding rework. Therefore, it is up to Information Science to continue with further investigations on Schema.org in order to provide a clearer view on the use of this standard for the benefit of users' access and retrieval of information.

Keywords: Schema.org. Padrão de metadados. Social networks. Pinterest.

1 Introdução

Com a pluralidade de informações existentes na *Web* e sua diversidade, observa-se a preocupação em assegurar que elas estejam sendo disponibilizadas da melhor forma possível aos usuários, para que eles possam encontrar as informações que buscam. Por meio da aplicação de um método padronizado de representação dos recursos informacionais na *Web* é possível melhorar a recuperação da informação, aprimorando a experiência do usuário nesse ambiente digital.

No âmbito da *Web* é imprescindível para a representação o uso de padrões de metadados, compreendidos como as unidades responsáveis pela descrição dos recursos informacionais, de forma a permitir que as máquinas possam processar e

interpretar as informações, proporcionando ao indivíduo a recuperação da informação de forma ágil e pertinente às suas necessidades.

Existem inúmeros padrões, em diferentes áreas do conhecimento, que buscam oferecer uma forma de melhor descrever diferentes recursos informacionais. Neste trabalho, cujo foco recai sobre a representação da informação no ambiente *Web*, salienta-se o *Schema.org*, um padrão desenvolvido por companhias de buscadores online a partir da preocupação em se ter uma padronização para organizar e representar os recursos na *Web* a fim de otimizar os resultados obtidos por motores de busca.

Assim, por meio de pesquisa teórica e aplicada sobre representação da informação, metadados e padrões de metadados, busca-se identificar a viabilidade do uso do *Schema.org* como padrão de metadados para a

recuperação de informação em ferramentas de busca de redes sociais, recorrendo-se à análise de sua adoção pelo Pinterest. Procura-se, dessa forma, estabelecer quais os possíveis benefícios proporcionados pelo padrão de metadados e como o mesmo se insere na Ciência da Informação no cenário atual de predominância da *Web*.

2 Desenvolvimento

A *Web*, desenvolvida com o objetivo de proporcionar ordem e permitir a navegação pelas informações no ambiente digital, apresenta-se como um ambiente cada vez mais complexo de se manter. Essa circunstância se deve principalmente ao incessante crescimento do volume e das variedades de informações na *Web*, verificando-se um prejuízo na recuperação da informação, pois ao realizar uma busca o usuário depara-se com uma lista com diversos conteúdos, sendo que nem todos são de seu interesse. Isso ocorre pois esses dados e recursos não estão organizados, descritos e representados conforme a necessidade do seu contexto, como pondera Simionato (2015, p. 72):

[...] se os recursos não estiverem descritos adequadamente ao tipo de ambiente inserido, ocorrerá problemas, conseqüentemente, o usuário não recuperará o que deseja.

Vale elucidar que a representação documentária, isto é, a representação da informação registrada, ocorre desde os momentos primórdios do ser humano, com o objetivo de se utilizar futuramente, como é melhor explanado por Castro (2003, n.p.):

Desde que o homem começou a registrar suas descobertas e conquistas, desde os primitivos meios de comunicação quando foi possível registrar o pensamento em um suporte informacional, a necessidade e a preocupação em recuperar de alguma forma o que foi registrado e armazenamento parece existir.

Dessa forma, a representação é a descrição de recursos informacionais, sejam eles imagens, áudios, livros-texto etc. Trata-se de uma descrição padronizada dos recursos, cujo objetivo consiste em promover a melhor organização da informação. Ou seja, refere-se a uma forma sintetizada que tem como objetivo ser semelhante ao objeto original sendo representado, de forma a poupar o esforço e tempo por parte do usuário da informação (MARCONDES, 2001). Marcondes (2001) adiciona que, apesar de ser um processo de síntese, informações extras que não estão presentes no recurso informacional original, mas que são pertinentes para que o usuário possa usufruir da informação podem ser incluídas, como tipo de material ou identificação de classificação.

Observa-se que o processo de representação deve respeitar as necessidades informacionais de determinados perfis de usuários – ou seja, deve sempre ser realizada para alguém, de maneira que possa

realmente ser eficiente e eficaz. Conforme aponta Castro (2008, p. 78), “A principal função da representação é criar uma estrutura eficientemente rica com o objetivo de recuperação das informações”, promovendo, ainda, sua descoberta, avaliação, uso e reuso (MARCONDES, 2001).

Desse modo, a representação auxilia na recuperação de diversos recursos, sejam eles físicos ou não físicos, assumindo, assim, grande importância no contexto da *Web*, que requer maior especificidade, visto o grande volume de recursos informacionais depositados diariamente e em resposta à necessidade de adequação da representação nesse contexto.

Assim, na esfera da *Web* a aplicação da representação se mostra como um passo imprescindível na organização da informação, sendo capaz de introduzir ordem ao ambiente e aprimorar os resultados obtidos no processo de busca, propiciando a otimização da interação entre o ambiente digital, a informação e o usuário.

Nesse sentido, Santos e Vidotti (2009) tratam da importância do uso das tecnologias de informação e comunicação em prol dos usuários e de suas necessidades de informação, de maneira a ter o melhor proveito possível de mencionadas tecnologias dirigindo-se, também, à questão da ordenação das informações na *Web* a partir da representação.

Visto que os princípios de organização, e mais especificamente, de representação da informação, são princípios necessários ao ambiente *Web*, é possível afirmar que “A Ciência da Informação é o espaço para se debater o funcionamento e as melhorias que possam ser agregadas na disseminação da informação em redes informacionais digitais”, conforme destacam Santos e Vidotti (2009, n.p.).

Identifica-se, desse modo, a necessidade de uma forma padronizada de representação que promova maior uniformização, de forma a permitir a estruturação das informações no ambiente *Web*.

Nesse cenário é possível observar a imprescindível presença dos metadados, que, de forma sucinta, são dados capazes de descrever outros dados, de forma a semantizá-los.

Isso é melhor elucidado por Alves (2010, p. 47), que os define como:

[...] elementos descritivos ou atributos referenciais codificados que representam características próprias ou atribuídas às entidades; são ainda dados que descrevem outros dados em um sistema de informação, com o intuito de identificar de forma única uma entidade (recurso informacional) para posterior recuperação.

Esses metadados são divididos em quatro tipos, pois possuem diferentes funções e características, o que possibilita adequá-los à necessidade do contexto.

Dessa forma, Riley (2017) apresenta: a) Metadados descritivos – objetivam-se a encontrar ou compreender um determinado recurso; b) Metadados Administrativos, que englobam três metadados – os técnicos, de preservação, e de direitos; c) Metadados Estruturais – relacionados com as partes dos recursos; e a última categoria e) Linguagens de marcação – que integra metadados e sinalizadores com outras estruturas ou recursos semânticos.

De forma a garantir a padronização dos metadados existem os chamados padrões de metadados, que são estruturas formadas por um conjunto de metadados que representam e padronizam os dados, sendo, conforme melhor elucidada Alves (2010, p. 47-48):

[...] constituídas por um conjunto predeterminado de metadados (atributos codificados ou identificadores de uma entidade) metodologicamente construídos e padronizados. O objetivo do padrão de metadados é descrever uma entidade gerando uma representação unívoca e padronizada que possa ser utilizada para recuperação da mesma.

Alguns exemplos de padrões de metadados amplamente conhecido são o *Machine Readable Cataloging* (MARC21) e o *Metadata Object Description Schema* (MADS), ambos criados pela *Library of Congress* (LOC).

Também há o *Dublin Core*, desenvolvido em 1995, para auxiliar na descoberta de recursos informacionais na *Web*. Melhor elucidando, os metadados *Dublin Core* ou “metadados no estilo *Dublin Core*”, foram projetados para que houvesse interoperabilidade, baseada em princípios da *Web Semântica* ou *Linked Data*. (DCMI, [2019?]).

Os seus metadados são divididos em três grupos: (1) contém metadados relacionados ao conteúdo do recurso – com Título, Sujeito, Descrição, Tipo, Fonte, Relação e Cobertura; o grupo (2) os metadados estão relacionados com a propriedade intelectual – Criador, Editor, Colaborador e Direitos; e o grupo (3) relacionados a instanciação do recurso – Data, Formato, Identificador e Língua (WEIBEL; KUNZE; LAGOZE; WOLF, 1998, p. 2).

Destarte, é possível observar que, a partir dos padrões de metadados, torna-se possível estruturar o preenchimento dos metadados na descrição dos recursos informacionais, proporcionando tanto a recuperação dos mesmos quanto a interoperabilidade entre as informações e sistemas de armazenamento de informações (e.g., catálogos, repositórios etc.).

A sua utilização é essencial tanto para a representação de recursos analógicos quanto digitais. No âmbito da *Web* os padrões de metadados, além de compreensíveis pelos indivíduos, devem ser processáveis por máquina, de forma que seja possível a recuperação automatizada e otimizada da informação.

Nesse sentido, aborda-se o *Schema.org*, que se constitui em um conjunto de esquemas que resulta de um esforço conjunto entre as companhias Google, Microsoft, Yahoo! e Yandex, sendo adotado por um número superior a dez milhões de sites (SCHEMA.ORG, [2019?]d). Tem como objetivo o desenvolvimento de um esquema comum para uso por parte dos motores de busca (*search engines*), sendo

[...] uma atividade comunitária colaborativa com a missão de criar, manter e promover esquemas para dados estruturados na Internet, em páginas da Web, em mensagens de e-mail e além. (SCHEMA.ORG, [2019?]d, n.p., tradução nossa).

A partir do uso de um esquema padronizado, facilita-se o processo de aprendizagem por parte dos desenvolvedores e *webmasters*, que deixam de precisar se familiarizar com uma multiplicidade de esquemas, promovendo o melhor entendimento das informações na *Web* por parte dos motores de busca (SCHEMA.ORG, [2019?]a, [2019?]d).

Podendo ainda ser denominado como um padrão de metadados, a partir do momento em que disponibiliza uma lista de termos padronizados para a descrição dos metadados dos recursos em meio *Web*, o *Schema.org* visa proporcionar “[...] uma experiência mais rica nos resultados das buscas para seus usuários” (OUCHI; SIMIONATO, 2018, p. 132) a partir da especificação clara do significado da informação sendo descrita de maneira processável pelas máquinas.

Dentre os formatos em que o *Schema.org* pode ser utilizado se encontram o RDFa, Microdata e JSON-LD, formatos semânticos que auxiliam as aplicações no processamento de dados, permitindo que as informações sejam semanticamente melhor compreensíveis (SCHEMA.ORG, [2019?]d).

O vocabulário principal do *Schema.org*, organizado hierarquicamente, é formado por 598 tipos (*types*), 862 propriedades (*properties*) e 114 valores de enumeração (*enumeration values*), englobados pela categoria *Thing*, ou “Coisa”, definida como “O tipo mais genérico de item” (SCHEMA.ORG, [2019?]c, n.p., tradução nossa; SCHEMA.ORG, [2019?]b). Cada um desses tipos associa-se a um conjunto de propriedades que, quando adotados, permitem a descrição dos conteúdos da *Web* de forma que os motores de busca possam identificá-los, categorizá-los e apresentá-los para o usuário.

De acordo com Mika (2015), o *Schema.org* consegue ser bem-sucedido em assistir no processo de representação da informação na *Web*, “[...] simplificando a anotação dos dados em páginas da *Web*, pelo menos para os tipos mais populares de conteúdo da *Web*.” (MIKA, 2015, p. 54, tradução nossa).

Dessa forma, o *Schema.org* provê a padronização para que as informações sejam publicadas de forma

estruturada na *Web* (MIKA, 2015), o que permite que os motores de busca consigam resgatá-las, tanto para o benefício dos usuários quanto para a visibilidade das próprias páginas da *Web*, de forma a evitar que elas fiquem perdidas no mar de informações que é o ambiente.

Ao buscar por organizações que utilizam o *Schema.org*, foi verificado que a Europeia – organização destinada à coleção de materiais digitais culturais de arquivos, museus e bibliotecas europeias (EUROPEANA, [2019?]) – buscou explorar os benefícios que ele pode promover, principalmente pela questão do seu vocabulário, que possibilita que organizações externas e mecanismos de busca rastreiem e adicionem seus dados, como melhor colocado por Wallis, Isaac, Charles e Manguinha (2017, n.p., tradução nossa):

[...] *Schema.org* por seus serviços, principalmente a capacidade do vocabulário *Schema.org* de permitir que organizações externas em geral, e Mecanismos de Busca em particular, rastreassem e adicionassem esses dados em seus Gráficos de Conhecimento, aumentando assim a descoberta de recursos culturais.

O seu desenvolvimento propiciou, ainda, as melhorias colocadas por Mika (2015, p. 53):

Validadores melhoraram e ferramentas de publicação automatizada como o Drupal foram estendidas para produzir automaticamente marcações *schema.org* (www.drupal.org/project/schemaorg).

Exemplificando, dessa forma, os benefícios proporcionados pelo padrão no desenvolvimento de ferramentas no âmbito da *Web*.

Em adição, vale expor que o padrão *Schema.org* tornou possível a utilização de ferramentas como o *Rich Snippets*, voltado para a apresentação da informação (MIKA, 2015). O *Rich Snippets* “[...] modifica a maneira como apresenta um conjunto de informações classificando-o de acordo com sua natureza”. (OUCHI; SIMIONATO, 2018, p. 133), proporcionando uma visão mais interativa ao usuário, auxiliando-o em sua busca informacional.

Sendo um padrão cuja concepção foi baseada na necessidade de descomplicar a representação das páginas *Web*, buscando manter a sua uniformidade, verifica-se que o uso do esquema pode ser benéfico tanto aos motores de busca, quanto às aplicações de redes sociais, uma vez que estas se tornam, cada vez mais, a fonte de informação da sociedade atual, marcada pela tecnologia e pela *Web*.

Seguindo-se, assim, à análise do uso do *Schema.org* pelo Pinterest, temos que este é definido como uma rede social em que os usuários cadastrados compartilham e salvam *pins*, representados por imagens. Os *pins* podem ser definidos como “[...] bookmarks visuais e interativos que, quando clicados,

levam o usuário ao site de origem do conteúdo em questão.” (TONI, 2015, n.p.). Referem-se, assim, a uma forma de se armazenar um caminho a um conteúdo na *Web*, sob uma única interface, sem a necessidade de armazená-lo integralmente.

O *pin* pode ser salvo em um *board*, uma espécie de pasta, que pode ser organizado de acordo com o conteúdo do *pin*. Por isso, é comum que um usuário tenha diversos *boards*. A figura 1 ilustra como seria um *board*.

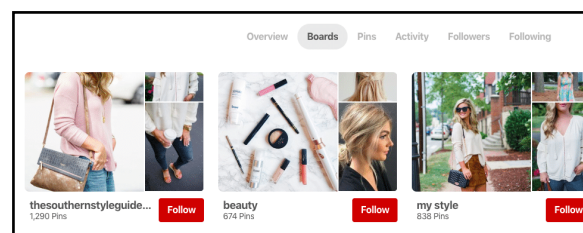


Figura 1. *Boards* (PETERS, 2018)

O *Schema.org* é utilizado pelo Pinterest para possibilitar que uma página *Web* possa ser incorporada ao aplicativo como um *pin*. Para cada tipo de *pin* existe um conjunto de propriedades, obrigatórias ou opcionais, que devem ser utilizadas para a descrição da informação, sendo os *pins* do tipo: artigo, produto ou receita (PINTEREST, [2019?c]).

Para *pins* de artigos – entendendo-se por artigos as publicações em páginas *Web* em geral, cujo objetivo seja discorrer sobre determinado tópico – as propriedades utilizadas são: ‘*url*’ da página; ‘*name*’, indicando o título do artigo, ‘*description*’, contendo sua descrição; e ‘*datePublished*’, que indica a data de publicação, sendo esta a única propriedade de caráter opcional (PINTEREST, [2019?b]). A figura 2 apresenta as informações mencionadas que compõem um *pin* de artigo.

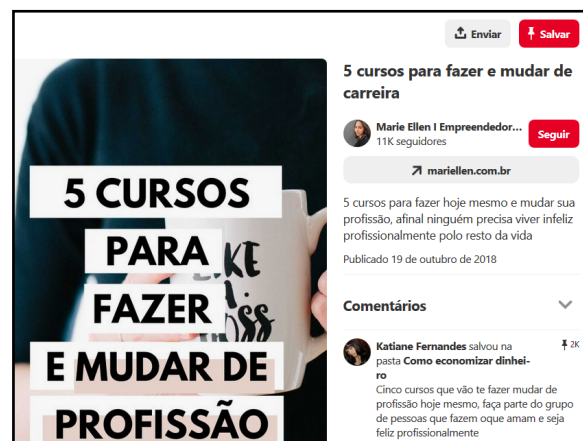


Figura 2. Pin de artigo (PINTEREST, [2019?]a)

No caso de produtos à venda, as propriedades do *Schema.org* que são utilizadas se dividem em duas categorias – propriedades do produto e propriedades da oferta. As propriedades do produto são: ‘*url*’ da página; ‘*name*’, indicando o nome do produto; ‘*description*’, contendo a descrição do produto; e ‘*brand*’, indicando a marca do produto, sendo as duas últimas propriedades opcionais e as demais obrigatórias.

As propriedades da oferta são: ‘*name*’, para o nome da oferta; ‘*description*’, indicando a descrição; ‘*sku*’, correspondente à identificação única de cada oferta; ‘*price*’, o preço do produto; ‘*priceCurrency*’, que indica o código da moeda (e.g., BRL para o real); ‘*standardPrice*’, usado para indicar o preço original de um produto em promoção; ‘*availability*’, que indica a disponibilidade do produto; ‘*availabilityStarts*’, indica o início de uma promoção; ‘*availabilityEnds*’, indica o fim de uma promoção; ‘*eligibleRegion*’, usado para mostrar quais os países inclusos para a entrega do produto. Observa-se que apenas as propriedades ‘*price*’ e ‘*priceCurrency*’ são obrigatórias (PINTEREST, [2019?]d). A figura 3 a seguir ilustra as informações em um *pin* de produto.

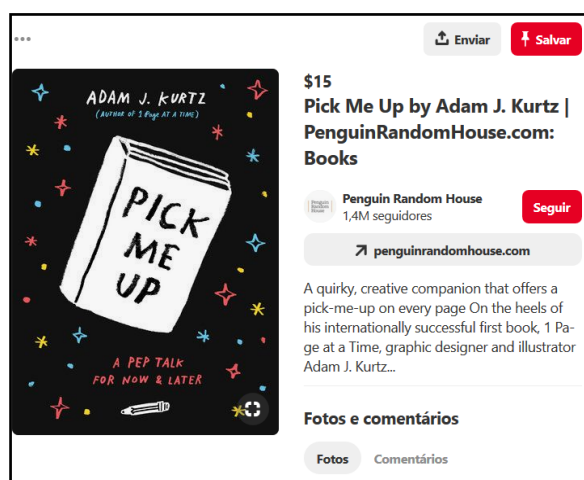


Figura 3. Pin de produto (PINTEREST, [2019?]a)

Quanto aos pins de receitas culinárias, as propriedades utilizadas são: ‘*name*’, para o nome da receita; ‘*ingredients*’, para os ingredientes utilizados; ‘*url*’ da página; ‘*image*’, indicando URL de imagem da receita; ‘*totalTime*’, para o tempo total gasto com a execução da receita; ‘*recipeYield*’, que indica a quantidade de porções que a receita rende; e ‘*aggregateRating*’, indicando a nota média que a receita possui. Dentre essas propriedades, apenas ‘*name*’ e ‘*ingredients*’ são obrigatórias (PINTEREST, [2019?]e). Na figura 4

abaixo é possível observar as informações dos metadados de um *pin* de receita.

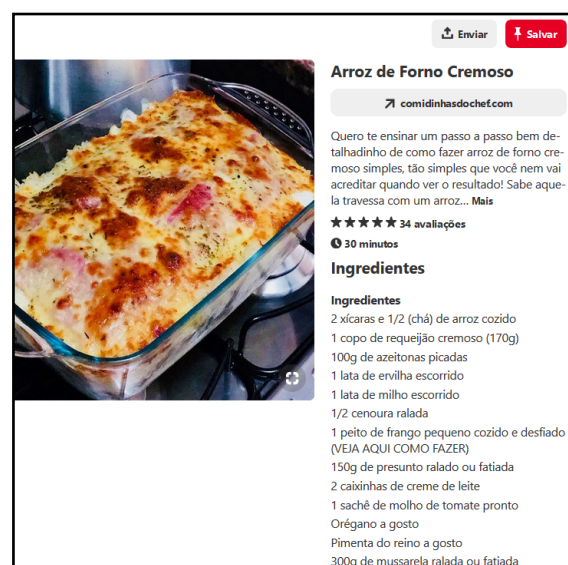


Figura 4. Pin de receita (PINTEREST, [2019?]a)

A partir da atribuição desses metadados é possível constituir o que o Pinterest denomina como *rich pins*, ou *pins* ricos, que apresentam os metadados diretamente nos *pins*, conforme visualizados nas figuras 2, 3 e 4 apresentadas, promovendo aos usuários da plataforma “[...] uma experiência mais rica e aumento no [seu] engajamento.” (PINTEREST, [2019?]c, n.p., tradução nossa).

Observa-se a variedade de propriedades que podem ser utilizadas para a melhor descrição das informações no âmbito da *Web* com a utilização do *Schema.org*, sendo que as mesmas podem ser adotadas de acordo com o detalhamento necessário na representação de determinado recurso informacional, devido à flexibilidade que o padrão oferece.

3 Conclusão

Dessa forma, é possível verificar que há o engajamento em desenvolver tecnologias que podem auxiliar na descoberta do que se deseja, mesmo em meio a uma grande quantidade de dados e informações que são constantemente depositados, editados e compartilhados na *Web*, por pessoas, por entidades coletivas e por empresas de diversos segmentos.

A utilização das tecnologias em alinhamento com os processos trabalhados pelo campo da Ciência da Informação, em específico nos processos de representação da informação, mostra-se imperativo para que seja efetivado o seu acesso e sua recuperação por parte dos usuários.

Nesse sentido, a aplicação do padrão de metadados *Schema.org* apresenta-se como uma alternativa capaz de promover uma representação apropriada para o ambiente *Web*, ou seja, respondendo às características principais dos recursos nesse âmbito, que nem sempre são abrangidas pelos padrões desenvolvidos com outros propósitos – específicos para determinadas áreas do conhecimento ou então para os recursos em meio analógico.

Por meio de sua utilização, aperfeiçoa-se, também, a forma de se apresentar as informações, como por meio do *Rich Snippets*, criando uma interface dos resultados de busca melhor adaptada para navegação por parte do usuário, consequentemente influenciando diretamente na questão de poupar o usuário de esforços adicionais no processo de acesso e obtenção de informação.

Tendo em vista o bibliotecário como profissional responsável pela organização e tratamento da informação, identifica-se que se encontra sob seu escopo a exploração e adequação do uso do *Schema.org* como possível padronização para a representação de conteúdos em redes sociais em meio *Web*, visando à otimização do processo de recuperação por parte do indivíduo, bem como o processamento apropriado pelas máquinas que proporcionará a interoperabilidade da informação.

Além do mais, a adoção do *Schema.org* apresenta-se vantajosa sob o aspecto de se evitar o retrabalho, proporcionando a sustentabilidade, além de sua capacidade de adequação às necessidades de representação a partir da multiplicidade de propriedades possíveis e da flexibilidade no emprego destas. Dessa forma, os usuários conseguem retornar no âmbito das redes sociais a informação requerida de forma mais ordenada, conforme a padronização fornecida pelo *Schema.org*, e semanticamente mais compatível com o aquilo o usuário busca.

Referências

- ALVES, R. C. V. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- CASTRO, F. F. de. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação: uma abordagem do MarcOnt initiative na era da web semântica**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2008.
- DCMI. **Metadata Basics**. [2019?]. Disponível em: <http://dublincore.org/resources/metadata-basics/>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- EUROPEANA. **Bem vindo à Europeana collections**. [2019?]. Disponível em: <https://www.europeana.eu/portal/pt/about.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001.
- MIKA, P. On Schema.org and why it matters for the web. **IEEE Internet Computing**, [s.l.], v. 19, n. 4, jul./aug. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1109/MIC.2015.81>.
- OUCHI, M. T.; SIMIONATO, A. C. Descrição de conjuntos de dados na Web com Schema.org. **Informação & Tecnologia**, Marília/João Pessoa, v. 5, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/38451>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- PETERS, B. **How to use Pinterest: The Insider guide for businesses (with strategies from the Pinterest team)**. 2018. Disponível em: <https://buffer.com/library/how-to-use-pinterest>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- PINTEREST. [2019?]a. Disponível em: <https://br.pinterest.com/>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- PINTEREST. **Article pins**. [2019?]b. Disponível em: <https://developers.pinterest.com/docs/rich-pins/articles/>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- PINTEREST. **Getting started**. [2019?]c. Disponível em: <https://developers.pinterest.com/docs/rich-pins/overview/>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- PINTEREST. **Product pins**. [2019?]d. Disponível em: <https://developers.pinterest.com/docs/rich-pins/products/>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- PINTEREST. **Recipe pins**. [2019?]e. Disponível em: <https://developers.pinterest.com/docs/rich-pins/recipes/>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- RILEY, J. **Understanding metadata: what is metadata, and what is it for?** Baltimore: National Information Standards Organization (NISO), 2017.
- SANTOS, P. L. V. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Perspectivismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? Data Grama Zero**, v. 10, n. 3, jun. 2009.
- SCHEMA.ORG. **About schema.org**. [2019?]a. Disponível em: <https://schema.org/docs/faq.html#1>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- SCHEMA.ORG. **Organization of schemas**. [2019?]b. Disponível em: <https://schema.org/docs/schemas.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- SCHEMA.ORG. **Thing**. [2019?]c. Disponível em: <https://schema.org/Thing>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- SCHEMA.ORG. **Welcome to schema.org**. [2019?]d. Disponível em: <https://schema.org/>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- SIMIONATO, A. C. **Modelagem conceitual DILAM: princípios descritivos de arquivos, bibliotecas e**

museus para o recurso imagético digital. 2015. 200 f.
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,
Marília, 2015.

TONI, B. **Pins: o que são e para que servem?** 2015.
Disponível em: <https://newsroom.pinterest.com/pt-br/post/pins-o-que-sao-e-para-que-servem>. Acesso em: 24
mar. 2019.

WALLIS, R; ISAAC, A; CHARLES, V; MANGUINHA,
H. **Recommendations for the application of
Schema.org to aggregated Cultural Heritage metadata
to increase relevance and visibility to search engines:
the case of Europeana.** 2017. Disponível em:
<https://journal.code4lib.org/articles/12330>. Acesso em 22
abr. 2019.

WEIBEL, S; KUNZE, J; LAGOZE, C; WOLF, M.
Dublin Core Metadata for Resource Discovery. 1998.
Disponível em: <https://www.ietf.org/rfc/rfc2413.txt>.
Acesso em: 16 abr. 2019.

Organização e representação do conhecimento no Poder Judiciário brasileiro: uma avaliação taxonômica das movimentações processuais dos Tribunais Regionais Federais

Knowledge organization and representation in the Brazilian Judicial Power: a taxonomic evaluation of Brazilian Federal Judicial Division Courts petition

Isabela Cristina Sabo (1), Paloma Maria Santos (2), Lahis Pasquali Kurtz (3), Paula Adão Reginaldo (4), Aires José Rover (5)

(1) (4) (5) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas (Direito), Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº - Trindade, Florianópolis/SC, isabelasabo@gmail.com, paula7ar@gmail.com, aires.rover@gmail.com.

(2) (5) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Tecnológicas (Engenharia e Gestão do Conhecimento), Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº - Trindade, Florianópolis/SC, santos.paloma@gmail.com, aires.rover@gmail.com.

(3) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Av. João Pinheiro, nº 100 - Centro, Belo Horizonte/MG, lahiskurtz@gmail.com.

Resumo

O presente artigo busca verificar se a taxonomia padronizada proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de melhorar a administração da justiça e a prestação jurisdicional está sendo utilizada pelo Poder Judiciário Brasileiro. As Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) visam dar subsídios para que se proceda à padronização e uniformização dos termos utilizados nos diferentes sistemas de processo eletrônico, tendo em vista a recuperação e reutilização da informação para geração de estatísticas e padrões que permitam comparar os diferentes sistemas dos tribunais entre si. Foram eleitos como *corpus* da pesquisa os dados de movimentações processuais de processos de execução fiscal cujo trâmite já encerrou, pertencentes a todas as regiões judiciárias federais do Brasil. Como resultado, foi possível obter um panorama da adoção das taxonomias nos cinco Tribunais Regionais Federais e confirmar que, apesar de a utilização desses padrões pelos tribunais junto aos sistemas processuais viabilizar a extração de dados estatísticos mais precisos e melhorar o uso da informação, essenciais ao planejamento estratégico e à gestão do Poder Judiciário, existem discrepâncias significativas na forma como cada um deles se porta diante das TPUs do CNJ.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento; Representação do conhecimento; Poder Judiciário; Conselho Nacional de Justiça; Processo judicial eletrônico; Taxonomia.

Abstract

This paper aims to verify if standard taxonomy proposed by National Council of Justice (CNJ) with the aim of improve judicial administration and performance, are being used by Brazilian Judicial Power. The Unified Procedural Tables (TPU) were made to provide subsidy to uniformize and promote standardization to the terms used in the different systems of judicial electronic filing, looking up to recover and reuse information to develop statistics and patterns which allow to compare different systems used by courts. We have chosen as sample for the research the data of petition and other documents' filing of tax enforcements which have finished their processing, all belonging to every Brazilian Federal Judicial Division. As result, it was possible to obtain an overview of taxonomy adoption in the five Federal Regional Courts and confirm that, although the use of these standards by courts on filing systems enables extraction of more precise statistical data and improves information use, essentials to strategic planning and Judicial management, there are still discrepancies in the way each of the courts adequate to CNJ's TPU.

Keywords: Judicial electronic filing; Judicial Power; National Council of Justice; Knowledge management; Representation of knowledge; Taxonomy.

1 Introdução

A emergência e a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) trouxeram modificações nas estruturas sociais, nos processos produtivos e nas formas de comunicação e interação entre os indivíduos. No contexto do Poder Judiciário brasileiro, elas estão inseridas no cotidiano dos tribunais, alterando os fluxos de trabalho, digitalizando os procedimentos e automatizando processos, sendo o processo judicial eletrônico a sua figura principal.

Tendo em vista o porte do Poder Judiciário e a quantidade de dados e informações que estão sob o seu domínio, a adoção das tecnologias de apoio precisa ser planejada e seguir um método organizado e previamente estabelecido. Considerando os distintos entes que irão fazer uso dessa ciência bem como a possibilidade de os dados transitarem por diferentes sistemas de processo judicial eletrônico, verifica-se a necessidade de interoperabilidade, para que, de fato, ocorra a prestação de um serviço jurídico de qualidade, com a observância dos preceitos constitucionais, seja o acesso à justiça, seja o devido processo legal de forma eficiente e célere – em conformidade com a EC 45/2004.

De acordo com o relatório Justiça em Números, a tramitação eletrônica de processos já é uma realidade para 79,7% dos casos, sendo na esfera federal 74,3%. A taxa de congestionamento nos Tribunais Regionais Federais (TRF) é superior nos tribunais menos informatizados, indicando uma relação entre o grau de informatização e o andamento dos processos.

Visando à possibilidade de recuperar, organizar e comparar dados sobre a velocidade e desburocratização do trâmite processual, em conformidade com a meta de interoperabilidade entre os sistemas e a celeridade nos fluxos de trabalho, entende-se que é fundamental se apoiar em uma taxonomia que apresente uma linguagem comum dos termos utilizados nos diferentes sistemas dos processos judiciais eletrônicos utilizados pelos tribunais.

Dentro desse panorama, e empregando-se o método dedutivo, o artigo busca verificar se existe uniformidade no registro dos procedimentos e das rotinas dos atos processuais que impulsionam os processos judiciais eletrônicos em trâmite na Justiça Federal, avaliando a taxonomia das movimentações processuais de autos de execução fiscal.

A abordagem dedutiva é presente uma vez que se parte de uma premissa maior, as denominadas Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como critério de avaliação taxonômica.

Considerando-se a diversidade de sistemas utilizados para os processos judiciais eletrônicos, pressupõe-se, como hipótese inicial, a divergência dos termos utilizados, ainda que se tenha verificado a existência de TPUs elaboradas pelo Poder Judiciário a fim de estabelecer essa unidade entre os termos.

2 Contexto e revisão bibliográfica

2.1 O conhecimento no Poder Judiciário

Vive-se hoje uma nova fase de desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Um novo conceito de sociedade, fruto da globalização e do crescimento das atividades econômicas intensivas em conhecimento. Se antes a capacidade de geração de valor era atribuída meramente ao capital e ao trabalho físico, hoje vem sendo aferida pela detenção de informação e do uso que se faz dela para a geração de novos conhecimentos.

O conhecimento envolve a capacidade contínua de agir (SVEIBY, 1998) e é o único recurso significativo atualmente (DRUCKER, 1993). Ele dá à pessoa habilidade de uso da informação para guiar as ações de maneira apropriada à situação (KALPIC; BERNUS, 2006), permitindo gerar um diferencial nos resultados das organizações e nos seus meios produtivo e comercial.

Na medida em que o conhecimento é tido como única fonte sustentável de vantagem competitiva (NONAKA, 1991), sua identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação tornam-se imprescindíveis.

Para que se transforme em conhecimento, a informação precisa dialogar com a cultura, os valores, os paradigmas e a forma individual de ver e compreender o mundo. Ela depende do filtro a ser usado para sua decodificação, ou seja, da correlação entre essa informação e as estruturas mentais e conhecimentos anteriores existentes que possibilitarão seu entendimento e, se for o caso, a geração de novos conhecimentos (LIMA; ALVARES, 2012).

A informação, assim como a publicidade, são princípios indispensáveis para a consolidação da democracia e oportunizam a comunicação “de todos para todos” (FELICE, 2008) e a promoção do cidadão à condição de prosumidor (TOFFLER, 1999). Mas é só estando a par do funcionamento das instituições políticas que o cidadão terá condições de dialogar sobre e com elas (PÉREZ LUÑO, 2004).

É bem verdade que a informação sempre foi a matéria prima do Poder Judiciário. Antes ela era mantida confinada em processos e arquivos, mas hoje pode fluir “livremente” dos autos judiciais para a internet, alcançando qualquer um em qualquer lugar (FERRETTI; ALVARES, 2015).

Com a implantação do processo judicial eletrônico, o acesso aos dados e informações relativas à prestação jurisdicional foi facilitado. Os sistemas processuais eletrônicos trouxeram além da redução da burocracia e dos custos com o manejo físico dos papéis, mais transparência e agilidade aos trâmites legais, ampliando o acesso à Justiça tanto para os jurisdicionados quanto para o cidadão comum.

Em que pese a adoção gradual e distinta dos sistemas de processo eletrônico pelos tribunais de justiça, é certo que sua adesão guarda relativa importância no que concerne a gestão do conhecimento do Poder Judiciário, entendida como uma abordagem colaborativa e sistemática para realizar a gestão dos ativos intelectuais, tendo em vista obter a informação certa, no lugar certo e na hora certa, dando apoio à gestão e à tomada de decisão, e proporcionando vantagem competitiva (BERGERON, 2003; SERVIN, 2005, MCNABB, 2007).

A padronização terminológica, conforme ressaltam Bem e Coelho (2013), é a chave para realização da Gestão do Conhecimento, uma vez que não é possível compartilhar, recuperar e reutilizar aquilo que não se conhece, que não se tem um entendimento compartilhado e que possui nomenclaturas e acepções distintas.

Uma vez organizado e devidamente representado, o conhecimento pode ser identificado, compartilhado e reutilizado, servindo de insumo à tomada de decisão e à geração de novos conhecimentos. Segundo Hodge (2000), essa tarefa pode ser realizada com o apoio de sistemas de organização de conhecimento, os quais organizam a informação e promovem a gestão do conhecimento. Tais sistemas podem ser classificados de acordo com a função que exercem, qual seja:

1. Listas de termos: possuem como função principal agrupar listas de termos, frequentemente com suas definições. Exemplos: arquivos de autoridade, glossários, dicionários e diretórios (gazetteers).
2. Esquemas de classificação e categorização: possuem como função principal a criação e manutenção de conjuntos de elementos através de categorias e classes. Exemplos: cabeçalhos temáticos, esquemas de classificação, categorização e taxonomias.
3. Listas de relacionamentos: possuem como função principal demonstrar as conexões entre os termos e conceitos. Exemplos: tesouros, redes semânticas e ontologias.

Dentre sistemas de organização do conhecimento acima listados, Bem e Coelho (2013) apontam as taxonomias [*taxis* (ordenação, grupo) e *nomos* (lei, norma, regra)] como uma alternativa útil e eficaz para a realização da padronização terminológica para o

intercâmbio de informações, para a organização de informações não estruturadas e também para o entendimento de um determinado domínio de conhecimento.

De acordo com Carlan (2010), as taxonomias objetivam determinar categorias gerais; coletar e representar conceitos por meio de termos; dinamizar a comunicação entre os agentes interessados; encontrar o consenso; controlar a diversidade de significação; construir relacionamento semântico entre os termos, por meio de relações hierárquicas; e oferecer um mapa da área que servirá como guia em processos de conhecimento. Quando bem definidas, construídas por especialistas e testadas com precisão, as taxonomias são capazes de racionalizar o processo de busca, tornando os resultados mais relevantes

Oriunda da biologia, as taxonomias passaram a ser adotadas como ferramentas em campos nos quais a necessidade de classificação hierárquica se mostra evidente. Sua aplicação tem se estendido especialmente para o contexto corporativo, em que atuam como facilitadoras da comunicação entre os agentes envolvidos no processo de recuperação e categorização da informação.

Segundo Terra et al. (2015), seu conceito tem se tornado ainda mais relevante nos dias atuais, uma vez que o volume de dados e informações cresce vertiginosamente e os usuários adquirem um papel fundamental tanto na produção quanto na categorização e no uso desses dados e informações.

O objetivo de uma taxonomia corporativa não se restringe a prover uma lista de termos para serem usados na redação e na busca da informação, mas também criar mapas entre os conceitos, tendo em vista dispor aos usuários o conhecimento certo na hora certa (CONWAY e SLIGAR, 2002).

Ressaltam Terra et al. (2005, p. 3) que alguns critérios devem ser observados na construção de taxonomias corporativas:

- Comunicabilidade: os termos utilizados devem transparecer os conceitos carregados, de acordo com a linguagem utilizada pelos usuários do sistema;
- Utilidade: apresentar somente os termos necessários;
- Estímulo: apresentar termos que induzem o usuário a continuar a navegação pelo sistema;
- Compatibilidade: conter somente estruturas do campo que se está ordenando e que façam parte das atividades ou funções da organização.

No âmbito do Poder Judiciário, as taxonomias serviram de ferramenta para o desenvolvimento de uma

linguagem única para classificação dos processos em trâmite nos tribunais de todas as instâncias, as chamadas Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), tema do item que segue.

2.2 Taxonomia aplicada ao Poder Judiciário: as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs)

Pensando nos diferentes sistemas de processo eletrônico utilizados por todo o Poder Judiciário, bem como nas distintas formas de inserir, armazenar, recuperar e reutilizar os dados e as informações que neles transitam, o CNJ, por meio da Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006, definiu padrões de interoperabilidade (padronização de tabelas básicas de classificação processual, movimentação e fases processuais, assuntos e partes) a serem utilizados com o objetivo de melhorar a administração da justiça e a prestação jurisdicional.

As TPUs, implementadas pela Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 (CNJ, 2007), visam dar subsídios para que se proceda à padronização e uniformização dos termos (classes, assuntos e movimentações processuais) utilizados nos sistemas de processo eletrônico, tendo em vista a recuperação e reutilização da informação para geração de estatísticas e padrões que permitam comparar os tribunais entre si.

Elas propõem a padronização e unificação taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentações processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça a serem utilizadas em sistemas processuais (CNJ, 2007).

A utilização desses padrões pelos tribunais junto aos sistemas processuais viabiliza a extração de dados estatísticos mais precisos e melhora o uso da informação, essenciais ao planejamento estratégico e à gestão do Poder Judiciário.

O acesso às TPUs se dá por meio do link <https://www.cnj.jus.br/sgt/login.php> (Sistema de Gestão de TPUs – SGTPUs), em que é possível acessar uma área pública e consultar as classes, movimentos e assuntos de acordo com a necessidade (Figuras 1 e 2). Nesse ambiente, também é possível ter acesso a um manual com instruções sobre a utilização das tabelas processuais do Poder Judiciário.

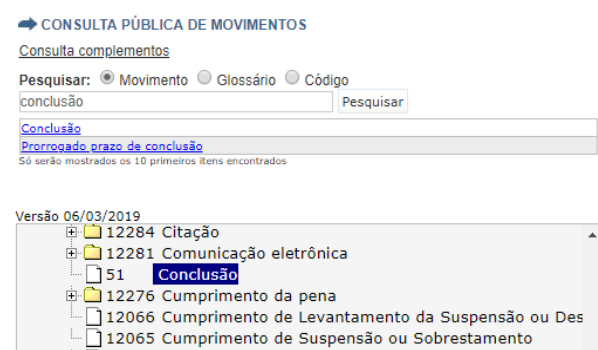


Figura 1. Ambiente de consulta do SGTPUs com o exemplo “Conclusão” (Código e movimento).

Fonte: CNJ.

Tipo	Descrição	Valores
Tabelado	tipo_de_conclusao	- para decisão - para despacho

Sujeito ativo no 2º Grau

Monocrático Colegiado
 Presidente ou Vice-Presidente

Movimento:

Visibilidade externa Papel Eletrônico

Norma:

Artigo:

Glossário:

Figura 2. Ambiente de consulta do SGTPUs com o exemplo “Conclusão” (Complementos).

Fonte: CNJ.

De acordo com o Manual, foram criadas três TPUs para o Poder Judiciário (CNJ, 2014, p. 8-17):

1. Tabela de Assuntos Processuais: constitui um instrumento de representação do conhecimento sobre a terminologia jurídica, estruturada em níveis hierárquicos correspondentes às áreas do Direito. Essas tabelas são utilizadas para padronizar nacionalmente o cadastramento das matérias ou temas discutidos nos processos;
2. Tabela de Classes Processuais: destina-se à classificação do tipo de procedimento judicial ou administrativo adotado pela parte na petição inicial; e
3. Tabela de Movimentação Processual: são utilizadas para o registro dos procedimentos e das rotinas dos atos processuais que impulsionam o processo. As tabelas descrevem os movimentos mínimos e obrigatórios necessários à identificação das fases do processo, tempo de tramitação e resultado dos julgamentos (procedente, improcedente).

Com a padronização das TPUs, o CNJ busca melhorar a prestação de serviços aos cidadãos, identificando os pontos de gargalo e também possibilitando ao Judiciário uma estatística da movimentação processual que seja compatível com a realidade, o que, no futuro, será essencial para a efetivação do planejamento estratégico do Poder Judiciário Nacional (CNJ, 2008).

3 Metodologia da coleta de dados

Tendo como base as TPUs criadas pelo CNJ, buscou-se averiguar a conformidade das nomenclaturas de movimentações processuais nos processos judiciais analisados às orientações do órgão de controle de gestão judiciária.

A fim de produzir informação sobre o uso da referida taxonomia pelo Poder Judiciário, apresentam-se dados obtidos a partir da coleta de autos processuais cujo trâmite já encerrou, pertencentes a todas as regiões judiciárias federais do Brasil. Mais especificamente, foram analisadas as movimentações processuais de processos de execução fiscal.

A escolha desse tipo de ação judicial se deu devido ao menor risco de particularidades entre um e outro processo, devido a alguns fatores: 1) a similitude de trâmites, já que a execução fiscal é uma classe processual que possui um procedimento restrito a poucos atos processuais possíveis, quando comparada a um processo de conhecimento ou execução trabalhista ou penal, por exemplo; 2) a identidade da parte ativa, que é sempre a Fazenda Nacional, o que torna o trâmite mais padronizado entre um processo e outro, visto que a Procuradoria da Fazenda Nacional possui diretivas internas sobre os procedimentos e atuação de seus procuradores; 3) a informatização da Justiça Federal, que, por dispor de mais recursos e estrutura do que as outras esferas judiciais, conta com maiores investimentos na atualização de software; 4) a menor fragmentação da Justiça Federal em relação à Justiça Estadual, o que resulta em possibilidade de padronização no que toca à implementação de software de processo eletrônico. Com fundamento nesses critérios, considerou-se que a amostra forneceria condições de comparabilidade entre os termos adotados para nomenclatura de atos processuais.

Há que se esclarecer que a pesquisa em tela integra uma etapa de um projeto maior que busca avaliar procedimentos, funcionalidades e ferramentas do processo eletrônico para celeridade na tramitação. Assim, a coleta empreendida tem o fito de produzir informação para identificar de que maneira a informatização interfere ou não no tempo de trâmite de atos comumente praticados nos processos. Portanto, os resultados aqui obtidos são etapa prévia que permitirá, em um segundo momento, identificar a equivalência entre atos processuais que são nomeados de maneira diversa conforme a circunscrição judicial. Por exemplo, é preciso averiguar se o movimento processual “sentença” não tem sinônimos em outras seções, que significam na prática a mesma movimentação, como, por exemplo, “decisão”. Com essa equivalência, pretende-se, em trabalhos posteriores, comparar os tempos de trâmite da mesma movimentação em diferentes autos – o que confirma a relevância da taxonomia para a gestão das informações judiciais.

Os dados foram obtidos por meio dos seguintes procedimentos: 1) obtenção de números de processos de execuções fiscais já tramitados de seções judiciárias federais de todos os TRFs; 2) consulta aos processos por meio dos sites das respectivas seções e registro em planilha da sequência de atos processuais praticados em cada um deles; 3) identificação dos atos processuais mais comuns por seção e respectivas nomenclaturas; 4) comparação entre as nomenclaturas desses atos entre as seções de uma mesma região; 5) comparação de nomenclaturas entre os atos mais comuns de cada tribunal; 6) comparação dessa nomenclatura com a taxonomia recomendada pelo CNJ na TPU de Movimentações Processuais.

A amostra de processos já tramitados foi coletada da seguinte maneira: por meio de ofícios aos tribunais e seções judiciárias, foram obtidas numerações de autos processuais, conforme quantidade indicada na Tabela 1:

Tabela 1. *Amostra de processos analisada por Tribunal.*

TRF	Seção	Quantidade de processos coletados
1ª Região	DF	5
	AC	5
2ª Região	RJ	5
	ES	5
3ª Região	SP	5
	MS	5
4ª Região	PR	10
	SC	6
	RS	7
5ª Região	AL	5
	PB	5
	PI	5
	SE	5
	PE	5
	RN	5
	CE	5
TOTAL		88

Fonte: autoria própria.

De posse dessa numeração, foi realizada consulta nos sites das seções judiciárias a fim de obter a lista de movimentações e respectivas datas de cada processo. Foram agrupadas essas informações em planilhas, uma para cada seção judiciária, e contadas as movimentações processuais mais frequentes. Todos os atos processuais que se repetiam (ou seja, apareciam mais de uma vez dentro da mesma seção judiciária na amostra) foram listados e tabulados, conforme

quantidade indicada na Tabela 2. Foram agrupadas as listas das seções judiciárias pertencentes ao mesmo tribunal, buscando averiguar discrepâncias de taxonomia e equivalências entre os atos processuais mais comuns.

Tabela 2. *Lista de movimentações por Tribunal.*

TRF	Quantidade de movimentações mais frequentes listadas
1ª Região	38
2ª Região	19
3ª Região	29
4ª Região	63
5ª Região	55

Fonte: autoria própria.

Outra planilha, contendo a equivalência e comparativo entre os atos processuais mais comuns das amostras de processos, agrupados por Tribunal Regional Federal, também foi construída (Apêndice A). Isso foi feito tendo em vista demonstrar discrepâncias e equivalências na taxonomia entre os tribunais.

4 Síntese dos resultados, análise e discussão

Ao verificar e comparar a taxonomia das movimentações processuais utilizadas por cada TRF e a proposta pelo CNJ (TPUs), a equipe de pesquisa sintetizou os resultados em uma planilha final, ilustrada no Apêndice A.

Foi possível inferir quantitativa e qualitativamente como cada TRF está se portando frente à taxonomia proposta pelo CNJ.

O nível de aproximação sob o aspecto qualitativo pode ser avaliado na planilha final (Apêndice A) a partir da legenda contida Quadro 1.

Quadro 1. *Análise das movimentações em relação às TPUs/CNJ*

Cor adotada	Tipo do movimento
	Movimento não localizado
	Movimento que não se aproxima à taxonomia (com o nome ou complemento) do CNJ
	Movimento que se aproxima à taxonomia (com o nome ou complemento) do CNJ
	Movimento exato à taxonomia (com o nome ou complemento) do CNJ

Fonte: autoria própria.

Para melhor compreensão de como se deu a avaliação qualitativa via atribuição de diferentes cores, cita-se como exemplo o que acontece com o movimento “(123 - Remessa)”, cujo complemento é “Remetidos os Autos (#{motivo_da_remessa}) para #{destino}”.

De acordo com o glossário do CNJ/TPUs, a remessa dos autos pode se dar de forma interna (por exemplo, para contadoria, oficial de justiça etc.) e externa, isto é, fora do órgão jurisdicional (por exemplo, para outras varas, tribunais etc.). Não deve ser confundida com carga/vista, ou com conclusão ao magistrado.

Nesse exemplo, a avaliação considerou o seguinte:

a) Como “movimento não encontrado” a situação em que a remessa não aparece em determinado TRF, porém aparece em outro TRF.

b) Como “movimento que não se aproxima à taxonomia (como nome ou complemento) do CNJ” quando o TRF atribui à remessa movimento que diz respeito à carga ou conclusão, ou seja, movimento com significado distinto/equivocado.

c) Como “movimento que se aproxima à taxonomia (como nome ou complemento) do CNJ” quando o TRF lança a remessa e/ou sua forma (interna ou externa), porém não indica o motivo e o destino dela, ou seja, movimento incompleto.

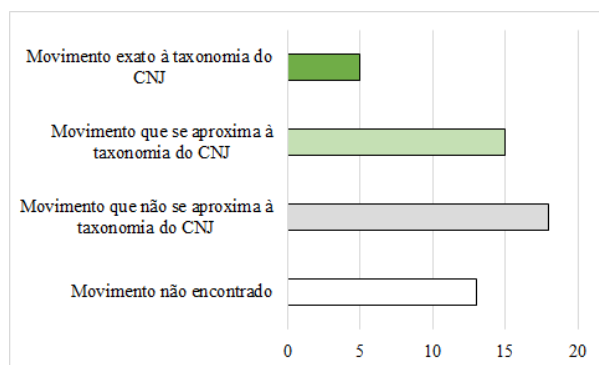
d) Como “movimento exato à taxonomia (como nome ou complemento) do CNJ” quando o TRF utiliza o movimento de forma correta e indica o motivo e o destino, ou seja, movimento completo.

Embora os movimentos processuais detenham certa subjetividade, sendo possível aferir diferentes interpretações de um mesmo movimento, a própria comparação entre os TRFs auxiliou na avaliação qualitativa, permitindo validá-la. Isso porque, no caso do exemplo mencionado, houve tribunais que utilizaram a taxonomia do CNJ de forma acertada, como de forma aproximada e também de forma equivocada, sendo possível inferir que, de fato, existe discrepância na adoção da taxonomia.

Por essa razão, a equipe de pesquisa entendeu por flexibilizar a avaliação taxonômica a partir de critérios que proporcionem essa verificação de forma gradativa.

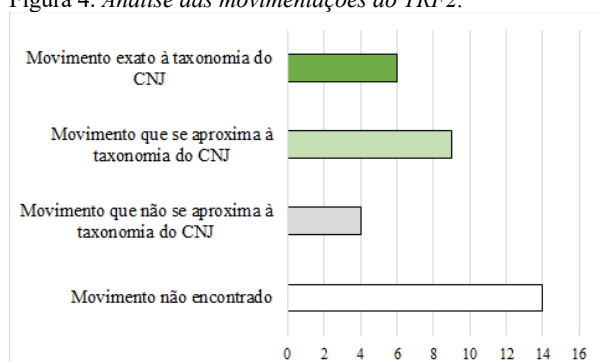
O nível de aproximação sob o aspecto quantitativo, por sua vez, pode ser avaliado por meio das Figura 3, 4, 5, 6 e 7.

Figura 3. *Análise das movimentações do TRF1.*



Fonte: autoria própria.

Figura 4. Análise das movimentações do TRF2.

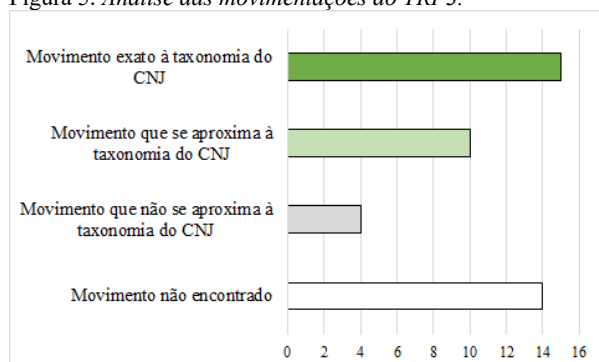


Fonte: autoria própria.

O TRF1 e o TRF2 correspondem aos tribunais que menos adotam a taxonomia do CNJ. Tanto é que, em ambos os casos, foi computada uma quantidade maior de movimentos não localizados ou que não se aproximavam da taxonomia.

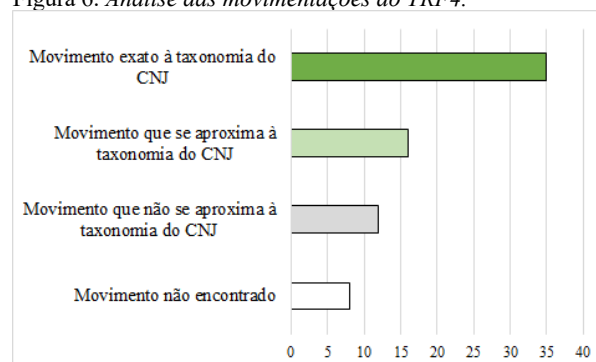
Ainda, observaram-se, especialmente no TRF1, maiores equívocos na utilização dos movimentos e até mesmo a fusão deles, o que prejudicou a equivalência em relação aos demais tribunais. É o caso, por exemplo, do movimento “BAIXA CANCELADA RESTAURADA MOVIMENTACAO PROCESSUAL” que, aparentemente, diz respeito aos movimentos do SGTPUs “(22 - Baixa Definitiva) Baixa Definitiva” e “(12291 - Movimentação processual) Cancelada a movimentação processual”.

Figura 5. Análise das movimentações do TRF3.



Fonte: autoria própria.

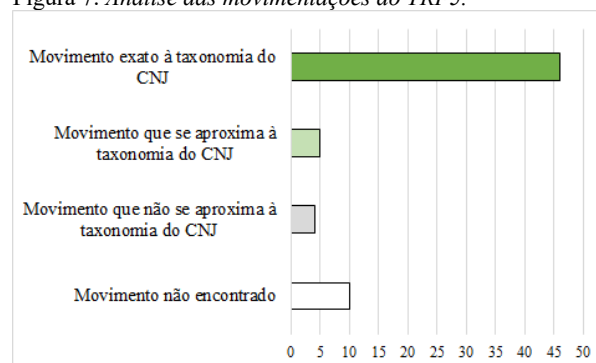
Figura 6. Análise das movimentações do TRF4.



Fonte: autoria própria.

O TRF 3 e o TRF4 correspondem aos tribunais que adotam, em parte, a taxonomia do CNJ. Porém, no caso do TRF3, ainda foi computada uma quantidade significativa de movimentos não localizados.

Figura 7. Análise das movimentações do TRF5.

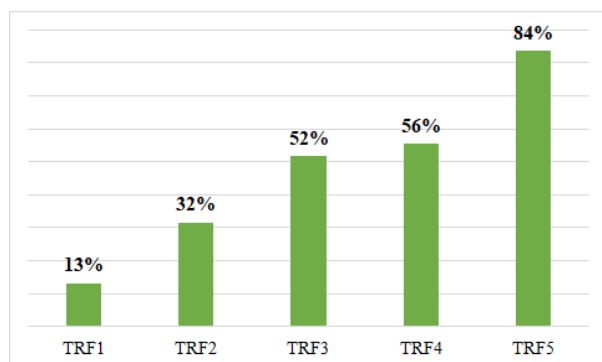


Fonte: autoria própria.

O TRF5 corresponde ao tribunal que mais adota a taxonomia do CNJ. Tanto é que a quantidade de movimentos não localizados, que não se aproximavam ou mesmo se aproximavam da taxonomia, foi menor em relação à quantidade de movimentos exatos.

Finalmente, a Figura 8 apresenta o comparativo final contendo o TRF que mais e o que menos adota a taxonomia proposta pelo CNJ (TPUs), considerando a proporção entre os movimentos exatos e o total de movimentos listados por TRF.

Figura 8. Análise comparativa final das movimentações mais comuns nas amostras dos TRFs



Fonte: autoria própria.

Com essa última ilustração, somada à planilha comparativa final (Apêndice A), é possível obter um panorama da adoção das taxonomias nos 5 (cinco) TRFs e confirmar que existem discrepâncias significativas na forma como cada um deles se porta diante das TPUs do CNJ.

5 Considerações Finais

Por todo o exposto, conclui-se que a taxonomia proposta pelo CNJ, indicada nas TPUs, não é adotada de forma organizada e intencional pelos TRFs.

Isso pode ser observado pelos dados apresentados, advindos de uma amostra de processos de execução fiscal, isto é, dos quais se esperava que a uniformização seria de menor complexidade e, portanto, teria maiores chances de apresentar a taxonomia padrão. Essa discrepância entre os movimentos utilizados em cada TRF para registrar atos processuais em relação às TPUs é um problema no que toca à gestão e implementação de políticas de informatização da atividade judicial, como o processo eletrônico.

A construção de uma taxonomia com a amplitude da utilizada aqui como referência envolve recursos públicos, humanos e financeiros, e sua adoção deve ser orientada e estimulada face aos benefícios anteriormente pontuados, especialmente porque o controle de sua adequação e eficiência passa por um processo de *accountability* pública. A fim de permitir essa fiscalização, é necessário ter dados confiáveis e comparáveis acerca dos métodos e *softwares* judiciais utilizados – o que se torna de difícil execução quando não há termos de fácil interoperabilidade, que permitam a identificação de parâmetros para as atividades desempenhadas e registradas pelos *softwares*.

Embora a taxonomia proposta pelo CNJ seja precisa e conte com atualizações frequentes, ainda é necessário otimizar o glossário (significado) das movimentações, que, em muitos casos, é inexistente ou de difícil interpretação sob a ótica do cidadão leigo e pode levar

a ambiguidades frente a gestores e técnicos dos tribunais, encarregados de interpretá-las. Além disso, o próprio formato das TPUs (em árvores), por vezes, prejudica a verificação do movimento que se pretende pesquisar, o que, conseqüentemente, compromete a percepção correta do seu significado, uma vez que alguns termos aparecem diversas vezes em diferentes troncos.

Nessa perspectiva, acredita-se que alguns fatores podem estar relacionados à discrepância taxonômica observada, como, por exemplo, questões orçamentárias, gestão do tribunal, número de seções judiciárias, sistemas diversos de processo judicial eletrônico e seu nível de informatização, entre outros.

Em vias de trabalhos futuros, sugere-se apurar a correlação entre essas variáveis, bem como analisar o papel das corregedorias nessa situação, uma vez que são elas as responsáveis pela fiscalização dos processos judiciais e sua adequação às normas do CNJ.

Finalmente, espera-se que o trabalho realizado sirva de contribuição não só acadêmica, mas também institucional, no sentido de que o Poder Judiciário (no caso, a Justiça Federal) direcione maior atenção para a taxonomia das movimentações processuais, tendo em vista que é por meio delas que o Estado, em sua função jurisdicional, se comunica com o jurisdicionado – o cidadão leigo que terá dificuldades de compreensão desses termos.

Referências

- BERGERON, Bryan P. *Essentials of knowledge management*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2003.
- BEM, Roberta Moraes; COELHO, Christianne Coelho de Souza Reinisch. Instrumentos de Representação do Conhecimento para práticas de Gestão do Conhecimento: taxonomias, tesouros e ontologias. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 147-162, jan./jun. 2013.
- CARLAN, Eliana. *Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação*. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em ciência da Informação. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/r_escnj_12.pdf. Acesso em: 3 abr. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/r_escnj_46.pdf. Acesso em: 3 abr. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Tabelas processuais começam a funcionar no TJES. Notícias, 30/09/2008. Disponível em:

<http://cnj.jus.br/noticias/65860-tabelas-processuais-comecam-a-funcionar-no-tjes>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de utilização das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sgt/versoes_tabelas/manual/Manual_de_utilizacao_das_Tabelas_Processuais_Unificadas.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

CONWAY, Susan Lee; SLIGAR, Char. Building Taxonomy. In: _____. *Unlocking Knowledge Assets*. Washington: Microsoft Press, 2002. p. 105-124.

DRUCKER, Peter. *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

KALPIC, Brane; BERNUS, Peter. Business process modeling through the knowledge management perspective. *Journal of Knowledge Management*, v. 10, n. 3, p. 40-56, 2006.

FELICE, Massimo D. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: FELICE, Massimo D (Org.). *Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008, p. 17-61.

FERRETTI, José R. P.; ALVARES, Lilian. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 19-28, maio/ago. 2015.

HODGE, Gail. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files*. Washington Dc: The Digital Library Federation, 2000. Disponível em: <https://clir.wordpress.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian (Org.). *Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-34.

Apêndice A – Planilha comparativa entre as taxonomias utilizadas pelos TRFs e a taxonomia proposta pelo CNJ (SGTPUs)

(Código - Movimento) Complemento Tabela CNJ	Nomenclaturas equivalentes daquela movimentação processual nos autos coletados					Observações
	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	
(135 - Apensamento) Apensado ao processo #{numero_do_processo}	APENSAMENTO DE PROCESSO REALIZADO REUNIAO DE PROCESSOS CUMPRIDA	-	-	-	Arquivado Definitivamente - Reunido/Apensado ao processo	
(861 - Arquivamento) Processo arquivado (246 - Definitivo) Arquivado Definitivamente (245 - Provisório) Arquivado Provisoriamente (1013 - Determinação) (12430 - Arquivamento) Determinado o arquivamento (12293) Ato cumprido pela parte ou interessado (sem atributo) Ato cumprido pela parte ou interessado	ARQUIVAMENTO ORDENADO DEFERIDO	Arquivamento	ARQUIVAMENTO DOS AUTOS	-	Arquivado Definitivamente - por Erro de Distribuição	
	ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE BENS NAO LOCALIZADOS				Arquivado Definitivamente - Remetido a(o): Arquivo Geral	
	DILIGENCIA CUMPRIDA	-	-	-	-	
(11383 - Ato ordinatório) Ato ordinatório praticado	-	Atos Ordinatórios / Informação da Secretaria para Ato Ordinatório	ATO ORDINATORIO	Ato Ordinatório	Ato ordinatório praticado	
			ATO ORDINATORIO (Registro Terminal)			
(22 - Baixa Definitiva) Baixa Definitiva	BAIXA ARQUIVADOS	Baixa - FINDO	BAIXA DEFINITIVA ARQUIVO	Baixa Definitiva	-	
	BAIXA CANCELADA RESTAURADA MOVIMENTACAO PROCESSUAL					
(493 - Entrega em carga/vista) Autos entregues em carga ao #{destinatario}	CARGA RETIRADOS ADVOGADO AUTOR	Remessa, Carga Para AUTOR por motivo de MANIFESTACAO	REMESSA EXTERNA AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) VISTA	-	Autos entregues em carga ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA	Aqui, carga e remessa foram interpretados de modo distinto pelo TRF3 e pelo TRF5 quando o portador é a Fazenda Nacional. * De acordo com o CNJ, exemplos de remessa interna são contadoria, oficial de justiça, etc, e de remessa externa (fora do órgão jurisdicional) são outras varas, tribunais, etc. Não deve ser confundida com carga/vista, ou com conclusão ao magistrado.
			REMESSA EXTERNA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL VISTA		Autos entregues em carga ao CEF com VISTA	
			REMESSA EXTERNA REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) VISTA		Autos entregues em carga ao EXEQUENTE com MANIFESTACAO	
					Autos entregues em carga ao FAZENDA NACIONAL com VISTA	
(12289 - Cancelamento) (12291 - Movimentação processual) Cancelada a movimentação processual	-	-	-	Cancelamento de Movimentação Processual	-	
(51 - Conclusão) Conclusos #{tipo_de_conclusao} (193 - Julgamento) Julgamento	CONCLUSOS PARA DESPACHO	Conclusão para Decisão	AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO	Autos com Juiz para Despacho/Decisão	Concluso para Decisão	
		Conclusão para Decisão - Declinada a Competência			Concluso para Despacho	

	CONCLUSOS PARA SENTENÇA	Conclusão para Despacho	AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA SENTENÇA	Autos com Juiz para Sentença	Concluso para Julgamento	
		Conclusão para Sentença/Julgamento			Concluso para Sentença	
(12283 - Comunicação eletrônica confirmada) Confirmada a comunicação eletrônica	-	-	-	Comunicação Eletrônica Recebida	-	
(1051 - Decurso de prazo) Decorrido prazo de #{nome_da_parte} em #{data}	PRAZO CERTIFICADO TRANSCURSO IN ALBIS	-	-	Decurso de Prazo	-	
(3 - Decisão) Decisão ou Despacho (11009 - Despacho) (11010 - Mero expediente)	-	-	-	Despacho/Decisão - de Expediente	Decisão	
				Despacho/Decisão - Determina Citação	Despacho	
				Despacho/Decisão - Determina Intimação	Mero expediente	
				Despacho/Decisão - Interlocutória		
(105 - Devolução) Devolvido o (106 - Mandado) Mandado devolvido #{resultado} (112 - Ofício) Ofício devolvido #{resultado}	DEVOLVIDOS C DECISAOBLOQUEIO BACENJUD DEFERIDO	Devolução de Remessa	-	Mandado/Ofício Devolvido Cumprido	Mandado/Ofício - Resultado:	De acordo com o CNJ só é possível a devolução de mandato ou ofício.
	DEVOLVIDOS C DESPACHO					
	DEVOLVIDOS C SENTENÇA C EXAME DO MERITO EXTINTA EXECUCAO ART 794 CPC					
	DEVOLVIDOS JULGAMENTO CONVERTIDO EM DILIGENCIA C DESPACHO					
	CARTA PRECATORIA DEVOLVIDA PELO DEPRECADO					
	MANDADO DEVOLVIDO CUMPRIDO EM PARTE CITACAO PENHORA E AVALIACAO					
	MANDADO DEVOLVIDO NAO CUMPRIDO CITACAO PENHORA E AVALIACAO					
OFICIO DEVOLVIDO COMPROVANTE ENTREGA EFETIVADA						
(1061 - Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico) Disponibilizado no DJ Eletrônico em #{data}	-	-	DISPONIBILIZACAO D. ELETRONICO DE DESPACHO/DECISAO	-	Disponibilizado no DJ Eletrônico	
(26 - Distribuição) Distribuído por #{tipo_de_distribuiçao_redistribuiçao}	DISTRIBUICAO AUTOMATICA	Distribuição - Sorteio Automático	DISTRIBUICAO/ATRIBUICAO ORDINARIA INSTANTANEA	Distribuição/Atribuição Ordinária por sorteio eletrônico	Distribuição - Ordinária	
				Distribuído Agravo de Instrumento		

				Mandado/Ofício Distribuído para Oficial de Justiça			
(60 - Expedição de documento) Expedição de #{tipo_de_documento}	CITACAO PELO CORREIO CARTA EXPEDIDA	-	EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO CARTA ORDEM/PRECATORIA/ROGATORIA	Expedido Alvará	Expedição de Carta	"Expedido" e "Expedição" podem significar movimentos distintos. O primeiro é quando o documento já foi elaborado e enviado. O segundo é quando o documento está no setor de elaboração, não significa necessariamente que já foi enviado.	
	DEPOSITO EM DINHEIRO ALVARA EXPEDIDO			Expedido Carta Ordem/Precatória/Rogatória			
	ARREMATACAO EXPEDIDA CARTA			Expedido Carta pelo Correio			
	MANDADO EXPEDIDO CITACAO PENHORA E AVALIACAO			EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO CARTA PELO CORREIO	Expedido Carta pelo Correio - Citação		Expedição de Carta de Citação
	MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO			EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO CERTIDAO	Expedido Mandado		
							EXPEDIDO/EXTRAIDO/LAVRADO OFICIO
(196 - Extinção da execução ou do cumprimento da sentença) Extinta a execução ou o cumprimento da sentença	-	-	-	-	Extinção da execução ou do cumprimento da sentença		
(12263 - Intimação) (12264 - Eletrônica) (12266 - Confirmada) Confirmada a intimação eletrônica (12265 - Expedida/certificada) Expedida/certificada a intimação eletrônica (12267 - Em audiência) Intimado em audiência (12268 - Em Secretaria) Intimado em Secretaria	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO ATO ORDINATORIO	Intimação de Ato Ordinatório - Pessoal	-	Intimação Eletrônica - Confirmada	Intimação em Secretaria	Publicado Intimação em	
	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	Intimação de Decisão - Pessoal		Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada			
	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA FAZENDA NACIONAL			Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Sentença			
(11022 - Julgamento em Diligência) Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência	DILIGENCIA ORDENADA DEFERIDA	-	-	-	-		

<p>(67 - Juntada) (581 - Documento) Juntada de #(tipo_de_documento) Acórdão Acórdão dos Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes Alvará Ato coator Auto de prisão em flagrante Aviso de recebimento (AR) Carta Carta de ordem Carta precatória Carta rogatória Certidão Decisão Decisão de prisão preventiva Deferimento/Indeferimento de comutação de pena e/ou progressão de regime Deferimento/Indeferimento de Pedido de Liberdade Provisória Deferimento/Indeferimento de revogação de prisão Despacho de recurso especial como representativo de controvérsia Informações Mandado Ofício Ofício - Descumprimento de Medida Protetiva (Lei Maria da Penha) Outros documentos Projeto de sentença Sentença Sentença Estrangeira Telegrama Tradução Oficial</p>	<p>PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO PROCESSO DIGITALIZADO TRASLADO PECAS CERTIFICADO</p>	<p>Juntada</p>	<p>JUNTADO(A) CARTA ORDEM/PRECATORIA/ROGATORIA CUMPRIDA JUNTADO(A) CARTA PELO CORREIO COMPROVANTE DE ENTREGA JUNTADO(A) MANDADO CUMPRIDO</p>	<p>Juntado(a) Juntada - Carta Ordem/Precatória/Rogatória Não Cumprida Juntada - Carta Ordem/Precatória/Rogatória Parcialmente Cumprida Juntada - Carta pelo Correio Comprovante de entrega Juntada - Carta pelo Correio Devolvida sem cumprimento Juntada - GRU Eletrônica paga Juntada - Peças Digitalizadas Juntado - Alvará Pago Juntado - Mandado Cumprido Juntado - Mandado Não Cumprido Juntado - Mandado Parcialmente Cumprido Juntado Ofício Cumprido</p>	<p>Juntada de Expediente - Carta Juntada de Expediente - Carta de Citação Juntada de Expediente - Mandado</p>	
<p>(67 - Juntada) (85 - Petição) Juntada de Petição de #(tipo_de_peticao) Agravo (inominado/ legal) Agravo em recurso especial Agravo em recurso extraordinário Agravo retido Alegações finais Apelação Contestação Contra-razões Denúncia Embargos à ação monitória Embargos à Execução Embargos de declaração Embargos de divergência Embargos infringentes Exceção de pré-executividade Execução / cumprimento de sentença Impugnação ao cumprimento de sentença Impugnação aos embargos Incidente de uniformização de jurisprudência Memoriais Parecer Parecer "Falta de Interesse" (MP) Parecer de Mérito (MP) Parecer sobre a admissibilidade de incidente ou recurso para estabelecer precedente qualificado (MP) Pedido de Instauração de IAC Pedido de Instauração de IRDR Pedido de reconsideração Petição (outras) Petição inicial Procuração/substabelecimento com reserva de poderes Procuração/substabelecimento sem reserva de poderes Razões de apelação criminal Razões de recurso em sentido estrito Razões finais</p>	<p>-</p>	<p>Juntada</p>	<p>JUNTADO(A) PETICAO</p>	<p>PETIÇÃO PROCURAÇÃO CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO RENÚNCIA AO PRAZO RESPOSTA</p>	<p>Juntada de Petição Juntada de Petição de Apelação Juntada de Petição Diversa</p>	
					<p>Juntada de Petição de Guias De Recolhimento Juntada de Petição de Guias De Recolhimento/Deposito/Custas</p>	

Reconvenção Recurso adesivo Recurso de sentença (JEF) Recurso em sentido estrito Recurso especial Recurso extraordinário Recurso inominado Recurso ordinário Renúncia de mandato Réplica Resposta Resposta à acusação						
(12291 - Movimentação processual) Cancelada a movimentação processual	-	Movimentação Cartorária	REATIVACAO DA MOVIMENTACAO PROCESSUAL	Reativação da Movimentação Processual - Cancelamento de baixa	-	
(893 - Desarquivamento) Processo Desarquivado	-	-	-	-	Processo desarquivado	
(849 - Reativação) Processo Reativado	-	Reativação de Suspensão	-	Reativação do Processo suspenso/sobrestado	Processo reativado	
(132 - Recebimento) Recebidos os autos (160 - Recebimento) Decisão ou Despacho Recebimento (977 - Recebimento) Recebimento pelo Arquivo	RECEBIDOS EM SECRETARIA	-	RECEBIMENTO do Arq. Terceirizado	Recebimento	Recebidos os autos	
	RECEBIDOS PELO DIRETOR SECRETARIA		RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO			
			RECEBIMENTO NA SECRETARIA			
(123 - Remessa) Remetidos os Autos (#(motivo_da_remessa)) para #{destino}	MANDADO REMETIDO CENTRAL CITACAO PENHORA E AVALIACAO	Remessa Interna para AGUARDA DEVOL. CARTA PRECATORIA.-1ª VF Sao Mateus	REMESSA EXTERNA AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) VISTA	Mandado/Ofício Remetido para Central de Mandados	Remetidos os autos com ANOTACAO para 4a. VARA FEDERAL	Aqui, novamente, carga e remessa foram interpretados de modo distinto pelo TRF2, TRF3 e TRF5. O documento mandado também foi objeto de remessa no TRF1 e TRF4, sendo que de acordo com o CNJ, ela ocorre somente com os autos/processo.
					Remetidos os autos com ANOTAÇÕES CARTORÁRIAS para Setor de Distribuição	
					Remetidos os autos com ARQUIVO (C/ BAIXA) para Setor de Distribuição	
	REMESSA EXTERNA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL VISTA	Remessa Externa - SCCRICR01 -> TRF4	Remetidos os autos com CUMPRIR DECISAO para Setor de Distribuição			
			Remetidos os autos com Devolução após verificação de prevenção para 5a. VARA FEDERAL			
			Remetidos os autos com REDISTRIBUICAO para 5a. VARA FEDERAL			
REMETIDOS A VARA PELO CENTRO JUDICIARIO DE CONCILIAAO	Remessa, Carga Para AUTOR por motivo de MANIFESTACAO	REMESSA EXTERNA REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) VISTA	Remessa Interna	Remetidos os autos para 4a. VARA FEDERAL		
				Remetidos os autos para 5a. VARA FEDERAL		
				Remetidos os autos para PROCURADOR		
		REMESSA PARA PUBLICACAO DE DESPACHO/DECISAO	Remessa Interna - RSPACEMPA -> RSPOAEF02	Remetidos os autos para Procuradoria Geral Federal		
				Remetidos os autos para Setor de Arquivo		

					Remetidos os autos para Setor de Distribuição	
					Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com PROCESSAR E JULGAR RECURSO	
					Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com RECURSO	
(36 - Redistribuição) Redistribuído por #{tipo_de_distribuicao_redistribuicao} em razão de #{motivo_da_redistribuicao}	-	Redistribuição	-	Redistribuição Ordinária por sorteio eletrônico	-	
(12296 - Registro) Registrado para "motivos de registro"	-	Registro de Proc. Antigo	-	Registro - Retificada a Autuação de Classe Registro - Retificada a Autuação de Parte	-	
(12252 - Sentença confirmada) Sentença confirmada (12253 - Sentença confirmada em parte) Sentença confirmada em parte (12331 - Pedido conhecido em parte e improcedente) Pedido conhecido em parte e improcedente (12329 - Pedido conhecido em parte e procedente) Pedido conhecido em parte e procedente (12330 - Pedido conhecido em parte e procedente em parte) Pedido conhecido em parte e procedente em parte	-	-	SENTENCA COM RESOLUCAO DE MERITO EXTINCAO DA EXECUCAO SENTENCA SEM RESOLUCAO DE MERITO CANCELAMENTO DIVIDA ATIVA	Sentença com Resolução de Mérito - Extinção da Execução Sentença sem Resolução de Mérito - Cancelamento de Dívida Ativa - Art.26 - Lei 6.830/80	Sentença	
(25/11025 - Suspensão ou sobrestamento) Processo Suspenso ou Sobrestado por (898 - Por decisão judicial) Processo Suspenso ou Sobrestado por decisão judicial (11013 - Convenção das Partes) Processo Suspenso por Convenção das Partes (272 - A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente) Processo Suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente (11018 - Recebimento de Embargos à Execução) Processo Suspenso ou Sobrestado por Recebimento de Embargos de Execução	SUSPENSÃO PROCESSO CIVIL ORDENADA CONVENÇÃO DAS PARTES	Suspensão por AGUARDA DECISÃO DE INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSÃO/SOBRESTAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL	Suspensão/Sobrestamento - Aguarda Julgamento dos Embargos Suspensão/Sobrestamento - Art. 40 - Lei 6830/80 Suspensão/Sobrestamento - Diligência (Deprecada/ Rogada/ Solicitada a outro Juízo) Suspensão/Sobrestamento - Parcelamento do Débito	Suspensão / Sobrestamento - Art. 40 - Lei 6.830/80 Suspensão / Sobrestamento - Parcelamento do débito	
(848 - Trânsito em julgado) Transitado em Julgado em #{data}	TRANSITO EM JULGADO EM	-	TRANSITO EM JULGADO	Trânsito em Julgado	-	

Legenda:
Movimento não encontrado
Movimento que não se aproxima à taxonomia do CNJ
Movimento que se aproxima à taxonomia do CNJ
Movimento exato à taxonomia do CNJ

Plano de Classificação do arquivo institucional da Academia Brasileira de Letras: análise e proposta de melhoria

Classification scheme of the institutional archive of the Brazilian Academy of Letters: analysis and proposal of improvement

Huang Gin Fan (1), Clarissa Schmidt (2)

(1) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Prof. Lara Vilela, 126 – Niterói, RJ, Brasil, CEP: 24210-590, huanggf@id.uff.br. (2) clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo

Considerando que muitas instituições geralmente não possuem instrumentos de gestão de documentos e, quando possuem, estes são inconsistentes, o objetivo deste trabalho é discutir acerca da elaboração de planos de classificação de acordo com as teorias arquivísticas. Para tanto, procede-se a uma investigação na literatura da área no que tange à função classificação, bem como no estudo comparativo do código de classificação por assunto do CONARQ e o plano de classificação funcional do SAESP, ambos para as atividades-meio do executivo federal e estadual, respectivamente. Nosso campo empírico é o instrumento de classificação do arquivo institucional da Academia Brasileira de Letras (ABL), no qual se observa que foi elaborado a partir da metodologia desenvolvida pelo CONARQ, ou seja, por assunto. Tais análises nos permitem concluir que a utilização dessa metodologia faz com que as instituições organizem seus documentos por assunto, prejudicando assim o reconhecimento das ações que dão origem aos seus documentos, e consequentemente, seus valores probatórios, além da organicidade da produção documental.

Palavras-chave: Arquivologia; Função Classificação; Planos de Classificação; Academia Brasileira de Letras.

Abstract

Considering that many companies generally do not have document management tools, and when they have are inconsistent, the purpose of this research is to discuss the elaboration of classification scheme according to archival theories. Therefore, we proceed to an investigation in the literature of the area regarding the classification function, as well as in the comparative study of the classification code by CONARQ and the SAESP functional classification scheme, both for the executive's middle activities federal and state, respectively. Our empirical field is the instrument of classification of the institutional archive of the Brazilian Academy of Letters (ABL), in which it is observed that it was elaborated from the methodology developed by CONARQ, that is, by subject. These analyzes allow us to conclude that the use of this methodology causes institutions to organize their documents by subject, thus impairing the recognition of the actions that give rise to their documents – and consequently their evidential values, as well as the organicness of documentary production.

Keywords: Archival Science; Function Classification; Classification Scheme; Brazilian Academy of Letters.

1 Introdução

Muitas empresas, instituições e órgãos públicos e privados possuem arquivos, afinal, como sabemos, os documentos registram ações e servem como prova destas. Por mais que se reconheça tamanha importância, geralmente o acúmulo dessa documentação passa despercebido e acaba não recebendo o tratamento adequado.

Diante das necessidades em se organizar os arquivos e a partir das disciplinas classificação e avaliação de documentos, oferecidas pela Universidade Federal Fluminense – UFF, local onde essa investigação teve origem, foi possível compreender a importância e a

utilização dos instrumentos da gestão de documentos, além de considerar que os propostos pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, através da Resolução nº 14, não são adequados para o reconhecimento das ações que dão origem aos documentos e à organicidade da produção documental, uma vez que são elaborados tendo como elemento de classificação o que definem como “assunto”.

Esse artigo é resultado de pesquisa realizada a partir de nosso interesse pela função classificação e tem por objetivo discutir acerca da elaboração de seus instrumentos de gestão. Utilizaremos como referencial de análise o atual plano de classificação do arquivo institucional da Academia Brasileira de Letras – ABL,

de modo a ilustrar as dificuldades na utilização de instrumentos elaborados por assunto, além propor melhorias buscando sua melhor efetividade. Considerando a necessidade de um recorte, para este trabalho nos deteremos à classe Administração Geral e subclasse Recursos Humanos.

2 A função classificação

A classificação de documentos de arquivo é a função arquivística que tem por objetivo, através de procedimentos intelectuais e práticos, organizar os documentos de um órgão ou instituição, identificando seus contextos de produção e permitindo a compreensão das funções, estruturas e atividades do órgão produtor. Ademais, busca materializar essas informações por meio de seu instrumento de gestão – plano de classificação ou código de classificação, facilitando o acesso a esses documentos.

Segundo Sousa (2003, p. 241), a função classificação é matricial, pois a partir dela é que outras funções arquivísticas consolidam-se. O autor também apresenta a classificação como uma atividade intelectual de construção de instrumentos para organização dos documentos, servindo de importância para a transparência e o compartilhamento de informações – que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

Pesquisando sobre o conceito de classificação em arquivos, o dicionário de terminologia arquivística de Bellotto e Camargo (1996, p. 16) define-a como a “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo”. Nesse sentido, podemos considerar que as definições da função vão estar perpetuamente voltadas ao conjunto de operações que visam à construção de uma organização que possa entender o contexto de produção e os vínculos que os documentos possuem entre eles.

Assim, podemos inferir que a classificação é uma função que está associada à gestão dos documentos, pois ajuda a gerir os documentos e a entender os contextos em que foram produzidos a partir da gênese documental. Nessa perspectiva, segundo Schellenberg, em “Princípios de Classificação”,

A classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes. Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação. (SCHELLENBERG, 2006, p. 83).

De acordo com Sousa (2003, p. 242), a aplicação dos princípios arquivísticos (respeito aos fundos, princípio da proveniência e a ordem original), incide diretamente

sobre a função classificação para definir estratégias de como classificar, uma vez que se entende esses princípios como princípios de divisão ou de classificação natural, já que são atributos essenciais e permanentes do acervo a ser dividido (SOUSA, 2003, p. 251). Ainda para o autor, o princípio da proveniência delimita externamente o conjunto, e o princípio da ordem original dá caminho para a organização interna do fundo (SOUSA, 2013, p. 117). Assim, devemos levar em consideração, no ato de classificar, o princípio da proveniência e a ordem pela qual o arquivo foi concebido, para que possamos elaborar um instrumento de gestão eficaz.

Problematizando a classificação em arquivos modernos (ou correntes, como definimos atualmente), Schellenberg trabalha com os elementos e os tipos de classificação que são fundamentais para entendermos as formas de elaborar os instrumentos de classificação, bem como operá-los.

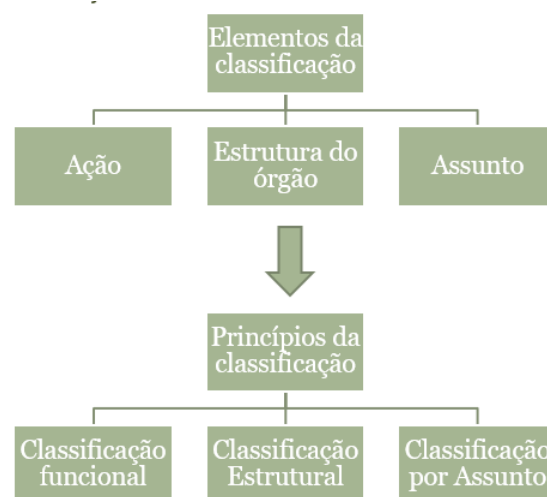


Figura 1. *Elementos da classificação e os tipos de classificação para SCHELLENBERG (2006).*

Para Schellenberg, os elementos da classificação são: a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz e c) o assunto dos documentos. Com esses elementos, pode-se dizer que há três tipos de classificação: 1- Classificação funcional, 2- Classificação organizacional e 3- Classificação por assunto, conforme a estrutura acima apresentada. Para o autor,

só em casos excepcionais os documentos devem ser classificados em relação aos assuntos que se originam da análise de determinado campo de conhecimento. Essas exceções referem-se a materiais de pesquisa, de referências e similares. (SCHELLENBERG, 2006, p. 94)

Ou seja, a Classificação por assunto de acordo com o autor, deve ser realizada para aqueles documentos que não os considerados de arquivo.

Portanto, a classificação é uma função arquivística fundamental à gestão de documentos e nos permite entender o contexto de produção dos documentos, isto é, seu produtor e as ações que os originam, revelando assim a organicidade e seu valor probatório.

2.1 Metodologias para classificação de documentos de arquivo no Brasil

No Brasil, quando uma instituição quer elaborar um plano de classificação, seja ela pública ou privada, geralmente recorre ao código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, elaborado por metodologia baseada em assuntos, sendo baixa a quantidade daquelas que constroem seus próprios instrumentos seguindo outros critérios.

Nesse sentido, presume-se que a escolha de muitas destas instituições pela metodologia do CONARQ se dê, fundamentalmente, pelo fato deste ser o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos e ter por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, além de ser vinculado ao Arquivo Nacional. É fato que os órgãos do executivo federal precisam utilizar as normativas do CONARQ, mas isso não se aplica a outros órgãos e instituições.

Já o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) adota outra metodologia para elaboração de seus instrumentos e, conseqüentemente, a classificação de seus documentos. Partem da função, subfunção e atividades que produzem os documentos, isto é, as ações que os geram, para então chegar ao tipo documental.

À vista disso, percebemos as seguintes diferenças no plano de classificação do SAESP e no código de classificação do CONARQ.

Tabela 1. Análise comparativa do modo de elaborar os planos de classificação

	CONARQ	SAESP
1	Os documentos são agrupados por temas	Os documentos são agrupados de acordo com a função
2	Para notação foi adotado o código de classificação decimal, representando a classe, subclasse, grupo e subgrupos	A notação representa o órgão produtor, a função, subfunção, atividade e o tipo de documento
3	Possuem 10 classes e 10 subclasses	Não determina um número exato de funções e subfunções

4	O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, possui duas classes comuns a todos os seus órgãos: a classe 000, referente aos assuntos de ADMINISTRAÇÃO GERAL e a classe 900, correspondente a ASSUNTOS DIVERSOS.	Foram identificadas 7 funções correspondentes às grandes áreas-meio (que no caso do estudo é Gestão de Recursos humanos): 01 Organização administrativa 02 Comunicação institucional 03 Gestão de recursos humanos 04 Gestão de bens materiais e patrimoniais 05 Gestão orçamentária e financeira 06 Gestão de documentos e informações 07 Gestão de atividades complementares
---	---	---

5	As demais classes (100 a 800) destinam-se aos assuntos relativos às atividades-fim do órgão.	Não determina a quantidade de funções da atividade-fim, ficando a cargo da realidade de cada instituição
---	--	--

6	O plano de classificação não chega ao tipo documental	O plano de classificação chega ao tipo documental
---	--	---

7	Não dá para saber quais são os documentos encontrados na classe 900: assuntos diversos	Não existem campos que dão margem à subjetividade, como “assuntos diversos”, “outros”, “vago”, o que existe no código do CONARQ.
---	--	--

A partir da comparação realizada, observamos, em um primeiro momento, que quando o profissional for utilizar o instrumento de gestão do CONARQ perceberá que os documentos estão agrupados por assunto e terá dúvidas sobre, por exemplo, o que é a subclasse 020 – Pessoal. Na percepção de quem está usando o instrumento, ficará claro que são documentos

relacionados à gestão de pessoas. Entretanto, fica a pergunta: que documentos são esses? Porque foram produzidos? Por quem? O que podem comprovar?

Diferentemente do CONARQ, o instrumento do SAESP possibilita saber quais são as ações que geram e quais são os tipos de documentos produzidos. Ou seja, a facilidade em identificar, classificar e gerenciar os documentos, além de entender as ações e o funcionamento da instituição, são mais compreensíveis no instrumento elaborado pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

3 A Academia Brasileira de Letras e o seu instrumento de classificação

A ABL é uma instituição privada e sem fins lucrativos, cuja função é a cultura da língua e da literatura nacional. Funciona de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento Interno. Foi inaugurada em 20 de Julho de 1897 e é sediada na cidade do Rio de Janeiro. É composta por 40 membros efetivos e perpétuos e 20 sócios correspondentes.

As primeiras abordagens sobre a necessidade da existência de um arquivo na instituição aparecem em algumas falas de acadêmicos em sessões plenárias iniciais, mas somente em 1997 houve o projeto arquivístico para reorganizar o acervo acumulado até então.

A partir deste período, o Arquivo da Academia Brasileira de Letras, denominado Arquivo Múcio Leão (em homenagem ao acadêmico que foi Diretor do Arquivo até o seu falecimento), passou a ter duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, que é composto pelos documentos privados e pessoais dos acadêmicos entregues à custódia da instituição; e o Arquivo Institucional, composto pelos documentos administrativos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência do funcionamento da instituição.

A organização administrativa da Academia é definida em seu Estatuto de 1897 e as funções desempenhadas por cada membro estão regularizadas nos Regimentos Internos. Desde a criação da instituição houve inúmeros Regimentos baseados nesse único Estatuto. Através desses documentos, de modo a entender como a instituição estava organizada estruturalmente, tivemos que elaborar um organograma, tendo em vista que na ABL não há um organograma oficial. Cumpre informar que tal elaboração foi crucial para compreender o funcionamento da instituição, além de poder propor melhorias no atual instrumento de classificação da ABL.

As primeiras páginas do plano de classificação da ABL nos mostram um instrumento constituído por assunto, como “atos acadêmicos”, e por setor/estrutura, como “administração-geral” e “centro de memória”. Assim,

podemos caracterizar como um plano que não tem padronização na definição de suas classes, indo ao encontro da metodologia para classificação de documentos proposta pelo CONARQ.

Vale ressaltar que “Assuntos Diversos” é um termo que não deve ser utilizado no campo dos arquivos, pois não se sabe quais os documentos podem ser classificados e encontrados nesta categoria. Além disso, se, para compreender a existência de um documento é necessário conhecer a ação que o gera, identificando ainda o que esse documento é capaz de provar, não faz sentido que seja classificado como “Assuntos Diversos”.

Já na classe Administração-Geral, podemos notar que todas as subclasses possuem um grupo em comum: Rotinas Administrativas. De acordo com a utilização do plano de classificação, bem como questionamentos acerca de seu uso durante o estágio na instituição, fomos informado que as rotinas administrativas seriam os documentos que toda subclasse, ou seja, os setores da instituição, produzem em comum, como, por exemplo: relatórios mensais; orçamentos, documentos relativos aos equipamentos e produtos, e correspondência. Em resumo, entende-se por Rotinas Administrativas o assunto desses documentos para agrupá-los.

Considerando que a proposta de melhoria desse instrumento de gestão, neste trabalho, decorrerá do seguinte recorte: classe: Administração Geral, subclasse: Recursos Humanos. Nossa análise recairá sob a referida subclasse, em comparação ao Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo – SAESP, ao abordar a função Gestão de Recursos Humanos.

Dito isso, é importante ressaltar que, no plano de classificação do SAESP, a função Gestão de Recursos Humanos é entendida como:

função que corresponde à coordenação das ações de recrutamento, seleção, desenvolvimento e capacitação, avaliação e acompanhamento da vida funcional dos funcionários ou servidores encarregados da execução de serviços públicos ou de natureza pública, dentro das hierarquias funcionais e dos regimes jurídicos aos quais se submetem (SAESP, 2005, p.51).

Já em relação ao plano de classificação da ABL, pode-se afirmar que a subclasse “Recursos Humanos” vai ao encontro da definição do termo “Pessoal”, encontrado igualmente como subclasse no código de classificação do CONARQ (Resolução 14). Através dos grupos e subgrupos existentes em ambos os instrumentos – como “assentamentos individuais”, “política de pessoal”, “direitos obrigações e vantagens”, “descontos”, “encargos patronais”, “auxílios”, “benefícios” – deduz-se que Recursos Humanos, no plano de classificação da ABL, é equivalente à subclasse “Pessoal”, na qual

incluem-se os documentos relativos aos direitos e obrigações dos servidores lotados no órgão, de acordo com a legislação vigente, bem como os direitos e obrigações da instituição empregadora no que tange à assistência, proteção ao trabalho e concessão de benefícios (CONARQ, 2001, p.11).

Vale lembrar que certos termos encontrados no plano de classificação da ABL estão adaptados à realidade da instituição. Por exemplo, a palavra “servidor”, mencionada na definição acima – e apresentada na resolução 14 –, deve ser substituída, no caso da Academia, por “funcionário”.

Apresentadas as definições de ambos os instrumentos, é importante ressaltar que a proposta de melhoria para o instrumento de classificação da ABL se dará a partir da análise da classe, subclasses, grupos e subgrupos denominados pela instituição em seu plano, conciliando com as funções, subfunções e atividades apresentadas pelo SAESP, conforme apontado na tabela abaixo:

Tabela 2. Tabela de comparação de termos e de como o instrumento (plano de classificação) foi organizado na ABL e no SAESP

ABL	SAESP
Classe: Administração-Geral.	Função: Gestão de Recursos Humanos.
Subclasse: Recursos Humanos.	Subfunções: Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos; Seleção e desenvolvimento de recursos humanos; Expediente de pessoa; Controle de frequência; Pagamento pessoal; Segurança e medicina do trabalho; Promoção do desenvolvimento social de funcionários e servidores; Coordenação de atividades de convivência.
Grupos: são 6 grupos apresentados na figura 6, que são 020; 021; 022; 023; 024; 025; 026.	Atividades: cada subfunção tem uma determinada atividade. Exemplo: a subfunção Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos possui duas atividades que são: Elaboração de estudos e pesquisas e Classificação e cadastramento de cargos e funções. Enquanto que a subfunção Expediente de pessoal possui oito atividades. Percebe-se que cada subfunção possui uma

determinada atividade.

Subgrupos: são os desmembramentos do grupo.
Documentos: são os documentos produzidos.

Para chegar ao produto final (**Apêndice B**) desta pesquisa, saber as competências, funções e atividades de Recursos Humanos (**Apêndice A**) é essencial para dar o primeiro passo para entender como estruturar um plano de classificação.

O resultado da elaboração das melhorias para o instrumento de gestão da ABL (**Apêndice B**) possui uma nova notação/código (permaneceu 02 conforme indicado no plano da ABL, mas o desmembramento está de acordo com a lógica do SAESP) e termos adequados, uma vez que os nomes denominados pela ABL estão mais voltados para o assunto e não para a atividade que gerou o documento.

De acordo com a proposta apresentada no **Apêndice B**, nota-se a função Gestão de Recursos Humanos com seis subfunções, sendo que cinco estão presentes no plano de classificação do SAESP e uma que foi criada: Participação nos sindicatos (é a relação dos funcionários com os sindicatos). As adaptações foram necessárias para adequar todos os documentos relatados no plano de classificação da ABL à proposta de melhoria.

4 Conclusão

Os documentos de arquivo nascem da ação de registrar, independente do suporte, “o nascer do documento” dentro de uma instituição (quem criou, por que criou, para quem criou, como criou), facilitando assim a compreensão do desenvolvimento e das mudanças institucionais, como por exemplo, quando da extinção de um setor. Para tanto, é fundamental o entendimento da estrutura da instituição, sendo que um bom organograma auxilia na atividade de classificar os documentos de arquivo. É de suma importância, também, sabermos as competências, as funções e as atividades para, então, chegarmos ao tipo documental.

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, foi preciso compreender as teorias e os princípios que regem a função classificação e entender o seu conceito e objetivos, pois diversas vezes nos deparamos com as classificações bibliográficas que são diferentes das classificações arquivísticas, tanto no campo da teoria, como da prática.

Na Arquivologia, no ato de classificar não agrupamos os documentos por assuntos, visto que esse elemento não nos permite compreender como estes se originaram. De fato, classificar documentos de arquivo por função não é uma tarefa fácil, já que saber a estrutura administrativa e o funcionamento do

órgão/entidade sem ter uma base legislativa ou regimento interno e outros instrumentos de apoio para a compreensão induz o profissional da área a classificar por assunto os documentos já existentes.

A proposta aqui apresentada foi de uma classificação organizacional juntamente com a classificação funcional. Essa tentativa de adequar um plano de classificação por assunto a um plano funcional teve por objetivo a criação de um instrumento de gestão que não agrupa os documentos por assunto, sendo possível considerá-lo efetivo e fundamental à gestão de documentos, capaz de auxiliar na tomada de decisão e no entendimento das funções dos órgãos/instituições.

Afinal, o plano de classificação, quando bem elaborado, ajuda na compreensão da gênese documental, da organicidade, do valor probatório do documento de arquivo, bem como na determinação de prazos e destinação para os documentos.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Arquivo dos acadêmicos: guia geral**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2018.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1ª ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/GESTAO_DO_CUMENTAL_APLICADA_Ieda.pdf. Acesso em: 16 de agosto. 2018.
- BERNARDES, Ieda Pimenta, et al. **Manual de Aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/Manual_Aplicacao_da_Tabela_Temporalidade_Atividade_e_Meioversao_paraPDF.pdf. Acesso em: 25 de agosto. 2018.
- BERNARDES, Ieda Pimenta, et al. **Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos de administração pública do Estado de São Paulo: atividade-fim**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/manual_de_elaboracao_de_planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_fim.pdf. Acesso em: 25 de agosto. 2018.
- BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 16 de agosto. 2018.
- DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan/jun, 1994, p. 49-64.
- SISTEMAS DE ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SAESP. Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: **atividades-meio**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2005. 216p. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/plano-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-da-administracao-publica-do-estado-de-sao-paulo-atividades-meio>>. Acessado em: 18 de setembro de 2018.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. **Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação**. // Congresso Iberoamericano de España y Congreso Iberoamericano de España-Portugal, 7. Espanha, 2015. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.
- SOUZA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConceitoClassificacao.pdf Acesso em: 13 de agosto. 2018.
- SOUZA, R. T. B. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 120-142, ago./dez.2006.
- SOUZA, R. T. B. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. IN: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2013. p.79-163.

Apêndice A – Quadro para o entendimento de Recursos Humanos

Setor	Competências	Funções	Atividade
Recursos Humanos	Compete ao setor o relacionamento dos funcionários com a empresa, provisão (recrutamento) de talentos, recompensar as pessoas, desenvolver cursos, monitorar e planejar.	Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos	Elaboração de estudos e pesquisas
			Classificação e cadastramento de cargos e funções
			Reestruturação e alterações salariais
		Seleção e desenvolvimento de recursos humanos	Recrutamento e seleção
			Capacitação e aperfeiçoamento funcional - cursos
		Expediente de pessoal	Elaboração de registro de atos relativos à vida funcional
			Elaboração de contratos de trabalho e atos relativos à sua alteração, suspensão e rescisão
			Concessão de direitos, vantagens e benefícios
		Controle de frequência	Registro de frequência
		Pagamento de pessoal	Controle da contribuição dos encargos sociais e sindicais
			Pagamento de despesas específicas
			Elaboração da folha de pagamento
Participação nos sindicatos	Discussões dos sindicatos		

Fonte: elaboração própria com base no manual de Aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio.

Apêndice B – Proposta de melhoria para o Plano de Classificação referente à Gestão de Recursos Humanos da Academia Brasileira de Letras - ABL

02 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
Subfunção	02.01	Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos
Atividade	02.01.01	Elaboração de estudos e pesquisas
Documentos	02.01.01.01	Processo de estudo de política salarial
	02.01.01.02	Processo de estudo para criação de cargos e funções
Atividade	02.01.02	Classificação e cadastramento de cargas e funções
Documentos	02.01.02.01	Processo de criação de cargo
	02.01.02.02	Processo de extinção de cargo
Atividade	02.01.03	Reestruturação e alterações salariais
Documentos	02.01.03.01	Relatório de avaliação de desempenho dos cargos e das funções
	02.01.03.02	Quadro de classificação de cargos e funções
	02.01.03.03	Tabela salarial
Subfunção	02.02	Seleção e desenvolvimento de recursos humanos
Atividade	02.02.01	Recrutamento e seleção
Documentos	02.02.01.01	Currículos de candidatos
	02.02.01.02	Processo de abertura do processo seletivo
Atividade	02.02.02	Capacitação e aperfeiçoamento funcional – cursos
Documentos	02.02.02.01	Certificados dos cursos
	02.02.02.02	Declaração dos cursos
	02.02.02.03	Diplomas dos cursos
Subfunção	02.03	Expediente de pessoal
Atividade	02.03.01	Elaboração de registro de atos relativos à vida funcional
Documentos	02.03.01.01	Formulário para o cadastro geral de empregadas e desempregadas – CAGED
	02.03.01.02	Prontuário do estagiário (contrato de estágio, termo de compromisso, controle de frequência, recibos de pagamento da bolsa, atestados)
	02.03.01.03	Prontuário funcional (ficha de registro, documentos pessoais)
	02.03.01.04	Prontuário médico do funcionário (exames admissionais, demissionais, periódicos)
Atividade	02.03.02	Elaboração de contratos de trabalho e atos relativos à sua alteração, suspensão e rescisão
Documentos	02.03.02.01	Aviso prévio
	02.03.02.02	Contrato de trabalho

	02.03.02.03	Livro de registro de empregados
	02.03.02.04	Pedido de demissão
	02.03.02.05	Processo de contratação de estagiário
	02.03.02.06	Recibo de entrega de comunicado de dispensa
	02.03.02.07	Recibo de entrega de requerimento do seguro-desemprego
Atividade	02.03.03	Concessão de direitos, vantagens e benefícios
	02.03.03.01	Aviso de férias
	02.03.03.02	Escala de férias
	02.03.03.03	Processo de afastamento ou licenças
	02.03.03.04	Processo de aposentadoria
	02.03.03.05	Processo de concessão de direitos e benefícios (aposentadoria compulsória, aposentadoria especial, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria voluntária; auxílio-acidente, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio-reclusão, auxílio-transporte; licença-gestante, licença-maternidade, licença-paternidade; pensão por morte; salário-esposa, salário-família, salário-maternidade, salário-doença)
Documentos	02.03.03.06	Processo de concessão e incorporação de vantagens pecuniárias (adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional de tempo de serviço, adicional quinquenal)
	02.03.03.07	Recibo de 13º salário
	02.03.03.08	Recibo de entrega de auxílio alimentação
	02.03.03.09	Recibo de entrega de vale-transporte
	02.03.03.10	Recibo de pagamento de férias
Subfunção	02.04	Controle de frequência
Atividade	02.04.01	Registro de frequência
	02.04.01.01	Banco de horas
	02.04.01.02	Ficha de alterações de horários
Documentos	02.04.01.03	Formulário de justificativa de falta
	02.04.01.04	Pedido de abono de falta
	02.04.01.05	Processo de convocação de trabalho-extra e horas-extras
Subfunção	02.05	Pagamento de pessoal
Atividade	02.05.01	Controle da contribuição dos encargos sociais e sindicais
	02.05.01.01	Guia de recolhimento do INSS
Documentos	02.05.01.02	Guia de recolhimento do PIS/RAIS

	02.05.01.03	Guia de recolhimento do FGTS
	02.05.01.04	Guia de recolhimento de contribuição sindical
	02.05.01.05	Guia de recolhimento de IRRF (Imposto de renda retido na fonte)
Atividade	02.05.02	Pagamento de despesas específicas
	02.05.02.01	Processo de pagamento ao PIS
Documentos	02.05.02.02	Processo de pagamento de FGTS
	02.05.02.03	Processo de pagamento de INSS
Atividade	02.05.03	Elaboração da folha de pagamento
	02.05.03.01	Declaração de encargos de dependentes para fins de imposto de renda
	02.05.03.02	Extrato do INSS para fins de complementação de aposentadoria
	02.05.03.03	Ordem de crédito das folhas de pagamento
	02.05.03.04	Relatório anual da folha de pagamento
Documentos	02.05.03.05	Relatório mensal de 13º salário
	02.05.03.06	Comprovante de pagamento de pensão alimentícia
	02.05.03.07	Comprovante de pagamento de auxílio-acidente
	02.05.03.08	Comprovante de pagamento de auxílio-transporte
	02.05.03.09	Comprovante de pagamento de auxílio-creche
	02.05.03.10	Comprovante de pagamento de assistência médica
Subfunção	02.06	Participação nos sindicatos
Atividade	02.06.01	Discussões dos sindicatos
	02.06.01.01	Acordos salariais
Documentos	02.06.01.02	Processos trabalhistas
	02.06.01.03	Ações trabalhistas

Fonte: elaboração própria com base no plano de classificação da ABL já existente e no Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio.

Metodologia para a representação de fotografias de escultura sacra como patrimônio histórico cultural

Methodology for the representation of sacred sculpture photographs as a cultural historical heritage

TORRES, Adriana Aparecida Lemos Torres (1), MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos (2)

(1) Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC); Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, adrianalemos.ufmg@gmail.com (2) benildes@gmail.com.

Resumo

A fotografia constitui um tipo de documento iconográfico. Os acervos fotográficos demandam organização e representação para destacar as informações relevantes, alinhadas ao propósito e às necessidades dos usuários para uma recuperação eficiente da informação. A literatura apresenta metodologias para a representação de imagens, que têm atributos distintos dos documentos textuais. Contudo, nenhuma dessas metodologias engloba todos os aspectos relevantes de fotografias de esculturas de arte sacras: dos aspectos biográficos e visuais aos interpretativos e simbólicos. Em razão dessa lacuna, propõe-se uma metodologia para a representação (aspectos intrínsecos e extrínsecos) de documento iconográfico dos tipos fotografia e escultura, com vistas à recuperação das informações contidas nas fotografias de esculturas de arte sacras, considerando-se os atributos da fotografia e da obra retratada. A metodologia aplicou a Análise de Conteúdo, examinando diferentes metodologias de representação de imagens para compor a metodologia proposta. Os resultados apontam uma metodologia que contempla aspectos abrangentes, contribuindo para aplicação em contextos distintos e a diversificadas necessidades de comunidades de usuários.

Palavras-chave: Representação do documento iconográfico; Fotografia; Fotografia de imagens sacras; Patrimônio Histórico e Cultural.

Abstract

The photography is a type of iconographic document. Photographic collections require organization and representation, in order to be pointed out the relevant information, according to the concept of the collection and the users' needs, for the most efficient information retrieval. In the literature, there are specific methodologies for the organization and representation of images, which have different attributes from the textual documents. However, none of the methodologies checked included all pertinent aspects of photographs of sacred art sculptures: from the biographical and visual aspects to the interpretative and symbolic ones. Because of this gap, a methodology for the representation (intrinsic and extrinsic aspects) of an iconographic document of the types of photography and sculpture is proposed, aiming the retrieval of the information contained in the photographs of sacred art sculptures, taking into account the attributes of the photography and the work represented. The methodology applied the Content Analysis examining different methodologies of image representation to compose the suggested methodology. The results indicate a methodology that includes broad aspects contributing to its use in different contexts and to the diversified needs of user communities.

Keywords: Iconographic Document Representation; Photography; Sacred Images Photography; Historical and Cultural Heritage.

1 Introdução

Na contemporaneidade, os registros do conhecimento podem estar expressos de diversas maneiras e em diferentes tipos de documentos textuais e não textuais (iconográficos, sonoros, audiovisuais, entre outros). Esses registros de conhecimento podem ser considerados documentos, a partir da ampla noção de documento apresentada por Otlet (2018, p. 03), que compreende todas as “expressões escritas das ideias, instrumento de sua fixação, de sua conservação e de sua circulação”. Nessa abordagem, o conceito de documento abarca uma diversidade de objetos com linguagens verbais e não verbais, como a fotografia e a escultura.

Como documento, a fotografia é do tipo iconográfico, que deve ser analisado levando-se em conta o componente autoral (fotógrafo) e documental (fonte de

informação, prova ou evidência). Pode desempenhar diversas funções: no campo das artes, pode atuar como obra ou registro da obra; nas instituições de memória, tem papel documental e contribui para o registro de um domínio.

Boccatto e Fujita (2006) apresentam a fotografia como documento que transmite informação e registram o passado, constituindo a construção da história, da cultura e da educação de uma sociedade.

A fotografia de arte sacra, além de pertencente ao campo artístico, também possui natureza documental, diferenciando-se da fotografia publicitária, que tem como propósito fazer a promoção de ideias e produtos; da fotografia jornalística, que objetiva trazer informações claras e concisas sobre temáticas atuais; ou da fotografia enquanto arte em si. Considera-se que o diferencial da fotografia de arte sacra em relação aos outros tipos de fotografia se evidencia por abranger

dois tipos distintos de documento iconográfico: a fotografia e a obra retratada (referente).

Enquanto documento, a fotografia de arte sacra contém informações acerca das obras retratadas e possibilitam a sua divulgação e a disseminação da história e cultura. Podem, também, auxiliar na autenticação da obra retratada, e representar como foi construída, facilitando a sua compreensão.

Ferreira e Santos (2014) destacam a importância da fotografia de obras de arte como instrumento de acesso à obra original, ainda que limitada, e de democratização da cultura aos diversos segmentos.

Esse tipo documental está no domínio das artes e do Patrimônio Histórico e Cultural e pode ser utilizada em inventários de museus, em catálogos para exposições; como documentação suporte para de restauração de artes; na constituição de acervos fotográficos voltados a pesquisas por especialistas; na constituição de repositórios virtuais de arte; para preservação e a divulgação do patrimônio histórico e cultural, dentre outras finalidades.

Os acervos de fotografias em repositórios físicos ou virtuais demandam organização e representação para que sejam destacadas as informações mais relevantes, alinhadas à proposta do repositório e às necessidades dos usuários, auxiliando uma recuperação da informação mais eficiente.

Desde a sua origem, no contexto da revolução científica e tecnológica após a Segunda Guerra Mundial, a Ciência da Informação se dedica – entre outros aspectos – ao tratamento da informação, com o intuito de recuperá-la, com vistas à sua utilização (Saracevic, 1996).

Para Le Coadic (1996, p. 5), informação é o “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. [...], que comporta um elemento de sentido. [...] graças a um sistema de signos (a linguagem), [...] que associa um significante a um significado [...]”. E para ser acessada, essa informação deve ser organizada, pois “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação” (Bräscher & Café, 2008, p. 5).

Na literatura encontram-se metodologias específicas para a organização e representação de fotografias, que têm atributos distintos dos registros de textos verbais (Smit, 1996; Shatford Layne, 1986; Manini, 2002). Contudo, não foi recuperada uma metodologia que englobasse todos os aspectos considerados relevantes na representação de fotografias de esculturas de arte sacra – dos aspectos biográficos e visuais aos interpretativos e simbólicos – e que compreenda os atributos tanto da fotografia quanto da obra retratada.

Bocato e Fujita (2006, p. 96) atestam ainda que “a técnica de indexação de imagens baseada em conceitos possibilita um alto nível de análise da imagem fotográfica, diferentemente da técnica de indexação de imagens baseada no conteúdo que apresenta um nível mais baixo de interpretação e análise dessa imagem”.

Esta pesquisa partiu de uma demanda real, que ainda não se efetivou em razão de questões relacionadas a financiamento e políticas públicas: a criação de um repositório virtual de fotografias de bens móveis que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais, voltado à memória, preservação e disseminação da história e cultura do estado. Ao longo da pesquisa observaram-se outras iniciativas de repositórios na literatura, tais como o projeto do *Museo Virtual de Artes El Pais* – MUVA (Lima, 2012) e o Memória-IEN (Cavalcanti; Sales, 2016).

Considerando a demanda inicial e outras iniciativas para a construção de repositórios de fotografias, assim como a lacuna verificada na literatura (após pesquisa bibliográfica sobre metodologias de representação de imagens), apresenta-se, neste artigo, uma proposta de metodologia para a representação de documentos iconográficos do tipo fotografias de esculturas de arte sacra, incluindo os aspectos intrínsecos e extrínsecos desse tipo de documento.

A proposta apresentada tem como foco um público de especialistas em Artes e História, porém pressupõe-se atingir perfis diversos – devotos, turistas e artistas –, uma vez que o acesso aos serviços web expandiu a possibilidade de diversificação dos usuários potenciais de qualquer repositório digital. Dessa forma, os níveis de informações de interesse na proposta apresentada variam de informações básicas às mais refinadas.

Ao tratar da representação de imagens, Bocato e Fujita (2006) defendem que os atributos constituem características ou propriedades que não se limitam apenas às características visuais, mas incluem aspectos cognitivos, afetivos ou interpretativos relacionados à imagem.

Smit (1996) afirma que a representação da informação de fotografias deve levar em consideração o usuário e suas necessidades informacionais de uso.

Philippe Dubois integra a percepção da imagem fotográfica, a seu uso. A ênfase no uso, neste caso, reforça, no que concerne à Ciência da Informação, a tão propalada mudança de paradigma na documentação, segundo a qual os sistemas de informação devem ser pensados em função do usuário e de suas necessidades informacionais. Este conceito é fundamental para pensar a representação e a consequente recuperação da informação iconográfica (SMIT, 1996, p. 29).

Analizando a fotografia de arte sacra como parte do contexto do Patrimônio Histórico e Cultural, as esculturas de arte sacra, sejam elas pertencentes a

igrejas ou a museus, representam um amplo legado de estilos e valores artísticos, bem como de registros de momentos históricos importantes para as culturas locais e nacional. Embora sejam bens tangíveis, expressam valores intangíveis. Nesse sentido, história, arte e cultura estão representadas nas esculturas sacras, por meio dos “valores histórico, estético e devocional da peça” (Minas Gerais, 2014, p. 13). Portanto, para a representação de fotografias de esculturas sacras, devem ser considerados, além dos atributos visuais, também os interpretativos, simbólicos e devocionais.

2 Metodologia

Este estudo se caracteriza como pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Quanto à abordagem do problema, classifica-se como pesquisa qualitativa e, quanto ao propósito, trata-se de pesquisa aplicada.

O método utilizado foi o da Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977), que se constitui de um conjunto de técnicas para análise de conteúdos de documentos (quantitativos ou não) para inferência de conhecimentos. Desse método, utilizou-se a Técnica da Análise Temática ou Categorical, composta de três etapas: 1) pré-análise (exploração da literatura), 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, sem uso de indicadores quantitativos.

2.1 Procedimentos metodológicos

Na primeira etapa, de pré-análise, explorou-se a literatura nacional e internacional a fim de mapear as metodologias de representação de documentos iconográficos, analisar a fotografia de arte sacra como instrumento da preservação e disseminação do patrimônio histórico cultural nelas expresso e compreender as especificidades dos atributos que devem ser considerados na representação de fotografias de esculturas de arte sacra.

A exploração da literatura contemplou publicações do período de 2007 a junho de 2018, com estratégias de busca nos idiomas português, inglês e espanhol, nas seguintes fontes: Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Google Acadêmico e Base Peri [1], sendo recuperados conteúdos que atenderam aos objetivos propostos.

Na segunda etapa, de exploração do material, realizou-se a determinação das unidades de análise. Os temas (Unidades de Contexto) definidos foram: (1) metodologias de representação de documentos iconográficos; (2) atributos de representação técnica de documento iconográfico do tipo fotografias; e (3) atributos de representação de arte sacra, em especial,

esculturas. Os subtemas (Unidades de Registro) definidos foram: (A) metodologias, (B) atributos intrínsecos e (C) atributos extrínsecos.

Examinaram-se as metodologias recuperadas na literatura especializada, relacionadas à representação de registros fotográficos que atendessem à representação de fotografias de esculturas de arte sacra. Para compor a proposta deste estudo, foram selecionadas as metodologias dos seguintes autores: Panofsky (1979), Bléry (1981), Shatford Layne (1986); Smit (1996), Alves & Valerio (1998) e Manini (2002), conforme exposto no Quadro 1 (Apêndice A).

Com base na análise dos conteúdos expostos no Quadro 1 (Apêndice A), verificou-se que as metodologias, em geral, não se excluem; alguns elementos se sobrepõem, e outras, em certa medida, complementam-se para favorecer uma representação mais abrangente de maneira a contemplar os aspectos intrínsecos e extrínsecos da fotografia.

Na terceira e última etapa, de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, fez-se a seleção do conjunto de atributos, intrínsecos e extrínsecos, tanto da fotografia quanto da escultura, para a construção da proposta deste estudo. Destaca-se que os atributos intrínsecos são deduzidos do próprio documento, pois estão relacionados com as suas características bibliográficas, técnicas e físicas, e os atributos extrínsecos são adquiridos de outras fontes (Albuquerque, 2015). Sendo essa etapa o resultado principal deste estudo, está apresentada na seção 3 a seguir.

3 Resultado: construção da proposta

Para a construção da proposta de metodologia para registro fotográfico de esculturas de arte sacra, foram considerados, de maneira individualizada, os atributos dos dois tipos de documento iconográfico: os atributos da fotografia e os atributos da escultura.



Figura 1. *Os Passos da Paixão de Cristo* (Escultura: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Foto: Magno Moraes Mello)

Essa abordagem encontra respaldo em Shatford Layne (1986, p. 51), que apresenta a diferenciação entre objeto (escultura; santos retratados) e sua representação (fotografia) e o conceito de “Trabalho Representado”. A autora afirma que a projeção do objeto (representação), expressa na fotografia, não pode ser considerada/tratada como o objeto original.

O levantamento dos atributos dos dois tipos iconográficos ocorreu com o estudo e caracterização da fotografia e da escultura, levando-se também em consideração a caracterização dos santos retratados. A correlação entre os atributos de cada tipo está exposta no Quadro 2 (Apêndice B).

Tendo por base esses atributos (Quadro 2, Apêndice B) e a consideração das metodologias expostas no Quadro 1 (Apêndice A), foi construída a proposta de metodologia para a representação de registros fotográficos de esculturas de arte sacra, apresentada no Quadro 3 (Apêndice C).

Conforme exposto no Quadro 3 (Apêndice C), a proposta considera elementos mais abrangentes para a representação da fotografia, englobando os aspectos intrínsecos e extrínsecos tanto do objeto retratado (escultura, santos) quanto da sua representação (fotografia).

3.1 Aplicação da metodologia proposta e análises

A validação da proposta construída foi aplicada em uma amostra de quatro fotografias de arte sacra oriundas de dois acervos distintos: acervo fotográfico de artista e acervo fotográfico de especialista em História da Arte. O conteúdo completo está em Torres (2019).

Neste artigo, apresenta-se a análise de uma das quatro fotografias da amostra (Figura 1), cujos resultados estão disponíveis no Quadro 4 (Apêndice D), que se refere à representação de uma fotografia do acervo do historiador Magno Moraes Mello, o qual retrata uma escultura sacra de Aleijadinho, pertencente ao acervo artístico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, da cidade de Congonhas, em Minas Gerais.

Para a análise da fotografia, inicialmente, o historiador Magno Moraes Mello disponibilizou as seguintes informações: autor da fotografia, título da fotografia (que retrata a escultura), autor da escultura, estilo artístico da escultura, cor da escultura, proprietário da escultura e data da escultura.

Ao fazer a representação da fotografia e da escultura de maneira individualizada, evidenciou-se a distinção entre o registro fotográfico e o referente (obra retratada), conforme sugerido por Shatford Layne (1986) e Alves e Valerio (1998). Ainda que, às vezes, a autoria da fotografia possa ser a mesma da escultura,

no exemplo apresentado no Quadro 4 a autoria da fotografia foi distinta da autoria da escultura.

A atividade de representação na segunda parte da Ficha é de maior complexidade, exigindo do indexador conhecimento das áreas da História e das Artes, bem como do contexto religioso católico. Percebe-se que é necessário também realizar alguma pesquisa extra enquanto se avança nos níveis de descrição, análise e interpretação. Ressalta-se que os princípios de Panofsky (1979) são aplicados na elaboração do resumo, que, como pode ser observado no Quadro 4, apresenta dados de interpretações e simbolismos.

4 Considerações finais

As análises dos resultados obtidos indicam que, para a representação de fotografias, os elementos temáticos devem ser complementados com os elementos descritivos, incluindo aspectos intrínsecos e extrínsecos, já que podem ser considerados pontos de acesso relevantes para auxiliar na recuperação da informação.

Com isso, este estudo contribui para o campo da Ciência da Informação, trazendo uma metodologia que abrange uma ampla gama de aspectos, que pode atender a distintas demandas em coleções de fotografias, físicas e virtuais, uma vez que poderá ser utilizada no todo ou em parte.

A reflexão sobre a representação da obra (escultura) *versus* a representação do seu registro (fotografia), de maneira individualizada, contribui para atender a ambientes distintos, a partir da análise da demanda real sobre representar os dois documentos iconográficos ou apenas um deles.

Sendo as artes sacras parte do patrimônio histórico e Cultural de um país, as suas fotografias são um instrumento de preservação desse patrimônio. Elas também têm o papel de disseminação ao facilitar o acesso público a elas, devolvendo à sociedade o patrimônio e o legado histórico e cultural que lhe pertence.

Notas

- [1] A Base Peri, criada como base referencial pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais em 1987, atualmente apresenta resumos e / ou texto completos cobrindo fontes de informação nacional (reúne 56 títulos de periódicos indexados e 25 anais de eventos técnicos) nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivística, Museologia e outras áreas interdisciplinares.

Referências

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. In: ENCONTRO

- NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANCIB, 2015. p. 1-22. Disponível em: repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2808. Acesso em: 21 set. 2018.
- ALVES, Mônica Carneiro; VALERIO, Sergio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BLERY, Ginette. La mémoire photographique: étude de la classification des images et analyse de leur contenu à l'aide de l'informatique. Bulletin interphotothèque, Paris, n.41, p.9-34. Numéro spécial sur l'analyse de l'image fixe. 1981.
- BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, v. 2, n.1, p. 84-100, 2006.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lúcia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANCIB, 2008.
- CAVALCANTI, M. T.; SALES, L. F. Projeto Memória-IEN: a fotografia contando os 40 anos de história do Instituto. In: IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, 4., 5 a 8 de dezembro de 2016, Rio de Janeiro, RJ, Museu de Astronomia e Ciências Afins. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. p. 517-527.
- FERREIRA, Sarah Lorenzon; SANTOS, Marcelo dos. Acervos de imagens fotográficas de obras de arte: desafios para sua criação e manutenção. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2014.
- LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LIMA, F. R. B. **Imagem e tecnologia**: webmuseu de arte. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.
- MANINI, Miriam Paula. **Análise documental de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 231f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MINAS GERAIS, Governo do Estado. **Patrimônio recuperado**. 2014. Catálogo.
- OTLET, Paul (1868–1944). **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução, relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SHATFORD LAYNE, Sara. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 6, n. 3, p. 39-62, 1986.
- SMIT, Johanna. A representação da imagem. **Informare**: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.
- TORRES, Adriana Aparecida Lemos. **Metodologia para a representação de registro fotográfico de esculturas de arte sacra**. 2019. 206f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

Apêndice A

QUADRO 1 – Metodologias de representação de imagens

<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Breve descrição da metodologia</i>	<i>Abrangência</i>
1979	Panofsky	Destinado inicialmente a obras de arte; também aplicável à fotografia; representação da imagem em três níveis: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico.	Representação temática
1981	Bléry	Representação que inclui questões técnicas, localização no tempo, localização no espaço, o que focalizado e as ações dos seres vivos retratados na imagem.	Representação temática e descritiva
1986	Shatford	Representação em dois níveis: DE (Genérico e Específico) e SOBRE, com correlação com os níveis de Panofsky e com as categorias Quem, O quê, Onde, Quando e Como.	Representação temática e descritiva
1996	Smit	Representação de aspectos concretos: DE (genérico e específico: Quem, O quê, Onde, Quando e Como), e aspectos abstratos: SOBRE (interpretação do indexador); e Expressão fotográfica (ângulo, enquadramento, luminosidade, cor etc.).	Representação temática e descritiva
1998	Alves e Valério	Utilizada pela Biblioteca Nacional em suas fotografias: foco no aspecto histórico: Quem fotografou? Quando? Onde? Que e/ou quem foi fotografado?	Representação temática e descritiva
2002	Manini	Representação de aspectos concretos: DE (genérico e específico: Quem, O quê, Onde, Quando e Como), e aspectos abstratos: SOBRE (interpretação do indexador); e Dimensão Expressiva (ângulo, enquadramento, luminosidade, cor etc.).	Representação temática e descritiva

FONTE: TORRES (2019, p. 139).

Apêndice B

QUADRO 2 – Correlação entre atributos da fotografia e da escultura

<i>Atributos</i>	<i>Categorias da Fotografia</i>	<i>Categorias da Escultura</i>
Biográficos	Autor (fotógrafo) Autor (entidade)	Autoria / atribuição
	Título	Título
	Data (dia / mês / ano / século)	Data (dia / mês / ano / século)
	Local (País / Estado / Cidade)	Local (País / Estado / Cidade) Localização
Físicos	Suporte	Material
	Tamanho	Dimensões
	Resolução	NSA
	Formato	NSA
	Objetos / elementos (adicionais)	Objetos / elementos (adicionais)
Histórico-artísticos	Tipo (documental, artística, publicitária)	Estilo
	Acervo	Procedência / acervo
Temáticos	Conteúdo temático / assunto.	Descrição
		Atributos do santo / mártir
Visuais	Cor	Cor
	Expressão fotográfica	Técnica
Relacionais	Código / N° de registro	Código / n° de registro
	Documentos anexos	Documentos anexos
	Referências bibliográficas	Referências bibliográficas
LEGENDA: NSA = Não Se Aplica		

FONTE: TORRES (2019, p. 142).

Apêndice C


QUADRO 3 – Metodologia de representação de fotografias de esculturas de arte sacra

FICHA DE REPRESENTAÇÃO			
DADOS CATALOGRÁFICOS			
FOTOGRAFIA			
Tipo:	Código:		
Título:	Grupo de imagens:		
Autoria (fotógrafo):	Quantidade de fotografias:		
Autoria (entidade):	Suporte:	Formato:	
Acervo:	Tamanho:		
Local de produção:	Resolução:		
Data de produção:	Cor:		
ESCULTURA			
Objeto:	Código / nº de registro:		
Título:	Grupo de Obras / Objetos:		
Autoria/Atribuição:	Quantidade de Obras / Objetos:		
Autor (proprietário):	Material:		
Acervo:	Cor:		
Local de produção:	Dimensões:		
Localização física:	Técnica:		
Data de produção:	Estilo:		
DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO DA FOTOGRAFIA			
[inserir fotografia]	<i>RESUMO:</i>		
	<i>NÍVEL DE DESCRIÇÃO (DE genérico)</i>	<i>NÍVEL DE ANÁLISE (DE Específico)</i>	<i>NÍVEL DE INTERPRETAÇÃO (SOBRE)</i>
<i>QUEM / O QUÊ</i>			
<i>ONDE</i>			
<i>QUANDO</i>			
<i>EXPRESSÃO FOTOGRÁFICA</i>			
<i>RELAÇÃO COM OUTROS DOCUMENTOS</i>			

FONTE: TORRES (2019, p. 162).

Apêndice D

QUADRO 4 – Aplicação da metodologia de representação

FICHA DE REPRESENTAÇÃO		
DADOS CATALOGRÁFICOS		
FOTOGRAFIA		
Tipo: Fotografia digital	Código: NSA	
Título: Os passos da Paixão de Cristo	Grupo de imagens: Não identificado	
Autoria (fotógrafo): Magno Moraes Mello	Quantidade de fotografias: Não identificado	
Autoria (entidade): NSA	Suporte: Digital	
Acervo: Acervo fotográfico de Magno Moraes Mello	Tamanho: 4288 X 2848 pixels	
Local de produção: Congonhas / MG / Brasil	Resolução: 300dpi	Formato: JPG
Data de produção: 30/10/2017	Cor: Colorida	
ESCULTURA		
Objeto: Escultura de arte sacra	Código/Nº de registro: Não identificado	
Título: Os passos da Paixão de Cristo	Grupo de Obras/Objetos: 1/	
Autoria: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814)	Quantidade de Obras/Objetos: 11 esculturas	
Autor (proprietário): Arquidiocese de Mariana - MG	Material: Madeira de cedro	
Acervo: Acervo artístico do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas / MG / Brasil	Cor: Policromia	
Local de produção: Não identificado	Dimensões: Não identificado (dimensões próximas ao tamanho real de uma pessoa)	
Localização física: Santuário Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas/ MG/Brasil	Técnica: escultura em madeira policromada	
Data de produção: c.1799	Estilo: Barroco Rococó	
DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO DA FOTOGRAFIA		
	<p>RESUMO: A fotografia apresenta escultura do Cristo carregando a cruz, em pé, na posição frontal e no primeiro plano, com uma mão levantada próxima à cruz e outra segurando parte de baixo da cruz. O Cristo é retratado como um homem de pele clara, com cabelos longos e barba, usando coroa de espinhos, túnica marrom e manto azul. O rosto está com semblante de sofrimento e apresenta feridas e sangue. A escultura faz parte de um conjunto de onze imagens de uma das capelas que compõem o conjunto arquitetônico do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos na cidade de Congonhas, em Minas Gerais / Brasil, que conta com um total de 66 esculturas do artista Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814), expoente artístico do estilo Barroco em Minas Gerais no século XVIII. O conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1939. Os Passos da Paixão passaram ser Patrimônio Mundial da Unesco em 1985. O Cristo carregando a Cruz retrata a cena bíblica de subida para o Calvário, onde foi crucificado e morto, e constitui uma das estações da Via Sacra, devoção católica de contemplação da Paixão, Morte e Sepultamento do Cristo. Normalmente, o Cristo sofredor é identificado nas imagens pelos seguintes atributos: cruz, coroa de espinhos, semblante sofrido e expressões de dor.</p>	

	NÍVEL DE DESCRIÇÃO (DE genérico)	NÍVEL DE ANÁLISE (DE Específico)	NÍVEL DE INTERPRETAÇÃO (SOBRE)
QUEM / O QUÊ	Escultura	Escultura de arte sacra; Jesus Cristo carregando a cruz; carregamento de cruz; cruz de madeira; coroa de espinhos; rosto sofrido; cabelos longos; barba.	Jesus Cristo; Paixão de Cristo; Passos da Paixão; Príncipe da Paz; Salvador dos Homens; Jesus Crucificado; salvação; fé católica; devoção; sofrimento; humilhação; cruz; cristianismo.
ONDE	Escultura no chão de capela	Capela anexa do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos	Calvário; Gólgota; Jerusalém.
QUANDO	Século XVIII (criação da escultura); Séc. I d.C.	C1799 (data aproximada de criação da escultura);	Início do cristianismo; era cristã; Sexta-Feira Santa.
EXPRESSÃO FOTOGRÁFICA	Vista frontal da escultura; primeiro plano; vista parcial da escultura; luz natural; foto colorida.		
RELAÇÃO COM OUTROS DOCUMENTOS	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Santuário do Bom Jesus de Matozinhos: Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (DOSSIÊ). 1984.		

FONTE: TORRES (2019, p. 168).

Análise de Domínio no contexto da mineração no Brasil

Domain Analysis in the context of mining in Brazil

Silvana Aparecida Fontanelli (1), Vânia Mara Alves Lima(2)

(1) Agência Nacional de Mineração (ANM), Rua Loefgren, 2225 – São Paulo, SP, Brasil, silfontanelli@gmail.com.

(2) Universidade de São Paulo (USP), Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues, 443, São Paulo, SP, Brasil, vamaal@usp.br

Resumo

A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio, no campo da Organização do Conhecimento, este trabalho apresenta a análise descritiva do domínio Mineração no Brasil e de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Mineração (ANM), a qual atua como protagonista na concessão, fiscalização e cumprimento de legislação específica para a exploração dos recursos minerais e, portanto, responsável por organizar e tornar público todos os documentos produzidos nesse setor da economia nacional. Fundamentada na escolha de algumas abordagens da Análise de Domínio apresentadas por Hjørland, a pesquisa indica as diretrizes para organizar, disseminar e recuperar os documentos produzidos pela ANM, considerando os contextos de produção e de uso e as características da sua comunidade discursiva. O estabelecimento dessas diretrizes possibilitará à ANM implementar política de gestão de documentos, prerrogativa para que informação, relevante e pertinente, seja recuperada pelos usuários aptos a atribuírem valor estratégico e agregarem novos valores à informação na tomada de decisões, otimizando as atividades dos servidores e tornando mais transparente a atuação da Autarquia.

Palavras-chave: Agência Nacional de Mineração (ANM); Análise de Domínio; Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Gestão de Documentos; Mineração Brasileira.

Abstract

From the theoretical and methodological assumptions of Domain Analysis in the field of Knowledge Organization, this paper presents the descriptive analysis of the Mining domain in Brazil and, from its regulatory agency, the National Mining Agency (NMA), which acts as protagonist in concession, inspection and enforcement of specific legislation for the exploitation of mineral resources and, therefore, responsible for organizing and publicizing all documents produced in this sector of the national economy. Based on the choice of some approaches to Domain Analysis presented by Hjørland, the research indicates the guidelines for organizing, disseminating and retrieving documents produced by ANM, considering context of production and use and characteristics of its discourse community. The establishment of these guidelines will enable ANM to implement a document management policy, prerogative for relevant and pertinent information to be retrieved by users capable of assigning strategic value and adding new values to information in decision-making; which optimizes the activities of the servers and makes the work of the Agency more transparent.

Keywords: Document Management; Domain Analysis; National Department of Mineral Production; National Mining Agency.

1 Introdução

A atividade minerária no Brasil representa importância crucial para a soberania nacional “na medida que fornece os insumos necessários à indústria de transformação e à sua exportação” (HERRMANN, 2010, p. 17). Tal importância justifica estudos que estabeleçam as diretrizes da política de gestão de documentos da Agência Nacional de Mineração (ANM), considerando os contextos de produção e de uso e as características da comunidade discursiva. Tal política é prerrogativa para que informação, relevante e pertinente, seja recuperada pelos usuários aptos a atribuírem a ela valor estratégico e agregarem novos valores ao tomarem decisões. A organização de documentos recebidos e gerados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) também otimizam as atividades de seus servidores e tornam mais transparente a atuação da Autarquia na promoção de “aproveitamento cada vez mais racional das reservas minerais [...], com o menor custo de produção, com

menor impacto ao meio ambiente e maior segurança operacional no trabalho nas minas” (BRASIL, 2009, p. 5).

A Mineração é responsável pela pesquisa, descoberta e aproveitamento dos recursos minerais e possui peculiaridades exploradas e confirmadas por vários autores. Tais peculiaridades decorrem de fatores econômicos, políticos, físico/químicos etc. Além disso, a atividade demanda diplomas legais próprios, como o Código de Mineração (CM) de 1967 (BRASIL, 1967); e ramo específico do Direito – o Direito Minerário, os quais viabilizam e disciplinam as atividades de exploração (pesquisa) e exploração (extração) de recursos minerais; fundamentam os atos normativo produzidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) ANM; e subsidiam as atividades e decisões da comunidade discursiva.

Assim, o estabelecimento de diretrizes para uma política de gestão de documentos da ANM envolve a delimitação do seu domínio para que se possa construir

instrumentos de controle terminológico, ou seja, uma linguagem documentária que permita a organização, representação e recuperação da informação gerada na instituição.

2 Metodologia

O estudo analítico para estabelecer a gestão de documentos da ANM foi baseado em pesquisa de caráter exploratório e revisão de literatura na área.

A investigação compreende a pesquisa de literatura relevante sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio, as especificidades dos pressupostos do domínio Mineração no Brasil e sua comunidade discursiva, destacando o Direito Minerário.

Para alcançar os objetivos, foi realizada pesquisa embasada nas teorias e métodos da Análise de Domínio, com foco na comunidade discursiva e no contexto institucional.

3 Análise de Domínio para organização e recuperação da informação

Hjørland (2002, 2008) preconiza o estudo do conhecimento baseado em domínios, os quais permitem identificar as condições de produção do conhecimento e garantir sua representação, organização, disseminação e posterior assimilação. As estruturas teóricas e metodológicas que definem as formas de produção e uso do conhecimento em determinados domínios (disciplinas acadêmicas, profissões, ambientes informacionais etc.) favorecem o processo de assimilação, seguido ou não da produção de novo conhecimento.

Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400) ressaltam a análise da informação a partir de domínios de conhecimento, definidos pelos autores como comunidades de pensamento ou de discurso que integram a divisão social do trabalho. Cada domínio é caracterizado por: organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância, os quais definem o papel de tal domínio na sociedade.

A Análise de Domínio reconhece “a interação entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual”, como afirmam Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 409). Os domínios são compostos por indivíduos que integram comunidades com visões distintas de mundo, preconceitos, critérios subjetivos de relevância, resultando nas comunidades discursivas que, para Hjørland, são “distintos grupos sociais sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna” (1997, apud

NASCIMENTO; MARTELETO, 2004). O tratamento de documentos e informações produzidos por tal comunidade deve considerar os aspectos sociais, culturais e históricos do contexto de produção-recepção; o usuário/comunidade, responsável pela interpretação (MOREIRO GONZÁLEZ, 2010); o uso do documento; e o contexto institucional.

A atividade de organizar, disseminar e recuperar documentos produzidos pela ANM terá como aporte teórico, mais especificamente, as onze abordagens da Análise de Domínio apresentadas por Hjørland (2002):

- 1) Produção de guias de literatura: possibilita a organização de fontes de informação de um determinado domínio dentro de uma perspectiva sistêmica;
- 2) Construção de classificações especiais e tesauros: permite a organização das estruturas lógicas e dos conceitos, como também as relações semânticas, de sinonímia ou genéricas dentro de um domínio;
- 3) Indexação e recuperação da informação: focam nas demandas temáticas para permitir acesso à informação relevante, considerando as especificidades de determinado domínio;
- 4) Estudos empíricos dos usuários: buscam identificar as demandas informacionais dos usuários de determinado domínio e o comportamento informacional, traçando modelos mentais e preferências da comunidade analisada;
- 5) Estudos bibliométricos: possibilitam conhecer determinada disciplina como também a interdisciplinaridade (cocitações ou citações negativas) e os padrões sociais na comunicação científica;
- 6) Estudos históricos: consideram que a perspectiva histórica do domínio é essencial para compreender a área. Tais estudos permitem conhecer o desenvolvimento da terminologia, das categorias, dos gêneros e dos sistemas de comunicação;
- 7) Estudos epistemológicos e críticos: “[...] examinam os pressupostos explícitos e implícitos nas tradições de pesquisa” (HJØRLAND, 2002, p. 439). Estão intrinsecamente relacionados aos estudos históricos; definem o quadro teórico e metodológico de cada domínio, a trajetória de como foi construído; apresentam os paradigmas do domínio que influenciam nas demandas informacionais e na estrutura dos documentos e das comunicações do domínio analisado; fornecem subsídios para estabelecer diálogos/relações com os demais domínios do

- conhecimento;
- 8) Estudos de documentos e gêneros: ressaltam a importância da padronização na redação e apresentação dos documentos, facilitando sua identificação e posterior representação e recuperação, pois são naqueles que os conceitos de determinada área se materializam;
 - 9) Estudos terminológicos, linguagens para propósitos específicos, semântica de bases de dados e análise de discurso: prestam-se à “análise de como, no domínio, se nomeiam conceitos, e se organizam palavras, textos e enunciados, segundo critérios semânticos e pragmáticos” (GUIMARÃES, 2014, p. 18);
 - 10) Estudos das estruturas e instituições em comunicação científica: abordam o conhecimento dos principais atores e instituições com base na divisão interna de trabalho daquele domínio e a troca de informação entre domínios; fornecem informações para o entendimento das funções de tipos específicos de documentos e serviços de informação, além de auxiliarem na elaboração de obras de referência;
 - 11) Estudos de cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial: fornecem modelos mentais de um domínio ou métodos para obter conhecimento de modo a produzir sistemas especialistas; subsidiam o usuário na validação do conhecimento produzido.

A partir da análise descritiva do Domínio Mineração no Brasil, foi possível identificar sua terminologia específica, a comunidade discursiva e suas práticas e objetivos, o que definiu a escolha, dentre as onze abordagens concebidas por Hjørland (2002), das cinco que melhor fundamentam as diretrizes para estabelecer a política de gestão de documentos da ANM, são elas:

- a) estudos epistemológicos e críticos, base para as demais abordagens por fornecem subsídios para selecionar, organizar, disseminar e recuperar informação; além de estabelecer diálogo com outras áreas de domínio;
- b) estudos empíricos de usuários que definem as características essenciais dos membros da comunidade discursiva; detectam dificuldades enfrentadas; e elencam as principais demandas informacionais;
- a) estudos históricos que permitem compreender a produção documental da ANM e do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- b) estudos de documentos e suas espécies, permitindo compreender as características principais da

documentação produzida e/ou consumida na ANM, a questão da diplomática e as formas de disseminação dos documentos com texto integral. Boa parte da documentação se enquadra na conceituação de documento jurídico, mais especificamente legislação, e têm especificidades de forma, conteúdo e tratamento;

- c) estudos das estruturas e instituições adaptados para o cenário da Administração Pública, que têm o objetivo de compreender a importância da ANM no desenvolvimento econômico e na troca de informação com outros domínios (por exemplo Direito Ambiental) e o papel que seus principais atores representam na divisão interna de trabalho e na produção econômica daquele domínio;
- d) construção de tesouro, que será utilizado na representação temática dos documentos; e
- e) estudos terminológicos, que enriquecem a descrição do domínio, considerando como os termos são utilizados na atividade específica da ANM e registrados nos documentos que norteiam a tomada de decisão.

Tais abordagens, quando combinadas, permitem investigações relevantes que possibilitam relações entre teoria e prática da Análise de Domínio, especificamente no estabelecimento da política de gestão de documentos da ANM e na construção de sua linguagem documentária.

4 A Análise Descritiva do Domínio Mineração no Brasil

O estudo da mineração no Brasil sob a ótica da Análise do Domínio é apresentado a partir da análise descritiva, destacando a Mineração como domínio do conhecimento que possui pressupostos jurídicos, econômicos, sociais, políticos, estratégicos, naturais e físicos; além de órgão regulador, com competências específicas; e peculiaridades na atividade de regulação.

4.1 A definição da propriedade minerária ao longo da história do Brasil

A mineração representou e representa papel de destaque na história econômica do Brasil. Devido ao grande potencial mineral, os colonizadores portugueses exploraram jazidas de metais e pedras preciosas, que enriqueceram e empoderaram a metrópole. As minas e jazidas integravam o patrimônio da Coroa Portuguesa, compondo o sistema regaliano, no qual riquezas minerais, embora patrimônio da Coroa Portuguesa, eram exploradas por terceiros mediante aprovação do monarca e pagamento do quinto sobre os recursos extraídos.

Com a independência do Brasil em 1822, as minas deixaram de ser propriedade da Coroa Portuguesa, para

pertencerem ao Império, compondo o sistema dominial imperial, no qual a exploração das jazidas dependia da autorização do Imperador.

Com a Constituição de 1891, as minas e jazidas minerais tornaram-se propriedade do superficiário do solo, que usufruía das riquezas do subsolo – direito de acessão ou sistema fundiário. Ao Estado, representado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cabia fiscalizar a atividade desenvolvida pelo superficiário.

Em 1915, a Lei “Pandiá Calógeras” (Decreto nº 2.933) determinou, no art. 7º, que “As minas pertencem à União, aos Estados, ou ao proprietário do solo com as limitações estabelecidas nesta lei”. O art. 11 estabeleceu que o proprietário poderia explorar e explorar, sem a prévia autorização da União, desde que respeitasse “as exigências dos regulamentos de polícia e de segurança dos serviços” (BRASIL, 1915).

Em 1921, foi promulgada a Lei “Simões Lopes” (Decreto nº 4.265) na qual o direito do proprietário do solo e o direito sobre os recursos minerais se tornam distintos. Conforme os artigos 5º e 6º respectivamente, “a mina constitui propriedade imóvel, assessoria do solo, mas distinta dele” e “é permitido ao proprietário separar a mina do solo para o fim de arrendar, hipotecar ou alienar, e pode fazê-lo com relação à propriedade do solo, reservando para si a da mina” (BRASIL, 1921).

Na Constituição de 1934, riquezas minerais pertenciam à nação brasileira e foi estabelecido o sistema dominial republicano. Neste mesmo ano, foi promulgado o primeiro Código de Minas e criado o DNPM, responsável pela regulação, fiscalização e fomento da atividade minerária no Brasil.

O novo Código de Minas (1940) estabeleceu privilégio ao proprietário do solo de jazidas de agregados para construção civil, que tinha prazo de cinco anos para manifestá-las.

O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 1960 pela Lei nº 3.782. Alterações significativas ocorreram com a Constituição de 1967, resultando na promulgação, no mesmo ano, do Código de Mineração (CM), regulamentado em 1968 pelo Decreto nº 62.934. Entretanto, as jazidas permaneceram propriedades da União.

A promulgação da Constituição de 1988, na qual constam artigos específicos sobre a atividade de mineração não condicionou redação de novo CM. O CM de 1967 vem sofrendo alterações que visam a adequá-lo às mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e políticas, e/ou promover mudanças em setores diretamente relacionados à atividade minerária, dentre as quais a criação de novo órgão regulador e novas resoluções sobre os royalties da mineração. O Decreto nº 9.406, de 2018, propôs: fortalecer o setor, promovendo mais transparência, eficiência e agilidade

aos processos minerários; atualizar o conceito de recursos e reservas minerais; estimular ações para o reaproveitamento de rejeitos de mineração; dirimir a insegurança jurídica para assim garantir investimentos em novos projetos; garantir que a disponibilidade passe a ser realizada por leilão eletrônico (BRASIL, 2018a). A criação e regulamentação da ANM também merecem destaque nesse novo contexto.

4.2. Pressupostos da mineração no Brasil

São apresentados os principais pressupostos e características da mineração no Brasil; a relevância social, política, econômica e estratégica; a necessidade de ente regulador específico e suas principais atribuições e características; e as especificidades do Direito Minerário.

A divisão dos pressupostos foi baseada no estudo de Herrmann (2010) com o acréscimo de informações das demais fontes analisadas: pressupostos jurídicos e pressupostos econômicos, sociais, políticos e estratégicos.

A análise dos pressupostos jurídicos ressalta que a atividade minerária é rigidamente controlada pelo Estado e que as responsabilidades e competências legislativas e administrativas estão quase que totalmente centralizadas na esfera federal (ATAÍDE, 2017), pois cabe à União estabelecer a política mineral e os convênios com as esferas estaduais e municipais, garantindo regulação que considere as peculiaridades regionais. Para que a atividade seja devidamente regulada, existem diplomas legais específicos e órgão regulador responsável por administração, controle, regulação e fomento. Como os recursos minerais pertencem à União (dominialidade federal), qualquer atividade minerária depende de sua prévia autorização. A anuência é concedida pelo MME ou pela ANM, por meio dos regimes minerários. O minerador tem o domínio sobre os bens extraídos (bens móveis) da jazida (bem imóvel) a partir do momento que obtém a concessão de lavra ou o registro de extração (ATAÍDE, 2017). Outro pressuposto característico da mineração é a obrigação do minerador por recuperar a área degradada pela exploração mineral.

A mineração possui etapas específicas: pesquisa (exploração); extração/exploração; e beneficiamento. Como também regimes legais específicos: autorização de pesquisa; concessão de lavra; licenciamento mineral; permissão de lavra garimpeira; registro de extração mineral; e monopolição.

Outro pressuposto jurídico de destaque é a cobrança de imposto específico – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que pode ter sua alíquota no limite de até 4%, que incidirá, de forma resumida, em venda, consumo, ou exportação do bem mineral; arrematação, quando a aquisição ocorrer em

hasta pública; primeira aquisição dos bens minerais oriundos do regime de permissão de lavra garimpeira (BRASIL, 2017a). A Cfem, conforme sua denominação, é uma das peculiaridades da atividade minerária e representa a principal receita colhida pela União e demais entes da Federação.

Para Ataíde (2017, p. 22), o fato de os minérios receberem tratamento jurídico específico caracteriza o Direito Minerário como disciplina autônoma, “cujo núcleo essencial é o domínio da União sobre as jazidas e minas”. O Direito Minerário apresenta terminologia própria, comprovada pela existência no CM de conceitos caros à mineração: jazida, lavra, lavra ambiciosa; mina manifestada, mina concedida, garimpagem, faiscação, cata, garimpeiro, pesquisa mineral, servidão mineral etc. Tais especificidades do Direito Minerário e sua terminologia ajudam a caracterizar o domínio.

Para que os pressupostos jurídicos e as determinações legais sejam aplicados, é necessário haver na Administração Pública Federal órgão regulador (ANM), com profissionais especializados que se responsabilizem pela regulação da mineração no país (outorga de títulos minerários, fiscalização, recolhimento de taxas e tributos específicos; imposição de sanções cabíveis e consolidação dos dados referentes à atividade minerária no País) (BRASIL, 2017b).

A atuação de todos os agentes relacionados à atividade minerária, sejam mineradores e/ou reguladores, é norteada pelo Direito Minerário. A comunidade discursiva que representa o domínio da Mineração é composta por servidores da ANM; procuradores da AGU a serviço da ANM; e mineradores e seus respectivos representantes.

A Lei nº 13.575, de 2017, extinguiu o DNPM e criou a ANM, ente federado submetido ao regime autárquico e vinculado ao MME, responsável, tanto quanto o extinto DNPM, pela execução do CM e de diplomas legais complementares, conforme o art. 3º do CM (BRASIL, 1967). O art. 20, daquela lei, explica que a ANM é “autoridade administrativa independente, a qual ficam asseguradas [...] as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência” (BRASIL, 2017b).

A missão da ANM é “[...] promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País [...]” (BRASIL, 2017b), e também, conforme art. 4º do Decreto nº 9.406, de 2018, observar e implementar as orientações, as diretrizes e as políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia e executar o disposto no Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração, e nas normas complementares” (BRASIL, 2018a). O art. 2º da Lei 13.575, de 2017, apresenta 37 competências da ANM,

entre as quais:

I - implementar a política nacional para as atividades de mineração;

II - estabelecer normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais, observadas as políticas de planejamento setorial definidas pelo Ministério de Minas e Energia e as melhores práticas da indústria de mineração;

[...]

XI - fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual ocorrência de infração, quando for o caso [Respondendo ao Art. 13 do Código de Minas];

[...]

XXIII - definir e disciplinar os conceitos técnicos aplicáveis ao setor de mineração;

[...]

XXXIV - regulamentar o compartilhamento de informações sobre a atividade de mineração entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XXXV - normatizar o sistema brasileiro de certificação de reservas e recursos minerais, no prazo de até um ano, contado da publicação desta Lei; [...] (BRASIL, 2017b).

No decorrer da evolução humana, da vida em sociedade, da produção industrial etc., os seres humanos têm-se tornado cada vez mais dependentes dos minerais. Essa dependência decorre do fato de serem utilizados em praticamente todos os ramos de atividades econômicas e serem essenciais para o bem-estar da humanidade e para o desenvolvimento social e econômico das nações. Nos países ricos em reservas minerais, estas representam importância significativa na balança comercial e contribuem para o desenvolvimento econômico da região onde estão localizadas. Por tratar de recursos não renováveis e por provocar danos ambientais, a atividade minerária só poderá ser realizada quando viável economicamente. Tal exigência difere a mineração de outras atividades econômicas, já que o lucro na atividade minerária “é condição *sine qua non*” (ATAÍDE, 2017, p. 41).

A relevância social e política da mineração é inquestionável, tanto que há legislação específica para minerar em Área de Preservação Ambiental (APP) (ATAÍDE, 2017). A mineração gera número expressivo de empregos diretos e indiretos, pois dela resultam múltiplas atividades que necessitam de mão de obra especializada. Conforme o art. 2º do Decreto nº 9.406, de 2018, são fundamentos para o desenvolvimento da mineração o interesse nacional e a utilidade pública (BRASIL, 2018a). No Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, o “aproveitamento industrial das minas e das jazidas

minerais, das águas e da energia hidráulica” é caracterizado como de utilidade pública (BRASIL, 1941).

A necessidade da implantação de política nacional de mineração é justificada pelos pressupostos estratégicos que a atividade representa, pois: contribui com a soberania da nação; favorece o desenvolvimento tecnológico, dependente do desenvolvimento e expansão da atividade de mineração no país; permite o uso de minerais denominados “terra raras” na tecnologia de ponta (fabricação de equipamento a laser, chips e telefones celulares; permite encontrar e explorar alguns minerais raros imprescindíveis “à produção de energia, à comunicação e à telecomunicação” (ATAÍDE, 2017, p. 38- 39).

Há também os pressupostos naturais ou físicos da mineração. A rigidez locacional da jazida ocorre porque a existência ou não de mineral se deve a razões geológicas (erosão, transporte e sedimentação) (HERRMANN, POVEDA; SILVA, 2009, p. 10). O empreendedor não possui total autonomia para escolher “a comunidade, o ambiente político, o ambiente geográfico onde deseja se instalar”, diferente de outros empreendimentos, como montadora de automóveis (FREIRE, 2011, p. 150). A desigualdade natural na distribuição das jazidas, fruto da rigidez locacional, contribui significativamente para a promoção das relações internacionais e de mercado entre Estados Nacionais que, incapacitados de explorarem todos os minerais necessários para o desenvolvimento da economia interna, mantêm relações econômicas e mercantis com Estados Nacionais capazes de suprir as demandas por determinados recursos minerais. A raridade de ocorrência de minérios e jazidas diferencia a mineração de outras atividades econômicas, assim como a singularidade das jazidas, exigindo do minerador conhecimentos técnicos apurados e atenção em cada projeto proposto (ATAÍDE, 2017, p. 45).

Assim, a análise descritiva do Domínio Mineração no Brasil demonstra que a Mineração é um campo especializado do conhecimento com terminologia específica, legislação própria, procedimentos teóricos, técnicos e metodológicos definidos e comunidade discursiva que integra a divisão social do trabalho. Tais peculiaridades justificam e fundamentam estudos sob o ponto de vista dos pressupostos teóricos da Análise de Domínio para definir as diretrizes da política de gestão de documentos da ANM, tornando-a mais eficaz, responsável e transparente para responder com eficácia às demandas advindas da Lei de Acesso à Informação e a qualquer outra demanda informacional.

5 Considerações Finais

O crescimento exponencial de informações em resposta às demandas dos pressupostos políticos, econômicos,

sociais e estratégicos da atividade minerária no país, justificou estudo para definir as diretrizes da política de gestão de documentos da ANM.

O diálogo entre os resultados da análise descritiva do Domínio Mineração e algumas das muitas abordagens da Análise de Domínio, apresentadas por Hjørland em 2002, demonstrou a necessidade e o significado de tratar adequadamente os documentos produzidos e recebidos pela ANM para que estes possam ser utilizados pela comunidade discursiva.

A política de gestão de documentos para a ANM estabelece modelo de gestão, estrutura organizacional, infraestrutura tecnológica e capacitação dos servidores. Objetiva também impulsionar mudanças na cultura institucional, compatíveis com postura mais crítica por parte de todos os servidores sobre a importância da produção, disseminação, recuperação e preservação dos documentos da ANM, assim como melhorar o nível de eficácia, eficiência e efetividade nas atividades dos servidores, promovendo tomada de decisões embasadas em informações atualizadas, fidedignas, relevantes, acessadas de forma rápida, sem onerar as demais atividades.

A pesquisa não se conclui com a caracterização do domínio e a definição das abordagens propostas. Estudos sobre construção de linguagem documentária e de política de representação dos documentos, somados a reflexões sobre procedimentos para digitalização, armazenamento, preservação e disseminação dos documentos que compõem o corpus da pesquisa (nato digitais ou não) deverão ser contemplados numa futura pesquisa.

É provável que as reflexões para estabelecer as diretrizes da política de gestão de documentos sensibilize a alta administração da ANM para implementar tal política institucional, com foco não só na otimização das atividades de sua comunidade discursiva, mas também na preservação e divulgação da memória institucional, conforme Resolução Interna nº 2, de 2018, cujo inciso VI do art. 74 afirma ser competência das Superintendências “contribuir para a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico, e da memória da mineração, em cooperação com as instituições dedicadas à cultura nacional, orientando a participação das empresas do setor” (BRASIL, 2018b).

Referências

ATAÍDE, P. *Direito mineralário*. Salvador: Juspodium, 2017.

BRASIL. *Decreto nº 2.933, de 6 janeiro de 1915*. Regula a propriedade das minas. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=602315&id=14428351&idBinario=15622363&mime=application/rtf>. Acesso em 15 mar. 2018.

- BRASIL. *Decreto nº 4.265, de 15 janeiro de 1921*. Regula propriedade e exploração das minas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018a*: regulamentação o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm. Acesso em: 14 jun. 2018.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 227, de 28 fevereiro de 1967*. Código de Minas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941*. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del3365.htm. Acesso em: 2 abr. 2018.
- BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Economia Mineral do Brasil*. Brasília: DNPM, 2009.
- BRASIL. *Lei nº 13.540, de 18 dezembro de 2017a*. Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13540.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017d*: cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13575.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Mineração. *Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2018b*. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55221334/do1-2018-12-14-resolucao-n-2-de-12-de-dezembro-de-2018-55221038. Acesso em: 20 dez. 2018.
- FREIRE, W. Regime jurídico da mineração e Marco Regulatório a partir de uma análise de Direito Comparado. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. *Setor mineral rumo a um novo marco legal*. Brasília: Edições Câmara, 2011. p. 149-170. (Caderno Altos Estudos, 08)
- GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 43 n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415/0>. Acesso: 26 abr. 2016.
- HERRMANN, H. Direito Minerário: avaliação e perspectivas. *Areia & Brita*. São Paulo: Anepac, nº 52, nov./dez. 2010. p. 16-25. Disponível em: <http://www.anepac.org.br/publicacoes/revista-areia-e-brita/item/161-edicao-52-2010-nov-<dez>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- HERRMANN, H.; POVEDA, E. P. R.; SILVA, M. V. L. da. *Código de Mineração de A Z*. Campinas: Millenium, 2009.
- HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4, p. 422-462, 2002.
- HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*. v. 35, n. 3, p. 86-101. 2008. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1421/jaro2016/VIKBA06/um/56249939/HJORLAND_Birger_What_is_knowledge_organization_KO_.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.
- HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n.6, p. 400-425, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220434297_Toward_a_New_Horizon_in_Information_Science_Domain-Analysis. Acesso em: 28 abr. 2017.
- NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. *DataGammaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/morado_info.pdf. Acesso em: 26 set. 2016.
- MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Palavra, termo, conceito: das linguagens documentárias até os vocabulários semânticos para a Web. In: FREITAS, L. S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs.) *Documento: gênese e contexto de uso*. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 11-34.

Plano de classificação do Serviço de Diagnóstico por Imagem do Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense: a identificação arquivística como processo intelectual de análise

Classification plan of the Diagnostic Imaging Service of University Hospital of Veterinary Medicine of the Fluminense Federal University: the archival identification as an intellectual analysis process.

Denize Laureano Rocha, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Av. Pasteur, 458 – Urca, Rio de Janeiro (RJ). Universidade Federal Fluminense – R. Prof. Lara Vilela, 126 – São Domingos, Niterói (RJ). denizerocha@id.uff.br, clarissaschmidt@id.uff.br.

Resumo

Buscando desenvolver uma proposta de plano de classificação de documentos relativos às atividades-fim do Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho, da Universidade Federal Fluminense (HUVET/UFF), valemo-nos da identificação arquivística como processo intelectual de análise para compreender e delimitar as funções e os tipos documentais produzidos pelo hospital. O Serviço de Diagnóstico por Imagem foi utilizado como campo empírico para validar o processo que será aplicado nos demais setores e resultará no instrumento de classificação para os documentos produzidos pelo hospital. O resultado desta pesquisa é um levantamento dos tipos documentais produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem do HUVET/UFF, que foi obtido por meio da análise do organismo produtor, suas diretrizes normativas e das ações que geram os documentos.

Palavras-chave: Classificação de documentos de arquivo; Hospital veterinário; Identificação arquivística; Plano de classificação; Universidade Federal Fluminense

Abstract

Seeking to develop a proposal for documents classification plan for the end-activities of the Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho of the Fluminense Federal University (HUVET/UFF), draw on the archival identification as intellectual analysis process to understand and delineate functions and documentary types produced by the hospital. The Imaging Diagnostic Service was used as an empirical field to validate the process that will be applied in the other sectors and will result in the classification instrument for the documents produced by the hospital. The result of this research is a survey of the documentary types produced by the HUVET/UFF Diagnostic Imaging Service, which was obtained through the analysis of the producer organism, its normative guidelines and the actions that generate the documents..

Keywords: Archival Identification; Classification plan; Hospital of veterinary medicine; Records classification; Universidade Federal Fluminense

1 Introdução

Os documentos produzidos e recebidos pelas instituições em decorrência do exercício de suas funções e atividades são considerados documentos de arquivo. Segundo a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, é dever do Poder Público a gestão e a proteção especial aos documentos de arquivo, tendo em vista que estes consistem em instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, bem como são elementos de prova e informação (BRASIL, 1991).

Na gestão dos documentos, a classificação é a função arquivística que precede todas as demais. Afinal, a classificação e a avaliação são atividades indispensáveis para uma efetiva gestão de documentos,

se materializando nos chamados instrumentos de gestão, isto é, plano de classificação e tabela de temporalidade, respectivamente.

Assim,

Entre as atividades desenvolvidas em um programa de gestão de documentos, a elaboração e a utilização de instrumentos técnicos de classificação e de temporalidade e destinação constituem-se numa tarefa fundamental para a melhoria dos serviços prestados à própria Administração e ao cidadão (ARQUIVO NACIONAL, 2011).

Nessa perspectiva, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estruturas de ordem social na qual nosso campo empírico está inserido, têm instrumentos de classificação, de temporalidade e destinação de documentos já instituídos para atividades-fim e

atividades-meio. Para documentos provenientes de atividades-meio, utiliza-se o “Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio” e a “Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública”, aprovados pela Resolução nº 14 do CONARQ, de 24 de outubro de 2001.

Para documentos provenientes das atividades-fim, são utilizados os instrumentos de gestão apresentados no “Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições de Educação Superior (IFES)”, aprovado pela Portaria do Arquivo Nacional nº 092, de 23 de setembro de 2011, e que, posteriormente, teve a adoção instituída pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013.

Todavia, ainda que sejam instrumentos de uso obrigatório pelas IFES, algumas questões ficaram ausentes nas discussões que culminaram na elaboração destes. Ou seja, os documentos de arquivo produzidos em decorrência das atividades-fim dos hospitais universitários de medicina veterinária não foram contemplados pelo “Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições de Educação Superior (IFES)”. Então, ainda que haja uma determinação acerca da obrigatoriedade da utilização deste instrumento, no caso dos documentos relativos às atividades-fim dos hospitais veterinários de IFES, o uso fica inviabilizado.

Segundo a Portaria nº 092 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, os instrumentos técnicos de classificação, de temporalidade e destinação são fundamentais para que os arquivos ofereçam bons serviços à sociedade e à administração. Além disso, esses instrumentos são parte primordial da gestão de documentos, que é “uma atividade essencial ao pleno funcionamento da Administração Pública” (ARQUIVO NACIONAL, 2011).

Para que os documentos estejam disponíveis e ofereçam acesso às informações neles registradas, é fundamental que estejam organizados de acordo com normas, procedimentos e instrumentos técnicos que orientem as atividades dos serviços de arquivo. O plano de classificação de documentos é um desses instrumentos e é de extrema importância, constituindo a materialização da organicidade da produção documental, das ações que geram os documentos e, conseqüentemente, daquilo que estes documentos são capazes de provar, em outras palavras, seu valor probatório.

Como já dito, as funções arquivísticas classificação e avaliação são pilares da gestão de documentos e garantem a normalização de parâmetros para o

planejamento adequado da produção e controle da acumulação de documentos convencionais ou digitais (RODRIGUES, 2013, p. 73). Assim, é possível inferir que, nas instituições em que não há instrumentos que subsidiem a classificação, a gestão de documentos, de forma geral, é afetada. Conseqüentemente, todas as possibilidades que os arquivos têm através da gestão de documentos ficam comprometidas.

Nessa linha de pensamento, cumpre considerar que a classificação é parte essencial da gestão de documentos, sendo possível vislumbrar o impacto desta função para a administração das instituições, em razão de seu apoio ao acesso à informação e ao processo decisório, favorecendo a economia, eficiência, eficácia e transparência administrativa, bem como a cidadania, além de viabilizar o controle do fluxo de documentos e racionalização da produção documental (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 8). Portanto, a ausência de um instrumento que viabilize a classificação dos documentos de arquivo dos hospitais universitários de medicina veterinária compromete a utilização destes em relação aos cidadãos, à administração da instituição produtora e à administração pública.

Diante do exposto e de modo a refletir acerca da classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos hospitais universitários de medicina veterinária, objetiva-se neste artigo apresentar o processo de realização do levantamento dos tipos documentais produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por imagem do Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense (HUVET/UFF), que servirá, posteriormente, como base para guiar a elaboração de uma proposta de plano de classificação para o hospital.

2 Elementos teóricos e conceituais da identificação arquivística e da classificação de documentos

A classificação é a função arquivística que, ao lado da avaliação e da descrição, compõe a tríade de atividades capitais da prática arquivística. Dentre as três funções apresentadas, a classificação ainda desempenha um papel mais essencial como requisito que antecede a realização das demais funções no contexto da gestão de documentos (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013, p. 132). Schellenberg (2006, p. 82) afirma que “a classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes”.

Nessa perspectiva, Bernardes e Delatorre (2008, p. 14) ratificam a importância da classificação de documentos e destacam o papel dessa função para viabilizar a organização lógica, bem como o correto arquivamento dos documentos para que seja possível recuperá-los dentro de seu contexto e identificar as funções, subfunções e atividades que o originaram. Além disso,

a padronização das nomenclaturas de funções, subfunções, atividades, séries e tipos documentais facilitam a comunicação entre os setores e a normalização de procedimentos arquivísticos e administrativos que envolvem a produção, os usos e a destinação dos documentos arquivísticos.

A materialização da classificação se dá no plano (ou código) de classificação de documentos, que pode ser construído por uma perspectiva estrutural ou funcional. Na perspectiva estrutural, as classes correspondem à estrutura do produtor (seções, setores, divisões, departamentos), enquanto a perspectiva funcional tem classes pautadas nas funções e atividades realizadas pelo produtor (GONÇALVES, 1998, p.22).

Segundo Gonçalves (1998, p. 22), deve-se preferencialmente optar pela perspectiva funcional. A decisão final se dá pelo julgamento do arquivista, que deve conhecer a realidade do produtor. Entretanto, ainda que o critério funcional pareça mais complexo, ele normalmente atende melhor às necessidades da classificação de documentos de arquivo e é mais flexível diante das mudanças estruturais que podem ocorrer. Afinal, o documento de arquivo nasce a partir das ações do produtor para viabilizar suas funções. Além disso, Sousa (2014, p. 4) ressalta que o “agrupamento funcional dos documentos permite que a avaliação analise não documento a documento, mas a função que originou os documentos”.

Para a elaboração da proposta de plano de classificação de documentos relativos às atividades-fim do HUVET/UFF foram analisadas as duas principais metodologias para a elaboração de instrumentos de classificação de documentos de arquivo no Brasil: a metodologia adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) no “Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio” e a metodologia apresentada pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) no “Manual de elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Fim”.

Ao analisar ambas as metodologias, observamos que as etapas iniciais apresentadas pelo SAESP se assemelham, em um primeiro momento, às do CONARQ. Contudo, as fases posteriores são mais específicas e precisas, algo que pode parecer mais custoso, mas que, na verdade, consiste em um trabalho de conhecer as minúcias da produção de documentos e do produtor, para então estabelecer um plano de classificação consistente e efetivo.

Além disso, a metodologia indicada pelo SAESP utiliza o conceito de tipo documental, o que implica em um estudo mais detalhado dos elementos que identificam e contextualizam os documentos, de forma que os instrumentos produzidos a partir desta

perspectiva são mais seguros, estáveis e adequados para pautar as atividades de tratamento técnico de documentos de arquivo em todas as fases do ciclo de vida (BUENO; RODRIGUES, 2016, p. 7). Pelo tipo documental é possível compreender as atividades (ou ações) que dão origem aos documentos.

A estrutura do instrumento também é um fator que deve ser analisado no momento de escolha da metodologia. Apesar de adotar um sistema reconhecido internacionalmente para identificar suas classes, o modelo indicado pelo CONARQ possui limitações em decorrência dessa escolha, que aponta para um sistema que não é pensado fundamentalmente para o contexto da produção de documentos de arquivo.

Isso desperta a necessidade de reflexão na Arquivologia, de modo a estabelecer um sistema de códigos que seja universalmente aceito, mas que também seja abrangente e específico o suficiente para acompanhar a dinâmica dos órgãos e entidades que produzem documentos.

Nesse sentido, a metodologia adotada pelo SAESP sugere a utilização de um código numérico constituído por cinco partes que evidenciam claramente, e especificamente, o órgão produtor, a função, subfunção e série documental. Nesse caso, entende-se por série:

[...] o conjunto de documentos do mesmo tipo documental produzido por um mesmo órgão em decorrência do exercício da mesma função, subfunção e atividade e que resultam de idêntica forma de produção tramitação e obedecem à mesma temporalidade e destinação (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004).

Para elaborar a proposta de plano de classificação de documentos relativos às atividades-fim do Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho, optamos por utilizar a metodologia apresentada pelo manual do SAESP, que é estrutural, funcional e chega no tipo documental. E de modo a chegar nessa metodologia, nos baseamos na identificação arquivística como processo intelectual de análise do órgão produtor e dos tipos documentais.

Essa metodologia parte do estudo da estrutura e do funcionamento do órgão ou entidade produtora dos documentos, para, assim, identificar as funções, subfunções e atividades em direção à identificação dos tipos documentais. Vale ressaltar que utilizamos a identificação arquivística como procedimento de análise de modo a realizar o levantamento dos tipos documentais produzidas pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem do HUVET/UFF. Esse produto será utilizado como base para guiar a identificação dos tipos documentais dos demais setores do hospital e subsidiar a elaboração de uma proposta de plano de classificação para o HUVET/UFF.

A identificação arquivística surgiu no contexto da década de 1980, em países ibero-americanos, diante da

necessidade de realizar procedimentos de gestão de documentos em massas documentais acumuladas. Segundo Rodrigues (2012, p. 198), o cenário da acumulação irregular de documentos versus as iniciativas de arquivistas em torno da implantação de programas de gestão documental culminaram na criação de uma metodologia de trabalho com rigor científico. Nesse sentido, a identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista (RODRIGUES, 2012, p. 197).

Ainda que tenha surgido no contexto da década de 1980, o conceito só foi sistematizado em 1991 por Maria Luiza Conde Villaverde, em Madri, e dois anos depois foi incorporado ao Dicionário de Terminologia Arquivística da Espanha como “[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA, 1993, p. 37 apud RODRIGUES, 2012, p. 201).

O desenvolvimento de metodologias traçadas com parâmetros científicos retoma a perspectiva da Diplomática, ciência documentária nascida no século XVII que investigava a veracidade de documentos. Bellotto (2006, p. 45) caracteriza a Diplomática como o campo de estudo que se ocupa da estrutura formal dos atos escritos, ou seja, dos documentos.

Em uma nova perspectiva, inserida no contexto da gestão de documentos e que se preocupa com o tratamento documental desde sua produção até a destinação final, a Diplomática foi adaptada para atender às demandas da sociedade moderna e recebeu a nomenclatura de “Diplomática Contemporânea”. A Diplomática Contemporânea se ocupa do tipo documental e pode ser considerada o arcabouço teórico que ampara a identificação de tipologias (RODRIGUES, 2012, p. 198).

No tratamento arquivístico, a identificação estuda o documento e o vínculo com o produtor para estabelecer as séries, recuperar a proveniência e organicidade dos documentos e, para isso, baseia-se nos princípios da proveniência e da ordem original, ambos já consolidados na Arquivologia (RODRIGUES, 2012, p. 202-203).

Para estabelecer as séries e, conseqüentemente, recuperar a proveniência e organicidade dos documentos pela identificação, é possível dividir os procedimentos em três etapas principais: identificação do organismo produtor; identificação dos elementos funcionais; e identificação dos tipos documentais.

As informações necessárias para cada etapa são encontradas em vários tipos de fontes, inclusive dos próprios documentos e legislações. No caso do HUVET/UFF, um órgão público, buscamos em textos legais e normativos, como resoluções do CUV/UFF e CFMV, regimentos, entre outros, e nos próprios documentos que refletem as funções e atividades desempenhadas pelo órgão. Além disso, também foi necessário recorrer a “consultas diretas às pessoas que estejam tramitando e produzindo dos documentos, ligando-os às funções e atividades” (RODRIGUES, 2012, p. 207).

Na etapa de identificação dos tipos documentais, são levados em consideração elementos internos e externos do documento para definir as nomenclaturas dos tipos e estabelecer as séries documentais. Vale destacar que as séries documentais são o objeto de estudo da arquivística e é sobre elas que incidem os tratamentos e intervenções técnicas (RODRIGUES, 2012, p. 207).

Ainda segundo Rodrigues, “a denominação da série documental obedece à fórmula do tipo: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção” (RODRIGUES 2012, p. 211).

Na presente pesquisa, a identificação arquivística é utilizada como base teórico-metodológica para identificar os tipos documentais produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem do HUVET/UFF.

3 Identificação arquivística no Serviço de Diagnóstico por Imagem do HUVET/UFF

O Serviço de Diagnóstico por Imagem faz parte da Divisão de Serviços Médico-Veterinários do Hospital de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense.

Esse hospital universitário de medicina veterinária é um órgão subordinado à Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense, segundo Decisão nº 070/2013, de 25 de setembro de 2013, do Conselho Universitário, que visa apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão da referida Universidade e prestar serviços à comunidade na qual está inserida. O HUVET/UFF existe desde 2007 na forma de Projeto de Extensão, entretanto, só foi formalmente criado em 2016, através da Resolução nº 088/2016, do Conselho Universitário da UFF, de 15 de setembro de 2016.

O HUVET/UFF é um hospital-escola inserido em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) e, portanto, deve obedecer a Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação (MEC), que determina a adoção dos instrumentos de gestão

aprovados pela Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011, do Arquivo Nacional.

Esse contexto expõe a contradição que está no eixo central desta pesquisa: a obrigatoriedade legal de adoção dos instrumentos aprovados pelo CONARQ frente à lacuna existente nestes instrumentos no que diz respeito a documentos produzidos e recebidos por hospitais universitários de medicina veterinária.

Desse modo e tendo por base a identificação arquivística, foram propostos formulários para coleta de dados relacionados à identificação do órgão produtor, o HUVET/UFF, repertório legislativo e levantamento da produção de documentos arquivísticos resultantes das atividades do Serviço de Diagnóstico por Imagem.

Nessa perspectiva, cumpre lembrar que a

[...] identificação arquivística é uma ferramenta metodológica que se fundamenta em análise decorrente de diagnóstico elaborado sobre o documento de arquivo e seu órgão produtor (RODRIGUES, 2013, p. 73).

Assim, o levantamento de informações sobre os documentos de arquivo e seu órgão produtor foi feito por meio da coleta de dados a partir da análise de *corpus* documental (regimento e normativas) para compreender o funcionamento do produtor, e de dois formulários, que foram adaptados de pesquisa de mestrado de Danilo André Bueno e Marilda Martins Coelho.

A partir da aplicação dos formulários, objetivou-se identificar os tipos documentais produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem do Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense (HU-VET/UFF).

O primeiro formulário, destinado à identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor (Apêndice A), foi preenchido a partir da análise de atos normativos publicados no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense (BS/UFF) pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (CRMV-RJ) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Já o segundo formulário, utilizado para identificar os elementos funcionais e documentos (Apêndice B), apresenta um conjunto de campos que relacionam os fundamentos legais, atividades e documentos produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem, ou seja, é nessa parte que a identificação arquivística efetivamente é representada.

Durante o preenchimento do formulário de identificação de elementos funcionais e documentos, utilizamos o regimento do hospital como parâmetro para delimitar as funções desenvolvidas pelo Serviço

de Diagnóstico por imagem, o que despertou algumas dúvidas.

O regimento do HUVET/UFF não trata das atividades desempenhadas por cada serviço, especifica apenas as funções. Contudo, durante o preenchimento do formulário de identificação de elementos funcionais e documentos, foi possível constatar que a maioria das funções indicadas no regimento se confunde com atividades. Sendo assim, utilizamos as funções para preencher o campo de atividades do formulário de identificação de elementos funcionais e documentos.

Identificamos também que o regimento atribui ao setor aqui estudado duas funções que não são realizadas. A primeira é “Controlar e fazer relatório de material utilizado no atendimento no Setor de imagem para o setor de estoque”. Segundo a servidora médica veterinária entrevistada, não existe controle de material pelo hospital, tendo em vista que esse estoque é feito na Faculdade de Farmácia da UFF.

O outro ponto de divergência constatado é em relação à atribuição de “Controlar o preenchimento de guias para o recolhimento de taxas cobradas pelos serviços”. Segundo a mesma servidora, essa atribuição é realizada pela secretaria do Hospital, que preenche integralmente as guias. Contudo, o setor possui uma planilha para controlar as isenções de taxas e suas justificativas. Portanto, o setor não atua no preenchimento de guias de taxas recolhidas, e sim no controle de isenções oferecidas.

Nesse contexto, o trabalho realizado por meio da identificação arquivística também revelou pontos de cunho administrativos e regimentais que poderiam ser revistos.

Diante da necessidade de conhecer o órgão produtor, o HUVET/UFF, antes de nos aprofundarmos na produção documental de cada um de seus setores, a identificação dos elementos do órgão produtor precedeu a identificação de elementos funcionais e documentos.

Assim, foi possível identificar duas grandes funções no Serviço de Diagnóstico por Imagem:

- Realizar exames de diagnóstico por imagem de ultrassonografia e radiologia e
- Participar dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela Faculdade de Medicina Veterinária da UFF.

Depois de identificarmos elementos referentes à criação e estrutura do órgão produtor, avançamos em direção à identificação de elementos funcionais e dos documentos produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem.

Foram identificados 16 tipos documentais produzidos pelas atividades do Serviço de Diagnóstico por

Imagem do HUVET/UFF, que têm sua composição descrita no Formulário de identificação de elementos funcionais e documentos (Apêndice B).

O procedimento metodológico utilizado para o Serviço de Diagnóstico por Imagem servirá como referência para identificar os tipos documentais produzidos pelos demais setores do hospital e subsidiará a elaboração de um instrumento de classificação para os documentos produzidos pelo HUVET/UFF, baseado no exercício de suas funções e atividades.

4 Considerações Finais

Ao identificar os tipos documentais produzidos pelo Serviço de Diagnóstico por Imagem do HUVET/UFF, validamos o procedimento de análise proposto para subsidiar a posterior elaboração de um instrumento de classificação dos documentos produzidos pelo hospital.

Contudo, a opção metodológica baseada nas orientações dispostas pelo SAESP nos conduzirá também a uma contradição, tendo em vista que a classificação adotada no âmbito das IFES é estabelecida de acordo com a metodologia do CONARQ.

Atualmente, os documentos produzidos por hospitais universitários de medicina veterinária não estão contemplados pelos instrumentos do CONARQ. Entretanto, é possível inferir que, quando houver a incorporação dos documentos produzidos por estes hospitais a um instrumento de classificação legalmente aprovado, este será baseado na metodologia do CONARQ, assim como ocorre nos demais instrumentos adotados pelo Poder Executivo da Administração Pública Federal.

Prevedo esse percalço e vislumbrando sanar esta divergência em relação à obrigatoriedade legal de adoção de instrumentos aprovados pelo CONARQ e a opção pela metodologia oferecida pelo SAESP, orientamos que seja utilizada uma tabela de equivalência para compatibilizar as atividades e tipos documentais identificados no plano de classificação por tipologia, com os assuntos relacionados no código de classificação aprovado pelo CONARQ.

A construção de tabelas de equivalência não é uma novidade em se tratando da utilização dos instrumentos de gestão propostos pelo CONARQ. A coordenadora do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro explica que o

[...] objetivo desta equivalência é apenas oferecer a possibilidade de utilização do instrumento do CONARQ através do conhecimento do vínculo do documento, pois esta condição nos permite conhecer melhor o funcionamento do órgão e então tentar minimizar os possíveis erros de classificação utilizando o instrumento

legal para a classificação dos documentos da atividade-meio para os órgãos da Administração Pública Federal (LHAMAS, 2013, p. 27).

Assim, a tabela de equivalência será um importante complemento para a realização do tratamento dos documentos produzidos por hospitais universitários de medicina veterinária no exercício de suas funções e atividades, conciliando os tipos documentais encontrados no estudo do órgão produtor, dos elementos funcionais e documentos, com os assuntos determinados pelos instrumentos de gestão do Conselho Nacional de Arquivos.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL. *Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- ARQUIVO NACIONAL. Portaria nº 092 AN/MJ, de 23 de setembro de 2011. *Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-portarias/337-portaria-an-mj-n-92-de-23-de-setembro-de-2011>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda; SOUZA, Camila Brandi de; MARTINELLI, Eliana; BREGANHOLA, Marcelo Carlos Cunha. *Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/manual_de_elaboracao_de_planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_fim.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.
- BUENO, Danilo André. *Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2013. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/DANIL0%20ANDR%C3%89%20BUENO.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

- BUENO, Danilo André; RODRIGUES, Ana Célia. *Mapeamento de fluxos documentais como elementos de identificação arquivística em ambientes empresariais*. PRISMA.COM. n. 32, p. 16-45, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000028877/371cc7ce94e8e1b5eeb02b7ee1647219>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- COELHO, Marilda Martins. *A Identificação Arquivística na padronização da produção de documentos de Engenharia: uma proposta para Transpetro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/coelho-marilda-martins-a-identificacao-arquivistica-na-padronizacao-da-producao-de-documentos-de-engenharia-uma-proposta-para-transpetro/view>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução nº 670, de 10 de agosto de 2000. *Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários, e dá outras providências*. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/lei/index/id/337>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. *Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública*. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/256-resolucao-n-14-de-24-de-outubro-de-2001>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução CRMV-RJ nº 27, de 16 de maio de 2012. *Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos Médicos Veterinários no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Decisão CUV nº 070, de 25 de setembro de 2013. *Vincula o Hospital Universitário de Medicina Veterinária Firmino Marsico Filho à Faculdade de Veterinária desta Universidade*. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/bs/2013/10/157-2013.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução CUV nº 088, de 27 de julho de 2016. *Aprova o regimento do HUVET/UFF*. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/bs/2016/09/159-2016.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004. *Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas*. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/derecreto_estadual_no_48_897_sobre_arquivos_publicos_estado_de_sao_paulo.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.
- MELLO, Silvia Lhamas de. *Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação em arquivos universitários*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/SILVIA%20LHAMAS%20DE%20MELLO.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria MEC nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013. *Determina que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, é de uso obrigatório nas IFES, ficando a cargo destas dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos*. Disponível em: http://www.pra.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/portaria_1261_2013.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.
- PINHO, Eliezer Monteiro. *O Plano de Classificação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos: uma análise crítica*. Informação & Informação, n. 1, v. 16, p. 1-20, 2011.
- RODRIGUES, Ana Célia. *Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística*. Estudos Avançados em Arquivologia. Marília: Cultura Acadêmica, p. 197-215, 2012.
- RODRIGUES, Ana Célia. *Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso à informações na administração pública brasileira*. Ciência da Informação. Brasília, v. 42, n. 1, p. 64-80, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395/1573>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. *Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito*. Arquivística.net. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2 p. 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. *Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo*. Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, Marília, v. 8, n. 1, 2014.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. *A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística*. Ciência da Informação. Brasília, v. 42, n. 1, p. 131-144, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Apêndice A – Formulário de identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor

Formulário de identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor			
Órgão produtor:	HUVET/UFF	Data de criação:	15/09/2016
Órgão superior:	Faculdade de Medicina Veterinária	Órgão dependente:	Coordenação Geral; Conselho Hospitalar; Divisão de Serviços Médico-Veterinários; Divisão Acadêmica e Divisão Administrativa e Financeira.
Instrumentos normativos de criação do órgão produtor			
Órgão normativo	Instrumento normativo	Data de criação ou mudança da estrutura	Dispositivos
CUV/UFF - Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense	Resolução CUV nº 088/2016, de 15 de setembro de 2016.	15/09/2016	Regimento do Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho, da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense.
CUV/UFF - Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense	Decisão CUV nº 070/2013, de 25 de setembro de 2013.	25/09/2013	Vincula o Hospital Universitário de Medicina Veterinária Firmino Mársico Filho à Faculdade de Veterinária desta Universidade.
Conselho Federal de Medicina Veterinária	Resolução CFMV nº 670, de 10 de agosto de 2000.	10/08/2000	Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários, e dá outras providências.
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro	Resolução CRMV-RJ nº 27, de 16 de maio de 2012	16/05/2012	Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos Médicos Veterinários no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2017, p. 128) e Bueno (2013, p. 55).

Apêndice B – Formulário de Identificação de Elementos Funcionais e Documentos

Formulário de identificação de elementos funcionais e documentos						
Órgão produtor: HUVET/UFF			Competência do órgão produtor: Prestar atendimento médico a animais e desenvolver e/ou participar dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.			
Área produtora: Serviço de diagnóstico por imagem						
Aplicação da Metodologia de Identificação Arquivística						
Atividades	Tabela de equivalência de denominação dos tipos documentais				Fundamento legal	
	Denominação atual	Espécie Documental	Atividades (verbo+objeto)	Tipo documental (espécie + preposição + verbo + preposição + objeto)	Leis, decretos, portarias, resoluções, normas, regulamentações	Objetivo da produção documental
Realizar exames de diagnóstico por ultrassono-grafia	Laudo de ultrassonografia	Laudo	Exames de ultrassonografia	Laudo médico de exame de ultrassonografia	-	Parecer sobre exame por imagem
	Imagem de ultrassonografia	Registro	Exames de ultrassonografia	Registro fotográfico de exame de ultrassonografia	-	Diagnóstico por imagem
	Livro de registro de ultrassonografia	Registro	Registro de exames	Livro de registro de exame de ultrassonografia	-	Controlar e registrar a quantidade e os tipos de exames de ultrassonografia realizados pelo Setor
Realizar exames de diagnóstico por radiologia	Laudo de raio-x	Laudo	Exames de radiologia	Laudo de exame de radiologia	-	Parecer sobre exame por imagem
	Imagem de raio-x	Registro	Exames de radiologia	Registro fotográfico de exame de radiologia	-	Diagnóstico por imagem
	Livro de registro de raio-x	Registro	Controle de exames	Livro de registro de exame de radiologia	-	Registrar e controlar a quantidade e os tipos de exames de radiologia realizados pelo Setor
Acompanhar e supervisionar o atendimento dos animais encaminhados ao Setor de Imagem durante a realização de exames	Esta atividade não produz documentos					
Controlar e fazer relatório de material utilizado no atendimento no Setor de Imagem para o setor de estoque	O setor não realiza esta atividade.					
Controlar o preenchimento de	Planilha de isenção de	Planilha	Controle de isenção de taxas	Planilha de controle de	-	Monitora a quantidade de

guias para o recolhimento de taxas cobradas pelos serviços	taxas			isenção de taxas		isenções dadas a pacientes, bem como suas respectivas justificativas
Auxiliar no atendimento nos dias de aulas práticas de graduação	Esta atividade não produz documentos.					
Zelar pelo bom estado e funcionamento dos equipamentos do Setor	Livro de registro de ocorrência da radiologia	Registro	Ocorrência do setor	Livro de registro de ocorrência	-	Registrar ocorrências de quaisquer maus funcionamentos de equipamentos do setor, mudanças de procedimentos e de acontecimentos atípicos.
	Livro de registro de ocorrência da ultrassonografia	Registro	Ocorrência do setor	Livro de registro de ocorrência	-	
Supervisionar discentes de graduação em estágio e/ou atividade prática	Solicitação de estágio	Formulário	Solicitação de estágio	Formulário de solicitação de estágio	Instruções Normativas para Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Medicina Veterinária (2013)	Formulário pelo qual o aluno manifesta interesse e solicita participar das atividades de estágio
	Controle de frequência	Ficha	Registro de frequência	Ficha de registro de frequência de estagiários		Controlar a frequência de estagiários
	Certificado	Declaração	Estágio Supervisionado	Declaração de estágio supervisionado		Declarar o período e a carga-horária do estágio realizado
	Avaliação	Formulário	Avaliação de residentes	Formulário de avaliação de residentes	Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFF nº 304, de 04 de julho de 2018	Avaliar o desempenho dos residentes no Setor
Participar das reuniões periódicas que são realizadas com estagiários, residentes e alunos de Pós-graduação deste setor	Lista de presença de reunião clínica	Lista/Listagem	Registro de frequência	Lista de registro de frequência em reuniões clínicas	-	Registrar a frequência em reuniões clínicas quinzenais

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2017, p. 134) e Bueno (2013, p. 56).

Parâmetros para avaliação de vocabulários SKOS

Parameters for evaluating SKOS vocabularies

Janailton Lopes Sousa (1), Rogério Aparecido Sá Ramalho (2), Brígida Maria Nogueira Cervantes (3)

(1) (2) Universidade Federal de São Carlos, Rod. Washington Luiz, Km 235, São Carlos - SP, janailtonlopes20@gmail.com, ramalho@ufscar.br. (3) Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid - Pr 445 Km 380, Campus Universitário, Londrina – PR, brigidacervantes@gmail.com

Resumo

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação permitiu o surgimento de novos padrões que incorporam os fundamentos dos Knowledge Organization Systems (KOS). Esse alicerce teórico influenciou o surgimento do Simple Knowledge Organization System (SKOS), que admite a representação de vocabulários controlados enquanto tipo de KOS. Diante do aumento da publicação de vocabulários SKOS, a avaliação surge como atividade inerente à manutenção da qualidade desses vocabulários. O objetivo deste estudo é apresentar parâmetros para avaliação de vocabulários codificados em SKOS. Os procedimentos metodológicos fundamentam-se na pesquisa exploratória, revisão bibliográfica e análise teórica descritiva com uma abordagem estritamente qualitativa. Como resultado é apresentado um referencial de métodos que podem ser utilizados na análise de diferentes tipos de vocabulários SKOS, levando em consideração as características fundamentais inerentes aos vocabulários controlados. Com isso, é possível identificar uma série de erros recorrentes na construção desse tipo de vocabulário. Constatou-se que a avaliação é uma etapa necessária para os diferentes tipos de KOS e, por isso no âmbito da Ciência da Informação existem meios distintos de avaliação, que incluem métodos com abordagens objetivas, subjetivas, automática ou manual, podendo ou não enfatizar sua usabilidade, estrutura e relevância. A qualidade de um vocabulário controlado exige a análise de requisitos específicos dos recursos oferecidos, todavia se percebe certa dificuldade de avaliação de forma holística, de modo que, nesse sentido, os parâmetros apresentados contribuem para o avanço dessa discussão na Ciência da Informação.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Vocabulários controlados; SKOS.

Abstract

The advancement of digital information and communication technologies has enabled the emergence of new standards that incorporate the foundations of Knowledge Organization Systems (KOS). This theoretical foundation influenced the emergence of the Simple Knowledge Organization System (SKOS), which allows the representation of controlled vocabulary as a type of KOS. In view of the increase in the publication of SKOS vocabularies, evaluation comes as an inherent activity in maintaining the quality of these vocabularies. The aim of this study is to present parameters for the evaluation of coded vocabularies in SKOS. The methodological procedures are based on exploratory research, bibliographic review and descriptive theoretical analysis with a strictly qualitative approach. As a result, it is presented a reference of methods that can be used in the analysis of different types of SKOS vocabularies, taking into account the fundamental characteristics inherent to the controlled vocabularies, with which it is possible to identify a series of recurrent errors in the construction of this type of vocabulary. It was verified that the evaluation is a necessary stage for the different types of KOS, so in the scope of the Information Science there are distinct means of evaluation, which include methods with objective, subjective approaches, automatic or manual, and may or may not emphasize its usability, structure and relevance. The quality of a controlled vocabulary requires the analysis of specific requirements of the resources offered, but it is possible to perceive a certain difficulty of evaluation in a holistic way, in this sense, the presented parameters contribute to the advancement of this discussion in Information Science.

Keywords: Organization of Knowledge; Vocabularies controlled; SKOS.

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação proporcionou o surgimento de padrões que incorporaram os fundamentos de *Knowledge Organization Systems* (KOS). Os vocabulários vinculados são os principais tipos de KOS que aderem a essa tendência, por meio de tecnologias como o *Resource Description Framework* (RDF), que se baseia na premissa, sujeito, predicado e objeto para declarar seus relacionamentos. Isso alicerçou, sobretudo, a origem do *Simple Knowledge Organization System* (SKOS).

SKOS é um padrão que surge da necessidade de codificar um conjunto de relacionamentos de vocabulários usando um esquema RDF (BAKER et al, 2013). Os vocabulários SKOS possibilitam que recursos informacionais sejam contextualizados e recebam identificadores únicos, que dinamizam os relacionamento entre termos e lhes atribuem características que equivalem a um conceito.

Este trabalho é um recorte de pesquisa em andamento financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq). O objetivo deste estudo é apresentar parâmetros para avaliação de vocabulários, com ênfase para aqueles que estão codificados em SKOS.

Os procedimentos metodológicos assumem características de pesquisa exploratória, pois, segundo Köche (2002, p. 126), estudos exploratórios desencadeiam “[...] um processo de investigação que identificam a natureza do fenômeno e aponta as características essenciais das variáveis que se quer estudar”. Além de revisão bibliográfica e análise teórica descritiva, porque o caráter descritivo permite descrever as características do objeto de estudo investigado (COSTA, COSTA, 2001), possui também uma abordagem estritamente qualitativa.

No escopo deste trabalho há uma breve introdução, seguida da apresentação dos fundamentos básicos SKOS para referenciar os procedimentos que são identificados como parâmetros de avaliação de vocabulários SKOS e, por fim, alguns apontamentos decorrentes dos resultados deste estudo.

2 Fundamentos do SKOS

SKOS favorece uma aproximação entre instrumentos e métodos de construção de vocabulários controlados utilizados tradicionalmente no campo da Ciência da Informação. SKOS agrega o formalismo lógico das linguagens de marcação, como a *Extensible Markup Language* (XML) e a contextualização de dados em RDF como meio de representação formal para o ambiente Web.

As Recomendações SKOS do *World Wide Web Consortium* (W3C) são projetadas para suportar publicações de vocabulários controlados na web, em sua essência seria um tipo de modelo de dados que distingue conceitos e etiquetas.

Broughton (2010) ressalta a proximidade entre SKOS e as classificações facetadas, ressaltando que algumas aplicações tecnológicas apresentam semelhanças com os tradicionais sistemas de organização facetados, de modo que a teoria da classificação facetada pode fornecer um modelo para os elementos utilizados nos sistemas de representação.

De acordo com Isaac e Summers (2009), SKOS possibilita que conceitos possam ser identificados utilizando *Uniform Resource Identifier* (URIs), etiquetados com sequências textuais em uma ou mais línguas naturais, documentados por meio de diferentes tipos de notas, relacionados semanticamente entre si a partir de hierarquias e redes associativas, agregando diferentes esquemas conceituais.

SKOS foi projetado como um alternativa de baixo custo para permitir a transição de KOS tradicionais para o ambiente Web, favorecendo a representação de aspectos semânticos dos recursos informacionais

(RAMALHO, 2015). Além disso, possibilita a inserção de outros esquemas de metadados, como Dublin Core (DC), ou linguagens formais de representação do conhecimento, como a *Ontology Web Language* (OWL).

Segundo Maculan (2015), SKOS possui uma extensão XL (*eXtension for Labels*), que possibilita a formalização de declarações em RDF, representando relações que podem ser interpretadas (legíveis) por máquinas, auxiliando na interoperabilidade entre diferentes vocabulários.

Pastor-Sánchez, Martínez-Méndez e Rodríguez-Muñoz (2012) complementam também que SKOS possibilita estabelecer vínculos entre conceitos de diferentes esquemas, favorecendo uma aproximação com as novas tendências de pesquisa computacionais.

Para entender como um vocabulário SKOS se estrutura é necessário identificar as etiquetas que prefixam as categorias de uso de cada conceito. Essas categorias de uso e seus prefixos estão definidos nas recomendações *SKOS Primer* (ISAAC E SUMMERS, 2009); *SKOS Reference* (MILES, BECHHOFER, 2009a) e *SKOS-XL Namespace Document - HTML Variant* (MILES, BECHHOFER, 2009b).

SKOS beneficia-se de uma codificação RDF, que permite que conceitos compostos publicados na web sejam vinculados e formem esquemas conceituais. Cada conceito é apontado por uma URI e etiquetado por uma *tag* ou *string* em linguagem natural e, além disso, fornece uma linguagem de modelagem conceitual leve e intuitiva para desenvolver e compartilhar novos KOS.

Por incorporar um esquema RDF, seu uso pode ser facilmente estendido para atender a requisitos específicos. Segundo Isaac e Summers (2009), SKOS introduz a classe `<skos:Concept>`, que permite aos implementadores afirmar que um determinado recurso é um conceito. Isso pode ser feito em duas etapas: criando (ou reutilizando) URIs para identificar exclusivamente o conceito; e afirmando no RDF, por meio da propriedade `<rdf:type>`, que o recurso identificado por esse URI é do tipo `<skos:Concept>`.

SKOS fornece três propriedades para anexar etiquetas de recursos conceituais: `<skos:prefLabel>`, `<skos:altLabel>` e `<skos:hiddenLabel>`. O `<skos:prefLabel>` possibilita atribuir um termo preferido a um recurso, enquanto o `<skos:altLabel>` permite atribuir um termo alternativo.

O `<skos:hiddenLabel>` é um recurso acessível para a aplicativos de indexação e pesquisa baseadas em texto, utilizado para incluir variantes com erros ortográficos ou variações de termos, ocultos para o usuário comum. (ISAAC; SUMMERS, 2009).

As relações semânticas são umas das principais

características do SKOS. Nesse sentido, evoca as categorias fundamentais de relações que são usadas em vocabulários de acordo com a ISO 25964 por meio de três propriedades padrão de relacionamentos entre termos.

Para relações hierárquicas, amplas e estreitas, utiliza-se, respectivamente, `<skos:broader>` e `<skos:narrower>`, que permitem a representação de links hierárquicos, como a relação entre um gênero e suas espécies mais específicas, ou, dependendo de interpretações, a relação entre um todo e suas partes (ISAAC; SUMMERS 2009).

O `<skos:related>` permite a representação de links associativos (não hierárquicos), que também podem ser usados para representar links de partes inteiras que não são entendidos como relacionamentos hierárquicos. Nenhuma etiqueta é mais geral ou mais específica quando se utiliza essa propriedade (ISAAC; SUMMERS, 2009).

SKOS é uma aplicação de vocabulários controlados em ambientes digitais, fato evidenciado pela própria norma ISO 25964, conforme aponta Clarke e Zeng (2012), em que o SKOS é reconhecido como padrão interoperável. Apesar desse *background* normativo, as propriedades SKOS não equivalem a uma conversão literal, mas aproximada dos modelos de representação de vocabulários.

De acordo com Schilling (2012), SKOS objetiva fornecer uma ponte entre diferentes comunidades da Ciências da Informação e de práticas dentro da biblioteca envolvidas no projeto e aplicação dos sistemas de organização do conhecimento. Um dos elos possíveis é a publicação e vocabulários vinculados.

De acordo com Gracy, Zeng e Skirvin (2013), no universo *Linked Data* (LD) os padrões de dados de biblioteca são frequentemente ignorados em favor de estruturas de dados abertas baseadas nos padrões da Web Semântica, como o RDF, SKOS e OWL. Nesse sentido é importante buscar aproximações conceituais entre esses padrões com diferentes tipos de KOS.

Segundo Mader, Haslhofer e Isaac (2012), SKOS possui uma abordagem de compromisso mínimo, o que implica dizer que esse padrão se abstém de definir restrições que imponham um domínio ou requisitos de outro padrão. Essa liberalidade com a qualidade dos dados não se preocupa com estruturas complexas e alto grau de detalhamento de suas propriedades.

Oposto a OWL, entendida como um tipo de representação complexa, SKOS simplifica a concepção de um vocabulário, por isso em alguns momentos é entendido como ontologia leve. Todavia, essa característica não impede a adoção de outros esquemas de metadados compatíveis com SKOS.

O enriquecimento semântico pode ser uma alternativa

para essa liberalidade do SKOS, pois na criação de vocabulários vinculados existe a possibilidade de inserir propriedades do RDF, OWL, DC, assim como outros padrões. Esse enriquecimento descritivo auxilia na representação de recursos informacionais, além proporcionar a estruturação de metadados bibliográficos com propriedades do *Linked Data*.

Diante destas propriedades do SKOS e da relevância normativa da ISO 25964, é necessário considerar os aspectos utilizados na avaliação de vocabulários tradicionais (vocabulários que não estão em formatos digitais ou diferentes de SKOS) para realçar os distintos tipos de avaliação existentes até os parâmetros aplicados aos vocabulários publicados em SKOS.

3 Parâmetros de avaliação de vocabulários

A avaliação é uma etapa necessária aos diferentes tipos de KOS, por isso no âmbito da Ciência da Informação existem distintos tipos de avaliação, que são propostas para atender essa demanda. Incluem-se métodos com abordagens objetivas, subjetivas, automática ou manual, podendo enfatizar a usabilidade, estrutura, relevância e a qualidade geral de um vocabulário.

Quando se aplica ao ambiente digital, Pastor-Sanchez, Martinez-Rodriguez e Mendez-Muñoz (2009) afirmam que a exploração dos vocabulários na Web é muito limitada. Tais autores insistem que o próprio conceito de tesouro tem evoluído para se adaptar aos novos modelos de representação da Web, abandonando o paradigma lexical em favor de um paradigma conceitual. Segundo Sanchez-Jimenez e Gil-Urdiciain (2007) essa adaptação permite superar as deficiências das relações fortemente ancoradas ao nível léxico que caracterizam os tesouros tradicionais.

Apesar de existirem diversos manuais para elaboração de vocabulários controlados, os métodos de avaliação dos mesmo não tem sido evidenciados. Tal afirmação é reforçada quando se percebe os escassos tipos de avaliação para vocabulários controlados.

A ANSI/NISO Z39.19 (2010) destaca que há pouca pesquisa ou literatura lidando especificamente com teste e avaliação de vocabulários controlados, o que pode ser devido em parte à dificuldade de isolar a qualidade de um vocabulário a partir do desempenho de outros elementos de um sistema de informação, como tecnologia, mecanismo de pesquisa e interface.

Para embasar essa perspectiva são apresentados os principais autores e entidade que abordaram sobre avaliação de vocabulários tradicionais no Ciência da Informação, entre eles a ANSI/NISO (2010), Soergel (2002), Lancaster (2002) com indicações mais gerais e Gil-Leiva (2008), Soler-Monreal (2009), Soler-Monreal e Gil-Leiva (2011), propondo métodos quantitativos e qualitativos.

Quando aplicados aos vocabulários SKOS, as avaliações recorrem às verificações estruturais mínimas especificadas nas recomendações da W3C para SKOS e propriedades comuns aos vocabulários vinculados. Nesse contexto se destacam Manaf, Bechhofer e Stevens (2012), Mastora, Peponakis e Kapidakis (2017), Mader, Haslhofer e Isaac (2012), Suominen e Mader, (2014) e Suominen e Hyvönen (2012) com abordagens de análises automáticas.

Os parâmetros apresentados estão divididos em dois tipos, o primeiro para vocabulários tradicionais e o segundo para vocabulários SKOS, (Tabela 1) com os respectivos autores supracitados. Desse modo explora os principais procedimentos adotados para os distintos tipos de vocabulário.

A partir da análise das orientações para avaliação de vocabulários identificados na literatura foi possível simplificar as propostas destes parâmetros. Quer sejam em infraestruturas tradicionais (impresso ou publicados em padrões incompatíveis com formatos interoperáveis) ou digitalmente interoperável como SKOS.

Tabela 1. Orientações para avaliação de vocabulários

Tipo de Vocabulário	Referência
Tradicional	ANSI/NISO (2010)
	Soergel (2002)
	Lancaster (2002)
	Gil-Leiva (2008), Soler-Monreal (2009), Soler-Monreal; Gil-Leiva (2011)
SKOS	Manaf; Bechhofer; Stevens (2012)
	Mastora; Peponakis; Kapidakis (2017)
	Mader; Haslhofer; Isaac (2012)
	Suominen; Mader, (2014)
	Suominen; Hyvönen (2012)

A ANSI/NISO Z39.19 (2010) alerta que os seguintes métodos devem ser considerados quando confrontados com o desafio de medir a qualidade ou eficácia de um vocabulário controlado. Refere-se, portanto, a três tipos de avaliação:

A avaliação heurística, realizada por um perito ou um quórum de especialistas. Tal avaliação pode ser informal e qualitativa ou formal e quantitativa. Esse tipo de avaliação se difundiu no campo de experiência do usuário (*User eXperience*) devido aos estudos de

Nilsen e Molich (1990), que consideram a avaliação heurística uma inspeção sistemática realizada por especialistas com base em um conjunto de critérios que definem a Interação Humano-Computador (IHC).

A modelagem de afinidade, que reúne uma amostra representativa de usuários para avaliar um vocabulário, solicitando uma classificação desses termos. Os resultados são analisados contra a hierarquia de termos existente e os usuários também podem ser convidados a pontuar termos equivalentes e relacionados de acordo com o nível de similaridade.

O teste de usabilidade, que é uma espécie de avaliação holística do sistema de informação, podendo fornecer informações sobre a eficácia do vocabulário controlado. Esse tipo de avaliação possui um certo vínculo com a avaliação heurística, porque também propõe o estabelecimento de métricas de uso (NIELSEN, 1993).

Essas modalidades de avaliação transmitem aspectos gerais sobre cada tipo de avaliação para vocabulários controlados, por isso a própria ANSI cita o trabalho de Soergel (2002), que apresenta uma série de critérios que podem ser adotados neste processo, com perguntas que podem ser feitas para englobar aspectos sintáticos, semânticos e conceituais dos termos, assim como os seus relacionamentos, podendo conter critérios adicionais aplicáveis aos vocabulários acessíveis eletronicamente, se são hiperlinks ativos de referências cruzadas, se existe um índice de termos online ou pesquisa por palavra-chave, etc. (SOERGEL, 2002).

Para Lancaster (2002) algumas medidas podem ser utilizadas no processo de avaliação, como razão de equivalência, razão de reciprocidade, definição, flexibilidade, nível de pré-coordenação e tamanho do grupo de termos.

Gil-Leiva (2008) e Soler-Monreal (2009), estudando métodos de avaliação de vocabulários controlados do tipo tesouros, apresentam uma divisão em três grupos principais, que denominam de avaliação qualitativa intrínseca e avaliação intrínseca quantitativa ou estatística extrínseca. Para Soler-Monreal e Gil-Leiva (2011) a avaliação intrínseca pode ser realizada com o objetivo de analisar os próprios vocabulários controlados de modo a estudar sua estrutura, os campos temáticos ou facetas, notas de escopo, relações semânticas, grau de especificidade etc.

Por outro lado, avaliação extrínseca estuda o impacto nos sistemas de informação que os utilizam tanto na indexação quanto na recuperação (SOLER-MONREAL; GIL-LEIVA, 2011). Apesar de Soler-Monreal (2009) apresentar esses critérios de avaliação e apresentar o SKOS como linguagem ontológica, não há um direcionamento exato para avaliar esse tipo de vocabulário.

Pesquisas como de Manaf, Bechhofer e Stevens (2012)

são bem mais específicas, pois avaliam diretamente vocabulários que foram publicados em SKOS para compreender os estilos de modelagem usados nesses vocabulários publicados na web, verificando números de conceitos, relacionamentos e suas URIs.

O método de avaliação de Manaf, Bechhofer e Stevens (2012) demonstra que apesar de existir um grande número de vocabulários publicados, muitos não conseguem se adequar ao mínimo requerido em sua estruturação, expressos nos documentos de referência SKOS, chamando a atenção de vocabulários publicados na web que podem não seguir essas recomendações no seu processo de elaboração.

No estudo realizado por Mastora, Peponakis e Kapidakis (2017) que tinha por objetivo identificar até que ponto cada KOS é apropriado para migração para o SKOS, foram selecionados três tipos de KOS, nomeadamente o *thesaurus multilingue Eurovoc*, o *Library of Congress Subject Headings (LCSH)* e o *Dewey Decimal Classification (DDC)* sistema, justificados pelo fato de tesouros, cabeçalhos de assunto e esquemas de classificação são os três tipos mais frequentes de KOS usados no contexto das bibliotecas.

A análise desses vocabulários foi realizada por um *parser* desenvolvido pelo *Greek Institute for Language* para lidar somente com textos grego, portanto, reforça a escolha de um tesouro multilíngue. No caso do *Eurovoc*, os outros vocabulários possuíam traduções na língua grega, considerada pelos autores como a língua natural com menor índice de dupla interpretação.

Mastora, Peponakis e Kapidakis (2017) concluem ao final da análise que a conversão de dados tradicionais para RDF não é uma condição suficiente para adquirir todo o potencial da Web Semântica, ainda mais em casos de KOS tradicionais, em que há certa falta de semântica bem definida e, portanto, torna-se necessário realizar algum tipo de reengenharia na construção ou conversão de vocabulários em SKOS.

Dentre os métodos de avaliação apresentado, os trabalhos apresentados por Suominen e Hyvönen (2012), Mader, Haslhofer e Isaac (2012) e Suominen e Mader (2014) são os que mais se aproximam de uma análise precisa que consegue aliar fundamentos normativos e métricas da infraestrutura conceitual do SKOS, logo é o principal parâmetro destacado.

Por meio desses respectivos trabalhos é possível apresentar uma compilação de parâmetros aplicáveis aos vocabulários SKOS. Pois conseguem englobar grande parte dos requisitos essenciais dispostos nas recomendações W3C e da ISO 25964.

Como avaliar um vocabulário não é um procedimento orientado por uma ação comum, Suominen e Hyvönen (2012), Mader, Haslhofer e Isaac (2012) e Suominen e Mader, (2014) identificam erros recorrentes em

vocabulários SKOS que podem ser analisados por meio de verificação automática.

A incidência de tais erros podem comprometer a qualidade de um vocabulário, portanto indicam o que não deve conter em um vocabulário. Tais parâmetros endossam o processo de avaliação e indicam os passos para adoção de diretrizes que garantam a qualidade de um vocabulário SKOS.

Suominen e Hyvönen (2012) identificaram cerca de 14 erros comuns em vocabulários SKOS, categorizados como: URIs válidas, *tags* de idioma ausentes, etiquetas ausentes, conceitos soltos, classes owl disjuntas, uso consistente de etiquetas, uso consistente de propriedades de mapeamento, uso consistente das relações semânticas, valores ambíguos de etiquetas preferidas, sobreposição disjuntiva, propriedades de etiqueta, relações semânticas disjuntivas, hierarquia mais amplas em ciclos e espaço em branco extra (SUOMINEN; HYVÖNEN, 2012).

Mader; Haslhofer e Isaac (2012) classificam os problemas recorrentes em vocabulário SKOS em três categorias mais amplas, especificando os problemas contidos em cada uma delas. A primeira categoria é classificada como etiquetagem e documentação, que inclui: *tags* de idiomas omitidos ou inválidos, cobertura incompleta de idiomas, conceitos não documentados e conflitos de etiquetas.

A segunda categoria refere-se a questões estruturais, que incluem: conceitos órfãos, componentes fracamente conectados, relações hierárquicas cíclicas, relações associativas sem valor, conceitos únicos transitivamente relacionados, conceitos superiores omitidos e conceito superior com conceitos mais amplos (MADER; HASLHOFER e ISAAC, 2012).

A terceira aplica-se aos problemas específicos de dados vinculados, que incluem: links ausentes, links externos ausentes, links quebrados e recursos SKOS indefinidos. Essa categoria se refere notadamente a problemas de recursos informacionais que podem estar desvinculados dos seus endereços de localização (MADER; HASLHOFER e ISAAC, 2012).

Suominen e Mader (2014) mantêm as 3 categorias principais de problemas, mas expandem sua cobertura, resultando na seguinte classificação:

Etiquetagem e problemas de documentação, abrangendo *tags* de idiomas omitidos ou inválidos, cobertura incompleta de idiomas, conceitos não documentados, etiquetas sobrepostas, etiquetas ausentes, rótulos preferidos inconsistentes, violação de rótulos não contíguos e espaços extras vazios em etiquetas (SUOMINEN; MADER, 2014).

Questões estruturais, incluindo conceitos órfãos, clusters de conceitos desconectados, relações hierárquicas cíclicas, relações associativas sem valor,

conceitos únicos transitivamente relacionados, conceitos superiores omitidos, conceitos principais não marcados, conceitos principais como conceitos mais amplos, conceitos relacionados unidirecionalmente, confrontos relacionais, mapeamento de confrontos e violação de classes disjuntas (SUOMINEN; MADER, 2014).

Entre os problemas específicos de dados vinculados estão links ausentes, links externos ausentes, links quebrados, recursos SKOS indefinidos, violação do esquema HTTP/URI e URIs inválidas (SUOMINEN; MADER, 2014).

Outros problemas foram identificados e incluídos no rol de categorias de análise dos problemas de etiquetagem e problemas de documentação. Nessa instância foram adicionados: caracteres não imprimíveis em etiquetas, etiquetas vazias e referências de notação ambígua. Na instância de questões estruturais, foram incluídos: redundância hierárquica e relações reflexivas.

As questões estruturais envolvem diretamente problemas de ordem lógica, que comprometem o entendimento contextual dos conceitos em um vocabulário. Esse é um dos principais problemas, porque tal falha implica diretamente em erro sintático, semântico e conceitual.

Os problemas específicos de dados vinculados retomam a discussão da manutenção semântica entre os recursos representados pela a violação ou quebra de relacionamentos que prejudicam a contextualização do objeto representado. Para Sousa, Martins e Ramalho (2018), os modelos de dados com capacidade semântica constituem-se como ricas fontes de informação, além de proporcionar a interoperabilidade na troca dessas informações, de maneira que sua manutenção é de suma importância.

Desse modo, evidenciam a necessidade de avaliação de vocabulários controlados, que assumem características de ordem semântica, que, sobretudo, precisam aderir às boas práticas de publicação de vocabulários interligados, assim como os fundamentos que subsidiam essa tecnologia, conforme destaca Ramalho, Martins e Sousa (2017). A partir dos fundamentos que estruturam os vocabulários controlados, quer sejam normas, recomendações, padrões ou modelos de representação, é possível identificar pontos de referência que sustentarão análises futuras.

4 Considerações finais

O resultado desta pesquisa se trata de uma fonte referencial de métodos que pode ser utilizada para analisar diferentes tipos de vocabulários SKOS. Levando em consideração características fundamentais inerentes aos vocabulários controlados.

Diante dos problemas recorrentes na estruturação de

um vocabulário que adota SKOS como linguagem codificada de representação, Suominen e Hyvönen (2012), Mader, Haslhofer e Isaac (2012), Suominen e Mader (2014) fornecem subsídios para a elaboração de uma tabela (Tabela 2, em apêndice), que expõe os problemas mais comuns na avaliação de um vocabulário SKOS, contendo as categorias principais dos erros encontrados em vocabulário SKOS, com 24 problemas consistentes.

Os principais problemas de etiquetagem para vocabulários em SKOS se referem às inconsistências que podem decorrer do processo de inserção ou conversão dos termos, além de possíveis erros de tradução e informações incompletas inseridas como notas de documentação.

Uma avaliação que consiga detectar esses tipos de erros evidencia sua importância, principalmente quando aplicadas a vocabulários muito extensos e a validação de conversões para o padrão SKOS. A utilização de métricas automáticas auxilia na objetivação desse processo, pois simplificam os critérios de avaliação orientados pela própria recomendação que especifica o uso do SKOS.

Os problemas estruturais podem comprometer a semântica de um vocabulário, pois prejudicará a ordem conceitual de um vocabulário com redundâncias lógicas sem valor. Portanto, a identificação desse tipo de erro reduz a probabilidade de inconsistências de organização conceitual.

Os problemas de dados vinculados aplicados aos vocabulários SKOS estão diretamente relacionados com a conectividade entre os recursos informacionais representados e o endereço que indica a sua localização. Logo, trata-se de problemas de links quebrados, ausência de direcionamento e URIs inválidas. A identificação desse tipo de erro, aumenta as chances de recuperação de um recurso informacional e da qualidade dos dados vinculados, que são publicados na forma de vocabulários.

Os vocabulários controlados têm demonstrado grande importância enquanto tipo de KOS, pois incorporam fundamentos que facilmente se adaptam em novos suportes tecnológicos. O aumento na publicação de vocabulários vinculados no ambiente web revela um grande salto na propagação da interoperabilidade semântica entre KOS. Entretanto, quando não se observa as regras de construção, manutenção e avaliação, um vocabulário pode se tornar problemático do ponto de vista técnico e conceitual.

A qualidade de um vocabulário controlado exige a análise de requisitos específicos dos recursos oferecidos, como infraestrutura, disponibilidade, usabilidade, entre outros fatores, todavia se percebe uma dificuldade de avaliação de vocabulários de forma holística com métodos distintos. Portanto, a

apresentação dos parâmetros de avaliação para vocabulários SKOS destacados neste trabalho oferecem um passo que aponta para o avanço dessa discussão.

SKOS é recurso que potencializa a publicação de vocabulários, amparado por normas internacionais que validam a adoção de modelos simples de organização do conhecimento e, nesse sentido, encontra-se no escopo da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento. Logo, este trabalho apresenta de forma resumida esse padrão, com seus principais parâmetros de avaliação.

Referências

- BAKER, T. et al. Key Choices in the Design of Simple Knowledge Organization System (SKOS). *Journal of Web Semantics*, v.20, 2013. Disponível em: <http://www.cs.vu.nl/~guus/papers/Baker13a.pdf>. Acesso em 05 fev 2019.
- BROUGHTON, V. Concepts and Terms in the Faceted Classification: the Case of UDC. *Knowledge Organization*, v. 37, Issue 4, 2010. p.270-279.
- CLARKE, S. G. D.; ZENG, M.L. From ISO 2788 to ISO 25964: The Evolution of Thesaurus Standards towards Interoperability and Data Modeling, in *Information Standards Quality, Special Edition: Year in Review and State of the Art of the Standards*, p.20-26, 2012.
- COSTA, M. A. F. ; COSTA, M. de F. B. Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- GIL-LEIVA, I. Manual de indexación: teoría y práctica. [Manual of indexing: theory and practice.] Gijón, Spain: Trea, 2008.
- GRACY, K. F.; ZENG, M. L.; SKIRVIN, L. Exploring methods to improve access to Music resources by aligning library Data with Linked Data: A report of methodologies and preliminary findings. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* banner, v. 64, Issue 10. 07 junho 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.22914>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- ISAAC, A.; SUMMERS, E. (Ed.). SKOS Simple Knowledge Organization System Primer: W3C Working Group Note, 18 August 2009. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/2009/>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LANCASTER, F.W. El control del vocabulario en la recuperación de la información. 2ª ed. Valencia: Universidad de Valencia. 2002.
- MACULAN, B. C. M. S. Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesauro: remodelagem do THESAGRO. 2015. 339f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MADER, C.; HASLHOFER, B.; ISAAC, A. "Finding Quality Issues in SKOS Vocabularies". TPDFL, 2012.
- MANAF, N.A.A.; BECHHOFER, S.; STEVENS, R. The Current State of SKOS Vocabularies on the Web. In: E. Simperl et al. (Eds.): *ESWC 2012, LNCS 7295*, Springer-Verlag Berlin Heidelberg 2012.pp. 270–284.
- MASTORA, A.; PEPONAKIS, M.; KAPIDAKIS, S. SKOS concepts and natural language concepts: An analysis of latent relationships in KOSs. *Journal of Information Science*, v. 43, n. 4, 2017. p.492–508.
- MILES, A.; BECHHOFER, S. SKOS Simple Knowledge Organization System Reference. W3C Recommendation, 2009a. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/skos-reference/>. Acesso em: 20 jan 2019.
- MILES, A.; BECHHOFER, S. SKOS Simple Knowledge Organization System eXtension for Labels (SKOS-XL) Namespace Document - HTML Variant. 18th August 2009b. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/skos-reference/skos-xl.html> Acesso em: 20 jan 2019.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. ANSI/NISO Z39.19-2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual thesauri. 2010.
- NIELSEN, J. Usability Engineering. Boston: Academic Press, Cambridge, MA, 1993.
- NIELSEN, J.; MOLICH, R. Heuristic evaluation of user interfaces - Disponível em <http://www.acm.org/dl>. Seattle, Washington, United States, 1990. Acesso em dez. 2002.
- PASTOR-SANCHEZ, J. A.; MARTINEZ-MENDEZ, F.J.; RODRIGUEZ-MUNOZ, J.V. Aplicación de SKOS para la interoperabilidad de vocabularios controlados en el entorno de linked open data. *El profesional de la información*, v. 21, n.3, 2012.
- PASTOR-SANCHEZ, J.-A.; MENDEZ, F. J. M.; RODRÍGUEZ-MUÑOZ, J. V. Advantages of thesauri representation with the Simple Knowledge Organization System (SKOS) compared with other proposed alternatives. *Information Research*, vol. 14, dez. 2009. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/14-4/paper422.html>. Acesso em 04 jun. 2018
- RAMALHO, R. A. S.; MARTINS, P. G. M.; SOUSA, J. L. Evolução das linguagens de marcação: um breve histórico à luz da área de Ciência da Informação. *Inf. Prof.*, Londrina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017. p. 20 – 34. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>. Acesso em 10 jan 2019.
- RAMALHO, R.A.S. Análise do Modelo de Dados SKOS: Sistema de Organização do Conhecimento Simples para a Web. *Informação & Tecnologia (Itec)*, v. 2, 2015. p. 66-79.
- SANCHEZ-JIMÉNEZ, R; GIL-URDICIAIN, B. Lenguajes documentales y ontologías. In: *El profesional de la información*. v. 16, n. 6, 2007. p. 551-560.
- SCHILLING, V. "Transforming Library Metadata into Linked Library Data", *American Library Association*, September 25, 2012. Disponível em:

<http://www.ala.org/alcts/resources/org/cat/research/linked-data>. Acesso em 10 jan 2019.

- SOERGEL, D. Thesauri and Ontologies in Digital Libraries: Tutorial. In: Evaluation of thesauri. Joint Conference on Digital Libraries, Portland, Oregon, July 14, 2002. Disponível em: <<http://www.dsoergel.com/cv/B63.pdf>> Acesso em 08 set 2018.
- SOLER-MONREAL, C; GIL-LEIVA, I. Evaluation of controlled vocabularies by inter-indexer consistency. Information Research: An International Electronic Journal, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/16-4/paper502.html>. Acesso em 10 jan 2019.
- SOLER-MONREAL, M. C. Evaluación de vocabularios controlados en la indización de documentos mediante índices de consistencia entre indizadores. Dpto. De Comunicación Audiovisual, Documentación e Historia del Arte (TESIS DOCTORAL). Universitat Politècnica de València. Valencia, 2009.
- SOUSA, J. L.; MARTINS, P. G. M.; RAMALHO, R. A. S. Modelos de representação semântica na era do Big Data. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends. v. 12, n. 3, 2018. p. 34-40.
- SUOMINEN, O., MADER, C. Assessing and improving the quality of SKOS vocabularies. Journal on Data Semantics, v. 3, n. 1, 2014. p. 47-73.
- SUOMINEN, O.; HYVÖNEN, E. Improving the quality of skos vocabularies with skosify. In Proceedings of the 18th International Conference on Knowledge Engineering and Knowledge Management (EKAW 2012), Springer-Verlag, Gal-way, Ireland, October, 2012.

Apêndice – Categorias e erros

Tabela 2. Problemas comuns de avaliação

<i>Categoria</i>	<i>Problema</i>
Etiquetagem e problemas de documentação	Tag de idioma omitido ou inválido
	Cobertura incompleta de idiomas
	Ausência de idioma comum
	Conceitos não documentados
	Etiquetas sobrepostas
	Etiquetas ausentes
	Caracteres não imprimíveis em etiquetas
	Etiquetas vazias
	Referências de notação ambígua
	Conceitos órfãos
Questões estruturais	Clusters de conceito desconectados
	Relações hierárquicas cíclicas
	Relações associativas sem valor
	Conceitos únicos transitivamente Relacionados
	Conceitos relacionados unidirecionalmente
	Conceitos superiores omitidos,
	Conceitos principais como conceitos mais amplos
	Redundância hierárquica
	Relações reflexivas
	Links ausentes
Problemas específicos de dados vinculados	Links externos ausentes
	Links quebrados
	Recursos SKOS indefinidos
	Violação do esquema de URI/HTTP

Fonte: elaborado pelos autores

Recuperação da Informação em Repositórios de *Fanfiction*s: investigação preliminar

Information retrieval in Fanfiction repositories: preliminary investigation

Bruna Daniele de Oliveira Silva (1), Deise Maria Antonio Sabbag (2)

(1) Universidade Estadual Paulista, Marília, bruna.daniele.silva@alumni.usp.br. (2) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, deisemarian@gmail.com

Resumo

O aumento no uso das tecnologias de informação e comunicação nas últimas décadas permitiu o êxito de diversas iniciativas colaborativas e participativas envolvendo comunidades virtuais, entre elas as plataformas de *fanfiction*s. A comunidade de fãs brasileiros alimenta diversos repositórios com histórias ficcionais baseadas em produtos de mídias populares. Nessa perspectiva, a presente pesquisa propôs-se a analisar a efetividade da recuperação da informação em três repositórios que figuram entre os mais acessados do país, são eles: *Nyah! Fanfiction*, *Spirit Fanfic e Histórias e Wattpad*. A pesquisa é descritiva e exploratória com abordagem qualitativa através do método comparativo. A pesquisa mostrou que a recuperação da informação varia entre os repositórios analisados, ora demonstrando preocupação com a forma de recuperação, ora restringindo a indexação visando maior organização. Sob a perspectiva das indexações exaustiva e seletiva, quando considerados os princípios da recuperação da informação para analisar os repositórios, é possível elencar algumas deficiências no sistema, nada grave o suficiente para inviabilizar o uso dos repositórios, mas todas passíveis de melhorias. Pensando em formas de melhorar a recuperação desses repositórios, sugere-se o modelo híbrido de taxonomia-folksonomia com maior participação dos leitores usuários.

Palavras-chave: Recuperação da Informação; Indexação; Folksonomia; Taxonomia; *Fanfiction*; Cultura Participativa; Comunidades Virtuais; ISKO 2019.

Abstract

The increase in the use of information and communication technologies in the last decades allowed the success of several collaborative and participative initiatives involving virtual communities, among them the fanfiction platforms. The Brazilian fan community feeds several repositories with fictional stories based on popular media products. In this perspective, the present research proposed to analyze the effectiveness of information retrieval in three repositories that are among the most accessed in the country, are: *Nyah! Fanfiction*, *Spirit Fanfic and Stories and Wattpad*. The research is descriptive and exploratory with a qualitative approach through the comparative method. The research showed that the information retrieval varies among the analyzed repositories, sometimes showing concern about the form of retrieval, or restricting the indexing aiming at greater organization. From the perspective of exhaustive and selective indexing, when considering the principles of information retrieval to analyze the repositories, it is possible to list some deficiencies in the system, nothing serious enough to make the use of repositories unfeasible, but all possible improvements. Thinking of ways to improve the recovery of these repositories, we suggest the hybrid model of taxonomy-folksonomy with greater participation of the users readers.

Keywords: Information Retrieval; Indexing; Folksonomy; Taxonomy; Fanfiction; Participatory Culture; Virtual Communities; ISKO 2019.

1 Introdução

O aumento no uso das tecnologias de informação e comunicação nas últimas décadas permitiu o êxito de diversas iniciativas colaborativas e participativas envolvendo comunidades virtuais, entre elas as plataformas de *fanfiction*s.

As *fanfiction*s são histórias criadas por fãs que têm como base produtos (livros, filmes, seriados, HQs etc.) já publicados, também podem ter como alicerce

programas e pessoas que integram a cultura pop. Para alguns teóricos a cultura popular seria aquela que se apresenta a parte da cultura dominante ou erudita; para outros sua origem está nas classes subalternas que possui criatividade específica e pode gerar resistência. Um entendimento intermediário apresenta a cultura popular como “conjunto heterogêneo de práticas que se dão no interior de um sistema cultural maior, e que se revelam, como expressão dos dominados, sob diferentes formas evidenciadoras dos processos pelos

quais a cultura dominante é vivida [...] ou simplesmente negada” (COELHO, 2004, p. 120).

No contexto da revolução cultural, promovida pela cultura da convergência, as *fanfictions*, que existem há muitas décadas, ganharam popularidade e ampliaram seu alcance com o uso da *internet*. A facilidade de acesso a ferramentas de produção e armazenamento de repositórios, possibilitada pela *web* social (ou *web* 2.0) alterou completamente a dinâmica de criação e divulgação das histórias de fãs e ampliou o trabalho colaborativo, em que essas comunidades são baseadas.

Atualmente o Brasil conta com uma enorme comunidade de fãs criadores de histórias. Tal comunidade desenvolveu um número expressivo de repositórios com a finalidade de armazenar essas criações. Muitos desses repositórios são desenvolvidos de forma amadora, utilizando *templates* gratuitos, no entanto alguns deles se destacam pela qualidade e organização da plataforma.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa propôs-se a analisar a efetividade da recuperação da informação em três repositórios que figuram entre os mais acessados do país, são eles: *Nyah! Fanfiction*, *Spirit Fanfic e Histórias* e *Wattpad*.

Para este propósito foram identificadas todas as formas de buscas disponíveis em cada repositório e posteriormente foram realizados testes de recuperação para avaliar o grau de revocação, precisão e especificidade dos mesmos.

A pesquisa é descritiva e exploratória com abordagem qualitativa através do método comparativo.

2. Repositórios de *fanfictions*

Os repositórios de *fanfictions* são sites que se alimentam de forma colaborativa através do depósito e indexação de histórias escritas pelos membros da comunidade. O repositório pioneiro desse nicho foi o *Fanfiction.net*, criado em 1998, que se mantém até hoje como um dos mais acessados do mundo. A partir do *Fanfiction.net* foram desenvolvidos diversos repositórios por todo o mundo, de modo a atender as especificações das comunidades de cada país. No Brasil a comunidade de escritores de *fanfictions* tem tamanho considerável e, portanto, dispõem de muitos repositórios nacionais. Para o recorte da presente pesquisa, foram selecionados três repositórios que figuram entre os mais acessados do país e têm uma estrutura de organização que se destaca em relação aos demais. A seguir são apresentados os repositórios escolhidos:

O *Nyah! Fanfiction* foi criado em 2005 em uma iniciativa individual de um fã com o objetivo de compartilhar *fanfictions* entre seus amigos ao mesmo tempo em que reunia pessoas com interesses nos mesmos cânones (*NYAH!*, 2019). Quatorze anos

depois, ele se coloca como um dos mais acessados repositórios de armazenamento e compartilhamento de histórias de fãs no Brasil.

O *Spirit Fanfics e Histórias* define-se como uma plataforma de autopublicação de *fanfics* ou histórias originais. O repositório destaca a importância sociocultural da produção de *fanfiction*, apontando a atividade como uma forma de estímulo as atividades da leitura e da escrita para diversos públicos, em especial os jovens (*SPIRIT*, 2019).

O repositório *Wattpad*, ao contrário dos anteriores que possuem equipes voluntárias, é uma *startup* canadense que se autodenomina: plataforma social de *story-telling* ou, ainda, “a empresa global de entretenimento multiplataforma para histórias” (*WATTPAD*, 2019). Nessa plataforma a *fanfiction* entra como um dos produtos e não o foco da produção, tanto que entre as categorias existe uma denominada “*fanfic*”, o que indica uma preferência por originais, apesar de dispor de um grande número de *fanfics* em todas as categorias disponíveis.

3. Recuperação da informação

No contexto da Ciência da Informação, a indexação é uma operação que contempla a representação do documento por meio de conceitos constitutivos do próprio recurso. Esses conceitos serão traduzidos utilizando uma linguagem documental, que podem ser um tesouro, um vocabulário controlado, uma lista de cabeçalhos de assuntos, um sistema de classificação etc. Ou seja, consiste em sintetizar um conteúdo em termos que proporcionem a sua efetiva recuperação.

Para Lancaster (2004), o que os usuários desejam ao fazer uma busca em uma base de dados é encontrar os documentos que vão satisfazer sua necessidade de informação. Os termos relevantes e pertinentes são empregados usualmente para definir os documentos úteis que são recuperados.

Lancaster (2004, p. 27) divide a indexação entre exaustiva e seletiva:

[...] a indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo. A indexação seletiva, por outro lado, implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento.

A escolha do tipo de indexação que será realizada define sua abrangência.

No âmbito da recuperação da informação a abrangência da indexação é determinante para um resultado satisfatório, a eficiência da recuperação é medida pelos princípios da especificidade, da revocação e da precisão.

De acordo com Lancaster (2004), entende-se revocação (*recall*) como a capacidade do sistema de recuperar documentos úteis e precisão como a capacidade de evitar documentos inúteis. Já a especificidade está relacionada a profundidade dos termos atribuídos (LANCASTER, 2004), isto é, termos mais ou menos específicos.

Para atribuir descritores é necessária uma classificação que estabeleça termos adequados e seus significados, a taxonomia. A taxonomia, enquanto linguagem documentária, constitui-se de “uma lista de termos preferenciais com estrutura hierárquica” (GONZÁLES, 2011, p. 51), estabelecendo, assim, relações entre termos de forma sistemática.

A folksonomia é um “modo de indexação cooperativa que adota palavras-chave para representar a informação de maneira espontânea e livre” (GONZÁLES, 2011, p. 46), ou seja, todos os usuários da informação possuem a liberdade de atribuírem termos para descreverem conteúdos em ambientes digitais.

Segundo Glassey (2007), as folksonomias representam uma alternativa à classificação hierárquica das taxonomias.

A folksonomia dialoga com a característica colaborativa da *web* 2.0, no entanto, é inevitável reconhecer as limitações que essa classificação representa. Nesse sentido, têm se multiplicado estudos que propõem combinar os pontos positivos dos dois sistemas de classificação. Kiu e Tsui (2010, p. 2, tradução nossa) listam os benefícios de um modelo híbrido de taxonomia-folksonomia:

- 1) Melhor capacidade de localização de conteúdo;
- 2) Melhoria na busca e recuperação de conhecimento;
- 3) Melhoria do processo de gestão da taxonomia;
- 4) Existência de novas facetas de navegação para melhor conexão e exibição; e
- 5) Classificação de conteúdos / recursos da *web* com custos mínimos.

O modelo híbrido taxonomia-folksonomia, portanto, representa a combinação entre a taxonomia e a folksonomia, de forma a explorar os pontos positivos de ambos os sistemas.

3.1 Recuperação da Informação nos repositórios de *fanfictions*

Trazendo para a realidade dos repositórios de *fanfictions*, que existem por meio da colaboração e participação dos membros da comunidade, o processo de indexação das histórias é simplificado, consistindo apenas de atribuição de categorias limitadas e gêneros (que variam em número e especificidade nos

repositórios analisados) e a possibilidade do uso da indexação social (folksonomia).

A representação temática das histórias realizada pelo autor do conteúdo consiste em atribuição de categoria(s), atribuição de cânone(s), atribuição de gênero(s), atribuição de título, atribuição de *tags* e sinopse.

Os repositórios possuem diferentes modos de recuperar histórias e os termos considerados na recuperação diferem de acordo com o modo de recuperação. Por exemplo, na busca feita na barra de pesquisa, recuperaram-se histórias a partir dos termos utilizados no título, no nome do autor ou na sinopse e não necessariamente pelas *tags* atribuídas pelo autor das histórias.

Com o intuito de garantir certa estrutura para a recuperação das histórias, os repositórios contam com uma taxonomia simples, isto é, contam com uma lista pré-estabelecida de termos, tanto para as categorias quanto para os gêneros. Essa taxonomia é implementada constantemente pelos próprios usuários, porém a contribuição destes ocorre por intermédio de administradores responsáveis por essa atividade nos repositórios.

Assim, o usuário sugere a adição de novas categorias (também são denominadas cânones) ou novos gêneros por meio de canal de comunicação próprio. Nesse sentido, o administrador avalia a pertinência do pedido e, a depender da avaliação, o termo é adicionado à lista.

No entanto, alguns repositórios permitem ao usuário criar suas próprias *tags*, como é o caso do *Wattpad*. O supracitado repositório recupera todos os descritores como *tags*, sem fazer distinção de descritores de categoria ou de gênero, seguindo uma via oposta aos outros repositórios avaliados. Nesse sentido, o autor-usuário do *Wattpad*, ao indexar sua história, deve selecionar uma das categorias definidas pelo repositório, depois ele poderá criar as *tags* para sintetizar sua história. A criação de *tags* pelo usuário representa a folksonomia do repositório.

No caso do *Wattpad*, ocorre a folksonomia específica, o que significa que somente o autor da história participa da indexação da mesma e, dessa forma, ele pode criar *tags* segundo seu critério.

Como as *tags* finais são adicionadas levando em consideração termos pré-determinados e termos criados pelo usuário, podemos afirmar que o repositório usa um modelo híbrido de taxonomia-folksonomia. Esse tipo de indexação tem sido apresentada como uma alternativa para corrigir algumas debilidades que a folksonomia apresenta, tais como:

- ausência de hierarquia;
- carência de controle;

- imprecisão; e
- ambiguidade.

Considerando o volume de informação disponível nos repositórios de *fanfictions*, talvez esse seja o método mais viável para um aperfeiçoamento na indexação das histórias, por permitir a combinação entre a exaustividade, através da atribuição de *tags* pelos usuários (folksonomia), e a seletividade que é representada pelas categorias e pelos gêneros que seguem uma taxonomia.

4. Metodologia

A pesquisa é descritiva e exploratória com abordagem qualitativa através do método comparativo. A pesquisa configura-se como descritiva, pois se preocupa em descrever as formas de busca disponíveis nos repositórios analisados, além da organização presente nos mesmos. Ela ainda é exploratória, na medida em que realizou testes de recuperação sem nenhum manual ou método pré-definido.

Caracteriza-se como qualitativa, pois qualificou os resultados obtidos à luz da teoria de indexação, folksonomia e recuperação da informação no âmbito da Ciência da Informação.

O teste de recuperação foi realizado utilizando estratégias de busca de acordo com as possibilidades existentes nos repositórios, simplesmente utilizando a escolha de um único termo ou a combinatória de muitos termos, sendo essa estratégia mais elaborada. A escolha do cânone para o teste de recuperação foi a obra “A Bela e a Fera”.

Os resultados das buscas foram comparados entre si, de modo a destacar os pontos convergentes e divergentes na recuperação da informação em cada repositório sob o ponto de vista dos possíveis usuários das plataformas.

5. Resultados e Discussões

Os resultados dos testes de recuperação das *fanfictions* foram analisados sob a perspectiva dos princípios da recuperação da informação: especificidade, revocação, precisão. O intuito foi analisar como a indexação realizada pelos próprios autores condiciona o valor do sistema do repositório de *fanfictions*.

Para testar a efetividade da recuperação das histórias foram mapeadas todas as formas de busca disponíveis nos seguintes repositórios: *Nyah! Fanfiction*, *Spirit Fanfiction* e *Wattpad*. A seguir a descrição, análise, resultados e discussões.

5.1 Recuperação de histórias no repositório *Nyah!*

A primeira forma de recuperar histórias é a ferramenta de pesquisa na página inicial. Com ela é possível filtrar a busca por título ou autor (seleção de filtro obrigatória). Nesse tipo de pesquisa a recuperação dá ênfase a existência do termo pesquisado no título da história.

Outra forma de buscar histórias é através da aba Categorias, localizada no menu principal, seguindo o percurso: seleção da categoria desejada entre a lista disponibilizada no repositório, seleção do cânone (ordem alfabética, atalho de alfabeto), adição de filtros: “Exibir apenas histórias com o gênero...”, “Exibir apenas histórias sem o gênero...”, “Apenas histórias concluídas” e “Não listar *crossover*”. A seguir foi realizado um teste de recuperação com o objetivo de testar a revocação, a precisão e a especificidade.

As categorias disponíveis são: Animes/Mangás; Bandas/Cantores; *Cartoons*; Filmes; Jogos; Livros; *Nyah!*; Originais; Poesias; Quadrinhos; Seriadados/Novelas/Doramas.

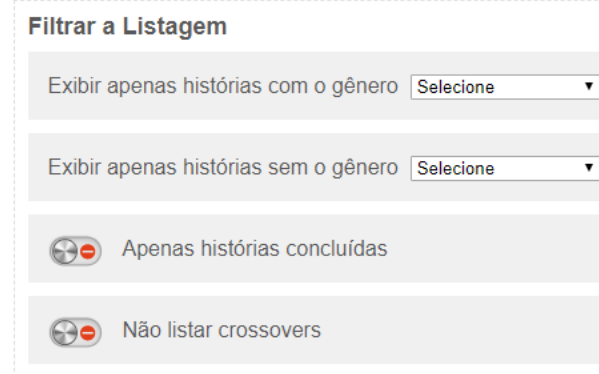


Figura 1. Print Screen filtros *Nyah!*

Teste de recuperação:

O teste seguiu o seguinte percurso: aba Categorias no menu -> filmes -> A Bela e a Fera.

Quadro 1. Teste dos filtros com o cânone “A Bela e a Fera” no *Nyah!*

FILTROS	Quantidade de histórias recuperadas
1. Categoria “A Bela e a Fera”	175
2. Sem o gênero Romance	71
3. Histórias Concluídas	57
4. Combinando filtros 1, 2 e 3	24
5. Retirar <i>Crossover</i>	51
6. Combinando filtros 1, 2, 3 e 5	13

7. Histórias com o gênero Fantasia	15
8. Combinando filtros 5 e 7	5
9. Combinando filtros 1, 3 e 5	26

Na recuperação, as *tags* de categorias são representadas pelo cânone, portanto não é possível filtrar uma categoria específica como um todo, apenas filtrar por um cânone específico contido em uma categoria que foi determinada no início da busca. Essa informação se torna relevante quando considerados os conteúdos transmídias, em que um termo pode determinar um cânone em diferentes categorias.

De forma geral, a recuperação no repositório *Nyah!* oferece certo nível de precisão, os filtros disponíveis ajudam a delimitar a precisão da busca e a possibilidade de combinação dos filtros permite uma recuperação ainda mais precisa.

O repositório permite filtrar apenas uma categoria desejada ou apenas um gênero desejado, através dos filtros “Não listar *crossovers*” e “Exibir apenas histórias com o gênero”, respectivamente.

No entanto, quando considerado a quantidade de gêneros disponíveis (32), constata-se que a busca apresenta limitações. Uma vez que não é possível combinar gêneros, a recuperação limita-se a excluir um único gênero através do filtro “Exibir apenas histórias sem o gênero”, o que causa alta revocação. Além disso, o filtro “Exibir apenas histórias com o gênero...” seleciona todas as histórias que tem o gênero selecionado como descritor, mas a recuperação inclui histórias com dois ou mais gêneros descritos. O filtro “Não listar *crossover*” serve para limitar a busca ao cânone definido no início da busca, procedimento que auxilia a precisão.

5.2 Recuperação de histórias no repositório *Spirit*

O repositório *Spirit* possui oito atalhos em seu menu inicial e, destes, cinco são para buscas de histórias, são eles:

- Recentes: seleciona as histórias atualizadas ou adicionadas recentemente.
- Destaques: histórias selecionadas pela equipe do repositório levando em consideração enredo, qualidade da escrita, criatividade, entre outros critérios. A seleção é feita semanalmente alterando a categoria de seleção rotativamente.
- Gêneros: lista os gêneros disponíveis no repositório.
- Categorias: lista as categorias disponíveis no repositório.
- *Tags*: lista as *tags* mais populares do repositório, entre as *tags* estão termos que definem categoria, gênero, personagem, cânone ou assuntos não contemplados nos anteriores.

Além desses filtros, o repositório possui a aba “pesquisar”, que permite pesquisar termos filtrando por: história, fórum, grupos, membros, *style* (*template* para página da história) e jornais. A seleção de filtro é obrigatória e, quando utilizado o filtro “história”, a busca só recupera o termo (ou termos) que estiver no título da história.

Ao pesquisar pela aba Gênero são listados todos os gêneros disponíveis na página e, ao selecionar um dos gêneros, aparece uma lista com as histórias mais recentes. Nessa página também é possível filtrar por “mais populares” e “mais comentadas”.

A busca pela aba Categoria lista todas as categorias em ordem alfabética. Ao selecionar uma delas, o repositório lista automaticamente os cânones com maior número de histórias disponíveis. As categorias são: Animes/Mangás; Bandas/Músicos; *Cartoons*; Celebidades; Concursos; Filmes; Games; Histórias Originais; Livros; Mitologias/Lendas; Quadrinhos; Séries/Novelas/TV; *Youtubers/Social Media Stars*.

Na mesma página há uma barra para inserir o termo desejado, em que também é possível filtrar por ordem alfabética. Quando é inserido um termo, nesse caso “bela”, o repositório recupera três cânones (A Bela e a Fera, A Bela Adormecida e A Bela Junie) que somam 1.144 histórias. O interessante é que o repositório só recupera o termo que estiver no título, garantindo especificidade.

A busca através da aba Categorias também conta com vários filtros. Ao selecionar um cânone são listadas as histórias “mais recentes” baseadas no cânone selecionado e, como na busca por gêneros, é possível refinar a revocação em “mais populares” e “mais comentadas”. O diferencial nessa aba são os filtros extras que ela disponibiliza:

- Personagens;
- Gêneros;
- Classificação (idade indicada);
- Idioma (português, inglês, espanhol);
- Terminada (histórias finalizadas);
- *Crossover*;
- Palavras (quantidades de palavras);
- *Tags*;

- Sem o Personagem;
- Sem o Gênero.

Eles podem ser combinados entre si e é possível selecionar mais de um item nos filtros: Personagens, Gêneros e *Crossover*.

A busca ainda pode ser realizada através da aba *Tags*. Nessa aba são listadas todas as *tags* usadas nas descrições das histórias.

O repositório lista as *tags* por popularidade e, também, disponibiliza um filtro para as *tags* favoritas do usuário. O recurso de *tags* é opcional e elas são atribuídas durante a indexação da história, a quantidade de *tags* utilizadas é definida pelo usuário.

Refazendo o teste de efetividade dos filtros realizado no *Nyah!*, temos o seguinte resultado:

Quadro 2. Teste dos filtros com o cânone “A Bela e a Fera” no *Spirit*

FILTROS	Quantidade de histórias recuperadas
1. Categoria “A Bela e a Fera”	793
2. Sem o gênero romance	245
3. Histórias Concluídas	131
4. Combinando filtros 1, 2 e 3	53
5. Retirar <i>Crossover</i>	339
6. Combinando filtros 1, 2, 3 e 5	35
7. Somente Gênero Fantasia	25
8. Combinando filtros 5 e 7	9
9. Combinando filtros 3 e 5	69

O repositório permite uma grande flexibilidade na busca. O fato de ele disponibilizar tantas formas de pesquisa indica maior preocupação com a recuperação em relação aos outros repositórios. No entanto, por vezes apresentou algumas inconsistências e limitações na recuperação em relação ao uso dos filtros. Por exemplo, ao selecionar os filtros, a página recarrega repetidas vezes, prejudicando a usabilidade do repositório. Além disso, por vezes, ao fazermos o caminho inverso e removemos algum filtro selecionado, o repositório indica “página não encontrada”.

5.3 Recuperação de histórias no repositório *Wattpad*

Iniciou-se a busca a partir da aba “Pesquisa”, que recupera todos os itens em que o termo pesquisado estiver presente em parte ou representar o nome completo da história, se estiver presente nas *tags* usadas na indexação, ou ainda, se estiver presente no nome do autor. Observa-se que nesse repositório a indexação da história é mais arbitrária, pois praticamente qualquer palavra pode ser usada como descritor e será recuperado como *tag*, assim toda a busca é centrada nas *tags*, sem especificar gêneros ou categorias.

No teste de busca pelo termo “bela”, o repositório indica que há cerca de 57 mil histórias relacionadas ao termo, no entanto o termo pode estar presente no título da história, nos descritores (*tags*), na autoria ou qualquer palavra usada na sinopse.



Figura 2. Print Screen busca termo “Bela”



Figura 3. Print Screen busca termo “Bela” 2

No entanto, a busca apresenta algumas inconsistências. Para testar o grau de especificidade do repositório foram adicionados termos gradativamente na barra de pesquisa. O primeiro termo pesquisado isoladamente foi “bela”, que, como já indicamos, recuperou 57 mil itens, depois foi adicionado o termo “magia”, recuperando 2,5 mil itens, em seguida foi adicionado o termo “bruxa” que recuperou 19,5 mil itens, porém, ao adicionar o termo “floresta”, o total de itens não modifica. Após adicionar todos esses termos, foram abertas as duas primeiras histórias da lista, a primeira possui apenas as *tags* “bruxaria” e “conto” como descritores, a segunda possui apenas a *tag* “bruxa” como descritor. Ao pesquisar o termo “floresta” + “bruxa” separadamente o número de itens recuperados soma-se 19,5 mil, assim se conclui que, possivelmente, todas as histórias que envolvem o termo “floresta” já estavam incluídas na busca anterior, por essa razão não houve alteração na revocação mesmo com a adição de termos.

Com base no resultado da busca anterior é possível verificar uma diferenciação entre termo adicionado manualmente e adição de *tag* sugerida a busca. Quando foram pesquisados somente os termos “bela” e “magia”, o repositório sugeriu algumas *tags*, entre elas “magia” e, quando selecionado a *tag* sugerida, a busca reduz os resultados a 1,3 mil itens. Isso posto, entende-se que a *tag* sugerida na busca filtra somente histórias indexadas usando tal *tag*, enquanto a pesquisa por termo recupera o termo presente em qualquer parte do registro da história (sinopse, nome do autor, título).

A filtragem das histórias no repositório ocorre por combinação de *tags* sugeridas. Ao pesquisar um termo, o repositório lista termos passíveis de combinação entre si até a exaustão, ou seja, o repositório gera uma lista de histórias que tenham concomitantemente todos os descritores sugeridos ou o repositório recupera uma “página inexistente”.

O processo de combinar *tags* para especificar a busca também é possível através da aba “navegar” do menu inicial. Nessa aba, são listadas as categorias disponíveis no repositório. Em breve comparação com os repositórios anteriores, as categorias são razoavelmente diferentes, no *Wattpad* as categorias definem o gênero das histórias ao invés de listar o tipo de mídia do cânone, como ocorre no *Nyah!* e no *Spirit*. As categorias são: Romance, Fantasia, Paranormal, Horror, Ficção histórica, *Fanfiction*, História curta, Espiritual, Clássicos, Ficção científica, Humor, Mistério/suspense, Ação e aventura, Ficção adolescente, *ChickLit*, Poesia, Vampiro, Lobisomem, Ficção geral, Não-ficção e Aleatória.

Ao escolher uma categoria é possível fazer as combinações entre as *tags* sugeridas a partir da pesquisa de um termo inicial:

bela

Filtrar por: adolescente + amizade + amor + camilacabello +

57.4K HISTÓRIAS

Figura 4: Print Screen tags sugeridas

A lista de termos sugeridos vai se modificando de acordo com a seleção da *tag*.

O repositório possui filtragem extra nos dois sistemas de busca. Na busca pelo menu navegar, após escolher a categoria que deseja, além de combinar as *tags* é possível filtrar por “a ferver” (populares), “em ascensão” ou “novo”. Já na busca pela barra Pesquisar, onde é possível buscar termos descritivamente, o repositório disponibiliza a filtragem por “última atualização” (período em que a história foi atualizada), “comprimento” (quantidade de partes que compõem a

história) e “conteúdo” (mostra apenas histórias completas).

5.4 Avaliação geral dos repositórios analisados

O teste evidenciou que a recuperação é efetiva, considerando o amadorismo intrínseco a atividade. A oscilação da revocação conforme a seleção e combinação dos filtros é uma evidência disso. Seguindo o esperado, a adição de filtros diminuiu a revocação e aumentou a precisão, a especificidade está presente nas formas de busca em que são recuperados os termos indexados utilizando taxonomia ou folksonomia. Já nas formas de busca em que são recuperados termos contidos em qualquer parte da representação documental, há alto grau de ruídos na busca.

De forma geral, dentre os repositórios analisados, o *Spirit* aparenta ser o mais organizado e adaptável ao conteúdo, possibilitando alto grau de precisão e baixa revocação para aqueles usuários que tem completa noção do conteúdo que deseja ler, já para usuários abertos a sugestões, as buscas mais generalizadas podem recuperar uma grande quantidade de histórias. Para esses usuários, é mais viável usar os filtros de “destaques”, “mais populares” ou “mais comentadas” caso não queira avaliar um grande volume de conteúdo.

O sistema híbrido do *Wattpad* se mostrou eficiente, apesar de algumas imprecisões. A pesquisa realizada combinando termos e *tags* sugeridas gera baixa revocação na maioria das vezes. No entanto, aparentemente, o sistema não possui um sistema de controle de *tags*, o que pode impactar a precisão da recuperação no sentido de recuperar itens que são indesejáveis. Em pesquisas no fórum, descobriu-se que não é possível para o usuário denunciar uma *tag* que ele julgue inapropriada, somente é possível denunciar a história como um todo, esse foi o único meio de *feedback* encontrado para os usuários. Outro ponto problemático é que na busca pela aba Pesquisar o sistema não diferencia termos de partes de palavras e, dessa forma, um termo mais genérico pode trazer alta revocação. Por exemplo, ao pesquisar pelo termo “cão” não são recuperadas histórias indexadas com o termo cachorro, mas são recuperadas histórias com os termos: “coração”, “restituição”, “ambição”, “caos”, “traição”, entre outros, demonstrando que o sistema não tem um sistema de relacionamento entre termos, nem de significado do termo e não é capaz de distinguir acentos.

6. Transmídias

As narrativas transmídias são “histórias que se desenrolam em múltiplas plataformas de mídia, cada

uma delas contribuindo de forma distinta para nossa compreensão do universo; uma abordagem mais integrada do desenvolvimento de uma franquia do que os modelos baseados em textos originais e produtos acessórios” (JENKINS, 2009, p. 384). Em outras palavras, são narrativas que fluem entre diferentes mídias, agregando ou recontando o cânone inicial. Alguns desses cânones se destacam conforme é narrado sob a perspectiva de diferentes autores, tal fenômeno é recorrente com os quadrinhos, pois a autoria de diversos quadrinhos é compartilhada ou alternada com certa periodicidade. Para verificar como o repositório lidava com a organização desse tipo de narrativa, foi utilizado cânones como *Batman* que possui vários títulos famosos, tais como: A piada mortal, O cavaleiro das trevas, Arkham etc.

6.1 Nyah!

Produtos transmídias recebem *tags* diferentes nas diferentes categorias em que se inserem. Esses produtos podem receber o mesmo termo ou termo específico baseado em cânone específico. Como exemplo foi pesquisado o termo “*Batman*” nas categorias “*Cartoons*”, “*Filme*” e “*Quadrinhos*”. Por ser um cânone reproduzido em diferentes gêneros documentais sob a autoria de diferentes autores, pode haver especificações, como é o caso da categoria Filmes, em que o cânone *Batman* aparece em termo composto. É possível que essa especificação seja permitida até certo nível, do contrário a organização do repositório poderia ficar “poluída” com tantas formas de designar o cânone *Batman*, considerando que a ferramenta de busca do repositório não é tão elaborada. Em uma busca pelo cânone *Batman* foram recuperados dois termos para o cânone: *Batman* que constava nas categorias “*Cartoons*” e “*Quadrinhos*” e *Batman and the Dark Knight* para Filmes. A recuperação trouxe os seguintes números:

Quadro 3. Recuperação de recursos transmídias

CATEGORIA	Quantidade de histórias	Sem Crossover
<i>Cartoons</i>	149	31
Quadrinhos	309	126
Filmes	134	21

A especificidade no nome dos cânones ajudam na precisão, já que os cânones são desenvolvidos de diferentes formas entre as diferentes mídias. O fã sabe diferenciar os cânones de acordo com sua autoria e com as histórias baseadas nestes cânones não seria diferente. Apesar do repositório não permitir uma

precisão melhor em relação aos itens transmídias, essa pequena diferenciação já colabora para a recuperação.

6.2 Spirit

No *Spirit* o cânone entra como categoria e o tipo de mídia entra como descritor do cânone. Por esse motivo, não há distinção dos cânones em relação à mídia.

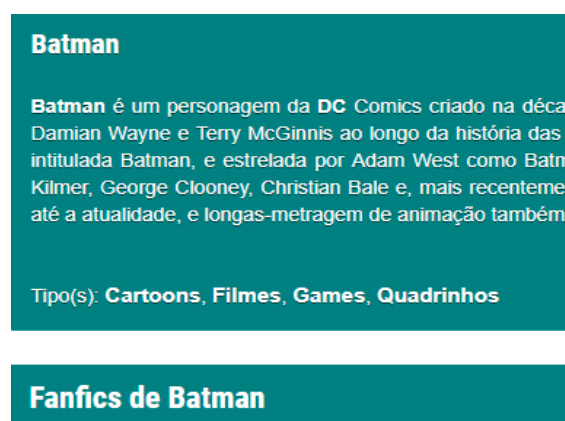


Figura 5. Print Screen da categoria Batman

Portanto, não é possível filtrar o cânone considerando a mídia, por exemplo, se o usuário estiver buscando por *fanfics* sobre o *Batman* baseado na trilogia recente do cinema, não será possível filtrar. Essa limitação interfere diretamente na especificidade da indexação e na precisão da busca, contribuindo para a alta revocação na recuperação das histórias.

6.3 Wattpad

Como não há atribuição de gêneros pré-definidos na indexação, os cânones podem ser diferenciados facilmente pela *tag* criada pelo autor-usuário.

Considerações Finais

A organização da informação sempre esteve ligada a sistemas hierárquicos de classificação criados por especialistas. Com a ascensão da *web* social, surgiram novos modos de produção e indexação de conteúdos digitais.

As *fanfictions* representam uma nova forma de trabalho que tem a colaboração como princípio básico. É, portanto, a comunidade que produz, troca trabalhos, se organiza e se aperfeiçoa através da contribuição contínua de seus membros. Uma parte importante desse trabalho é a organização dos repositórios em que as histórias são depositadas, a indexação social que ocorre influencia diretamente a recuperação do conteúdo.

A pesquisa mostrou que a recuperação da informação varia entre os repositórios analisados, alguns demonstram maior preocupação com a forma de recuperação do que outros, alguns dão mais opções ao autor-usuário, outros restringem a indexação visando maior organização. Quando levados em conta os princípios da indexação para analisar os repositórios, é possível elencar algumas deficiências no sistema, nada grave o suficiente para inviabilizar o uso dos repositórios, mas todas passíveis de melhorias.

Em uma análise geral, conclui-se que não há consenso quanto à noção de categoria ou de gênero. No *Spirit* o cânone é a categoria e a mídia do cânone são “tipos”, já no *Wattpad* as categorias apresentam características de gênero. Além disso, na folksonomia foram apresentados *tags* que não pareciam ser essenciais para descrição do conteúdo. Há problemas quanto à relação entre termos, conceitos e distinção de acentuação. E, por último, os produtos transmídias não têm diferenciação entre as categorias, isto é, não há especificidade na indexação dos termos. Ao mesmo tempo em que é compreensível essa limitação no sentido de não sobrecarregar o repositório, é evidente que prejudica a precisão na recuperação.

Por outro lado, os repositórios contam com várias formas de recuperação e diversos filtros para auxiliar a busca, levando em consideração que a maioria desses repositórios são gerenciados por equipes de voluntários e que a indexação é feita pelo próprio usuário, é possível afirmar que, de forma geral, os repositórios são eficientes, porém carecem de otimização.

Pensando em formas de melhorar a recuperação desses repositórios, sugere-se o modelo híbrido de taxonomia-folksonomia com maior participação dos leitores usuários. Aliando o sistema hierárquico da taxonomia para a organização e definição de categoria e gênero ao sistema participativo da folksonomia para a atribuição de *tags*, estabelece-se uma representação mais dinâmica, porém é necessário um sistema de manutenção contínua. A manutenção da indexação pode ocorrer por meio de *feedback* dos usuários, sugerindo acréscimo de *tags* ou questionando o emprego incorreto das *tags*. A implementação de diretrizes para indexação também complementar a melhoria da recuperação nos repositórios. Há alguns tópicos nos fóruns e até vídeos de usuários dos repositórios no *youtube* que dão dicas de como utilizar a indexação para alcançar visibilidade para história, porém nada formal.

Portanto, a comunidade de fãs que escrevem *fanfictions* representa um nicho de estudo para área de Ciência da Informação no sentido de compreender novas formas de indexação de conteúdo e promover subsídio teórico para as formas colaborativas de classificação e recuperação da informação nos ambientes digitais.

Referências

- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Inuminuras, 2004.
- GLASSEY, Olivier. When taxonomy meets folksonomy: towards hybrid classification of knowledge?. In: **Proceedings of the ESSHRA International Conference ‘Towards a Knowledge Society: Is Knowledge a Public Good**. Bern, 2007.
- GONZÁLES, Jose Antonio Moreiro. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KIU, Ching-Chieh; TSUI, Eric. TaxoFolk: a hybrid taxonomy-folksonomy classification for enhanced knowledge navigation. **Knowledge Management Research&Practice**, v. 8, n. 1, p. 24-32, 2010.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev.atul. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- NYAH! **Um pouco mais sobre o Nyah! Fanfiction**. 2019. Disponível em: <https://fanfiction.com.br/imprensa>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- SPIRIT fanfics e histórias. **Sobre o Spiritfanfics e histórias**. 2019. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/sobre>. Acesso em 10 abr. 2019.
- WATTPAD. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://www.wattpad.com/about/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

• TemaTres: Uma análise acerca de suas funcionalidades

TemaTres: An analysis about its functionalities

Raquel Ellen Simões Ferreira (1), Heliomar Cavati Sobrinho (2)

(1) (2) Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza – CE, 60020-181, (1) raquelellenf@gmail.com. (2) heliomarcavati@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo compreende a análise da ferramenta TemaTres como instrumento de criação e administração de Linguagens Documentárias (LDs) sob a perspectiva da sua utilização pelo profissional Bibliotecário. Tem o objetivo de avaliar o TemaTres como uma alternativa para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e profissionais da Biblioteconomia, referente às Linguagens Documentárias. Assim, de forma específica, tem por objetivos: testar as funcionalidades do TemaTres; e evidenciar as possíveis facilitações dos processos relacionados às LDs, utilizando-se de ferramentas relacionadas. Para sua avaliação foram utilizados microtesauros desenvolvidos por estudantes de graduação em Biblioteconomia, na disciplina de Linguagens Documentárias, utilizando o “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouro” de Cervantes (2009). Foram testadas cada uma de suas funcionalidades a fim de avaliar seus aspectos favoráveis e suas possíveis aplicabilidades, além de apontar seus aspectos que necessitam de melhorias. Os resultados demonstram que a ferramenta fornece praticidade no desenvolvimento e na manutenção de LDs além de abranger diversas possibilidades de aplicação. A utilização de tais ferramentas torna-se, assim, benéfica não somente aos estudantes e profissionais, mas para a área da Biblioteconomia de forma geral, a qual necessita estar preparada para usar os mecanismos desenvolvidos especificamente para o seu fazer profissional.

Palavras-chave: TemaTres; Sistemas de Organização do Conhecimento; Linguagens Documentárias; Tesouro.

Abstract

The present study comprises the analysis of the TemaTres tool as an instrument for the creation and administration of Documentary Languages (DLs), from the perspective of its use by the professional Librarian. It aims to evaluate TemaTres as an alternative for the development of academic and professional activities of Librarianship, related to Documentary Languages. Thus, in a specific way, its objectives are: to test the functionality of TemaTres; and to highlight the possible facilitation of processes related to DLs, using related tools. Microthesauros developed by undergraduate students in Librarianship, in the discipline of Documentary Languages, using the "Integrated Methodological Model for the Construction of Thesaurus" by Cervantes (2009) were used for their evaluation. Each one of its functionalities was tested in order to evaluate its favorable aspects and its possible applicabilities, besides pointing out its aspects that need improvement. The results demonstrate that the tool provides practicality in the development and maintenance of DLs, besides covering several possibilities of application. The use of such tools is therefore beneficial not only to students and professionals but to the field of Librarianship in general, which needs to be prepared to use the mechanisms developed specifically for their professional work.

Keywords: TemaTres; Knowledge Organization Systems; Documentary Languages; Thesaurus.

1 Introdução

A representação consiste num processo de substituição de um objeto por algo que remeta mesmo valor semântico ao seu receptor (PEIRCE, 1977, p. 61), estabelecendo um processo comunicativo. No âmbito da Representação do Conhecimento, esse procedimento utiliza a linguagem como instrumento mediador dessa comunicação. Entretanto, torna-se pertinente estabelecer as diferenças entre a Linguagem Natural (LN) e a Linguagem Documentária (LD), sendo esta última aquela de interesse para a área. Assim, tem-se que:

Tal como a LN, as LDs são sistemas simbólicos instituídos que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as LDs devem tornar possível a

comunicação usuário-sistema. (CINTRA et al., 2002, p. 34)

Observa-se, assim, que o processo comunicativo das LDs se estabelece na relação entre a transmissão precisa do conteúdo de um documento para o seu respectivo usuário. Assim, é necessário que as relações semânticas entre os termos das LDs sejam bem desenvolvidas. Para que isso seja possível, é necessário se ter um controle terminológico em cima do conteúdo a ser representado, pois

As áreas especializadas da experiência humana devem ter seu universo nocional devidamente identificado, a partir de um dado ponto de vista, para que seja possível organizá-lo de forma sistemática, ou seja, inter-relacionada. Só a organização nocional de uma área permite a utilização de instrumentos eficazes para o

tratamento e recuperação da informação. (CINTRA et al., 2002, p. 35)

Dessa forma, pode-se afirmar que através de uma delimitação em cima de um determinado domínio do conhecimento, os conceitos a serem utilizados estarão limitados a fronteiras terminológicas que garantirão que as relações entre eles tenham um controle fixo pré-estabelecido na organização da LD. À vista disso, torna-se possível uma recuperação da informação precisa por parte de uma comunidade de usuários específica a determinado sistema de informação.

Para esse propósito, os tesouros se destacam como uma alternativa eficaz, tendo em vista que “voltam-se para domínios cada vez mais particulares, sendo construídos em função de universos muito determinados.” (CINTRA et al., 2002, p. 57). Além disso, eles fornecem a possibilidade de modelar conceitualmente os domínios do conhecimento através de sua sistematização na organização dos termos e das relações entre eles, permitindo a esquematização e o gerenciamento da cadeia de conceitos destes domínios. Dessa forma, os tesouros caracterizam-se como *Sistemas de Organização do Conhecimento* (SOC), definidos por Carlan (2010, p. 28-29) como “(...) uma denominação nova para as linguagens documentárias que agregam elementos incorporados nas inovações tecnológicas da era digital”. A esse respeito, indica-se a utilização dos tesouros como uma das principais ferramentas de representação do conhecimento eficaz à recuperação da informação na web e organização de recursos digitais, ainda que seu esquema de relações não permita uma utilização legível por máquinas, tal como as ontologias.

Tendo em vista as características e funções dos tesouros supracitadas, evidencia-se a importância desses SOCs para a área da Organização do Conhecimento, que “visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Assim, os estudos relacionados aos tesouros, seus modelos metodológicos e critérios de construção, bem como suas aplicações na Era Digital são importantes para a área da Ciência da Informação, sobretudo para a Biblioteconomia, em que se encontram os profissionais responsáveis pelo seu uso e administração. Sob este aspecto, encontra-se a necessidade de que os estudos e procedimentos necessários para a realização dessas atividades sejam constantemente avaliados, principalmente devido aos avanços tecnológicos que podem trazer inovações benéficas ao desenvolvimento das mesmas.

Um exemplo dessas inovações está na existência recente de softwares de criação e gerenciamento de linguagens documentárias, de modo a facilitar essas atividades e o seu acompanhamento. Além de possibilitar que as LDs sejam criadas e editadas por seus administradores a partir de dispositivos

eletrônicos autorizados, de maneira simples, rápida e prática, o que representa um aspecto extremamente positivo, tendo em vista a necessidade de atualização constante das LDs conforme novos termos e conceitos vão se estabelecendo. Esse e outros aspectos benéficos ao desenvolver dessas atividades devem ser levados em consideração para o incentivo da utilização dessas ferramentas pelos profissionais bibliotecários.

Considerando o exposto e tendo em vista as novas complexidades e demandas em cima de instrumentos que possam organizar e representar o conhecimento nos meios digitais, bem como a necessidade evidente de ferramentas que facilitem o trabalho desse profissional em cima dessas novas demandas, a presente pesquisa objetiva dimensionar os aspectos positivos e/ou deficitários da utilização de softwares de gerenciamento de Linguagens Documentárias a partir da avaliação prática da ferramenta TemaTres.

Dessa forma, tem-se como problema de pesquisa a questão: de que forma a ferramenta TemaTres, enquanto software de criação e gerenciamento de Linguagens Documentárias, auxilia no desenvolvimento de atividades acadêmico-profissionais da Biblioteconomia?

Justifica-se inicialmente a elaboração dessa pesquisa pela aspiração em contribuir com a constante evolução da Biblioteconomia através de estudos relacionados com o incentivo de novas práticas, sobretudo àquelas relacionadas com a utilização das tecnologias digitais no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, âmbito que necessita de constantes estudos e contribuições das áreas intrínsecas a essa temática.

Outros fatores determinantes para a escolha dessa temática se referem à necessidade de evidenciar uma possível alternativa para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e profissionais relacionadas às Linguagens Documentárias para estudantes, professores e Bibliotecários que estejam à procura de uma ferramenta do gênero. Além de existirem poucos estudos voltados à experimentação dessas ferramentas e suas possíveis aplicações na área.

Assim, de forma específica, teve-se por objetivos: a) testar as funcionalidades do TemaTres; b) vvidenciar as possíveis facilidades dos processos relacionados às LDs trazidas pela utilização de ferramentas do gênero.

2 Metodologia

O trabalho teve como fundamentação o teste da ferramenta TemaTres para a criação de vocabulários controlados. Para sua avaliação foram utilizados microtesouros desenvolvidos por estudantes de graduação em Biblioteconomia na disciplina de Linguagens Documentárias, utilizando o “Modelo

Metodológico Integrado para Construção de Tesouro” de Cervantes (2009), que dispõe da apresentação das relações básicas existentes em tesouros, como demonstrado no Quadro 1 do Apêndice A. Destes, foram extraídos dois microtesouros para realização desta pesquisa. Assim, para a análise das funcionalidades, os minitesouros selecionados foram construídos no programa, a partir da utilização de seus mecanismos disponibilizados, avaliando a eficiência na execução de atividades pertinentes à construção e ao gerenciamento de tesouros, em que se observou que o TemaTres consiste numa ferramenta com grande potencial utilitário para estudantes e profissionais da Biblioteconomia, mas que apresenta alguns obstáculos a serem enfrentados para que seja possível sua utilização.

3 TemaTres

Para facilitar a criação de vocabulários controlados foi desenvolvida uma ferramenta de código aberto chamada TemaTres (2018), que oferece um ambiente digital para criação e gerenciamento de vocabulários controlados, tesouros, taxonomias e outros tipos de representações do conhecimento. De acordo com o Wiki (2018) da própria ferramenta

O TemaTres suporta gerenciamento de modelos distribuídos, garantindo a consistência e integridade dos dados e as relações entre eles. E possui funções especialmente para rastreamento de dados e qualidade do contexto do vocabulário controlado. Ainda suporta a análise e categorização dos termos para pesquisa, o que possibilita que os vocabulários possuam uma representação exaustiva de metadados padronizados que são relevantes para o gerenciamento do conhecimento. (Tradução nossa)

Na página principal do TemaTres (2018) é possível encontrar suas principais funções, que podem ser representadas pelas seguintes divisões:

- a. Características das edições dos termos: edição de cada termo, fácil gerenciamento de relações conceituais, sem limites de números de termos, tags alternativas, níveis de hierarquia, *upload* em massa de termos, atribuição de códigos únicos para cada termo, gerenciamento dos termos relacionados por regras, definição e criação de novos tipos de relações entre os conceitos e os termos;
- b. Características de gerenciamento: uma conta para vários vocabulários, milhões de conceitos, exportações de arquivos, usuário único para gerenciamento, termos e usuários são supervisionados, relato avançado com desenvolvedor, opções de configurações avançadas;
- c. Garantia de qualidade: detalhados e flexíveis relatórios sobre indicadores de qualidade com o desenvolvedor;

d. Características de edição dos comentários: lista de comentários, histórico e comentários bibliográficos, notas privadas, utilização de imagens e links nos comentários, conceitos da wiki para diferenciação de termos, criação de novos tipos de notas.

Percebeu-se pelas funções apresentadas do TemaTres que a ferramenta tem potencial para facilitar a criação de linguagens documentárias e aperfeiçoamento de tesouros já existentes. A experimentação prática da ferramenta foi necessária para definir até onde as funções apresentadas cumprem com seus objetivos e quais aspectos deficitários em sua utilização.

3.1 Instalação

No geral, a ferramenta demonstrou grande praticidade, apresentando facilidade de acesso e uso, com uma interface simples. A maior complexidade encontrada em sua utilização parte da etapa de sua instalação, pois requer alguns componentes para ser utilizado, esse fator se dá pela definição em si da ferramenta, muitas vezes caracterizada de maneira simplista como um software (o que pode gerar certas complicações aos seus potenciais usuários, que terão a errônea percepção de um programa a ser baixado e utilizado a partir de seu *desktop*), mas que consiste numa aplicação web que exige alguns mecanismos “mediadores”, que garantirão seu funcionamento a partir de outros recursos, como, por exemplo, um navegador (*browser*).

3.2 Pré-requisitos

Como salientado anteriormente, para utilização das funcionalidades do TemaTres, existirão alguns requisitos, citados no próprio site da ferramenta, onde tem-se que

TemaTres é um servidor de vocabulários de código aberto, uma aplicação web para administrar e explorar vocabulários, tesouros, taxonomias e outras representações formais do conhecimento. Requer PHP, MySQL e um servidor web HTTP. (Tradução nossa)

Então, para utilização do TemaTres, foi necessária a instalação prévia dos recursos apresentados, sendo eles:

3.2.1 Instalação PHP

Um dos primeiros pontos levantados durante a instalação do TemaTres foi a percepção de que todos os arquivos presentes em seu diretório, encontravam-se em formato PHP. Para tanto se faz necessário uma instalação PHP, bem como um leitor/editor de arquivos PHP para configurar a ferramenta Tematres em seu dispositivo. Para isso, foi utilizado o PHP versão 5.6.38 e o *Notepad++* para edição dos arquivos em PHP.

3.2.2 MySQL

Para administração do Tematres, também se faz necessário a utilização do *MySQL*, um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) muito popular que utiliza a linguagem SQL como interface. Ele é apenas o SGBD padrão utilizado para o TemaTres, mas a escolha varia conforme as preferências do utilizador.

3.2.3 Web Server HTTP

Outro requerimento para sua utilização está na presença de um *WebServer* (Servidor Web) com suporte HTTP. Para tanto, fez-se uso do Apache 2.2 para teste do TemaTres.

3.2.4 PhpMyAdmin

Essa ferramenta não se encontra nas especificações de requisitos para utilização do TemaTres, entretanto terá papel fundamental para a administração dos tesouros a serem desenvolvidos. O *PhpMyAdmin* servirá como interface web na utilização do *MySQL*.

Em um primeiro momento, observa-se que tais requisitos podem representar dificuldade para os usuários que não tiverem certa familiaridade com a área da informática/computação, entretanto não se faz necessário em momento algum que os utilizadores tenham experiência com tais componentes, seja em linguagens de programação, banco de dados ou servidor web. Esses componentes podem ser facilmente instalados com auxílio de um breve tutorial, não necessitando de conhecimentos especializados nessas áreas. Existe, ainda, a opção de fazer a instalação do *XAMPP*, um software livre que permite fazer a instalação simultânea do *Apache*, do *MySQL* e do *PhpMyAdmin*, facilitando ainda mais esse processo de instalação. Entretanto, é compreendido que a instalação, configuração e utilização desses requisitos podem, sim, significar possíveis obstáculos para alguns usuários potenciais.

3.3 Análise das Funcionalidades

O TemaTres além de possuir uma interface agradável e de fácil acesso, disponibiliza de um menu simples, que garante aos seus utilizadores uma experiência completa na criação e na administração de seus vocabulários controlados.

3.3.1 Inserção de Termos

Na Figura 1 a seguir, observamos que a interface principal consiste numa ferramenta visual de busca padrão com as opções aos lados de inserir novos termos ou de aplicar relações aos termos inseridos, opção presente dentro do “Menu”.



Figura 1. Exemplo de Tesouro desenvolvido no TemaTres. Fonte: Autores (2019)

A figura apresenta um tesouro inserido ao TemaTres, em que se verifica que, após a inserção de todos os termos, o índice em forma alfabética é apresentado com as iniciais dos termos inseridos, que ao serem clicados, revelam suas respectivas ligações. Também é possível consultar os termos inseridos através dos Termos Genéricos (TG) disponíveis, apresentados na página inicial do tesouro, servindo como um mapa que guiará o administrador/usuário até o termo mais específico desejado.

A ferramenta conta também com a opção de adicionar vários termos em uma única aplicação, o que garante agilidade na composição do tesouro, além de realizar a exclusão automática de termos no caso da inserção de termos repetidos. Ainda com relação à adição de termos, uma vantagem observada no TemaTres se dá por conta da sua possibilidade de inserção de infinitos termos, o que possibilita uma variedade de opções para sua utilização. Outra opção disponível é a introdução de notas para melhor esclarecimento das relações estabelecidas no vocabulário desenvolvido. É possível, ainda, adicionar a URL de uma imagem para representar os termos inseridos.

3.3.2 Relações entre os termos

O TemaTres oferece ótimos recursos para gerenciar as ligações entre os termos, não dispondo de grandes complexidades. Essa atividade pode ser realizada pelo “Menu” de maneira simples. Entretanto, ele não dispõe de uma opção para a realização de aplicação simultânea de uma relação a divergentes termos, o que torna esse processo um pouco demorado, existindo a necessidade de que o utilizador indique separadamente cada relação existente entre eles, com exceção da circunstância em que os termos possuam grafia semelhante ou se encontrem livres na cadeia hierárquica, caso em que é possível selecionar vários termos dentro desses conjuntos organizados e disponibilizados pelo próprio TemaTres, possibilitando aplicação simultânea de uma mesma relação aos termos selecionados dentro desses conjuntos.

Outro aspecto positivo no desenvolvimento das relações pelo TemaTres está na capacidade de

acompanhar de imediato as ligações que vão se estabelecendo a partir da visualização da estrutura que se desenvolve, tornando-se mais visível a ordenação lógica dos termos. A importância desse acompanhamento ficou evidente quando a partir desse mecanismo perceberam-se algumas confusões acerca das relações presentes nos tesouros aplicados. Os descritores “TR” e “TE”, por exemplo, foram utilizados de forma desordenada, criando relações errôneas entre os termos. Além de alguns termos se encontrarem soltos dentro da estrutura hierárquica. Esses equívocos podem ser explicados pelo fato da constituição de uma LD a partir de coleta e verificação de termos, representar apenas uma parte do processo de administração desse vocabulário. Os desafios do desenvolvimento dessas linguagens apenas se tornam evidentes quando aplicados praticamente a uma ferramenta com esse propósito em específico, pois irá dispor dos mecanismos necessários para visualizar e acompanhar a estrutura da LD em desenvolvimento. É somente nesse momento que os desafios são explicitados e passíveis de resolução. No caso, a incompatibilidade nas relações entre os termos, gerada por esses “erros”, impossibilitaram a conclusão do tesouro da maneira que foi proposta no tesouro selecionado, sendo necessário adequar corretamente essas relações a partir da inserção de novos termos, inclusive Termos Gerais (TG).

Realizando as alterações necessárias, segue na Figura 2 o exemplo de algumas relações desenvolvidas no tesouro a partir do TemaTres:



Figura 2. Exemplo de relações criadas no TemaTres. Fonte: Autores (2019)

3.3.3 Busca

O sistema conta com opções de busca simples e busca avançada. Na pesquisa avançada, é possível optar pela busca através do “termo”, “meta-termo”, “termo não preferido (UP)” ou pelas “notas”.

3.3.4 Exportação do Tesouro

As opções de exportação estão presentes na aba “menu”, na opção “Administração” > “Exportação”, em que são disponibilizados vários formatos para exportação do tesouro desenvolvido, além de fornecer opções quanto à organização a ser utilizada (sistemática ou alfabética). A partir dessa variação de formatos disponíveis para “salvar” os tesouros, compreende-se a grande capacidade de integração de dados do TemaTres a partir de modelos como o *Simple Knowledge Organization System* (SKOS), que garantem a interoperabilidade, sendo possível fazer uso dos tesouros criados a partir dessa ferramenta em outros mecanismos semelhantes sem comprometer sua estrutura, o que representa um aspecto positivo em sua utilização. Além da exportação, é possível também importar tesouros criados nesses mesmos formatos. O sistema fornece também a opção de exportar apenas os termos presentes em determinado Termo Geral (TG).

Os tesouros também podem ser exportados em formato texto (.txt, PDF), em que vai apresentar a estrutura do tesouro desenvolvido com suas respectivas ligações, sendo organizados de maneira sistemática ou alfabética.

3.3.5 Inserção de novos vocabulários

O TemaTres não dispõe de uma opção para adição de novos vocabulários, o que representa um dos aspectos deficitários encontrados em sua utilização. Para adicionar um novo vocabulário, torna-se necessário que o utilizador repita todo o procedimento da instalação do TemaTres adicionando um novo usuário para criação de novo banco de dados através do *PhpMyAdmin*. Entretanto, a ferramenta dispõe da opção de adição de um vocabulário de referência para inserção de termos equivalentes ou em outras línguas, conforme a Figura 3 do Apêndice B.

4 Considerações Finais

A ferramenta TemaTres de forma geral apresenta um grande potencial de utilização por alunos e profissionais de Biblioteconomia. As únicas complexidades existentes se dão na instalação desta aplicação, que requer algumas breves familiaridades de seus usuários com recursos informáticos, o que pode representar um obstáculo para alguns destes potenciais utilizadores. Entretanto, a sua praticidade e capacidade de preparar os estudantes para a realidade do mercado

atual, que exige tais conhecimentos, sobrepõe-se às dificuldades aqui apresentadas.

As vantagens da utilização de uma ferramenta de administração de vocabulários controlados abrangem desde a possibilidade de entendimento aprofundado sobre o assunto até a familiaridade com tais mecanismos, preparando os estudantes para as atividades profissionais. A utilização de tais ferramentas torna-se, assim, benéfica não somente aos estudantes, mas para a área da Biblioteconomia de forma geral, que necessita estar preparada para utilizar os mecanismos desenvolvidos especificamente para o seu fazer profissional. Ferramentas como o TemaTres se baseiam na ideia de fornecer praticidade à realização dessas atividades, inerentes especificamente aos bibliotecários. A não utilização destas ferramentas por esses profissionais implica o levantamento de questões que sugerem uma desatualização da área frente à evolução da sociedade. Não existem mais condições na sociedade atual para que a utilização de ferramentas digitais ainda seja vista como uma barreira no desenvolver de atividades acadêmico-profissionais. Pelo contrário, elas oferecem soluções, como demonstrado neste estudo.

O preparo para enfrentar esses obstáculos deve ser fornecido na formação desses profissionais, ou seja, nos cursos de graduação. Nesse aspecto, constatou-se que o TemaTres representa uma ótima alternativa para a execução dessa ideia.

Referências

- CAFÉ, Lígia; BRASCHER, Marisa. Organização da informação ou organização do conhecimento? ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. p. 1-14. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010_ElianaCarlan.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. Marília: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. 149, 151 Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf> Acesso em: 05 de Dez de 2018.
- CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002. 96 p.
- FERREYRA, Diego. **TemaTres: Manage, Publish, Share, Re-use**. [s.l.]: TemaTres, 2018. Disponível em: <<http://vocabularyserver.com/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- WIKI. **About TemaTres**. [s.l.]: TemaTres, 2012. Disponível em: <http://vocabularyserver.com/wiki/index.php?title=About_TemaTres>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Apêndice A

Quadro 1. Abreviaturas utilizadas em tesouros como símbolos dos termos e seus equivalentes em inglês e francês.

Português	Inglês	Francês
TG = Termo Genérico O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla. Superordenado.	BT = Broader Term	TG = Terme Générique
TGM = Termo Genérico Maior O termo que segue é o nome da classe mais ampla à qual pertence o conceito específico usado também, às vezes, na seção alfabética de um tesouro.	BTG = Broader Term (Generic)	-----
TGP = Termo Genérico Partitivo O termo que segue representa o todo em relação à parte.	BTP = Broader Term (Partitive)	TGP = Terme Générique Partitive
TE = Termo Específico O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais específica. Subordinado.	NT = Narrower Term	TS = Terme Spécifique
TEP = Termo Específico Partitivo O termo que segue representa a parte em relação ao todo.	NTP = Narrower Term (Partitive)	TSP = Terme Spécifique Partitive
TR = Termo Relacionado O termo que segue está associado, mas não é nem sinônimo, nem termo genérico ou termo específico.	RT = Related Term	VA = Voir Aussi
NE = Nota Explicativa (ou Nota de Escopo) Nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.	SN = Scope Note	NE = Note Explicative
UP = Usado Para O termo que segue é um sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido	UF = Used For	EM = Employé pour
USE O termo que segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.	USE	EM = Employer

Fonte: (Cervantes, 2009, p. 50)

Apêndice B

Figura 3. Editor de Traduções e Equivalências do TemaTres.

localhost/tematres/vocab/index.php?mod=trad&tvocab_id=2&letra2trad=A&p=

Tesouro da Castanha

Início Menu Adicionar termo Buscar Pesquisa avançada Sobre...

Editor de traducciones y equivalencias · Vocabulário de Referência

Letra A: 4 termos

A B C E F G H I J N P S T

#	Tipo de equivalência	Termo	Vocabulário de Referência (EN)
1	equivalente	Amêndoas	<input type="text"/>
2	equivalente	América	<input type="text"/>
3	equivalente	América do Sul	<input type="text"/>
4	equivalente	Ásia	<input type="text"/>

Enviar

Fonte: Autores (2019)

Aplicação do Modelo de Leitura para a Indexação de Fotografias criado baseado no Método Complexo e nas Funções Primárias da imagem

Application of the Reading Model for the Indexing of Photos created based on the Complex Method and the Primary Functions of the image

Gislene Rodrigues da Silva, Célia da Consolação Dias

Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Avenida Antônio Carlos 6627 – Pampulha – Belo Horizonte, gislenerds@gmail.com, celiadias@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar os elementos das análises da aplicação do Modelo de Leitura baseado no Método Complexo e nas Funções Primárias da Imagem para a indexação de fotografias. Esse modelo foi desenvolvido a partir dos subsídios teóricos, oriundos da Comunicação Visual. Tais subsídios compreendem o Método Complexo e as Funções Primárias da Imagem propostos por Català Domènech (2011), que foram usados como insumos metodológicos para a criação do Modelo de Leitura. Esse modelo é composto por dois níveis de leitura, cuja aplicação foi realizada pelo uso de duas matrizes. A Matriz 1 (Nível 1) foi criada com o objetivo de registrar as informações resultantes do uso das questões elaboradas para extrair o conteúdo visual de uma imagem por meio do “Método Complexo”. A Matriz 2 (Nível 2) foi desenvolvida a partir do uso das questões indexadoras originadas das Funções Primárias da Imagem. O Modelo de Leitura proposto foi aplicado a um conjunto de cinco fotografias do banco de imagens Pixabay para avaliar o seu potencial para fornecer elementos para a elaboração de palavras-chave úteis para a indexação deste tipo de recurso. Como resultado, pode-se apontar que o modelo proposto possibilitou uma melhor adequação de algumas categorias às quais a fotografia pertencia no banco de imagens, bem como uma indexação mais exaustiva que a disponível no banco de imagens.

Palavras-chave: Método Complexo; Funções primárias da imagem; Indexação de fotografias; Imagem.

Abstract

The objective of this study is to present the elements of analysis of the application of the Reading Model based on the Complex Method and the Primary Functions for an indexing of photographs. This model was developed from the theoretical subsidies, derived from Visual Communication. Such subsidies include the Complex Method and the Primary Image Functions by Català Domènech (2011), which were used as methodological inputs for the creation of the Reading Model. This model consists of two levels of reading, while its application was performed by the use of two matrices. The Matrix 1 (Level 1) was created with the purpose of recording the information resulting from the use of the questions elaborated to extract the visual content of an image, through the "Complex Method". The Matrix 2 (Level 2) was developed from the use of the indexing issues originating from the Primary Functions of the Image. The proposed "Reading Model" was applied to a set of five photographs of the Pixabay image bank to evaluate its potential to provide elements for the elaboration of keywords useful for indexing this type of resource. As a result, it can be pointed out that the proposed Model allowed a better adaptation of some categories to which the photograph belonged in the image bank, as well as a more exhaustive indexation than the one available in the image bank.

Keywords: Complex Method; Primary Functions of the Image; Photography indexing.

1 Introdução

A indexação é um processo utilizado para representação do conteúdo de um documento, isto é, determinar quais os termos que melhor representam o assunto de um objeto informacional. Entretanto, observou-se que esse processo de indexação, quando é feito para fotografias, tem se revelado um desafio para

o profissional da informação, visto que elas apresentam diversos níveis de análise desde o mais geral até o nível mais simbólico. Pensando nesse desafio, o objetivo deste estudo é apresentar os elementos das análises da aplicação do Modelo de Leitura baseado no Método Complexo e nas Funções Primárias da Imagem para a indexação de fotografias depositadas voluntariamente em um banco de imagem e disponibilizadas para

acesso público. Para a aplicação da metodologia proposta neste estudo foi escolhido o banco de imagens gratuito acessível na internet, chamado Pixabay. Esse banco disponibiliza, mediante cadastro, o acesso aos diversos tipos de imagens disponibilizadas pelos colaboradores. A opção por esse banco foi por ele ser gratuito e também devido à experiência da autora da pesquisa com indexação em banco de imagens internacional. O resultado da aplicação será demonstrado nas próximas seções.

2 Referencial Teórico

Esta seção apresentará o referencial teórico utilizado neste estudo, a seção 2.1 apresentará o Método Complexo e as Funções Primárias da Imagem propostos por Català Domènech e utilizada como subsídio teórico para a elaboração do Modelo de Leitura proposto.

2.1 Método Complexo e Funções Primárias da Imagem

Neste estudo os elementos resultantes da aplicação do Método Complexo e das questões indexadoras criadas a partir do uso das funções primárias das imagens. Esses subsídios teóricos fundamentaram a proposta modelo de leitura, em dois níveis, desenvolvido neste estudo. Català Domènech (2011) afirma que, para extrair o conteúdo visual de uma imagem, é necessário interrogá-la por meio do “Método Complexo”. Esse método busca compreender a imagem por meio da descrição, da ecologia da imagem e da interpretação, conforme será apresentado a seguir:

- **Descrição:** consiste em analisar quais os elementos e materiais compõem a imagem e que não estão diretamente ligados a seu mecanismo representativo, à sua funcionalidade. Trata-se de identificar os elementos de ligação entre uma imagem e outra.
 - **Ecologia da imagem:** consiste em verificar o contexto da imagem, do que esta se nutre e se tal imagem é influenciada por esse contexto (ecologia). Nesse caso, remete-se à ideia de imagem-rede, ou seja, imagem multirrelacionada. Nesse momento se analisa onde a imagem já foi utilizada, quais são as fontes de informação e a quais textos elas estão relacionadas, se ela pertence a um conjunto de imagens do mesmo autor, se existe algum hiperlink que liga essa imagem a outro texto ou até mesmo a outra imagem.
 - **Interpretação:** procura-se identificar o significado da imagem no momento da criação e se esse significado se modificou ao longo do tempo. A interpretação pode ser influenciada por aspectos sociais, culturais e temporais de determinado indivíduo.
- Já as Funções Primárias da imagem de Català Domènech têm o objetivo de propor questões para identificação do conteúdo da imagem. Tais questões serão analisadas a seguir:
- **Função informativa da imagem:** referem-se às imagens que reproduzem algo que alguém quer informar. Essa imagem pode fornecer informações sobre determinado acontecimento ou fato, isto é, testemunhar uma realidade ou constatar uma determinada presença. Nesse sentido, a questão que irá orientar a análise deste tipo de função é: “o que mostram as imagens?” e “como as coisas são mostradas visualmente?”.
 - **Função comunicativa da imagem:** Toda imagem tem uma função comunicativa, pois ela foi criada com o objetivo de se relacionar com alguém, mesmo que essa relação seja só com o próprio autor. Essa função denota que a imagem tem o objetivo de estabelecer uma relação direta com o espectador ou com o usuário, no sentido de transmitir uma informação específica de utilidade imediata, de induzir a uma ação, de instruir sobre determinado assunto, de ilustrar uma teoria ou até mesmo de representar um objeto de forma realística. Nesse sentido, a questão indexadora que irá orientar a análise desse tipo de função é: “o que a imagem comunica?”.
 - **Função reflexiva da imagem:** de acordo com o autor existem dois tipos de imagens reflexivas: as imagens-pensamento e as do tipo autônoma. As imagens do tipo pensamento identificam o ponto de vista do autor da imagem, mostrando qual a sua perspectiva para criação de uma imagem. Já as do tipo autônoma apresentam um pensamento independente de quem a produziu, o que significa dizer que essa reflexão vai além das ideias do autor. Nesse sentido, a questão indexadora que irá orientar a análise desse tipo de função é: “o que pensam as imagens?” e “como refletir visualmente?”.
 - **Função emocional da imagem:** Català Domènech (2011) salienta que a representação visual é uma forma de controlar as emoções diante do visível. Com isso, o autor afirma que todas as imagens despertam algum tipo de emoção no espectador. O autor também destaca que a forma como se vê a imagem é determinante para se identificar o seu aspecto emocional. A construção cultural dessa visão pode influenciar o modo de ver a imagem, bem como as emoções despertadas. Nesse caso, a emoção pode ser determinada pelo sentido que se

dá a ela, ou seja, uma imagem pode despertar determinada emoção em uma pessoa e em outra pode provocar uma emoção diferente. Nesse sentido, a questão indexadora que irá orientar à análise esse tipo de função é: “o que sentem as imagens?” e “como as imagens podem ajudar a emocionar visualmente?”.

3 Metodologia

Os subsídios teóricos oriundos do Método Complexo e das Funções Primárias da Imagem propostos por Català Domènech (2011), apontados anteriormente, foram usados como insumos metodológicos para a criação do Modelo de Leitura. Esse modelo é composto por dois níveis de leitura, cuja aplicação foi realizada pelo uso de duas matrizes. A Matriz 1 (Nível 1) foi criada com o objetivo de registrar as informações resultantes do uso das questões elaboradas para extrair o conteúdo visual de uma imagem por meio do “Método Complexo”. A Matriz 2 (Nível 2) foi desenvolvida a partir do uso das questões indexadoras originadas das Funções Primárias da Imagem, conforme a seguir:

Matriz 1 - Primeiro nível do Modelo de Leitura para Indexação de Fotografias

De que a imagem é composta?
Descrição:
De que a imagem se nutre?
Descrição:
Aonde vai a imagem?
Descrição:

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Matriz 2 - Segundo nível do Modelo de Leitura para Indexação de Fotografias

<p>Função informativa da imagem</p> <p>Questões indexadoras: A imagem fornece alguma informação sobre determinado fato ou acontecimento? Qual é esse fato ou acontecimento é demonstrado na imagem? O que mostram as imagens?</p> <p>Palavras-chave:</p>

Função comunicativa da imagem

Questões indexadoras: O que a imagem comunica? Qual a mensagem que a imagem transmite? A imagem induz uma ação? A imagem instrui sobre um determinado assunto? A imagem ilustra uma teoria? A imagem ilustra algum objeto de forma realística?

Palavras-chave:

Função reflexiva da imagem

Questões indexadoras: A imagem expõe algum pensamento do autor (fotógrafo)? Quais os pensamentos expostos pelo autor da imagem? Qual a intenção do autor da imagem? Qual o possível sentido que o espectador (usuário) pode dar à imagem? Quais as reflexões a imagem pode propor?

Palavras-chave:

Função emocional da imagem

Questões indexadoras: Quais as emoções que a imagem pode despertar? Qual a emoção que a imagem transmite? A imagem desperta algum tipo de emoção no espectador (usuário)? A imagem estimula algum estado mental no espectador (usuário)?

Palavras-chave:

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

O Modelo de Leitura proposto foi aplicado a uma amostra de cinco fotografias do banco de imagens Pixabay. Optou-se pela seleção da amostra por conveniência, em conformidade com a necessidade deste estudo. As fotografias foram selecionadas buscando cobrir as diferentes categorias desse banco de imagens. Essa seleção foi realizada de forma aleatória a partir dos resultados na primeira página do banco de imagens Pixabay, evitando que os temas escolhidos se repetissem na amostra. Ressalta-se que a indexação das fotos selecionadas para este estudo foi realizada pela própria autora da pesquisa, devido à sua experiência com indexação de fotografias em sua vida profissional. As figuras de 1 a 5 representam as amostras definidas nesta pesquisa.

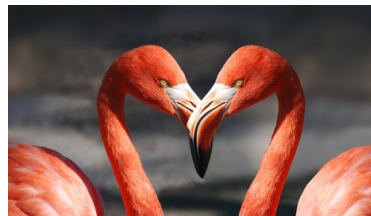


Figura 1. Amostra 1. Fonte: Pixabay (2018).

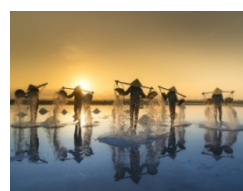


Figura 2. Amostra 2. Fonte: Pixabay (2018).



Figura 3. Amostra 3. Fonte: Pixabay (2018).



Figura 4. Amostra 4. Fonte: Pixabay (2018).



Figura 5. Amostra 5. Fonte: Pixabay (2018).

A aplicação completa do Modelo de Leitura resultou em dois produtos:

- 1) Palavras-chave resultantes do processo de indexação.
- 2) Nuvem de palavras para cada fotografia analisada.

A elaboração de uma nuvem de palavras-chave contribuiu para mostrar visualmente as palavras-chave utilizadas, conforme a Figura 6.



Figura 6. Nuvem de Palavras-chave proposta.
Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

A próxima seção apresentará os resultados da aplicação do modelo proposto.

4 Resultado da Aplicação do Modelo de Leitura

Para facilitar apresentação dos dados e a discussão dos resultados, elaborou-se um quadro para mostrar a descrição da análise da fotografia resultante da aplicação do Modelo de Leitura e as informações disponibilizadas pelo banco de imagens selecionado para a pesquisa, conforme o Quadro 1.

Representação disponível no Pixabay	Representação proposta
Autor:	Legenda:
Câmera:	Autor:
Criado em:	Imagens disponíveis pelo autor:
Carregadas em:	Data de criação:
Formato:	Data de carregamento:
Resolução:	Câmera:
Categoria:	Formato:
Modos de exibição:	Resolução:
Downloads:	Modos de exibição:
Palavras-chave:	Downloads:
	Categoria:
	Palavras-chave:

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Ao analisar o resultado para **Amostra 1**, composta pela fotografia do casal de flamingos, observou-se que todas as perguntas elaboradas por meio das “Funções Primárias da Imagem” resultaram em palavras-chave na indexação. Constatou-se que a fotografia apresenta a função emocional em primeiro plano, cujo principal objetivo é transmitir a mensagem de amor. Abril (2007) afirma que a história e a memória semiótica permitem outras interpretações para imagens simbólicas e ressalta que muitas vezes essa interpretação é muito ampla e duradoura. No caso dessa fotografia, ela representa o amor, pois o coração, por ser o centro do corpo humano, desde a antiguidade simboliza esse sentimento. Nessa perspectiva, Aumont (1992) destaca a função simbólica que a imagem exerce sobre a sociedade e que pode ser identificado no caso da foto analisada. Em relação à “Função emocional da imagem”, Català Domènech (2011) ressalta que as imagens podem despertar algum tipo de emoção e estimular determinados estados mentais no espectador ou usuário. Santaella (2012) também certifica que qualquer foto produz nas pessoas algum tipo de sentimento, muitas vezes imperceptível, e em outras com intensidade, fazendo com que corresponda à característica mais importante da foto. Tal situação

verificou-se na Amostra 1, cuja imagem pode despertar o sentimento de amor e afetividade. Dessa forma, percebeu-se que as palavras-chave mais subjetivas e abstratas foram consideradas mais apropriadas para representar os aspectos de conteúdo para essa foto. Uma fotografia pode ser utilizada para diversos fins, mas, no caso da Amostra 1, possivelmente ela será utilizada como resposta sobre o amor, dia dos namorados, romantismo e até acasalamento, por exemplo.

Ao analisar essa amostra sob o ponto de vista das outras “Funções Primárias da Imagem”, Català Domènech (2011) salienta que a “Função informativa” pode fornecer informações sobre determinado acontecimento ou fato, isto é, servir para testemunhar uma realidade. No caso da Amostra 1, a realidade que se desejou testemunhar foi o detalhe de dois de flamingos em um lago.

Em relação à “Função comunicativa”, Català Domènech (2011) afirma que um dos seus objetivos é demonstrar qual mensagem a imagem comunica e, nesse caso, a fotografia transmitiu a mensagem de romantismo entre um casal de flamingos. Já sobre a “Função reflexiva”, Català Domènech (2011) afirma que, em alguns tipos de imagens reflexivas, quem a produziu o fez com uma intenção e tais imagens são utilizadas para fazer o espectador pensar e refletir. Na Amostra 1, o autor da foto teve como objetivo transmitir a mensagem de amor, romantismo. Català Domènech (2015) afirma que a imagem pode ser vista como parte de um “todo” e, dessa forma, é necessário ter a consciência desse “todo” por meio das relações da imagem.

Nesse contexto, ao consultar sobre um possível uso da foto, verificou-se que ela foi aplicada para representar o acasalamento entre as espécies. Com isso, observou-se que “acasalamento” é uma palavra-chave importante para representar o conteúdo dessa fotografia. Neste caso, as informações do site consultado foram fundamentais para possibilitar outras interpretações. Tal situação confirmou a importância da “ecologia da imagem”, apontada pelo autor. Trata-se da realização de consultas a outras fontes de informação para detectar elementos sobre os possíveis usos da imagem. Essa consulta foi importante para a compreensão e a indexação da fotografia analisada. Constatou-se que por meio da aplicação do Modelo de Leitura para Indexação de Fotografias se obteve como resultado uma indexação mais exaustiva que a disponível no banco de imagens.

Para elaboração da legenda na Amostra 1, subsídio do primeiro nível de leitura tendo como base os usos da fotografia nos sites consultados e observando os elementos presentes na foto, constatou-se que a legenda ideal para foto foi “casal de flamingos em um lago”. Em relação à nuvem de palavras-chave da

Amostra 1, identificou-se a função emocional como a mais relevante. Nesse caso, o objetivo da fotografia é transmitir a mensagem relacionada ao amor. Por esse motivo, a palavra-chave “amor” foi considerada a mais apropriada.

Na Amostra 2, composta pela fotografia dos campos de sal, todas as questões elaboradas por meio das “Funções Primárias da Imagem” foram utilizadas para a seleção de palavras-chave para a indexação. Segundo Català Domènech (2011), a função informativa da imagem pode revelar imagens que reproduzem algo que alguém quer informar. Essa fotografia forneceu informações sobre um tipo de trabalho realizado no oriente. Santaella (2012) destaca, também, que a situação fotografada pode ser vista de uma multiplicidade de olhares e pontos de vista. Nesse caso, observou-se que essa fotografia demonstrou um ponto de vista artístico sobre o cotidiano do trabalho de mulheres nos campos de sal de Hon Khoi, Vietnã. Aumont (1992) afirma que uma das funções da imagem é epistêmica e que ela fornece informações sobre o mundo. Essa foto ilustrou uma forma de agricultura na Ásia.

De acordo com Català Domènech (2011), um dos objetivos da “Função comunicativa da imagem” é instruir sobre determinado assunto, papel que pode ser percebido na imagem da Amostra 2, que apresenta elementos sobre a cultura oriental e os processos de agricultura.

Segundo Català Domènech (2011), um tipo de imagem é reflexiva quando o autor possui uma intenção de contribuir para a reflexão. Nessa fotografia se evidenciaram elementos como o tempo e a vestimenta dos trabalhadores representados pelo trabalho retratado ao amanhecer e os chapéus típicos do país. A harmonia e a sincronicidade dos movimentos do trabalho manual realizado, culturalmente, por mulheres no Vietnã. Tais informações foram obtidas no primeiro nível do Modelo de Leitura durante a aplicação da Matriz 1. Essas fontes de informação revelaram que esse trabalho é realizado antes do sol nascer, devido ao calor excessivo comum na região e que esse trabalho é realizado tipicamente por mulheres.

Analisando a foto sob o ponto de vista da função emocional, Català Domènech (2011) enfatiza que as imagens transmitem ao espectador algum tipo de emoção. Nessa foto, identificaram-se emoções como humildade, equilíbrio e força. Aumont (1992) também destaca a função estética que a imagem exerce na sociedade e que contribui para transmitir sensações específicas e agradáveis. Observou-se que essa fotografia teve uma tomada de plano harmônica, contribuindo para torná-la uma foto estética e “artística”.

Constatou-se que o autor da foto foi bem exaustivo ao colocar as palavras-chave no banco de imagens, mas, por meio da aplicação do modelo proposto, foi possível elencar quantitativamente e qualitativamente mais palavras-chave que representasse a fotografia e que são importantes para os usuários.

No primeiro nível de leitura para a Amostra 2, por meio da análise das palavras-chave disponíveis pelo autor no banco de imagens e também através da consulta realizada em sites sobre campos de sal no Vietnã, a legenda considerada ideal para a foto foi “Campos de sal Hon Khoi em Nha Trang, Vietnã”. Na mesma amostra, em relação à nuvem de palavras-chave, constatou-se que a fotografia tem como função primária principal a função reflexiva, já que apresenta o ponto de vista do autor sobre os campos de sal no Vietnã. Além disso, a palavra-chave “campos de sal” foi considerada a mais relevante para representar a fotografia.

Na Amostra 3, composta pela fotografia do Judeu no Muro das Lamentações, todas as questões indexadoras elaboradas para as “Funções primárias da imagem” foram utilizadas para identificar as palavras-chave. A partir da análise, verifica-se a afirmativa de Català Domènech (2011), quando sinalizou que possivelmente a “Função informativa de uma imagem” se esgote na certificação daquilo que se vê concretamente nela. O autor explicou que tal fato se configura como uma constatação e, ao mesmo tempo, uma descrição da representação. Nesse sentido, de acordo com a função informativa, utilizou-se a seguinte descrição: “judeu em oração no Muro das Lamentações”.

Segundo Català Domènech (2011), a função comunicativa tem o objetivo de transmitir uma informação específica, induzir a uma ação, instruir sobre determinado assunto, ilustrar uma teoria ou até mesmo representar um objeto de forma realística. Observou-se que na Amostra 3, as palavras-chave utilizadas para a função comunicativa foram: “judaísmo, fé, oração, cultura judaica, local sagrado do judaísmo, religião, religião abraâmica”, já que a foto expressa o momento de fé de determinado homem. De acordo com Català Domènech (2011), as imagens com função reflexiva foram produzidas para que se pensem a partir delas. As palavras-chave utilizadas para representar essa função foram: “tradição, fé judaica, religião judaica, judaísmo, oração, cultura judaica, lugar sagrado, local simbólico, cotidiano”.

Català Domènech (2011) afirma que as imagens podem despertar algum tipo de emoção e estimulam determinados estados mentais no espectador ou usuário. Ao analisar a Amostra 3 sob esse ponto de vista, observou-se que as palavras-chave relacionadas à emoção que a imagem transmitiu foram: “espiritualidade, fé”. Nesse sentido, Abril (2013) afirma que as imagens sempre estão relacionadas a

algum imaginário social, elas são ao mesmo tempo parte e resultado desses imaginários. Sendo assim, observou-se que essa fotografia produz mais sentido e tem mais significado para uma pessoa que é religiosa e, mais ainda, para aqueles que pertencem, conhecem e compartilham da religião judaica.

A partir do primeiro nível de leitura para a Amostra 3 e avaliando as palavras-chave disponíveis pelo autor no Pixabay, considerou-se como a legenda ideal para essa foto “Judeu em oração no Muro das Lamentações em Jerusalém”. Na mesma amostra, em relação à nuvem de palavras-chave, a função informativa fotografia se sobressaiu, pois a fotografia demonstrou uma realidade específica. Além disso, a palavra-chave “Muro das Lamentações” foi considerada a mais relevante, pelo significado desse local para o Judaísmo.

Na Amostra 4, composta pela fotografia do homem jogando capoeira em uma favela do Rio de Janeiro, constatou-se que todas as questões elaboradas a partir das “Funções primárias da imagem” resultaram em palavras-chave relevantes para os usuários. Segundo Català Domènech (2011), a função informativa da imagem tem o objetivo de testemunhar uma realidade. Na Amostra 4, as palavras que representam o testemunho da realidade são: “homem jogando capoeira, favela, periferia”.

De acordo com Català Domènech (2011), toda imagem tem uma função comunicativa, pois foi elaborada também com o objetivo de transmitir uma informação específica. As palavras-chave definidas para representar a função comunicativa foram: “capoeirista, gingado, acrobacia”, já que elas representam o que se desejou comunicar na fotografia.

Segundo Català Domènech (2011), um dos tipos de imagens reflexivas se refere àquela em que o autor se utiliza da imagem para expor seus pensamentos. O autor da fotografia da Amostra 4 teve o objetivo expor a ideia de: “cultura brasileira, folclore, expressão cultural, capoeiragem, arte marcial, dança, cultura popular, música, esporte, musicalidade, bem cultural, cultura afro-brasileira, gingado, herança cultural, símbolo da identidade brasileira, resistência cultural, patrimônio cultural e imaterial da humanidade”.

Munari (1997) afirma que um dos filtros para se compreender uma imagem é o cultural. Nesse filtro, somente será perceptível a mensagem que a pessoa consegue reconhecer, devido aos elementos que fazem parte do seu universo cultural. Para analisar este conhecimento da cultura afro-brasileira, é importante identificar a capoeira como luta marcial disfarçada de dança típica do Brasil. Tavares (2016) destaca que o elemento visual se relaciona com o que o indivíduo sabe e crê, pois a mente do indivíduo nunca está vazia diante do que é visto, ele enxerga baseado na memória, nos conhecimentos culturais. No caso dessa foto, sendo

interpretada por outra cultura, diferente da brasileira ou africana, ela poderá ter outro significado.

Na Amostra 4, ao consultar os sites que utilizaram essa fotografia, constatou-se que a legenda definida para essa foto foi “homem jogando capoeira em uma favela no Rio de Janeiro”. Na mesma amostra, em relação à nuvem de palavras-chave, a função comunicativa foi considerada mais importante, pois a foto demonstrou o exato momento de uma acrobacia da capoeira. Além disso, a palavra-chave “capoeira” foi considerada a mais relevante para a indexação, pois a fotografia apresenta esse tipo de dança/esporte.

Na Amostra 5, composta pela fotografia que representa o Campo de Refugiados em Lesbos, na Grécia, observou-se que todas as questões indexadoras elaboradas por meio das “Funções primárias da imagem” foram utilizadas para a seleção de palavras-chave na indexação. Segundo Català Domènech (2011), a “Função Informativa” da imagem reproduz algo que alguém quer informar. Tal função pode ser explicitada na Amostra 5 ao retratar o acampamento de refugiados da Síria em Lesbos, na Grécia. Essa informação foi obtida através do uso de outras fontes de informações por meio da aplicação da Matriz, no primeiro nível de leitura do Modelo. De acordo com Català Domènech (2011), um dos objetivos da função comunicativa da imagem é ilustrar uma teoria ou até mesmo representar um objeto de forma realística. Na Amostra 5, observou-se que a foto transmitiu a mensagem de “condição de insalubridade dos refugiados na Europa”.

Segundo Català Domènech (2011), um dos objetivos da função reflexiva é que o autor dessa imagem a utilize para expor seus pensamentos. Logo, essa foto pode ter sido produzida para que se pense a partir das condições de vida dos refugiados. Nesse sentido, nessa fotografia o autor propõe refletir sobre a condição de aprisionamento dos refugiados no acampamento, em que aparece em primeiro plano uma cerca que delimita esse acampamento. A função reflexiva indica que a imagem propõe reflexões, em relação à Amostra 5, e também, baseando-se em outras fontes de informação como os sites consultados na Matriz 1, no primeiro nível de leitura, essa fotografia pode ser utilizada para refletir além da intenção do autor. Foi possível analisá-la sob o ponto de vista das questões políticas e sociais tratadas, pois apesar dos refugiados terem fugido da condição de guerra, atualmente em Lesbos eles se encontram em outro lugar, mas em condição de aprisionamento. Mesmo que os refugiados tenham imigrado para conseguir melhores condições de vida, o mesmo não aconteceu, pois eles estão em condições insalubres no acampamento. Apesar disso, também foi possível fazer outra reflexão em que a foto e o contexto histórico-social podem transmitir a mensagem de que é sempre possível recomeçar.

Como afirmou Català Domènech (2011), as imagens podem despertar algum tipo de emoção. No caso da Amostra 5, um espectador conhecendo o contexto histórico em que ela foi fotografada pode considerar que ela desperta o sentimento de “aprisionamento, insegurança, vulnerabilidade”, além de outras informações, dependendo do ponto de vista.

Na amostra 5, ao consultar as palavras-chave disponibilizadas pelo autor no banco de imagens e também ao consultar sites que informam sobre refugiados em Lesbos, a legenda ideal para a foto foi “Campo de refugiados em Lesbos na Grécia”. Na mesma amostra, em relação à nuvem de palavras-chave, a função considerada mais importante da foto é a informativa, pois demonstrou a situação do acampamento dos refugiados sírios em Lesbos, na Grécia. A palavra “acampamento” foi considerada a mais relevante.

Em síntese, ao aplicar os dois níveis de leitura com o preenchimento dos instrumentos de coleta de dados compostos pela Matriz 1 e pela Matriz 2, verificou-se que todas as questões propostas pelo “Método Complexo” e pelas “Funções primárias da imagem” foram aplicadas às fotografias utilizadas nessa amostragem. Da mesma forma, verificou-se o segundo nível de leitura resultou em palavras-chave que podem ser consideradas relevantes para os usuários.

4 Conclusão

Observou-se que os dados resultantes da aplicação do Modelo de Leitura apresentaram informações que podem complementar aquelas disponibilizadas pelo banco de imagens Pixabay. Constatou-se que por meio do uso do Modelo de Leitura proposto, houve uma ampliação da quantidade de palavras-chave e o uso de palavras variantes relacionadas a um mesmo tema. Demonstrou-se ainda que essa exaustividade compreendeu, também, o uso de palavras-chave não identificadas pelo autor da fotografia e que podem ser relevantes para o usuário obter mais informações a respeito da fotografia.

O uso do Modelo de Leitura, em seu primeiro nível, permitiu identificar elementos que propiciaram a criação de uma descrição da imagem e da legenda. Entre eles se destacam aqueles ligados ao contexto de criação, a relação que a fotografia estabelece com outras imagens e textos, com o objetivo de analisar as possíveis palavras-chave relevantes para os usuários. A legenda é considerada um recurso importante para o público a que se destina o acervo fotográfico.

O segundo nível do Modelo, através do uso da Matriz 2, permitiu abordar aspectos da fotografia não explorados pelo banco de imagem, permitindo a identificação de palavras-chave resultantes da

aplicação das questões indexadoras a partir das Funções Primárias da Imagem. Além disso, por último, possibilitou uma melhor adequação de algumas categorias às quais a fotografia pertencia no banco de imagens.

Constatou-se que por meio da aplicação do Modelo de Leitura para Indexação de Fotografias, obteve-se como resultado uma indexação mais exaustiva que a disponível no banco de imagens.

Referências

ABRIL, Gonzalo. Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira. Madrid: Sintesis, 2007. 255p.

ABRIL, Gonzalo. Cultura visual, de la semiótica a la política. Madrid: Plaza y Valdes, 2013. 228p.

AUMONT, J. A imagem. Barcelona: Paidós Campinas, 1992. 317p.

CATALÁ, DOMÈNECH, Josep M. A forma do real: introdução aos estudos visuais. São Paulo: Summus, 2011. 270 p.

CATALÁ DOMÈNECH, Josep M.; COSTA, M. R. Por um olhar complexo sobre a imagem. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 38, n. 1, p. 295-308, jun. 2015.

MUNARI, B. Design e Comunicação Visual: Contribuição para uma metodologia didáctica. Lisboa: Edições 70, 1997. 376p.

SANTAELLA, Lúcia. Leitura de imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PIXABAY. Imagens grátis impressionantes. [2018]. Disponível em: <<https://pixabay.com/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

WORD CLOUD. Gerador de palavras. Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

A abordagem contextual na organização dos arquivos pessoais: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)

The contextual approach in the organization of personal archives: the experience of the Fernando Henrique Cardoso Foundation (FHC)

Renato de Mattos (1), João Filipe Souza Pimenta (2)

(1) Departamento de Ciência da Informação (GCI) - Universidade Federal Fluminense (UFF), R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, renato_mattos@id.uff.br. (2) filipe_pimenta@id.uff.br

Resumo

Os documentos de arquivo se diferem dos demais por sua natureza instrumental, que lhes é atribuída se neles for possível identificar seu produtor e contexto de produção. A autenticidade e o valor de prova são comumente associados à forma como os documentos foram produzidos, mantidos e preservados, e de como estes procedimentos podem ser comprovados. Por sua vez, para além dos aspectos custodiais, a autenticidade e o valor probatório também podem ser aferidos a partir da organicidade e do inter-relacionamento que todo documento de arquivo possui com os demais documentos que integram o mesmo conjunto. No âmbito dos arquivos pessoais, tal compreensão assume importância significativa, uma vez que grande parte da documentação produzida e acumulada por pessoas físicas não resultam de “rotinas processuais”, tampouco são mantidos e preservados de forma clara e objetiva por seus titulares e herdeiros. Reconhecendo a relevância que a abordagem contextual adquire tanto para a organização quanto para a descrição dos arquivos pessoais, analisaremos a metodologia adotada no tratamento da documentação custodiada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacando a sua importância enquanto ferramenta necessária à manutenção da autenticidade e do valor probatório em arquivos pessoais.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivos pessoais; Valor probatório; Autenticidade.

Abstract

The archival documents differ from the others by their instrumental nature, which is attributed to them if it is possible to identify their producer and production context. Authenticity and evidential value are commonly associated with how documents were produced, maintained, and preserved, and how these procedures can be substantiated. In addition to the custodial aspects, authenticity and evidential value can also be measured from the organicity and interrelationships that every archival document has with other documents that are part of the same set. In the context of personal archives, such an understanding assumes significant importance, since much of the documentation produced and accumulated by individuals is not the result of "procedural routines", nor are they maintained and preserved in a clear and objective manner by their owners and heirs. Recognizing the relevance that the contextual approach acquires both to the organization and to the description of the personal archives, we will analyze the methodology adopted in the treatment of the documentation guarded by the Fernando Henrique Cardoso Foundation (FHC), highlighting its importance as a necessary tool for the maintenance of authenticity and of the evidential value in personal archives.

Keywords: Archival Science; Personal archives; Evidential value; Authenticity.

1 Introdução

Constituindo um dos conceitos-chave da teoria arquivística, o documento de arquivo se distingue de outros documentos pela natureza de sua produção. Recebidos e/ou produzidos no curso das atividades de uma pessoa ou instituição, os documentos de arquivo são capazes de “satisfazer os requisitos da legislação sobre o valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral” (DURANTI, 1994, p. 54-55). Nesse sentido, de acordo com Luciana Duranti (1994, p. 52), o caráter probatório do documento de arquivo é essencial tanto ao Direito, “que regula a conduta de nossa sociedade, como à História, que a explica”.

A autenticidade e o valor de prova são comumente associados à forma como os documentos foram produzidos, mantidos e preservados, e de como estes procedimentos podem ser comprovados. Com efeito, no universo dos documentos de arquivo, são considerados autênticos aqueles que “provêm de um local natural de custódia” (DURANTI, 1994, p. 54). Por sua vez, para além dos aspectos custodiais, a autenticidade e o valor probatório também podem ser aferidos a partir da organicidade e do inter-relacionamento que todo documento de arquivo possui com os demais documentos que integram o mesmo conjunto.

No âmbito dos arquivos pessoais, tal compreensão assume importância significativa, uma vez que grande

parte dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas não resultam de “rotinas processuais”, tampouco são mantidos e preservados de forma clara e objetiva por seus titulares e herdeiros. Nesse caso, a autenticidade e o valor probatório em arquivos pessoais dependem da identificação das circunstâncias contextuais que presidiram a produção dos documentos.

Reconhecendo a relevância que a abordagem contextual adquire tanto para a organização quanto para a descrição dos arquivos pessoais, analisaremos a metodologia adotada no tratamento da documentação custodiada na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacando a sua importância enquanto ferramenta necessária à manutenção da organicidade dos documentos de arquivos pessoais.

Respalhada pela Lei n. 8.394 de 1990, que reconhece os acervos documentais privados dos presidentes da República como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, a Fundação FHC reúne documentos produzidos por Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 e 2002, período em que esteve à frente da presidência da República do Brasil, além de um volume considerável de documentos relativos à sua atuação como sociólogo, senador e ministro da Fazenda e das Relações Exteriores. Ademais, nos termos da referida Lei, a Fundação também custodiava a documentação produzida por seus familiares, notadamente seu pai, o general e deputado federal Lêonidas Cardoso, e de sua esposa, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, antropóloga e fundadora do Programa Comunidade Solidária, órgão responsável pela criação e difusão de projetos sociais fomentados a partir da parceria firmada entre o governo federal e a iniciativa privada.

Diante de uma vasta gama de documentos que, por vezes, ultrapassam a linha tênue entre o “público” e o “privado”, os responsáveis pela organização do acervo sob a guarda da Fundação FHC se apoiaram em constantes pesquisas realizadas em diversas fontes de informação de natureza histórica, política e econômica a fim de que o contexto necessário à compreensão dos documentos fosse efetivamente estabelecido. Nesse sentido, em face de um arquivo complexo e multifacetado como o de Fernando Henrique Cardoso e de seus familiares, a opção por uma abordagem contextual se mostrou mais adequada e coerente aos princípios basilares da Arquivologia.

2 A abordagem contextual e a organização de arquivos pessoais

Os documentos de arquivo se distinguem dos demais documentos pela natureza de sua produção: são gerados no decorrer de atividades sem outras intenções que não sejam a adequada execução e/ou comprovação

destas mesmas atividades. Dotados de uma relação contextual, orgânica e natural com a sua entidade produtora, os documentos arquivísticos “inerentemente refletem as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os produziu” (COOK, 2017, p. 9).

De acordo com Duranti (1994), a capacidade de provar as ações e as transações que lhe deram origem se assenta em um conjunto de características intrínsecas aos documentos de arquivo, a saber: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Segundo a autora, a imparcialidade se refere à fidelidade dos documentos arquivísticos aos atos realizados pelo produtor, de modo que estes são produzidos segundo “rotinas processuais” com a intenção expressa de viabilizar as atividades que registram. Por seu turno, a autenticidade está diretamente associada ao *continuum* de criação, manutenção e custódia. Em função de sua capacidade de comprovar como foram criados, mantidos e conservados, os documentos arquivísticos se tornam autênticos, pois são fiéis às atividades que os geraram, e assim se mantêm ao longo do tempo (DURANTI, 1994, p. 51). Já a naturalidade se refere ao modo como os documentos se acumulam no curso das transações, diferenciando-se, assim, das coleções reunidas de forma artificial e arbitrária.

O inter-relacionamento aponta para a “coesão espontânea” que entrelaça documentos entre si e as atividades que os geraram. Em outros termos, no universo dos arquivos, os documentos arquivísticos não possuem autonomia de significado. Pelo contrário, são interdependentes no que se refere ao seu significado e a sua capacidade comprobatória. Assim, os documentos de arquivo estão ligados entre si por um “elo” criado no momento de sua produção, o qual é “determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade” (DURANTI, 1994, p. 52). A unicidade, quinta e última característica do documento de arquivo, segundo Duranti, diz respeito ao fato de que os documentos de arquivo conservam seu caráter único em função do contexto em que foram produzidos (DURANTI, 1994, p. 52).

Da mesma forma, Ana Maria de Almeida Camargo (2009) assinala que a autenticidade dos documentos de arquivo depende de sua natureza contextual, aspecto em que reside a capacidade de refletir as atividades que lhe deram origem (CAMARGO, 2003, p. 12). Essa “natureza contextual” confere aos documentos “tempo e circunstância, cujo significado pleno só é alcançado no âmbito das relações que mantêm entre si” (CAMARGO, 2003, p. 15).

Por sua vez, em que pese a relação indissociável entre o contexto de produção e o documento de arquivo, ao focalizarmos o tratamento comumente dispensado aos

arquivos pessoais é possível observar que estes nem sempre são tratados em conformidade à teoria arquivística. Com efeito, muitos itens documentais em arquivos pessoais são rejeitados tão logo são recolhidos por instituições de custódia, destituindo-se, assim, “o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor” (CAMARGO, 2009, p. 29-30).

Em grande medida, os arquivos pessoais são organizados sem que a qualidade probatória dos documentos seja efetivamente assegurada. Conforme André Ancona Lopez (2003, p. 74), no momento em que o contexto de produção deixa de ser “diretriz da organização documental, os processos e funções responsáveis pela produção dos documentos tendem a ser ignorados” e, embora a “informalidade caracterize os procedimentos e os documentos gerados”, isto não impede que os princípios da arquivística sejam aplicados.

Ao abordar os arquivos pessoais no âmbito da teoria arquivística, Jorge Phelipe Lira de Abreu conclui que, uma vez identificadas a proveniência e as relações entre os documentos desse conjunto, “não parece existir caminho mais apropriado que pela teoria arquivística para que seu contexto não seja perdido, bem como seu caráter probatório, no sentido de evidência das atividades, interesses e relações do titular” (ABREU, 2016, p. 33). Ainda segundo o autor:

[...] os arquivos pessoais devem se sustentar pelas razões que lhe deram origem. Qualquer abordagem que transgrida o Princípio da Proveniência e a relação orgânica existente entre os documentos comprometerá a qualidade mais cara dos arquivos, seu valor probatório (ABREU, 2016, p. 35).

Em artigo já citado, Camargo (2009, p. 29) aponta para preferência das instituições responsáveis pela custódia de arquivos pessoais sobre determinados itens documentais em detrimento de outras. No caso de escritores, artistas plásticos, cientistas e políticos, essas instituições “manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra” (CAMARGO, 2009, p. 29), a exemplo de esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc. Ao supor que determinados documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões, alguns documentos tidos como relevantes são mantidos para a pesquisa, enquanto aqueles que não se enquadram nos critérios de relevância dos pesquisadores são descartados:

Muitas das operações seletivas que integram o protocolo de aquisição chegam a rejeitar *in limine* certas espécies, destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor (CAMARGO, 2009, p. 29).

Para a autora, essas ações são sintomáticas de uma

“abordagem focada exclusivamente na informação”, que “deixa de levar em conta as marcas funcionais que lhe são incorporadas pelo contexto de uso e que são necessariamente distintas, conforme a entidade produtora” (CAMARGO, 2009, p. 29). Segundo a autora,

[...] organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele, exatamente, os atributos probatórios próprios de sua relação com o contexto de origem (CAMARGO, 2009, p. 31).

Nessa mesma perspectiva, Lopez (2003) assinala que, em arquivos pessoais, a função dos documentos acumulados muitas vezes é apartada dos aspectos informativos imediatos. Entretanto, tais ligações “somente são possíveis quando tais documentos são encarados como documentos de arquivo, reinsertos no contexto de produção do titular” (LOPEZ, 2003, p. 76).

O autor conclui que o conteúdo informativo tem importância apenas dentro do quadro do contexto de produção arquivístico e que, com “o império da informalidade” e com a inclusão de inúmeros documentos recolhidos das mais diversas origens, “a distinção entre o contexto de produção e o conteúdo informativo do documento revela-se mais importante” (LOPEZ, 2003, p. 77-78). De acordo com Lopez:

[...] os conteúdos informativos de documentos arquivísticos (pessoais, ou não) quando descolados do contexto de produção podem permitir múltiplas interpretações. No entanto, a redescoberta do sentido original para o titular do acervo apenas será possível se a teoria e os princípios arquivísticos se mantiverem intactos, re-compondo a ordem original da produção arquivística. (LOPEZ, 2003, 79-80).

3 A tipologia documental e a abordagem contextual

Desenvolvida na década de 1980 pelo *Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid*, a tipologia documental se destaca da Diplomática quanto ao seu objeto de estudo. Enquanto esta última estuda a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, a primeira “o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2006, p. 52). Segundo Bellotto (2006, p. 52) “a tipologia volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo, para que se disponha sobre ou cumpra a mesma função”. A autora cita ainda Heredia Herrera (1985) ao destacar que a tipologia acaba por privilegiar “o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um” (BELLOTTO, 2006, p. 53).

Assim como na Arquivologia, o campo de aplicação da tipologia documental gira em torno da relação entre os elementos com as atividades institucionais e pessoais e tem como objetivos sucessivos estabelecer/reconhecer a origem/proveniência; o vínculo com as competências, funções atividades do produtor; a associação entre a espécie e o tipo documental; e, por fim, o conteúdo e a datação (BELLOTTO, 2006, p. 53).

Convém, ainda para a compreensão da tipologia documental, definir espécie e tipo documental. A primeira como “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e a segunda como “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (BELLOTTO, 2006, p. 56). O tipo documental é, portanto, a “aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio*” (BELLOTTO, 2006, p. 57). Assim, a análise diplomática sob a ótica da Arquivologia tem como elemento inicial a entidade produtora, sendo o percurso: da competência do produtor à sua estrutura e desta ao modo como funciona. Segue-se a análise do seu funcionamento à atividade, que é o motivo da gênese dos documentos e nos quais se reflete, e, por fim, a partir da atividade, o tipo e a espécie.

Mattos e Schmidt apontam, ainda, para a possibilidade de se aplicar a análise tipológica em documentos discricionários, ou seja, “documentos de diferentes linguagens, suportes, técnicas de registro e formatos, e que, muitas vezes, resultam de atividades que não correspondem a atos de caráter jurídico” (2017, p. 2). Para os autores, identificar o tipo documental de um documento de arquivo permite apreender o “nexo” entre o documento e seu contexto de produção (MATTOS; SCHMIDT, 2017, p. 3). E esse vínculo é mantido de maneira mais “eficiente” através da nomeação adequada, a partir da espécie, por meio da qual determinada função é exercida (CAMARGO, 2015, p. 293).

Sob essa perspectiva, Camargo e Goulart analisam as vantagens da abordagem contextual na aplicação dos estudos em tipologia documental. De acordo com as autoras, tal abordagem pressupõe a necessidade de “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável” e que suas partes apenas possuem sentido ao se considerar suas muitas articulações e “seus nexos com as atividades e funções” que as geraram (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35-36).

Esse “esforço de contextualização” é a base da metodologia arquivística e fundamental para a manutenção da organicidade, de tal modo que qualquer dificuldade em identificar os documentos discricionários não pode ser um obstáculo para a análise tipológica” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35-36). Assim, deve-se pesquisar as “circunstâncias concretas de acumulação documental” (MATTOS;

SCHMIDT, 2017, p. 8) a fim de identificar adequadamente o tipo documental.

Há ainda, e pode-se notar de forma especial, a vantagem de uma abordagem contextual da tipologia documental sobre os ditos, de forma equivocada, “objetos tridimensionais”, que não utilizam “linguagem escrita para viabilizar certas ações e, a *posteriori*, para provar que essas mesmas ações se realizaram” (CAMARGO, 2015, p. 16). Como afirma Camargo (2015), o uso de linguagem escrita e o recurso de fórmulas “remetem para o contexto de origem” e reduzem a “margem de ambiguidade”. Para o caso, por exemplo, dos objetos “tridimensionais” – muito comuns em arquivos pessoais – é inviável o uso da abordagem tradicional da tipologia documental, o que reforça os argumentos da autora sobre a abordagem contextual na identificação de tipos documentais, bem como na descrição de documentos arquivísticos pessoais, principalmente aqueles dotados de fórmulas e estruturas que fogem das regras estabelecidas pelo ordenamento jurídico-administrativo.

4 Documentos em seu contexto: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Partindo de sua experiência com o tratamento da documentação custodiada pela Fundação FHC, Camargo (2015) apresenta algumas propostas de descrição adotadas frente à complexidade daquele acervo, todas elas calcadas na criteriosa compreensão do contexto de produção dos documentos. Reconhecendo que “a solenidade do suporte não pode obscurecer a natureza do documento, cuja linguagem e fórmula não deixam margem a dúvidas” (Camargo, 2015, p. 23), apresentaremos a seguir alguns exemplos inusitados e, ao mesmo tempo, elucidativos das especificidades dos arquivos pessoais e dos desafios que impõem aos arquivistas.

O caderno de enquetes (Figura 1), compreendido como um caderno que circula entre colegas de escola para que nele registrem suas preferências e opiniões sobre assuntos diversos, poderia ser facilmente confundido com uma agenda. Por sua vez, servindo de “suporte a inúmeras perguntas, cada qual submetida a pessoas diferentes” (CAMARGO, 2015, p. 20), o caderno de enquetes é descrito com base em produtor e o seu contexto de produção: “caderno de enquete utilizado para o registro de opiniões de Fernando Henrique Cardoso, Célio Benevides de Carvalho, Luiz Carlos da Costa e Luiz Ventura, quando alunos do colégio São Paulo (1945-1948)” (CAMARGO, 2015, p. 20-21).

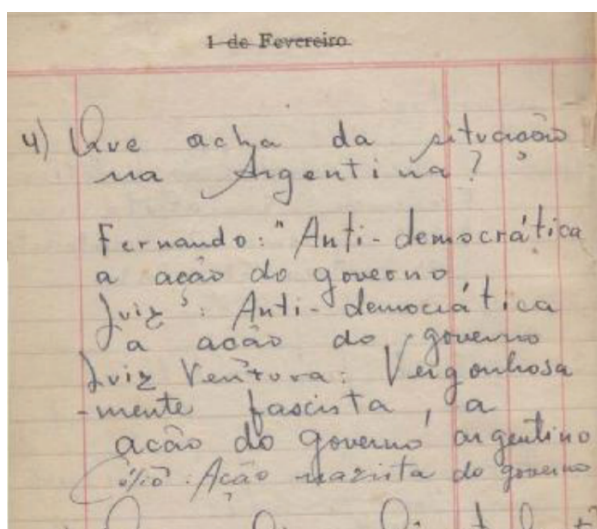


Figura 1. Caderno de enquetes. Acervo Presidente F. H. Cardoso

Embora a denominação de alguns documentos possa ser facilmente identificada, para outros apenas “a persistência de certos hábitos permite reconhecer documentos que, à primeira vista, não revelam seu sentido” (CAMARGO, 2015, p. 21). O caso do caderno de enquête revela, por exemplo, a importância desses hábitos e do estudo de comportamentos sociais para a definição dos termos corretos.

Ademais, a autora aponta para alguns tipos de ambiguidades presentes no arquivo de Fernando Henrique Cardoso, em que dois tipos documentais são passíveis de serem identificados em um mesmo suporte. Na Figura 2 coexistem dois documentos num só: tabela de jogos (relação das partidas de um campeonato esportivo, com suas respectivas datas) e panfleto (texto de propaganda eleitoral impresso em folha avulsa, com informações sucintas sobre determinado candidato) (CAMARGO, 2015, p. 23).

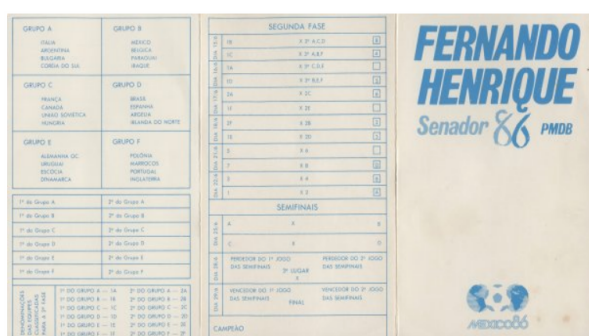


Figura 2. Propaganda política. Acervo Presidente F. H. Cardoso

Como é possível observar, identificam-se dois

contextos distintos, quais sejam: a Copa do Mundo realizada no México, em 1986, e a campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, que no mesmo ano concorria ao Senado Federal. Com efeito, a escolha do contexto por ocasião da descrição recaiu, segundo destaca a autora, sobre o tipo que representa a função primordial do documento: a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

O documento a seguir representa uma amostra de outra ambiguidade comum aos arquivos pessoais (Figura 3). O termo “santinho” pode corresponder à imagem de um santo, indicando principalmente uma prática religiosa, mas pode ser igualmente usado para um “prospecto de propaganda eleitoral, com retrato e um número de candidato a cargo público” (CAMARGO, 2015, p. 24).



Figura 3. Santinho. Acervo Presidente F. H. Cardoso

Esse tipo de ocorrência, explica a autora, é muito comum em campanhas políticas onde:

[...] uma gama variadíssima de adereços, peças de vestiário e utensílios serve para angariar voto. Ocorre também, com igual intensidade, nos processos de propaganda cujo propósito é enaltecer produtos, serviços, marcas e conceitos, com fins ideológicos ou comerciais (CAMARGO, 2015, p. 23).

5 Conclusão

Os princípios arquivísticos analisados visam à manutenção do sentido que os arquivos possuem como decorrência de sua natureza de produção e acumulação. O *respect des founds*, sua dimensão externa, o princípio da proveniência, e sua dimensão interna, a ordem original, guiam os arquivistas ao (re)estabelecimento do sentido do conjunto documental, possibilitando a leitura e a interpretação das informações dentro e fora dos documentos através do contexto de produção.

Quanto aos requisitos para identificar e preservar o valor probatório, referenciamos o “valor de matéria provada” apontado por Schellenberg (2006), que está relacionado ao nexos dos documentos arquivísticos com as atividades que os geraram. Embora a autenticidade seja aferida pelo grau de controle sobre a produção, uso e preservação dos arquivos, o valor probatório se mantém pelo vínculo arquivístico – o nexos entre os documentos e as atividades, entre os documentos entre si e entre os documentos e o produtor.

A partir da análise dos estudos em arquivos pessoais, podemos considerar os arquivos de pessoas físicas assim como os arquivos de pessoas jurídicas e suas particularidades, decorrência da lógica de produção e acumulação de pessoas físicas, que não impedem a aplicação dos princípios arquivísticos, sendo possível identificar nesses documentos as características inerentes dos arquivos e o nexos entre os documentos e as ações de que se originam.

Por fim, a partir das experiências no tratamento dos fundos de pessoas físicas custodiados pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, procuramos enfatizar as vantagens advindas do emprego da tipologia documental e da abordagem contextual enquanto ferramentas capazes de auxiliar os arquivistas na descrição e na preservação do contexto de produção, permitindo, assim, a manutenção do valor de prova dos “documentos discricionários” presentes nos arquivos pessoais.

Referências

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). *Arquivos privados: abordagens plurais*. São Paulo: ARQ-SP, 2016. p. 24-36.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- _____. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do arquivo do município de Rio Claro*: Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.
- _____; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- _____. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, p. 26-39, jul-dez. 2009.
- _____. *Glossário de termos utilizados na descrição do Acervo*. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2014.
- _____. Sobre espécies e tipos documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015. p. 14-30.
- _____. Síntese dos principais temas e discussões. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 286-294.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- _____. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós custodial*. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.
- DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 47-74.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. *Boletín de la Anabad*, v. 56, n. 3, p. 13-35, 2006.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 303-341.

LOPEZ, André P. Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niteroi, v. n. 15, p. 69-82, 2003.

MATTOS, Renato de. A difícil tarefa de dar nome aos documentos. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 74-88, 2017.

_____; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Tipologia de documentos discricionários: a análise dos glossários de espécies e tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. (Orgs.). *A ciência aberta: o contributo da Ciência da Informação. Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017, p. 1415-1424.

RODRIGUES, Ana Célia. *Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística*. Estudos Avançados em Arquivologia. Marília: Cultura Acadêmica, p. 197-215, 2012

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 158-181.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, v. 2, n. 10-4, p. 62-76, 1986.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Em direção a uma conceição geral das garantias: primeiras anotações

Toward a general conception of warrants: First notes

Mario Barité

Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República, Uruguay

mario.barite@gmail.com

Resumo

Las áreas del saber se organizan a partir de la identificación de sus términos de referencia, y de las relaciones que se establecen entre ellos. Ese es el fundamento racional de, entre otras, la metodología de desarrollo de sistemas de organización del conocimiento. La autoridad a partir de la cual se selecciona, evalúa o revisa la terminología de estos sistemas se establece en relación con alguna de las veintiuna garantías (literaria, cultural, etc.) que se han propuesto y estudiado de forma desigual y autónoma en la literatura del área. Este trabajo pretende introducir apuntes y comentarios iniciales para avanzar hacia una concepción de conjunto sobre la noción de garantía. Con esa finalidad se analiza la palabra 'garantía' como término de la lengua general y como término de especialidades. Luego se establece el alcance de aplicación de las garantías. A continuación se ubica cada garantía en alguno de los enfoques propuestos por Hjørland para categorizar teorías y métodos (Empiricismo, Racionalismo, Historicismo y Pragmatismo). A partir de lo expuesto se identifican algunas líneas de problemas a investigar. Se presenta asimismo un cuadro tipológico que incluye datos sobre todas las garantías propuestas hasta hoy, y se establecen las primeras conclusiones.

Palavras-chave: Garantías; Sistemas de organización del conocimiento; Métodos cualitativos; Autoridad temática

Abstract

The areas of knowledge are organized around the identification of their terms of reference and the relationships established between them. This is the rational basis of -among others- the methodology for the development of knowledge organization systems. The authority from which to select, evaluate or revise the terminology of these systems is established in relation to any of the twenty-one warrants (literary, cultural, etc.) that have been proposed and studied in an unequal and autonomous way in the literature of the area. This paper intends to introduce initial notes and comments to advance towards an overall conception of the warrant notion. For this purpose, the expression 'warrant' is studied as a word of the general language as well as a term of specialized languages. Then, the scope of application of the warrants is established. Next, each warrant is placed in one of the approaches proposed by Hjørland to categorize theories and methods (Empiricism, Rationalism, Historicism and Pragmatism). From the above, some lines of research problems are identified. A typological table that includes data on all the warrants established up to now is proposed, and the first conclusions are drawn.

Keywords: Warrants; Knowledge organization systems; Qualitative methods; Thematic authority.

1 Introducción

Los términos constituyen la base de las estructuras conceptuales que se construyen en cada disciplina o campo temático para presentar de forma organizada sus conceptos principales, así como sus premisas, principios, teorías, categorías de análisis, acuerdos y divergencias (CABRÉ, 1993; BURKE, 2002, p. 111-152). Las áreas del saber se organizan, se revisan y se actualizan no solo a partir de la identificación de sus términos de referencia, sino también de las relaciones que se establecen entre ellos. Ese es el fundamento racional de la metodología de las operaciones de control de vocabulario y, por ende, de los procedimientos de desarrollo de sistemas de organización del conocimiento, tales como tesauros, taxonomías y sistemas de clasificación (IYER, 2012). Las garantías constituyen el soporte invisible, el criterio encubierto de selección de términos para su inclusión en los sistemas de organización del conocimiento y en los

sistemas de información en general, con el objetivo principal de favorecer las recuperaciones temáticas.

Según una definición de Beghtol, que ya puede considerarse canónica,

"the warrant of a classification system can be thought of as the authority a classificationist invokes first to justify and subsequently to verify decisions about what classes/concepts to include in the system, in what order classes/concepts should appear in the schedules, what unit classes/concepts are divided into, how far subdivision should proceed, how much and where synthesis is available, whether citation orders are static or variable and similar questions" (BEGHTOL, 1986, p. 110).

La anterior es la primera definición de garantía reconocida en la literatura del área, por lo que puede hablarse de una identificación tardía del concepto, en especial si se considera que Hulme ya en 1911, había establecido la explicación inicial de lo que llamó *literary*

warrant (garantía literaria), una de las variedades específicas de garantía. Resulta entonces que fue acuñado setenta y cinco años antes el concepto específico que su genérico correspondiente. Hulme menciona que la garantía literaria es un test de validación de un encabezamiento (*test of validity of a heading*), como expresión indirecta de lo que él entendía como garantía propiamente dicha (HULME, 1911, p. 447).

Hoy día, como se verá, se lleva registro de más de una veintena de garantías que han sido propuestas como respaldo o autoridad en la selección de la terminología que contienen los sistemas de organización del conocimiento, lo que habla por un lado, del reconocimiento de la vigencia de este concepto y de su utilidad en los procesos de construcción, revisión y evaluación de sistemas de organización del conocimiento; y por el otro, de la necesidad de volver sobre la noción general de garantía con el objetivo de reflexionar sobre su esencia, sus alcances y aplicaciones futuras.

Si bien algunos autores luego de Beghtol han avanzado sobre el concepto de garantía, en especial en los últimos años (COCHRANE, 1993; DUFF, 1998; CAMPBELL, 2008; BARITÉ, 2011, 2018; BULLARD, 2017), se hace sentir la necesidad de conformar un cuerpo de ideas más homogéneo, estable y profundo al respecto. Este trabajo pretende constituirse en una primera aproximación a ese objetivo. Para ese fin, se seguirá la siguiente secuencia de tratamiento:

- i) garantía como término de la lengua general y como término de especialidades;
- ii) alcance de la aplicación de las garantías;
- iii) ubicación tentativa de las garantías en alguno de los cuatro enfoques epistemológicos propuestos por Hjørland para categorizar teorías y métodos en Organización del Conocimiento: Empiricismo, Racionalismo, Historicismo y Pragmatismo;
- iv) tipos de garantías y presentación de un cuadro tipológico que incluye todas las garantías propuestas hasta el presente en la literatura;
- v) identificación de problemas de investigación en torno a las garantías;
- vi) primeras conclusiones en camino hacia una concepción general de las garantías en Organización del Conocimiento.

La mera enunciación de un objetivo tan ambicioso como es la elaboración de una concepción general puede parecer excesiva o desmedida. No obstante, existen a la vista aunque dispersas aquí y allí en la literatura de Organización del Conocimiento suficientes proposiciones, ideas y contribuciones de índole teórica y metodológica como para comenzar a reunir las piezas del *puzzle*. Estos breves apuntes iniciales, de índole genérica pero abarcativa, constituyen el primer resultado de una investigación exploratoria que se continuará.

2 Análisis de la noción de garantía.

2.1 Garantía como término de la lengua general y como término de especialidades.

Un primera cuestión a señalar desde el punto de vista semántico, es que 'garantía' constituye tanto una palabra de la lengua general, como un término registrado en el lenguaje de distintas especialidades. Así, aparece en la terminología de dominios tales como la Banca, Finanzas, Negocios, Derecho Constitucional, Civil y Comercial. El término 'garantía' también ha sido utilizado en textos académicos como justificación de un argumento, la evidencia que sostiene una idea (por ejemplo, NUNNS; PEACE; WITTEN, 2015), o como el respaldo para la discusión filosófica de creencias (PLANTINGA, 1993).

No es objeto de este trabajo determinar si la palabra pasó de la lengua general a las especialidades o al revés, aunque puede presumirse que la necesidad de afianzar compromisos, deudas y obligaciones entre personas, y más tarde entre personas y/o instituciones o estados, haya acompañado la evolución paralela de la palabra en la lengua general, y del término en las especialidades mencionadas. En su evolución semántica queda comprendida también la extensión a significados tales como 'fundamento', 'justificación' y 'razón'

Ya en territorio de la Organización del Conocimiento, lo que la garantía afianza en primer lugar, es la pertinencia y la adecuación de un término para representar un concepto, de modo tal que ese término pueda ser utilizado para la clasificación o para la indización de datos, documentos o información. Dicho así, parecería que la cuestión de las garantías se dirime término a término. Sin embargo, si la garantía va a constituir un criterio intelectual para seleccionar la terminología de un sistema de organización del conocimiento (HUVILA, 2006), con la ambición de obtener una representación temática consistente y actualizada de un dominio, conviene que prevalezca una visión de conjunto.

Bullard señala que

“warrant is an element of all classification design, regardless of whether it is named as such and regardless of the particular technological basis of the system. Indeed, warrant is a common thread across a wide variety of systems ranging from traditional library classification to in-application menus and categories for web-based collections” [porque] *“all designers of textual organizing schemas must look to some source for terminology”* (BULLARD, 2017, p. 76).

Desde esta amplia perspectiva, la garantía debería ser vista como una herramienta no solo para recursos convencionales como un tesoro, sino también para la elección de expresiones destinadas a cualquier agrupamiento de documentos o datos en Internet. Yendo

un poco más lejos, podrían extrapolarse su utilización y su potencial a otros ámbitos, como la selección de los términos a ser incluidos en un diccionario especializado, sobre la base de los mismos argumentos y métodos.

Para fundar mejor la necesidad de una perspectiva epistemológica integrada, Olson (2004) rastreó el fondo de la noción de garantía en la obra clasificatoria del conocimiento de Francis Bacon, y sus reflejos en los sistemas bibliotecológicos de clasificación. En ese trabajo señala que Bacon creó una estructura de conocimiento basada en una *episteme* común, sobre la que los clasificacionistas han ido montando sus propios diseños de sistemas desde el siglo XIX en adelante. Y concluye:

“perhaps we should also follow his epistemological warrant and let our classifications not only reflect knowledge, but also have a role in directing the creation of new knowledge” (OLSON, 2004, p. 4).

Esa percepción neopositivista quizás haya llevado de una manera más o menos intuitiva, a que los clasificacionistas alimentaran -a lo largo de un siglo y medio- una visión epistemológica presuntamente común, de modo de convalidar la idea de que los preceptos de las ciencias son objetivos, neutrales y de alcance universal. De forma más soterrada quizás también fue instalándose el pensamiento de que la justificación de la terminología de un sistema de organización del conocimiento debería tomarse en forma íntegra, ya del lenguaje formal de las ciencias y de la educación de las ciencias (BLISS, 1929), ya de las evidencias terminológicas que ofrece la documentación (HULME, 1911). Ese esquema tradicional se fue quebrando poco a poco con la propuesta de nuevas garantías (cultural, de usuario, organizacional, entre otras), y que constituyeron puntos de ruptura en dos sentidos: i) en relación a la pretendida objetividad y neutralidad del lenguaje de las ciencias; ii) respecto a la conveniencia de mantener una garantía única para toda la terminología seleccionada en el proceso de construcción de un sistema de organización del conocimiento.

Cuando Beghtol afirma que la garantía es la autoridad que un clasificacionista invoca (BEGHTOL, 1986, p. 110), coloca en esa autoridad la fuente de legitimación y el fundamento último de las tomas de decisiones respecto a la terminología a ser incluida o excluida en un sistema de organización del conocimiento. Lo dice inequívocamente: la garantía es la autoridad. Este principio de autoridad puede estar firmemente establecido en la terminología elegida por los responsables de un sistema de organización del conocimiento, o puede encontrarse más o menos desdibujado, como consecuencia de la selección de términos ambiguos, genéricos o híbridos, o no suficientemente representativos, conforme al mayor o menor rigor metodológico que se haya tenido en la elección, depuración y sistematización de la terminología. Debería presumirse entonces una relación

más o menos correspondiente entre la solidez y adecuación de la autoridad o garantía y la calidad del producto terminológico final.

Dos de las seis definiciones que establece el Diccionario de la Real Academia Española para el lema 'autoridad' son aplicables en este contexto. La tercera acepción dice *“prestigio y crédito que se reconoce a una persona e institución por su legitimidad o por su calidad y competencia en alguna materia”*. Y la sexta acepción establece que autoridad es todo *“texto, expresión o conjunto de expresiones de un libro o escrito, que se citan o alegan en apoyo de lo que se dice”* (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, p. 246). Si bien las dos acepciones parecen ajustarse mejor a la visión tradicional de las garantías, considerando el respeto social a la palabra de los científicos y los pensadores, y a la veneración por la palabra escrita, lo cierto es que también permiten encajar en ellas nuevas figuras de autoridad: los referentes de determinadas culturas o de grupos minoritarios, las terminologías alternativas propuestas por pensadores o movimientos sociales -en especial los contraculturales-, o incluso por los proveedores de nuevas tecnologías. Las puertas solo pueden abrirse a nuevas figuras de autoridad si se introducen garantías diferentes a las tradicionales, que atiendan a necesidades de representación temática de grupos, culturas o subculturas de escasa visibilidad.

2.2 Alcance de la aplicación de las garantías.

La definición pionera de Beghtol (1986), además de ser extremadamente detallada, es muy certera. Por ejemplo, constituye un acierto de esta autora proponer la incidencia de la garantía en dos niveles o momentos: el de la justificación inicial (es decir, al momento de crear o seleccionar un descriptor o encabezamiento de materia) y en la verificación (por ejemplo, al momento de la evaluación de la calidad y pertinencia de un término). Esto implica que la garantía puede ser utilizada como orientación y como herramienta en los tres procesos más importantes por los que puede atravesar un sistema de organización del conocimiento: su construcción, su evaluación y su revisión. Encaja aquí, en consecuencia, la afinación de dispositivos metodológicos específicos para elegir, valorar y sustituir o actualizar su terminología.

Otro de los puntos altos del trabajo de Beghtol es la afirmación -nunca contestada en la literatura del área- de que la garantía se debe aplicar en todas las etapas del diseño de un sistema de organización del conocimiento, a saber:

- i) en la selección de los términos de clasificación e indización;
- ii) en la selección de las relaciones que se establecen entre ellos, punto también mencionado posteriormente por otros autores (ROWLEY, 1987; BARITÉ *et al*, 2015, p. 77);

iii) en las ordenaciones de los términos de las facetas, retomando de este modo la aplicación original de la garantía literaria que propuso Ranganathan en su *Prolegomena* (RANGANATHAN, 1967, p. 196);
 iv) en la elección de los criterios de subdivisión de asuntos;
 v) en la determinación de los niveles de especificidad;
 vi) en la aplicación de mecanismos de síntesis (como en la elección de tablas auxiliares o los signos de combinación de asuntos), la selección de dispositivos de sintaxis
 vii) y en el orden de citación de los asuntos (BEGHTOL, 1986, p. 110)

En este punto conviene señalar que las garantías tanto pueden constituirse en referencias epistemológicas, como en criterios de organización, o como herramientas al servicio de un método de selección de terminología.

Se observa que el tipo de garantía aplicada a la selección de términos de clasificación o indización, puede incidir no solo en la decisión de incluir o excluir términos, sino también en la discriminación entre términos autorizados y no autorizados. En efecto, la decisión que se tome para, por ejemplo, establecer en un tesoro que el término 'Novelas de acción' será un descriptor, mientras que su sinónimo '*Thrillers*' se considerará un no descriptor, tiene que estar fundada en un criterio soportado por una garantía.

La manera de garantizar relaciones entre términos ha sido una cuestión apenas esbozada en la literatura, tanto desde el punto de vista teórico como metodológico, por lo que constituye una línea abierta para la pesquisa. En estos apuntes, en calidad de primera afirmación sujeta a revisión, se sugiere que debería ser diferente el procedimiento de garantía de las relaciones jerárquicas entre términos, del procedimiento para las relaciones asociativas.

En efecto, las relaciones jerárquicas que se establecen en un sistema de organización del conocimiento suelen ser las formalmente establecidas y aceptadas en las distintas disciplinas. Son relaciones estables, probadas y no casuales. En cambio, los sistemas suelen brindar la posibilidad de que sea el clasificador, el indizador o el usuario final quien establezca una relación asociativa entre dos asuntos, quizás porque la misma puede ser eventual o provisoria.

Naturalmente, esta división de calidades entre relaciones jerárquicas y asociativas no es absoluta, por lo menos en lo que hace a un conjunto numeroso de relaciones asociativas que están firmemente establecidas en el mundo del conocimiento y en la documentación (por ejemplo, las relaciones entre Iglesia y Estado, o las relaciones entre ciertas sustancias vegetales o animales y el tratamiento de enfermedades). De aceptarse este punto

de partida provisional, la garantía para las relaciones jerárquicas que se establezcan en un sistema de organización del conocimiento debería provenir, más razonablemente, de las clasificaciones formales de las disciplinas (lo que se conoce como garantía académica). En tanto que para fundamentar una relación asociativa debería identificarse la garantía más adecuada para cada caso.

• 2.3 Garantías y teorías epistemológicas.

En distintos trabajos, Hjørland (2003, 2006, 2013 entre otros) ha dado evidencia de la importancia de asociar enfoques epistemológicos a los análisis de teorías y metodologías en Organización del Conocimiento. La ventaja más evidente de este procedimiento es que cada teoría o conjunto de ideas y cada método puede insertarse en una categoría más general de análisis, aprovechando de este modo, todo el caudal acumulado de reflexión realizada desde cada uno de esos enfoques. Así, se vincula de una forma asequible a la Ciencia de la Información (en particular a la Organización del Conocimiento), con los fundamentos más generales de las ciencias y las disciplinas. Por añadidura, a cualquier tópico que revista interés como objeto de estudio para la Organización del Conocimiento (como es el caso de las garantías) pueden aplicársele estas herramientas intelectuales.

Los cuatro enfoques de base epistemológica que propuso Hjørland en los trabajos mencionados son: i) el Empiricismo, que se justifica en los datos provenientes del conjunto de observaciones y sus correspondientes inducciones; ii) el Racionalismo, que propone el desarrollo del conocimiento a partir de principios de pura lógica o de pura razón, y que se apoya sustancialmente en procesos deductivos; iii) el Historicismo, que propicia la organización del saber a partir de estudios cronológicos, evolutivos y/o contextuales de cada campo del conocimiento-; y por último, el Pragmatismo, en cuya esencia se asienta el análisis de la realidad a partir de la determinación de valores, metas y consecuencias (HJØRLAND, 2003, 2006, 2013).

En este trabajo exploratorio se relacionará -en el cuadro que se presenta en el Apéndice A- a cada garantía con al menos uno de los cuatro enfoques mencionados, a cuenta de futuros análisis particulares.

2.4 Tipos de garantías.

En un reciente trabajo de revisión de la literatura existente sobre el tópico, se registró un total de veintiuna garantías propuestas, nombradas y utilizadas en Organización del Conocimiento y en campos temáticos próximos (BARITÉ, 2018, p. 528). En esa

fuente se encuentra una tabla de síntesis con la relación de todas las garantías. No todos los autores acuñaron explícitamente la palabra 'garantía' aunque quedó claro en los textos respectivos que, en sustancia, se estaba hablando de la autoridad invocada para representar conocimiento a través de descriptores, epígrafes, palabras clave, números de clasificación, taxones u otros símbolos.

A los efectos de este trabajo, la tabla mencionada (que por su extensión se presenta en el Apéndice A), fue revisada y ampliada, con el objetivo de presentar en una sola expresión gráfica, clara y exhaustiva las veintiuna garantías, con los siguientes datos: nombre en inglés, nombre en español, autor que la propuso, y el año de acuñación. Se agregó además una columna de comentarios y otra que sitúa provisionalmente a cada garantía en uno de los cuatro enfoques de base epistemológica arriba reseñados. En la tabla, las garantías están ordenadas en orden cronológico de proposición.

Desde que se puso en escena el concepto de garantía literaria (HULME, 1911), de las veinte garantías restantes han sido referenciadas más frecuentemente la garantía cultural (LEE, 1976; BEGHTOL, 2002a), la académica (BLISS, 1929; SACHS; SMIRAGLIA, 2004), y la de usuario (LANCASTER, 1977; HJØRLAND, 2013). Básicamente, se distinguen por la apelación a distintas fuentes de autoridad para recoger términos: el lenguaje de comunidades con una identidad cultural o local propia (garantía cultural), el vocabulario formal de las disciplinas, el consenso entre especialistas y la opinión experta (garantía académica), o las expresiones que utilizan los usuarios en sus búsquedas (garantía de usuario).

Las otras garantías, sin embargo, han sido solo esporádicamente tratadas y no cuentan con una reflexión teórica, metodológica y crítica suficiente.

De todos modos, la proposición de tan alto número de garantías, que implica la apelación a sus correspondientes -y diferentes- fuentes de autoridad, puede obedecer a alguna (o a varias, o a todas) de las siguientes causas:

- i) la insuficiencia de cada garantía en particular para decidir en todas y cada una de las instancias en las que se requiere seleccionar terminología para representar conocimiento y recuperar información;
- ii) como consecuencia de lo anterior puede afirmarse, por tanto, que no existen soluciones universales, sino opciones de alcance y eficacia parcial para justificar terminología.
- iii) en concordancia con lo que establece una de las premisas de la Organización del Conocimiento, un mismo conjunto articulado de conocimientos puede ser organizado de n maneras (BARITÉ, 2001, p. 48-49), conforme a la posibilidad de instalar diferentes

perspectivas epistemológicas o prácticas de ese conjunto, lo que conlleva que cada una de esas perspectivas pueda sostenerse en un tipo particular de garantía.

iv) el auge de las cuestiones vinculadas con la representación temática del conocimiento en los entornos digitales de información, que se orientan hacia la fijación, el etiquetado y la traducción de los términos de cualquier campo o disciplina, para favorecer su búsqueda y acceso.

- *2.5 Identificación de problemas de investigación en torno a garantías.*

El estado de situación que se ha trazado en esta investigación exploratoria respecto a los trabajos relacionados con las garantías en Organización del Conocimiento, permite identificar tres órdenes de cuestiones que podrían ser objeto de pesquisa: cuestiones de orden teórico, metodológico y aplicativo.

Desde el punto de vista teórico, la revisión exhaustiva de literatura que se realizó como respaldo a este trabajo, da cuenta de que existe un cuerpo más o menos consolidado de conocimiento acumulado en torno a la garantía literaria: artículos canónicos (RODRÍGUEZ, 1984; BEGHTOL, 1986), estudios abarcativos y tesis de posgrado (BARITÉ, 2011; 2018), producción regular en los últimos años (HOWARTH; JANSEN, 2014; BULLARD, 2017), así como un análisis recurrente de la aplicación de la garantía literaria a la Clasificación de la Biblioteca del Congreso (por ejemplo, HALLOWS, 2015) o a la Clasificación Decimal Dewey (por ejemplo, VIZINE-GOETZ and BEALL, 2004).

A un segundo grupo de garantías se les ha dedicado un conjunto limitado de trabajos, en los cuales se encuentran habitualmente introducciones genéricas y aproximaciones generales a las características, los propósitos y las utilidades que puede ofrecer cada garantía. Es el caso de la garantía cultural, la garantía de usuario, la garantía organizacional, la garantía académica, y más recientemente la garantía indígena o indigenista. Un tercer grupo reúne a las garantías que han sido propuestas y/o mencionadas puntualmente, y que no tienen un desarrollo ulterior significativo, como en la garantía de mercado, la estructural o la autopoietica. Estos dos últimos grupos de garantías no cuentan todavía con suficiente análisis crítico, y necesitan del mismo.

Desde el punto de vista metodológico y aplicativo se ofrece un amplio horizonte de pesquisa en torno a una serie de preguntas que no tienen respuesta definitiva, y en algunos casos, ni siquiera hipótesis o interpretaciones parciales. Estas preguntas se pueden agrupar en dos categorías: las relacionadas con la aplicación de una garantía en forma autónoma, y las

que se plantean la conveniencia de combinar dos o más garantías para respaldar la caja de términos de un sistema de organización del conocimiento o de un sistema de información.

Entre las primeras aparece este orden de interrogantes: ¿cómo decidir cuál es la garantía más apropiada a cada sistema?; ¿cómo orientar la elección de una garantía y no de otra?; ¿qué metodologías ofrece cada garantía para su aplicación?; ¿en qué contextos temáticos, documentales o de información puede aplicarse una garantía?; ¿cómo se evalúa el 'rendimiento' de una garantía en función de principios de consistencia, exhaustividad, adecuación temática, adecuación lingüística y otros indicadores que pueden proponerse?; ¿de qué modo los avances tecnológicos contribuyen a, u obstaculizan la aplicación de garantías a partir de mecanismos algorítmicos de asignación temática automática o semi-automática?; ¿qué principios teóricos y metodologías relacionados con las garantías mantienen vigencia en entornos digitales de información?; ¿cómo se vinculan las garantías con la indización por lenguaje natural? Por otra parte, ¿puede demostrarse que la selección de una sola garantía asegura la consistencia terminológica requerida para que el sistema sea útil para los usuarios?

Con relación a las segundas, es pertinente preguntarse, dada la variedad de garantías que han sido propuestas por distintos autores por más de un siglo, si las mismas pueden combinarse o complementarse para obtener una mayor calidad y adecuación de la terminología, o si unas son excluyentes de otras, y en este último supuesto, cuáles lo son y cuáles no, y por qué.

Las opiniones en la literatura del área están divididas. Svanberg cree en el uso complementario de garantías pero también en que algunas pueden ser contrarias a otras, sin aportar explicaciones mayores (SVANBERG, 1996). Bullard por su parte, expresa que

“the various warrants available to classification designers represent contradictory positions in classification theory yet they compete and are combined by classification designers in daily practice”.

Después de tomar posición respecto a las garantías literaria, académica, de usuario y ética, y discutir las posibles compatibilidades e incompatibilidades entre ellas, expresa que *“inevitable compromises of daily classification work”* [exigen] *“the interaction between warrants”* (BULLARD, 2017, p. 77).

Huvila cree que dos o más garantías pueden ser contrarias entre sí, pero propone incorporar el concepto de hospitalidad, tal como es reinterpretado por Beghtol (2002), porque

“may be used to denote an ability to incorporate both intra and inter warrant differences i.e. eventual changes within

and between individual warrants” (HUVILA, 2006, p. 60).

Wan-Chen Lee por su parte, genera ideas para entender la naturaleza del conflicto entre varias garantías semánticas, y ofrece algunas alternativas de negociación de su uso y combinación, en el marco de los procesos de evaluación de sistemas de organización del conocimiento (LEE, 2017).

De esta reseña sumaria surgen muchos espacios ciegos que pueden aprovecharse para la investigación en torno a teoría, métodos y aplicaciones de las garantías, en un ámbito en el cual en los últimos veinticinco años han sido constantes tanto la aparición de nuevos tipos de sistemas de organización del conocimiento (ontologías, taxonomías web, folksonomías y clasificaciones sociales entre otros), como de innovaciones tecnológicas que han impactado en las costumbres y en los hábitos en relación con la búsqueda y el acceso a la información.

3 Conclusiones.

Las garantías son vistas en la actualidad como un componente ineludible en el proceso de construcción, evaluación y revisión de sistemas de organización del conocimiento, en la medida en que su adecuada comprensión y aplicación debería asegurar una terminología consistente, actualizada y ajustada a los propósitos de los diseñadores de sistemas y a las necesidades de información temática de los usuarios. Aún más, las garantías pueden ser utilizadas como herramientas para orientar la indización por lenguaje natural, contribuyendo a corregir el indisciplinado *tagging* de las clasificaciones sociales, o pueden contribuir en la selección de los términos a ser definidos en un diccionario especializado, entre otras posibles utilidades.

No existen diferencias sustanciales respecto a la definición de la noción de garantía. Los autores parecen acordar en que se trata de criterios teórico-metodológicos que guían la selección de terminología en todos los contextos de información en que se necesiten representaciones temáticas, y se les asigna como tarea principal la de justificar la inclusión, la ponderación o la exclusión de términos.

La raíz de las cuestiones que se enfrentan en este trabajo tiene una base promisorio: en los últimos veinticinco años la producción académica sobre este tópico se ha multiplicado y se ha enriquecido notablemente, y en su diversidad de enfoques ha dejado un terreno especialmente fértil para el debate de ideas. En el período mencionado se han terminado de proponer más de veinte garantías diferentes, se ha generado una corriente regular de trabajos (tanto bajo la forma de artículos de revistas

como de ponencias a congresos), y ha aumentado significativamente la masa crítica que estudia las garantías a nivel internacional.

Hace falta sin embargo, una reorganización del territorio. Se hace notar la necesidad de construir una visión de conjunto, y de profundizar una serie de cuestiones que por ahora han sido tratadas de una forma genérica. También se hace preciso inducir de lo producido reglas, premisas, principios y métodos que puedan ser comunes a todas las garantías o que requieran su debida especificación. Se requieren asimismo obras de mayor aliento (monografías, libros, tesis de posgrado) que se concentren en esta temática.

En camino hacia una concepción general de las garantías, en este trabajo exploratorio se han puesto de manifiesto - sin agotarlos- distintos puntos de conflicto, debate o intercambio en torno a las garantías, y particularmente se ha formulado un importante número de preguntas de investigación que podrían orientar futuras pesquisas en la materia.

Quizás ha llegado el momento en que antes que pensar en ampliar el elenco de garantías, sea más productivo dedicarse a atribuir mayor sustancia conceptual, metodológica y aplicativa a cada una de ellas, pues cuentan en su mayoría con escasa garantía literaria de sustento.

El establecimiento de la relación entre garantías y teorías de base epistemológica es también pertinente para promover una mayor profundidad conceptual y brindar mayor respaldo a los estudios de campo.

Quizás lo que más haya que valorar para impulsar la investigación en la materia, es que el tópico de las garantías mantiene especial vigencia debido a la importancia que se asigna hoy a la recuperación temática en Internet, en bases y bancos de datos y en otras fuentes y sistemas de información, vinculadas con la ciencia, el comercio, el gobierno electrónico, la cultura y las industrias del entretenimiento. Su proyección y utilidad están, por consiguiente, suficientemente afianzadas.

Referencias

- ANDERSEN, J. Re-Describing Knowledge Organization: A Genre and Activity-Based View. In: ANDERSEN, J. (Ed.). **Theory in Information Studies**. Bingley: Emerald, 2015. p. 13-42.
- BARITÉ, M. Literary warrant. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018.
- BARITÉ, M. **La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación**. Tesis de doctorado. Granada: Universidad de Granada, 2011.
- BARITÉ, M. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Biblioteconomía y Documentación. In: ORGANIZAÇÃO KESTER CARRARA. **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: UNESP, 2001. p. 35-60.
- BARITÉ, M. et al. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6a. ed. ampliada y revisada. Montevideo: CSIC, 2015.
- BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant and cultural hospitality. **Advances in Knowledge Organization**, v. 8, p. 45-49, 2002a.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, vol. 58, n° 5, p. 507-532, 2002b.
- BEGHTOL, C. Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-123, 1986.
- BLISS, H. E. **The Organization of Knowledge and the System of the Sciences**. New York: Holt, 1929.
- BUDD, J. M.; MARTÍNEZ ÁVILA, D. Epistemic Warrant for Categorizational Activities in Knowledge Organization. **Advances in Knowledge Organization**, v. 15, p. 142-145, 2016.
- BULLARD, J. Warrant as a Means to Study Classification System Design. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 1, p. 75-90, 2017.
- BURKE, P. **Historia social del conocimiento: de Gutenberg a Diderot**. Barcelona: Paidós, 2002.
- CABRÉ, M. T. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártida, 1993.
- CAMPBELL, D. G. Derrida, Logocentrism and the Concept of Warrant on the Semantic Web. **Advances in Knowledge Organization**, v. 11, p. 222-228, 2008.
- COCHRANE, P. Warrant for Concepts in Classification Schemes. **Advances in Classification Research**, v. 4, p. 35-46, 1993.
- CUTTER, Ch. A. **Rules for a Dictionary Catalog**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1876.
- DOYLE, A. M. **Naming, Claiming, and (Re)creating: Indigenous Knowledge Organization at the Cultural Interface**. Doctoral dissertation. 2013. Disponível em: <https://circle.ubc.ca/handle/2429/44262> Acesso em: 30 abr. 2019.
- DUFF, W. M. Harnessing the Power of Warrant. **American Archivist**, v. 61, n. 1, p. 88- 105, 1998.
- FRASER, W. J. Literary, User and Logical Warrants as Indexing Constraints. In: **The Information Age in Perspective: Proceedings of the ASIS Annual Meeting 1978**. White Plains, Knowledge Industry Publications, New York, 1978. p. 130-132.
- HALLOWS, K. M. It's All Enumerative: Reconsidering Library of Congress Classification in U.S. Law Libraries. **Law Library Journal**, v.106, n. 1, p. 85-99, 2015.

- HJØRLAND, B. Theories of Knowledge Organization—Theories of Knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p. 169-181, 2013.
- HJØRLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 130-155, 2006.
- HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. In: FRÍAS, J.A; TRAVIESO, C. (Eds.). **Tendencias de investigación en Organización del Conocimiento = Trends in Knowledge Organization Research**. Salamanca: Universidad de Salamanca. 2003, p. 83-116.
- HJØRLAND, B.. Subject (of Documents). **Knowledge Organization**, v. 44, n.1, p. 55-64, 2017.
- HOWARTH, L. C.; JANSEN, E. H. Towards a Typology of Warrant for 21st Century Knowledge Organization Systems. **Advances in Knowledge Organization**, v. 14, p. 216-221, 2014.
- HULME, E.W. Principles of Book Classification: Chapter III: On the Definition of Class Headings, and the Natural Limit to the Extension of Book Classification. **Library Association Record**, n. 13, p. 444-449, 1911.
- HUVILA, I. **The Ecology of Information Work: A Case Study of Bridging Archaeological Work and Virtual Reality Based Knowledge Organisation**. Åbo: Åbo Akademi University Press, 2006. Disponível em: <https://oa.doria.fi/bitstream/handle/10024/4153/TMP.objres.83.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 avr. 2019.
- IYER, Hemalata. **Classificatory structures: concepts, relations and representation**. Würzburg: Ergon, 2012.
- LANCASTER, F. W. Vocabulary Control in Information Retrieval Systems. **Advances in Librarianship**, v. 7: p. 1-40, 1977.
- LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: A Reconsideration. In: RAYWARD. W.B. (Ed.). **The Variety of Librarianship: Essays in Honour of John Wallace Metcalfe**. Sydney: LAA, 1976.
- LEE, W-Ch. **Conflicts of Semantic Warrants in Cataloging Practices**. Presented at the North American Symposium on Knowledge Organization, Urbana-Champaign, Illinois, 2017. Disponível em: http://www.iskocus.org/NASKO2017papers/NASKO2017_aper_25.pdf Acesso em: 30 avr. 2019.
- MAI, J.-E. Folksonomies and the New Order: Authority in the Digital Disorder. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D. **DDC-BISAC Switching as a New Case of Reader-interest Classification**. Tesis de doctorado. Getafe: Universidad Carlos III de Madrid, 2012.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. 2010. **Guidelines for the Construction, Format and Management of Monolingual Controlled Vocabularies: An American National Standard Developed by the National Information Standards Organization: ANSI/NISO Z39.19-2005 (r2010)**. Bethesda: NISO Press, 2010. Disponível em: http://www.niso.org/apps/group_public/download.php/12591/z39-19-2005r2010.pdf Acesso em: 30 avr. 2019.
- NUNNS, H.; PEACE, R.; WITTEN, K.. Evaluative reasoning in public-sector evaluation in Aotearoa New Zealand: How are we doing? In: **Evaluation Matters: He Take Tō Te Aromatawai**, v. 1, 2015.
- OLSON, H. A. and WARD, D. Charting a Journey Across Knowledge Domains: Feminism in the Decimal Dewey Classification. **Advances in knowledge organization**, v. 6, p. 238-244, 1998.
- OLSON, H. A. **Bacon, warrant and classification**. ASIS&T SIG-CR WORKSHOP, NOVEMBER 13, 2004.
- PLANTINGA, A. **Warrant and Proper Function**. New York: Oxford University Press, 1993.
- RAFFERTY, P.; HIDDENLEY, R. Filecr and Democratic Indexing: Dialogic Approaches to Indexing. **Aslib Proceedings**, v. 59, p. 397-410, 2007.
- RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3^a ed. Bombay: Asia Publications, 1967. Disponível em: <http://dlist.sir.arizona.edu/1151> Acesso em: 30 avr. 2019.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 23a. ed.: edición del tricentenario. Buenos Aires, RAE-Espasa, 2014. 2 v.
- RODRÍGUEZ, R.D. Hulme's Concept of Literary Warrant. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 5, n. 1, p. 17-26, 1984.
- ROWLEY, J. E. **Organising knowledge: an introduction to information retrieval**. Aldershot: Gower. 1987.
- SACHS, M.; SMIRAGLIA, R. From Encyclopedism to Domain-based Ontology of Knowledge Management: the Evolution of the Sachs Classification (SC). **Advances in Knowledge Organization**, v. 9, p. 167-172, 2004.
- SVANBERG, M. Classification, Warrants and Principles. **Swedish Library Research**, v. 2, n. 3, p. 66-75, 1996.
- SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge MA: MIT Press, 2000.
- TENNIS, J. T., THORNTON, K.; FILER, A. Some Temporal Aspects of Indexing and Classification: Toward a Metrics for Measuring Scheme Change.” In **Proceedings of the North American Symposium on Knowledge Organization**, 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2881557> Acesso em: 30 avr. 2019.
- VIZINE-GOETZ, D.; BEALL, J. Using literary warrant to define a version of the DDC for automated classification services. **Advances in Knowledge Organization**, v. 9, p. 147-152, 2004.
- WARD, M. Phenomenological warrant: The case for working from the user’s viewpoint. **Managing Information**, v.7, n. 9, p. 68-71, 2000.

Apéndice A – Cuadro tipológico de garantías

<i>Nombre en inglés</i>	<i>Nombre en español</i>	<i>Autor y año</i>	<i>Comentario</i>	<i>Enfoque</i>
Usage	Uso	Cutter, 1876	Antecedente de la garantía de usuario	Empírico
Literary warrant	Garantía literaria	Hulme, 1911		Empírico
Scientific/philosophical & educational warrant (consensus)	Garantía científico-filosófica y educacional- consenso	Bliss, 1929	Antecedente de la garantía académica	Racionalista
Cultural warrant	Garantía cultural	Lee, 1976		Pragmático
User warrant	Garantía de usuario	Lancaster, 1977		Empírico
Logical warrant	Garantía lógica	Fraser, 1978		Racionalista
Request oriented warrant	Garantía orientada a la consulta o solicitud	Soergel, 1985, p. 230	Quizás un tipo de garantía de usuario	Empírico
Semantic warrant	Garantía semántica	Beghtol, 1986	Nombre genérico dado a las garantías literaria, cultural, de usuario y científico-filosófica y educacional	Empírico Racionalista Pragmático
Gender warrant	Garantía de género	Olson and Ward, 1998	Quizás un tipo de garantía cultural	Pragmático
Phenomenological warrant	Garantía fenomenológica	Ward, 2000		Empírico
Structural warrant	Garantía estructural	Svenonius, 2000		Racionalista
Ethical warrant	Garantía ética	Beghtol, 2002b	Relacionada con la garantía cultural	Pragmático
Academic warrant (also named scholarly warrant)	Garantía académica	Sachs and Smiraglia, 2004	Similar a la garantía científico-filosófica y educacional	Racionalista
Organizational warrant	Garantía organizacional	National Information Standards Organization, 2005		Empírico
Autopoietic warrant	Garantía autopoietica	Mai, 2011	Basada en Rafferty and Hilderley, 2007. Quizás un tipo de garantía de usuario	Empírico
Textual warrant	Garantía textual	Tennis, Thornton and Filer, 2012		Empírico
Market warrant	Garantía de mercado	Martínez Ávila, 2012		Empírico
Indigenous warrant	Garantía indigenista	Doyle, 2013	Un tipo de garantía cultural	Pragmático
Genre warrant	Garantía de géneros	Andersen, 2015	Un tipo de garantía cultural	Empírico Pragmático
Epistemic warrant	Garantía epistémica	Budd & Martínez Ávila, 2016		Racionalista Pragmático
Policy warrant (corresponding to policy based indexing)	Garantía política	Hjørland 2017,	Un tipo de garantía cultural?	Racionalista Pragmático

Fuente: Barité (2018), Tabla revisada, corregida y ampliada para este trabajo.

A Semântica na Organização do Conhecimento Arquivístico: O caso dos Tesouros Funcionais

Semantics in the Archival Knowledge Organization: The case of Functions Thesaurus.

Maíra Fernandes Alencar (1), Brígida Maria Nogueira Cervantes (2)

(1) (2) Universidade Estadual de Londrina, Londrina (UEL) - Rodovia Celso Garcia Cid PR 445 Km 380 - Campus Universitário, Londrina, PR. (1) E-mail: alencarmfa@gmail.com (2) E-mail: brigidacervantes@gmail.com

Resumo

A sociedade contemporânea é configurada pelo rápido desenvolvimento tecnológico e científico, pelo aumento exponencial da informação e pelo uso das plataformas web na criação, difusão e uso da informação registrada. O que permeia todos esses aspectos mencionados, se constituindo enquanto base filosófica e científica desde os tempos remotos, é a área da organização do conhecimento (OC), que visa, por meio do estudo de conceitos e suas relações, compartilhar a comunicação humana registrada dentro de um domínio. Este trabalho se apresenta no escopo da organização do conhecimento arquivístico (OCA) e do controle de vocabulário na linguagem orgânico-funcional. Para tanto, faz um estudo bibliográfico da literatura da área. O resultado é uma breve sistematização da semântica na OC para a representação da informação arquivística por meio dos tesouros funcionais. Ressalta-se a importância de estudos sobre as bases teóricas e epistemológicas no que tange as relações semânticas dos tesouros funcionais enquanto acesso complementar das informações de cunho arquivístico.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Organização do Conhecimento Arquivístico; Linguagem Orgânico-Funcional; Vocabulários Controlados para Arquivos; Tesouro Funcional.

Abstract

Contemporary society is shaped by rapid technological and scientific development, exponential increase of information and use of web platforms in the creation, diffusion and use of registered information. What permeates all these aspects mentioned as being the philosophical and scientific basis since the earliest times is the area of the knowledge organization (KO), which seeks to study concepts and their relations to share the human communication recorded in domain. This work presents the control of vocabulary in organic-functional language within the scope of the Archival Knowledge Organization. The methodology is a bibliographic study in the literature of the area. The result is a brief systematization of the semantics in the KO for the representation of the archival information through the functional thesauri. The importance of studies on the theoretical and epistemological bases regarding the semantic relations of the functional thesauri as complementary access of the archival science.

Keywords: Knowledge Organization; Archival Knowledge Organization; Functional Thesaurus; Organic-Functional Language; Controlled Vocabularies for Archival Science.

1 Introdução

A situação descrita pelo historiador Nicolau Sevcenko sobre o século XX é que este se diferenciou de qualquer outro século por "uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários", aspecto que atingiu "praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida do planeta." (SEVCENKO, 2001, p. 23-24).

O autor divide essas transformações no período da Revolução Científica Tecnológica do final do século XIX e do pós-guerra marcado pela ênfase de mudanças com o impacto pelo "crescimento nos setores de serviços, comunicações e informações", o período pós-industrial.

Dentro desse cenário, Saracevic (1996, p. 42) aborda que a Ciência da Informação (CI) teve sua origem nesse contexto, "no bojo da revolução científica e

técnica". Por outro lado, há autores que enfatizam que sobre a origem da CI na Documentação, depois da invenção da imprensa por Gutenberg no século XIX.

O que se verifica com essas duas vertentes históricas da área é que, em ambas, destaca-se uma característica que faz a área da CI ter um papel social e necessário para a disseminação dos saberes produzidos pela humanidade: a organização do conhecimento (RABELO; GUIMARÃES, 2006); (DIAS, 2000).

A sociedade contemporânea é configurada pelo rápido desenvolvimento científico e tecnológico, pelo aumento exponencial da informação e pelo uso das plataformas web na difusão e uso da informação registrada. Nesse sentido, a Organização do Conhecimento (OC) contribui para esse cenário por ser um campo científico com:

[...] fundamentos e técnicas da planificação, construção, gestão, uso e evolução dos sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento,

comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seus saberes e seus atos, a partir de seu conteúdo, com o objetivo de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novos conhecimentos. (ESTEBAN NAVARRO; GARCÍA MARCO, 1995, p. 149, *tradução nossa*).

A área da OC dialoga com diferentes áreas do conhecimento, como a "antropologia, computação, filosofia, linguística, psicologia, sociologia, entre outras" (LIMA, ALVARES, 2012, p. 27). Uma dessas áreas é a Arquivística, em que um dos objetivos é o acesso das informações registradas de caráter orgânico e funcional.

Considerando o cenário atual de uma sociedade complexa em que a informação arquivística, somada a um espaço digital em que tudo se multiplica com ênfase na urgência para a recuperação e o acesso a informação, levanta-se como questão: como a semântica na OC pode contribuir para a reflexão sobre a organização e representação da informação arquivística por meio dos tesouros funcionais?

O objetivo é apresentar, por meio de bibliografia da área, a semântica na organização do conhecimento arquivístico, em especial os tesouros funcionais.

2 Tecendo o acesso à informação: Os fios da organização do conhecimento arquivístico.

As instituições arquivísticas representam as ações humanas por meio da informação registrada. Essa caracterização permite alguns apontamentos iniciais: 1) o Arquivo é portador de comunicação registrada de um contexto específico; 2) essa comunicação é de ordem funcional, uma vez que o registro só existe em detrimento de uma função; 3) o objetivo do acesso da informação é para o uso, seja ele de caráter administrativo, jurídico, histórico, social etc.; 4) há métodos de como organizar os registros que resultam no Arquivo. E nesse aspecto há um forte diálogo com o campo da OC (TOGNOLI, GUIMARAES, 2010).

Ressalta-se a importância dos aportes teóricos e metodológicos da Diplomática Contemporânea para o acesso informacional na Arquivística:

[...] o arquivista, ao realizar um estudo de identificação (do criador e seus registros), baseado na Diplomática e na Tipologia Documental produz conhecimento arquivístico. [...] Os resultados alcançados através da identificação do documento por meio da Diplomática, apoiará o processo de representação do conhecimento arquivístico no contexto de classificação e descrição arquivística. (TOGNOLI; RODRIGUES, 2018, p. 47).

Antes de ampliar a abordagem da relação da OC com a Arquivística, apresentam-se as características do registro criado em âmbito arquivístico.

As informações arquivísticas possuem características que refletem o ambiente em que foram produzidas: 1)

imparcialidade (criação) – que foi criada decorrente de uma função específica; 2) autenticidade (procedimento) – que possui relação jurídica; 3) naturalidade (acumulação) – que se acumula conforme as demandas de produção e aquisição das organizações; 4) organicidade (pois se relaciona com os demais documentos criados na mesma atividade); e 5) unicidade (no conjunto) – que cada ação é única, logo cada conjunto documental também será (BELLOTO, 2002, p. 25).

Nesse sentido, as instituições arquivísticas refletem as mudanças da sociedade na qual está inserida. Isso significa que não se trata de algo estático, mas que está em movimento, porque é a materialização física ou digital de uma ação humana dentro de um contexto específico de âmbito social, político, econômico, cultural, entre outros.

À medida que o objetivo é o uso e acesso, observa-se que a existência do gerenciamento permite compartilhar e comunicar para aos usuários a informação arquivística.

A OC, no contexto da Ciência da Informação, torna possível ampliar a comunicação entre os seres humanos por meio da informação registrada. Dentro desse escopo atua a Organização do Conhecimento Arquivístico (OCA):

O conhecimento arquivístico pode ser entendido como todo aquele conhecimento produzido por uma pessoa física ou jurídica no desempenho de suas atividades e que está representado no (ou pelo) conjunto de documentos que compõe um fundo documental. Entendemos, assim, que esses fundos irão refletir o conhecimento produzido por uma determinada pessoa ou entidade, atuando, portando, três atores principais nesse contexto: (1) o criador (autor), que é a pessoa física ou jurídica responsável pela criação dos documentos; (2) o usuário, que irá utilizar a informação para fins administrativos ou jurídicos, ou ainda para fins históricos e, (3) os intermediários, que são os arquivistas ou outras pessoas responsáveis pela organização dos documentos. (TOGNOLI; VITORIANO; LEME, 2017, p. 64)

O que permeia a ação dos três atores citados acima é que, nas relações entre eles, há sistematização de uma linguagem.

O criador, ao materializar a comunicação de uma ação específica que compete à sua função, faz nascer a "linguagem orgânico-funcional". Para ser compartilhada para os usuários, passa necessariamente pelos instrumentos que organizam e representam as informações arquivísticas: a classificação e a descrição – realizadas pelos intermediários com base teórica da OC –, com o objetivo de atender ao princípio da proveniência, sendo, por isso, processos nucleares dentro da perspectiva do acesso (TOGNOLI, BARROS, 2015).

O usuário precisa ser considerado em todo o processo que resulta da representação e a organização arquivística, e, por isso, quanto mais instrumentos que subsidiem o acesso, mais possibilidade haverá para o acesso e uso da informação:

Uma vez devidamente tratados, organizados e fisicamente acessíveis, os documentos podem ser divulgados, valorizados e explorados como parte das atividades que aproximam os usuários. [...] (COUTURE, 2015, p. 153).

Entende-se que, para a divulgação (ou difusão) de um acervo arquivístico, faz-se necessário a realização de atividades da OCA, que determina possibilidades de uso dos registros em diferentes contextos e comunidades.

Para isso, após as atividades de classificação e descrição, percebe-se que é possível a organização e representação da informação arquivística por meio dos tesouros funcionais. Antes de prosseguir com tal temática, apresenta-se a seguir estudos contemporâneos sobre a representação arquivística, que abordam também a indexação enquanto acesso complementar e a relação da classificação arquivística com a ontologia.

Nesse sentido, Campos, em seu artigo sobre indexação e descrição em arquivos para a recuperação da informação, enfatiza que:

[...] no âmbito da biblioteconomia são estabelecidas diretrizes para o planejamento da representação de informação visando à recuperação. As diretrizes estabelecidas neste campo podem ser ampliadas e adaptadas para o domínio da descrição arquivística, possibilitando um conjunto de princípios para “olhar” o conteúdo informacional de um documento e representá-lo por aspectos pelos quais ele poderá ser recuperado. (CAMPOS, 2006, p. 23).

A respeito do conteúdo informacional na arquivística, pode-se relacionar com o aspecto que Belloto (2002, p. 24-25) menciona sobre "os caracteres ou elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância", que "têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza da sua proveniência e função".

Barros (2016, p. 41) faz um estudo inicial da relação da indexação na Arquivística e compreende "a indexação como uma fase do processo de representação arquivística." Esclarece também que a "indexação no âmbito dos arquivos poderia ocorrer por meio da elaboração de índices e posteriormente de vocabulários controlados".

Ainda no tema da indexação de assuntos na Arquivística, Medeiros, Bräsher e Vianna (2017) realizaram uma pesquisa por meio das publicações científicas das bases LISA e LISTA em que recuperaram 20 artigos do período de 1965 a 2013. Em síntese, verificaram que:

a indexação de assunto na área de Arquivologia trata do conteúdo/assunto do documento no contexto, ou seja, como inserida no processo de descrição e como uma forma de acesso complementar. (MEDEIROS; BRÄSHER; VIANNA, 2017, p. 177).

Outro estudo pertinente à área da OCA foi apresentado por Barros e Gomes (2018), sobre a relação das ontologias com a classificação arquivística. Os autores fundamentaram-se no trabalho de Madsen e Thomsen (2009), em que apresentavam uma elaboração de uma ontologia anterior a um sistema de classificação. Eles partiram da premissa de que é possível:

[...] compreender um ambiente organizacional através de uma ontologia terminológica, ou seja, que os elementos de uma instituição podem ser tratados como conceitos de um domínio (sendo o domínio a própria instituição). Também é possível, portanto, tomar essa ontologia como base para a construção de um sistema de classificação apropriado para lidar com os documentos produzidos naquela instituição. (BARROS; GOMES, 2018, p. 103, *tradução nossa*)

A proposta dos autores apresenta uma possibilidade de estudos que contribui para o avanço nas pesquisas sobre representação arquivística, e destaca-se ainda que "a ontologia foi construída com base nos elementos existentes na estrutura organizacional de uma instituição [...] função, fundo, tipo de documento, data, confidencialidade etc." (BARROS; GOMES, 2018, p. 103-104, *tradução nossa*).

Conforme descrito, a literatura arquivística tem mostrado caminhos que orientam para a organização e representação complementar da informação arquivística por assunto, no caso da indexação (CAMPOS, 2006; BARROS, 2016; MEDEIROS; BRÄSHER; VIANNA; 2017), com a ontologia (BARROS, GOMES, 2018), ou por função (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRALIA, 2003; SMIT, KOBASHI, 2003; AGUIAR, TALAMO 2012; ALENCAR; CERVANTES, 2017), no caso dos tesouros funcionais.

Os tesouros funcionais atuam de forma interativa e semântica na divulgação do acervo por meio das funções desempenhadas no âmbito das atividades que geraram o registro. Esse instrumento se tem como objetivo a recuperação pelo contexto funcional.

Dessa forma, os fios que compõem o acesso à informação arquivística são compreendidos pelas atividades da classificação e da descrição (TOGNOLI; BARROS, 2015), e neste trabalho, enquanto acesso complementar, apresentam-se os tesouros funcionais (ALENCAR; CERVANTES, 2017).

3 A semântica na linguagem orgânico funcional: Os tesouros funcionais.

Ao fato dos Arquivos Públicos e Privados serem resultantes de atividades e funções específicas para as quais foram criados – de ações sociais, políticas, econômicas, etc. – e visto que o objetivo da OC é possibilitar o acesso para essas informações, torna-se pertinente refletir sobre as abordagens contemporâneas que subsidiam a organização e representação da informação arquivística, posteriormente a classificação e descrição. Nesse sentido, abordam-se os aspectos conceituais dos tesouros funcionais e sua dimensão macro para, em seguida, descrever sua interface com a semântica.

Os tesouros, enquanto instrumentos de organização da informação tem origem na área da Biblioteconomia e são construídos para atender à recuperação da informação:

Os tesouros possuem três elementos básicos: (1) um léxico; (2) uma rede paradigmática: indica relações essenciais e estáveis entre descritores, numa rede lógico-semântica; (3) uma rede sintagmática: indica relações contingentes entre descritores, válidas apenas em determinado contexto de uso, através de regras de sintaxe. (LIMA; MACULAN, 2017, p. 65)

As características que as autoras acima indicam são compostas de elementos que fornecem as possibilidades de relações entre os termos. Nesse sentido, em âmbito arquivístico, as redes paradigmáticas e sintagmáticas podem apresentar as funções e suas características em determinado domínio.

Os relacionamentos são elementos determinantes para o estabelecimento dos termos em um tesouro. Lima e Maculan (2014, p. 196) abordam sobre os relacionamentos nos tesouros com ênfase no valor semântico dos verbos de acordo com a Gramática da Valência de Borba. As autoras argumentam que o "relacionamento geralmente é representado por um verbo ou uma expressão verbal, que é um elemento da gramática tratado pela Linguística". O estudo teve enquanto resultado:

[...] que será essencial a elaboração de uma definição para cada relacionamento selecionado para representar um dado domínio. Dessa maneira, estaremos usando um modelo semântico-pragmático, que se ancora na teoria de valências de Borba (1996). (LIMA; MACULAN, 2014, p. 199)

O aspecto mencionado pelas autoras será retomado mais adiante. A seguir, discute-se sobre o tesouro funcional.

Ao situarmos o contexto de criação do tesouro funcional, nota-se que sua origem está fundamentada na teoria arquivística do *Records Continuum* enquanto uma ferramenta desenvolvida pelo Arquivo Nacional da Austrália. (DINGWALL, 2016, p. 206). Ressalta-se que essa teoria é "uma resposta às inadequações sentidas do modelo do ciclo vital".

Jardim (2015, p. 35) discorre que essa teoria (ou modelo, para alguns) é de contexto Australiano sistematizado nos anos de 1990 com Frank Upward, e os antecedentes do *continuum* são os teóricos "[...] Ian Maclean, no final dos anos de 1950 e início de 1960, e Jay Atherton nos anos de 1980".

De acordo com Jardim, a base de dados *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, define o *records continuum* enquanto:

Um modelo de ciência arquivística que enfatiza a sobreposição das características de manutenção, evidência, tramitação dos documentos e identidade do produtor. Toda a extensão da existência de um documento. Refere-se a um regime consistente e coerente dos processos de gestão a partir do momento da produção de documentos (e antes da produção, no projeto de sistemas de *recordkeeping*) mediante a preservação e utilização dos documentos e arquivos. (JARDIM, 2015, p. 35)

As diferentes teorias arquivísticas desenvolvidas no mundo atuam como reflexos de cada forma cultural, política e econômica de um povo, com seus registros, suas memórias, suas práticas democráticas e seus interesses públicos e privados de informação arquivística. De acordo com Cunningham (2007, p. 81), "[...] no *continuum* do pensamento australiano, os documentos não são vistos como 'objetos passivos a serem descritos retrospectivamente', mas como agentes da ação, 'participantes ativos nos processos de negociação'".

No panorama macro, a teoria do *Continuum*, na qual o tesouro funcional é inserido, reside à preocupação no gerenciamento das informações com ênfase na continuidade dos registros e considera seu contexto de criação e uso para comportar diferentes necessidades informacionais durante a existência do documento.

As informações de cunho arquivístico são, em sua essência, linguagens orgânico-funcionais pautadas pelo princípio da proveniência, materializadas das ações humanas providas de diferentes intencionalidades. O acesso a elas dependerá dos instrumentos construídos enquanto resultado de uma gestão documental eficaz, que leve em consideração as diferentes necessidades dos usuários e seus contextos.

Nesse sentido, Smit (2018, p. 48), ao tratar sobre a importância dos vocabulários controlados para Arquivos, argumenta que "a organização de documentos e sua busca é operada através da linguagem. Sem linguagem não há organização da informação [...]". Disso decorre a necessidade de uma linguagem documentária.

As linguagens documentárias (LD) nasceram da necessidade de comunicar o conhecimento, "[...] dispondo-o como informação. Em outras palavras, compete às LDs transformar estoques de conhecimentos em informações adequadas aos

diferentes segmentos sociais.” (CINTRA et al., 2002, p. 17). No âmbito dos arquivos, estes compreendidos enquanto "criações sociais no sentido de serem um produto da sociedade humana” (EASTWOOD, 2016, p. 20), constata-se que as LDs realizam uma representação da informação arquivística com o objetivo de situá-la em um contexto para que gere um uso.

Cunningham (2007, p. 87) argumenta que "arquivos são gerados quando pessoas ou organizações desempenham funções e realizam atividades”. Interessa, nesse aspecto, pensar o acesso para as funções. Nesse âmbito compreendido para prover acesso complementar depois do plano de classificação, o tesouro funcional é:

[...] uma ferramenta de classificação para ajudar as organizações a gerenciar registros e outras informações comerciais. [...] é uma lista controlada de termos interligados por semântica hierárquica, relações associativas ou de equivalência. Tal ferramenta atua como um guia para alocação de termos de classificação para registros individuais. (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003, p. 7, *tradução e grifo nosso*).

As agências do governo australiano possuem dois tesouros funcionais: 1) o Tesouro de Funções Interativas dos Governos Australianos (AGIFT) e 2) as palavra-chave AAA[1].

O tesouro funcional para o Arquivo Nacional da Austrália situa-se no contexto amplo da Gestão da Informação, e, dentro desta, na atividade de Descrição da Informação, a qual permite algumas ações para os usuários e futuros usuários. Para descrever a informação, adota-se o conceito de metadados descritivos – é nesse contexto que citam os vocabulários e tesouros:

A descrição de informações e registros permite que os usuários entendam o que são de onde vieram, o que aconteceu com eles e os relacionamentos que têm com outros ativos de informações. Quanto mais eficaz a descrição, maior a probabilidade de a informação correta ser encontrada rapidamente e reutilizada, compartilhada e gerenciada. A descrição das informações permite que os usuários: - identifique objetos de informação individuais; - diferencie um objeto de informação de outro; - procure informações que eles criaram e salvaram; - recupere objetos ou itens semelhantes.

A descrição das informações possibilita que futuros usuários:- encontre as informações quando precisarem; - entendam por que foi criado, por quem e quando; - determinar os controles sob os quais ele pode ser usado.

Podemos descrever itens e objetos individuais como um único documento, uma fotografia, um filme ou uma gravação de áudio [...] Essa informação descritiva é chamada de metadados. Os metadados descritivos mais úteis e relevantes para o gerenciamento de informações e registros incluem o uso de: 1) títulos relevantes e significativos; 2) classificação de negócios consistente e uniformemente aplicada; 3) vocabulários e tesouros controlados e universalmente aplicados. (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2017, página do site, *tradução nossa*)

Voltando para o que compõe um tesouro no viés da Biblioteconomia, tem-se o domínio no qual está inserido e será representado, nesse caso o Arquivístico, e os termos para serem padronizados:

O tesouro é criado a partir de um conjunto de regras e princípios de contextualização, tendo a função de representar, de forma abreviada, o conhecimento de um domínio, com níveis diferenciados de controle da terminologia e padronização, para dar maior consistência à indexação. (LIMA; MACULAN, 2017, p.65)

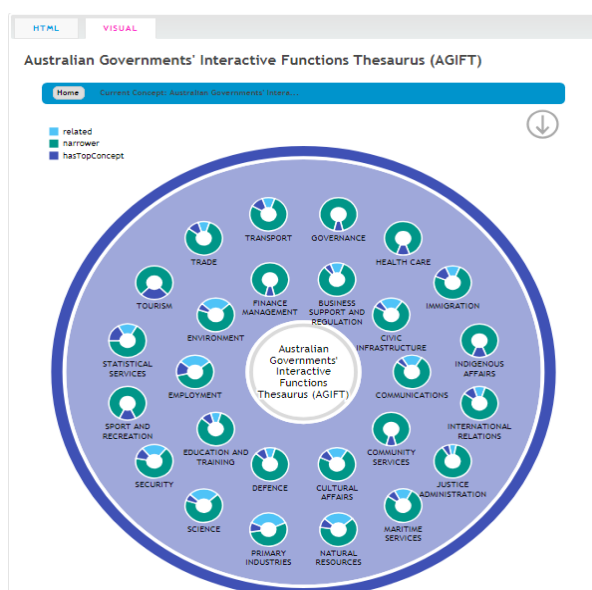
Os termos de um tesouro funcional, nesse sentido, são compreendidos enquanto metadados descritivos, com a finalidade de contribuir para a gestão da informação:

O Tesouro Funcional Interativo do Governo Austrália é um tesouro hierárquico de três níveis. Ele contém 26 funções de negócios de alto nível, cada um com conceitos de segundo e terceiro nível, bem como conceitos relacionados e rótulos alternativos. Os conceitos podem ser pesquisados em ordem alfabética ou por meio de pesquisa de texto completo. Nível 1) Função - a mais ampla unidade de negócios realizada por agências governamentais; Nível 2 - principais tarefas ou áreas de serviço realizadas dentro de cada função e; Nível 3 - tópicos abordados nas atividades. (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2017, página do site – *tradução nossa*).

No site do Arquivo Nacional da Austrália existem dois modos de acessar o tesouro funcional do Governo Australiano: HTML e o visual.

No primeiro há uma lista de funções por ordem alfabética e no segundo todas as funções são distribuídas em um círculo. Nesse caso, a cor azul escuro apresenta o conceito *top* que diz respeito a todas as funções que há no Governo Australiano; em verde as funções específicas, como por exemplo, Assuntos Culturais, Educação e Treinamento, Comunicação, entre outras; e em azul claro as funções relacionadas, conforme figura e legenda:

Figura 1. *Tesouro Funcional Interativo do Governo Australiano.*



Fonte: *Arquivo Nacional da Austrália*. (2017).

Ao representar a função e não o conteúdo de tais registros, o tesauro funcional agrega diferentes ações no sistema de informação arquivística:

[...] opera como índice de termos do plano de classificação; - opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; - prevê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; - pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia. (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 45).

Os tesauros funcionais, enquanto uma linguagem documentária construída para atender a um objetivo específico de padronização e relacionamento de termos que organizam e representam as relações orgânico-funcionais dos documentos de instituições arquivísticas, dialogam com diferentes áreas do conhecimento e teorias, sendo elas: “linguística, teoria geral da terminologia, teoria da classificação e teoria do conceito” (AGUIAR; TALAMO, 2012, p. 135).

Sob o ângulo da Terminologia, o nome de uma função pode ser caracterizado como um termo que designa um conceito, que expressa um significado – a função nesse caso é um recurso linguístico com o objetivo de comunicar uma ação da qual resultou a informação arquivística. Nessa ótica, e considerando a definição de conceito de acordo com Maculan:

Conceito é composto pela tríade referente + significado + significante. Sua formação se inicia como uma concepção intelectual e mental sobre um referente, que é um objeto (entidade concreta ou abstrata) em dado domínio de uso. As propriedades, características e atributos desse referente, assim como os seus relacionamentos com outros

referentes, estão externalizados e traduzidos em seu significado. Esse significado é revelado por meio de uma definição, elaborada com a função de delimitar e cristalizar o ato intencional do significado do referente. Essa definição registra tudo aquilo que é conhecido sobre o referente e que é mandatório para atender a um propósito determinado, dentro de um contexto específico de uso. O conceito, assim constituído, será representado por um significante, que é uma expressão verbal ou simbólica, que será utilizado como elemento comunicativo de mediação, sem que, necessariamente, haja um vínculo indissociável entre significante e referente. (MACULAN, 2015, p. 105)

Temos o seguinte exemplo: no Arquivo Nacional da Austrália, em determinado órgão (referente), há uma atividade a ser exercida para atender a um objetivo estabelecido por parâmetros legais (significado), que será representada por um termo ou, nesse exemplo, por uma função com o nome de Educação (significante). A função resulta de uma missão da organização para atender a um fim específico.

As contribuições que uma organização e representação complementar por meio do tesauro funcional possibilitam são o acesso interativo e semântico entre as diferentes razões de existência de uma instituição arquivística.

O diálogo da semântica com a OC é abordado por Hjørland (2007, p. 372, *tradução nossa*), que menciona que as ferramentas semânticas na OC dentro da CI estão direcionadas para a recuperação da informação. No artigo publicado pelo autor, verificou-se que “diferentes abordagens de OC implicam em diferentes visões sobre a semântica”.

Um significado varia conforme as relações estabelecidas do objeto ao qual se refere. O estudo dessa área denomina-se semântica, “[...] que estuda e analisa a função significativa dos signos, os nexos entre os signos linguísticos (palavras, frases, etc.) e suas significações [...]” (ABBAGNANO, 2004, p. 869).

Hjørland (2007) sistematiza as diferentes abordagens da OC e sua relação semântica, a começar pelo aspecto positivista da 1) tradicional recuperação da informação que predomina uma relação semântica entre sinais e documentos, posteriormente a orientação na 2) visão cognitiva, com foco no usuário e não na garantia literária, 3) a abordagem bibliométrica que estabelece a relação semântica na garantia literária, e, por último, 4) a análise de domínio que baseia-se também na relação semântica da garantia literária, no entanto, na visão do autor, esta não é de cunho positivista, pois:

[...] considera as relações semânticas determinadas por teorias e epistemologias, que mais ou menos influenciam todos os campos do conhecimento. Muitas abordagens recentes ao OC, incluindo abordagens semióticas e hermenêuticas, podem ser consideradas relacionadas com a abordagem da análise de domínio. (HJØRLAND, 2007, p. 372-373, *tradução nossa*).

Na visão de Weiss e Bräscher (2016, p.153):

As relações semânticas são elementos essenciais em tesouros e tem recebido menor atenção do que termos e conceitos nas pesquisas da área de CI. Configuram-se, portanto, em um objeto de pesquisa relevante.

Além das relações semânticas, nota-se que no âmbito da literatura nacional e internacional da Ciência da Informação e da Arquivística ainda são raros os trabalhos que abordam os tesouros funcionais enquanto instrumento da OCA (ALENCAR; CERVANTES, 2017).

Para Hjørland (2007, p. 391), as relações semânticas são "as relações entre conceitos, significados ou sentidos". Essas relações "não devem ser confundidas com as relações entre os termos, palavras, expressões ou sinais que são usados para expressar os conceitos".

Weiss e Bräscher (2016, p. 153) versam que o "estabelecimento de relações semânticas em tesouros pode ser feito de acordo com pressupostos teóricos diferentes, que nem sempre são apresentados de forma explícita, mas isso não significa que não existam.". Esse é o caso do tesouro funcional que, por ser um instrumento pouco citado na literatura, é preciso apresentar suas relações semânticas.

No manual do Arquivo Nacional da Austrália (2003), define-se tesouro funcional como "uma lista controlada de termos interligados por relações semânticas, hierárquicas, associativas ou de equivalência. [...]". Os relacionamentos *hierárquicos* são relações entre conceitos mais amplos e mais específicos; de *associados* são relações entre conceitos relacionados no mesmo nível; e de *equivalência* são relações entre termos preferidos ou, termos que são para ser usado também chamado de termos autorizados.

Tabela 1. *Definições de relações estabelecidas no tesouro funcional.*

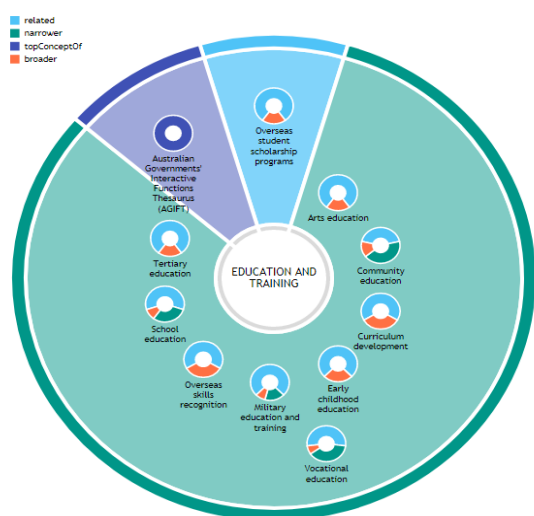
<i>Tipos</i>	
Hierárquico	<i>Nome: termo geral (broader term)</i>
	<i>Abreviação: BT</i> <i>Definição:</i> • Indica um conceito que possui um significado mais amplo em relação a outro termo • Termos que são superiores em uma categoria.
Hierárquico	<i>Nome: termo específico (narrower term)</i>
	<i>Abreviação: NT</i> <i>Definição:</i> • Indica um termo com um significado mais específico em relação a uma categoria mais ampla • Componente subordinado de uma categoria mais ampla.
Associação	<i>Nome: termos relacionados (related term)</i>
	<i>Abreviação: RT</i> <i>Definição:</i> •Indica semelhanças com outros conceitos. • Indica que um termo está associado a outro termo, mas não é sinônimo, nem está em um relacionamento hierárquico.
Equivalência	<i>Nome: Use para. (Use for)</i>
	<i>Abreviação: UF</i> <i>Definição:</i> • Indica que um termo tem um status preferencial • Indica termos não preferenciais associados ao termo preferencial como sinônimos ou abreviações que não devem ser usados.
Equivalência	<i>Nome: Use</i>
	<i>Abreviação: USE</i> <i>Definição:</i> • Indica que um termo tem um status não preferencial. • Indica o termo preferencial a ser usado quando um termo não preferido foi selecionado.

Fonte: Arquivo Nacional da Austrália (2003 p. 9-10, tradução nossa).

Um exemplo da aplicação dos relacionamentos descritos acima pode ser ilustrado no Tesouro Funcional Interativo do Governo Australiano em formato visual, com a função Educação e Treinamento, conforme figura 2.

Em azul escuro aparece o conceito *top* que é o Tesouro Funcional Interativo do Governo Australiano, e no verde aparecem os conceitos mais específicos, Educação artística, Educação comunitária, Desenvolvimento curricular, Educação infantil, Educação militar e treinamento, Reconhecimento de habilidades no exterior, Educação escolar, Educação terciária e Educação vocacional.

Figura 2. Tesouro Funcional Interativo do Governo Australiano: Função Educação e Treinamento.



Fonte: Arquivo Nacional da Austrália (2017).

Nessa função específica, na cor azul claro aparece o conceito relacionado: Programas de bolsas de estudo para estudantes estrangeiros.

Nota-se que dentro de cada função há uma relação semântica com outras funções. Por exemplo, ao expandir a função Educação Artística há conceitos relacionados de forma associativa: Programas de bolsas de estudo para estudantes estrangeiros, Educação terciária, Educação escolar e Desenvolvimento de arte. Ao expandir está última irá aparecer um conceito ainda mais amplo e do mesmo nível de Educação e Treinamento: Assuntos Culturais.

Com base nos estudos de Maculan e Lima (2014), a respeito dos relacionamentos nos tesouros com ênfase no valor semântico dos verbos, pode-se questionar nesse exemplo da Figura 2 quais seriam as definições dos relacionamentos? Por exemplo: 1) Função: Educação e Treinamento, que tem relação com a função específica: Educação Artística. Qual a definição desse relacionamento?

Para responder a essa questão, tem-se que considerar a especificidade de cada domínio e comunidade, não sendo um aspecto normativo único, conforme argumentam as autoras:

Como foi analisado, o significado de um verbo – assim como o de um relacionamento – é apenas sub-assentado pelo significante, pois a interpretação do sentido perpassa uma construção conceitual social (realizada em contexto), não havendo a existência de um significante portador-de-sentido. Não há um significado literal para o verbo, da mesma maneira que não o há para um relacionamento, pois o sentido de qualquer um deles não pode ser apreendido de forma isolada. Esse sentido resulta de um

construto social localizado, situacional, negociado e aceito pelo grupo. (MACULAN; LIMA, 2014, p. 199)

Ressalta-se que na Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF, 2007, p. 21 e 29) há duas áreas que podem ter relações com o que as autoras supracitadas abordam sobre a necessidade da definição do relacionamento:

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS

5.3.3 Categoria do relacionamento

Objetivo: Identificar a categoria geral do relacionamento entre a função e a função relacionada. Regra: Registre uma categoria geral que sirva para o relacionamento. Use categorias gerais prescritas por regras e/ou convenções nacionais ou uma das três categorias seguintes:

- *hierárquico* (por exemplo, função/atividade; atividade/função)
- *temporal* (antecessor para sucessor ou vice-versa)
- *associativo*

5.3.4 Descrição do relacionamento

Objetivo: Fornecer uma descrição específica da natureza do relacionamento. Regra: Registre uma descrição precisa da natureza do relacionamento entre a função e a função relacionada.

6 RELACIONANDO FUNÇÕES A ENTIDADES COLETIVAS, MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS

6.2 Natureza do relacionamento

Objetivo: Identificar a natureza do relacionamento entre a função e o recurso relacionado. Regra:

Descreva a natureza do relacionamento entre a função e o recurso relacionado. Para relacionamentos com entidades coletivas, registre informações sobre como a entidade coletiva realiza a função, por exemplo, de forma integral ou parcial, de acordo com a legislação e seu mandato.

O aspecto mencionado por Maculan e Lima (2014) pode ter novos aprofundamentos enquanto campo de estudos futuros no campo arquivístico com base na ISDF (2007), uma vez que será determinante para as relações semânticas nos tesouros funcionais.

Voltando para análise do tesouro apresentado pelo Arquivo Nacional da Austrália, no formato HTML, além das relações entre as funções há também uma definição da função e das etiquetas alternativas, no caso da função Educação e Treinamento, consta enquanto etiqueta: Professores e Ensino.

O viés interativo do tesouro permite, além de visualizar as relações entre as funções, um panorama geral de quais são as funções do governo, e mostra que todas estão interligadas como uma rede. A partir dessa característica de um mapeamento geral, pode-se inferir um diálogo com a teoria do *Records Continuum*, na qual o tesouro funcional é um instrumento de gestão.

A característica de ver as funções em um *continuum* mostra as diferentes possibilidades de uso futuro por meio da compreensão das relações que existem nas responsabilidades e atividades governamentais. Em síntese, é a ideia de facilitar para o usuário o acesso a respeito das decisões e ações do governo:

As informações do governo australiano fornecem uma fonte única de evidências sobre as decisões e atividades da administração pública. A criação, manutenção, preservação e acessibilidade da informação são essenciais para o desempenho dos negócios do governo australiano. Isso também: - *permite que a comunidade acesse e compreenda as decisões e ações do governo*; [...] O Arquivo contém informações para uso do governo australiano e para pesquisa e reutilização pelo público. *Facilitamos o acesso a essas informações para permitir que os australianos e outros entendam nossa herança e apoiem a transparência do governo e uma democracia forte.* (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA, página do site, 2017, tradução e grifo nosso)

O estabelecimento de relações semânticas contribui para o significado da linguagem orgânico-funcional na dimensão ampla, ou seja, ao descrever as funções e suas relações em um tesouro, há para os usuários a possibilidade de compreensão de qual é a responsabilidade e o objetivo de uma instituição arquivística:

As funções diferenciam as agências (as agências de saúde diferem das agências de educação) umas das outras. Eles ampliam nossa compreensão sobre a *natureza e finalidade de cada uma das diferentes agências* (as funções educacionais incluem escolaridade, educação contínua, aprendizado e treinamento vocacional, educação universitária, educação de imigrantes e reestruturação industrial, mas excluem jardins de infância, pré-escolar e creche). (HURLEY, 1993, p. 01, tradução e grifo nosso)

Hjørland (2007, p. 391) escreveu que "[...] diferentes domínios provavelmente desenvolvem novos tipos de relações semânticas continuamente [...]". No caso de Arquivos enquanto criação social que gerencia e organiza os registros com base no princípio da proveniência, as relações semânticas são realizadas com e para os atores: criadores, usuários e intermediários:

[...] os arquivos são formados na dinâmica das relações sociais, por meio de distintas intervenções que vão da entidade produtora até os arquivistas, que antes mesmo do trabalho do pesquisador realizam eles próprios seleções, classificações e monumentalizações. (MONTEIRO, 2014, p. 320)

Os tratamentos para organizar e representar as informações arquivísticas determinam as condições para o acesso, e convém ressaltar que, à medida que as relações semânticas são limitadas, o uso do registro também será. Compromete-se ainda o entendimento do panorama geral em que a informação se insere, ou seja, do fundo arquivístico.

4 Considerações Parciais

Apresentou-se neste estudo que a organização e representação da informação arquivística é de origem social, administrativa, econômica, política, cultural, entre outras, situada em um tempo e espaço de uma determinada sociedade e produzida e acumulada dentro de um domínio específico de atividades e funções por instituições públicas, privadas e também em nível individual.

A semântica na OC pode contribuir para a reflexão sobre a organização e representação da informação arquivística por meio dos tesouros funcionais, pois possibilita a compreensão do significado das atividades que geraram o documento arquivístico.

Nesse sentido, os arquivos, enquanto espaços que refletem as mudanças da sociedade, têm na comunicação de seus registros por meio dos tesouros funcionais uma forma interativa e semântica de recuperação da informação arquivística posteriormente ao plano de classificação.

Os tesouros funcionais, enquanto instrumentos que padronizam as linguagens orgânico-funcionais, possuem relações semânticas que estruturam as funções amplas, específicas e equivalentes de uma instituição arquivística. Esse instrumento apresenta as razões de existência do Arquivo, pois expõe e define cada função, atuando como um ponto de acesso complementar da informação arquivística.

Com o arcabouço teórico discutido até o momento, no domínio da OCA, quais outros tipos de relações semânticas podem ser estabelecidas? Pois, quanto mais relações semânticas, mais crescem as possibilidades de acesso para as informações arquivísticas. Nesse sentido, a finalidade da gestão por meio dos tesouros funcionais depois do plano de classificação se direciona ao objetivo principal da arquivística, o uso das informações e a geração de conhecimento:

[...] o objetivo final do arquivista é tornar acessíveis e preparar [os documentos] para divulgação [...]. Eles só poderão desempenhar plenamente o seu papel se forem adequadamente divulgados. (COUTURE, 2015, p. 153)

Dessa forma, pode-se questionar o que significa um Arquivo desempenhar plenamente seu papel para o contexto da organização do conhecimento responsável? O que seria uma forma adequada de divulgar as informações arquivísticas para promover sociedades democráticas e inclusivas? E que consequência pragmática (HJØRLAND, 2007) se faz se uma ou outra visão no campo da representação da informação arquivística é considerada como verdade?

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*: tradução Alfredo Bosi. – 2º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- AGUIAR, F. L. de; TALÁMO, M. de F. G. M. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional - concepção e princípios teórico-metodológicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. . p. 117-138. 2012.
- ALENCAR, M.F; CERVANTES, B. M.N. Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional. *Em Questão*, v. 25, p. 368-389, 2019.
- BARROS, T. H. B.A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, abr. 2016.
- BARROS, T. H. B.; GOMES, D. L. Classification and Knowledge Organization Systems: ontologies and archival classification. In: 15th INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 2018, Porto. *Advances in Knowledge Organization*, v. 16. p. 103-111. 2018.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística objetos, principios e rumos*. São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BELLOTO, H.L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.120p. (Projeto Como Fazer, 8).
- CAMARGO, A.M.de A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de Terminologia Arquivística São Paulo: AAB/Núcleo Regional de São Paulo/Departamento de Museus e Arquivos*, 1996.
- CAMPOS, M.L.de A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. *Arquivo & Administração*, Brasília, v. 5, p. 17-31, 2006.
- CINTRA, A. M. M. *et al. Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev e ampl São Paulo: Polis, 2002. 92 p. (Coleção Palavra-Chave, 4).
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; nº 52).
- COUTURE, C. Arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, n. 2, v. 28 No 2 jul-dez, p. 147-163, 2015. (Dossiê)
- CUNNINGHAM, A.O *Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF)*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77-92, 2007.
- DINGWALL, G. Modelo do ciclo vital e do modelo continuum- Uma visão das concepções de organização arquivísticas desde o período do pós - guerra. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-45, 2016.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A; GARCÍA MARCO, F.G Las “Primeras Jornadas sobre Organización del Conocimiento: Organización del Conocimiento e Información Científica”. *Scire*. 1: 1 (en.- jun. 1995).
- HURLEY, C. What, If Anything, Is A Function? *Archives & Manuscripts*. 21(2) 1993.
- HJØRLAND, B. Semantic and knowledge organization. *ARIST*, v. 41, p. 367-405, 2007b.
- LIMA, J.L. O; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento In: ALVARES, L. (Org.). *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-34.
- LIMA, G. Â. de O; MACULAN, B. C. M. dos S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 46, n. 1, dec. 2017.
- MACULAN, B. C. M. S. *Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro: remodelagem do THESAGRO*. 2015. 345f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- MACULAN, B. C. M. dos S; LIMA, G. Â. B. de O. Relacionamentos em tesouros: o valor semântico dos verbos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 182-201, dez. 2014.
- MACULAN, B. C. M. dos S; LIMA, G. Â. B. de O. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 54-87, jun. 2017.
- MEDEIROS, G. M.de; BRÄSHER, M; VIANNA, W.B. A indexação de assunto em documentos arquivísticos: convergências e divergências em artigos internacionais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 154-182, jan/abr. 2017.
- MONTEIRO, F. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 313-322, jan./jun. 2014 – p. 313.
- NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. *Developing a functions thesaurus: guidelines for commonwealth agencies*. Canberra: NAA, 2003.
- NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Disponível em <<https://data.naa.gov.au/def/agift/EDUCATION-AND-TRAINING.html>>. Acesso em 08 maio 2019.
- NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. *Keyword AAA*. 1999. Disponível em <http://www.adri.govt.nz/Images/keyword-aaa_tcm16-47292.pdf>. Acesso em 08 maio 2019.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Documentación y Ciencia de la Información: en busca de un horizonte epistemológico a partir de sus objetos de estudio. In: *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información* – Ibersid, 11, 2006, Zaragoza. Resúmen... Zaragoza: Facultad de Filosofía y Letras, 2006.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. (jan./jun. 1996) 4-62.

SCHMIDT, C. M dos S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328.

SMIT, J.W. Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. , *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 46-56, set/dez. 2018.

SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

TOGNOLI, N.B; GUIMARÃES, J.A.C; TENNIS, J. T. Diplomats as a methodological perspective for Archival Knowledge Organization. In: The Fourth North America Symposium on Knowledge Organization - NASKO, 2013, Milwaukee. *Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work*, 2013. v. 1. p. 217-225.

TOGNOLI, N.T; BARROS, T.H.B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: José Augusto Chaves Guimarães; Vera Dodebei. (Org.). *Estudos Avançados em Organização do Conhecimento: Organização do conhecimento e diversidade cultural*. 1ed. Marília: Fundepe, 2015, v. 3, p. 94-99.

TOGNOLI, N.B; VITORIANO, M. C. C. P.; LEME, T. F. A Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: Fábio Assis Pinho; José Augusto Chaves Guimarães. (Org.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. 1ed. Recife: UFPE, 2017, v. 4, p. 64-70.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J.A.C. Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomats: new approaches for archival knowledge organization. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Eds.; Orgs.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 405-411.

TOGNOLI, N.B; RODRIGUES, A. C. An Analysis of the theoretical and practical application of Diplomats to archival description in Knowledge Organization. In: International Society for Knowledge Organization (ISKO); *Advances in Knowledge Organization: Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age*. 1ed. Würzburg: Ergon-Verlag, 2018, v. 16, p. 43-51.

WEISS, L.; BRÄSCHER, M. Relações semânticas em tesouros: contribuições da abordagem pragmática. *InCID*:

Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 7, n. 2, p. 136-155, 7 out. 2016.

[Notas] 1. O Keywords AAA: "abrange a terminologia comum para as funções e atividades de negócios a maioria das organizações. Ele deve ser usado em conjunto com um tesouro de termos funcionais, relacionados para as funções específicas ou essenciais do negócio da organização para fornecer uma cobertura de vocabulário controlado. (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRALIA, 1999, p.4 - tradução nossa)".

Fotografias nos arquivos pessoais: o contexto de produção para organização dos acervos nas instituições

Photographs in personal archives: the production context for the holdings organization at institutions

Anna Carla Almeida Mariz (1), Rosa Inês de Novais Cordeiro (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Av. Pasteur 458, Rio de Janeiro, annacarla@unirio.br

(2) Universidade Federal Fluminense –UFF, Rua Prof. Lara Vilela, 126 – Niterói, rosanovais@id.uff.br

Resumo

Pesquisa cujo propósito é analisar o tratamento arquivístico dos documentos fotográficos que integram arquivos pessoais em algumas instituições no cenário arquivístico luso-brasileiro no que diz respeito à organização e formas de acesso desses registros. Procura-se identificar como as características de organicidade norteiam o tratamento arquivístico e qual a importância do aspecto contexto de produção para a organização dos documentos fotográficos nos arquivos pessoais dessas instituições. Para atingir os objetivos, foram estudadas quatro instituições com acervos fotográficos, sendo duas brasileiras e duas portuguesas, no que diz respeito ao tratamento das fotografias em arquivos pessoais, através de um estudo de campo. Nas instituições examinadas, observou-se que há preocupação com a questão de manter as propriedades de conjunto orgânico por parte dos profissionais e dos tratamentos que adotam apesar de admitirem não ter sido sempre assim e que em muitos casos não há como reverter o que foi feito no passado com os acervos desmembrados sem o cuidado de indicar a relação que havia com outros documentos.

.Palavras-chave: Arquivos fotográficos; Arquivos pessoais; Fotografias – Arquivos.

Abstract

This paper has the purpose of analyzing the archival treatment of the photographic documents that integrate personal archives in some institutions of the luso-brazilian archival scenario, with regard to the organization and ways of accessing such records. It seeks to identify how the organicity characteristics guide the archival treatment and how important is the context of production aspect for the organization of photographic documents in the personal archives of these institutions. To achieve the objectives, four institutions with photographic collections were studied, being two Brazilian and two Portuguese, with regard to the photographs treatment in personal files, through a field study. At the examined institutions, it was observed that there is a concern about the organic properties maintenance by professionals and treatments they adopt, despite admitting that it has not always been this way and that it is almost impossible to reverse the treatment given to the documents which did not always indicate the relationship between the documents before separating them.

Keywords: Photographic archives; Personal archives; photographic – archives

1 Introdução

O tratamento técnico da fotografia está relacionado aos processos que foram submetidos esses registros ao longo da história desde o seu surgimento. Não apenas as técnicas e os materiais utilizados foram se aperfeiçoando e substituindo uns aos outros, mas o uso e o alcance também foram se redimensionando em função das suas tendências e evolução tecnológica. Esse desenvolvimento causou grande impacto na quantidade de material produzido. Com a democratização da fotografia, a facilidade cada vez maior em gerar registros fotográficos, houve um grande crescimento também na quantidade de fotografias a serem gerenciadas.

A partir do uso corrente da fotografia no cotidiano das atividades familiares, observa-se que esses registros somaram-se aos demais documentos integrantes dos arquivos pessoais [1]. Esse panorama se relaciona com

o advento da fotografia a partir do aumento do acesso aos meios de produção de fotografias e da consequente facilidade na geração e acumulação destes documentos nos acervos arquivísticos. Diante disso, passa a ser mais um desafio para os profissionais da informação a organização desses registros nos acervos quanto aos parâmetros teóricos e empíricos. Dependendo do titular do acervo, da sua maneira de acumular os documentos, da sua atividade profissional e pessoal, da importância dada por ele aos registros fotográficos, entre outros motivos, alguns acervos têm mais fotografias, outros têm menos. Mas é comum que os documentos fotográficos estejam presentes.

Este trabalho é parte integrante de pesquisa de pós-doutorado em Ciência da Informação cujo objeto de estudo são os documentos fotográficos nos arquivos pessoais. Apresentam-se aqui os resultados da fase empírica da investigação de algumas das instituições consideradas, nas quais foi realizado o estudo de

campo no que diz respeito à organização e formas de acesso ao acervo. Abordam-se quatro instituições com acervos fotográficos, sendo duas brasileiras e duas portuguesas. Cabe esclarecer que, neste recorte da pesquisa, o enfoque é no contexto de produção dos documentos, contudo não menos importantes são os contextos de administração e de uso, tendo em conta a importância dessa concepção nos princípios da Arquivologia.

Assim, procura-se identificar como características de organicidade norteiam o tratamento arquivístico e qual a importância do aspecto contexto para a organização dos documentos fotográficos nos arquivos pessoais dessas instituições. O aspecto contexto é inerente ao campo da Arquivologia como um todo, devendo ser considerado no tratamento dos diversos documentos arquivísticos. Porém, nem sempre isso foi respeitado no tratamento de documentos fotográficos, não é frequente na literatura analisada e tampouco no cotidiano dos arquivos.

2 Procedimentos metodológicos

A etapa da pesquisa referente ao estudo de campo que ora abordamos foi realizada após empreendida a análise da literatura sobre a importância do contexto de produção nos arquivos fotográficos, no qual foram examinados 60 artigos de periódicos, além de obras de autores com atuação consolidada e relevância nos estudos de imagem e seu uso, cujos resultados encontram-se publicados (MARIZ; CORDEIRO, 2018). Por outro lado, a busca bibliográfica é um procedimento de pesquisa sempre sujeito a ampliação.

Para atingir os objetivos da pesquisa em detectar na prática as características de organicidade que norteiam o tratamento arquivístico e a importância do aspecto contexto de produção para a organização das fotografias nos arquivos pessoais, foram estudadas quatro instituições: no Brasil, Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), localizada em São Paulo – SP e Instituto Moreira Salles (IMS Rio), localizada no Rio de Janeiro – RJ; em Portugal, Fundação Mário Soares e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ambas em Lisboa. As quatro instituições mantêm arquivos pessoais apesar de não se ocuparem unicamente deles e de não ser o foco principal de trabalho de pelo menos duas delas (Torre do Tombo e IMS). As visitas foram realizadas em julho de 2018 (Portugal) e entre setembro e dezembro de 2018 (Brasil). Realizaram-se visitas às instituições e entrevistas com um total de dez profissionais. A pesquisa é de natureza exploratória, sendo empregada a técnica de entrevista por pautas (GIL, 1999), em que os entrevistados tiveram autonomia para discorrer sobre os assuntos indicados. Não teve como objetivo comparar as instituições

estudadas, de forma que não foi utilizado o método comparativo.

3 Marco teórico-conceitual

Os arquivos têm características próprias, não são o suporte, o conteúdo, a espécie, ou ainda a data da produção que estabelecem se um documento é ou não documento de arquivo, mas a forma como foi criado e com que objetivo. O conceito de arquivo utilizado para os fins desta pesquisa, ao abordar as fotografias nessas instituições, é baseado em Duranti (1994, p. 50): o conjunto de documentos produzidos e recebidos por um órgão, instituição ou pessoa em decorrência de suas atividades, independentemente do suporte, acumulados para fins de prova e de informação.

A relação orgânica dos documentos e o seu contexto de produção são questões cruciais na reflexão sobre qualquer documento de arquivo. Para que um acervo seja considerado arquivístico e para estabelecer os parâmetros para o seu tratamento, esse aspecto é fundamental, e os documentos fotográficos não são exceção.

Sousa (2014, p. 7) afirma que a organicidade é revelada pelo inter-relacionamento e pelo contexto de existência e de criação do registro e ressalta que “um dos limites para a caracterização do documento de arquivo é a sua intencionalidade. Ele é criado intencionalmente para registrar, cumprir, provar ou determinar algo”.

Camargo e Goulart (2007, p.21-3) declaram que “quando” e “como” são as perguntas recorrentes ao arquivista ao tentar caracterizar a produção dos documentos. Tais perguntas traduzem as operações típicas a que são submetidos os documentos de arquivo para permitir os efeitos de ordem prática a que se destinam, ou seja, o cumprimento de ações para as quais servem de veículo e comprovação de que tais ações foram praticadas. Esclarecem que, à pergunta “quando”, correspondem as operações de temporalização (datas e intervalos de tempo), já à pergunta “como” se relacionam as ações concretas de produção e acumulação dos documentos, isto é, as circunstâncias que lhe deram origem.

As autoras, referindo-se ao tratamento do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, enfatizam a necessidade de tratar o arquivo pessoal como:

[...] conjunto indissociável cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas múltiplas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Qualquer outro tratamento que passasse ao largo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35-6).

Malverdes e Lopez (2016, p.66), tendo em conta os acervos fotográficos, alertam que em muitos casos a perda dos dados contextuais pode se dar pela separação das fotografias dos documentos textuais visando à preservação, ou ainda pela reunião artificial das fotografias por um critério seletivo que lhes confere certa unidade.

No âmbito das instituições arquivísticas e de uma política nacional de gestão de documentos, Silva e Carvalho (2014, p. 3) argumentam que os documentos de arquivo do gênero audiovisual fazem parte de um todo orgânico e “não significam nada isolados, retirados de seu contexto de produção”. Em consequência desse ponto de vista, os autores, advogam que não existem arquivos audiovisuais ou fotográficos, ou de qualquer outra natureza imagética, mas, sim, documentos que se relacionam, sejam textuais, audiovisuais ou filmográficos. Contudo, compete mencionar que no universo complexo e muitas vezes heterogêneo dos documentos audiovisuais, ocorrem situações nas quais se recolhem às instituições acervos fragmentados com relação ao todo orgânico dos registros, além das circunstâncias de documentos audiovisuais de natureza arquivística que constituem acervos e coleções no ambiente da web.

Manini (2016, p. 105) aponta que a fotografia, como documento devidamente contextualizado, precisa ser tratado como documento igual aos demais documentos de arquivo: “[...] devem compor arranjos, ser descritos e classificados, ter seu lugar nos instrumentos de pesquisa e se tornar recuperáveis e acessíveis”.

A seguir são apresentados os resultados das visitas *in loco* e entrevistas realizadas nas quatro Instituições mencionadas.

4 Resultados: as fotografias nos arquivos pessoais

As instituições possuem identidades próprias, têm áreas de atuação e objetivos distintos, além de acervos e história bem diversos. Sendo assim, serão brevemente contextualizadas.

4.1 Fundação Fernando Henrique Cardoso

O acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) reúne os arquivos de FHC e de três membros de sua família: Ruth Cardoso, Joaquim Ignacio Baptista Cardoso (avô) e Leônidas Cardoso (pai). É formado por documentos de diferentes gêneros (textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais e tridimensionais), além da biblioteca do casal. De acordo com a legislação arquivística brasileira, os acervos presidenciais, embora privados, são considerados de “interesse público” e seus detentores devem preservá-

los e torná-los acessíveis. Dessa forma, nas palavras do próprio Fernando Henrique Cardoso:

Nasceu assim a ideia de fundar um instituto. Quis que ele fosse *não só um centro de memória histórica, mas também um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento*. [...] Inaugurado em maio de 2004, com um seminário internacional que reuniu políticos e intelectuais do Brasil e do exterior, entre eles, Bill Clinton e Manuel Castells, o Instituto transformou-se em Fundação em 2010. (FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, grifo no original)

O acervo da Fundação FHC é organizado utilizando a abordagem contextual dos arquivos pessoais, método proposto por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart que respeita a relação orgânica entre os documentos. O “método contextual” vem servindo de referência para outros trabalhos de organização de acervos pessoais. Segundo as autoras, no âmbito dos arquivos pessoais “o uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos” (CAMARGO; GOULART, 2007, p.23).

Devido aos arquivos pessoais serem prolíferos em documentos desprovidos de metadados (fotografias sem legenda, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos desvinculados dos conjuntos que lhes dariam sentido), Camargo e Goulart (2007) salientam que muitas vezes tais documentos são reunidos sob a forma de miscelânea, ou remetidos para outras instituições de custódia (museus e bibliotecas) ou têm destino ainda pior: alienação ou descarte. No entanto, deveriam ser atrelados ao contexto que permitiria justificar sua presença no arquivo.

A integridade do conjunto do arquivo de Fernando Henrique Cardoso é considerada rara de se encontrar em um fundo de natureza pessoal e permite refazer as diferentes etapas das suas atividades. Os documentos gerados formam um conjunto de grandes proporções que é possível dividir em três blocos: períodos pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial.

No que diz respeito ao conjunto documental objeto da pesquisa, Camargo e Goulart (2007, p. 31-2) ressaltam:

No âmbito da documentação iconográfica, sonora e audiovisual, há inúmeras reportagens que testemunham os compromissos presidenciais, como audiências, reuniões, viagens e solenidades públicas, além de fazerem o registro sistemático de discursos, pronunciamentos e entrevistas. Ao lado de extenso noticiário impresso (cerca de 350.000 páginas encadernadas), tais documentos ilustram o dia-a-dia de Fernando Henrique Cardoso como chefe da nação, em estreita sintonia com as indicações das agendas.

Cada atividade do titular gera documentos de gêneros distintos que são mantidos em lugares diferentes, essa separação física se dá por conta das diferenças dos materiais, tamanhos e outros. O método do tratamento dos registros consiste na busca do contexto de criação

dos documentos, pois pelo contexto é possível aproximar os documentos de uma mesma atividade e reunir todo o conjunto, respeitando a relação orgânica que mantém.

Portanto, o tratamento do acervo foi feito de forma a poder garantir a organicidade do conjunto. Foram estabelecidos parâmetros, condições e ferramentas para compatibilizar esse requisito não apenas com a necessidade de tornar operacionais as atividades de arranjo e descrição, mas de viabilizar o acesso aos documentos.

[...] a reunião de documentos de natureza diversa em torno de um episódio vem consignada no instrumento descritivo sem que os documentos estejam fisicamente próximos ou que tenha havido a intenção prévia de aproximá-los. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 60)

Existe uma base de dados onde os documentos dos vários gêneros (textuais, sonoros, audiovisuais etc.) são registrados e descritos, independentemente do material, e a união dos documentos se dá por essa base, a partir da qual é possível saber toda a documentação que aquele evento gerou. Ao buscar a atividade são recuperados todos os tipos de documentos ligados a ela. Na base (Portal do acervo) é realizada a busca e o acesso ao acervo. Um exemplo:

[...]os documentos gerados numa cerimônia de titulação *honoris causa*, ocorrida em determinada data e lugar: diploma, foto, discurso de saudação (manuscrito em suporte-papel), discurso de agradecimento (gravado em fita de rolo), medalha de bronze, noticiário de imprensa (recortes de jornais) e prospecto da instituição promotora do evento configuram unidades de arquivamento com características materiais tão distintas que jamais formariam um dossiê, no sentido tradicional da palavra; armazenados em locais apropriados aos seus respectivos formatos, suportes e tamanhos, e distantes uns dos outros, tais documentos são logicamente aproximados ou agrupados quando, por meio do instrumento descritivo, se explicitam suas relações com o mesmo episódio, ou seja, a titulação *honoris causa* ocorrida em determinado tempo e lugar. (CAMARGO; GOULART, 2007, p.60-1)

As fotografias do acervo passaram por seleção, avaliação e eliminação antes da digitalização. Isso foi feito pela curadoria do acervo e com critérios, tais como: quantidade, qualidade, entre outros. Para o que já se encontrava em formato de álbum fotográfico, foi decidido por mantê-los e não desmembrá-los, pois a sua elaboração e montagem é uma edição própria, que passou por seleção. Os conjuntos de documentos fotográficos que não compõem álbuns são chamados de reportagem fotográfica, é um material bruto. Na Fundação não é utilizado o termo fotografia para nomear documentos, já que compreendem que fotografia não é gênero ou espécie documental, mas, sim, uma técnica de registro.

Para o tratamento do acervo e também para auxiliar na busca dos documentos no portal, é possível consultar

dois glossários elaborados pela equipe da Fundação. O glossário de documentos e o glossário de atividades e eventos. No primeiro, observa-se a inclusão de termos relacionados aos documentos fotográficos: *ensaio fotográfico* – tem finalidade estética; *retrato* – uma ou mais pessoas em pose; *fotografia de identidade* – é a feita para documentos pessoais; *fotografia oficial* – de eventos ou do presidente (feita para quadros); *retrato de turma* – de colégio (já está sendo usado, mas ainda não consta do glossário); *retrato de família*; *santinho* (político, religioso).

Em geral, na maioria das instituições, as fotografias costumam chegar sem identificação, mas, no caso desse acervo, veio da Presidência da República com protocolo. As imagens vieram todas com identificação, acompanhadas das agendas da Presidência da República em programa de computador de planilhas (Excel), então, em certos casos, até servem para auxiliar a identificação de outros documentos e esclarecer dúvidas para a equipe.

4.2 Instituto Moreira Salles

O Instituto Moreira Salles (IMS) é uma instituição com importante patrimônio em quatro áreas: Fotografia, em mais larga escala, Música, Literatura e Iconografia. Também promove exposições de artes plásticas de artistas brasileiros e estrangeiros, possui uma linha editorial com publicações variadas, entre outras iniciativas culturais. Presente em três cidades: Poços de Caldas, Minas Gerais – onde nasceu o Instituto em 1992 –, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que o volume maior do seu acervo está localizado no Rio de Janeiro: IMS Rio.

O objetivo fundamental do IMS é difundir esses acervos da maneira mais ampla. Isso requer um ingente trabalho prévio de higienização e digitalização de imagens e sons, e sua melhor catalogação, para servir a exposições e a publicações e atender pesquisadores e outros consulentes. Mas vai além. O IMS tem aperfeiçoado e renovado seu endereço na internet (ims.com.br) para propagar de forma ágil e gratuita seus acervos e sua programação. Além do *website* institucional, o IMS abriga também mais de uma dezena de endereços virtuais, como a Rádio Batuta, com programas especiais e streaming 24h, os *websites* dedicados a Pixinguinha, Clarice Lispector e Ernesto Nazareth, o Correio IMS, com cartas de personalidades brasileiras, e o Blog do IMS, uma revista digital de cultura com conteúdo exclusivo. (INSTITUTO MOREIRA SALLES)

A área de fotografia tem cerca de dois milhões de imagens. O IMS atua desde 1995 na estruturação de seu acervo fotográfico, reconhecendo o papel primordial da fotografia no campo da comunicação, como plataforma e meio integrado às artes visuais, e de sua relevância no cenário cultural brasileiro, especialmente no âmbito da memória e da história do país. Mantém acervos como o dos jornais do grupo

Diários Associados, além de importantes acervos pessoais, como o de Marc Ferrez, Marcel Gautherot, entre outros. A área da Música foi inaugurada no início dos anos 2000 e tem sob sua guarda vinte acervos com documentos de compositores, instrumentistas, pesquisadores e colecionadores, tais como Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazaré, Pixinguinha, Baden Powell e João Máximo. Custodia partituras, gravações, livros, fotografias, registro de programas de rádio, entrevistas, entre outros documentos. A área de Literatura começou a ser formada em 1994 com o arquivo do escritor Otto Lara Resende, ao qual outros se somaram, tais como Clarice Lispector e Carlos Drummond de Andrade. O acervo é composto por biblioteca de cerca de trinta mil itens e arquivo de aproximadamente cento e trinta mil itens. O acervo da área de Iconografia tem aproximadamente duas mil imagens e se dedica a desenhos, gravuras e arquivos pessoais de artistas gráficos. Traça um panorama histórico da imagem impressa no Brasil desde o início do século XIX (INSTITUTO MOREIRA SALLES).

O acervo do IMS Rio é basicamente formado por arquivos pessoais, que chegam à Instituição com vários tipos de materiais e não são desmembrados. São direcionados a uma das quatro grandes áreas, que tem independência para tratar seus acervos de acordo com as diferenças dos materiais e dos objetivos dos pesquisadores de cada área, é dada prioridade no tratamento ao material que é o maior interesse da área. São 240 fundos e dois milhões e meio de documentos, dos quais são dois milhões de fotografias. Cada área tem um modelo autônomo de trabalho e define a sua maneira de organização dos acervos, como será feita a descrição e posterior recuperação dos documentos. Há a preocupação com a preservação da organicidade, em manter as relações entre os documentos no momento de fazer a separação física para fins de preservação, registrando as informações das relações que os documentos mantêm.

Existem arquivos pessoais nas quatro áreas. Os arquivos de fotógrafos incluem todo tipo de material, desde o equipamento da produção fotográfica em si, câmeras, tripés, alguns equipamentos de estúdio, até alguns itens de vestuário e também os documentos mais tradicionais que se costuma encontrar em arquivos, tais como documentos manuscritos, cartas, bilhetes, notas, diários, publicações, em alguns casos incluem também bibliotecas. A importância do conjunto documental é vista, por exemplo, em casos em que foi possível datar conjuntos de fotos por meio de câmeras fotográficas (objetos) que fazem parte dos acervos.

No IMS existe uma abordagem da fotografia como documento e como obra de arte. Como documento, com seu contexto ligado à sua produção orgânica e às atividades do titular e, ao mesmo tempo, como uma obra de arte criada pelo titular, que também é um

artista, um criador, e isso apresenta desafios e muda o uso ou a função do documento, além do procedimento de trabalho. A fotografia é predominantemente tratada num contexto museológico, a fotografia como obra de arte, e não em um contexto arquivístico, de tentar entender os eventos que criaram as fotografias.

É priorizada a digitalização e a associação a certos metadados, descrevendo conteúdos de assuntos que aparecem na imagem e menos focado na questão do contexto. Mas o contexto de produção ligado à figura do titular é mantido, sendo que não é feita a articulação entre os documentos do mesmo fundo, mas é feita a ligação com o produtor. No momento estão acontecendo estudos e planejamentos para complementar as informações de forma que seja possível suprir as demandas das duas abordagens: não apenas a que permitisse recuperar conteúdo, mas também o contexto arquivístico, não só sobre quem gerou, quem é o produtor, mas como se deu essa produção a partir da relação entre os documentos e da função que tinham para o titular.

Isso é um traço bem importante, tradicionalmente é lidado de uma forma apartada, mas a gente sabe que tem relações profundas entre os materiais que indicam o modo de trabalho, os interesses do titular, e é uma coisa difícil porque os sistemas de catalogação e descrição que nós temos ou são para bibliotecas ou são para arquivos [2]

A ficha completa utilizada para a descrição na área da fotografia tem cerca de 50 campos de metadados. Nem todos são preenchidos sempre e as outras áreas utilizam essa ficha, porém de forma reduzida. Então, são três maneiras diferentes de trabalhar com fotografia na mesma instituição, mas em áreas distintas. É a intenção fazer a integração, mas é um trabalho complexo e já foi avaliado que em certos casos é válido e em outros não devido às especificidades dos materiais.

A equipe concentra o tratamento na expectativa de uso do material, no que é prioritário para cada área. Cada área trata os arquivos pessoais com ênfase na sua área. Assim, os arquivos da área da música concentram os esforços de descrição nos registros sonoros e nas partituras e desenvolve um trabalho menos rigoroso nas fotografias apesar de tratá-las também. Na fotografia, acontece o oposto, o foco principal é no documento imagético – contatos, negativos, diapositivos, ampliações – e menos nos outros documentos, que normalmente nem aparecem na base, tais como documentos textuais e objetos (máquinas fotográficas, vestuário, cartas, diários). É a prioridade, os documentos não são trabalhados em um primeiro momento, mas serão em um futuro, e é mantida a relação com o conjunto, indicando que fazem parte do acervo do titular, de modo a não perder o vínculo e respeitar a proveniência. Dentro do possível também são registrados os documentos que acompanhavam outros, formando pastas ou dossiês.

Está em curso um projeto sobre os cadernos de Marc Ferrez, aliando IMS e Arquivo Nacional, tendo em vista que as duas instituições detêm custódia de partes desse acervo. Realizou-se parceria para digitalizar todos os cadernos e disponibilizar *on-line*. Inicialmente foi dada uma importância maior à obra fotográfica de Ferrez, mas os cadernos também são fundamentais para os pesquisadores e para entender sua obra. Assim, esse projeto foi executado apenas em um segundo momento, não foi a prioridade inicial, ou seja, as fotografias propriamente. Na iconografia, em que a prioridade é o desenho, a produção da obra gráfica, a tendência é concentrar nisso primeiro. Na literatura a prioridade é a obra do escritor, crônicas, manuscritos originais.

Na literatura, os arquivos foram tratados pensando-se na questão da organicidade, e, apesar de ser a área que tem uma abordagem de tratamento mais próxima da arquivística, a biblioteca e os objetos tridimensionais foram dissociados, contudo mantêm a relação de que veio no conjunto de um certo titular. A relação está mantida, mas não é classificada de forma articulada. Essa é uma das lacunas que atualmente tentam vencer, com a construção de um modelo integrado de dados.

Está em curso a elaboração de um novo modelo de trabalho a fim de integrar as áreas, tentando articular os dois modelos de trabalho em um sistema híbrido que permita à instituição continuar desempenhando suas funções: gerenciar acervos complexos, que tem diferentes materiais, atender pesquisadores acadêmicos e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel típico de museu, com exposições e estratégias de difusão diversas. O desafio é dar acesso e ao mesmo tempo mostrar essas relações que estão por trás, com os outros documentos do arquivo que fazem parte desses fundos.

Cada área tem o seu *website* e eles são independentes, consequentemente a recuperação também é. Por exemplo, no *website* da Fotografia não aparecem nos resultados de busca os materiais da Literatura.

O Instituto apresenta grande flexibilidade para atender aos pesquisadores. Se um deles demonstra interesse por algo que não está ainda disponível ao público, a equipe pode tentar soluções para atendê-lo, seja de forma remota, disponibilizando documentos em forma de links temporários preparados de forma individual, seja de outras formas personalizadas. Isso é feito mesmo em relação a partes do acervo que ainda não estão organizadas. Poucas instituições fazem isso, dar acesso ao que não está organizado, mas a equipe acredita que isso também pode ajudar na organização, informações que os usuários fornecem sobre o que acessam. Além disso, os familiares ou, em certos casos mais raros, os titulares do acervo, podem contribuir na organização, indicando as relações entre os documentos e tirando dúvidas.

Literatura

Aparecem um total de 51021 itens na base para consulta, distribuídos em 23 titulares com o número de itens ao lado de cada um. O que tem maior número de itens é o Otto Lara Resende, com 14577, e o de menor número é Carolina Maria de Jesus, com apenas dois (são dois cadernos manuscritos). Os fundos são organizados em séries padronizadas: correspondências (podem ser correspondência de terceiros, correspondência familiar, correspondência pessoal), “diversos”, documentos audiovisuais, documentos complementares, documentos iconográficos, documentos pessoais, impressos, material de divulgação, produção intelectual, produção intelectual de terceiros, produção intelectual não identificada, produção na imprensa. Os fundos não têm sempre todas as séries e as fotografias são uma subsérie da série documentos iconográficos.

Os seguintes fundos não têm fotografias: Mário Quintana, Ledo Ivo, Elisa Lispector, João Gilberto Noll, Lúcio Rangel, Maurício Rosenblatt.

Fotografia

Pode-se ter acesso no *website*, ou seja, já estão digitalizados e disponibilizados 31.538 itens. As consultas podem ser feitas das seguintes formas: Coleções do Acervo (31.505), Fotografia Contemporânea (33), Palavras-chave (28.000). A soma não corresponde ao total de itens, o que indica que as fotografias podem ser recuperadas de mais de uma forma. Do que se vê no *website*, são 38 coleções, entre esses 26 são arquivos pessoais. O que tem menos fotografias é Chichico Alkmim, com 20, e o que tem maior número é Marcel Gautherot, com 25.949. Dos arquivos pessoais, apenas as fotografias são possíveis de serem vistas no *website*.

As Palavras-chave se desdobram em:

Aspectos formais da imagem

Especialidade (área, estúdio, externa, interna).

Gênero da imagem (abstração, autorretrato, cena de rua, detalhe, documentação, estudo artístico, fotomontagem, paisagem*, retrato*); *paisagem (1192), que se desdobra em: paisagem natural (201), paisagem rural (74), paisagem urbana (290); *retrato (1603), que se desdobra em: individual (580), retrato individual (307), até 3 pessoas (102), mais que 3 pessoas (75), coletivo (10), nu (2), retrato coletivo (59).

Temporalidade (diurna, noturna).

Formato da Imagem (Horizontal, Panorama, Vertical)

Assuntos: 25 assuntos, tais como: animais, arquitetura, arte, educação, esportes, indumentária, transportes etc.

Localidades 267 localidades entre cidades, bairros, instituições, acidentes geográficos, entre outros.

Personalidades 284 personalidades

Iconografia

São indicados 1865 itens. As formas de consulta são: álbuns (13); imagens (1632); mapas (111); textos (106); tridimensionais (3). A soma dessas categorias é 1865, que é o total dos itens. Assim, cada item está em apenas uma categoria. A busca não é feita pelos arquivos pessoais.

Música

Na música são 20 titulares, sendo que alguns tem mais fotografias e outros têm menos. Alguns exemplos: Chiquinha Gonzaga tem apenas 19, Ernesto Nazaré tem 75, Pixinguinha em torno de 110, Elizeth Cardoso tem 1319. As fotografias são de cenas em família, em casa, viagens, ou seja, mais vida pessoal, poucas são as de trabalho, de vida profissional. Já o acervo de Baden Powell são basicamente fotos dele tocando ou de outras pessoas que tocavam com ele, ou seja, fotografias de situações profissionais. São feitas referências cruzadas, sendo possível recuperar fotos de uma pessoa mesmo em acervo de outras da mesma área (Música). Existe um esforço de identificar através de pesquisas as fotografias sem identificação, nesse caso as informações são colocadas entre colchete.

4.3 Fundação Mário Soares

A Fundação Mário Soares é uma instituição de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, ligada à pessoa do político Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Foi constituída em 12 de setembro de 1991 e tem como matriz a personalidade e a vida de Mário Soares, que exerceu os cargos de Presidente da República Portuguesa, Primeiro Ministro, entre outros. A Fundação adotou um modelo organizativo aberto e flexível, capaz de gerar iniciativas e projetos que alcançam variados e vastos públicos. A capacidade demonstrada na criação, desenvolvimento e execução de uma multiplicidade de projetos em diferentes áreas tem justificado apoios, patrocínios e parcerias de entidades públicas e privadas, que possibilitam que a Fundação se mantenha.

O Arquivo & Biblioteca é um projecto que a Fundação Mário Soares desenvolveu desde o seu início de actividade em 1996, recorrendo para o efeito às mais recentes tecnologias da informação. Inicialmente constituído a partir do arquivo pessoal do Dr. Mário Soares, foi enriquecido com numerosos outros acervos documentais e, mais tarde, o projecto inicial foi também alargado à constituição e informatização de uma biblioteca especializada e à organização de um arquivo fotográfico. A entrada em funcionamento, em finais de 2000, de um novo edifício especialmente vocacionado para o Arquivo & Biblioteca e outras actividades culturais veio, por outro lado, ampliar a capacidade de intervenção da Fundação nessas áreas. (FUNDAÇÃO MARIO SOARES)

Um dos objetivos do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, segundo consta de seu *website*, é

Desenvolver o projecto de Arquivo Fotográfico, assente na adequada conservação das espécies fotográficas, na capacidade laboratorial de reprodução e na progressiva inserção de cópias dos documentos fotográficos em todo o sistema informático comum ao Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, em termos que permitam a sua disponibilização pública.

A Fundação começou suas atividades em 1996 e o objeto era o arquivo pessoal de Mario Soares. Porém, as fotografias, que eram em grande quantidade, por falta de pessoal, equipamentos e espaço físico, somente começaram a ser trabalhadas em 2000, com a construção do prédio para o Arquivo e Biblioteca. Existiam muitos problemas, o acervo fotográfico era extenso – o titular foi por dez anos Presidente da República e, só desse período, havia cerca de 130 mil negativos em cor, 35 mm. Após consulta à Kodak sobre formas de conservação para esse material, foi sugerida a digitalização em boa resolução e a conservação dos negativos da melhor forma possível, com a certeza de que não iam durar muito. Então, procedeu-se a digitalização na íntegra desses documentos e levantou-se outro grande problema que foi a identificação. Na maior parte das vezes não há informação suficiente, não se sabia quem estava nas fotografias, e muitas vezes nem a qual acontecimento se referiam. Identificar para a descrição e a classificação das imagens sempre é um grande problema. Foi preciso dedicar a isso muitos meios, quer técnicos, quer científicos, quer informativos, às vezes é preciso consultar os jornais da época para saber quem está nas fotografias. No caso da fotografia digital, outro problema é o do espaço em disco, além de problemas graves de conservação e, portanto, financeiros.

Mais tarde começaram a receber outros acervos documentais que incluíam fotografias e tratá-los também. A Fundação durante os últimos anos teve um grande papel na cooperação internacional, principalmente nas colônias portuguesas, e foi recebendo arquivos e fotografias de muitos países: Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Timor Leste e até do Brasil também, entre outros. Isso significa que aumentam ainda as dificuldades de identificação desse material, que em muitos casos não era para permanecer na Fundação, eram para ser organizados e posteriormente regressar aos seus países, aos seus proprietários, portanto as dificuldades de identificação aumentam.

O arquivo da Fundação Mário Soares, além do fundo do titular, mantém outros arquivos pessoais ligados de alguma forma a colônias portuguesas. A forma de organização difere de fundo para fundo, de acordo com a quantidade de fotografias que cada fundo apresenta e a que se referem. Os acervos pessoais são organizados pela construção das “árvores” de cada acervo que, dependendo do seu conteúdo, podem ser por assuntos,

por eventos, entre outros. Na organização de cada fundo, uma das séries é “fotografias”, as quais estão à parte dos outros documentos, como uma das divisões do fundo e são organizadas por vários temas. Dentro das fotografias, de uma forma geral, são criados pequenos grupos para tornar mais fácil a busca, mas como esses grupos são classificados, depende do acervo. A equipe tenta encontrar os temas em que elas estão agrupadas, muitas vezes seguem a organização do próprio titular, tentam respeitar a ordem original. Poderia ter dentro das fotografias uma reprodução da organização da outra parte do acervo se houvesse fotografias de todos os outros assuntos. Mas, na realidade, não se tem fotografia de tudo. Foi definido assim por considerar que facilita o acesso dos pesquisadores, pois os que querem pesquisar fotografias, na maior parte das vezes, querem apenas as fotografias. À vista disso, os organizadores acreditam que a separação e a divisão em grupos menores ajudam na hora da busca.

Hoje nós temos que ter a noção de que não há arquivos pessoais que não tenham fotografias, no século XX pelo menos, e final do século XIX. [...] As formas de organização dependem muito do próprio acervo documental, como vão ser classificadas as imagens. Depende do acervo, de uma forma geral nós tentamos criar pequenos grupos que torna mais rápido e mais fácil para o próprio leitor. Se o leitor está a procura só de fotografias, esta é a vantagem, é mais fácil do que percorrer tudo. [3]

Alguns exemplos:

No caso de Mario Soares, o próprio titular reunia documentos às vezes muito diferentes na sua tipologia, criava um sumário sobre os itens e mantinha junto aos documentos. Essa prática foi importante para a organização da documentação, pois nesses manuscritos se encontrava o nexos dele, o nexos do produtor do arquivo.

Bento de Jesus Caraça foi um matemático português, professor universitário, resistente antifascista e militante do Partido Comunista Português. Seu arquivo é assim disposto: documentos pessoais, atividade cultural, científica, política, demissão da universidade, correspondências, imprensa/recortes, homenagens e fotografias. Dentro de fotografias (53 itens), temos: retratos (16), amigos (4) e viagens (31), viagens ainda se subdivide em: Costa de Caparica, Florença, Reims e Serra da Estrela. Nesse caso, foi mantida a organização do próprio titular, respeitando a ordem original, ele mantinha as fotografias em envelopes: ‘viagens’. Foi mantido tanto quanto possível a sua ordem (CASA COMUM).

O Arquivo Amílcar Cabral reúne documentação relacionada com a organização do partido, a organização da luta armada, a luta diplomática no exterior e a construção do Estado nas regiões libertadas, correspondência entre os responsáveis

políticos e militares no interior e no exterior e, em menor número, dirigida pela população ao secretariado geral. Tem um total de 10204 itens disponíveis para consulta no *website* Casa Comum. Esse acervo conta também com um conjunto de fotografias que retratam os vários aspectos da luta pela independência na Guiné, bem como o percurso de Amílcar Cabral, desde os estudos em Cabo Verde até 1972 (CASA COMUM).

Amílcar Cabral foi o fundador do partido que lutou pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, é um arquivo grande e muito importante e que foi salvo em situação extrema. O Edifício em que estava o arquivo tinha sido bombardeado e depois foi saqueado. Só para ter uma ideia algumas das fotografias nós apanhamos do chão [4]

Diversas pessoas que estão nas fotografias não estão vivas. Os principais dirigentes do partido foram identificados, outros não. Alguns que ainda estão vivos ajudaram na identificação. Muitas vezes, as aparições de Amílcar Cabral eram cobertas por uma fotografia italiana, assim a mesma colaborou na identificação do material.

Algumas das séries: Amílcar Cabral, Movimentos anti-coloniais, organização militar, organização civil, organizações internacionais, correspondências, fotografias, entre outras. A série Fotografias tem 1393 itens assim divididos: Amílcar Cabral (com 49 itens e a seguinte subdivisão: amigos, cabo verde, estudos, família, retratos), CONCP (7 itens, sem subdivisão), PAIGC (1278 itens e várias subdivisões, em mais de um nível), Organizações Internacionais (10 itens, sem subdivisão) e Independências (divide-se em Cabo Verde e Guiné-Bissau).

Sempre que o verso da fotografia tem qualquer inscrição, este também é digitalizado e disponibilizado para a consulta. O total dos documentos são os objetos digitais. Se são 25, dos quais 24 são fotografias, isso quer dizer que um deles é frente e verso, portanto são duas imagens, mas um só documento.

A consulta é feita em uma base de dados e pode ser no local ou de forma remota pela internet. Para uso do pessoal interno, a base apresenta informações além das abertas ao público. Os usuários têm facilidade de pesquisar, não apresentam reclamações ou dúvidas. No *website* da Fundação, a consulta do acervo *on-line* direciona para uma plataforma, a Casa Comum, em que se pode pesquisar os acervos de instituições e fundos documentais, arquivos pessoais e de entidades coletivas, arquivos textuais, fotográficos e audiovisuais do Arquivo da FMS.

4.4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Com sua origem em uma das instituições mais antigas de Portugal, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

é um arquivo central do Estado que guarda documentos originais desde o séc. IX até à actualidade, cabendo-lhe, por consequência da sua perenidade, preservar também os novos arquivos electrónicos no âmbito de actuação do organismo, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico. É um arquivo de âmbito nacional, dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) criada pelo Decreto-Lei nº 103/2012, de 16 de Maio, integrando o sistema nacional de arquivos. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO)

De acordo com o “Guia de Fundos e Coleções Fotográficas”, o acervo de documentos fotográficos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo passou por várias instituições e subordinações hierárquicas. Em 1977, foi criado o Centro Português de Fotografia (CPF), e na sua subordinação o Arquivo de Fotografia do Porto e o Arquivo de Fotografia de Lisboa. Esses dois foram automaticamente extintos, ficando seus espólios à guarda do CPF e do ANTT, respectivamente. Em 2007 o CPF foi extinto como Instituto do Ministério da Cultura, tendo sido, na mesma data, criado o arquivo dependente de âmbito nacional – Centro Português de Fotografia – como uma unidade orgânica da Direcção-Geral de Arquivos DGArq. A integração desses serviços na DGArq se deu, portanto, em consequência de reestruturações, fusões, extinções e outras ações. Nesse sentido, a documentação fotográfica sofreu danos, perdas, desmembramentos, recomposições, o que acentua as dúvidas em relação à proveniência e ordem original (PORTUGAL, 2007, p. 13).

O “Guia de Fundos e Coleções Fotográficas” foi elaborado e publicado em 2007 para promover o acesso público ao acervo. Fez parte de um projeto mais amplo que incluiu a descrição e digitalização de imagens, implementação de base de dados, além da disponibilização do trabalho na internet. Na ocasião da publicação desse Guia a instituição detinha um conjunto de cerca de dois milhões de documentos fotográficos. O acervo fotográfico está localizado em dois locais, parte na sede em Lisboa e parte na cidade do Porto. O guia apresenta as descrições de 106 fundos e coleções (38 em Lisboa e 68 na cidade do Porto), incluindo informações como: título, data-limite, dimensão e suporte, história administrativa, biográfica, custodial, arquivística, âmbito e conteúdo, sistema de organização, condições de acesso e reprodução, instrumentos de descrição, entre outros.

O acervo contém arquivos fotográficos de instituições e de pessoas, principalmente de fotógrafos. São arquivos pessoais, mas que já estão em instituições públicas há muito tempo. Esse percurso dos arquivos fotográficos que vão passando por várias instituições, com profissionais diferentes e com ideias e conceitos

diferentes, recebendo tratamentos diversos em cada uma delas, vai alterando a organização do acervo e cada vez mais diferenciando-se da ordem original.

Nesse caminho de instituições percorrido pelo acervo, havia a tendência a considerar a fotografia na sua vertente artística, quase museológica, ou como fonte de informação histórica, e não tanto como produto das atividades e funções de um organismo ou indivíduo. O que fazia com que o tratamento fosse

[...] centrado no documento em si, preterindo-se a visão global que permite identificar e explicar o contexto de produção, essencial a compreensão de um todo, que em arquivo, é sempre maior do que a soma das partes. (PORTUGAL. Direcção geral de arquivos, 2007, p. 13)

Assim, dentre as questões arquivísticas para fins de tratamento, a que primeiro se destacou foi a diferenciação entre fundos e coleções. De uma forma geral, foi considerado fundo

[...] conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva no decurso das suas actividades e funções. (PORTUGAL. Direcção geral de arquivos, 2007, p.14)

Apesar de o acervo fotográfico ter sido separado dos outros gêneros documentais, o Guia aponta que, no momento da integração do Arquivo de Fotografia de Lisboa na Torre do Tombo, houve a possibilidade de reunião entre a documentação fotográfica e a documentação restante, predominantemente textual, já mantida pelo Arquivo Nacional.

Foi previsto no Guia a construção de um “Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas” como uma forma de atenuar as sequelas resultantes da dispersão dos fundos, facilitando a reunião intelectual da documentação espalhada por diversos detentores, alheia aos princípios arquivísticos. Esse instrumento atualmente está *on-line* no *website* do ANTT.

Um dos problemas do acervo foi a enorme quantidade de fotografias sem identificação, o que pode ter sido agravado quando da separação das fotografias do acervo ao qual pertenciam, o que, se é feito de forma precipitada, acarreta em perder também as informações que poderiam ser vistas nos outros documentos do conjunto. Para o que já foi feito, na maior parte das vezes não tem como reverter. Hoje em dia já há mais consciência e clareza de que a conservação deve ser feita sem perder o vínculo que os documentos possuem, e que isso exige um controle mais rigoroso. Além disso, em muitos casos há também omissão quanto à maioria da informação nos processos de aquisição dos diferentes fundos e coleções.

3 Conclusão

Para fins de conclusão, é relevante retomar e enfatizar que, embora saibamos da importância do contexto de produção dos documentos nos princípios da Arquivologia, constatou-se que tais fundamentos não se consolidam como prática constante na organização de acervos arquivísticos de fotografias. Isso foi observado na revisão de literatura realizada na fase inicial da pesquisa, bem como em algumas das instituições visitadas conforme elucidado no desenvolvimento do artigo.

No caso dos acervos fotográficos, que por suas características são considerados documentos arquivísticos, a metodologia do tratamento deve respeitar o contexto de produção, que é de primordial importância para manter as propriedades de conjunto orgânico. Apesar da importância do tema, o assunto não é recorrente na literatura analisada, somente na década atual o tema recebe maior relevo. Da mesma forma, observou-se nas instituições estudadas que a valorização do contexto na organização das fotografias de arquivos é um entendimento ainda recente, que aparece com mais ou menos incidência dependendo da instituição.

Durante muito tempo foi prática separar os documentos fotográficos dos documentos em outros suportes em razão da sua preservação, porém sem o cuidado de manter a relação do vínculo entre os documentos, nos casos em que eram separados fisicamente, mas faziam parte de um conjunto. Nas instituições analisadas, verificou-se que há preocupação com a questão do contexto de produção por parte dos profissionais e dos tratamentos que adotam, apesar de admitirem não ter sido sempre assim, e que em muitos casos não há como reverter o que foi feito no passado com os acervos desmembrados sem o cuidado de indicar a relação que havia com outros documentos.

O acervo que hoje está no ANTT sofreu com a perda de relações entre os documentos devido ao percurso dos conjuntos documentais entre variadas instituições, até chegar ao ANTT. Apesar disso, pôde-se ver a preocupação em relação ao tratamento dos fundos como arquivísticos e o reconhecimento de que a maior parte do acervo foi tratado como documentos isolados, e não como conjunto. Indicam que houve possibilidade de reunir em parte o que foi separado indevidamente. Na FMS a organização dos arquivos pessoais se dá de forma que as fotografias estão em uma classe independente dos outros gêneros documentais, porém fazem parte do acervo do titular. Podem não estar relacionadas com os outros documentos do conjunto, mas estão relacionados ao titular. Observou-se na Fundação grande cuidado com relação à identificação, respeito à ordem original, organização, digitalização, preservação e com o acesso ao acervo. No IMS o trabalho com os acervos respeita a organicidade no

nível dos titulares dos arquivos pessoais. Para o tratamento das fotografias, levam em consideração mais o conteúdo informativo e não o seu contexto de criação. Porém, reconhecem a importância da abordagem contextual e estão buscando meios de atender aos dois modelos. No arquivo da Fundação FHC é utilizado o método contextual, é respeitada a relação orgânica dos documentos e é possível unir os documentos de uma mesma atividade do titular independentemente de gêneros e materiais, por meio do instrumento de busca. Ao mesmo tempo separa fisicamente os diferentes materiais, o que atende à preservação do acervo. Na pesquisa de campo não houve qualquer intenção de comparar as instituições visitadas, pois a história institucional de cada uma é singular, seus acervos refletem espaços de tempo diferentes, volumes documentais distintos, políticas e objetivos díspares. As quatro instituições são referências em suas áreas de atuação.

Os documentos fotográficos em acervos arquivísticos fazem parte de um todo orgânico, portanto devem ficar claras as relações que mantém com os demais documentos. A separação é importante para efeito de conservação do material, mas deve ser apenas física, mantendo a relação intelectual com o conjunto do qual faz parte.

Notas

- [1] Sobre a conceituação de arquivos privados de pessoas físicas, arquivos pessoais e arquivos de famílias ver CAMARGO (2009) e GONÇALVES (1996).
- [2] Entrevista realizada com Gabriel Bevilacqua no dia 20 de setembro de 2018, no IMS Rio de Janeiro
- [3] Entrevista realizada com Alfredo Caldeira no dia 6 de julho de 2018, na Fundação Mario Soares, Lisboa.
- [4] Entrevista realizada com Alfredo Caldeira no dia 6 de julho de 2018, na Fundação Mario Soares, Lisboa.

Referências

- CAMARGO, Ana M.; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, 2009.
- CASQUIÇO, Sónia. A fotografia nos centros de informação em Portugal. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, S. 2, n. 4, p. 155-170, 2009.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64. 1994.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu. *Arquivos de família: Organização e Descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-

os-Montes e Alto Douro. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. *Sinopses*, São Paulo, n.31, p.49-55. jun. 1999.

MALVERDES, André; LOPEZ, André P. A. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no Estado do Espírito Santo, *Ponto de Acesso*, Salvador, v.10, n.2, p.59-80, ago. 2016.

MANINI, Miriam Paula. Acervos imagéticos e memória. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.10, n.3, p.97-115, dez. 2016.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. N. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: PPGCI: Ancib, 2018. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PORTUGAL. Direcção geral de arquivos. Centro Português de Fotografia. *Guia de fundos e colecções fotográficos 07*. Lisboa, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Santana da; CARVALHO, Telma Campanha. Discurso e práxis do documento audiovisual nos arquivos: perspectivas de organização arquivística. *Archeion online*, v.2, n.2, 2014.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Alguns apontamentos sobre classificação de documentos de arquivo. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. Marília, v. 8, n. 1-2, p. 1-24, 2014.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. [Website institucional]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://ims.com.br/unidade/rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. [Website institucional]. São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://fundacaoofhc.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. de 2019.

FUNDAÇÃO MARIO SOARES. [Website institucional]. Lisboa, 2019. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CASA COMUM. [Website institucional]. Lisboa, 2019. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/arquivos>>. Acesso em: 15 jan. 2019

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. [Website institucional]. Lisboa, 2019. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/>>. Acesso em: 15 jan. 2019

Proposta de um modelo de Ontologia para a Biblioteca Virtual em Saúde em Doenças Infecciosas e Parasitárias: OntoDIP

A proposal for an ontology model for the Virtual Health Library in Infectious and Parasitic Diseases: OntoDIP

Diones Ramos da Silva (1), Cláudio José Silva Ribeiro (2)

(1) ICICT - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Av. Brasil, 4365, Pavilhão Haity Moussatché, Manguinhos, Rio de Janeiro, diones.ramos@icict.fiocruz.br, (2) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Av. Pasteur, 458 – DPTD/CCH/sala 413, Urca, Rio de Janeiro, claudio.ribeiro@unirio.br

Resumo

Apresenta o projeto para o desenvolvimento de uma ontologia para a área da Saúde, especialmente no âmbito da organização e recuperação da informação para doenças infecciosas e parasitárias no domínio das temáticas dengue e febre amarela. A Biblioteca Virtual de Saúde em Doenças Infecciosas e Parasitárias – BVS-DIP, em face da demanda expressiva de solicitações recebidas junto à ferramenta "Fale Conosco" – um canal de comunicação entre a BVS e o usuário –, observou a necessidade de criar instrumentos capazes de melhorar a eficiência do processo de recuperação de informação evitando a ambiguidade e contornando as dificuldades em encontrar descritores que traduzem satisfatoriamente as buscas dos pesquisadores. Fazendo o uso de uma análise documental, discute o uso de sistemas de organização do conhecimento, ontologias e metodologias, pois o uso destas abordagens pode viabilizar a criação de modelos e metamodelos. Por fim, propõe uma representação que, ao ser implementada em ambiente computacional, possibilitará a melhoria nos processos de pesquisa e recuperação de informação no âmbito das Bibliotecas Virtuais em Saúde.

Palavras-chave: Biblioteca Virtual em Saúde; Ontologias Leves; Organização do Conhecimento; Recuperação da Informação.

Abstract

Presents the project for the development of an ontology for the Health area, especially in the scope of information organization and retrieval for Infectious and Parasitic Diseases in the thematic field of dengue and yellow fever. The Virtual Health Library in Infectious and Parasitic Diseases - BVS-DIP, in view of the expressive requests demand received from the "Contact Us" tool – a communication channel between the BVS and the user –, observed the need to create instruments capable of improving the efficiency of the information retrieval process avoiding ambiguity and bypassing the difficulties in finding descriptors that satisfactorily translate the researchers' searches. Using a documentary analysis, it discusses the use of knowledge organization systems, ontologies and methodologies, because the use of these approaches can support the creation of semantic metamodels. Finally, it proposes a representation that, when implemented in a computational environment, will enable the improvement of information retrieval processes in Virtual Health Library

Keywords: Virtual Health Library; Lightweight Ontologies; Knowledge Organization; Information Retrieval.

1 Introdução

As Bibliotecas Virtuais (BV) são identificadas como instrumentos facilitadores para a recuperação rápida e eficiente da informação. A necessidade do acesso às *informações no ambiente virtual* levou essa dinâmica a diversas áreas, como das Ciências da Saúde. A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é um espaço virtual formado por uma rede de fontes de informação em saúde na América Latina e Caribe.

Assim, destaca-se com êxito o portal do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, conhecido como Bireme (de sua denominação original Biblioteca Regional de Medicina). Esse portal contempla diferentes temáticas e é apoiado por várias instituições: Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização Pan-americana da Saúde (Opas); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O objetivo do portal é criar e operar sistemas nacionais de informação técnico-científica em sintonia com as novas Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC), os paradigmas organizacionais e tratamento da informação.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como órgão de Ciência e Tecnologia (C&T) do Ministério da Saúde, integra em sua missão a articulação entre a geração de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, a produção de insumos em saúde, a oferta de serviços de diagnóstico e atenção especializada, o ensino e a informação e comunicação em saúde, além da produção de insumos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Essas atividades são produzidas e disseminadas por pesquisadores e técnicos especialistas no campo da saúde e/ou áreas afins. Esse corpo de profissionais gera grande volume de conhecimento por meio da produção científica, que é divulgada através de suportes de informação (revistas científicas, capítulos de livros, livros etc.).

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é produto da evolução de três décadas do programa de cooperação técnica em informação científica na América Latina e Caribe. Na sua evolução, o programa adotou sucessivos

paradigmas de gestão e operação de produtos e serviços na estrutura da comunicação científica, sempre funcionando em rede e buscando atender às necessidades de informação dos sistemas nacionais de pesquisa, ensino e atenção à saúde (PACKER, 2005, p. 250).

Destaca-se a Biblioteca Virtual em Saúde em Doenças Infecciosas e Parasitárias (BVS-DIP) com sua evolução e legado do trabalho cooperativo. Esse esforço visa fortalecer o fluxo de informação técnico-científica em doenças infecciosas e parasitárias em um espaço virtual na Internet, operando como rede, obedecendo a critérios de seleção e controle de qualidade.

Observou-se que, nas buscas desenvolvidas pelos pesquisadores da Fiocruz, os termos utilizados possuem conceitos mais abrangentes. Já os conceitos que compõem o DeCS – Descritores em Ciências da Saúde, vocabulário controlado necessário para indexação e recuperação de informações na área da saúde – são organizados em uma estrutura hierárquica, partindo do geral para o específico, para facilitar a busca de termos dentro de uma mesma estrutura hierárquica. Contudo, o DeCS não abrange os termos sobre organismos de acordo com taxonomias adotadas pelas obras clássicas da área e das doenças segundo os critérios da OMS e pelos grupos de pesquisa da Fiocruz. Também foi percebido que quando o termo é usado para rotular categorias, corre o risco de o usuário ficar confuso, pois pode ser atribuído e organizado de várias formas. Do ponto de vista do usuário, seria interessante e confortável poder submeter sua pesquisa e interagir com uma única interface e ter retornadas informações de diferentes fontes de informação (MARCONDES; SAYÃO, 2001, p. 26).

O acesso à informação científica na *Web* é um desafio que os profissionais da saúde têm de enfrentar, devido à dificuldade de compreensão do sistema de organização de bases de dados. Nesse sentido, para que seja possível uma perfeita recuperação da informação, os termos utilizados precisam ser entendidos pelo sistema para facilitar na hora da recuperação.

Assim, o interesse deste estudo pela ontologia como instrumento de representação do conhecimento contempla as necessidades dessas comunidades de usuários que exigem informações precisas, além de favorecer o entendimento comum que tem seu ponto de partida na percepção e na elaboração dos conceitos. A ontologia representa esse entendimento (BUENO, 2005, p. 89).

Ademais, a adoção de ontologias permite a interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação, aplicadas com conceitos amplos e com a possibilidade de fazer relações com as informações disponíveis na *Web* (FACHIN; SANTOS; RODRIGUES, 2010, p. 84).

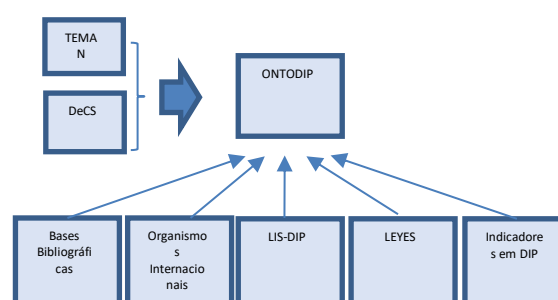
Portanto, o desenvolvimento de ontologia para BVS-DIP, com o aperfeiçoamento e adequação dos descritores, visa contribuir para uma recuperação eficaz da informação científica, além de melhorar o conteúdo e fontes de dados em um determinado domínio. Com isso, esta investigação também remete para o uso de vocabulário de conceitos e de relações claras e não ambíguas.

2 Estratégias Metodológicas

Foi utilizada a abordagem qualitativa para pesquisa bibliográfica e para a fundamentação teórica, além da análise documental para a coleta e tratamento dos dados obtidos por meio de estudo de campo (GIL, 2008, p. 50; MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). A investigação foi caracterizada como pesquisa descritiva, pois se propôs identificar os requisitos necessários para construção de uma ontologia leve (*lightweight ontology*) para ser aplicada na BVS-DIP, dentro do domínio da dengue e febre amarela. Para esse modelo, cunhou-se o nome de OntoDIP (Ontologia em Doenças Infecciosas e Parasitárias).

A partir dessas premissas foram estruturadas as seguintes etapas: levantamento bibliográfico em bases de dados; especificação e conceitualização dos componentes (conforme fontes analisadas – Figura 1); e formalização da ontologia. Para esta última etapa foram reunidos os conceitos e respectivas descrições para análise comparativa dos termos dengue e febre amarela do DeCS e Teman, com as seguintes informações: nome dos termos, as categorias, definições, termos relacionados, termos específicos, termos genéricos e sinônimos.

Figura 1. Fontes de informação da BVS-DIP



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4 Arcabouço conceitual da pesquisa

Nesta seção estão os fundamentos teóricos necessários para atingir os objetivos propostos. A partir da organização e representação do conhecimento e uso de ontologias, foi proposto o desenvolvimento de uma ontologia como instrumento no processo de recuperação da informação da BVS-DIP.

3.1 Organização e representação do conhecimento

O advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e as constantes mudanças nos processos e inovações tecnológicas fizeram com que as bibliotecas buscassem novas perspectivas de atender as necessidades de seus usuários, tanto local quanto remotamente. Segundo Levacov (1997), a tecnologia surge como um catalisador de mudanças, particularmente importantes e pungentes para as bibliotecas, uma vez que cria novas necessidades e altera velhos paradigmas estabelecidos ao longo de muitos séculos. Com isso, as novas tecnologias da informação estão criando as “*bibliotecas sem paredes para livros sem páginas*” (BROWNING, 1993).

O impacto da tecnologia da informação e da Internet têm se refletido nos sistemas de informação e bibliotecas (LANCASTER, 2004). Esse impacto cria ameaças, mas também cria oportunidades para o desenvolvimento dos serviços em bibliotecas.

A biblioteca, como um sistema de informação, continuará tendo relevantes funções a desempenhar. Para tanto, os bibliotecários devem ver essas mudanças como uma oportunidade de melhoria dos serviços e produtos, conquista de novos usuários, visibilidade e espaço na sociedade.

Nesse sentido, torna-se necessário que as bibliotecas acompanhem o avanço das TIC, pois a grande quantidade de informações disponíveis trouxe possibilidades para incrementar ações nos processos de Representação, Organização do Conhecimento, Disseminação e conseqüentemente na Recuperação das Informações.

Segundo Campos e Campos (2012), a Organização do Conhecimento (OC) pode ser definida como a condição de Representação do Conhecimento para propósitos específicos. Na perspectiva de Fujita (2008), a área de Organização e Representação do Conhecimento teve um avanço na busca por consolidação e visibilidade junto a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), entidade científica que fornece suporte para área de Organização e Representação do Conhecimento.

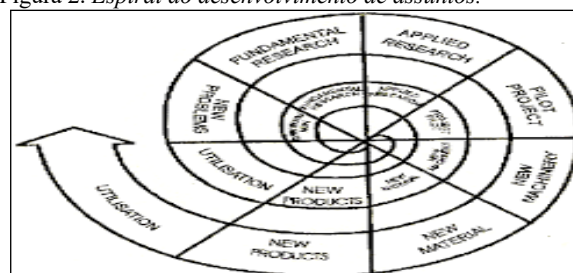
A OC compreende um processo de representação e destina-se à recuperação de forma rápida e eficiente para os usuários. Hjørland (2003) entende que a Organização do Conhecimento está ligada à análise dos conceitos e relacionamentos num domínio de conhecimento. Bräscher e Café (2008) reforçam a OC como um processo de modelagem apoiado em análise de conceitos.

Para Dahlberg (2006) a Organização do Conhecimento é a ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos

conceitos ordenados pela indicação de valores, dos conteúdos referentes aos objetos ou assuntos.

Os princípios da teoria de Organização do Conhecimento, segundo Lima e Alvares (2012), são válidos para o conhecimento socializado, compartilhado, com dimensão cíclica, sempre na perspectiva de geração de novos conhecimentos que Ranganathan (1967) definiu como universo do conhecimento. Ranganathan continua e observa que o universo de conhecimento é um local dinâmico e contínuo, no formato de espiral. É a soma total em dado momento do conhecimento acumulado. O conhecimento seria o conjunto de todas as ideias conservadas pela humanidade. Esse movimento contínuo pode ser também aplicado ao desenvolvimento de assuntos, pois permite a integração constante do conhecimento e a relação com a atividade de organização do conhecimento, conforme apresentada na Figura 2.

Figura 2. *Espiral do desenvolvimento de assuntos.*



Fonte: (RANGANATHAN, 1967).

Pode-se observar que o movimento contínuo da espiral reflete a investigação científica. A pesquisa científica é um resultado natural de busca de soluções para problemas. Os produtos desenvolvidos refletem a tentativa para resolver os problemas encontrados e o uso de tais produtos conduz a novos inquéritos científicos e a ciência progride.

O método científico em espiral propicia a integração constante do conhecimento, do desenvolvimento de assuntos e a relação com a atividade de organização (CAMPOS; GOMES, 2003).

Assim, verifica-se que, através do diagrama da espiral de desenvolvimento de assuntos, a sequência do método científico se aplica nas pesquisas desenvolvidas na BSV-DIP, como novos projetos, atividades de pesquisas, produtos criados, e o uso de tais insumos faz surgir novos problemas, o ciclo é reiniciado.

Dessa forma, Ranganathan propôs a espiral do desenvolvimento de assuntos a fim de evidenciar a ligação entre a produção de conhecimento e a organização de registros do conhecimento. Café, Barros e Santos (2014) apontam que a Organização do Conhecimento está pautada na análise de conceitos,

seus significados, relações semânticas e delimitações terminológicas, representando de forma mais próxima possível de um determinado domínio.

Partindo desses conceitos, identificou-se um conjunto de instrumentos como tesouros, esquemas de classificação, taxonomias e ontologias, pois estes são indicados na representação do conhecimento e são utilizados para desempenhar a função de recuperar a informação de forma organizada.

Esses instrumentos são também denominados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Vital e Café (2011) reforçam que SOC são utilizados na sistematização de conceitos de determinadas áreas com objetivo de representar conteúdos para a recuperação, como os tesouros, esquemas de classificação, taxonomias e ontologias. Para esses instrumentos encontramos similaridades e diferenças, que são perceptíveis não só nos tesouros como nas taxonomias, nos esquemas de classificação e ontologias.

Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) respaldam a adoção da ontologia como SOC, na medida em que os tesouros servem de instrumento de registro terminológico, são usados por pessoas e não para registro do conhecimento para inferências computacionais.

De acordo com Ramalho (2010), ao longo dos últimos anos inúmeros estudos comparativos entre tesouros e ontologias têm sido apresentados devido ao fato de ambos possuírem características semelhantes, constituídas por um conjunto de conceitos e seus respectivos relacionamentos semânticos, além de representarem recursos informacionais e favorecerem sua posterior recuperação. Sales e Café (2009) complementam que o tesouro é uma linguagem documentária caracterizada pela complexidade existente no relacionamento entre os termos que comunicam o conhecimento especializado. A ontologia é um modelo de representação do conhecimento, por vezes empregado como linguagem documentária, utilizada para representar e recuperar informação por meio de estruturas conceituais (SALES; CAFÉ, 2009).

Os tesouros conceituais apresentam relacionamentos de natureza lógica (de gênero/espécie), de natureza ôntica (relações partitivas, funcionais e associativas) e de equivalência, além de que explicitam para cada termo uma definição legível somente por humanos.

As ontologias necessitam de relações mais ricas para possibilitar o raciocínio automático. Se para os tesouros é importante saber se entre dois termos existe uma relação de parte/todo, nas ontologias devemos identificar que tipo de parte e de todo esses termos representam.

Vital e Café (2011) comentam que não existe clareza na distinção entre taxonomia e ontologia. Para as autoras, enquanto as taxonomias buscam o

desenvolvimento de categorias a fim de facilitar a recuperação da informação, as ontologias trabalham no nível da significação dos conceitos com objetivo de compartilhar determinada área do conhecimento. Por outro lado, na visão de Ribeiro e Pereira (2015) existe uma proximidade, quase que dependente, entre dados abertos, Web Semântica e instrumentos de Organização do Conhecimento, como ontologias e taxonomias.

Sendo assim, o recorte adotado por este relato foi buscar um instrumento que possibilite a representação de um determinado domínio do conhecimento estruturado, objetivando a modelagem do conhecimento através da definição dos conceitos e seus relacionamentos. A ontologia preenche os requisitos, tornando fundamentais para o modelo proposto na organização e recuperação da informação para BVS-DIP. Essas características serão apresentadas a seguir.

3.2 Ontologia

O termo ontologia tem sua origem na Filosofia, trata-se do estudo do ser, de suas características e de suas condições de existência. Surgiu na Idade Média para a Moderna, de origem grega significando-se ontos (ser) e logos (palavra) (SCHIESSL, 2015, p. 73). O termo voltou no final da década de 60 para se referir a uma estrutura de conceitos representados por um vocabulário lógico. Já no ano de 1980 o ressurgimento foi com o intuito de representar o conhecimento.

Diante disso, Almeida (2014) argumenta que o termo ontologia tem sido empregado em outros campos de pesquisa para se referir as coisas diferentes. Porém, a partir dos anos de 1990 a ontologia vem sendo utilizado nas áreas da Ciência da Computação e da Ciência da Informação. Almeida (2006) nos diz que a ontologia estuda uma série de formalismos capazes de representar conceitos, as relações entre conceitos e a semântica de um domínio do conhecimento. Almeida continua e acrescenta que esta semântica é formal, além de ser desenvolvida a partir de declarações lógicas sobre o conhecimento do domínio.

A ontologia auxilia a catalogar e criar tipos na organização do conhecimento (SOWA, 1999). Marcondes (2009) enfatiza que uma ontologia é um modelo informacional descrevendo e representando um domínio de conhecimento específico. Essas tarefas são desenvolvidas através dos conceitos, delineando correlações com os objetos relevantes nesse domínio, além de sua estrutura e seus inter-relacionamentos, objetivando obter o entendimento compartilhado por uma comunidade de usuários. Primeiro, elas fornecem uma estrutura conceitual comum sobre a qual podemos desenvolver bases de conhecimento compartilháveis e reutilizáveis. Em segundo lugar, facilitam a interoperabilidade e a fusão das informações que viabilizam a criação de aplicações computacionais poderosas e mais inteligentes.

Assim, pode-se afirmar que as ontologias estão sendo utilizadas com intuito de melhorar a recuperação da informação na *Web*. As ontologias permitem o aprimoramento da indexação das fontes de dados, por meio da representação semântica e das buscas realizadas pelos usuários dentro de um contexto. Segundo Mendonça (2017), a construção de uma ontologia é fundamental quando o objetivo consiste na representação de aspectos e objetos do mundo real, além da necessidade do uso de relações mais extensivas do que aquelas contidas no vocabulário controlado.

O desenvolvimento de ontologia é uma atividade complexa que consome muito tempo e recursos, também demanda decisões políticas, epistemológicas e conceituais (CAMPOS et al., 2007). Gruber (1996) apresenta alguns requisitos para o desenvolvimento de ontologias, a saber: clareza e objetividade, completeza, coerência, extensibilidade, compromisso ontológico, distinção ontológica, diversificação das hierarquias e padronização.

As ontologias podem ser ainda capazes de fornecer suporte de interoperabilidade (USCHOLD; GRUNINGER, 1996). Diferentes usuários estão usando o mesmo conjunto de termos também como um formato de intercâmbio. Então, as ontologias apresentam-se como um modelo de relacionamentos entre entidades em um domínio particular do conhecimento. O objetivo principal de sua construção é a necessidade de um vocabulário compartilhado cujas informações possam ser trocadas e reusadas pelos seus usuários, sejam eles humanos ou agentes inteligentes (SANTARÉM SEGUNDO, 2010).

Quanto à sua estrutura, as ontologias não possuem uma estrutura rígida, inflexível e invariável. Para viabilizar sua construção, Gruber (1996) identificou os seguintes componentes: classes, relações, funções, axiomas e instâncias. Ramalho (2010) acrescenta que as ontologias possuem características análogas às taxonomias, contudo apresentam novos componentes estruturais que vão além das relações hierárquicas. Ainda segundo Ramalho, para construir ontologias, alguns componentes que fazem parte de sua estrutura são expressados para facilitar o entendimento, como representado abaixo:

- *Propriedades Relacionais*: Trata-se dos relacionamentos entre classes pertencentes ou não a uma mesma hierarquia, descrevendo e rotulando os tipos de relações existentes no domínio representado;
- *Regras e Axiomas*: Enunciados lógicos que possibilitam impor condições como tipos de valores aceitos, descrevendo formalmente as regras da ontologia e possibilitando a realização de inferências automáticas a partir de informações que não necessariamente foram explicitadas no domínio, mas que podem estar implícitas na estrutura da ontologia;
- *Instâncias*: Indicam os valores das classes e subclasses, constituindo uma representação de objetos ou indivíduos pertencentes ao domínio modelado, de acordo com as características das classes, relacionamentos e restrições definidas;
- *Valores*: Atribuem valores concretos às propriedades descritivas, indicando os formatos e tipos de valores aceitos em cada classe.

As ontologias são estudadas tanto na Ciência da Computação quanto na Ciência da Informação. Alguns autores, como Sales, Campos e Gomes (2008) e Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004), em seus estudos mostram a comparação da ontologia tanto na Ciência da Informação quanto na Ciência da Computação. Porém, ainda segundo Sales (2006), é lícito supor que existe convergência nas definições nestes campos de estudo.

Percebe-se a ontologia como ferramenta da representação do conhecimento que necessita estar apoiado por uma linguagem formal para ser processável tanto por máquinas quanto interpretadas por seres humanos e são utilizadas para melhorar a comunicação entre os humanos e computadores (USCHOLD; JASPER, 1999).

No âmbito da Ciência da Informação, a ontologia como instrumento na organização do conhecimento tem ganhado destaque devido à capacidade que possui na representação e compartilhamento do conhecimento em diferentes domínios. O termo ontologia passou a ser utilizado na Ciência da Informação no final de 1990. Esse período pode ser considerado como um momento histórico, pois pesquisadores da Ciência da Computação começaram a despertar interesse nos instrumentos e nos métodos de classificação. Ainda no contexto da Ciência da Informação, Vickery (1997) foi um dos pioneiros a dar atenção à ontologia na organização e representação do conhecimento. Nessa mesma linha, para alguns autores a ontologia funciona como uma linguagem comum para determinado domínio que precisa compartilhar o conhecimento. Almeida e Bax (2003) afirmam que uma ontologia pode ser concebida como uma linguagem, pois estabelece um conjunto de termos que permite organizar a informação e auxiliar na recuperação. Já

Gonçalves e Souza (2009) consideram como uma das mais importantes contribuições da CI para a construção de ontologias as teorias para a análise conceitual. A partir dos conceitos se definem as relações envolvidas e, ao final, uma taxonomia subsidia a formalização dessa estrutura ao ser expressa em linguagem passível de “entendimento” pelo computador.

3.2.1 Tipos de ontologias

É importante ressaltar que existem diferentes tipos de ontologias. De acordo com Guarino (1998), as ontologias são classificadas em quatro categorias com base em seu conteúdo:

- *Ontologia genérica*: são semelhantes às ontologias de domínio, mas os conceitos que elas definem são considerados genéricos e comuns a vários campos, ou seja, descrevem conceitos bastante gerais como, espaço, tempo, matéria, objeto, evento, ação etc. São independentes de um determinado problema ou domínio particular. Ontologia de alto nível para grandes comunidades de usuários;
- *Ontologia de domínio*: expressam conceitualização que são específicas de um domínio particular de conhecimento, descrevendo o vocabulário relacionado a um domínio genérico;
- *Ontologia de tarefa*: descrevem o vocabulário relacionado a um domínio genérico ou uma tarefa genérica ou atividade, especializando os termos introduzidos em uma ontologia de alto nível;
- *Ontologia de aplicação*: contém todas as definições que são necessárias à modelagem do conhecimento e que serão utilizadas em uma determinada aplicação.

Em outra classificação, Uschold e Gruninger (1996) tratam ontologias utilizando quatro tipos:

- *Altamente informal*: o vocabulário da ontologia é expresso em linguagem natural de forma livre;
- *Semi-informal*: é expresso em linguagem natural, entretanto de forma restrita e estruturada, com o objetivo de reduzir as ambiguidades;
- *Semi-formal*: é expresso em uma linguagem artificial, definida formalmente;
- *Rigorosamente formal*: é expresso quando os termos são cuidadosamente definidos com semântica formal, teoremas e provas.

Guizzardi et al. (2011) complementam essas abordagens quando defendem que uma ontologia de domínio é um modelo conceitual, uma linguagem adequada para representação, que deve satisfazer os requisitos gerais de uma linguagem para modelagem conceitual, ou seja, deve ter como teoria subjacente, uma ontologia de fundamentação. Guizzardi et al. (2011) continuam e observam que uma ontologia de fundamentação apresenta princípios que estão concernentes com uma ontologia formal. Esses princípios, independentes de um domínio, permitem a elaboração de modelos para a representação de

diversos contextos de representação e são altamente reutilizáveis.

Pode ser também caracterizada como filosoficamente bem fundamentada, permitindo a explicitação de uma visão da realidade, do acordo ontológico estabelecido, com determinação de regras e restrições, bem como reutilizável e com conceitos, categorias e meta-propriedades (CAMPOS; CAMPOS; MEDEIROS, 2011; BORGO; MASOLO, 2009).

Portanto, a ontologia de fundamentação é uma ontologia que pretende fornecer maior nível semântico do mundo. A modelagem conceitual de um dado domínio de conhecimento deve abordar questões como (GUIZZARDI, 2009):

- Noções de tipos e suas instâncias;
- Objetos, e suas propriedades intrínsecas;
- Relação entre identidade e classificação;
- Distinções entre tipos e suas relações;
- Relações parte-todo.

Pereira (2014), em sua dissertação de mestrado, destaca as ontologias *Descriptive Ontology for Linguistic and Cognitive Engineering* (DOLCE) e *Unified Foundational Ontology* (UFO) como ontologias de fundamentação e comenta que elas são representadas como categoria de eventos e que também possuem importância no uso de modelagens de ontologias de domínio. A UFO é dividida em três fragmentos: UFO-A, responsável por modelar objetos (*endurants*) e suas propriedades; UFO-B, diz respeito aos eventos (*perdurants*); e UFO-C, identifica entidades sociais e intencionais.

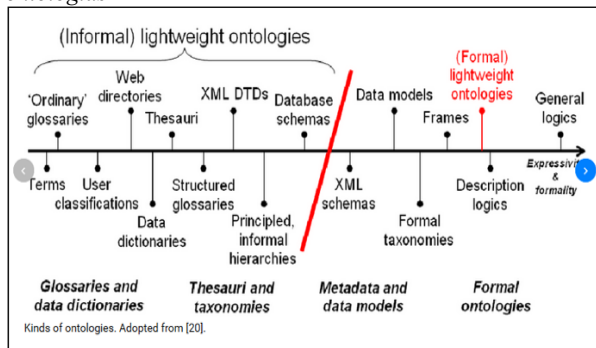
Quanto ao grau de formalidade, é possível destacar mais uma classificação: ontologias pesadas (*heavyweight ontologies*) e as ontologias leves (*lightweight ontologies*).

- As ontologias pesadas (*heavyweight ontologies*) enfocam não apenas a taxonomia, mas também a representação rigorosa da semântica entre os conceitos. O desenvolvimento de ontologias pesadas requer a definição de cada conceito, a organização desses conceitos baseados em princípios bem definidos, uma definição formal da semântica entre os conceitos e suas relações, além de outras considerações (ISOTANI; BITTENCOURT, 2015).
- As ontologias leves (*lightweight ontologies*) são aquelas que não se preocupam em definir detalhadamente cada conceito representado, possuindo pouco rigor formal. A principal ênfase das ontologias leves é definir a taxonomia que representa a relação hierárquica entre conceitos (ISOTANI; BITTENCOURT, 2015).

As ontologias leves são aquelas com uma estrutura de árvore em que os “nós” representam conceitos e cujas arestas representam relações entre conceitos. Giunchiglia e Zaihrayeu (2007) afirmam que os tipos

de ontologias leves partem de termos e diretórios *Web* e continuam até chegarmos às teorias lógicas formalizadas (Figura 3).

Figura 3. Escala da complexidade de ontologias



Fonte: (GIUCHIGLIA; ZAIHRAYEU, 2007).

As ontologias leves foram usadas para descrever, classificar e acessar as grandes coleções de documentos. Essas ontologias geralmente codificam uma hierarquia de classes que podem ser (automática ou semiautomática) derivadas de diretórios da *Web*, tesouros e taxonomias. Isotani e Bittencourt (2015) e Nogueira e Duque (2017) afirmam que esse tipo de ontologia não está preocupado em detalhar cada conceito representado, mas definir a taxonomia que representa a relação hierárquica entre os conceitos. Elas têm uma estrutura bem definida e são mais fáceis de serem compartilhados entre os usuários. Suas características são baseadas no grau de formalidade e expressividade. Para Duque (2005), as ontologias leves são tipos de ontologias simples, composta apenas de classes e instâncias.

Tendo em vista o referencial teórico apresentado, verificou-se que a ontologia leve seria suficiente para identificar critérios para recuperação da informação, além da possibilidade de diminuir a ambiguidade na busca por termos do sistema. Sendo assim, dadas as características do processo de representação para o domínio sob análise, o recorte deste trabalho foi pautado na escolha de uma ontologia leve.

Para esta pesquisa coube determinar o domínio e o escopo da ontologia leve, seguidos da indicação de classes e instâncias e dos relacionamentos dos termos dengue e febre amarela, com intuito de compartilhar o consenso terminológico, proporcionando melhorias na recuperação da informação na BVS-DIP.

3.2.2 Metodologias para Construção de Ontologias

A metodologia é uma abordagem que compreende o estudo dos métodos, além de facilitar e criar uma padronização para alcançar um fim desejado, que neste caso é a construção de ontologias. Desenvolver uma ontologia é uma tarefa complexa, pois requer recursos tecnológicos estruturados

semanticamente (GUIZZARDI, 2000), como também exige do desenvolvedor uma compreensão apropriada do domínio. Existem diversas metodologias para a construção de ontologias. Segundo Isotani e Bittencourt (2015), as metodologias para construção de ontologias estabelecem, de forma sistemática, um conjunto de atividades desde a produção até a manutenção. Uma metodologia se caracteriza por fases e etapas estruturadas. A construção de ontologias passa pelas atividades da especificação, conceitualização, formalização, implementação e manutenção. Essas atividades configuram o ciclo de vida de uma ontologia.

- Especificação: estabelece o início das atividades, mostrando por que uma ontologia será construída, quais os possíveis usos e quem são os usuários interessados na ontologia;
- Conceitualização: organiza e estrutura o conhecimento do domínio em que se pretende construir a ontologia. Nesta etapa, atividades de aquisição de conhecimento podem ser consideradas;
- Formalização: constrói o modelo conceitual, estabelecendo os conceitos, as relações e os axiomas presentes na ontologia;
- Implementação: construída em uma terminada linguagem;
- Manutenção: com a ontologia implementada em uma linguagem, ocorre a etapa de manutenção da ontologia.

Embora existam várias propostas metodológicas para o desenvolvimento de ontologia, cada uma com suas características, conforme pode ser observado no Quadro 1. Para esta pesquisa, cabe definir a que melhor comporte nas atividades e respectivas tarefas no processo de desenvolvimento de ontologias para OntoDIP.

Quadro 1. Metodologias para desenvolvimento de Ontologias

METODOLOGIA	DESCRIÇÃO
CYC	Codifica manualmente o conhecimento implícito e explícito das diferentes fontes, e quando já se tem conhecimento suficiente na ontologia, um novo consenso pode ser obtido por ferramenta que utiliza o conhecimento já armazenado na base de conhecimento CYC (LENAT, 1995).
USCHOLD e KING	Identifica o propósito, os conceitos e relacionamentos entre os conceitos, além dos termos utilizados para codificar a ontologia e, em seguida, documentá-la (USCHOLD; KING, 1996)
MICHAEL GRUNINGER E MARK FOX:	Método formal que identifica cenários para uso da ontologia, utiliza-se questões em linguagem natural para determinação do escopo da ontologia, executa a extração sobre os principais

	conceitos, propriedades, relações e axiomas, definidos em PROLOG (GRÜNINGER; FOX, 1995)
KACTUS	Método de recursivo que consiste em uma proposta inicial para uma base de conhecimento; quando é necessária uma nova base em domínio similar, generaliza-se a primeira base em uma ontologia adaptada a ambas aplicações, mais genérica a ontologia (BERNARAS; LARESGOITI; CORERA, 1996).
METHONTOLOGY:	É uma metodologia que define o processo de criação de ontologias desde o seu início, passando por etapas de planejamento, especificação, aquisição de conhecimento, conceituação, formalização, implementação, avaliação, documentação e manutenção. Além disso, é baseada na ideia de prototipação e evolução como abordagem mais adequada para o ciclo de vida de uma ontologia e dá uma especial ênfase ao reuso das mesmas (GUIMARÃES, 2015).
SENSUS	Constrói ontologias a partir de outras ontologias, identificando os termos relevantes para o domínio e ligando-os à ontologia mais abrangente; um algoritmo monta a estrutura hierárquica do domínio (SWARTOUT et al., 1996).
ON-TO-KNOWLEDGE	Auxilia a administração de conceitos em organizações, identificando metas para as ferramentas de gestão do conhecimento e utilizando cenários e contribuições dos provedores/clientes de informação da organização (STAAB et al., 2001).
MÉTODO 101	Propõe quatro atividades para o desenvolvimento de uma ontologia: 1) definir classes de ontologia; 2) organizar as classes de uma taxonomia; 3) definir slots (ou propriedades) para as classes e descrever seus valores permitidos (denominadas <i>facetas</i>); 4) adicionar valores de <i>slots</i> para as instâncias. Tais atividades implicam decisões de modelagem, dentre as quais o método busca enfatizar, além de se encontrarem dentro de um processo interativo de um ciclo de vida de ontologia (NOY; McGUINNESS, 2001).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As metodologias analisadas apresentam diferentes propostas para o processo de construção de ontologias. Cada metodologia tem sua utilidade e particularidade. A partir da análise das metodologias utilizadas no desenvolvimento de ontologias, para este relato se optou pela utilização da *Methontology* devido ao detalhamento que proporciona na estruturação e possibilidade de reuso, também por apresentar as características necessárias para a representação da OntoDIP.

A *Methontology* foi desenvolvida pelo laboratório de Inteligência Artificial da Universidade Politécnica de Madrid, Espanha, em 1997, e foi baseada em metodologias de construção de *softwares* (FERNÁNDEZ-LÓPEZ; GÓMEZ-PÉREZ; JURISTO, 1997). Essa metodologia propõe um ciclo de vida baseado na evolução de protótipos para o desenvolvimento de ontologias. Permite adicionar, mudar ou remover termos em cada nova versão, ou seja, novo protótipo da ontologia (FERNÁNDEZ-LOPEZ, 1999).

3.2.3 Ontologias na área da saúde

O crescimento da tecnologia da informação desencadeou grandes quantidades de informações produzidas, disponibilizadas em diferentes formatos, produzindo assim efeitos modificadores principalmente na área da saúde. A informação em saúde é fundamental para otimizar a qualidade de vida da população. Os estudos na área da saúde têm crescido consideravelmente. A cada dia são publicadas novas descobertas de doenças, aparecem com novos tratamentos que possibilitam a cura e que antes eram incuráveis. A pesquisa em saúde é considerada um componente indispensável de melhoria da saúde, pois muitas doenças e milhares de mortes poderiam ser evitadas pela aplicação dos conhecimentos e pelas ferramentas existentes disponíveis na Internet.

A ontologia surge como uma ferramenta que viabiliza a recuperação a informação de maneira eficiente, devido a sua estrutura baseada na descrição de conceitos dos relacionamentos semânticos. Para Dias e Santos (2003), a grande importância de usar ontologia está na capacidade de se criar uma hierarquia de classes e instâncias e suas relações.

A ontologia é vista sob vários olhares pela representação do conhecimento, redes semânticas, mapas e grafos conceituais, mas sua popularidade está no domínio do tratamento, representação, recuperação e gestão de informação no contexto da Web Semântica (BENTES PINTO; SOARES, 2010).

Existem várias propostas de desenvolvimentos de ontologias visando tratar as questões de interoperabilidade semântica na área da saúde. Conforme o Quadro 2, dentre dos principais trabalhos encontrados na literatura, destacam-se:

Quadro 2. Ontologias na área da saúde

ONTOLOGIA	DESCRIÇÃO
NTDO	Trata-se de um estudo que visa representar um conjunto de conhecimento complexo sobre a transmissão de Doenças Tropicais Negligenciáveis e os possíveis processos que ocorrem a partir do desenvolvimento destas, como o falecimento de indivíduos, em uma ontologia: a NTDO (Neglected Tropical Disease Ontology) (SILVA, 2012).

ONTOLIME	Consiste em construir um modelo de ontologia de imagens médicas levando em consideração as imagens (humanas e de outros animais) a partir da terminologia da área da saúde e das informações referentes às imagens colhidas nos sites didáticos, visando o acesso e a recuperação da informação imagética na área da saúde, com maior valor agregado (SANTOS NETO, 2013).
ONTONEFRO	Apresenta uma ontologia de imagem do domínio da nefrologia a partir da análise dos discursos das anotações dos prontuários de pacientes e dos laudos (BENTES PINTO et al., 2009).
ODST	Propõe a ODST, uma ontologia desenvolvida capaz de especificar, formalizar e armazenar os conhecimentos de forma clara acerca do domínio das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST (OLIVEIRA et al., 2010).
SISOnt	Propõe um Sistema de Informação em Saúde Baseado em Ontologias (SISOnt) para compartilhamento de conhecimento e integração de dados em saúde, que permite inferir novas informações a partir de bases de dados e da base de conhecimento (MEDEIROS, 2009).
ONTOMÉDICO	Consiste numa ferramenta de organização e representação da informação e do conhecimento relativo ao domínio da medicina legal, laudos médico-legais, bem como os elementos constituintes e relativos ao contexto da COMEL (FARIAS; PINHO, 2016).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4 Análise dos dados e resultados

Esta pesquisa utilizou os termos comuns da dengue e da febre amarela no DeCS e Teman, explorando as definições para a criação de relações partitivas – relação entre um todo e suas partes –, assim como entre as parte e subpartes. A realização da transformação da estrutura de um tesouro em uma ontologia se deu através das seguintes etapas:

- Criação das classes;
- Criação das relações hierárquicas e associativas;
- Criação das relações partitivas, desmembrando-as;
- Criação de relações obtidas por inverso de relações existentes.

A análise e a comparação do DeCS e Teman permitem estabelecer as relações, semelhanças e diferenças entre estes instrumentos, conforme extrato apresentado no Quadro 3.

Quadro 3. Comparação conceitos DeCS e Teman

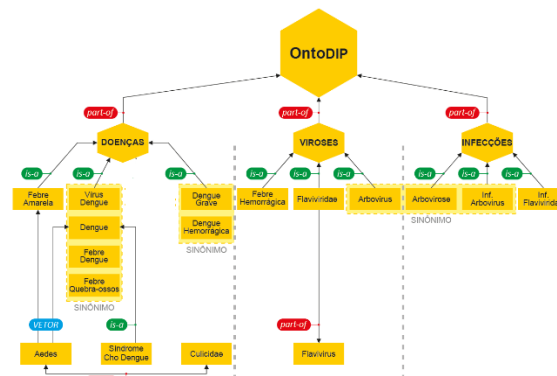
TERMOS DO DECS - DENGUE E FEBRE AMARELA						
TERMOS	CATEGORIAS	DEFINIÇÕES	TERMOS RELACIONADOS	TERMOS ESPECÍFICOS	TERMOS GÊNERICOS	SINÔNIMOS
DENGUE	CCD - Doenças SIS - Saúde Pública	Doença febril e exantemática transmitida por uma mosca, vetada, comum e endêmica, causada por um vírus transmitido por meio de um mosquito.	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não possui sinônimos
FEBRE AMARELA	CCD - Doenças SIS - Saúde Pública	Doença febril aguda, caracterizada por febre, dor muscular, dor de cabeça, causada por um vírus transmitido por uma mosca, comum e endêmica, causada por um vírus transmitido por uma mosca.	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não possui sinônimos
TERMOS DO TEMAN - DENGUE E FEBRE AMARELA						
TERMOS	CATEGORIAS	DEFINIÇÕES	TERMOS RELACIONADOS	TERMOS ESPECÍFICOS	TERMOS GÊNERICOS	SINÔNIMOS
DENGUE	Não especificado	Doença febril aguda, caracterizada por febre, dor muscular, dor de cabeça, causada por um vírus transmitido por uma mosca, comum e endêmica, causada por um vírus transmitido por uma mosca.	Não especificado	Dengue hemorrágica Dengue Dengue Dengue	Doença por Mosquito	Não possui sinônimos
FEBRE AMARELA	Não especificado	Doença febril aguda, caracterizada por febre, dor muscular, dor de cabeça, causada por um vírus transmitido por uma mosca, comum e endêmica, causada por um vírus transmitido por uma mosca.	Não especificado	Não especificado	Doença por Mosquito	Não possui sinônimos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A ontologia gerada representa uma forma estruturada da base de conhecimento referente à OntoDIP. Observou-se que a falta de estruturação nas bases de dados muitas vezes acarreta em não padronização dos termos, dificultando a recuperação da informação. Por outro lado, foi possível criar uma modelagem conceitual para OntoDIP, pois as fontes utilizadas foram satisfatórias para a descrição dos processos relacionados às doenças infecciosas e parasitárias no caso a dengue e a febre amarela.

Observou-se também que a padronização gerada pela estruturação dos termos pode facilitar o compartilhamento de informações. Na Figura 4 a relação de subordinação se apresenta como uma forma de representar a estrutura de ontologia. Todas as propriedades apresentadas em uma classe são “herdadas” por subclasses. Portanto, as subclasses se constituem como especializações das classes, que é graficamente representada pela seta direcionando à classe superior.

Figura 4. Modelo proposto para OntoDIP



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Através do modelo proposto, pode-se perceber as relações significativas dos conceitos referentes às associações dos grupos DOENÇAS, VIROSES e INFECÇÕES, formando a OntoDIP. As classes são interligadas por setas representando os relacionamentos entre as classes e subclasses, através de uma estrutura hierárquica inter-relacionando conceitualmente pelo is-a (é-um) e part-of (parte-de).

5 Conclusão

O desenvolvimento de uma ontologia envolve aspectos que vão desde a modelagem conceitual com o registro das características e das relações em consenso até a implementação em linguagens de representação. Posteriormente, ocorre a criação de instâncias com a valoração de dados e relações, permitindo a avaliação e

testes da ontologia gerada. Esse primeiro esforço de representação demarca a proposição do modelo de ontologia leve em dengue e febre amarela para BVS-DIP.

O projeto da OntoDIP contribuiu para a criação da versão inicial da ontologia, que poderá ser reutilizado em outras temáticas que fazem parte da BVS-DIP. Neste trabalho foi possível assegurar que os elementos participantes da ontologia contribuíram para o uso do vocabulário do domínio pesquisado. A implementação da ontologia leve na BVS-DIP pode permitir melhorias no processo de indexação, que é realizado pelos profissionais da informação que trabalham na BVS-DIP. Espera-se que a consequência disto acarrete melhorias nos processos de pesquisa para que os usuários obtenham informações de forma eficiente e eficaz.

Referências

- ALMEIDA, M. B. **Um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ALMEIDA, M. B. Uma abordagem integrada sobre ontologias: Ciência da Informação, Ciência da Computação e Filosofia. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 242-258, set. 2014.
- ALMEIDA, M. B.; BAX, M. P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 7-20, set./dez. 2003.
- BENTES PINTO, V.; CAMPOS, H. H.; FERREIRA, J. L. O.; FREITAS, E. M. Ontologia de imagens do domínio da nefrologia a partir dos atributos visuais e verbais dos laudos e prontuários de pacientes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB/UFPB, 2009, 18p.
- BENTES PINTO, V.; SOARES, M. E. **Informação para a área de saúde**: prontuário do paciente, ontologia de imagem, terminologia, legislação e gerenciamento eletrônico de documentos. Fortaleza: UFC, 2010.
- BERNARAS, A.; LARESGOITI, I.; CORERA, J. Building and Reusing Ontologies for Electrical Network Applications. In: PROCEEDINGS OF THE EUROPEAN CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, ECAI/96, p. 298-302, 1996.
- BORGO, S.; MASOLO, C. Foundational choices in DOLCE. In: STAAB, S.; STUDER, R. (Ed.). **Handbook on Ontologies**. 2.ed. Springer Verlag, 2009. p. 361-382.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008.
- BROWNING, J. Libraries without walls for books without pages. **Wired**, v.1, n.1, 62-65, 1993.
- BUENO, T. C. A. **Engenharia da mente**: uma metodologia de representação do conhecimento para construção de ontologias em sistemas baseados em conhecimento. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.
- CAFÉ, L. M. A.; BARROS, C. M.; SANTOS, V. C. O conceito de organização do conhecimento nas revistas brasileiras de ciência da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 37, n.3, p. 201-214, 2014.
- CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M. A organização do conhecimento e suas teorias de representação: a ontologia de fundamentação como um modelo teórico para a representação de domínios. 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13. 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ANCIB, 2012.
- CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M.; MEDEIROS, J. S. A representação de domínio de conhecimento e uma teoria de representação: a ontologia de fundamentação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n.3, p. 140-164, jan./jun. 2011
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.
- CAMPOS, M. L. A., MARCONDES, C. H., LIRA, L., COSTA, L. C., CAMPOS, L. M., MALHEIROS, L. R. Ontologias: representando a pesquisa na área através de mapa conceitual. 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA: ANCIB, 2007.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1. p. 11-19, 2006.
- DIAS, T. D. ; SANTOS, N. Web Semântica: conceitos básicos e tecnologias associadas. **Cadernos do IME**, Rio de Janeiro, v. 14, p.80-92, jun. 2003.
- DUQUE, C. G. **SIRILICO**: uma proposta para um Sistema de Recuperação de Informação baseado em teorias da linguística computacional e ontologia. 2005. 118 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- FACHIN, G. R. B.; SANTOS, R. N. M.; RODRIGUES, R. S. Comunicação científica e ontologias: uma pesquisa no Library and Information Science Abstracts. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1. p. 77-92, abr. 2010.
- FARIAS, K.; M.; PINHO, F. A. Ontologias como ferramenta de organização e representação do conhecimento: um olhar sobre os laudos médico-legais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p.41-65, jul./dez. 2016.

- FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M. **Overview of methodologies for building ontologies**. 1999. Disponível em: <http://www.lsi.upc.es/~bejar/aia/aia-web/4-fernandez.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M.; GOMEZ-PÉREZ, A.; JURISTO, N. Methontology: from ontological art towards ontological engineering. Proceedings of the Ontological Engineering AAAI-97 Spring Symposium Series. Stanford, 1997.
- FUJITA, M. S. L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, p. 1-32, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIUNCHIGLIA, F.; ZAIHRAYEU, I. **Lightweight ontologies**. Trento, It: University of Trento, 2007.
- GONÇALVES, J. A.; SOUZA, R. R. **Relações e conceitos em ontologias: teorias de Farradane e Dahlberg**. 2009.
- GRUBER, T. **What is an Ontology?** 1996. Disponível em: <http://www-ksl.stanford.edu/kst/what-is-an-ontology.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- GRÜNINGER, M.; FOX, M. S. **Methodology for the design and evaluation of ontologies**. In: WORKSHOP ON BASIC ONTOLOGICAL ISSUES IN KNOWLEDGE SHARING. Montreal, 1995.
- GUARINO, N. **Formal ontology and information systems**. FOIS 98, jun 1998.
- GUIMARÃES, R. C. M. **Nomeação de elementos ontológicos para criação de ontologias: uma proposta metodológica**. 2015. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GUIZZARDI, G. **Desenvolvimento para e com reuso: um estudo de caso no domínio de vídeo sob demanda**. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado em Informática). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2000.
- GUIZZARDI, G. ; ALMEIDA, J. P. A. ; GUIZZARDI, R. S.S.; FALBO, R. **Ontologias de fundamentação e modelagem conceitual**. 2009. Disponível em: https://nemo.inf.ufes.br/wp-content/papercite-data/pdf/ontologias_de_fundamentacao_e_modelagem_conceitual_2009.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.
- GUIZZARDI, R.; FRANCH, X.; GUIZZARDI, G.; LÓPEZ, L. Ontological Analysis of Means-End Links. In: 5th International Workshop (ISTAR 2011). **Annals...** Trento, Italy, 2011.
- HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Trends in Knowledge Organization Research**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. p. 83-116.
- ISOTANI, S.; BITTENCOURT, I. **Dados Abertos Conectados**. Novatec, org. ceweb.br. 2015. Disponível em: <http://ceweb.br/livros/dados-abertosconectados/capitulo-3/#sh3.2.3> Acesso em: 15 jan. 2019.
- LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LENAT, D. B. CYC: a large-scale investment in knowledge infrastructure. **Communications of the ACM**, New York, v. 58, n. 11, p. 33-38, Nov. 1995.
- LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r)evolução. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p.1-11, ago. 1997.
- LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In.: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-34.
- MARCONDES, C. H.; MENDONÇA, M. A. R.; MALHEIROS, L. R.; COSTA, L. C.; SANTOS, T. C. P. Bases ontológicas e conceituais para um modelo do conhecimento científico em artigos biomédicos. **RECIS – Revista Eletrônica de comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, 2009.
- MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEDEIROS, W. M. C. **SISOnt: sistema de informação em saúde baseado em ontologias**. 2009. 83 f. Dissertação (Mestrado em Automação e Sistemas; Engenharia de Computação; Telecomunicações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- MENDONÇA, F. M.; SOARES, A. L. Construindo ontologias com a metodologia ontoforinfoscience: uma abordagem detalhada das atividades do desenvolvimento ontológico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n.1, p.43-59, jan./abr. 2017.
- MOREIRA, A.; ALVARENGA, L.; OLIVEIRA, A.P. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 6, 2004.
- NOGUEIRA, R. F. ; DUQUE, C. G. Ontologia leve: requisitos necessários para a gestão arquivística de fotografias. **Revista Photo & Documento**, Brasília, n.3, 2017.
- NOY, N.; MCGUINNESS, D. **Ontology Development 101: A Guide to Creating Your First Ontology**, 2001.
- OLIVEIRA, A. M. C. A. ROQUE, L. F. N. M.; SOUZA, H. V. L.; FERNANDES, M. O. D. **ODST: uma ontologia para o domínio e estudo das doenças sexualmente transmissíveis**. 2010. Disponível em: http://facol.com/si/downloads/Revista_SI_2010/Artigo07.pdf. Acesso em: 26 dez. 2018.
- PACKER, A. L. A construção coletiva da Biblioteca Virtual em Saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 249-72, mar./ago., 2005.
- PEREIRA, D. V. **Modelagem e representação semântica de dados governamentais abertos da previdência social brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em

- Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2014.
- RAMALHO, R.A.S. **Desenvolvimento e utilização de ontologias em Bibliotecas Digitais: uma proposta de aplicação.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, 2010.
- RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification.** Asia Publishing House, 1967.
- RIBEIRO, C. J. S. ; PEREIRA, D. V. A publicação de dados governamentais abertos: proposta de revisão da classe sobre Previdência Social do vocabulário controlado do governo eletrônico. **Transiforcação**, Campinas, v.27, n.1, p. 73-82, jan./abr. 2015.
- SALES, L. F. **Ontologias de domínio: estudo das relações conceituais e sua aplicação.** 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio IBICT/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- SALES, L. F.; CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 62-76, maio/ago. 2008.
- SALES, R. ; CAFÉ, L. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.99-116, 2009.
- SANTARÉM SEGUNDO, J. E. **Representação Iterativa: um modelo para repositórios digitais.** 2010. 224f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- SANTOS NETO, M. F. **ONTOLIME: Modelo de Ontologia Descrição de Imagens Médicas.** 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- SCHIESSL, M. **Lexicalização de Ontologias: o relacionamento entre conteúdo e significado no contexto da recuperação da Informação.** 2015. 259 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2015.
- SILVA, F. S. **Uma ontologia para as doenças tropicais negligenciáveis (NTDO).** 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- SOWA, J. F. **Knowledge Representation: Logical, Philosophical, and Computational Foundations.** [S.l.]: Brooks/Cole, 1999.
- STAAB, S; SCHNURR, H; STUDER, R; SURE, Y. Knowledge processes and ontologies. **IEEE Intelligent Systems**, Canada, v. 16, n. 1, p. 26–34, 2001.
- SWARTOUT, B. PATIL, R.; KNIGHT, K.; RUSS, T. **Toward distributed use of large-scale ontologies.** 1996. Disponível em: http://ksi.cpsc.ucalgary.ca/KAW/KAW96/swartout/Banff_96_final_2.html. Acesso em: 10 jan. 2019.
- USCHOLD, M., GRUNINGER, M. Ontologies: principles, methods and applications. **Knowledge Engineering Review**, London, v. 11, n. 2, Jun. 1996.
- USCHOLD, M.; JASPER, R. **A framework for understanding and classifying ontology applications.** 1999. Disponível em: <http://sunsite.informatik.rwth-aachen.de/Publications/CEUR-WS/Vol-18/11-uschold.pdf>. Acesso em: 06 dez.2018.
- USCHOLD, M.; KING, M. Building ontologies: towards a unified methodology. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE BRITISH COMPUTER SOCIETY SPECIALIST GROUP ON EXPERT SYSTEMS, 16., 1996, **Annals ...** Cambridge, UK. , 1996.
- VICKERY, B.C. Ontologies. **Journal of Information Science**, London, v. 23, n. 4, p. 227-286, 1997.
- VITAL, L. P.; CAFÉ, L. M. A. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 115 – 130, abr/jun. 2011.

A inserção da Folksonomia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil

The insertion of Folksonomia in the Postgraduate Programs in Information Science in Brazil

Joyce Mirella dos Anjos Viana (1), Paula Regina Dal'Evedove (2), Roberta Cristina Dal'EvedoveTartarotti (3)

(1) (2) Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos. (3) Universidade Estadual Paulista - Unesp, Avenida Higino Muzi Filho, 737, Marília, SP. (1) E-mail: johravardd@gmail.com. (2) E-mail: p.dallevedove@gmail.com. (3) E-mail: roberta_tartarotti@yahoo.com.br.

Resumo

O interesse pelo estudo surgiu da necessidade de verificar como as universidades têm colaborado para a discussão do temário Folksonomia em suas agendas de ensino e pesquisa. Propôs-se investigar a inserção e a frequência com que a Folksonomia foi objeto de estudo, as características dessa produção e o enfoque dado sobre o tema. Para tanto, verificou-se as ementas e conteúdo programático das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas pelos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e as teses e dissertações que versam sobre Folksonomia. A pesquisa de caráter exploratório envolveu metodologias de revisão de literatura, pesquisa documental e análise de conteúdo. As coletas de dados foram realizadas na BDTD, na Plataforma Sucupira, nas páginas *on-line* dos Programas e nos repositórios institucionais, revelando-se que, dos 17 Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, na modalidade *stricto sensu*, seis abordam questões relacionadas à Folksonomia, tendo teses e dissertações como produto de suas discussões, programas como: IBICT-UFRJ, UFBA, UFPE, UFMG, UnB e UNESP. A investigação apontou a incipiente presença da Folksonomia nas pesquisas acadêmicas, sendo premente maior inserção do tema na pós-graduação, o que traria contribuições efetivas para o avanço e desenvolvimento da Ciência da Informação brasileira.

Palavras-chave: Folksonomia; Indexação social; Pós-Graduação; Temáticas de estudo; Ciência da Informação; Brasil.

Abstract

The interest for the study arose from the need to verify how universities have collaborated to discuss the Folksonomy agenda in their teaching and research agendas. It was proposed to investigate the insertion and the frequency with which the Folksonomy was the object of study, the characteristics of this production and the given focus on the agenda. In order to do so, the syllabus and syllabus contents were verified of the compulsory and optional subjects offered by the Postgraduate Programs in Information Science in Brazil and the theses and dissertations that deal with Folksonomy. Exploratory research involved literature review, documentary research, and content analysis. The data collections were carried out in BDTD, in the Sucupira Platform, online pages of the Programs and in the institutional repositories. The research revealed that out of the 17 Information Science graduate programs in Brazil in the *stricto sensu* modality, 6 of them deal with issues related to Folksonomy, having as a result of their discussions theses and dissertations: IBICT-UFRJ, UFBA, UFPE, UFMG, UnB and UNESP. The research points to the incipient presence of Folksonomia in academic research, and its greater insertion in the postgraduate program is necessary to conduct discussions that bring effective contributions to the advancement and development of the subject in the Brazilian Information Science.

Keywords: Folksonomy; Social indexing; Postgraduate studies; Theme of study; Information Science; Brazil.

1 Introdução

As relações estabelecidas na contemporaneidade a partir do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm acontecido de forma não linear, assíncrona e descentralizada. Nesse contexto, o usuário final passa a ter um papel cada vez mais relevante no acesso, recuperação e disseminação de informações e em sua manutenção dentro de um sistema de informação, resultando uma participação cada vez mais efetiva desse agente no processo de organização e personalização da informação, dada sua viabilização pelo advento e consolidação da *Web 2.0* (MOURA, 2009).

Nessa perspectiva, a organização e representação da informação deixam de ser processos realizados exclusivamente por bibliotecários. A prática do autoarquivamento em repositórios institucionais é um exemplo disso. Nessa prática, o próprio autor do documento insere os metadados no sistema para viabilizar o acesso livre e a divulgação de sua produção intelectual à sociedade.

No centro deste arranjo está a Folksonomia – prática designada como ação de etiquetagem colaborativa, classificação social, classificação popular, indexação social e representação colaborativa da informação. Enquanto fenômeno contemporâneo, coloca o usuário como agente ativo no contexto da *web* social, mediante

sua liberdade de atribuição livre e pessoal de etiquetas aos objetos digitais (WAL, 2005). Por meio desse fenômeno, o usuário se torna protagonista na etiquetagem de recursos informacionais.

Apesar da imprecisão do conceito e das diversas interpretações no escopo da Ciência da Informação brasileira (SANTOS; CORRÊA, 2017), é notória a popularização desta prática colaborativa no ambiente digital, viabilizada pela interatividade no ciberespaço.

Partindo desse princípio e do caráter inovador da Folksonomia, principalmente no escopo da Organização do Conhecimento, objetiva identificar as perspectivas dos estudos desenvolvidos nessa temática pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, na modalidade *stricto sensu* (observando tanto suas estruturas curriculares como o âmbito da produção científica em nível de teses e dissertações).

A relevância dessa abordagem investigativa está em verificar a inserção da Folksonomia a partir da análise do universo acadêmico da pós-graduação na agenda de discussão da Ciência da Informação brasileira e na formação de pesquisadores, considerando-se que investigações dessa natureza são importantes para verificação da situação e dos desafios atuais da temática, sobretudo sua articulação com a pós-graduação e a pesquisa científica contemporâneas.

O presente trabalho é um desdobramento de uma pesquisa em andamento no mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos.^[1]

2 Folksonomia: fundamentos teóricos

O termo *Folksonomy* ou Folksonomia foi cunhado por Tomas Vander Wal em uma lista de discussão sobre Arquitetura da Informação, no ano de 2004. O termo é uma combinação de “*folk*” (povo, pessoas) e “*taxonomy*” (taxonomia), sendo considerado pelo autor como o resultado da marcação pessoal, e livre, de informações a objetos digitais, visando à recuperação dos mesmos, sendo tal marcação (geralmente partilhada e aberta aos outros usuários colaboradores) realizada em um ambiente social (WAL, 2007).

Vob (2007) menciona que há vários nomes para o resultado desta ação, tais como: marcação colaborativa, (QUINTARELLI, 2005), indexação social (HASSAN-MONTERO, 2006), indexação democrática (RAFFERTY; HEDDERLEY, 2007), etnoclassificação (MERHOLZ, 2004; BOYD, 2005; WALKER, 2005), classificação distribuída (MEJIAS, 2004). Além dessas expressões, outras são citadas como mais populares entre pesquisadores e adeptos das ferramentas sociais: etiquetagem social, etiquetagem colaborativa, classificação social (VOSS, 2007; FURNER & TÊNIS,

2006; LANDBECK, 2007; G. SMITH, 2004; TRANT, 2008), dentre outras.

Portanto, dada essa variedade de nomenclaturas, para esta pesquisa utilizaremos o termo Folksonomia, cunhado por Wal no contexto de 2004, para representar essa ação colaborativa dos usuários de atribuir *tags* aos recursos informacionais.

De acordo com Blattmann e Silva (2007), a Folksonomia é uma: “[...] forma relacional de categorizar e classificar informações disponíveis na web, sejam elas representadas por meio de textos, imagens, áudio, vídeo ou qualquer outro formato”. Por meio desse processo, o usuário deixa de utilizar uma forma hierárquica e centralizada de classificação de recursos informacionais, atribuindo etiquetas que permitem o compartilhamento e a recuperação em ambientes digitais. Nesse entendimento, as etiquetas (denominadas de *tags*) atuam como os descritores e as palavras-chave do processo tradicional de indexação.

Na visão de Hassan-Montero (2006), o processo de atribuição de *tags* pelos usuários a um determinado recurso informacional envolve duas dimensões inter-relacionadas: a pessoal e a coletiva/social.

A primeira dimensão refere-se ao processo de indexação de assuntos e categorização de recursos informacionais, tendo o caráter pessoal como principal motivação da atribuição, momento em que o usuário representa o recurso informacional para a sua posterior recuperação, resultando como produto a elaboração de um índice pessoal de *tags*.

A segunda dimensão trata da abordagem coletiva e social, e imprime maior potencial nos interesses de recuperação da informação, pois:

[...] quando os usuários compartilham as suas *tags* e recursos informacionais, geram mediante colaboração implícita um índice global de *tags* (folksonomia) através do qual qualquer pessoa pode recuperar qualquer recurso informacional descrito por outros usuários. (HASSAN-MONTERO, 2006, p.1, tradução nossa).

Tais características definem a Folksonomia como um novo modelo de indexação de assuntos, no qual os próprios usuários analisam o conteúdo de um documento, assimilando e atribuindo termos descritivos (*tags*), gerando um índice no qual é possível a recuperação de vários outros termos. Algumas das características vantajosas desse modelo, se comparado com as ontologias e taxonomias formais, estão relacionadas, por exemplo, com a simplicidade no processo de representação do recurso informacional, empregando-se termos não estruturados e não hierarquizados, termos flexíveis, e navegação por entre etiquetas (GONZÁLEZ, 2006).

Para Oliveira et al. (2017), a Folksonomia ganha cada vez mais espaço por ser uma forma de classificação que não utiliza taxonomias ou vocabulários pré-estabelecidos. Não havendo nela restrição hierárquica pré-definida, ou restrição para a etiquetagem. Os

VIANA, Joyce Mirella dos Anjos; DAL'EVEDOVE, Paula Regina; TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove. A inserção da Folksonomia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. *Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas*, 2019.

referidos autores lembram que as taxonomias formais e ontologias (que incluem os vocabulários gerais ou de domínio) são baseadas em estruturas hierárquicas, constituindo-se de: *name spaces* fechados; manutenção dificultosa; metadados gerados por especialistas; vocabulário controlado, requerendo acordo consensual sobre os seus conteúdos, com representação exigindo mais recursos para a criação e manutenção dos sistemas.

Por outro lado, a Folksonomia cria *namespaces* planos e abertos aos usuários para editarem as *tags*, são de fácil manutenção, não requerem acordo consensual, seus metadados podem ser gerados tanto por *experts* quanto pelos usuários e as palavras-chave são escolhidas de forma livre, sem vocabulários controlados (OLIVEIRA et al., 2017).

Outra característica importante da Folksonomia é permitir capturar metadados não-triviais e relevantes, o *feedback* é imediato, consolida-se em uma forma de comunicação assimétrica entre os usuários por meio dos metadados, reduzindo barreiras à cooperação. Além disso, Yedid (2013) aponta que a Folksonomia permite o manuseio de grandes volumes de dados, sendo um aspecto vantajoso na era da Ciência de Dados.

Catarino e Baptista (2009) destacam também que as *tags* são grafadas indistintamente em diferentes alfabetos e idiomas, na forma simples ou composta, singular ou plural. Portanto, a Folksonomia diminui os custos de categorização do conteúdo, apresentando manutenção perene e dinâmica; características essenciais quando se trata de volume exponencial de dados.

Outrossim, esse modelo de indexação de assuntos também apresenta desvantagens. Mathes e Quintarelli (2004, 2005) relacionam, dentre estas, o vocabulário não controlado, que repercute uma série de limitações da Folksonomia, derivando o risco de uma série de ambiguidades pelo uso das *tags* surgidas na medida em que os usuários aplicam a mesma *tag* de maneira diferente. A falta de controle de sinônimos e siglas, frequentemente tratadas de forma eficaz em vocabulários controlados, surge como uma vulnerabilidade.

Hassan-Montero (2006) enfatiza que, pelo fato de o usuário realizar o *tagueamento* com linguagem natural, e assinalar termos que, na maioria das vezes, só tem significados para si mesmo, poderiam ser produzidas *tags* com significados vazios para o coletivo, gerando conhecidos problemas como polissemia e sinonímia. No entanto, Quintarelli (2005) indica que nem todas as limitações são defeitos, tudo seria uma questão de escolha. Existe uma perda ao se utilizar da Folksonomia, mas os ganhos podem compensar, sobretudo, quando se trata de gerenciamento e organização de informações no ambiente digital.

Nesse entendimento, a Folksonomia não deve ser vista como um contraponto às outras modalidades de indexação tradicionais, mas como uma alternativa de organização e representação da informação no ambiente digital (GUEDES; DIAS, 2010), alternativa da qual não se tem a completa extensão de seus potenciais benefícios e contribuições.

3 Perspectivas dos estudos

3.1 Procedimentos metodológicos

Visando à aplicabilidade da pesquisa, foram utilizadas como variáveis de análise as ementas, o conteúdo programático das disciplinas obrigatórias, e optativas, ofertadas pelos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação e as teses e dissertações que versam sobre Folksonomia. Com intuito de auxiliar a minimização do risco de subjetividade e possibilitar a aproximação do pesquisador ao objeto de estudo, optou-se por combinar os métodos qualitativo e quantitativo (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006).

Este trabalho se denomina, portanto, como uma pesquisa exploratória e descritiva, aplicada sobre *corpus* documental, com procedimentos de análise de conteúdo. O método empregado favoreceu a concretização do estudo, sendo o uso da abordagem documental um procedimento fundamental para a apreensão, compreensão e análise das fontes primárias selecionadas, permitindo ainda ao pesquisador conhecer o processo de maturação relacionado ao seu objeto de estudo, em que a evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, práticas, entre outros, passa a ser um elemento complementar ao objetivo da pesquisa (CELLARD, 2008).

Segundo Godoy (1995), para entender a dinâmica do fenômeno em estudo, é necessário a captação do mesmo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas. Assim, no contexto desta pesquisa, entendeu-se que essa captação do fenômeno se deu por meio de documentos – tipificados na ordem de teses, dissertações, ementas e grades curriculares –, vislumbrando-se nos mesmos a qualidade de fontes potencialmente ricas em dados e que, segundo Godoy (1995, p. 22):

Podem ser considerados uma fonte natural de informação à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto.

Para tanto, as coletas de dados se deram nas seguintes bases de dados, configuradas em duas etapas: Primeira etapa, 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e 2) Plataforma Sucupira; Segunda etapa, 3) sítios eletrônicos dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e 4) repositórios institucionais das Universidades.

Na primeira etapa, objetivou-se identificar os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (na modalidade *stricto sensu*) avaliados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Já na segunda etapa, o intuito foi identificar as disciplinas obrigatórias e optativas que abordavam questões relacionadas ao tema investigado.

A investigação cobriu o período de publicação das teses e dissertações dos anos 2009-2018. Cabendo observar que em 2009 foi identificado o primeiro registro do tema nas respectivas bases citadas, assim como nas disciplinas ofertadas pelos programas até o primeiro semestre de 2019.

No total, foram analisados 17 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (ECA/USP); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para a compreensão do fenômeno desses registros nos Programas de Pós-Graduação, foram utilizadas duas variáveis de análise: a) ementas das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas até o primeiro semestre de 2019 – e o respectivo conteúdo programático –; b) teses e dissertações que versam sobre o temário investigado defendidas nos Programas e publicadas até o ano de 2018.

Para a recuperação das teses e dissertações nas bases de dados, foram utilizados – nos campos: assunto, título, resumo e palavras-chave – os seguintes termos de busca: “representação colaborativa”, “folksonomia”, “indexação social”, “classificação social”, “classificação popular”, “etiquetagem colaborativa”, “indexação colaborativa”, “web colaborativa”, “tagueamento social”, “representação colaborativa da informação” - e suas respectivas versões em inglês, incluindo o termo “tagging”.

Após o levantamento do material, procedeu-se à leitura do título, resumo, palavras-chave, sumário e seção introdutória dos trabalhos, de modo a identificar e selecionar aqueles em que a Folksonomia tenha sido objeto de estudo principal. No que tange às disciplinas,

foi efetuada a leitura das ementas para identificar conteúdos diretamente relacionados à Folksonomia.

Em um segundo momento, visando à análise qualitativa dos dados coletados, foi realizada a leitura integral do material e a elaboração de síntese em torno dos principais aspectos abordados, tendo como base os procedimentos de Análise de Conteúdo, que, na ótica de Bardin (2011), compõe-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações, utilizando-se procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. O emprego desse método, nesta pesquisa, justifica-se pelo seu caráter suficientemente denso para a efetivação de uma análise rica, capaz de revelar aspectos subjacentes e implícitos.

Seguido da exploração do material, identificou-se unidades de significação a serem codificadas visando à categorização (BARDIN, 2011). Para a autora, essa categorização pode empregar dois processos: um guiado por um sistema de categorias previamente fornecido, e outro, em que o sistema de categorias não é fornecido antecipadamente. Além desses processos, a autora relata em seus estudos um terceiro modo – intermediário ao processo de análise –, denominado de modelo misto, pelo qual se permite conjugar categorias previamente estabelecidas, isto é, possibilita ao pesquisador modificá-las em função do que a análise revela, podendo-se ampliar o campo das categorias, eliminá-las ou aperfeiçoá-las (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Portanto, para fins de investigação, optamos nesta pesquisa pelo modelo misto. Com base nesse modelo, foram utilizadas as temáticas elaboradas por Santos (2016) em pesquisa intitulada *Modelos Colaborativos de Indexação Social e a sua Aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)*, na qual a autora discute os modelos colaborativos de Folksonomia, bem como suas vantagens e desvantagens quanto à sua implantação na BRAPCI, com a finalidade de melhorar a qualidade da representação e, conseqüentemente, da recuperação dos documentos nesse contexto. Para tanto, Santos (2016) investigou e descreveu as tendências e perspectivas das pesquisas sobre Folksonomia relatadas na literatura científica nacional em Ciência da Informação, sendo os trabalhos recuperados distribuídos num intervalo de tempo de 2007 a 2014.

O conjunto de trabalhos identificados por Santos (2016, p. 64) foi agrupado pela autora em sete temas, agrupamentos correspondentes aos principais aspectos enfatizados nas pesquisas sobre Folksonomia no Brasil, quais sejam: 1) Análise e/ou descrição das estratégias de indexação utilizadas pelos usuários na etiquetagem de recursos em *sites* colaborativos; 2) A Folksonomia na perspectiva semiótica e/ou enquanto manifestação de linguagens criadas e compartilhadas pelos usuários;

3) A Folksonomia sob a ótica do processo de organização e recuperação da informação na *web*; 4) Fatores motivadores para os usuários realizarem a etiquetagem dos recursos; 5) A Folksonomia como elemento potencializador da memória coletiva; 6) Aspectos relativos à importância da Folksonomia como ferramenta auxiliar aos instrumentos de controle terminológico voltados para a representação da informação; e 7) Propostas de metodologias que visam à hibridização/coexistência dos vocabulários controlados e da Folksonomia para a representação da informação em ambientes digitais.

Diante da relevância dessa sistematização, as unidades de significação selecionadas das teses e dissertações identificadas na presente pesquisa foram agrupadas nas categorias estabelecidas por Santos (2016), com adaptações, esclarecendo-se que as alterações foram necessárias em razão do surgimento de outros temas e abordagens de pesquisas, havendo a necessidade de criação, modificação ou junção das categorias. Após o processo de revisão, foram definidas seis categorias de análise, considerando-se os principais aspectos enfatizados nas pesquisas.

3.2 Resultados

Foram recuperadas 17 publicações, sendo 14 dissertações e 3 teses, defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e distribuídas entre os anos de 2009 a 2018. Quanto às disciplinas, foram identificadas um total de 8 disciplinas (entre optativas e obrigatórias) ofertadas nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

A partir das definições das categorias de análise, as teses e dissertações recuperadas foram organizadas nos respectivos grupos, segundo suas temáticas.

Na Categoria 1 – *Análise e/ou descrição das estratégias de indexação dos usuários na etiquetagem de recursos informacionais em sites colaborativos* – reunimos 4 (23%) pesquisas que abordam as estratégias de etiquetagem utilizadas pelos usuários em plataformas colaborativas, tais como: *Flickr*, *Twitter*, *YouTube*, *Delicious*, *Connotea* e *Bibsonomy*.

Rodrigues (2010) verificou a relação da etiqueta com o conteúdo representado, qual a motivação que sustenta o processo de etiquetagem do usuário, e como esta pode ser classificada no *Flickr*. O autor também propõe um método de análise e classificação de etiquetagem de imagens a partir do modelo de Manini (2002) e das categorias de Panofsky (1979).

Barros (2011) verificou se as Folksonomias são formas válidas como alternativas para a organização e recuperação da informação da *web*, tomando como exemplo o *Delicious*, *Connotea*, *Bibsonomy* e *Twitter*, em modelo que pode ser transposto para Bibliotecas ou

Centros de informação. O autor fez uma análise de termos atribuídos por bibliotecários, autores (professores universitários) e usuários de recursos informacionais selecionados, concluindo que a Folksonomia permite óticas diferentes de indexação para um mesmo documento, enriquecendo a representação da informação, e resultando em uma recuperação mais eficaz.

Sousa (2012) estudou a Folksonomia no *Twitter*, analisando o desenvolvimento e o uso das *tags* para a organização da informação de três públicos dessa rede social: usuários, usuários famosos e instituições. A partir desta abordagem, identificou elementos das teorias do caos e da complexidade em sistemas, concluindo que este tipo de classificação auxilia no estabelecimento de uma ordem, além de funcionar como catalisadora de ideias e pessoas.

A pesquisa de Mata (2016) analisou o comportamento dos *spammers*, suas práticas languageiras e como estas repercutem na organização e recuperação da informação no *YouTube*. Essas práticas se configuram na utilização de *tags* que estão sendo mais ranqueadas para representar e recuperar conteúdos. Destarte, evidenciou que a Folksonomia assume outros contornos que levam em conta o engajamento do público, visibilidade e a audiência, elementos importantes no contexto da cultura participativa contemporânea.

As pesquisas incluídas nesta categoria estão relacionadas na Tabela 1.

Tabela 1. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 1

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Rodrigues	2010	UFMG	Dissertação
Barros	2011	IBICT/UFRJ	Dissertação
Sousa	2012	IBICT/UFRJ	Dissertação
Mata	2016	UFMG	Dissertação

Na Categoria 2 – *A Folksonomia na perspectiva semiótica e/ou enquanto processo ou produto da manifestação dos usuários* – reunimos 3 (18%) pesquisas que versam em obter a compreensão e dimensão dos desdobramentos da participação ativa dos usuários na construção de linguagens, visando à organização e recuperação em ambientes colaborativos.

O estudo de Guedes (2010) investigou a natureza dialógica da indexação social, analisando e discutindo: seus reflexos no desenvolvimento de uma nova abordagem de organização da informação em contextos digitais; a percepção e experiência dos usuários; os efeitos e consequências. O autor buscou nos

pressupostos do pensamento dialógico, de Mikhail Bakhtin (1895-1975), insumos teóricos que elucidam a natureza das ações interdiscursivas recorrentes na indexação social.

Do ponto de vista da semiótica, Assis (2011) identificou e analisou os processos – assim como os fluxos de informação, que constituem a Folksonomia – como contributos para a formalização de indicadores de qualidade da informação, concluindo que os sistemas baseados em Folksonomia podem apresentar algum nível de qualificação mediante a análise dos comentários que acompanham os conteúdos mais populares, mas que apenas isso não a torna um indicador de qualidade da informação.

Na mesma linha semiótica da pesquisa anterior, Pato (2015) aborda a importância da Folksonomia para a construção da “realidade fotográfica”, confrontando-a com o desenvolvimento cognitivo e o funcionamento do ícone, do índice e do símbolo. Para o autor, a Folksonomia eliminou (ao tabular os termos mais indicados) os termos visivelmente errados, assim como os desvios interpretativos – algo impossível na indexação individualizada, na qual não há o controle dos pares. Conclui que a Folksonomia funciona como a atividade científica, na qual consensos são construídos pelo embate de pontos de vista.

Nessa categoria, observa-se que a prática da Folksonomia em espaços sociais semânticos evidencia o poder da linguagem como mecanismo de interação, visando ao alcance de significados de informação nos processos de análise documental.

As pesquisas incluídas nesta categoria estão relacionadas na Tabela 2.

Tabela 2. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 2

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Guedes	2010	UFMG	Dissertação
Assis	2011	UFMG	Dissertação
Pato	2015	UnB	Tese

Na Categoria 3 – *A concomitância de Folksonomias e taxonomias sob a ótica do processo de organização e recuperação da informação na web* – reunimos 3 (18%) pesquisas sob a ótica do processo de organização e recuperação da informação na *web* social, abordando-se neste eixo o como as taxonomias e a Folksonomia estão sendo empregadas.

Brandt (2009) analisa se a Folksonomia consiste em uma alternativa válida para os processos de organização e recuperação dos recursos informacionais, verificando-se a motivação do usuário para executar a etiquetagem e analisando se essa

motivação se relaciona com o objetivo e recuperação da informação. O autor também analisou como esta estrutura pode, ou não, refletir conhecimento, concluindo que a Folksonomia se caracteriza suficientemente como um modelo viável destinado à organização e recuperação da informação no ambiente digital.

Já nos estudos de Teixeira (2010), a ênfase recai para a existência de conceitos de recuperação da informação em estudos de colaboração de usuários na *web*, descrevendo-se algumas características dessa colaboração, além de abordar de que forma a recuperação da informação se desenvolveu (e/ou pode se desenvolver) tendo por base essas ferramentas.

Santos (2014) analisou a Taxonomia e a Folksonomia empregadas na organização e representação do conhecimento da informação jurídica, nos *websites*: Portal JusBrasil e Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A pesquisa buscou compreender como ambos os conceitos estão sendo empregados para organizar e representar a documentação jurídica na *web*, identificando e comparando os níveis de taxonomia e de etiquetagem utilizados pelos portais citados.

Esse estudo é um exemplo da viabilidade do uso de termos oriundos de especialistas e de leigos para representar e organizar um conteúdo informacional no contexto *web*, garantindo sua representatividade.

As pesquisas incluídas nesta categoria estão relacionadas na Tabela 3.

Tabela 3. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 3

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Brandt	2009	UnB	Dissertação
Teixeira	2010	UnB	Dissertação
Santos	2014	UFBA	Dissertação

Na Categoria 4 – *A Folksonomia como elemento potencializador da memória coletiva* – reunimos 1 (6%) pesquisa que abordou o uso da Folksonomia como estratégia capaz de viabilizar o processo de organização, acesso e recuperação da informação fotográfica a partir de estudo de caso: o acervo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Araújo (2013) analisou em que medida ocorre a colaboração participativa a partir do chamamento a militantes, dirigentes e simpatizantes no processo de geração da Folksonomia desse acervo e na construção coletiva do conhecimento sobre a memória da entidade, verificando-se, além disso, como essa prática contribui na preservação e proteção do patrimônio fotográfico

rural do Brasil.

A pesquisa incluída nesta categoria está relacionada na Tabela 4.

Tabela 4. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 4

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Araújo	2013	UnB	Dissertação

Na Categoria 5 – *Proposta de metodologias que visam à hibridização/coexistência dos vocabulários controlados e da Folksonomia para a representação da informação em ambientes digitais* – reunimos 5 (29%) pesquisas e nessa categoria se apresenta o maior número de estudos, os quais versam sobre a Folksonomia na percepção da atuação dos usuários enquanto mentes tradutoras e propositoras de novos arranjos e categorizações, desafiando os cientistas da informação a repensarem a construção de sistemas e metodologias.

O primeiro estudo relacionado à categoria é o apresentado por Santarem Segundo (2010), sendo observada no mesmo a possibilidade de adequação dos repositórios digitais para a utilização da Folksonomia e do vocabulário controlado de domínio. Para tanto, o estudo propõe um modelo de representação iterativa que une ambos, abordando a descrição de *tags*, a Folksonomia assistida, o armazenamento das *tags* de forma estruturada, a iteratividade e a retroalimentação da informação, bem como o estudo de uma modelagem complementar de bancos de dados que possa caracterizar o uso de conceitos advindos da Folksonomia em repositório digital.

A segunda pesquisa é de Silva (2013), na qual é proposto um modelo de colaboração para a indexação e busca de registros em um catálogo *web* facetado e colaborativo (*Facetlog*), utilizando-se da Folksonomia e da taxonomia facetada. No processo de indexação, verificou-se a preferência do usuário e da estratégia de busca empregada. O autor desenvolveu um *software* de acordo com o processo de desenvolvimento iterativo, e incremental (como o *Rational Unified Process-RUP*), que possibilitasse a utilização das duas abordagens (etiquetagem social e a taxonomização facetada), para construir um catálogo *web* de endereços da cidade de Goiânia.

Em pesquisa conduzida por Santos (2016), discutiu-se os modelos colaborativos de Folksonomia presentes na literatura da Ciência da Informação brasileira, bem como as adequações necessárias, suas vantagens, e desvantagens, quanto à implementação na BRAPCI. Fez-se uma revisão sistemática da literatura para identificar as abordagens de estudos em Folksonomia, discutindo a política de indexação da BRAPCI, e a possibilidade da inserção de modelos colaborativos na

base de dados.

Sanchez (2018) apresenta a Folksonomia como um dos atributos de encontrabilidade da informação, sendo analisada a existência de Folksonomia nos repositórios institucionais da USP, UNESP e UNICAMP e apresentando recomendações de encontrabilidade para esses repositórios. Sugere a representação iterativa como solução para mediar os atributos de encontrabilidade da informação e de vocabulários controlados, concluindo que os repositórios institucionais necessitam – a fim de atenderem seu público alvo, com ampliação do compartilhamento, da colaboração de informações, e da geração de conhecimento – ser projetados a partir dos atributos da encontrabilidade da informação.

Na mesma linha de pensamento, Fernandes (2018) apresenta a Folksonomia como um dos atributos de encontrabilidade da informação. O autor estuda a existência e uso da Folksonomia em repositórios institucionais a partir do uso de dispositivos móveis, com ênfase no repositório institucional da UNESP, contribuindo com recomendações de encontrabilidade, em casos de repositórios digitais que tem aplicativos móveis como recursos de encontrabilidade.

As pesquisas incluídas nesta categoria estão relacionadas na Tabela 5.

Tabela 5. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 5

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Santarem Segundo	2010	UNESP	Tese
Silva	2013	UFMG	Tese
Santos(b)	2016	UFPE	Dissertação
Sanchez	2018	UNESP	Dissertação
Fernandes	2018	UNESP	Dissertação

Na Categoria 6 – *A Folksonomia na perspectiva da organização e recuperação da informação em acervos arquivísticos* – reunimos 1 (6%) pesquisa, apresentando-se que a organização da informação nos arquivos pode ser beneficiada com as possibilidades permitidas pelos recursos da *Web 2.0*, como a Folksonomia, pelo baixo custo de implementação e manutenção, além das outras vantagens aqui descritas.

A pesquisa de Coletto (2014) buscou na literatura especializada da área de Ciência da Informação, e correlatas, casos que apresentassem aplicação da Folksonomia em acervos eletrônicos digitais. O autor também verificou afinidades epistemológicas entre as características do arquivo contemporâneo e a Folksonomia, assim como observou a viabilidade de seu uso em documentos eletrônicos digitais de imagem

em movimento.

A pesquisa incluída nessa categoria está relacionada na Tabela 6.

Tabela 6. Teses e Dissertações incluídas na Categoria 6

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tipo</i>
Coletto	2014	UnB	Dissertação

Quanto à análise das disciplinas que tratam e discutem a Folksonomia na Ciência da Informação, obteve-se o seguinte cenário:

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP se mostrou como o mais representativo quanto ao número de disciplinas ofertadas, sendo 4 a nível de mestrado e doutorado.

- Disciplina: Encontrabilidade da Informação
Docentes: Profa. Dra. Silvana Aparecida Borsetti GregorioVidotti e Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato;
- Disciplina: Organização e Representação do Conhecimento; as Interfaces entre a Linguística Documental e a Linguagem Documental.
Docentes: Prof. Dr. Walter Moreira, Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes e Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros;
- Disciplina: Informação e Convergência de Sintaxe Imagética na Arquitetura e Design de Ambientes Digitais na Web.
Docente: Profa. Dra. Maria José Vicentini Jorente; e
- Disciplina: WEB; Trajetória e Perspectivas para a Ciência da Informação.
Docente: Profa. Dra. Maria José Vicentini Jorente.

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFSC foi o segundo mais representativo, com 2 disciplinas a nível de mestrado e doutorado. Entretanto, nesse caso não foi possível identificar o docente responsável por uma das disciplinas, por esta não fazer mais parte do currículo e ter sido ofertada somente uma vez, em 2015, por um professor convidado.

- Disciplina: Novas Competências do Profissional da Informação em torno das Fontes de Informação, da Vigilância Tecnológica e da Web 2.0.
- Disciplina: Recuperação Inteligente da Informação.

Docente: Prof. Dr. Angel Freddy Godoy Viera

Com o mesmo número de representatividade, o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB e da UFSCar aparecem com uma disciplina

cada, sendo a primeira em nível de mestrado e doutorado e a segunda somente mestrado, a saber:

- Disciplina: Redes Sociais na Comunicação Científica.

Docente: Profa. Dra. Alzira Karla Araújo da Silva

Os dados da disciplina ofertada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFSCar são descritos a seguir:

- Disciplina: Representação Temática em Contextos Informacionais Contemporâneos
Docente: Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove.

4 Conclusão

A proposta de identificar as perspectivas de estudo em Organização do Conhecimento relacionadas à Folksonomia – como prática colaborativa de organização e representação de recursos e objetos informacionais, articulada pelas tecnologias digitais, no contexto dinâmico do ciberespaço – contribui para a sedimentação da pesquisa no Brasil. A observância do tema nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, tanto em suas estruturas curriculares como no âmbito da produção científica, propicia perspectivas de interlocução entre o ambiente acadêmico brasileiro, apresentando dados que descrevem os aspectos enfatizados pelas pesquisas e o envolvimento dos docentes vinculados à pós-graduação em discussões relativas à Folksonomia.

De modo geral, a pesquisa revelou que dos 17 Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, na modalidade *stricto sensu*, apenas seis apresentam como produto de suas discussões teses e dissertações relacionadas ao tema, sendo estes: IBICT-UFRJ, UFBA, UFPE, UFMG, UnB e UNESP.

A partir das análises das teses e dissertações desses programas, constata-se que o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB foi o primeiro a contemplar estudos sobre Folksonomia no Brasil, com uma dissertação defendida no ano de 2009. Esse programa totaliza 5 pesquisas acadêmicas que foram apresentadas no período de 2009 a 2015 e tem como principal temática de estudo a Categoria 3, com 2 dissertações, seguido de estudos nas Categorias 2, 5 e 6, com uma pesquisa cada. Percebe-se certa regularidade e abrangência das pesquisas dedicadas ao tema.

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG é o segundo com o maior número de pesquisas sobre Folksonomia, sendo 4 dissertações e 1 tese, apresentadas nos anos de 2010,

2011, 2013 e 2016. Nota-se que esse programa tem concentrado seus estudos nas Categorias 1 e 2, com 2 pesquisas cada. A UFMG teve um papel significativo ao introduzir abordagens inovadoras aos estudos de Folksonomia, conforme os eixos de estudo contemplados nas referidas categorias.

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP é o terceiro com maior número de pesquisas, sendo 2 dissertações e 1 tese, distribuídas nos anos de 2010 e 2018. Esse programa concentra todas as suas pesquisas na Categoria 5, sendo o primeiro a discorrer sobre metodologias dedicadas à hibridização das abordagens clássicas e colaborativas. De igual forma, é o programa com maior número de disciplinas (4) ofertadas em nível de mestrado e doutorado, resultado que indica o interesse de docentes e pesquisadores pelo tema.

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ tem 2 dissertações, em que as discussões se concentram na Categoria 1. Por sua vez, os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA e da UFPE tem 1 dissertação cada, cujas pesquisas são enquadradas nas Categorias 3 e 5, respectivamente.

Além desses resultados, a pesquisa permitiu identificar que dos 17 Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, apenas quatro exploram a temática em disciplinas. Outro ponto importante observado é o fato de oito programas não apresentarem em suas estruturas dissertações e/ou teses, ou mesmo disciplinas dedicadas à questão.

O contexto heterogêneo e interativo do ciberespaço alterou substancialmente os processos que envolvem a informação, desde a sua produção à reutilização e compartilhamento, sendo imprescindível a discussão dos elementos que implicam ou viabilizam o desenvolvimento de produtos e sistemas de informação adequados às demandas e práticas sociais.

Esse cenário viabiliza e torna premente discussões no escopo da Folksonomia como prática e filosofia que surge com a mudança cultural da sociedade nos últimos anos. Diante disso, a pós-graduação possui papel-chave na condução de discussões que tragam contribuições efetivas para o avanço e desenvolvimento do tema na Ciência da Informação brasileira. Espera-se, com este estudo, contribuir com o avanço da pesquisa brasileira em Organização do Conhecimento, sobretudo àquela dedicada à Folksonomia como uma das mais evidentes manifestações da cultura contemporânea.

Notas

- [1] O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos

Referências

- ARAÚJO, Alessandra dos Santos. *O uso da folksonomia na organização e recuperação da informação fotográfica o caso do acervo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ASSIS, Juliana de. *Indicadores de qualidade da informação em sistemas baseados em Folksonomia: uma abordagem semiótica*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, Léa Maria de Souza. *A Folksonomia como prática de classificação colaborativa para a recuperação da informação*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.
- BLATTMANN, Ursula; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Colaboração e interação na Web 2.0 e Biblioteca 2.0. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.12, n.2, jul./dez. 2007.
- BRANDT, Mariana Baptista. *Etiquetagem e folksonomia: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice. Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da Web. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. esp., p. 46-67, 2009.
- COLETTI, Sérgio Peçanha da Silva. *O arquivo contemporâneo e os recursos da Web 2.0: verificação do uso de Folksonomias em acervos eletrônicos digitais de imagem em movimento*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- FERNANDES, Wesley Macedo. *Encontrabilidade da informação no repositório institucional da Unesp: um estudo de eyetracking em dispositivos móveis*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. 1995
- GUEDES, Roger de Miranda. *A abordagem dialógica na indexação social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida; DIAS, Eduardo José Wense. Indexação social e pensamento dialógico: reflexões teóricas. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16 n. 3, p. 40–59, jan./jun.2011.
- HASSAN-MONTERO, Yusef. Indización social y recuperación de información. *No Solo UsabilidadJournal*, Granada, n. 5, nov. 2006.
- LAVILLE, Christina; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Artmed, 1999.
- MATA, Priscila Oliveira da. *Os spams e a polifonia informacional: práticas de indexação social e o comportamento linguageiro dos spammers em sites de compartilhamento de vídeos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MATHES, Adam. *Folksonomies: cooperative classification and communication through shared metadata*. 2004.
- PATO, Paulo Roberto Gomes. *Imagens: polissemia versus indexação e recuperação da informação*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- QUINTARELLI, Emanuele. *Folksonomies: power to the people*. In: INCONTRO ISKO ITALIA - UNIMIB, Milão, 2005. Papers... Milan: Universitàdi Milano, 2005.
- RODRIGUES, André Augusto de Abreu. *Folksonomia: análise de etiquetagem de imagens no Flickr*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SANCHEZ, Fernanda Alves. *Encontrabilidade da informação em repositórios digitais: um estudo de eye-tracking nos repositórios institucionais da USP, Unesp e Unicamp*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.
- SANTAREM SEGUNDO, Jose Eduardo. *Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2010.
- SANTOS, Naiara Andrade Malta. *Taxonomia e etiquetagem: análise dos processos de organização e representação da informação jurídica na web*. Salvador, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SANTOS, Raimunda Fernanda dos. *Modelos colaborativos de indexação social e sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)*. Recife, 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Ciência da Informação. 2016.
- SILVA, Marcel Ferrante. *Proposta de modelo de colaboração para catálogo web facetado*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- SOUSA, Amanda Moura de. *Organização em sistema caótico: uso das tags para classificação da informação pelos usuários da rede social Twitter*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.
- TEIXEIRA, Fábio Augusto Guimarães. *A recuperação da informação e a colaboração dos usuários na web*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. *Anais...*, Fortaleza: ENEGEP, 2006.
- VANDER WAL, Thomas. *Folksonomy definition and Wikipedia*. 2005.
- VANDER WAL, Thomas. *Folksonomy coinage and definition*. 2007.
- VOß, Jakob. *Tagging, Folksonomy & Co: renaissance of manual indexing? In: 10th International Symposium for Information Science, Cologne*. 2007. 12 p.

Avaliação de modelos de descrição de processos judiciais

Evaluation of description models of legal proceedings

Eduardo Watanabe (1), Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2)

(1) Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Ciência da Informação - Edifício da Biblioteca Central - Entrada Leste - Brasília, DF, edw.sfs@gmail.com (2) renasou@unb.br

Resumo

Os processos judiciais ainda são objeto de poucos estudos na Ciência da Informação e Arquivologia, de modo que formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: como avaliar os modelos de descrição de processos judiciais no que se refere às suas atividades? Foi realizada pesquisa documental da literatura especializada de Diplomática, Tipologia Documental, Engenharia de Documentos, *Business Process Management and Notation* (BPMN), *Records continuum* e Teoria do Fato Jurídico, que resultou na seleção de 33 critérios de avaliação dos modelos de descrição de atividades de processos judiciais. Em seguida, os critérios foram aplicados para avaliação de seis modelos identificados: *Australian Judgment XML Standard*, Modelo Nacional de Interoperabilidade do CNJ, *Electronic Court Filing*, *Akoma Ntoso*, *LegalRuleML* e Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). A avaliação dos modelos levou à identificação de três grupos diferentes de modelos: o primeiro centrado em documentos, o segundo em atividades e o terceiro voltado para o formalismo lógico das normas jurídicas. Os resultados da pesquisa permitem concluir que os critérios aplicados foram adequados para identificar lacunas dos modelos no que se refere à sua capacidade descritiva para contribuir no aperfeiçoamento futuro.

Palavras-chave: Representação do conhecimento; Diplomática; Tipologia Documental; Engenharia de Documentos; *Business Process Management and Notation* (BPMN); *Records continuum*; Teoria do Fato Jurídico.

Abstract

Judicial proceedings are the subject of few studies in Information Science and Archives, so we formulate the following research question: how to evaluate the models for describing legal processes in relation to their activities? We use documentary research was in the specialized literature of Diplomats, Documentary Typology, Document Engineering, Business Process Management and Notation (BPMN), Records Continuum and Theory of Legal Fact that resulted in the selection of 33 criteria for the evaluation of the description models activities of legal proceedings. Then, the criteria were applied to the evaluation of six identified models: Australian Judgment XML Standard, CNJ National Interoperability Model, Electronic Court Filing, Akoma Ntoso, LegalRuleML and Brazilian Standard of Archival Description (Nobrade). The evaluation of the models led to the identification of three different groups of models: the first focused on documents, the second on activities and the third on the logical form of legal norms. The results of the research allow to conclude that the applied criteria were adequate to identify gaps of the models with respect to their descriptive ability to contribute to the future improvement.

Keywords: Representation of knowledge; Diplomats; Documentary Typology; Document Engineering; Business Process Management and Notation (BPMN); Records continuum; Theory of Legal Fact.

1 Introdução

Em uma sociedade civilizada, o processo judicial é a forma mais evidente da luta por direitos. Segundo a perspectiva jurídica, os processos judiciais são conjuntos de “atos que lhe dão corpo e das relações entre eles e igualmente pelo aspecto das relações entre os seus sujeitos” (CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, 2013, p. 309).

Todos os atos que compõem o processo judicial devem estar materializados em documentos para que possam existir juridicamente. Há um antigo brocardo oriundo do Direito Romano na Antiguidade, ainda aplicável hoje em dia, de que “quod non est in actis non est in mundo”, ou seja, “o que não está nos autos não está no mundo”. Para Chaves Junior, esse princípio marcou o fim fase da oralidade no Código Canônico, e que

estava em uso desde o processo romano até o processo germânico medieval (2010, apud MOREIRA, p. 36).

Há uma profusão de modelos de descrição de informações de processos judiciais que foram criados ao longo do tempo a partir de necessidades e requisitos próprios. A diversidade dos modelos representa um desafio de pesquisa, na medida em que se faz necessário estabelecer formas de comparação e de possibilidade de uso mais adequado para eles. A depender do modelo utilizado, o impacto é direto nas possibilidades de recuperação de informação.

Ocorre que parece não haver ainda uma relação explicitada entre os modelos existentes e as contribuições da Arquivologia e da Ciência da Informação: Diplomática, Tipologia documental, funções arquivísticas, Engenharia de Documentos e

Records continuum, além da própria recuperação de informação.

Formulamos então a seguinte pergunta: como avaliar os modelos de descrição de processos judiciais no que se refere às suas atividades? Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em selecionar e aplicar critérios de avaliação dos modelos existentes de descrição de processos judiciais em relação às suas funções e atividades.

2 Método de pesquisa

O método de pesquisa a ser utilizado consiste em pesquisa documental com a análise qualitativa dos documentos. O levantamento bibliográfico foi efetuado em bases de dados das áreas da Ciência da Informação, da Arquivística, de Diplomática, Tipologia documental, Engenharia de Documentos, *Business Process Model and Management* (BPMN), *Records continuum* e Direito disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (*Library and Information Science Abstracts*; *Library, Information Science & Technology Abstracts*; *Emerald Fulltext*; *Scopus*; *Web of Science*; e Google Acadêmico), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

A seleção de trabalhos também foi feita pela busca textual com os operadores “processo judicial”, “informação jurídica” e “teoria do direito” nas mesmas bases.

Após a revisão da literatura, os conceitos pesquisados foram analisados e comparados, que resultaram na seleção de um conjunto de critérios de avaliação com base no referencial teórico pesquisado.

Por fim, os critérios de avaliação foram aplicados nos seguintes modelos de descrição de processos judiciais: *Australian Judgment XML Standard*, Modelo Nacional de Interoperabilidade do CNJ, *Electronic Court Filing*, *Akoma Ntoso* e *LegalRuleML*.

3 Da escolha dos critérios de avaliação

A revisão da literatura serviu de base para selecionar os critérios de avaliação dos modelos de descrição de processos judiciais.

3.1 Diplomática

Iniciamos pela Diplomática com a espécie documental, assim entendida como o modelo prescrito pelas normas jurídicas, com redação que segue um determinado padrão semântico e formatado de modo a ter validade e credibilidade (BELLOTTO, 2002, p. 18).

A italiana Paola Carucci definiu a Diplomática como a disciplina que estuda o documento único, a unidade

arquivística elementar, para analisá-lo em seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos tanto na sua formação como nos seus efeitos (1987, p. 27, *apud* TOGNOLI, p. 112).

Carucci contraria os manuais de Diplomática moderna por não definir os elementos internos e externos dos documentos, uma vez que não os considera como relevantes para o estudo do documento contemporâneo (1987, p. 99, *apud* TOGNOLI, p. 114). Nisso considera que o estudo deve focar sobre a espécie documental enquanto veículo redacional utilizado para registrar o ato jurídico, cabendo ao arquivista ou diplomata identificar primeiro a espécie para somente depois avançar sobre o assunto, a vontade e a função, que terão relevância a partir do seu relacionamento com a forma.

Na linha de Carucci, Luciana Duranti considera que alguns elementos internos e externos caíram em desuso, mas que as anotações vieram a ganhar destaque em três categorias:

[...] anotações incluídas no documento após sua compilação como parte da fase de execução de um procedimento administrativo (ex. autenticação); anotações incluídas em um documento completo e efetivo no curso de uma transação à qual ele pertence (ex. urgente!); anotações adicionadas ao documento pelos serviços de arquivo e protocolo (ex. números de referência ou classificação). (1998, p. 83)

3.2 Tipologia documental

A junção da espécie de documento com a função para a qual foi elaborado produz o tipo documental, que é objeto de estudo da Tipologia documental, disciplina que ampliou a Diplomática para abranger o contexto, as atribuições, as competências, as funções e atividades da entidade geradora/acumuladora dos documentos (BELLOTTO, 2002, p. 19).

Schellenberg enuncia que os documentos de arquivo “se revelam significativos em relação à atividade e só secundariamente quanto ao assunto” (1980, p. 76 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 43). Os documentos seriam, então, “as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar” (DURANTI, 1995, p. 2), portanto, tanto as ações como os efeitos delas decorrentes.

Importa destacar que Luciana Duranti comparou e analisou documentos eletrônicos produzidos em cinco continentes, tendo concluído que “função e ação administrativa são verificáveis e independentemente da cultura, produzem documentos iguais” (2005, *apud* RODRIGUES, 2008, p. 123).

3.3 Engenharia de Documentos

Robert Glushko e Tim McGrath lançaram em 2005 o livro *Document Engineering: analyzing and designing*

documents for business informatics & web services, que apresenta como nova disciplina destinada a especificar, projetar, e implementar os documentos que servem como as interfaces para os processos de negócio (2005, p. 25).

Glushko e McGrath (2005, pp. 21 e 355) afirmam ser surpreendente que o conceito de documento ainda tenha estabilidade mesmo com o advento de todas as novas tecnologias, de modo que os documentos são os elementos centrais por estruturarem a interface do aplicativo para o usuário, por isso os modelos de documentos podem ser vistos como as interfaces para os serviços e os processos de negócios. A interface do documento é o que mantém limpas e estáveis as relações entre os parceiros de negócio (2005, p. 25).

A função de um documento eletrônico representa a mensagem que um autor pretende transmitir a um leitor. O formato de um documento representa a parte perceptível de um documento eletrônico que tenta transmitir a função ao leitor (GEURTS, 2010, p. 26-27). O paradigma da Engenharia de Documentos vai trabalhar a transformação da função em forma, o que é feito por meio de transformações sequenciais em que o resultado da transformação anterior é usado como insumo da próxima transformação (GEURTS, 2010, p. 29).

A Engenharia de Documentos sintetiza as ideias das disciplinas de Análise de Processos de Negócios, Análise de Tarefas (ou análise de usuários), Análise de Documento e Análise de Dados (GLUSHKO, McGRATH, 2005, p. 29-30). Como instrumento, utiliza linguagem de marcação como o XML (eXtensible Markup Language), que surge para atender à necessidade de uma linguagem que utiliza etiquetas para a marcação de documentos, linguagem esta preferida para representar informações de documentos, cujos modelos contribuem para o design e a condução de aplicativos por conter as seguintes cinco grandes ideias (2005, p. 18 e 48).

A abordagem da Engenharia de Documentos está organizada em oito fases: analisar o contexto de uso, analisar o processo de negócio, aplicar padrões aos modelos de processo, analisar documentos, analisar componentes dos documentos, construir componentes dos documentos, construir modelos de documentos e implementar modelos de processos de negócio e de documentos.

A Engenharia de Documentos é uma importante colaboradora para a Gestão de Documentos de uma organização, uma vez que exige que seja criado um novo documento eletrônico pelos sistemas a partir de um diagnóstico do seu contexto de uso, definição do processo de negócio em que será utilizado e construção do modelo de documento a partir de dados necessários para o atendimento desse processo de negócio, sejam

eles dados de entrada e os dados de saída das transações.

Quanto à Granularidade, o volume de detalhes é menor no nível organizacional ou de empresa para empresa (B2B), aumenta no nível de processos, e começamos a ver os detalhes do relacionamento dos documentos comutados para executar cada processo, que é justamente a informação mais granular com os componentes específicos de informação dentro dos modelos de documentos (2005, p. 87-88).

O fato é que o desenvolvimento de aplicativos sem base em modelos conceituais exige do programador fazer a codificação pesada (*hard code*) dos modelos de documento e processo sob pena de não representá-los por inteiro no software. Muitas aplicações aplainam as estruturas e o modelo hierárquico em um conjunto de pares de valores de atributos, e em casos extremos o aplicativo pode descrever os documentos como simples gotas de texto (GLUSHKO e McGRATH, 2005, p. 508).

Por isso, Glushko e McGrath (2005, p. 509) consideram que a meta é que os aplicativos sejam construídos com base em um modelo, do contrário todos os requisitos informacionais e a lógica de processamento estarão codificados no software. Com isso, será informal e fixa a ligação entre a interface conceitual dos requisitos do aplicativo e o código físico. A consequência é que, se os requisitos e modelos conceituais mudam, o código da aplicação também deve ser revisado, recompilado e reimplantado.

3.4 *Records continuum*

Peter Scott foi o responsável pela proposta radical de abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos, colocando em seu lugar a adoção do *series systems*, que tem como figura primordial a série, que é baseada nas funções (COSTA FILHO e SOUSA, 2017, p. 42). Com isso, os documentos podem ser mantidos em seu contexto administrativo, bem como a ordem original pode ser mantida. O sistema baseia-se no controle do documento (série, item, documento e informação) e no controle do contexto (administração, órgão, família e pessoa).

Para Adrian Cunningham, o controle do contexto é feito pela identificação e registro das entidades produtoras de documentos e das demais entidades que interagem no ambiente, a documentação das suas histórias administrativas e biográficas, bem como as suas responsabilidades funcionais e as relações que estabelecem entre si e com os sistemas de arquivamento por ela mantidos (COSTA FILHO e SOUSA, 2017, p. 44). Já o controle dos documentos será obtido pela identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

Coube a Frank Upward elaborar os princípios estruturais do *records continuum* (1996, p. 274):

1. Estão incluídos no conceito de “registros” aqueles registros de valor contínuo (= arquivos), que enfatizam seus usos para fins transacionais, probatórios e de memória, de modo a terem suas abordagens unificadas para arquivamento e manutenção de registros, sejam os registros mantidos por uma fração de segundo ou por um milênio.
2. O foco dos registros de ser enquanto entidades lógicas em vez de físicas, estejam eles em papel ou na forma eletrônica.
3. A institucionalização do papel da profissão de arquivista demanda uma ênfase particular na necessidade que integre a manutenção de registros em processos e propósitos organizacionais e sociais.
4. A Arquivologia deve ser a base para organizar o conhecimento sobre *recordkeeping*.

Um grupo de acadêmicos e representantes de indústrias aprovou em 1999 o *Australian Recordkeeping Metadata Schema* (RKMS) que utiliza conceitos de *recordkeeping* para explicitar conexões entre negócios, as pessoas ou agentes que executam esses negócios, e os registros que são produzidos pelo negócio.

O RKMS trata de elementos de descrição dos relacionamentos em um modelo no qual é aberta a possibilidade de criação e taxonomias para os inúmeros relacionamentos entre todos os elementos (negócios, business recordkeeping, agentes/pessoas e registros), entre as camadas desses diferentes elementos, entre as camadas internas de um mesmo elemento e entre os elementos de cada camada (McKEMMISH et al., 2006, pp. 8 e 15).

3.5 Business Process Model and Notation

O *Business Process Management* (BPM) é uma disciplina gerencial que vai além das estruturas funcionais tradicionais por focar nos processos de negócio ponta a ponta a partir da integração de estratégias e objetivos de uma organização com as expectativas e necessidades de clientes por meio do foco em processos (ABPMP Brasil, 2013, p. 40). O processo de negócio é definido como um “trabalho que entrega valor para os clientes ou apoia/gerencia outros processos” (ABPMP Brasil, 2013, p. 35).

Jaime Robredo (2000, p. 554-555) elaborou o primeiro artigo no Brasil sobre a aplicação da gestão por processos para o planejamento e gerência de sistemas de informação, em que destaca a vantagem da gestão por processos.

O principal objetivo do padrão *Business Process Model and Notation* (BPMN ou Modelo e Notação de Processos de Negócio) é fornecer uma notação compreensível para todos os usuários do negócio,

desde os analistas de negócio, passando pelos desenvolvedores técnicos de soluções tecnológicas, até os empresários que irão gerir e monitorar os processos (OMG, 2011, p. 1).

Stevan Gostojić et al. (2014) identificam na ISO 82045 uma orientação para que as organizações utilizem sistemas de informação focados na gestão eletrônica de documentos (Electronic Document Management – EDM) combinada com a gestão dos processos de negócio com BPM para atingir melhores resultados. Para conciliar as diferentes abordagens, os autores propõem modelos semânticos de documentos e processos de negócio aplicados a processos judiciais.

No âmbito da Ciência da Informação, Marco Mendes e Marcello Bax (2018) afirmam que as disciplinas de BPM e ECM ainda se ressentem de uma abordagem formal de pesquisa, mas que podem ser integradas por meio de instrumentos complementares para essa finalidade: o *Content Management Interoperability Services* (CMIS), a arquitetura corporativa e os mapas de capacidades de negócios.

Lorena Camargo delinea contribuições recíprocas entre o Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM) e as funções arquivísticas ao dispor no Guia BPM CBOK (2013) que o BPM prima pela compreensão geral do contexto da organização, direcionando o trabalho dentro de uma visão holística e construída a partir de múltiplos conhecimentos (2017, p. 11). O BPM CBOK também se preocupa em identificar as informações que são produzidas nos diferentes níveis que compõem uma organização para que elas se relacionem e possam, após a sua união, serem capazes de representar o que foi executado. Essas características permitem que, uma vez implantado o BPM, ele auxilie no levantamento da produção documental, no desenvolvimento do plano de classificação e nas atividades de protocolo e controle de trâmite (2017, p. 12).

Por seu lado, Angelika Menne-Haritz (2005, p. 12) pesquisou os processos de negócio em uma abordagem arquivística. Em um primeiro passo ela considera os processos de negócio como conjunto de fatos e ações interligadas logicamente rumo a um objetivo final comum: a tomada de decisão. Em seguida, que os documentos seriam uma “forma especial de ferramentas”, o outro lado desse processo de negócio, por serem produzidos de acordo com as necessidades da organização para atenderem o que não é possível por meio da comunicação oral (2005, p. 99). O relacionamento entre processos de negócio e documentos deve ser feito pelo mapeamento dos processos de negócio que revelem os fluxos documentais existentes. Com isso é possível relacionar as atividades dentro das funções em uma organização e compreender a gênese dos documentos.

Há uma nítida proximidade entre o BPMN e a Arquivologia, na qual a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) se volta à descrição de funções na medida em que elas detêm maior estabilidade do que as estruturas organizacionais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 11).

Selecionamos como critérios os quatro tipos de conformidade do BPMN (OMG, 2011): *Process Modeling Conformance* (Tipos e elementos de Processo, Aparência visual, Conformidade estrutural, Semântica do Processo, Atributos de associações de modelos, extensões e Intercâmbio visual); *Process Execution Conformation* (Semântica da execução e Diagramas de importação de Processo); *BPEL Process Execution Conformance* (Tipos e elementos de coreografia, Aparência visual e Intercâmbio visual).

3.6 Teoria do Fato Jurídico

Tercio Sampaio Ferraz Jr. concebe uma teoria comunicacional do direito na linha em que pressupõe o fenômeno da comunicação entre as pessoas, no qual todo comportamento humano (falar, correr, comer, comprar, vender etc.) é ação dirigida a alguém (1980, p. 13). Essa interação entre as partes é uma série de troca de mensagens, sendo que “ao transmitir uma mensagem, uma parte não fornece apenas uma informação, mas fornece, conjuntamente, uma informação sobre a informação que diz ao receptor como este deve se comportar perante o emissor” (1980, p. 14).

A informação contida na mensagem é chamada de relato, e a informação sobre o modo de encará-la é o cometimento. Assim, o direito seria o modo da parte comunicar-se para estabelecer um cometimento específico em relação à outra, por meio do qual pode contar as suas possíveis reações. Esse controle no direito é feito por um terceiro comunicador, que é personificado no juiz, no árbitro, no legislador ou, em última instância, na norma (1980, p. 14).

Esta pesquisa aborda a representação de informações de processos judiciais sob uma perspectiva que se alinha à dimensão normativa, uma vez que considera as informações jurídicas como elas estão expostas, manifestadas nos documentos produzidos.

Utilizamos como referencial teórico do Direito a Teoria do Fato Jurídico, criada por Pontes de Miranda e desenvolvida, em especial, por Marcos Bernardes de Mello (2014), por fornecer um modelo abrangente do fenômeno jurídico que tem por objetivo “generalizar os conceitos fundamentais relativos ao fato jurídico, de modo que se apliquem a qualquer ramo da Ciência Jurídica” (MELLO, 2014, p. 19).

A Teoria do Fato Jurídico decompõe o fenômeno jurídico nos seguintes elementos: Norma jurídica; Fato

(real); Suporte fático abstrato; Incidência da norma jurídica; Suporte fático concreto; Fato Jurídico.

O fenômeno jurídico tem na norma jurídica o seu ponto de partida, de modo que a sequência cronológica pode ser assim resumida: a norma jurídica é uma previsão em abstrato (= suporte fático abstrato) que lhe atribui determinado efeito jurídico; uma vez verificada a ocorrência do fato do mundo real tal como previsto na norma jurídica (= suporte fático concreto), dá-se o fenômeno da incidência da norma jurídica, que resulta no fato jurídico lato sensu; é do fato jurídico lato sensu que irradiarão concretamente os efeitos jurídicos previstos de forma abstrata na norma jurídica.

Como resultado da revisão da literatura, elaboramos a tabela do Apêndice A com os 33 critérios selecionados para avaliação dos modelos de descrição de funções e atividades de processos judiciais, que serão aplicados conforme exposição a ser feita no próximo capítulo.

A utilização de diferentes disciplinas permitiu compor um conjunto amplo de critérios complementares sobre:

- 1) A disposição gráfica dos elementos constituintes do documento e as anotações adicionais: Diplomática;
- 2) A ligação inseparável da espécie documental com a atividade externada: Tipologia documental;
- 3) A utilização do documento como elemento central da abordagem, que deve ser um elemento de formação do processo de negócio com a utilização de linguagens de marcação: Engenharia de Documentos;
- 4) As descrições minuciosas de funcionamento dos processos de negócios de forma apartada dos documentos: BPMN;
- 5) As potencialidades de criar taxonomias de relacionamentos entre os elementos negócios, *business recordkeeping*, agentes/pessoas e registros: *Records continuum*; e
- 6) A utilização de teoria própria para o domínio especializado objeto de descrição: Teoria do Fato Jurídico.

4 Da avaliação dos modelos de descrição de processos judiciais

Na pesquisa foram identificados seis modelos de descrição de processos judiciais a serem avaliados: *Australian Judgment XML Standard*; Tabelas Processuais Unificadas e o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); *Electronic Court Filing (ECF)*; *Akoma Ntoso*; *LegalRuleML*; Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

Não obstante, reconhecermos a importância dos modelos de representação exclusivos de atos normativos, tais como o NormeInRete, o CEN Metalex e o LEXML, porém eles não serão analisados por não apresentarem relação direta com o objeto da presente pesquisa.

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados da aplicação dos critérios de avaliação para cada modelo, com o seu inteiro teor no Apêndice A.

4.1 Australian Judgment XML Standard

O grupo de trabalho Legal XML Austrália elaborou em 1999 o primeiro padrão de documento eletrônico em formato XML de julgamentos judiciais (OSBORN, STANFIELD, STERLING, 2000). Referido padrão foi elaborado no formato DTD, que é um tipo de arquivo eletrônico que define a estrutura de um documento XML (W3C, 2018).

O formato DTD é bastante simples e com sintaxe compacta, sendo mais adequado para tipos de modelos de documentos narrativos como jornais, dicionários e relatórios, no qual o conteúdo é principalmente texto a ser utilizado por pessoas (GLUSHKO e McGRATH, 2005, p. 57-58).

O padrão está organizado em três partes maiores: *HeadNote*, com a maior parte dos metadados que contemplam tanto o processo judicial em si como metadados do próprio julgamento; *Judgment*, que contém a parte principal que é a decisão judicial; e *EndNote*. Cabe apontar que o modelo é muito simples e não contém um glossário com definições e descrições.

Devido à sua simplicidade, o modelo apresentou pouca aderência aos critérios de avaliação, com o destaque positivo para a possibilidade de construção de componentes de documentos e linguagens de marcação devido à utilização do DTD e de atendimento parcial aos critérios da Teoria do Fato Jurídico.

4.2 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, priorizou a padronização da coleta de informações estatísticas para subsidiar o planejamento estratégico do Poder Judiciário (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014). Para atingir essa finalidade, o CNJ criou o Plano de Classificação do Poder Judiciário consistente nas Tabelas Processuais Unificadas, bem como a Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais do Poder Judiciário, por meio da Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2007).

São três as tabelas taxonômicas elaboradas e mantidas pelo CNJ: tipo Processo Judicial (classe), tipo Assunto

Processual e tipo Movimento Processual (tramitação e resultado de decisão judicial) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014).

A tabela mais importante para este estudo é a de movimentos, com 290 códigos, que estão agrupados por tipo de função do servidor (arquivista, contador, distribuidor, escrivão/diretor de secretaria/secretário judiciário e oficial de justiça) ou de ato do juiz (despacho, decisão e julgamento). Com os movimentos é possível identificar as ocorrências no processo referentes às atividades de apoio, bem como os tipos de atos do juiz, previstos no Código de Processo Civil.

No segundo e terceiro níveis de detalhamento da tabela de movimentos estão o tipo de providência ou o resultado; no eventual quarto nível há uma informação mais detalhada (WATANABE, 2014). Os seguintes exemplos podem ilustrar melhor o exposto: julgamento por meio de sentença (1º nível), com resolução do mérito (2º nível), concessão (3º nível) de segurança (4º nível); decisão (1º nível), concessão (2º nível) e liminar (3º nível).

Um aspecto fundamental da tabela de movimento é que ela possui uma tabela vinculada de complementos de diferentes naturezas, tais como: espécies de documentos, redação padronizada do movimento, taxonomia de motivos de remessa e taxonomia de situações da audiência.

Na perspectiva de uma análise tipológica, o modelo de tabela de movimentos do CNJ é invertido: primeiro dispõe sobre a atividade (movimento), para depois relacionar a espécie documental (complemento do movimento), só que não é definida nenhuma padronização sobre quais atividades devem corresponder a quais espécies documentais.

A centralidade do modelo CNJ nas atividades (movimentos) não está acompanhada da utilização de padrões de processos de negócio (BPMN e Engenharia de Documentos). Por outro lado, o modelo não utiliza as espécies e tipos documentais, o que prejudica a convergência entre a padronização dos documentos elaborados com a descrição das suas atividades.

4.3 Electronic Court Filing (ECF)

O Comitê Técnico do LegalXML Electronic Court Filing – ECF elabora e mantém o Electronic Court Filing, que atualmente está em sua versão 4.01 (OASIS, 2014). O ECF é uma especificação que descreve a arquitetura técnica e os recursos funcionais necessários para desenvolver um sistema eletrônico de registro judicial.

O ECF utiliza o *National Information Exchange Model* (NIEM), um padrão escrito em XML pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América especificamente para o intercâmbio de

informações judiciárias para a aplicação da lei, agências de segurança pública, procuradores e defensores (OASIS, 2014, p. 10). O NIEM fornece uma biblioteca de componentes reutilizáveis que podem ser combinados para automatizar a troca informações de judiciárias criminais. O ECF utiliza o NIEM versão 2.0

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América elaborou um mapeamento do ECF no âmbito do National Information Exchange Model (NIEM), que é um vocabulário comum destinado ao intercâmbio eficiente de informações por organizações públicas e privadas (UNITED STATES OF AMERICA, 2018). Esse mapeamento é bem extenso, contendo 800 recursos informacionais de diferentes classes, acompanhados de definição, relacionamento com o Global Justice XML Data Model (modelo antecedente ao NIEM, mas que era restrito à justiça criminal e segurança pública), tipo do dado NIEM com a respectiva definição, atributo ou elemento NIEM com a respectiva definição, definição do tipo NIEM e comentários.

O ECF e o modelo do CNJ são muito parecidos: estão baseados em atividades e não documentos, não utilizam linguagens de marcação e não buscam integrar as atividades em modelos de processos de negócio. Por isso, os resultados da avaliação ficaram muito parecidos, com pequenas diferenças pontuais entre eles.

4.4 Akoma Ntoso

Akoma Ntoso ("corações unidos" na língua *Akan*, da África Ocidental) define um conjunto de representações eletrônicas de tecnologia neutra simples em formato XML de documentos parlamentares, legislativos e judiciais, o que permite o intercâmbio entre instituições de todo o mundo por meio de um modelo comum de dados e metadados em formato de armazenamento a longo prazo e acesso à pesquisa, interpretação e visualização de tais documentos (OASIS, 2017a, p. 8).

O *Akoma Ntoso* é um padrão aberto destinado a tornar a estrutura e o significado de documentos legais "legíveis por máquina", no qual as descrições de um documento permitem aos gerentes de conteúdo que adicionem significado ao conteúdo e descrevam a estrutura do conhecimento sobre esse conteúdo. Com isso, um computador fica habilitado a analisar informações com o uso de processos semelhantes ao raciocínio dedutivo humano e inferência, mas de uma maneira massivamente mais rápida, em que serviços avançados inteligentes podem ser alcançados, exemplificando com a consolidação pontual da legislação (OASIS, 2017a, p. 8).

Os documentos legíveis por máquina são criados com a utilização de marcações, que se constituem na adição

de anotações legíveis por máquinas no como XML tags em todas as partes de um documento. Os três principais recursos do Akoma Ntoso são a Descritividade, os modelos ricos de dados (ontologias) e a separação entre dados e metadados.

O esquema de metadados e ontologia parlamentar, legislativa e judiciária visa "fornecer um esquema universal para todas as informações sobre um documento que está disponível para seu proprietário, mas não pertence ao conteúdo do documento em si, e pode ser necessário para gerenciar ou pesquisar esse mesmo documento" (tradução nossa OASIS, 2017a, 12). Atualmente, a ontologia informal utilizada adota o esquema de metadados Dublin Core e utiliza valores e termos extraídos do tesouro jurídico por profissionais da área jurídica.

O *Akoma Ntoso* teve a mais alta aderência aos critérios de Tipologia documental combinada com os critérios de Engenharia de Documentos para construção de componentes de documentos e utilização de linguagens de marcação. Porém, o modelo não foi bem sucedido na aplicação de Modelos de Processos e descrição de processos de negócio (BPMN), o que evidencia uma lacuna que na realidade ficou evidente também em todos os modelos avaliados de relacionar a atividade de cada documento com o processo de negócio como um todo.

4.5 LegalRuleML

O Comitê Técnico da LegalRuleML elabora e mantém o LegalRuleML, que é um modelo conceitual legível por máquina, que visa produzir uma linguagem de interoperabilidade de regras para o domínio legal (OASIS, 2017b, p. 8). Ele busca atender às três necessidades a seguir expostas.

A primeira consiste em preencher a lacuna entre os textos legais, que são expressos por linguagem natural, e a modelagem da norma semântica, de modo a gerar representações integradas em formato XML e viabilizar a aplicação de tecnologias da Web Semântica, como Programação Neurolinguística, Recuperação de Informações, representação gráfica, ontologias e regras da Web.

A segunda é para fornecer um padrão XML robusto modelador de regras legais, que atenda aos requisitos do domínio legal, de modo a permitir o uso de uma camada de raciocínio legal no topo da camada ontológica.

E, por fim, a terceira necessidade, que é de aplicar a abordagem *Linked Open Data* para modelar dados brutos na lei de atos, contratos, arquivos judiciais, julgamentos, dentre outros, para estendê-la a conceitos e regras legais, juntamente com sua funcionalidade e uso.

O objetivo do LegalRuleML TC é estender o RuleML com recursos formais específicos para normas legais, diretrizes, políticas e raciocínio. O Comitê Técnico definiu um padrão em *XML Schema* e *Relax NG*, capaz de representar particularidades das regras normativas legais com uma linguagem de marcação rica, articulada e significativa.

O LegalRuleML propõe-se a modelar: a revogabilidade das regras e a lógica do revogável; operadores deontológicos, como obrigações, permissões, proibições e direitos; gestão semântica da negação; gestão temporal das regras e temporalidade nas regras; classificação de normas, como constitutiva, prescritiva; jurisdição de normas; isomorfismo entre regras e disposições normativas da linguagem natural; identificação de partes das normas; rastreamento autoral de regras. Não compõem o seu escopo especificações de ontologias legais principais ou de domínio (OASIS, 2017b, p. 8).

O resultado da avaliação confirma a análise de Palmirani et al. (2013, p. 5), que aponta a sinergia do LegalRuleML com o *Akoma Ntoso*, na medida em que o primeiro desenha o modelo de um formalismo lógico de normas expressas em textos jurídicos e o contexto de incidência de tais normas jurídicas como os parâmetros temporais, o inteiro teor do texto original, a competência, o autor e a autoridade das regras. O *LegalRuleML* destacou-se dentre todos os modelos nos critérios do domínio especializado jurídico, porém teve baixa aderência nos demais.

4.6 Nobrade

Tassiara Kich (2011) elaborou uma proposta de arranjo e descrição para processos judiciais de guarda permanente que compõem o acervo do Arquivo Judicial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Foi aplicada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006) para organizar o acesso às informações com aplicação a conjunto de processos judiciais representativos da Primeira República (1889-1930).

A autora utiliza o conceito de fundo de Sousa (2008), que também cita Michel Duchein, para quem o conceito de fundo só existe a partir da aplicação do princípio da proveniência, sendo que o fundo requer uma existência jurídica, administrativa e estrutural da organização (KICH, 2011, p. 54). O fundo (nível 1) foi identificado como o próprio Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

Quanto às seções (nível 2), elas foram estabelecidas a partir da separação nítida entre as ações originárias do primeiro grau e as ações originárias do segundo grau, conforme previsto na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 (KICH, 2011, p. 54-55). Já a seção da área administrativa comporta a produção

documental das atividades-meio de suporte aos serviços do Poder Judiciário.

Para as subseções (nível 2,5), foram definidas as Comarcas existentes no 1º grau de jurisdição, assim consideradas unidades de divisão de competência territorial que se alteram no decurso do tempo (KICH, 2011, p. 55).

A proposta de séries (nível 3) adotou a classificação dos tipos de ações previstos no ordenamento jurídico processual como apresentada e padronizada nas Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (KICH, 2011, p. 56). As Tabelas Processuais também detalham subclasses de tipos e ação e os assuntos, mas esses foram deixados para aplicação aos processos.

Por fim, o nível 4 de processo previsto na Nobrade (2006) permitiu a descrição dos processos judiciais do acervo do Arquivo Judicial com atenção às suas especificidades e o contexto de sua produção (KICH, 2011, p. 56). Em seguida, a autora elabora a descrição do fundo, seção, subseção, série e processos.

O diferencial da Nobrade é a utilização da espécie e tipo documentais, o que não foi verificado nos demais modelos. Não obstante seja centrada em documentos como o modelo australiano e o *Akoma Ntoso*, a Nobrade não traz a utilização de linguagens de marcação o que a distancia dos critérios da Engenharia de Documentos.

5 Conclusões

A avaliação dos modelos levou à identificação de três grupos distintos: o primeiro deles centrado em documentos (*Australian Judgment XML Standard* e *Akoma Ntoso*); o segundo focado nas atividades (CNJ e ECF); e o último no formalismo lógico das normas jurídicas (*LegalRuleML*).

Os modelos de descrição centrados em documentos, em especial o *Akoma Ntoso*, por ser bem mais recente, apresentaram capacidade elevada de descrição de atividades ao atenderem os critérios de Tipologia documental. Somente a Nobrade utiliza a espécie e o tipo documentais, ao passo que a sua utilização pelo *Akoma Ntoso* lhe permitiria atender na íntegra a todos os critérios de Tipologia documental.

Já os modelos focados em atividades apresentaram dificuldades em relacionar o documento utilizado à atividade exercida, o que significa menor capacidade de descrição. E o fato de estarem centrados em atividades não revelou nenhum benefício evidente em relação aos demais modelos.

Mesmo com diferentes características, nenhum dos modelos deles atendeu aos requisitos voltados à aplicação de Modelos de Processos de Negócio

(critério da Engenharia de Documentos) e de BPMN, o que revela uma baixa preocupação dos modelos em descrever documentos/atividades como parte de um todo concatenado que é o processo de negócio. Também não houve aderência de nenhum dos modelos aos critérios de criação de taxonomias de relacionamentos e descrição de modo contínuo (*Records continuum*).

Por fim, podemos concluir que os critérios selecionados de diferentes disciplinas foram capazes de produzir uma avaliação capaz de contribuir para o avanço das pesquisas na área.

Referências

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: **Norma internacional para descrição de funções**. Tradução de Vitor Manuel Marques da Fonseca., adotada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas Dresden, Alemanha, 2-4 de maio de 2007. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2014.
- COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões. **Informação Arquivística** (Rio de Janeiro), v. 6, n. 2, p. 34-60, jul./dez., 2017.
- DURANTI, Luciana. **Diplomatics**: new uses for an old science. Scarecrow Press, 1998.
- GEURTS, Jozef Petrus Theodorus Maria. **A document engineering model and processing framework for multimedia documents**. Eindhoven: SIKS Dissertation Series, 2010.
- GLUSHKO, Robert J.; McGRATH, Tim. **Document Engineering**: analyzing and designing documents for business informatics & web services. Massachusetts: MIT Press, 2005.
- GOSTOJIĆ, Stevan, et al. Semantic driven document and workflow management. In: **Proceedings of the international conference on applied internet and information technologies** (ICAII 2014). Zrenjanin, Serbia. 2014. p. 229-234.
- KICH, Tassiara Jaqueline Fanck. **Descrição do patrimônio documental judicial**: processos da primeira república do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Humanas e Sociais. 2011. 110 f.
- McKEMMISH, Sue; ACLAND, Glenda; WARD, Nigel; REED, Barbara. Describing records in context in the continuum: the Australian Recordkeeping Metadata Schema. **Archivaria**, v. 48, 2006, pp. 3-37.
- MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MENNE-HARITZ, Angelika. **Business processes**: an archival science approach to collaborative decision making, records, and knowledge management. Springer Science & Business Media, 2005.
- MOREIRA, Leonardo Neves. **Confiabilidade e Autenticidade de Processos Judiciais Digitais**: Caso de uma Ação de Habeas Corpus do Superior Tribunal de Justiça. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. 2012. 185 f.
- OASIS. **Akoma Ntoso Version 1.0 Part 1: XML Vocabulary**. Edited by Monica Palmirani, Roger Sperberg, Grant Vergottini, and Fabio Vitali. 06 June 2017a. OASIS Committee Specification 01. Disponível em: <<http://docs.oasis-open.org/legaldocml/akn-core/v1.0/cs01/part1-vocabulary/akn-core-v1.0-cs01part1-vocabulary.html>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- _____. **Electronic Court Filing Version 4.01 Plus Errata 01**. Edited by Adam Angione and James Cabral. 14 July 2014. OASIS Standard incorporating Approved Errata 01. Disponível em: <<http://docs.oasisopen.org/legalxml-courtfiling/specs/ecf/v4.01/ecf-v4.01-spec/errata01/os/ecf-v4.01-spec-errata01-os-complete.html>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- _____. **LegalRuleML Core Specification Version 1.0**. Edited by Monica Palmirani, Guido Governatori, Tara Athan, Harold Boley, Adrian Paschke, and Adam Wyner. 17 May 2017b. OASIS Committee Specification Draft 02 / Public Review Draft 02. Disponível em: <<http://docs.oasis-open.org/legalruleml/legalruleml-core-spec/v1.0/csprd02/legalruleml-core-spec-v1.0-csprd02.html>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- OBJECT MANAGEMENT GROUP. **Business Process Model and Notation (BPMN) Version 2.0**. 2011. Disponível em: <<https://www.omg.org/spec/BPMN/2.0/PDF>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- OSBORN, James; STANFIELD, Allison; STERLING, Leon. **Legal XML Australia Version 1.0**. Disponível em: <http://www.legalxml.org/workgroups/jurisdictional/austalia/uncopies/UN_10013_2000_06_27.htm>, 2000. Acesso em: 19 jul. 2018.
- PALMIRANI, Monica. **Deliverable 1.4 of the European Project ESTRELLA-OWL Ontology of Basic Legal Concepts (LKIF-Core)**. Technical report, University of Amsterdam, Bologna, Liverpool and Fraunhofer FOKUS, 2007.
- RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008. 258 f.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, 2013. 161 f.

UPWARD, Frank. Structuring the records continuum (Series of two parts) Part 1: post custodial principles and properties. **Archives and manuscripts**, v. 24, n. 2, p. 268, 1996.

W3C. **XML DTD**. Disponível em: <https://www.w3schools.com/xml/xml_dtd.asp>. Acesso em: 05 Set.. 2018.

WATANABE, Eduardo. A Arquitetura de metadados de processos judiciais cíveis. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação**, 2014, Belo Horizonte. Anais [recurso eletrônico] / XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Apêndice A – Avaliação comparativa dos modelos

Referencial teórico	Elementos de descrição selecionados	<i>Australian Judgment XML Standard</i>	CNJ	ECF	<i>Akoma Ntoso</i>	<i>LegalRule ML</i>	NoGrade
Diplomática	1. Autor	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	2. Destinatário	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	3. Texto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	4. Subscrição	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	5. Data	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	6. Espécie documental	Não	Parcial	Não	Parcial	Não	Sim
	7. Anotações da fase de execução	Não	Parcial	Sim	Não	Não	Não
	8. Anotações no curso de transação	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
	9. Anotações adicionadas pelos serviços de arquivo e protocolo	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Tipologia documental	1. Função	Sim	Parcial	Parcial	Parcial	Não	Sim
	2. Atividade	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	Sim	Sim
	3. Tipo documental	Não	Parcial	Parcial	Parcial	Não	Sim
	4. Objetivo da produção	Não	Não	Não	Sim	Não	Parcial
	5. Fundamento legal	Não	Sim	Parcial	Sim	Sim	Parcial
	6. Documentos anexos	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Parcial
	7. Documentos relacionados	Sim	Não	Parcial	Sim	Não	Parcial
	8. Tramitação	Não	Não	Parcial	Sim	Não	Parcial
Engenharia de Documentos	1. Permite a construção de componentes de documentos	Sim	Parcial	Não	Sim	Não	Não
	2. Permite utilizar linguagem de marcação	Sim	Parcial	Sim	Sim	Sim	Não
	3. Aplicar padrões aos Modelos de Processos	Não	Parcial	Não	Não	Não	Não
BPMN	1. <i>Process Modeling Conformance</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2. <i>Process Execution Conformance</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	3. <i>BPEL Process Execution Conformance</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	4. <i>Choreography Modeling Conformance</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Records continuum</i>	1. Permite criar taxonomias dos relacionamentos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2. Permite que a descrição seja feita de modo contínuo	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Teoria do Fato Jurídico	1. Fato (real)	Sim	Não	Parcial	Sim	Sim	Parcial
	2. Norma jurídica	Parcial	Não	Parcial	Sim	Sim	Parcial
	3. Suporte fático abstrato	Parcial	Não	Não	Parcial	Sim	Parcial
	4. Incidência	Parcial	Não	Não	Parcial	Sim	Parcial
	5. Suporte fático concreto	Parcial	Não	Não	Parcial	Sim	Parcial
	6. Fato jurídico	Parcial	Não	Não	Parcial	Sim	Parcial
	7. Efeitos jurídicos	Parcial	Não	Parcial	Sim	Siml	Parcial

Mapeamento da produção Norte e Nordeste sobre Indexação de Imagens: um estudo a partir dos repositórios institucionais.

Mapping of the North and Northeast production on Image Indexing: a study from the institutional repositories

Carla Beatriz Marques Felipe (1), Fabio Assis Pinho (2), Wagner Oliveira de Medeiros (3)

(1) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, felipecarla12@gmail.com.

(2) (3) Universidade Federal de Pernambuco, Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife – PE

(2) fabiopinho@ufpe.br (3) medeiros.w.o@gmail.com

Resumo

Este trabalho disserta acerca da produção do norte e nordeste do Brasil sobre a temática indexação de imagens. Seu objetivo geral é mapear a produção científica das regiões norte e nordeste que discorre a respeito da indexação de imagens. Dessa forma, apresenta a Organização do Conhecimento como disciplina responsável por elaborar teorias, sistemas e atividades que facilitam a representação da informação e conseqüentemente a sua disseminação. Cita a importância das imagens como fontes de informação e ressalta que a indexação de imagens necessita de uma análise diferenciada, sobretudo por causa da subjetividade das imagens. Para o alcance dos objetivos, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e exploratória. O campo de estudo foram as universidades que compõem as regiões norte e nordeste do Brasil, mais especificamente as que possuem os cursos de graduação em Biblioteconomia e a Pós-Graduação em Ciência da Informação. Os dados foram coletados nos repositórios e bibliotecas digitais das universidades. Conclui-se que a temática é pertinente à Ciência da Informação nas regiões investigadas, sobretudo no âmbito dos estudos desenvolvidos na pós-graduação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Indexação de imagens.

Abstract

This paper discusses the north and northeast Brazil production on the subject indexation of images. Its general objective is to map the scientific production of the north and northeast regions that deals with the indexation of images. In this way, it presents Knowledge Organization as a discipline responsible for developing theories, systems and activities that facilitate the representation of information and consequently its dissemination. It cites the importance of images as sources of information and describes that the indexing of images requires a differentiated analysis, mainly because of the subjectivity of the images. In order to reach the objectives, the methodology used was exploratory and bibliographical. The field of study was the universities that compose the northern and northeastern regions of Brazil, more specifically those that have undergraduate courses in Librarianship and Post-Graduation in Information Science. The data were collected in the universities' digital repositories and libraries. It is concluded that the theme is pertinent to Information Science in the regions investigated, especially in the scope of the studies developed in the Graduate Studies.

Keywords: Information Science; Organization of Knowledge; Indexing of images.

1 Introdução

Entendida como a ciência que trata das características gerais da informação, que contempla atividades de armazenamento, organização e uso, a Ciência da Informação tem como objetivo o estudo da informação, desde a sua origem até a sua utilização pelo usuário. Assim sendo, a Ciência da Informação tem em seu campo de estudo várias atividades ligadas à disseminação e uso da informação, passando pela coleta, tratamento e organização da mesma. Dessa forma, emprega os estudos desenvolvidos na Organização do Conhecimento.

É fundamental para a sociedade preocupar-se com o conhecimento, tornando-o acessível. O conhecimento o qual a Organização do Conhecimento se propõe a estudar é o que está registrado, passível de transmissão.

Neste sentido, é a partir da representação do conhecimento partilhado que o novo conhecimento é gerado.

Nesse contexto, a Organização do Conhecimento surge da necessidade de se desenvolver estudos que facilitem a recuperação da informação e, como o próprio nome já diz, por meio da organização. Essa disciplina tem como finalidade entender as propriedades do conhecimento e assim desenvolver mecanismos para sua disseminação.

Na atualidade, existem os mais variados suportes para o registro da informação. Um dos registros que merecem destaque é a imagem, encontradas como fotografias, pinturas, desenhos, raios-x, gravuras, selos e outros. As imagens são encontradas nos mais diversos âmbitos da sociedade e com o avanço das

tecnologias de informação, ganharam notoriedade. Segundo Rodrigues (2007, p. 67):

“nos dias atuais a imagem ganhou grande destaque, em especial com o advento da Internet e a difusão da comunicação global, em virtude da hipermediação, que consiste na combinação da informação em suas múltiplas dimensões: texto, imagem e áudio”.

É perceptível o uso de imagens no cotidiano da sociedade como um mecanismo de disseminação da informação. As imagens, mesmo antes do surgimento da fotografia, já serviam de base para os mais variados tipos de experimento. Para Maiome e Talámo (2008), qualquer registro do conhecimento é uma fonte de informação e, como fonte, deve receber o tratamento adequado para a recuperação da informação, contemplando as mais variadas características. As imagens passam cada vez mais a fazer parte dos acervos nas instituições, inclusive fomentando a disseminação da memória institucional. Em acervos, para que ocorra a recuperação da informação, é necessário que esta esteja organizada, sendo que para isso existe a Organização do Conhecimento e, incorporada a ela, a indexação.

Um dos mecanismos de representação da informação é a indexação, entendida como o processo temático no qual o usuário a encontra sob forma condensada, concisa, organizada, remetendo os termos-chaves sobre a representação do conteúdo dos documentos. A indexação é uma atividade de representação da informação e é aplicada nos mais variados tipos de documentos, inclusive imagéticos.

À medida que uma área vai se consolidando, a sua produção científica aumenta e seu estudo possibilita o entendimento de todo o seu funcionamento. Segundo Freire e Souza (2010, p. 112):

A produção científica constitui-se em uma análise mais ampla num instrumento de prestação de contas, uma vez que permite a universidade mostrar à sociedade, os resultados, a pertinência e a relevância de suas ações.

Isso posto, é compreensível que os estudos que observam como se dá os comportamentos de determinada produção são necessários para contemplar a sua consolidação, ações e quais rumos essa área está tomando. Ainda para Freire e Souza (2010), estudar a produção científica se faz importante para se observar o desenvolvimento não só científico, quanto tecnológico de um país.

Nesse sentido, a análise da produção científica sobre indexação de imagens, é essencial para compreender como os autores brasileiros em Organização do Conhecimento estão tratando sobre o assunto, visto que, com base nas teorias, a prática pode ser aperfeiçoada e a indexação de imagens é algo que requer, por parte do bibliotecário, um cuidado bastante específico.

Partindo dos resultados da pesquisa iniciada em 2017 e apresentada na ISKO Brasil 2017, demonstrando a pesquisa sobre indexação de imagens em todo o Brasil com o foco na pós-graduação, surgem os questionamentos acerca da produção no norte e nordeste do país. Assim, resolveu-se dar continuidade a pesquisa e investigar como os pesquisadores das regiões norte e nordeste têm discutido sobre a indexação de imagens. Dessa forma, surge o seguinte questionamento: quais as tendências das temáticas da pesquisa em Indexação de imagens nas regiões norte e nordeste do Brasil?

Para resolver esse questionamento, tem-se como objetivo geral mapear a produção científica das regiões norte e nordeste no que concerne à indexação de imagens. Nesse contexto, para o alcance do objetivo geral, os objetivos específicos são averiguar os pesquisadores mais destacados; identificar as tendências das pesquisas sobre a temática indexação de imagens; e descrever quais os tipos de trabalhos mais desenvolvidos.

Por tudo isso, a pesquisa foi realizada em repositórios institucionais e bibliotecas digitais das universidades federais da região norte e nordeste do Brasil. A escolha para os repositórios se dá pela capacidade de disseminação da produção dentro das universidades, sejam elas por meio de teses e dissertações, bem como da divulgação de Trabalhos de Conclusão de Curso e artigos produzidos para periódicos e eventos.

Para um melhor entendimento da pesquisa são abordados, de forma sucinta, os conceitos de Organização do Conhecimento e Indexação de imagens.

2 Organização do Conhecimento

A Organização do Conhecimento fundamenta-se em tempo remotos, perpassando pela história dos registros do conhecimento, livros e bibliotecas e as classificações. Um primeiro fator nesse contexto é a invenção da escrita, que provocou o desenvolvimento da cultura e o aperfeiçoamento de registros. É fundamental para a sociedade se preocupar com esse conhecimento, tornando-o acessível.

No domínio da Ciência da Informação existem várias atividades e estudos relacionados à representação e recuperação da informação. À medida que a Ciência da Informação estuda a representação da informação, faz uso da Organização do Conhecimento. Alves e Oliveira (2016, p. 103) afirmam que:

No âmbito da Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento (OC) é um domínio em contínua construção e um espaço relativamente autônomo, como também interdisciplinar. Faz interface com outros domínios e se preocupa com as questões de natureza teórico-metodológicas para contribuir na sistematização,

produção, organização, disseminação, representação e recuperação da informação nos diferentes contextos científicos.

Assim, a Organização do Conhecimento tem como escopo os estudos que possibilitam a recuperação da informação. Corroborando com esse pensamento, Pinho (2009, p. 33) disserta que:

Quando a Organização do Conhecimento é focalizada no âmbito da Ciência da Informação, tem-se uma área de estudos voltada às atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada.

Nesse sentido, os estudiosos dessa área desenvolvem sistemas, atividades e teorias que facilitam essa recuperação. Como parte do desenvolvimento da Organização do Conhecimento, tem-se o Tratamento Temático da Informação. Segundo Guimarães (2008, p. 79), o tratamento temático da informação é parte integrante de um “ciclo de operações documentais, uma vez que ocupa posição intermediária entre a coleta e a difusão de documentos e, destarte, caracteriza-se por atividades de processamento, tanto sob a ótica do suporte material – tratamento descritivo – quanto do conteúdo – tratamento temático”. Cabe frisar que as atividades desenvolvidas dentro do Tratamento Temático da Informação são elo entre a informação e usuário.

Como parte integrante do Tratamento Temático, tem-se a indexação. A indexação – representação da informação por meio de termos livres ou controlados – permite que o usuário tenha acesso ao conteúdo do documento. É uma atividade relacionada aos estudos da Ciência da Informação e Biblioteconomia. Segundo Nunes (2004, p. 55):

A recuperação de informações armazenadas num catálogo ou numa base de dados bibliográfica depende fundamentalmente de uma boa indexação dos assuntos contidos nos documentos incorporados ao acervo de uma biblioteca.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a indexação é indispensável para o bom funcionamento das unidades de informação. De nada adiantaria o seu desenvolvimento se a informação não chegar ao usuário. Portanto, conhecer o tipo de informação ao qual o usuário necessita ou faz uso é fundamental para o desenvolvimento das atividades.

Por meio da indexação é possível representar a informação nos mais variados suportes para a sua posterior recuperação. Claro, cada tipo de documento terá uma análise específica para o seu tipo de informação.

Cada vez mais acervos são formados por imagens e essas necessitam de cuidados especiais para a sua análise e indexação. Nesse contexto, o estudo sobre a indexação de imagens se faz importante, visto que as imagens são carregadas de subjetividade e seu

tratamento deve ser diferente de documentos onde a informação é escrita.

3 Indexação de imagens

As imagens se constituem como uma das fontes de informação e comunicação de grande importância para o homem. Esses recursos estão presentes em jornais, revistas, livros, são as próprias pinturas e desenhos e acompanham o homem desde os primórdios de sua história com as pinturas rupestres. Atualmente as imagens têm se manifestado em larga escala por meio dos memes e *selfies* que a facilidade da tecnologia atual proporciona para a sua disseminação. Nessa perspectiva, Silva e Lacerda (2018, p.79) dissertam que:

Hoje em dia, as representações imagéticas constituem uma parte substancial de nossa cultura visual contemporânea e é impossível ignorar sua dimensão tanto informativa, quanto documental. São consideradas como valiosas fontes para colher informações sobre os contextos socioeconômicos e históricos, cultura material, formas de vida, sistemas de crença etc.

Assim, podemos afirmar que as imagens estão presentes no cotidiano do homem nos mais variados contextos de sua vida.

Dessa forma, convém ressaltar que nas instituições que formam acervos com iconografia devem ter em mente que para que a informação circule ela deve estar organizada.

Como citado acima, a Organização do Conhecimento se preocupa com a organização da informação para que ocorra a sua disseminação de forma correta. Em função disso, as imagens requerem um tratamento técnico diferenciado das demais fontes de informação no que diz respeito a sua representação (FELIPE; PINHO, 2017).

Para tanto, os teóricos que desenvolvem pesquisas sobre a indexação de imagens sempre alertam para a questão da subjetividade das imagens. Em função disso, para a análise das imagens é sempre necessário conhecer o contexto ao qual ela está inserida e sempre buscar informações complementares sobre as mesmas.

Para exemplificar a questão da subjetividade das imagens e que elas podem representar os mais variados tipos de informação, observemos a foto abaixo:

Imagem 1: Criança triste



Fonte: Fotos. Notícia Uol (2012).

É perceptível ver que a criança está triste, mas porque está triste? Ao utilizar essa fotografia em algumas aulas, as pessoas dizem que é porque ela está com fome ou porque estão obrigando ela a comer (perceba a fruta que está no colo dela). Porém a criança chora ao ver pai ferido em um hospital, após a explosão de uma bomba em Peshawar, no Paquistão.

Autores como Erwin Panofsky(1979), Sarah Shatford(1994), Bléry G. (1979), Manini (2004), Pato (2014) e Cordeiro (2010), em seus escritos sobre análise e indexação de imagens, enfatizam que é necessário conhecer de fato o que a imagem representa e como e quando foi produzida. Isso faz como que, ao se indexar a imagem, o indexador possa transmitir de fato o que ocorre na situação retratada e não ser levado pela subjetividade da imagem. Porto (2017, p.125) reafirma esse pensamento:

[...]diante das especificidades que configuram a imagem pelos atributos de heterogeneidade, multiplicidade e complexidade, o tratamento da informação imagética demanda recursos e metodologias particulares de análise e representação feita pelo indexador.

Face ao exposto, fica claro que o indexador de imagens tenha conhecimento sobre o acervo no qual está inserido e que, se possível, busque conhecer algumas das metodologias criadas para auxiliar na análise das imagens.

Dando continuidade à pesquisa iniciada em 2017 sobre como é desenvolvida a produção brasileira acerca da temática indexação de imagens, surge a necessidade de aprofundar os estudos, para isso o foco do presente trabalho será a região norte e nordeste do Brasil com base na produção encontrada nos repositórios institucionais. Assim, serão descritos a seguir todos os passos desenvolvidos para a construção da pesquisa.

5 Metodologia

A presente pesquisa se caracteriza como uma investigação de natureza exploratória e bibliográfica. O campo de estudo são as universidades que compõem as regiões norte e nordeste do Brasil.

Para um melhor refinamento da pesquisa foram escolhidas universidades que ofertam os cursos de

graduação em Biblioteconomia e pós-graduação que compreendem a Ciência da Informação. A escolha de investigação se dá pelo princípio que os bibliotecários e cientistas da informação são alguns dos profissionais que trabalham e desenvolvem pesquisas relacionadas à Organização do Conhecimento. Como afirma Smiraglia (2014, p. 3, tradução nossa), “Organização do Conhecimento é fundamental para o bom funcionamento da Ciência da Informação. Sem o que é aprendido na Organização do Conhecimento, a recuperação da informação não pode funcionar”.

Nesse contexto, o primeiro passo foi realizar uma busca no site do E-MEC para descobrir quais as universidades nas regiões norte e nordeste oferecem os cursos de Biblioteconomia. Em seguida, verificou-se no site da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação) quais programas de pós-graduação são realizados nas regiões acima citadas. Depois dessa averiguação, ocorreu uma busca para saber se todas as universidades encontradas possuíam repositórios. Coincidentemente, as universidades que não possuíam os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação não possuem também os repositórios.

Assim, as seguintes instituições se constituíram como amostra do presente trabalho foram: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal de Alagoas (AFAL); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Sergipe (UFS); e Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Após a organização da listagem dessas instituições, foi realizada a busca nos repositórios e bibliotecas digitais. Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 3), repositórios “são conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente”. São encarregados de preservar a produção intelectual de universidades ou instituições. A escolha das bibliotecas digitais para complementar a pesquisa se deu porque em algumas instituições os repositórios só englobavam teses e dissertações e elas possuem uma biblioteca para o excedente de sua produção acadêmica, como no caso da UFRN e UFPA.

A coleta de dados ocorreu por meio dos termos “indexação de imagens” e “indexação de fotografias” nos campos de busca geral e por assunto. Delimitou-se ainda um recorte temporal compreendendo os anos de 2006 a 2018. Por se tratar de um *corpus* pequeno, não

foi utilizado nenhum *software* específico para a bibliometria. A seguir, serão apresentados os resultados e a análise dos mesmos.

5 Resultados

A partir das definições metodológicas, ocorreu a coleta de dados. Dessa forma, no total foram recuperados 16 trabalhos, os quais foram analisados por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave, bem como a observação do sumário no caso de monografias, teses e dissertações. Para o melhor entendimento do objetivo de alguns trabalhos, foi necessário ler a introdução dos mesmos.

Dois trabalhos recuperados na UFPB foram descartados devido a seu foco ser especificamente na representação descritiva das fotografias, com o foco nas áreas do AACR2. Assim, formam o *corpus* da pesquisa 14 trabalhos.

Os trabalhos recuperados foram encontrados em apenas cinco universidades: UFCA, UFPB, UFPE, UFRN e UFBA. Foram recuperados 4 monografias, 5 dissertações, 1 tese e 4 artigos de periódicos ou de eventos. Em um quadro abaixo, no anexo A, será possível visualizar o título dos trabalhos recuperados com seus respectivos autores e instituições aos quais são pertencentes.

Acreditamos que os dados coletados não foram maiores devido à temática ser bastante específica e nem todas as universidades que possuem a graduação em Biblioteconomia também possuem o curso de pós-graduação. Acreditamos também que, como a presente pesquisa está sendo desenvolvida no início do ano de 2019, nem todos os trabalhos desenvolvidos em 2018 entraram nos seus respectivos repositórios.

De maneira geral, os trabalhos abordam sobre questões ligadas à Organização do Conhecimento sempre com foco nas imagens, sejam elas jornalísticas ou arquivistas. Não possuem especificamente seu foco na indexação de imagens, mas fazem uso dos seus teóricos para o desenvolvimento do trabalho quando se trata da descrição e recuperação da informação. Alguns dos trabalhos sugerem melhorias para acervos em instituições de memória e, para seu embasamento, fazem uso de teóricos citados acima, como Sarah Shatford. Para um melhor entendimento, será feito uma pequena análise dos trabalhos por instituição.

Cabe destacar que os trabalhos recuperados estão voltados em sua maioria na descrição das fotografias, mas as obras de artes também ganharam destaque com o desenvolvimento de dois trabalhos voltados para a sua descrição e utilização como fonte de informação para a memória. Os documentos audiovisuais também foram objetos de estudos em alguns trabalhos.

Na UFBA, dos trabalhos recuperados, um trata da indexação de imagens em um jornal que circula tanto impresso como digital. O objetivo do trabalho é analisar como é realizada a descrição das imagens no banco de dados do jornal. Outro trabalho trata da descrição de imagens em documentos arquivísticos, mais precisamente propõe uma discussão sobre o tema e cita alguns teóricos de indexação de imagens para embasar seu trabalho.

Na UFC, dois dos trabalhos discorrem sobre a indexação de imagens no ligadas ao campo da saúde. Um apresenta os modelos de tratamento e organização de imagens e sua aplicabilidade ao campo da saúde. Outro propõe uma inovação para a representação das imagens utilizando ontologias.

Ainda na UFC, um trabalho sobre como a indexação de fotografias facilita a utilização das mesmas como documento. De outro modo disposto, uma produção científica apresenta semelhança com um dos trabalhos desenvolvidos na UFBA, que utiliza conceitos da Biblioteconomia sobre representação da informação e aplica na área da Arquivologia. O último trabalho recuperado apresenta uma proposta de descrição para imagens em movimento em repositório audiovisual.

Na UFPE temos dois trabalhos voltados para a descrição de as obras de artes. Um deles não fala especificamente de indexação, porém faz uso dos teóricos para embasar seu trabalho e usar outro método de representação das imagens. Ainda na UFPE se tem um trabalho que investiga os aspectos sociocognitivos para a indexação das fotografias.

Na UFRN, dois trabalhos tratam de indexação em acervos presentes dentro da instituição e descrevem como é realizado o tratamento técnico dos mesmos. Outro trabalho trata de uma proposta de aplicação de uma metodologia de Sarah Shatford, citada acima, no acervo de fotografias da Escola de Música da UFRN e constata que pode ser perfeitamente aplicado ao acervo.

Por fim, temos o trabalho recuperado na UFPB. Este possui um foco mais voltado para a memória, porém descreve que, para que se possa produzir memória, é necessário estar bem descrito, para isso utiliza como base também os estudos desenvolvidos por Sarah Shatford, bem como do historiador em arte Panofissky e o pioneiro trabalho da professora Joanna Smit.

Buscou-se ainda identificar quais são os autores mais produtivos sobre a temática indexação de imagens. Verificou-se, então, a professora Virgínia Bentes Pinto (UFC) com dois artigos recuperados, o bibliotecário Francisco Edvander Pires Santos (UFC) com dois artigos, Carla Beatriz Marques Felipe¹ com a

¹ Atualmente Carla é Professora na UFRJ.

monografia desenvolvida na UFRN e a dissertação na UFPE.

Como alguns trabalhos foram desenvolvidos no âmbito da pós-graduação, destacamos aqui que o professor Fábio Pinho foi o responsável pela orientação das 3 dissertações recuperadas no repositório da UFPE, onde ele é professor.

Dado que apenas 4 trabalhos recuperados são artigos, achamos pertinente não investigar acerca do aspecto da coautoria e também porque o foco são os pesquisadores da região norte e nordeste. Ao observar esse aspecto, acreditamos fugir do objetivo da pesquisa.

6 Considerações finais

Precursoras da escrita, as imagens surgem como auxílio para o registro do conhecimento. Nos mais variados tipos, as imagens podem ser fotos, desenhos, pinturas, gravuras e outros. Tornando-se assim, fontes de informação nos mais variados ambientes da sociedade. Assim, seu uso é cada vez mais significativo em instituições, inclusive no que diz respeito à memória institucional dessas instituições.

Para se fazer uso das informações contidas nas imagens, faz-se necessária a sua representação. Dentre os mecanismos que a Ciência da Informação faz uso para a representação da informação está a indexação. A indexação é parte constituinte da Representação Temática da Informação e permite a recuperação da informação por parte do usuário por meio da representação do conteúdo do documento. A indexação pode ser aplicada nos mais variados suportes do registro do conhecimento, incluindo as imagens.

É interessante notar o avanço e a evolução com que os trabalhos de pesquisas estão em relação à indexação de imagens no âmbito do Brasil. Isso é perceptível nos resultados da pesquisa de Felipe e Pinho (2017), em que o crescimento das publicações foi apontado na última década. Por isso, fez-se necessário a continuação dessa pesquisa, agora com o foco nas regiões Norte e Nordeste do país.

Após a realização da pesquisa, os resultados mostram que o foco dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática se concentra em apenas 5 universidades, porém os trabalhos recuperados mostram que a indexação de imagem é algo significativo para a Ciência da Informação.

Os trabalhos demonstram que a indexação de imagens realmente é importante para a representação e recuperação da informação. Essa indexação auxilia na representação de acervos das próprias instituições, nas questões de imagens em saúde, no fotojornalismo, em acervos arquivísticos e em obras de arte.

Pode-se perceber também que os trabalhos desenvolvidos fazem uso de teóricos reconhecidos da área, como Sarah Shatforda, a professora Joanna Smit e o historiador de artes Erwin Panofsky.

Após a realização da pesquisa, fica claro que a temática é importante no âmbito da pós-graduação, em que a maioria dos trabalhos recuperados foram desenvolvidos.

Para um maior aprofundamento dos estudos, será dada a continuidade da pesquisa nas outras regiões restantes do país.

Referências

ALVES, Bruno Henrique. Oliveira, Ely Francina Tannuri de. O desenvolvimento do domínio da "organização do conhecimento" no contexto da ciência da informação a partir da isko-brasil. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. v.10, n. 2, p.103-108, 2016.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis. Mapeamento da Produção Brasileira sobre Indexação de Imagens. In: PINHO, Fabio Assis; Guimarães, José Augusto Chaves (Orgs.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Recife: Ed. UFPE, 2017. p.146-153.

FOTOS. UOI notícias. <http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/imagensdodia/2012/09/19/imagens-do-dia---19-de-setembro-de-2012.htm?fotoNav=40#fotoNav=48>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FREIRE, Isa Maria; SOUZA, Alexandre Pereira. Revista pesquisa brasileira em ciência da informação e biblioteconomia – pbcib: um mapeamento temático da produção científica à luz da análise de conteúdo. *Inf. Inf.*, Londrina, v.15, n.2, p.110 -128, jul./dez. 2010.

GUIMARÃES, José Augusto. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, v.1 n.1, p.77-99, jan./jun. 2008. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MAIOME, Giovana Deliberali; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. *Datagrazero* – Revista de Ciência da Informação, v.9, n.2, abr. 2008.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. *Biblos*, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/411/96>

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000300008. Acesso em: 03 mar. 2019.

SILVA, Sérgio Matias da; LACERDA, Aline Lopes de. a análise documental de imagens como processo de mediação da informação nos arquivos. **Acervo**, rio de janeiro, v. 31, n. 3, p. 75-87, set./dez. 2018.

TOMAÉL, Maria Ines; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de inforção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **AaAnais...**Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Apêndice A – Trabalhos recuperados

Título	Tipo	Autores	Instituição
Recuperação da informação fotográfica: o arquivo do jornal a tarde	Dissertação	Regina Célia de Sá	UFBA
Descrição arquivística da fotografia do arquivo pessoal de Rui Barbosa: informação e memória	Dissertação	Joseane oliveira da cruz	UFBA
Indexação morfossemântica de imagens no contexto da saúde visando à recuperação de informações*	Artigo de periódico	Virginia Bentes Pinto	UFC
A representação da fotografia como fonte de informação: roteiro religioso pelo centro de Fortaleza	TCC	Demetrio Santos Chrisóstomo	UFC
Ontologia de imagens médicas: tratamento e indexação de imagens	Artigo de evento	Virginia Bentes Pinto	UFC
Documentos e Informações Audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da Biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV	Artigo de periódico	Francisco Edvander Pires Santos	UFC
Definição de metadados e critérios de indexação para documentário em repositório audiovisual	Artigo de periódico	Francisco Edvander Pires Santos	UFC
Obras de arte e a memória imagética: uma análise dos métodos de representação	Dissertação	Rafael Alves de Oliveira	UFPE
A representação da informação em obras artístico-pictóricas como elemento de compreensão da memória	Dissertação	Wagner Oliveira de Medeiros	UFPE
Os aspectos sociocognitivos para a indexação de fotografias	Dissertação	Carla Beatriz Marques Felipe	UFPE
A viabilidade da metodologia de Sara Shatford para a indexação de fotografias: o acervo fotográfico da Escola de Música da UFRN	TCC	Martina Luciana Souza Brizolara	UFRN
Acervo iconográfico da Escola de Música da UFRN: considerações sobre a organização documental	TCC	Carla Beatriz Marques Felipe	UFRN
Indexação de fotografia da Biblioteca Central Zila Mamede: um fragmento de sua coleção	TCC	Ênio Barbosa de Lima	UFRN
A fotoautobiografia como espeço de recordação: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira	TESE	Eveline Filgueiras Gonçalves	UFPB

A Classificação de Informações Estatísticas: conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais

The classification of statistical information: knowledge about society from official statistics

Marcia Quintslr

Programa de pós-graduação em Ciência da do Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI-IBICT/UFRJ-ECO) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), marciameloq@gmail.com

Resumo

As agendas estatísticas oficiais correspondem às atividades das agências produtoras de estatísticas, definindo (in)visibilidades para questões sociais e recortes populacionais e territoriais. Para representar tais agendas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística construiu a Classificação de Informações Estatísticas (CIE), formalizada em 2015, que é aqui avaliada, visando a futuro aprimoramento. Como múltiplos interesses de diferentes atores sociais impactam as agendas, influenciando a seleção de tópicos para a mensuração estatística, a dimensão sociopolítica da Organização do Conhecimento (OC) fundamenta a análise da CIE no que tange às (in)visibilidades estabelecidas. Para o exame da aplicabilidade da estrutura da CIE, as formas de representação através de Sistemas de Organização do Conhecimento tradicional e facetada, bem como a requerida consistência do princípio classificador, oferecem fundamentos. Análise documental temporalmente extensa permitiu observar potencialidades da CIE frente à evolução das necessidades estatísticas. A estrutura da CIE foi cotejada com tópicos estatísticos visibilizados como de interesse da sociedade, segundo documentos e registros datados de 1974, 1992, 1996, 2006 e 2016. A CIE foi confrontada também com lacunas ou invisibilidades estatísticas percebidas em 2006 e 2016. Finalmente foram sugeridos estudos para a adoção da representação facetada na estrutura da CIE.

Palavras-chave: agendas estatísticas oficiais; Classificação de Informações Estatísticas

Summary

The official statistical agendas correspond to the activities of statistical agencies, defining (in) visibilities for social issues and population and territorial cuts. In order to represent such agendas, the Brazilian Institute of Geography and Statistics has built up the Classification of Statistical Information (CSI), formalized in 2015, which is evaluated here for future improvement. As multiple interests of different social actors impact the agendas, influencing the selection of topics for statistical measurement, the sociopolitical dimension of the Knowledge Organization (KO) bases the CSI analysis on the (in) visibilities established. In order to examine the applicability of the CSI structure, the forms of representation through traditional and faceted Knowledge Organization Systems, as well as the required consistency of the classifying principle, provide grounds. Temporary extensive documentary analysis made it possible to observe the CSI's potential in relation to the evolution of statistical needs. The structure of the CSI was compared with statistical topics seen as being of interest to society, according to documents and records dated from 1974, 1992, 1996, 2006 and 2016. The CSI was also confronted with perceived statistical gaps or invisibilities in 2006 and 2016. Finally, studies were suggested for the adoption of faceted representation in the CSI structure.

Keywords: official statistics agendas; Classification of Statistical Information

1 Introdução

Especialmente em sociedades democráticas, as estatísticas oficiais servem à proposição, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, subsidiam usuários do setor privado em suas escolhas de cunho corporativo e fundamentam decisões de natureza particular. Dão suporte ao desenvolvimento de projetos diversos, assim como a estudos e a pesquisas sobre a vida em sociedade, contribuindo para sua compreensão. Propiciam elementos para o exercício da cidadania, no que diz respeito à luta por direitos e à avaliação de resultados da gestão pública, entre outros aspectos.

A Classificação de Informações Estatísticas (CIE), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), tem por objetivo a representação dos tópicos que constituem a produção de conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais no país, que são viabilizadas pelas instituições integrantes do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Agendas estatísticas evoluem ao longo do tempo, refletindo as necessidades da sociedade e propiciando visibilidade às mensurações e às análises elaboradas a partir das estatísticas a diferentes questões sociais, grupos populacionais e recortes territoriais.

A avaliação da CIE como instrumento de apoio à representação das agendas estatísticas oficiais no Brasil é particularmente relevante, tendo em vista uma peculiaridade brasileira. A legislação estatística vigente aponta a publicação quinzenal de planos estatísticos

(planos é designação das agendas na lei estatística brasileira) com base em conferências nacionais, também propostas para serem quinquenais, envolvendo produtores e usuários das estatísticas. Essa não tem sido a dinâmica de definição de agendas no Brasil. Ainda assim, a produção estatística no País, que detém reputação positiva nacional e internacionalmente, realiza-se a partir de agendas permanentemente discutidas, refletindo parte importante da demanda por estatísticas.

Com o presente estudo, procura-se compreender as potencialidades da CIE como Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) na representação de tais agendas. É avaliada a efetividade da estrutura classificatória proposta para a CIE, buscando-se analisar, também, em que medida é eficaz para refletir os diferentes interesses de diversos atores sociais que concorrem para o desenho das agendas estatísticas, com diferentes capacidades para influenciá-las. A CIE é analisada, portanto, segundo as dimensões aplicada e sociopolítica preconizadas pela *International Society of Knowledge Organization* (ISKO) como abordagens pertinentes a estudos no campo da Organização do Conhecimento (OC).

Inicialmente são apresentadas as justificativas históricas e elementos teóricos da OC que validam desenvolver a avaliação da CIE à luz de seu marco conceitual. É estabelecida a relação entre essa abordagem e o uso das classificações no campo das estatísticas oficiais, especificamente, com o foco no desenho de agendas estatísticas. Sob a dimensão aplicada, os modelos de representação tradicional e por facetas, bem como propriedades desejáveis, tais como a consistência do princípio classificador, oferecem suporte às análises. A reflexão de Bourdieu (2008) sobre as classificações e estatísticas no contexto do exercício do poder simbólico do Estado é levada em conta na abordagem segundo a dimensão sociopolítica.

Os resultados de estudo realizado sobre agendas no Brasil de 2006 a 2016 (QUINTSLR, 2018) subsidiaram a avaliação da CIE. Em complemento, foram explorados o plano estatístico legalmente estabelecido em 1974 e o plano formalmente sugerido pelo IBGE em 1992 (últimos planos registrados em consonância com a legislação estatística vigente). Considerou-se também a documentação do debate sobre as estatísticas nacionais em 1996. A partir da análise documental dessas fontes, a CIE foi analisada sob os enfoques de visibilidades e invisibilidades. Através do primeiro, buscou-se identificar a consistência do seu princípio classificador, atrelado ao objetivo de dar suporte às agendas, como representação das estatísticas a produzir. Esperava-se que o olhar temporal construído contribuísse para a compreensão da potencialidade da CIE para absorver as flutuações inerentes às agendas estatísticas, em geral impactadas por fatores sociopolíticos em diferentes momentos.

Concluiu-se pela avaliação positiva da CIE, sob os critérios de consistência do princípio classificador, a partir do estudo comparativo de suas categorias com tópicos visibilizados nos planos estatísticos e debates realizados no período 1974-2016. A partir de tais comparações, pequenos ajustes à CIE foram sugeridos. Por outro lado, o exame de lacunas ou invisibilidades no campo das estatísticas sociais demonstrou que há aprimoramentos da estrutura da CIE que reforçariam seu papel de representação das agendas. Foi sugerida a reformulação da estrutura da CIE que possibilite a análise de facetas, tanto no que tange à periodicidade de produção quanto à cobertura territorial das estatísticas. Por fim, necessários desdobramentos do estudo foram apontados, visando a avanços na compreensão da exaustividade da CIE e de sua aderência à representação das nuances sociopolíticas inerentes à dinâmica das agendas.

2. Classificações, Organização do Conhecimento, a CIE e as agendas estatísticas

O ato de classificar é inerente à existência humana para compreender ou organizar a realidade que a cerca e tem sido objeto de estudo, tendo em vista sua intensa aplicação e consequências culturais e sociopolíticas. Influência, tanto como reflexo do entendimento comum, como no âmbito de outros tipos de conhecimento, a exemplo do científico. Este último inspirou o termo que foi empregado por Zedler, em 1733, no *Universal Lexicon*, a partir da combinação das palavras latinas *classis* e *facere*, como registrado em Campos (2008).

A identificação das classificações com a OC está na origem dessa última que, primordialmente, justifica-a como fundamentação para o presente estudo.

Há diferentes usos das classificações em estatísticas oficiais, destacando-se aqui aquele referente às agendas que definem as atividades a ser executado pelas organizações que respondem pela produção das estatísticas, assim como, sob o olhar sociopolítico, empoderam ou não atores e questões sociais, de acordo com as (in)visibilidades estatísticas estabelecidas. A CIE foi criada pelo IBGE exatamente para representar tais agendas e esse objetivo, representar as mensurações estatísticas a realizar, define seu princípio classificador.

2.1 Classificações como objeto da OC

Hoje, o estudo das classificações se desloca para campo mais amplo, o da Organização do Conhecimento. A experiência de Ingetraut Dahlberg é notável nesse sentido. A *German Society for Classification*, fundada pela pesquisadora em 1977, é citada no texto de apresentação ao documento de

Dahlberg (2006) “Organização do Conhecimento, uma nova ciência? A *German Society*”, em 1989, passou a trazer em seu nome a expressão Organização do Conhecimento (OC). Nesse mesmo ano a autora integrou o grupo de fundadores da *International Society of Knowledge Organization* (ISKO), a qual presidiu até 1996. É mencionado ainda que a revista *Knowledge Organization Journal* (denominada “*International Classifications Journal*” de 1974 a 1992) ressalta o caráter ampliado dos objetivos da OC frente ao dos estudos dos sistemas de classificação.

Também, no portal da ISKO, está publicado este histórico da revista, assim como são listados os temas dos artigos que publica, refletindo o alcance dos tópicos cobertos pela OC: teoria e fundamentos; operações práticas associadas com a indexação e a classificação, aplicações de sistemas de classificação e tesouro; indexação automática e manual; história da OC; educação e treinamento em classificação; e problemas de terminologia em geral ou referidos a campos específicos.

Assim, o lugar teórico das classificações se estabelece na OC. Uma discussão central sobre a OC é encontrada, mais uma vez, em Dahlberg (2006) e em Hjørland (2008). Diz respeito a seu lugar epistemológico, como ciência autônoma ou como um campo, também com autonomia, mas com fortes relações interdisciplinares com outras áreas.

Esta segunda é a posição de Hjørland, que identifica para a OC o significado restrito, que se refere à descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, instituições ligadas à memória, por biblioteconomistas, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, tópicos ou temas (*subject specialists*). Reconhece, adicionalmente, o sentido amplo, que é referente à divisão social do trabalho mental, isto é, à organização de universidades e de outras instituições de pesquisa, à estrutura de disciplinas e profissões, à organização social da mídia, à produção e disseminação de conhecimento. Nessa perspectiva ampla de Hjørland se inserem as estruturas das agendas estatísticas e, portanto, a aplicação da CIE, sobre a qual se realiza a avaliação aqui proposta.

González de Gómez (1996) adota a posição de que o lugar epistemológico da OC aponta a intrínseca vinculação com a Ciência da Informação. Ratifica esse olhar de González de Gómez para o presente estudo o fato de que estatísticas oficiais, especialmente no contexto do debate das agendas, são consistentes com acepções teóricas do campo da CI que abarcam os usos da informação e seus impactos em sociedade. Tais acepções reconhecem que é inerente à informação a existência de um meio físico através do qual é transmitida ou revelada e consideram, também, contextos e a promoção de mudança (dar forma) do

cenário em que a informação se insere, o que inclui o campo social. Às estatísticas se aplicam o sentido originário do termo informação: “dar forma” (CAPURRO; HJØRLAND, 2003). Também são consistentes com o olhar de Vieira Pinto que, ao identificar a duplicidade de apresentação da informação, declara “Por este motivo a informação apresenta-se sob o duplo aspecto de *aquisição de dados* objetivos e de *atividade de transformação* das estruturas materiais e sociais da realidade” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 365, apud DANTAS, 2015, p. 497, grifos de DANTAS).

No que diz respeito a seus usos, as estatísticas oficiais se associam à mais complexa dentre as seis categorias de uso de informações definidas por Sandra Braman (2006). Trata-se da categoria “força constitutiva em sociedade”, que envolve a estrutura social em diversos graus de articulação e complexidade, atribuindo à informação um forte potencial de construção da realidade social e material. O desenho das agendas estatísticas possui identificação com a complexidade de articulações e estrutura associadas ao uso da informação como força constitutiva da sociedade, uma vez que envolve variados atores sociais e seus, por vezes conflitantes, interesses.

São as seguintes as aplicações das classificações e, portanto, da OC nesse campo informacional pertinente às estatísticas oficiais:

- A Organização de acervo de dados e/ou documentos (bibliotecas tradicionais e digitais, organização de metadados ou da metainformação, organização das bases de dados);
- As classificações correspondentes a específicos domínios ou temas sobre os quais se produzem as estatísticas, como, por exemplo, as classificações referidas à saúde ou às atividades econômicas;
- O desenho de agendas estatísticas, construção de interesse do presente estudo sobre a CIE.

2.2 A dimensão aplicada da OC e a estrutura da CIE

A dimensão aplicada da OC trata do estudo, desenho e aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), dentre os quais, as classificações.

Olga Pombo (2008) ao apontar o ato de classificar como a busca de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”, vai mais adiante e destaca quatro campos de classificação: seres, saberes, livros e bibliografias, informações. Define e caracteriza a classificação, destacando, por exemplo, o requisito de um princípio classificador, escolhido por quem realiza a classificação, tendo em vista o domínio trabalhado e o objetivo a alcançar.

No campo das estatísticas oficiais, a requerida consistência conceitual desse princípio é destacada (UNITED NATIONS, 2013). O mesmo documento das Nações Unidas aponta como propriedades desejadas das estruturas classificatórias: exaustividade e categorias mutuamente exclusivas. A propriedade relacionada ao princípio classificador foi observada nos estudos, com vistas à avaliação da CIE, apresentados na próxima seção, em acordo com seu objetivo de representar agendas.

Em Hjørland (2008) são discutidas abordagens relacionadas à constituição de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), dentre os quais as classificações. No conjunto de abordagens que o autor apresenta, destacam-se, para efeitos do presente estudo, a designada como tradicional e aquela que engloba a análise segundo facetas. A CIE foi construída em acordo com o enfoque tradicional, sobre o qual o autor destaca a inexistência de fundamentos teóricos consistentes, sendo resultante de muitas decisões de ordem prática. Aponta que a *Deweys Decimal Classification*, por exemplo, foi desenvolvida segundo essa abordagem.

O interesse na abordagem análise por facetas decorre de compreensão de que o plano estatístico brasileiro estabelecido em 1974 (ver Figura 1 na próxima seção) foi desenhado segundo técnica que se aproxima de tal abordagem, cabendo lembrar que o termo análise decorre de que o objeto da documentação ou classificação é particionado segundo um conjunto fixo de características que, segundo Hjørland (2008), Ranganathan, criador da abordagem, definiu como: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo.

Quadro 1: CIE, domínios, temas e subtemas

<p><i>Domínio: Estatísticas Sociais</i></p> <p>Tema: Administração pública e participação político-social</p> <p>Subtema: Estrutura e gestão da administração pública</p> <p>Subtema: Participação político-social</p> <p>Tema: Educação</p> <p>Tema: Habitação</p> <p>Tema: Justiça e segurança</p> <p>Tema: População</p> <p>Subtema: Características gerais da população</p> <p>Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais</p> <p>Subtema: Família</p> <p>Subtema: Grupos populacionais específicos</p> <p>Subtema: Nupcialidade</p> <p>Tema: Proteção social</p> <p>Tema: Rendimento, despesa e consumo</p> <p>Tema: Saúde</p> <p>Tema: Trabalho</p> <p>Subtema: Outras formas de trabalho</p> <p>Subtema: Trabalho remunerado</p> <p>Tema: Uso do Tempo</p>
--

<p><i>Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente</i></p> <p>Tema: Estatísticas multidomínio</p> <p>Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I</p> <p>Subtema: Condições de vida, pobreza e desigualdade</p> <p>Subtema: Cultura, recreação e esporte</p> <p>Subtema: Empreendedorismo</p> <p>Subtema: Gênero</p> <p>Subtema: Sociedade da Informação</p> <p>Subtema: Turismo</p> <p>Tema: Meio Ambiente</p>

<p><i>Domínio: Estatísticas Econômicas</i></p> <p>Tema: Estatísticas econômicas setoriais</p> <p>Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura</p> <p>Subtema: Comércio</p> <p>Subtema: Construção</p> <p>Subtema: Indústrias de transformação</p> <p>Subtema: Indústrias extrativas</p> <p>Subtema: Serviços</p> <p>Tema: Estatísticas macroeconômicas</p> <p>Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos</p> <p>Subtema: Contas Nacionais</p> <p>Subtema: Finanças públicas</p> <p>Tema: Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente</p> <p>Tema: Preços e custos</p> <p>Tema: Setor informal</p>
--

<p><i>Domínio: Métodos e classificações</i></p> <p>Tema: Classificações e listas estatísticas</p>

Fonte: CLASSIFICAÇÃO, 2017.

É pertinente, para a compreensão das análises empíricas apresentadas na próxima seção manter como pano de fundo essas duas abordagens.

O texto de Souza (2012) se enquadra na dimensão aplicada da OC e aborda a classificação elaborada e publicada pelo Australian Bureau of Statistics (ABS) referente a domínios de conhecimento. Uma experiência internacional similar a esta última, a *Classification of Statistical Activities (CSA)*, desenvolvida pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), foi a base para a construção da CIE.

A CIE guarda diferenças em relação à CSA. A classificação europeia é mais ampla, pois toma como princípio classificador todas as atividades pertinentes aos Sistemas Estatísticos, sendo constituída pelos cinco domínios seguintes (apresentados em tradução livre do inglês): (1) Estatísticas sociais e demográficas; (2) Estatísticas econômicas; (3) Estatísticas ambientais e multidomínios; (4) Metodologia de coleta de dados, processamento, disseminação e análise; (5) Questões estratégicas e da gestão das estatísticas oficiais.

A CIE não abarca o quinto domínio e inclui parte do quarto domínio da CSA, focalizando prioritariamente produtos estatísticos ofertados ou a serem ofertados pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN). A estrutura da CIE, apresentada no Quadro 1, é organizada segundo três níveis hierárquicos: domínios, temas e subtemas.

A Comissão Nacional de Classificações (CONCLA), que reúne diferentes órgãos públicos brasileiros, homologou, em 2015, a CIE, que vem sendo usada como referência à organização do portal do IBGE na Internet desde 2016.

2.3 As agendas estatísticas e a dimensão sociopolítica na CIE

As agendas são instrumentos, utilizados pelos gestores dos Sistemas Estatísticos, que orientam a produção de estatísticas, definindo os tópicos a serem contemplados nos programas de trabalho das agências integrantes destes Sistemas. Conforme visto, seu conteúdo abrange o registro das coberturas de questões sociais, interesses de grupos populacionais e recortes territoriais que propõem o leque de estatísticas a produzir. Em consequência atribui, também, (in)visibilidades para as diferentes necessidades estatísticas que continuamente são pautadas. Sob o ponto de vista dos atores externos ao SEN, portanto, é requerido que as agendas estatísticas desenhadas e disponibilizadas propiciem ações de informação que contemplem tópicos de interesse daqueles agentes, propiciando-lhes visibilidade.

Ambas as perspectivas, a do gestor-produtor das estatísticas (instrumento de gestão do programa estatístico e atribuição de (in)visibilidades) e a dos demandantes ((in)visibilidades demandadas e atribuídas), reforçam o entendimento das agendas estatísticas oficiais, como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). No Brasil, a existência da CIE ratifica essa abordagem, tornando fundamental avaliá-la em sua potencialidade para orientar a dinâmica de definição das agendas. Um SOC nesse contexto deve propiciar a representação dos diferentes domínios, no sentido atribuído a esse termo por Guimarães (2014), correspondentes aos fenômenos relevantes e pertinentes para serem retratados a partir das estatísticas oficiais.

Refletindo uma construção social (um acordo intersubjetivo) que depende de considerações pragmáticas de seus membros e da interação social entre eles existente, a análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do campo (a partir das questões e tópicos que os pesquisadores da área consideram relevantes para estudo) e, por conseguinte, as bases para sua garantia literária (BEGHTOL, 1995). Desse modo, o domínio constitui, como destaca Smiraglia (2012), uma importante unidade para a construção de sistema de organização do

conhecimento (GUIMARÃES, 2014, p. 16).

Foucault (2002) e Pombo (2008) ressaltam a influência da sociedade e das estruturas de poder que a integram nas escolhas feitas para a organização das coisas e saberes. Levam a pensar, também, que os critérios adotados para a definição de categorias atribuídas a determinado assunto possuem potencial para impactar a própria percepção do mundo, o que remete às classificações.

Essas reflexões de cunho sociopolítico possuem alta similaridade com o exercício da força simbólica estatal identificada por Bourdieu (2008) nas classificações e conceitos estatísticos. Nas primeiras aponta, segundo Kraus (2017), os efeitos do “reconhecimento e do desconhecimento” da dominação que propiciam uma vez adotadas. O enfoque de gênero é considerado por Bourdieu e dá concretude a esse poder simbólico.

Considera como um dos eixos centrais das classificações sociais a divisão em “feminino” e “masculino”. Essa divisão não é apenas um elemento essencial do “senso habitual” [...] classificações de gênero – por serem classificações incorporadas – efetuam de maneira mais perfeita a transformação de realidades sociais em realidades “naturais”, porque são autoevidentes e inquestionáveis [...] (KRAUS, 2017, p. 217).

Nesse contexto das agendas, tal força simbólica se expressa na visibilidade que, através das estatísticas produzidas, é atribuída a diferentes dimensões da vida em sociedade as quais passam a ser alvo de reconhecimento público. Propicia, portanto, questionamentos ou reivindicações por grupos sociais, assim como a proposição e avaliação de políticas públicas, entre outros usos.

Por outro lado, não é mais fraco o simbolismo quando a um recorte da vida em sociedade se atribui a invisibilidade nas agendas estatísticas. Às invisibilidades “percebidas”, que correspondem às visibilidades reivindicadas e não atendidas, denominam-se aqui lacunas estatísticas.

Observa-se que as dimensões aplicada e sociopolítica da CIE se entrelaçam. No que diz respeito à primeira, constata-se que é um misto de categorização de saberes e de informações, tendo como princípio classificador a identificação de tópicos que devem fazer parte do programa das agências que integram o SEN brasileiro. Dentre tais agências, o IBGE é o principal produtor, sendo, também, designado legalmente como o coordenador do Sistema.

No que diz respeito ao seu conteúdo, a CIE reflete diferentes interesses, algumas vezes conflitantes, de atores intervenientes com o campo das estatísticas oficiais, incorporando, pela natureza de seu princípio classificador, fortes influências de dimensão sociopolítica. Nas agendas, tal dimensão está presente nas noções de visibilidade e invisibilidade estatística

estabelecidas, que constituem os dois enfoques adotados para os estudos empíricos apresentados em seguida.

3. Para compreender a efetividade da CIE na definição das agendas no Brasil

Como se viu, a lei estatística brasileira estabelece que planos estatísticos (denominação, na lei, para as agendas) sejam definidos a cada cinco anos, tomando em conta resultados de encontros quinquenais, com a participação de produtores e usuários do SEN brasileiro. Em que pese esse procedimento não venha sendo cumprido, fato é que as agendas existem e são efetivadas – estatísticas são produzidas e (in)visibilidades são atribuídas. Em particular, os 3 últimos encontros ocorreram com o intervalo de dez anos entre eles (1996, 2006 e 2016) e nenhum deles resultou em divulgação de planos, tal como corresponderia à lei.

Essa especificidade brasileira é pano de fundo ao estudo aqui desenvolvido que, a partir de análise documental que será detalhada a seguir, confrontou a CIE com os registros do último plano estabelecido segundo os procedimentos legais (1974) e do último plano formalmente proposto pelo IBGE (1992). Foram confrontados também os temários dos debates sobre as estatísticas oficiais entre produtores e usuários nos encontros de 1996, 2006 e 2016. Observações referentes às lacunas estatísticas registradas sobre o domínio da CIE “*Estatísticas Sociais*” também foram examinadas. Essas análises propiciaram a avaliação da CIE à luz da consistência de seu princípio classificador.

3.1 Planos ou agendas: especificidade brasileira

As agendas estatísticas apresentam-se, em geral, sob a forma estruturada de lista de tópicos que correspondem aos assuntos estabelecidos como alvos de mensuração. Um exemplo é apresentado na figura que corresponde a um fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas brasileiro, publicado em 1974.

Esse exemplo corresponde ao tópico “Características Individuais”, que, no plano de 1974, integrava o subtema “Estado da População”, do tema “Situação Demográfica”, e era proposto para investigação a cada 10 anos em “Municípios, vilas e cidades” e, a cada ano, em “Áreas especiais”.

Nesse caso foram explicitados, para cada item que integra a cobertura temática, as especificações da abrangência geográfica (espaço) e da periodicidade das investigações estatísticas (tempo). Assim, tal apresentação coincidia com uma estrutura de classificação em que se distinguem facetas das

categorias mais elementares do sistema de classificação relacionadas à temporalidade e à espacialidade.

Após a publicação do plano de 1974, foi publicada uma proposta de plano estatístico oficial nacional, contida no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, disponibilizado pelo IBGE em 1992, que se baseou nos debates entre usuários de produtores realizados na década de 1980. Após esta publicação da proposta de PGIEG em 1992 pelo IBGE, as três realizações dos encontros entre produtores e usuários (1996, 2006 e 2016) não resultaram na divulgação de planos ou de propostas de planos.

Figura 1: *Fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, Brasil, 1974*

ANEXO	
(Artigo 4.º do Decreto número 74.084, de 20 de maio de 1974).	
I — ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS	
1. Situação Demográfica	
1.1 Estado da população	
1.1.1 Características individuais	
A —	a) Decenal;
	b) Municípios, distritos, cidades e vilas.
B —	a) Anual;
	b) Áreas Especiais.
1.1.2 Características das unidades familiares e do orçamento.	
	a) Periodicidade variável;
	b) Áreas Especiais.

Fonte: PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES (1974)

A partir dessa situação, a produção de estatísticas oficiais tem se orientado sobre a dinâmica que mantém a agenda permanentemente atualizada de acordo com as demandas por estatísticas oficiais identificadas. Schwartzman (1996) ratifica a autoridade do IBGE para a condução do alinhamento dessas demandas para a produção estatística. Pondera, também, sobre a complexidade da realidade e sobre o caráter imperativo da contínua atenção sobre as diferentes demandas por parte do IBGE.

[...] trabalho permanente de negociações e busca de consenso que cabe ao IBGE exercer, não de forma impositiva, mas através de um trabalho permanente de diálogo e análise sobre a natureza e a necessidade de informações, em conjunto com outras entidades e instituições (SCHWARTZMAN, 1996, p. 1).

A CIE foi referência essencial a estudo prévio das agendas estatísticas no período de 2006 a 2016 (QUINTSLR, 2018), contribuindo para avanços na

compreensão da dinâmica de construção de tais agendas. Como resultado do estudo, tal dinâmica se mostrou consistente com o permanente diálogo destacado por Schwartzman (1996). Ficou patente, naquele estudo, a necessidade de avanço em documentação da dinâmica de definição das agendas do SEN brasileiro, em que a CIE, face o princípio classificador para ela definido, tem função estruturante.

3.2 CIE e a consistência do princípio classificador no suporte à dinâmica de desenho das agendas

Alguns resultados do estudo recém citado, referente ao período de 2006 a 2016, são aqui apropriados à luz do objetivo de avaliação da CIE. Adicionalmente, se mostrou necessário buscar outros elementos empíricos. Procedeu-se, então, a busca exploratória, com vistas à identificação de outras fontes. Assim, além dos temários dos encontros de 2006 e 2016, analisados no estudo sobre as agendas, realizou-se o exame do temário do encontro de 1996, bem como da composição e estrutura do plano de 1974 e da proposta de plano de 1992.

Quadro 2: A pesquisa: enfoques fontes e metodologia da observação

Enfoques	Fontes e metodologia
Visibilidades: Observar a consistência do princípio classificador no que diz respeito a elas.	<i>Fontes:</i> Lei estatística De 1974; Proposta de Plano de 1992; Temários dos encontros de 1996, 2006 e de 2016. <i>Metodologia:</i> Análise documental comparativa da estrutura da CIE frente ao plano de 1974 e proposta de plano de 1992 e frente ao temário dos encontros de produtores e usuários de 1996/2006/2016.
Invisibilidades: Observar o princípio classificador através de registros de lacunas.	<i>Fonte:</i> Estudo sobre agendas estatísticas oficiais (QUINTSLR, 2018). <i>Metodologia:</i> Análise documental.

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 2 sintetiza esse percurso empírico através do qual foi possível observar a estrutura da CIE frente a essas fontes, associadas a momentos que, embora esparsos, propiciaram análise documental que percorre um período de 42 anos. O primeiro enfoque de análise correspondeu à observação de visibilidades propiciadas pela CIE aos planos do passado e aos tópicos em debates nos encontros no transcorrer do tempo. Esse enfoque foi conduzido com o propósito de observação

da consistência do princípio classificador no que tange às visibilidades verificadas nas diferentes fontes documentais.

Como a CIE se propõe, por seu princípio classificador, a incluir também lacunas, ou seja, as demandas estatísticas identificadas e não atendidas, o segundo enfoque de análise correspondeu ao exame documental referente ao registro das invisibilidades. Esta análise foi limitada ao domínio da CIE “Estatísticas Sociais” e, para tanto, foram utilizados os resultados observados no estudo do período 2006-2016. Mais uma vez se buscou a consistência do princípio classificador.

Da análise sob o enfoque das visibilidades, vale destacar que as categorias mais agregadas da CIE, isto é, os domínios “Estatísticas Sociais”, “Estatísticas Econômicas” e “Estatísticas Multi-domínios e Ambientais”, embora sempre presentes, corresponderam a diferentes composições no plano de 1974, proposta de plano de 1992 e debates de 1996, 2006 e 2016. No que tange às categorias mais desagregadas da CIE, temas e subtemas, os quadros 3 e 4 sintetizam, dentre os tópicos da CIE, aqueles que, em algum momento, não foram contemplados.

Quadro 3: Temas da CIE não contempladas em algum dos planos ou debates

Temas da CIE	1974	1992	1996	2006	2016
Proteção Social	N	S	S	S	S
Rendimento, despesa e consumo	S	S	S	N	S
Uso do tempo	N	S	N	S	N
Setor Informal	N	N	S	S	N
Outras estatísticas econômicas	S	S	S	N	S

Fonte: Elaboração própria

Conforme identificado no Quadro 3, dentre os 18 temas que integram a CIE, apenas cinco deixaram de ter correspondências em algum dos momentos de observação, isto é, no plano de 1974, na proposta de plano de 1992 ou nos encontros de 1996, 2006, 2016. O que significa dizer que a CIE contempla os temas que persistiram nos eventos observados no período. Interessante notar que há temas que mudam de abordagem ao longo do tempo, aspecto que as denominações a eles atribuídas pela CIE não deixam perceptível. O tema “Uso do tempo” foi debatido em 2006 sob a ótica de lista ampla de atividades humanas, com motivação central em observação de desigualdades de gênero. Foi mencionado na proposta de plano 1992, porém com foco em tempo dedicado ao

lazer. Deixou de ser observado em três dentre os eventos estudados. O mesmo ocorreu com Setor Informal da economia, que surge para debate em 1996, sendo tratado mais uma vez em 2006. Todos os demais quatro temas deixaram de ser focalizados uma única vez apenas.

O exame do Quadro 4 indica que 17 dentre 25 subtemas deixaram de ser abordados em algum dos momentos registrados. O “Empreendedorismo” e “Outras formas de trabalho” consistiram nos únicos casos que não foram abordados uma vez sequer. Destaque-se que o subtema “*Outras formas de trabalho*”, que diz respeito a trabalhos sem vínculo com o mercado e sem remuneração, embora não tenha sido contemplado isoladamente, pode-se inferir que foi considerado no tema “Trabalho”, categoria mais agregada que o contém e que engloba todas as formas de trabalho. O mesmo ocorre com o subtema “Indústrias extrativas”, subsumido pelo tema “indústria”, mas que isolado teve quatro citações negativas.

Quadro 4: *Subtemas da CIE não contemplados em algum dos planos ou debates*

<i>Subtemas da CIE</i>	1974	1992	1996	2006	2016
Estrutura e Gestão da Adm. Pública	S	N	N	N	S
Participação Político-social	S	S	S	S	N
Família	S	S	N	S	S
Grupos populacionais específicos	N	S	S	S	S
Nupcialidade	S	S	N	N	S
Outras formas de trabalho	N	N	N	N	N
Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	N	N	S	S	S
Condições de vida, pobreza, desig.	N	N	S	S	S
Empreendedorismo	N	N	N	N	N
Gênero	N	N	S	S	S
Sociedade da Informação	N	N	N	S	S
Turismo	N	S	S	S	S
Comércio	S	S	S	N	N

<i>Subtemas da CIE</i>	1974	1992	1996	2006	2016
Construção	S	S	S	N	N
Indústrias extrativas	S	N	N	N	N
Serviços	S	S	S	S	N
Finanças públicas	S	S	N	S	S

Fonte: Elaboração própria

Refletem interesses mais recentes das sociedades as inserções positivas dos subtemas “*Ciência Tecnologia e Inovação*”, “*Condições de vida, pobreza e desigualdade*”, “*Gênero*” e “*Sociedade da Informação*”, denotando preocupações com as desigualdades sociais e de gênero, bem como o avanço da tecnologia e do cenário informacional global e nacional mais recente.

No que concerne ao subtema “Grupos populacionais especiais”, tendo em vista sua heterogeneidade, distintas abordagens são constatadas e apresentadas no Apêndice A. No plano de 1974 o subtema não é contemplado. Na proposta de plano de 1992 aparecem sob a forma de “perfis de mães e crianças” e em 1996, sob a forma de debates de estatísticas sobre “crianças e adolescentes”. Em 2006, são abordadas questões referentes a “indígenas” e “pessoas com deficiência”. Em 2016, além desses dois grupos, houve debates sobre “quilombolas”. A observação desse subtema levanta questão interessante sobre grupamentos heterogêneos que, como visto, possuem a flexibilidade de absorver diferentes prioridades estatísticas ao longo do tempo, mas, por outro lado, não propiciam representação com visibilidade para tais prioridades na estrutura classificatória.

Esse conjunto de resultados aponta a predominância de registros afirmativos através dos domínios, temas e subtemas da CIE daqueles tópicos que mereceram relevo nos cinco momentos/eventos observados.

Um único caso foi identificado de presença recorrente nos cinco pontos no tempo e que não se vê contemplado na CIE. Trata-se do tópico “energia elétrica”, sob enfoque da produção pelas companhias fornecedoras. A CIE, portanto, não propicia visibilidade a esse item, claramente uma necessidade estatística, tendo em vista a recorrência de seu registro nos cinco momentos observados. Assim, a menos desse último caso, sob o enfoque da visibilidade, o cumprimento do princípio classificador é quase

plenamente atendido pela CIE, sendo indicado um ajuste simples para que o cumprimento seja completo.

Sob o enfoque do registro das invisibilidades, para a observação da consistência do princípio classificador da CIE, foram examinados, a partir do estudo de agendas do período 2006-2016, os registros de lacunas em diferentes instâncias e dois fóruns de discussão coordenados pelo IBGE, que trataram principalmente o domínio “Estatísticas Sociais”. Um dos fóruns teve por objetivo o debate da reformulação das pesquisas domiciliares do instituto, o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD. O outro reunia produtores de estatísticas oficiais no âmbito federal, o Comitê de Estatísticas Sociais (CES). A observação de interações do IBGE com diferentes atores, analisadas no estudo das agendas e as realizações do fórum do SIPD, apontaram demandas referentes ao tema da CIE “Uso do tempo” e a populações em situação de rua, indígenas e quilombolas, contempladas na CIE, porém não como categorias explícitas, mas sendo incorporadas ao subtema “Grupos populacionais específicos”. O CES identificou a falta de harmonização nas estatísticas de segurança pública, campo sensível e de amplo interesse social, correspondendo a um tema da CIE. Assim, no que concerne aos tópicos registrados como lacunas em estatísticas sociais, a CIE cumpre bem seu objetivo. O CES aponta, também, como condições de lacunas as falhas em temporalidade e em cobertura geográfica. Essa racionalidade desenvolvida no âmbito do CES tem correspondência com o plano de 1974, que explicitava tais aspectos, ademais dos responsáveis pela elaboração de estatísticas sobre determinado tópico. De acordo com o portal do IBGE, são lacunas temporais, por exemplo, as pesquisas domiciliares sobre “vitimização” realizadas em 1999 e 2009 e depois não mais. Retomar o modelo de facetas do plano de 1974 parece ser indicação pertinente para a CIE cumprir seu princípio classificador com mais clareza e exatidão.

4. Aprimoramento da CIE e novos passos

Em que pese a excelência da produção de estatísticas no Brasil, como se viu, a dinâmica de definição de agendas estatísticas oficiais no Brasil, embora seja efetiva, apresenta lacuna clara de documentação, ilustrada pela inexistência de plano ou de proposta de plano minimamente formalizados desde 1992. Nesse contexto a CIE se mostra como importante instrumental de orientação e documentação de tal dinâmica.

Tal condição se confirmou no fato da CIE ter possibilitado a padronização necessária para a observação temporal aqui realizada. O caráter sociopolítico da CIE foi aqui observado a partir dos enfoques de visibilidade e invisibilidade, com a

observação do objetivo delineado em seu princípio classificador.

Para o pleno cumprimento desse princípio foram apontados pequenos ajustes nos tópicos cobertos, no que tange à visibilidade. A inserção de facetas sobre periodicidade temporal e abrangência geográfica das estatísticas nos moldes de 1974 se mostrou desejável a partir da observação sob o enfoque das invisibilidades.

Do presente estudo resulta também a sugestão para incorporar faceta referente a entidades responsáveis por diferentes tópicos da CIE, a exemplo da proposta de plano de 1992. Esses ajustes agregariam transparência à agenda estatística designada, ou almejada, para produção pelas entidades participantes do Sistema Estatístico Nacional brasileiro.

Os aspectos aqui observados não esgotam a avaliação da CIE e estão previstos, como próximos passos, o exame da CIE frente aos indicadores da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e entrevistas junto a usuários e produtores das estatísticas. Em tais entrevistas, espera-se coletar elementos sobre a exaustividade do conjunto de tópicos abarcados na classificação e sobre a utilidade da CIE em seu formato atual. Finalmente, é de interesse a proposição de rotina de atualização da CIE conexas à dinâmica de atualização das agendas, aspecto que envolve reflexões sobre a atualização da legislação estatística correspondente. Essas ações complementares vão propiciar, além da avaliação e ajustes a partir dela, agregar avanços na capacidade da CIE para representar as (in)visibilidades estatísticas que conformam ou são conformadas pela sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2008). Razões Práticas sobre a Teoria da Ação, capítulo 4, Espíritos de Estado, Conferência em Amsterdã, 1991, p.p.91-135, 9a. Edição, Papyrus Editora, 2008.
- BRAMAN, S. *Change of state: information, policy and power*. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.
- BRASIL. Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974. Brasília, D.F. Disponível em: <https://www2.ibge.gov.br/confest_e_confega/decreto_74084.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- CAMPOS, M.J.de O. *Limites e Formas de Representação das Informações Estatísticas sobre o Agronegócio: Abordagem pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas*, Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, 2008.
- CAPURRO, R. e HJØRLAND, B. (2003). The concepts of information, *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 37, cap 8, págs. 343-411, disponível em <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>, acesso em fev. 2018.

- CLASSIFICAÇÃO de Informações Estatísticas. IBGE. Disponível em <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- CLASSIFICATION OF STATISTICAL ACTIVITIES. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/ramon/other_documents/csa/csa_rev_1_october_2009.pdf> Acesso em: 10 mar. 2018.
- COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÕES. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS. Disponível em <https://ces.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 dez. 2017.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new Science? *Knowledge Organization*. 33, n.1, 2006 pp. 11-19.
- DANTAS, M. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (I). *Liinc em Revista*, v. 11, n. 2, 2015.
- ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em <https://archive.org/details/simonschwartzman?sort=date&&and[]=year%3A"1996">. Acesso em: 07 fev. 2018.
- ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/index2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- FOUCAULT, M. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização dos saberes às políticas de informação. *INFORMARE* – Cad. Prog. Pós-grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez.1996.
- GUIMARÃES, J. (2014). Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação, *Ciência da Informação*, Brasília, v. 41 n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014.
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. 35, n.2/n.3, p. 86-101, 2008.
- IBGE. *Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE*. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- INTERNATIONAL Society of Knowledge Organization. Disponível em: <http://www.isko.org/ko.html>. Acesso em 15 abr. 2017
- KRAIS, B. Acerca do funcionamento da dominação na modernidade. In SOUZA, J.; e BITTLINGMAYER, U. *Dossiê Pierre Bourdieu*. Editora: ufring, 2017, p. 205-223.
- PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS. 1974. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/anexo_decreto_74084.> Acesso em: 10 dez. 2018.
- PROPOSTA DE PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS. 1992. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pgieg_1992.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- PINTO, A. V. (2008). O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 2 v.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2008.
- QUINTSLR, M.M.Q. Agendas estatísticas oficiais: política de informação, poder e (in) visibilidades. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2018.
- SOUZA, R. F. de. Universo de Ciência e Tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, vol.5 No. 1, 2012. Disponível em <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/65/125>. Acesso em 18 mar. 2017.
- SCHWARTZMAN, S. *Legitimidade, controvérsias, traduções em estatística pública*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- UNITED NATIONS EXPERT GROUP ON STATISTICAL CLASSIFICATIONS. Best practice guidelines for developing statistical classifications. 2013. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/classifications/bestpractices/Best_practice_Nov_2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Apêndice A

*Transcrição de registros de inclusão do Subtema da CIE “Grupos populacionais especiais”
na proposta de planos de 1992 e nas sessões dos encontros entre produtores e usuários de 1996, 2006 e 2016*

<i>Proposta de plano 1992</i>	<i>Sessões Encontro de 1996</i>	<i>Sessões Encontro de 2006</i>	<i>Sessões Encontro de 2016</i>
<p><i>Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Perfil estatístico de crianças e mães (1.15)</i></p> <p><i>Organização segundo a descrição das operações estatísticas: Perfil estatístico de crianças e mães (15)</i></p>	<p><i>CONFEST – Sessões temáticas: Crianças e Adolescentes</i></p>	<p><i>Atividade: 534 - Palestra - CONFEGE Cadastro de Áreas Especiais: Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas</i></p> <p><i>Atividade: 215 - Mesa Redonda - CONFEST A Produção de Estatísticas Harmonizadas sobre as Pessoas com Deficiência</i></p> <p><i>Atividade: 277 - Mesa Redonda - CONFEST População Indígena</i></p>	<p><i>MPOP24 População Grupos Populacionais Específicos para as Projeções e Migração interna</i></p> <p><i>P POP10 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Populações Tradicionais (indígenas e quilombolas)</i></p> <p><i>M POP030 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Povos Indígenas</i></p> <p><i>M POP031 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos, Comunidades Quilombolas e outros Povos e comunidades tradicionais</i></p> <p><i>M POP032 População Grupos Populacionais Específicos: Deficiência</i></p>

Obs.: O subtema da CIE não foi contemplado no plano de 1974.

Fonte: Elaboração própria.

Plataformas, Plataformização e Ecossistemas de Software nas bases de dados acadêmicas: aspectos conceituais.

Platforms, Platformization and Software Ecosystems in academic databases: conceptual aspects.

Cristian Berrío-Zapata (1), Andreia Cristina da Paixão Rodrigues (2) Layane Rayssa Gaia Gomes (3)

Universidade Federal do Pará (UFPA), cristian.berrio@gmail.com (1) adm.andreiarodrigues@gmail.com (2), layaneg3@gmail.com (3), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICESA (UFPA), Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

Resumo

Este trabalho discute e aplica o conceito de plataformização às bases de dados acadêmicas, que são as estruturas de conhecimento dominantes na Sociedade da Informação, assim como as plataformas tipo Google ou Amazon dominam na Economia de Redes. Para isso, definem-se os conceitos de plataforma digital, plataformização e ecossistema de software. As plataformas digitais implicam a possibilidade de admitir outros softwares; arquitetura modular de conjuntos de subsistemas; interfaces diversas interligadas; definição e expressão de cadeias de valor; reunião de conjuntos maciços de consumidores e fornecedores integrados de forma interativa; homogeneização de dados; interoperabilidade entre softwares, módulos e designs; integração homem-máquina e mediação tecnológica da interação humana. Discute-se se as bases de dados acadêmicas *Web of Science (WOS)*, *Scopus*, *SciELO* e Google Acadêmico são plataformas ou estão sob processos de plataformização. Conclui-se que esse tipo de bases de dados, ainda que não são tecnicamente plataformas, estão em processo de plataformização ou participam de plataformas como módulos.

Palavras-chave: Plataformas digitais; Plataformização; Bases de dados acadêmicas; Web of Science; Scopus; SciELO

Abstract

This work discusses and applies the concept of platformization to academic databases, which are knowledge structures dominant in the Information Society, just like platforms as Google or Amazon dominate in the Networked Economy. For this, we explore the concepts of digital platform, platformization and software ecosystem. Digital platforms imply the possibility of admitting other software; modular architecture of subsystem sets; diversity in linked interfaces; definition and expression of value chains; interactive integration of masses of consumers and suppliers; homogenization of data; interoperability between software, modules and designs; human-machine integration and technological mediation of human interaction. It is discussed if academic databases like Web of Science (WOS), Scopus, SciELO and Google Scholar are platforms or are under platformization processes. It is concluded that this type of databases, although they are not technically platforms, follows the tendency of platformization or participate in it, being modules.

Keywords: Digital Platforms; Platformization; Academic databases; Web of Science; Scopus; SciELO

Agradecimentos: Andreia Cristina da Paixão Rodrigues é beneficiária de uma bolsa DS da CAPES. Este trabalho é parte do projeto de pesquisa “Estudos críticos sobre governo eletrônico: inclusão democrática e assimetrias de informação” do Grupo de Estudos Críticos sobre Ciência da Informação e Tecnologia (GECCIT) do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA).

1 Introdução

As plataformas digitais são arquiteturas de informação que conectam fornecedores e consumidores em um ambiente que busca criar valor agregado para ambos. Atualmente são mediadas pela internet e, assim, a Sociedade da Informação se tornou uma sociedade de plataformas. *Google*, *Amazon* e *Facebook* são exemplos de plataformas que criaram uma dinâmica tão complexa que os atores envolvidos formam ecossistemas que refletem efeitos de “Plataformização”, fenômeno que está sendo recentemente estudado. Neste trabalho fazemos uma introdução ao conceito e o aplicamos a quatro bases de

dados acadêmicas: *Web of Science (WOS)*, *Scopus*, *Google Acadêmico* e a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

2 Breve história das plataformas

A história das plataformas inicia com a chegada da internet na década de 1990. Os Sistemas de Informação (SI) rodavam em redes ONE e *desktops*, caracterizados por uma arquitetura fechada e modularizada. Somente seu desenvolvedor poderia agregar novas funcionalidades ao sistema (ZANETI JÚNIOR; VIDAL, 2006; BROUSSEAU; PENARD, 2007; REIS,

2014). Com o advento da *Internet*, os SI ingressaram no ambiente das redes e sofreram mudanças no seu projeto arquitetural, desenvolvendo ubiquidade global e acesso massivo. A indústria passou a reutilizar esses *softwares*, usando-os como plataformas para que outros aplicativos operassem neles e, assim, ampliar sua oferta centralizada de *software* (GHANAM; MAURER; ABRAHAMSSON, 2012).

Conceitualmente, os pioneiros foram os sistemas *Enterprise Resource Planning* (ERP) e *Customer Relationship Management* (CRM), que em ambientes corporativos integravam informações até então separadas por processos ou localizações. Esses *softwares* eram habilitadores de serviços (MAGALHÃES; PINHEIRO, 2007), permitindo a “terceiros” articular suas propostas de serviços em um único ambiente (REIS, 2014; GUSMÃO et al, 2016; GUSMÃO, 2018). ERPs e CRMs não são plataformas no sentido técnico, pois não são abertas, no entanto sua arquitetura está baseada na integração de módulos diversos e interoperabilidade.

Com a popularização globalizada dos computadores pessoais, o foco das plataformas se tornou a customização, o lucro e a luta pelo domínio do nicho entre os futuros gigantes *Microsoft*, *Intel* e *Apple* (GAWER; CUSUMANO, 2002; BALDWIN; WOODARD, 2009; GAWER, 2009, 2014). Nos anos 2000 as plataformas digitais se consolidaram integrando globalmente práticas cotidianas de comunicação e interatividade que definiram uma cultura universal (RECUERO, 2014).

Atualmente, as plataformas digitais ampliaram sua interação, centralizando suas operações e concentrando o poder em seus proprietários. Elas promovem a desintermediação das relações e se tornam comunidades globais corporativas. Como exemplos temos a *Amazon*, *Google*, *Facebook*, *Twitter*, *Netflix*, *eBay* e *Airbnb* (POEL; RENDA; BALLON, 2007; GAWER, 2009; ADNER; KAPOOR, 2010; TIWANA; KONSZYNSKI; BUSH, 2010, GAWER, 2014; MORAZOV, 2014; SAKUDA, 2016; FACIN, 2017).

3 Plataformas de Produto e Plataformas Digitais

O conceito de plataforma tecnológica nasce associado ao conceito de plataforma de produto, definida como um conjunto de módulos ou coleções de ativos compartilhados por conjuntos de produtos com componentes padronizados, sob os quais compradores e vendedores dinamizam esforços (MEYER; LEHNERD, 1997; ROBERTSON; ULRICH, 1998; BRESNAHAN; GREENSTEIN, 2003). A plataforma tem estabilidade no tempo, ainda que esteja em constante evolução (BALDWIN; WOODARD, 2009). A plataforma digital está baseada em um *software* de código extensível que admite receber outros *softwares* através de aplicações e *designs* de *interface* (TIWANA;

KONSZYNSKI; BUSH, 2010). Sua arquitetura permite a formação de cadeias de suprimentos que reúnem consumidores e fornecedores em um sistema de trocas baseado na complementaridade (GAWER, 2009, 2014). Cada plataforma digital expressa cadeias de valor de centenas de fornecedores/consumidores, criando novos modelos de negócio, com governança própria na sua coordenação de custos e benefícios (SAKUDA, 2016).

3.1 Características das plataformas digitais

As plataformas digitais implicam homogeneização de dados e interoperabilidade entre múltiplas configurações; desenvolvimentos de Interfaces de Programação de Aplicativo (API), inteligência artificial, *big data* e *cloud computing* (BOSCH, 2009; MANIKAS; HANSEN, 2013; REUVER; SØRENSEN; BASOLE, 2018). Criam ecossistemas de *software* por meio dos seus artefatos técnicos (BOSCH, 2009). São dispositivos de integração homem-máquina, cujo alvo é o *marketing* digital. Impulsionam vendas, simplificam processos, aperfeiçoam a gestão organizacional e direcionam esforços a fim de garantir a eficiência e integração, de forma interativa, rápida e massiva (SANTAELLA; LEMOS, 2010; RODRIGUES, 2017).

As plataformas digitais podem se especializar em certas áreas: integradores de informação setorial organizacionais em ambiente *web*; busca, recuperação, processamento e armazenamento de informação; e comunidades de lazer e socialização (GABRIEL, 2010). O elemento central é a mediação tecnológica da interação e contato humano (PASSARELLI et al., 2014).

O crescimento das plataformas digitais alimenta uma competência feroz para dominar esses espaços (ADNER, 2006). Os líderes se diferenciam pela sua capacidade para criar valor agregado e dominar fatores ambientais intrínsecos e extrínsecos determinantes das barreiras e progressos da comunidade platformizada (ADNER; KAPOOR, 2010). Tais ambientes digitais chegaram a ter um grau de complexidade tão alto que são comparáveis com ecossistemas biológicos (FICHEMAN, 2008).

3.2 Ecossistemas biológicos e ecossistemas de software

Os ecossistemas baseados em plataformas implicam estruturas complexas comparáveis com sistemas biológicos. Define-se ecossistema como o conjunto de organismos (indivíduos ou comunidades) habitando um local particular e interagindo entre si e com o meio ambiente, de forma estável, sob um equilíbrio dinâmico

e auto-organizado. Inclui componentes bióticos (seres vivos), relacionados em papéis e hierarquias diferentes, mas complementares (fornecedores e consumidores); e componentes abióticos, aquelas estruturas inertes que configuram o contexto ou meio ambiente (ASSOCIAÇÃO O ECO, 2014).

A plataforma é um *cluster* ou comunidade de domínio aberto com uma arquitetura em rede colaborativa e autorregulada, de forma centralizada ou distribuída, impulsionada por demandas auto-organizadas dos seus agentes dominantes (BOLEY; CHANG, 2007). Ainda que possua um viés técnico, sua dinâmica é sociotécnica, pois sua arquitetura é definida para atender propósitos humanos, sob o escopo da eficiência e da precisão. Os usuários são integrados por grupos de interesses, formando populações estáveis e instáveis, que interagem entre elas com base em alvos comuns, ainda que diferenciados (FICHEMAN, 2008; DONG; HUSSAIN; CHANG, 2010; CUI; TAOHUA, 2017).

As plataformas digitais criam ecossistemas de *software* ao compartilhar produtos e serviços integrados em um nicho digital, que suporta e automatiza as atividades de um coletivo social (BOSCH, 2009). Como ecossistema, elas centralizam as interações entre os atores envolvidos, o que consolida seu valor agregado por meio de uma interação maciça, fazendo-o viável e atrativo. Cada plataforma tem um “dono” ou entidade responsável, formada por atores internos, que sustentam e determinam a estrutura. O dono define as regras de interação e implantação dos *softwares* acolhidos. Os atores (*stakeholders*) são os desenvolvedores e especialistas do domínio, fornecedores de *software*, clientes, revendedores ou terceirizados, não ligados ao dono, porém com poder para influir no seu funcionamento. Os usuários são os habitantes do ecossistema e utilizadores dos serviços da plataforma (BOSCH, 2009; GUSMÃO, 2018).

Tecnicamente, esses ecossistemas se dividem em três: (A) sistemas operacionais, infraestruturas de *software* como *Windows*, *Linux* ou *Apple*; (B) aplicativos de uso amplo, mas independentes do sistema operativo em que se encontram inseridos, como *Instagram*; (C) ecossistemas de programação, sustentados em linguagens computacionais em que os usuários desenvolvem suas arquiteturas de informação, como *Linux* ou *Wikipédia* (BOSCH, 2009).

Também existem classificações dos comportamentos dos habitantes dos ecossistemas de *software*, segundo suas motivações e interesses: (A) mutualismo obrigatório se há dependência; simbiose, quando há identidade de interesses; (B) competição e antagonismo, quando o alvo é obter privilégios na plataforma em demérito dos atores concorrentes; (C) neutralidade, se na relação não existe prejuízo a terceiros; ou parasitismo, se existe benefício a partir do prejuízo contínuo dos outros (MANIKAS; HANSEN,

2013). Essas relações têm uma coevolução no nível social (LIMA et al., 2016), que favorece a alguns dos seus componentes, enquanto prejudica outros.

As plataformas digitais não alteraram apenas a maneira como compramos as coisas, mas resignificaram o modelo social, político e econômico da sociedade da informação e redefiniram como são produzidos, compartilhados e entregues os bens e serviços, a interação dos clientes, operando desde computadores e *smartphones* sem que exista substrato físico na intermediação (MOROZOV, 2015). As plataformas foram aplicadas a redes sociais, sistemas de controle laboral, pagamento e negociação, todos articulados de forma interativa nos planos econômico, social e cultural (POEL; RENDA; BALLON, 2007; COHEN, 2017).

Assim, elas marcaram a arquitetura global de conectividade do mundo em rede e o espaço em que se converge à vida social dos usuários, sob a disciplina imposta pelas tecnologias ubíquas e de efeito pervasivo da cibercultura (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2010). As plataformas digitais são o esqueleto de uma economia digital baseada na mobilidade e na massificação de conteúdos (TAPSCOTT, 2014 *apud* LEITE, 2017). Seu poder está moldando um novo tipo de governabilidade, que impacta de forma duradoura as rotinas sociais de mercados inteiros, proliferando na economia e nas estruturas de governo das nações (HERRING, 2014). As grandes corporações criaram por esse meio um novo entrelaçamento entre consumismo, entretenimento e formas de governança institucionalizada. Uma gestão distribuída que induz mudanças ideológicas sutis, mas fortes, exercendo poder sobre os atores do ecossistema informacional e social construído nelas (DELEUZE, 2006; FUCHS, 2009; GAWER, 2010, 2014).

Os efeitos das decisões envolvidas sobre as ações de governança instituídas pelas plataformas digitais desencadeiam o fenômeno da plataformização. O poder da plataforma depende da sua capacidade em dar resposta a múltiplas atividades humanas e registrar o comportamento e perfil dos usuários, por meio de coleta histórica de dados e monitoramento do comportamento. Por isso a vigilância se tornou um elemento essencial da ação rotineira das plataformas e um efeito colateral da plataformização (COHEN, 2017).

3.3 O fenômeno da plataformização

A plataformização é modulação sociotécnica que as plataformas digitais exercem sobre os ecossistemas de *software*. Implica efeitos socioculturais de alcance organizacional, regional ou global (ITFC, 2017). A articulação dos APIs (*Application Programming*

Interface) dentro da plataforma cria correntes de serviços ricas em valor agregado, que capturam o desejo dos programadores e dos usuários, com maior força na medida em que são mais populares. Assim, tornam-se ativos estratégicos dos proprietários das plataformas (GAWER, 2014).

O II Fórum de Política de Alto Nível (HLPF), da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, já identificou a urgência de entender e discutir o impacto da plataformização no planeta, para garantir condições igualitárias, transparentes e responsáveis nos setores que elas dominam. As relações nessas estruturas estão marcadas pelo monopólio de empresas que concentram cada vez mais dados e usuários, enquanto que o alvo do sistema não é mais a promoção da justiça ou da inclusão social. A plataformização está reforçando o capitalismo distribuído e a institucionalização de mecanismos de vigilância e rastreamento por parte de corporações e Estados (GURUMURTHY; BHARTUR, 2018). Assim, na medida em que a plataformização molda sociedades inteiras através dos ecossistemas de *software* que ela produz, as ideias de autodeterminação e igualdade de oportunidades começam a ser ignoradas.

As plataformas digitais são estruturas de governo que institucionalizam políticas, moldando os indivíduos (GURUMURTHY; BARTHUR, 2018). Definem as rotinas sociais e a existência individual por meio de disciplinas algorítmicas (COHEN, 2017). Alteram o cenário político, econômico, cultural de modo a facilitar ou dificultar interações sociais ou de mercado, incidindo na distribuição de poder (KENNEY; ZYSMAN, 2016). Constituem normas, regras e práticas que reconfiguram o ecossistema de *software*, seus atores e suas formas de operação (TIWANA; KONSZYNSKI; BUSH, 2010). Isso implica ideologias e interesses que definem o sistema como dispositivo de disciplinamento social (FUCHS, 2009).

As plataformas encarnam discursos políticos, culturais, econômicos e históricos, pois sua arquitetura e inovações implicam acordos de poder de elites. Esses acordos veiculados pelo *software* instituem um modo de ser, privilegiam certas particularidades e seguem uma ordem estabelecida, assim como um país segue uma constituição política no jurídico e político (GILLESPIE, 2010). O ecossistema de *software* configurado pela plataforma se traduz em um ecossistema socioeconômico, político, social e cultural que controla seus componentes, dando maiores graus de liberdade a certas castas econômicas e técnicas como os *stakeholders* e os proprietários do sistema. Essa atribuição de poder baseado no econômico e no técnico é característica do regime disciplinar da sociedade capitalista digital (DELEUZE, 2006; FUCHS, 2009).

Resumindo, as plataformas digitais implicam as seguintes características:

- Admitem diversos *softwares*, módulos e *designs* de *interface* externos à sua arquitetura;
- Apresentam uma arquitetura modular conformada por conjuntos de subsistemas e interfaces interligadas;
- Definem e expressam cadeias de valor reunindo milhões de consumidores e fornecedores;
- Criam novos modelos de negócios/interação com governança própria;
- Focam no desenvolvimento de produtos, estratégias tecnológicas e economias de mercado;
- Implicam homogeneização de dados e interoperabilidade entre *softwares*, módulos e *designs*;
- Implicam inteligência artificial, *big data* e *cloud computing*;
- Desenvolvem a integração homem-máquina por meio da *internet*;
- Fundamentam ecossistemas de *softwares* com sua arquitetura técnica;
- Criam ecossistemas sociais baseados na complementaridade dos seus usuários e atores;
- Facilitam o *marketing* digital, garantindo eficiência, integração, interatividade, rapidez e massividade;
- Proporcionam a mediação tecnológica da interação humana e sua articulação social.

Como nos ecossistemas, o componente biótico das plataformas são os usuários, atores e donos do sistema, o contexto geográfico, histórico, socioeconômico e cultural; o componente abiótico são os dispositivos-máquina, as redes, *backbones*, *hardware*, *software* e suas arquiteturas. No contexto da sociedade da informação, os ecossistemas de *software* são nichos criados pela espécie humana que ganharam a dimensão suficiente para configurar o *habitat* de milhões de sujeitos. E como em todo ecossistema, existe uma competência feroz pelo predomínio de certas espécies, em princípio, através da sua capacidade para criar valor agregado e dominar os fatores de contexto do nicho. Ali conta não somente a capacidade técnica, mas também a fortaleza econômica e o capital político. Nesse meio ambiente sintético, os indivíduos se integram por grupos de interesses e castas, diferenciadas pelos seus níveis de domínio técnico, poder estratégico, poder político ou potência econômica.

A plataformização faz dos ecossistemas de *software* biomas, isto é, um conjunto de organismos agrupados pela sua identidade a respeito das suas características e necessidades, pelo compartilhamento de um nicho e história similar, o que resulta em uma diversidade

própria, particular e integrada em formas homogêneas. Isso implica centralização de interações entre os atores envolvidos, a consolidação de um poder central do “dono” do sistema e alguns *stakeholders*, e integração informacional, social, econômica, cultural dos usuários sob perfis do ecossistema.

4 As bases de dados acadêmicas estão sob processos de plataformação?

Pode-se falar de um fenômeno de plataformação nas bases de dados acadêmicas? E se assim for, quais seriam seus efeitos mais relevantes? Pode ser aplicado o conceito de plataformação a casos como a *Web Of Science (WOS)*, *Scopus*, *Google acadêmico* e *Scielo*?

4.1 WOS como ecossistema para Business Intelligence na ciência

A WOS foi criada pelo *Institute for Scientific Information (ISI)* dos EUA na década de 1960, com o objetivo de prover informações científicas atualizadas e de qualidade. Por mais de 40 anos, WOS foi a única base de dados bibliográfica disponível para produzir indicadores de desenvolvimento científico, até 2004, quando a *Scopus* foi lançada pela editora *Elsevier* (ARCHAMBAULT *et al.*, 2009). Em 1992, a WOS foi vendida para a *Thomson Corporation*, que em 2008 virou *Thomson-Reuters*, em fusão com a canadense *Reuters*. Atualmente, a WOS é propriedade da *Clarivate Analytics*, uma ex-divisão de *Thomson Corporation*, desenvolvedora de produtos de gestão de conhecimento e inteligência de mercado (patentes, invenções, *business intelligence* e pesquisa científica). *Clarivate* foi incorporada em 2019 à *Churchill Capital*, uma empresa de análise de mercados e estratégias corporativas baseadas em sistemas inteligentes.

A WOS indexa os periódicos mais reputados mundialmente nas suas respectivas áreas e mantém estruturas de índices de desempenho científico aplicáveis a publicações de pesquisa, artigos, instituições e países. Inclui anais de eventos e livros. Opera como um conglomerado de oito bases de dados, implicando 8.500 publicações. Essas bases de dados estão interligadas por protocolos de banco de dados que permitem a interoperabilidade das *interfaces* de busca da WOS, que são fundamentadas em ontologias altamente disciplinadas, que permitem vasculhar todos os sistemas desde seu centro: o portal da WOS. Essa interoperabilidade ontológica é possível porque as publicações vinculadas à WOS exigem dos autores dados e metadados formatados sob vocabulários controlados e em campos específicos. Dessa forma, a capacidade de busca da WOS inicia no momento em que cada autor preenche os dados da sua publicação,

organiza seus textos e se identifica, oferecendo uma formatação padronizada e desambiguada que permite a busca automatizada e cruzamento de dados. A interoperabilidade e a capacidade de aglutinar dados estruturados da WOS se estabelecem na sua capacidade de disciplinar os usuários na gestão dos dados brutos originados nas suas publicações. Esse disciplinamento abarca também o contexto, já que a influência de *Thompson-Reuters* facilitou a convergência com outras fontes de dados críticas, como o *Open Researcher and Contributor ID (ORCID)*, ferramenta que não é controlada pela WOS, mas foi fortemente influenciada por ela.

O portal da WOS inclui sete módulos com serviços específicos, ainda que baseados na mesma atividade-fim, que é a análise da produção científica global: WOS é o buscador do sistema; *InCites*, oferece indicadores de gestão de produção acadêmica tanto institucional como individual, e soluções de gestão de conhecimento; o *Journal Citation Reports (JCR)* está encarregado da análise e *ranking* de revistas científicas; *Essential Science Indicators* é um analisador de prospectiva tecnológica e científica; *EndNote* é o gestor de citações que atua também como plataforma colaborativa para compartilhar bibliografias; *Publons* é o gestor de *marketing* acadêmico e monitoramento da produção pessoal e do seu impacto; e, finalmente, *Kopernio*, um aplicativo de integração com motores de busca acadêmica diversos que atua como repositório pessoal do pesquisador.

No nível técnico, WOS é uma plataforma, ainda que fechada a um grupo exclusivo de atores e usuários, que paga o acesso e terceiriza certas tarefas acadêmicas por meio desses serviços exclusivos. Sua arquitetura assegura interoperabilidade com os clientes e associados, como, por exemplo, o Portal de Periódicos CAPES. Essa arquitetura interligada, mesmo que fechada, está definida ao redor da cadeia de valor da gestão de conhecimento e a *business intelligence* aplicada ao conhecimento científico globalizado. Tal evolução tem lógica, pois a WOS foi pioneira no desenvolvimento de atividades de *marketing* científico baseadas na perspectiva do capitalismo acadêmico (SLAUGHTER; LESLIE, 1997; SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Com a experiência da *Clarivate* em inteligência competitiva e *data mining*, a WOS tornou-se um ecossistema elitizado e altamente sofisticado de apoio à competitividade acadêmica no mercado da ciência, que hoje é de corte corporativo e globalizado, e visa à performatividade competitiva. Os produtos e estratégias tecnológicas desenvolvidas estão orientados ao conhecimento como mercadoria. O modelo está baseado na integração corporativa em ambiente *web*, complementada com o trabalho de redes sociais feito com *EndNote*, e uma a integração homem-máquina incipiente explorada com *Kopernio*.

Em conclusão, WOS atua como uma plataforma digital excludente e, ainda assim, tem um efeito platformizador global pela sua relação com atores nacionais, como a CAPES, ou institucionais, como as universidades e institutos de pesquisa. Módulos como *EndNote* ou *Kopernio* favorecem a integração de comunidades e a simbiose homem-máquina. A WOS é uma plataforma de tipo corporativo, baseada em um modelo de mercantilismo científico cujo fim são os lucros. Dessa forma, é inevitável que a plataforma crie um efeito de elitização. O valor agregado desse ecossistema está baseado na disciplina que impõe aos atores associados, fundamentada no prestígio que o sistema distribui apoiado em módulos como o JCR. A elitização da comunidade é mantida com recursos das comunidades acadêmicas dos países dominantes e emergentes, dentro da cosmovisão do capitalismo acadêmico, que associa a qualidade com o preço e sustenta a apropriação do conhecimento via *copyright*. O etos que caracteriza o sistema é a competitividade e a performatividade do conhecimento como mercadoria (LYOTARD, 2004).

4.2 Scopus e o suporte à competitividade científica

Scopus foi lançada pela editora holandesa *Elsevier* em 2004 e, junto a WOS, são atualmente as principais fontes de dados científicos. Apesar de ter uma cobertura mais ampla que a WOS, essa plataforma também está restringida a aqueles que possam pagar o serviço e se concentra fortemente na academia de língua inglesa (MONGEON; PAUL-HUS, 2016). *Scopus* indexa mais de 21.500 periódicos, de cinco mil editores internacionais, combinando características da PubMed e WOS, tanto para a pesquisa como para análise integrado de literatura (FALAGAS *et al.*, 2008).

A plataforma tem como elo o portal da *Elsevier*, que dá acesso aos módulos de motor de buscas, produtos, serviços e “mercadorias acadêmicas” (livros, artigos e serviços para o autor como edição, tradução, ilustração, pôsteres etc.). Os serviços estão apresentados em módulos organizados alfabeticamente, com alternativas além dos serviços bibliográficos: Pesquisa e Desenvolvimento (R&D), soluções clínicas, plataformas de pesquisa, inteligência de mercado e educação. Alguns desses módulos, como o *Arezzo*, incluem soluções de inteligência artificial integráveis com as bases de dados hospitalares, para identificar necessidades de pacientes em sistemas de história clínica, para assim recuperar a literatura mais recente e pertinente a esses casos. O módulo de serviços classifica a comunidade em autores, editores, revisores e bibliotecários, aglutinando estas comunidades por tipos de necessidades. A rede social da comunidade é provida pelo *Elsevier Connect* (ELSEVIER, 2019).

Os módulos de produto da *Elsevier* são *Scopus* (motor de busca acadêmico e repositório), *ScienceDirect* (consultoria em pesquisa e desenvolvimento de produtos acadêmicos), *Mendeley* (gestor de referências bibliográficas para instalação no computador ou operação na nuvem), *Evolve* (portal educativo especializado em temas médicos), *Knovel* (ferramentas analíticas de apoio a projetos em engenharia por integração com *software* de desenho da área), *Reaxys* (ferramentas analíticas de apoio a projetos em Química, incluindo simulação de estruturas, patentes, alternativas de compostos, comparativos de bioatividade e dados experimentais), e *ClinicalKey* (serviços de prospectiva em avanços sobre tratamento médico e práticas médicas). Assim como a WOS produz métricas para comparar o desempenho das comunidades acadêmicas e seus veículos de publicação, *Elsevier* também cria um sistema de elites científicas, fundamentado em métricas como o *CiteScore* e o *CiteScore Tracker* (ELSEVIER, 2019).

Scopus é uma plataforma no sentido técnico, no entanto restringida pelo seu modelo de negócio. Sua configuração como ecossistema de *software* é mais ampla que a da WOS, devido a sua maior variabilidade de serviços. As unidades de negócio articuladas ao redor do seu núcleo apresentam uma platformização mais avançada que a da WOS, em termos de abertura, plasticidade e interoperabilidade. A respeito da abertura, os “satélites” da *Scopus* podem ter algo a ver com tal protagonismo.

O *Scimago Journal & Country Rank* (SJR) é um portal que usa as bases de dados da *Scopus*, desenvolvido pela parceria entre o Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha (CSIC) e as Universidades de Granada, Extremadura, Carlos III e Alcalá de Henares, no projeto *The Shape of Science*. O alvo é revelar a estrutura da ciência por meio de indicadores e representações que permitam classificar países, instituições e publicações. O SJR também visa obter uma representação gráfica da pesquisa científica ibero-americana como parte do projeto *Atlas of Science* (SCIMAGO, 2019). Esse trabalho ganhou ampla difusão na América Latina, uma região tradicionalmente negligenciada pela WOS, e com isso, deu reconhecimento à *Scopus*.

Plum Analytics é outro “satélite” da *Scopus*, nascido em 2012 com o alvo de criar novas formas de medir o impacto da pesquisa para indivíduos e organizações que buscam fazer inteligência de mercado no mundo científico. Depois de ser adquirida pela EBSCO em 2014, em 2017 essa organização passou a integrar o grupo *Elsevier* (PLUM ANALYTICS, 2019). No caso da WOS, esses “satélites” são raros, e o único exemplo encontrado é o *Eigenfactor Project* da Universidade de Washington. A Escola de Informação e o Departamento de Biologia dessa universidade conseguiram que *Thomson-Reuters* em consórcio com

outros 13 benfeitores, nenhum deles *Elsevier*, dessem acesso às suas bases de dados para criar novos métodos para avaliar a influência dos periódicos acadêmicos e mapear a estrutura da pesquisa acadêmica (EIGENFACTOR.ORG, 2019).

4.3 Google acadêmico como módulo da plataforma Google

Lançado em versão beta em novembro de 2004, o *Google acadêmico* não é um serviço pago, nem uma estrutura que inclua a gestão de publicação. É um buscador que aproveita as capacidades da *Google* para capturar e classificar informação na *internet*, focando em literatura acadêmica, incluindo a literatura “cinzenta”. Em 2006 se adicionou o recurso de importação de citações compatível com formatos como *RefWorks*, *RefMan*, *EndNote* e *BibTeX*. Nessa época, outros serviços de busca e repositório de artigos científicos como *CiteSeer* ou *Scirus* foram lançados. No entanto, a maioria fechou por conta de ações legais das maiores editoras científicas do mercado. *Google Acadêmico* persistiu, pois seu projeto de digitalização de livros e artigos foi cancelado, e assim o buscador não infringiu as leis de *copyright*. Em 2012 foi adicionada a possibilidade de criar perfis pessoais com a capacidade de medir citações e em 2013 foi incluído um repositório pessoal para que os usuários salvassem seus resultados de busca em coleções próprias. Também foi adicionada uma página de métricas aplicadas às revistas científicas, baseada no índice H e H5 (ASSISI, 2005; GILES, 2005; HUGHES, 2006; QUINT, 2007; LEVY, 2014).

Google Acadêmico é um aplicativo dentro de um ecossistema plataformizado, como é a suíte de produtos da *Google*, porém, não é plataforma. A sofisticação das ferramentas oferecidas é menor em comparação com a *WOS* e a *Scopus*. No entanto, sua condição de ferramenta gratuita e o volume de fontes que recupera, principalmente de comunidades acadêmicas não pertencentes às elites mundiais, tem facilitado sua popularização. *Google Acadêmico* tem problemas de padronização de dados nas publicações que recupera, pois não exerce controle sobre a disciplina de submissão e publicação das suas fontes, como a *WOS* e a *Scopus* fazem. Isso gerou um extenso debate sobre a qualidade da indexação do *Google Acadêmico* e o efeito das publicações predatórias em suas buscas (KOUSHA; THELWALL, 2007; FALAGAS et al., 2008; KULKARNI et al., 2009; BEALL, 2014).

Google Acadêmico é parte de um extenso ecossistema plataformizador de produtos e fontes que podem ser acessados “gratuitamente”, pagos com a venda de publicidade e outros artifícios. O modelo da *Google* não é sofisticado como o da *WOS* e a *Scopus*, mas é

abrangente e gratuito, conseguindo, assim, incluir a atividade acadêmica como negócio colateral da sua plataforma.

4.4 SciELO como proposta da “periferia” acadêmica

A *SciELO* é uma base de dados e livreria digital nascida em 1997 no Brasil, em colaboração com 14 países ibero-americanos. O ingresso dos associados se deu, paulatinamente, durante a década dos anos 2000. A estrutura opera de forma federada no que tange à gestão, financiamento e operação tecnológica, entretanto o processamento da informação está padronizado na sua metodologia e arquitetura tecnológica. O desenvolvimento da *SciELO* teve que romper a resistência dos editores latino-americanos quanto à edição impressa e superar seu desprezo pelas publicações eletrônicas, além da fraca infraestrutura tecnológica da região e os escassos recursos humanos qualificados em informática. A liderança e o comprometimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do time de editores e informáticos brasileiros encarregados do projeto superou todos esses desafios, desenvolvendo o sistema completo em código aberto (PACKER et al., 2014).

O sistema consiste em módulos articulados definidos pelo país de origem da publicação/revista, coleções temáticas e outras coleções. O desenho original de 1997 teve que ser trocado por uma nova versão em 2010. O grande mobilizador da arquitetura do *SciELO* não foi a perspectiva de lucros ou de inovação de serviços, mas a necessidade de criar um sistema de indexação, busca e recuperação eficiente, estável e barato. Em 2007, a *SciELO* foi indexada no *Google* e *Google Acadêmico*, o que levou a um aumento expressivo de acessos (de 25 milhões em 2005 a 103 milhões em 2007), sendo essa situação um impulsionador da renovação da plataforma. O modelo da *SciELO* está evoluindo para o *cloud computing*, deixando a infraestrutura de aplicações por conta da *SciELO* Brasil, no entanto o restante dos federados se foca no conteúdo (BRITO, 2001; MARCONDES et al., 2003; GRÁCIO; OLIVEIRA, 2010; PACKER et al., 2014).

A *SciELO* não é uma plataforma, pois não acolhe aplicativos de terceiros. É uma estrutura de *softwares* complementares dedicados às tarefas de gestão e administração bibliográfica, dividida em módulos-país articulados. O efeito plataformizador acontece na área do tratamento dos conteúdos e a utilização dos repositórios das obras, que estão formulados para criar uma disciplina técnica que permita dados estruturais e interoperabilidade.

Em 2015, o notório bibliotecário Jeffrey Beall publicou em seu *blog* uma nota se referindo à *SciELO* como uma

“favela da publicação” (BEALL, 2015). No texto, Beall associa o sucesso de uma base de dados ao *management* efetivo que as editoras comerciais fazem dos conteúdos, chamando-os de “bons vizinhos da academia”, e às plataformas *open access*, como *SciELO* ou *Redialyc*, de “favelas”. Beall afirma que essas bases acadêmicas não oferecem um bom serviço de *marketing* e difusão, já que poucos norte-americanos conhecem seus serviços. Para Beall, *Google Acadêmico* estaria com os dias contados, pois o material indexado por esse serviço é de péssima qualidade. Na sua visão, inexistência de *copyright* nas obras desestimula os publicadores comerciais e, com isso, limita a melhoria do sistema. Essas afirmações permitem introduzir as conclusões deste artigo.

5 Conclusões: a plataformização do conhecimento e o efeito de Centro-Periferia

Dois problemas caracterizam a situação global da publicação científica: o domínio absoluto da língua inglesa e o monopólio do conhecimento de ponta por um pequeno grupo de corporações (BAUER, 2004; HAMEL, 2007). Isso resulta em uma configuração de “Centro” e “Periferia” quanto à valoração acadêmica da produção científica no mundo (SHILS, 1992; MUELLER; OLIVEIRA, 2003). *Elsevier*, *Thomson-Reuters* e *Clarivate* são corporações editoriais comerciais multinacionais, parte de um cartel que concentra 70% da produção em ciências naturais e médicas e ciências sociais aplicadas (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015). Essas corporações foram as grandes beneficiadas da era digital, pois ampliaram seu controle da literatura científica, reduzindo custos. O regime elitista que é imposto se nutre da dependência da comunidade científica na publicação em revistas do *mainstream*, para sustentar seu prestígio e recursos.

O modelo de negócio dessas empresas é fechado quanto à distribuição do conhecimento, pois precisam gerar “escassez artificial” no mercado acadêmico para, assim, manter os preços elevados. A arquitetura de informação da *WOS* e da *Scopus* reflete essa perspectiva, criando uma plataformização restringida, ainda que altamente sofisticada e disciplinada. Essa estrutura termina naturalizada e associada por acadêmicos como Beall, com o sucesso e qualidade do *mainstream*. Toda tentativa por fora desse modelo termina desqualificada como uma “favelização” das bases de dados bibliográficas. A arquitetura de informação da *WOS* e da *Scopus* responde a uma visão hegemônica, e seu processo de plataformização cria um efeito elitista e excludente na comunidade científica mundial.

No caso do *Google Acadêmico*, esse é um módulo da plataforma *Google* e uma de suas inúmeras iniciativas de valor agregado. Como seu alvo é uma comunidade

mais extensa que a acadêmica, perde em sofisticação, mas ganha em extensão de fontes. Não garante a pureza das fontes, pois é um sistema autorregulado, sem a disciplina e recursos do *mainstream*. Troca-se qualidade por quantidade e variabilidade, incluindo línguas diferentes ao inglês, territórios distintos dos países desenvolvidos, e documentos considerados produção “cinzenta”. *Google Acadêmico* não é plataforma, mas, é parte do universo plataformizador em que a *Google* sustenta seu domínio da rede global.

Por último, a *SciELO* é uma proposta focada em garantir a organização, acesso e recuperação de literatura científica com custos baixos, em um ambiente multinacional federado. Tecnicamente, não é uma plataforma; é uma articulação de módulos especializados em categorias de documentos ou funções, que tem atendido às necessidades da comunidade de usuários. Mas, por conta da dinâmica típica das políticas de ciência e tecnologia latino-americana, tem problemas para evoluir em novos serviços e integrar novas funcionalidades. Enquanto *WOS*, *Scopus* e *Google Acadêmico* conseguem extrair indicadores de produção acadêmica atualizados, a *SciELO* oferece apenas relatórios em planilha eletrônica do *Excel* até 2017. No entanto, o sistema está arquitetado sobre código aberto e tem conseguido progressivamente disciplinar as comunidades de usuários para melhorar a padronização da sua produção científica. Isso é algo bem complexo de atingir, visto que o sistema inclui 14 países associados, sem tradição científica, atuando federadamente. Não parece viável que a *SciELO* evolua em uma plataforma sem uma mudança radical das condições do contexto, enquanto investimento e respaldo agressivo às políticas de ciência e tecnologia na região.

Um caminho viável parece ser as alianças estratégicas que a *SciELO* está desenvolvendo com *SCImago* e *Crossref* da *International DOI Foundation*, assim como o projeto de arquitetura aberta para APIs de customização para celulares, *tablets* e TVs, que ainda é somente um projeto.

Em conclusão, na sociedade da informação, dominada pelas plataformas digitais, a plataformização das bases de dados científicas é forte, ainda que incipiente; elitizada pela perspectiva do capitalismo acadêmico, e fraca em sistemas abertos e democráticos que, como *SciELO*, não visam ao lucro, mas tentam atender à comunidade, baseados em *software* aberto e gratuito. Desse jeito, as plataformas estão favorecendo um regime de exclusão acadêmica e restrição dos fluxos do conhecimento.

Referências

ADNER, R.; KAPOOR, R. Value Creation in Innovation Ecosystems: How the Structure of Technological Interdependence Affects Firm Performance in New Technology Generations. **Strategic Management Journal**,

- p. 306–333, mar. 2010. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/smj.821>. Acesso em: 14 maio 2019.
- ARCHAMBAULT, E. et al. Comparing bibliometric statistics obtained from the Web of Science and Scopus. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 7, p. 1320–1326, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.21062>. Acesso em: 01 maio 2019.
- ASSISI, F. C. **Anurag Acharya Helped Google's Scholarly Leap**. 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110608194910/http://www.indolink.com/SciTech/fr010305-075445.php#>. Acesso em: 14 maio 2019.
- ASSOCIAÇÃO O ECO. **O que é um Ecossistema e um Bioma**. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28516-o-que-e-um-ecossistema-e-um-bioma/>. Acesso em: 01 maio 2019.
- BALDWIN, C. Y.; WOODARD, C. J. The architecture of platforms: a unified view. In: GAWER, A. **Platforms, Markets and Innovation**. [s.l.]: Edward Elgar Publishing, 2009. v. 32.
- BAUER, H. H. Science in the 21st century: knowledge monopolies and research cartels. **Journal of Scientific Exploration**, v. 18, n. 4, p. 643–660, 2004.
- BEALL, J. **Is SciELO a Publication Favela?** Disponível em: <https://scholarlyoa.com/2015/07/30/is-scielo-a-publication-favela/>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BEALL, J. **Google scholar is filled with junk science**. 2014. Disponível em: <http://scholarlyoa.com/2014/11/04/google-scholar-is-filled-with-junk-science/>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- BOLEY, H.; CHANG, E. Digital ecosystems: principles and semantics. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL ECOSYSTEMS AND TECHNOLOGIES, 2007. **Inaugural**. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/4233739/>. Acesso em: 14 maio 2019.
- BOSCH, J. From software product lines to software Ecosystems. In: INTERNATIONAL SOFTWARE PRODUCT LINE CONFERENCE, 13., 2009, São Francisco, California. **Proceedings**. São Francisco, Califórnia: Carnegie Mellon University Pittsburgh, 2009. Disponível em: http://delivery.acm.org/10.1145/1760000/1753251/p111-bosch.pdf?ip=200.239.87.174&id=1753251&acc=ACTIVE%20SERVICE&key=344E943C9DC262BB%2E7C754A0C7D080D29%2E4D4702B0C3E38B35%2E4D4702B0C3E38B35&__acm__=1558442893_371f093c3be675bbe6c8fa772371f0a8. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRESNAHAN, T. F.; GREENSTEIN, S. Technological competition and the structure of the computer industry. **The Journal of Industrial Economics**, v. 47, n. 1, p. 1–40, mar. 2003. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/1467-6451.00088>. Acesso em: 14 maio 2019.
- BRITO, M.. **Présentation de la bibliothèque électronique SciELO et de ses DTD: guide pour les revues numériques**. [S. l.]: [S. n.], 2001.
- BROUSSEAU, E.; PENARD, T. The economics of digital business models: a framework for analyzing the economics of platforms. **Review of Network Economics**, v. 6, n. 2, jan. 2007. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/rne.2007.6.issue-2/rne.2007.6.2.1112/rne.2007.6.2.1112.xml>. Acesso em: 14 maio 2019.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHEN, J. E. Law for the platform economy. **UCDL Rev.**, v. 51, p. 133, 2017. Disponível em: https://lawreview.law.ucdavis.edu/issues/51/1/Symposium/51-1_Cohen.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.
- GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Comparando el índice h con otros indicadores bibliométricos en el tema "Estudios Métricos" en el SciELO, en Ciencia de la Información. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, v. 4, p. 123–129, 2010.
- GUSMÃO, A. L. et al. A study about architectural requirements in a transition from product to software platform. In: EUROPEAN CONFERENCE ON SOFTWARE ARCHITECTURE WORKSHOPS, 10., 2016, Copenhagen, Denmark. **Proceedings**. Copenhagen, Denmark: ACM Press, 2016. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm?doid=2993412.3003388>. Acesso em: 14 maio 2019.
- GUSMÃO, A. L. **Uma proposta de processo para construção de ecossistemas de software baseada na evolução arquitetural de produtos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre las sociedades de control. **Polis: Revista Latinoamericana**. Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas (CISPO), n. 13, p. 8, 2006.
- EIGENFACTOR.ORG. **About the EigenFactor project**. Disponível em: <http://www.eigenfactor.org/about.php>. Acesso em: 01 maio 2019.
- ELSEVIER. **Scopus**. Disponível em: <https://www-scopus.ez3.periodicos.capes.gov.br/search/form.uri?display=basic>. Acesso em: 01 maio 2019.
- FACIN, A. L. F. **A evolução das plataformas no setor de software: uma análise na perspectiva das capacidades das organizações**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-10112017-112829/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2019.
- FALAGAS, M. E. et al. Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google scholar: strengths and weaknesses. **The FASEB Journal**, v. 22, n. 2, p. 338–342, 2008. Disponível em: <https://www.fasebj.org/doi/pdf/10.1096/fj.07-9492LSF>. Acesso em: 15 maio 2019.
- FICHEMAN, I. K. **Ecossistemas digitais de aprendizagem: autoria, colaboração, imersão e mobilidade**. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-02022009-164226/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2019.
- FUCHS, C. Information and communication technologies and society: a contribution to the critique of the political economy of the internet. **European Journal of Communication**, v. 24, n. 1, p. 69–87, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323108098947>. Acesso em: 10 maio 2019.
- GABRIEL, M. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010.

- GAWER, A. Bridging Differing Perspectives on Technological Platforms: Toward an Integrative Framework. **Research Policy**, v. 43, n. 7, p. 1239–1249, set. 2014. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0048733314000456>>. Acesso em: 14maio2019.
- GAWER, A. Platforms, markets and innovation: an introduction. In: GAWER, A. **Platforms, markets and innovation**. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2009.
- GAWER, A.; CUSUMANO, M. A. **Platform leadership: How Intel, Microsoft and Cisco Drive Industry Innovation**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 2002. v. 5.
- GHANAM, Y.; MAURER, F.; ABRAHAMSSON, P. Making the leap to a software platform strategy: issues and challenges. **Information and Software Technology**, v. 54, n. 9, p. 968–984, set. 2012. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0950584912000547>. Acesso em: 14maio2019.
- GILES, J. Science in the Web age: start your engines. **Nature**, v. 478, n. 7068, p. 554–555, 2005.
- GILLESPIE, T. The Politics of ‘Platforms’. **New Media & Society**, v. 12, n. 3, p. 347–364, 2010. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444809342738>. Acesso em: 14maio2019.
- GURUMURTHY, A.; BHARTHUR, D. **Policy frameworks for digital platforms: moving from openness to inclusion : research framework**. [S. l.]: IT for Change, 2018. Disponível em: https://itforchange.net/sites/default/files/1516/Platform_Policies_Research_Framework2018.pdf. Acesso em: 10maio2019.
- HAMEL, R. E. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. **Aila Review**, v. 20, n. 1, p. 53–71, 2007.
- HUGHES, T. **An interview with Anurag Acharya, Google Scholar lead engineer**. 2006. Disponível em: https://www.google.com/librariancenter/articles/0612_01.html. Acesso em: 10 maio 2019.
- ITFC. **Background Paper Platform Policies**. [S. l.]: IT for Change, 2017.
- KENNEY, M.; ZYSMAN, J. The rise of the Platform Economy. **Issues in Science and Technology**, v. 32, n. 3, p. 61, 2016.
- KOUSHA, K; THELWALL, M. Google Scholar citations and Google Web/URL citations: A multi-discipline exploratory analysis. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 6, n. 57, p. 1055–65, 2007.
- KULKARNI, A. V. et al. Comparisons of Citations in Web of Science, Scopus, and Google Scholar for Articles Published in General Medical Journals. **JAMA**, v. 302, n. 10, p. 1092–1096, 2009.
- LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. **Plosone**, v. 10, n. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.012750>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- LEITE, D. T. C. **Business transformation: habilitando por meio do Disruption Process Management (DPM)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, T. et al. The Importance of Socio-Technical Resources for Software Ecosystems Management. **Journal of Innovation in Digital Ecosystems**, v. 3, n. 2, p. 98–113, dez. 2016. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2352664516300190>. Acesso em: 15maio2019.
- LYOTARD, J. F. **La condición postmoderna: informe sobre el saber**. Madrid: Ediciones Cátedra S. A., 2004.
- MAGALHÃES, I. L.; PINHEIRO, W. B. **Gerenciamento de serviços de TI na prática: uma abordagem com base na ITIL: inclui ISO/IEC 20.000 e IT Flex**. São Paulo: Novatec, 2007.
- MANIKAS, K; HANSEN, K. M. Reviewing the health of software ecosystems—a conceptual framework proposal. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON SOFTWARE ECOSYSTEMS, 5., 2013, Germany. **Proceedings...** Germany: Slinger Jansen, 2013, p. 33-44.
- MARCONDES, C. H. et al. The SciELO Brazilian Scientific Journal Gateway and Open Archives; Usability of Hypermedia Educational e-Books; Building Upon the MyLibrary Concept To Better Meet the Information Needs of College Students; Open Archives and UK Institutions; The Utah Digital Newspapers Project; Examples of Practical Digital Libraries. **D-Lib Magazine**, v. 9, n. 3, p. n. 3, 2003.
- MEYER, M. H.; LEHNERD, A. P. **The power of product platforms: building value and cost leadership**. New York: Tre Press, 1997.
- MONGEON, P.; PAUL-HUS, A. The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. **Scientometrics**, v. 106, n. 1, p. 213–228, jan. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11192-015-1765-5.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.
- MOROZOV, E. Where Uber and Amazon rule: welcome to the world of the platform. **The Guardian**, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2015/jun/07/facebook-uber-amazon-platform-economy>. Acesso em: 10 maio 2019.
- MUELLER, S. P. M.; OLIVEIRA, H. V. Autonomia e dependência na produção da ciência: uma base conceitual para estudar relações na comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 2003.
- PACKER, A. L. et al. **SciELO: 15 Años de Acceso Abierto**. Paris. 2015.
- PASSARELLI, B. et al. Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares. In: PASSARELLI, B.; SILVA, A. M.; RAMOS, F. (Orgs.). **E-infocomunicação: estratégias e aplicações**. São Paulo: Senac, 2014. p. 79-120.
- PLUM ANALYTICS. **Pum Analytics**. 2019. Disponível em: <https://plumanalytics.com/about/leadership/>. Acesso em: 01maio2019.
- POEL, M.; RENDA, A.; BALLON, P. Business model analysis as a new tool for policy evaluation: policies for digital content platforms. **Info**, v. 9, n. 5, p. 86–100, ago. 2007. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/14636690710816471>. Acesso em: 15maio2019.
- QUINT, B. **Changes at Google Scholar: a conversation with Anurag Acharya**. 2007. Disponível em: <http://newsbreaks.infotoday.com/nbReader.asp?ArticleId=37309>. Acesso em: 01 maio 2019.
- RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014.

- REUVER, M.; SØRENSEN, C.; BASOLE, R. C. The Digital Platform: a research agenda. **Journal of Information Technology**, v. 33, n. 2, p. 124–135, jun. 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1057/s41265-016-0033-3>. Acesso em: 15 maio 2019.
- ROBERTSON, D.; ULRICH, K. Planning for product platforms. **Sloan Management Review**, v. 39, n. 4, p. 19–31, 1998. Disponível em: https://repository.upenn.edu/oid_papers/266/?utm_source=repository.upenn.edu%2Foid_papers%2F266&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em: 01 maio 2019.
- RODRIGUES, J. C. **Plataformas Digitais para profissionais de marketing e comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-book Kindle, 2017.
- SAKUDA, L. O. **Plataformas como novo tipo de governança de cadeias globais de valor: estudo na indústria de jogos digitais**. 2016. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-18082016-132259/publico/LuizOjimaSakudaCorr16.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.
- SCIMAGO. **SCImago: About Us**. 2019. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 01 maio 2019.
- SHILS, E. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.
- SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism: politics, policies, and the entrepreneurial university**. [S. l.]: ERIC, 1997.
- LEVY, S. **The gentleman who made Scholar**. 2014. Disponível em: <https://medium.com/backchannel/the-gentleman-who-made-scholar-d71289d9a82d>. Acesso em: 01 maio 2019.
- TIWANA, A.; KONSZYNSKI, B.; BUSH, A. A. Research commentary - Platform Evolution: Coevolution of Platform Architecture, Governance, and Environmental Dynamics. **Information Systems Research**, v. 21, n. 4, p. 675–687, dez. 2010. Disponível em: <http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/isre.1100.0323>. Acesso em: 14 maio 2019.
- ZANETI JÚNIOR, L. A.; VIDA, A. G. R. Construção de sistemas de informação baseados na tecnologia web. **Revista de Administração**, v. 41, n. 3, p. 232–244, set. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44402>. Acesso em: 15 maio 2019.

O discurso em ontologias: uma abordagem a partir da Semiótica Discursiva

The discourse in ontologies: an approach from Discursive Semiotics

Daniel Libonati Gomes (1), Thiago Henrique Bragato Barros (2)

(1) Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa 1, Belém/PA, danielibonati00@hotmail.com. (2) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Avenida Paulo Gama 110, Porto Alegre/RS, bragato.barros@ufrgs.br

Resumo

Buscou-se compreender, com a utilização da Semiótica Discursiva, de que forma elementos sociais, históricos e ideológicos podem ser reconhecidos e explicitados na representação de um domínio de conhecimento por meio de uma ontologia. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e descritiva em que, a partir do referencial teórico estudado, foi elaborada uma ontologia que possui fundamentação na Semiótica Discursiva – denominada ontologia semiológica. Essa ontologia, por conta de sua fundamentação teórica, foi construída de uma forma diferente daquela utilizada em ontologias “tradicional”, especificamente no que concerne à formação dos axiomas que caracterizam os conceitos. Por conta de sua estrutura diferenciada, a ontologia semiológica possibilitou uma forma de explicitar as condições de produção discursiva – condições sócio-histórico-ideológicas – presentes na representação de um domínio. Concluiu-se que, apesar de a ontologia semiológica não ser tão eficiente, tendo em conta os requisitos a que uma ontologia deve atender, esse tipo de ontologia pode auxiliar na investigação de questões importantes para a representação da informação e do conhecimento, especialmente no que tange ao discurso veiculado, mesmo que indiretamente, pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs).

Palavras-chave: Ontologia; Sistemas de Organização do Conhecimento; Representação da informação e do conhecimento; Semiótica Discursiva; Discurso.

Abstract

It was sought to understand how, in knowledge representation made on ontologies, social, historical and ideological elements can be recognized and explained through Discursive Semiotics. A bibliographic and descriptive research was carried out in which, on the basis of the theoretical framework studied, an ontology was elaborated based on Discursive Semiotics – denominated semiological ontology –, so that the axioms that form it were developed in a different way from that one used in "traditional" ontologies. This semiological ontology provided a way of explaining the conditions of discursive production - socio-historical-ideological conditions - of an ontology. It was concluded that, although the semiological ontology is not so efficient, not meeting all the requirements that an ontology must meet, this way of constructing ontologies can help in the investigation of questions pertinent to knowledge representation.

Keywords: Ontology; Knowledge Organization Systems; Information and knowledge representation; Discursive Semiotics; Discourse.

1 Introdução

Na Ciência da Informação há a utilização de algumas ferramentas, como os tesauros e ontologias, que possuem como objetivo a organização e representação de domínios de conhecimento, tendo como fundamento para isso os conceitos que compõem um dado domínio. Para tanto, esses conceitos são analisados e compreendidos a partir de sua formação e relações que estabelecem entre si, o que realmente dá forma ao domínio. Contudo, é notório que os conceitos carregam consigo atributos relativos ao seu uso social, que não podem ser ignorados. Portanto, é lícito afirmar que conceitos carregam discursos.

Conforme Greimas & Courtés (2013, p. 144), o conceito de discurso se confunde com o de processo semiótico, ou seja, conceituar discurso envolve discutir

sua produção: “[...] pode-se identificar o conceito de **discurso** com o de processo semiótico e considerar como pertencente à teoria do discurso a totalidade dos fatos semióticos (relações, unidades, operações etc.) situados no eixo sintagmático da linguagem”. O discurso é a concretização de suas condições de produção (meio sócio-histórico-ideológico e a circunstância em que foi produzido) (POSSENTI, 2009), sendo necessariamente polifônico (formado por várias vozes, outros discursos) e dialógico (FLORES & TEIXEIRA, 2013).

Tendo isso em conta, procurou-se responder à seguinte pergunta: como os aspectos sócio-histórico-ideológicos – as condições de produção discursiva (POSSENTI, 2009) – de um conceito podem ser reconhecidos (ou mesmo explicitados) em sua representação?

Para responder tal pergunta, esta pesquisa buscou compreender a formação do sentido dos conceitos, porém com foco nas relações estabelecidas entre estes nas ferramentas desenvolvidas para representar os domínios dos quais fazem parte: os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). Esse estudo da formação dos sentidos pode envolver, dependendo da perspectiva teórica adotada, os aspectos sociais e ideológicos que perpassam o objeto de análise. Também, é possível destacar que o próprio nome SOCs denota que os elementos que os compõem, as informações, são compreendidos como unidades que, organizadas de determinada forma, podem interagir entre si para dar conta do funcionamento de um dado fenômeno, ou seja, agem de maneira sistemática. Dito isso, procurou-se compreender a formação do sentido a partir de uma perspectiva também sistemática, a da Semiótica Discursiva, que atua, como o nome denuncia, a partir da perspectiva do discurso, ou seja, procura evidenciar aspectos referentes à ideologia, história e sociedade.

A fim de alcançar o objetivo proposto, o SOC escolhido para análise foi a ontologia, pelo fato de, neste, ser possível a explicitação da formação dos conceitos, além de, evidentemente, a representação do domínio de conhecimento. As ontologias funcionam a partir da construção de relações entre os conceitos que as formam, sendo que essa construção é feita por meio de axiomas. O foco nas ontologias também se deu pelo fato de, atualmente, esses sistemas ocuparem uma posição importante na representação do conhecimento, principalmente por conta de projetos como a Web Semântica, além de também serem boas ferramentas para facilitar o desenvolvimento de outros SOCs, como planos de classificação (BARROS; GOMES, 2018; MADSEN; THOMSEN, 2009).

No que concerne aos aspectos metodológicos, é importante destacar que este trabalho é derivado da dissertação de mestrado de um de seus autores, complementando a pesquisa realizada naquela ocasião. A pesquisa pode ser considerada bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa. O referencial teórico acerca das ontologias abrange autores tanto da Ciência da Informação quanto da Ciência da Computação e foi pesquisado nas bases Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES pelos termos “ontology ontologies” e “what are ontologies”. No caso da Semiótica Discursiva, as principais referências foram as obras de Greimas (2014; 2013; 1975; 1973) e Fontanille (2012). Após o estudo teórico, foi elaborada uma ontologia a partir da perspectiva semiótica, o que possibilitou, então, propor uma resposta à pergunta feita no início desta introdução.

Assim, este trabalho trata acerca do SOC escolhido, as ontologias, abordando primeiramente seus aspectos principais, especialmente sua estrutura; após, propõe-se uma breve explicação acerca da Semiótica Discursiva,

evidenciando a parte de seu ferramental teórico utilizado para alcançar o objetivo proposto; em seguida, apresenta-se o resultado da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

2 A modelagem de domínios por meio das ontologias

As ontologias, assim como outros SOCs, como os tesouros, índices e planos de classificação, são estudadas pela Ciência da Informação como ferramentas para representar a informação e possibilitar sua recuperação. No entanto, as ontologias se destacam atualmente por serem peça fundamental na chamada Web Semântica, projeto que visa a estabelecer o compartilhamento e reuso de dados diversos em aplicações variadas. Por meio desses sistemas de organização, pode-se criar taxonomias de conceitos relativos a um domínio de conhecimento específico, possibilitando que um sistema computacional “entenda” esse domínio, tendo em conta que, para tal sistema, o que existe é aquilo que pode ser representado (GRUBER, 1993).

Há diversos conceitos para ontologia e não é fácil estabelecer completamente um, considerando que existem muitas nuances nessa discussão. Neste trabalho, tomaremos o conceito proposto por Guarino (1997, p. 298): “uma ontologia é uma descrição explícita e parcial dos modelos pretendidos de uma linguagem lógica”. No entanto, tal conceito é ainda bastante complexo e envolve muitas explicações, que devem ser fornecidas.

Para compreender o conceito de Guarino (1997), é necessário entender que uma ontologia descreve uma conceptualização, que pode ser compreendida como sendo o conjunto de conceitos e suas definições que estabelecem relações dentro de um campo de interesse qualquer. Porém, as conceptualizações, em geral, são implícitas, existindo de forma diferente na mente das pessoas. Assim, uma ontologia deve ser feita de modo contrário: a conceptualização nela representada deve ser explícita e clara. Além disso, o conceito aponta que essa conceptualização também deve ser parcial, ou seja, uma ontologia nunca vai representar um domínio de conhecimento em sua totalidade, mas apenas aqueles conceitos que são pretendidos. Por fim, Guarino (1997) afirma que a ontologia atua por meio de uma linguagem lógica, ou seja, axiomas. Em suma, uma ontologia, por meio de axiomas, descreve e explicita algumas das relações existentes (apenas aquelas pretendidas) entre uma série de conceitos que formam um domínio de conhecimento (também chamado de universo discursivo). Na prática, isso ocorre por meio de uma estrutura taxonômica que conjuga três elementos principais: classes, propriedades e instâncias (ou indivíduos) (NOY; MCGUINNESS, 2001).

As classes de uma ontologia, em geral, representam os conceitos do domínio que se está buscando representar. As instâncias ou indivíduos são os elementos que se inserem no interior das classes. Por fim, as propriedades permitem que haja relação entre as classes e entre os indivíduos.

Dessa forma, por exemplo, uma ontologia que represente uma família poderia caracterizar seus conceitos da seguinte forma:

Quadro 2. *Exemplo de classes e relações em uma ontologia*

Classe	Propriedades	Classe
pais	tem_filho	filhos
	é filho de	avós
filhos	é_filho_de	pais
	é neto de	avós
avós	tem_filho	pais
	é avô de	filhos

O quadro acima demonstra que o conceito de “pais” é alguém que se relaciona aos indivíduos da classe “filhos” por meio da propriedade “tem_filho” e se relaciona aos indivíduos da classe “avós” pela propriedade “é_filho_de”. O mesmo raciocínio se aplica às outras duas classes. Seria possível, com isso, preencher cada classe com indivíduos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3. *Exemplo de relação entre instâncias em uma ontologia*

Instância	Propriedade	Classe
Pedro	tem_filho	Ana, Amanda, Apolo
Maria	tem_filho	
Ana	é_filho_de	Pedro, Maria
	é_netto_de	José, Janaína, Marcos, Célia
Amanda	é_filho_de	Pedro, Maria
	é_netto_de	
Apolo	é_filho_de	José, Janaína, Marcos, Célia
	é_netto_de	Pedro, Maria
José	tem_filho	Maria
	é avô de	Ana, Amanda,

Janaína	tem_filho	Apolo
	é_avô_de	Maria
Marcos	tem_filho	Ana, Amanda, Apolo
	é_avô_de	Pedro
Célia	tem_filho	Ana, Amanda, Apolo
	é_avô_de	Pedro
		Ana, Amanda, Apolo

Dadas essas informações, a ontologia verificaria que Pedro e Maria são pais de Ana, Amanda e Apolo, sendo que Pedro é filho de Marcos e Célia e que Maria é filha de José e Janaína. Evidentemente, existem outras relações de parentesco, como tios, sobrinhos etc., porém é importante lembrar que uma ontologia possui a abrangência que for pretendida, nunca sendo necessário expressar absolutamente todas as relações e elementos existentes na realidade.

Porém, é necessário frisar ainda que existem, na verdade, dois tipos diferentes de propriedades: propriedade-objeto (*object property*) e propriedade-dado (*data property*). Uma propriedade-objeto é usada para relacionar classes diferentes ou classes e instâncias de outras classes. Por exemplo, uma propriedade como “é_filho_de”, no Quadro 1 é capaz de relacionar as classes “filhos” e “pais”. Diferentemente destas, as propriedades-dado são mais simples e são utilizadas, em geral, para atribuir, como o próprio nome denuncia, dados aos indivíduos, como um nome, idade, peso etc., dependendo do valor atribuído à propriedade-dado (que pode ser “literal”, ou seja, uma expressão escrita; um valor “float”, que é um número real; um valor “booleano”, podendo ser verdadeiro ou falso, entre outros). Por exemplo, uma propriedade-dado poderia ser atribuída às instâncias do Quadro 2 para determinar suas datas de nascimento.

Além disso, uma ontologia pode ser desenvolvida em diversos formatos, desde modelos conceituais em gráficos até linguagens próprias de sistemas informatizados. A escolha de uma forma de representação varia de acordo com o objetivo que se busca alcançar com o desenvolvimento da ontologia. No caso deste trabalho, foi criada uma ontologia formal, ou seja, representada por uma linguagem própria da Web Semântica, a OWL2. Para tanto, utilizou-se o *software* Protégé 5.2.0 (MUSEN, 2015), que possibilita a construção de ontologias formais por meio de uma interface amigável. A Figura 1 demonstra, já na interface do Protégé, as classes da ontologia desenvolvida – chamada de ontologia da

escola –, que busca representar uma escola, porém sem pretensões de ser fiel à realidade:

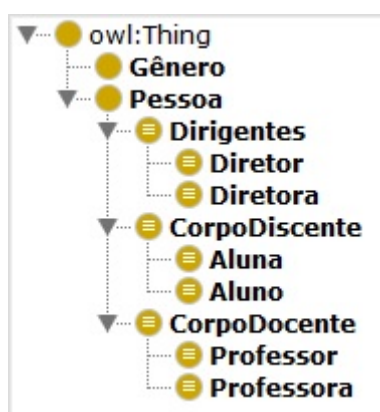


Figura 1. *Ontologia da escola*

Essa ontologia, como será melhor demonstrado na seção 4, foi construída de uma forma diferente daquela da família, apresentada como exemplo anteriormente, não utilizando propriedades-objeto para relacionar as classes que a compõem, mas, sim, propriedades-dado. Essa escolha se deu por conta dos axiomas que formam essa ontologia serem fundamentados a partir do ferramental da na Semiótica Discursiva, explanada a seguir.

3 A construção do sentido e a Semiótica Discursiva

A Semiótica pode ser definida, de modo simplificado, como a disciplina que estuda os signos, ou melhor, a consequência de sua existência, a significação. No entanto, há diferentes concepções acerca de signo, levando a diferentes teorias semióticas. Para esta pesquisa, foi utilizada a teoria denominada Semiótica Discursiva ou greimasiana, nome esse atribuído por conta de seu fundador, o linguística Algirdas Julien Greimas.

A Semiótica Discursiva tem suas bases na teoria do signo linguístico de Ferdinand du Saussure que, em sua clássica obra *Curso de Linguística Geral* (2012), entende que a língua é um sistema de signos e procura explicar o que é o signo linguístico, definindo-o como a união de dois elementos dicotômicos e interdependentes: o significante e o significado. O significante é uma “imagem acústica”, ou seja, uma espécie de “imagem mental” possível de ser criada a partir do contato do indivíduo com uma dada sequência de fonemas, enquanto que o significado é um conceito atribuído a essa “imagem”..

Greimas (1973, p. 30), em sua *Semântica Estrutural* (obra considerada por muitos como fundadora da Semiótica Discursiva), percebeu que os signos regem um fenômeno que está além de sua simples ocorrência:

a significação. A Semiótica, portanto, não pode ser simplesmente entendida como uma disciplina de estudo dos signos, mas uma teoria de estudo da significação, da organização dos signos e suas relações internas. Assim, partindo da teoria saussureana ao mesmo tempo em que rompe com ela, Greimas afirma que “A língua não é um sistema de signos, mas uma reunião – cuja economia deve ser precisada – de estruturas de significação”. Para esse autor, os signos são elementos secundários no estudo sobre a significação, visto que termos-objeto isolados não comportam significação.

Diante disso, o objeto de estudo da Semiótica não é o signo, mas o fenômeno da significação, a arquitetura do sentido (FIORIN, 1999), visualizado em estruturas significativas. Essas estruturas podem ser encontradas no discurso em ato, ou seja, no uso diário da língua, o que envolve questões que estão além do sistema linguístico, como a sociedade e a ideologia. É a partir daí que se pode afirmar que uma das preocupações da Semiótica é definir como a significação ocorre, como o discurso tem seu sentido apreendido por um sujeito (que toma uma determinada posição).

Assim, por questões de inteligibilidade, como explica o próprio Greimas (1975), foi organizado um modelo explicativo desse processo de construção do sentido, no formato de um percurso que parte das estruturas mais simples e vai às mais complexas, fundamentado na ideia de que, a partir de elementos limitados se relacionando de modo restrito, ilimitadas combinações podem ocorrer. Esse modelo é chamado de Percurso Gerativo de Sentido (PGS).

2.1 O Percurso Gerativo de Sentido

Há diversos modelos de PGS, que variam de acordo com o objeto da análise semiótica e seu objetivo. Para este trabalho, foi utilizado o modelo de Greimas e Courtés (2013), que estrutura a significação em dois níveis: as estruturas *semionarrativas* – que são divididas em dois subníveis, chamados de nível profundo e nível de superfície – e as estruturas *discursivas*. O sentido, enquanto fenômeno, é produto das interações que ocorrem entre os elementos que formam cada um desses níveis, de maneira que o PGS traz à tona uma perspectiva sistemática da formação dos significados.

Para se compreender o primeiro nível do PGS, as estruturas semionarrativas, é necessário conhecer a unidade mínima da significação: o sema. Conforme anteriormente explicado, Greimas (1973) rompe com a ideia de Saussure de que a língua seria um sistema de signos. Isso se dá pelo fato de o signo ser uma unidade excessivamente complexa para ser considerado o fundamento de todo o sistema linguístico.

De modo bastante simplificado, pode-se exemplificar o que é um sema por meio da adaptação de um exemplo

dado por Greimas (1973), analisando a composição sêmica das palavras “alto” e “baixo”. Ambas as palavras trazem consigo noções como espaço, dimensão e altura. Essas “noções” podem ser compreendidas como sendo produto dos semas, os quais poderiam ser arbitrariamente nomeados como *espacialidade*, *dimensionalidade* e *verticalidade*. O entendimento acerca do sema foi fundamental para esta pesquisa, pois foi a partir dos semas que formam os conceitos que os axiomas da ontologia da escola foram desenvolvidos, sendo que estes foram inseridos com o uso de propriedades-dado.

Em cada subnível das estruturas semionarrativas há um componente sintático – responsável pela organização dos elementos que compõem o nível – e semântico – responsável pela composição básica do sentido que está sendo construído. O produto dessas estruturas fundamentais garante uma base segura para a formação do discurso.

No entanto, para este trabalho será necessário o enfoque no nível mais superficial do sentido, o das estruturas discursivas, visto que é nele que podem ser visualizados os aspectos sociais, históricos e ideológicos de um discurso – que, no presente caso, é uma ontologia, com os conceitos que a compõem. Os elementos aqui presentes já são consideravelmente mais concretos e complexos que as estruturas explanadas anteriormente. Sendo assim, nesse nível já é mais clara a presença do discurso, visualizado a partir das operações e operadores responsáveis por seu controle: as *instâncias de enunciação* (GREIMAS; COURTÉS, 2013) ou *instâncias de discurso* (FONTANILLE, 2012).

As instâncias de enunciação possuem, assim como as estruturas semionarrativas, dois componentes, um sintático e outro semântico, ambos operando paralelamente. O componente sintático se realiza a partir de uma operação feita sobre os elementos do nível de superfície, a chamada *discursivização*, enquanto que o componente semântico atua a partir de duas operações, a *tematização* e a *figurativização*.

O processo de discursivização é o que conecta, juntamente às operações da semântica discursiva, os elementos do nível superficial à representação semântico-textual do texto propriamente dito. Esse processo ocorre a partir de uma operação denominada *breagem*, que se articula em *debreagem* e *embreagem*. A *debreagem* opera as modificações, inicia mudanças a fim de se manifestar, enquanto que a *embreagem* procura retornar a instância de discurso ao estado anterior. Assim, pode-se então expor a forma como essas operações atuam sobre os três componentes que compõem a discursivização: a *actorialização*, a *temporalização* e a *espacialização*.

O primeiro desses componentes, a *actorialização*, é responsável por, a partir dos elementos da sintaxe

narrativa e da semântica discursiva, compor atores (unidades lexicais de caráter nominal) que agem no discurso. Inicialmente, ainda nas estruturas semionarrativas (mais especificamente no nível de superfície), ocorre a instituição de actantes, entes antropomórficos que colocam o discurso em movimento, no entanto esses actantes ainda são excessivamente abstratos. A *actorialização* toma-os e aplica a operação, inicialmente, de *debreagem*, que permite ao sujeito da enunciação se perceber (seja ele quem for) e, após, se inserir no discurso através da *embreagem*. A *debreagem* traz à tona o sujeito da enunciação (aquele que enuncia algo em um discurso), o que permite a instituição de um *ator*, que, a partir da *embreagem* (que, logicamente, sempre ocorre após uma *debreagem*), percebe-se como sendo o próprio sujeito da enunciação (um “eu”) ou outro (um “não eu”).

Os atores são instituídos, conforme já foi dito, a partir dos papéis actanciais (que dão origem aos percursos narrativos) da sintaxe narrativa e dos processos que ocorrem na semântica discursiva, a tematização e a figurativização. Segundo Greimas e Courtés (2013, p. 45), o ator é “é o lugar de convergência e de investimento dos dois componentes, sintático e semântico. Para ser chamado de ator, um lexema deve ser portador de pelo menos um papel actancial e de no mínimo um papel temático”. De modo simplificado, é possível afirmar que a figurativização é a operação que gera um investimento semântico em um dado actante. A tematização, por outro lado, atua a partir dos traços semânticos que permeiam os actantes (realizadores de papéis actanciais), os chamados papéis temáticos. A tematização, portanto, atua como o revestimento abstrato sob o qual estão atuando as figuras. Assim, por exemplo, em uma frase como “O rapaz comprou o carro”, o sujeito e o objeto (que são papéis actanciais, conforme a citação anterior de Greimas e Courtés (2013)) são revestidos pelas figuras do “rapaz” e do “carro” e podem possuir, considerando a falta de um contexto mais amplo para essa frase, papéis temáticos que levam ao tema do desejo ou da ambição.

Apresentada a semântica discursiva e o procedimento de *actorialização*, ainda é necessário explanar sobre outros procedimentos que o complementam, a *temporalização* e a *espacialização*.

Assim como a *actorialização* coloca em jogo, a partir de *debreagem*, e não existência do sujeito da enunciação (“não eu”) e o traz de volta novamente com a *embreagem*, a *temporalização* faz o mesmo, porém situando a presença temporal em um “agora” e “não agora”. Isso permite que um sistema de referência temporal seja criado no interior do discurso. A *espacialização*, por fim, através também da *debreagem* e da *embreagem*, realiza o mesmo procedimento, porém com foco na referência espacial, traduzida em “aqui” e “não aqui”.

Em resumo, é possível afirmar que as estruturas discursivas, atuando sobre os elementos das estruturas semionarrativas, promovem a atuação das instâncias de enunciação, que dão forma ao discurso. O aspecto sintático dessas estruturas é observável a partir das operações de debreagem e embreagem que ocorrem na discursivização, mais especificamente em seus subcomponentes: actorialização – que, tomando elementos do nível de superfície e os processos de figurativização e tematização da semântica discursiva, liga os actantes a atores –, a temporalização a espacialização – que produzem as coordenadas espaço-temporais do discurso, que não necessariamente são as da enunciação (BARROS, 2005).

Com isso, enfim é possível apresentar mais detalhadamente a ontologia criada para esta pesquisa, bem como discutir como os elementos socio-ideológicos do discurso podem ser visualizados nela.

4 O discurso nas ontologias

Nesta seção, inicialmente se apresenta uma exposição acerca da relação entre as ontologias e a estrutura discursiva do PGS, para, após, apresentar a ontologia da escola e, por fim, discutir os resultados da pesquisa.

4.1 A estrutura discursiva das ontologias

Conforme foi dito na seção 3, um lexema só existe por ter passado pelos processos de discursivização, figurativização e tematização. No caso das ontologias, é possível afirmar que, além de lexemas, os conceitos também podem ser considerados figuras dentro do universo discursivo representado, ou seja, passaram pelo processo de figurativização, de maneira que possuem um determinado revestimento semântico. A tematização ocorre com base no próprio domínio que se está representando, considerando que a compreensão dos conceitos só é possível a partir do revestimento abstrato dado pelos temas. Por fim, com base na existência do ontologista (afinal é ele quem constrói o discurso, a ontologia), é possível afirmar que a actorialização, temporalização e espacialização também ocorrem. Esses processos permitem situar os conceitos a partir dos referentes que procuram representar, juntamente com a perspectiva de quem produz o discurso. Dessa forma, o nível discursivo atua a fim de possibilitar a função semiótica e, consequentemente, iniciar a representação dos conceitos. A Figura 2 (ver Apêndice A) ilustra a relação entre as ontologias e o nível discursivo do PGS.

4.2 A ontologia desenvolvida sob a perspectiva da Semiótica Discursiva

A ontologia da escola foi desenvolvida de uma forma diferente daquela que ontologias, em geral, o são. Com exceção de duas propriedades-objeto criadas para refletir elementos do nível de superfície das estruturas semionarrativas, os axiomas que identificam as classes (conceitos) foram criados a partir de propriedades-dado, tendo em conta que, nessa ontologia de fundamentação semiótica, os conceitos seriam diferenciados pelos semas que os compõem. Como o sema é uma unidade própria de cada palavra, sua representação em um desses sistemas seria mais bem realizada na forma desse tipo específico de propriedade. Mais especificamente, os semas foram representados como propriedades-dado booleanas, ou seja, cada sema da ontologia poderia receber os valores 0 ou 1, sendo que os conceitos deveriam ser caracterizados por pelo menos dois semas. Sendo assim, foi possível elaborar uma série de combinações sêmicas que identificassem cada um dos conceitos. A Figura 3 apresenta os semas pensados para compor a ontologia da escola:

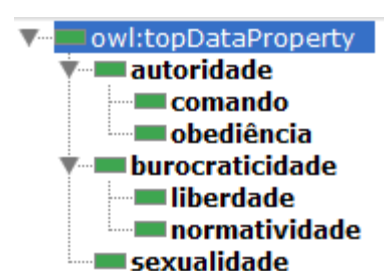


Figura 3. Semas da ontologia da escola na forma de propriedades-dado

Note-se na figura que há três eixos semânticos (combinações de dois semas): [autoridade], [burocaticidade] e [sexualidade]. Destes, os dois primeiros são responsáveis por diferenciar as classes Dirigentes, CorpoDocente e CorpoDiscente, sendo o eixo [burocaticidade] composto pelos semas *normatividade* e *liberdade* e o eixo [autoridade] composto por *comando* e *obediência*. Diferente destes, o eixo [sexualidade] é responsável por estabelecer a distinção do sexo dos indivíduos através do valor afirmativo para indicar o sema *feminino* e do valor negativo para indicar o sema *masculino*.

A [burocaticidade] possui a finalidade de indicar os papéis dos Dirigentes, em que o sema *normatividade* tem valor afirmativo, e do CorpoDocente, em que o sema *liberdade* é que tem valor afirmativo. No entanto, note-se que pode ocorrer de um professor se tornar diretor, logo não se pode afirmar que, necessariamente, para ser membro da classe Dirigentes, um indivíduo deve ter o sema *liberdade* com valor negativo e que um membro da classe CorpoDocente precisa ter *normatividade* com valor negativo. Porém, é importante também deixar claro que essas duas classes

não podem acomodar indivíduos da classe CorpoDiscente (que é marcada pelo estado afirmativo do sema *obediência* e do negativo de *comando*, *liberdade* e *normatividade*), logo se pode afirmar que Dirigentes e CorpoDocente possuem o sema *obediência* com valor negativo. Outro ponto importante é o fato de que o CorpoDocente também possui, além do sema *liberdade*, o sema afirmativo *comando*.

O quadro abaixo resume a composição sêmica de cada classe, em que, para expressar os valores booleanos, foram utilizados os números 0 e 1. Vale lembrar também que as subclasses tomam como base os semas de suas classes superiores como núcleo sêmico.

Quadro 3. Composição sêmica das classes da ontologia da escola

Classes e subclasses	Semas
Dirigentes	<i>normatividade</i> = 1; <i>obediência</i> = 0
Diretor	[sexualidade] = 0
Diretora	[sexualidade] = 1
CorpoDocente	<i>comando</i> = 1; <i>liberdade</i> = 1; <i>obediência</i> = 0
Professor	[sexualidade] = 0
Professora	[sexualidade] = 1
CorpoDiscente	<i>comando</i> = 0; <i>normatividade</i> = 0; <i>liberdade</i> = 0; <i>obediência</i> = 1
Aluno	[sexualidade] = 0
Aluna	[sexualidade] = 1

Após realizar a construção da ontologia, foi realizado um teste para verificar se a ontologia possuía coesão interna. Tal teste foi feito a partir da utilização de um *reasoner*, uma ferramenta que possibilita a realização de inferências a partir dos axiomas inseridos na ontologia, isto é, o computador consegue expor relações que não foram explicitadas diretamente na composição da ontologia. A Figura 4 apresenta a janela do Protégé com o *reasoner* ativado (ver Apêndice A).

Nessa figura, a seta 1 indica as classes da ontologia, praticamente as mesmas da versão comum da ontologia da escola, porém com ausência da classe Gênero, visto que informações relacionadas a esse aspecto foram dadas por meio do eixo semântico [sexualidade]. As setas 2 e 3 apontam os axiomas que formam a classe Aluno, sendo estes:

- “Pessoa”: alguém só é da classe Aluno se for, também, da classe Pessoa;
- “comando *value* false”: o sema *comando* possui valor negativo, indicando que uma instância da classe Aluno não pode ser membro da classe CorpoDocente;
- “normatividade *value* false”: o sema *normatividade* possui valor negativo, indicando que uma instância da classe Aluno não pode ser membro da classe Dirigentes;
- “obediência *value* true”: o sema *obediência* possui valor positivo, que é a principal marca da classe Aluno;
- “sexualidade *value* false”: o eixo [sexualidade] possui valor negativo, destacando que o indivíduo da classe Aluno deve ser do gênero masculino;
- “destinatário *some* CorpoDocente”: um elemento da classe Aluno precisa estar relacionado à classe CorpoDocente pela propriedade-objeto destinatário.
- “liberdade *value* false”: o sema *liberdade* possui valor negativo, indicando que uma instância da classe Aluno não pode ser membro da classe CorpoDocente;

Por fim, a seta 4 aponta as instâncias da classe Aluno e, vale notar, estas não estão em negrito, indicando que os nomes informados foram inferidos pelo *reasoner*.

4.3 Discussão

Antes de propor realmente uma análise da ontologia da escola e de como o discurso é explicitado nela, é importante destacar o quanto diferente se torna uma ontologia quando construída a partir do ferramental teórico da Semiótica Discursiva. As diferenças são claras se comparadas a ontologia da escola e a ontologia da família descrita nos quadros 1 e 2, visto que uma pode ser compreendida mais facilmente por conta de sua linguagem clara e objetiva, enquanto a outra se fundamenta em semas arbitrariamente nominados para formar sua estrutura.

Essas diferenças afetam, inclusive, na eficiência de uma ontologia de fundamentação semiótica (doravante ontologia semiológica), tendo em conta os usos mais comuns das ontologias. É importante, portanto, deixar claro que ontologias semiológicas não se adequam a qualquer situação, especialmente por serem de difícil reutilização, principalmente por conta da arbitrariedade com que os semas são nomeados.

No entanto, por mais que seu uso seja comprometido, a construção de uma ontologia semiológica permite

evidenciar diversas questões que provavelmente não seriam tão claras em uma ontologia “tradicional”. Deve-se ter em conta que conceitos carregam consigo aspectos sociais, históricos e mesmo ideológicos e sua representação em SOC's muitas vezes não deixa isso tão claro. Porém, a Semiótica Discursiva permite a explicitação desses elementos por meio dos semas e também torna sua existência clara se for considerado o modelo apresentado na Figura 2 (ver Apêndice A). Nessa figura, o papel do ontologista como alguém inserido num determinado contexto fica bastante evidenciado: é ele quem traz as noções de um aqui (processo de espacialização) e agora (processo de temporalização) para a ontologia, colocando o discurso em movimento (processo de discursivização), de maneira que seu viés acaba se inserindo na representação do domínio (por mais que haja esforços para evitar que isso ocorra).

No caso da ontologia da escola, os semas escolhidos para representar cada conceito podem revelar que o ontologista tem uma perspectiva tradicional do ensino, visto que, por exemplo, um dos semas que identifica a classe Corpo Docente é *obediência*. Até mesmo concepções de gênero podem ser explicitadas, como a ideia binária que aparece também nessa ontologia, não levando em conta outras identidades de gênero.

Na hipótese da utilização de uma ontologia semiológica desenvolvida nos moldes da ontologia da escola em uma situação real, sem o caráter experimental aqui apresentado, essa explicitação do contexto de produção discursivo de um conceito pode ser fundamental para a compreensão mais profunda do domínio de conhecimento em que esse conceito é utilizado e as várias formas pelas quais ele pode ser entendido, permitindo também verificar como se dá a conexão com domínios diferentes. Em outras palavras, fica mais evidente a “visão de mundo” de quem está criando a ontologia. Assim, por exemplo, ontologias criadas com o único fim de representar domínios de conhecimento poderiam, mais claramente, representar as diferentes percepções que existem acerca dos elementos que compõem um determinado domínio. Outra vantagem dessa abordagem poderia aparecer em ontologias usadas para pesquisas envolvendo a compreensão da formação de conceitos ou estudos relacionados à formação ideológica no estabelecimento de conceitos.

5 Considerações finais

Nesta pesquisa, a proposta de estudar as ontologias por meio da Semiótica Discursiva partiu da percepção de que os conceitos inseridos nesses sistemas carregam consigo aspectos sociais, históricos e ideológicos importantes e que, muitas vezes, acabam não sendo levados em consideração na representação de domínios de conhecimento. Isso fica muito claro no caso das

ontologias, visto que esses sistemas, para serem considerados realmente eficazes (o que envolve, inclusive, sua reutilização em contextos diferentes daquele para o qual foram originalmente desenvolvidos), devem atingir uma série de condições, dentre as quais está, por exemplo, definições claras, mas restritas, com mínimo comprometimento ontológico – isto é, ontologias não devem, em geral, apresentar conceitos demais, nem restringir demais esses conceitos.

No entanto, como os conceitos trazem, com seu uso, aspectos próprios da sociedade em que foram concebidos e das ideias de quem os usam, é importante que tais aspectos possam ser evidenciados de alguma forma. É aí que a Semiótica Discursiva pode trazer um ferramental teórico valioso para a compreensão desses SOC's. Os semas que compõem os conceitos que formam as ontologias semiológicas deixam claras as percepções de quem elabora a ontologia (ou ainda, seria possível reunir em uma ontologia diversas percepções diferentes), o que pode garantir não apenas um entendimento mais amplo desses sistemas, mas também abre possibilidades para o desenvolvimento de novas ferramentas que se utilizem dessas diferentes percepções da realidade.

Assim, esta pesquisa demonstrou que, por mais que a Semiótica Discursiva não garanta uma boa base de aplicação para as ontologias em seu uso mais “tradicional”, ela oferece um ferramental teórico enriquecedor, permitindo que se compreenda o aspecto discursivo dos conceitos inseridos nesses sistemas. Portanto, as ontologias semiológicas atuam como uma forma de reconhecer e explicitar os elementos sociais, históricos e ideológicos na formação de um domínio de conhecimento.

Referências

- BARROS, T. H. B.; GOMES, D. L. Classification and Knowledge Organization Systems: ontologies and archival classification. In: 15th INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 2018, Porto. *Advances in Knowledge Organization*, v. 16, p. 103-111, 2018.
- FIORIN, J. L. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. In: *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 15, n. 1, 1999.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GRUBER, T. R. A translation approach to portable ontology specifications. In: *Knowledge acquisition*, v. 5, n. 2, p. 199-220, 1993.
- GUARINO, N. Understanding, building and using ontologies. In: *International Journal of Human-Computer Studies*, v. 46, n. 2-3, p. 293-313, 1997.
- MADSEN, B. N.; THOMSEN, H. E. Ontologies vs. classification systems. In: *NEALT Proceedings Series*, v. 7, p. 27-32, 2009.
- MUSEN, M. A. The Protégé project: A look back and a look forward. In: *AI Matters*, Association of Computing Machinery Specific Interest Group in Artificial Intelligence, v. 1, n. 4, 2015.
- NÖTH, W. *Handbook of semiotics*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1990.
- NOY, N. F.; MCGUINNESS, D. L. **Ontology Development 101**: a guide to create your first ontology. 2001. Disponível em: <https://protege.stanford.edu/publications/ontology_development/ontology101.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2018.
- POSSENTI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editoria, 2009.

Apêndice A – Figuras

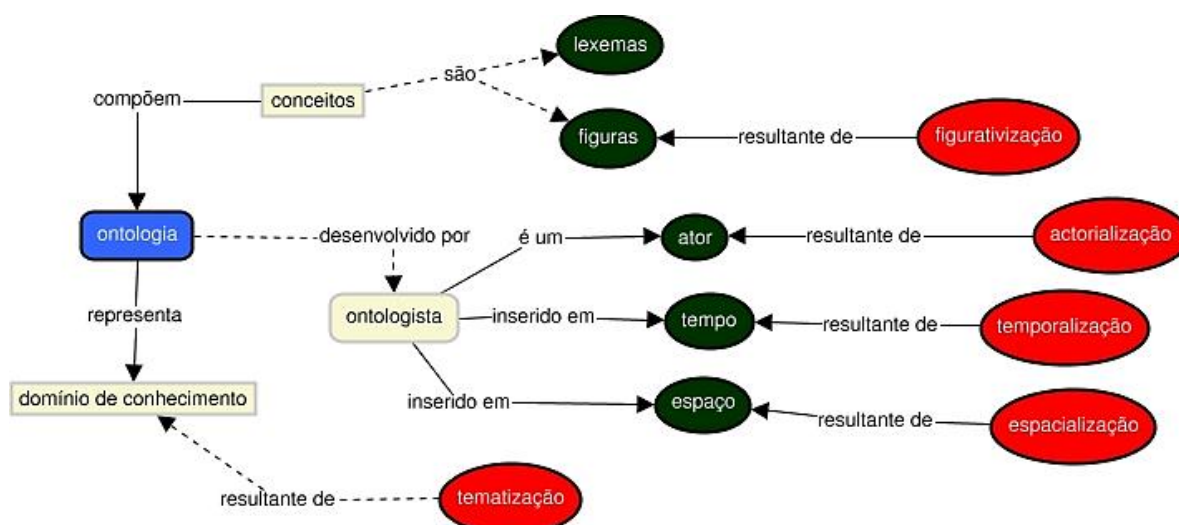


Figura 2. As estrutura discursiva do PGS nas ontologias

A captura de tela mostra a interface de uma ontologia web. No topo, há uma barra de navegação com abas para 'Entities', 'Individuals by class', 'DL Query', 'Individual Hierarchy Tab', 'SQWRLTab' e 'SPARQL Query'. Abaixo, há uma barra de ferramentas com 'Annotation properties', 'Datatypes', 'Individuals', 'Classes', 'Object properties' e 'Data properties'. O painel principal é dividido em duas partes: à esquerda, a 'Class hierarchy: Aluno' mostra a estrutura de classes, com 'Aluno' selecionado; à direita, a 'Description: Aluno' mostra os axiomas de classe. Um cursor aponta para a classe 'Aluno' na hierarquia (1). Na descrição, há quatro elementos numerados com setas: 2 (axioma de equivalência), 3 (axioma de subclasse), 4 (instâncias) e um elemento não numerado (axioma de subclasse de antepassado anônimo).

Figura 3. Classes, axiomas e inferências na ontologia da escola

Padronização terminológica para o acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde: criação de uma política de indexação e estruturação de um vocabulário controlado

Terminological standardization for the Library of History of Science and Health: creation of a policy of indexation and structuring of a controlled vocabulary

Aline Gonçalves da Silva (1), Eliane Monteiro de Santana Dias (2), Jeorgina Gentil Rodrigues (3)

(1)(2) Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Av. Brasil, 4.036, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, (1) E-mail: aline.goncalves@fiocruz.br. (2) E-mail: eliane.dias@fiocruz.br. (3) Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ. E-mail: jeorginarodrigues@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta os precedentes e o processo de estruturação de um vocabulário controlado na área de história das ciências e da saúde. Esse vocabulário controlado é dirigido aos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico sob custódia da Casa de Oswaldo Cruz, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. Antes da elaboração do vocabulário controlado foi desenvolvida uma Política de Indexação para estabelecer as diretrizes e delinear a sua construção. Contextualiza, ainda, a criação dos descritores locais e mostra as fontes utilizadas para a construção desses descritores. Encerra com o detalhamento do vocabulário controlado em construção.

Palavras-chave: Vocabulário Controlado; Recuperação da Informação; Política de Indexação; Indexação.

Abstract

This article presents the precedents and the process of structuring a controlled vocabulary in the area of history of science and health. This controlled vocabulary is directed to the archival, bibliographic and museum-logistic collections in the custody of the Casa de Oswaldo Cruz, technical–scientific unit of the Oswaldo Cruz Foundation. Before the elaboration of the controlled vocabulary, an Indexing Policy was developed to establish the guidelines and outline their construction. It also contextualizes the creation of local descriptors and shows the sources used to construct these descriptors. Closes with the detailing of the controlled vocabulary under construction.

Keywords: Controlled Vocabulary; Information retrieval; Indexing policy; Indexing.

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desde a criação de uma Política de Indexação até o estabelecimento do mecanismo de busca integrada. No cerne deste processo, encontra-se a construção de um vocabulário controlado para unir essas duas frentes de ação.

Assim, na perspectiva deste trabalho, a padronização terminológica obtida através do uso dos vocabulários controlados possibilita maior eficácia nos processos de organização e recuperação da informação, e auxilia os profissionais da informação na descrição de assuntos e representação das informações contidas nos documentos de bibliotecas e arquivos voltados para a pesquisa e ensino.

Os instrumentos utilizados na elaboração deste estudo de caso foram a Política de Indexação, o manual de

indexação, atas das reuniões do Grupo de Trabalho que produziu esses documentos e relatórios de produção.

2 Panorama institucional

Inaugurada em 22 de janeiro de 1986, a COC, unidade técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é responsável pelas ações de preservação da memória institucional e atividades de pesquisa, educação, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. Atualmente a equipe técnica da COC atua na preservação de edifícios históricos, sítios urbanos, acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que representam importante fonte de conhecimento (PINHEIRO; COELHO; WEGNER, 2014, p. 20).

Inicialmente concebida como um centro de pesquisa e documentação, a COC ampliou sua esfera de atuação nos campos da ciência e tecnologia em saúde. Preserva expressivo patrimônio cultural das ciências e da saúde

brasileira, formado por acervos que marcam os processos políticos, sociais e culturais desde o século XIX.

Criada em 1991, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS), vinculada a Vice Direção de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC, especializada em história da medicina, história da saúde pública, história, sociologia e filosofia da ciência, inclui em sua coleção literatura primária e secundária nessas áreas, com destaque para obras clássicas no campo das ciências biomédicas e da saúde pública, além de material bibliográfico pertencente a coleções particulares de profissionais e instituições na área da saúde. Conta com cerca de 80 mil itens bibliográficos e desenvolve atividades de tratamento e recuperação de seu acervo. A BHCS integra a Rede de Bibliotecas da Fiocruz, preserva seus acervos históricos e atende a comunidade da pós-graduação dessa unidade, os pesquisadores e profissionais da Fiocruz, em geral, e quaisquer cidadãos interessados em consultar o acervo sob sua guarda.

Em sintonia com as discussões do campo da preservação, nos últimos anos a COC vem buscando investir em ações preventivas para garantir a conservação dos acervos sob sua tutela, fomentando a interdisciplinaridade entre as equipes de seus diferentes departamentos e uma abordagem mais sistêmica sobre a gestão dos acervos (PINHEIRO; COELHO; WEGNER, 2014, p. 25).

Assim, em 2015, buscando estruturar e estabelecer padrões específicos, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração da Política de Indexação para os Acervos da COC. O objetivo foi auxiliar o trabalho dos documentalistas que realizam o tratamento técnico dos acervos, orientando as ações de indexação, através do estabelecimento de padrões para serem utilizados nos acervos móveis (arquivístico, bibliográfico e museológico). Também visou padronizar e estabelecer parâmetros de normalização para entrada de termos de indexação, servindo de guia, facilitando assim o trabalho desses documentalistas que passaram a ter uma orientação mais específica sobre como realizar o processo de indexação e, com isso, atender de forma mais eficiente às demandas dos usuários com a recuperação da informação nas bases de dados de maneira uniforme. Esse GT elaborou o “Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz”, aprovado pelo Conselho Deliberativo da COC, que integra a Política de Indexação dos Acervos da COC e estabelece os princípios gerais, as diretrizes, as responsabilidades e orienta a realização do trabalho de indexação dos seus acervos.

O GT contou com a colaboração das áreas responsáveis pela guarda dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico, representados pela BHCS, pela

Biblioteca de Educação e Divulgação Científica Iloni Seibel, pelo Departamento de Arquivo e Documentação, pelo Departamento de Patrimônio Histórico e pelo Serviço de Museologia do Museu da Vida.

Pela diversidade das ações de responsabilidade das quatro tipologias de acervo sob custódia da COC – excluindo-se o acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico [1] – e tendo em vista a necessidade de aprimorar o fluxo da comunicação entre elas, foi desenvolvida uma proposta para tornar os catálogos interoperáveis, uma ação que demanda ajuste e padronização dos descritores adotados por cada um dos acervos acima referidos. Assim, foram iniciados os trabalhos para o estabelecimento de uma política para indexação e a construção de um vocabulário controlado.

3 Contexto de criação dos descritores locais da BHCS

Na execução do seu processo de indexação, a BHCS, utiliza o Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), vocabulário estruturado e trilingue criado pela BIREME, a fim de facilitar a recuperação da informação nas bases e bancos de dados, e os Descritores Locais (DL), criado pelos documentalistas e especialistas da rede de acervos da COC para a indexação dos registros.

Os DLs foram criados devido ao fato de o DeCS não conseguir contemplar plenamente as linhas temáticas em história, ciências sociais, filosofia, arquitetura, divulgação científica e patrimônio cultural. No início, os DLs eram confeccionados em ficha de papel pautada, a palavra escrita no alto da ficha, em seguida sua definição e a referência de onde foi retirada. Em alguns casos era também inserida a Classificação Decimal de Dewey (CDD) adotada para aquele assunto.



Figura 1. Fichário com os Descritores Locais

Nessa época, o espaço para o processamento técnico da biblioteca era dividido em duas salas. Em cada uma havia um fichário com os Descritores Locais – DLs (Figura 1) para consulta aos assuntos, cuja utilidade era apoiar a indexação quando o DeCS não conseguia atender.

Segundo relato de colegas que trabalharam anteriormente na biblioteca, os primeiros descritores foram criados sem o uso de fontes referenciais. Nos últimos anos, aproximadamente por volta de 2008 a 2014, quando aumentou o cuidado em relação à padronização terminológica e à compatibilidade com linguagens documentárias, tais termos eram criados após pesquisas em tesouros e vocabulários controlados, como o Spines, o Thesaurus Internacional do Desenvolvimento Cultural, o tesouro da Unesco — sobre política científica e tecnológica —, o catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional, e, em última instância, eram usados a Wikipedia e o Google, visto que esses dois últimos não são instrumentos adequados para certificar conceitos. Os termos eram registrados em fichas (76,2 x 127 mm) e, em seguida, incluídos na Base Thermos [2] hospedada no LILDBI [3]. Também eram feitas fichas remissivas.

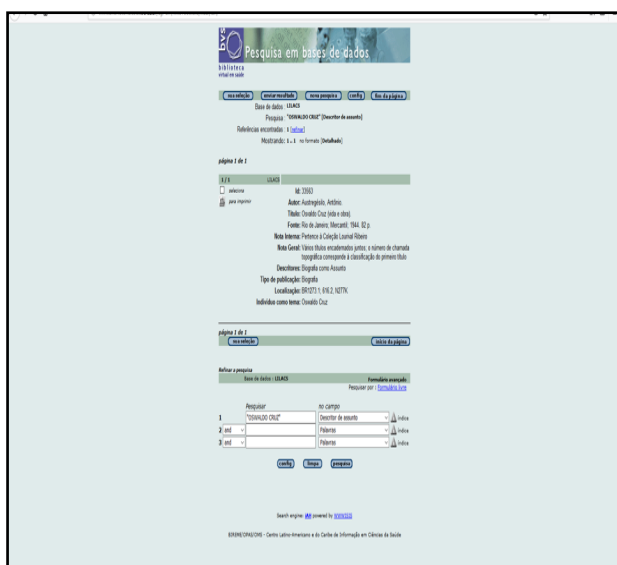


Figura 2. Uso do campo “Indivíduo como tema”

Ao longo do tempo, foram sendo deixados de serem inseridos nesse catálogo os assuntos de nomes de pessoas e instituições em virtude do uso desses descritores nos campos do LILDBI correspondente (Indivíduo como tema = 78 e Instituição como tema = 610), conforme Figura 2.

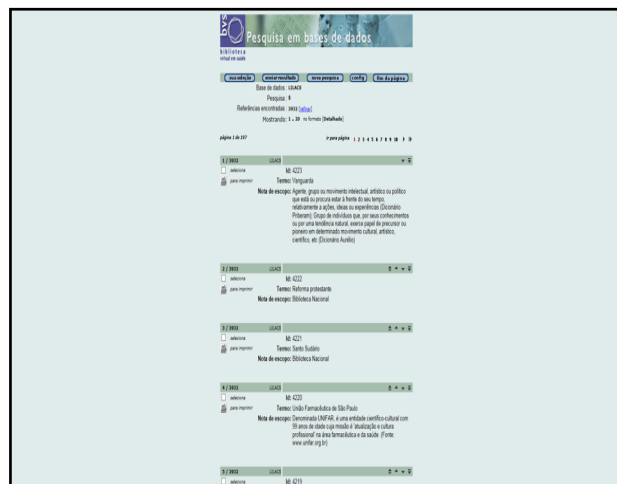


Figura 3. Pesquisa na Base Thermos

Logo, em termos de normalização terminológica, a Base Thermos (Figura 3) representa uma iniciativa para estruturação menos preocupada com questões que atualmente a COC investe mais ativamente, como a interoperabilidade, recurso este que se propõe a promover melhor compatibilidade na recuperação de registros quando temos diferentes sistemas operacionais ou plataformas trabalhando de maneira conjunta apesar das diferenças existentes entre elas, e, no caso COC, são as Bases ARCH [4], LILDBI e PHL [5]. Essa interoperabilidade é facilitada quando existe a padronização dos termos que compõem o léxico, que, juntamente com a sistematização das relações entre os termos, definem uma modelagem para que o sistema informatizado crie o mecanismo de compatibilização.

3 A construção da Política de Indexação

Foi identificada a necessidade de estabelecer diretrizes antes que o trabalho com o vocabulário controlado iniciasse, e assim, foi elaborada uma política de indexação para os acervos da COC. A unidade contratou uma consultora especialista em linguagem documentária para apoiar os estudos do GT. O encontro com a consultora orientou o grupo sobre os elementos necessários à elaboração de uma política (plano horizontal, vertical e aspectos da linguagem de indexação), a possibilidade de consulta integrada às bases de dados referenciais dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico e às bibliotecas virtuais, análise de exemplos de políticas semelhantes à que se pretende desenvolver, e sugestão de cursos na área temática. Também orientou sobre a necessidade da realização do diagnóstico da infraestrutura, funcionamento, atividades e serviços, características e objetivos da organização, identificação dos usuários, do acervo, a cobertura dos assuntos, a seleção e aquisição dos documentos fonte, a capacidade de revocação e precisão, o processo de indexação, a

estratégia de busca, o tempo de resposta do sistema, as operações da indexação, consulta à documentação oficial e manual de indexação do sistema de informação.

O GT consultou e se apoiou nos manuais da BIREME [6], INIS [7] e AGRIS [8], observando nesses manuais conteúdo (especificidade, regras adotadas, filosofia da indexação, do sistema, do serviço e da organização e leitura técnica), estrutura e elementos da política (seleção e aquisição dos documentos-fonte, nível de exaustividade, número de descritores, escolha da linguagem. Esse trabalho resultou na “Política de Indexação de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz” e no “Manual de Boas Práticas de Indexação de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz” que passaram por consulta pública por 12 dias no final de novembro de 2016.

O “Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz” foi criado pelo Serviço de Gestão da Informação COC e contou com a colaboração das áreas responsáveis pela guarda dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico. Na elaboração desse manual, foram realizados levantamentos e pesquisas, análises da produção acadêmica e de documentos, tais como políticas e diretrizes de outras instituições que abordam os temas representação e organização do conhecimento e de documentos, foram identificadas e selecionadas algumas boas práticas, tendo outras sido criadas especificamente para atender as demandas da COC (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2018a, p. 6).

A política de indexação da Casa de Oswaldo Cruz (2018b) foi desenvolvida com o objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades para orientar o processo de indexação dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da COC, de forma a garantir que a análise temática seja realizada atendendo às orientações técnicas estabelecidas e o uso do vocabulário controlado, visando:

- Padronizar a linguagem documentária utilizada nos acervos;
- Aumentar o nível de precisão da recuperação da informação;
- Contribuir com a interoperabilidade das bases de dados dos acervos;
- Compatibilizar a linguagem documentária utilizada na COC com a linguagem dos usuários;
- Tornar os itens informacionais mais recuperáveis;
- Seguir os padrões utilizados em instituições arquivísticas, bibliográficas e museológicas nacionais e internacionais.

A implementação da Política de Indexação dos Acervos da COC cabe aos departamentos responsáveis pela indexação dos acervos, sob a coordenação técnica

da BHCS, assessorada pela Câmara Técnica de Patrimônio Cultural da unidade. À direção da COC cabe garantir o cumprimento dessa política.

Como coordenadora técnica da Política de Indexação da COC, à BHCS cabe:

- Coordenar a implantação da política e do vocabulário controlado, de modo a promover a participação de todas as áreas detentoras de acervos documentais.
- O estabelecimento de uma rede de especialistas das áreas de atuação contempladas nos acervos da COC para auxiliar, sempre que necessário, nas ações relacionadas à atualização do vocabulário controlado.
- A capacitação dos documentalistas na aplicação das diretrizes estabelecidas na política (expressas primordialmente através do Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da COC) e no uso do vocabulário controlado.
- A realização do saneamento e a revisão de todos os termos utilizados nos acervos (contemplando alterações, inclusões e exclusões), a fim de subsidiar o Vocabulário Controlado dos Acervos da COC.
- A inclusão e exclusão de termos no vocabulário controlado, assim como a avaliação das demandas de documentalistas da COC por inclusão de novos termos (termo candidato).
- A revisão constante das diretrizes apontadas na política e dos termos adotados no vocabulário controlado.

4 A utilização do vocabulário controlado

A indexação é a responsável por condicionar os resultados das estratégias de busca, ou seja, o bom desempenho da indexação refletirá sobre a recuperação da informação presente nas bases de dados. Os resultados recuperados mais pertinentes ao pesquisador são aqueles cujos conceitos correspondem precisamente às suas questões de busca. Segundo a autora, a indexação em análise documentária, sob o ponto de vista dos sistemas de informação, também é reconhecida como a parte mais importante, porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca (FUJITA, 2003, p. 61-62).

Complementando essa visão, sob a perspectiva dos sistemas de informação, a indexação “[...] é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. O bom ou mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita através de índices” (CHAUMIER, 1988, p. 63).

Sobre esse aspecto, Campos (1999) reforça que “o bibliotecário deve ser o grande dinamizador, pois deve propiciar que os livros/documentos/informações possam ser utilizados, e não para serem somente armazenados”. Comentando sobre a 1ª lei da biblioteconomia, instituída por Ranganathan, explica que “para democratizar o uso da informação, é necessário empreender esforços políticos visando a educação irrestrita”.

De acordo com a NBR 12.676:1992, indexação é “o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

Segundo Todd (1992), a literatura sobre indexação expressa que a eficácia da recuperação da informação é atribuída à maneira pela qual os documentos são representados através da indexação. Naves (1996), citando o trabalho de Lancaster, “Indexação e resumos: teoria e prática”, o indexador não deve ser influenciado pelas características do vocabulário controlado antes dele ter a sua própria leitura daquele documento. Somente depois de fazer essa leitura, ele vai ao vocabulário para encontrar a tradução.

Um vocabulário controlado é uma linguagem desenvolvida artificialmente e composta de termos a serem empregados no processo de indexação — ou representação temática — de um documento (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Ler e interpretar textos é uma das operações fundamentais da indexação. A leitura consiste em captar os significados essenciais do conteúdo informacional de documentos a fim de representá-los adequadamente para as funções de identificação e localização de informação pelo usuário.

A leitura em documentação tem por objetivo representar conteúdos informacionais para o controle e recuperação de documentos. Desse modo, a leitura supõe condensação do conteúdo. A condensação implica hierarquização, seleção e generalização, processo que resulta em perda controlada de informações. Com isso, pretende-se que a informação final obtida seja um substituto semântico condensado do documento original (KOBASHI, 2008).

Para Smit e Kobashi (2003, p. 14): “O controle de vocabulário é um recurso para organizar e recuperar documentos — e informações — com consistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema”.

A construção de um vocabulário controlado visa à uniformidade de armazenagem e facilidade de recuperação, por meio de um “conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como no da

recuperação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 378).

Assim, em função do grande volume de informações que circulam diariamente nas instituições de pesquisa e ensino, faz-se necessário utilizar instrumentos que possam ser capazes de fazer a gestão da informação.

Nesse sentido, o uso do vocabulário pode colaborar em relação à organização e recuperação da informação, pois, este instrumento permite controlar o uso das terminologias que são empregadas na representação da informação.



Figura 4. Capa da Política de Indexação

5 Perspectivas para a criação do Vocabulário Controlado da COC e sua operacionalização

A criação de um vocabulário controlado prevê que seu uso seja o principal instrumento de consulta no processo de indexação. Ele será incorporado ao módulo de autoridade do software para gerenciamento de acervos — que atualmente é o LILDBI, mas está em processo de conversão para o Aleph. A recorrência ao DeCS se dará apenas quando não houver termo adequado no Vocabulário Controlado da COC, refletindo numa total inversão do modo de escolha do termo autorizado. Esse vocabulário controlado vai interferir também nos demais produtos da COC que demandam indexação, como as Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS) e a Base HISA — Base Bibliográfica em História da Saúde Pública na América Latina e Caribe.

A primeira ação para a criação do Vocabulário Controlado da COC é o saneamento. Após um levantamento dos descritores DeCS na Base COC [9] realizado em dois momentos, em 2015 e em 2018, iniciou-se o saneamento, que consiste num processo de verificação e correção das variadas formas de ocorrência dos termos na Base COC. Foi organizada uma lista alfabética das palavras-chave, extraídas da base de dados LILDBI, a partir do processo de indexação de seus registros, e solicitada ao Serviço de Tecnologia da Informação (STI) a criação dessas listagens, em Excel, para facilitar o desenvolvimento deste trabalho. Foram emitidas duas listagens, usadas como parâmetros; na lista emitida em 2015 foram recuperadas 7.604 palavras-chave e na lista de 2018, 8.041 palavras-chave. O resultado da segunda lista aponta para um crescimento de 437 novas palavras-chave, o que mostra uma média de 18 palavras-chave novas ao mês.

O saneamento é aplicado tanto para os descritores DeCS quanto para os DL. Na primeira etapa, são identificadas as grafias incorretas, controle de maiúsculas e minúsculas, descritores com uma ou poucas ocorrências, controle de número e gênero dos descritores, duplicação do descritor. Nessa etapa do saneamento, a partir das listagens citadas acima, realizou-se uma pesquisa no DeCS para verificar a existência da palavra-chave e considerando as seguintes variáveis:

- 1) Quando a palavra-chave foi localizada na sua forma original, ela foi considerada como descritor autorizado;
- 2) Quando a palavra-chave foi localizada na sua forma original, mas está representada como um sinônimo, um termo relacionado ou mesmo escrito de forma incorreta, foi recomendado o saneamento e sinalizado que tipo de acerto deve ser considerado.
- 3) Se não for localizada nas condições anteriores, foi constatada que a palavra-chave é um descritor local, sendo realizado também o saneamento para ajustes na grafia, acentuação ou no conceito. Para as ocorrências de apenas uma vez aquele DL, foi recomendado a sua exclusão se a palavra já estiver no título ou no resumo. A Figura 4 mostra a planilha do saneamento.

Ainda nessa etapa, após a medida aplicada no saneamento, é feita a devida alteração na Base COC.

Na segunda etapa, serão verificados os conceitos que tem uma ocorrência e os sinônimos, para que, então, seja feita sua uniformização e agrupamento, criando relações de ver e ver também. Esse levantamento servirá como modelagem para a equipe de informática customizar a busca integrada em todos os acervos da COC.

Figura 5. Planilha de saneamento

O GT ainda desenvolveu um manual de boas práticas, um documento que oficializa os procedimentos e as regras a serem seguidas pelos documentalistas. A implementação desse manual visa possibilitar mais uniformidade na recuperação da informação nas bases de dados da COC.

Rubi e Fujita (2003) recomendam que um manual para orientação dos documentalistas envolvidos na tarefa de indexação deve ser didático e descrever clara e objetivamente os elementos que constituem a política de indexação do sistema, considerando os níveis de exaustividade e especificidade. A estrutura do manual estabelecido pela COC orienta as ações para entrada de termos de indexação no que se refere à ortografia, acentuação e pontuação, idiomas, controle de maiúsculas e minúsculas, substantivos, flexões de gênero e número, autoridade de pessoas e instituições, ordenação e quantidade dos descritores, uso de qualificadores, uso de siglas e sinônimos.



Figura 6. Capa do Manual de Boas Práticas de Indexação dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz

6 Considerações Finais

Este trabalho registra o processo de implantação do vocabulário controlado dos acervos móveis da COC, que teve seu processo de elaboração no âmbito do Grupo de Trabalho para a elaboração da Política de Indexação para os Acervos da COC instituído pela Direção desta unidade da Fiocruz com representações das áreas responsáveis pelo tratamento técnico dos acervos. Sua constituição contou com diversas instâncias da COC e com consultores externos *ad-hoc* para avaliação e validação prévia, sendo submetido e aprovado em Conselho Deliberativo da unidade.

Com o objetivo de controlar os termos utilizados na indexação dos itens do acervo da COC e traduzir a linguagem natural dos usuários para a linguagem controlada é que está sendo elaborado o Vocabulário Controlado da COC, para também limitar o número de termos necessários e, assim, assegurar que essa prática seja consistente entre os profissionais que realizam a tarefa de indexar.

A definição de uma Política de Indexação é o fio condutor para o aprimoramento do diálogo entre os diversos acervos da COC e, por conseguinte, a melhoria da qualidade da descrição temática. O estabelecimento desse vocabulário controlado é o passo primordial para o funcionamento da busca integrada nos acervos da COC, que será a ação seguinte à conclusão do projeto do Vocabulário Controlado da COC.

A política de indexação padroniza os procedimentos quanto ao tratamento técnico da informação direcionando o serviço de indexação e contribuindo para a melhoria na recuperação da informação.

Assim, a proposta é que o Vocabulário Controlado seja o instrumento norteador do processo de indexação dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico e das fontes de informação Web da COC.

A experiência de construir coletivamente uma política de indexação configurou-se como um momento oportuno de maior interação entre os profissionais das diversas áreas e proporcionou melhor conhecimento das suas realidades de prática cotidiana. Promoveu, ainda, um exercício de reflexão, de empatia, de esforço intelectual, buscando o entendimento dos conceitos mais adequados e aplicáveis, que não somente contemple às necessidades individuais dos acervos, mas permite um diálogo único entre eles.

Notas

- [1] Os bens imóveis da Fiocruz não estão contemplados na Política de Indexação pois estão registrados nos demais acervos, em forma de textos, plantas, desenhos técnicos e esquemáticos, mapas, fotografias, objetos tridimensionais etc.
- [2] http://basethermos.coc.fiocruz.br/lildbi/index_pt.htm
- [3] O LILDBI é um aplicativo utilizado para a administração de bases de acordo com a Metodologia LILACS (Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde - Descrição Bibliográfica e Indexação). Esse sistema é utilizado para entrada, manutenção, controle de qualidade, armazenamento e recuperação de dados em bases de dados bibliográficas de forma descentralizada e é acessado através de navegadores de internet, Web.
- [4] A base Arch é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico.
- [5] O PHL é um sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico. ABHCS o utiliza apenas para controle de circulação.
- [6] BIREME. Manual de indexação para a base de dados LILACS. São Paulo: BIREME, 1998
- [7] BÜRK, K. et al. INIS: manual for subject analysis. Viena: IAEA - INIS, 1995.
- [8] BINNICHON, M. Guia de indización para AGRIS y CARIS. Roma: FAO, 1994.
- [9] É a base de dados bibliográfica que referencia o acervo da BHCS, disponível para consulta em: <http://basecoc.coc.fiocruz.br/>.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.676: Métodos para análises de documentos –

determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional. 1999. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CHAUMIER, Jacques. **Indexação**: conceito, etapas e instrumentos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, n. 1/2, jan./jun. 1988.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/287>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **Manual de boas práticas de indexação da Casa de Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Editora da Casa de Oswaldo Cruz, 2018a.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de indexação dos acervos da Casa de Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Editora da Casa de Oswaldo Cruz, 2018b.

KOBASHI, N.Y. **Vocabulário controlado**: estrutura e utilização. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 2008. Disponível em: http://www2.ena.gov.br/rede_escolas/arquivos/vocabulario_controlado.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de assunto: Concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; COELHO, Carla Maria Teixeira; WEGNER, Liene. **Reflexões sobre o processo de elaboração da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz –Fiocruz**. Revista CPC, São Paulo, n.17, p. 18-34, nov. 2013/abr. 2014.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.66-77, jan./jun. 2003.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 2003. (Projeto Como Fazer). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf10.pdf. Acesso: 29 set. 2015.

TODD, Ross T. Academic indexing: what's it all about? **The Indexer**, London, v. 18, n. 2, p. 101-104, oct. 1992

Análise de imagens em histórias em quadrinhos: uma proposta

Analysis of images in comics: a proposal

Etefania Cristina Pavarina (1), Zaira Regina Zafalon (2)

(1) Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos.

faniswiiller@gmail.com

(2) (2) Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos.

zzafalon@gmail.com

Resumo

As histórias em quadrinhos têm sido discutidas no universo acadêmico quer seja como objeto de pesquisas, quer seja como parte do acervo das bibliotecas universitárias. Após uma análise exploratória inicial, notou-se a importância do desenvolvimento de estudos referentes às histórias em quadrinhos no campo da Ciência da Informação, principalmente aqueles inerentes à Organização e Representação da Informação. O artigo discute a análise documental em histórias em quadrinhos, destaca-os como fontes de informação com valores imagéticos e textuais e ressalta a importância de se avaliarem elementos de metadados da catalogação descritiva e da catalogação de assunto para representá-los. Como resultado, apresenta diretrizes para a análise de imagens tendo em vista a representação da informação de histórias em quadrinhos com vistas a garantir a recuperação da informação imagética desse tipo de recurso informacional.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos; Representação da Informação; Representação de Imagens; Catalogação; Análise Documental.

Abstract

Comic books have been discussed in the academic universe whether as a research object or as part of the collection of university libraries. After an initial exploratory analysis, the importance of the development of comic book studies in the field of Information Science, especially those inherent to the Organization and Representation of Information, was noted. The article discusses documentary analysis in comic books, highlights them as sources of information with imagery and textual values, and emphasizes the importance of evaluating metadata elements of descriptive cataloging and cataloging of subject matter to represent them. As a result, we present guidelines for the analysis of images in order to represent the information of comics in order to guarantee the retrieval of the image information of this type of information resource.

Keywords: Comics; Information Representation; Representation of Images; Cataloguing; Documentary Analysis

1 Introdução

A origem dos quadrinhos remete à pré-história, por conta das pinturas rupestres, e, atualmente, conjugam representações gráficas e imagéticas. McCloud (1995, p. 9) considera os quadrinhos como “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. É notável o valor que as imagens exercem nas histórias em quadrinhos. Apesar de serem mais comuns as histórias em quadrinhos com imagem e texto, existem aquelas somente com conteúdo imagéticos, mas não apenas com informações textuais.

Com o passar do tempo os quadrinhos vem ganhando espaço nas bibliotecas, inclusive com seções exclusivas. Há ainda bibliotecas que se especializaram

nesse tipo de recurso informacional, como as gibitecas (o destaque vai para a Gibiteca Henfil, no Centro Cultural São Paulo, em São Paulo, com mais de 10 mil títulos). Sob essa perspectiva, valida-se a necessidade de se discutir e repensar a representação desses recursos informacionais, a fim de garantir a efetiva recuperação pelo usuário. Entende-se que, pelo fato de os quadrinhos serem compostos por imagem e texto, esses aspectos também devem ser considerados no tratamento documental dos quadrinhos, de modo que não sejam desconsiderados os valores imagéticos. Compreende-se, assim, que a catalogação conjugue aspectos intrínsecos e extrínsecos deste tipo de documento na definição dos metadados.

Com base nesses argumentos, a presente proposta visa discutir a análise de imagens e tem o objetivo de definir diretrizes para a análise de imagens em histórias em quadrinhos, com vistas a representação documental.

2 Imagem como fonte de informação

A imagem é considerada como uma das primeiras formas de comunicação na humanidade. Quando o homem ainda não fazia uso da fala para se comunicar, usava desenhos para registrar o seu cotidiano. Gaiarsa (1977) considera os desenhos das cavernas pré-históricas como as primeiras histórias em quadrinhos criadas. O homem percebeu que poderia representar o mundo, sem necessariamente recorrer às palavras: “[...] o desenho formou a inteligência e, assim, gerou a capacidade humana de controlar o mundo” (GAIARSA, 1977, p. 116).

A imagem como informação se faz cada vez mais presente, principalmente por meio da fotografia, decurso sua característica de registrar fatos. Até mesmo imagens não fotográficas, como pinturas, desenhos e caricaturas, também são reputadas na história moderna como representações não textuais. “Em um desenho, como em um olhar, podemos ver em um instante coisas que, se postas em palavras, dariam para encher um pequeno volume. A visão é simultânea e instantânea; a palavra é sucessiva” (GAIARSA, 1977, p. 116). Decorre daí a compreensão que o valor imagético difere do valor textual, visto que os textos são representações objetivas. As imagens, por outro lado, apresentam um caráter subjetivo e podem ser interpretadas de diversas maneiras. “Imagens são informações **recebidas**. Ninguém precisa de educação formal **para entender a mensagem**. Ela é **instantânea**. A escrita é informação **percebida**. É preciso conhecimento especializado para decodificar os símbolos abstratos da linguagem” (MCCLLOUD, 1995, p. 49, grifo do autor).

Para Cagnin (1975), a imagem é entendida como a cópia de alguma coisa, o que o autor chama de representação imitativo-figurativa, e a considera como um signo, classificando-a como: ícone, signo analógico, signo icônico, e signo iconográfico. Para Cagnin (1975), a imagem desenhada difere da imagem fotografada, visto que esta se caracteriza, em primeiro lugar, como um documento, o registro de algo em que o fotógrafo pode escolher seu enquadramento, assunto e ângulo, mas não pode interferir no interior da imagem registrada, apresentando somente aquilo que foi possível captar pela câmera naquele determinado momento. Um dos principais fatores para a percepção da dessemelhança entre a imagem fotografada e imagem desenhada é que a fotografia é sempre objetiva, produto de um processo puramente mecânico: “[...] a cena está aí, captada mecanicamente, mas não humanamente” (CAGNIN, 1975, p. 51). A imagem desenhada, por sua vez, visa à comunicação de mensagens codificadas, objetivando a reprodução de um objeto ou cena. O processo de desenhar exige uma aprendizagem do artista, no qual há uma transformação, uma interpretação do significado, uma

ressignificação. “O desenho não reproduz tudo; muito frequentemente reproduz pouquíssimas coisas, sem deixar, no entanto, de ser uma mensagem forte” (CAGNIN, 1975, p. 33). Para Cagnin (1975, p. 33), o artista “[...] transforma o desenho em mensagem icônica, carregando em si, além das ideias, a arte, o estilo do emissor”.

A importância das imagens, quer sejam fotográficas, desenhadas ou pintadas, transcorre no processo de conhecimento sócio-histórico-cultural de uma determinada época, na qual podem ser resgatados fragmentos do que aconteceu em determinado momento, ou ainda como tentativa de dedução dos fatos por meio dos registros imagéticos; isso torna a imagem uma rica fonte de informação espaço-temporal.

Uma imagem antiga, muitas vezes, é a única forma de representação que se tem de algo que existiu e que foi destruído, independentemente de tal imagem estar retratando algo real ou imaginado, correta ou incorretamente. (COSTA, 2008, p. 234-235).

Está posta, dessa forma, a relevância dos quadrinhos e das imagens em si como fontes de informação, o que retrata a relevância do tratamento, organização e representação de tais recursos informacionais com o objetivo de garantir o acesso e a recuperação de seu conteúdo.

3 A representação imagética

A imagem é polissêmica, podendo ser explorada por vários ângulos e formas. Para Cagnin (1975), a imagem nem sempre é aquilo que ela representa, o autor descreve a presença da imagem em todas as fases e necessidades do ser humano, em seus atos de se comunicar, ensinar, criar, destruir etc.

Boccatto e Fujita (2006) identificam as imagens como representações, tendo um suporte, um referencial, uma estética artística sintética ou emotiva, transformando-as ora subjetiva, ora objetivamente. As autoras admitem que, para a efetiva representação imagética, deve-se levar em consideração os significados da imagem, determinados pelo seu suporte e pela técnica utilizada na sua produção.

Nas unidades de informação e, por extensão, no universo de representação bibliográfica, as atividades centram-se na satisfação das necessidades informacionais dos usuários. Essa preocupação decorre do fato de que a razão de ser das bibliotecas se centra nos usuários, que, por vezes, não conseguem identificar o que precisam ou, ainda, não tem uma ideia definida do que estão procurando. Nessas situações, as atividades de busca e recuperação da informação ficam prejudicadas. Outro fator que acomete o atendimento se dá pela discrepância entre as representações

realizadas pelas unidades de informação e o método de recuperação do usuário. Maimone e Gracioso (2007, p. 10) destacam que “[...] existe também uma preocupação em tornar essas informações disponíveis de maneira organizada e acessível aos olhos e mãos dos usuários”.

Nos processos de representação da informação, recorre-se à catalogação descritiva para a representação das características extrínsecas do recurso informacional e à catalogação de assunto para a representação de suas características intrínsecas. Maimone e Tálamo (2008) destacam a análise de conteúdo como sendo um dos processos mais importantes no tratamento de imagens: pela análise de conteúdo é possível identificar características que auxiliam na compreensão do significado das imagens, possibilitando sua contextualização, o que dá mais consistência nas informações. As autoras destacam, nesse processo, a importância da interpretação, que se sabe individual e subjetiva, do profissional indexador. Ao profissional, portanto, além de serem requeridos conhecimentos específicos do processo de representação da informação e do tratamento documental, esperam-se, também, habilidades pessoais e conhecimento prévio sobre os seus usuários.

Nessa mesma perspectiva, Manini (2002) discorre sobre a preocupação quanto à escolha dos conceitos que se transformarão em pontes entre o usuário e o arquivo imagético a ser recuperado, e indica que o tratamento de imagens deve ser realizado através da análise documentária, iniciada pela questão: a imagem está isolada dentro do acervo ou pertence a uma coleção de outras imagens? Após esse questionamento, diversos passos de análise documentária são empregados até que ocorra a indexação da imagem, consagrada por Manini (2002, p. 54) como uma das etapas mais importantes.

É neste momento que o profissional da informação realiza a tarefa mais importante em termos de análise de conteúdo: é a hora de reunir as palavras que farão com que o usuário se interesse – ou não – pelo documento. Melhor dizendo: é neste processo que se fará a representação do documento de forma concisa e ordenada – a indexação –, momento de grande responsabilidade, pois auxilia na sua utilização e na sua utilidade.

3.1 Aspectos linguísticos na análise documental imagética

Maimone e Tálamo (2008), Boccato e Fujita (2006) e Manini (2002) abordam a importância da semiologia, que trata dos signos e semântica dos significados, como elementos fundamentais na representação de imagens, principalmente na análise documentária. Essas autoras fazem uso das teorias de Panofsky, Peirce e Saussure para entender e desenvolver a representação temática imagética.

Diferentes discursos estão presentes nas imagens e nos textos: a imagem remete a um discurso visual; os textos a um discurso verbal. A representação de imagens pode ser considerada como a tradução dos aspectos visuais de uma obra, para uma linguagem verbal, a fim de transmitir o significado, explícito ou não, do conteúdo da imagem (MAIMONE; GRACIOSO, 2007). Devido às suas características, tais como o enunciado, a textualidade e a narrativa, a transmissão de uma determinada informação se torna possível. Desse modo, as imagens tornam-se um meio de comunicação; a imagem é configurada como transmissora de informação e o usuário como receptor. No meio desse processo de transmissão e recepção, configuram-se, como mediadoras, as linguagens utilizadas para representações das imagens (BOCCATO; FUJITA, 2006).

Além de serem considerados os fatores linguísticos, “A análise documental de imagens deve atender aos preceitos da documentação, refletindo a credibilidade e segurança no momento da recuperação da informação pelo usuário” (BOCCATO; FUJITA, 2006, p. 90). Pela análise documental e pela síntese é possível a elaboração textual de descritores e elementos presentes na imagem para a representação dos conteúdos dos documentos.

O processo de geração de textos a partir de imagens não pode, no entanto, valorizar o conteúdo do texto em detrimento do conteúdo da imagem, mas propor que textos e imagens se associem para registrar e disponibilizar conteúdos sobre eventos e personagens no tempo e no espaço, como elementos de informação e de conhecimento (COSTA, 2008, p. 235).

Compreende-se, portanto, que o processo de representação documental imagética se dá pela catalogação descritiva e de assunto, assim como ocorre com a representação de outros tipos de documentos. Entretanto, devem-se levar em consideração as particularidades das imagens e suas necessidades especiais, atentando-se aos processos de análise e representação documental e aos instrumentos que melhor articulem a relação entre o seu conteúdo e o suporte informacional, quando for o caso.

3.2 Catalogação descritiva em documentos imagéticos

Os documentos imagéticos tornaram-se importantes socialmente, intensificando a necessidade de criar metodologias de tratamento informacional para a organização e a representação desta nova tipologia documental, visando ao processamento das características peculiares deste tipo de material.

No processo de tratamento informacional de documentos imagéticos, Boccato e Fujita (2006, p. 88) descrevem o ciclo informacional que o documento deverá percorrer, iniciado no processo de produção

intelectual, até “[...] a edição, a seleção, a aquisição, o processamento técnico, a armazenagem e a estocagem, a disseminação, a recuperação e a utilização da informação.” Para que o acesso a esses documentos seja possível é necessário o tratamento técnico em nível descritivo. Com base em Boccato e Fujita (2006), é possível elencar como elementos de metadados para a representação imagética:

- criador da imagem (fotógrafo, pintor, ilustrador);
- título da imagem (atribuído pelo profissional da informação, caso ele não tenha sido elencado pelo criador);
- data e local (localização da imagem no tempo cronológico ou no momento da imagem, assim como espaço geográfico no qual a imagem está inserida, caso seja fotografia, ou no espaço da imagem fictícia, caso seja pintura ou desenho);
- descrição física (composta por qualidade da imagem, estado de conservação, quantidade de imagens caso seja quadrinhos ou o conjunto de uma obra, efeito da imagem, ou seja, se é preta e branca ou colorida, e dimensões).

Esses elementos devem ter como fonte de informação a própria imagem e, caso não seja possível identificá-los, cabe à busca por obras de referências e fontes de informação auxiliares ou outros materiais que tornem possível a identificação dos elementos descritivos a fim de tornar a ação representativa o mais completa e fiel possível à imagem representada (BOCCATO; FUJITA, 2006).

3.3 Catalogação de assunto em documentos imagéticos

A análise do conteúdo de imagens é a ponte para a comunicação entre o discurso verbal e o discurso visual. Essa análise identifica elementos que transmitem desde o nível conceitual-abstrato até o perceptível-concreto, denotando uma relevância significativa para a transmissão do conhecimento presente na obra (MAIMONE; TÁLAMO, 2008).

Quanto à catalogação de assuntos em documentos imagéticos, destaca-se a necessidade de se realizar a indexação das imagens a partir da análise de assunto e da tradução. Na análise de assunto é realizada a identificação e a seleção de termos descritores; na fase de tradução são aplicadas as linguagens de indexação para a possível recuperação da imagem. Chen e Rasmussen (1999 apud BOCCATO; FUJITA, 2006, p. 96) apresentam duas técnicas para a indexação de imagens fotográficas:

A indexação de imagens baseada em conceitos é aquela em que as imagens são identificadas e descritas (indexadas) em termos do que elas são e do que elas

representam. Para tanto, podem ser utilizados os vocabulários controlados ou a linguagem natural para a representação dos conceitos. A técnica de indexação de imagens baseada no conteúdo considera a cor, a forma e a textura da imagem como alguns aspectos relevantes para a indexação. Esses aspectos são identificados mais adequadamente por meio da utilização de programas de computadores.

Considera-se que, com algumas adaptações e pela inclusão de descritores, essas técnicas de indexação possam ser utilizadas para imagens fotográficas, extensível a outros tipos de documentos imagéticos.

Outro método de indexação para imagens a ser considerado é o sistema de indexação PRECIS, um sistema de indexação alfabética de assunto, com ênfase na ação. Souza e Toutain (2010, p. 90) explicam que este sistema trata da “[...] síntese do resumo a partir dos seguintes questionamentos: o que aconteceu? (ação); a que ou a quem aconteceu? (objeto da ação); o que ou quem fez isto? (agente da ação); onde aconteceu isto? (local da ação).” As autoras propõem o uso desse sistema na indexação dos elementos textuais de histórias em quadrinhos.

A representação documental de imagens, com o uso de conceitos abordados na semiótica, tem como um dos principais representantes Panofsky que, segundo Souza e Toutain (2010), estabeleceu três níveis de análise de imagem: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico. O nível pré-iconográfico trata-se da descrição do que está sendo representado na imagem; o nível iconográfico remete à identificação do tema e dos estilos artísticos; e o nível iconológico é voltado para o conhecimento sociocultural no qual a imagem está inserida para interpretação dos motivos e características de sua existência (PANOFSKY 2004 apud SOUZA; TOUTAIN, 2010).

A partir das teorias de Panofsky sobre representação de imagens, Shatford (1986 apud SMIT, 1996) acrescenta que, para formular a representação imagética, deve-se fazer as seguintes perguntas: “[...] a imagem é de quem?”, e, “[...] a imagem é sobre quem?”. Essas perguntas possibilitam o desdobramento da representação do genérico para o específico e vice-versa. O significado da imagem a que Shatford se refere pode ser compreendido a partir da Figura 1.

Imagem = De + Sobre

Figura 1. Representação imagética simplificada proposta por Shatford (1986 apud SMIT, 1996, p. 31).

Comparando-se as propostas de Panofsky e de Shatford, tem-se a relação do nível pré-iconográfico, com as determinações do DE genérico, no nível iconográfico, com o DE específico, e o nível iconológico, com o SOBRE.

Ginette Bléry (1976 apud SMIT, 1996) propôs o uso de algumas categorias, já utilizadas na análise textual, à análise documentária de imagens. Essas categorias e suas descrições estão relacionadas no Quadro 1.

Categorias	Representação do conteúdo das imagens
QUEM	Identificação do "objeto focado": seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais
ONDE	Localização da imagem no "espaço": espaço geográfico ou espaço da imagem da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria)
QUANDO	Localização da imagem no "tempo": tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex. 1996, noite, verão).
COMO/O QUE	Descrição de "atitudes" ou "detalhes" relacionados ao "objeto focado", quando este é um ser vivo (p. ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Quadro 1. *Representação de imagens proposta por Bléry (1976 apud SMIT, 1996, p. 32).*

Com base na sumarização de Smit (1996) referente às categorias QUEM, ONDE, QUANDO, COMO/O QUE, relacionadas ao DE genérico, ao DE específico e ao SOBRE, Manini (2002) propõe a inclusão de dados relativos à Dimensão Expressiva da imagem, com vistas ao aumento da eficácia da representação. Os dados da Dimensão Expressiva incluem recursos técnicos e variáveis. Dentre os recursos técnicos estão: efeitos especiais, ótica, luminosidade, enquadramento, composição e profundidade de campo; e, dentre as variáveis: esfumação, enquadramento de objetos, enquadramento de seres vivos, retrato, paisagem, distância etc. Manini (2002, p. 47, destaque do autor) define a Dimensão Expressiva como

[...] a parte da imagem fotográfica dada pela técnica: é a "aparência física" através da qual a fotografia expressa seu conteúdo informacional, é a extensão significativa da fotografia manifesta pela forma como a imagem se apresenta (revelada pela técnica).

Apesar de Manini (2002) ter objetivado os seus estudos para a análise documental fotográfica (cf. figura 2), depreende-se que a Dimensão Expressiva é extensível aos quadrinhos.

Categoria	Conteúdo Informacional		Dimensão Expressiva
	DE Genérico	DE Específico	
Quem/O Que			
Onde			
Quando			
Como			

Figura 2. *Análise documentária de fotografias proposta por Manini (2002).*

Com foco na representação de imagens, Agustin LaCruz (2006 apud MAIMONE; TÁLAMO, 2008, p. 7) destaca "[...] a informação como veículo do processo comunicativo e como fonte de informação." O autor destaca os processos que influenciam os modelos cognitivos da representação documental a fim de estabelecer e aplicar metodologias de tratamento documentário que melhor se enquadrem na representação dos conteúdos das imagens. LaCruz (2006 apud MAIMONE; TÁLAMO, 2008), em sua contribuição para análise documentária de imagens, define operações analítico-sintéticas para a análise de conteúdo, tais como: descrição, identificação e interpretação. Essas operações foram conjugadas aos níveis de análise apresentados por Panofsky, conforme pode ser observado na Figura 3.

Níveis de Análise	Tipo de Análise	Objeto de Análise	Operações Analítico-sintéticas	Conhecimentos requeridos
Primário	Pré-iconográfico	Pessoas, animais, objetos, acontecimentos e suas propriedades e relações	Descrição	Experiência cotidiana e cultura geral
Secundário	Iconográfico	Temas e conceitos, histórias, alegorias, etc.	Identificação	Conhecimentos dos temas e formas artísticas
Terciário	Iconológico	Princípios socioculturais subjacentes	Interpretação	Conhecimento profundo da sociedade, a cultura e a cosmologia de cada época

Figura 3. *Análise documentária de imagens proposta por Agustin LaCruz (2006 apud MAIMONE; TÁLAMO, 2008).*

LaCruz (2006 apud MAIMONE; TÁLAMO, 2008) apresenta a ideia de que é necessário ter conhecimentos específicos para a análise documentária de imagens, tanto aqueles de linguagens documentárias quanto os conhecimentos gerais pessoais. O conhecimento prévio é abordado por outros autores e é considerado um dos pontos cruciais da indexação. Maimone e Gracioso (2007, p. 9) destacam: "[...] um ponto importante para a atividade de indexação é a contextualização da imagem que se pretende resumir ou indexar".

Costa (2008, p. 79) testifica que a imagem está inserida em um contexto de produção e de recepção, e depreende que "[...] a imagem tem de ser sempre contextualizada para que possa explicitar o seu sentido e significado." A autora, em sua tese, busca elementos para compreender como os elementos da teoria literária e as indagações retóricas aproximam-se das categorias essenciais de Ranganathan, que dizem respeito a: personalidade, energia, matéria, espaço e tempo, a fim de gerar um produto documental. Em sua proposta, os elementos apresentados nas narrativas são: o narrador, a ação, as personagens, o espaço e o tempo. Para Costa (2008), as categorias essenciais de Ranganathan podem

ser utilizadas tanto para selecionar enunciados textuais, quanto para análise e síntese de conteúdos imagéticos.

Outras aproximações realizadas por Costa (2008) foram da Teoria de Ranganathan com os elementos de análise de Agustín LaCruz (cf. Figura 3) e os de Ginette Bléry (cf. Quadro 1). Essas relações em conjunto com as indagações retóricas são apresentadas na Figura 4, a seguir:

Categorias essências	Categorias narrativas	Indagações retóricas
Personalidade	Narrador	Quem?
Energia	Ação	Como?
Matéria	Personagem	Que?
Espaço	Espaço	Onde?
Tempo	Tempo	Quando?

Figura 4. Comparação entre categorias teórico-analíticas proposta por Costa (2008, P. 100).

4 Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza aplicada, visto que discute diretrizes para a representação imagética de quadrinhos com vistas a garantir a recuperação desse tipo de documento em unidades de informações, quer sejam bibliotecas ou gibitecas, e baseia-se em métodos de análise de conteúdo que podem ser aplicados à representação da informação de HQs. Quanto aos objetivos, se caracteriza como pesquisa exploratória, visto que foram observadas, registradas e analisadas as informações a fim de interpretação dos dados bibliográficos levantados. Para o levantamento bibliográfico, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre histórias em quadrinhos e representação documental, com enfoque na análise imagética, com estratégias de buscas simples, por assunto, nas bases de dados BRAPCI, LISA, BDTD e SCIELO. Após a coleta de dados, os resultados obtidos nas buscas bibliográficas foram analisados pelo método de análise de conteúdo, instituído por Bardin (1977, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Esse tipo de análise configura-se pelas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

5 Análise dos resultados

Muitas das teorias de representação de imagens se equivalem a outras teorias ou até mesmo se complementam. Entretanto, observa-se com Manini

(2002) a possibilidade de destrinchamento de dados e, conseqüentemente, a promoção de ampliação da recuperação da informação. A proposta de Manini (2002), além de se configurar como complementar às teorias de Smit (1996), Bléry (1976) e Shatford (1986), traz o critério da Dimensão Expressiva, descriptor que pode ser bastante explorado na representação documental de quadrinhos. A Dimensão Expressiva diz respeito à aparência física, dada pela técnica utilizada na produção das imagens. Com Costa (2008), as imagens são analisadas a partir das categorias definidas por Ranganathan.

Dessa forma, tendo em vista a proposta de diretrizes para a análise imagética de histórias em quadrinhos, utilizou-se as propostas de Manini, com Smit, Bléry e Shatford; de Maimone e Tálamo, com LaCruz; e de Costa, com Smit e Ranganathan.

A Figura 4 indica a capa da história em quadrinhos Futari H.



Figura 4. Capa da HQ Futari H.

O Quadro 2 exemplifica a aplicação das diretrizes para a análise imagética da HQ Futari H.

	Conteúdo Informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categorias de análise	Genérico	Específico	Como fazer sexo após o casamento, sendo virgem Mangá
Narrador			
Personagens	Casal	Makoto e Yura	
Espaço	Oriente	Japão	
Tempo			
Ação	Amor	Casal descobrindo o amor e a vida sexual juntos	

Quadro 2. Proposta de diretrizes para análise imagética de Histórias em Quadrinhos

As categorias definidas para narrador e tempo não foram analisadas por não ter subsídios no recurso documental que permitissem tal identificação, o que, entretanto, não invalida a proposta. As diretrizes definidas para a análise imagética de histórias em quadrinhos fornecem base para a representação, por meio de síntese ou resumo. Para a HQ Futari H, o resumo a ser elaborado a partir da aplicação das diretrizes seria: Makoto e Yura se conhecem por meio de uma agência de encontros, situada no Japão. Por conta do amor que foi despertado, decidem se casar. Ambos são virgens e começam as suas descobertas em relação ao sexo após o matrimônio. Juntos eles aprendem como satisfazer seus desejos sexuais, conhecer melhor seus próprios corpos e como lidar com situações difíceis durante a relação. Futari H é um verdadeiro mangá de orientação sexual para recém-casados, por meio de uma linguagem sutil, romântica e simplificada, sem deixar de lado a sensualidade, o que torna a leitura agradável também para as mulheres.

Utilizar critérios para a análise das histórias em quadrinhos, principalmente por conta das especificidades da imagem e do texto, é relevante para que as unidades de informação possam atingir sua missão de atendimento às mais diferentes necessidades informacionais do público a que se destina atender. Na revisão bibliográfica, notou-se que os critérios que têm sido adotados para a análise de imagens de forma geral, como a fotografia, podem não ser suficientes para a análise de imagens justapostas, como as histórias em quadrinhos. Além desses aspectos, com a inserção de tecnologias computacionais, como as ferramentas artísticas usadas no desenho gráfico, outros aspectos extrínsecos, além dos elencados aqui, também passam a ser alvo de atenção, como a qualidade de imagem, definição, tipo de suporte, artista etc. A liberdade artística na criação, quer seja no papel ou com o auxílio da computação gráfica (que muitas vezes se desprende do realismo subjugado de outras mídias), não se compara com o processo mecânico de fotografar ou filmar. Por isso, recursos como enquadramento, estilo do artista e técnicas devem ser considerados ao realizar uma boa análise imagética de histórias em quadrinhos.

6 Conclusão

Nota-se que os estudos apresentados, voltados à análise imagética em recursos informacionais, complementam-se, de modo que possibilitam o diálogo entre propostas de diferentes teóricos e com perspectivas distintas.

Assim como ocorre com a representação documental de recursos eminentemente textuais, as representações imagéticas têm seus métodos e instrumentos baseados na granularidade da representação, no comportamento do usuário em atividades de busca e recuperação da informação, bem como nas políticas institucionais para

o tratamento documental do acervo. Esses fatores são fundamentais para a definição de diretrizes para a análise imagética em unidades de informação.

Enfatiza-se a necessidade do olhar crítico e da compreensão de que, apesar da busca de neutralidade nas atividades de representação, a escolha dos processos, dos produtos e dos instrumentos de representação é arbitrária. O mesmo acontece com a análise documental e a representação de histórias em quadrinhos, tendo em vista, inclusive, o amplo universo dos quadrinhos, com a diversidade de gêneros e o alinhamento entre o conteúdo explicitado nos quadrinhos, os conceitos a serem representados, e os termos a serem adotados.

Desse modo, com base na afirmação de Costa (2008, p. 229) de que “[...] nenhum modelo de análise de conteúdo é perfeito e nem consegue esgotar todas as possibilidades de um dado documento”, tem-se a consciência de que poderá haver um viés na proposta apresentada, mas esta considera a preocupação com a representação documental e a busca para concentrar esforços em prol da satisfação das necessidades informacionais dos usuários em sistemas de recuperação da informação.

Referências

- BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos Bad**, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.
- CAGNIN, A. L. **Os Quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.
- COSTA, L. S. F. **Uma contribuição da Teoria Literária para a análise de conteúdo de imagens publicitárias do fim do século XIX e primeira metade do século XX, contemplando aspectos da natureza brasileira**. Marília: UNESP, 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.
- GAIARSA, José A. Desde a Pré-História até McLuhan. In: MOYA, Álvaro de. **Shazam!** São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 115-120.
- MAIMONE, G. D.; GRACIOSO, L. de. S. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1760/1504>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. de. F. G. M. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 9, n. 2, 2008.
- MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários**. 2002. 226 f. Tese (Doutorado em

Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

McCLOUD, S. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

NAKAMURA, K. **Futari H**. São Paulo: JBC, 2009.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SOUZA, E.; TOUTAIN, L. D. B. O. Histórias em quadrinhos: barreiras para a representação documental. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 78-95, 2010.

A Representação da Informação e do Conhecimento nos Repositórios em Saúde do Portal do DATASUS: Sistemas de Ordenação para o Funcionamento da RAS

A Representation of the Information and the Health Repositories's Knowledge of DATASUS Portal: Ordination Systems for the RAS Operation

Milena Quintela de Alcântara (1), Rodrigo França Meirelles (2), Francisco José Aragão Pedroza Cunha (3)

(1)Instituto de Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia, Av. Reitor Miguel Calmon, nº 1946 - Canela Salvador - BA, milaquintela@hotmail.com (2)rodrigomei@ufba.br (3)franciscopetroza@ufba.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo identificar sistemas de ordenação da informação e do conhecimento no âmbito do Portal do DATASUS. A Biblioteconomia, a Arquivologia e a Ciência da Informação desenvolvem linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a representação da informação. A pesquisa é aplicada, quantitativa, qualitativa, exploratória e descritiva, realizada no período de 2018 e 2019. Foi realizada uma observação direta utilizando como instrumento de coleta um *checklist* aplicado no portal do DATASUS. Os resultados indicam que não é possível identificar quais são os sistemas de ordenação da informações utilizadas no portal do DATASUS, bem como é feito a transferência das informações dos Organismos Produtores dos Serviços de Atenção à Saúde (OPSAS) para o Portal do DATASUS e nem como são gerenciadas as informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo Departamento de Informática do SUS. Apesar disso, o Portal é organizado de forma que possibilita o acesso, recuperação e o uso dos registros de informação em saúde. Recomenda-se que os repositórios contemplem os requisitos de sistemas de ordenação para otimizar a recuperação da informação em saúde e proporcionar a disseminação desta.

Palavras-chave: Sistemas de ordenação do vocabulário; Representação da Informação; Representação do Conhecimento; Repositórios do Portal do DATASUS.

Abstract

This research aims to identify information and knowledge management systems within DATASUS portal. Librarianship, Archivology and Information Science develop documentary languages and semantic vocabularies for the representation of information. The research is applied, qualitative, quantitative, exploratory and descriptive, performed during 2018 and 2019. A direct observation was made using a checklist as a collection instrument applied in the DATASUS portal. The results shows that it is not possible to identify which are the management information systems used in the DATASUS portal, as well as the information transfer from Health Care Organization Service (OPSAS) to the DATASUS Portal, not even how the collected data are managed, received and stored by the SUS Information Department. Nevertheless, the Portal organized in a way that allows the access, retrieval and the use of the health information database. It is recommended that repositories address the sorting systems requirements in order to optimize the health information's retrieval and provide information propagation

Keywords: Vocabulary ordering systems; Information Representation; Representation of Knowledge; DATASUS Portal Repositories

1 Introdução

É recomendável organização aos registros em saúde para tornar possível o desenvolvimento de um sistema de raciocínio ou de ordenação para efetivar o acesso, a recuperação e o uso desses registros (CURRÁS, 2010). O psicólogo norte-americano George Miller sugere “que é possível recordar uma maior quantidade de itens se estiverem codificados ou agrupados” (MCGARRY, 1999, p.51).

No contexto do Brasil, as informações geradas nos serviços de saúde por meio dos prontuários dos pacientes (PP) são transferidas para os repositórios em saúde, os quais estão no Departamento de Informática do SUS (DATASUS). O PP é um documento que contém um conjunto de registros de informações sobre

a saúde de uma pessoa e à assistência prestada a ela (VASCONCELLOS et al., 2008). Os registros assistenciais têm ainda como objetivo assegurar com eficiência e qualidade a integralidade dos serviços de saúde, em que as informações são acessadas de forma contínua. Nos Organismos Produtores dos Serviços de Atenção à Saúde (OPSAS) (LIMA, 2018), os PP são tecnologias dos registros de informações e, necessitam seguir um padrão de aceitação universal, independente do sistema de saúde que estão inseridos (GALVÃO; RICARTE, 2012).

Para isso, as tecnologias de informação, como os PP, devem ser tratadas e organizadas por meio dos procedimentos de gestão de documentos arquivísticos (SOUZA; MEIRELLES; CUNHA, 2017). Toma-se, então, como pressuposto desta investigação que no

Portal do DATASUS são utilizados sistemas de ordenamento das informações em saúde para o funcionamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

A Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação desenvolvem linguagens documentárias e vocabulários semânticos para potencializar a recuperação das informações e a geração do conhecimento, a saber: ontologia, taxonomia, tesaurus (CURRÁS, 2010), *folksonomia*, vocabulários controlados, dentre outros.

Uma das técnicas de tratamento para os registros das informações é o da representação da informação (RI) e representação do conhecimento (RC). A RI no âmbito da Arquivologia se dá por meio da função de descrição arquivística seguindo padrões estabelecidos pelas Normas de Descrição Arquivística apresentadas pela Legislação Arquivística Brasileira e, se utilizada no âmbito dos serviços, sistemas e redes de atenção à saúde, poderá efetivar o funcionamento da RAS (SOUZA; MEIRELLES; CUNHA, 2017).

Assim questiona-se: quais são os padrões de sistemas de ordenação utilizados pelas OPSAS e o Portal do DATASUS para a representação das informações em saúde geradas e acumuladas nos repositórios? Nesse contexto, toma-se como objetivo geral desta comunicação o de identificar sistemas de ordenação da informação e do conhecimento no âmbito do Portal do DATASUS.

Justifica-se este trabalho em razão de, para ocorrer uma efetividade do acesso às informações em saúde, serem necessários sistemas de ordenação das informações em saúde. Tais sistemas possibilitam que os agentes do SUS tenham acesso aos repositórios e assim gerem conhecimento em saúde para as intervenções necessárias à operacionalização da RAS. Os sistemas de ordenação propiciam o sucesso de mecanismos como a regulação e, a referência e a contra referência no âmbito dos níveis de atenção à saúde do SUS quando se faz relação com o PP (MENDES, 2010).

2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é aplicada, descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa. Os procedimentos foram uma revisão assistemática bibliográfica e documental, além de levantamento de campo.

O instrumento de pesquisa utilizado é um *checklist*, formulado no âmbito do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC), registrado no CNPq e vinculado à Universidade Federal da Bahia, no período de outubro de 2017. Foi aplicado por um período de dois meses em 2018 e 2019. O *checklist* é composto por seis

assertivas analisando a representação da informação e do conhecimento.

A aplicação do *checklist* foi realizada no Portal do DATASUS. A Estatística Descritiva e a Análise de Conteúdo são as técnicas de análise das informações levantadas. Duas Categorias Operacionais foram designadas para a análise das assertivas: Sistemas de Ordenação e Padrões de Informação em Saúde. A partir da observação sistemática do portal do DATASUS, as assertivas do *checklist* foram categorizadas com respostas que indicam quais são as informações que constam ou não no portal. A discussão e a análise da identificação das assertivas do *checklist* foram comparadas à literatura científica encontrada na base da *SciELO*, *Lilacs* e *Google Acadêmico* por meio dos seguintes termos: Sistema de Informação em Saúde e Registros Eletrônicos em Saúde, fluxo de informação, “DATASUS” e prontuário eletrônico do paciente.

3 Informações em saúde e sistemas de ordenação

As relações humanas são pautadas na comunicação. Essa intercomunicação está associada ao contexto da produção da informação, que é um fenômeno histórico, social, cultural e político (SILVA; GOMES, 2015). A informação é considerada como produto das relações, que existe entre as mensagens recebidas e permutadas com o mundo exterior e é selecionada de acordo com as vivências de cada pessoa (MCGARRY, 1999). O contexto de produção de uma informação geralmente é diferente do contexto de recepção desta (GALVÃO; RICARTE, 2012).

As informações são obtidas por meio de estímulos que a realidade impõe às nossas percepções e por meio das nossas experiências com o mundo (MCGARRY, 1999). Após serem selecionadas, as mesmas precisam ser organizadas, representadas e transmitidas por canais para terem uso: “a informação é imposta mediante ordenação” (MCGARRY, 1999, p. 6).

Na representação simbólica do conhecimento por meio de linguagens escritas, têm-se as linguagens naturais e as artificiais. Estas últimas são as criadas ao logo do tempo de acordo com as necessidades de uma população, a exemplo da informática, que representa uma linguagem codificada ou sistema de classificação (CURRÁS, 2010). Ao compreender a linguagem no plano da representação física, entende-se que esta é fortemente influenciada pela identidade relacional das palavras, visto que os significados vão depender das associações entre elas (MCGARRY, 1999).

Os sistemas de informação fornecem uma estrutura de ordenação e representação que possibilitam a geração de conhecimento (MCGARRY, 1999). Os tesaurus, as ontologias, taxonomias e *folksonomias* são instrumentos para a representação e organização das informações e dos conhecimentos, utilizados pela

Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A ontologia é uma ferramenta que permite a seleção de algumas características a fim de delimitar interpretações e de caracterizar os significados básicos de categorias. Reflete a visão de mundo de um determinado grupo e contexto social (SCHIESS; BRÄSCHER, 2011), visto que pode ser considerada como o “estudo do que existe e do que admitimos que existe para conseguir uma descrição coerente da realidade” (CURRÁS, 2010, p. 38). É uma forma de representar a linguagem natural em uma linguagem codificada, ampliando as possibilidades de recuperação da informação (CURRÁS, 2010).

A taxonomia é a forma mais antiga usada para identificação, classificação e organização. Surgiu com a classificação biológica e com o tempo se tornou muito empregada na Biologia e na Lógica (CAPELLARI, 2008). Esta tem disposição hierárquica e horizontal e é possível, por meio desta, criar categorias dentro da classificação, a qual estabelece relações de semelhanças ou de interdependência. Nas ciências da documentação e da informação, os táxons, que são as mínimas estruturas, seriam os dados ou documentos (CURRÁS, 2010).

O tesouro é sistema de classificação utilizada para termos que se referem ao conhecimento especializado. Pode ser caracterizada como vocabulário controlado formado por descritores que se relacionam semanticamente e sintaticamente e atuam, ainda, como uma linguagem terminológica, podendo ser estruturados hierarquicamente e associativamente (CURRÁS, 2010) (SALES; CAFÉ, 2009). O objetivo é colaborar com a recuperação precisa de documentos e também proporcionar uma indexação de qualidade dos documentos escritos ou registrados de outra forma e outros tipos, principalmente para sistemas de armazenamento e de recuperação de informação que já foram utilizados anteriormente (SALES; CAFÉ, 2008).

A *folksonomia*, por sua vez, é o modelo de organização mais recente. O mesmo surge com a terminologia *Web 2.0*, que diz respeito à evolução da internet e das suas tecnologias, tendo como destaque a construção colaborativa dos conteúdos pelos usuários, sua natureza social e a presença da “sociedade da informação”. A *folksonomia* pode ser caracterizada como a classificação feita pelos usuários da informação, uma indexação colaborativa de sites por meio de termos que os usuários escolhem de forma livre, chamadas de *tags* ou marcadores. Os serviços da *web* que utilizam desse mecanismo possibilitam a ferramentas tecnológicas para que ocorra a interação dessas informações (SANTOS, 2013).

A gestão da informação nas organizações que necessitam de informação para o desenvolvimento de suas práticas se torna uma estratégia para a gestão de

documento, sendo recomendada, então, a atenção aos processos de Recuperação da Informação e da Recuperação do Conhecimento (SOUZA; MEIRELLES; CUNHA, 2017). Assim, é pertinente compreender que a prática arquivística é o meio coerente para o armazenamento, recuperação e processamento de dados e informações. No âmbito da saúde, no caso dos registros de informações dos pacientes, essas práticas seriam formas de garantir a integridade da informação (LUZ, 2015).

Nesse contexto, é recomendável que a informação em saúde seja representada de forma coerente para que se possa decidir sobre as intervenções administrativas e assistenciais da RAS no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (OPAS, 2010 apud ELIAS; MATOS, 2012). Para uma efetiva organização de um arquivo, faz-se necessário compreender aonde se quer chegar e a quem servirá, com objetivos definidos para estabelecer normas, funções e serviços (LEITE, 2013).

Na área da saúde, consideramos informação em saúde tanto as questões relacionadas à terapêutica médica, a patologia das doenças, à saúde, como aos problemas que são enfrentados na gestão, a elaboração de políticas públicas, além de também as questões de padronizações, legislação, à gestão, as terminologias, entre tantas outras informações (PINTO; SOARES, 2010 apud SOUZA; MEIRELLES; CUNHA, 2017).

O sistema de informação, informatizado ou não, vai ser composto pela entrada, organização e saída de dados. Em vista desse fato, os dados iniciais devem ser processados de maneira correta para que as informações disponibilizadas ao final do processo sejam fidedignas (GALVÃO; RICARTE, 2012). De acordo com pesquisas realizadas anteriormente no país, existe ineficiência e equívocos no preenchimento do PP que reduzem a efetividade do mesmo e ainda pode colocar em risco a saúde de pacientes (GONÇALVES et al., 2013). Assim, independente de qual seja o suporte ou o contexto de produção de prontuários de pacientes, as linguagens padronizadas e utilizadas pela comunidade técnico-científica – as terminologias – são de grande importância (GALVÃO; RICARTE, 2012).

Essas terminologias são tipos de vocabulários controlados que seguem um padrão de estruturação para facilitar a comunicação, que deve ser rápida e precisa (CURRÁS, 2010). Seguem uma lógica que facilita a localização dos termos, conceitos e relações por todos que forem ter acesso ao preenchimento do prontuário, além do uso no futuro, quando for necessário (GALVÃO; RICARTE, 2012). Há, então, a transformação da linguagem natural dos documentos para uma linguagem estruturada, que seria a da informação equivalente a contida no documento. Assim, podemos entender que existem alguns tipos de linguagens, como a controlada, a normalizada e a documentária (CURRÁS, 2010).

A linguagem controlada diz respeito ao uso de palavras mediante as regras pré-estabelecidas. As normalizadas é um tipo de linguagem controlada, porém ao invés de palavras, são termos que são relacionados e associados entre si. Já linguagem documentária também é um tipo de linguagem controlada e normalizada, mas estas são usadas para classificações de maneira mais amplas. Nesta última, estão contidas as linguagens de indexação e de recuperação da informação, visando encontrar informações e os documentos que se deseja de maneira mais rápida e eficiente (CURRÁS, 2010). Estas últimas são as utilizadas nos repositórios de saúde.

Como repositórios em saúde, entende-se por fontes de informação que tem como objetivo disseminá-las e protegê-las. Na atualidade os repositórios digitais de acesso aberto propiciam a disseminação da informação que se encontram disponíveis na web (SOUZA; MEIRELLES; CUNHA, 2017).

O Portal do DATASUS funciona como um portal que significa uma “plataforma unificadora de relações com os públicos externos e internos das empresas e instituições” (LUZ, 2015, p. 23). Assim, podemos dizer que essa plataforma funciona como um repositório de saúde em que a população e profissionais de saúde em geral podem encontrar dados que desejam para as mais diversas finalidades, funcionando como um suporte para o SUS. Dessa forma, essas informações possibilitariam otimizar mecanismos de regulação, referência e contra referência no âmbito dos níveis de atenção à saúde do SUS por meio da RAS.

As RAS são uma proposta de organização de uma gama de serviços de saúde que tem relações entre si e seguem um padrão hierárquico de organização com intuito de garantir a atenção nos padrões das diretrizes do SUS: contínua, humanizada, integrada e com equidade. As RAS surgiram como meio de suprir as necessidades de saúde da população de um determinado território sanitário. Por meio delas, os gestores de saúde visam condensar ações em saúde e organizar fluxos e serviços de saúde (MENDES, 2011) (ELIAS; MATOS, 2012) (VASCONCELLOS et al., 2008).

Para cumprir seu objetivo, é necessário que exista uma organização estrutural, em que mecanismos tecnológicos como o prontuário do paciente podem auxiliar a estruturação. É preciso que a integração e a coordenação dos elementos que compõe a rede se deem de forma satisfatória, sendo imprescindível que se preencha e organize os registros de forma que o fluxo de informações seja claro, completo, de fácil localização, leitura e identificação e de possível entendimento por todos que forem acessá-la (MENDES, 2011) (ELIAS; MATOS, 2012) (VASCONCELLOS et al., 2008).

4 Análise e discussões das categorias operacionais: sistemas de ordenação – padrões de informação em saúde

O *checklist* (Tabela 1) é composto de seis assertivas que formam elaboradas no intuito de analisar o Portal do DATASUS, entre os anos de 2018 e 2019, de acordo com as categorias operacionais “sistema de ordenação” e os “padrões de informações em saúde”. Para as informações contidas no portal, a resposta foi “sim”, e, para as não localizadas, “não”.

Como sistema de ordenação, buscou-se a identificação sobre a existência de algum padrão de organização da informação como os propostos e desenvolvidos pela Biblioteconomia, Arquivologia e pela Ciência da Informação, como a ontologia, taxonomia, tesouros e *folksonomia*. Já para os padrões de informação em saúde, analisou-se a existência ou não de padrões de transferência das informações dos OPSAS para o Portal do DATASUS.

De acordo com a primeira assertiva do *checklist*, é possível verificar a disponibilidade de ferramentas para a disseminação da informação em saúde. No Portal existem alguns sistemas de informações que irão dialogar com os mais diversos níveis de atenção, como o e-SUS Atenção Básica e o e-SUS Hospitalar, no âmbito da atenção primária e da média e da alta complexidade, respectivamente. Ambos são Sistemas de Informação em Saúde (SIS) foram desenvolvidos pelo Ministério da Saúde como uma estratégia de integração de redes da atenção à saúde, visando compartilhar dados entre diversos sistemas, com o objetivo de otimizar e facilitar o trabalho dos profissionais de saúde (DATASUS, 2019).

Em relação à segunda, terceira e quarta assertivas, pode-se inferir que no Portal do DATASUS não disponibiliza em sua plataforma informações sobre a infraestrutura organizacional e tecnológica, nem os seus procedimentos técnicos e normativos e, ainda, não é possível conhecer quais seriam os padrões que ocorrem entre nos estabelecimentos de saúde no que diz respeito à transferência das informações lá geradas para o Portal.

Segundo Galvão e Ricarte (2012), na área da saúde é preciso que exista padronização para que não ocorram discrepâncias na comunicação entre organizações e instituições, o que facilita a integração em rede de dados e informações. Existem algumas linguagens simples para que o acesso seja possível por todos que desejam ter acesso aos dados, como paciente, família, outros profissionais da saúde, mas também existem linguagens específicas e algumas abreviaturas para facilitar o entendimento correto por todos, não havendo espaço para dúvidas. Um exemplo é o caso da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), que tem como função a tradução de uma linguagem geral,

tradicional, do cotidiano, para uma linguagem especializada e técnica, com terminologias técnico-científicas (GALVÃO; RICARTE, 2012).

Essa padronização nos SIS é a base para que as RAS funcionem com efetividade (DATASUS, 2019). Por meio de requisitos arquivísticos é possível implementar normas e padrões em sistemas informatizados que assegurem a disseminação da informação em saúde com garantia da autenticidade e da preservação dos dados.

Diante da importância do acesso à informação e do conhecimento na área da saúde, foi criada, em 2004, pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Esta tem como objetivo nortear ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do sistema de saúde brasileiro, padronizar os procedimentos de obtenção e tratamento de dados em saúde, entre outros, aumentando assim a fidedignidade e a qualidade da informação, estabelecendo uma infraestrutura de compartilhamento de dados entre os sistemas existentes. Tendo como principal foco a interoperabilidade do sistema de informação em saúde, essa política visa melhorar a qualidade dos serviços de saúde, aumentar os benefícios à população no que diz respeito ao controle social e a democratização da informação e comunicação em saúde (PNIIS, 2004).

Ainda em relação ao Portal do DATASUS, não é apresentada também a forma como as informações são gerenciadas, produzidas ou recebidas pelo DATASUS. Apesar de não apresentar a forma que é feita a gestão da informação, o portal do DATASUS contempla o armazenamento, a recuperação, o gerenciamento, a organização e a preservação de arquivos digitais em suas políticas/regulamentos. O mesmo se torna acessível a qualquer cidadão, instituição e profissional, funcionando, dessa forma, como um repositório em saúde. Assim, pode-se inferir que, apesar de não ser possível determinar qual é o sistema de ordenamento utilizado, sabe-se o mesmo dispõe de formas de organização da informação e do conhecimento, visto que as informações são mais facilmente acessadas, recuperadas e armazenadas quando organizadas e estruturadas (MCGARRY, 1999).

A ordenação da informação e do conhecimento é imprescindível na administração cotidiana das organizações que utilizam esses instrumentos para o desenvolvimento das suas práticas, uma vez que a informação é o produto que dá base para as tomadas de decisões (LEITE, 2013). Dessa forma, o uso da gestão da informação propicia a utilização adequada de recursos (seja tempo, equipamentos, materiais ou humanos), leva à uniformização da produção, facilita o treinamento, diminui a possibilidade de erros, aumenta as chances de sucesso e a confiabilidade dos produtos ou serviços propostos (CUNHA, 2005).

5 Conclusão

A informação é a base para a produção do conhecimento, fundamental para formular políticas públicas, para executar deliberações de cunho administrativo e, ainda, para realizar gestão de qualidade, a qual visa à melhoria das condições de acesso à saúde. Possibilita ainda mecanismos de regulação, referência e contra referência no âmbito dos níveis de atenção à saúde do SUS por meio da RAS.

Com o propósito de fornecer subsídios para melhoria da situação de saúde da população com a geração de conhecimento, elaboração de políticas públicas, estudos e ensinos, por exemplo, é preciso que a informação seja organizada, estruturada e contida em algum canal para que possa ser acessada, recuperada e disseminada com facilidade. Para isso, recomenda-se que contemple os requisitos de sistemas de ordenação venham a ser contemplados nos repositórios para otimizar a recuperação da informação em saúde e proporcionar a disseminação desta.

Com os resultados dessa pesquisa, não fica evidente se o Portal do DATASUS segue algum requisito de sistemas de ordenação. Não foi possível identificar quais os modelos de ordenação que são utilizados na plataforma digital. Em vista disso, é necessária a aplicação de novos instrumentos de pesquisa para aprofundar a mesma.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- CAPELLARI, R. S. Breve histórico da taxonomia e da sistemática. **Rev. Simbio-Logias**. v.1, n.1, maio 2008.
- CUNHA, F. J. A. P. **A gestão da informação nos hospitais: importância do prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde**. Salvador, 2005. 226f.; il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, 2005.
- CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomias e tesouros em teoria de sistemas e sistemática**. Editora: Thesaurus, 2010.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA EM SAÚDE DO SUS (DATASUS). Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?ar ea=0201>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

- ELIAS, W. F.; MATOS, M. A. B.; Gestão em Rede. In: GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Prontuário do Paciente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan LTDA, 2012. Cap. 8, p. 125-134.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Prontuário do Paciente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan LTDA, 2012.
- GONÇALVES, J. P. P. et al. Prontuário Eletrônico: uma ferramenta que pode contribuir para a integração das Redes de Atenção à Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 43-50, jan./mar. 2013.
- LEITE, J. R. **Práticas arquivísticas como estratégias de organização de prontuários médicos: um estudo na Unidade de Saúde da Família Água Fria da cidade de João Pessoa-PB**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- LUZ, C. **Primitivos Digitais: uma abordagem arquivística**. Salvador: 9Bravos, 2015.
- LIMA, G. L. Q. **As formações discursivas da gestão arquivística e a difusão do conhecimento nos OPSAS: uma análise a partir das práticas de tratamento e organização das informações orgânicas em saúde** 2018. 189 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.
- MCGARRY, K. Sobre conhecimento e informação. In: MCGARRY, Kevin; LEMOS, H. V. (Trad). **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. Cap. 1, p. 1-34.
- MCGARRY, K. Aspectos psicológicos da informação. In: MCGARRY, Kevin; LEMOS, H. V. (Trad). **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. Cap. 2, p. 35-61.
- MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: OMS/OPAS, 2011.
- MENDES, E. V. **A modelagem das redes de atenção à Saúde**. Disponível em: <www.saude.es.gov.br/.../A_MODELAGEM_DAS_REDES_DE_ATENCAO_A_SAUDE.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- SALES, R.; CAFÉ, L. Diferença entre Tesaurus e Ontologia. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, p. 99-116, Jan./ Abr. 2009.
- SALES, R.; CAFÉ, L. **Os tesaurus e as ontologias sob um olhar terminológico**. Comunicação oral apresentada ao GT-02 - Organização e Representação do Conhecimento. In: ENANBICI: Diversidade Cultural e Política de Informação, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, H. P. Etiquetagem e folksonomia: o usuário e sua motivação para organizar e compartilhar informação na Web 2.0. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.2, p.91-104, abr./jun. 2013.
- SCHIESSL, M.; BRÄSCHER, M. **Do texto às ontologias: uma perspectiva para a ciência da informação**. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 40 n. 2, p.301-311, maio/ago., 2011.
- SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.1, p. 145-157, jan./abr. 2015.
- SOUZA, M. D. P. F. S.; MEIRELLES, R. F.; CUNHA, F. J. A. P. **Representação da Informação e do Conhecimento nos Repositórios Arquivísticos em Saúde**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto - OCS, MEDINFOR - A Medicina na Era da Informação, 4., 2017, Porto, Portugal. **Anais...** Porto, Portugal, 2017. Disponível em: <http://ocs.letras.up.pt/index.php/medinfor/MEDINFO_R/paper/view/944>. Acesso em: 21 fev 2019.
- VASCONCELLOS, M. M.; GRIBEL, E. B.; MORAES, I. H. S.. **Registros em saúde: avaliação da qualidade do prontuário do paciente na atenção básica**, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 Sup 1:S173-S182, 2008.

Apêndice A – Análise da identificação das assertivas do *checklist*

Tabela 1. *Checklist* do Portal do DATASUS

PERGUNTAS	2018	2019	CATEGORIA
O portal do DATASUS disponibiliza ferramentas para a disseminação da informação em saúde?	SIM	SIM	SISTEMAS DE ORDENAÇÃO
O Portal do DATASUS apresenta a sua infraestrutura organizacional, tecnológica e procedimentos técnicos e normativos?	NÃO	NÃO	SISTEMAS DE ORDENAÇÃO
É apresentado no portal como a padronização, na sessão METODOLOGIA DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS (MAD), ocorre nos estabelecimentos de saúde?	NÃO	NÃO	PADRÕES DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE
É apresentado no portal como ocorre à transferência das informações das instituições de saúde para o Portal do DATASUS?	NÃO	NÃO	PADRÕES DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE
É apresentado no portal como são gerenciadas as informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo Departamento de Informática do SUS?	NÃO	NÃO	SISTEMAS DE ORDENAÇÃO
O portal do DATASUS contempla o armazenamento, a recuperação, o gerenciamento, a organização e a preservação de arquivos digitais em suas políticas/regulamentos?	SIM	SIM	SISTEMAS DE ORDENAÇÃO

Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos

Identification, classification and archival knowledge organization: reflections on the instruments of document management

Alexandre Faben (1), Ana Célia Rodrigues (2)

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense – PPGCI/UFF
alexandrefaben@gmail.com (1), anyrodrigues@yahoo.com.br (2)

Resumo

Aborda os fundamentos teóricos da organização do conhecimento arquivístico e sua relação com a identificação e classificação em arquivos, analisando os princípios adotados para elaboração dos instrumentos de gestão de documentos. Analisa os conceitos que norteiam as práticas de classificação em arquivos, que fundamentam o estabelecimento das teorias e metodologias adotadas para representar os documentos de arquivo pelo Arquivo Nacional do Brasil. Observam-se nos resultados desta discussão novas perspectivas de investigação, que permitem refletir sobre as questões que envolvem a construção de metodologias para identificar e classificar o documento de arquivo como requisito para a gestão de documentos. Espera-se que os resultados sirvam de parâmetros para as reflexões sobre as teorias e metodologias desenvolvidas com base na organização do conhecimento em arquivos. Integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

Palavras-chave: Identificação arquivística; Classificação; Organização do Conhecimento Arquivístico; Gestão de Documentos; Arquivo Nacional.

Abstract

Discusses the theoretical foundations of the archival knowledge organization and its relation with the identification and classification in archives, analyzing the principles adopted for the elaboration of the instruments of document management. Analyzes the concepts that guide the practices of classification in archives, which base the establishment of the theories and methodologies adopted to represent the archival documents by the National Archive of Brazil. It is observed in the results of this discussion, new research perspectives, allow to reflect on the issues that involve the construction of methodologies to identify and classify the archive as a requirement for document management. It is hoped that the results serve as parameters for the reflections on the theories and methodologies developed based on the organization of knowledge in Archives. Integrates the scientific production of the Group of Research Documentary Genesis, UFF / CNPq.

Keywords: Archival identification; Classification; Archival Knowledge Organization; Document Management; National Archive.

1 Introdução

Este artigo[1] tem por objetivo propiciar reflexões sobre a Organização do Conhecimento e sua relação com a identificação e classificação no campo da arquivística, analisando os princípios adotados para elaboração dos instrumentos de gestão de documentos, do Arquivo Nacional do Brasil.

A Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization*) trata de organizar e representar documentos, bem como os assuntos e conceitos tanto humanos como por programas de computador. Para esses propósitos, são desenvolvidos regras e padrões, incluindo sistemas de classificação. “A organização do

conhecimento em sistemas de classificação e sistemas conceituais são assuntos fundamentais no KO”, destaca Hjørland (2016, tradução nossa). O autor afirma que “a organização do conhecimento dos arquivos deve, no entanto, ser considerada como parte da KO (...)”, salientando que “o princípio específico mais importante da organização para este domínio é o princípio da proveniência”.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017), discutindo esses fundamentos no campo teórico da arquivística, relacionados à função da classificação, afirmam que a classificação

Configura-se como uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico, na medida em

que restabelece a lógica interna do fundo e permite a recuperação da informação no âmbito das relações funcionais existentes (TOGNOLI, VITORIANO, LEME, 2017, p. 69)

A classificação em arquivos se fundamenta no princípio da proveniência e representa o conhecimento arquivístico no plano de classificação.

O conhecimento arquivístico pode ser entendido como todo aquele conhecimento produzido por uma pessoa física ou jurídica no desempenho de suas atividades e que está representado no (ou pelo) conjunto de documentos que compõe um fundo documental (TOGNOLI, VITORIANO, LEME, 2017, p. 65).

A produção desse conhecimento sobre o contexto de produção dos documentos e os vínculos que se revelam na sua forma e conteúdo “compõem a base teórica da identificação arquivística”, estudos desenvolvidos por Rodrigues (2003, 2008, 2015).

Tognoli e Rodrigues (2018), ao estudarem as contribuições da Diplomática para a organização e representação do conhecimento arquivístico, afirmam que

A identificação enquanto uma metodologia arquivística permite a normalização das funções arquivísticas que apoiam os procedimentos da gestão documental, contribuindo para a organização e representação do conhecimento arquivístico. (TOGNOLI; RODRIGUES, 2018, p. 178)

Nessa perspectiva a identificação arquivística é vista como base da classificação, que representa o conhecimento produzido sobre documento de arquivo e seu produtor, contexto em que se colocam as preocupações que envolvem a sua correta identificação, “cuja chave para sua caracterização reside no estreito vínculo que ele mantém com a função/atividade desenvolvida pelo órgão que o produziu, perspectiva que deve nortear os procedimentos de gestão documental”, como destaca Rodrigues (2015).

2 Identificação e Classificação: o momento de produzir e representar o conhecimento arquivístico

A gestão de documentos está intimamente ligada às funções arquivísticas de classificação e avaliação e deve ter como base o conhecimento pela identificação arquivística, especificamente nos estudos de identificação do órgão produtor.

O termo identificação surge no campo da arquivística nos anos 1980, quando começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação.

Trata-se de uma tarefa de pesquisa sobre os elementos que caracterizam os dois objetos de estudos da identificação: órgão produtor, analisando o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades); e a tipologia documental, estudo que se realiza com base no reconhecimento da proveniência e dos elementos externos, que se referem à estrutura física, a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) e internos, para denominar o tipo e definir a série documental (RODRIGUES, 2015, p. 74).

Esse conhecimento produzido pela identificação arquivística é a base da classificação.

Em arquivística, a classificação é a função que consiste em estabelecer o reflexo do contexto de produção e acumulação dos documentos, visando à organização e representação do conhecimento arquivístico no plano de classificação.

Para Schellenberg (2006, p.88), a classificação pode ser realizada por meio de três maneiras distintas: funcional, organizacional e por assuntos. O autor, entretanto, afirma que a classificação por assuntos não é recomendada para os arquivos.

Sobre estes aspectos, Schmidt e Smit (2015) afirmam que os documentos de arquivo devem ser classificados

A partir da perspectiva orgânica-funcional, e que o estatuto probatório deste documento não se dá pela natureza do assunto, mas sim pela natureza contextual, afirmamos que na teoria arquivística as informações de contexto são as mais significativas (SCHMIDT; SMIT, 2015, p.3).

A classificação funcional permite representar o contexto de produção e acumulação dos documentos de arquivo a partir das funções e atividades realizadas pelo produtor, que estão registradas nos documentos de arquivo. “Se o documento de arquivo nasce para registrar a ação, a função classificação é realizada para representar essa relação, revelando assim o vínculo arquivístico” (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 4).

Fiorella Foscarini (2010) defende o uso da classificação funcional ao afirmar que:

Em outras palavras, a prática de classificar documentos procede da necessidade de explicitar esse 'vínculo arquivístico' que existe entre todos os documentos que participam da mesma atividade desde o momento de sua criação, assim como os contextos documentais, procedimentais e de proveniência, que caracterizam e assim identificam de maneira única cada documento. Mediante o ato de classificação, a rede de relações inerentes à natureza de qualquer documento não só vem à luz, como também fica estabelecida e perpetuada (FOSCARINI, 2010, p.42, tradução nossa, grifos da autora).

No âmbito dessa reflexão, utiliza-se o termo classificação para designar a ação intelectual de estabelecer esquemas para agrupar os documentos a

partir de princípios estabelecidos; a ordenação como a disposição dos tipos documentais dentro das divisões estabelecidas no esquema de classificação; e o arquivamento como a ação física de colocar os documentos em pastas ou caixas, orientada pelo esquema de classificação e pela ordenação (SOUSA, 2014).

Antonia Heredia Herrera (2011, p. 119) argumenta que a maioria das funções arquivísticas que fazem parte da gestão de documentos avançaram para o estágio de criação dos procedimentos e, com elas, o arquivista também expandiu seu espaço de trabalho.

Insistindo nas funções que integram a gestão de documentos, a primeira, criação, apesar de não ser muito conhecida, é uma função de planejamento interdisciplinar, compartilhada, na qual os arquivistas representam um papel importante, embora não exclusivo, e no qual os documentos ainda não existem. Muitas das funções de competência exclusiva dos arquivistas, como classificação, descrição e, também, avaliação, são realizadas hoje nesta primeira etapa de criação (HEREDIA HERRERA, 2008, p.44).

Os conceitos que norteiam as práticas arquivísticas de gestão de documentos são fundamentais para o estabelecimento das teorias e metodologias adotadas para reconhecer e tratar os documentos de arquivo. Os princípios e técnicas que unem a teoria e a prática em Arquivologia nasceram da construção de metodologias do desenvolvimento do trabalho prático.

O objetivo da Arquivística é resolver doutrinariamente como os arquivos são formados, organizados e conservados, a fim de obter economia de espaço na conservação de documentos, economia de tempo na pesquisa sobre eles mesmos e economia de pessoal no trabalho e direção do arquivo. Isto implica que esta ciência deve aplicar normas válidas para os arquivos de todos os tempos e de todas as sociedades organizadas, sejam elas antigas ou recém-formadas. Ou seja, a Arquivística deve empregar a metodologia necessária para que o arquivo possa cumprir a esses propósitos. (MENDO CARMONA, 1995, p. 130, tradução nossa).

Como ciência a arquivologia estabelece suas metodologias de gestão a partir da formulação dos seus princípios básicos universalmente reconhecidos, e da identificação, definição e delimitação dos diferentes.

agentes e entidades que interagem entre si para realizar os programas de gestão de documentos nas organizações (HERRERO MONTERO; DÍAZ RODRÍGUEZ, 2011, p. 133).

Em outras palavras, desenvolver procedimentos e instrumentos que permitam ao arquivista identificar, classificar, avaliar, preservar e difundir os documentos de arquivo, perspectiva essa que norteia nossas análises dos instrumentos de gestão de documentos publicados pelo Arquivo Nacional do Brasil.

3 Código de Classificação de Documentos do Arquivo Nacional: análise sobre os princípios e resultados da representação do conhecimento arquivístico

O Brasil é um país de dimensão continental, dividido em unidades federativas, entidades subnacionais, com certo grau de autonomia e dotadas de governo e constituição próprias, aspectos que se observa na configuração da gestão de documentos do país.

Em pesquisa recente, Faben (2019) aponta que, das 27 Unidades Federativas, 25 possuem Arquivos Públicos Estaduais e apenas 11 destes Arquivos possuem instrumentos de gestão de documentos publicados e disponíveis *online* em seus respectivos sites institucionais.

Após essa pesquisa inicial, optou-se por analisar os instrumentos de gestão de documentos do Arquivo Nacional, considerando que sua metodologia influenciou outros arquivos brasileiros.

O Arquivo Nacional (2001) publicou, conforme a Resolução N° 14 do CONARQ, o Código de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-meio da Administração Pública Federal, cuja metodologia esta baseada na de Classificação Decimal de Dewey.

A utilização desse princípio metodológico para elaborar um instrumento de gestão de documentos pelo Arquivo Nacional se justifica de acordo com esta Resolução:

A classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida. A classificação define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação [...] Para este instrumento adotou-se o modelo de código de classificação decimal. [...] As classes principais correspondem às grandes funções desempenhadas pelo órgão. Elas são divididas em subclasses e estas, por sua vez, em grupos e subgrupos, os quais recebem códigos numéricos, seguindo-se o método decimal (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 9).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD), segundo Hjørland (2016), “é o sistema dominante de bibliotecas em todo o mundo”. A primeira edição construída por Melvil Dewey foi em 1876. O sistema decimal de classificação por assuntos constitui-se em códigos numéricos divididos em dez classes que podem ser subdivididas em 10 subclasses e assim por diante.

Tomando como exemplo o modelo apresentado pelo Arquivo Nacional, é possível observar, conforme a Figura 1:

CLASSE	000	ADMINISTRAÇÃO GERAL
SUBCLASSE	010	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
GRUPO	012	COMUNICAÇÃO SOCIAL
SUBGRUPOS	012.1	RELAÇÕES COM A IMPRENSA
	012.11	CRENCIAMENTO DE JORNALISTAS

Figura 1: *Código de Classificação de Documentos – Arquivo Nacional*

A partir da Figura 1 é perceber a relação hierárquica desse Código de Classificação de Documentos.

Os códigos numéricos refletem a subordinação dos subgrupos ao grupo, do grupo à subclasse e desta, à classe. Esta subordinação é representada por margens, as quais espelham a hierarquia dos assuntos tratados. O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio possui duas classes comuns a todos os seus órgãos: a classe 000, referente aos assuntos de ADMINISTRAÇÃO GERAL e a classe 900, correspondente a ASSUNTOS DIVERSOS. As demais classes (100 a 800) destinam-se aos assuntos relativos às atividades fim do órgão. Estas classes não são comuns, cabendo aos respectivos órgãos sua elaboração, seguindo orientações da instituição arquivística na sua esfera específica de competência. Compõe ainda este código o índice, instrumento auxiliar à classificação, no qual os assuntos são ordenados alfabeticamente e remetidos ao código numérico correspondente. (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 10).

Tomando, por exemplo, a classe 000, observa-se que a esquematização do Código de Classificação Decimal reflete apenas os assuntos relativos ao órgão, conforme é possível observar na Figura 2:

CLASSE 000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	
010	– ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
020	– PESSOAL
030	– MATERIAL
040	– PATRIMÔNIO
050	– ORÇAMENTO E FINANÇAS
060	– DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
070	– COMUNICAÇÕES
080	– (vaga)
090	– OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO GERAL

Figura 2: *Código de Classificação Decimal – Arquivo Nacional*

A opção por assuntos para identificar o documento de arquivo se fundamenta no uso da Classificação

Decimal de Dewey (CDD). Com base nas ideias de Bernd Frohmann (1994), o autor afirma que o CDD, como qualquer sistema de representação do conhecimento, intervém em conflitos de interpretação sobre o significado de assuntos, porque sistemas de representação do conhecimento são linguagens de recuperação cujas estruturas articulam assuntos de maneiras diferentes e altamente específicas e o CDD oferece um exemplo de flexibilidade interpretativa de assuntos:

Dewey enfatizou mais de uma vez que seu sistema não representa nenhuma estrutura além da sua; não existe nenhuma 'dedução transcendental'. O CDD é um sistema puramente semiótico com expansão de dez códigos de assuntos. Nele, um assunto é totalmente constituído em termos de sua posição no sistema. A característica essencial de um assunto é um símbolo de classe que se refere apenas a outros símbolos (FROHMANN 1994, s/p, tradução nossa, grifo do autor).

Os debates sobre assuntos se fecharam porque Dewey e seus aliados foram bem-sucedidos na construção de um ambiente em que asseguraram a sua progressão desde a concepção até a entrega, mas também a sua sobrevivência como Sistema de Organização do Conhecimento para bibliotecas.

O CDD tornou-se naturalmente um Sistema de Organização do Conhecimento, porque os elementos discursivos pelos quais ele constrói seus assuntos eram os mesmos que os usados para construir sua rede de instituições de apoio específico e as formas sociais dominantes e hegemônicas dos dias de Dewey (FROHMANN, 1994). O CDD foi criado para ser utilizado como classificação em bibliotecas. O sistema Decimal de Classificação de Dewey propõe uma representação por assuntos, o que não deveria ser aplicado à classificação dos documentos de arquivo.

O autor mostra que o sucesso da CDD foi consolidado pelo estabelecimento de vínculos com um contexto social e político mais amplo.

O sucesso da CDD não é devido à sua solução para os problemas de uma organização específica do conhecimento do campo epistemológico nem da adequação representacional de sua organização conceitual, mas é devido, em vez disso, à implementação bem-sucedida de estratégias de negociação envolvendo a construção de uma rede social consistindo em muitos elementos heterogêneos (FROHMANN, 1994, s/p, tradução nossa).

O Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental, publicados pelo Arquivo Nacional, não possuem estabilidade no uso do princípio classificatório, pois, embora a introdução da Resolução nº 14 mencione que os instrumentos refletem as funções e atividades desempenhadas pelo órgão, sua base classificatória são os assuntos. Mas além dos assuntos, aparecem classes que podem ser

interpretadas ora por funções ora por espécies, conforme é possível observar na indicação a seguir:

No código de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão. Em outras palavras, os assuntos recebem códigos numéricos, os quais refletem a hierarquia funcional do órgão, definida através de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se sempre do geral para o particular (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 9).

Esse instrumento elaborado pelo Arquivo Nacional do Brasil apresenta inconsistências devido à ausência de metodologia específica fundamentada nos princípios arquivísticos de proveniência e organicidade da qual provém a ação que determina a produção do documento e sua correta contextualização funcional. Um problema recorrente diz respeito à classe 090, que corresponde a outros assuntos diversos, pois essa classe se torna uma miscelânea de documentos, quando um documento de arquivo possui vários assuntos em seu conteúdo e o critério de classificação torna-se ambíguo, por ser possível classificar o documento em mais de uma classe.

O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio possui duas classes comuns a todos os seus órgãos: a classe 000, referente aos assuntos de ADMINISTRAÇÃO GERAL e a classe 900, correspondente a ASSUNTOS DIVERSOS (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.10).

Não se devem misturar em um único nível unidades baseadas em princípios diferentes, pois, dessa forma, abrir-se-ia a possibilidade de ter mais de um local para classificar o mesmo documento. “Isto destrói os objetivos da classificação”, adverte Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2007, p. 91).

Faben e Rodrigues (2018, p. 191) afirmam que “reconhecer documentos de arquivo pelo assunto de que tratam compromete a transparência e a qualidade dos serviços arquivísticos”.

Se não sabemos quais são os documentos de arquivo, por quem foram produzidos e qual o real motivo que lhes deu origem, não temos informações suficientes sobre sua natureza probatória.

A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos (TOGNOLI; BARROS, 2015, p. 97).

As inconsistências demonstradas a partir Código de Classificação de Documentos são ainda mais expressivas quando observados os problemas

decorrentes nas Tabelas de Temporalidade de documentos classificados pelos assuntos.

A avaliação consiste em estabelecer valores para os documentos a fim de determinar os prazos de guarda e destinação final dos mesmos (eliminação ou guarda permanente). A tabela de temporalidade documental é o principal instrumento produzido pela função arquivística da avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação final para os documentos.

No Brasil, o primeiro passo para a regulamentação da avaliação ocorreu efetivamente com a lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que, em seu artigo 9º, dispõe que “a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização de instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”.

A avaliação constitui-se em atividade essencial do ciclo de vida documental arquivístico, na medida em que define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos intermediário e permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42).

A tabela de temporalidade documental é o principal instrumento produzido em decorrência da função arquivística avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação final.

Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42).

Ao apresentar as diretrizes para a “correta” utilização da Tabela de temporalidade Documental, sobre o campo assuntos, a Resolução Nº 14 do CONARQ indica que:

Neste campo são apresentados os conjuntos documentais produzidos e recebidos, hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pela instituição. Para possibilitar melhor identificação do conteúdo da informação, foram empregadas funções, atividades, espécies e tipos documentais, genericamente denominados assuntos, agrupados segundo um código de classificação, cujos conjuntos constituem o referencial para o arquivamento dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42).

Ao utilizar esses critérios para a identificação e agrupamento dos documentos de arquivo, os prazos de guarda, bem como a destinação final, incidirão sobre os documentos agrupados genericamente pelo mesmo assunto. A escolha de determinada metodologia

implica nos resultados obtidos, conforme é possível observar na Figura 3, que se encontra no apêndice.

O agrupamento dos documentos por assunto não representa a organicidade dos arquivos. “O arquivo é orgânico porque refletindo o procedimento administrativo que lhe dá origem, como parte integrante do processo, revela que os documentos estão relacionados entre si” (RODRIGUES, 2003).

Os instrumentos de gestão de documentos elaborados pelo Arquivo Nacional do Brasil apresentam inconsistências, pois utilizam um princípio biblioteconômico – o assunto – para reconhecer, agrupar, classificar e avaliar os documentos de arquivo. Apesar da inconsistência, esse modelo do Arquivo Nacional influenciou outras tradições brasileiras, que, mesmo sem a obrigatoriedade de utilizar o modelo de gestão de documentos do Arquivo Nacional, aderiram tal metodologia e serão analisados a diante: Arquivo Público do Distrito Federal; Arquivo Público de Mato Grosso; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Arquivo Público Mineiro; Arquivo Público do Estado do Paraná; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Vale ressaltar que o modelo metodológico de gestão de documentos apresentado pelo Arquivo Nacional influenciou algumas tradições arquivísticas e atualmente a metodologia de cinco (5) desses Arquivos Públicos Estaduais consiste em identificar os documentos de arquivo de modo genérico, por assuntos, o que impacta diretamente no agrupamento das séries documentais. Entretanto, seis (6) Arquivos Públicos Estaduais consideram o tipo documental para identificação dos documentos de arquivo, dessa forma os agrupando em série documental tipológica (FABEN, 2019, p. 122).

Observa-se nesses resultados que a sistematização metodológica da organização do conhecimento presente nos instrumentos norteadores de gestão de documentos no âmbito do Arquivo Nacional do Brasil traz em seu aporte teórico novas perspectivas de investigação. Permite refletir sobre as questões que envolvem o desenvolvimento de metodologias para identificar e classificar o documento de arquivo como requisito para a gestão de documentos, que devem ser fundamentadas na representação da ação/atividades, e não dos assuntos.

3 Considerações finais

A gestão de documentos emerge como uma sequência de operações técnicas essenciais para a arquivologia, administração, e para a pesquisa científica e cultural de uma nação. Isso porque o Estado deve assegurar o controle da produção, da utilização e da destinação final aos documentos de arquivo de forma a garantir a preservação e o acesso aos documentos.

As discussões teóricas e experiências metodológicas sobre a produção, organização e representação do conhecimento no contexto arquivístico vêm ganhando força nas discussões sobre a teoria e a prática em arquivística.

Nessa perspectiva, espera-se que os resultados sirvam de parâmetros para as reflexões sobre as teorias e metodologias desenvolvidas com base na organização do conhecimento em arquivos. Apesar do sucesso da implantação do CDD em bibliotecas, sua aplicação nos arquivos não tem se mostrado satisfatória, tendo em vista que os assuntos, genericamente representados, não são suficientes para representar a complexidade das funções e atividades desempenhadas por um órgão produtor.

Notas

- [1] Recorte da dissertação de mestrado intitulada “Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil”, desenvolvida com bolsa CAPES, no âmbito da Linha 2, Fluxos e Mediações Sócio-técnicas da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, PPGCI/UFF.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública* / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2001, 156p.
- FABEN, A. *Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 132f.
- FABEN, A; RODRIGUES, A.C. Identificação de documentos de arquivo no Brasil: ensino, pesquisa e práticas profissionais em arquivologia. In: *Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos* [recurso eletrônico]: diálogos interdisciplinares / Maria Luiza de Almeida Campos ... [et al.] (Org.). - Niterói : IACS/UFF. 2018. 241p. – (Série Estudos da Informação, 5).
- FOSCARINI, F. La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de La teoría y la práctica. *Tabla 13*. Salamanca: Asociación de Archi-veros de Castilla y León. (2010).
- FROHMANN, B. The social construction of knowledge organization. In: *Advances in Knowledge Organization*, Universidade do Oeste de Ontario, Canadá. Vol.1.4 (1994), p. 109-117. Disponível em: <<https://www.tib.eu/en/search/id/BLCP%3ACN003562750/The-Social-Construction-of-Knowledge-Organization/>>. Acesso em: 06 jul. 2017

- HEREDIA HERRERA, A. El debate sobre la gestión documental. *Métodos de Información*. n. 22-23, v. 5, enero-marzo. p. 30-36. 1998.
- HEREDIA HERRERA, A. Gestión de documentos y administración de archivos. *Revista Códice*. v. 4 n. 2: 43-50 / jul.- dic. de 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/20256/1/Gesti%C3%B3n%20de%20documentos%20y%20administraci%C3%B3n%20de%20archivos.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.
- HERRERO MONTERO, A. M.; DÍAZ RODRÍGUEZ, A. La clasificación archivística. In: *Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales*, Madrid. José Ramón Cruz Mundet (Dir.). Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, Ministerio de Cultura, 2011. 488p.
- HJØRLAND, B. *Knowledge organization*, 43, n. 6: 475-484, 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 17/05/2019.
- MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. *Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=184651>>.
- RODRIGEUS, A. C. Organização de Arquivos Permanentes: usando a tipologia documental como método. In: *História, Arquivos & Mídias Digitais*. 1 ed. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2013a, p. 114-130.
- RODRIGUES, A.C. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso à informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*, n. 42, vol. 1, p. 64-80. 2015.
- RODRIGUES, A.C. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. 2003. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.
- SCHMIDT, C.; SMIT, J. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. En *XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal*, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/45_Schmidt.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.
- SOUSA, R. T. B. Alguns apontamentos sobre a Classificação de documentos de arquivo. *The Brazilian Journal of Information Science: research trends (BRAJIS)*. Marília:UNESP (v.8, n.1-2). 2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246>>. Acesso em 14 jan 2019. Acesso em: 20. jan 2019.
- TOGNOLI, N.B; BARROS, T.H.B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: GUIMARÃES, J.A.C.; DODEBEI, V. (Org). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 94-99.
- TOGNOLI, N. B.; RODRIGUES, A. C. O aporte teórico-metodológico da diplomática para a organização e representação do conhecimento arquivístico. In: *Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos* [recurso eletrônico]: diálogos interdisciplinares. Maria Luiza de Almeida Campos [et al.] (Org.). - Niterói: IACS/UFF. 2018. 241p.
- TOGNOLI, N. B.; VITORIANO, M. C. C. P.; LEME, T. F. A Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães (Org.). Recife, PE: Ed. UFPE, 2017. 409p.

Os Cânones e os Princípios da Catalogação, e os Princípios do RDA: aproximações e rupturas

The Canons and the Principles of Cataloging, and the RDA Principles: approximations and ruptures

Raildo de Sousa Machado (1), Zaira Regina Zafalon (2)

(1) Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, raildomachado4@gmail.com. (2) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, zzafalon@gmail.com

Resumo

Imprescindível no delineamento teórico e na prática da catalogação, os Princípios exercem papel fundamental no desenvolvimento de padrões, códigos e normas que orientam o serviço catalográfico. Em 1938 e em 1964, S. R. Ranganathan propôs Cânones da Catalogação. Em 1961, assistiu-se à publicação da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Com novas edições publicadas em 2009 e em 2016, que consideraram os avanços tecnológicos e novas possibilidades de usos dos catálogos pelos usuários, esses fatores levaram, também, à revisão do Código de Catalogação Anglo-Americano 2ª edição (AACR2), o que acarretou o desenvolvimento do *Resource Description and Access* (RDA). Destarte, questiona-se se os Cânones e os Princípios da Catalogação dialogam com os Princípios norteadores do RDA. O objetivo geral desta pesquisa é identificar a relação entre os Cânones e os Princípios da catalogação com os princípios orientadores do desenvolvimento do RDA. Para isso, recorre-se aos objetivos específicos de [1] analisar os Cânones de Ranganathan; [2] analisar a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação; [3] analisar os princípios e objetivos do desenvolvimento do RDA. Nesse percurso de pesquisa, adotaram-se procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos. Como resultado, concluiu-se que os princípios da generalização, consistência, compatibilidade, não redundância e especificidade aproximam-se tanto dos Cânones quanto da Declaração Internacional; que estrutura de referência aproxima-se dos Cânones, mas não da Declaração; que clareza, de uso fácil e eficiente, adaptabilidade e racionalidade aproximam-se da Declaração, mas não dos Cânones; e que abrangência e circulação mostraram-se inovadores nos Princípios que regem o RDA.

Palavras-chave: Cânones da Catalogação; Princípios da Catalogação; *Resource, Description and Access*; RDA; Ranganathan.

Abstract

Essential in the theoretical delineation and in the practice of cataloging, the Principles play a fundamental role in the development of standards, codes and norms that guide the catalog service. In 1938 and 1964, S. R. Ranganathan proposed Canons of Cataloging. In 1961, the Declaration of International Principles of Cataloging was published. With new editions published in 2009 and 2016, which considered the technological advances and new possibilities of users' use of the catalogs, these factors also led to the revision of the Anglo-American Cataloging Code 2nd edition (AACR2), which has led to the development of *Resource Description and Access* (RDA). Thus, it is questioned whether the Canons and the Principles of Cataloging day-log with the Guiding Principles of the RDA. The general objective of this research is to identify the relationship between the Chambers and the Principles of cataloging with the guiding principles of the development of the RDA. In order to do so, it re-runs the specific objectives of [1] analyzing the Ranganathan Canons; [2] review the Declaration of International Cataloging Principles; [3] analyze the principles and objectives of the development of the RDA. In this research, qualitative methodological procedures of an applied nature were adopted, with exploratory and descriptive objectives. As a result, it was concluded that the principles of generalization, consistency, compatibility, non-redundancy, and specificity approximate both the Canons and International De-clarification; which structure of reference approaches the Canons, but not the Declaration; that clarity, of easy and efficient use, adaptability and rationality, approximates the Declaration, but not of the Canons; and that breadth and circulation proved to be innovative in the Principles Governing the RDA..

Keywords: Cataloging Canons; Principles of Cataloging; *Resource, Description and Access*; RDA; Ranganathan.

1 Introdução

Ao longo da história da catalogação e de seus instrumentos, assiste-se o progresso de suas teorias, princípios, normativas, objetivos, instrumentos etc., no sentido de buscar uniformidade no serviço catalográfico. Nesse contexto de desenvolvimento tanto de marco teórico quanto de cunho prático, é identificado que as normas, códigos e/ou padrões são norteados por objetivos e princípios. Ao acompanhar os avanços tecnológicos, a catalogação passou por um

processo de revisão de um dos seus principais instrumentos, o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2), que passou por mudanças significativas motivadas por, dentre outros fatores, novas dinâmicas dos usuários com os catálogos e inserção de conceitos e terminologias estabelecidas pelos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Observa-se, nesse processo de revisão e desenvolvimento de um novo padrão de catalogação, que ele contou com objetivos e princípios

para o seu desenvolvimento. Assim, esta pesquisa questiona até que ponto os Cânones da catalogação propostos por Ranganathan e a Declaração Internacional dos Princípios da Catalogação conversam com os princípios norteadores do *Resource Description and Access* (RDA). O objetivo geral é identificar a relação entre os Cânones e os Princípios da catalogação com os princípios orientadores do desenvolvimento do RDA. Para isso, recorre-se aos objetivos específicos de [1] analisar os Cânones de Catalogação definidos por Ranganathan; [2] analisar a Declaração Internacional dos Princípios da Catalogação; [3] analisar os princípios que orientaram o desenvolvimento do RDA; [4] indicar as possíveis relações entre eles. Esta pesquisa se justifica diante da proposta de trazer à tona que, apesar dos avanços tecnológicos que são causadores de mudanças significativas nos ambientes de organização e representação da informação, existem princípios precursores da catalogação que embasam o desenvolvimento de quaisquer novos padrões, normas e códigos, ainda que observada sua aplicação neste novo ambiente. No âmbito acadêmico, esta pesquisa contribui no sentido de promover discussões teóricas em conjunto com práticas no desenvolvimento, estudo e aplicação do RDA. Adotam-se os procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios.

2 Catalogação e seus Princípios

Assim como ocorre em outros campos, o mesmo acontece no âmbito da catalogação: regras são baseadas em cânones e princípios. Ranganathan (1964, p. 33, tradução nossa) divide essas orientações em leis, cânones e princípios, e os define como:

Lei – no contexto de uma disciplina importante, como Biblioteconomia; Cânone – no contexto de divisões da primeira ordem da disciplina principal, como Seleção de Livros, Classificação e Catalogação; Princípio – no contexto das divisões da segunda ordem ou da ordem posterior da disciplina principal, como sequência de facetas na Classificação e Alfabetização na Catalogação.

Com base nessas orientações, os tópicos posteriores apresentam os Cânones da Catalogação, propostos por Ranganathan, os Princípios de Catalogação, constantes da Declaração Internacional, e os princípios que nortearam o desenvolvimento do RDA.

2.1 Cânones da Catalogação

Entre as proposições para discussão na Conferência de Paris, em 1961, Ranganathan (1959, p. 17) apontou a concordância com princípios normativos que “[...] devem ser a implicação especial das leis fundamentais da Biblioteconomia dentro das condições de fronteira estabelecidas pelos requisitos sociais, de um lado, e os

requisitos de catalogação, de outro.” Essa proposta determina o caráter social necessário às discussões inerentes às teorias e práticas da catalogação. Daí o desenvolvimento de um conjunto de princípios por Ranganathan, nomeados como Cânones da Catalogação.

Bhattacharya (1973 apud ROUT; PANIGRAHI, 2015, p. 286, tradução nossa) lembra que este conjunto de princípios normativos de catalogação é uma das maiores contribuições da Índia no campo da catalogação. A potencialidade e a versatilidade desses princípios ainda não foram totalmente percebidas pelos profissionais de bibliotecas em geral. Provavelmente, quando enunciados pela primeira vez, esses princípios normativos estavam à frente do tempo. No entanto, sua utilidade e importância serão realizadas no devido tempo.

A aplicação das cinco leis da Biblioteconomia, tão difundidas no universo biblioteconômico, deve ser acompanhada da Lei da Parcimônia, conforme afirmação de Ranganathan (1938, p. 54, tradução nossa) de que “talvez o princípio geral mais elementar que rege a catalogação – ou qualquer outra prática científica – seja a Lei da Parcimônia.” É em decorrência dessa lei que está posta a necessidade de se pensar o serviço catalográfico de forma econômica e para evitar o retrabalho.

Em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938, Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação. Em *Classified catalogue code*, Ranganathan propõe outros cânones, o que formou um conjunto de nove cânones a serem observados quanto à elaboração de códigos de catalogação, assim como as regras desses códigos. Os cânones propostos por Ranganathan são: consistência, relevância, determinabilidade, permanência, uso corrente, individualização, contexto, ponto de acesso e preponderância.

O Cânone da Consistência (*Canon of Consistency*) impõe ao código a responsabilidade de que ocorrências análogas sejam tratadas da mesma forma. Ranganathan se reporta a Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) para exemplificar esse cânone: “[...] entre os vários métodos possíveis para atingir os OBJETOS, sendo as outras coisas iguais, escolha essa entrada [...] (2) Isso é consistente com outras entradas, de modo que um princípio possa cobrir tudo”.

O Cânone da Relevância (*Canon of Relevance*²) orienta tanto a elaboração das regras quanto a aplicação destas, visto que indica que os dados escolhidos para entrada

² Este Cânone aparece apenas em *Theory of Library Catalogue*, 1938.

principal devem ter a relevância necessária para atender a demanda de título, autor e assunto.

O Cânone da Determinabilidade (*Canon of Ascertainable*) exige que todas as informações usadas tenham como fonte a folha de rosto e ressalta que “[...] via de regra, apenas a Entrada de Assunto leva o catalogador para além da página de rosto.” (RANGANATHAN, 1938, p. 62, tradução nossa). Apesar disso, Ranganathan se apoia novamente em Cutter para destacar que, em alguns casos, pode não ser possível determinar os dados a partir do título: “As adições feitas a um título devem ser marcadas, incluindo as palavras entre colchetes []. Todas as adições devem ser breves e no idioma do título. [...] Depois de uma palavra escrita incorretamente ou anormalmente inserir [sic] ou [!].” (CUTTER, 1904 apud RANGANATHAN, 1938 p. 97, tradução nossa). Apesar de considerar a folha de rosto como fonte principal de dados para a catalogação, Ranganathan lembra que nem sempre a página de rosto contém as informações necessárias para compor um registro bibliográfico. Com esse cânone, Ranganathan defendeu uma aproximação maior entre os catalogadores e o comércio de livros, além de sugerir uma norma internacional para a elaboração da folha de rosto.

Ao Cânone da Permanência (*Canon of Permanence*) cabe a definição da Entrada Principal para indicar algo permanente. Apesar de sabido que nomes de pessoas ou de instituições sofrem alterações, Ranganathan ressalta que esse cânone deve ser observado.

O Cânone do Uso Corrente (*Canon of Currency*) que, em um momento acorda com o Cânone da Permanência, conflita com os cânones da Consistência e da Determinabilidade, embora a cada situação tenha que se aplicar o que a tal situação demanda. A recomendação é que, no caso de título, é necessário registrar o atual; se for o autor, como indicado na folha de rosto; se for o assunto, a forma de uso mais popular. Assim, para atender a ordem do uso corrente, Ranganathan (1938, p. 69, tradução nossa) define que “[...] as entradas de índice de classe de um catálogo classificado e as entradas de assunto de um catálogo de dicionário devem ser revisadas para satisfazer esse Cânone”.

O Cânone da Individualização (*Canon of Individualisation*) estabelece que o nome de qualquer entidade usada como entrada principal deve denotar apenas uma entidade. Aos casos homônimos deve-se acrescentar elementos individualizadores. Esse cânone se justifica diante do objetivo de poupar o tempo dos pesquisadores e usuários de catálogos e bibliografias.

No Cânone do Contexto (*Canon of Context*), as regras de um código de catalogação devem considerar o contexto da natureza dos recursos informacionais e a organização da biblioteca. As regras, portanto, devem

“[...] ser alteradas, de tempos em tempos, para acompanhar as mudanças no contexto.” (RANGANATHAN, 1964, p. 47, tradução nossa). Ranganathan exemplifica a aplicação deste cânone ao citar mudanças nas regras de entrada principal da era dos incunábulo para aqueles da era pós 1500, dos livros impressos.

O Cânone de Pontos de Acesso³ (*Canon of Sought-Heading*) aponta que os pontos de acesso devem ser aplicados de forma que se evite a duplicação e que devem oferecer alternativas para o usuário recuperar documentos. Os pontos de acesso devem, ainda, permitir a recuperação de outros documentos relacionados ao documento objeto de busca pelo usuário. Ranganathan considerou que um código de catalogação e suas regras deveriam considerar que autor e assunto são os mais populares entre as buscas em um catálogo.

Apesar de todos os cânones anteriormente apresentados serem atinentes também à classificação, é o Cânone da Preponderância (*Canon of Prepotence*) que tem a sua indicação específica para a catalogação (RANGANATHAN, 1964, p. 70). Um fator de vital importância é a posição ordinal em que se coloca uma determinada entrada em relação às demais, essa posição ou ordem define a potencialidade da entrada em servir para a recuperação e identificação de um documento. Ranganathan ressalta que a Preponderância não é uma exclusividade do título.

É fato que muitos dos cânones tiveram atualizados os vocábulos. Porém, os conceitos mantiveram-se. Quanto ao Cânone da Preponderância, entretanto, cabe uma ressalva, visto que, em catálogos automatizados, a posição de um ponto de acesso não determina a potencialidade da recuperação por aquele elemento; todos os pontos de acesso tem a mesma potencialidade de recuperação e identificação de um documento.

2.2 Declaração Internacional dos Princípios de Catalogação

Resultado da *International Conference on Cataloguing Principles*, ocorrida em Paris, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação teve sua primeira publicação em 1961 e ficou conhecida como Princípios de Paris. O objetivo dos Princípios de Paris era o de servir como referência para a padronização internacional da catalogação, além de orientar a construção de catálogos e de códigos de catalogação, apesar de estes últimos estarem implícitos na publicação de 1961.

³ A adoção dos vocábulos *cabeçalhos* e *entradas*, adotados por Ranganathan, tiveram sua nomenclatura atualizada para *pontos de acesso*.

Santos e Corrêa (2009) lembram que a obra *Cataloguing rules and principles*, de Seymour Lubetzky, deu sustentação para o que seria discutido na *International Conference on Cataloguing Principles*. Considera-se, de igual importância, as ideias conjuntas de Ranganathan e Luvetzky nas discussões de tais princípios.

Na publicação de 1961, a Declaração apresentou as funções e a estrutura dos catálogos, além de orientações de como deveriam ser registradas as entradas em um registro bibliográfico. Santos e Corrêa (2009, p. 23) destacam que a “[...] Conferência de Paris é [...] a primeira etapa importante de padronização em uma plataforma internacional”. Essa visão corrobora a importância da conferência para a catalogação mundial.

Com a necessidade de serem atendidas as demandas surgidas com os *Online Public Access Catalogues* (OPACS) e ampliar os princípios para todos os tipos de obras (e não mais apenas livros impressos), os Princípios de Paris precisariam ser revisados. Mais de quarenta anos após a publicação dos Princípios de Paris, e com ampla discussão nas reuniões *IFLA Meeting of Experts on the International Cataloguing Code* (IME-ICC), a atualização da declaração estava próxima. Com rascunhos colocados para discussão nas 5 edições do IME-ICC⁴, foi publicada, em 2009, a nova versão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

Foi a publicação de 2009 que trouxe o detalhamento de princípios para a construção de códigos de catalogação:

- a) Conveniência do usuário: garantir que todos os dados sejam compreensíveis pelos usuários;
- b) Uso comum: vocabulário inteligível para a maioria dos usuários;
- c) Representação: nomes de pessoas ou instituições devem ser descritos como realmente aparecem;
- d) Exatidão: quaisquer recursos ou entidades devem ser descritos como realmente são;
- e) Suficiência e necessidade: facilitar o acesso por todos os tipos de usuários;
- f) Significância: dados descritos de cada entidade devem ser relevantes e distintos;
- g) Economia: abordagem simples para garantir o menor custo;
- h) Consistência e normalização: descrições e

pontos de acesso devem ser padronizados para permitir a consistência;

- i) Integração: na medida do possível, todas as entidades e pontos de acesso devem basear em um conjunto comum de regras.

A própria declaração coloca a conveniência do usuário como o principal dos princípios e determina que as “[...] decisões relativas à descrição e as formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador (usuário)” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 2).

O perfil do usuário, suas necessidades e suas ações mudaram nesse contexto que agora coloca como centro de mudanças os avanços tecnológicos. Chartier (1999, p. 103) afirma que, de agente passivo da informação, passa a ser agente ativo dela, visto que tem a possibilidade de “[...] submeter os textos a múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc.), mais do que isso, ele pode se tornar seu co-autor”.

Ao considerar “[...] as novas categorias de usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade e acessibilidade de dados, recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento do usuário em geral”, é que, em 2016, foi publicada uma nova edição da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Nela, além dos princípios já presentes na edição de 2009, novos princípios são apresentados:

- a) Interoperabilidade: visa à elaboração de registros que possam ser compartilhados, dentro e fora da comunidade da biblioteca;
- b) Abertura: transparência para adequação a realidade do acesso aberto;
- c) Acessibilidade: obedecer a padrões internacionais de acessibilidade, recomendado pela IFLA;
- d) Racionalidade: veta regras arbitrárias.

Esses princípios foram agregados aos anteriores, destacados na versão de 2009, com a finalidade de atender novas demandas de tecnologias e usuários. É possível destacar que nas edições de 2009 e 2016 constavam orientações para a descrição bibliográfica, indicação que não estava presente na edição de 1961.

2.3 Princípios para o Resource Description and Access

O Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2r) foi desenvolvido para orientar o registro de materiais impressos, predominantes na época de seu desenvolvimento. Apesar de várias adequações, na

⁴ Os encontros do IME-ICC foram realizados em Frankfurt (2003), Buenos Aires (2004), Cairo (2005), Seoul (2006) e Pretória (2006).

tentativa de atender as demandas que surgiam com as novas formas de registro, armazenamento, recuperação e uso da informação, é chegado o momento em que as mudanças eram tantas de modo que não se justificavam mais as adequações e proposta de um novo código era imprescindível.

Com a proposta de ser delineado para recursos informacionais do ambiente digital, diferencia-se dos AACR2r por ter seu escopo mais abrangente. Uma das características que mais se destacam no RDA é a sua indissociável harmonização com os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), modelos conceituais que estudaram as tarefas que usuários desempenham para a recuperação de informações em catálogos. Os FRBR referem-se aos dados bibliográficos e o FRAD aos dados de autoridade de pessoas e entidades coletivas. Os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), embora publicado no mesmo ano de lançamento da ferramenta *RDA Toolkit*, e base para o desenvolvimento futuro das seções do RDA que tratam dos registros de autoridade de assunto⁵, não foi contemplado na versão do RDA publicada em 2010.

O RDA, portanto, trata o recurso informacional conforme as necessidades dos usuários e se propõe a possibilitar que informações sejam encontradas, identificadas, selecionadas e obtidas. Assim, de forma geral, o novo padrão tem o seu foco no usuário.

A rapidez com que ocorrem os avanços tecnológicos fez com que a equipe desenvolvedora do RDA também direcionasse atenção a esses avanços, permitindo, com sua flexibilidade, que recursos com tecnologias atuais e futuras sejam representados. O RDA se propõe a orientar a descrição de todos os “[...] tipos de recursos, fossem eles os tradicionais das bibliotecas ou recursos de outras comunidades ligadas ao patrimônio cultural, como arquivos, museus ou repositórios digitais” (OLIVER, 2011, p. 4).

Ao retomar o histórico da proposta do RDA, cabe destacar que ele é fruto da intenção de adequação e da ampliação das regras do AACR2r com o intuito de acomodar as novas mídias. Essa revisão resultaria no AACR3, que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR*. Porém, por conta das discussões e das mudanças ocorridas, principalmente por conta do entendimento de que a proposta não deveria ser centrada na perspectiva anglo-americana, o novo código foi denominado *Resource Description and Access* (RDA). Sob o encargo do então nomeado *Joint Steering Committee for Development of RDA*, esse padrão salta os limites anglo-americanos e pretende consolidar-se como um padrão internacional, visto que

contou com as orientações presentes em vários códigos nacionais, observando suas aplicações e necessidades regionais, permitindo sua flexibilidade e seu uso internacional.

Silva (2008) define o RDA como uma

proposta de padrão sucessora ao AACR2 [...], seu desenvolvimento caracteriza-se por uma mudança na direção de ser um código internacional (ou de aceitação global), que diferentemente do atual (em uso), não se regule por regras rígidas, mas por diretrizes de ampla aplicação, e com foco centrado no usuário e nas suas necessidades de informação.

Conforme apontado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009), destacam-se os objetivos que nortearam o desenvolvimento do RDA:

- a) Abrangência: determina que as instruções devem compreender todos tipos de conteúdos que os catálogos representam;
- b) Consistência: estabelece que as instruções sejam consistentes em sua criação, evitando contradições;
- c) Clareza: veta a ambiguidade nas instruções, exigindo simplicidade e clareza na sua elaboração;
- d) Racionalidade: não permite a arbitrariedade e requer racionalidade na elaboração das instruções;
- e) Circulação: determinante para os novos recursos, exige que instruções sejam desenvolvidas com o objeto de cobrir a variedade, a natureza e as características dos recursos e conteúdos atuais e futuros;
- f) Compatibilidade: as instruções devem obedecer aos princípios internacionais de catalogação;
- g) Adaptabilidade: as instruções devem ser adaptáveis às necessidades específicas de diversas comunidades além da biblioteca, como arquivos e museus;
- h) De uso fácil e eficiente: determina que as instruções mesmo que eficientes, sejam fáceis, para otimizar a utilização pelo usuário.

Tais objetivos deixam clara a intenção que o RDA tem de tornar-se um padrão elaborado com o usuário no centro das atenções, além de procurar ser uma norma compreensiva capaz de propor regulamentos para continuar descrevendo os recursos existentes, porém, considerando a velocidade com que a tecnologia tem evoluído e se inserido em ambientes informacionais. O objetivo “circulação” é o grande diferencial em relação ao AACR2, pois, além de continuar oferecendo regras para o registro de recursos impressos, auxilia os

⁵ Conforme verificado nas Seções 4, 7 e 10 do RDA.

suportes atuais e futuros, permitindo que futuras grandes alterações na norma sejam dispensáveis.

Para além dos objetivos, considera-se aqui os princípios que estabelecem as regras que fundamentam o RDA. Neles fica clara a linha básica que a norma deve seguir, centrada no usuário e no ambiente digital.

Os princípios estabelecidos pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* indicam os elementos básicos que regem a construção do padrão, da generalidade à especificidade. Os princípios, ratificando os objetivos, abordam a necessidade de se descrever um recurso de tal forma que o seu acesso seja fácil e eficiente, potencializando a recuperação por parte do usuário.

O RDA deve obedecer, segundo o *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009), aos princípios:

- a) Generalização: instruções básicas devem cobrir os diversos recursos informacionais; esse princípio deve ser aplicado, também, aos pontos de acesso, nomes e títulos;
- b) Especificidade: instruções devem tratar os recursos individualmente; quanto ao tipo específico de conteúdo, nome, título e as relações entre eles;
- c) Não redundância: inibe as repetições dispensáveis, o que tona o RDA um padrão prático, objetivo;
- d) Terminologia: estabelece que as instruções devem estar ligadas aos termos e conceitos dos FRBR e dos FRAD;
- e) Estrutura de referência: determina que cada instrução precisa ter relação com as instruções gerais, bem como localizar as que são de relevância para suas aplicações.

O princípio da Generalização expõe que as orientações devem, basicamente, atingir todos os suportes documentais, sendo que os vários tipos de pontos de acesso devem obedecer a esse princípio. Mesmo com esse princípio geral, as instruções devem levar a individualização dos itens (Especificidade), tratando-os como únicos em relação aos seus pontos de acesso, evitando as reproduções e redundâncias, situações que fazem com que os catálogos fiquem inchados, o que torna o processo de recuperação confuso e impreciso. O princípio da Terminologia visa dar o sustento para que o RDA seja assumido como um padrão de uso internacional, até mesmo por conta de suas diretrizes estarem intimamente ligadas aos modelos conceituais FRBR e FRAD, que visam a uma normalização da prática de registros de suportes e conteúdos. A Estrutura de Referência faz com que a norma seja

altamente coerente, possibilitando o uso de instruções específicas para registros que exijam tal especificidade.

3 Considerações finais

A pesquisa analisou os cânones definidos por Ranganathan e os princípios de catalogação presentes na Declaração Internacional e nos documentos basilares da proposta do RDA. De modo geral, é possível afirmar que o documento do RDA tem princípios que se sustentam em ambos os documentos; mas, também se identificaram ausências.

Como resultado, concluiu-se que os princípios da generalização, consistência, compatibilidade, não redundância e especificidade aproximam-se tanto dos Cânones quanto da Declaração Internacional; que estrutura de referência aproxima-se dos Cânones, mas não da Declaração; que clareza, de uso fácil e eficiente, adaptabilidade e racionalidade aproximam-se da Declaração, mas não dos Cânones; e que abrangência e circulação se mostraram inovadores nos Princípios que regem o RDA.

Ressalta-se que o objetivo dessa pesquisa não foi o de observar se tais princípios são respeitados e de fato aplicados no RDA, mas avaliar se os princípios norteadores para o desenvolvimento do RDA se atentaram aos Princípios e Cânones estabelecidos ao longo da história teórica e prática da catalogação. É uma pesquisa que, de certo modo, apresenta-se como inicial, visto que aprofundamentos sobre cada um dos pontos e novas reflexões suscitam a continuidade da pesquisa.

Referências

- CHARTIER, Roger. **A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.
- CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. Washington: Government Printing Office, 1904.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. [S.l.]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Functional Requirements for Bibliographic Records: final report**. La Haya: IFLA, 1998. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.

Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model. [S.l.]: IFLA, 2013. Disponível em:

https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA — Resource Description and Access:** Objectives and Principles. 2009. Disponível em: http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/docs/5RDA_objectivesrev3.pdf. Acesso em: 02 jan. 2018.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

RANGANATHAN, S. R. **Classified catalogue code**. Índia: Ansia Publishing House, 1964.

RANGANATHAN, S. R. International catalogue code. **Annals of Library and Information Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 13-20, 1959.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of Library Catalogue**. London: Edward Goldston, 1938.

ROUT, Rosalien; PANIGRAHI, Pijushkanti. Revisiting Ranganathan's canons in online cataloguing environment. **Annals of Library and Information Studies**, v. 62, p. 286-289, dez. 2015.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo: trajetória para um código internacional**. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.

SILVA, José Fernando Modesto da. **O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334. Acesso em: 12 dez. 2018.

A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos

The Knowledge Organization about Umbanda and its bibliographic representation: An exploratory analysis from bibliographic records

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (1), Deniz Costa (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Av. Pasteur nº 458 – Prédio II – Sala 303 – Urca – Rio de Janeiro - RJ, mlmiranda@unirio.br. (2) denizcosta@gmail.com

Resumo

Estuda a representação bibliográfica, identificando de que maneira o conhecimento da Umbanda está representado, evidenciando aqueles indexados com o termo Umbanda. Mapeia e analisa a representação do conhecimento da Umbanda por meio das notações da Classificação Decimal de Dewey e dos cabeçalhos de assuntos utilizados pela Fundação Biblioteca Nacional. Critica as notações e os cabeçalhos de assuntos atribuídos aos registros bibliográficos. Analisa a conjugação das notações da CDD com os cabeçalhos de assuntos utilizados nos registros bibliográficos. Identifica as notações e os cabeçalhos de assuntos mais utilizados e a extensão dos cabeçalhos de assuntos utilizados para indexar os livros sobre Umbanda. Destaca a necessidade de reestruturação da classe 200 Religião, da CDD. Propõe ações gerais acerca das práticas de classificação e catalogação de assuntos e sugere a criação de sistemas de organização do conhecimento específicos para a representação do conhecimento de documentos que versem sobre a Umbanda e assuntos da mesma natureza.

Palavras-chave: Umbanda; Organização do Conhecimento; Classificação Decimal de Dewey; Cabeçalhos de Assunto; MARC; Indexação.

Abstract

The research studied the bibliographic representation of the Umbanda religion and identified in what way this knowledge is represented and highlighted the books indexed with this term. As part of the methodology the research used the catalog of the National Library of Brazil to map and analyze the representation of knowledge of Umbanda through the notations of the Dewey Decimal Classification and the subject headings. This methodology aims to analyze the combination of the DDC notations with the subject headings used in the bibliographic records, as well as to map the DDC universe that was used to classify the Umbanda bibliographic records. From this analysis scenario, we have identified the notations and headings of most used subjects and the extension of the subject headings used to index the Umbanda books. The findings of this study also highlighted the necessary restructuring of DDC class 200 (Religion) and criticized the notations and headings of subjects attributed to bibliographic records. In the conclusion, the study proposes general actions on the classification and cataloging practices of subjects and suggests the creation of knowledge organization systems for knowledge representation of the documents that deal with Umbanda and subjects of the same nature.

Keywords: Umbanda; Knowledge Organization; Dewey Decimal Classification; Subject headings; MARC; Indexing.

1 Introdução

A motivação de nossa pesquisa coaduna interesses particulares no que se refere à esfera da fé religiosa e o cunho teórico-prático da Organização e Representação do Conhecimento na Umbanda.

A Umbanda está presente em nossas vidas há mais de dez anos, seja frequentando terreiros ou estudando seus fundamentos e história. A aquisição desse conhecimento com o *corpus* teórico-metodológico da Organização do Conhecimento motivou o tema dessa pesquisa.

A partir dos estudos de Idrees (2011) e Miranda (2007), evidenciamos o problema que norteou nossa pesquisa: como o conhecimento da Umbanda vem sendo representado nas unidades de informação?

Esse problema nos faz refletir: Como os esquemas de classificação bibliográfica contemplam as especificidades de representação do conhecimento da Umbanda? De que maneira a Umbanda tem sido representada na indexação dos documentos? Quais são os descritores mais comuns utilizados e a amplitude dessa cobertura?

Esperamos que este estudo possa contribuir para o campo teórico-empírico da Organização do Conhecimento, revelando possíveis problemas ou omissões e proposições para a melhoria da representação do conhecimento da Umbanda nos ambientes de informação.

Assim, vislumbramos a necessidade de lançar luz sobre os estudos acerca da Umbanda no Brasil, considerando suas diferentes dimensões.

O conhecimento da extensão de sua representação na

produção bibliográfica do país é relevante, sobretudo para que se possa propor sistemas de organização do conhecimento que garantam a visibilidade da produção e representação do conhecimento da Umbanda.

Como pressuposto de nossa pesquisa acreditamos que a maneira que as notações construídas para a representação do conhecimento de e sobre Umbanda na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a partir da *Dewey Decimal Classification* (DDC), podem não ser adequadas e, em alguns casos, mesmo que sem a intenção, perpetuam pensamentos preconceituosos e distorcidos.

Da mesma forma, também pressupomos que os descritores utilizados para organizar e representar o conhecimento que se tenha registrado sobre Umbanda a partir da Lista Geral de Cabeçalhos de Assunto da Rede Bibliodata (LGCAB), que, por sua vez, tendo como base a *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), podem não atender as especificidades da Umbanda por oferecerem omissão ou imprecisão conceitual.

Nosso objetivo geral é conhecer de que maneira o conhecimento da Umbanda vem sendo representado, e, para dar conta disso, nosso estudo se delimitará na exploração de sua representação no catálogo da FBN, espaço informacional eleito como nosso campo empírico de observação, pelo fato da Fundação salvaguardar a produção intelectual brasileira, de acordo com a Lei do Depósito Legal.

Nesse sentido, delineamos os objetivos específicos: identificar os registros bibliográficos indexados sob o termo Umbanda; mapear a representação do conhecimento da Umbanda no Catálogo da FBN; analisar a representação do conhecimento umbandista pelas notações da CDD e cabeçalhos de assunto atribuídos.

Cabe dizer que esta pesquisa é exploratória, não há intenção de julgar ou criticar. A FBN foi escolhida por razões metodológicas por configurar-se o ponto central na Biblioteconomia brasileira.

Para alcançarmos os objetivos propostos percorremos os seguintes caminhos: pesquisa no catálogo da Biblioteca Nacional para identificar manifestações cujos assuntos indexados versavam sobre a Umbanda; posteriormente realizamos a coleta, o tratamento e a análise dos dados obtidos; em seguida procedemos à interpretação dos resultados, efetivando as inferências necessárias para tecermos as considerações finais.

Neste estudo apresentamos a metodologia utilizada, bem como nossa fundamentação teórica tanto no campo da Organização do Conhecimento quanto no da Umbanda.

2 Sistemas de Organização do Conhecimento

Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são todos os tipos de instrumentos utilizados para representar e organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento. São exemplos de SOC os esquemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assunto, os tesouros, as taxonomias, os *gazetteer*, as ontologias e as redes semânticas. Os SOC são instrumentos de representação com a finalidade organizar o conhecimento visando a recuperação da informação em bibliotecas, museus, arquivos e unidades de informação em quaisquer ambientes.

Um SOC provê o acesso ao conteúdo das coleções e a recuperação dos documentos existentes nas unidades de informação. A escolha de um SOC está intimamente relacionada à natureza do conhecimento que se pretende organizar, o tipo de unidade de informação e ao público a qual esta unidade de informação se destina.

Lesk afirma que não existe um único SOC com o qual todos concordem, mas especula que um único seria vantajoso, porém seria improvável que tal sistema fosse desenvolvido. A questão cultural pode limitar um sistema de organização do conhecimento de forma que o que é significativo para uma cultura pode não ser necessariamente significativo para outra (LESK, 1997). Então, habitamos um mundo de múltiplas visões, com várias maneiras para organizar o conhecimento. Até mesmo porque toda classificação, toda organização, pressupõe uma escolha, um corte epistemológico frente a seu objetivo específico.

Apesar dessa diversidade, os SOC possuem as seguintes características comuns que são críticas em relação ao seu uso para organização do conhecimento:

- impõem uma visão particular de mundo sobre uma coleção e sobre os itens que a compõe;
- a mesma entidade pode ser caracterizada de modos diferentes, dependendo do SOC que é usado.

Os sistemas bibliográficos de organização do conhecimento surgiram para serem aplicados ao arranjo de livros nas estantes: No princípio eram sem notações, mas, devido ao crescente volume de livros, começaram a ser criados com notação.

O mais antigo sistema de organização do conhecimento bibliográfico sem notação que se tem notícia é o de Aldo Manuzzi, elaborado em 1505. E o mais recente é o de Quinn & Brown, elaborado em 1894 (Kaula, 1984).

Com o passar do tempo houve a necessidade de se criar sistemas de organização do conhecimento bibliográficos com notação. Durante o século XX algumas bibliotecas adotaram alguns sistemas de organização do conhecimento bibliográficos,

mencionados no quadro abaixo, em alguns casos introduzindo certas modificações. E outros sistemas de organização do conhecimento bibliográficos significativos com notação foram surgindo, como por exemplo, a Colon Classification – Ranganathan, em 1933; a Bibliographic Classification – Bliss, em 1935 e a Rider International Classification – Rider, em 1961. (Kaula, 1984).

Após o desenvolvimento da teoria de Ranganathan, outros sistemas de organização do conhecimento bibliográficos especializados foram criados para atender às demandas de áreas específicas do conhecimento. Com o passar do tempo sete se firmaram e são utilizados até hoje, sendo considerados os maiores sistemas de organização do conhecimento bibliográficos universais.

Quadro 1. *Sistemas Bibliográficos Universais de Organização do Conhecimento.*

SOC	ANO	CLASSIFICACIONISTA
Classificação Decimal de Dewey	1876	Melvil Dewey
Classificação Expansiva	1891-1903	Charles Ammi Cutter
Classificação da Biblioteca do Congresso	1902	Biblioteca do Congresso
Classificação Decimal Universal	1905	FID
Classificação de Assunto	1906	James Duff Brown
Colon Classification	1933	S. R. Ranganathan
Classificação Bibliográfica	1935	H. E. Bliss

Fonte: Kaula (1984).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD), atualmente na sua 23. ed., foi criada por Mevil Dewey – com base em Harris, que por sua vez se baseou em Bacon numa forma invertida – em 1873 e trazida a público pela primeira vez em 1876. A CDD é o sistema biblioteconômico de classificação mais utilizado em todo o mundo. É adotada em mais de 135 países e foi traduzido para mais de trinta línguas. Nos Estados Unidos, 95% de todas as bibliotecas públicas e escolares, 25% de todas as bibliotecas das faculdades e universidades e 20% das bibliotecas especiais utilizam a CDD.

3 Religião e Umbanda

Segundo Dahlberg (1978), quando possuímos apenas noções vagas sobre algo, essa imprecisão pode não ser um problema no dia a dia, mas, quando se trata de

linguagens especializadas, as consequências podem ser desagradáveis e nesse caso é preciso fazer todo esforço que se possa para obter precisão sobre os conceitos.

Dahlberg apresenta a análise do conceito como um processo que busca enunciar verdades sobre um determinado objeto, e que podemos “dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico-sintético” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

3.1 Religião

Para Alves, “a marca de todas as religiões, por mais longínquas que estejam umas das outras [é] *o esforço para pensar a realidade toda a partir da exigência de que a vida faça sentido*” (ALVES, 1984, p. 8, grifos do autor).

Num recurso popular, encontramos Houaiss e Villar (2009) definindo religião como

Crença na existência de um poder ou princípio **superior**, sobrenatural, [...] ao qual se deve respeito e **obediência**. [...] Sistema de **doutrinas**, crenças e práticas **rituais** próprias de um grupo **social**, estabelecido segundo uma determinada concepção de **divindade** e da sua **relação** com o homem; **fé**, **culto** [...] **Culto** que se presta à **divindade**, consolidado nesse sistema. Observância cuidadosa e contrita dos **preceitos** religiosos; **devoção**, piedade [...]. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1639-1640, grifos nossos).

Ao recorreremos a um trabalho mais especializado, é possível conhecer a definição de religião para Schlesinger e Porto (1995) como

[...] a forma concreta, visível e **social** de relacionamento pessoal e comunitário do homem com **Deus**. [...] No caso concreto, significa a religião um todo de homens **fiéis** à mesma **crença**, dados a idênticos atos de culto e concordantes no procedimento moral. [...] Considerando as religiões em sua estrutura objetiva, aí descobrimos os seguintes elementos: **mitos**, **ritos**, elementos de Filosofia natural, dogmas e artigos de **fé**, **moral**, ascese, meditação, **oração** e mística; tal o tecido que compõe, variando a medida dos elementos, todas as religiões. [...] As religiões exigem determinada observância da parte dos **fiéis**, o que varia em função de fatores culturais [...], **sociais** [...] e psicológicos [...]. Objetivamente, consideram-se como religiões certas e boas as que apresentam conteúdo de revelação **divina** capaz de conduzir o homem à salvação (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 2189, grifos nossos).

Alves (1984) menciona que “quando a dor bate à porta, acorda-se a reza e a suplica, sem saber direito a quem, persistindo [...] a mesma função religiosa. Promessas terapêuticas de paz individual, de harmonia íntima, de liberação da angústia, esperanças de ordens sociais fraternas e justas [...]” (ALVES, 1984, p. 11-12).

3.2 Umbanda

O umbandista busca o mesmo na função religiosa: paz, harmonia, fraternidade, enfim, cura para suas

angústias, suas dores, seus desequilíbrios quanto às desigualdades sociais nas quais está inserido no âmbito social, psicológico, político e econômico.

Segundo Birman (1985, p. 49), “os espíritos na umbanda são chamados de santos protetores. A sua função [...] é oferecer proteção [...] junto às forças sobrenaturais, fechando o seu corpo contra os inimigos, e abrindo os seus caminhos”.

Voltando a Houaiss e Villar (2009) encontramos sua definição para Umbanda como

[...] **religião** nascida no Rio de Janeiro, entre o fim do século XIX e o início do século XX, que originalmente congregava elementos **espíritos** e bantos, estes já plasmados sobre elementos jeje-iorubas, e hoje apresenta-se segmentada em variados **cultos** caracterizados por influências muito diversas (p. ex., indigenistas, catolicistas, esotéricas, cabalísticas etc.) (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1903, grifos nossos).

Na descrição, concebida como de contexto especializado, é verbetada como

Religião formada no Brasil [...] por uma seleção de **valores doutrinários** e **rituais**, feitos a partir da fusão dos **cultos** africanos congo-angola, já influenciados pelo nagô, com a Pajelança [...] sofrendo ainda influência dos malês islamizados, do catolicismo e do espiritismo [...] e, posteriormente, do ocultismo. A Umbanda **cultua** alguns orixás [...] mas **cultua** também eguns, i. e., **espíritos** de antepassados (entidades) – Caboclos (espíritos de indígenas) e Pretos Velhos (antigos escravos), além das Crianças (espíritos infantis evoluídos). [...] As cerimônias são realizadas em Terreiros, Centros, Tendões ou Cabanas de Umbanda. Também há **rituais** e oferendas nas matas, praias, cachoeiras, margens de rios e regatos, lagoas etc. Usam pontos cantados e riscados, banhos de ervas sagradas, **velas**, flores, [...] etc., em seus rituais, bem como oferendas de comidas. [...] As roupas rituais são desde as roupas simples, comuns, brancas, até as roupas de baianas, coloridas ou brancas. Os salões de festa (abassá) têm **altar** (peji ou gongá, tb. congá) com **imagens** católicas (sincretismo religioso) e de índios (Caboclos) e negros (Pretos Velhos). [...] Acreditam no Carma e na reencarnação. O termo Umbanda, aplicado ao **culto**, parece ter aparecido entre 1936 e 1940. Tem adeptos em todas as classes **sociais**. (CACCIATORE, 1977, p. 250, grifos nossos).

E num contexto dito mais específico, encontramos Pinto (1975) conceituando que

A principal finalidade do **culto** de Umbanda, é o serviço às criaturas humanas e **espíritos** humanos encarnados ou desencarnados, seja por meio da doutrinação ou por meio do auxílio espiritual, nas dificuldades materiais e **morais**, alívio ou cura de doenças. [...] Na sua essência e na sua finalidade, a Umbanda é idêntica a todas as **religiões** do passado e do presente. Umbanda reconhece um **Ser Supremo**, trino na sua manifestação cósmica, as hierarquias de entidades espirituais, o papel que essas hierarquias desempenham no Universo, as suas funções, a evolução dos **espíritos**. [...] onde pontificam com sabedoria, espírito de renúncia, humildade, devotamento e

caridade, espíritos de elevada superioridade dos Pretos-Velhos e Caboclos. [...] Em resumo, a Umbanda é a Caridade. Nada mais. (PINTO, 1975, grifos nossos).

Assumindo o valor de “Umbanda” como um conceito mais individual ao conceito geral de “religião”, concordamos com Dahlberg quando diz que

É fácil também verificar que os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Queremos evidenciar que, a despeito dos conceitos individuais que definem as particularidades da Umbanda, os conceitos gerais que podem ser atribuídos a partir da referência ao próprio conceito de religião, impossibilitam que a Umbanda seja definida como outra coisa que não uma religião. Não podemos, pois, conceber a ideia que sua classificação esteja inserida fora da classe 200 Religião, no que tange à CDD.

4 Procedimentos Metodológicos

Focando a descrição metodológica empregada para alcançarmos nossos objetivos, utilizamos como recurso para “identificar os registros bibliográficos indexados com o termo Umbanda” uma busca combinada no catálogo *web* Sophia da Fundação Biblioteca Nacional utilizando o descritor “umbanda” para todos os campos pesquisáveis, porém restringindo a busca ao material “livro”.

A estratégia de não oferecer mais refinamento delimitador à busca se reflete em função de nossa intenção de “mapear a representação do conhecimento da Umbanda no Catálogo da FBN” por considerarmos a função de salvaguardar a produção intelectual brasileira apoiada na Lei do Depósito Legal.

Essa busca nos apresentou um resultado de 693 registros, porém devido à parametrização política definida no sistema Sophia para promover sua otimização de resposta a toda a comunidade brasileira *on-line*, só foram apresentados os 100 primeiros registros, distribuídos em 10 páginas de resultados.

Cabe esclarecer que estes resultados ilustrados foram obtidos no tempo da efetiva busca. Posteriormente, foi observado que tanto o acervo sofreu acréscimo de exemplares, quanto à parametrização do Sophia passou a oferecer 200 registros a cada busca.

Não nos atendia a limitação sistêmica frente ao nosso objetivo de mapeamento, então tivemos que elaborar outra estratégia para obtermos os dados.

Oficializamos um pedido de acesso integral aos registros que atendiam à nossa delimitação e obtivemos, da Coordenadoria de Serviços

Bibliográficos da FBN, um arquivo texto (.txt) contendo os dados de representação de 692 livros.

Embora em formato texto, o arquivo exportado pelo Sophia não oferecia legibilidade apropriada para nos apoderarmos de identificar os registros bibliográficos, então iniciamos o tratamento dos dados para adequarmos a uma linguagem que nos permitisse lê-los e analisá-los.

Elegemos por critério de fácil usabilidade o software livre MarcEdit de Terry Reese, que pode ser baixado livremente.

Instalado o *software*, foi utilizado o recurso “Ferramentas de MARC” para realizar a operação “MarcBreaker” para o padrão de codificação de caracteres “MARC8” objetivando o alinhamento dos dados. O arquivo texto (.txt) foi transformado pelo MarcEdit em um arquivo de dados MARC estruturado (.mrk), cujos registros tomaram uma apresentação legível ao nosso entendimento.

A partir desse novo arquivo, os dados foram importados para o MS Excel para sofrer uma nova etapa de estruturação, colunar os dados conforme campos MARC para que se pudesse extrair gráficos para nos viabilizar as análises propostas em nosso terceiro objetivo específico, anteriormente apresentado.

Ao término, tínhamos nosso primeiro objetivo específico alcançado. Identificávamos qualquer registro bibliográfico até então indexado com o termo Umbanda no catálogo da FBN.

A partir desse ponto, os demais objetivos específicos que inicialmente apoiaram a estratégia a ser definida para alcançar o primeiro, agora caminhavam em paralelo mapeando e oportunizando suas análises.

Como resultado para o mapeamento da representação do conhecimento da Umbanda no Catálogo da FBN, pudemos extrair toda a cobertura temática que abrangeu os resultados da busca, segundo a CDD (Tabela 1, em apêndice) e, conseqüentemente, identificar quais as notações mais utilizadas (Tabela 2, em apêndice).

No tocante aos Assuntos tópicos, o mapeamento também apresentou como resultado toda a cobertura que abarcou os resultados da busca na TAG 650 (Tabela 3, em apêndice) e facilitou a identificação dos cabeçalhos de assunto mais utilizados além do próprio termo Umbanda, nosso parâmetro de busca, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Cabeçalhos de assunto mais atribuídos

CABEÇALHO DE ASSUNTO	QT
Umbanda.	412
Umbanda – Rituais.	62
Obras psicografadas.	61
Espiritismo.	59

Ficção umbandista.	42
Deuses da umbanda.	34
Quimbanda.	33
Candomblé – Rituais.	23
Macumba.	23
Candomblé.	22
Orixás.	20
Pombagira.	17
Feitiçaria.	11
Cultos afro-brasileiros.	10

Com os mapeamentos realizados, procedemos à análise da representação do conhecimento umbandista pelas notações da CDD e cabeçalhos de assunto atribuídos de maneira a conhecermos como o conhecimento da Umbanda vem sendo representado.

5 Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados

A pesquisa nos permitiu analisar os dados por diversos ângulos, porém nos detivemos nesta exposição a exemplificar as análises que evidenciam a importância da representação com a apropriada definição conceitual sobre o assunto representando, neste estudo, a Umbanda.

A partir das notações colecionadas (Tabela 1, em apêndice), criamos o Gráfico 1 para nos proporcionar uma visão mais ilustrativa, fazendo saltar aos nossos olhos o destaque daquelas mais utilizadas (Tabela 2, em apêndice).

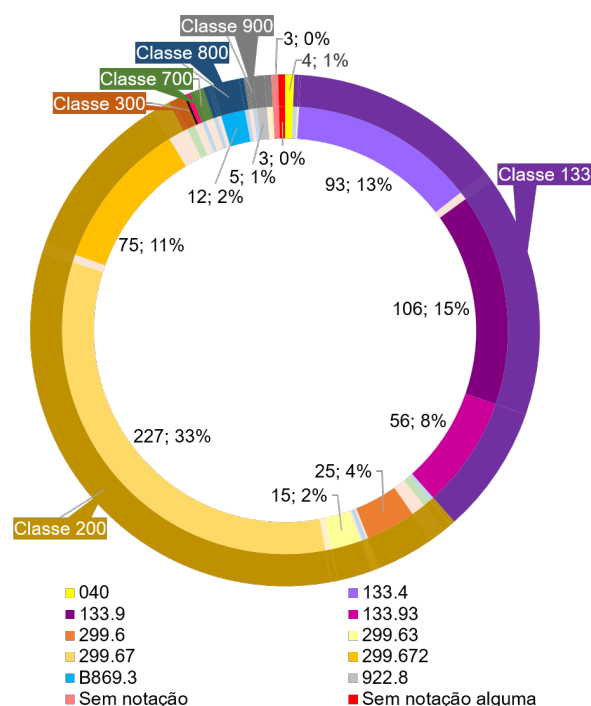


Gráfico 1. Notações da CDD utilizadas

A grande maioria dos resultados mostra a classificação do assunto sob subdivisões das classes 200 (Religião) e 133 (Tópicos específicos em Parapsicologia e Ocultismo).

No que tange à classe 200 (Religião), a mais expressiva notação dentro de todo o conjunto de classes que puderam ser identificadas foi a 299.67 (Religiões e movimentos específicos de religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos). Ela respondeu por 33% de toda classificação de nosso resultado.

Seu uso para os materiais a respeito da Umbanda poderia ser o mais adequado existente na CDD, não fosse o surgimento da classe subordinada (mais específica) na edição 21 da CDD. A notação 299.672 (Umbanda) torna-se a mais apropriada para classificar os materiais acerca do umbandismo.

Ao lançarmos um olhar mais detalhado sobre os títulos recuperados e classificados sob 299.67, filtrou-se que 117 destes registros continham em seu título principal (TAG 245) o vocábulo “Umbanda”.

Sem que precisássemos enunciar os 117 títulos, parecemos claro que uma grande maioria, talvez não todos, desses títulos, poderiam estar hoje classificados junto com os demais 75 títulos, que se mostraram classificados sob a notação mais específica 299.672.

Aqui a necessidade de intervenção parece se justificar apenas pelo desenvolvimento da classe abrangendo novos assuntos.

Quando observamos os materiais classificados sob a classe 133 (Tópicos específicos em Parapsicologia e Ocultismo), a mais expressiva notação que o Gráfico 1 evidencia é 133.9 (Espiritualismo), e então nos confrontamos com um quadro semelhante ao que ocorre com a notação 299.67.

Realizando a mesma apuração na coluna título principal (TAG 245), o termo “Umbanda” revela-se em 89 dos 106 títulos que foram classificados como “Espiritualismo” ao invés de “Umbanda”. Entendendo que Espiritualismo tem conceito independente ao de Umbanda, acreditamos que o número de classificação mais adequado para a maioria destes títulos é 299.672.

Já nesse caso, a intervenção esperada se justifica pela necessidade de enquadramento conceitual. Outras percepções nesta mesma análise reforçam este ponto de vista.

Os 56 títulos sob a classe subordinada, portanto mais específica, 133.93 (Mensagens psíquicas) apresentam-se bem contextualizados com o conceito de mensagens psíquicas, pois todos os títulos encontraram-se submetidos a autoridade de um espírito através de autores médiuns, seja por psicografia ou intuição.

Todavia, a classe 133.93 está subordinada à classe 133.9 (Espiritualismo), mas os títulos sob esta notação (133.93) têm contexto com a temática da Umbanda. Logo, considerando o corolário da força hierárquica estrutural em que tudo o que é válido em relação ao todo é válido em relação às partes, se antes concluímos que os títulos sob a notação 133.9 ficariam melhor classificados sob a notação 299.672, parece-nos mais apropriado que exista uma classe para Psicografia ou mensagens psíquicas, subordinada à classe 299.672 para que a temática desses livros possa ficar classificada sob Umbanda, mas garantido a especificidade objetivada ao se classificar o título com uma notação que depreenda o conceito de mensagens psíquicas.

A percepção mais tocante se dá ao analisarmos a classe 133.4 (Demonologia e feitiçaria), especificamente nos 93 títulos que foram submetidos a essa classificação. Aqui exemplificaremos para prover a mesma percepção ao leitor. Não faz sentido para nós encontrarmos nesta classe títulos como, por exemplo:

- “400 pontos riscados de caboclos, orixás, exus, pretos velhos”, 1972;
- “A cartilha da Umbanda” de Cândido Emanuel Felix, 1972;
- “A dança dos orixás, as relíquias brasileiras da Afro-Ásia pré-bíblica”, Herder, 1970;
- “Antigas orações da Umbanda” de Oliveira Magno, pela editora Espiritualista em 1975;
- “As 7 fôrças da Umbanda” de Maria Helena Farelli, 1972;
- “Catecismo do umbandista” de Pompílio Posserra de Eufrásio, em 1971;
- “Cozinha de santo (culinária de umbanda e candomblé)” de João Sebastião das Chagas Varela, pela editora Espiritualista, 1972;
- “O livro dos médiuns de umbanda” de Antônio Alves Teixeira Neto, 1970;
- “Os Orixás africanos na Umbanda” de José Paiva de Oliveira, 1977;
- “Sob a luz da umbanda” de Jamil Efigênio, também pela editora Espiritualista, em 1973;
- “Umbanda e o poder da mediunidade” de Woodrow Wilson da Mata Silva, pela Freitas Bastos, em 1978.

Além de uma série de títulos da editora Espiritualista na década de 1970, todos de autoria de Molina N. A., sobre Orixás ou Entidades.

Todos associados aos conceitos de Demonologia ou Feitiçaria, de acordo com a notação da CDD utilizada.

Evidente para nós que, quanto à classificação, esses títulos precisam ser reclassificados, pois não refletem o entendimento que o umbandista tem de sua fé, seus deuses, orixás ou entidades.

Voltando o olhar para os cabeçalhos tópicos, iniciamos a análise a partir de todos os 175 cabeçalhos de assunto utilizados (Tabela 3, em apêndice) e nos utilizamos dos cabeçalhos mais recorridos (Tabela 4, na página 5) para os evidenciarmos no Gráfico 2 efetivamente no que tange às proporções de seu arco interno. O arco externo é uma inclusão adicional de nossa elaboração. Representa os agrupamentos que fizemos com base nos conceitos dos cabeçalhos tópicos principais. Dessa forma é possível conhecer não só a força do cabeçalho tópico na singularidade de seu conceito, como também toda a extensão que este oferece quando se faz conceito composto com outros cabeçalhos.

Para esta etapa da análise, exporemos alguns dos casos que efetivamente representou relevante observação por estarem diretamente relacionados à questão conceitual, emergente de revisão.

Não seria de se estranhar que livros também indexados com cabeçalhos de assunto como “Candomblé” e suas composições, fossem recuperados em nossa pesquisa, haja vista que existem livros tratando das duas temáticas na mesma obra, e o resultado de nossa busca evidenciou isso ao recuperar títulos como “*Candomblé e Umbanda: o desafio brasileiro*”, de Raimundo Cintra pela editora Paulinas em 1985, ou “*Os conhecedores dos desejos humanos: orixás e preto velho, umbanda e candomblé*”, de Agnaldo Geraldo de Paula (Agnaldo de Ogum), pela editora Literatura em 2006. Todavia – lembrando que não acessamos as obras para exercermos também a análise de conteúdo – somos inquiridos por nossa lógica sobre qual seria a necessidade de indexarmos um livro com o cabeçalho de assunto “Candomblé” quando seu título enuncia “*Reza forte: súplicas e orações para os santos, guias e almas na umbanda*”, obra de Eulina d'Iansã pela editora Pallas, em 2005.

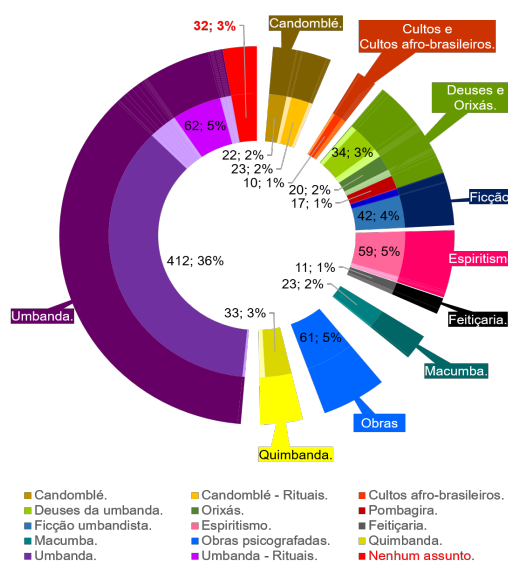


Gráfico 2. Cobertura por cabeçalho tópico

Uma possível confusão de conceitos ainda mais inadequada pode ser percebida em algumas das obras que se apresentaram indexadas sobre cabeçalhos como “Quimbanda”, “Macumba”, “Feitiçaria” e “Espiritismo”. Conceitos distintos que têm suas representações aparentemente embaralhadas, se não pelo desconhecimento conceitual do indexador sobre o tema, pela característica intrínseca da Umbanda de se alimentar sincreticamente de diversas outras expressões religiosas com as quais traça paralelismo ou similaridades.

Por que estariam indexados, também com cabeçalho “Umbanda”, livros que foram indexados com assunto principal “Quimbanda”? Como “*Impressionantes casos de magia negra (Quimbanda)*”, de Antônio Alves Teixeira Neto pela editora Eco em 1973, ou “*Macumba, forces noires du Bresil*”, coletado por Serge Bramly e publicado em Paris pela editora A. Michel em 1981.

Por que indexar como assunto principal “Macumba” os livros

- “Antigas orações da Umbanda” de Oliveira Magno pela editora Espiritualistas [1970?];
- “Doutrina e ritual de Umbanda”, de Byron Torres de Freitas pela editora Espiritualista, 1970;
- “O evangelho na Umbanda”, de Jota Alves de Oliveira, pela editora Eco [1970];
- “O jogo dos búzios e as grandes cerimônias ocultas da Umbanda” de José Ribeiro, pela Aurora, 1970;
- “Umbanda e psicanálise” de Francisco Lousa, pela editora Espiritualista, 1971;
- “Umbanda no Brasil” de Woodrow Wilson da Mata Silva, pela Freitas Bastos em 1969;

- “Umbanda, religião-desafio” de Átila Nunes Filho, pela editora Espiritualista, 1970; e
- “Umbanda, evolução histórico-religiosa” de Armando Cavalcanti Bandeira, sine nomine em 1961?

Este último até que foi indexado também com o cabeçalho de assunto “Umbanda”, porém como segundo assunto. Todos esses têm expressos em seus títulos o vocábulo “Umbanda” e, ainda assim, ou não foi um assunto indexado ou não o foi como assunto principal.

“*O poder da magia negra*”, do Professor Onassis pela Ediouro em 1991, ou pela Tecnoprint em 1985, sendo indexado com o cabeçalho principal “Feitiçaria”, mas também indexado com “Umbanda” e “Quimbanda”. Por quê?

Outra indexação tão controversa quanto a indexação com “Macumba” é a indexação como cabeçalho principal e único pelo termo “Espiritismo” a títulos que expressam o termo “Umbanda”. Tais como

- “Livro dos médiuns de Umbanda”, de Hilda Roxo pela Irmandade espiritual Estrella D'alva em, 1948;
- “O que é a umbanda?”, de Paulo Meneses pela Biblioteca espiritualista brasileira, em 1949;
- “A umbanda através da magia”, do guia Yataman através do médium Raquel Nogueira de Gusmão, pela editora Irmãos Di Giorgio, em 1960;
- “Jesus a chave de umbanda”, de Maria Toledo Palmer, sine nomine em 1949;
- “Lições de umbanda”, de Samuel Ponze, pela Aurora, 1956;
- “Mistérios e práticas da lei de Umbanda”, de Woodrow Wilson da Mata Silva, pela Freitas Bastos, em 1969;
- “Pontos cantados e riscados da umbanda”, de Oliveira Magno pela Aurora, 1952;
- “Primado de Umbanda”, de Benjamin Gonçalves Figueiredo, pela Artos São Jorge, 1954;
- “Umbanda e o poder da mediunidade”, de Woodrow Wilson da Mata Silva, pela Freitas Bastos, em 1964;
- “Umbanda em julgamento”, de Alfredo d'Alcântara, pela Mundo Espírita, em 1949; e
- “Umbanda para as médiuns”, obra mediúnicamente ditada pelo Espírito de Paraguaçu através de Florisbela Maria de Sousa, pela editora Espiritualista, em 1960, entre outros.

Não bastasse essas controvérsias, também está exibido em vermelho no Gráfico 2 a problemática da ausência

de assuntos indexados, identificada em 32 (3%) dos resultados.

6 Conclusão

A representação do conhecimento reflete o entendimento de uma época. A época na qual aquele documento foi representado. Logo, a influência social, política e cultural pode se encontrar manifestada, sem querermos acusar que a representação tenha sido realizada propositalmente com o fim de segregar.

O importante é identificar que a representação encontrada não reflete o entendimento atual, especialmente o entendimento do usuário dessa informação, que pode encontrar dificuldade de localizá-la por essa divergência, e que é preciso refazer a representação, reclassificar e reorganizar os documentos de forma a refletir o conceito.

Entendemos que, assim como os conceitos evoluem e ganham novos significados segundo as mudanças culturais, os sistemas de organização do conhecimento devem acompanhar o universo do conhecimento e sua dinâmica, as mudanças de como o homem entende a si, a ciência e o mundo.

Destacamos a importância do conceito para a representação do conhecimento com base na Teoria do Conceito, que diferencia conceitos individuais e conceitos gerais, além de apresentar a identificação dos elementos dos conceitos como processo para a análise do conceito

Referências

- ALVES, R. A. **O que é religião**. São Paulo: Abril Cultural; São Paulo: Brasiliense, 1984. 132 p.
- BIRMAN, P. **O que é umbanda**. São Paulo: Abril Cultural; São Paulo: Brasiliense, 1985. 108 p.
- CACCIATORE, O. G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**: com indicação da origem das palavras. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Tradução Astério Tavares Campos. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.
- DEWEY, M. **Dewey decimal classification and relative index**. 23rd. Dublin: Online Computer Library Center, 2011. 4 v.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogos**. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html. Acesso em: fev. 2018.

- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.
- IDREES, H. Classification of library materials on Islam: A literature survey. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, v. 27, n. 2, p. 124-145, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/10650751111135427>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- KAULA, P. N. Rethinking on the concepts in the study of classification. **Herald of Library Science**, Varanasi, v. 28, no. 1-2, p. 30-44, Jan.-Apr. 1984.
- LESK, M. **Practical digital libraries: books, bytes, and bucks**. San Francisco: Morgan-Kaufmann. 1997.
- LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress Subject Headings (LCSH 40)**. 2018. Arquivos PDF. Disponível em: https://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/fr_eelcsh.html. Acesso em: 25 jun. 2018.
- MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 12 p. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- PINTO, A. **Dicionário de umbanda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eco, 1975.
- SCHLESINGER, H.; PORTO, H. **Dicionário enciclopédico das religiões**. 2 v. Petrópolis: Vozes, 1995.

Apêndice A – Tabelas com as notações CDD utilizadas

Tabela 1. *Todas as notações CDD utilizadas (parte 1/2).*

NOTAÇÃO	DESCRIÇÃO CDD	QT
040	Ensaio coletivos gerais	4
133	Tópicos específicos em parapsicologia e ocultismo	2
133.?	[sic, notação atribuída com descrição não identificada]	1
133.4	Demonologia e feitiçaria	93
133.403	Dicionários, enciclopédias, concordâncias sobre Demonologia e feitiçaria	1
133.40981	Demonologia e feitiçaria no Brasil	1
133.43	Magia e Feitiçaria	1
133.5	Astrologia	1
133.9	Espiritualismo	106
133.93	Mensagens psíquicas	56
200	Religião	2
239.9	Polêmicas contra Comunistas e adeptos de outras negações na Teologia Cristã	4
242.8	Coleções de orações	1
248.246	Conversão de Sistemas de Crença não-Cristãos para o Sistema de Crença Cristão	1
261.88	Meio ambiente na perspectiva do Cristianismo	1
266.67	Missões Cristãs na África Central e suas ilhas	1
242.8	Coleções de orações	1
248.246	Conversão de Sistemas de Crença não-Cristãos para o Sistema de Crença Cristão	1
261.88	Meio ambiente na perspectiva do Cristianismo	1
266.67	Missões Cristãs na África Central e suas ilhas	1
278.1	Cristianismo ou Igreja Cristã no Brasil	1
282.81	Igreja Católica Romana no Brasil	1
296.63	[sic, notação atribuída com descrição não identificada nas edições consultadas]	1
299.6	Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	25
299.603	Dicionários, enciclopédias, concordâncias de religiões de origem negra africana e negra	1
299.60981	Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos no Brasil	2
299.6098142	Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos na Bahia	1
299.63	Doutrinas de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos [Esta notação não consta da CDD 23, porém consta nas edições 19, 21 a 22.]	15
299.65	Práticas de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	3
299.67	Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	238
299.6703	Dicionários, enciclopédias, concordâncias de Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	1
299.6709469	Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos em Portugal	1
299.67098153	Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos no Estado do Rio de Janeiro	1
299.67098161	Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos no Estado do São Paulo	1
299.672	Umbanda	64
299.6720981	Umbanda no Brasil	1
299.672098153	Umbanda no Estado do Rio de Janeiro	1
299.672098164	Umbanda no Estado de Santa Catarina	1
299.672098172	Umbanda em Cuiabá	1
299.672211	Deus, deuses, deusas, divindades e deidades de Umbanda	1
299.68	Religiões de grupos e povos específicos originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	1
299.681	Religiões de Khoikhoi e San	1

Tabela 1. *Todas as notações CDD utilizadas (parte 2/2).*

NOTAÇÃO	DESCRIÇÃO CDD	QT
299.72	Mitologia de religiões de origem nativa norte-americana [Esta notação não consta da CDD 23, porém consta nas edições 19 e 21.]	1
306	Cultura e instituições	1
307.760981	Comunidades urbanas no Brasil	1
398.098153	Folclore no Rio de Janeiro	4
398.5	Literatura de cordel	1
469.7	Variação do português	1
615.5	Terapêutica	1
615.852	Terapia religiosa e psíquica	1
730.981	Escultura brasileira	2
753.7	Mitologia e lenda	1
755.9967	Pintura de Religiões e movimentos específicos	1
781.91096	Instrumentos musicais africanos	1
793.703	Dicionários, enciclopédias, concordâncias de Jogos de salão e diversões não caracterizados por ação	1
808.899282	Coletânea de textos literários para crianças	2
B869.1	Literatura portuguesas do período de formação, 1500-1749, no Brasil	1
B869.2	Literatura portuguesas do período de transformação 1750-1829, no Brasil	1
B869.3	Literatura portuguesas do período de crescente autonomia 1830-1921, no Brasil	12
B869.8	Escritos diversos da literatura portuguesa, no Brasil	2
920.9299673	Biografia, genealogia, insígnia de pessoas do Candomblé	1
920.9398	Biografia, genealogia, insígnia de pessoas do Folclore	1
922.22	Santos Católicos	2
922.8	Biografia de líderes religiosos, pensadores, trabalhadores Membros de outras denominações e seitas cristãs	5
922.99	Biografia de seguidores de outras religiões	3

Tabela 2. *Notações CDD mais utilizadas.*

NOTAÇÃO	DESCRIÇÃO CDD	QT
299.67	Religiões e movimentos específicos de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	238
133.9	Espiritualismo	106
133.4	Demonologia e feitiçaria	93
299.672	Umbanda	64
133.93	Mensagens psíquicas	56
299.6	Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	25
299.63	Doutrinas de Religiões originadas entre africanos negros e descendentes de negros africanos	15
B869.3	Literatura portuguesas do período de crescente autonomia 1830-1921	12
922.8	Líderes religiosos, pensadores, trabalhadores Membros de outras denominações e seitas cristãs	5
040, 239.9 e 398.098153 (ver descrição na Tabela 1)		4
299.65 e 922.99 (ver descrição na Tabela 1)		3
133, 200, 299.60981, 730.981, 808.899282, B869.8 e 922.22 (ver descrição na Tabela 1)		2
133.?, 133.403, 133.40981, 133.43, 133.5, 242.8, 248.246, 261.88, 266.67, 278.1, 282.81, 296.63, 299.603, 299.6098142, 299.6703, 299.6709469, 299.67098153, 299.67098161, 299.6720981, 299.672098153, 299.672098164, 299.672098172, 299.672211, 299.68, 299.681, 299.72, 306, 307.760981, 398.5, 469.7, 615.5, 615.852, 753.7, 755.9967, 793.703, 781.91096, B869.1, B869.2, 920.9299673 e 920.9398 (ver descrição na Tabela 1)		1
Registros que contêm a TAG 082 sem a informação pertinente, o número da CDD.		3
Registros com ausência da TAG 082.		3

Apêndice B – Tabela com todos os cabeçalhos de assunto utilizados

Tabela 3. *Cabeçalhos de assunto (parte 1/4)*

CABEÇALHO DE ASSUNTO	QT
Alimentos – Aspectos religiosos.	3
Alimentos – Aspectos religiosos – Cultos afrobrasileiros.	4
Alimentos – Aspectos religiosos – Umbanda.	1
Almanaques brasileiros.	1
Arte negra – Brasil.	2
Arte negra – Brasil – Catálogos.	1
Astrologia.	2
Belem – Religião.	1
Candomblé.	22
Candomblé – Dicionários.	1
Candomblé – Literatura polêmica.	4
Candomblé – Orações e devoções.	1
Candomblé – Rituais.	23
Candomblé – Feira de Santana (BA).	1
Candomblé – Rio de Janeiro (Estado).	2
Candomblé – São Paulo (SP).	1
Catimbó.	1
Charadas – Dicionários – Poliglota.	1
Ciências ocultas.	1
Ciganos – Miscelânea.	1
Classes sociais.	1
Contos brasileiros.	1
Contos umbandistas.	1
Convertidos à umbanda do cristianismo.	1
Convertidos ao cristianismo da umbanda.	4
Convertidos ao cristianismo da umbanda – Biografia.	2
Cor – Uso terapêutico.	1
Cosmas, santo.	1
Cristais – Uso terapêutico.	1
Cristianismo e outras religiões.	2
Culinária.	4
Culinária brasileira – Bahia.	5
Cultos – Brasil.	2
Cultos – Recife (PE).	1
Cultos afro-brasileiros.	10
Cultos afro-brasileiros – Dicionários.	1
Cultos afro-brasileiros – Literatura polêmica.	1
Cultos afro-brasileiros – Feira de Santana (BA).	1
Cultos afro-brasileiros – Rio de Janeiro (Estado).	1
Cultos afro-brasileiros – São Paulo (SP).	1
Cultos afro-brasileiros – Bahia – História.	1
Cultura popular – Brasil – Aspectos religiosos.	1
Cura pela fé e espiritismo.	3
Damianus, danto. [<i>sic</i> , santo]	1
Danças folclóricas – Rio de Janeiro (RJ).	4
Demônio.	1
Deuses afro-brasileiros.	3
Deuses afro-brasileiros – Culto.	4
Deuses da umbanda.	34
Deuses da umbanda – Culto.	5
Deuses da umbanda – Ficção.	1
Deuses da umbanda – Literatura infantojuvenil.	1
Deuses da umbanda – Miscelânea.	1

Tabela 3. *Cabeçalhos de assunto (parte 2/4)*

CABEÇALHO DE ASSUNTO	QT
Deuses iorubás – África, Leste.	1
Deuses iorubás – América.	1
Ervas – Aspectos religiosos.	1
Ervas – Aspectos religiosos – Umbanda.	1
Ervas – Uso terapêutico.	1
Escultura brasileira – Influências africanas.	2
Espiritismo.	59
Espiritismo – Literatura polêmica.	2
Espiritismo – Sociedades, etc.	1
Espiritismo – Brasil.	1
Espiritismo – Brasil – Estatísticas.	3
Espiritualidade.	1
Exu (Orixá).	4
Feitiçaria.	11
Feitiços.	5
Fetichismo – Brasil.	1
Fetichismo.	1
Ficção brasileira.	8
Ficção espírita.	1
Ficção umbandista.	42
Flores – Uso terapêutico.	1
Folclore dos negros – Rio de Janeiro (RJ).	4
Folcloristas – Brasil – Biografia.	1
Futebol – Aspectos religiosos – Umbanda.	1
Futebol – Miscelânea.	1
George, santo.	1
Homossexualidade – Brasil – Aspectos religiosos.	1
Iansã (Orixá).	2
Instrumentos musicais – África.	1
Integração social.	1
Iorubas – Religião.	1
Jogo de búzios.	1
Leitura da sorte.	1
Língua portuguesa - Gíria - Dicionários.	1
Língua portuguesa – Brasil – Dicionários.	1
Língua portuguesa – Regionalismos – Brasil.	1
Língua quimbundo.	1
Linguagem e línguas – Aspectos religiosos.	1
Línguas banto – São Paulo (Estado).	1
Literatura de cordel brasileira.	1
Livros para colorir – Literatura infantojuvenil.	1
Macumba.	23
Macumba e Igreja católica.	2
Mães-de-santo – João Pessoa (PB).	1
Magia.	6
Magia – Brasil.	2
Malês.	1
Medicamentos – Aspectos religiosos.	1
Medicina mágica e mística.	1
Mediunidade.	7
Médiuns.	1
Meio ambiente – Aspectos religiosos.	1
Mitologia africana na arte.	1

Deuses da umbanda – Obras ilustradas.	1
---------------------------------------	---

Mitologia brasileira.	1
-----------------------	---

Tabela 3. *Cabeçalhos de assunto (parte 3/4)*

CABEÇALHO DE ASSUNTO	QT
Negros – Religião.	2
Negros – Brasil.	4
Negros – Brasil – Religião.	2
Negros – Brasil, Nordeste – Religião.	1
Negros – Pernambuco – Religião – Exposições.	1
Negros – São Paulo (SP) – Religião.	1
Obras psicografadas.	61
Orações.	7
Oráculos.	1
Orixás.	20
Orixás – Culto.	1
Orixás – Literatura infantojuvenil.	1
Oxumaré (Orixá).	1
Papel sexual – Aspectos religiosos – Cultos afro-brasileiros.	1
Pessoas desabrigadas – Brasil.	1
Plantas – Aspectos religiosos.	1
Plantas – Aspectos religiosos – Cultos afro-brasileiros.	1
Plantas – Aspectos religiosos – Umbanda.	3
Poder (Ciências sociais).	1
Poesia espírita.	2
Poesia umbandista.	1
Pombagira.	17
Pombagira – Ficção.	1
Psicanálise e religião.	1
Psicotrópicos – Brasil.	1
Quimbanda.	33
Quimbanda – Rituais.	6
Quimbanda – Cuiabá (MT).	1
Religião.	1
Religião e ciência.	1
Religião e sociologia.	1
Religião e cultura – Influências africanas.	1
Religião e política – Brasil.	1
Santos cristãos – Biografia.	2
Sexo.	1
Sinais e símbolos.	1
Sincretismo (Religião).	2
Sociologia urbana – Brasil.	1
Sucesso nos negócios – Aspectos religiosos – Umbanda.	1
Superstição.	1
Trajes – Rio de Janeiro (RJ).	4
Umbanda na arte.	3
Umbanda.	412
Umbanda – Biografia.	2
Umbanda – Comemorações de centenários, etc.	1
Umbanda – Dicionários.	6
Umbanda – Estatísticas.	4
Umbanda – História.	6
Umbanda – Literatura infantojuvenil.	6
Umbanda – Literatura polêmica.	5
Umbanda – Miscelânea.	2
Umbanda – Obras ilustradas.	1
Umbanda – Orações e devoções.	1
Umbanda – Poesia.	1
Umbanda – Rituais – Miscelânea.	1

Tabela 3. *Cabeçalhos de assunto (parte 4/4)*

CABEÇALHO DE ASSUNTO	QT
Umbanda – Ceará.	2
Umbanda – Cuiabá (MT).	1
Umbanda – Feira de Santana (BA).	1
Umbanda – Portugal.	1
Umbanda – Rio de Janeiro (Estado).	2
Umbanda – Santa Catarina.	1
Umbanda – São Paulo (SP).	1
Umbanda – Brasil, Nordeste – Rituais.	1
Umbanda – Pernambuco – Exposições.	1
Umbanda – Rio de Janeiro (RJ) – Estudo de casos.	1
Umbanda – Rio de Janeiro (RJ) – História.	2
Nenhum assunto.	32

Análise do controle de vocabulário em repositórios institucionais brasileiros

Analysis of vocabulary control in Brazilian institutional repositories

Mariângela Spotti Lopes Fujita (1), Jessica Beatriz Tolare (2)

(1) UNESP – Campus de Marília, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, SP, mariangela.fujita@unesp.br. (2), j.tolare@gmail.com

Resumo

Os repositórios são considerados uma fonte imprescindível para a informação científica, tecnológica, artística e administrativa, em que é possível divulgar, preservar, acessar e recuperar essas informações. A recuperação da informação é realizada através dos pontos de acesso físicos e temáticos do documento atribuídos aos metadados. A falta de controle de vocabulário pode apresentar inconsistências, geradas pela polissemia, determinantes na imprecisão e irrelevância na recuperação. Com o objetivo de investigar e analisar a aplicação do controle de vocabulário em repositórios brasileiros, foram analisados 91 repositórios brasileiros de uma lista de 107 obtida na base do IBICT. A partir do estudo analítico dos repositórios foi possível observar três categorias que serviram de parâmetro para classificar os repositórios quanto ao controle de vocabulário: controle de vocabulário com vocabulários controlados do tipo modelos de relacionamento (6,6%), uso de vocabulários controlados do tipo modelos semelhantes a metadados (81,3%) e os sem controle de vocabulário (12,1%). Pode-se concluir que os repositórios armazenam uma diversidade de tipos de documentos em formato digital. Por isso, há necessidade em se pensar na representação desses documentos e, principalmente, em sua recuperação que podem ter mais uma opção de serem realizadas com controle de vocabulário para assegurar e aumentar a visibilidade e inclusão durante as buscas.

Palavras-chave: Vocabulário controlado. Controle de vocabulário. Repositórios brasileiros. Representação da informação

Abstract

Repositories are considered an indispensable source for scientific, technological, artistic and administrative information, where it is possible to disclose, preserve, access and retrieve this information. Information retrieval is performed through the physical and thematic document access points assigned to the metadata. Lack of vocabulary control may present inconsistencies, generated by polysemy, determining imprecision and irrelevance in retrieval. In order to investigate and analyze the application of vocabulary control in Brazilian repositories, 91 Brazilian repositories were analyzed from a list of 107 obtained from the IBICT database. From the analytical study of the repositories, it was possible to observe three categories that served as a parameter to classify the repositories for vocabulary control: vocabulary control with controlled vocabularies of the type of relationship (6.6%), use of controlled type vocabularies models similar to metadata (81.3%) and those without vocabulary control (12.1%). It can be concluded that repositories store a variety of types of documents in digital format. Therefore, there is a need to think about the representation of these documents and, especially, their recovery, which may have one more option to be carried out with vocabulary control to ensure and increase the visibility and inclusion during searches.

Keywords: Controlled Vocabulary. Vocabulary Control. Brazilian repositories. Information representation

1 Introdução

Atualmente, os repositórios digitais são recursos considerados fundamentais na divulgação, preservação e recuperação do conhecimento gerado na produção científica, tecnológica, artística e administrativa em instituições. A organização e gestão do conhecimento a partir de documentos e dados passa a ter grande importância na avaliação interna e externa.

Da mesma forma que um catálogo online ou base de dados, o repositório possui sistema de recuperação da

informação por pontos de acesso do documento e dos metadados o que possibilita acesso ao documento digital contido no repositório. No caso do assunto, assim como em outras bases de dados é possível verificar se houve controle do vocabulário utilizado para representação na indexação ou na busca.

A falta de controle de vocabulário pode gerar vários tipos de inconsistências determinantes para a imprecisão e irrelevância na recuperação de informações em qualquer sistema de busca. Um dos problemas mais recorrentes é a polissemia. O controle

de vocabulário é realizado pelo uso de vocabulário controlado:

(a) para indicar qual de dois ou mais termos sinônimos está autorizado a ser utilizado; (b) para distinguir entre homógrafos; e (c) para indicar relações hierárquicas e associativas entre os termos no contexto de um vocabulário controlado ou lista de cabeçalho de assunto (ANSI/NISO Z39.19, 2005, p.10).

Em pesquisa com 26 repositórios institucionais (RIs) de ensino e pesquisa de instituições universitárias do Brasil, (ANDRADE e CERVANTES, 2012) foram obtidos resultados muito baixos com relação ao controle de vocabulário entre os 26 RIs. A Classificação Decimal Universal (CDU) e a LCSH são, respectivamente, o mais e o menos utilizado entre os vocabulários controlados empregados na indexação. A pesquisa observa ainda que nenhum repositório disponibiliza o vocabulário controlado para consulta dos usuários durante a busca por assunto.

O estudo exploratório sobre controle de vocabulário em repositórios universitários é o tema desta investigação cujo objetivo é a observação e análise de sua aplicação com uso de vocabulários controlados. A importância de estudos exploratórios dessa natureza está na necessidade de observar, analisar, discutir, divulgar e compartilhar possibilidades de mudanças de aprimoramento para representação e recuperação de conteúdos digitais, além de propiciar inferências sobre outros problemas a serem investigados.

2 Controle de vocabulário e vocabulários controlados

O controle de vocabulário em Organização do Conhecimento é historicamente relacionado ao uso de vocabulários controlados, com destaque a tesouros, para representação e recuperação temáticas. Essa relação é, na verdade, resultado de uma interdependência natural do processo de controle de vocabulário com a construção de vocabulários controlados em função da aplicação das operações necessárias de controle de vocabulário, definidas por Barité (2014, p.99) como “[...] um conjunto de técnicas e procedimentos que são exercidos sobre expressões linguísticas chamadas 'termos', que representam conceitos em um dado contexto temático”.

A natureza do controle de vocabulário está associada, também, aos domínios de especialidade em áreas cuja terminologia, pertinente e qualificada, assegura consistência na representação e recuperação de seus conteúdos informacionais.

No debate que persiste até hoje entre uso de controle de vocabulário versus linguagem natural, desde que se iniciaram os primeiros estudos de processamento

automático de linguagem natural, é preciso considerar que ambos se valem mutuamente. Barité (2014, p. 107) refere-se, acertadamente, a “[...] uma integração de métodos e modalidades prevalece antes de escolher uma das duas formas de acesso”. Complementa ainda que

[...] escolha implica empobrecimento, e o investimento em inovação tecnológica e geração de ferramentas para recuperação, associação e uso de informações e documentos de todos os tipos, vai claramente na direção contrária.

O tesouro, por exemplo, é um dos vocabulários que oferece alta complexidade de relacionamentos e é citado em Organização do Conhecimento (Hodge, 2000, Zeng, 2005, 2008) como um dos tipos de sistemas de organização do conhecimento. As normas internacionais mais atualizadas, ISO 25964 Information and documentation: part 1: thesauri and interoperability with other vocabularies (International Organization for Standardization, 2011) e ISO 25964 Information and documentation – thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies (International Organization for Standardization, 2013), tratam de tesouros e da interoperabilidade com outros vocabulários para sua construção. O que significa que a integração automática de vocabulários controlados é uma forma de atualização importante e constante.

Um dos principais motivos dessa integração é o que Hjørland (2008) considera como o princípio do vocabulário controlado ser essencialmente uma maneira de evitar sinônimos e homônimos como termos de indexação.

Zeng (2005) considera que “O principal objetivo do controle de vocabulário é obter consistência na descrição de objetos de conteúdo e facilitar a recuperação.” (ZENG, 2005, p.1). De forma mais específica, Barité (2014), elenca cinco objetivos do controle de vocabulário: 1. restrição com relação à quantidade de termos, extensão e alcance de cada termo, e, quantidade de relações entre termos; 2. desambiguação entre termos homônimos e polissêmicos, variantes, sinônimos e/ou quasi-sinônimos; 3. normalização para controle de autoridades; 4. hierarquização; 5. relação intratermos (sinônimos, quasi-sinônimos e variantes) e entre termos (relações hierárquicas e associativas). O conjunto desses objetivos parece estar diretamente relacionado aos vocabulários controlados com complexidade de funções tais como as existentes em tesouros.

Os vocabulários controlados têm, caracteristicamente, dupla função com objetivo de reciprocidade no controle de vocabulário: podem ser usados durante os processos de representação e busca.

Os primeiros vocabulários controlados surgiram com o intuito de atender a demanda da organização de coleções por causa do crescimento rápido e, como consequência, a necessidade de organização para facilitar no processo de recuperação (MOREIRA; MOURA, 2006). Terra e Vasconcelos (2015) complementam que o vocabulário controlado ajuda no tratamento dos documentos informacionais, pois tem como função o de representar os assuntos dos documentos e possibilitar recuperação mais precisa da informação.

De acordo com Narukawa (2011), o vocabulário controlado é composto por uma gama de termos que se relaciona de forma hierárquica e/ou alfabética, podendo, dessa forma, aparecer em duas estruturas: macroestrutura e microestrutura.

Kobashi (2008) esclarece que:

- **Macroestrutura** – é um esquema temático global do vocabulário. Sendo que esse apresenta categorias mais amplas dos campos de conhecimentos abrangidos de forma hierárquica.
- **Microestrutura** – dispõe, em forma alfabética, as unidades de vocabulário denominado como descritores.

Gil Leiva (2008) apresenta vantagens e desvantagens na aplicação do vocabulário controlado:

- **Vantagens** – facilidade na busca (sinônimos, notas de aplicação, hierarquias, associação, etc.); superação de problemas de sintaxe, tais como os problemas envolvendo termos compostos e níveis de indexação, contorna-se a perda completa de precisão, além da vantagem na base de dados e nos sistemas multilíngues.
- **Desvantagens** – há uma lacuna na especificidade e na exaustividade, pois não é possível contemplar todos os termos como na linguagem natural e, mesmo assim, os indexadores podem cometer erros como o de omissão.

A atualização periódica é considerada complicada e difícil no sentido de haver perdas, distorção das palavras do autor, atribuição de termos errôneos, alto custo e pode haver dificuldades na interoperabilidade de informações por causa da incompatibilidade entre linguagens controladas. (GIL LEIVA, 2008).

Narukawa (2011) complementa que mesmo o vocabulário controlado possuindo falhas, as vantagens são de extrema importância, principalmente por causa da necessidade de haver um controle nos sistemas de informação.

Na área de Organização do Conhecimento, o termo vocabulário controlado é considerado uma variação terminológica relacionada à sistemas de organização do conhecimento (KOS), assim como linguagem de indexação (MAZZOCHI, 2018).

Gollub (2011) faz uma distinção importante para o termo “vocabulários controlados”: “[...] pode ser usado para denotar qualquer conjunto controlado de termos ou lista controlada de termos usados na descrição do documento, ou seja, em metadados descritivos”.

A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 trouxe essa perspectiva diferente de uso para controle de vocabulário

“[...] para melhorar a eficácia dos sistemas de armazenamento e recuperação de informações, sistemas de navegação na Web e outros ambientes que buscam identificar e localizar o conteúdo desejado por meio de algum tipo de descrição usando a linguagem.” (ANSI/NISO Z39.19, 2005, p. 1, tradução nossa).

De fato, sites corporativos de empresas, organizações institucionais privadas ou públicas, assim como bancos e bases de dados cada vez mais precisam organizar suas coleções de dados e o termo “vocabulário controlado” passou a ser utilizado para ambientes na internet e intranet que necessitam de controle de vocabulário. Repositórios institucionais são, atualmente, parte desse ambiente de sites que utilizam metadados descritivos.

Fast, Leise, Steckel (2002) explicam a necessidade de organização da informação quando há muita

“[...] riqueza, variação e confusão na terminologia que muitas vezes precisamos impor alguma ordem para facilitar o acordo entre os conceitos dentro do site e o vocabulário da pessoa que o utiliza.” (FAST; LEISE; STECKEL, 2002).

Por outro lado, Gollub (2011) considera que linguagens de indexação são tipos de vocabulários controlados que

“[...] representam linguagens formalizadas projetadas e usadas para descrever o conteúdo do assunto dos documentos para fins de recuperação da informação”. (GOLLUB, 2011, p. 1, tradução nossa).

Podemos dizer que sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) realizam o controle de vocabulário em sistemas de informação, que necessitam prover a recuperação da informação armazenada, seja de forma retrospectiva ou atualizada.

Muitas tipologias de sistemas de organização do conhecimento existem em função dos contextos de aplicações que, segundo suas características distintas, se classificam em três grupos: (ZENG, 2008)

- **Lista de termos** – glossários, arquivos de autoridades, dicionários, listas de seleção, anéis de sinônimos;
- **Modelos semelhantes a metadados** (arquivos de autoridades, diretórios, dicionários geográficos)
- **Modelos de classificação e categorização** – listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação de bibliotecas, taxonomias e esquemas de categorias;
- **Modelos de relacionamento** – tesouros, redes semânticas e ontologias.

3. Repositórios

Vidotti et al. (2017) explicam que a evolução e a disseminação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) mudou as interações entre os indivíduos com as informações científicas. Sendo assim, promoveu o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas com uma alta capacidade de processamento e de armazenamento, facilitando o acesso e uso das publicações científicas.

Segundo Marques e Vechiato (2015), os repositórios surgem como um dos produtos do movimento de acesso aberto à informação científica, com o objetivo de promover a produção de forma livre e sem custos.

Os repositórios foram criados como ambientes informacionais que viabilizam os processos de acesso, preservação da informação e da interoperabilidade entre os recursos informacionais. (SANTOS et al, 2018).

O Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) (2015) define os repositórios institucionais como:

“[...] sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à população intelectual de comunidades científicas, incentivam e gerenciam a publicação pelo pesquisador (auto-arquivamento), utilizam tecnologia aberta e podem ser acessados por diversos provedores de serviços nacionais e internacionais.” (IBICT, 2015).

Miranda, Moura e Souza (2017) explicam que os repositórios contribuem para acelerar o processo de disseminação dos resultados de pesquisas pelo fato de adotarem o protocolo aberto, *Open Archives Initiative* (OAI), sendo possível, de forma, realizar uma pesquisa em outros repositórios.

Weitzel (2006) explica que o funcionamento dos repositórios são:

“[...] como provedores de dados possibilitando a coleta integrada dos metadados pelas ferramentas de busca de ampla audiência, tal como Google, Google Scholar e provedores de serviços do porte da OALster, aumentando

a oportunidade de outros pesquisadores de conhecer novos trabalhos e promover o desenvolvimento do ciclo produtivo da ciência.” (WEITZEL, 2006, p. 60).

Costa e Leite (2009) apresentam os diferentes tipos de repositórios, mas ressaltam que há dois considerados como os principais: Repositórios Institucionais e os Repositórios Disciplinares, conhecidos também como temáticos. Márdero Arellano (2008) apresenta um terceiro tipo de repositório: o Central.

- **Repositórios Institucionais** – estão relacionados com a produção científica de uma determinada instituição. O serviço de informação científica em meio digital e interoperável, dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição, que abrange o armazenamento, a organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a disseminação da informação científica produzida na instituição.

Crow (2002) complementa que esses repositórios, uma vez implementados, fornecem um sistema de comunicação científica, que amplia o acesso e garante o controle da produção acadêmica.

- **Repositório Disciplinares ou Temáticos** – são voltados para uma ou várias áreas do conhecimento.
- **Repositório Central** – considerados provedores de serviços nacionais ou internacionais.

Santos et al. (2018) discorrem sobre a importância da confiabilidade dos repositórios digitais mesmo em contextos específicos. Em 2000, essa questão começou a ser tratada pelo *Research Libraries Group* (RLG) e o *Online Computer Library Center* (OCLC). Em 2002, saiu os resultados e com ele foi publicado um relatório redigido pelo grupo de trabalho RLG e OCLC, que formula as bases conceituais definidas como Repositórios Digitais Confiáveis, estabelecendo assim a definição, os atributos e as responsabilidades, que devem ser assumidas para a criação de um Repositório Digital Confiável.

Com essa publicação do relatório, norteou-se a identificação de características para repositórios digitais para organizações de investigação, assim, consolidando o modelo *Open Archival Information System* (OAIS). (SANTOS et al., 2018).

Veiga e Macena (2015) explicam que o Acesso Aberto (AA) segue dois caminhos:

- **Via Dourada** – subdivide-se em duas: a linha pura e a linha híbrida. Na primeira todos os artigos estão disponibilizados sem barreiras financeiras para o leitor. Enquanto na via

híbrida há apenas alguns artigos de periódicos que são disponibilizados para o público. Tantos os artigos abertos quanto os fechados coabitam no mesmo periódico.

- **Via Verde** – concretizado através da disponibilização dos resultados de pesquisa, avaliados por pares, em arquivos abertos. Essa disponibilização é realizada através do depósito da produção do pesquisador/autor em repositório com o acesso aberto.

A Declaração de Budapeste (BOAI) fala que o compartilhamento no repositório deve ser feito através do autoarquivamento, considerada a primeira estratégia para o alcance do acesso aberto.

O IBICT assumiu o papel de entidade principal em escala nacional para criações políticas e da promoção de ações voltadas para a implantação de repositório nas instituições de ensino e pesquisa.

Em setembro de 2005, o IBICT lançou o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à informação científica no Brasil. Ele dá continuidade para a implantação de movimento de acesso aberto. Esse manifesto se tornou um documento de referência, que atribuiu recomendações para a comunidade científica em favor do acesso aberto à informação científica.

O IBICT realizou duas iniciativas consideradas importantes: a implementação de um projeto piloto com a criação de repositórios institucionais e o edital IBICT-FINEP/PCAL/XDBD N°002/2009.

No Projeto Piloto, 5 universidades federais foram contempladas para a criação do repositório. No edital foram contempladas 27 instituições que receberam kits tecnológicos para a operação do Dspace e a criação do repositório, com treinamento de pessoal, suporte técnico e informacional “com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica” (FUNCATE, 2009; INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2009; MARRA, 2014 apud VEIGA; MACENA, 2015).

Em 2014, Vieira realizou um levantamento dos repositórios institucionais das universidades federais, que estavam registradas no site do IBICT e constatou que apenas 23 das 73 universidades possuem repositórios ativos. Em 80% dos casos, o bibliotecário é o profissional que atua na gestão do repositório. O Brasil fica próximo da marca dos Estados Unidos, onde 90% dos repositórios ativos são geridos por bibliotecários ou profissionais que atuam na biblioteca.

Marques e Vechiato (2017) explicam que a interoperabilidade possui a capacidade de comunicação e troca de dados e informações entre sistemas sem

haver, necessariamente, a intervenção humana. A comunicação pode ocorrer de diferentes formas, mas sempre interligadas e dependentes, podendo ser pela semântica ou pela forma sintática, pela tecnologia ou pela estrutura organizacional.

Riley (2017) aborda a interoperabilidade como troca efetiva de conteúdo entre sistemas e baseia-se na descrição desse conteúdo na forma de metadados padronizados para que os sistemas possam efetivamente importar e exportar.

Kubicek e Cimander (2009) e Rezaei et al. (2014) apontam que a interoperabilidade possui quatro dimensões:

- **Dimensão Organizacional** – refere-se à capacidade das organizações de comunicar e transferir informações apesar do uso de uma variedade de sistemas de informação sobre diferentes tipos de infraestruturas;
- **Dimensão Semântica** – relacionada com a definição de conteúdo por meio de conceitos e métodos reconhecidos;
- **Dimensão Sintática** – possui a capacidade de trocar de dados, definindo o formato dos dados para a realização dessa troca;
- **Dimensão Técnica** – responsável pela comunicação máquina e máquina entre sistemas e plataformas.

Marques e Vechiato (2017) afirmam que todas as dimensões são indispensáveis. Contudo, segundo Baptista (2010), apenas a interoperabilidade é uma técnica considerada imprescindível, pois é responsável por manter os sistemas de informação interoperáveis com padrões tecnológicos comuns. A autora complementa que a ocorrência de falha ou inexistência de interoperabilidade em qualquer um dos níveis de comunicação compromete toda a tentativa de comunicação.

4 Controle de vocabulário em repositórios brasileiros: análise e resultados

Realizou-se pesquisa exploratória para observação e análise do controle de vocabulário em repositórios brasileiros para verificar quais possuem controle de vocabulário e quais são os vocabulários controlados utilizados. Segundo Gil (2010) as pesquisas exploratórias são necessárias para a familiarização com o problema com vistas a torná-lo mais explícito e assim definir outros problemas a serem investigados. A coleta de dados nas pesquisas exploratórias é variada e nesta pesquisa optou-se pela análise do objeto de estudo em questão, o controle de vocabulário em repositórios no

que tange à presença de controle de vocabulário. A coleta de dados não foi previamente determinada por parâmetros específicos, mas pautou-se inicialmente por uma exploração aleatória em busca de identificadores comuns e, em um segundo momento, após familiarização, obteve-se em análise empírica a identificação de alguns padrões, principalmente com relação ao tipo de vocabulário controlado.

O método de análise empregado foi realizado em cada repositório mediante verificações referentes aos tipos de repositórios (institucional, temático ou central), aos tipos documentais organizados e à existência de algum tipo de controle de vocabulário para identificar tipos de vocabulário controlado utilizados.

Com relação aos tipos de repositórios, foram identificados com base na classificação de Costa e Leite (2009) e Márdero Arellano (2008) como: institucionais, temáticos e centrais. A identificação dos tipos de repositórios foi realizada com base nas definições dos referidos autores e observada dentro dos repositórios. No caso do repositório central, observou-se que armazena determinado tipo de documento digital de várias instituições em âmbito nacional como, por exemplo, o repositório brasileiro de teses e dissertações. Os tipos e quantidades de documentos existentes foram identificados com informações que constam na página de cada repositório junto às opções de busca avançada, em que se pode buscar por assuntos, coleções, temas, tipos de documentos etc. Em alguns repositórios os variados tipos de busca são listados em uma coluna à direita ou esquerda para escolha dos usuários com o nome de “pesquisa facetada”. Os tipos de vocabulários controlados foram identificados nas ferramentas de busca ou navegadores que disponibilizam opção de “busca por assunto” ou “descritores de assuntos” e também nas colunas da direita ou esquerda por meio das opções de “pesquisa facetada” ou “busca facetada”.

A amostra de 91 repositórios brasileiros foi obtida com base na lista do IBICT, composta de 107. Nessa lista, o acesso é disponível por links que direcionam aos sites onde se localizam cada repositório. Após verificação de localização de cada repositório da lista de 107, foram verificados que 15 repositórios estão indisponíveis e um possui acesso restrito na internet, portanto, a amostra ficou em 91. Após verificação de cada repositório, identificou-se que dos 91 repositórios, 62 são institucionais, 20 centrais e 9 temáticos.

Destaca-se que os 62 institucionais são de instituições de ensino superior e as tipologias dos documentos armazenados são diversas e variadas: teses, dissertações, monografias de conclusão de curso de graduação e de cursos de especialização, artigos científicos, livros, anais de eventos, recursos

educacionais, legislação, patentes, cartas, resenhas, resumos, capítulos de livros, apresentações de aulas, dossiês, notícias, comentários, ensaios, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos, arquivos de áudio, banners, imagens fixas e em movimento, jogos educativos, software, vídeos, periódicos, material de pesquisa, modelos de visualização e simulação, publicações multimídias, registros administrativos, dados bibliográficos, página web, coleções de biblioteca digital reformatadas, material didático, preprint, manuais de procedimentos técnicos, boletins, memoriais acadêmicos, eventos, mapas, manuscritos, *clipping*, arquivos multimídias, guias, comunicações, notas técnicas, boletins técnicos e de extensão, materiais de laboratório, web palestras, vídeo aulas, projetos de pesquisa e de extensão, histórica em quadrinhos, produção artística e cultural, entrevistas, folhetos, cartazes, gravação musical, podcast, erratas, partitura, regulamentos.

Os repositórios centrais e os temáticos possuem menor diversidade de tipologias documentais, como, por exemplo, um dos repositórios centrais somente armazena recursos educacionais em áudio visual e textos, outro somente legislação em texto e áudio, ou também, somente teses e dissertações. Nos repositórios temáticos existe mais diversidade de tipologias documentais, porém, devotadas ao tema, como, por exemplo, o repositório temático do Acervo Antônio Carlos Jobim que armazena músicas e todas as demais tipologias relacionadas à música, fonogramas, textos sobre música, manuscritos de música, gravações, partituras publicadas etc.

No que tange ao controle de vocabulário, verificaram-se três situações que se tornaram 3 categorias que serviram como parâmetros para a classificação do controle de vocabulário dos repositórios. As duas primeiras categorias são fundamentadas na classificação de Zeng (2008) e a última categoria, que consideramos empírica, foi criada a partir dos resultados da análise:

Categoria A: controle de vocabulário com vocabulários controlados do tipo de modelos de relacionamento: 6 repositórios;

Categoria B: uso de vocabulários controlados do tipo modelos semelhantes a metadados: 74 repositórios;

Categoria C: uso de vocabulário não controlado ou livre: 11 repositórios.

Ressalte-se que na categoria A os vocabulários controlados utilizados são tesouros (*Thesagro*, *National Agricultural Library Thesaurus* - NAL Thesaurus, WebTHES), que apresentam relacionamentos entre os termos, e as listas de assunto estruturadas (*Descritores em Ciências da Saúde* - DeCS, *Vocabulário USP* -

VocaUSP, e Terminologia da Saúde), que apresentam os descritores organizados em estrutura hierárquica. Nessa categoria foi possível observar que os vocabulários controlados identificados apresentam características de controle de vocabulário formuladas nos objetivos de Barité (2014): restrições, desambiguação, normalização, hierarquização, relações intratermos e entre termos.

Na categoria B, em que foram classificados 81,3% dos repositórios da amostra, a situação é de uso de lista de assuntos autorizados em ordem alfabética sem preocupação com relacionamento entre termos ou controle de vocabulário. Geralmente, existe nesses repositórios uma lista de termos autorizados que são utilizados pelo usuário como assuntos que dão acesso a coleções documentais. Via de regra não existem informações a respeito da fonte da lista de termos autorizados ou de como foram organizadas o que, provavelmente, confirma a possibilidade dessas listas terem sido geradas a partir de palavras-chave dos próprios documentos. É importante considerar que, possivelmente, essas listas foram compiladas a partir de uma seleção de termos que passaram por processo de controle de vocabulário e foram, assim, autorizados para consulta e uso durante as buscas. Essa é uma categoria que merece investigação com coleta de dados mediante questionário e entrevista aos gestores desses repositórios.

Na terceira categoria (C) estão os repositórios com vocabulário não controlado ou livre. A observação realizada nesses repositórios não identificou nenhum tipo de lista alfabética ou estruturada de termos autorizados pelo próprio sistema que tivesse algum tipo de controle de vocabulário. Na observação de alguns dos metadados dos documentos digitais desses repositórios, verificou-se que alguns tinham campos de assunto preenchidos com palavras-chaves ou assuntos. Entretanto, esses repositórios não elaboraram listas com essas palavras-chaves, por isso não foi possível inferir se foi utilizado um vocabulário controlado para a representação do conteúdo desses documentos. Nesses 11 repositórios estão 5 institucionais de instituições de ensino superior, 2 temáticos e 4 centrais.

Em todo caso, cabe levantar o questionamento acerca da existência de integração das modalidades de vocabulário controlado e linguagem natural nos repositórios, tendo em vista que os tipos de vocabulários controlados existentes nas categorias B e C foram, provavelmente, elaborados a partir das palavras-chaves cuja atribuição aos documentos foi realizada pelos autores sem consulta a vocabulários controlados.

5 Conclusão

Os repositórios analisados demonstram capacidade para armazenar diferentes tipos de documentos em formato digital para acompanhar o desenvolvimento de uma determinada instituição, como, por exemplo, teses e dissertações incluídas de forma constante no caso de instituições de ensino superior que possuem Programas de Pós-Graduação. Essa situação acarreta necessidades e problemas cujas soluções são, na maioria dos casos, tecnológicas. As necessidades de armazenagem do formato nativo digital dos documentos facilitam sua inserção nos repositórios de modo mais rápido e em grandes quantidades. Entretanto, enquanto se pensa no aumento da quantidade de documentos, é preciso pensar na representação desses documentos por metadados para facilitar sua recuperação e, também, interoperabilidade, principalmente semântica. Nesse caso, é desejável a integração das modalidades de vocabulário controlado e linguagem natural nos campos de assunto dos metadados para o aumento de possibilidades de acesso.

Além disso, usuários institucionais dos repositórios que realizam autoarquivamento poderiam ter acesso ao vocabulário controlado como mais uma opção de representação dos assuntos dos documentos e ampliação da garantia de recuperação, principalmente se o mesmo vocabulário for utilizado por outros usuários que fazem busca nos repositórios. A opção de escolha de palavras-chaves pode ser aumentada e aprimorada a partir da integração do vocabulário controlado e o usuário teria uma fonte terminológica positiva e confiável de sua área de especialidade para ajudá-lo a aumentar as possibilidades de visibilidade e recuperação de sua publicação.

Cabe ainda recomendar o estudo mais detalhado do controle de vocabulário existente nos repositórios da categoria 2 para confirmar como estas listas de termos autorizados em ordem alfabética foram geradas.

Notas

Este trabalho tem apoio do CNPq e Capes.

Referências

- ANDRADE, M. C. de, CERVANTES, B. M. N.A contribuição da organização do conhecimento para a interoperabilidade semântica: alternativas para repositórios institucionais. *Inf. Prof.*, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 152 –170, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>. Acesso em 01 maio 2019.
- ANSI/NISO Z39.19-2005 *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Disponível em: <http://www.niso.org/kst/reports/standards/>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- BAPTISTA, A. A. A falar nos entendemos: a interoperabilidade entre repositórios digitais. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). *Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 71-90. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11517/1/RI_Ana%20Alice%20Baptista.pdf. Acesso em 02 maio 2019.
- BARITÉ, M. El control de vocabulario en la era digital: revision conceptual. *Scire*, v.20, n.1, p.99-108, 2014. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4196>. Acesso em: 25 de junho de 2019,
- COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. F. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memórias, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 06 maio 2019.
- CROW, R. *The case for institutional repositories: a SPARC position paper*. ARL: bimonthly report 223, Aug. 2002. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositoriesSPARCPaper.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.
- FAST, K., LEISE, F., STECKEL, M. *What Is a Controlled Vocabulary?* 2002. Disponível em: http://web.archive.org/web/20030811115443/http://www.boxesandarrows.com/archives/what_is_a_controlled_vocabulary.php. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- FUNCATE. *Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009*. [São Paulo]: FUNCATE, 2009.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.
- GIL LEIVA, I. *Manual de indización:: teoría y práctica*. Gijón: Trea, 2008. 429 p. Sumário e prólogo da obra disponível em: webs.um.es/igil. Acesso 23 abr. 2019.
- GOLLUB, K. Knowledge Organisation Systems. *Technical Foundations*, UK. 6. 2011. Disponível em: <http://lnu.diva-portal.org/smash/get/diva2:793321/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO). *Knowledge Organization*, v.35, n2/3, p.86-101, 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/1196/pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.
- HODGE, G. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authorities' files*. Washington, DC: CLIR, 2000. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBITC, 2009. Disponível em: <http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2009/sai-o-resultado-do-edital-finep-pcalxbdb-002-2009/impressao>. Acesso em 05 maio 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT, 2015. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>. Acesso em 05 de maio de 2019.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO/FDIS 25964-1: Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneva: International Organization for Standardization, 2011.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO/FDIS 25964-2: Information and documentation – thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies. Geneva: International Organization for Standardization, 2013.
- KOBASHI, N. Y. *Vocabulário controlado: estrutura e utilização*. São Paulo: ENAP, 2008. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1289/41/Vocabul%C3%A1rio%20controlado%20-%20estrutura%20e%20utiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.
- KUBICEK, H.; CIMANDER, R. Three dimensions of organizational interoperability: insights from recent studies for improving interoperability frame-works. *European Journal of e Practice*, v.1, n. 6, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e577/473a84b71fda605b04aa64a65d95d96fd596.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.
- LANCASTER, F. W. *El control del vocabulario en la recuperacion de informacion*. 2ed. Sargozza: Universidad de València, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31735053_El_control_del_vocabulario_en_la_recuperacion_de_informacion_FW_Lancaster_tr_por_Alejandro_de_la_Cueva_Martin. Acesso em: 06 maio 2019.

- MÁRDERO ARELLANO, M. A. *Crítério para a preservação digital da informação científica*. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11884842.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.
- MARQUES, C. de A. G.; VECHIATO, F. L. *Interoperabilidade entre repositório institucional e sistema acadêmico*. XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/200>. Acesso em: 06 maio 2019.
- MAZZOCCHI, F. Knowledge organization systems (KOS). In: Encyclopedia of Knowledge Organization, 2018. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/kos>. Acesso em: 1 de maio de 2019
- MIRANDA, I. A. de A.; MOURA, M. A.; SOUZA, L. A. C. Repositórios Institucionais e redes sociais acadêmicas: potencialidades e contribuições para a divulgação da ciência. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/251>. Acesso em: 06 maio 2019.
- MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI: Tesouro em Ciência da Informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*. v. 7, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007757/27466a615ff97c8ea30886db7bc3b9f4>. Acesso em: 06 maio 2019.
- NARUKAWA, C. M. *Estudo de vocabulário controlado na indexação automática*: aplicação no processo de indexação do Sistema de Indización Semiautomática (SISA). 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93677?show=full>. Acesso em: 06 maio 2019.
- REZAEI, R. et al. Interoperability evaluation models: a systematic review. *Computer in Industry*, v. 65, n. 1, p. 1-23, jan. 2014. Disponível em: <https://kundoc.com/pdf/interoperability-evaluation-models-a-systematic-review-.html>. Acesso em: 06 maio 2019.
- RILEY, J. *Understanding metadata: what is metadata, and what is it for?*, NISO, 2017. Disponível em: <https://www.niso.org/publications/understanding-metadata-2017>. Acesso em: 06 maio 2019.
- SANTOS, P. L. V. A. da C.; SIMIONATO, A. C.; GONÇALEZ, P. R. V. A.; ARAKAKI, F. A. Repositórios de dados na América Latina: a ISO 16363:2012 e a representação da informação. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2018. Disponível em: [/xixenancib/paper/viewFile/1295/1706](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1295/1706). Acesso em: 06 maio 2019.
- TERRA, G. de M.; VASCONCELOS, T. R. Vocabulário controlado em repositórios de instituições de ensino superior brasileira: estudo comparativo. *RACIn*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 32-51, 2015. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v3_n1/racin_v3_n1_artigo03.pdf. Acesso em 23 abr. 2019.
- VEIGA, V.; MACENA, L. G. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 35-47, dez 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107/10302>. Acesso em: 06 maio 2019.
- VIDOTTI, S. A. B. G.; CONEGLIAN, C. S.; ROA-MARTÍNEZ, S. M.; ARAKAKI, F. A.; BRANDT, M. B.; COSTA, A. M. J. F. da. Repositório de dados de pesquisa para grupo de pesquisa: um projeto piloto. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/40198>. Acesso em: 06 maio 2019.
- VIEIRA, B. M. *Análise sobre o tema repositórios*: visão de gestores de bibliotecas das Instituições Federais que contam com repositórios. 2014. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://bdtdccs.furg.br/handle/1/91>. Acesso em: 06 maio 2019.
- WEITZEL, S. da R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. *Em Questão*, v. 12, n. 1, p. 51-71, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 06 maio 2019.
- ZENG, M. L. *Construction of controlled vocabularies: a primer* (based on Z39.19). 2005. Disponível em: <http://www.slis.kent.edu/~mzeng/Z3919/index.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- ZENG, M. L. Knowledge organization systems (KOS). *Knowledge Organization*, v.35, n2/3, p.160-82, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/26672820/Knowledge_Organization_Systems_KOS. Acesso em 06 maio 2019

Uma comunidade, uma prática e um glossário: a análise do domínio Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé

A community, a practice and a glossary: the analysis of Ecology and Socio-environmental Development of Macaé Domain

Miriam Gontijo de Moraes (1), Ana Lúcia da Cunha Dias Pellegrino (2)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, (1) mgontijo@outlook.com.br (2)
apellegrino2005@gmail.com

Resumo

Para fins deste trabalho se observa a condição da produção científica de uma comunidade de prática: a dos pesquisadores do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ), hoje Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade. A abordagem da organização do conhecimento por meio de comunidades de prática é uma tendência em sociedades caracterizadas pela complexidade e fragmentação do conhecimento e na constatação de que problemas socioambientais e tecnológicos complexos são solucionáveis apenas com a colaboração e experiência de vários campos. A proposta de organizar a produção científica do NUPEM a partir da análise de domínio é baseada nos fundamentos da organização e representação do conhecimento, reconhecendo aqui o contexto multidisciplinar dessa comunidade de prática e a produção de uma linguagem especializada. O produto gerado é um glossário a partir de 711 termos de 83 dissertações, desenvolvidas no período de 2012 a 2017. Utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin para a identificação do campo lexical e semântico, e a Teoria de Conceito de Dalberg para a caracterização dos conceitos e os relacionamentos entre eles. O Glossário tem uma estrutura facetada, com os termos distribuídos nas macrocategorias PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo).

Palavras-chave: Organização do Conhecimento, Sistema de organização do conhecimento, Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé, Comunidade de Prática.

Abstract

For the prozes of this work, the scientific production of a practice community, the researchers of the Nucleus in Ecology and Socioenvironmental Development of Macaé (NUPEM / UFRJ), today the Institute of Biodiversity and Sustentability, is observed. The approach to knowledge organization through communities of practice is a trend in societies characterized by the complexity and fragmentation of knowledge and the realization that complex socio-environmental and technological problems are only solvable with collaboration and experience in various fields. The proposal to organize the scientific production of Nupem, from the domain analysis, is based on the foundations of the organization and representation of knowledge, recognizing here the multidisciplinary context of this community of practice, and the production of a specific language. The generated product is a Glossary from 711 terms of 83 dissertations, developed in the period from 2012 to 2017. The technique of Content Analysis of Bardin was used for the identification of the semantic field, and the Dalberg Concept Theory for characterization of the concepts and the relationships between them. The Glossary has a faceted structure, with terms distributed in the PMEST (Personality, Matter, Energy, Space, and Time) macro categories.

Keywords: Knowledge Organization, Knowledge Organization System, Ecology and socio-environmental development of Macaé, Practice Community.

1 Introdução

No início da década de 80 do século XX, o professor Francisco de Assis Esteves, então docente da Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo, iniciou juntamente com seus estagiários as pesquisas pioneiras sobre a Ecologia das lagoas costeiras de Macaé e Região fluminense. Esta Região então passava por um período de profundas transformações socioeconômicas impulsionadas principalmente pela exploração do petróleo. As pesquisas realizadas pelo prof. Francisco Esteves e sua equipe resultaram nas primeiras publicações sobre estes ecossistemas de peculiaridade ecológica.

Para fins deste trabalho, observa-se como evidência empírica a condição da produção científica de uma comunidade de discurso, ou, na perspectiva de Wenger (1998), de uma comunidade de prática, a dos pesquisadores que compõem o Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ).

O principal interesse que se pode identificar para a constituição do campo científico que se denomina Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental foi, sem dúvida, a necessidade de preservar um dos poucos trechos do litoral brasileiro de grande extensão e que ainda estava intacto: a Restinga de Jurubatiba. Tomada

a consciência da necessidade de preservação, os pesquisadores, liderados pelo prof. Francisco de Assis Esteves, iniciaram a luta para transformar a Restinga de Jurubatiba em uma Unidade de Conservação. Assim, o grupo de pesquisadores, que se formava em torno do campo denominado Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé, liderou um movimento social, iniciado em 1995, a partir desse município fluminense, e que com o tempo passou a contar com o apoio de outros municípios, instituições e de pesquisadores do Brasil e do exterior, culminando com a criação, em abril de 1998, do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

O Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ), hoje Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade NUPEM/UFRJ, é um núcleo multidisciplinar de pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Historicamente associado ao Instituto de Biologia, a produção científica do NUPEM é capaz de integrar conceitos e métodos oriundos de diversas disciplinas da Biologia, Química, Bioquímica e Geologia na análise de questões ambientais.

A abordagem da organização do conhecimento por meio de comunidades de prática é uma tendência em sociedades que se caracterizam pela complexidade e fragmentação do conhecimento e na constatação de que problemas socioambientais e tecnológicos complexos são solucionáveis apenas com a colaboração e a experiência de vários campos.

Konig et al. (2013, p. 266) sugerem que o desenvolvimento de formas mais duradouras da organização seja entravado por dificuldades em manter uma cultura interdisciplinar. Outros estudos identificam que essas dificuldades podem ser parcialmente explicadas pelas filiações "tribais" de investigadores que resistem a abandonar sua própria perspectiva disciplinar resultante de anos de dedicação e experiência (Ferlie et al., 2005. Gooch, 2005). Esses nichos tribais também podem ser avaliados sob as lentes da categoria Comunidades de Prática disciplinares no âmbito de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Enquanto um campo de pesquisa, a Organização e Representação do Conhecimento também pode ser entendida como um campo sociocultural que vai incidir sobre os modos de construção de instrumentos de representação e organização e que muitas vezes não é levada em conta na prática dos profissionais da informação.

Hjørland, em sua abordagem orientada ao domínio (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995), aponta que as "ferramentas, conceitos, significados, estruturas de informação, necessidades de informação e critérios de relevância são moldados em comunidade de discursos"

(HJØRLAND, 2002, p. 258). Por comunidades de discursos, o autor as define como aquelas nas quais ocorre um processo de comunicação ordenado e delimitado (HJØRLAND, 2002). Lave e Wenger (1991) explicam que a categoria Comunidade de Prática pode ser usada para descrever como atividades locais são organizadas e se interligam ao sistema social mais amplo. Três dimensões caracterizam as comunidades de prática: empenhamento mútuo (*mutual engagement*); empreendimento conjunto (*joint enterprise*); repertório partilhado (*shared repertoire*).

Com a criação do NUPEM, novos pesquisadores, com projetos de pesquisa, passaram a fazer parte de sua equipe ampliando o conhecimento da biodiversidade, de processos ecológicos e de teorias ecológicas sobre as lagoas e as restingas do Norte. Ao mesmo tempo, foi construído um repertório que, como afirma Cervantes (2009), são noções expressas por meio dos termos e símbolos influenciadas pelo contexto sociocultural e uma linguagem focada em um contexto, ou seja, em uma área especializada, que naturalmente elimina as possíveis diferenças e significado de uma palavra.

Ainda no contexto da Organização do Conhecimento, a Análise de Domínio é uma proposta teórica e metodológica que orienta o reconhecimento do contexto no qual se pretende operacionalizar a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento. Ela visa não apenas fundamentar as práticas referentes às operações de classificação e representação da informação, mas também dar consistência e maior rigor científico aos processos de representação do conhecimento e da informação (HJØRLAND, 2008).

A proposta desta pesquisa foi organizar a produção científica de uma comunidade de prática identificada no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé/ Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a partir da análise de domínio, caracterizando a produção do núcleo para melhorar a visibilidade e a recuperação da informação. O produto gerado a partir desta pesquisa é um Glossário dos termos do domínio Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé que auxilie na referência à indexação do campo assunto nos metadados adotados pelo Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para caracterizar a produção científica do NUPEM, foram identificados os atributos de uma comunidade de prática conforme o conceito desenvolvido em Wenger (1988), por se tratar de um grupo de pesquisadores e em um campo multidisciplinar. Após esse enquadramento, foi possível fazer a análise de domínio da pesquisa do NUPEM para identificação dos conceitos e principais temáticas que compuseram um glossário (terminologia) elaborado por meio da norma

ISO 704/2009, de elaboração de trabalhos terminológicos. Foram identificados 711 termos de 83 dissertações, desenvolvidas no período de 2012 a 2017, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação (PPG-CiAC), ligado ao NUPEM, que foram escolhidas para subsidiar a representação lógica e semântica do domínio. Após a delimitação do domínio, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para a identificação do campo lexical e semântico desse domínio e a Teoria de Conceito de Dalberg para a caracterização dos conceitos e os relacionamentos entre eles. Com a definição dos conceitos e suas formas verbais, também foram identificados os sinônimos e escolhidos os descritores para representação do domínio. A categorização dos termos foi feita com base na análise facetada de Ranganathan, com os descritores distribuídos em macro categorias, a exemplo do PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo). A elaboração do Glossário da produção científica do NUPEM é um instrumento para indexação, controle das ambiguidades e visibilidade desta produção, de forma a instrumentalizar a organização desta produção no âmbito do Repositório Institucional da UFRJ.

2 O surgimento de um campo científico

Entendendo ser o conhecimento e sua organização uma prática social, a perspectiva analítica da sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu, cuja categoria de análise do Campo Científico nos ajudou a delinear melhor a importância da instituição deste núcleo de pesquisa a partir da constituição de uma comunidade de prática. Segundo Bourdieu (1976), “O universo "puro" da mais "pura" ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros”, que toma forma específica em vários campos científicos. E enquanto um campo social, Bourdieu (1976) enfatiza que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse, pelo fato de que todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.). O que chamamos comumente de "interesse" por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros, portanto aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz indica a tendência dos pesquisadores a se concentrarem nos problemas considerados como os mais importantes. Isso se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico.

Encontramos na trajetória do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) uma forma específica de campo científico, segundo a categoria de análise de Bourdieu. Um interesse que se pode identificar para a constituição de um campo científico que se denomina Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental foi, sem dúvida, a necessidade de preservar um dos poucos trechos do litoral brasileiro de grande extensão, e que ainda é ecologicamente intacto: a Restinga de Jurubatiba.

Os resultados obtidos e a interação com a sociedade Norte Fluminense foram fatores fundamentais para consolidação da parceria entre o NUPEM, a Prefeitura Municipal de Macaé e a Petrobrás, que doou um terreno para a construção de uma nova sede do Núcleo. Com a nova sede, inaugurada em 10 de Março de 2006, dotada de vários laboratórios, auditório, salas de aula e demais infraestrutura, foi possível ampliar as linhas de pesquisa e a missão socioambiental do NUPEM, que teve a sua institucionalização pelo Conselho Universitário da UFRJ como uma Unidade do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ em Julho de 2006 (até então o NUPEM era uma extensão do Laboratório de Limnologia do Instituto de Biologia/UFRJ) e a contratação de seus 15 primeiros pesquisadores em tempo integral para se dedicarem exclusivamente às atividades de pesquisa, ensino e extensão em Macaé. Com a efetivação de seus primeiros pesquisadores-professores, foi possível criar o Curso de Ciências Biológicas, ministrado em parceria com o Instituto de Biologia/UFRJ.

Assim, a partir de um pequeno laboratório, instalado na varanda de uma barraca de acampamento, foi possível criar, em Macaé, um centro de excelência em pesquisa nas áreas biológica e ambiental, que em poucos anos de existência se tornou um modelo de integração pesquisa-ensino-sociedade (NUPEM, 2017).

Destinado a estimular e fortalecer as atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico da UFRJ no campo das Ciências Biológicas, nas Regiões Norte, Noroeste, Serrana e Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, em 2006 o órgão passou a sediar o primeiro curso em um campus avançado da UFRJ (Licenciatura em Ciências Biológicas), vinculado ao Instituto de Biologia. Em 2011 foi implantado o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPG – CiAC / Campus Macaé. As linhas de pesquisa do PPG-CiAC incluem a descrição e reconhecimento da rica biodiversidade regional em seus vários níveis e valores, bem como a compreensão do funcionamento dos ecossistemas naturais para seu manejo, conservação e uso sustentável.

2.1 Uma produção científica visível só entre pares

A produção acadêmica do NUPEM é depositada na Biblioteca Setorial Aloísio Teixeira. O material depositado arrola artigos de periódicos, teses, dissertações, livros e trabalhos de eventos produzidos no NUPEM. Parte dessa produção está organizada na base de dados Minerva da UFRJ. A organização é processada por meio do sistema integrado de bibliotecas Aleph utilizando o módulo de catalogação e um bibliotecário da unidade é designado para fazer esta atividade. Parte do material está no setor de processo técnico da biblioteca aguardando ser preparada e disponibilizada para uso.

Recentemente lançado na UFRJ, o Repositório Institucional RI Pantheon é um sistema de informação em plataforma colaborativa capaz de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual da comunidade científica. O objetivo é reunir a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e institucional) e ampliar a visibilidade e acessibilidade à produção científica da UFRJ.

No caso do NUPEM, apesar de sua visibilidade entre os pares e seu crescimento quantitativo e qualitativo, desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação (PPG-CiAC) (mestrado em 2012 e doutorado em 2015) até o presente momento não existe nenhuma publicação (dissertação, tese, artigo) catalogado na base Minerva. A partir de um diagnóstico preliminar para o desenvolvimento da pesquisa, foi feito ainda uma busca dos termos, biologia, botânica, zoologia, ecologia, Limnologia e meio ambiente na Base Minerva e no RIP e foi observada que a produção científica do NUPEM na base de dados Minerva, no período de 2015 a 2017, não tinha visibilidade como também o não povoamento no Repositório Institucional Pantheon com o acervo do núcleo.

A constatação é de que embora tenha se constituído como um campo científico, a produção da Comunidade NUPEM não estava organizada, portanto invisível para a comunidade universitária.

3 Estratégia Metodológica

Diante da constatação de nenhuma visibilidade da produção científica do NUPEM na base de dados Minerva no período de 2013 a 2017 e, conseqüentemente, do não povoamento no Repositório Institucional Pantheon com o acervo do NUPEM, buscou-se a sistematização da produção científica do núcleo por meio de uma planilha eletrônica.

Foi construído um banco de dados na planilha *excel* para sistematização das dissertações, teses e artigos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e

Conservação no período referenciado, com a definição das características (Quadro 1, no Apêndice A). A partir desse tratamento inicial da produção científica do NUPEM, optou-se por trabalhar com o universo das dissertações do Núcleo para a representação e organização da produção.

Desse universo, foram selecionadas as dissertações defendidas no período de 2011 a 2017 como escopo da pesquisa. Inicialmente, pretendia-se analisar toda a produção científica do NUPEM, que envolve dissertações, teses e artigos científicos, entretanto, pela limitação do tempo da pesquisa, optou-se por fazer o recorte descrito. Ao total, foram analisadas 83 dissertações.

3.1 A Análise de Domínio

A Análise de Domínio é uma proposta teórica e metodológica que orienta o reconhecimento do contexto no qual se pretende operacionalizar a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento. Ela visa não apenas fundamentar as práticas referentes às operações de classificação e representação da informação, mas também dar consistência e maior rigor científico nos processos de representação do conhecimento e da informação (HJØRLAND, 2008).

Por meio da análise de domínio se torna possível verificar o que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados. Assim, ao estudar os aspectos teóricos de um dado entorno geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores, constitui um meio para a geração de novo conhecimento acerca da interação de uma dada comunidade científica com a informação (DANUELLO, 2007; SMIRAGLIA, 2011).

Segundo Hjørland (2002), um domínio pode apresentar características sobre uma determinada comunidade científica, suas práticas e os limites existentes em campos do conhecimento, disciplinas ou até mesmo entre empresas e determinado segmento da economia.

Ao construir um sistema de organização do conhecimento sobre um determinado domínio, Dahlberg (2005) sugere adotar a teoria do conceito para representar e recuperar a informação de forma eficaz. Os conceitos são as unidades do conhecimento produzido por um domínio.

Segundo Dahlberg (1978, p. 102), o conceito é “como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”. Assim, acredita-se que, quanto maior for a precisão em relação a delimitar um conceito, maiores serão as possibilidades de interação entre sistemas e usuários.

Ainda segundo Dahlberg (2005), a construção de Sistemas de Organização conta com uma segunda contribuição. Trata-se da abordagem analítico-sintética para a identificação dos assuntos de Ranganathan. Segundo ele, tais categorias permitiriam classificar qualquer universo de assuntos. “As categorias fundamentais funcionam como o primeiro corte classificatório estabelecido dentro de um Universo de Assuntos.” (CAMPOS, 2001, p. 55)

As categorias fundamentais definidas por Ranganathan são: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S) e Tempo (T), conhecidas como PMEST. Isso serviu para a representação dos assuntos e a ordenação dos conceitos de uma disciplina em classes formais, de acordo com as categorias existentes nessa disciplina.

Delimitados o domínio e as macrocategorias, utilizamos os princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para extração dos candidatos a termos e eliminação de termos não pertinentes ao escopo da proposta de uma terminologia (glossário) do domínio.

A análise de conteúdo é uma metodologia científica desenvolvida pela pesquisadora francesa Laurence Bardin para ser aplicada principalmente às ciências sociais e humanas. Essa metodologia facilita a organização da análise de textos: livros, jornais, entrevistas, questionários etc.

Trata-se de uma análise lexical e semântica do conteúdo sistematizado. Nesta etapa final, o pesquisador deve apresentar, além das categoriais que criou, a análise semântica dessas categoriais e do conteúdo atribuído a elas. Essas inferências fazem parte, na maioria dos casos, dos resultados da pesquisa.

A organização da análise iniciou-se com uma leitura flutuante das teses, dissertações e artigos científicos e escolha dos documentos a serem efetivamente analisados, ou seja, as dissertações. Posteriormente, iniciou-se a leitura dos resumos e palavras-chave de cada documento selecionado para extração dos candidatos a termos. A essa etapa se atribui o nome de codificação, que, de acordo com Bardin (2011), consiste em analisar o texto e extrair fragmentos representativos do conteúdo. Nesse caso, foram identificados e extraídos 711 termos que representam o conteúdo das pesquisas apresentadas nas dissertações. Para isso, foi desenvolvida uma planilha no *Microsoft Office Excel* para organizar a extração manual dos termos.

Um novo banco de dados em planilha *excel* foi gerado, detalhando os atributos para a descrição das dissertações, incluindo o campo lexical e semântico das mesmas, com a identificação das palavras-chaves de cada uma delas (Quadro 2, Apêndice A).

A primeira etapa consistiu em identificar o domínio da produção científica do NUPEM, tomando como fundamentação glossários, dicionários, livros, artigos científicos, legislação ambiental e outras fontes de informação verificadas e/ou produzidas por especialistas. A partir dessa análise, foi possível identificar os termos que não fazem parte do escopo do glossário, categorizados da seguinte forma: elementos químicos, nomes científicos de espécies (nomes de qualquer ordem taxonômica), nomes de locais e métodos estatísticos e de análise de dados. Ao final, foram selecionados 289 termos válidos para compor o glossário.

Após a seleção dos termos, iniciou-se o trabalho de definição terminológica com base na norma ISO 704/2009 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2009).

3.2 O trabalho terminográfico

Baseando na Norma ISO 704 (2009), de construção de trabalho terminográfico, procedeu-se à definição dos termos conforme o contexto e a identificação dos relacionamentos entre os termos que compunham o domínio de Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental, como também a sua categorização em grandes facetas. O resultado desta etapa foi a construção de uma ficha terminológica para cada um dos termos do Glossário, conforme o Quadro 3 (Apêndice A).

A categorização atendeu aos princípios da análise facetada de Ranganathan. Partindo dos princípios da análise facetada, foram criadas as seguintes facetas para o glossário: *espaço, fenômeno, tempo, processo, materiais, propriedade e entidade*. Concluída a etapa de definição dos termos, iniciou-se a fase de ordenação do glossário. A estrutura tradicional de um glossário apresenta ordenação alfabética dos termos, porém decidiu-se desenvolver uma estrutura facetada para o glossário resultante desta pesquisa, conforme pode ser visto no Quadro 4 (Apêndice A), que é a adaptação da análise facetada por meio do PMEST para fins de representação do domínio escolhido.

Posteriormente, todos os termos foram rearranjados na estrutura do glossário conforme as facetas e, dentro de cada faceta, foram ordenados alfabeticamente. Cada faceta possui uma quantidade de termos: espaço: 83 termos; fenômeno: 10 termos; tempo: 3 termos; processo: 53 termos; materiais: 43 termos; propriedade: 24 termos; e entidade: 73 termos.

Foi criado um sistema de remissivas, que consiste: na linha de pesquisa do estudo no qual o termo foi encontrado; as relações de equivalência, indicadas por Ver; os relacionamentos hierárquicos indicados pela categoria ou faceta pertencente; e os relacionamentos

associativos indicados por Veja também, conforme exposto no Quadro 5 (Apêndice A), elaborado no *Microsoft Office Word* com três colunas para a organização dos verbetes. A organização do quadro em três colunas facilitou a construção do glossário, pois a definição do termo é apresentada de forma contextualizada no domínio representado com a fonte da qual foi extraído o verbete. Isso evitou a perda de referências, uma vez que, definido o termo, a referência correspondente foi imediatamente inserida.

As fontes consultadas para ajudar na construção dos verbetes são produzidas por especialistas das ciências ambientais ou áreas relacionadas. No entanto, o glossário reflete o contexto em que os verbetes são utilizados pela produção científica do NUPEM. A fidedignidade das fontes consultadas é um fator imprescindível para a construção de um glossário confiável e de qualidade. Para localizar essas fontes, foram realizadas buscas no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Todas as fontes consultadas foram devidamente referenciadas conforme a NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002).

A etapa final consistiu em preparar a apresentação do glossário: diagramação do conteúdo, layout de capa e formatação conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Em síntese, as etapas da metodologia aplicada para a construção do glossário podem ser conferidas no esquema apresentado (Quadro 6, Apêndice A).

4 Conclusão

Neste trabalho, organizou-se e representou-se a produção científica do NUPEM por meio da análise de domínio. Posteriormente, gerou-se um glossário como um sistema de organização do conhecimento. O glossário permite representar a produção do domínio Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental, buscando extrair seus termos representativos, seguido de composição dos relacionamentos entre as classes conceituais, monitorando semelhanças, diferenças, associações adequadas e determinar suas características dentro do domínio. É um instrumento que poderá auxiliar a comunidade científica em suas pesquisas no Repositório Institucional Pantheon (RIP) no campo assunto, potencializar a visibilidade, a preservação da produção científica, cultural e artística da UFRJ. Disponibilizar, ampliar e facilitar o acesso de uma forma geral. Auxiliará também a comunidade acadêmica em depósito de artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre. O RIP tem a capacidade de interoperabilidade com sistemas

nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Arquivos Abertos (*Open Archives*).

Referências

- ARANGO, G. Domain Analysis Methods, In: W O R K S H O P O N S O F T W A R E ARCHITECTURE, 1994, Los Angeles. *Anais...* Los Angeles: USC Center for Software Engineering, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 22 p.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011. 225 p.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 2001. p.27-58.
- CERVANTES, B. M. N. *A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: A new science? *Knowledge Organization*, [S.l.], 2005 v. 33, n.1, p. 11-19.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 1978,v. 7, n. 2,.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Tradução Astério Tavares Campos. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, jul./dez. 1978 v. 7, n. 2, p. 101-107,.
- DANUELLO, J. C. *Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio*. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- FERLIE, E., FITZGERALD, L., WOOD, M., HAWKINS, C., The nonspread of innovations:the mediating role of professionals. *Academy of Management Journal* 48 2005,p.117–134.
- GOOCH, J.C. The dynamics and challenges of interdisciplinary collaboration: a case study of Cortical depth of Bench in group proposal writing. *IEEE Transactions on Professional Communication* 48, 2005, p. 177–190.
- KÖNIG, B., DIEHL, K., TSCHERNING, K., HELMING, K. A framework for structuring interdisciplinary research management. *Research Policy* 42, 2013, p.261–272.
- HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 1995, v.46, n.6, p.400-425.

- HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 2002, v. 58, n. 4.
- HJØRLAND, B. Core classification theory: a reply to Szostak. *Journal of Documentation*, 2008, v. 64, n. 3, p. 333-34,.
- INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE. Apresentação. Histórico. *Concebendo o sonho*. Rio de Janeiro: UFRJ, [2018]. Disponível em: <<http://www.macaeeufrj.br/nupem/index.php/apresentacao/historico>>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolvido por TIC/UFRJ. Disponível em: <<http://www.macaeeufrj.br/nupem/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 704/2009: Terminology work: Principles and methods*. Geneve, 2009.
- LAVE J., WENGER, E... *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge University Press, Cambridge, UK., 1991;
- WENGER, E. *Communities of Practice: learning, meaning and Identity*. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1998.

Apêndice A – Quadros

Quadro 1 - Atributos para sistematização da produção científica do Nupem

Item	Data	Autor	Título	Linha de Pesquisa	Base Minerva/situação
Artigo	2016	BAUER A. B. Et all;	Coleção de peixes do núcleo em ecologia e desenvolvimento socioambiental de Macaé, universidade federal do rio de janeiro (npm-nupem/UFRJ): reflexões sobre o papel de coleções zoológicas regionais na estrutura universitária brasileira.	Ecologia de Peixes; Ecologia de Peixes do Pantanal Mato-grossense; Ecologia de peixes em ecossistemas costeiros; Efeitos da conectividade hidrológica sobre a dinâmica de metacomunidades em ecossistemas aquáticos costeiros.	Indisponível
Total de artigos	149				
Dissertação	2016	SILVA, G. D. F. Da	Composição florística e análise estrutural de um remanescente florestal na estação experimental da pesagro de maca, Macaé – rj.	Biodiversidade Estrutura e Reconhecimento	Indisponível
Total de dissertações					
Tese	2014	SILVA, E. R.	Dinâmica das frotas e sustentabilidade dos sistemas de produção pesqueira de Macaé (RJ): subsídios para gestão e conservação dos estoques naturais de pescado,	Sistemas Naturais: Avaliação, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental	Indisponível
Total de teses	23				

Fonte: compilação das autoras

Quadro 2 : Identificação de atributos para tratamento das informações das dissertações do Nupem

DATA	AUTOR	TÍTULO	ORIENTADOR	PALAVRAS-CHAVES	LINHA DE PESQUISA
2017	Lima, G. da S. P.	Monumento natural dos costões rochosos, macroalgas e sociedade: associações entre atores humanos e não-humanos.	Destinar, L. M. de S.	1. macroalgas. 2. Teoria ator-rede. 3. monumento natural dos costões rochosos.	Biodiversidade Estrutura e Reconhecimento
2015	Beraldi, G. Q. F.	Distribuição de metais em compartimentos bióticos e abióticos na lagoa de Imboassica (Macaé, RJ)	Malsinai, M. M.	1. Geoquímica 2. Metais 3. Lagoa Imboassica	Sistemas Naturais: Avaliação, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental

Fonte: compilação das autoras.

Quadro 3 – Ficha terminológica

CONCEITO Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus (DOMÍNIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PPG-CIAC)	
Conceito	Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus
Definição	Reconhecida como Unidade de Conservação em 2002, pelo Decreto no 038, sendo uma das cinco UCs de Rio das Ostras. Essa região apresenta uma paisagem litorânea que abriga expressiva biodiversidade, com ambientes relacionados à vegetação de restinga, matas de tabuleiro e matas ciliares, todas componentes da Mata Atlântica, além da presença de lagoas, como a de Itapebussus. Com base no Plano de Manejo, pode-se concluir que o ARIE de Itapebussus é um importante patrimônio para estudos científicos e para o ecoturismo controlado, tendo em vista as poucas Unidades de Conservação litorâneas na região sudeste do Brasil (SEMAP–R.O., 2004).
Designação/ termo	Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus
Veja também (termos relacionados):	Área de Relevante Interesse Ecológico; Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry, Monumento Natural dos Costões Rochosos, o Parque Natural Municipal dos Pássaros
Variação terminológica (relação de equivalência)	ARIE de Itapebussus
Categoria	Faceta espaço

Fonte: baseado em 704 International Organization for Standardization (2009).

Quadro 4 – Categorias para modelagem do domínio

Categoria	Definição
Personalidade	Fenômeno (acontecimento observável, particularmente algo especial)
Matéria	Materiais (matéria-prima substância, elemento, massa, equipamentos, medidas)
Energia	Processo(energia) (ação de avançar, ir para frente e é um conjunto sequencial e particular de ações com objetivo comum)
Espaço	(todo o espaço físico -terrestre, aquático- e atmosfera tornado habitat no qual desenvolvem-se as atividades vitais dos organismos e populações (nicho). Ambientes terrestres que apresentam um tipo característico de vegetação, determinado principalmente por fatores climáticos. Unidades de Conservação)
Tempo	Tempo (sequência temporal)

Fonte: compilação das autoras

Atuação bibliotecária em repositórios de dados de pesquisa: da perspectiva da entrega à perspectiva do acesso

The librarian's role in research data repositories: from the delivery perspective to access perspective

Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti (1), Paula Regina Dal'Evedove (2), Mariângela Spotti Lopes Fujita (3)

(1)(3) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Av. Higino Muzi Filho, 737, Marília, SP, roberta_tartarotti@yahoo.com.br. (2) Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Rodovia Washington Luís, km 235, São Carlos, SP, dalevedove@ufscar.br. (3)mariangelaslf57@gmail.com

Resumo

Os repositórios de dados de pesquisa emergem como sistemas contemporâneos e heterogêneos de recuperação da informação científica, em que se destacam dois conceitos: *Biblioteconomia de dados* e *bibliotecário de dados*. Essas novas concepções se atrelam às discussões em Organização do Conhecimento na defesa de instituições eficazes e sustentáveis, em atenção aos métodos e práticas empregadas para a análise de dados de pesquisa, especialmente no ambiente web, tornando o papel do bibliotecário na organização destes sistemas muito mais desafiadora. Diante desse cenário, objetiva-se realizar pesquisa exploratória sobre os aspectos relacionados a esses novos conceitos no contexto das bibliotecas universitárias e à perspectiva que se apresenta para os estudos de organização da informação. Observa-se que os repositórios de dados de pesquisa trazem uma perspectiva inovadora à atuação do bibliotecário ao demandarem a observância de questões relacionadas à cobertura do sistema, metadados, acesso e qualidade dos dados, preservação digital, confiabilidade dos sistemas e interoperabilidade, os quais exigem o envolvimento de pesquisadores e profissionais na condução de pesquisas e ações dedicadas à gestão digital de dados de pesquisa e às perspectivas e desafios que se apresentam para a organização da informação.

Palavras-chave: Dados de pesquisa; Repositório de dados; Atuação bibliotecária. Biblioteconomia de dados. Bibliotecário de dados; Organização da informação.

Abstract

The research data repositories emerge as contemporary and heterogeneous systems of information retrieval, in which two concepts stand out: *Data librarianship* and *data librarian*. These new conceptions refer to the discussions of the Knowledge Organization area in defense of effective and sustainable institutions, complying with the methods and practices used for the analysis of research data, especially in the web environment, making the librarian's role in the organization of these information retrieval systems much more challenging. In view of this scenario, the objective is to conduct exploratory research on the aspects related to these new concepts in the context of university libraries and the perspective that is presented for studies of information organization. It is observed that research data repositories bring and innovative perspective to the librarian's role, demanding the fulfillment of issues related to system coverage, metadata, data access and quality, digital preservation, system reliability and interoperability, which require the involvement of researchers and professionals. conducting research and actions dedicated to the digital management of research data and the perspectives and challenges presented for the organization of information.

Keywords: Research data; Data repository; Librarian's role; Data librarianship; Data librarian; Information organization.

1 Introdução

Ao longo da história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, diversas foram as técnicas, padrões e instrumentos desenvolvidos para organizar, recuperar e compartilhar informações. Esse esforço contínuo deve-se à complexidade e desafios que se apresentam à organização do conhecimento e da informação em uma sociedade tecnológica e interconectada em rede.

Em um ambiente tradicional de biblioteca universitária, por exemplo, os metadados se concentravam na descrição de documentos físicos (mais comumente livros e periódicos), com informações sobre o autor, título, editor, data de publicação, cabeçalhos de assunto e número de classificação. Considerando-se que o processamento de máquina ainda era desconhecido,

este conjunto de descrições foi originalmente projetado para uso humano (RUBIN, 2016, p. 339). Todavia, com o advento e proliferação da Internet e a presença do digital, decorrência do avanço tecnológico e de uma sociedade cada vez mais imersa no ciberespaço, surgem modernos e inovadores sistemas de recuperação de informação. Por decorrência, novas ferramentas, padrões e modelos de dados desenvolvidos para organizar e gerenciar recursos informacionais digitais são projetados, tornando sua organização muito mais desafiadora (CHOWDHURY; CHOWDHURY, 2007, p. 221).

Os dados de pesquisa surgem nesse cenário de revolução como recursos essenciais e estratégicos na produção científica, sendo requeridos métodos que viabilizem o compartilhamento e o reúso de resultados

provenientes de comunicações científicas. Dados de pesquisa são definidos como “aquilo que é coletado, observado ou criado em formato digital, por propósitos de análise para produzir resultados originais de pesquisa¹”, tais como questionários, protocolos experimentais, cadernos de laboratório, gráficos ou informações sobre as configurações de um determinado equipamento, dentre outros.

O êxito do movimento de compartilhamento dos dados de pesquisa está diretamente relacionado à (re)configuração dos métodos, técnicas e tecnologias empregadas na geração de produtos e/ou serviços em sistemas de informação científica.

As mudanças em arquivos de dados nacionais centralizados, principais locais de preservação e disseminação de dados de pesquisa bruta, levaram ao desenvolvimento dos chamados *repositórios de dados de pesquisa*, que se propõem a manter e compartilhar dados de pesquisas produzidos dentro de uma determinada universidade, seguindo o movimento de acesso aberto, em que as cópias de publicações estão sendo coletadas e arquivadas em nível institucional.

Os repositórios de dados de pesquisa abrangem os *conjuntos de dados de pesquisa*, “coletados como parte de um projeto de pesquisa, descritos e disponibilizados para uso por outros pesquisadores”, que não se limita à descoberta de informações e acesso, exigindo um envolvimento mais profundo com o processo de pesquisa (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 16, tradução nossa).

Por parte dos editores científicos, há uma tendência “em exigirem que os dados subjacentes das publicações sejam preserváveis, detectáveis e acessíveis em um repositório, com links recíprocos entre o artigo publicado originalmente e os dados” (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 15, tradução nossa). Logo, os repositórios digitais de dados de pesquisa surgem para apoiar a produção, armazenamento, uso, reúso, acesso e compartilhamento dos conjuntos de dados gerados durante as várias etapas do processo da pesquisa científica.

No ambiente web, outros atores contribuem com a descrição de metadados ao conteúdo digital, dentre os quais temos os produtores de bancos de dados, criadores de sites, editores, fornecedores, organizações científicas e técnicas, desenvolvedores de software e usuários gerais e especialistas. Entretanto, os bibliotecários continuam desempenhando um importante papel na criação de metadados, porém, como parte de um domínio muito maior de criadores de metadados, que não apenas criam, mas contribuem com padrões e práticas relacionados aos metadados (RUBIN, 2016, p. 339).

No contexto dos repositórios de dados de pesquisa como sistemas contemporâneos e heterogêneos de

recuperação da informação emergem dois conceitos: *Biblioteconomia de dados* e *bibliotecário de dados*. Tais concepções estão em consonância com as discussões no campo da Organização do Conhecimento referentes à defesa de instituições eficazes e sustentáveis, tendo em vista a necessidade do estabelecimento de métodos e práticas específicos para a análise de dados de pesquisa, especialmente no ambiente web.

Isso posto, o trabalho apresenta resultados de uma pesquisa exploratória na literatura nacional e internacional sobre os aspectos relacionados a esses novos conceitos no contexto das bibliotecas universitárias e à perspectiva que se apresenta para os estudos de organização da informação, tomando-se como base os ideais apresentados por Rice e Southall (2016). A justificativa que se coloca para a presente investigação decorre da incipiente discussão dessa conjuntura na Ciência da Informação brasileira, com atenção especial à atuação do bibliotecário de dados, o desenvolvimento de competência em dados e os métodos e práticas aplicados para viabilizar o uso e consumo de dados de pesquisa.

2 Biblioteconomia de dados: da perspectiva da entrega à perspectiva do acesso

O conjunto das atividades de uma biblioteca universitária abrange procedimentos que visam permitir que os recursos informacionais, tanto impressos quanto digitais de uma determinada coleção, sejam organizados e disponibilizados à comunidade acadêmica.

No ambiente acadêmico, os bibliotecários de dados tornam-se especialistas em informação científica, capazes de reunir e assessorar no desenvolvimento de coleções de conjuntos de dados de pesquisa, uso e preservação dos dados, como também no acesso a dados já arquivados ou na criação de novos dados, como parte de sua prática de pesquisa. Nesse sentido, “bibliotecas e seus bibliotecários de dados são idealmente colocados para atender a essas necessidades”, criando o que Rice e Southall (2016, p. 16) denominam de “um novo mapa de suporte e serviços para pesquisadores”. Surge, então, o termo *Biblioteconomia de dados*, perspectiva que coloca a área como protagonista no desenvolvimento de produtos e serviços de informação científica relacionados ao uso e consumo de dados de pesquisa no ambiente web. Nas palavras dos referidos autores,

A Biblioteconomia começa então a ser entendida não apenas como algo que apóia a descoberta e o acesso a títulos publicados ou recursos informacionais, mas também como algo que se envolve com a *conduta* de pesquisa e investigação acadêmica (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 2, tradução nossa, grifo dos autores).

Por ser um conceito novo na área, poucos são os estudos dedicados ao tema. Na Ciência da Informação brasileira, é escassa a produção de pesquisas que considerem dados de pesquisa e repositórios digitais de dados de pesquisa como tema de investigação, podendo-se citar os trabalhos desenvolvidos por Sayão e Sales (2016), Bertin, Visoli e Drucker (2017), Rocha, Sales e Sayão (2017), Cavalcanti e Sales (2017), Santos e Rockembach (2018), Semeler e Pinto (2019), dentre outros.

Questões específicas dos repositórios digitais de dados de pesquisa foram amplamente trabalhadas por Sayão e Sales (2016). Para tanto, os autores apresentaram um panorama das principais características, categorias, benefícios, funções e infraestruturas necessárias aos repositórios de dados de pesquisa para darem sustentação ao acesso e à gestão de coleções de dados e dados de pesquisa. Na prática, a exigência recai para uma infraestrutura tecnológica e gerencial que possibilite que os dados de pesquisa sejam assistidos durante todo o seu ciclo de vida, de forma permanente e sustentável. Concomitante a essa questão, Cavalcanti e Sales (2017) debruçam-se sobre a gestão de dados de pesquisa e elegem a União Europeia como berço para o levantamento quantitativo de repositórios de dados de pesquisa existentes nestes países. A contribuição do estudo dá-se com a apresentação de um panorama das políticas da gestão de dados de pesquisa em repositórios europeus.

Ao considerarem os cadernos eletrônicos de laboratório como alternativa aos cadernos de laboratório em papel, Rocha, Sales e Sayão (2017) explanam sobre o importante papel do bibliotecário como mediador da preservação e do livre acesso aos dados de pesquisa, isto é, atuando na curadoria das informações produzidas e registradas por parte dos pesquisadores na condução da pesquisa científica. Dentre os estudos observados na literatura nacional, a proposta conduzida pelos referidos autores é a que mais se aproxima da perspectiva da Biblioteconomia de dados, ao passo que evidenciam a ação bibliotecária no processo. Nessa mesma perspectiva, a pesquisa apresentada por Semeler e Pinto (2019) trabalha os diferentes conceitos de dados de pesquisa como forma de demonstrar a emergência de uma Biblioteconomia orientada ao uso de dados, discorrendo sobre o importante papel de bibliotecários e cientistas da informação nesta nova abordagem.

No cenário internacional, destacam-se os estudos de Rousidis et al. (2014), Palavitsinis, Manouselis e Sanchez-Alonso (2014) e Barton, Currier e Hey (2013), que trazem eminentes preocupações acerca da qualidade dos metadados utilizados na descrição de conjuntos de dados armazenados em repositórios. Entretanto, é na pesquisa de Rice e Southall (2016) que

o presente trabalho encontra contribuições à questão aqui explorada.

Na obra *The Data Librarian's Handbook*, publicada em 2016, os autores compreendem a Biblioteconomia de dados como sendo a combinação das habilidades tradicionais da área, auxiliando os pesquisadores na descoberta de recursos informacionais, de um lado, e fornecendo informações em questões específicas de formatos de dados ou obsolescência digital, do outro (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 16). Para os autores, essa nova concepção demanda que o profissional bibliotecário tenha conhecimento especializado e detalhado acerca das coleções, bem como seja capaz de orientar usuários sobre questões que envolvem o direito autoral, gerenciamento de dados, ação integrante do processo da pesquisa científica, assim como o uso de ferramentas de análise de dados mais apropriadas para cada público atendido.

Relativo aos usuários de dados, se inicialmente os serviços biblioteconômicos se pautavam em *meios físicos* e métodos de *entrega*, com o desenvolvimento das atuais tecnologias o tema dominante se tornou *acesso*. De modo complementar, defendem que, além da expertise, o bibliotecário de dados precisa ter familiaridade com a gama de problemas do campo da comunicação científica, considerando-se que a demanda por apoio à pesquisa vai além da descoberta de informações e acesso às mesmas, exigindo um envolvimento mais profundo com o processo de pesquisa e seus pormenores, como a gestão dos dados de pesquisa (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 16).

Sobre isso, cabe o registro de um trecho da obra aqui trabalhada, a qual aponta a semelhança do trabalho do bibliotecário de dados com o realizado pelos bibliotecários acadêmicos tradicionais, a saber:

O trabalho diário do bibliotecário de dados [...] pode envolver trabalhar dentro de sistemas de bibliotecas, adquirindo recursos e desenvolvendo relações de trabalho que permitam promover o papel de sua biblioteca. O fato de trabalharmos com dados de pesquisa ao lado de periódicos, livros e outras publicações não devem fazer muita diferença de como o nosso trabalho é visto, mas existe uma série de razões que o faz. A palavra 'dados' em si é desanimadora para alguns bibliotecários e pesquisadores acadêmicos tradicionais e causa alguma ansiedade. Para alguns, é porque parece pertencer a outras disciplinas e ter pouca relação com seu próprio trabalho. Outros a veem como sendo uma palavra tão comum a ponto de ser quase indistinguível da 'informação' (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 19, tradução nossa).

Nesse contexto, destacam-se os desafios que se colocam para a Organização do Conhecimento relacionados à descrição dos *metadados de dados de pesquisa* – tanto descritivos como temáticos – na condição de novos recursos informacionais e como estes se relacionam com os demais documentos do repositório de dados de pesquisa. Considerando este

cenário como ponto de partida, surge, então, um novo papel para a atuação do bibliotecário: o *bibliotecário de dados*.

3 O papel do bibliotecário de dados em repositórios de dados de pesquisa

No domínio dos repositórios de dados de pesquisa de bibliotecas acadêmicas, o bibliotecário de dados desempenha um papel-chave em dar suporte aos pesquisadores em todos os aspectos que cercam essa determinada classe de informação digital (uso, preservação e curadoria) e na produção e utilização de outros dados de pesquisa pelos pesquisadores em volumes cada vez maiores, visando à criação de novos conhecimentos (RICE; SOUTHALL, 2016, prefácio).

Aqueles que trabalham dentro de bibliotecas fazem uma valiosa contribuição para apoiar a pesquisa e o ensino, bem como moldar o caráter e a vida intelectual de instituições individuais. Quer o foco de uma universidade esteja nas humanidades, nas ciências físicas, nos clássicos ou em qualquer outro número de disciplinas, o bibliotecário, em última instância, trabalha para apoiar o aprendizado e a disseminação do conhecimento. Isso pode assumir muitas formas estabelecidas, mas cada vez mais existe a necessidade de apoiar novas formas de informação. Os dados digitais são uma nova forma. No caso de coleta de dados e criação de dados de pesquisa, isso também levou ao surgimento de um novo tipo de profissional de bibliotecas: o bibliotecário de dados. Mas até que ponto isso é, de fato, um novo papel e de que maneira ele difere da Biblioteconomia tradicional? [...] Seu papel é manipular, interpretar, analisar, observar ouvir ou, mais geralmente, “usar” os dados (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 1-2, tradução nossa).

Rice e Southall (2016, p. 106) sinalizam que, ao incentivar o depósito dos dados de pesquisa no repositório de dados de pesquisa e responder com precisão às necessidades acadêmicas de pesquisadores relacionadas ao acesso, a manipulação e o compartilhamento de dados de pesquisa, o bibliotecário de dados cria um clima de confiança dentro da comunidade de pesquisa em relação ao repositório de dados de pesquisa.

Dentre as atribuições do bibliotecário de dados, destacam-se as questões-chave referentes à implantação e gestão dos repositórios de dados de pesquisa em bibliotecas acadêmicas. Nesse sentido, os autores consideram sete aspectos importantes na criação e gestão de repositórios de dados de pesquisa, quais sejam: definição do escopo; escolha do esquema de metadados; gerenciamento do acesso; revisão da qualidade dos dados; planejamento de preservação digital; promoção de repositórios digitais confiáveis; e necessidade de interoperabilidade.

A seguir, constam os princípios que regem cada um dos sete aspectos, de modo a contextualizar a sua inserção em repositórios de dados de pesquisa.

3.1 Definição do escopo

É essencial que o repositório de dados de pesquisa inclua os seguintes elementos: *assuntos e idiomas*; *tipo de dados de pesquisa* (por ex. observacional, experimental, computacional); *estado dos dados da pesquisa* (por ex. dados preliminares, apenas aqueles que fundamentam os resultados de pesquisa publicados ou apenas conjuntos de dados totalmente documentados); *versões*; *formatos de arquivo de dados*; e *limitações de volume e tamanho*. As decisões sobre a natureza dos dados a serem aceitos no repositório de dados de pesquisa, com base em critérios bem definidos, precisam ser realizadas com antecedência para evitar que o propósito de criação do repositório de dados de pesquisa seja comprometido. No caso de captura de dados multidisciplinares produzidos na universidade, o bibliotecário de dados precisa decidir os atores sociais que realizarão o depósito. Para tanto, um método de autenticação e autorização precisa ser adotado, tal como o uso de *login* único utilizado para outros serviços acadêmicos (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 106-108).

3.2 Escolha do esquema de metadados

De acordo com Rice e Southall (2016, p. 24), os metadados também podem desempenhar um papel importante na gestão de dados de pesquisa. No contexto dos repositórios de dados de pesquisa, os metadados configuram-se como descrições técnicas altamente estruturadas que possibilitam documentar informações sobre como os dados foram criados, originalmente usados e o relacionamento entre os arquivos (por exemplo, entre um determinado artigo de periódico e o questionário utilizado na pesquisa). Nesse caso, metadados e documentação tornam-se sinônimos.

A utilização de um padrão de identificadores persistentes de objetos digitais como o DOI não apenas para os documentos científicos, mas também para os próprios conjuntos de dados de pesquisa, torna-se relevante por dois principais motivos: para que permaneçam válidos por mais tempo do que uma URL e possam ser remapeados caso o conteúdo seja movido entre *sites* ou em alguma rede desconhecida futuramente. Cada repositório de dados de pesquisa precisa equilibrar o número de campos fornecidos com a disposição dos depositantes ou recursos de equipe disponíveis para inserir metadados adicionais. Uma alternativa é o estabelecimento da obrigatoriedade de preenchimento de um número mínimo de campos e

simplesmente incentivar os depositantes a preencherem campos adicionais na medida do possível, visto que campos adicionais agregam valor ao registro de metadados e aprimoram a usabilidade dos dados. O esquema 4.0 do *DataCite* inclui os seguintes campos de metadados adicionais (recomendados e opcionais): *assunto, contribuidor, data, idioma, identificador alternativo, identificador relacionado, tamanho, formato, versão, direitos, descrição, localização geográfica, referência de financiamento* (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 108-110).

3.3 Gerenciamento do acesso

O gerenciamento de acesso refere-se às decisões quanto aos tipos de acesso em um repositório de dados de pesquisa:

Acesso aberto: qualquer usuário com acesso à Internet pode acessar os dados de pesquisa, que podem ter termos de uso específicos ou indicar o uso apropriado ou impróprio através de uma licença padrão (como o pacote *Creative Commons*). Normalmente, é fornecido acesso anônimo aos dados, mas, em alguns casos, um nome e endereço de *e-mail* podem ser solicitados antes que o acesso seja concedido.

Acesso gerenciado: regras podem ser aplicadas ao uso dos dados (por ex. os usuários podem não apenas precisar se registrar, mas também ser aprovados antes que o acesso seja concedido). A aprovação pode depender do *status* do usuário (por ex. membro da instituição acadêmica) ou de suas respostas a determinadas perguntas (por ex. sobre seu objetivo da pesquisa).

Acesso seguro: os dados são liberados somente através de certos mecanismos seguros. Isso pode envolver o acesso a um servidor remoto para executar análises, em vez de baixar dados diretamente; ter a saída verificada pela equipe do repositório de dados de pesquisa para garantir a não divulgação de informações pessoais ou confidenciais; a realização de uma formação ou a análise detalhada dos procedimentos de análise, antes de o acesso ser concedido; deslocamento para um local especificado para acessar os dados em um computador sem rede; ou concordar com um contrato legal em que as ferramentas, regras ou padrões de manuseio e gerenciamento de dados sejam especificados e assinados pelo pesquisador e em um contato institucional.

Acesso fechado: um registro de metadados está disponível publicamente, porém os dados não estão prontamente acessíveis aos usuários. Pode haver um embargo de tempo limitado bloqueando o acesso ou o item pode ter sido retirado por algum motivo.

Tanto o bibliotecário de dados quanto os criadores/depositantes de dados de pesquisa devem

conhecer sobre os tipos de licenças existentes e a diferença entre acesso aberto “grátis” – qualquer pessoa pode ter uma cópia do item gratuitamente, mas quaisquer restrições de direitos autorais ou termos de licença permanecem válidos; e acesso aberto “livre” – além de ter uma cópia dos dados para uso próprio, é necessária uma permissão explícita para fazer cópias e divulgar os dados (normalmente por meio de licença aberta) (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 111-112).

3.4 Revisão da qualidade dos dados

Considerando-se o desafio de avaliar o valor de um conjunto de dados ou o interesse futuro por esses dados ao longo do tempo, torna-se relevante a sistematização de verificações de controle de qualidade para cada conjunto de dados depositado no repositório de dados de pesquisa. Um ponto importante a ser verificado é que de forma geral os dados de pesquisa depositados em um repositório são as únicas cópias disponíveis, com exceção de algumas imagens, tabelas ou gráficos que aparecem no artigo publicado, tornando os dados de pesquisa adições únicas no repositório de dados de pesquisa. A revisão de qualidade pode, então, melhorar a utilidade real do material a ser preservado, bem como reforçar o compromisso da instituição em desenvolver e manter um repositório de dados de pesquisa. As principais decisões políticas em um repositório de dados de pesquisa se referem ao nível do controle de qualidade dos dados a ser aplicado na fase de depósito dos dados de pesquisa, à quantidade de curadoria e ao nível de compromisso com a preservação digital a longo prazo, que dependem da visão e missão do sistema, considerando as expectativas das partes interessadas (recursos humanos e financeiros da instituição). A avaliação do valor dos dados pelo bibliotecário de dados torna-se relevante na medida em que se um determinado conjunto de dados é visto como menos importante, é improvável que as técnicas e procedimentos especiais sejam desenvolvidos e aplicados. (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 112-114).

Ainda para os autores, “qualquer controle de qualidade que possa ser aplicado no depósito (e mesmo antes), economizará tempo, esforço e frustração se os dados forem considerados merecedores de curadoria ou se um usuário solicitar auxílio no uso dos dados” (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 113).

3.5 Planejamento de preservação digital

Diversos fatores contribuem para a fragilidade do material digital ao longo do tempo, que variam de problemas de *hardware* e *software* até mudanças culturais. Nesse sentido, a preservação digital é um requisito para evitar a deterioração do material ou para manter a continuidade de acesso para futuros usuários.

O bibliotecário de dados precisa lidar com a questão do planejamento de preservação digital ao longo do espaço e do tempo, visto que todas as ações de preservação digital envolvem recursos, tempo e esforço, e saber quais ações serão compensadas no futuro é realmente incerto. Na ótica dos autores, os principais problemas relacionados à preservação dos dados são:

“*Bit rot*”: deterioração ao longo do tempo de *bits* individuais que compõem arquivos, especialmente aqueles que não são processados e, portanto, copiados com muita frequência. Dependendo de quais *bits* realmente se danificam, pode tornar o arquivo ilegível ou pode fazer com que a informação desapareça em uma parte não percebida do arquivo;

Deterioração das próprias mídias: devem ser armazenadas de forma adequada, especialmente o armazenamento off-line, como CDs e DVDs, e atualizadas de acordo com um cronograma planejado para evitar a deterioração. Por essa razão, o armazenamento online (por ex. disco em servidores) pode ser preferível, mesmo para arquivos não acessados com muita frequência. Entretanto, de forma geral, tal alternativa demanda um alto custo.

Formatar obsolescência: atualmente, muitas bibliotecas precisam retirar os CD-ROMs não por sua deterioração física, mas porque o formato não é mais compatível com os sistemas operacionais e o *hardware* mais recentes.

Todavia, os autores alertam que nenhuma solução de armazenamento resolve completamente o problema da deterioração de *bits* ao longo do tempo; em vez disso, o problema precisa ser gerenciado pelo bibliotecário de dados. Entretanto, apontam três soluções indicadas por especialistas em preservação digital:

- 1) *Migração de formato*: compromisso de migrar ativamente os formatos para novas versões de *software* antes que eles corram o risco de se tornar obsoletos;
- 2) *Emulação*: engenharia de novos *softwares* que podem ler um formato obsoleto e processá-lo da mesma forma que o *software* original;
- 3) *Prescrição*: apenas aceitar formatos de arquivo que estejam em conformidade com os formatos de preservação padrão; uma variação é apenas aceitar arquivos que tenham formatos abertos. Os formatos de preservação padrão são amplamente conhecidos e compreendidos, seja por meio de uma especificação acordada por uma organização de padrões, como a ISO (*International Standards Organization*) ou devido ao uso de longo prazo (RICE; SOUTHALL, 2016, p.114-116).

3.6 Promoção de repositórios digitais confiáveis

Na visão dos autores, buscar o *status* de repositório digital confiável pode ajudar o repositório de dados de pesquisa a ganhar credibilidade e atingir os objetivos de planejamento de preservação digital. Tal *status* pode ser alcançado por meio do *The Data Seal of Approval* (DSA) – Selo de Aprovação de Dados. Os critérios para atribuir um DAS aos repositórios de dados de pesquisa obedecem às diretrizes nacionais e internacionais para arquivamento digital. Uma característica interessante do DAS é a divisão de responsabilidades, compreendendo três atores: o produtor de dados – correção futura de seus dados, bem como torná-lo compreensível para pesquisadores que talvez não estejam trabalhando no mesmo campo ou tenham acesso aos mesmos recursos de *software*; o consumidor de dados (usuário) – garantia de que os dados tenham qualidade suficiente para serem úteis em sua própria pesquisa; e o repositório de dados de pesquisa – gerenciamento, organização dos dados e interação com produtores de dados e consumidores de dados para auxiliá-los a fazer o melhor uso dos mesmos (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 116-117).

3.7 Necessidade de interoperabilidade

A questão da interoperabilidade é um dos pontos mais importantes que o bibliotecário de dados precisa considerar em um repositório de dados de pesquisa. Na visão dos autores,

[...] é importante que o repositório de dados seja tão interoperável quanto possível. A última coisa que o mundo precisa é de outro portal de dados que acrescente valor e dê contexto aos dados, mas esteja desconectado da internet ou inacessível (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 117, tradução nossa).

Para promover a interoperabilidade dos repositórios de dados de pesquisa, o uso de API (Interface de Programação de Aplicações) torna-se viável ao permitir que um sistema obtenha informações e passe informações para outros sistemas através de um conjunto de instruções e protocolos de programação. As formas baseadas em padrões de obtenção de informações equivalentes podem incluir o OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), padrão específico de repositório que se baseia no Dublin Core para permitir a coleta de recursos (por ex. para um serviço ou portal agregado).

Outras maneiras importantes para os repositórios de dados de pesquisa serem interconectados: realizar o registro de repositório de dados de pesquisa no Re3Data.Org² para maior visibilidade; utilizar um serviço de identificador persistente (PID), como DataCite, para que o repositório seja encontrado por meio de uma pesquisa dos identificadores persistentes

de seus itens; ser coletado pelo *Data Citation Index* (Thomson Reuters), que coleta conteúdo de repositórios de dados de pesquisa selecionados para rastrear citações de conjuntos de dados na literatura; utilizar sistemas de autoridade de nomes internacionais, como o ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*), que ajudará a vincular criadores de dados a outros produtos que produzem e a seus colaboradores.

Além de ser interoperável, um repositório confiável deve ser FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable e Re-Usable*). A iniciativa *Data FAIRport* visa agregar valor aos dados científicos, possibilitando sua reutilização, garantindo metadados e outras documentações adequadas e capacidade de rastreamento de versões de origem e de dados. Aqui, o bibliotecário de dados avalia a necessidade de cada um desses pontos e o que é possível em seu ambiente institucional (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 117-119).

4 Apontamentos finais

As discussões aqui conduzidas indicam que as questões técnicas sobre os repositórios de dados de pesquisa precisam ser desenvolvidas, gerenciadas e promovidas pelo bibliotecário de dados de modo a envolver não apenas a biblioteca universitária, mas toda a comunidade acadêmica. Nesse cenário, as bibliotecas universitárias estão em boa posição para criar e gerenciar repositórios institucionais e/ou de dados, pois além de estarem próximas dos pesquisadores que produzem os dados, são instituições de vida longa criadas para preservar e disseminar os registros acadêmicos, cada vez mais relevantes.

Embora as bibliotecas universitárias tenham uma expertise tradicional na descrição de recursos informacionais impressos, a descrição de objetos digitais e mais recentemente dos conjuntos de dados de pesquisa em repositórios de dados de pesquisa, configuram-se como um dos mais recentes e complexos desafios que se coloca à Organização do Conhecimento.

Cabe ressaltar que, mesmo que um repositório institucional de bibliotecas universitárias incorpore também os dados de pesquisa, continuará sendo denominado de repositório institucional e não repositório de dados de pesquisa, em atenção ao seu objetivo fulcral de reunir e possibilitar o acesso, uso e reuso das produções científicas, acadêmicas, artísticas e técnicas de uma determinada comunidade acadêmica que juntas conceituam o termo *produção intelectual*.

A atuação do bibliotecário universitário como bibliotecário de dados em repositórios de dados de pesquisa está diretamente relacionada à sua formação e educação continuada para lidar com os diversos aspectos que cercam a criação e gerenciamento de

metadados de dados como recursos informacionais digitais, bem como em todos os aspectos que cercam a produção e comunicação científica.

Diante do exposto, conclui-se que produtos e serviços relacionados ao uso e consumo de dados de pesquisa trazem uma perspectiva inovadora à atuação bibliotecária e às bibliotecas universitárias e serviços de informação científica. Dada a sua especificidade, os repositórios de dados de pesquisa exigem a observação de um conjunto de aspectos relacionados à cobertura do sistema, metadados, acesso e qualidade dos dados, preservação digital, confiabilidade dos sistemas e interoperabilidade. Esses princípios condicionam sobremaneira a condução de pesquisas que deem sustentação à gestão digital de dados de pesquisa e considerem as perspectivas e desafios que se apresentam para a organização da informação. Nesse viés, a observância da qualidade dos metadados utilizados na descrição de dados de pesquisa é necessária para a garantia do acesso. Por conseguinte, investigações complementares a esta pesquisa serão conduzidas de modo a discutir a representação e recuperação por assuntos em repositórios de dados de pesquisa e as especificidades a serem consideradas e discutidas nesta abordagem, de modo a avançar nas discussões aqui apresentadas.

Notas

- [1] The University of Edinburgh. *Information Services: Research Data Service*. Disponível em: <<http://www.ed.ac.uk/information-services/research-support/data-library/data-repository/definitions>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- [2] Criado em 2012 com o objetivo de promover uma cultura de compartilhamento, maior acesso e melhor visibilidade dos dados da pesquisa, trata-se de um registro internacional de repositórios de dados de pesquisa, que abrange diferentes áreas do conhecimento. Atualmente é financiado pela Fundação Alemã de Pesquisa Científica (DFG). Disponível em: <https://www.re3data.org>.

Referências

- AUCKLAND, M. Re-skilling for research: an investigation into the role and skills of subject and liaison librarians required to effectively support the evolving information needs of researchers. *Research Libraries UK*, January, 2012.
- BERTIN, P. R. B.; VISOLI, M. C.; DRUCKER, D. P. A gestão de dados de pesquisa no contexto da e-science: benefícios, desafios e oportunidades para organizações de p&d. *Ponto de Acesso*, v. 11, n. 2, p. 34-48, 2017.
- CAVALCANTI, M. T.; SALES, L. F. Gestão de dados de pesquisa: um panorama da atuação da união

- européia. *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 31, n. 1, p. 73-98, 2017.
- CHOWDHURY, G. G.; CHOWDHURY, S. Information organization: issues and trends. In: _____. *Organizing information: from the shelf to the web*. London: Facet Publishing, 2007.
- PALAVITSINIS, N.; MANOUSELIS, N.; SANCHEZ-ALONSO, S. Metadata quality in digital repositories: empirical results from the cross-domain transfer of a quality assurance process, *Journal of the Association of Information Science and Technology*, v. 65, n. 6, p. 1202–1216, 2014.
- RICE, R.; SOUTHALL, J. *The data librarian's handbook*. London: Facet Publishing, 2016.
- ROCHA, L. L.; SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. Uso de cadernos eletrônicos de laboratório para as práticas de ciência aberta e preservação de dados de pesquisa. *Ponto de Acesso*, v. 11, n. 3, p. 2-16, 2017.
- ROUSIDIS, D. et al. Metadata for Big Data: a preliminary investigation of metadata quality issues in research data repositories. *Information Services & Use*, n. 34, p. 279-286, 2014.
- RUBIN, R. E. *Foundations of Library and Information Science*. 4th ed. London: Facet Publishing, 2016.
- SANTOS, D. B.; ROCKEMBACH, M. Publicações ampliadas: aspectos da integração de dados de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 28, n. 2, 2018.
- SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação*, v. 21, n. 2, p. 90-115, 2016.
- SEMELER, Alexandre Ribas; PINTO, Adilson Luiz. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. *Ciência da Informação*, v. 48, n. 1, p. 113-129, 2019.

Dimensão Política e Social da Organização do Conhecimento

Political and Social Dimension of the Knowledge Organization

Valores éticos em Organização do Conhecimento: uma análise a partir dos estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP-Marília

Ethical values in Knowledge Organization: an analysis from students of Archival Science and Librarian Science from UNESP-Marília

Andrieli Pachú da Silva (1), Isadora Victorino Evangelista (2) e José Augusto Chaves Guimarães (3)

Universidade Estadual Paulista - UNESP, R. Iara Clube, 85 - Jardim Maria Izabel, Marília - SP, (1) andrieli.pachu@unesp.br (2) isadora.evangelista@unesp.br, (3)chaves.guimaraes@unesp.br

Resumo

Os debates éticos em Organização do Conhecimento demonstram cada vez mais sua essencialidade, ainda mais quando considerado os novos problemas trazidos pelo desenvolvimento tecnológico. Diante dessa perspectiva, questionou-se se os estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia, enquanto futuros profissionais da área, possuem essas questões em mente, principalmente no que diz respeito a atividades de Classificação, Descrição e Indexação. O objetivo principal da pesquisa foi confirmar se havia um grupo de valores compartilhados pelos estudantes que podem ter influenciado a escolha de suas carreiras, além disso, pretendeu-se demonstrar a importância de se pensar de maneira ética e responsável no momento de realização de atividades de Organização do Conhecimento. Como metodologia, optou-se por aplicar um questionário aos estudantes dos referidos cursos da Universidade Estadual Paulista - UNESP, em que deveriam elencar de maneira decrescente - do mais importante para o menos - um grupo de valores retirados de códigos de ética internacionais da área. Como conclusões, tem-se um perfil profissional dinâmico, voltado ao acesso à informação sem barreiras, informação essa representada de maneira fidedigna por um especialista que busca sempre atualização de conhecimentos e compartilhamento de experiências.

Palavras-chave: Ética; Organização do Conhecimento; Valores éticos; Arquivologia; Biblioteconomia.

Abstract

The ethical debates in Knowledge Organization increasingly demonstrate its essentiality, even more when considering the new problems brought by technological development. In this way, the research questioned if the Archival Science and Librarian Science students, as future professionals in the area, has the ethical questions in mind, especially with regard to activities as Classification, Description and Indexing. The main goal was to confirm if the students shared ethical values in common, and if this values influenced the choice of their careers, beside that, it was intend to demonstrate the need to think ethically and with responsibility in carrying out Knowledge Organization activities. As methodology, it was decided to apply a questionnaire to the students of said courses of the São Paulo State University - UNESP, where they should list in descending order - from the most important to the less - a group of ethical values taken from international ethical codes from the field. As conclusions, there is a dynamic professional profile, aimed at access to information without barriers, information that is reliably represented by a specialist who always seeks to update knowledge and share experiences.

Keywords: Ethics; Knowledge Organization; Ethical values; Archival Science; Librarian Science.

1 Introdução

Os debates éticos em Organização do Conhecimento estão cada vez mais em evidência, ainda mais quando considerado o desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, rompendo barreiras de acesso à informação, mas trazendo outros problemas envolvendo um volume cada vez maior de informação produzida em diferentes suportes e plataformas, a propagação de *fake news*, a fragilidade da privacidade dos usuários e de seus históricos de busca, a realidade

da representação de minorias nos sistemas de organização do conhecimento, dentre outros.

Diante dessa perspectiva, espera-se que os estudantes de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, futuros profissionais da área, tenham em mente os aspectos éticos que envolvem atividades importantes da Organização do Conhecimento e de como a dimensão ética permeia o desenvolvimento dessas ações, considerando ainda o “poder” de dar acesso que esses profissionais possuem.

Como problema de pesquisa, toma-se por base uma pesquisa anteriormente realizada por Allen (1998) com estudantes de biblioteconomia e administração. Dessa forma, questiona-se se há um grupo de valores éticos compartilhados por estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista - UNESP de Marília, especialmente no que diz respeito a atividades de Organização do Conhecimento, e se esse grupo de valores pode influenciar posteriormente decisões éticas tomadas pelo profissional.

O objetivo principal da pesquisa é analisar se existe um grupo de valores compartilhados pelos estudantes que podem ter influenciado a escolha de suas carreiras, além disso, pretende-se demonstrar a importância de se pensar de maneira ética e responsável no momento de realização de atividades de Organização do Conhecimento.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos utilizados, foi retirado um conjunto de valores expressos em códigos de ética de duas importantes associações da área: o do *International Council of Archives* (ICA), no que tange aos estudantes de Arquivologia e, para os estudantes de Biblioteconomia, optou-se pelo código da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) [1]. Após esse momento, foi solicitado aos estudantes que respondessem um questionário, elencando em ordem de maior para menor importância, os valores que deveriam ser considerados na elaboração dos processos de Classificação e Descrição, no arquivo, e de Classificação e Indexação, na biblioteca.

A estrutura do presente artigo divide-se em uma seção de pressupostos teóricos, em que se buscou conceituar os conceitos de Ética, Deontologia, valores morais e códigos de ética; posteriormente, buscou-se evidenciar o surgimento dos cursos no campus da UNESP de Marília; em seguida, os aspectos metodológicos foram melhor desenvolvidos para então, chegar-se aos resultados e considerações finais da pesquisa.

2 Aspectos teóricos

O conceito de Ética que, na Filosofia, ocupa área específica de estudo, define-se, em linhas gerais, como a busca pelo bem comum e a boa convivência em sociedade. Embora seus estudos remontem à Antiguidade, ainda se encontra dificuldade em defini-la, visto que envolve comportamentos e regras socioculturais que não são estáticas em um tempo e espaço definido, ou seja, se alteram conforme a evolução das sociedades.

De maneira geral, o conceito de Ética utilizado pela pesquisa é aquele descrito no Dicionário Oxford, que se caracteriza como “1. Princípios morais que governam o comportamento de uma pessoa ou sua

conduta em uma atividade. 2. O ramo do conhecimento que lida com os princípios morais.” (ETHICS, 2019, s. p., tradução nossa).

Aliado a essa perspectiva, temos o que conforme destacado por Valls (1994), a Ética possui como máxima o bem comum e seus problemas centram-se em três esferas: a família – entre os relacionamentos afetivos e o papel de cada um nesses relacionamentos ou ainda entre pais e filhos; a sociedade civil – dizem respeito ao trabalho e propriedade, ao desemprego ou à forma escravista de trabalho, à riqueza na mão de poucos; e ao Estado - com as declarações de direitos, divisão de poderes e a função do Estado, se esta ainda se caracteriza pela busca do interesse comum universal.

A moral, enquanto objeto de reflexão da Ética, possui dois principais âmbitos que são divididos em valores morais - normas que devem ser seguidas para um bom convívio em sociedade - e os problemas morais - premissas que devem ser evitadas, pois podem afetar o convívio social. Esses valores e problemas se alteram conforme a comunidade e cultura em que estão inseridos, mas, no entanto, Kuhn (2009), em seu trabalho *Crítica da Razão Pura*, destaca o que ele denomina como imperativos categóricos, aqueles valores que são considerados universais, necessários em toda e qualquer sociedade para uma convivência harmônica.

A área da Ética que trabalha com os aspectos morais relacionados às categorias profissionais é denominada Deontologia. Essa sub-área é responsável por designar o conjunto dos deveres intrínsecos à determinada profissão, que se expressam por meio de regras formais e explícitas, em que o não cumprimento destas, é passível de sanção. Essas regras são geralmente apresentadas em um Código de Ética Profissional e geralmente evocam valores morais universais, como a honra, a lealdade, a confraternidade, dentre outros (CANTO-SPERBER, 2007).

Os conceitos apresentados podem ser expressos por meio dos códigos de ética, enquanto normativas que possuem diretrizes éticas sobre a conduta do profissional em atividade, além de aplicar sanções quando do descumprimento dessas regras. De acordo com Frankel (1989), os códigos de ética explicitam as normas profissionais utilizadas em determinada categoria, além de reconhecer a dimensão moral que esse grupo compartilha.

De acordo com o autor, estruturalmente esses códigos podem ser divididos em três grupos: os aspiracionais, que contém premissas morais que devem ser seguidas pelos profissionais, com foco na total realização do ser humano, sem evidenciar aspectos certos ou errados - como exemplo, cita-se os códigos utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa; os educativos, que aliam além dessas premissas, comentários e

explicações sobre como associar problemas éticos com as práticas profissionais; um terceiro tipo, é o regulatório, que possui regras bem definidas de como conduzir as atividades profissionais, além de servir como base para o julgamento de queixas ou aplicações de sanções - como exemplo, citamos o Código de Ética do Bibliotecário brasileiro (FRANKEL, 1989).

Algumas funções desses códigos também são destacadas pelo autor, como funcionar como um guia simplificado de ações éticas, fonte de avaliação dos profissionais e de suas responsabilidades, uma socialização do senso de solidariedade e propósito em comum da classe, uma maneira de ganhar a credibilidade pública e evidenciar o papel do profissional na sociedade, preservar os valores dominantes na profissão - os seus supervalores, impedir comportamentos anti-éticos e promover a conduta ética, e ainda, prestar suporte à categoria profissional para evitar o desgaste de suas estruturas de poder (FRANKEL, 1989).

Um exemplo de código de ética utilizado na área de Ciência da Informação é aquele produzido pela *International Federation Library Associations and Institutions* (IFLA). O documento foi elaborado no período de 2010-2012 por um comitê da instituição denominado *Freedom of Access to Information and Freedom of Expression* (FAIFE). Para tanto, o comitê analisou os 60 códigos de ética de associações nacionais existentes até então, buscando identificar premissas similares para formar um código internacional para toda categoria bibliotecária. Após receber sugestões de membros e não membros da IFLA, o documento foi aprovado pelo Conselho Diretor da instituição. No site da federação é possível ler o documento em duas versões: uma mais extensa, de caráter educativo e outra mais pontual, para referência rápida, de caráter aspiracional. Além do inglês, o documento foi traduzido ainda em 20 idiomas, incluindo o português (IFLA, 2017).

No âmbito da Arquivologia se destaca o código do *International Council of Archives* (ICA) produzido pela *Section of Professional Associations - SPA*, que se dedicou entre 1989-1996 na elaboração de um código de ética que estabelecesse parâmetros profissionais para os arquivistas. A aprovação do código pelo comitê executivo ocorreu no XIII Congresso Internacional de Arquivos em Pequim, China, o primeiro congresso do ICA realizado fora da Europa e da América do Norte, em setembro de 1996. Publicado há 23 anos, o documento atualmente se encontra disponível no site do ICA para consulta e *download* em 24 idiomas (ICA, 1996; GRANGE, 2009).

Pesquisas envolvendo valores compartilhados por profissionais já foram realizadas anteriormente, damos ênfase, em especial, por nortear o desenvolvimento

da presente pesquisa, aos trabalhos de Allen (1998) e Freire e Silva (2013).

Em um contexto mais quantitativo, o primeiro trabalho buscou analisar os valores compartilhados pelos estudantes de biblioteconomia e entre os estudantes de administração, da Universidade do Missouri. Allen (1988) buscou criar um perfil profissional dos estudantes, analisando se há um grupo de valores que poderia ter influenciado a escolha desses estudantes em seguir as determinadas carreiras e ainda, se há valores que distinguem a personalidade desses dois grupos. Em relação aos futuros bibliotecários, a pesquisa pôde concluir que esses estudantes buscam carreiras que exijam uma reflexividade e um desejo de dar acesso à informação de maneira livre, funcionando como guias para esse fim. Allen ainda ressalta que estudos nesse sentido podem ser de extrema importância para educadores em Ciência da Informação por alertar que os estudantes iniciam sua carreira compartilhando esses valores e que aqueles que não os possuem podem não se encaixar no desenvolvimento do curso (ALLEN, 1998).

O segundo artigo que a pesquisa se baseou possui um caráter mais reflexivo, baseando-se em preceitos filosóficos. Freire e Silva (2013), fundamentadas nos trabalhos de Comte-Sponville, buscaram elaborar uma “mandala das virtudes” dos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, desenvolvendo essa atividade na disciplina de Ética da Informação, ministrada aos alunos. As autoras identificaram que as virtudes que envolvem esses estudantes são elementos como a prudência com as normas arquivísticas, fidelidade com a profissão, coragem para enfrentar autoridades que vão contra a preservação arquivística, justiça para compreender as necessidades dos usuários, humildade para auxiliar na transmissão do conhecimento e amor, como elemento central, para o exercício da profissão.

Considerando o exposto, busca-se agora descrever o surgimento dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP de Marília, de maneira a caracterizar melhor o universo de pesquisa.

3 Histórico dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia na UNESP

A partir da linha do tempo (fig. 1), destacamos alguns pontos para compreender um pouco mais sobre a trajetória dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da UNESP.

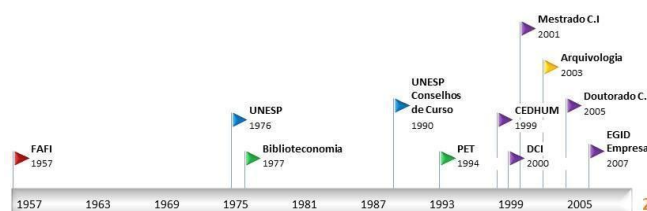


Figura 1. Linha do tempo

Fonte. Elaborado a partir dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia (UNESP, 2012a; 2012b)

O primeiro marco da linha do tempo, corresponde a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - FAFI”, criada pela Lei nº3.781/1957, no entanto suas atividades só deram início dois anos depois.

Com a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP, o segundo marco na linha do tempo, algumas faculdades isoladas no interior paulista se tornaram unidades da UNESP. Assim, a FAFI passou a ser a “Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP, Câmpus de Marília”.

A partir da década de 90, com a criação do curso de Fonoaudiologia, a unidade mais uma vez sofre alteração no nome, sendo este o atual: Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Câmpus de Marília.

Logo após a criação da UNESP em 1976, o curso de Biblioteconomia inicia suas atividades em 06 de abril de 1977, enfatizando a formação dos bibliotecários(as) para atender a demanda das bibliotecas universitárias, necessárias naquele contexto. O curso passou por diversas reestruturações curriculares (1982-2013), com o objetivo de melhorar a formação dos bibliotecários de acordo com a realidade social de cada época.

Com a exigência da UNESP nos anos 90 da instalação dos Conselhos de Curso de graduação, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação foi criado buscando atender as necessidades dos docentes e discentes do curso de Biblioteconomia.

Outro marco importante para o curso foi a implementação do Programa de Educação Tutorial - PET, trabalhando com os alunos de biblioteconomia as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1999 é criado o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília - CEDHUM, que também

trabalha com a tríade de ensino, pesquisa e extensão, atendendo atualmente aos alunos de graduação e pós-graduação. Aqui, inicia a repetição do marco na cor roxa na linha do tempo, sinalizando a relação que passa a ser estabelecida entre o curso de Biblioteconomia com a Ciência da Informação e o curso de Arquivologia.

Assim, a partir dos anos 2000, a pós-graduação em Ciência da Informação foi implementada na unidade, primeiramente o mestrado (2001) e quatro anos depois o doutorado (2005), nesse período o curso de Arquivologia também foi criado. Por último, houve outra possibilidade para os alunos da graduação, com a criação da Empresa Júnior de Gestão de Informação e Documentação - EGID Jr, que visa desenvolver projetos tanto para arquivos, como bibliotecas, voltados para diversas instituições, buscando aproximar os alunos do mercado de trabalho.

4 Metodologia

A presente pesquisa, de natureza exploratória e quantitativa, valeu-se da aplicação de questionários cujos resultados, analisados a partir de uma ordem decrescente de valores atribuídos pelos respondentes, foram analisados de maneira a evidenciar os principais valores compartilhados pela comunidade estudada.

Teve-se como população de pesquisa os estudantes de graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia, da UNESP de Marília. Assim, de uma população total de 224 alunos, restringiu-se o universo a um conjunto de 44 alunos - 24 de Biblioteconomia e 20 de Arquivologia, quais sejam, aqueles que já haviam cursado as disciplinas da área de organização do conhecimento: Classificação e Descrição, para os alunos de Arquivologia, e Classificação e Indexação, para os alunos de Biblioteconomia. Considerando que essas disciplinas são ministradas entre o 2º e 3º anos, o universo restringiu-se a alunos cursando o 4º. ano dos referidos cursos, já que já estariam familiarizados com as atividades de organização do conhecimento acima mencionadas, além do que estariam mais próximos de uma futura atividade profissional.

Por se tratarem de atividades de organização diferentes e muito específicas para cada curso, foram aplicados dois questionários: um para os alunos de Arquivologia em que deveriam considerar a Classificação e Descrição e outro, para os alunos de Biblioteconomia, em que deveriam ser considerados os processos de Classificação e Indexação. No entanto, optou-se por incluir os mesmos valores para os dois grupos, já que o objetivo do trabalho é identificar os valores compartilhados por esse universo de pesquisa. Os alunos deveriam elencar os valores descritos, de maneira decrescente - do mais importante ao menos, valores esses retirados dos códigos de ética da IFLA e

do ICA. Um exemplo do questionário pode ser verificado no Anexo 1.

Realizou-se um pré-teste da ferramenta de pesquisa com dois profissionais egressos da Unesp – um de cada área - que integram o grupo de pesquisa Formação e Atuação Profissional em Organização da Informação. Um vez validada a ferramenta, ela foi distribuída aos alunos de graduação, a eles entregue pessoalmente nos dias 26 e 29 de março de 2019, em sala de aula e em folhas impressas, de maneira a obter um maior retorno das respostas e com a possibilidade de explicar melhor aos estudantes o modo como ele deveria ser respondido.

Após esse momento, os resultados foram então analisados de maneira a identificar quais são os valores éticos compartilhados por esse grupo e se esses valores podem ter influenciado a escolha desse grupo por suas carreiras, como se verifica a seguir.

5 Resultados

Obteve-se um retorno de 30 respostas - 17 de Biblioteconomia e 13 de Arquivologia - correspondendo a 68% do universo - com preponderância dos alunos de Biblioteconomia (38%), relativo aos alunos que se fizeram presentes às aulas nos dias de aplicação do questionário.

Uma caracterização geral dos respondentes permite observar uma forte preponderância de alunos do sexo feminino (70%) e com idade entre 20 e 22 anos (65%), ou seja, que ingressaram na faculdade assim que saíram do ensino médio, sendo essa sua primeira graduação.

Essa idade média também justifica o fato de que em todos os casos essa era a primeira graduação dos entrevistados.

No caso dos alunos de Biblioteconomia, os três valores éticos mais importantes relacionados às atividades de classificação e indexação foram: **Acesso à informação e propriedade intelectual; Neutralidade, integridade e capacitação profissional;** e **Autenticidade documental**. Por outro lado, os valores considerados menos importantes foram: **Comunicabilidade; Proveniência e Relações profissionais** (ver Apêndice - B).

É interessante observar que os valores **Integridade dos Arquivos e Responsabilidade Social** não tiveram nenhuma incidência. O primeiro deles faz até sentido por ser específico da área de Arquivologia, mas a ausência do segundo foi altamente surpreendente.

No âmbito dos alunos de Arquivologia, os valores que ficaram em maior evidência foram: **Privacidade, sigilo, transparência e respeito à vida privada e Autenticidade documental**. Não foi obtido um consenso a respeito de um terceiro valor mais

importante, nesse sentido, os valores que seguem obtiveram a mesma quantidade de ocorrências: **Acesso à informação e propriedade intelectual; Neutralidade, integridade e capacitação profissional**, bem como a repetição do valor sobre **Privacidade, sigilo, transparência e respeito à vida privada** (ver Apêndice – B).

No que diz respeito aos valores considerados menos importantes para esses estudantes, têm-se: **Relações profissionais; Responsabilidade Social;** e mais uma vez, o empate de valores em uma colocação, sendo o de **Acesso à informação e propriedade intelectual; Autenticidade documental e Responsabilidade Social**.

Houve uma maior dispersão das ocorrências dos alunos de Arquivologia, por exemplo, o primeiro valor mais importante para Biblioteconomia possuiu 11 incidências enquanto que, o primeiro valor considerado pelos alunos de Arquivologia obteve apenas 3.

Assim, os valores que obtiveram maior ocorrência entre alunos de Arquivologia foram: **Autenticidade documental** (5) e **Proveniência** (5), respectivamente considerados o segundo e o quinto valor mais importante.

Outro ponto a ser observado foram os empates dos valores em uma posição, visto que isso ocorreu 2 vezes com os alunos de Arquivologia, nos que foram considerados os três mais e menos importantes, ao passo que, apenas 1 empate foi verificado com os alunos de Biblioteconomia correspondendo a sexta posição.

Dessa forma, é possível perceber que considerando os valores elencados pelos dois grupos, temos como valores mais importantes compartilhados aqueles que dizem respeito a questões de **Acesso à informação e propriedade intelectual; Neutralidade, integridade e capacitação profissional**, bem como o de **Autenticidade documental**.

Como valores considerados menos importantes às atividades de organização do conhecimento, os dois grupos compartilham o de **Relações profissionais** e o de **Responsabilidade social**, que no caso dos alunos de Biblioteconomia, não obteve incidência suficiente para nenhuma colocação de destaque no grupo de valores.

6 Conclusões

O acelerado desenvolvimento tecnológico na sociedade, aliado às iniciativas *open science*, que permitem o acesso mais democrático ao conhecimento científico, é compreensível que as questões relativas ao acesso à informação se apresentem como um dos valores compartilhados. Ressalta-se ainda, que este já foi identificado como um supervalor ético em

pesquisas anteriores - valor que guia todas as atividades informativas (GUIMARÃES et al., 2008).

Já o valor considerado primordial aos estudantes - relacionado a aspectos de neutralidade na representação e constante qualificação profissional - reafirma a preocupação com a fidelidade no momento da representação, evitando preconceitos e tendenciosidades, além de salientar a necessidade de frequente capacitação profissional, buscando atualizações e novos conhecimentos. Cabe aqui, no entanto, discutir até que ponto isso seria efetivamente uma *neutralidade*, ou, melhor dizendo, uma busca pela separação entre convicções pessoais e aquelas que estão expressas no documento.

O valor da Autenticidade, elemento fundamental para a promoção de um acesso confiável, embora tenha figurado essencial aos dois grupos de estudantes, curiosamente apresenta-se apenas no código de ética dos profissionais arquivistas.

O fato de o “Relações profissionais” ter sido considerado relativamente não tão importante, demonstra que tal valor está mais relacionado à boa convivência no ambiente de trabalho do que propriamente na realização das atividades de classificação, descrição e indexação.

Por fim, observa-se que a alta dispersão dos valores entre a população pesquisada revela que essa questão talvez não seja suficientemente abordada no contexto das disciplinas mencionadas, muitas sendo entendida como algo inerente a todo e qualquer fazer profissional, em que se faça necessária uma abordagem específica no âmbito de disciplinas tradicionalmente considerados como “técnicas”. Isso se confirma, não só pela surpresa, mas também por certa dificuldade dos estudantes ao se depararem com essa temática no questionário aplicado.

No entanto, as respostas evidenciaram que essa geração tem, sim, uma preocupação com as questões éticas, evidenciando um perfil dinâmico e comprometido com a promoção do acesso sem barreiras a uma informação confiável e organizada de forma coerente e em consonância com a diversidade social.

Sugere-se, assim, que essa temática tenha um espaço mais efetivo nas disciplinas mencionadas, bem como no universo de pesquisa discente, para que os estudantes estejam cada vez mais familiarizados com esses valores e percebam a importância em considerá-los no desenvolvimento de suas atividades.

Notas

[1] A utilização dos códigos internacionais se justifica pelas diferenças entre as duas profissões no contexto nacional, na medida em que os Bibliotecários possuem um Conselho Federal que institui o código de ética da profissão, ao passo que os Arquivistas se organizam em

Associações Profissionais Estaduais, e não há um consenso sobre a utilização de um código de ética unificado.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos alunos que participaram da pesquisa, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP - Processo 2017/02327-8.

Referências

- ALLEN, Gillian. Work values in librarianship. **Library and Information Science Research**, v. 20, n. 04, p. 415-424, 1998.
- CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- ETHICS. In: **Oxford Dictionaries**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/ethics>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- FRANKEL, Mark. Professional codes: why, how and with what impact?. **Journal of Business Ethics**, v. 8, n. 2-3, p. 109-115, 1989.
- FREIRE, Isa Maria; SILVA, Julianne Teixeira. A mandala das virtudes da arquivologia: relato de pesquisa. **Archeion Online**, v. 1, n. 1, p. 33-44, 2013.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008b. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).
- GRANGE, D. **BACKGROUND MATERIAL FOR A HISTORY OF SPA**. ICA, 2009. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/SPA_2010_Background-material-for-a-history-SPA_EN.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Código de ética**. 1996. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- IFLA. **Professional codes of ethics for librarians**. Disponível em: <<https://www.ifla.org/DE/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- KANT, Immanuel. **A crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- UNESP. **Projeto pedagógico de Arquivologia**. 2012a. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Arquivologia/projeto-pedagogico-2013.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- UNESP. **Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia**. 2012b. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Biblioteconomia/ppp_06jul2017comprimido.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- VALLS, Álvaro L. M. **O que é Ética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

Apêndice A - Exemplo de questionário aplicado
Questionário Biblioteconomia

Considerando os seguintes valores éticos destacados abaixo, enumere do mais importante para o menos importante, considerando as atividades de Classificação e Indexação.

Valor moral e breve explicação	Posição
Acesso à informação e propriedade intelectual: proporcionar o acesso informacional a todos, sem distinção ou censura, respeitando ainda a legislação, a regulamentação, os direitos dos indivíduos e acordos com os doadores, bem como, promover o acesso em qualquer mídia e de preferência, de acordo com os princípios do acesso aberto, ao mesmo tempo respeitando os direitos de publicação dos autores e editoras.	
Autenticidade documental: preservar a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.	
Comunicabilidade: assegurar permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos, dirigindo sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou.	
Integridade dos arquivos: manter a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.	
Neutralidade, integridade e capacitação profissional : comprometimento com a neutralidade e postura imparcial em relação à coleção, aplicação de políticas de serviço justas e busca de padrões de excelência profissional, bem como, atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos, compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.	
Proveniência: selecionar e manter os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.	
Privacidade, sigilo, transparência e respeito à vida privada: respeitando a privacidade pessoal e proteção dos dados, ao mesmo tempo em que se promove a transparência das informações relativas ao setor público, buscando encontrar um equilíbrio entre a legislação em vigor, visando as informações sobre pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, sejam protegidas, sem que haja necessidade de se destruir informações.	
Relações profissionais: tratam uns aos outros com justiça e respeito, evitando a discriminação entre empregados. A colaboração com os colegas e profissões afins deve ser considerada, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.	
Responsabilidade pelos documentos: responsabilidade pelo tratamento dos documentos, bem como a justificativa de como fazem esse tratamento, considerando os elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento; direitos de reprodução e condições de acessibilidade.	
Responsabilidade social: de modo a promover a inclusão, evitando a discriminação, proporcionando o acesso equitativo, independente de nacionalidade, gênero ou orientação sexual. Deve-se ainda evitar tirar de sua posição vantagens para si mesmo ou para terceiros, abstendo-se de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade.	

Apêndice B - *Ranking* de valores

Arquivologia

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Valor 1			3	2	2	1		2	1	2
Valor 2	1	5	1	1		1		2	2	
Valor 3		1	1				3	2	3	3
Valor 4	2	1		3		3	1	1	2	
Valor 5	2	1	3	2	1	2	1	1		
Valor 6	2	1	1	1	5	2		1		
Valor 7	3	1	3	2	1		1	1		1
Valor 8	1	1	1	1		2		1	4	2
Valor 9	1	1	1	1	3	1	4			1
Valor 10	1	2					3	2	1	4

Biblioteconomia

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Valor 1	11	1	2	0	0	0	1	1	0	1
Valor 2	2	2	5	2	0	1	1	2	2	0
Valor 3	1	2	2	2	1	0	1	3	3	2
Valor 4	0	2	2	1	0	3	2	2	3	2
Valor 5	1	5	0	3	1	4	2	1	0	0
Valor 6	0	1	1	3	2	1	1	2	4	2
Valor 7	0	0	2	1	4	1	4	2	1	2
Valor 8	0	1	1	1	2	4	0	1	2	5
Valor 9	1	0	0	4	5	1	2	2	1	1
Valor 10	1	3	2	0	2	2	3	1	1	2

A Organização do Conhecimento e o Estatuto da Pessoa com Deficiência: desafios e perspectivas sobre o tratamento da informação para pessoas surdas.

The Knowledge Organization and the Statute of People with Disabilities: challenges and perspectives on the treatment of information for deaf people.

Veronica Ribeiro da Silva Cordovil (1), Marivalde Moacir Francelin (2)

(1) (2) Universidade de São Paulo - USP, Escola de Comunicações e Artes, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Nº 443, Cidade Universitária, São Paulo - SP, Brasil, (1) E-mail: veronicacordovil@usp.br, (2) e-mail: marivalde@usp.br

Resumo

O presente trabalho reflete sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a Organização da Representação do Conhecimento para a consolidação de uma sociedade democrática e inclusiva. A metodologia caracterizou-se como exploratória e descritiva, com delineamento da pesquisa bibliográfica, levantamento e análise sobre o tema. No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil), pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação para pessoas surdas. O estudo aborda os direitos previstos na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a linguagem de sinais como forma de comunicação e de representação que pode ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários, em diferentes suportes e instituições. Considera-se que os processos e sistemas de Organização do Conhecimento podem promover instituições democraticamente inclusivas, quando rompem as fronteiras rígidas dos cânones e dogmas do conhecimento formalmente estabelecido, diante das necessidades de acesso à informação pela comunidade surda. Espera-se que este estudo contribua para o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender todas as pessoas.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Tratamento da Informação; Pessoas com Deficiência; Pessoas Surdas; Inclusão.

Abstract

This paper reflects on the challenges and prospects for the Organization of the Representation of Knowledge for the consolidation of a democratic and inclusive society. The methodology was characterized as exploratory and descriptive, with a delineation of the bibliographic research, survey and analysis on the subject. In the context of the objective of the International Society for Knowledge Organization (ISKO / Brazil), it is intended to raise questions about the organization and representation of information for deaf people. The study deals with the rights prevailing in Law 13,146 of July 6, 2015, which establishes the Statute of the Person with Disabilities and sign language as a form of communication and representation that can be made available and retrieved by different users, in different supports and institutions. It is considered that Knowledge Organization processes and systems can promote democratically inclusive institutions when they break the rigid boundaries of the canons and dogmas of formally established knowledge in the face of the need for access to information by the deaf community. It is hoped that this study will contribute to the beginning of the discussion of the frontiers of knowledge representation and, above all, that it will advance from theory to practice, in the construction of models and information systems capable of serving all people.

Keywords: Knowledge Organization; Treatment of Information; Disabled people; Deaf people; Inclusion.

1 Introdução

A preocupação com a informação, do ponto de vista social, está fundamentada nas vertentes paradigmáticas da Organização do Conhecimento, mas ganha

legitimidade na experiência e na prática dos usos, dos fluxos e do tratamento informacional.

O campo científico da Organização do Conhecimento tem demonstrado avanços nas análises sobre questões éticas, sociais e culturais. Por outro lado, temas

específicos como os das pessoas com deficiência precisam de mais pesquisa. Como exemplo, foi realizada uma análise dos anais da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012; DODEBEI; GUIMARÃES, 2013; GUIMARÃES; DODEBEI, 2015; PINHO; GUIMARÃES, 2017) e em nenhum deles foi encontrado um trabalho específico sobre a temática deste estudo. Apesar de ter representantes nacionais e internacionais de temas sociais e culturais, o tema "pessoas com deficiência" não aparece em nenhum dos trabalhos analisados.

Por isso, considera-se oportuna a abordagem sobre as responsabilidades da Organização do Conhecimento em promover a inclusão e atuar democraticamente no âmbito de uma sociedade justa e igualitária. Diante dessas observações, este estudo propôs a realizar uma pesquisa para apresentar a problemática e um modelo de tratamento de informação para as pessoas surdas.

Assim, este trabalho apresenta uma reflexão sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) de "discutir os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento" pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação, em especial, o tratamento da informação para a melhorar o acesso à informação para as pessoas surdas.

Os objetivos específicos são: identificar o contexto relativo à pessoa com deficiência e o caso da pessoa surda; compreender a linguagem de sinais como forma de comunicação e representação do conhecimento; destacar aspectos Legislativos pertinentes ao direito de acesso à informação para pessoas com deficiências; identificar processos e sistemas de Organização do Conhecimento que podem promover instituições democraticamente inclusivas, diante das necessidades de acesso à informação pela pessoa surda.

A partir das necessidades de acesso à informação pelos surdos, questiona-se: quais os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei da Pessoa com Deficiência para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva?

Para abordar sobre o problema apresentado, a discussão fundamenta-se nos princípios constitucionais de direito e igualdade a partir da compreensão de inclusão apresentada por Mittler (2003), Bonetti (2005) e Ferreira (2006), para os quais a discussão sobre o

tema envolve o processo sociocultural da sociedade brasileira, em especial, da comunidade surda.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos referentes à organização do conhecimento e da informação para melhorar o acesso à informação para as pessoas com deficiência, em especial, para a pessoa surda. O que se pretende é oferecer subsídios introdutórios das questões referentes às pessoas com deficiências e o caso da surdez; os aspectos introdutórios da língua de sinais; os fundamentos legais que amparam as políticas de acesso à informação para estes usuários, de forma a instigar os cientistas da informação a adentrarem na realidade da comunidade surda e pensar meios de representação do conhecimento que possam promover instituições eficazes, sustentáveis e democraticamente inclusivas.

2 Pessoa com deficiência e o caso da surdez

O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com deficiência (PCD):

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

No caso da deficiência auditiva, é preciso distingui-la da surdez. Chama de deficiência auditiva "[...] a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum [...]" (BRASIL, 1997, p. 31).

Diante disso, a pessoa com deficiência auditiva pode reconhecer o som das palavras através de uma prótese, enquanto os surdos usam a linguagem de sinais para se comunicar e expressar, através de um "[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria [...]" (BRASIL, 2002), oriunda da comunidade de pessoas surdas.

Padden e Humpphries (2000, p.5 *apud* STROBEL, 2008, p. 30) chama de comunidade surda:

[...] um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilhando os objetivos comuns de seus membros e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas [...].

A comunidade surda é constituída por indivíduos surdos e ouvintes que compartilham e lutam por objetivos comuns para que a pessoa surda seja inserida e conviva na sociedade, supra suas necessidades de informações e estabeleça uma comunicação sem ruídos.

Outro conceito importante, neste contexto, é o de cultura, como “[...] um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras e tradições” (PADDEN; HUMPHRIES, 2000, p. 5, *apud* STROBEL, 2008, p. 31).

Conforme o exposto até aqui, fica evidente que compreender a comunidade surda e a cultura surda é primordial, pois, a partir dessas relações são criados sinais e compreendidos os seus significados, de forma que essa comunidade possa se comunicar.

O Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) é importante neste processo porque é mediador na comunicação da comunidade surda com aqueles que não têm domínio da língua de sinais.

O TILS realiza a transposição da língua de sinais para a linguagem oral (processo de tradução) ou realiza a transposição da língua oral para a língua de sinais (processo de interpretação) e necessita de um amplo conhecimento social e linguístico.

O conhecimento influencia na qualidade de interpretação e tradução do TILS como mediador entre duas culturas e o conhecimento teórico-prático das culturas envolvidas nessa interação é imprescindível (VEDOATO, 2014).

Mas, nem sempre houve interação com as pessoas com deficiências. Os fatores históricos mostram várias fases, da segregação à inclusão.

Para compreender essas fases é importante conhecer os três paradigmas que foram partilhados em diferentes momentos históricos: a institucionalização, os paradigmas de serviços e de suportes, conforme apresentado por Vagula e Vedoato (2014):

No paradigma da institucionalização, as pessoas com deficiências eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições segregadas (asilos, hospitais, conventos) ou em escolas especiais, longe do convívio social.

O segundo paradigma é o de serviços, cuja ideia principal era de integração. Acreditava-se que era preciso modificar a pessoa com deficiência para que ela se assemelhasse ao máximo possível dos demais cidadãos e assim, poder ser inserida e integrada à sociedade. As instituições (entidades assistenciais, escolas especiais e centros de reabilitação) deixam de ser locais de confinamento e passam a preparar a pessoa com deficiência para o convívio social, para o trabalho e autossuficiência.

O terceiro é o paradigma de suportes, caracterizado pelo pressuposto de que as pessoas com deficiência têm direito à convivência não segregada e o acesso contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Os suportes podem ser de diferentes tipos (social,

econômico, físico e instrumental) com a função de favorecer a construção de um processo que passou a denominar inclusão social, onde as instituições têm que se adaptar a inclusão.

3 A Linguagem de Sinais

A linguagem é a base do processo de comunicação, necessário para as atividades mentais como raciocinar e formar conceitos e favorece a capacidade de usar o pensamento para solução de problemas (VEDOATO, 2014).

Fernandes (2003) define linguagem como um sistema de comunicação natural e ou artificial como: linguagem corporal, as expressões faciais, as reações do nosso organismo (o pensamento e os aspectos fisiológicos), o vestir, ou a linguagem de outros animais, códigos de trânsito, a música, as artes, entre outros.

A capacidade de comunicação é semelhante em todos os seres humanos e permite que observem, compreendam, aprendam, experimentem, expliquem o que acontece com ele mesmo ou o que está a sua volta, ainda que existam diferentes línguas.

A língua é o aspecto social da linguagem, pois, é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística e é compreendida como um sistema complexo com regras abstratas e composto por elementos significativos que se relacionam entre si (SAUSSURE, 1991).

Para Vedoato (2014), as línguas são meios pelos quais a linguagem se manifesta e seu desenvolvimento ocorre por meio da interação social. Podem ser orais-auditivas (o canal de recepção é audição e o meio de reprodução é a oralidade) ou espaço-visuais (reproduzidas por sinais manuais e sua recepção é visual).

A língua é uma propriedade coletiva, não individual e só tem razão de existir se for compartilhada.

Reconhecer a existência de uma comunidade linguística de surdos é importante para que se reconheça também a linguagem de sinais utilizada por ela, para melhor explicar esses aspectos espaço-visuais. Fernandes (2003) assevera que a “[...] configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal”, diferenciam a linguagem de sinais da língua oral, dentre outras particularidades, como “[...] a escrita de palavras sempre na letra maiúscula” (VAGULA, 2014, p. 162), bem como o alfabeto manual (datilologia) que é utilizado para traduzir nomes próprios, palavras desconhecidas ou que não exista o sinal determinado.

Os aspectos linguísticos são necessários para entender a representação da informação. Vedoato (2014) apresenta todos os níveis de análise da Libras, ou seja:

- nível fonológico: percebido pelos olhos e produzido pelas mãos, por se tratar de uma modalidade espaço-visual;

- nível morfológico: estrutura interna dos sinais, sintética (resumida), simples ou composta. Por exemplo: “[...] a palavra guarda-chuva que é composta na língua portuguesa na língua de sinais é uma palavra simples”. O contrário, também ocorre “MAÇÃ-LARANJA- DIVERSOS” em língua de sinais corresponde à palavra “FRUTAS” em português”. Outros exemplos: CASA + ESTUDAR = ESCOLA; CASA + CRUZ = IGREJA; CAIXA + GUARDAR + GARFO + FACA + COLHER = FAQUEIRO. Muitas palavras não possuem sinais próprios e para representá-las é utilizada a datilografia (alfabeto manual);

- nível sintático: inter-relações dos elementos estruturais da oração e das regras que regem a combinação de sentenças. Segundo Viotti (2008), a ordem da sentença não está fixada em SVO (sujeito – verbo – objeto) e pode ter um ou mais constituintes acompanhados de alguma marcação não manual. Exemplo: LIVRO, MARIA COMPRAR ONTEM. O objeto na primeira posição da sentença, neste caso, o constituinte livro, deve vir acompanhado de um movimento particular de cabeça e na configuração das sobranças;

- nível semântico-pragmático: envolve a significação e o uso de acordo com o contexto conversacional. Podem aparecer através de ritmo de entonação, expressões faciais, manuais ou corporais.

A análise da informação, através desses níveis, envolve tanto as propriedades relativas aos aspectos físicos quanto as de conteúdo e de significados.

Os aspectos linguísticos interferem nas concepções tradicionais de representação da informação e do conhecimento, pois, na linguagem de sinais as representações ocorrem não apenas pelos signos, mas pela querologia, que corresponde à configuração das mãos, pela datilografia (alfabeto manual) e pela presença do tradutor/intérprete que sinaliza para o usuário/surdo.

A língua de sinais pode ser vista como uma língua natural, que necessita de interação social para a sua aquisição, bem como precisa ser vista como uma linguagem artificial de organização e representação do conhecimento para que possa ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários em diferentes suportes e instituições.

Dentro de sua função social, o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar diferentes acessos ao conhecimento contido na informação.

4 Lei 13.146/2015: a Lei Brasileira de Inclusão e o Direito de Acesso à Informação

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com o objetivo de assegurar e promover os direitos da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

Para compreender os objetivos da Lei, destacou-se alguns pontos que podem contribuir para a garantia do acesso de qualidade a recursos, apoio e serviços.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à pessoa com deficiências de ter atendimento prioritário nas mais diversas instituições; disponibilização das informações e tradução dos documentos em Libras; janela com intérprete de Libras e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes, profissionais de apoio; acesso a bens culturais em formatos acessíveis; garantia de melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotada internacionalmente; incentivo à oferta de tecnologias assistivas ou ajuda técnica como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência para sua inclusão social.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação deve ser estimulados e garantidos como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Destaca-se que, apesar de muitas bibliotecas brasileiras possuírem espaços acessíveis com tecnologias assistivas, ainda não há uma mediação apropriada por meio de vocabulário controlado para pessoas surdas, por exemplo, ou, nem sempre, há um atendimento especializado, com um profissional que se comunique em Libras.

Frente às questões apontadas, é possível refletir que há desafios que se colocam para a Organização do Conhecimento e a necessidade de novas perspectivas para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.

5 Processos e Sistemas de Organização do Conhecimento e a utilização da LIBRAS para a promoção de instituições inclusivas

A Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, é focada nas atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada (PINHO, 2009), para possibilitar ao cidadão a ampliação de seus conhecimentos e possui papel essencial para a democratização do acesso à

informação, com foco nas mais variadas necessidades informacionais dos usuários.

A representação do conhecimento, por sua vez, é o produto da organização do conhecimento. Segundo Bräscher e Café (2010) “[...] ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual da realidade que se pretende representar”.

A representação deve ser construída para determinada finalidade através de instrumentos e operações como linguagens documentárias alfabéticas e hierárquicas, sistemas de classificação, tesauros, taxonomias, os cabeçalhos de assuntos, dentre outros.

Para representar é necessário utilizar diversos recursos capazes de simbolizar a realidade. Representar significa “[...] utilizar elementos simbólicos - palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros - para substituir um objeto, uma ideia, ou um fato” (LIMA; ALVARES; 2012. p.21).

Os elementos simbólicos, além de representar as informações, são utilizados no momento da recuperação, do processo de busca para a localização dos itens de informação que foram armazenados em sistemas de informação com a finalidade de permitir o acesso dos usuários de acordo com suas necessidades.

Para melhorar os processos de representação e de recuperação são utilizados vocabulários controlados com listas pré-definidas de termos ou códigos, cada um representando um conceito. Tesauros e listas de cabeçalho de assuntos são exemplos de vocabulários controlados.

O Vocabulário Controlado do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP), por exemplo, é abrangente e diversificado. Pode ser utilizado para a representação do conteúdo de recursos de informação de diferentes sistemas de informação. Ele pode ser consultado pela sua macroestrutura, que contém as relações entre as áreas do conhecimento, as subáreas e a terminologia propriamente dita. Possibilita consultas pela Lista Alfabética de Assuntos e a Lista Sistemática ou Hierárquica e os assuntos podem ser complementados e especificados por tabelas auxiliares, sendo elas: a Tabela de Qualificadores, Tabela de Locais Geográficos e Históricos, Tabela de Gênero e Forma, Tabela de Profissões e Ocupações. Utiliza Nota de Escopo como nota explicativa que aparece ao lado de alguns termos.

Ao buscar por DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, através da ordem hierárquica de assuntos, tem-se a seguinte informação (figura 1):

⇒ CH751 - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 ⇒ CH751.5 - INFORMAÇÃO
 ⇒ CH751.5.10 - DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ←⇒

Figura 1: Nota de escopo

Fonte: Vocabulário controlado da USP

Ao lado do termo “DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” aparece um ícone com a seguinte nota de escopo:

“Democratização da Informação é uma questão que discute a ampliação do acesso tanto à recepção quanto à emissão de informação, a sua democratização e do conhecimento”.

O conjunto que define o termo, através da nota explicativa, depende sistematicamente do conteúdo semântico e amplia a compreensão do termo pelo usuário, de acordo com o assunto, para satisfazer uma necessidade de informação.

Contudo, legitimados na experiência e na prática de uso das informações, observa-se que as pessoas surdas têm dificuldades de acesso à informação, de localizar a base de dados e até de compreender a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos linguísticos e informáticos dos processos de representação do conhecimento, que são produzidos com base nos cânones e dogmas do conhecimento formalmente construído, com uma normativa positivista de descrição única da realidade, sem considerar os detalhes das diferentes culturas e comunidades.

Ao aproximar dos conhecimentos sobre deficiências e a surdez e relacioná-los à possibilidade de se estabelecer, por meio da linguagem de sinais, instrumentos de organização e representação do conhecimento, também se torna possível a ampliação de discussões teóricas e práticas dentro da área da Organização e Representação do Conhecimento para a promoção de instituições inclusivas.

6 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, além do delineamento da pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise documental sobre o tema registrados em artigos, livros, teses, dissertações e na legislação, capazes de abarcar a temática desenvolvida.

Os termos utilizados na busca bibliográfica enfocaram as palavras-chave: Lei 13.146; Estatuto da Pessoa com deficiência; Inclusão; Língua Brasileira de Sinais; Surdo; Acesso à Informação; Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica; Tecnologias de Informação e Comunicação; Surdez; Bilinguismo; Tradução; Interpretação; Processos e Sistemas de organização; Tratamento; Representação da Informação; Ciência da Informação.

A partir da análise de diferentes tipos de representação de informação para pessoas surdas, como os sinalários de Libras (conjunto de expressões em Libras), manuais de sinais, vocabulário ilustrado em Libras e do Vocabulário Controlado da SIBI/USP, visa-se a

proposição de um modelo de vocabulário controlado, onde os termos apareçam na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”, representado por termos e imagens; “Representação em linguagem de sinais”; e, “Código”.

Além disso, sugere-se acrescentar na nota de escopo à linguagem de sinais, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota de escopo em Língua Portuguesa.

Do ponto de vista teórico da Organização do Conhecimento, o problema de pesquisa centrou-se no pressuposto básico para a questão da organização do conhecimento para a inclusão social da pessoa com deficiência, em especial da pessoa surda, a partir da linguagem de sinais como forma de representação da informação, que pode ser inserida na área da Organização do Conhecimento, por meio de um sistema linguístico de natureza visual-motora.

7 Resultados

Para reconhecer a linguagem de sinais como forma de representação do conhecimento é preciso compreender os aspectos do sistema linguístico de natureza visual-motora, pensando no usuário e no objetivo de diminuir a barreira de representação e comunicação entre ouvintes e surdos.

A linguagem deve ser adequada à comunidade para garantir o acesso à informação.

O “Vocabulário Ilustrado de Saúde em Libras” (figura 2) demonstra uma iniciativa institucional importante na área de saúde por servir de apoio ao atendimento de pacientes surdos (figura 2).



Figura 2: Vocabulário Ilustrado de Saúde em LIBRAS
Fonte: Iguma e Pereira (2010)

Este vocabulário ilustrado representa as doenças e os procedimentos médicos, traz a figura do tradutor/intérprete e as setas que indicam como o movimento da mão deve ser feito. Na figura 2, o TILS está representado, consecutivamente, uma máscara, medicamento (em gota), medicamento (em comprimido) e microscópio.

Outro exemplo, é o Sinalário em Libras. O Sinalário ilustra as diferentes formas de representação da informação através de signos (forma e conteúdo), acrescidos de interpretação através da linguagem de sinais, com destaque a configuração das mãos, que assumem formas diferentes durante a realização do sinal, bem como pelas indicações das setas que mostram o movimento das mãos representando seu deslocamento no espaço, a expressão facial que ajuda a dar o sentido dos sinais, bem como o alfabeto manual (datilologia).

O Sinalário de animais (figura 3) apresenta notas de escopo, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota explicativa em Língua Portuguesa. Há uma hierarquia entre os termos: ABELHA, pela ordem hierárquica de assuntos, está relacionada a ANIMAIS. Encontra-se a configuração das mãos, pela datilologia (alfabeto manual) e a representação da ABELHA através da imagem.

Animais: Posicionar a mão direita aberta, dedos curvados tocando com o dorso no queixo.

substantivo masculino
 1. Ser vivo multicelular, com capacidade de locomoção e de resposta a estímulos, que se nutre de outros seres vivos.
 2. Ser vivo irracional, por oposição ao homem.
 3. [Figurado] Bruto, estúpido, grosseiro (falando-se de pessoas).
adjetivo de dois gêneros
 4. De animal; próprio de animal.
 5. [Figurado] Carnal, físico.



Abelha



Abelha: mãos direita aberta com os dedos indicadores e polegares unidos pelas pontas, posicionar próxima ao lado direito do rosto e movê-la até a boca em um arco para cima.

a-be-lha [ê]
 (latim *apicula*, -ae, diminutivo de *apis*, -is, abelha)

substantivo feminino
 1. [Entomologia] Inseto himenóptero, que produz o mel e a cera.
 2. [Botânica] Abelheira.

Figura 3: Sinalário de animais em Libras
 Fonte: Dutra (2016)

Acredita-se que esses instrumentos contribuíram para fazer uma reflexão sobre o estudo do vocabulário controlado e a linguagem de sinais.

Os diferentes tipos de tratamento e representação da informação têm por finalidade principal coincidir a linguagem do usuário com a do indexador. Para atender a pessoa surda é preciso substituir códigos não só por termos ou frases na operação de codificação, mas também por imagens, desenhos, mímicas.

Observou-se, por exemplo, que no Vocabulário Controlado SIBi/USP, os termos “ABACATE” e “ABACAXI” aparecem na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”; “Código da Macroestrutura”; “DEDALUS” [1], “HIERÁRQUICO”.

Para que esse vocabulário controlado atenda a pessoa surda, no campo “assunto” poderia ser incluída a imagem que representa este “assunto” e a representação em linguagens de sinais, além do código, conforme figura 4, que mostra um modelo construído para representar a linguagem de sinais em um Vocabulário Controlado.

ASSUNTO	LIBRAS	CÓDIGO
---------	--------	--------

ABACATE

ABACAXI

Código
CA110.1.4.1
.2.1.1.1.4.1

CA110.1.4.1
.2.1.1.1.4.2

Figura 4: Vocabulário controlado em linguagem de sinais

A nota de escopo também pode ser inserida de duas maneiras. A primeira informando a descrição do posicionamento das mãos e a segunda com a descrição do objeto, como demonstrado na figura 3, do Sinalário de animais.

Neste contexto, o estudo sobre a linguagem de sinais encontra-se dentro do escopo da Organização do Conhecimento por ser esta uma área que investiga os problemas voltados ao propósito social inclusivo da organização do conhecimento e de seus registros para o uso e atendimento das necessidades de informação dos diferentes usuários.

8 Conclusão

A representação do conhecimento pode ser uma forma de exclusão quando somente atribuída aos cânones e aos dogmas do conhecimento formalmente legitimado, mas também é uma forma de inclusão quando tomada por um viés que entende o conhecimento como algo além das barreiras e das fronteiras rigidamente estabelecidas. A representação do conhecimento, na perspectiva política e social da Organização do Conhecimento, propõe-se um questionar dimensionado pelos contextos culturais e de ensino, mas não se reduz a eles porque tem a seu favor conquistas importantes, como a própria Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, apresentada e discutida ao longo deste trabalho.

As instituições podem garantir formas de apoiar o uso e difusão da linguagem de sinais como meio de comunicação e representação da informação para a comunidade surda, através de processos de geração, tratamento e disseminação da informação e sistemas que permitam interfaces favoráveis ao acesso e uso das informações por pessoas com deficiências, utilizando a Libras e a contribuição dos tradutores/intérpretes como formas de garantir esse acesso às informações.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação são instrumentos importantes para superar as limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação, à cultura e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Espera-se que este seja o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender qualquer tipo de pessoa, em especial, as pessoas com deficiências. Estima-se que este venha ser o propósito social e inclusivo da Organização do Conhecimento.

Notas

[1] Banco de Dados da Universidade de São Paulo

Referências

- BONETTI, Nilva. Leis de diretrizes e bases e suas implicações na formação de professores de educação infantil. *In: ALITINO FILHO, José Martins. (org.). Criança pede respeito: temas em educação infantil.* Porto Alegre: Mediação, p. 109 -147, 2005.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou do conhecimento? *In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.* São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2017/06/LIVRO-Temas-de-Pesquisa-em-Ci%C3%Aancia-da-Infoma%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 27 out. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 26 out. 2018.
- Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. - Brasília: SEESP, 1997.
- DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século.** Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2).
- DUTRA, Renata. **Sinalário de animais em Libras.** 2016.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERREIRA, Windyz B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. *In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006.
- GIUSEPPE, Rinaldi et al. Educação Especial Deficiência Auditiva. **Secretaria de educação,** 1997. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002295.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade.** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1).
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural.** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3).
- IGUMA, Andréa; PEREIRA, Claudia Barbosa. **Saúde em Libras: vocabulário ilustrado - apoio para atendimento ao paciente surdo.** 1ed. São Paulo: Áurea Editora, 2010.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in america: voices from a culture.** Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento.** Recife: Ed. UFPE, 2017. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4).
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1991.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas. *In: VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). Educação inclusiva e língua brasileira de sinais.* Londrina: UNOPAR, p. 1-20, 2014.
- VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Deficiência auditiva versus surdez: a Libras e o TILS. *In: VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). Educação inclusiva e língua brasileira de sinais / Org. Edilaine Vagula, Sandra Cristina Malzinoti Vedoato – Londrina: UNOPAR, p. 135-173, 2014.*

VIOTTI, Evani. **Introdução aos estudos linguísticos.**
Florianópolis, SC: Universidade Federal De Santa
Catarina, 2008.

Mapeamento da produção científica da Organização do Conhecimento em sua dimensão política e social no Brasil

Mapping the scientific production of the Knowledge Organization in its political and social dimension in Brazil

Andréia dos Santos(1), Bianca Ferreira Hernandez(2), Luciane Paula Vital(3)

PGCIN/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, (1) andreia.santos@ifsc.edu.br, (2)bianca.hernandez@ufsc.br

(3) luciane.vital@ufsc.br

Resumo

A inserção tecnológica e informacional e a forte influência da globalização aproximaram múltiplas perspectivas econômicas, sociais e culturais. Torna-se primordial trazer à luz discussões e reflexões acerca das dimensões política e social que permeiam as práticas da organização do conhecimento e trazem em seu bojo o posicionamento ético. Assim, considerando a dimensão política e social no âmbito da organização do conhecimento e, visando identificar como se caracteriza essa produção científica, este estudo tem por objetivo mapear as temáticas estudadas e a comunidade discursiva a partir da produção científica do eixo 3 do capítulo da ISKO-Brasil. Foram mapeados os artigos publicados no eixo 3 - A dimensão política e social da organização do conhecimento, nos volumes da coleção "Estudos Avançados em Organização do Conhecimento", da ISKO Brasil, consistindo 4 publicações de 2012 a 2017, totalizando 43 artigos. O aporte teórico-metodológico da pesquisa se utiliza da conceitualização de "Análise de Domínio" proposta por Hjørland (2002) para categorizar o *corpus* investigado. Identificou-se que os pesquisadores mais proeminentes são José Augusto Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fábio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani. Os resultados obtidos revelam que o eixo tem buscado discutir a OC considerando contextos específicos. A análise de domínio e a diversidade cultural são as temáticas mais pesquisadas e desenvolvidas nos artigos analisados.

Palavras-chave: Dimensão política e social; Análise de Domínio; Ética; Comunidade discursiva.

Abstract

The technological and informational insertion and the strong influence of globalization brought together multiple economic, social and cultural perspectives. It is paramount to bring to light discussions and reflections on the political and social dimensions that permeate the practices of the knowledge organization and bring in its core the ethical positioning. Thus, considering the political and social dimension within the scope of knowledge organization and, in order to identify how this scientific production is characterized, this study aims to map the themes studied and the discursive community based on the scientific production of axis 3 of the ISKO-Brazil chapter. The articles published in axis 3 - The political and social dimension of the knowledge organization, in ISKO Brazil's collection of "Advanced Studies in Organization of Knowledge", consisting of 4 publications from 2012 to 2017, totaling 43 articles. The theoretical-methodological contribution of the research is based on the concept of "Domain Analysis" proposed by Hjørland (2002) to categorize the investigated corpus. It was identified that the most prominent researchers are José Augusto Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fábio Assis Pinho and Suellen Oliveira Milani. The obtained results reveal that the axis has sought to discuss the OC considering specific contexts. Domain analysis and cultural diversity are the most researched and developed themes in the articles analyzed.

Keywords: Political and social dimension; Domain Analysis; Ethics; Discursive community.

1 Introdução

A Organização do Conhecimento (OC), de natureza interdisciplinar (GUIMARÃES, 2017) e de caráter histórico recente (FUJITA, 2013), configura-se em uma disciplina científica que desenvolve técnicas, instrumentos e processos para a organização, representação e recuperação do conhecimento produzido e disseminado.

Mais especificamente, e em uma visão positivista, a OC é a ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, a aplicação dos

conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores dos referentes conteúdos dos objetos ou assuntos (DAHLBERG, 2006).

Na tentativa de consolidar e delimitar as suas bases históricas, conceituais e epistemológicas, a OC possui uma crescente atividade investigativa e produção científica para a efetivação dos seus pressupostos metodológicos (GUIMARÃES, 2017).

Dentre as temáticas estudadas na OC, atualmente, a sua dimensão política e social vem despertando especial interesse na comunidade científica da área, como os temas e subtemas dos eventos da ISKO indicam. Isso devido ao impacto da inserção tecnológica e

informacional e da forte influência da globalização que aproximou múltiplas perspectivas econômicas, sociais e culturais. Desse modo, tornou-se primordial trazer à luz discussões e reflexões acerca do posicionamento ético e da dimensão política e social que permeiam as práticas da OC (GUIMARÃES; PINHO, 2006).

Nesse sentido, Pinho (2010) lembra que as atividades da OC devem perpassar um ‘fazer técnico’ e voltar suas preocupações cada vez mais às dimensões sociais, em que o produto e o processo da representação do conhecimento dedicam-se à utilidade e à adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo.

Considerando o crescente e necessário avanço da dimensão política e social no âmbito da OC e, visando identificar como se caracteriza essa produção científica, o presente estudo objetiva mapear e caracterizar a produção científica que engloba as temáticas supracitadas, assim como sua comunidade discursiva. Para tanto, o aporte metodológico da pesquisa se vale da proposta de Análise de Domínio desenvolvida por Hjørland e Albrechtsen (1995). Mais especificamente, as abordagens para Análise de Domínio que combinam Estudos epistemológicos e críticos aos Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica (HJØRLAND, 2002).

2 Organização do Conhecimento

Os primeiros registros humanos conhecidos surgiram com a necessidade de representar informações e eventos que traduzem nossas atividades sociais e culturais à perpetuação dos nossos saberes e memórias (GOMES, 2017). Assim, os aspectos relacionados às formas de registro, preservação, organização e disseminação da informação acompanham o comportamento humano desde a antiguidade (PINHO, 2006).

Contudo, é a partir da expansão das tecnologias relacionadas à informação e do avanço da produção e comunicação científica que a informação se torna força produtiva do atual cenário social. O conhecimento produzido gera a necessidade de produzir mais conhecimento, gerando uma massiva e desenfreada quantidade de materiais informacionais e, com isso, a preocupação em organizar, disseminar e facilitar o acesso a esses ativos (FREIRE, 2006).

Diante desse cenário, a OC desponta como campo científico na gênese da modernidade científica e das mudanças trabalhistas advindas da revolução industrial e tecnológica; na confluência de diversas áreas do conhecimento e preocupada em organizar o conhecimento produzido para permitir a sua eficiente recuperação. De forma que, tal necessidade inicial, de natureza eminentemente prática, passa a sistematizar e

consolidar um conjunto de saberes com preocupações atinentes ao próprio *status* científico, com objetivo de resolver problemas de recuperação da informação e de acesso aos documentos (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012).

No âmbito teórico da OC, alguns aspectos vêm ganhando especial destaque e desenvolvendo uma proficiente atividade científica, como por exemplo, a dimensão política e social. Nessa perspectiva, Milani (2010) assegura ser imprescindível considerar os aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam um determinado domínio do conhecimento. Uma vez que, quando não observados estes aspectos, as atividades da OC podem desencadear uma situação de desequilíbrio da sociedade, afetando as representações de mundo e moldando a percepção que uma sociedade ou uma comunidade tem de si mesma.

Assim, considerando a necessidade informacional de usuários que buscam conhecer os documentos existentes e a diversidade de assuntos e abordagens, a OC se revela para além de uma atividade técnica, mas uma atividade eminentemente intelectual, que exige do profissional uma postura consciente e crítica e um profundo conhecimento sobre os aspectos históricos e sociais que envolvem o conhecimento registrado (PINHO, 2006).

Nesse sentido, cumpre destacar a atuação do capítulo brasileiro da *Internacional Society for Knowledge Organization* (ISKO), que dentre suas temáticas investigativas, possui o “Eixo 3 - A dimensão política e social da organização do conhecimento”, que discute a relação da OC com os aspectos contextuais, que englobam dimensões culturais, políticas e sociais, de forma ampla.

A centralidade do tema pode ser ainda observada nas publicações dos volumes da coleção “Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”, do capítulo da *ISKO*-Brasil. O segundo volume da coleção, publicado em 2013 destacou o tema “Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século” e pontuou:

[...] O diálogo sobre a OC em um mundo pautado pela diversidade cultural, por um ideal ético de respeito às diferenças e por uma busca de liberdade de expressão e colaboração (DODEBEI, GUIMARÃES, 2013, p. 13).

Já o terceiro volume, 2015, ocorreu sob o tema “Organização do Conhecimento e diversidade cultural”. Em 2017, o quarto volume da coleção supracitada, evidenciou o tema “Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento”. No V Congresso, que ocorrerá em 2019 e resultará no quinto volume da coleção “Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”, novamente a dimensão política e social é sublimada sob o tema

‘Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas’.

Diante da relevância do tema no contexto da OC na atualidade, verificar o estado da arte da pesquisa científica a respeito da dimensão política e social fornece subsídios para compreender como se configura a comunidade discursiva da área. Gomes, *et al.* (2017) realizaram um levantamento objetivando identificar os autores e as redes bibliométricas de coautoria, citação e cocitação na dimensão cultural da OC nos capítulos da ISKO-Brasil 2011, 2013 e 2015. Os autores identificaram que existe uma comunidade epistêmica sólida nessa temática, com autores responsáveis por uma produção significativa sobre o tema. O intuito desse estudo é, complementando o estudo da comunidade discursiva realizado por Gomes, *et al.* (2017), mapear as temáticas tratadas pelos autores.

Assim, utilizaremos a ‘Análise de Domínio’ desenvolvida por Hjørland e Albrechtsen (1995).

2.1 Análise de Domínio

A Análise de Domínio (AD) é ao mesmo tempo um referencial teórico e metodológico, introduzido na Ciência da Informação a partir de meados da década de 1990 por Hjørland e Albrechtsen (1995). A publicação indicava que o horizonte mais fértil para estudar a informação e o conhecimento seria o contextual, relativamente a um domínio do conhecimento ou a partir de comunidades discursivas.

O paradigma domínio-analítico reconhece que:

[...] comunidades discursivas compreendem atores, que têm visões de mundo, estruturas individuais do conhecimento, vieses, critérios subjetivos de relevância, estilos cognitivos particulares, etc. Em outras palavras, há uma interação entre os níveis individual e social”. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 409, tradução nossa).

Em 2002, Hjørland contribuiu para o alargamento da metodologia em Análise de Domínio ao apresentar 11 ‘abordagens’ ou métodos que forneceriam subsídios para delimitar um domínio. São elas: Produção de obras de referência; Construção de classificações especializadas e tesouros; Estudos de Indexação e Recuperação da Informação; Estudos de usuários; Estudos bibliométricos; Estudos históricos; Estudos de gêneros e tipologias documentais; Estudos epistemológicos e críticos; Estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins específicos) e do discurso; Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica; e da Cognição profissional e inteligência artificial.

A partir da aplicação combinada das abordagens, a Análise de Domínio:

[...] explora relações ontológicas, por exemplo, relações genéricas em tesouros e sistemas de classificação.

Também estuda grupos sociais como cientistas, profissionais, estudantes ou o público infantil. Por fim, estuda epistemologias, paradigmas, tradições e teorias, o que é importante porque as pessoas tendem a se organizar de acordo com suas visões de mundo (HJØRLAND, 2005, p. 132, tradução nossa).

Alves, Oliveira e Gracio (2015, p.462) afirmam que a AD possibilita verificar:

[...] o que é significativo em alguma comunidade científica, apontando elementos que permitem analisar seu contexto científico, tais como tendências, padrões, objetos (pessoas), processos e relações existentes, envolvendo a compreensão do cultural e antropológico, do histórico e social.

As abordagens para realizar análise de domínio revelam clara afiliação com a Organização do Conhecimento, haja vista enfatizarem que os objetos de estudo são entidades sociais e teóricas, em detrimento de uma visão cognitiva e universal dos processos informacionais (HJØRLAND, 2017).

Neste sentido, a análise de domínio é de especial relevância para a OC em relação aos:

[...] estudos comparativos entre a terminologia da literatura científica de um domínio e as linguagens de indexação da área, a análise do universo e das relações entre referentes e correntes teóricas de um domínio ou, ainda, a análise das relações entre temas, referentes teóricos e correntes teóricas em um domínio (GUIMARÃES; et al. 2017, p.38).

Ainda no aspecto metodológico da Análise de Domínio, Tennis (2003) propôs a utilização de dois eixos na delimitação de um domínio, um relacionado à área de modulação e outro a graus de especialização. O mesmo autor identificou dois principais tipos de análise de domínio conforme a finalidade: descritiva ou instrumental (relativo à construção de um Sistema de organização do Conhecimento). Tennis (2012) ainda propôs que uma Análise de Domínio fosse composta pelos tópicos: Definições; Escopo e Alcance; e Propósito (descritiva ou instrumental).

As abordagens para Análise de Domínio que serão utilizadas nesta pesquisa combinam Estudos epistemológicos e críticos aos Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica.

Todo conhecimento tem alguma teoria epistemológica, como pano de fundo, de acordo com suas premissas básicas sobre conhecimento e realidade. Os Estudos epistemológicos e críticos permitem identificar princípios e teorias para explicar comportamentos informacionais de domínio e avaliar a performance de sistemas de informação. Hjørland (2002) ressalta que esta é a mais básica abordagem em Análise de Domínio, e todas as outras podem se tornar superficiais caso esta seja negligenciada.

Já os Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica permitem identificar a modelagem de um sistema composto por instituições, serviços e principais fontes de informação articuladas entre produtores e usuários do conhecimento, de acordo com a interna divisão do trabalho no domínio. (HJØRLAND, 2002).

3 Metodologia

A fim de mapear as temáticas estudadas na produção científica da Organização do Conhecimento relacionada à sua dimensão política e social, utilizou-se uma metodologia qualiquantitativa, exploratória e indutiva. Utilizou-se a Análise de Domínio (AD) de Hjørland (2002) como estratégia de investigação, notadamente as abordagens Estudos epistemológicos e críticos e Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica, além da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) como método para a coleta e análise dos dados.

A Análise de Conteúdo se desenvolveu a partir das fases de Pré-Análise e Exploração do Material da coleção “Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”, ISKO-Brasil, Eixo 3. Os volumes 1 a 3, de 2012 a 2015, nomearam o eixo 3, “A dimensão social, cultural e política da organização e Representação do Conhecimento”, já o volume 4, de 2017, o nomeou “Dimensão Política e Social da Organização do Conhecimento”, expressão utilizada nesse trabalho. Nos quatro volumes foram publicados 43 artigos neste eixo, que se tornaram objetos da presente pesquisa.

Na sequência, na fase de Tratamento dos Resultados, Inferências e Interpretações, já considerando as particularidades das abordagens de Análise de Domínio, foram definidas *a priori* categorias de assunto para compor a análise, a saber: objetivo/questão de pesquisa e temáticas tratadas para a abordagem de estudos epistemológicos críticos, além de ano, autoria e filiação institucional, para a abordagem dos estudos de estruturas e instituições na comunicação científica. As temáticas dos trabalhos foram definidas pelos pesquisadores do presente artigo, a partir do assunto que levou cada trabalho a ser enquadrado no Eixo 3 da ISKO-Brasil. Esse fator faz com que as palavras-chave utilizadas pelos autores nem sempre correspondam à temática elencada pelos pesquisadores.

Construiu-se um quadro para sistematizar a análise das categorias. A interpretação do quadro, a partir da recorrência e profundidade de elementos qualiquantitativos, forneceu subsídios para a discussão de um panorama geral para caracterizar a comunidade discursiva em questão e o domínio estudado. Os resultados foram apresentados a partir dos tópicos:

Definições, Escopo e Alcance e Propósito, conforme proposta de sistematização para a Análise de Domínio elaborada por Tennis (2012).

4 Discussão de Resultados

As discussões dos resultados serão apresentadas de acordo com a análise descritiva do domínio e divididas nas duas abordagens: Estudos Epistemológicos Críticos e Estudos de Estrutura na Comunicação Científica.

4.1 Análise descritiva do domínio

Definição do Domínio: Refere-se ao eixo temático relativo à dimensão política e social da Organização do Conhecimento, que aborda a formação e atuação profissional, ética, contextos, cultura e identidade. E colabora no sentido de discutir e minimizar preconceitos, proselitismo e as dominações culturais que podem ocorrer no processo de Organização do Conhecimento. (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012; GUIMARÃES, 2015).

Escopo e alcance: Compreende 43 produções científicas publicadas no eixo 3 “Dimensão Política e Social da Organização do Conhecimento” da coleção “Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”, da ISKO-Brasil, entre 2012 e 2017. *Extensão:* A totalidade dos trabalhos publicados no eixo (não houve seleção). *Exclusão:* não foi utilizado critério para exclusão. *Rótulo:* Eixo temático da ISKO-Brasil relativo à dimensão da Organização do Conhecimento. *Foco e Especialização:* Esta análise enfoca os assuntos/questões de pesquisas apresentados nos trabalhos, bem como recorte temporal, autoria e vinculação institucional dos autores.

Propósito: O propósito desta análise de domínio é descritivo e exploratório. Objetiva delinear um primeiro panorama para conhecê-lo, e então, posteriormente, desenvolver análises mais aprofundadas e estabelecer relações mais complexas para compreensão do domínio.

4.1.1 Estudos epistemológicos e críticos

Na busca por identificar tendências informacionais foi realizada a análise temática dos 43 artigos que compõem o *corpus* da pesquisa. A pergunta que guiou essa análise foi ‘Qual o assunto que enquadra essa pesquisa no eixo 3 do capítulo ISKO-Brasil?’

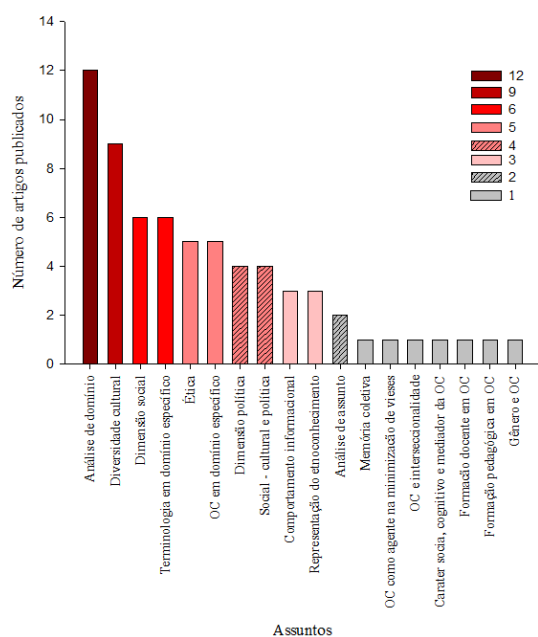


Gráfico 1. Assuntos X artigos

O Gráfico 1 foi construído a partir do agrupamento das temáticas, permitindo uma visão geral das temáticas trabalhadas no eixo. Consta-se que a comunidade discursiva formada pelo Eixo 3 do capítulo ISKO-Brasil pesquisa como tema recorrente a Análise de Domínio (doze estudos), desenvolvendo trabalhos que tratam de áreas e/ou grupos específicos do conhecimento e suas necessidades em termos de OC. São grupos e áreas do conhecimento variadas, que incluem gênero, sexualidade, religião, música, agropecuária, para citar alguns exemplos. Em seguida, o assunto mais recorrente é a diversidade cultural (nove estudos), composto por pesquisas que consideram a influência de diferentes culturas no mapeamento dos conceitos de uma comunidade ou área do conhecimento. Com seis estudos, a temática ‘dimensão social’ da OC discute questões da função social e mediação no processo de representação, considerando aspectos regionais, como por exemplo, os festejos juninos no Nordeste do Brasil. A temática ‘dimensão política’ (quatro estudos) trata da neutralidade da OC, assim como, da participação do usuário no processo de caracterização de um domínio. Quatro estudos abrangem discussões que conectam as três dimensões, social, cultural e política, em seus diferentes aspectos. A temática ética na OC é discutida em cinco trabalhos, sendo parâmetro para a minimização de vieses nas terminologias adotadas. Quatro trabalhos discutem a terminologia em domínios específicos, indicando a necessidade de considerar as variantes do domínio na construção de sistemas de OC. Em menor número são temas recorrentes nas pesquisas: Comportamento Informacional e OC (três estudos), Linguagens de especialidade (dois estudos), Análise de Assunto (dois estudos) e Representação do etnoconhecimento, três

estudos. Outras sete temáticas foram identificadas com uma (1) ocorrência cada, quais sejam: Memória coletiva; OC como agente na minimização de vieses; OC e interseccionalidade; Caráter Social, cognitivo e mediador da OC; Formação Docente em OC; Formação Pedagógica em OC; e Gênero e OC.

A categorização realizada é arbitrária e objetivou um primeiro mapeamento das temáticas, havendo escopo para uma maior especificação.

4.1.2 Estudos de estruturas e instituições na comunicação científica

A partir das categorias analisadas, apresentam-se os gráficos que cruzam ano e número de artigos publicados (Gráfico 2), autores e número de artigos publicados (Gráfico 3), instituições e número de artigos publicados (Gráfico 4), apresentados a seguir.

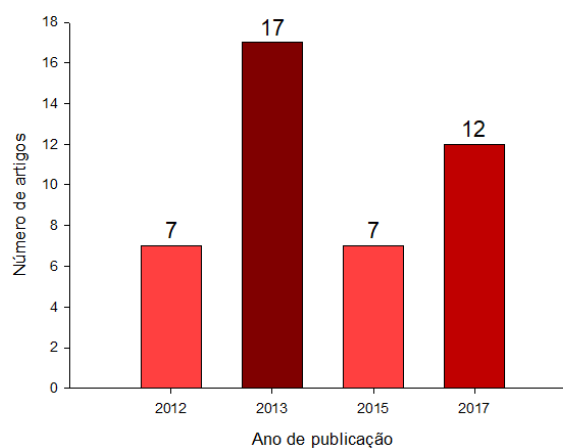


Gráfico 2. Número de artigos X ano de publicação

O gráfico 2 permite inferir que nos capítulos analisados, o ano de 2013 foi o de maior produção da comunidade, sendo que 39,53% do total de publicações foram realizadas naquele ano, mais do que o dobro do publicado nos anos de 2012 e 2015. O capítulo da ISKO-Brasil 2013 foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, o que pode explicar o número expressivo de pesquisas apresentadas, já que as regiões Sul e Sudeste contam com o maior número de cursos de pós-graduação em CI, área em que, majoritariamente, os estudos de OC são desenvolvidos no Brasil. A comunidade tem uma média de 10,75 publicações por volume.

A seguir, o gráfico 3 retrata a produção científica dos autores do eixo analisado.

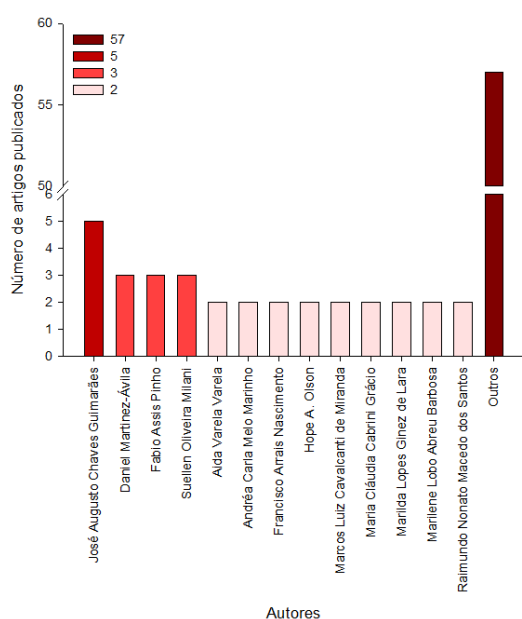


Gráfico 3. Número de artigos publicados X autor

O gráfico 3 mostra que o autor José Augusto Guimarães é o mais proeminente do domínio, sendo autor ou co-autor de 5 publicações (11,62% do total), seguido por Daniel Martinez-Ávila, Fábio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani, cada um com três autorias ou co-autorias, representando, cada um, 6,97% dos trabalhos analisados. Os quatro autores juntos são responsáveis por 32,53% das publicações analisadas do domínio. Esses dados demonstram uma concentração das discussões na dimensão social e política do capítulo ISKO-Brasil.

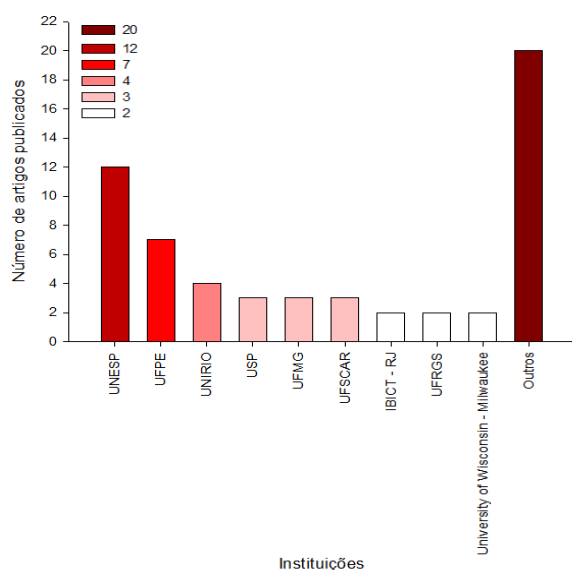


Gráfico 4. Número de artigos publicados x instituições

A partir do gráfico 4 constata-se que a UNESP é a instituição acadêmica na qual os autores da maior parte das publicações encontram-se filiados. Em que pese a maior ocorrência, o resultado se deve ao fato de a UNESP ser a universidade na qual os autores mais produtivos do domínio desenvolveram suas pesquisas. Na sequência encontram-se UFPE, UNIRIO, USP, UFMG e UFSCAR. Desconsiderando o desvio acima identificado, não há grande discrepância nos valores, de maneira que se pode interpretar que as publicações encontram-se pulverizadas em instituições acadêmicas públicas de Ensino Superior em todas as regiões do país. Cinco instituições identificadas não são brasileiras, apontando para o interesse de pesquisadores estrangeiros no capítulo da ISKO-Brasil.

5 Conclusões

Os dados apresentam um breve panorama da produção científica do eixo 3 do capítulo ISKO-Brasil. Pode-se, a partir deles, realizar inferências e relacioná-los em busca de aprofundamento no entendimento do domínio. O panorama fornece uma perspectiva de avaliação do crescimento, temáticas, instituições e pesquisadores que estão desenvolvendo pesquisas nas dimensões sociais e políticas da OC brasileira. Constata-se que o número de trabalhos foi instável no período, apresentando dezessete trabalhos em 2013 e sete em 2015. Os pesquisadores mais produtivos no eixo são oriundos das mesmas instituições, sejam como professores ou estudantes de pós-graduação, ganhando destaque a UNESP. As temáticas apontadas permitem inferir que o eixo tem buscado discutir a OC considerando contextos específicos. Esse fator justifica a análise de domínio ser a temática de maior interesse, já que busca justamente caracterizar, mapear, identificar uma comunidade discursiva com o objetivo de construir processos de OC condizentes com a realidade apresentada. O que se relaciona, ainda, às temáticas que tratam de linguagens de especialidade, diversidade cultural, comportamento informacional, por exemplo. A categorização realizada foi arbitrária, de modo a buscar um mapeamento geral das temáticas do domínio para um posterior aprofundamento, identificando-se elementos mais específicos na condução dos estudos.

Considerando que a OC é uma área que cada vez mais compreende e discute o contexto que permeia seus fazeres, essa é uma dimensão que tende a receber cada vez mais destaque e pesquisas.

Referências

ALVES, B. H.; OLIVEIRA, E. F. T.; GRÁCIO, M. C. C. Análise de domínio na Organização do Conhecimento: explorando as relações temáticas e de citação. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEDEI, V. (Orgs.). **Organização do Conhecimento e**

diversidade cultural. Marília (SP): ISKO Brasil: FUNDEPE, 2015. p. 461-468.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A New Science?. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 33, n. 1, p.11-19, 2006.

DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. Introdução. *In*: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Orgs.). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século.** Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília : FUNDEPE, 2013. p. 13-15.

FREIRE, G. H. A.. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, 2006.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. *In*: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Orgs.). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século.** Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília : FUNDEPE, 2013. p. 147-159.

GOMES, H. E. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p.33-66, 2017.

GOMES et al. A Dimensão Cultural da Organização do Conhecimento: Análise das Comunidades Epistêmicas a partir dos Congressos da ISKO-Brasil. *In*: PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento.** Recife: Ed. UFPE, 2017, p. 351-360. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4)

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro em um contexto de diversidade cultural. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Orgs.). **Organização do Conhecimento e diversidade cultural.** Marília (SP): ISKO Brasil: FUNDEPE, 2015. p. 461-468.

_____. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. Introdução. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na**

atualidade. Marília: ISKO-Brasil : Fundepe, 2012. p. 12-20.

GUIMARÃES, J. A. C.; *et al.* Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise da produção científica internacional. **Scire**, [s. l.], v. 23, n. 2, p.37-43, 2017.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.). *In*: ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: ENANCIB, 2006. p. 1 – 14.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science - Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

_____. Domain Analysis in Information Science. *In*: DRAKE, M. **Encyclopedia of Library and Information Science.** 2. ed. Boca Raton: Taylor & Francis, 2005, p.129-135.

_____. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, [s. l.] v. 44, n.6, p. 436 - 464, 2017.

HJØRLAND B., ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Curso de Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINHO, F. A.. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

_____. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras.** 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TENNIS, J. T. Two Axes of Domains for Domain Analysis. **Knowledge Organization**, [s.l], v. 30. n.3/n.4, p.191-195, 2003.

_____. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science**, [s.l], v. 6, n. 1,p.3 – 15.

ESTUDOS FEMINISTAS NO BRASIL: Uma análise da produção acadêmica sobre o feminismo na base de dados *scopus* no período de 2007-2017

FEMINIST STUDIES IN BRAZIL: An analysis of academic production on feminism in the scopus database in the 2007-2017 period

Denise Cristina Belan Fioravanti (1), Francisco Arrais Nascimento (2), Daniel Martinez-Ávila (3), Deise Maria Antonio Sabbag (4)

(1) (2) (3) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, São Paulo, Brasil. (1) E-mail: denisebfioravanti@gmail.com; (2) E-mail: francisco.arrais.nascimento@gmail.com; (3) E-mail: dmartinezavila@marilia.unesp.br

(4) Universidade de São Paulo (USP/FFCLRP), Campus de Ribeirão Preto; Pós-Graduação em Ciência da Informação (UNESP/Campus de Marília). E-mail: desisemarian@gmail.com

Resumo

Objetivou-se compreender como o feminismo vem sendo trabalhado pela comunidade científica brasileira. Para tanto cartografou-se a produção científica da informação de natureza feminista e/ou que utilize o feminismo como objeto, tomando por fonte a base de dados *Scopus* no qual, sob o recorte cronológico de 2007 a 2017, foram identificados os *papers* indexados que apresentam o termo *Feminism* em seu título, palavras-chave e resumos. Com isso, pode-se vislumbrar as principais vertentes da pesquisa acerca do feminismo, como também visualizar como o mesmo vem sendo trabalhado nos mais diversos campos de estudo, de forma a reconhecer o aspecto social presente na produção do conhecimento. Compreende-se que a produção sobre a temática feminista está fortemente ligada aos movimentos sociais para além dos ganhos políticos, econômicos e culturais advindos das demandas de tais movimentos, que adentram a academia e se consolidam de forma a auferir um maior espaço e com isso uma maior visibilidade para a temática.

Palavras-chave: Feminismo, Movimentos Sociais, Brasil, Produção do conhecimento, Bibliometria.

Abstract

The objective was to understand how feminism has been worked by the Brazilian scientific community. In order to do so, the scientific production of information of a feminist nature and / or feminism as an object was mapped, taking as its basis the Scopus data base, where, under the chronological cut from 2007 to 2017, indexed papers by the database that present the term *Feminism* in its title, keywords and abstracts. With this, it is possible to glimpse the main aspects of the research about feminism, as well as to see how it has been worked in the most diverse fields of study, in order to recognize the social aspect present in the production of knowledge. It is understood that production on the feminist theme is strongly linked to social movements beyond the political, economic and cultural gains arising from the demands of such movements, which enter the academy and consolidate in order to gain a greater space and with this is a greater visibility for the subject.

Keywords: Feminism, Social Movements, Brazil, Knowledge production, Bibliometrics.

1 Introdução

O debate acerca dos estudos de Gênero tem auferido um largo espaço na sociedade em tempos hodiernos em função dos ganhos oriundos dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Feminista (MF) que empenhou largo esforço durante toda a historiografia do país na qual conseguiu consolidar gradativamente espaços, direitos e visibilidade em sua busca por equidade de tratamento frente à sociedade. Compreende-se que na última década os movimentos feministas, aqui tratados no plural como forma de abranger toda a sua multiplicidade de forma e atuação

no âmbito social, obtiveram conquistas, que se alastram desde as lutas pelo reconhecimento dos direitos femininos, à igualdade entre os gêneros como, por exemplo, a equiparação salarial e a própria autonomia do sujeito. Ressalta-se que tais ganhos são apenas formas de compensação ao que foi privado do alcance das mulheres no decorrer da construção histórica e que ainda existe um longo caminho a percorrer, tanto nas esferas política, social e econômica.

Ao contrário do que muitos acreditam o feminismo não é a busca da superioridade da mulher em relação aos homens, mas sim, a busca de equidade entre os gêneros binários. Assim, compreender que a construção sócio

histórica na qual todo o discurso social foi arraigado tem em si toda uma carga de silenciamentos, cerceamento de direitos e de subalternização da mulher como sujeito, submetida não apenas socialmente, mas em uma hierarquia que tem sua gênese no machismo, na heteronormatividade e no próprio cristianismo, triade essa que compôs o discurso de como ser e como agir dentro da esfera social. Ressalta-se que o estudo foi realizado em base pós-estruturalista de natureza foucaultiana, na qual o discurso atua como componente do dispositivo de controle social, sendo o dispositivo definido por Foucault (2000) como [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 144).

Diante do que foi exposto, compreende-se que culturalmente o que se denomina machismo, na verdade é uma construção social, historicamente validada, na qual o homem tem a função dominante em toda sociedade, ou seja, é aquele que tem a voz e que faz com que a mesma seja ouvida unicamente por ser do gênero masculino e não por ter atributos que possibilite o diálogo, o contrário não ocorre com o sexo feminino, que tem sido colocado em posição subalternizada ocupando o espaço do privado, uma vez que a vida pública pertence ao homem. Em um universo patriarcal o que o feminismo busca é garantir que a igualdade seja aplicada e não apenas idealizada como uma forma de existência utópica.

No âmbito acadêmico podem-se identificar largos ganhos ao observar a diminuição da disparidade entre os ocupantes de vagas tanto na graduação quanto na pós-graduação, no entanto, ainda existem áreas dominadas pelo sexo masculino e onde a presença feminina ainda é tida como coadjuvante, inferior e muitas vezes indesejada como é caso das áreas de Ciências Exatas.

Contudo, ao analisar e com isso tentar responder as problemáticas que emergem do contexto analisado, pode-se compreender o que vem sendo produzido e por quem vem sendo produzido? Tem alocado espaço de destaque aos estudos de gênero com ênfase para a área de Ciências Sociais e Humanas? Com isso, o estudo aqui apresentado configura-se de larga importância para a visualização do cenário acadêmico nacional nos últimos dez anos sob a óptica dos estudos de gênero. Para tanto se objetivou compreender quantitativamente a produção científica da informação de natureza feminista e/ou que utilize o feminismo como objeto de estudo, tomando como fonte a base de dados *Scopus*, inscrita no site:

<https://www.scopus.com/freelookup/form/author.uri>. A base foi eleita por apresentar-se como o maior banco de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, com aproximadamente 21.500 periódicos, dos quais mais de 4.200 são de acesso aberto completo. Mais de 360 publicações comerciais *Articles-in-Press* (ou seja, que foram aceitos para publicação) de mais de 5.000 editoras internacionais, incluindo Cambridge University Press, Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), Nature Publishing Group, Springer, Wiley-Blackwell e, claro, Elsevier. Para além dos periódicos a base apresenta ainda mais de 130.000 livros, disponíveis no Scopus e 10.000 adicionados a cada ano, atuante desde 2003, para todas as áreas.

Como estratégia para alcançar o objetivo do estudo, desdobrou-se o objetivo geral em seis objetivos específicos, a saber: 1) Apontar em quais os anos houve maior produção do tema; 2) Identificar quais países mais colaboraram com o Brasil em relação ao tema; 3) Identificar quais metadados apresentam maior relevância/ocorrência na busca pelo termo *Feminism*; 4) Indicar os autores mais citados em artigos científicos; 5) Apontar as instituições com maior produção científica; 6) Apontar qual área do conhecimento é mais atuante.

2. Referencial teórico

O estudo aqui apresentado amparou-se em uma cartografia de documentos norteada pelos apontamentos de Prado Filho e Teti (2013) no qual se identificou os principais países, instituições e autores que contribuem de forma massiva para a produção acadêmica de natureza feminista e/ou autores que utilizem o feminismo enquanto objeto de estudo.

Em um segundo momento fez-se um estudo vertical dos trabalhos publicados com termo *Feminism* que estejam indexados na base de dados *Scopus*, ferramenta essa que serviu para o desenvolvimento do estudo, onde a partir do referido recorte metodológico foram encontradas 125 produções bibliográficas publicadas no período de 2007 a 2017 selecionadas segundo a aproximação com o tema e relevância da obra com os objetivos da pesquisa, com foco na compreensão de todo o cenário acadêmico de produção sobre e em torno do Feminismo. O estudo seguiu o seguinte roteiro: 1) Definição do termo de busca, no qual se utilizou unicamente do descritor *Feminism* como forma de delimitar o recorte, uma vez que o estudo se apresenta de forma global tendo toda a produção em território nacional como universo e como recortes apenas os limites cronológico e temático, no caso toda a produção científica da informação de natureza feminista e/ou utilize o feminismo enquanto objeto de estudo; 2) Identificação da amostra no acervo digital da

base de dados analisada; 3) Análise descritiva e temática da produção.

Os principais métodos e técnica para uma avaliação de produção científica são denominados estudos métricos da informação, contando com várias abordagens metodológicas, os estudos métricos apresentam além da produção também a avaliação de elementos gerados pela comunidade científica em todas as áreas do conhecimento. Para Oliveira e Grácio (2011, p. 19) “Os Estudos Métricos compreendem o conjunto de estudos relacionados à avaliação da informação produzida, mais especialmente científica, em diferentes suportes, baseados em recursos quantitativos como ferramentas de análise”.

Segundo Gomes (2006), utilizando-se dos estudos métricos, o pesquisador consegue realizar e avaliar qualquer produção dentro do campo científico, independente das áreas a serem estudadas. Através de indicadores e tendências, pode-se apontar onde existem problemas teóricos e metodológicos e assim trabalhar com mais especificidade para que possam ser ultrapassados. Após essa etapa, existe a possibilidade de uma análise específica, com isso, para realização deste trabalho, buscou-se os autores com maior produção sobre o tema, o país com maior número de publicações, os anos de maior publicação, as instituições e quais áreas do conhecimento mais trabalham o assunto.

A construção das posições sociais ocupadas pela mulher e pelo homem na sociedade são histórica e culturalmente estabelecida, sendo os séculos XVIII e XIX um marco para o MF, apresentando-se como o período de inauguração do mesmo, auferindo ganhos estratégicos nos campos da economia, política e na própria esfera social. Uma vez que, nesse momento histórico, compreende-se o lugar da mulher para além do espaço doméstico. A revolução sócio industrial que movimentou o recorte cronológico supracitado traz em si a história das mulheres no mundo do trabalho industrial que, em função de uma narrativa histórica masculina, branca e abastada, é abordada de forma secundária pela historiografia.

A ação de substituição da mão de obra masculina adulta por mão de obra mais barata (feminina e/ou infantil) gerou não apenas uma mudança social, econômica e estrutural na sociedade porque os proprietários das fábricas não tinham poderes para obrigar ninguém a aceitar um emprego nas suas empresas. Eles podiam apenas contratar pessoas que quisessem trabalhar pelos salários que lhes eram oferecidos, mesmo que esses salários fossem baixos. Ainda assim eram muito mais do que aqueles indigentes poderiam ganhar em qualquer outro lugar. É uma distorção dos fatos dizer que as fábricas arrancaram as donas de casa de seus lares ou as crianças de seus brinquedos. Essas mulheres não

tinham como alimentar os seus filhos. Essas crianças estavam carentes e famintas. Seu único refúgio era a fábrica; salvou-as, no estrito senso do termo, de morrer de fome (VON MISES, 2010, p. 707).

Nesse ínterim, podem-se perceber grandes mudanças acerca do discurso e práticas em relação às condições femininas na sociedade. No entanto, quando os avanços tecnológicos causaram a transferência da produção têxtil para as fábricas, conduzindo a um movimento irreversível da “dissolução do lar como uma unidade social” (WANDA NEFF, 1920, p. 51), a consolidação da mulher no espaço público torna-se algo inerente. Entretanto, ressalta-se que, já no começo do século XX, o comportamento feminino na esfera pública era tratado com rigidez profunda, onde a mesma era alocada no papel de “Dona de Casa” e “reprodutora” sendo condicionada ao domínio do privado. Tal compreensão do fenômeno social acerca da posição da mulher frente à sociedade evidencia processos descontínuos, cíclicos e em muitos momentos atuantes em posições diferenciadas da sociedade.

Em 1916 a condição supracitada teve ganhos negativos amparados legalmente pelo código civil, o qual tornava a mulher subordinada ao homem, fazendo com que existisse uma legalidade na relação de dependência estabelecida, com isso as funções do homem e da mulher passam a ser construídas socialmente.

Em três de maio de 1933 a mulher brasileira pôde votar e ser votada pela primeira vez, uma luta que durou mais de 100 anos e que marcou o início de outras conquistas importantes que ganham forças diariamente em busca de respeito e de direitos iguais. Segundo Narvaz (2006, p. 648) "O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes". Surgiram mulheres que buscavam a transformação e levavam o conhecimento as demais companheiras. Começava então os movimentos femininos e assim “[...] abriram escolas, publicaram livros e enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever” (DUARTE, 2003, p.153).

No Brasil, os ganhos auferidos pelos movimentos sociais, nos quais se destacam, o movimento negro, feminista e LGBT, foram marcados por “[...] silenciamentos, esquecimentos, negações e mesmo a violência física empregada contra os ditos subversivos são enfraquecidas frente às revoltas e reivindicações sociais que ecoam nas ruas e adentram as forças ditatoriais do país” (NASCIMENTO, 2015, p. 34) no período da ditadura civil militar que vigorou no país de 1964-1985. Através dos estudos feministas surgiram estudos de gênero que influenciaram pesquisadores americanos que desenvolveram um conjunto de conceitos inerentes aos estudos acima citados. Em

1970, sempre articulados com movimentos sociais e populares, surgiram movimentações que lutavam por moradias, melhores condições de vida das mulheres até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, somados aos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias (MATOS; OLIVEIRA, 2017, p. 288).

É importante lembrar que não existe apenas uma linha com enfoque feminista, elas se dividem em grupos como: feministas liberais, feministas marxistas, feministas ideológicas e socialistas, entre outras. Essas posições são de extrema importância na construção de várias teorias que podem se completar ou se divergir, mas que contribuem para a valorização feminina, a saber: 1) Feministas liberais argumentam que a sociedade detém a falsa crença de que as mulheres são, por natureza, menos capazes intelectual e fisicamente do que os homens; assim, tendendo a discriminar as mulheres nas instituições acadêmicas, no fórum e no mercado; 2) Feminismo marxista é um ramo do feminismo focado em investigar e explicar as maneiras pelas quais as mulheres são oprimidas por meio dos sistemas do capitalismo e da propriedade privada; 3) Feministas ideológicas buscam acabar com a opressão representada através da ideologia burguesa e machista sustentada por classes que estão no poder explorando grupos oprimidos; 4) Feminismo socialista é um ramo do feminismo que se concentra no âmbito público e privado da vida da mulher argumentando que a liberação feminina só pode ser alcançada através do fim das fontes econômicas e culturais de opressão contra as mulheres.

Segundo Ribeiro (2014), Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, em *O Segundo Sexo*. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, a filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado” e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão. Essa base fundacional dual foi o ponto de partida.

Com isso, percebe-se que a produção científica da última década apresenta ecos dos discursos construídos historicamente nos quais a mulher foi subordinada e alocada em condição de inferioridade. Logo, em todas as áreas do conhecimento podem-se notar vertentes feministas construindo um processo social amplo no campo da produção do conhecimento.

3. Resultados e discussões

Da análise da quantidade de 125 artigos publicados em 11 anos, tal como se indica na Figura 1, nota-se que do total apenas 26% foram publicados nos primeiros cinco anos e que os maiores números de publicações aumentaram significativamente a partir do ano de 2010. Nota-se que esse aumento na produção ocorreu após alguns acontecimentos que foram marcados como grandes conquistas no universo feminino, dentre eles está a Lei Maria da Penha de 2006. A lei Maria da Penha (11.240/06) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, destaca-se que o ano com uma maior frequência de publicações foi o de 2014 (com 24 publicações) seguido pelo ano de 2016 com 23. O ano de 2017 apresenta um número menor de publicações (11) que pode ser explicado pelo fato de a busca ter sido realizada antes de seu término (e pelo tanto ter um número de trabalhos indexados menor).

Em relação à distribuição da produção por países (Figura 2), considerando a colaboração e que os resultados foram delimitados por Brasil, o Brasil está em primeiro lugar em produção científica com 35% dos artigos publicados, em segundo também na América do Sul está a Argentina com 8% e o Chile em terceiro com 5%. Segundo Lúcia Avelar, professora titular de Ciência Política na Universidade de Brasília e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa de Opinião Pública da Unicamp, esse aumento tem uma explicação se levarmos em consideração que segundo D'Angelo (2017, s/p) na última década houve um momento em que três mulheres ocupavam a Presidência da República na América do Sul: Cristina Kirchner na Argentina, Dilma Rousseff no Brasil e Michelle Bachelet no Chile.

Das instituições mais produtivas (Figura 3), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está em primeiro lugar em produção sobre o tema, isso acontece devido ao grande número de movimentos feministas realizados dentro da universidade. A UFRGS atua como articuladora dos segmentos Femininos fomentando o ensino e a pesquisa sobre questões de gênero por meio de atividades e eventos junto às comunidades científicas feministas locais, nacionais e internacionais. Aumentando assim de

maneira significativa a produção científica sobre o assunto.

Dentro da universidade existe o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) que conta com a participação de professores, pesquisadores, funcionários e alunos de diversas áreas.

Em segundo lugar da lista aparece uma instituição espanhola, *Universidad Complutense de Madrid*, uma instituição preocupada com o desenvolvimento crítico e intelectual de seus alunos que busca soluções no contexto Feminista. A universidade possui um curso pioneiro e professores experientes que procuram a igualdade de gênero contando com um centro científico de caráter interdisciplinar e interativo com dedicação à pesquisa e ao ensino de questões de gênero, estudos femininos e feministas, o que demonstra a abertura da instituição à temática por meio da divulgação científica do periódico *Investigaciones Feministas*, editado pelo Instituto de pesquisa Feminista.

A análise das áreas *Scopus* mais frequentes das publicações sobre feminismo (Figura 4) mostra uma predominância das Ciências Sociais. Muitas questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos, sendo assim as interligações existentes, entre elas são claramente discutidas dentro das Ciências Sociais. Com base no estudo pode-se observar que cerca 74% da produção científica produzida na *Scopus* foi das Ciências Sociais. Esse olhar das Sociais demonstrou as relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros, consequentemente, os tratamentos da sexualidade; mostrou o poder de divisão social e os questionamentos de ordem sexual até então colocada como algo normal, mas sem explicações, para justificar a ausência de mulheres na política, nas notícias recorrentes sobre violência, da sexualidade domesticada e tantas outras formas de depreciação da mulher.

A maior produtividade entre os autores está Claudia Andréa Mayorga Borges com 0,32% de produção enquanto Maira Abreu da universidade Estadual de Campinas tem 0,16%, isso mostra uma diferença de 50% de uma autora para outra. Cláudia Andréa Borges é doutora em Psicologia Social pela universidade Complutense de Madri (2007), seu foco é o estudo sobre gênero, política e feminismo, trabalha o tema como professora do departamento de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e no programa de Pós-graduação, faz parte de projetos de extensão, onde pesquisa Psicologia Social e Feminismo com os seguintes temas: gênero, relações raciais, sexualidade e política; análise interseccional da desigualdade social brasileira; psicologia comunitária, favela e intervenção psicossocial; juventude e participação; democratização da universidade e ações afirmativas; epistemologia feminista e metodologias participativas. Claudia Mayorga junto com Marco Aurélio Máximo Prado

organizaram o Livro *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. O livro procura fazer o enfrentamento da relação complexa e conflituosa entre os diferentes saberes e fazeres da Psicologia Social; propiciar o debate sobre os problemas sociais brasileiros entre cientistas e militantes; e dar visibilidade aos saberes e olhares não enfatizados pela sociedade e pela academia. Nos textos pode-se encontrar um olhar crítico e criativo sobre a Psicologia, a Psicologia Social, a sociedade, o homem, os movimentos sociais, abordando questões problemáticas existentes na sociedade.

A busca por palavras chave é feita através de uma grande variedade de técnicas de busca nos títulos e nos resumos, com o propósito de identificar os conceitos mais importantes. Esses conceitos são selecionados a partir da Frequência do Documento Inverso (IDF), incorporando um fator que diminui o peso das palavras que ocorrem frequentemente no conjunto de documentos e aumenta a importância das palavras que ocorrem raramente. Na plataforma *Scival* da *Scopus* na pesquisa que recuperou os 125 artigos o termo *Feminism* apareceu com maior frequência em relação às outras citados na busca, como se pode visualizar na Figura 5, observa-se a ocorrência de palavras satélites relacionadas ao termo *feminism* tais como gênero, tecnologia, trabalho além de localidades onde possivelmente as pesquisas foram desenvolvidas, como por exemplo Brasil, Espanha, Bolívia, Argentina e Chile.

4. Conclusão

Ao retornarmos à construção histórica dos gêneros em específico para o lugar destinado as mulheres podem-se observar diversas formas de discriminação e preconceitos.

Após a análise dos dados coletados, nota-se o Brasil como um dos maiores produtores sobre a temática; observando os movimentos realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); os trabalhos realizados pela autora Claudia Andréa Mayorga, na área da psicologia; o aumento nos últimos anos da produção científica sobre o Feminismo, pode-se concluir por hora que o assunto é atual e que é de extrema importância para a construção de uma sociedade com equidade de gêneros e socialmente mais humana.

Com este estudo pretende-se contribuir para aumentar os debates em relação ao Feminismo, a liberdade que a mulher possui em escolher como deve levar a vida, não sendo excluída e tendo o total respeito por parte da sociedade. Ressalta-se que o artigo é um estudo ainda embrionário e que se pretende ampliá-lo de forma a abranger melhor a temática.

Referências

- COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, July 2002.
- D'ANGELO, H. Brasil tem movimentos de mulheres mais estruturados do mundo, diz pesquisadora. *Cult20*, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/brasil-tem-movimentos-de-mulheres-mais-estruturados-do-mundo/>> acesso em 26/09/2017
- DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11,340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, Dec. 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMES, Maria Yêda Falcão Soares de Figueiras. Tendências atuais da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.7, n.3, jun. 2006.
- MATOS, Gislaíne Imaculada de; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Estudo de Gênero e Feminismo: Uma Análise Bibliométrica da Revista Estudos Feministas. In: ALVES, Marcos Antonio; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; MARTINEZ-ÁVILA, Daniel (org.). *Informação, conhecimento e modelos*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência; Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 285-298.
- MAYORGA, C.; PRADO, M. *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica., 2007.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais. *MEMÓRIA DA MILITÂNCIA: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação. Recife. 2015.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006.
- NEFF, Wanda. *Victorian Working Women*. New York: Columbia University Press, 1920.
- OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Indicadores bibliométricos em ciência da informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base Scopus. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 16-28, Dec. 2011.
- PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.
- RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico: os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do momento atual. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.
- SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, Apr. 2008.
- VON MISES, Ludwig. *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.35-82.

Apêndice A - Base de dados Scopus/Scival, 2017.

Figura 1: Distribuição anual da produção acerca da temática feminista

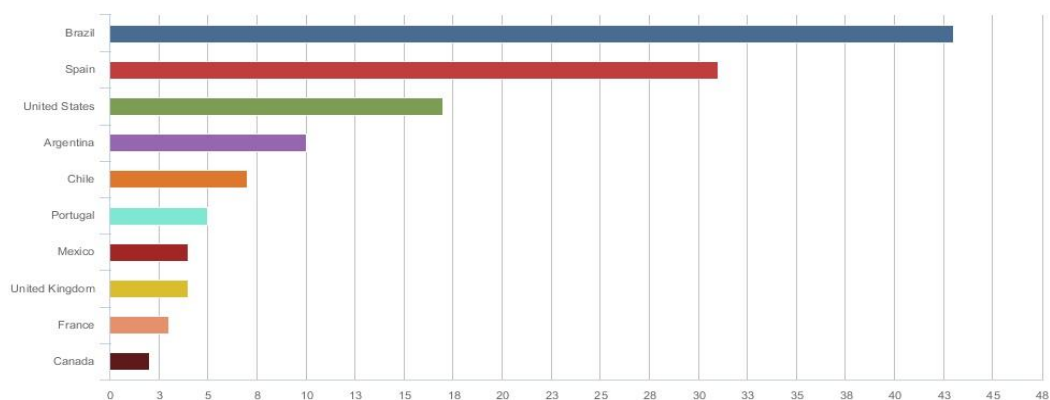


Figura 2: Distribuição da produção acerca da temática feminista por colaboração

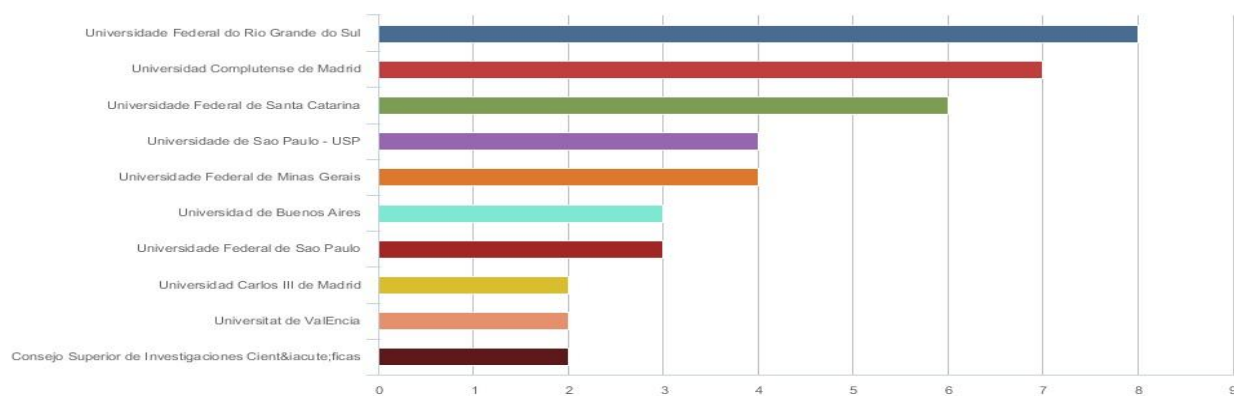


Figura 3: Instituições que mais produziram artigos sobre o tema Feminismo

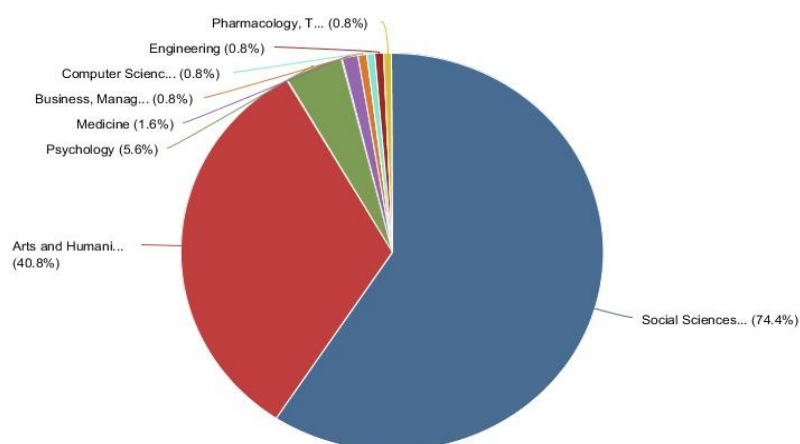


Figura 4: Áreas sobre o tema Feminismo

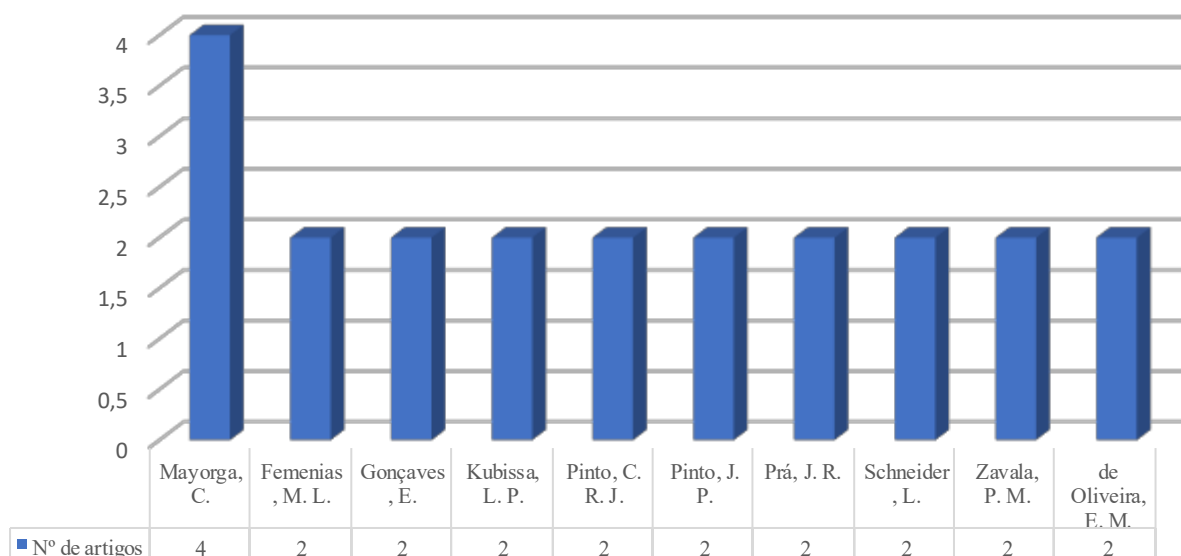


Figura 5: Autores com maior produtividade sobre a temática indexada na base SCOPUS



Figura 6: Palavras chaves dos trabalhos sobre feminismo

Proposta de diretrizes multiculturais para construção de uma política de indexação com foco na cultura africana e afro-brasileira

Proposal of multicultural guidelines for the construction of an indexing policy focused on African and Afro-Brazilian culture

Graziela dos Santos Lima (1), Mariangela Spotti Lopes Fujita (2), Paula Regina Dal' Evedove (3), Carlos Cândido de Almeida (4)

- (1) Muzzi Filho, 737 – Bairro: Mirante – Marília – SP, e.mail: graziela.dsl@gmail.com (2) e.mail: mariangela.fujita@unesp.br (4) e.mail: carlos.c.almeida@unesp.br, e.mail. (3) Universidade Federal de São Carlos - campus São Carlos, Rodovia Washington Luis s/n, km 235 Instituição, e.mail: p.dallevedove@gmail.com

Resumo

O contexto multicultural no processo de indexação possibilita que tenhamos uma visão ampla das questões culturais que nos rodeia. A indexação é um processo que faz parte da organização da informação em uma unidade de informação, tais como as bibliotecas, e estas têm a responsabilidade social de atingir amplamente um público diverso. No entanto, traçar diretrizes que possibilitem a construção de uma política de indexação que contemple a cultura africana e afro-brasileira no momento da indexação, é processo fundamental para que todos/as tenham acesso às informações de uma maneira respeitosa. O artigo tem como objetivo propor uma diretriz para construção de uma política de indexação a partir de perspectiva multicultural com foco na cultura africana e afro-brasileira. Para tanto, verifica-se por meio da Lei Federal 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) possíveis contribuições para construção de diretrizes de política de indexação. Portanto, têm auxiliado na questão de conteúdo e formação do profissional, possibilitando elementos para traçar diretriz de uma maneira eficiente para a construção de uma política de indexação.

Palavras-chave: multiculturalismo; política de indexação; cultura africana e afro-brasileira.

Abstract

The multicultural context in the indexing process allows us to take a broad view of the cultural issues that surround us. Indexing is a process that is part of the organization of information in an information unit, such as libraries, and these have the social responsibility to reach widely a diverse audience. However, establishing guidelines that allow the construction of an indexing policy that considers African and Afro-Brazilian culture at the time of indexation is a fundamental process for all to have access to information in a respectful way. The article aims to propose a guideline for the construction of an indexing policy from a multicultural perspective focusing on African and Afro-Brazilian culture. In order to do so, it is verified by means of Federal Law 10.639 / 03 and the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (2004) possible contributions for the construction of a guideline of indexing policy. Therefore, they have helped in the issue of content and training of the professional, enabling elements to trace guidelines in an efficient way for the construction of an indexation policy.

Keywords: Multiculturalism; Guideline; indexation policy; African and Afro-Brazilian culture.

1 Introdução

A subjetividade humana constitui-se pelas relações sociais e intersubjetivas em um dado contexto social na qual estamos inseridos. São nas relações sociais que o ser humano constrói conhecimento e por meio das informações os alteram. Os conhecimentos são construídos conforme os contextos sociais que se encontram, tais como a cultura na qual fazem parte. A cultura, segundo Gondim (2012, p. 3), “é um sistema significativo através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida e experienciada”.

Assim como qualquer ser humano, o bibliotecário/indexador também está inserido em um determinado contexto que interfere nas práticas de indexação e na representação de um documento. Nesse sentido, a hipótese é que a ideologia vigente (modelo eurocêntrico) interfere no processo de indexação de modo a prejudicar no acesso, organização e representação da informação e do conhecimento. Assim, acomete negativamente a integridade do sujeito de diferentes culturas, especialmente africanas e afro-brasileiras na busca por informação.

O contexto multicultural possibilita que tenhamos uma visão ampla das questões culturais que nos rodeiam. A indexação faz parte da organização da informação em uma unidade de informação. As bibliotecas têm a responsabilidade social de atingir amplamente um público diverso, traçar diretrizes que possibilitem a construção de uma política de indexação que contemple a cultura africana e afro-brasileira para subsidiar a indexação, é processo fundamental para que todos/as tenham acesso às informações de uma maneira respeitosa e justa.

Diretrizes multiculturais possibilitariam “[...] romper com preconceitos e diferentes formas de exclusões históricas a indivíduos que pertencem a grupos raciais historicamente silenciados e marginalizados (negros, indígenas, asiáticos, entre outros)” (CARDOSO, MEZZOMO, 2018, p. 600). Nesse sentido, questiona-se: podemos, dentro das diversas atividades no campo da Ciência da Informação, em especial na prática de indexação, construir diretrizes para a construção de política de indexação sob uma perspectiva multicultural para evitar a reprodução de estereótipos e exclusões da cultura africana e afro-brasileira?

Assim, o presente texto tem como objetivo propor uma diretriz para construção de uma política de indexação a partir de perspectiva multicultural com foco na cultura africana e afro-brasileira. Para tanto, será necessário verificar se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contribuem para orientações na construção de diretriz. Tal verificação possibilita identificar os pontos necessários para a construção de uma política de indexação para as fontes de informações que possuem contexto multicultural, em especial voltado para a cultura Africana e Afro-Brasileira.

Para o embasamento deste trabalho acerca do multiculturalismo na organização e representação do conhecimento e aspectos multiculturais do campo utilizamos Olson (2002); Mattos e Murguia (2009); Milani et al (2009); Fujita (2003), (2012) e Guimarães (2004).

2 Multiculturalismo, Organização e Representação do Conhecimento

Essa seção versa sobre a teoria do multiculturalismo, que se expandiu globalmente com o intuito de reivindicar o reconhecimento dos direitos identitário e cultural de sujeitos socialmente excluídos. Para tanto, a teoria ganha importância nos estudos socioculturais na Organização e Representação do Conhecimento com o objetivo de sanar as lacunas dos instrumentos originados no século XIX, de caráter universalista.

A perspectiva multicultural tem origem nas sociedades norte-americana e canadense, fruto de movimentos sociais de mulheres, nativos americanos e afrodescendentes pelo fim de todas as formas de preconceito, discriminação étnica, racial, de gênero, orientação sexual, além da promoção de políticas públicas para garantir direitos civis básicos a todos (CARDOSO, 2014). Tem sido foco de pesquisas teóricas e práticas nas discussões sobre desigualdades e das pluralidades em diversos países, inclusive no Brasil, tornando-se um tema universal.

Segundo Hall (2003), as sociedades multiculturais não são um fenômeno novo, foram constituídas bem antes da expansão europeia por meio de migração e deslocamento formando sociedades étnicas ou culturalmente mistas.

Também outras razões possibilitaram a construção de uma sociedade multicultural, tais como: “[...] desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração no trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, representação política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico” (HALL, 2003, p. 55). As sociedades multiculturais são uma realidade contemporânea em todos os continentes, e qualquer atividade de promoção de serviços públicos deve considerar este pressuposto.

No âmbito brasileiro, a sociedade multicultural foi construída primeiramente pela colonização e escravidão, nesse sentido as culturas nativas como as indígenas e africanas sofreram um processo diaspórico e não foram “[...] inclusivas a ponto de fornecer a base para uma nova cultura nacional ou cívica” (HALL, 2003, p. 56).

Instrumentos normativos no Brasil discorrem sob uma perspectiva que vai de encontro ao multiculturalismo, sendo eles: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei Federal nº 10.639/03 que explana acerca da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino e a Lei nº 11.640/08 que traz a inclusão da temática indígena. Além, é claro, de atos administrativos nos âmbitos estadual e municipal.

Segundo Perez Junior e Campos (2016) no Artigo 215 da Constituição de 1988:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Além da garantia dos direitos, acesso e valorização cultural, o Artigo 216 discorre sobre a valorização do patrimônio relacionada à memória dos diversos grupos étnicos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em relação às leis de inclusão social no Brasil, relacionados aos conteúdos na educação, temos a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.640/08 que altera a Lei nº 9.394/96 de diretrizes e bases da educação nacional, a saber: “[...] incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, analisa as questões multiculturais sob o viés racial e suas imbricações econômicas, sociais e simbólicas” (MATTOS; MURGUIA, 2009, p. 1865).

Na ampliação do debate essas leis que estão no caminho de políticas públicas, que versam sobre populações marginalizadas, temos as “Leis que proíbem e punem a discriminação e violência contra homossexuais e mulheres, entre muitas outras que trazem à tona o caráter multicultural e desigual da sociedade brasileira” (MATTOS; MURGUIA, 2009, p. 1867).

Grande parte dos trabalhos publicados sobre o tema é oriunda da área da educação que busca compreender, por meio dos currículos e práticas educativas, o processo de desigualdades. Para Ivenicki (2018, p. 1152), ter uma perspectiva multicultural, seja em qualquer área, é “[...] um conjunto de resposta à diversidade cultural e de desafios a preconceitos”.

Em se tratando da área da Ciência da Informação, o tema multiculturalismo anda a passos lentos. Segundo Mattos e Murguia (2009), no campo da Ciência da Informação já existem alguns debates sobre responsabilidade social, multiculturalismo e diversidade cultural, mas ainda há muito que se avançar. Os autores detectaram temas citados acima, relacionados à “representação da informação e do conhecimento no processo de indexação, como também quanto a questões éticas e na mediação da informação” (MATTOS; MURGUIA, 2009, p. 1877). Os autores perceberam também as preocupações de pesquisadores em relação à inclusão destas temáticas juntamente com as práticas dos profissionais da informação, tais como: seleção e aquisição de acervo, contação de histórias, dentre outras atividades.

Na Organização e Representação do Conhecimento, percebe-se a preocupação com o multiculturalismo relacionado a uma reflexão ética, na medida em que se busca a inclusão e o respeito às diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e aos grupos, cuja importância é ignorada pelo rechaço as atitudes monoculturais de grupos dominantes (MILANI, et al, 2009). Essa concepção multicultural, evita teoricamente desvios no momento de representar a informação tanto por parte do indexador, como por parte do instrumento de organização do conhecimento, os Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC’s na qual pode prejudicar ou interferir na integridade do sujeito.

Pesquisas ao longo do tempo vêm demonstrando esses aspectos com relação à representação da mulher, relacionado à orientação sexual (sexualidade), proselitismo relacionado à religião de matriz africana, preconceito e discriminação, aspectos que limitam ou excluem identidades e saberes culturais.

Os trabalhos de Hope Olson (2002), Graça Simões (2018), José Augusto Guimarães (2004) dentre outros, com perspectivas socioculturais na Organização e Representação do conhecimento, denunciam o aspecto positivista e imperialista dos instrumentos de representação que limitam e excluem outros saberes e identidades. Para Milani et al (2009), o processo de representação do conhecimento e os instrumentos utilizados para tal, são constituídos de valores morais. Esses valores para os autores estão intrínsecos no profissional que realiza o processo de representação e do idealizador do instrumento de organização do conhecimento.

Os valores morais possuem carga ideológica que podem acarretar ruídos e prejudicar a recuperação da informação (MILANI et al, 2009), e também a integridade do sujeito ao se deparar com o conceito e termos que não condiz com que o usuário procura no momento da busca por informação. Nesse sentido, o sujeito se depara com termos e conceitos preconceituosos, discriminação racial, sexual ou de gênero, categorias dicotômicas e falta de garantia e hospitalidade cultural que acarreta na desvalorização de sua identidade. Estes problemas, segundo Milani et al (2009) e Guimarães (2006) ocorrem no momento da análise e seleção de conceitos.

Autores como Beghtol (2002), García Gutiérrez (2002), Michele Hudon (1997) estabelecem pensamentos que agreguem uma perspectiva multicultural. Beghtol (2002) propõe a hospitalidade cultural, ou seja, o autor tenta incorporar novos conceitos estabelecendo uma relação semântica e sintática apropriada entre os conceitos antigos e novos; García Gutiérrez (2002) propõe a ética transcultural na mediação e Michele Hudon (1997), a diversidade de valores culturais em tesouro multilíngues. Esse

conjunto de ideias é de fundamental importância para o profissional da informação, no que concerne a representação e a mediação de um conhecimento registrado e socializado (MILANI, et al, 2009). O profissional da informação tem que ter uma visão transdisciplinar (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002), evitando influências de ordem pessoal.

Hope Olson (2002), a partir de uma abordagem feminista analisa o termo mulher na Classificação Decimal Universal (CDU). Para essa análise, a autora parte do princípio de que o sistema de classificação deve ser mapeado na forma de limite de fronteiras, visto que é por meio dessa análise que são detectadas as inclusões e as exclusões (SUÁREZ; BRAVO, 2001). Ainda, segundo a autora, os instrumentos de organização do conhecimento são considerados universais, emblemas da modernidade que se estabeleceu no mundo e nas epistemologias tendo a Europa como parâmetro, são, portanto, instrumentos que não respeitam a autonomia cultural, ou seja, que não contemplam outras culturas.

Na temática da homossexualidade, observa-se esta enquanto desvio da heterossexualidade e arraigados em Saúde na Classificação Decimal de Dewey - CDD como representação de doença (PINHO; GUIMARÃES, 2012). Assuntos como questões de gênero, sexualidade, incluindo orientação sexual, são representados de maneira inadequada.

Miranda (2007) tem sido pioneiro no Brasil ao abordar as religiões de matriz africana nos Sistemas de Classificação. Na CDD, tem-se identificado proselitismo em relação às religiões de matriz africanas que são limitadamente representadas. Além disso, o autor engloba aspectos importantes relacionados ao saber oral, conhecimento do cotidiano popular e que não são valorizados enquanto conhecimento científico, o qual se denomina de étnico-conhecimento. Deste modo, relata-se que o conhecimento nos “[...] sistemas de organização do conhecimento não trazem em si as possibilidades de representar os conteúdos de um saber de reserva acumulado pela sociedade ao longo de sua história plural e multicultural” (MIRANDA, 2007, s/p.). Portanto, a comunidade negra e indígena não se encontra fidedignamente representada em tais sistemas.

Segundo Babik (2009), os termos relacionados ao folclore, crenças e/ou rituais, que fazem parte expressiva da cultura e dos saberes locais não integram o instrumento de organização do conhecimento nem fazem parte de listas de termos empregados pelo bibliotecário/indexador no momento de representar a informação. Os termos ditos populares se tornam critérios decisivos de inclusão ou exclusão devido ao fator polissêmico existente nas culturas.

Os desafios do multiculturalismo na Organização e Representação do Conhecimento “[...] residem em

compreender de como evitar situações de incomunicabilidade e encontrar novos terrenos de mediação e tradução” (MILANI et al, 2009, p.208). Um desses desafios concentra-se no estabelecimento de diretrizes que possibilitem a criação de uma política de indexação. Assim, faz-se necessário compreender o que seria o processo de indexação de modo a auxiliar na compreensão de construção de uma política de indexação.

A teoria do multiculturalismo, que viabiliza as reivindicações dos direitos identitários e culturais dos sujeitos socialmente excluídos, adentrou-se nos discursos socioculturais da Organização e Representação do Conhecimento com o propósito de sanar as lacunas dos sistemas de organização do conhecimento. Nesse sentido, trabalhos citados têm mostrado que os instrumentos de organização e representação possuem falhas que dão vazão para limitações, exclusões, desvios proporcionando preconceitos, discriminação racial, sexual, gênero e categorias dicotômicas.

3 Indexação e política de indexação

A indexação consiste em uma das atividades principais da organização da informação. Surgiu nos manuais da área ao longo do século XX, momento de expansão da quantidade de periódicos, aproximadamente 60.000 na área de ciência e tecnologia na década de 1960 de modo a auxiliar no processo de recuperação da informação.

A atividade de indexação tem por finalidade “[...] organizar informações referentes, principalmente, a artigos de periódicos” (DIAS; NAVES, 2007, p. 16) com o intuito de amenizar incertezas em torno da informação desejada. Esse processo objetiva ainda construir produtos e linguagens de indexação para representar o conhecimento em um determinado domínio. Trata-se de uma atividade metodologicamente estratégica com relação ao tratamento de conteúdo dos documentos e sua recuperação da informação feita pelo usuário (FUJITA, 2003).

Na indexação, segundo Sousa e Fujita (2014, p. 24) baseado nos princípios da indexação pela World Information System for Science and Technology (1981, p.85), a atividade de análise de assunto acontece em três fases:

- a) Compreensão do conteúdo como um todo: observar partes dos documentos, como título, introdução, as primeiras frases de capítulos e parágrafos, ilustrações, tabelas, diagrama e suas explicações, conclusão e palavras ou grupos de palavras sublinhadas;
- b) Identificação dos conceitos que representam o conteúdo: seleção dos termos que expressam o conteúdo. A seleção dos termos obedece a categorias relacionadas à

cobertura do documento como o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.;

c) Seleção dos conceitos válidos: são conceitos selecionados, de acordo com objetivo para qual o documento é indexado e utilizado para recuperar a informação representada. A escolha dos conceitos devem considerar os parâmetros de exaustividade e especificidade.

Esta combinação estratégica refere-se ao conhecimento do assunto que o profissional indexador possui, além da metodologia utilizada para realização da leitura documentária, seja para elaboração de resumos ou abstração de termos, visando à construção de índices e de instrumentos de representação do conhecimento. Nesta perspectiva, o modo como o profissional indexa o documento reflete no sistema de recuperação em que o usuário realiza a busca pela informação e a sua recuperação (FUJITA, 2003).

Segundo Boccato e Fujita (2011, p. 215), a linguagem de indexação “[...] configura-se no conhecimento prévio que estes catalogadores possuem acerca do assunto tratado no documento, formadora de seu contexto sociocognitivo”. É também conhecida como linguagem documentária e de vocabulário controlado.

O indexador seleciona os termos no processo de indexação, os quais servirão de ponto de acesso para melhor localização e recuperação do documento. Também se configuram como um resumo representativo do documento (LANCASTER, 2004).

A Norma ABNT 12676 conceitua indexação como “[...] o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2). No entanto, Chaumier (1988, p. 74 apud SOUZA, 2015, p. 2) destaca que “[...] a indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários”. Portanto, consiste na “[...] atividade de selecionar ou definir termos (palavras ou expressões) que descrevem o conteúdo de um documento sempre levando em consideração uma clientela específica” (BORGES, 2009, p. 19).

Para outros autores, a indexação compreende dois estágios: “[...] o analítico em que é realizada a compreensão do texto como um todo, a identificação” e a triagem de “conceitos válidos para a indexação e o estágio de tradução, que consiste na representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação” (FUJITA, 2003, p. 63). As etapas desse processo são resumidas pela autora como:

a) Determinação do assunto: estabelecimento dos conceitos tratados num documento;

b) Representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação: a tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação.

Para Rubi (2008, p. 26), a

[...] indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e à representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou bases de dados.

Por meio da leitura documentária desenvolve-se a indexação, atividade permeada por influências culturais, sociais, políticas, físicas, cognitivas, entre outras, do bibliotecário indexador (SOUZA; FUJITA, 2014). No processo de indexação, em especial na leitura documentária, são identificados e selecionados os conceitos componentes do assunto do documento. Há autores que denominam esse processo de análise de assuntos, análise documentária, análise documental de conteúdo, análise temática, análise de informação, análise conceitual, catalogação de assunto, dentre outras designações conforme a corrente teórica.

Para Fujita (2003, p. 69), o

[...] processo de análise de assunto reveste-se de uma subjetividade característica, dadas às circunstâncias e elementos envolvidos, pois, a partir da leitura do documento pelo indexador, é realizado um processo de comunicação interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto.

Segundo interpretação de Rubi (2009, p. 82), trata-se de uma atividade que “[...] procura compreender de maneira geral o documento para identificar e selecionar os termos que o representarão para efeito de recuperação”.

A variável mais influente nesse processo é o indexador leitor, pois a compreensão mediante a sua interpretação, com base em seu conhecimento prévio, dimensiona melhor a compreensão do assunto (FUJITA, 2003).

É por meio da leitura que o bibliotecário “[...] codifica, classifica, indexa, atribui palavras-chave, descritores, que vão ser os indicadores para a consulta aos índices das bibliotecas, dos arquivos, quer que seja em formato magnético ou em papel” (LUCAS, 2000, p. 13).

Na indexação defronta-se com palavras, chamadas conceitos, e seus significados que representam o assunto do documento. Quando estes assuntos são de uma área especializada, as palavras oriundas de uma linguagem natural tendem a ser identificadas como

termos e transformadas em descritores ao integrarem um instrumento de organização do conhecimento.

Da seleção de termo escolhe-se um que represente o assunto do campo do conhecimento, chamados de descritores. Enquanto isso, o conceito, segundo a Norma 12.676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA, 1992), alude a “qualquer unidade de pensamento”. O termo e o conceito “são elementos que não se dissociam” (CAMPOS, 2001, p. 117), pois possuem teorias próprias para melhor entendimento do assunto. Uma das precursoras da teoria do conceito é a Ingetraut Dahlberg, que define conceito como uma “unidade do conhecimento” (DAHLBERG, 1978, p. 5).

Sendo a primeira etapa do tratamento temático da informação, a leitura documentária tem como metodologia a análise de assunto, constituída por meio de uma leitura do documento, na qual se extrai o conceito que traduz o conteúdo (DIAS; NAVES, 2007). Para os mesmos autores, é uma atividade cuja interferência do profissional é inevitável. A interferência está relacionada ao nível do conhecimento prévio do assunto que o profissional possui sobre o documento, além da formação, experiência, subjetividade, fatores linguísticos, cognitivos e lógicos (DIAS; NAVES, 2007).

A análise de assunto tende a determinar a tematicidade do documento mediante identificação e seleção dos conceitos componentes do assunto ou tema principal e secundários (FUJITA, 2003, p. 69). Manifesta-se o entendimento dos significados dos documentos e o acesso à informação conforme a necessidade do usuário (RODRIGUES; CERVANTES, 2015, p. 38).

A análise de assunto ocorre por meio de leitura feita pelo bibliotecário, tendo como princípio a Política de Indexação, que, segundo Fujita (2012, p. 17), consiste em

[...] conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. Decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários.

Portanto, é no processo de indexação que a influência do bibliotecário indexador se faz presente. A existência de uma diretriz que facilite a construção de uma política de indexação poderá minimizar as cargas ideológicas no processo de indexação, visto que a etapa de representação lida com um esquema de seleção de discurso que acarreta uma única visão de mundo, influenciando a mentalidade e práticas cotidianas (GUTIÉRREZ, 2002). Portanto, é necessária uma política explícita, que trace diretrizes que orientarão o trabalho de seleção de maneira

criterosa e eficaz (MATTOS; MURGUIA, 2009, p.1871-1872), atendendo as expectativas de diferentes públicos e representando através dos assuntos a diversidade cultural.

As políticas de indexação são dotadas de princípios e critérios necessários à orientação de “[...] decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos” (FUJITA, 2012, p. 17). Na etapa da análise de assunto, a leitura e a compreensão do profissional indexador são primordiais para identificação do assunto do documento.

Segundo Lucas (2000), a leitura pode ser pensada por meio de diversas abordagens: sociológica, fisiológica, semiológica, fenomenológica, filosófica, dentre outras.

No ato da leitura há uma sintonia entre o reconhecimento e a compreensão. No reconhecimento,

[...] o texto é desconstruído, e, por meio de sua compreensão, construímos um outro texto que já é o texto do leitor. A leitura efetivada é um ato de produção de um outro texto, não é neutra ou inocente, não é mera reprodução na medida em que ocorre a ampliação do texto que ocupa (LUCAS, 2000, p. 38).

Como não é inocente, deve observar as diversas formações discursivas e como elas podem representar prejuízos às comunidades.

Segundo Faulstich (1994, p. 13), a leitura é uma busca por informação e, para que esta seja incorporada pelo leitor, faz-se necessário entendimento e compreensão em relação ao lido.

Entender um texto é compreender claramente as ideias expressas pelo autor para, então, interpretar e extrapolar essas ideias. Nesse momento o leitor deve ajustar as informações contidas no contexto em análise às que ele possui em seu arquivo de conhecimento (FAULSTICH, 1994, p. 23).

Como relatado, o princípio de indexação requer critérios e diretrizes que norteiam a análise de assunto. Nesse sentido, os tópicos que devem fazer parte da Política de Indexação são a exaustividade e a especialidade, a revocação e a precisão. Para fins desse trabalho relativo à elaboração de lista de termos, a exaustividade e a especificidade são tratadas de forma enfática.

Para Rubi (2009), a exaustividade diz respeito ao número de termos transformados em descritores por meio da análise de assunto, que podem fazer parte de uma linguagem documentária para uma determinada instituição. Nesse sentido, quanto mais exaustiva é a análise de assunto de um determinado documento, mais existe a possibilidade de identificar termos candidatos a descritores. Ainda, para a autora, a variedade de termos diferentes que possuem o mesmo significado é indicada para uma biblioteca pública, por esta possuir uma diversidade de materiais com

diferentes temas e público, proporcionando consulta a uma base de informações com diferentes termos para o mesmo assunto.

Enquanto isso, a especificidade “[...] está relacionada ao nível de abrangência que a biblioteca e a linguagem documentária permitem especificar os conceitos identificados documento” (RUBI, 2009, p. 85). Estes dois procedimentos refletem na recuperação da informação feita pelo usuário:

[...] os conceitos devem ser o mais possível especificado no processo de indexação e a forma genérica deve apenas ser utilizada em alguns casos, como por exemplo, na situação que o indexador considera que uma ideia não foi completamente desenvolvida, ou se o autor a trata de forma superficial (WORLD INFORMATION..., 1981 apud FUJITA, 2014, p. 25).

Portanto, a Política de Indexação é um documento fundamental já que especifica por meio de diretrizes a quantidade de termos a serem atribuídos de forma exaustiva ou específica.

4 Proposta de diretrizes para construção de uma política de indexação na temática africana e afro-brasileira

Compreende-se que a construção de uma política de indexação é “[...] uma decisão administrativa objetivando a gestão da informação registrada de modo a dar visibilidade, na recuperação da informação, para as bibliotecas” (RUBI, 2012, p. 174). Para o mesmo autor é composta por decisão que deve abranger determinado aspecto, tais como: indexação, linguagem e sistema de recuperação da informação. No entanto, “[...] a política de indexação deve indicar e detalhar todos os procedimentos que devem ser realizados durante o processo de indexação, quais sejam: análise, síntese e representação” (RUBI, 2012, p. 178). Para que se obtenha uma fluidez neste processo é necessário traçar elementos que contemplarão a proposta de diretriz para a construção de uma política de indexação na temática africana e afro-brasileira. No entanto, o objetivo dessa seção é elencar elementos da Diretriz Curricular Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais que contribuem para pensar em uma diretriz para construção de uma política de indexação.

Desde 2003 com a promulgação da Lei Federal nº 10.639, o número de publicações da temática africana e afro-brasileira em bibliotecas universitárias, públicas e escolares tem aumentado, principalmente devido a sua obrigatoriedade nas redes de ensino. Diante desta realidade, faz-se necessário a criação de diretrizes que orientem na construção de uma política de indexação norteadora para o bibliotecário, visto que os campos de estudos africanos e afro-brasileiros possuem particularidades e visto que estamos em um contexto sociocultural onde as estruturas dominantes delinham

a nossa forma de ver, pensar e agir no mundo, por meio de um quadro de referência moldado por um paradigma dominante.

A construção de diretrizes baseia-se em instrumentos normativos que contemplem a cultura africana e afro-brasileira, tais como: na Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Falar dos instrumentos normativos diz respeito às normas que devem ser aplicadas na prática de modo a contemplar algo ou alguma coisa. A Lei 10.639/03 vem ao encontro à educação na possibilidade de garantir que a história e culturas dos afro-brasileiros e africanos sejam visibilizadas, na sua contribuição e construção do Brasil.

A Diretriz Curricular Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais possibilita a orientar pessoas e instituições nos diversos patamares do ensino no que diz respeito a implementação da Lei 10.639/03, bem como as ações para uma educação étnico-raciais. Nesse sentido, 10.639/03 alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da educação, com o acréscimo dos art. 26A, 79A e 79B, possibilitando a inclusão de conteúdo. Esse conteúdo envolve a história e cultura africana e afro-brasileira, as lutas dos negros no Brasil, o negro na formação da sociedade nacional, seja nas áreas social, econômica e política, sejam contemplados na rede de ensino, servindo de subsídios para elaboração tanto de material didático, quanto literários e científico para construção de conhecimento sobre questões étnico-raciais.

Com a temática em pauta, publicações aumentaram de forma significativa a partir 2003, o que possibilitou na criação de conjunto de medidas para a implementação da Lei 10.639/03.

Dispositivos legais reivindicados pelo movimento negro ao longo do tempo, em especial no século XX,

[...] apontam para a necessidade de diretriz que orientam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004, p. 9).

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação juntamente com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SECAD/MEC), instituiu em 2004 um conjunto de medidas e ações com o intuito de “corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2004, p. 7), de modo a valorizar a riqueza da diversidade étnico-racial e cultural. No entanto, a diretriz nos ajudar a nortear e a pensar elementos para

orientar na construção de uma política de indexação para assuntos sobre: estudos africanos e afro-brasileiros e educação para relações étnico-raciais.

Dos elementos que constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (2004) que ajudem a pensar em uma diretriz que auxilie na construção de uma política de indexação, destaca-se::

-Política de reparação, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas:

Nesse item destina-se como política de reparação o reconhecimento da existência e contribuição dos africanos e afro-brasileiros na construção do país, no entanto, é necessário políticas educacionais e estratégia pedagógicas de valorização da diversidade étnico-racial. (BRASIL, 2004)

-Educação para relações étnico-raciais:

A valorização da história e cultura dos africanos e afro-brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e favoráveis para o ensino e para aprendizagem. Contudo, instância educacional tem o papel fundamental para emancipação de grupos discriminados, ao proporcionar acesso ao conhecimento científico e registros culturais desses grupos (BRASIL, 2004).

-História e cultura Afro-brasileira e Africana:

Estudos sobre temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem somente ao negro/a, mas dizem respeito a toda a população brasileira, precisamos nos reeducar enquanto cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriétnica com o propósito de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004).

-Consciência Política e Histórica da diversidade:

Igualdade básica de pessoas humana como sujeito de direito; a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais diferentes, os quais possuem cultura e história próprias (BRASIL, 2004).

-Fortalecimento de identidades e de direitos:

O desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negadas forjadas por meios de comunicação contra os negros e os povos indígenas; o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal (BRASIL, 2004).

Com os elementos elencados acima traça-se requisitos necessários para o profissional Bibliotecário/indexador:

- Formação na temática africana e afro-brasileira de modo a conhecer os aspectos

históricos, sociológicos e culturais das populações de origem africana;

- No procedimento relacionado à indexação segundo a norma ABNT 12676:
 - na análise: é de suma importância verificar o título, resumo e capítulos das fontes de informações, ou seja, exploração do conhecimento da estrutura textual, e verificar no conteúdo, termos/conceitos principais que circulam no campo de estudos africanos e afro-brasileiros;
 - analisar os termos/conceitos com linguagem documentária do campo estudos africanos e afro-brasileiros e dicionário especializados.
- Na unidade de informação se faz necessário verificar a quantidade de fontes de informações relacionada com a temática africana e afro-brasileira.

Outros procedimentos que auxiliam a pensar na construção de diretriz são:

- Elaboração de questionários para os profissionais indexadores, visando verificar o conhecimento em torno da temática africana e afro-brasileira;
- Elaboração e aplicação de questionário para grupo de pesquisadores especializados na temática africana e afro-brasileira com o intuito de apurar os assuntos e termos dentro do campo de estudo;
- Verificação dos instrumentos de organização do conhecimento existentes que contemplem os assuntos abordados pelos pesquisadores e que servirão para auxiliar na indexação.

Os elementos constitutivos da diretriz para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, no entanto, possibilita orientar ações no contexto escolar o que engloba às bibliotecas, estas por possuírem fontes de informações relacionadas a temáticas, mas que ainda não possuem política de indexação para indexar os materiais relacionados à temática.

4 Considerações finais

O contexto multicultural no processo de indexação nos possibilita uma ampla visão da cultura existente na sociedade brasileira. No que se refere à cultura africana e afro-brasileira, a Lei 10.639/03 e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana têm auxiliado na questão de conteúdo e formação do profissional, possibilitando elementos para traçar diretriz de uma maneira eficiente para a construção de uma política de indexação. Mas para uma maior eficiência na construção da política de indexação, faz-se necessário consultar pesquisadores especialistas na temática africana e afro-brasileira e verificar por meio do protocolo verbal como ferramenta, para maior adesão no que concerne ao campo de estudos, com o intuito de ampliação e conceção de uma diretriz.

Pensar na possibilidade de criação de uma política de indexação é dentre uma das ações afirmativas criadas com o intuito de reconhecer as produções feitas por afro-brasileiros e africanos e pesquisadores antirracistas, além de tornar essas publicações acessíveis por meio dos sistemas de recuperação da informação. Possibilita também romper com o preconceito e diferentes formas de exclusão e contribuir para uma sociedade mais equânime no que concerne à distribuição e representação igualitária dos conhecimentos e informações.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: **Métodos para análise de documentos** - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- BOCATTO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. A indexação nas perspectivas das concepções de análise de assunto em bibliotecas universitárias. *Revista EDICIC*, v. 1, n. 4, p. 208-220, Out/Dez., 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3867040.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BORGES, G. S. B. **Indexação automática de documentos textuais**. 111f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em <www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/.../dissertacao_graciane_2009.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, Outubro, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso: 29 fev. 2016.
- BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. DOU. De 10/01/2003.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: Eduff, 2001.
- CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L (Orgs.) **Formação de Professores**: Produção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Florianópolis: DIOESC, 2014.
- CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a Terminologia do Processo de Inteligência Competitiva: estudo teórico e metodológico**. Marília, 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93723>>. Acesso: 10 nov. 2016.
- CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A Construção de Tesouros com a Integração de Procedimentos Terminográficos**. 2009. 209 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, Jul./Dez. 1978. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/article/view/115%3E>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a9>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

- DIAS, E. J. W; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto:** teoria e prática. Brasília: Teshaurus, 2007.
- FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n.1, p. 60-90, Jul./Dez. 2003. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/.../95ac3c2788589e9aa62ed0d0ffb272df>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: LEIVA, I.G.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012, p. 17-28. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- GONDIM, Larissa Cristine Daniel. Multiculturalismo e os fundamentos constitucionais dos direitos de grupo. **Revista eletrônica do mestrado em direito da ufal**. V. 3, N. 2, 2012. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/article/download/1099/753. Acesso em: 15 jan.2019
- GUIMARÃES, A. S. A. **Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil**. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_raca_e_os_estudos.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.77-99, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2761>>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- GUIMARÃES, J. A. C; SALES, R.; GRÁCIO, M. C. C. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114789>>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora:** Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- IVENICK, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1151-1167, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n100/1809-4465-ensaio-S0104-40362018002601186.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019
- KOBASHI, N. Y. **Vocabulário controlado:** estrutura e utilização. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 2008. Disponível em: <http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/arquivos/vocabulario_controlado.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.
- KOBASHI, N. Y.; SANTOS, C. A. M. Leitura documentária: aspectos pragmáticos da recepção e condensação de textos para indexar e resumir. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p.130-140, Out./Dez. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3866955.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.
- LAPA, R.; CORREA; R. Indexação Automática no Âmbito da Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Tecnologia** (ITEC): Marília/João Pessoa, 1(2): 59-76, jul./dec., 2014. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/21408>. Acesso em: 12 out. 2016.
- LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, 16 (3): 231-240, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/710/690>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- LUCAS, C. R. **Leitura e Interpretação em Biblioteconomia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- LUCCA, J. L. de; NUNES, M. G. V. **Lematização versus Stemming**. Relatório. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/download/lematizacao_versus_stemming.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- MARSHALL, R. G. **Linguagens Documentárias para a indexação de literatura Infantil e Juvenil**. 2009. 113f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de Assunto no Processo de Indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p.19-34, jan./abr.2014. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/16281/10872>. Acesso em: 16. Nov.2018.

Memória e Resistência: por uma classificação dos Lugares de Memória Política na América Latina

Memory and Resistance: for a classification of the Places of Political Memory in Latin America

Caio Vargas Jatene(1), Mariana Ramos Crivelente(2), Nair Yumiko Kobashi(3)

(1) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, CEP 05508-020, São Paulo/SP, Brasil, caio.jatene@usp.br. (2) mariana.crivelente@usp.br. (3) nairkobashi@gmail.com.

Resumo

Este trabalho apresenta uma proposta de organização de dados sobre os lugares de memória política da América Latina. As reflexões têm como marcos de referência a historiografia, as teorias sobre a memória e as teorias e métodos da Organização do Conhecimento. A proposta se justifica diante dos ataques negacionistas contra a memória das lutas de resistência às Ditaduras Cívico-Militares, expressos pelas forças conservadoras. Os lugares de memória política, que nasceram no contexto da Justiça de Transição, procuram construir e difundir a memória crítica do período, com o objetivo de conscientização e luta por uma sociedade mais justa e democrática, em que regimes de exceção e violações aos Direitos Humanos não tenham mais espaço no futuro. Assim, para a defesa, preservação e estudo desses lugares e instituições de memória, o presente trabalho propõe a construção de um sistema de informação eletrônico que acumule informações organizadas sobre as instituições de memória da América Latina. Nessa perspectiva, apresenta-se neste estudo uma terminologia e uma estrutura de metadados que viabilize o acesso, recuperação e uso dessas informações por diferentes públicos.

Palavras-chave: Ditaduras Cívico-Militares, América Latina, Justiça de Transição; Memória; Lugares de Memória; Organização do Conhecimento.

Abstract

This paper presents a proposal to organize data of the places of political memory in Latin America. The reflections have as reference frames the historiography, the theories on the memory and the theories and methods of the Knowledge Organization. The proposal is justified by the denialist attacks against the memory of the struggles of resistance to the Civil-Military Dictatorships, expressed by the conservative forces. The places of political memory, which were born in the context of the Transitional Justice, seek to build and disseminate the critical memory of the period, with the objective of raising awareness and fighting for a more just and democratic society, in which the regimes of exception and the violations of Human Rights have no more space in the future. Thus, for the defense, preservation and study of these places and institutions of memory, the present work proposes the construction of an electronic information system that accumulates organized information about the memory institutions of Latin America. From this perspective, this study presents a terminology and a metadata structure that enables the access, retrieval and use of this information by different types of audiences

Keywords: Civil-Military Dictatorships; Latin America; Transitional Justice; Memory; Places of Memory; Knowledge Organization.

1 Introdução

Os países latino-americanos estão diante de uma nova onda de golpes de Estado jurídico-parlamentares, dessa vez sem a roupagem inteiramente militar, os quais somados às fragilidades institucionais, são desencadeadores de processos eleitorais marcados por táticas de desinformação, fraudes, manipulações midiáticas e mentiras. Ao longo de duas décadas do século XXI, acompanhamos desdobramentos como esses no Paraguai, na Argentina, no Brasil, no Equador, no Chile, entre outros. Nesse contexto, não raramente são veiculadas informações, teorias, declarações com base em negacionismos, revisionismos e relativismos,

de viés puramente ideológico, com relação às Ditaduras Cívico-Militares, ocorridas no Cone Sul, durante a segunda metade do século XX. Em grande medida, essas declarações objetivam promover uma revisão histórica, como fim de negar os golpes, as ditaduras e as torturas. As violações aos Direitos Humanos e a instauração dos respectivos Terrorismos de Estado são justificadas com argumentações como: “contra a ameaça comunista”, “combate ao terrorismo”, “luta antirrevolucionária”, “contragolpe” e assim por diante, que estão ligadas a interesses políticos e econômicos conservadores e não à construção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática.

Diante desse cenário, a importância da construção da memória do período das ditaduras, na perspectiva da Justiça de Transição, ganha especial relevância. Com o fim desses regimes e após longos períodos de passagem para as democracias, ainda que de forma incompleta, foram criados Lugares de Memória (museus, arquivos, bibliotecas, associações, organizações da sociedade civil, monumentos, memoriais, centros de memória, documentação e pesquisa, entre outros). A finalidade principal dos Lugares de Memória é conscientizar a sociedade através da construção crítica da memória a fim de que os atos de repressão, praticados no passado, jamais voltem a ocorrer. Porém, a Memória é objeto de disputas, constantemente apropriada, manipulada, questionada, construída e desconstruída, visto que se constituem em objeto de poder e dominação. Por isso, os Lugares de Memória, estão na linha de frente da batalha por memória crítica, consciente e desalienadora.

Em razão disso, o presente trabalho tem por objetivo propor a documentação dos Lugares de Memória, no sentido de contribuir para a construção da memória crítica sobre as Ditaduras Civis-Militares latino-americanas. Os Lugares de Memória desempenham um papel significativo no desenvolvimento da justiça transicional, tenham sido eles criados por iniciativas das vítimas ou seus familiares ou, ainda, por medidas dos próprios Estados democratizados. Com efeito, é possível perceber que estes apresentam diferentes configurações estruturais e organizativas. Disso decorre a necessidade de análise de tais instituições, quanto aos seus objetivos, estatutos e ações desenvolvidas. Além disso, reunir e sistematizar as informações desses Lugares de Memória em uma base de dados, o website www.usp.br/memoriaeresistencia, com uma catalogação, classificação e resumos padronizados, parece-nos pertinente para a preservação de tais espaços, de maneira a facilitar os estudos sobre o tema, bem como para traçar um panorama geral da construção dessa memória crítica. Assim, propor uma classificação de Lugares de Memória, caracterizá-los e disponibilizar os dados coletados pode ser útil para fins de acesso, recuperação e uso da informação por diferentes públicos.

2 Referencial Teórico

Antes da apresentação da proposta de documentação dos Lugares de Memória, é necessário delimitar o objeto estudado. Para tanto, será apresentado, resumidamente, o percurso de revisão bibliográfica efetuada para se chegar à categorização dos Lugares de Memória. Foram considerados para compor o quadro teórico os seguintes 5 (cinco) eixos: Ditaduras Civis-Militares, Justiça de Transição, Memória, Lugares de

Memória e Organização do Conhecimento, conforme a seguir expostos.

2.1 Ditaduras Civis-Militares (1959-1990)

Segundo Alain Rouquié (1984), entre os anos 1970-1980, dois terços da população da América Latina viviam em países de regimes militares ou sob domínio militar, que se traduziram na instauração de Terrorismos de Estado e violações sistemáticas aos Direitos Humanos. Para Rouquié (1984), as principais explicações sobre como o poder militar ascendeu e se consolidou no continente são falaciosas, carecem de comprovação empírica e não se sustentam se submetidos a uma análise mais detida. O autor atribui às explicações um viés nitidamente etnocêntrico, em sua maioria desenvolvidas por autores estadunidenses e europeus. As teorias sobre a relação entre o militarismo e o subdesenvolvimento também caem por terra diante dos casos concretos latino-americanos, pois, o desempenho econômico das ditaduras militares foi catastrófico em vários sentidos, como demonstram os exemplos de Argentina e Bolívia, contrariando as versões de um militarismo modernizador. Além disso, os três países mais economicamente desenvolvidos da região à época: Uruguai, Chile e Argentina passaram por ditaduras militares extremamente violentas. Finalmente, as teorias que relacionam a militarização do poder à ação de interesses externos, muito embora não possam ser negadas, são consideradas reducionistas, uma vez que eximem de culpa os exércitos e as elites nacionais e, tampouco, consideram as especificidades locais, os fatores sociais e ideológicos.

Sob esta perspectiva, está claro que para identificar os Lugares de Memória é preciso, antes de tudo, debruçar-se sobre cada caso concreto latino-americano, de modo a contextualizar a criação desses lugares. Não obstante, é possível identificar características comuns desses processos. Dessa forma, admitimos os golpes de Estado, que desencadearam tais ditaduras, como sendo o ápice de processos históricos interdependentes, nos quais convergiram fatores externos e internos. À inegável influência estrangeira, dentro do cenário mundial polarizado da época, somaram-se as características latino-americanas de dependência colonial, de constituição e ascensão dos poderes militares em cada país, de formação social verticalizada, escravista e clientelista, de violência estrutural recorrente e de atuação das elites internas desde sempre atrelada aos interesses econômicos externos (ROUQUIÉ, 1984). Para delimitar as ditaduras estudadas utilizamos como marcos temporais o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, até as ondas democráticas pós-queda do muro de Berlim e o final da Guerra Fria, em 1990. De fato, a Revolução Cubana alterou drasticamente o cenário político no continente.

Os rumos tomados por Cuba converteram a luta armada em importante fator desestabilizador do poder hegemônico estadunidense na região (BANDEIRA, 1998). Por se tratar de um contexto de plena Guerra Fria, os EUA direcionaram esforços para mantê-la como sua zona de influência e intensificar a sua hegemonia econômica e ideológica.

No plano interno, essas Ditaduras Civil-Militares foram instaladas por meio de golpes de Estado arquitetados pela associação das Forças Armadas e elites nacionais, apoiadas por setores das classes médias. Esses golpes tinham, sob a égide da “luta contra o comunismo”, a finalidade de assegurar a manutenção do *status quo*, garantir a estabilidade do pacto de dominação entre as classes sociais e implementar, por meio do autoritarismo e da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 2010). Essas ditaduras são denominadas civil-militares, pois, conforme René Dreifuss (1981), os poderes militares não agiam independentemente das elites orgânicas locais. Os civis, oriundos das elites políticas, econômicas e intelectuais, os chamados “tecnocratas”, tiveram participação em todas as esferas do poder, inclusive em sua construção ideológica. Por isso, de acordo com o enfatizado pela historiografia atual, utilizamos a denominação Ditaduras Cívico-Militares, uma vez que os golpes foram civis-militares e transmutaram-se em regimes militares de fato com a participação direta de civis (FICO, 2004; NAPOLITANO, 2011).

Durante a era das ditaduras na América Latina ocorreram as mais graves violações aos direitos humanos e às garantias individuais universalmente consagradas. A tônica do período foi a institucionalização do Terrorismo de Estado. Os governos militares perseguiram opositores, trabalhadores, estudantes e movimentos sociais, por meio de sistemas de inteligência e censura, dissolução das instituições representativas do Estado de direito, militarização da vida política e social, campanhas de autolegitimação e uso indiscriminado de violência. Foram responsáveis por torturas, detenções ilegais, sequestros, atentados terroristas, violência sexual, genocídios de comunidades tradicionais, corrupção generalizada da máquina pública, criação de campos de concentração e de extermínio, exílio de cerca de 6,5 milhões de pessoas, intenso retrocesso educacional, além de perpetrarem milhares de assassinatos e desaparecimentos (COGGIOLA, 2011). Identificamos ao menos 11 (onze) países latino-americanos que passaram por processos históricos dessa natureza, entre 1959 e 1990, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

2.2 Justiça de Transição

Posteriormente à queda das ditaduras, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, os países latino-americanos passaram por uma longa fase de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Nesse contexto, deve-se destacar a importância da Justiça de Transição, definida como um efetivo esforço para a construção da paz sustentável, após períodos de conflito ou de violações sistemáticas aos Direitos Humanos (REÁTEGUI, 2011). No cerne da Justiça de Transição encontra-se a perspectiva de revelar a verdade, construir a memória, conceder a reparação às vítimas, julgar os agentes do Estado e reformar as instituições responsáveis pelos abusos (REÁTEGUI, 2011). Como observa Félix Reátegui (2011), o desafio das sociedades que emergem do autoritarismo não é somente o de conquistar a transição democrática em si, mas envolve, também, a tomada de medidas efetivas de justiça. Para Ruti Teitel (2000), além da responsabilização judicial dos agentes do Estado perpetradores de violações, entre as dimensões fundamentais da Justiça de Transição, a construção da memória está diretamente relacionada à emancipação das experiências traumáticas do passado.

Em razão disso, atualmente, em alguns países da América Latina, a Justiça de Transição se manifesta por meio das instituições do Estado democrático de direito, com a instauração de Comissões da Verdade, implementação de programas de reparação às vítimas, de perseguição dos responsáveis, criação de órgãos de busca e identificação de pessoas desaparecidas. Ocorre, paralelamente, também, com a mobilização de setores da sociedade em torno de projetos de construção da memória, da recordação e da reafirmação da própria dignidade (REÁTEGUI, 2011). Contudo, a realidade latino-americana mostra que, ainda hoje, muitas informações sobre o período de exceção continuam inacessíveis. De um lado, por terem sido deliberadamente ocultadas e, de outro, por estarem dispersas em espaços e localidades diversos. Por isso, as iniciativas de construção das memórias desse período assumem evidente importância como forma de suprir uma lacuna deixada ao longo do processo de restabelecimento da democracia.

2.3 Memória

A memória coletiva, como explica Jacques Le Goff, é colocada em jogo nas lutas sociais pelo poder:

tomarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. (LE GOFF, 2013, p. 390).

A memória é um elemento essencial da identidade coletiva, por isso, não se trata apenas de uma conquista, mas sim de um instrumento de poder. Nesse

aspecto, cabe aos profissionais da memória, sejam eles historiadores, bibliotecários, arquivistas:

fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica [...] Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens. (LE GOFF, 2013, p. 436).

Marcos Napolitano (2014) afirma que estamos vivendo hoje no Brasil e, porque não dizer na América Latina, uma febre de memória em torno dos regimes militares, pois se trava uma verdadeira “guerra memorialística” contra os revisionismos de caráter essencialmente ideológico. É contra esses revisionismos, os quais buscam mitigar as violações aos Direitos Humanos praticados pelas ditaduras, que se coloca a necessidade de se buscar uma memória crítica (MENESES, 2018), como forma de estímulo à reflexão, a fim de se evitar que a memória “seja objeto de disputa e revisões, dilua-se no relativismo e no negacionismo.” (NAPOLITANO, 2014, p. 38). Os crimes contra a humanidade são imprescritíveis e não podem ser esquecidos jamais; deve-se conceder direito à memória sem qualquer restrição; deve-se trabalhar a memória para proferir elucidações e não julgamentos; deve-se conceder espaço para a compaixão e a empatia; e, finalmente, deve-se garantir o direito à História, ou seja, o acesso ao conhecimento das raízes dos traumas e seus efeitos (MENESES, 2018).

2.4 Lugares de Memória

Os Lugares de Memória são os *loci* “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7). Pierre Nora (1993) coloca os Lugares de Memória em uma posição fenomenológica, isto é, para ser um lugar de memória, é preciso ter “vontade de memória”, uma intencionalidade de admitir aquele local como sendo detentor de memória que, na falta dela, será apenas um lugar de história. Desta feita, nos Lugares de Memória sempre coexistem três aspectos simultaneamente: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1993). Portanto, podemos dizer que os Lugares de Memória são suportes materiais da memória. É nesse contexto, de luta pela construção de um conhecimento crítico e emancipatório que emergem as iniciativas de criação de Lugares de Memória política, os quais preservam e disseminam documentos e informações importantes para a pesquisa científica ou para o conhecimento público, com a finalidade de “exorcizar o esquecimento, promover o reconhecimento e a reparação social dos indivíduos, grupos e coletividade” (THIESEN, 2014, p. 218).

Vale destacar uma vez mais que a Memória não substitui a Justiça, tampouco os Lugares de Memória se destinam a serem tribunais (MENESES, 2018). A Memória pode ser um dos pilares fundamentais da

Justiça de Transição, logo, os Lugares de Memória podem ser utilizados como elementos ou combustível para medidas de justiça, mas isso não se encerra nos Lugares de Memória em si. Estes cristalizam, solidificam a construção de uma memória crítica do passado traumático. Ademais, os Lugares também são sintomas do presente, como evidencia François Hartog (1996, p. 149): “Os *Lieux* foram considerados, sobretudo, um diagnóstico da situação presente e uma resposta a essa situação, e também um prognóstico.”

2.5 Organização do Conhecimento

A partir das proposições de Documento/Monumento de Jacques Le Goff, os Lugares de Memória, em sua totalidade, podem ser tratados aqui como documentos:

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2013, p. 485-495)

A Ciência da Informação tem como um de seus objetivos, a formulação de sistemas de informação para fins de acesso, recuperação e uso da informação. O conceito de sistema de organização do conhecimento abarca formas de classificação, as taxonomias, tesouros e ontologias utilizadas na organização e recuperação de informações. São instrumentos usados nas atividades básicas de organização e representação da informação e, por tal destinação, requerem a articulação de diferentes conceitos, métodos e técnicas para analisar documentos, selecionar conteúdos informacionais, representá-los e viabilizar a recuperação de informações. Conforme explica Bruno Latour (2000), os sistemas de classificação são processos de hierarquização, comparação, redução e amplificação da informação. Ademais, na concepção de Rafael Capurro (2003), os pressupostos epistemológicos da Ciência da Informação apresentam consequências relevantes para a concepção de sistemas de informação, para o uso de desses sistemas e para a própria pesquisa científica. Tais sistemas são constituídos por documentos, ou seja, suportes materiais de inscrição de sentido e a atribuição de sentido se dá em função da estrutura, do sistema (TÁLAMO; SMIT, 2007). Por tal razão, é fundamental nos ater à materialidade da informação. Para tanto, Bernd Frohmann (2008) propõe conciliar o conceito de

informação com as práticas sociais e públicas realizadas em um contexto político, econômico, social e cultural. Nessa perspectiva, como observa o autor, a materialidade do documento é o elemento de ligação entre duas áreas conceituais: a informação e as práticas públicas e sociais com a informação.

Dessa maneira, o documento, assim como os Lugares de Memória mencionados, ocupam uma posição fenomenológica e são entendidos como tal pelo seu processamento, pela sua materialidade e pela sua intencionalidade (BUCKLAND, 1997). Michael Buckland (1997), ao discutir o que é um documento, sua abrangência e limites, partiu das proposições de Paul Otlet e de Suzanne Briet, precursores da discussão acerca da materialidade da informação. Segundo Paul Otlet, que tinha uma visão mais funcional ou utilitarista sobre o tema, ampliou a definição de documento, considerando que os objetos podem ser entendidos como tais, desde que o intérprete seja informado pela observação desses objetos inseridos em um sistema. Suzanne Briet, por sua vez, associou as ideias sobre o documento à antropologia cultural e à semiótica e, assim, nivelou o documento a uma evidência física organizada. Isto é, um objeto, no nosso caso um Lugar de Memória, para ser considerado um documento, deve ser entendido como tal por um signo e reunir aquele conjunto de elementos dentro de um dado sistema. Como assevera Frohmann (2008) o estudo da materialidade do documento deve ser eminentemente contextual, isto é, inserido em um contexto de cunho econômico e social. A materialidade de um enunciado deve, portanto, ser analisada a partir de sua institucionalização. A institucionalização confere materialidade, tendo em vista que a instituição decide qual informação será preservada, como será interpretada e como irá circular ou se tornar acessível. Em suma, a instituição define quais serão os processos de documentação aplicáveis.

Nessa perspectiva, a organização do conhecimento compreende a análise dos objetivos, dos processos e dos instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, tendo em vista sua inserção histórica e sociocultural. Como afirma Erik-Mai (2016), os sistemas de classificação representam uma visão particular de mundo. Em razão disso, os princípios de classificação devem estar pautados na pluralidade e na diversidade. Portanto, os novos sistemas não podem seguir uma lógica aristotélica, mas, devem sim refletir visões pautadas em diferentes interpretações do mundo. No entanto, atualmente, é amplamente aceita a ideia de que as classificações são tendenciosas e sempre criadas para um propósito específico. Todas as classificações valorizam alguns pontos de vista e silenciam outros. Trata-se de uma opção ética, e como toda opção ética, envolve certo risco (ERIK-MAI, 2016). Como resume Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 18): “todo

sistema classificatório funciona por inclusão/exclusão”. Não obstante, segundo Janice Gonçalves (1998, p. 11), “o objetivo da classificação é dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos.” Por tal razão, conclui a mesma autora que:

compreender o contexto de produção de um documento de arquivo exige conhecer a história do organismo produtor, abordando-a, principalmente, na perspectiva das funções e atividades por ela desenvolvidas (GONÇALVES, 1998, p. 20).

Disso decorre a importância de se debruçar sobre as características e ações desempenhadas pelas instituições de memória que se pretende estudar. No entanto, no intuito de classificá-las, importante mencionar as considerações de Garcia Gutierrez (2013), o qual propõe uma discussão sobre a organização do conhecimento, com base em perspectiva pós-colonial. O autor critica as concepções fixas e hierárquicas do pensamento hegemônico colonialista, pois assevera que a sociedade atual se baseia em um conhecimento dogmático, impassível, estático e que se impõe culturalmente. Sendo assim, como ruptura dessa lógica de dominação colonial, Garcia Gutierrez (2013) defende que o conhecimento seja baseado em uma ação de “desclassificação”, no sentido de uma utopia emancipatória. Essa “desclassificação” é pautada em postulados, dentre os quais, destacam-se a possibilidade de os conceitos serem confrontados e repensados, uma vez que podem ser produtos de um pensamento hegemônico colonial. Assim, considera que todo conhecimento deve ser um regime aberto e incompleto, formado por uma série de conceitos múltiplos, interconectados e sem hierarquização. Por conseguinte, o profissional da Ciência da Informação precisa se colocar em posição de confronto de modo a desempenhar ações voltadas para os diferentes públicos de diferentes realidades sociais e culturais. Tal desclassificação proposta por Garcia Gutierrez visa combater principalmente o dogmatismo epistemológico. Ora, então, a proposição de uma classificação de Lugares de Memória, no contexto já mencionado anteriormente, deve ser o mais abrangente possível para coligir o maior número possível de iniciativas de construção da memória, sem perder de vista os referenciais teóricos e conceituais balizadores. E, assim, diante essas considerações passaremos à proposição de uma classificação de Lugares de Memória.

3 Proposta de organização de Lugares de Memória

No intuito de classificar as instituições de memória, no contexto latino-americano, pós-Ditaduras Cívico-Militares, propomos uma estrutura de metadados dividida em 18 campos: identificação, sigla, país, local,

endereço, website, redes sociais, contato, identidade visual, tipo, natureza jurídica, situação patrimonial, histórico patrimonial, data de inauguração, composição, descrição, histórico e ações desenvolvidas. Estes campos estão dispostos conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Estrutura e Metadados

<i>Metadado</i>	<i>Descrição</i>	
Identificação	nome oficial completo	
Sigla	Sigla	
País	País	
Local	Cidade	
	estado	
	província	
Endereço	Endereço	
Website	link da página na web	
Redes Sociais	links das redes sociais em que atua	
Contato	e-mail	
	telefone	
Identidade Visual	imagem do logotipo da instituição	
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> ● Arquivo ● banco de dados ● biblioteca ● centro cultural ● centro de documentação ● centro de pesquisa ● edificação ● memorial ● monumento ● museu ● organização da sociedade civil ● sinalização ● website 	
	Natureza Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ● público ● privado
		Situação Patrimonial
	não tombado	
	em processo de tombamento	
	não passível de tombamento	
	Histórico Patrimonial	breve histórico do processo de patrimonialização do bem

Data de Inauguração	data de início das atividades
Composição	quais instituições compõem o espaço ou como a instituição se organiza
Descrição	descrição da instituição
Histórico	breve histórico do local e da instituição
Ações Desenvolvidas	quais ações são desenvolvidas para a construção da memória

Os campos acima descritos devem ser preenchidos de modo a contemplar os diferentes tipos e estruturas de Lugares de Memórias. Por exemplo, as organizações da sociedade civil, tais como as “Abuelas de Plaza de Mayo”, na Argentina ou o “Núcleo Memória” no Brasil, também devem ser estudados e classificados de acordo com as suas ações e admitidas como Lugares de Memória, onde a memória crítica do período se cristaliza, é construída e difundida. A título de exemplificação, segue, em apêndice, um modelo de classificação de Lugar de Memória. Para esse exemplo, foi utilizada a antiga “Escuela de Mecánica de la Armada” (ESMA) em Buenos Aires, Argentina, um emblemático caso de configuração de Lugar de Memória em toda a América Latina (Apêndice A).

4 Considerações finais

Ante os apontamentos aqui realizados, a fim de se efetuar um levantamento e uma proposta de documentação de Lugares de Memória Política da América Latina, acreditamos ser imprescindível, realizar uma delimitação do tema estudado, para compreender os diferentes contextos sociais e políticos dos Lugares aqui pesquisados. Com isso, concluímos que tais regimes ditatoriais decorreram de processos históricos complexos, nos quais convergiram elementos internos e externos. A análise de cada caso concreto e suas especificidades é indispensável para se obter um panorama sobre a forma de consolidação dessas ditaduras, a dimensão da repressão e violações aos Direitos Humanos e, principalmente, com relação às formas de resistência a esses processos. Uma vez identificados as peculiaridades, é possível entender melhor as nuances de criação de lugares de construção da memória crítica, objetos deste estudo. Identificados os processos históricos específicos de ascensão e declínio das ditaduras, é necessário evidenciar um segundo processo, posterior à queda desses regimes autoritários, em que está inserida a construção da memória e, portanto, a criação de Lugares de Memória.

Os processos de Justiça de Transição, da mesma forma, apresentam particularidades em cada caso concreto. Em cada país latino-americano foram encontrados meios próprios para fazer valer ou implementar, em maior ou menor medida, suas próprias políticas

públicas de justiça transicional. Nesse aspecto, a construção da memória, como um pilar fundamental da Justiça de Transição, merece especial destaque. Em todos os casos, a construção da memória crítica tem por objetivo não somente processar e julgar os agentes do Estado perpetradores de violações aos Direitos Humanos, mas, também, de consolidar os anseios de toda e qualquer sociedade plural e democrática que emerge de períodos autoritários, ou seja, que as atrocidades praticadas não voltem a se repetir. Para tanto, essa memória exige construção e reconstrução constantes em face dos negacionismos, revisionismos e relativismos. A construção da memória pressupõe tornar a História e o direito à verdade independentes dos caprichos dos detentores do poder e das “versões oficiais” e, assim, combater os “esquecimentos coletivos”, construir uma noção de futuro, na qual essas ditaduras nunca mais aconteçam.

Dessa forma, os lugares e iniciativas onde são construídas essas memórias críticas tornam evidente importância de estudo. O primeiro passo para isso é identificá-los e classificá-los. Em confronto com as omissões, as ocultações e as manipulações, os Lugares de Memória, onde a memória crítica do período se cristaliza no seio das sociedades, têm importância *sui generis*. Em nosso continente, esses lugares funcionam como verdadeiros suportes materiais de memória, além de serem sintomas com relação à construção da memória crítica. Por esse motivo, acreditamos ser possível pesquisar e diagnosticar o estado geral da construção da memória crítica a partir da classificação e posterior análise desses Lugares. Por fim, consolidar e reunir toda essa informação em uma única base, qual seja o website www.usp.br/memoriaeresistencia, pode trazer benefícios para outras pesquisas sobre o tema. Igualmente, a Ciência da Informação pode contribuir significativamente para os estudos sobre as ditaduras em nosso continente, principalmente com relação ao acesso, organização, recuperação e disponibilização dessas informações. Assim, sistematizar os lugares de memória, por tipo e pelas ações desenvolvidas, informações significativas sobre as formas e iniciativas de construção da memória política sobre o período ditatorial deve ter um objetivo em mente: para que as violações aos Direitos Humanos em nosso continente não mais aconteçam.

Referências

- BANDEIRA, Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BUCKLAND, Michael K. What Is a “Document”? **Journal of the American Society for Information**, North Carolina, v. 48, n. 9, p. 804-809, Set. 1997.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte: 2003.
- COGGIOLA, Oswaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- ERIK MAI, Jens. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias of classification. **Knowledge Classification**, v. 43, n. 5, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: Globo, 2010.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.
- FROHMANN, Bernd. **O caráter social, material e público da informação**. In: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 17-34.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.93-111, out./dez. 2013.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998. (Como fazer)
- HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. **História Social**, nº 3, p. 127-154. Campinas, 1996.
- LATOURE, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs). *O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. Secretaría de Derechos Humanos. **Espacios de memoria en la Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos, 2015.

MENESES, Ulpiano. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.

MENESES, Ulpiano. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conf.10o Encontro Paulista de Museus - Memorial da América Latina. 18.07.2018

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, v 2, Ano 2, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

REÁTEGUI, FÉLIX (Org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.


ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

TÁLAMO Maria de Fátima G. M.; SMIT, Johanna. W. Ciência da informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 1, n. 1, p. 33-57, jan/jul, 2007.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THIESEN, Ielécia (Org.). **Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

Apêndice A – Exemplificação de classificação de um Lugar de Memória

<i>Ficha nº 1 - Espacio Memoria y Derechos Humanos (Ex-ESMA)</i>	
Identificação	Espacio Memoria y Derechos Humanos (Ex-ESMA)
Sigla	Ex-ESMA
País	Argentina
Local	Buenos Aires
Endereço	Av. del Libertador, nº 8115, C1429, Nuñez, CABA - Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
Website	http://www.espaciomemoria.ar
Redes Sociais	Facebook (https://www.facebook.com/espaciomemoria) Twitter (https://twitter.com/espacio_memoria) Instagram (https://www.instagram.com/espaciomemoria/)
Contato	e-mail: prensa@espaciomemoria.ar / info@espaciomemoria.ar telefone: +54 11 47029920
Identidade Visual	
Tipo	Arquivo, Centro Cultural, Memorial, Monumento, Museu
Natureza Jurídica	Público
Situação Patrimonial	Tombado
Histórico de Patrimonialização	Em 1998, foi determinada a mudança da “Escuela de Mecanica de la Armada” (ESMA), do grande complexo situado na cidade de Buenos Aires, o qual deveria ser demolido e ali construído um memorial para a “reconciliação nacional”. A medida foi barrada judicialmente por familiares de vítimas que ali estiveram sequestradas. Em 2004, o complexo foi declarado patrimônio nacional e todos os edifícios foram desocupados em 2007 para destinar o complexo inteiramente à promoção da memória e defesa dos Direitos Humanos.
Data de Inauguração	2008
Composição	Atualmente funcionam no complexo pelo menos quinze instituições: <ol style="list-style-type: none"> 1. “Ente Público Espacio para la Memoria y la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos”; 2. “Museo Sitio de Memoria ESMA”; 3. “Casa por la Identidad/Abuelas de Plaza de Mayo”; 4. “Casa de Nuestros Hijos/Abuelas de Plaza de Mayo Línea Fundadora”; 5. “Espacio Cultural Nuestros Hijos (ECuNHí)”; 6. “Casa de la Militancia H.I.J.O.S.”; 7. “Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas” 8. “Equipo Argentino de Antropología Forense” 9. “Memoria Abierta” 10. “Secretaria de Derechos Humanos de la Nación” 11. “Archivo Nacional de la Memoria” 12. “Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti”

	<p>13. “Museo Malvinas”</p> <p>14. “Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH)”</p> <p>15. “Contenidos Públicos Sociedad del Estado”</p>
Descrição	<p>Este Lugar de Memória está situado onde antes foi a sede da “Escuela de Mecânica de la Armada” (ESMA), o maior e mais emblemático centro de tortura e detenção clandestino da última ditadura militar argentina (1976-1983). Trata-se de um complexo de ruas e edifícios, com cerca de 17 hectares, localizado na Avenida del Libertador, local movimentado na zona norte da capital Buenos Aires. Atualmente, o espaço abriga as sedes de órgãos públicos de defesa dos Direitos Humanos, centros de desenvolvimento de atividades de Organizações da Sociedade Civil, um arquivo, dois museus, um monumento em homenagem às vítimas e um centro cultural. Esta instituição de memória tem como objetivo apontar criticamente para compreensão sobre a implementação do Terrorismo de Estado na Argentina, suas consequências no presente e contribuir para consolidar uma cultura democrática e exercício pleno dos Direitos Humanos.</p>
Histórico	<p>A ESMA, anteriormente tratava-se de uma academia militar da Marinha argentina, fundada em 1924, ano em que se iniciou a construção dos edifícios deste complexo. Durante a última ditadura militar argentina, entre 1976 e 1983, esta se converteu em um ponto chave do plano de tortura, sequestro, extermínio e roubo de bebês da ditadura, onde passaram ou desapareceram mais de 5 mil pessoas aproximadamente. Na maternidade clandestina que funcionava no local, estima-se terem nascido cerca de 34 crianças. Em 24 de março de 2004, no 28º aniversário do golpe de Estado de 1976, foi anunciada a criação do espaço. A desocupação foi concluída em 2007. Em maio de 2015 se inaugurou o Cassino dos Oficiais, uma intervenção museológica que mostra o funcionamento do centro clandestino de detenção, a partir de testemunhos de sobrevivente apresentados em causas judiciais constantes no informe da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP).</p>
Ações Desenvolvidas	<p>Além dos espaços de visitação, abertos ao públicos e servir como sede de órgãos estatais, a instituição desenvolve ações como: cursos profissionalizantes, programas educativos em escolas, oficinas de artes, cultura e debate de temas atuais.</p>

Organização do Conhecimento em Perspectiva Social: Tesouros e o Compromisso com a Diversidade Cultural

Knowledge Organization in Social Perspective: Thesauri and the Compromise to Cultural Diversity

Pablo Gomes (1), Maria Guiomar da Cunha Frota (2)

(1) Universidade Federal de Minas Gerais, pablogomes.pg@gmail.com. (2) frotaguiomar@yahoo.com.br

Resumo

Os Sistemas de Organização do Conhecimento podem possuir formações linguísticas e conceituais de opressão e de exclusão social. É parte do dever da Ciência da Informação estar vigilante à perpetuação de discursos sedimentados e que acabam por reafirmar ofensas, preconceitos e humilhações a determinados grupos de pessoas, principalmente aqueles apontados como marginalizados, ou seja, que não fazem parte do grupo dominante e que mantêm o poder social. Na busca por essa diversidade, faz-se uma apreensão da literatura da área sobre como os tesouros podem tornar-se mais inclusivos e sobre o papel das garantias semânticas, em específico da garantia filosófica, literária e cultural. Nessa pesquisa, aponta-se a necessidade de revisão dos modelos de construção de tesouros, para que possam ser mais abertos e inclusivos a uma diversidade cultural presente na sociedade atual, a qual é formada por atores sociais que reivindicam seus espaços e suas representações. Para tanto, são sugeridas orientações aos procedimentos de construção de tesouros que permitam a receptividade da garantia cultural.

Palavras-chave: Tesouros; Diversidade cultural; Organização Social do Conhecimento; Garantia cultural.

Abstract

The Knowledge Organization Systems can have linguistic and conceptual formations of social oppression and exclusion. It is part of the duty of Information Science to be vigilant in perpetuating seditious discourses, which end up reaffirming offenses, prejudices and humiliations to certain groups of people, especially those who are labeled as marginalized, that is, who are not part of the group dominant and maintaining social power. In the quest for this diversity, the literature of the area on how thesauri can become more inclusive and on the role of semantic warrant, specific to the philosophical, literary and cultural warrant, is apprehended. This research points out the need to revise the thesaurus construction models so that they can be more open and inclusive to a cultural diversity present in today's society, that formed by social actors who claim their spaces and representations. To this end, guidelines are suggested for the construction of thesauri procedures that allow cultural warrant receptivity.

Keywords: Thesaurus; Cultural diversity; Social Organization of Knowledge; Cultural warrant.

1 Introdução

Como construir tesouros para algumas áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais? É uma pergunta cuja resposta parece bem simples: seguindo os modelos de construção de tesouros. Mas surgem outras perguntas quando analisamos mais atentamente tais modelos: eles dão conta da complexidade de áreas que mudam tão constantemente em termos de temas e de problemáticas? Eles abarcam e tratam de temas que também são objeto de disputas no campo político e social? Esses modelos permitem a inclusão de diversidade cultural tratada por essas ciências? A resposta a essas perguntas é que para abarcar a complexidade que envolve a representação da diversidade cultural é necessária uma análise crítica e uma adaptação ou criação de novos modelos. Há tempos os Tesouros se tornaram instrumentos de uso de bibliotecários e de profissionais da informação para a representação da informação, datando da década de 50, portanto, quase 70 anos. Durante esses anos, nos quais os tesouros contribuíram para facilitar tanto a

representação como a recuperação da informação, pouco se pensou sobre as relações de exclusão que podem resultar da ausência de uma análise mais crítica das formas de representação da diversidade.

Se falamos de uma linguagem, nesse caso, a Linguagem Documentária (LD), precisamos entender que o uso de determinados termos em certos contextos possuem relevância por perpetuar formas de opressão social, entendidas no contexto dessa pesquisa como estruturas que são ofensivas, preconceituosas e humilhantes a determinados grupos de pessoas, principalmente aqueles apontados como minorias, consoante às mulheres, negros, LGBTs e outros.

Para dar conta da parte terminológica e conceitual dos tesouros, foram incluídos aos processos de construção de tesouros garantias que visavam a manutenção da qualidade semântica. Algumas ganharam destaque, como a garantia filosófica, literária e de uso. Outras, como a garantia cultural, não conseguiram lugar no campo prático da área em grande escala. Tais garantias são as responsáveis pelo conteúdo que esses tesouros

terão associados a eles, sejam eles para uma diversidade ou para manutenção de discursos de exclusão social.

Por buscarem a redução semântica de um termo e conceito em uma determinada área do conhecimento, levando em consideração a Linguagem Especializada (LE) do campo, os tesouros precisam estar atentos aos entrelaçamentos sociais que determinadas formações linguísticas podem refletir sobre o acervo e a comunidade de usuários. Com isso, é necessária a adoção de garantias que permitam uma inclusão, como é o caso da garantia cultural.

Já faz parte do repertório da literatura sobre Organização do Conhecimento que LDs como Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação Decimal de Dewey (CDD) possuem formações com notações que promovem, a título de exemplo, a intolerância religiosa, como foi o caso apresentado por Trivelato e Moura (2017) ao analisarem a CDU. Essa pesquisa, assim como várias outras, nos leva a retomar a discussão da neutralidade da ação informacional.

Os tesouros não se afastam dos instrumentos de classificação apontados acima, pois são representações simplificadas da estrutura conceitual de uma área por meio de uma estrutura linguística hierárquica. Em seu processo de construção, acabam ficando sob o julgamento daqueles que participaram tomando decisões que implicam em interpretações e pontos de vista parciais.

Guimarães e Pinho (2007) afirmam que os sistemas de representação repercutem padrões pré-estabelecidos por aquele que foi o idealizador do instrumento de organização do conhecimento. Portanto, é utópico falar em sistemas, instrumentos ou ação informacional neutra, já que estará implicado implicitamente no processo as visões de mundo dos elaboradores de tais elementos. É necessário pensar a passagem de uma neutralidade para uma ação ética, isto é, mudar o pensamento de que há uma neutralidade na atividade informacional para uma atividade informacional ética, preocupada com o impacto que cada ação pode refletir.

O entendimento dos autores anteriormente citados também é dado por Barité (2011), ao entender que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) quando estão entranhados com as visões de mundo de uma única cultura acabam por ser excludentes de assuntos de outras culturas além daquela que foi privilegiada na construção do Sistema.

A crítica dos autores sobre a condução de construção de um SOC, em termos limitadores, seja pela interpretação que o idealizador produz no instrumento ou pela visão de mundo que uma única cultura pode oferecer, pode ser produtora de opressão social ao dar

continuidade a discursos dominantes, e que podem ser ofensivos a determinado grupo de pessoas.

Para tanto, essa pesquisa teve como pergunta norteadora: como tornar os procedimentos de construção de tesouros mais adequados a áreas como das Ciências Humanas e Sociais por meio da garantia cultural e ampliando a diversidade cultural? O objetivo geral foi propor orientações dentro dos modelos de construção de tesouros que dessem abertura à diversidade cultural, por meio da garantia cultural, e conseguissem dar conta da complexidade dessas ciências.

2 Tesouro e a Diversidade Cultural

Vivemos tempos de construção social onde as minorias, aqueles deixados à parte na estrutura da sociedade, reivindicam seus espaços e suas vozes. Temos, dessa forma, a necessidade de repensar todos os elementos sociais com o intuito de dar o devido espaço a todos aqueles que fazem parte e contribuem para a construção da sociedade. Isso implica na inclusão da diversidade cultural em todos os setores, seja no âmbito do trabalho, acadêmico, político, científico, informacional, entre outros.

É ponto nuclear, para que se alcance uma diversidade cultural no âmbito informacional, que todas as instâncias de estudo da Ciência da Informação (CI) se preocupem com a questão da inclusão social das minorias. A Organização da Informação e do Conhecimento deve partir em busca de representar, através dos seus instrumentos, de suas ferramentas e de seus produtos informacionais, as várias formas de diversidade cultural, para que disso importe uma maior identificação dos usuários, das instituições, dos sistemas ou dos serviços de informação.

Os tesouros são instrumentos de Organização da Informação amplamente utilizados por profissionais, como bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros. Durante muito tempo esses instrumentos foram conhecidos por serem facilitadores da representação e recuperação da informação. Contudo, os avanços das TICs proporcionaram uma maior interação cultural ao nível mundial numa velocidade inimaginável a sessenta anos atrás, e os tesouros não conseguiram acompanhar a expectativa de indexação de informações que abrangessem uma diversidade cultural a nível global.

Um dos elementos que acabaram provocando essa falta de representatividade nos tesouros foi a sua característica de ser portador de uma única voz, ou seja, de um único discurso, geralmente o científico-acadêmico. Essa característica proporcionava o que Cintra et al. (2002) e Dodebei (2002) chamam, de “economia”. Não sendo esta no sentido de área do conhecimento, mas em relação a uma economia de

significado, pois reduz a abrangência de um termo dentro de um contexto.

Entretanto, abrir a possibilidade de inclusão de várias vozes em um mesmo tesouro não significa tirar a sua característica de limitação contextual. Pensar na possibilidade dos tesouros para acolher os pontos de vista e valores de mais de uma cultura remetem aos estudos da hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2002). Essa sendo a habilidade de um SOC de incorporar mais de uma visão de mundo no processo de representação do conhecimento. A autora mencionada busca incluir como ponto de discussão nos SOCs as diversas culturas como um fator preponderante ao cumprimento de uma postura ética. Dessa forma, a hospitalidade cultural traria ao tesouro uma multiplicidade de vozes.

A cultura “conduz-nos a um universo conceitual complexo, constituído por inúmeras vertentes teórico-ideológicas que reflete nas diferentes visões sobre sua concepção e dimensões existentes” (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014, p. 39). Nesse sentido, é necessário que os tesouros, assim como outros SOCs, sejam sensíveis à inclusão de pontos de vistas e de valores compartilhados por várias comunidades possíveis de interesse nas informações representadas.

Os tesouros como sistemas de representação da realidade não podem ser excludentes ou discriminatórios das formas como as diferentes pessoas, comunidades e culturas veem determinada apreensão sobre algo ou alguém. No momento que os tesouros deixam de incluir perspectivas sobre um mesmo objeto, eles acabam por colocar de lado uma comunidade de possíveis usuários do sistema de informação, primeiro por esses usuários não conseguirem se comunicar com o sistema e segundo por não se virem representados ou não incluídos.

Vivemos em um mundo onde as interações culturais se tornaram muito próximas e acabaram por provocar o que García Canclini (2015) chama de “culturas híbridas”. No entendimento do mencionado autor, essa hibridização é o processo de interação de diferentes culturas que acaba provocando uma mesclagem cultural. Essa percepção, de culturas híbridas é necessária para a Organização da Informação no momento em que falamos de uma diversidade de pessoas, de culturas diferentes, acessando, interagindo e recuperando informações no mesmo sistema de informação.

Em se tratando de Organização do Conhecimento, é possível analisar que esses princípios se adequam às atividades, mas não a todos os processos que hoje permeiam esse trabalho. É necessário, então, uma reformulação desses processos para que se adaptem à inclusão da diversidade cultural. Uma possibilidade é a inclusão de garantias além das literárias e de uso, que são as mais utilizadas, para incluir a garantia cultural.

3 Garantias na Construção de Tesouros

As garantias são estudadas no contexto dos SOCs e a literatura específica em CI demonstra uma grande produção relacionada aos sistemas de classificação. Entretanto, a aplicação dessas garantias convém também ao estudo e à construção dos tesouros.

Tennis (2005) aponta que a garantia é a racionalização da escolha de um termo ou de conceito para ser incluído ou não em um vocabulário controlado, pois é ela que irá dar os limites necessários para a inclusão ou para a exclusão com base na terminologia. Assim, Feinberg (2010, p. 492, tradução nossa) afirma que é a garantia que “define as fontes potenciais e a razão pela qual um designer de classificação determina o conteúdo da classificação”.

Os tesouros são construídos e formados tendo por base decisões que não podem ser meramente da vontade ou da personalidade de alguém ou de um grupo específico. É necessária a construção de bases sólidas para a tomada dessas decisões, que, geralmente, estão relacionadas à inclusão, à exclusão ou à realocação de termos dentro do tesouro. As garantias, então, “são importantes para validar os conceitos e termos usados para representar um dado domínio” (DIAS, 2015, p. 10). Seguindo esta linha de pensamento, Zeng (apud Carlan, 2010, p. 31) indica que “o processo de seleção de termos e os testes sob os princípios da “garantia”, são muito importantes no desenvolvimento de qualquer SOC”.

Sabemos, então, que as garantias são fundamentais para a construção dos SOCs e, mais precisamente, dos Tesouros. Isso porque, como apontado pelos autores supracitados, as decisões sobre a inclusão ou a exclusão de termos devem ter base racional para que não se tornem um instrumento construído com termos coletados aleatoriamente que não irão representar a LE de uma área do conhecimento.

As garantias são muitas e alguns autores divergem sobre a quantidade, mas no contexto dessa pesquisa nos importa a garantia literária, a filosófica e a cultural. A primeira, garantia literária, é a mais comentada quando se fala da construção de LD, como aponta Dias (2015, p. 12): “a garantia da literatura é uma condição necessária para a construção de sistemas de classificação, tesouros e outros vocabulários controlados”. Sua importância vem da terminologia que é guardada na literatura especializada de uma área do conhecimento. Assim, essa garantia é aquela que busca nas fontes de informação validação para a tomada de decisão e coleta de termos e de conceitos que farão parte do SOC.

Essa é uma visão positivista da representatividade de um termo para uma área do conhecimento. Entretanto, é apontado pela norma técnica da American National Standards Institute/National Information Standards

Organization (ANSI/NISO, Z39.19 de 2005) como um elemento indicativo para assegurar a qualidade semântica. Podemos verificar este fato no próprio conceito apresentado para garantia literária, onde essa é a “justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por sua ocorrência frequente na literatura” (NATIONAL..., 2005, p. 6, tradução nossa).

Como dito, todo o processo envolvido na garantia literária busca encontrar nos títulos que estão documentados a base para a proposição de um SOC. Como geralmente os SOCs são elaborados para uma área específica, busca-se na linguagem que a comunidade de especialistas usa para apontar aquilo que é mais adequado.

Já a garantia filosófica, que também pode ser encontrada como garantia científica “consistente com o consenso científico e filosófico e baseia-se na autoridade da academia e de pesquisa” (GUEDES; MOURA, 2016, p. 83). Para tanto, a construção de SOC deveria voltar-se à ciência, ou às práticas científicas, para a tomada de decisão quanto à elaboração do sistema. Esse é um dos modos de se ver e de construir os SOCs, baseado em uma maior estabilidade e maior padronização.

Com isso, pode-se haver uma garantia que está muito próxima ao objetivo das LDs, pois estas buscam uma padronização da linguagem dentro de um sistema de informação. Entretanto, vale ressaltar que as LDs buscam uma padronização e não uma regularidade do uso da linguagem, tanto é que vários autores comentam sobre a necessidade de revisão e adequação dos termos das LDs. Bilss (apud Guedes; Moura, 2016, p. 83) comenta que

a importância do relacionamento de princípios baseados em estruturas clássicas do pensamento para o desenvolvimento de um sistema classificatório e sugere aliar princípios práticos, lógicos e filosóficos na orientação no desenvolvimento dos esquemas classificatórios.

Beghtol (1986) indica que a garantia filosófica é apontada como a mais indicada para a construção de SOC por buscar na ciência, ou na academia, a base para a identificação do que possui relevância para o sistema. Isto se dá devido à constância que a ciência possui sobre os assuntos e temáticas. Sua estabilidade, em termos de linguagem, variaria menos que a utilizada pelo especialista de uma área ou pelos usuários.

Por fim, a garantia cultural ganhou destaque principalmente com Beghtol, em 1986, em seu artigo “Validade semântica: conceitos de garantia em sistemas de classificação bibliográfica” (tradução nossa). Essa garantia significa que em “qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e

útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura” (GUEDES; MOURA, 2016 p. 13). Os autores ainda apontam que

a perspectiva da garantia cultural é um modo de alcançar noções e ideias de difícil reconhecimento por demais parâmetros semânticos em que, tanto as comunidades de usuários possam se identificar como os SOCs sejam capazes de representar abstrações destas ideias (p. 14).

A garantia cultural é, então, o meio de inserção dos valores dos usuários em um SOC que, posteriormente, será acessado pelo próprio usuário. Isso faz com que ele tenha uma maior aproximação com o sistema de informação, pois este irá refletir sobre alguns de seus pressupostos, de seus valores e de suas predisposições, como apontaram os autores.

Pinho (2006, p. 64), trazendo o entendimento de Beghtol diz que a garantia cultural é uma “forma de flexibilizar os sistemas de organização e representação do conhecimento a abrangerem aspectos relativos à diversidade cultural a serem representados”. Essa colocação é importante, pois cada grupo cria e faz parte de uma cultura específica. Se os SOCs puderem agregar, essas especificidades culturais se tornarão, como coloca o autor, mais flexíveis, pois darão ao usuário uma localização de uma perspectiva conhecida e compartilhada por ele.

No entendimento de Gracioso (2010), a inclusão da garantia cultural seria uma forma de reforçar as relações semânticas dentro dos SOCs. Desta maneira, ao final da elaboração de um SOC existiria uma relação de significados mais próxima ao conhecimento dos usuários desses sistemas. É de certa forma previsível que, com essas relações mais próximas culturalmente dos usuários, os profissionais da informação poderiam entender melhor as relações de significado no momento de seus trabalhos com a informação.

Outra colocação que Beghtol (2002) faz, e que é reconhecida por Guedes (2016), é quanto o entendimento da garantia cultural como um conceito guarda-chuva que abrigaria todas as outras garantias. Deste modo, elas seriam uma forma de complemento que daria aporte à garantia cultural. Essa ilustração do guarda-chuva foi dada pela autora já em 1986 e ganhou um retorno com Guedes (2016) e Guedes e Moura (2016).

Por último, Beghtol (1986, p. 121, tradução nossa) indica que

garantias culturais influenciam a operacionalização racional subjacente sobre o qual os sistemas de classificação dependem de significado e utilidade. Para investigar a garantia cultural além do nível intuitivo ou observacional, as técnicas e os resultados de campos como sociologia, sociologia do conhecimento e antropologia social/cultural deveriam ser aplicados ao estudo dos sistemas de classificação bibliográfica.

Entende-se, então, que para a inclusão dessa garantia seria necessário recorrer a técnicas sociológicas que dessem conta da parte cultural para ser inserida dentro do SOC. Algumas que podem ser indicadas são aquelas destinadas à coleta de dados, à entrevista, ao grupo focal, à observação, e que poderiam ser utilizadas para entender o processo de significação dos elementos a serem incluídos no Sistema, com intuito de torná-lo mais diverso em termos visões de mundo.

4 Procedimentos Metodológicos

As estratégias metodológicas foram sistematizadas com intuito de possibilitar a análise dos procedimentos de construção de tesouros e de fazer indicações que possibilitem torná-lo mais aberto e receptivo a uma diversidade cultural.

Inicialmente, buscaram-se os modelos de construção de tesouros que pudessem subsidiar a análise. Dentre os vários encontrados, o Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouros (MMICT), em anexo I, apresentou-se como o mais adequado no contexto dessa pesquisa empírica. Esse modelo foi proposto por Cervantes (2009) em sua tese de doutorado em CI. O intuito do seu trabalho era sistematizar os vários modelos, normas e autores para criar um modelo integrado em etapas e instruções procedimentais.

Por ser um modelo que estruturou e compilou as etapas de construção em um único instrumento, facilitou e reduziu os esforços da pesquisa. Entretanto, cada etapa proposta no MMITC foi decomposta para entender de forma mais complexa cada uma das instruções indicadas. Com isso, ocorreu o retorno às fontes usadas pela pesquisadora.

Em seguida, ocorreu a leitura crítica do modelo e do construto teórico sobre garantia cultural para uma comparação e associação que adequasse às orientações que são dadas pelos modelos de construção que tem como base a garantia filosófica e literária. Por fim, as orientações coletadas foram categorizadas para facilitar a inclusão de propostas que possibilitassem a abertura do modelo à garantia cultural.

5 Análise e Discussão dos Resultados

Após a análise inicial do modelo, perceberam-se quatro elementos fundantes no processo e que foram categorizados com intuito de facilitar a compreensão dos dados obtidos na leitura do modelo e de suas orientações. As categorias percebidas foram: a) as pessoas; b) os materiais; c) os métodos e d) os processos.

Seguiu-se então para a inclusão de elementos que dessem possibilidade de o tesouro possuir uma hospitalidade cultural. Com isso, em cada uma das

categorias foram pensadas estratégias que possibilitassem a inclusão de mais de uma voz no tesouro final, isto é, mais vozes além da ciência e da academia, que foram outorgadas pela garantia filosófica como as detentoras da LE de uma área.

A intenção foi abrir a possibilidade de haver a participação de outros atores sociais e que contribuam, na dinâmica diária, para a construção da LE de uma determinada área. Limitar a ciência e a academia como as detentoras legítimas dessa linguagem seria reduzir a importância dos outros atores e abrir lacunas que contribuíssem para opressão social e, também, para a perpetuação de discursos que estão sedimentados, mas que precisam ser revistos.

É com base nesses quatro elementos que foi feita a análise dos dados obtidos.

5.1 Pessoas

No MMITC é possível identificar dois grupos de pessoas envolvidas na construção de tesouros. O primeiro grupo é formado pelos profissionais da informação que aplicam o modelo e gerenciam a sua execução. O segundo grupo é o de pessoas que são “consultores” para assegurar ao processo a qualidade semântica necessária a um instrumento que representa conceitualmente uma área do conhecimento.

Os dois foram divididos e apresentados em grupos separados, pois cada grupo mantém relações diferentes com o processo de construção e que não se confundem. A formação do primeiro grupo independe do segundo, contudo o contrário não é verdade, pois o segundo grupo dependerá das escolhas feitas pelo primeiro. A diferenciação das pessoas em grupos foi importante para fazer as indicações específicas a cada um, dado que não são orientações gerais e que abrangeriam todos os envolvidos.

No grupo dos profissionais envolvidos na construção, incluem-se orientações voltadas à formação de uma equipe multidisciplinar e que tenha uma visão e um posicionamento crítico direcionado à visão de mundo que o tesouro em construção busca ter. A questão que se envolve nesse momento é a postura ética de tais profissionais para a busca de uma maior inclusão cultural. Saber que o trabalho que será desenvolvido irá refletir sobre como a comunidade de usuários dos sistemas de informação irá se identificar.

Quanto ao segundo grupo, formado pelos consultores, a orientação dada pela autora do modelo baseada nos instrumentos por ela utilizados é que sejam procurados especialistas. A autora deixa vago o entendimento de quem é o especialista, mas, partindo que a base dos instrumentos por ela utilizados tem foco na garantia filosófica, entende-se que a indicação do especialista é

aquele com formação acadêmica que o permita usar tal titulação.

É necessário apontar que é um grupo que resguarda grande importância sobre o resultado final do tesouro. Nas orientações encontradas sobre o papel dessa equipe a principal era de que eles orientariam sobre a composição dos materiais bibliográficos que serão consultados para a pesquisa terminológica e para direcionamentos sobre a estrutura conceitual da área. Isso importa ao ponto que além das visões de mundo do primeiro grupo, as do segundo também devem estar alinhadas. Esses entendimentos devem ser baseados na busca pela diversidade e tolerância.

Para trazer uma diversidade na composição desse segundo grupo, sugere-se a inclusão também de pessoas fora da academia e da ciência. Não é um caso de exclusão da participação desse perfil de colaborador, mas a inserção de outras pessoas, por exemplo, de movimentos sociais, da prática técnica da área do conhecimento, de pessoas que trabalham em instituições afins com o tesouro e outros.

Com essa formação mais diversa da equipe de consultores, é possível a troca de conhecimentos, de terminologias, de perspectivas, de pontos de vista, que serão fundamentais para que o tesouro seja hospitaleiro a uma diversidade cultural. A multiplicidade de vozes na construção não implica a inclusão de vários termos para um mesmo conceito, ou vários conceitos para um termo, mas sim a possibilidade de uma equipe diversificada possa de forma colaborativa chegar a consensos e auxiliar a equipe de elaboração nas tomadas de decisão.

As escolhas das equipes irão importar quão receptivo ele será às diferenças e à diversidade. Dependendo da condução das equipes, pode somente ocorrer a condução de formas sedimentadas, opressoras e preconceituosas, mas pode trazer também a abertura a uma diversidade cultural que é característica da sociedade atual.

5.2 Materiais

Entende-se para os modelos tradicionais de construção de tesouros que a terminologia de determinada área está registrada em algum suporte, que são os materiais. Sendo mais específico, pelas orientações do modelo analisado e dos outros que subsidiaram sua elaboração, são os materiais bibliográficos.

Nesse momento, volta-se às orientações dadas pela garantia filosófica, mas com o acréscimo da garantia literária. A junção dessas duas garantias traz a diretriz de que os materiais a serem utilizados precisam ser os criados dentro da academia ou pela ciência, garantia filosófica, e que o suporte e formato informacional seriam as fontes bibliográficas (livros, dicionários

especializados, manuais, periódicos, anais de congressos e outros), por conta da garantia literária.

Na orientação pelos materiais bibliográficos produzidos pela ciência e pela academia destaca-se em várias das instruções presentes nos modelos de construção de tesouros. Entende-se que a LE de uma área surgiria e seria criada pelos especialistas, novamente, aqueles com formação acadêmica, por isso buscar nesses materiais pela terminologia especializada.

Entretanto, pensar dessa forma, principalmente nas ciências humanas e sociais, apresenta certas complicações, pois se exclui da complexidade de uma área os atores sociais e suas produções de informação e de conhecimentos, que contribuem para a constituição, organização e manutenção das discussões e que podem não ter sido criados por aqueles com formação acadêmica empossados do título de especialista, mas que não deixam de manter em uma linguagem de comunicação distinta de tantas outras. Isso importa que exista uma comunicação especializada fora da ciência e da academia, que muitas vezes são postas de lado para a criação de tesouros e outras LD.

Como forma de quebrar essa manutenção da ciência como detentora da LE de uma área no processo de construção de tesouros, indica-se a inclusão de fontes diversas. Tem-se como exemplos possíveis para entender e coletar a terminologia livros, jornais e revistas não acadêmicos, boletins de movimentos sociais, entrevistas, documentários, depoimentos, testemunhos etc.

É necessário também pensar no rompimento do uso de materiais escritos. Fontes audiovisuais podem ser importantes fontes para coleta da terminologia de determinada área, como é o caso da Justiça de Transição no Brasil, ramo que coletou muitos testemunhos de vítimas da ditadura militar brasileira e que mantém incorporado em seus relatos visões de mundo e de terminologias que são específicas deles, mas que em certo ponto também é compartilhada pela ciência.

Há novamente a necessidade de reafirmar que não são orientações para a exclusão e invalidação da importância da ciência e da academia para a construção dos tesouros, mas sim a inclusão de novos atores e de materiais criados por eles em seus movimentos, em suas lutas sociais e nas práticas que envolvem o desenvolvimento de uma área do conhecimento.

5.3 Métodos

Os métodos compreendem a forma de sistematização para a construção do tesouro. É por meio desse conjunto de orientações, que também representam escolhas da equipe, que importará quão próximo ou distante o instrumento final estará de uma

representação com qualidade suficiente da área a qual se pretende desenhar.

São utilizados como métodos principais indicados no MMIT e suas fontes a Análise Documentária e a Leitura Técnica das obras. A segunda faz parte do procedimento indicado na primeira, isto é, a Leitura Técnica é uma parte dos procedimentos que compreendem o que vem a ser a Análise Documentária.

Para encontrar os conceitos e termos mais relevantes dentro do *corpus* documental, é necessária a escolha de uma técnica que permita a identificação destes sem que seja preciso a leitura de todos os documentos em sua totalidade. Assim, surge a Análise Documentária, que é amplamente utilizada por profissionais da informação e estudada pela Ciência da Informação.

O processo da Análise Documentária inicia com a leitura do documento até a redução dele em “produtos” que facilitem a recuperação e a disseminação da informação. Um desses produtos são os termos representativos de conceitos que estão presentes nos documentos consultados. Isso implica que esses termos coletados serão utilizados para a construção conceitual da área escolhida para o tesauro. Vários autores colocam a necessidade de compreensão da estrutura do texto como objetivo para uma boa leitura, portanto, conhecer as macroestruturas do texto. Isso implica na utilização de documentos com estruturas padronizadas e que possibilitem essa leitura com direcionamentos predefinidos. Para prover diretrizes para a Análise Documentária, surgiu a NBR 12676/1992. Nela também aparece a leitura das obras como forma de identificar termos e conceitos relevantes. Contudo, percebe-se uma relação de padronização dos procedimentos.

A nova proposta para os métodos de construção de tesouros é a utilização de procedimentos mais abertos. Pensando na proposta de Beghtol (1986) de utilização de técnicas de investigação da sociologia, da sociologia do conhecimento e da antropologia social, indica-se, para alcançar uma aproximação e uma abertura à garantia cultural, a utilização de técnicas utilizadas para a coleta de dados nas pesquisas dessas áreas. Entende-se, então, que para a inclusão dessa garantia seria necessário recorrer a técnicas sociológicas que dessem conta da parte cultural para ser inserida dentro do SOC. Algumas técnicas que podem ser indicadas são a entrevista, o grupo focal, a observação, que poderiam ser utilizados para entender o processo de significação dos elementos a serem incluídos no Sistema, com intuito de torná-lo mais diverso em termos culturais.

Esses instrumentos de coleta de dados seriam indicados para o recolhimento da opinião dos consultores, aqueles que possuem conhecimento, não somente o

conhecimento científico e acadêmico, mas também da área analisada. É uma forma de fazer a aproximação desses consultores com a equipe de construção do tesauro. Como compreendem técnicas de coleta de dados, nesse caso, principalmente opiniões, é necessária a indicação de técnicas para compreender o que se coletou. Parte do trabalho coletado será de fácil entendimento, mas a outra parte, que não é tão explícita, precisa de métodos que ajudem a equipe a entender o que foi dito pelos consultores. O uso da análise do discurso e análise de conteúdo pode ser eficaz nesse momento.

Após as indicações de documentos a serem utilizados para a coleta terminológica, faz-se necessária a análise de tais documentos para verificar se seus entendimentos de mundo se alinham com a visão que o tesauro irá refletir. Com isso, importa novamente o uso das técnicas de análise do discurso e análise de conteúdo. Como livros, artigos, vídeos e outros documentos refletem culturalmente visões de mundo daqueles que os escreveu, é necessário um alinhamento das obras com o instrumento que se pretende construir.

Como é necessário percorrer as obras para a coleta de termos e de conceitos fundamentais, a leitura continua como um procedimento necessário. Entretanto, indica-se a utilização de uma leitura menos padronizada, pois leva em consideração materiais mais diversos que aqueles propostos nos modelos tradicionais.

Portanto, é necessária a criação de estratégias de leituras voltadas a cada tipo de fonte terminológica. As mais usuais são as bibliográficas e que possuem sistematizações na literatura da Ciência da Informação. Entretanto, as fontes mais diversas, como depoimentos, documentários, documentos pessoais e documentos administrativos, precisam de estratégias de leitura mais abertas, pois não se constroem de forma tão padronizada. Assim sendo, as estratégias seriam caminhos predefinidos, mas não fechados, com o qual o profissional iria perfazer para identificar termos e conceitos relevantes para a inserção no tesauro.

5.4 Processos

Os processos no Modelo analisado parecem reportar às formas mais padronizadas possíveis. Essa deve ter sido uma característica que permitiu que houvesse uma grande expansão da construção de tesouros, pois quando a complexidade de construção desses instrumentos é restringida aos procedimentos padronizados, facilitam o processo de construção. Processos padronizados auxiliam a criação de processos automatizados.

Para uma mudança voltada à garantia cultural, o processo precisa levar em consideração as especificidades de cada área. Algumas áreas possuem

características que tornam difíceis a utilização de modelos tão padronizados como o MMIT. Áreas ainda em construção e que estão imbricadas de lutas e disputas sociais no campo material e simbólico são um bom exemplo, pois a terminologia da área ainda é de difícil entendimento. As disputas tornam o processo envolto em decisões complexas e que de certa forma representam inclusões e exclusões. Portanto, é necessário que sempre se volte às formas de inclusão e a uma perspectiva ética que tenha como norte as visões de mundo diversas que se adequem ao objetivo do tesouro.

O processo, com todas essas transformações, necessitará de profissionais envolvidos na construção e que tenham conhecimentos e habilidades para trabalhar com as fontes terminológicas apontadas, assim como os métodos de coleta das opiniões, leitura bibliográfica e de outras obras. Isso tudo baseado em uma visão crítica que permita o constante questionamento sobre o papel que o tesouro irá desempenhar não só frente à Organização da Informação, mas para além disso: de como ela irá gerar uma identificação com a comunidade de usuários.

6 Conclusão

No decorrer desta pesquisa foi possível entender que a garantia cultural possibilitou uma diversidade de participação de pessoas, de materiais de terminológicos, de métodos e de processos para a construção dos tesouros. As fontes, pessoas e materiais, tradicionalmente focadas nos pontos de vista científico e acadêmico, foram ampliadas para a pluralidade de fontes que também são reconhecidas pela Ciência da Informação. Isso provocará no tesouro a possibilidade de convivência de uma diversidade de pontos de vistas que eram negligenciadas nos modelos tradicionais.

Não foi objetivo desta pesquisa desqualificar ou criticar o MMIT proposto por Cervantes (2009), mas entender e discutir que existem áreas e domínios do conhecimento que não respondem de forma tão padronizada em sua construção conceitual e terminológica. Esse talvez não seja o caso de áreas como as ciências exatas e biológicas, que costumam ter uma constância maior de padrões conceituais e terminológicos.

Ampliar esse Modelo para áreas como as das Ciências Humanas e Sociais é necessário ao ponto que essas não respondem de forma tão clara em sua construção conceitual e terminológica. Há o envolvimento de diversos atores da área, não somente da academia e da ciência. Os movimentos sociais, as instituições e os profissionais constituem a cada dia novas formas terminológicas que findam por afetar o entendimento de inclusão e de exclusão.

Em tempos de revisão de conceitos e de termos que podem representar formas opressoras de poder e que ao mesmo tempo geram exclusão social, é preciso que sejam pensados instrumentos que já incluam em seus procedimentos formas de incorporação de pessoas e de materiais terminológicos que permitam a representação de uma área de forma inclusiva e com uma perspectiva cultural diversa.

Para isso, é necessário pensar além da visão simplista dos tesouros serem somente instrumentos de redução semântica dentro do contexto dos Sistemas de Informação. É preciso que os profissionais da informação estejam atentos ao papel que essa redução possui dentro do acervo e que frente à sua comunidade de usuários possam buscar uma maior diversidade e inclusão de conceitos e de termos. Isso implica tornar os tesouros instrumentos de visibilidade social mais democrática.

Essa pesquisa ainda não representa uma ruptura conceitual das formas tradicionais de construção de tesouros, mas suscita em sua essência uma necessidade de revisão dos modelos, das regras, das normas e das diretrizes de construção de tesouros. Tudo isso para que apresentem formas de orientação que sejam mais dinâmicas e abertas sobre o entendimento de que nem todas as áreas e domínios respondem da mesma forma à construção conceitual e terminológica.

Referencias

- BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. Palabra Clave: La Plata. En línea, v1, n. 1, p. 2-11, 2011.
- BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources & Technical Services*, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.
- BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. *Rev. Interam. Bibliot.*, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014.
- CARLAN, Eliana. Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

- CINTRA, Ana Maria Marques. et al. Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis: APB, 2002.
- DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.25, n.2, p. 7-17, 2015.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.
- FEINBERG, Melanie. Two kinds of evidence: how information systems form rhetorical arguments. *Journal of Documentation*, v. 66 n. 4, p. 491-512, 2010.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *INCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 138-158, 2010.
- GUEDES, Roger de Miranda. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. 2016. 155f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.9, n.2, p. 1-21, 2016.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. *Inf. Inf.*, v. 12, n. 1, p. 2007.
- NATIONAL Information Standards Organization. ANSI/NISO Z39.19-2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.
- PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- TENNIS, Joseph T. Experientialist epistemology and classification theory. *Knowledge Organization*, v. 32, n. 2, p. 79-92, 2005.
- TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Recife: Ed. UFPE, 2017.

Anexo I – Sistematização de etapas da construção de tesouros

MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO	
Sistematização de etapas da construção de tesouros (normalização, literatura e tesouros) - Procedimentos terminográficos	
1. Trabalho preliminar (Orientações gerais/Uso de equipamento automático de processamento de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – escolha do domínio e da língua do tesouro; – delimitação do subdomínio; – estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática; – consulta a especialista do domínio/subdomínio.
2. Método de compilação (Abordagem de compilação)	<ul style="list-style-type: none"> – coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico; – estabelecimento da árvore de domínio; – expansão da representação do domínio escolhido.
3. Registro de termos	<ul style="list-style-type: none"> – coleta e classificação de termos.
4. Verificação de termos (Admissão e exclusão de termos /Especificidade)	<ul style="list-style-type: none"> – verificação, classificação e confirmação de termos; – elaboração de definições; – uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores. – organização das relações entre descritores.
5. Forma de apresentação de um tesouro	<ul style="list-style-type: none"> – trabalhos de apresentação do tesouro.

Fonte: Cervantes (2009, p. 163).

Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da Organização do Conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais

Postcolonial and decolonial perspective in the field of Knowledge Organization: reflections for the construction of multicultural SOCs

Graziela dos Santos Lima (1), Carlos Cândido de Almeida(2)

(1) (2)Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Hygino Muzzi Filho, 737 – Bairro: Mirante – Marília – SP, e.mail: graziela.dsl@gmail.com. (2) e.mail: carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo

Este estudo trata da descolonização do campo da organização do conhecimento, tema fundamental para pensar em um instrumento de representação do conhecimento que traduz conteúdos dos documentos, com o objetivo de representá-lo e facilitar a organização da informação e do conhecimento. Instrumento com perspectiva multicultural que agregue outras culturas e saberes, em especial, os saberes locais e marginalizados. A hipótese que se tem investigado é que a Organização do Conhecimento, como um campo de estudo dentro da área da Ciência da Informação, sobre metodologias, diretrizes, disciplinas, processos de organizar e representar o conhecimento, e suas práticas são ainda de ordem positivistas e com perspectivas eurocêntricas que limitam as representações dos saberes das culturas. Para tanto, o trabalho é de natureza bibliográfica, na qual dar-se-á ênfase aos aportes teóricos da teoria da complexidade e pensamento decolonial com objetivo de refletir acerca dos sistemas multiculturais de organização do conhecimento.

Palavras-chave: Perspectiva pós colonial e decolonial; Organização do Conhecimento; SOCs Multiculturais.

Abstract

This study deals with the decolonization of the field of knowledge organization, a fundamental theme for thinking about an instrument of knowledge representation that translates contents of documents with the purpose of representing it and facilitating the organization of information and knowledge. An instrument with a multicultural perspective that adds other cultures and knowledge, especially local and marginalized knowledge. The hypothesis that has been investigated is that the Knowledge Organization, as a field of study within the area of Information Science, about methodologies, guidelines, disciplines, processes of organizing and representing knowledge, and its practices are still of a positivist and with Eurocentric perspectives that limit the representations of cultural knowledge. To that end, it is a bibliographical one, in which emphasis will be placed on the theoretical contributions of the theory of complexity and decolonial thinking as a perspective to reflect on the multicultural systems of knowledge organization.

Keywords: Postcolonial and decolonial perspective; Organization of Knowledge; Multicultural SOCs.

Introdução

Este estudo trata da descolonização do campo da organização do conhecimento, tema fundamental para pensar em um instrumento de representação do conhecimento que traduzem conteúdos dos documentos com o objetivo de representá-lo e facilitar a organização da informação e do conhecimento (CARLAN; BRASCHER, 2011). Instrumento com perspectiva multicultural que agregue outras culturas e saberes, em especial, os saberes locais e marginalizados. Para tanto, deve-se reconstituir a noção de paradigma e ciência.

Sabe-se que no decorrer do tempo a ciência se remodela, criando novos paradigmas e questionando o seu enfoque epistemológico tradicional, baseado na racionalidade e no pensamento hegemônico eurocêntrico. Consideram-se paradigmas, segundo Kuhn (2011, p.13), as “realizações científicas

universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticante de uma ciência”. Por outro lado, entende-se a ciência como a “unidade sistemática de axiomas, postulados e definições, que determinam a natureza e as propriedades de seu objeto, e de demonstrações, que provam as relações de causalidade que regem o objeto investigado” (CHAUÍ, 2002, p. 252).

Para Kuhn (2011), as mudanças de paradigma não estão nas falhas somente do método, mas também na forma de ver e pensar o mundo a partir de suas crenças, e nessa concepção, praticar a ciência. Santos (2000), a partir de Piaget, trata essa mudança como crise, e por meio de reflexões epistemológicas tenta compreender as mutações das disciplinas, que “significam o pôr em causa a própria forma de inteligibilidade do real que um dado paradigma proporciona e não apenas os

instrumentos metodológicos e conceituais que lhe dão acesso” (SANTOS, 2000, p. 18).

Um exemplo desse fenômeno pode ser a fase de transição da ciência moderna para pós-moderna. Muitos pesquisadores, filósofos e cientistas, tais como: Jürgen Habermas, Michael Foucault, Boaventura de Sousa Santos, Jean-François Lyotard, Bruno Latour, dentre outros, criticaram o método de construção do conhecimento utilizados na modernidade, especialmente os críticos da escola de Frankfurt. Essas transições, mudanças e crises, como diria Piaget, e corroborado por Santos (2000), são declínios que ocorrem na ciência quando um método ou teoria não consegue mais abranger as configurações da atualidade/realidade.

Com relação à construção do conhecimento, Santos (2010) denomina o pensamento moderno de pensamento abissal quando se tratam de cultura, história e política. Esse pensamento é constituído por um sistema de distinções visíveis e invisíveis. Por sua vez, estas distinções, segundo o autor, eram estabelecidas por linhas radicais imaginárias que dividem a realidade social em dois universos distintos. Estes universos foram constituídos a partir de perspectivas que valorizam o conhecimento moderno hegemônico com base europeia e estadunidense, um conhecimento visível e tratado como universal em detrimento dos conhecimentos que não fazem parte desse modelo e, portanto, considerados invisíveis/inexistentes, e que durante séculos foram intencionalmente ignorados pelo colonialismo (GOMES, 2012). Para Quijano, o colonialismo,

refere-se a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. O colonialismo nem sempre implica relações racistas de poder. (QUIJANO, 2010, p.73)

Trata-se de um período de tempo em que as nações latino-americanas estiveram sob o controle da Europa (LOPES; MAGALHÃES 2014). No período moderno e pós-moderno, para os mesmo autores, transcendem o período colonial, a este período é dado de colonialidade, nesse sentido a lógica de dominação independe de um controle territorial em específico.

A popularização da noção de ciência pós-moderna se dá por meio do autor Jean-François Lyotard que vê a perspectiva pós-moderna como “uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 12). Outro acontecimento pós-moderno foi à crítica de Lyotard sobre a linguagem que relata a importância de investir em diferentes códigos linguísticos com o objetivo de facilitar a comunicação (HARVEY, 1994). Outro crítico importante da pós-

modernidade foi Foucault, que, a partir de uma linha estruturalista, inspira movimentos sociais, no que concerne à busca de reivindicações e resistência ao capitalismo (HARVEY, 1994).

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação também sofreram mudanças em torno dos métodos científicos ao longo do tempo. Em se tratando da Biblioteconomia, na modernidade, práticas e saberes tinham um foco muito tecnicista, voltados à organização do acervo, que possibilitou na construção de técnicas de classificação. São saberes biblioteconômicos voltados às práticas e normas de criação, organização e administração das bibliotecas (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

A Ciência da Informação possui resquícios do pensamento moderno, um pensamento epistêmico universalista e imperialista de caráter positivista, cujo discurso científico, jurídico e políticos possuem predominância ocidental (SPAREMBERGER; DAMÁZIO, 2016), no que concerne às práticas de classificação, organização da informação e do conhecimento, originária da Biblioteconomia e da Documentação, serviu epistemologicamente para construir o Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU).

A hipótese que se tem investigado é que a Organização do Conhecimento, como um campo de estudo dentro da área da Ciência da Informação, que trata de metodologias, diretrizes, disciplinas, processos de organizar e representar o conhecimento e suas práticas, são ainda de ordem positivistas e com perspectivas eurocêntricas que limitam as representações dos saberes e culturas situados no sul global (SANTOS, 2010).

Nesse sentido, se impõe a seguinte questão: por que ainda utilizamos os sistemas de classificação, nesse caso a CDD e a CDU, nas bibliotecas brasileiras para representar a cultura afro-brasileira? O argumento principal é de que a ciência passou por modificações que alteraram paradigmas. Porém, o que ainda se nota, é um paradigma amparado por uma ideologia vigente, em especial, no campo da Ciência da Informação, nas disciplinas acadêmicas que tratam da Organização do Conhecimento, no que concerne ao pensamento ocidental e imperialista, e que ainda representam os saberes tradicionais de uma maneira limitada como sub-representação nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), isto é, “sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos” (CARLAN, 2010, p. 16).

O trabalho é de natureza bibliográfica, na qual dar-se-á ênfase às contribuições da teoria da complexidade por perceber o mundo por diferentes perspectivas, em

especial, o multiculturalismo e a teoria decolonial e pós-colonial na representação do sul global (SANTOS, 2010), como perspectiva de refletir sobre os sistemas multiculturais de organização e representação do conhecimento, que priorizem e tragam à tona histórias e culturas dos países do hemisfério sul, em especial, a história e cultura afro-brasileira.

2 Teorias da complexidade, pós-colonial e decolonial na Organização do Conhecimento: por um SOC multicultural

Entendemos como SOC multiculturais um sistema ideal que reconhece as identidades e culturas socialmente marginalizadas no campo do conhecimento e, nesse sentido, aplica metodologias de construção e inclusão desses conhecimentos nos sistemas de representação nas mais diversas unidades de informação. Esta seção tem por objetivo destacar a importância das teorias da complexidade, pós-colonial e decolonial para se levar a cabo um sistema multicultural de organização do conhecimento (SOC multicultural).

O pensamento complexo é a uma teoria baseada em Morin (2005, p. 6), para refletir acerca de uma proposta de pesquisa, “ou um método capaz de responder ao desafio da complexidade” no mundo atual. É um “pensamento capaz de lidar com o real, de como ele dialoga e negocia” (MORIN, 2005, p. 6). Essa linha nos leva a pensar na construção de um sistema de organização do conhecimento que tenha como participante de sua construção a sociedade a qual se quer representar e retratá-la próxima da realidade por meio do conhecimento. O sistema de organização do conhecimento por si só já é um sistema complexo, pois envolve conhecimento de diferentes culturas e verificação de métodos apropriados para sua construção.

A teoria da complexidade vai contra os pensamentos galgados na linha positivista que retratava e ainda retrata a realidade de modo simplista e voltado basicamente para a ciência. Mas a teoria da complexidade, segundo Morin (2005, p. 6) “põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento [...] e recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade”. Esta teoria contribui para se pensar em uma organização e representação do conhecimento com perspectiva decolonial e pós-colonial, menos mecanicistas e mais humanísticas no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

A não representação de grupos marginalizados, tais como negros, mulheres, LGBTQIA+, ciganos, quilombolas dentre outros, em diferentes contextos, seja na educação, na ciência, na política,

especialmente, fez com que surgisse no período pós-moderno movimentos reivindicatórios, tais como o multiculturalismo. O multiculturalismo é um movimento de grupos sociais e marginalizados, que reivindica políticas públicas e garantia de direitos civis básicos a todos e pelo fim de toda forma de intolerância (CARDOSO, 2014, p. 79).

Baseado na perspectiva de Taylor (1994), sobre o reconhecimento das culturas marginalizadas, o multiculturalismo “traz à sociedade, o reconhecimento, e o respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e aos grupos cuja a importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes” (MILANI *et al*, 2009, p. 207). É um movimento que surgiu nas sociedades estadunidense e canadense, fruto de movimentos sociais de mulheres, nativos e afrodescendentes pelo fim de todas as formas de preconceito, discriminação étnica, racial, de gênero, orientação sexual, além da promoção de políticas públicas para garantir direitos civis básicos a todos (CARDOSO, 2014). Enfatiza-se aqui que as sociedades multiculturais não se configuram como um fenômeno recente, visto que surgiram por meio de “[...] desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração no trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, representação política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico” (HALL, 2003, p. 55).

O sistema de organização vigente, os ditos sistemas de classificação universais, não possibilitam a representação de forma respeitosa dos grupos marginalizados que ora os exclui, ora limita e ora aponta termos que desqualificam os indivíduos, e isso interfere na identidade sociocultural dos sujeitos. Logo, isto dá indícios de que o SOC é um sistema ainda com viés colonialista e excludente que possibilita organizar somente um tipo de conhecimento científico com ênfase no pensamento europeu.

Na organização e representação do conhecimento, teóricos nacionais e internacionais, têm pensado nessa perspectiva. No Brasil, tem-se, Milani, Guimarães, Pinho e Fernández-Molina que em 2009 escreveram um artigo que buscou refletir sobre os desvios no momento de representar o conhecimento. A preocupação deles foi que no momento da produção e uso da informação, no processo dessa atividade está constituída de valores morais por parte do profissional da informação e instrumentos e produtos. E estes valores morais podem prejudicar sujeitos que estão dentro de contextos multiculturais retratados por meio de desvios como palavras preconceituosas, ênfase de uma religião em detrimento de outra, invisibilidades de grupos LGBTQIA+, dentre outros.

Pesquisadores/as internacionais também trazem essa preocupação com relação aos instrumentos de

organização do conhecimento, como nas análises feitas em sistema de classificação e tesouros multilíngues. Beghtol (2002) discute sobre a hospitalidade cultural, na qual o acesso à informação facilitada pelos instrumentos deveriam possuir, no âmbito global e local, diversas línguas, culturas e grupos étnicos. García Gutiérrez (2002) promove a necessidade de uma ética transcultural, e foca na questão ética do profissional da informação, que é o principal agente na disseminação da informação. Para tanto, o profissional da informação tem que possuir uma visão transdisciplinar. Hudon (1997) problematiza a diversidade de valores culturais, e propõe tratamento igualitário na linguagem representada. Hope Olson (2002) traz uma abordagem a partir de teorias feministas ao analisar o termo mulher na Classificação Decimal Universal (CDU). Para essa análise, a autora parte do princípio de que o sistema de classificação deve ser mapeado na forma de limite de fronteiras. Outra perspectiva que se insere na teoria multicultural vem sendo discutida na organização e representação do conhecimento, tais como: questão de gênero, de representação da mulher nos sistemas de classificação e LGBTQIA+, têm ganhado relevância, assim como perspectivas que discutem relações étnicas - raciais e religiões de matriz africana.

Uma perspectiva de SOC multicultural nos faz refletir sobre função sociopolítica sobre outras teorias, como a teoria pós-colonial e decolonial com o propósito de pensar uma nova forma de representar os conhecimentos marginalizados.

No que se refere ao pensamento pós-colonial e decolonial, este surge com o propósito de questionar as narrativas dominantes vindas do ocidente, em especial da Europa, que durante a modernização classificou o mundo de maneira hierarquizada favorecendo a história e a cultura do hemisfério norte e ocidente. A crítica das teorias pós-coloniais e decoloniais, não só critica o eurocentrismo, mas também critica o cientificismo, que por meio do racismo, é um “princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2019, p. 11).

Se o Brasil é constituído por grupos étnico-culturais, por que ainda se utiliza instrumentos de organização do conhecimento com perspectiva colonialista? Tanto o pensamento pós-colonial quanto o pensamento decolonial latino-americano “consiste em críticas bastante incisivas à modernidade, compreendida tanto a partir de seu aspecto epistemológico, quanto cultural, social e político. Entretanto, algumas características diferem os dois enfoques” (MAGALHÃES; LOPES, 2014, s/p.).

Autores que trabalham com essa linha, a maioria vinda das Ciências Sociais, estão no pós-colonialismo: Franz

Fanon (2008), Albert Memmi (2007), Aimé Césaire (2010), Edward Said (2007), Stuart Hall (1996), (2002), (2003), Ranajit Guha (1997), e, no pensamento decolonial, citam-se Walter Dignolo (2007); (2011), Anibal Quijano (2010), Homi Bhabha (1998) e Boaventura Souza Santos (2010). Os estudos pós-coloniais foram pensados a partir do pensamento pós-estruturalista de Michael Foucault e Jacques Derrida, por meio do discurso social. Estes pensadores pós-estruturalistas tinham o propósito de questionar as narrativas colonialistas que serviram (e ainda servem) de base para aniquilar outras formas de ver e pensar o mundo por meio de outras culturas e narrativas. As teorias pós-coloniais ou o “projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos” (ROSEVICS, 2017, p. 187). Para Bhabha (1998, p. 239),

perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das "minorias" dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma "normalidade" hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação e política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das "racionalizações" da modernidade.

Segundo Hall (2003) o pós-colonial seria reescrever as narrativas e culturas construídas de forma colonizadas. Para o autor, seria escrever uma narrativa descentrada e diaspórica distante das narrativas universais e imperiais do passado.

A teoria decolonial vai contra a algumas perspectivas da teoria pós-colonial no que concerne ao ouvir a voz dos subalternos. “O uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser vista como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento” (LEDA, 2015, p. 189). Esta teoria, busca a emancipação de qualquer tipo de opressão, dialogando interdisciplinarmente com a economia, a política e a cultura (LEDA, 2015). Além disso, a teoria decolonial é um projeto acadêmico-político que esclarece e sistematiza o que está em jogo, o poder em diversas projeções intitulado como “colonialidade do poder, do ser e do saber” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2019, p. 10). Nesse sentido, para os mesmos autores, a teoria decolonial ajuda-nos a pensar e criar estratégias para mudar a “realidade” que nesse artigo, seria a “realidade” representada em Sistemas de Organização do Conhecimento.

Questões relacionado ao sujeito subalterno tem sido discutido pela autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) no livro *Pode um subalterno falar?*, a autora critica a representação dada aos sujeitos subalternos pelo discurso ocidentalizado. Para a autora, o sujeito subalterno são aqueles/as pertencentes “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). Nesse sentido, representações de grupos marginalizados, de uma maneira limitada, distorcida causando biases, refere-se para a autora uma violência epistêmica.

Considerando o que foi visto sobre a teoria pós-colonial e decolonial, percebe-se que os sistemas de organização de conhecimento, em específico, os sistemas de classificação, não são neutros nem ditos universais. Estes fazem parte de um sistema de representações, que ao mesmo tempo é simbólica, que faz parte de uma estratégia política e de poder onde são posicionados e representados os países do hemisfério sul como inferiores em relação aos países do hemisfério norte, tendo como ênfase os Estados Unidos e a Europa.

Na Organização e Representação do Conhecimento, pesquisadores, como Hope Olson (2003) e García Gutiérrez (2011); (2012), discutem a pós-colonialidade nos instrumentos de representação. Olson (2003), parte da perspectiva pós-estruturais e culturais com base em Foucault e Derrida e depois entra em estudos feministas e pós-colonial para abarcar as limitações encontradas nos autores citados e desconstruir representações de caráter dicotômico. A discussão por parte da autora, parte do princípios que não há uma verdade universal e a teoria da desconstrução, uma teoria crítica, possibilita questionamentos sobre suposições originadas, geralmente, de oposições binárias.

Para Olson (2003, p. 732) oposições binárias “ são pares de conceitos opostos nos quais um conceito é dominante e o outro é subordinado”. Nesse sentido, a autora, utiliza-se da denominação desconstruções transgressivas de modo a incorporar os estudos feministas e pós-coloniais que na concepção da autoria são aplicáveis na organização do conhecimento por ser um campo de práticas concretas, tanto material quanto teórica.

Um ponto importante que a autora relata é que na teoria transgressiva, na qual, aborda o pensamento de Cornell (1992) percebe-se a mesma perspectiva com o pensamento de Spivak (2010) que é permitir que o outro, ou seja, o subalterno possa falar e se representar. Portanto, é uma teoria transgressiva que vai de encontro ao pensamento decolonial. É uma perspectiva de cunho pragmático que possibilita uma representação

construída por meio de experiências vividas do sujeito (CORNELL, 1992 apud OLSON, 2003).

García Gutiérrez (2011) propõe medidas complementar na Organização do Conhecimento ao invés de substituir. Nesse sentido, Gutiérrez (2011) propõe o conceito de desclassificação. A denominação baseia-se na seguinte forma que, a classificação pressupõe um ato inerente ao ser humano e que por vias ideológicas, culturais, identidades e memórias dá vazão a uma interpretação que dependendo dos parâmetros dominantes podem gerar sub-representações originadas das oposições binárias, metonímica, hierárquicas e neocolonial. A classificação, “orienta percepções e pretensões de todos os significados possíveis na única direção” (GUTIÉRREZ, 2011, p.11).

A desclassificação para Gutiérrez (2011) envolve a introdução do pluralismo. É, segundo o autor, uma forma dinâmica que satisfaz uma razão de mudança que não predomine em uma única lógica universal que classifique todas as culturas com base em um parâmetro.

3 Conclusão

O paradigma relacionado com práticas positivistas e eurocêntricas no modo de organizar e construir o instrumento e nas disciplinas voltadas à organização e representação do conhecimento, em especial no Brasil, ainda está presente. A Ciência da Informação que ainda não aderiu em seu currículo propostas que incluam perspectivas multiculturais que possibilitem novas ações e formas de pensar o mundo que contribuam na construção de instrumentos de representação próximos da realidade brasileira.

A lógica de como foram construídos os sistemas classificação mostra como é silenciado e invisibilizado o conhecimento de/sobre pessoas negras e indígenas, ciganos, quilombolas, mulheres, homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais, dentre outros sujeitos subalternos que não se encaixam na estrutura vigente, a eurocêntrica. Esta que determina o lugar em que cada um deve estar.

Se relação de poder transcende o conhecimento, então a não divulgação dos conhecimentos dos sujeitos subalternos trata-se também de uma dominação epistemológica e um epistemicídio, destruição do conhecimento e saberes não assimilados pela cultura ocidental (SANTOS, 2010), devido às limitações e exclusões do sistema de classificação, e faz com que criamos um imaginário social diante a história e cultura dos povos situados abaixo da linha abissal, como populações sem conhecimento e sem história, logo inexistentes.

De certa forma, articulando autores e autoras da pós-colonialidade e decolonialidade com a teoria da complexidade, compreende-se que os mesmos

contribuem na formação de uma nova narrativa sobre dinâmica entre o sujeito e a pesquisa, na qual o sujeito é um personagem ativo na construção do conhecimento, nesse caso, na construção de um sistema de organização do conhecimento.

Referências

- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R.. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BHABHA, H.. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BRASCHER, M., CAFÉ, L.. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2008, **Anais...** São Paulo. Disponível em: <enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- CARDOSO, P. de J. F., RASCKE, K. L.. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. **Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana /** Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Karla Leandro Rascke (orgs.). – Florianópolis : DIOESC, 2014.
- CARLAN, Eliana. **Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação.** Dissertação. UnB, Brasília, Brasil. 2010.
- CARLAN, Eliana ; BRÄSCHER, Marisa. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n.2, p.53-73, ago./dez. 2011.
- CÉSAIRE, A. **Dicurso sobre colonialismo.** Florianópolis: Letras contemporaneas, 2010.
- CHAUÍ, M.. **Convite à filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- CORNELL, Drucilla. **The philosophy of the limit.** New York: Routledge, 1992.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries.** Würzburg: ERGON Verlag, 2002.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, 23(1): 5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v23n1/a01v23n1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La descolonización de los saberes: itinerários de paraconsistencia.** In: 20 años del capítulo español de ISKO. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011) Universidade da Coruña (España), 2012.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo : UNESP, 1991.
- GOMES, F. de M. As epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul Global. **Revista página de filosofia**, v4, n.2, p. 39-54, jul./dez.2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/download/.../3357>. Acesso em: 20 jan.2019.
- GUERRA SOBRINHO, I.D. O pós-modernismo e as ciências sociais: anotações sobre o atual estado das discussões. **Impulso**, Piracicaba (SP), n.29, p.99-112, [s.d]. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp29art07.pdf>. Acesso: 29 mai. 2018.
- GUHA, Ranajit (Ed.). A subaltern studies reader (1986-1996). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.
- KUHN, T. S.. **A estrutura das revoluções científicas.** 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LIMA, D. da C. B. P., REIS, M. B. de F.; DESIDERIO, M.. Ensino e pesquisa na perspectiva interdisciplinar: uma experiência em construção no Stricto Sensu. . In: PINHO, Maria José de, et al. **Complexidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação superior.** Goiânia: Editora Espaço Acadêmic, 2015. Disponível em: <http://www.fipmagsul.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/complexidade-interdisciplinar-e_mio.pdf>. Acesso em: 01 set.2018.
- LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, 23, 45/46, p.101-126, fev./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2317-6467-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 nov.2018
- LOPES, R. A. L.; MAGALHÃES, J. A R.. Pós-colonialismo, Decolonialidade e Marxismo: um Mapeamento das Relações entre os Aportes Filosóficos do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. In: Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão; Adriana Sila Maillart;

- José Querino Tavares. (Org.). **Marxismo e Direito: XXIII Congresso Nacional do Conpedi**. 1ed., v. 1, p. 61-78, 2014.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. R. Corbisvier e M. Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- MIGNOLO, W.. **La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. London: Duke University Press, 2011.
- MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Ed.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009.
- MORIN, E.. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, E.. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. Tradução Sandra T. Valenzuela. Revisão técnica Edgard de Assis carvalho, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.
- MORIN, E.. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 3 ed., 2007.
- NICOLESCU, B. (1999). **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.
- OLSON, H. A. **If it's there, can you find it?** Bibliographic control. In: OLSON, H. A. (Ed.). **Information Sources in Women's Studies and Feminism**. München: K. G. Saur Verlag, 2002
- OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003.
- QUIJANO, A.. **Colonialidade do poder**. Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SÁ, R. A. de.. **Em busca de uma Pedagogia para o Pensar Complexo**. In: Pinho, M. J. de, et al. **Complexidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação superior**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015. Disponível em: <<http://www.fipmagsul.com.br/wp-content/uploads/2015/07/complexidade-interdisciplinar-e-miolo.pdf>>. Acesso em: 01 set.2018.
- SAID, E. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- SALGUEIRO, H. M.; Fell, A. F. de A. **Paradigmas e interesses do conhecimento na Ciência da Informação: um estudo sobre as dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (2011 a 2013). Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.3, p.3-21, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n3/1981-5344-pci-21-03-00003.pdf>>. Acesso em: 28 ago.2018.
- SANTOS, A. P. L. dos; RODRIGUES, M. E. F. **Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, 2013. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248>> Acesso em: 01 jul. 2018.
- SANTOS, B. de S.. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. de S.. **Para Além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. de S.. **Se Deus fosse um Ativista dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” constitucionalismo latino-Americano**. Pensar. Fortaleza, v. 21. n. 1. p. 271-297, jan/abri. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rpen/article/download/2939/pdf>>. Acesso em: 01 set.2018.
- SPIVAK, G. C.. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TÁLAMO, M. de F. G.M.; Smit, J. W. **Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. Brazilian Journal of Information Science**, v. 1, n. 1, p. 33-57, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8749>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y La política Del reconocimiento**. Cidade Del México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

O Islamismo na CDD e CDU: Religião e cultura periféricas nos Esquemas de Classificação Bibliográfica

The Islam in the DDC and UDC: Peripheral religion and culture in the bibliographic classification schemes

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (1), Fábio Gomes da Silva (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Av. Pasteur nº 458 – Prédio II – sala 303 – Urca – Rio de Janeiro – RJ, mlmiranda@unirio.br. (2) fabiosilvaunirio@gmail.com

Resumo

Analisa a representação da identidade e da religião islâmica. Investiga a existência de desvios na representação de assuntos referentes às culturas não alinhadas à cultura ocidental na 23ª. Edição da Classificação Decimal de Dewey e na 2ª. Edição Padrão Internacional em Língua portuguesa da Classificação Decimal Universal. Conceitua Organização do Conhecimento em sentido restrito como organização das informações em registros bibliográficos e, em sentido amplo, como a organização social do trabalho mental. Define Sistemas de Organização do Conhecimento, enquanto sistemas conceituais atuantes como tipos de representação do conhecimento sendo frutos da organização do conhecimento. Aborda a construção do conceito de Islamismo no Ocidente considerando as transformações de sentido moduladas pelo contexto sociocultural, conferindo ao Islã a imagem da violência. Define Religião segundo Durkheim como sistema unificado de crenças e de práticas relativo a coisas sagradas; e segundo Hans Mol como a identidade sacralizada. Realiza estudo comparativo dos esquemas de classificação referidos segundo a metodologia de Miranda (2009) e pesquisa bibliográfica em bases de dados de diferentes culturas com ênfase nas influências do contexto sociocultural na produção científica pertinente à cultura Islâmica. Os resultados do estudo dos esquemas de classificação demonstraram a existência de desvios (biases) de representação históricos da Classificação Decimal de Dewey, evidenciados tanto na seleção terminológica quanto em sua estrutura conceitual; e as correções de biases de representação pela abordagem classificatória (analítico sintética e facetada) da Classificação Decimal Universal. Os resultados do levantamento bibliográfico nas bases de dados demonstram uma produção científica sobre assuntos referentes à cultura e identidade muçulmana numerosa e diversificada nas bases de dados de natureza global (DOAJ) e não ocidental (AJOL) e uma baixa produção na base de dados ocidental (SciELO). Reitera a necessidade da conduta ética por parte do profissional na classificação de assuntos não alinhadas a cultura ocidental.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento; Sistemas de Organização do Conhecimento; Desvios na Representação da Informação; Identidade; Islamismo.

Abstract

Examines the representation of the identity and the Islamic religion. Investigates the existence of deviations in the representation of subjects pertaining to cultures not aligned to Western culture in the 23rd. Dewey Decimal Classification Edition and 2nd. Universal Decimal Classification Standard Edition in Portuguese. Conceptualizes Knowledge Organization in strict sense as organization of information in bibliographic records and, in a broad sense, as the as the social organization of mental work. Defines knowledge organization systems, while conceptual systems acting as types of knowledge representation being a result of the knowledge organization process. Discusses the construction of the concept of Islam in the West whereas the transformations of meaning modulated by the sociocultural context, giving Islam the image of violence. Defines Religion according to Durkheim as unified system of beliefs and practices relative to sacred things; and according to Hans Mol as the identity enshrined. Performs comparative study of classification schemes referred to according to the methodology of Miranda (2009) and bibliographic search in databases of different cultures with an emphasis on the socio-cultural influences of context in scientific production pertaining to Islamic culture. The results of the study of the classification schemes demonstrate the existence of representation's historical deviations of the Dewey Decimal Classification, evidenced both in the selection of terminology in your conceptual framework; and biases of corrections representation by classificatory approach of the the Universal Decimal Classification. The results of the bibliographic survey in the databases demonstrate a scientific production on subjects referring to numerous and diverse Muslim culture and identity in the global (DOAJ) and non-Western (Ajol) databases and a low Production in the Western Database (SciELO). It reiterates the necessity of ethical conduct by the professional in the classification of Subjects not aligned to Western culture.

Keywords: Organization and Representation of Knowledge; Knowledge Organization Systems; Bias in the representation; Identity

;

de Organização do Conhecimento (SOC), na indexação do documento e nas necessidades de informação do usuário. O contexto sociocultural influencia as decisões do autor na produção do documento, as decisões do classificacionista na criação dos Sistemas de Organização do Conhecimento, a indexação de

Introdução

Organizar/classificar o conhecimento envolve condicionantes culturais atuantes nas diversas fases da produção do conhecimento. Seja na criação do Sistema

documentos por parte do classificador e as necessidades/desejo de informação do usuário.

Os esquemas de classificação mais utilizados na atualidade são frutos de nossa cultura ocidental, o que lhes confere uma visão muitas vezes deturpada de assuntos externos ao nosso contexto sociocultural. Neste sentido, a parcialidade na organização do conhecimento permite que documentos relativos à cultura e à identidade de grupos sociais não alinhados jamais sejam recuperados. Desta forma, biases na classificação repercutem o discurso discriminatório vigente na sociedade, fazendo com que o discurso de grupos em situação de minoria social seja silenciado. No caso da classificação de religiões, o reconhecido viés à cultura e religiões ocidentais influencia tanto a terminologia quanto a estrutura destes esquemas, denotando a visão da cultura hegemônica sobre assuntos referentes a grupos em condição de minoria social.

O objetivo de nossa pesquisa é identificar nos esquemas de classificação como os assuntos referentes a culturas não alinhadas com o ocidente estão organizados e qual a influência do contexto sociocultural na indexação e recuperação da informação em bases de dados de culturas diversas. A título desta pesquisa, serão considerados os assuntos pertinentes à cultura e identidade muçulmana. E temos como objetivos específicos analisar o assunto "ISLAMISMO" e suas relações na Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU) e verificar se sua classificação reflete a representatividade da comunidade islâmica no mundo.

2 Organização do Conhecimento

O termo Organização do Conhecimento, oriundo do campo da Biblioteconomia, foi inicialmente utilizado por Henry Evelyn Bliss, inclusive por ele concebido como designativo de um campo autônomo no sistema das ciências (DAHLBERG, 1995, p. 10).

Dahlberg (2006) define Organização e Representação do Conhecimento, como a

ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, dos referentes conteúdos dos objetos ou assuntos (DALBERG, 2006).

Para Dahlberg, o ponto essencial na teoria da organização do conhecimento, reside no fato de que qualquer organização do conhecimento deve ser embasada em unidades de conhecimento, que nada mais são do que conceitos. E, estes, consistem em

elementos, também denominados de características de conceitos. Dahlberg afirma que são exatamente estes fatores que permitem que um sistema de conceitos seja construído, tal qual um sistema de organização do conhecimento. A autora considera que o conhecimento jamais poderá ser representado sem as unidades de conhecimento e suas possíveis combinações em palavras, símbolos e termos (DAHLBERG, 1993, p. 211).

Hjorland considera a OC em sentido restrito, como a organização da informação em registros bibliográficos (HJORLAND, 2013, p. 174). Em sentido amplo a OC é retratada como a “organização social do trabalho mental, ou seja, de como o conhecimento é socialmente organizado e como a realidade é socialmente organizada” (HJORLAND, 2003, p.169). Neste ponto, a OC, enquanto campo associado à classificação e indexação de documentos, sofre profundas influências de teorias e paradigmas fundamentais a qual o documento está associado. Mas é também, em si, um campo influenciado por diferentes paradigmas relacionados às teorias do conhecimento (HJORLAND, 2013, p.174).

Assim, reconhecemos dois tipos/formas de organização do conhecimento: a) a organização intelectual do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias; e b) a organização social do conhecimento, em profissões, negócios e disciplinas. Neste sentido, disciplinas são representações do conhecimento utilizadas em sistemas sociais de organização do conhecimento. Em ambos os casos a Organização do Conhecimento é profundamente atrelada a uma teoria do conhecimento. Desta forma, a leitura de mundo do classificacionista é relacionada ou derivada de uma teoria, na qual tende a ser compartilhada publicamente por paradigmas. Por conseguinte, tal condição denota a necessidade do conhecimento de assunto por parte do classificador na atividade de indexação. Em outras palavras, o classificador deve desenvolver a habilidade crítica para lidar com diferentes teorias e seu impacto ideológico nas classificações (HJORLAND, 2013, p.171).

Por outro lado, compreende-se que a atividade do indexador/classificador não é cercada de neutralidade, uma vez que o contexto social, histórico e cultural influencia as condições da produção do conhecimento. “Com efeito, admite-se a impossibilidade de neutralidade nas atividades de representação do conhecimento, dado que o profissional classificador/indexador não se descola das suas concepções, suas visões de mundo e tampouco é capaz de simular o “desligamento” nem sequer momentâneo da sua consciência” (ARBOIT, 2017, p. 162). Deste modo, a análise documental, atividade de reconhecida interferência por parte do classificador, é influenciada diretamente pela leitura que o profissional detém da

obra, o que orienta as atividades de classificação e indexação a certa concepção de mundo.

Considerando a falta da neutralidade, oriunda das influências do contexto sociocultural, observa-se a possibilidade de sérios desvios de representação, os quais são evidenciados nos produtos (resumos e índices) e instrumentos da OC. (Sistemas de Organização do Conhecimento). Neste sentido, sistemas de organização do conhecimento são constituídos a partir de uma literatura relacionada a domínios de conhecimento. Neste caso, o classificador justifica decisões sobre seleção terminológica e estrutura conceitual nestes sistemas a partir de critérios estabelecidos por forma de garantias.

Barité (2011) afirma que no âmbito da organização do conhecimento, o alcance conceitual de garantia segue a mesma linha semântica dos sentidos de “segurança ou certeza sobre algo”, “ação de demonstrar a razão ou prover um fundamento para uma decisão” ou “apoiar ou garantir a qualidade, acurácia ou condição” (BARITÉ, 2011).

A função da garantia em um sistema de organização do conhecimento relaciona-se a autoridade que o classificador evoca para verificar se as decisões sobre que classes/conceitos para incluir no sistema, em que ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, sobre a ordem em que as classes/conceitos devem aparecer no sistema, quais classes de unidade/conceitos são divididos, quão longe a subdivisão deve proceder, quando e onde síntese está disponível, e se as ordens de citação são perguntas estáticas ou variáveis e similares (BEGHTOL, 1986, p. 111).

O termo garantia, enquanto aporte para tomada de decisão para a construção de sistema de organização do documento, foi utilizado pela primeira vez por Hulme, em 1901, ao apresentar os princípios de garantia literária. Sua concepção original se parte da ideia de que a “a literatura de um domínio deve ser a fonte para extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação, ou em qualquer outro sistema de organização do conhecimento” (BARITÉ, 2010, p.124). Neste sentido, a construção do SOC, bem como suas atualizações, parte da composição do escopo documental do domínio. Em outras palavras, o Princípio da Garantia Literária, sugere que a seleção dos termos de sistema de organização do conhecimento deve ser baseada na realidade, ou seja, no conhecimento registrado de certa área de conhecimento. Neste caso, o conjunto das publicações forneceria a terminologia de determinado domínio do conhecimento.

A lo largo del tiempo, se han propuesto otras alternativas, derivaciones o complementos de la garantía literaria: la garantía de usuario (Lancaster, 1977), la garantía académica, basada en el consenso de los especialistas (Bliss, 1939), la garantía organizacional (National Information Standards Organization, 2005), la garantía

cultural (Lee, 1976), la garantía estructural (Kent et al., 1975; Mitchell, 2007), la garantía lógica (Fraser, 1978), la garantía fenomenológica (Ward, 2000), e incluso la garantía de género (Olson y Ward, 1998; Olson, 2003, 2007), entre otras que se mencionan ocasionalmente en la literatura (BARITÉ, 2011, p.4)

Uma das principais utilidades da garantia literária está no processo de validação na construção e atualizações de Esquemas de Classificação Bibliográfica tradicionais como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal. Para Barité (2011) as aplicações possíveis da garantia literária são: teste de justificação em esquemas de classificação bibliográfica; respaldo para trabalho terminológico em conjunto; teste de validação e justificação de terminologia pontual; extensão de teste de justificação relativa às relações conceituais; análise ou mapeamento de domínios; e como dispositivo de avaliação de linguagens e estruturas conceituais.

Obviamente, a garantia literária sozinha não dá conta do conhecimento não registrado, oriundo de comunidades que compartilham os conhecimentos a partir da oralidade. A justificação para seleção terminológica deste tipo de conhecimento estaria sob a forma de uma garantia cultural.

Beghtol posiciona a garantia cultural em cada sistema de classificação baseada em assuntos e preocupações de certa cultura, qualquer cultura de determinado país, ou de uma maior ou menor unidade social. (BEGHTOL, 2002, p. 525). Neste sentido, cultura se refere a um conjunto de valores, crenças e conhecimentos próprios de um grupo social, em sua escala local, a distinção de uma cultura em respeito a outras e uma visão homogênea de pessoas e ideias, e as unidades sociais referidas a grupos étnicos, disciplinas acadêmicas, domínios da arte, facções políticas, religiões e/ou linguagens. (BARITÉ, 2011). Desta forma, a garantia cultural abarca tanto a literatura específica de um recorte social, quanto as tradições locais de determinada cultura.

Um ponto sensível do conceito de garantia cultural se refere à questão do princípio de hospitalidade presente em sistemas de organização universais, uma vez que mesmo as constantes transformações do conhecimento conferem a literatura mudanças advindas das transformações socioculturais. Neste sentido, o contexto, ao influenciar diretamente a produção do conhecimento, valida novas teorias e substitui antigos paradigmas. Por outro lado, a dinâmica do conhecimento também envolve a resistência ao novo, onde o antigo paradigma, ou modelo, apoia-se em uma estrutura própria, muitas vezes classificando novos conhecimentos como periféricos, não ciência, conhecimento inválido, popular ou inferior. Como exemplo, observa-se a dificuldade na classificação de religiões de matriz africana onde, apesar da riqueza

cultural envolvida em suas práticas, ritos e lendas, não dispunha de notação específica nos esquemas de classificação bibliográfica.

Para prosseguimento do trabalho, torna-se necessário apresentar conceitos relativos aos Sistemas de Organização do Conhecimento.

2.1 *Sistemas de Organização do Conhecimento*

Os sistemas de organização do conhecimento são linguagens controladas cuja função é relativa à organização da Informação. Deste modo, Carlan e Medeiros (2011) definem Sistemas de organização do Conhecimento como:

Sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura varia de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos. (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54)

Bräscher e Carlan (2010) definem Sistemas de Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, como “representações de domínios do conhecimento que delimitam o significado de termos no contexto desses domínios, estabelecem relações conceituais que auxiliam a posicionar um conceito no sistema conceitual e são utilizadas como instrumentos de organização e recuperação da informação” (BRASCHER; CARLAN, 2010, p.153).

Para Hodge (2000) o termo Sistema de Organização do conhecimento se refere a todos os tipos de esquemas concebidos para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Incluem esquemas de classificação que organizam materiais de nível geral, cabeçalhos de assunto para prover acesso detalhado, e arquivos de autoridade para controle de versões variantes de informações chave. Incluem também esquemas menos tradicionais como redes semânticas e ontologias. Desta forma, sistemas de organização do conhecimento são o coração de cada biblioteca, museu ou arquivo. (HODGE, 2000, p.3)

A função primordial de um SOC é organizar materiais para recuperação e gestão da informação. São pontes entre o usuário da informação e o material onde a informação está registrada, de forma que o usuário não necessite de conhecimento prévio para recuperá-la. Um SOC funciona como guia para o usuário no processo do conhecimento e responde questões aos organizadores sobre o escopo da coleção e o que é necessário para fazê-la circular (HODGE, 2000, p.3). Possuem como características:

A imposição de uma visão de mundo particular em sua coleção e itens relacionados. A caracterização da mesma entidade diferentes maneiras, dependendo da SOC

utilizada, deve haver semelhança suficiente entre o conceito expressado em um SOC e o objeto do mundo real ao qual conceito se refere, de forma que uma pessoa experiente possa aplicar o sistema com fiabilidade razoável. Da mesma forma, uma pessoa que procura o material relevante usando um SOC possa conseguir associar seu conceito a sua representação no Sistema. (HODGE, 2000, p.3)

Hodge (2000) classifica os tipos de SOC, agrupando-os de acordo com suas semelhanças estruturais: em listas de termos, com ênfase na lista de termos e suas definições, classificações e categorias, com ênfase na divisão de setores de assunto e listas de relacionamentos, com ênfase nas conexões entre termos e conceitos. Como exemplo de listas de termos observaram as listas de autoridades, glossários, dicionários, enciclopédias, gazeeters etc.; classificações e categorias, os esquemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalho de assunto, esquemas de categorização e taxonomias; e como listas de relacionamentos os tesouros, as ontologias e as redes semânticas.

Para efeito de pesquisa, apresentaremos a CDD e a CDU por se tratarem dos Sistemas de Organização mais utilizados no mundo.

2.2 *Classificação Decimal de Dewey*

A CDD é um esquema de classificação bibliográfica que apresenta um sistema enumerativo, cuja classificação envolve conceitos de hierarquização de conceitos segundo disciplinas, representando a tradição científica de seu tempo.

A Classificação Decimal de Dewey é uma ferramenta de organização do conhecimento continuamente revisado para manter o ritmo com o conhecimento. O sistema é ampliado através da construção de notações, traduções interoperáveis, associação com categorias e mapeamento de outros esquemas de assunto (DDC 23, p.1)

Dewey desenvolveu a CDD em 1872 e sua primeira publicação, ainda anônima, se deu em 1876, sob título *Classification and subject index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, e este sistema classificatório só recebeu o nome de Classificação Decimal Dewey em sua 16ª edição. Dewey utilizava a metáfora da turba e do exército para justificar a classificação como forma de controle da informação.

Dewey via a informação como um amontoado caótico que necessitava de ordem. Ele usou uma grande variedade de metáforas para expor este argumento. Utilizando exemplos com empresas, organizações militares, religião e literatura, Dewey afirmava que a classificação, a grosso modo, é necessária para suplantam o caos (OLSON, 2011, p.4)

As principais influências da CDD advêm da tradição filosófica ocidental, incorporando elementos de Aristóteles, Francis Bacon, Hegel e Harris, sendo este último apontado como criador do sistema que deu

bases para construção da Classificação Decimal de Dewey. O Quadro 1 apresenta uma correlação entre as classes da CDD e as classes de outros esquemas de classificação.

Quadro 1. *Principais classes de Bacon a CDD.*

CDD	0 Generalidades								
	1 Filosofia & Psicologia	2 Religião	3 Ciências Sociais	4 Linguagem	5 Ciências Naturais & Matemática	6 Tecnologia	7 Artes	8 Literatura & Retórica	9 Geografia & História
Bacon	Razão Filosofia				Imaginação Poesia		Memória História		
Hegel	Ideia (<i>Begriff</i>) Ideia Imperfeita				Essência (<i>Wesen</i>)		Ser (<i>Sein</i>)		
Harris	Ciência (Filosofia)				Arte (Poesia)		História		

Fonte: Olson (2011).

A CDD representa o conhecimento em dez disciplinas ou classes principais: 000 - Generalidades; 100 - Filosofia, fenômenos paranormais, Psicologia; 200 - Religião; 300 - Ciências Sociais; 400 - Linguagem; 500 - Ciências Naturais e Matemática; 600 - Tecnologia (Ciências Aplicadas); 700 - Arte, Belas-artes e Artes Decorativas; 800 - Literatura (Belas-lettras) e Retórica; 900 - Geografia, História e disciplinas afins. Dentro de cada uma delas existem suas subordinações. Estas subordinações são a hierarquização estrutural, em que “todos os temas (à exceção das dez classes principais) são subordinados e são partes de todos os temas mais abrangentes acima dele (DDC 23, p. xxxiii, 2011). Logo, se uma pessoa deseja utilizar um nível de classificação mais específico, é imprescindível que este nível mais baixo tenha as características das generalidades que representam. Por exemplo: um livro que trate da religião católica deve estar dentro da classificação 280 pois é a subclasse que trata de Denominações Cristãs dentro da classe principal 200 – Religião.

Dewey elaborou a CDD com a premissa da sistematização e hierarquização do conhecimento, e é isto que faz da CDD um dos instrumentos de organização mais utilizados do mundo, embora seja considerada inferior teoricamente a outros esquemas mais modernos que utilizam, mais livremente, letras e outros sinais para produzir notações mais curtas para conceitos de igual complexidade, como por exemplo, a CDU – desenvolvida pelos belgas Paul Otlet e Henri de La Fontaine, utilizando como base a CDD combinando os números básicos com outros sinais de pontuação (vírgula, dois pontos, parênteses, etc.).

2.3 Classificação Decimal Universal

A CDU é um sistema de classificação de documentos criado no início do séc. XX pelos belgas Paul Otlet e

Henri La Fontaine. O projeto inicial consistia em criar uma lista abrangente de toda a produção bibliográfica do mundo. Como primeiro resultado, publicou-se o *Repertoire Bibliographique Universel*. Otlet e La Fontaine criaram sua lista em cartões e organizaram sistematicamente. Para a organização da lista por assunto, adaptaram a CDD, acrescida de sinais próprios, o que inferia a CDU maior flexibilidade na composição das notações e mais tarde tal flexibilidade foi ampliada à luz da teoria da classificação facetada.

A CDU, como vários esquemas gerais, é uma classificação por aspectos, na qual um fenômeno é classificado segundo contexto e disciplina em que é considerado. Por isso, seus vários aspectos são encontrados em diferentes lugares (UDC CONSORTIUM, 2007, p.xvi).

A abordagem classificatória da CDU abrange dois tipos. A enumerativa, herdada da CDD, em que as categorias são arroladas exaustivamente para classificar o conhecimento produzido, e a analítico-sintética, onde são identificadas características comuns a várias categorias que, organizadas em listas ou tabelas, correspondem a uma faceta (UDC CONSORTIUM, 2007, p. xv).

Dentre as características herdadas da CDD, reconhece-se a divisão de assuntos em disciplinas e o princípio da decimalidade. Desta forma, a CDU também parte da divisão do conhecimento em dez classes principais: 0 - Generalidades, Informação, Organização; 1 - Filosofia, Psicologia; 2 - Religião, Teologia; 3 - Ciências Sociais, Economia, Direito, Política, Assistência Social, Educação; 4 - Classe vaga; 5 - Matemática e Ciências Naturais; 6 - Ciências Aplicadas, Medicina, Tecnologia; 7 - Arte, Belas-artes, Recreação, Diversões, Desportos; 8 - Linguagem, Linguística, Literatura; 9 - Geografia, Biografia, História.

Embora as classes (Notações Principais) sejam muito similares às da CDD, a grande peculiaridade da CDU é a possibilidade de fazer combinações com símbolos pré-determinados, representando, com maior nível de especificidade, o conteúdo do documento classificado (TABOSA, 2011, p.65)

Atualizações recentes conferem a CDU uma abordagem cada vez mais facetada. A partir da modelagem adaptada do vocabulário da BC2 (Bibliographic Classification 2nd ed.), da implementação da abordagem analítico-sintética, aliada a utilização de sinais auxiliares para indicar vários aspectos especiais de um assunto, ou relação entre assuntos na notação, a CDU reestruturada apresenta vantagens como a formalização de sua estrutura conceitual, onde suas relações hierárquicas e associativas são facilmente identificáveis. No contexto específico da classe Religião a nova classe 2, modelada a partir do vocabulário da BC2, de Bliss, foram identificadas oito facetas principais nas quais o conhecimento sobre religião é organizado: conceitos

religiosos, evidências religiosas, pessoas, atividades religiosas, processos religiosos, organização e administração (partes), propriedades religiosas e fé (entidades) (BROUGHTON, 2010, p. 273).

Se por um lado o vocabulário adaptado da BC2 promove uma estrutura conceitual de abordagem mais imparcial, cuja métrica de assuntos promovem uma certa isonomia, própria para uma classificação universal, a CDU ainda possui uma tendência em sua terminologia sobre Religião para o Cristianismo. Neste sentido, a abordagem por facetas permite a representação de assuntos complexos com a utilização dos auxiliares especiais como elementos de ligação de assuntos simples. Como exemplo a abordagem analítico-sintética organiza o assunto Islamismo na faceta 28 da seguinte forma:

Quadro 2. Representações do Islamismo na CDU com o uso de Auxiliares Especiais.

Notação	Assunto	Notação	Assunto
2	Religião	28	Islamismo
2-1	Teoria, Filosofia, Natureza, Fenômenos da Religião	28-1	Teologia Islâmica
2-2	Provas da Religião	28-2	Provas do Islamismo
2-3	Pessoas da Religião	28-3	Pessoas no Islamismo
2-4	Atividades Religiosas	28-4	Atividades Religiosas no Islamismo
2-5	Veneração, Culto, Rituais, Cerimonias	28-5	Adoração Islâmica
2-6	Processos em Religião	28-6	Processos no Islamismo
2-7	Organização e Administração Religiosa	28-7	Organização e Administração no Islamismo
2-8	Religiões segundo suas características	28-8	O Islamismo segundo suas Características

Fonte: UDC CONSORTIUM (2007).

Na próxima subseção tratamos dos conflitos existentes na classificação de informações relativas a grupos em situação de minoria social e o papel da biblioteca na divulgação de culturas marginalizadas como forma de garantia do direito a expressão da identidade cultural.

2.4 A Biblioteca, a Discriminação e o Direito a Expressão da Identidade

O Pacto internacional sobre direitos civis e políticos trata, no artigo 26, sobre a questão da igualdade de direitos perante a lei, sendo os indivíduos resguardados de qualquer forma de discriminação, seja quanto a sua “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação” (BRASIL, 1992). Em seu artigo 27, versa sobre o direito das minorias étnicas, religiosas e linguísticas, sobre o direito à sua própria identidade cultural, da prática religiosa e da utilização de seu próprio idioma. Tais posições são resultados de lutas históricas, sob

objetivo de transformação do estágio vigente das questões das relações sociais de poder, as quais tornavam públicas as inquietações de comunidades com discurso não alinhado com as ideias dominantes da sociedade.

Exemplos destes movimentos são as revoltas de escravos em Roma, as Beguine e outros movimentos de mulheres no século XII, alguns dos quais desencadearam a caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres, os movimentos/guerras camponesas do século XVI na Alemanha, os conflitos históricos étnicos e nacionais em todo o continente. É claro que, ao longo da história, na Ásia, no mundo árabe e na expansão do Islã, assim como na África e na América Latina, múltiplas formas de movimentos sociais se converteram em agentes de resistência e transformação social. (FRANK; FUENTES, 1989, p.19)

O direito à expressão cultural perpassa a questão da representatividade da diversidade cultural dentro da sociedade, abordando questões sobre a visibilidade destes grupos sociais e da disseminação de suas ideias e valores. A composição de um grupo social subentende a existência de uma terminologia que o identifique como tal, ou de um escopo documental nos quais são registrados valores, hábitos e ideologias. Por outro lado, as tensões advindas das relações de poder inferem também a construção de estruturas sob a intenção da manutenção de um status quo. Como exemplo observam-se questões sobre a discriminação advinda da construção da ideia de um único discurso válido, dispondo as demais ideias circulantes a um segundo plano. Tal disposição torna-se fonte para toda espécie de discursos de ódio, oriundos das tendências das instituições que lidam com a informação a disponibilizarem as mesmas segundo a perspectiva dominante.

Como exemplos de discriminação social advinda de um discurso majoritário, observa-se a questão da propagação de conceitos inadequados sobre a religião islâmica, considerada pelo viés cristão ocidental, a heteronormatividade como fonte de preconceito sobre a comunidade LGBT, a disseminação da informação sob a perspectiva europeia, como promoção do silêncio e extinção dos discursos não alinhados com as ideias circulantes dentro da sociedade.

Direcionando a questão para o ramo da Organização do Conhecimento, a aplicação indiscriminada de conceitos que refletem uma única modalidade de discurso denotam a replicação de conceitos discriminatórios, evidenciados nos sistemas de organização do conhecimento, o que destoia de um valor fundamental das bibliotecas: a diversidade.

A diversidade é declaradamente um valor fundamental para bibliotecas, embora seu enfoque continue a ser majoritariamente homogêneo. O caráter social é um valor central em termos do papel da biblioteca e sua contribuição para melhorar ou resolver os problemas

críticos da sociedade. A persistência e crescimento de desigualdades, combinada com políticas que não conseguem proteger os direitos e as oportunidades de minorias sociais, torna essencial priorizar a diversidade e justiça social nas bibliotecas (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p.139).

Neste caso, a promoção da diversidade social nas bibliotecas, seja em relação a seu público, assuntos ou colaboradores, constitui-se em ação para a garantia da cidadania. Abordando a questão da representatividade “bibliotecas podem exercer uma influência sobre a diversidade, ou sobre a falta dela, através de escolhas que fazem no cumprimento das missões primárias de recolher, preservar e fornecer acesso à informação” (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p.140). Milani e Guimarães (2011) apontam para a responsabilidade de uma conduta ética na representação de assuntos, abordando a necessidade da prevenção de desvios para garantia do acesso e recuperação da informação:

Assim, as biases figuram como problemas éticos [...] que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área (Milani et al., 2009) na medida em que, [...], podem sinalizar para uma perda de “autonomia cultural”, o que causará danos ao acesso e recuperação da informação. Pode-se dizer, assim, que as biases não estão limitadas a descrições individuais; há biases relacionadas a “gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas com o limite para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos para populações diversas” (MILANI; GUIMARÃES, 2011, p. 9)

A sub-representação de um grupo, aliado à construção e circulação de ideias negativas sobre determinada comunidade, torna-se fonte de condutas predatórias, sob o risco de privação de direitos de um determinado grupo social. Como exemplo, observa-se o senso comum construído no Ocidente acerca da Religião Islâmica que, na maioria das vezes, é associada à imagem de terrorismo, fanatismo religioso e violência, o que interfere diretamente nos direitos à expressão cultural e religiosa, visibilidade, livre acesso e circulação de seus adeptos.

No Quadro 3, observamos as relações entre os termos Jihad, Sharia, “Direito Muçulmano”, “Fundamentalismo Islâmico” e Terrorismo no catálogo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, utilitária da CDD, tanto a não opção pelo termo reconhecido (Sharia), a associação para visão belicista do jihad, e a opção inadequada dos termos Islã (que se refere a religião islâmica, não seu viés ideológico), e terrorismo Islâmico (cuja notação envolve um viés religioso, e não político).

Quadro 3. *Relações entre os termos Sharia, Jihad, Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo Islâmico.*

Termo Tópico	Obra	Notação BN
Sharia	Derecho musulman	340.59
Jihad	A atual guerra islâmica: o terrorismo	297.72
Fundamentalismo o Islâmico	A doença do Islã	320.550917671
Terrorismo Islâmico	A crise do Islã: guerra santa e terror profano	297.72

Fonte: Catálogo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional (2019).

Tal fato se repete nas notações do catálogo da Biblioteca Islâmica, na qual observa o viés político das relações entre o Jihad (Yihad), Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo.

Quadro 4. *Relações entre os termos Sharia, Jihad, Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo Islâmico no Catálogo da Biblioteca Islâmica AECID.*

Obra	Notação	Termos Tópicos Correlacionados
Eurojihad	28-769(4) 28-832(4)	Jihad (europeu) Terrorismo Islâmico Fundamentalismo Islâmico
La yihad a nuestras portas	28-769(6-17) 28-832(6-17)	Fundamentalismo Islâmico – África Terrorismo Islâmico – África
Citizen Islam: the Future of Muslim integration in the West	28:32(4)	Islã e política na Europa Fundamentalismo Islâmico
Islam: Vision critica	28 28-832	Fundamentalismo Islâmico Terrorismo – Aspectos religiosos

Fonte: SILVA; PEREIRA (2017).

Conforme visto, a ideia dominante na sociedade determina tanto a escolha dos termos para representar uma minoria, quanto da associação das ideias acerca de uma comunidade na sociedade. Neste exemplo, a ideia de fundamentalismo islâmico é recorrentemente ligada a Jihad e a atos terroristas. A ideia de guerra santa implícita na Jihad é comum também a outras religiões. Contudo, a ideia comum associada ao Islamismo constrói a ideia de que a Religião, bem como sua comunidade, adota a violência como regra. Neste sentido, torna-se necessária a abordagem sobre conceitos relativos a religião, identidade e da composição da identidade Muçulmana. Observamos a evolução do conceito Religião, da construção da identidade social e dos assuntos formadores da Identidade muçulmana enquanto religião e ideologia.

3 Religião

Nesta seção apresentamos a formação do conceito de Religião enquanto resultado do processo de seleção filosófico-ideológica. Neste caso, o conceito religião é produto de um processo histórico, cujo sentido é modulado pelas várias transformações do saber, onde, influenciados por novas teorias e formas de pensamento, são frequentemente utilizados como forma de legitimação ideológica.

Neste sentido, o conhecimento sobre religião reflete o contexto sociocultural oriundo das diversas construções do seu conceito no Ocidente. Coutinho

(2012) denota esta correlação ao associar a evolução do conceito de religião às transformações relativas ao desenvolvimento científico. Para o autor, o pensamento sobre religiões evolui de maneira contínua através da história. Desta forma, o conceito sobre Religiões, evolui, morre e se refundamenta com bases em conceitos anteriores (COUTINHO, 2012).

3.1 *Religião: A Construção do Conceito no Ocidente*

O conceito ocidental de Religião, associado ao termo *Religio*, a princípio era relacionado ao cotidiano da sociedade romana na antiguidade. Segundo Azevedo (2010) “o termo *religio*, enquanto observância escrupulosa do rito, enquanto um zelo constante em relação aos deuses, dizia respeito aos atos do próprio cotidiano; cotidiano que, por sua vez, deveria se configurar por esse cuidado constante em relação aos deuses” (AZEVEDO, 2010, p. 92). Neste caso, o termo *religio* apresenta origem etimológica no termo *relegere* dos textos de Cícero, cujo “significado diz respeito a recolher-se, a fazer uma nova escolha, a retornar a uma síntese anterior para recompô-la” (AZEVEDO, 2010, p. 93).

Se por um lado o *religio - relegere* de Cícero atribuía o cuidado aos rituais inerentes ao cotidiano da cultura romana, autores cristãos como Lactancio, Agostinho e Tertuliano promovem uma ressignificação do termo seguindo uma intencionalidade filosófico-ideológica. A ressignificação envolvia uma delimitação acerca dos domínios do sagrado e do profano, de forma a contribuir com a clara definição daquilo que era “religião verdadeira” e do que era considerado como rito pagão, (AZEVEDO, 2010). Neste caso, a *religio* atribuía-se a origem etimológica *religare*, cujo sentido denotava o aspecto da dependência que caracterizava o culto cristão acerca da relação entre a Criatura e o Criador (AZEVEDO, 2010), resignificando o sentido do *religio-relegere* de Cícero, transformando a ideia do zelo escrupuloso aos rituais da religião romana politeísta para a noção Cristã de transcendência, da relação de dependência a um único Deus.

A criação das Humanidades delega novos sentidos à religião. Juntamente aos novos sentidos, emergem novos conceitos utilizados para explicar o fenômeno religioso de forma objetiva e racional. Desta forma, a *religio* cristã mais uma vez transforma-se, acrescentando à cosmovisão novos conceitos orientados ao contexto social a qual está inserido. Segundo Coutinho (2012) as diversas definições da religião no Ocidente contribuem na compreensão da natureza das manifestações religiosas. Segundo a visão subjetivista, a religião é um “sistema composto por descrições do sagrado, respostas ao sentido do mundo e da vida (crenças), meios, sinais, experiências de ligação a esse sagrado (práticas), orientações normativas do comportamento (valores) e atores coletivos com regras e recursos próprios

(coletividades)”. Sobre suas funcionalidades, a religião “permite regular e justificar a conduta individual (normativa), providenciar coesão social (coesiva), consolar e aliviar (tranquilizante), fortificar a vontade (estimulante), dar sentido à vida (significante), possibilitar a experiência do sagrado (experencial), crescer e amadurecer (maturativa), proporcionar identidade (identitária) e ministrar salvação (redentora)” (COUTINHO, 2012, p. 187).

Por outro lado, a construção do conceito de religião em sociedades não-ocidentais é orientada a uma cosmovisão divergente do Ocidente, onde a diversidade de religiosidades possui crenças e práticas específicas e igualmente influenciáveis pelo seu contexto sociocultural. Vale considerar que a escolha pelo termo não ocidental ao invés de Oriental, dá-se pelo reconhecimento das religiões africanas como exemplo de cultura em que os termos Ocidental e Oriental não podem ser aplicados.

3.2 *Religião em culturas não ocidentais*

A presente subseção trata da concepção da religião em culturas não ocidentais. Conforme citado na subseção anterior, o termo não Ocidental foi escolhido de forma a abranger tanto as culturas Orientais quanto as demais culturas cujos sentidos não permitem a conceituação Oriental ou Ocidental. Exemplos destas culturas são as religiosidades africanas e australianas que, apesar de sua localização geográfica apontar para o Ocidente e Oriente respectivamente, sua cultura não é reconhecida como tal.

A construção do termo religião em sociedade não ocidental é orientada à existência de uma pluralidade, frutos de uma diversidade religiosa detentoras de diferentes concepções do sagrado. Que muitas vezes divergem do construto judaico cristão do Ocidente.

Como exemplo, consideramos a sociedade nigeriana, cuja diversidade etnológica abarca a existência de cerca de 250 grupos étnicos, cujas manifestações religiosas variam desde as cosmovisões monoteístas como as cristãs e muçulmanas, até as existências de variadas religiosidades tribais. (IBEZIM, 2014)

Ibezim conceitua religião como o reconhecimento do homem acerca da existência de poder ou poderes além de si mesmo, do conhecimento de quem ele é, como criador do universo, e como sustentador preservador e provedor deste universo. A religião elucida o relacionamento entre Deus e homem sobre quem é o criador e controlador deste universo, conceitua o sentido de sistema da religião, definindo-a enquanto um sistema de “fé e práticas envolvendo a relação entre a humanidade e o que é considerado como sagrado” e sintetiza a pluralidade religiosa Nigeriana concebendo a religião como a conscientização do homem da existência de um ser (ou seres) espiritual que é maior do que ele. A este Ser é devotada sua total dependência

a partir de cultos rituais e sacrifícios experimentados nos mais diversos grupos religiosos da Nigéria (IBEZIM, 2014, p.91).

Conforme visto, o contexto sócio cultural modulou as definições de religião em sociedades ocidentais e não ocidentais. Nas sociedades ocidentais prevalece a noção de transcendência advinda da cultura judaico cristã, onde a religião é “sistema mediador entre o homem e entidades superiores. [Revelando] o Deus único e transcendente” (COUTINHO, 2012, p. 91). Já nas sociedades orientais, “a transcendência não está presente, mas antes o panteísmo, um deus em tudo. Assim, a religião não é ligação a algo superior e transcendente, mas à própria natureza, a todos os seres vivos”. (COUTINHO, 2012, p. 91)

Ora, tal pluralidade de sentidos da religião infere a necessidade da busca de um sentido comum a várias religiosidades dispostas no Ocidente e no Oriente. Neste ponto, a próxima subseção trata da teoria da Religião de Durkheim (1968) enquanto modelo teórico que busca um distanciamento das concepções majoritariamente cristãs em favor do reconhecimento de uma pluralidade cultural e religiosa.

3.3 A Religião por Durkheim

Durkheim (1968), ao distanciar seus sentidos das concepções majoritariamente cristãs em prol do reconhecimento de uma pluralidade religiosa, busca uma concepção de religião de acordo com elementos comuns a toda manifestação religiosa. Neste ponto, Guerriero (2012) afirma que a teoria da religião de Durkheim traz uma importante contribuição sobre o assunto ao definir a dialética acerca do sagrado como elemento comum a todas as religiões. Durkheim representava uma ruptura ao pensamento vigente orientando sua pesquisa para além do pensamento cristianizado, orientando sua pesquisa às diversas manifestações religiosas na sociedade.

Todas as crenças religiosas apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras ‘profano’ e ‘sagrado’ traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas e com as coisas profanas. (DURKHEIM, 1968, p. 19-20).

Para Durkheim a religião é um construto social com elementos que denotam a importância da manifestação coletiva da Religião na distinção entre o sagrado e o profano. (Durkheim, 1968, 46). Neste caso, a coletividade atua como promotora de valores, práticas

religiosas e ritos, atuante na construção de uma identidade em seus aderentes.

Durkheim (1968) confere a religião um conceito para além das religiões institucionalizadas, abarcando a diversidade de manifestações religiosas, individuais ou coletivas, existentes no mundo. Logo, a noção de sistema de crença e prática aliada a uma comunidade moral única é aplicável tanto religiões institucionalizadas como Cristianismo, Islamismo quanto para as diversas religiosidades tribais espalhadas pelo globo. A figura 1 denota a distribuição das religiões majoritárias nos continentes.

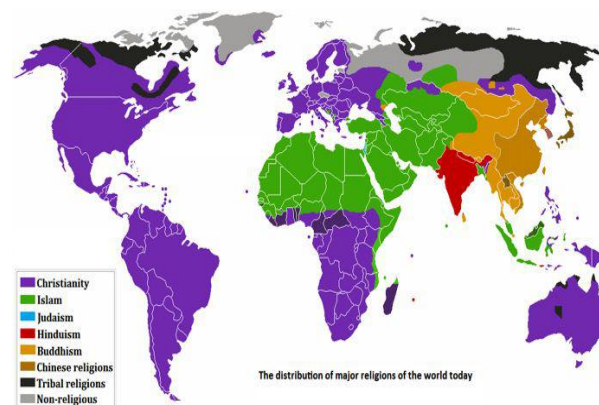


Figura 1. Religiões majoritárias no Mundo

Fonte: <https://www.readthespirit.com/explore/686-interview-with-stephen-prothero-on-god-is-not-1/>

Conforme visto em seção anterior, a religião é tema sensível no tocante à classificação. Falar de religião denota a necessidade de falar de conceitos e linguagens específicas, cujos sentidos envolvem uma forma de cultura e a expressão dos valores oriundos de uma identidade coletiva. Nesta etapa do trabalho, torna-se necessário a conceituação de identidade religiosa enquanto forma de identidade coletiva. Relacionam-se conceitos como Identidade, enquanto construção social advinda das interações do indivíduo, ou um coletivo com o meio social, e Sacralização, apresentada no Modelo de Identidade da Religião de Hans Mol, como salvaguarda na construção da identidade religiosa e Estigmatização como fruto da desconstrução de uma identidade social.

3.4 Identidade religiosa

Berger e Luckmann (1976 apud BERLATTO, 2009) definem identidade como um “fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1976 apud BERLATTO, 2009, p.141). Assim sendo, a identidade é o resultado de uma construção social onde indivíduos e coletividades se reconhecem e se auto reconhecem dentro de uma determinada estrutura social. Nesta dialética, “the processes of individual identity formation commonly influence and inform group identity formation, with the reverse being true as well. (AHJUM, 2013, p.159).

a identidade é interna e externa. Interna na medida em que trata sobre auto-reconhecimento, sobre a forma com que nós pensamos acerca de nossa própria identidade, e externa ao considerar como o ambiente externo nos vê. Não se refere apenas a nossa própria impressão sobre nós mesmos, mas de nossas impressões sobre os outros e dos outros sobre nós. Portanto, a identidade é o sentido que alguém tem sobre quem ele é, o que algo é, e o conjunto de impressões têm sobre os outros, alguém ou algo. Assim, identidade tem significado individualista e coletivo. (IBEZIM, 2014, p.91).

Mol (1979) acrescenta aos sentidos de identidade individual e de grupos (coletivas) a noção de identidade social. Afirma que todos estes níveis de identidade apresentam tendência à “unicidade” como fator de estabilidade, a inteireza/completude a partir da integração de características ou ao fortalecimento de fronteiras em torno de uma única questão (MOL, 1979, p. 12).

Religion in general tends to promote the stabilization of individual and group identity by favouring the preservation of old content (in the form of doctrine, ritual, moral frameworks, role expectations, symbols and the like) offering individuals a basis for reconstructing their identities within a stable or very slowly changing universe of shared meaning. New content is typically assimilated and old content revised or interpreted only after cautious censorship. (SEUL apud AHJUN, 2013, p.160)

Hans Mol nos apresenta o conceito de sacralização enquanto elemento estabilizador da identidade descrevendo-a como "o processo inevitável que protege a identidade quando ele está em perigo pelas desvantagens da adaptabilidade infinita dos sistemas de símbolos. Sacralização protege a identidade, um sistema de significado ou uma definição da realidade e modifica, obstrua ou (se necessário) legitima a mudança” (MOL, 1979, p. 16). Desta forma, compreende-se que a identidade não é um objeto estático, mas sujeito às dinâmicas inerentes aos contextos sociais, e a sacralização como componente estabilizador de identidade. (MOL, 1979). A sacralização observa mecanismos como a objetificação, o comissionamento, os rituais e o mito.

A objetificação atua como a projeção da ordem de um além onde é menos vulnerável a exceções, contradições e contingências -em outras palavras, um reino rarefeito onde principais contornos da ordem podem ser mantidos em face de luxações temporais, mas absorvente dessa ordem; o Comissionamento funciona como a ancoragem emocional nos vários focos de proliferação de identidade; os Rituais, enquanto ações repetitivas, articulações e movimentos com objetivo de evitar que objetos sacralizados se percam de vista; e o Mito como Integração das várias troncos em uma conta simbólica e coerente, de forma abreviada (MOL, 1979, p. 17).

Segundo Powell (2017) a identidade é “o nicho estável que o homem ocupa em um ambiente potencialmente caótico que, portanto, ele está preparado vigorosamente para defender” (MOL, 1976 apud POWELL, 2017,

p.65). Ahjum (2013) afirma que a identidade, “individualmente ou coletivamente expressa, é um processo, ao invés de um estado fixo” (AHJUM, 2013, p. 159). Neste sentido, Berger e Luckman (1976 apud BERLATTO, 2009) afirmam que:

a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob certo ponto de vista – e exclusão – visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros. (BERGER, LUCKMAN, 2009 apud BERLATTO, 2009, p. 142)

Tal dinâmica envolve relações de poder, onde grupos que possuem condição majoritária atuam tanto o reconhecimento de determinados grupos minoritários, quanto em sua estigmatização, em uma clara relação de dominação. Desta forma influenciam as ideias inerentes a indivíduos pertencentes a um grupo minoritário, sob a intenção da manutenção de um *status quo*. Conflitos desta natureza estão presentes entre as etnias residentes nas províncias da Nigéria. Etnias em condição majoritária como Hausa-fulani, Iorubá e Igbo interferem no arcabouço cultural da região de tal forma que provocam o acultramento das etnias em condição de minoria social (IBEZIM, 2014). Como resultado, observamos o risco de uma sistemática extinção de uma identidade cultural religiosa a partir dos conflitos religiosos, do acultramento dos grupos minoritários, do incentivo a endogamia religiosa, do etnocentrismo cultural e da secularização advinda do modernismo. Como consequência, observamos a influência da situação relacional nas estratégias para a legitimação de uma identidade (IBEZIM, 2014).

De acordo com a situação relacional, a auto identidade que diz respeito à capacidade de o indivíduo se nomear, terá maior ou menor legitimidade que a heteroidentidade (refere-se à força dos atributos construídos pelos outros em relação ao indivíduo). Ou seja, vai depender da relação de força entre os grupos de contato, que poderá ser uma relação de força simbólica. A heteroidentidade traduzir-se-á pela estigmatização dos grupos minoritários, numa situação de dominação caracterizada (BERLATTO, 2009). No Ocidente encontramos na construção dos estereótipos das culturas periféricas em situação de minoria social e orientais outra evidência destas relações de poder. Para efeito de trabalho, consideraremos a construção do estereotipo do Muçulmano no Ocidente em contraposição aos valores que compõem a identidade muçulmana.

Na próxima seção tratamos da representação da cultura muçulmana em esquemas de classificação

bibliográfica, considerando as influências da construção do imagético muçulmano no ocidente na escolha terminológica e na construção da estrutura semântica dos assuntos pertinentes a cultura Islâmica nestes esquemas de classificação bibliográfica. Para este fim, abordam-se conceitos básicos sobre o Islamismo, enquanto religião e ideologia, de forma a constituir elementos comuns às comunidades muçulmanas, de forma a fornecer subsídios para identificar incongruências na classificação e na seleção terminológica de assuntos sobre o Islã.

4 Representando A Identidade Coletiva Muçulmana

A representação do Islã nos Esquemas de Classificação Bibliográfica tem profunda relação com a construção de sua imagem pelo Ocidente. Neste sentido, o processo envolve uma seleção de informações dissemináveis, tanto para propagação quanto para a censura de determinada posição. Tal estratégia, também utilizada na construção da identidade coletiva, baseia-se em uma complexa seleção de ideias que quase sempre representam apenas uma fração de um determinado assunto complexo. Tal composição reducionista de determinada comunidade busca a vulgarização de um ponto de vista, de uma imagem muitas vezes distorcida de determinado assunto. Assim sendo, ao analisar o discurso sobre o Islamismo no Ocidente, identificamos desde o Iluminismo uma construção sobre a composição étnica do Islamismo, associada principalmente a cultura árabe ignorando elementos diversos inerentes à própria religião e os condicionantes locais das diversas comunidades, que influenciam tanto o relacionamento interno quanto a relação entre crentes e integrantes de outras religiões.

Actualmente, o Islão é definido negativamente como aquilo com que o Ocidente está em confronto radical e esta tensão cria um quadro de entendimento que limita em extremo o conhecimento do Islão. Enquanto este quadro se mantiver, o Islão, enquanto realidade elementarmente vivida pelos muçulmanos, não poderá ser objecto de conhecimento. (SAID; 1981, p. 155 apud VAKIL; 2004, p. 17)

O reducionismo inerente à abordagem ocidental sobre Islã constrói a imagem do “Islã Problema”, realocando-o ora como questão de segunda classe, ora como ameaça, ignorando a complexidade das discussões inseridas em sua comunidade. Entre as flagrantes manipulações identificáveis na imagem construída do Islão está em sua associação quase que exclusiva à cultura árabe, estabelecendo uma identidade étnica, desconsiderando a conceituação corânica de ummah enquanto comunidade islâmica universal. Contudo, a expressão de uma identidade islâmica abrange assuntos muito mais complexos que sua mera concepção étnica ou religiosa. O Islã envolve debates tanto acerca de

suas religiosidades quanto de seu escopo político-legislativo. Vakil (2004) afirma que:

A imputação simplista da teocracia islâmica, esbatendo a própria diversidade de percursos históricos, compromissos e soluções da relação Estado-Igreja no Ocidente, e cega às expressões de religiosidade pública dos contextos não ocidentais em que vive a larga maioria das populações do globo, não apenas ignora os debates sobre os sentidos “islâmicos” e a realidade histórica da relação entre política e religião (Ayub, 1991: 5; Asad, 1993: 200-236, 2003; Ramadan, 2004: 144-47) como as próprias propostas de “secularismo islâmico” (VAKIL, 2004, p;19)



Figura 2. Campanha Not in My Name – O Islã não é só árabe e não é ISIS

Fonte: RAZÕES PARA ACREDITAR, 2019.

Segundo Mantran (1977), a partir da Hégira, a religiosidade islâmica comportara disposições de caráter social e político. Duarte (2015) considera que a comunidade islâmica aborda questões de um ativismo religioso, onde não existe diferenciação entre o escopo social e o religioso. Por outro lado, Fierro (1997) propõe uma diferenciação entre os termos Islã e Islamismo. Para a autora, Islã é o termo referente à religião dos muçulmanos, correspondendo aos termos Judaísmo e Cristianismo. Designa também a cultura difundida por todo Oriente Médio, Norte da África, Ásia e Índia. A esta difusão acompanha-se a língua da revelação, o árabe, a exceção do Irã, um país muçulmano de língua persa.

Duarte (2015) denota ao Islamismo uma terceira via de conotação ideológica, onde seus aderentes “têm como premissa base a indivisibilidade absoluta da já referida trindade islâmica: o Islão como religião (din), como modo de vida (dunya) e como fórmula governativa (dawla)”, (DUARTE, 2015, p. 10). Dentro desta fórmula, o Islamismo é visto como um movimento social (ortopraxia): não se tratando de uma “fórmula abstrata de manifestação de fé, nem um excesso de Islão (religiosidade). É um movimento que, como outro movimento social e político análogo, tem uma determinada doutrina, aplica-a ideologicamente e recorre a formas de ação específicas para fazê-la vingar” (DUARTE, 2015, p. 100). Em qualquer das

concepções referidas, o Islamismo tem toda sua conduta baseada no componente religioso. Neste ponto:

[a ideologia islâmica se] assenta num vínculo ético que une as pessoas que fazem parte da mesma sociedade, neste caso, a Ummah. E sendo um movimento de caráter religioso, a ideologia que o fundamenta parte da ideia de uma comunidade política (ainda que virtual) peculiar, pois é fruto de um pacto superior as relações contingentes e precárias do quotidiano da polis. Isto significa que se dá a religião uma função de integração social e política, passando a ser a trava mestra da orientação da ação dos indivíduos em todos os campos da sociedade (DUARTE, 2015, p. 103).

A ummah funciona como uma identidade coletiva “desenvolvida no processo social quando indivíduos internalizam valores, alvos e propósitos da sociedade” (HASSAN, 2002, p. 96 apud SANTOS, 2011, p.181). Na Ummah as identidades se entrelaçam ao compartilharem o mesmo mito de origem, os mesmos rituais e os mesmos valores descritos na Sunnah e no Corão.

A ummah se tornou uma estrutura onde outras identidades se uniram formando uma só identidade religiosa. Em Medina foi estabelecido um novo meio de coesão social entre os seguidores do Islã, pois, agora eles eram membros de uma comunidade em que havia consciência de identidade que transcendia as outras formas de pertença. A única restrição que havia para a comunidade dos muçulmanos era a fé, assim, os fundamentos para uma religião universal estavam estabelecidos (SANTOS, 2011, p, 168).

Santos (2011) reitera a influência da historicidade enquanto mito de origem em uma identidade religiosa. Logo, ao evocar um sentimento de estabilidade, a “história se torna um dos fundamentos para uma noção de identidade. Por isso, existe uma busca para explicar a identidade recorrendo ao passado para que uma legitimidade histórica seja estabelecida” (SANTOS, 2011, p.168). Neste processo, a visão de mundo é orientada segundo a visão do grupo específico objetificando um lugar e personagens históricos ideais, na qual valores e sentidos são corroborados. No caso do Islã, a Medina dos primeiros anos do Islã abrigava a comunidade ideal bem como o homem perfeito.

Assim, a análise da vida de Muhammad ganha importância na medida em que o profeta como personagem histórico-mítico, na concepção islâmica, traz consigo o modelo perfeito de homem muçulmano e a primeira comunidade considerada como ideal e referência para todas as gerações posteriores de muçulmanos (SANTOS, 2011, p. 169).

Muhammad promove uma ruptura ao organizar uma nova religião e uma nova sociedade, designando os preceitos religiosos e sociais a partir das revelações descritas no Alcorão, fundamentando a nova religião como o fator normativo da sociedade muçulmana. Desta forma, o credo muçulmano surge como fator

integrativo no desenvolvimento de uma identidade muçulmana. Assim sendo, a próxima seção trata da doutrina religiosa do Islã como componente integrador na comunidade muçulmana.

4.1 O Islã ou Islamismo?

Aqui abordamos o Islamismo enquanto religião e ideologia. Neste sentido, tratamos da religiosidade islâmica enquanto manifestação da identidade muçulmana, a partir da observação de preceitos estabelecidos na fundação da sociedade islâmica.

Segundo Mantran (1977), a partir da Hégira, a religiosidade islâmica comportará disposições de caráter social e político. Duarte (2015) considera que a comunidade islâmica aborda questões de um ativismo religioso, onde não existe diferenciação entre o escopo social e o religioso. Por outro lado, Fierro (1997) propõe uma diferenciação entre os termos Islã e Islamismo. Para a autora, Islã é o termo referente à religião dos muçulmanos, correspondendo aos termos Judaísmo e Cristianismo. Designa também a cultura difundida por todo Oriente Médio, Norte da África, Ásia e Índia. A esta difusão acompanha-se a língua da revelação, o árabe, a exceção do Irã, um país muçulmano de língua persa.

O Muhammad histórico era natural de Meca, cidade localizada em uma rota comercial na península arábica. A tradição muçulmana define o ano 570 d.C. como o ano de seu nascimento, e o seu chamado como profeta nos 610 d.C., aos 40 anos. A visão deste Muhammad, ao mesmo tempo histórico e mítico para a sociedade islâmica, representava uma ruptura com a sociedade pré-islâmica, cuja organização política era fundamentada segundo tradições familiares, e a organização religiosa sobre uma cultura politeísta. Segundo a tradição muçulmana,

[...] em Meca, as pessoas tinham consciência de que existia um “Deus” que era superior aos outros deuses, mas os sacrifícios eram oferecidos a ídolos e espíritos e não havia conceitos sobre a vida após a morte. Assim, na concepção muçulmana, a sociedade árabe pré-islâmica estava em decadência moral e espiritual. (SANTOS, 2011, p.171)

Muhammad organizou uma nova religião e uma nova sociedade, designando os preceitos religiosos e sociais a partir das revelações descritas no Alcorão. Neste momento, Muhammad construía a religião como o fator normativo da sociedade muçulmana. Desta forma, o credo muçulmano surge como fator integrativo no desenvolvimento de uma identidade muçulmana. Assim sendo, a próxima seção trata da doutrina religiosa do Islã como componente integrador na comunidade muçulmana.

4.2 O Islã e o Muçulmano

Os preceitos da doutrina religiosa islâmica enquanto componente integrador na comunidade muçulmana observa o Corão enquanto base na constituição de valores na construção de uma identidade muçulmana.

Para um muçulmano a vida social começa e termina no Corão. Seus ensinamentos foram estabelecidos como parâmetro de toda sociedade muçulmana, seja em questões de governo, seja por questões religiosas. Massignon citado por Mantran (1977) descreve o Corão como fonte de magistério legislativo (amr), magistério judiciário (fiqh) e ao poder executivo. Estabelecido em definitivo por volta do ano 633 durante o califado de Otman, “é dividido em 114 suras, com número variável de versículos (aya)” (Mantran, 1977, p.72). Contudo, à medida que a sociedade muçulmana se desenvolvia

Os muçulmanos não tardaram em verificar que Corão não respondia a todas as questões que surgiram no plano da organização governamental, administrativa e judiciária; era preciso, então, encontrar complementos que, embora não tirados do Corão, fossem assim mesmo aceito pelos muçulmanos. Estes complementos vieram a constituir a Sunnah, e em nada afetavam a fé (iman) cujo credo integral está no Corão (MANTRAN, 1977, p. 181).

A Sunnah nada mais é que uma coleção de hadith (tradição) que consistiam nos ditos do profeta Muhammad reunidos pelos seus companheiros. Sua principal função era servir de suporte aos casos não contemplados pelo Corão. Com o tempo a Sunnah enriqueceu-se a tal ponto que foi necessário introduzir uma ciência crítica dos hadiths para distinguir as autênticas das apócrifas (MANTRAN, 1977, p.181). A Ciência Crítica da hadith era embasado nas obras de Bukhari, Muslim, Abu DAwud, al-Nasai, al-Tirmidî e Ibn-Madja durante os sec. XIII e XIV.

Do corão e da Sunnah procedeu a Sharia, a lei religiosa que, por sua vez, originou o direito muçulmano. Mas a instituição desse direito e as interpretações da lei deram origem a escolas diversas, ortodoxas ou não, que tiveram influência no poder político e em sua aceitação (MANTRAN, 1977, p.183).

Diferenças e divergências da tradição nas diferentes comunidades islâmicas como os sunitas, xiitas e khadjiritas deram origem a uma diversidade de seitas, cada qual dando interpretações religiosas ou filosóficas, baseando-se em elementos por vezes incontroláveis (MANTRAN, 1977, p.184).

Muhammad constantemente afirmava que o Islã não se trata de uma nova fé. Afirmava que a revelação registrada no Corão restabelecia em sua pureza original a religião revelada por Deus a Abraão e que este transmitira a Ismael (MANTRAN, 1977). Seu conteúdo (iman) era extremamente simples. O princípio essencial era a crença em Alá, Deus único, todo poderoso e eterno, criador de todas as coisas; a crença em Alá é acompanhada da crença nos profetas –

o último dos quais foi Muhammad – nos anjos, nos Livros revelados – o último e único necessário dos quais é o Corão -, no dia da ressurreição, na predestinação (qadar), o que implica na negação de liberdade do homem. (MANTRAN, 1977, p.72)

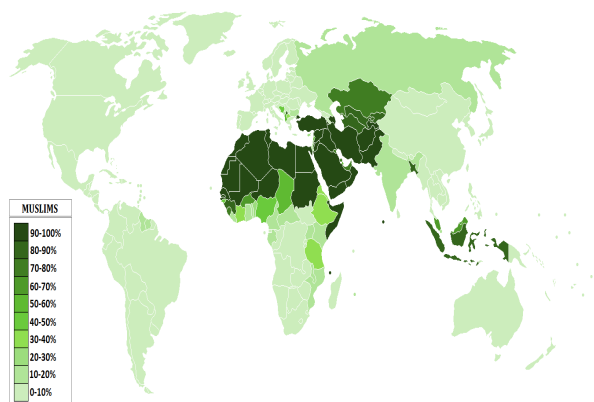
A estrutura doutrinal do Islã possui como princípios basilares a profissão de fé (shahada), a oração (Salah), a esmola (Zakat), o jejum no mês do Ramadã (Salat) e a peregrinação (Hajj). Seguindo tais práticas, ensinadas por Muhammad desde o princípio, “será considerado Muslim, que segue a Religião da Verdade (din al-haqq)” (MANTRAN, 1977, p.72).

A estas obrigações/prescrições acima se costuma acrescentar a Jihad. FIERRO (1997) denota ao termo um duplo sentido: o primeiro relacionado a jihad da alma, na qual denota o esforço espiritual do fiel em seu interior para aperfeiçoar-se no ponto de vista moral e religioso; o segundo um jihad da mão, que remonta ao significado popular e belicista, amplamente divulgado pelo Ocidente e ideologicamente associado a grupos fundamentalistas. A este significado, Fierro (1997) associa o sentido de guerra legal, por se tratar de uma ação armada legal desde o ponto de vista jurídico. (FIERRO, 1997, 87). Neste sentido, o objetivo original da jihad não consistia na conversão forçada ou a expansão de fronteiras, mas consistia em uma atitude de defesa, de autopreservação. Mantran (1977) afirma ainda que a jihad representava uma obrigação ocasional, não fazendo parte dos princípios essenciais do Islã, sendo costumeiramente utilizada pelos governos seculares.

Mantran (1977) reitera a obrigatoriedade da guerra santa restritas ao contexto específico da pregação do Profeta. No entanto, os governos subsequentes à morte do profeta aproveitaram-se do conceito, utilizando-o como forma de propagação do Islamismo (no sentido de estado) para além das fronteiras árabes. Vale considerar que os povos conquistados não eram obrigados a seguir a religião, mas deveriam pagar um imposto de proteção (dhimmi). Quanto à adesão (Dawa), Duarte (2014) afirma que estava implícito que toda a comunidade tem a obrigação de expandir o Islã. Para um muçulmano, o “mundo encontra-se dividido entre dar al-islam (território islâmico, onde é aplicada a jurisprudência islâmica) e dar al-harb (significa literalmente a morada da guerra, mas refere-se ao território não-islâmico)”. Seu objetivo é expandir o *dar al-islam* pelo mundo inteiro, para que todos possam partilhar de uma ordem social e politicamente justa”.(DUARTE, 2014). A atualidade ainda prescreve uma terceira via, onde o muçulmano vive em acordo com o grupo majoritário dos países em que se constitui como minoria. A figura 3 demonstra a atual distribuição dos adeptos no mundo.

Figura 3. *Muçulmanos no Mundo*

Fonte: Wikipedia (2019).



A comunidade islâmica atualmente compõe cerca de 20% da população no mundo estando presente em todos os continentes. Sua comunidade possui condição majoritária nos países do norte da África, Oriente médio e parte da Ásia, Europa e Oceania (Figura 1), sendo a segunda em adeptos no mundo, com população significativa em países do primeiro mundo nos Estados Unidos, França, Espanha e etc. No Brasil, segundo IBGE (2010), são de cerca de 35.671 adeptos. Contudo, as novas composições sociais, advindas principalmente da diáspora africana e da crise da Síria, devem compor diversas inserções, tanto nos números quanto nas características do Islã no Brasil. Mesmo assim, os critérios sobre a composição da religião muçulmana pelo IBGE assumem a ideia de auto reconhecimento, da forma em que o muçulmano se vê, sua identidade individual.

A atual composição do Islamismo no mundo sofre a influência de uma série de contextos, que ora evidencia a criação da comunidade unificada por força de seus valores e tradições religiosas, ora denota uma complexa composição ideológica, demonstrada na diversidade de ideias circulantes na mesma comunidade. De fato, uma análise estrutural do Islã atual não deve desconsiderar as influências históricas e sociais na construção das várias identidades recorrentes em sua comunidade. Neste sentido, a construção identitária do Islã sunita do Brasil envolve debates intensos, como as interpretações do Corão e da Hadith, da diversidade de seitas e grupos, sobre o lugar da língua árabe, da diversidade étnica dos adeptos do Rio de Janeiro, dos arabismos dos adeptos da comunidade de São Paulo e do Paraná; do lugar da violência, da exposição midiática, dos silêncios e da estigmatização de seus costumes e de sua identidade.

Partindo do pressuposto que produção bibliográfica reflete as inquietações de uma comunidade acerca de si mesma e sobre outra comunidade, a próxima seção apresenta a pesquisa acerca das produções bibliográficas sobre o Islã nos bases de dados AJOL (African Journals OnLine), DOAJ (Directory of Open

Access Journal) e Scielo BR (Scientific Electronic Library Online Brasil), sob objetivo de investigar as ideias disseminadas sobre o Islã em bases de dados de sociedades ocidentais, não ocidentais e de língua portuguesa, bem como a influência do imaginário construído sobre a identidade muçulmana na terminologia dos artigos selecionados.

A seguir, analisa-se como os Assuntos referentes a cultura/identidade muçulmana estão estruturados na 23ª. Edição da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU) com o objetivo de investigar como assuntos referentes a identidade muçulmana estão organizados, observando critérios referentes a sua estrutura e seleção terminológica.

5 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos realizamos estudos na CDD23 e na 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa da CDU, segundo a metodologia de Miranda (2009), pesquisa bibliográfica em bases de dados de diferentes culturas com ênfase nas influências do contexto sociocultural na produção científica pertinente à cultura Islâmica. A produção científica sobre assuntos referentes à cultura e identidade muçulmana apresentou-se numerosa e diversificada nas bases de dados de natureza global (DOAJ) e não ocidental (AJOL) e baixa na base de dados ocidental (Scielo).

Nas etapas da pesquisa consideramos: a) análise e estudo dos esquemas de classificação bibliográfica orientada à recuperação de classes e categorias temáticas relativas à Religião Islâmica; b) identificação e extração dos segmentos temáticos da 23ª edição da CDD, e da 2ª edição padrão internacional em língua portuguesa da CDU relacionado ao conhecimento e cultura islâmica. Os segmentos temáticos obtidos foram analisados com base nos conceitos estabelecido pela cultura islâmica; c) Pesquisa na literatura sobre o conhecimento muçulmano de forma a identificar a terminologia referente a cultura islâmica, bem como usos e sentidos do vocabulário utilizado pela comunidade; d) avaliação da estrutura conceitual observando coerência em sua: ordenação lógica; usos e sentidos de vocabulário; detalhamento de assuntos.

6 Análise da Representação do Islamismo nos Esquemas de Classificação Bibliográfica

Na análise da CDD e da CDU consideramos critérios como: a representação do assunto Religião; a estruturação conceitual do Islamismo na Classe 200 Religião verificando: a ordenação lógica, usos e sentidos de vocabulário e detalhamento de assuntos; e as relações entre os termos que refletem a representatividade da comunidade islâmica no mundo.

Como critério de seleção terminológica, foram considerados apenas termos tópicos, sendo termos complexos utilizáveis como exemplos de notações. As edições utilizadas foram a 23ª. da CDD e a 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa da CDU.

O quadro 5 apresenta a correlação das notações da CDD em relação à CDU.

Quadro 5. *Relações de Notações ISLAMISMO em CDD e CDU.*

Assunto	Notação	Notação
Fontes do Islã	297.1	28-2
Teologia Islâmica	297.2	28-1
Adoração	297.3	28-5
Sufismo	297.4	28-1
Ética	297.5	28-4
Pessoas	297.6	28-3
Propagação da fé	297.7	28-7
Seitas	297.8	28-8
História da	297.09	28-9
Direito Muculmano	340.59	28-166 28-74

Fonte: Os Autores (2019).

6.1 *Análise da Representação do Islamismo na CDD*

Aqui tratamos da análise do assunto Islamismo na Classificação Decimal de Dewey. A edição utilizada foi a 23ª. Edição da Classificação de Dewey. O levantamento terminológico sobre informações sobre o Islamismo realizou-se no site WebDewey, as próximas Subseções apresentam os resultados obtidos como resultados das etapas da análise na CDD.

Os assuntos referentes ao Islamismo estão divididos na CDD sob as seguintes notações:

a) A Notação 297 – Islamismo, Babismo e Fé Bahai – informações referentes às bases da Religião Islâmica estão dispostas sob as notações 297.1-297.8, subdividindo-se em: 297.1 Fontes de pesquisa sobre Islamismo, 297.2 Assuntos sobre doutrina, disciplinas seculares e relações sobre o Islã e outros sistemas de fé; 297.3 Adoração Islâmica; 297.4 Sufismo (misticismo Islâmico), 297.5 Ética, experiências religiosas, vida e prática; 297.6 Líderes e organizações Islâmicas; 297.7 proteção e propagação da fé; e 297.8 Seitas Islâmicas e movimentos reformadores.

• Dentre as subdivisões padrão, é importante ressaltar as notações que abordam o Islamismo enquanto assunto de pesquisa acadêmica, 297.09 (História, tratamento geográfico e Biografia), onde se classifica os aspectos religiosos do Fundamentalismo Islâmico, e 297.092 (Biografias).

b) Classe 300 – Ciências Sociais.

Informações/ materiais sobre direito Islâmico (Shariah) são classificados sob a notação 340.59 – sistemas legais religiosos, em relação de subordinação a classe 340.5 – sistemas legais. Nesta notação são classificadas informações sobre a fiqh, sharia, e palavras compreendidas em trabalhos sobre furū‘ al-fiqh e uşūl al-fiqh. Informações sobre o conflito de leis, acerca da lei privada internacional, sobre o ponto de vista Islâmico estão na notação 340.9091767. Sobre a lei pública internacional, sob ponto de vista islâmico, classifica-se sob a notação 341.091767. Conflito de leis, no sentido de leis criminais, sob o ponto de vista islâmico, estão sob a notação 345.167.

c) Classe 700 – Artes e Recreação.

Notações referentes às representações artísticas sobre o Islã estão sob as notações: 700.48297 – Arte islâmica.; 704.94897 – Islã – Representação Artística;

704.9489735 - Lugares sagrados-Islã—Representações Artísticas;

704.948974092 - Santos (Sufi)--Representações artísticas,

d) Classe 800 – Literatura.

Notações referentes à obra literária sobre o Islã estão sob as notações 808.8038297082 Mulher--Religião--Islã-Literatura; 808.803829761 Líderes Religiosos – Islã -literatura-coleções; 809.9338297082 Mulher--Religião--Islã-Literatura-história e Critica; 809.933829761 Mulher--Religião--Islã-Literatura-história e crítica.

e) Classe 900 – História e Geografia.

A biografia de Adeptos do Islã é subordinada a classe 920: Biografias e está representada sob a notação 922(.97).

Quanto à estrutura conceitual, comparamos a abordagem classificatória em relação a outras religiões, observando critérios como ordenação lógica, usos e sentidos implícitos nas relações entre os conceitos e detalhamento de assuntos dentro da estrutura conceitual.

Em relação à ordenação lógica de assuntos, a análise da estrutura da CDD apresenta como resultados:

a) As diferentes concepções de Deus, (caso de Deus segundo o Cristianismo e Deus segundo o Islamismo) estão em classes de níveis hierárquicos diferentes;

b) Textos de maior autoridade das religiões são dispostos em classes de nível hierárquico diferentes, evidenciando a maior visibilidade ao Cristianismo. A Bíblia na CDD ocupa uma classe principal (220) e o Alcorão e Hadith ocupam a notação 297.122;

c) A própria existência da classe Outras Religiões - 290, considerando como religiões não-cristãs;

d) As diferentes concepções de SEITA (SECTS) no Cristianismo e no Islamismo. Seita, para os Cristãos, entende-se como “Grupo religioso dissidente, que deixa de participar de uma religião por não concordar com suas normas e objetivo” (Dicionário Online de

Português) e no Islamismo é considerada como divisões (setores) de uma mesma religião. Outro aspecto é a disposição em uma mesma classe de palavras que se referem a seitas e movimentos reformadores.

e) A correlação entre as religiões ISLAMISMO, BABISMO e FÉ Ba'hai, em relação de coordenação, e Sufismo como subdivisão do Islamismo.

Quanto à análise de usos e sentidos implícitos na CDD, os resultados obtidos foram:

a) Materiais sobre a Jihad estão representados sob a notação 297.72, em relação de subordinação a classe 297.7 – Proteção e propagação do Islã. Conforme visto em seção anterior, a ideia de Jihad por Mantran (1977) envolve um duplo sentido: a abordagem belicista dos primeiros anos do Islã e abordagem espiritual acerca da preservação da fé de modo individual. A ideia implícita de uma Jihad para a conversão forçada nunca foi uma unanimidade no Islã. De fato, estruturar a Jihad como uma forma de propagação ou proteção da fé trata-se de um reducionismo inerente da construção do discurso Ocidental sobre o Islã.

b) As classes Adoração Islâmica e Adoração Sufi. A adoção do termo Adoração para simbolizar práticas e preceitos religiosos aborda somente parte da vida religiosa do muçulmano. Mais do que formas de adoração, as práticas religiosas, preceitos e pilares do Islamismo são uma forma de expressão dos valores e da identidade do muçulmano. Desta forma, novamente lida-se com o reducionismo na forma de considerar os assuntos sobre a vida religiosa do Islã.

c) A classe 297.8 – Seitas islâmicas e movimentos reformadores. A classificação do Islamismo sunita e xiita juntamente com os demais movimentos e seitas sugere o desconhecimento da natureza de cada setor do Islã. Além disso, notações referentes à Islamismo ibadista ocupam menor espaço em relação às demais. Ausência sentida está em notações sobre partidos políticos islâmicos como Hamás, Irmandade Muçulmana e o Partido da Justiça e Desenvolvimento de Marrocos.

d) Os pilares do Islã são: Confissão de Fé (Sha-hada), oração (Salah), a esmola (Zakat) o jejum no mês do Ramadã (Salat) e a peregrinação a Meca (Hajj). Contudo, os termos não estão subordinados a notação Pilares do Islã (297.31). São distribuídas sob as notações 297.3524 (Hajj), 297.3822 (Salat), 297.54 (Zakat), 297.34 (Shahada) e 297.362 (Sawn Ramadan).

A análise da CDD23, observamos a possibilidade de detalhamento de assuntos, chegou aos seguintes resultados: a) Problemas com a hospitalidade de assuntos. A rigidez do sistema enumerativo da CDD impõe dificuldades na composição de notação de assuntos complexos. No caso do Islã, novos conhecimentos são frequentemente relegados a uma sub-representação, na qual o profissional decide por

uma redução nos sentidos referentes ao assunto representado.

b) A maior visibilidade da abrangência de assuntos relativos ao Cristianismo, evidenciada nas Classes Filosofia e Teoria da Religião; A Bíblia e Religiões específicas e Cristandades. Neste sentido, observa-se a histórica tendência a cosmovisão cristã, na Classe Religião da CDD, que possui maior abrangência em comparação com outras religiões.

A análise da CDD indica que a seleção terminológica, cuja estrutura apresenta o termo mais conhecido e sua tradução entre parênteses, estabelece uma aproximação com as expressões utilizadas pela comunidade representada. Neste sentido, os termos apresentados podem ter influenciado na escolha da CDD por bibliotecas com vastas coleções da cultura Islâmica. A adequação terminológica só não é total devido às diversas transformações de sentido demonstrados na estruturação dos conceitos referentes à religião e a cultura Islâmica.

Outros problemas de adequação encontrados na análise são a) dispersão das notações referentes ao Islamismo; b) Reduccionismo implícito na disponibilização de classes referentes ao Islamismo; c) Ambiguidade na representação de termos referentes à legislação Islâmica.

Quanto às atualizações da classe religião na CDD, reconhece-se que a mesma não apresentou resultados práticos, por não se tratar em uma transformação na forma de classificação. Houve apenas uma nova apresentação sistematizada, sem mudanças na abordagem classificatória, sem transformações na terminologia ou na classificação. Por outro lado, a CDU nos apresenta uma drástica reformulação na classe religião em relação à classificação e à sua estrutura conceitual.

6.2 Análise da Representação do Islamismo na CDU

A presente seção trata da análise do assunto Islamismo na CDU. A edição utilizada foi a 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa. O levantamento terminológico sobre informações sobre o Islamismo foi realizado no site da UDC Summary, as próximas Subseções apresentam os resultados obtidos como resultados das etapas da análise na CDU.

A Religião está classificada na Classe 2 da CDU. A aplicação da classificação analítico-sintética permite a sistematização na organização de informações sobre as religiões. Aplicando o facetamento à classe 28 – ISLAMISMO observa-se a organização das notações a sobre o Islã sobre as seguintes facetas: 28-1 Teologia Islâmica; 28-2: Provas da Religião Islâmica ; 28-3: Pessoas da Religião Islâmica; 28-4: Atividades

religiosas segundo o Islamismo; 28-5: Veneração, Culto, Rituais, Cerimonias no Islamismo 28-6: Processos no Islamismo 28-7: Organização e Administração Islâmica ; e 28-8: O Islã segundo suas Características – classifica-se divisões do Islã de acordo com características próprias; e 28-9: História do Islã; 281 – Sufismo: informações sobre a corrente mística do Islamismo sendo aplicáveis as mesmas facetas da classe religião; 282 - Sunni ; 284: S'ha; e 348 – Lei islâmica.

A análise da estrutura conceitual da CDU, no sentido de sua ordenação lógica apresenta como resultados: a) Distribuição racional de assuntos sob diferentes perspectivas. A classificação facetada da CDU permite a organização de informações sobre diferentes perspectivas de uma forma isonômica, sem qualquer preferência a assuntos de qualquer religião; b) Maior hospitalidade de assuntos. A classificação analítico-sintética, aliada aos sinais auxiliares próprios da CDU, permite uma organização eficiente na construção de notações para assuntos complexos; c) Associação entre as religiões Babismo e Fé Bahai permanecem. Agora são apresentadas como subdivisões do Islã, juntamente com o Sufismo, Islamismo sunita e Islamismo xiita. Notações acerca da divisão ibadista podem ser organizadas sob as notações referentes a movimentos considerados como parte de uma religião central; d) Formalização de uma estrutura hierárquica. A adaptação do vocabulário da BC2 (Bliss Classification. 2nd.ed.) permite adoção de uma linguagem neutra, própria de uma classificação universal. Contudo, os termos selecionados ainda envolvem conceitos da cosmovisão Cristã.

Quanto à atribuição de usos e sentidos de expressões referentes à cultura/identidade islâmica, observa-se como resultados a) Correção de reducionismos como a ideia de Adoração islâmica atribuída como expressão total da prática religiosa muçulmana; b) Associações entre Fundamentalismo, Terrorismo e Jihad;

Quanto ao detalhamento de assuntos, a análise apresenta como resultados: a) Baixo número de notações prontas na 2ª. Edição-Padrão da CDU. São apenas 15 notações prontas, em comparação das centenas de notações referentes à religião cristã; b) Grandes possibilidades de organização de assuntos referentes ao Islamismo, advindos da abordagem analítico-sintética da classificação facetada, da enumeração herdada da CDD e da possibilidade de combinações advindas dos sinais e números auxiliares de forma da CDU.

Quanto à seleção terminológica, as atualizações de vocabulário na classe religião advindos da adaptação da BC2, conferem a CDD uma linguagem imparcial, própria de um sistema que se diz universal. O problema consiste nas próprias noções acerca da religiosidade, cuja linguagem não reconhece os sentidos inerentes a cada religião abordada. Alguns problemas de linguagem referem-se às noções de Deus, deuses e

seres espirituais que, dependendo da religião ou cultura abordada, deveriam obter classificações diferentes na estrutura hierárquica do sistema. Contudo, as características da CDU permitem uma classificação especializada, onde são possíveis adequações de contextos sem interferir na cultura de determinada comunidade. No caso específico da religião islâmica, informações relativas à organização eclesiástica são ausências possíveis, visto que a organização islâmica não possui uma organização eclesiástica formal como no cristianismo.

Vale considerar que, embora a reestruturação da classe religião tenha possibilitado grandes avanços na redução do enviesamento à ideologia cristã, a CDU ainda representa a visão de fora de uma comunidade com uma diversidade de questões/assuntos que interferem diretamente na construção de sua identidade.

7 Conclusão

A classificação em religiões envolve uma série de questões de fundo cultural e ideológico que influenciam tanto a estrutura quanto a seleção conceitual em um esquema de classificação bibliográfica. Conforme abordado anteriormente, os esquemas de classificação mais utilizados no mundo são produtos de um contexto sociocultural do ocidente, o que infere um enviesamento de assuntos que são alheios a nossa cultura.

Neste sentido, Broughton (2000), se refere ao preconceito acerca de determinadas religiões, identificáveis quanto a ordenação, vocabulário ou detalhamento de assuntos referentes à religião não favorecida nos esquemas de classificação. O viés em instrumentos de classificação e na formação cultural interfere de forma direta o trabalho do classificador, orientando tanto a seleção terminológica quanto sua localização na estrutura classificatória.

Por meio desta pesquisa verificamos o estágio atual da representação do conhecimento sobre o Islamismo nos esquemas de classificação bibliográfica. Como resultado, observamos a reprodução de desvios históricos como: a) falta de atualização sobre assuntos emergentes ao conhecimento muçulmano; b) a dificuldade na construção de notações que representem assuntos complexos; c) O enviesamento a cosmovisão judaico-cristã Ocidental; d) O evidente discurso majoritário expresso na estrutura hierárquica dos esquemas.

Os resultados da pesquisa confirmam que contextos socioculturais da criação dos esquemas de classificação bibliográfica interferem diretamente na representação de assuntos considerados marginais a cultura ocidental. No caso do Islamismo, as evidências corroboram uma produção bibliográfica que adota usos e sentidos próprios da cultura ocidental e repletos de incorreções

de significado acerca da cultura e da identidade muçulmana. Neste sentido, tanto a produção bibliográfica, utilizada como garantia de seleção terminológica, quanto à estrutura classificatória reproduzem um discurso estigmatizado ou desatualizado sobre o conhecimento muçulmano em geral.

Vale considerar que a estrutura facetada herdada pela CDU confere maiores e melhores possibilidades de classificação, uma vez que a estrutura de sua notação infere maior hospitalidade de assuntos que a classificação com base em sistemas enumerativos como a CDD.

As características evidenciadas nas composições do identitário muçulmano tornam-se um desafio para o classificador, uma vez que os esquemas de classificação bibliográficos da atualidade não fornecem subsídios suficientes para a organização minuciosa de uma rica coleção baseada na cultura muçulmana.

Dos diversos prejuízos causados por uma sub-representação, destacamos a transferência da responsabilidade pela disseminação do conhecimento islâmico a uma estrutura informacional enviesada por valores e culturas ocidentais, interferindo diretamente nos usos e sentidos das expressões referentes à cultura muçulmana. Exemplo repetido ao longo do trabalho é a associação entre os termos fundamentalismo, Jihad e terrorismo em diversos veículos da mídia ocidental; e a opção pelo termo “Estado Islâmico” ao se referir ao grupo terrorista ISIS. Observa-se também a reincidência de problemas históricos de estrutura, onde se evidencia o discurso da criação do esquema, impondo dificuldades a bibliotecários classificadores de coleções ricas em cultura muçulmana.

A pesquisa não se propôs a responder sobre os motivos do enviesamento na classificação e representação do conhecimento muçulmano. A intenção era estabelecer um novo olhar, a partir do reconhecimento ao direito à expressão da identidade e da propagação da visão de mundo plural, considerando tanto as especificidades das comunidades locais, quanto às necessidades de reconhecimento de uma comunidade global.

Referências

- AHJUM, G. Re-constructing a religious identity through activism in an Islamist movement: experiences of female members of Qibla. *Journal for Islamic Studies*, v. 33, n. 1, p. 151-184, 2013. Disponível em: https://idslide.net/view-doc.html?utm_source=re-constructing-a-religious-identity-through-activism-in-an-islamist-movement-experiences-of-female-members-of-qibla. Acesso em: 01 dez 2018.
- ARBOIT, A. E. Representação do Conhecimento como ato ideológico. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 154-166, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/finf/article/view/4129/3483>. Acesso em: 1 nov 2018.
- AZEVEDO, C. A procura do conceito de Religio: entre o relegere e o religare. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, João Pessoa*, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/9773/5351>. Acesso em: 01 Dez 2018.
- BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra clave*, Montevideo, v. 1, n. 1, p. 02-11, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 11 nov 2018.
- BARITÉ, M. et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334884003.pdf>. Acesso em 11 nov 2018
- BEGHTOL, C. A. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *J. Doc.*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, jun. 1986.
- _____. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *J. Doc.*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BERLATTO, O. A construção da identidade social. *Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha*, Caxias do Sul, n. 5, 2009. Disponível em: ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/242/210. Acesso em: 01 dez 2018
- BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). *Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC*. Brasília DF: IBICT, 2010, 335 p. Capítulo 8, p. 147-176 Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Acesso em: 01 nov 2018.
- BROUGHTON, V. A new classification for the literature of religion. *International Cataloguing and Bibliographic Control*, Jerusalem, v. 4, n. 29, p. 59-61, 2000. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/034-130e.htm>. Acesso em: 01 dez 2018.
- _____. Concepts and Terms in the Faceted Classification: the Case of UDC. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 37, n. 4, 2010. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ez39.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=55666964&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 20 nov. 18.
- CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.brapi.ufpb.br/brapi/v/a/13094>. Acesso em: 17 Jun. 2017.
- COUTINHO, J. P. Religião e outros conceitos. *Sociologia*, Porto, v. 24, p. 171-193, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10763.pdf>. Acesso em: 28 nov 2018.
- DAHLBERG, I. Current Trends in Knowledge Organization. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (Ed.). *Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: ISKO – España, 1995. p.7-25.
- _____. Knowledge organization: a new science. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 33, n.1, p. 11-19, Jan., 2006.
- _____. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- _____. Teoria do conceito. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 7, n. 2, dec. 1978.

- DEWEY, M. *Dewey Decimal Classification and relative index*. 23rd ed. Albany, NY: Forest Press, 2011. 4v.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF, 1968.
- DUARTE, F. P. O Islamismo como ideologia política de carácter secular. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 45, p. 97-110, Mar. 2015. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 Out. 2018.
- FIERRO, M. Islamismo. *Scripta Fulgentina*: revista de teología y humanidades, Cartagena, Vol.7(13), pp.81-93,1997. Disponível em: <http://institutosanfulgencio.es/scripta-fulgentina>. Acesso em 11 out 2018.
- GUERRIERO, S. A atualidade da teoria da religião de Durkheim e sua aplicabilidade no estudo das novas espiritualidades. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 26, n. 42, p. 11-26, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/3409/3210>. Acesso em: 18 nov 2018.
- HJORLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization (KO). *Knowl. Org.*, Copenhagen, 30, n. 2, 2003.
- _____. Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 42, n. 2, p. 113–128, 2015.
- _____. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 35, n. 2/3, 2008.
- _____. Theories of Knowledge Organization – Theories of Knowledge. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 40, n.3, 2013.
- HODGE, G. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files*. Digital Library Federation, Council on Library and Information Resources, 1755 Massachusetts Ave., NW, Suite 500, Washington, DC 20036, 2000. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED440657>. Acesso em: 19 out 2018.
- IBEZIM, I. G. The challenges of religion and ethnic identity in Nigeria. *Journal of Religion and Human Relations*, v. 1, n. 6, p. 90-100, 2014. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/jrhr/article/view/111518/101302>. Acesso em: 01.12.2018.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em: 30 nov 2018.
- MANTRAN, R. *Expansão Muçulmana* (séculos vii-xi). São Paulo: Pioneira, 1977.
- MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do instituto nacional de educação de surdos. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 22, n. 1, p. 136-149, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/89330>. Acesso em: 01 nov 2018
- MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45615>. Acesso em: 01 nov 2018
- MIRANDA, M. L. C. _____. A Organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião. *Rev. África e Africanidades*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.5, jan. 2009. Disponível em: http://www.afriacafricanidades.com.br/documentos/A_organizacao_do_etnoconhecimento.pdf. Acesso em: 01 nov 2018
- MOL, H. The Identity Model of Religion: How It Com-pares with Nine Other Theories of Religion and How It Might Apply to Japan. *Japanese Journal of Religious Studies*. 6/1-2 March-June 1979. Disponível em: <https://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/3052>. Acessado em: 01 out 2018.
- Online Computer Library Center - OCLC. *Como um pioneiro da área de bibliotecas influenciou profundamente a biblioteconomia moderna*. Disponível em <https://www.oclc.org/pt-americalatina/dewey/resources/biography.html>. Acesso em 29 set. 2016
- OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, jun 2011. ISSN 2178-2075. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42331>. Acesso em: 06 out. 2016.
- POWELL, A. J. Functionalism or fallacy: re-locating Hans Mol's identity theory. *Italian Sociological Review*. v. 70, n. 1, p. 63-85, 2017. Disponível em: <http://www.italiansociologicalreview.com/ojs/index.php?journal=ISR&page=article&op=view&path%5B%5D=149&path%5B%5D=155>. Acesso em: 30 nov 2018.
- RAZÕES PARA ACREDITAR. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/wp-content/uploads/2015/11/Not-in-my-name-campaign.jpg>. Acesso em: 01 nov 2018.
- SANTOS, D. de J. S. Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica. *PLURA: Revista de Estudos de Religião*, vol. 2, n. 1, 2011, p. 167-196. Disponível em: http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/39/pdf_4. Acesso em: 01 de out de 2018.
- VAKIL, A. Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 69, p. 17-52, 2004.
- UDC CONSORTIUM. *Classificação Decimal Universal*. 2ª. Ed. Brasília: IBICT, 2007.